PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES DA 4ª EMISSÃO DA

Uma empresa CPFL Energia

RIO GRANDE ENERGIA S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.016.439/0001-38
Rua Mario de Boni, nº 1.902, Caxias do Sul - RS

R$185.000.000,00

ISIN BRRGEGDBS098

Classificação de Risco Standard & Poor's: "brAA+"

Distribuição pública de 185.000 (cento e oitenta e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da 4ª emissão da **RIO GRANDE ENERGIA S.A.,** (**"Oferta"** ou **"Emissão"** e **"RGE"** ou **"Companhia",** respectivamente), todas nominativas e escriturais, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória da CPFL Energia S.A. (**"CPFL Energia"** ou **"Garantidora"**), com valor nominal unitário, na data de emissão, qual seja 01 de julho de 2009, de R$1.000,00 (um mil reais) (**"Debêntures"**), perfazendo o montante total de R$185.000.000,00 (cento e oitenta e cinco milhões de reais).

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de subscrição, com intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (**"CVM"**) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (**"Instrução CVM 400"**).

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário **(i)** no SDT - Módulo de Distribuição de Títulos (**"SDT"**) e no SND - Módulo Nacional de Debêntures (**"SND"**), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (**"CETIP"**), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e **(ii)** no DDA - Módulo de Distribuição de Ativos (**"DDA"**) e no Sistema BOVESPAFIX (ambiente de negociação de ativos) (**"BOVESPAFIX"**), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (**"BM&FBOVESPA"**), sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures.

A Emissão foi aprovada pelas Reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em **(a)** 29 de maio de 2009, cuja ata foi devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul (**"JUCERGS")** sob o nº 3144152 em 18 de junho de 2009, e foi publicada no **(i)** Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul em 30 de maio de 2009; **(ii)** Jornal Pioneiro de Caxias do Sul em 01 de junho de 2009; e **(iii)** jornal Valor Econômico em 01 de junho de 2009; e **(b)** 14 de julho de 2009, que ratificou a Remuneração das Debêntures, cuja ata será arquivada na JUCERGS e foi publicada no **(i)** Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul 15 de julho de 2009; **(ii)** Jornal Pioneiro de Caxias do Sul em 15 de julho de 2009; e **(iii)** jornal Valor Econômico em 20 de julho de 2009.

A Oferta foi registrada perante a CVM sob o nº CVM/SRE/DEB/2009/010, em 23 de Julho de 2009.

"O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia da veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre as Debêntures a serem distribuídas."

"Os investidores devem ler a Seção "Fatores de Risco", nas páginas 55 a 68, a seguir."

O presente prospecto não deve, em qualquer circunstância, ser considerado uma recomendação de compra das Debêntures. Ao decidir por adquirir as Debêntures, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da condição financeira da Companhia, de seus ativos e dos riscos decorrentes do investimento nas Debêntures.

ANBID

A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBID, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBID, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos.

COORDENADORES

HSBC

UBS Pactual

O Coordenador Líder da Oferta é a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

A data deste Prospecto Definitivo é 20 de julho de 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO

- Definições 9
- Resumo das Características da Oferta 15
- Sumário da Companhia 19
- Informações Acerca do Futuro da Companhia 20

2. INFORMAÇÕES SOBRE OS ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES

- Companhia 23
- Coordenadores 23
- Banco Mandatário e Instituição Depositária 24
- Agente Fiduciário 24
- Consultores Legais 24
- Auditores 25

3. INFORMAÇÕES SOBRE OS COORDENADORES

- Coordenador Líder 29
- Coordenador 29

4. INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

- Características da Oferta 33
  - Composição do Capital Social da Companhia 33
  - Autorizações Societárias 33
  - Número de Debêntures, Valor Nominal Unitário, Valor Total da Emissão e Data de Emissão 33
  - Número de Séries 33
  - Conversibilidade, Tipo e Forma 33
  - Espécie 34
  - Prazo e Data de Vencimento 34
  - Colocação e Negociação 34
  - Prazo e Forma de Subscrição e Integralização 34
  - Preço de Subscrição 34
  - Certificados de Debêntures 34
  - Destinação dos Recursos 34
  - Remuneração das Debêntures 35
  - Período de Capitalização 37
  - Atualização das Debêntures 37
  - Amortização 37
  - Pagamento da Remuneração 37
  - Aquisição Facultativa 37
  - Resgate Antecipado 37
  - Repactuação 37
  - Encargos Moratórios 38
  - Atraso no Recebimento dos Pagamentos 38
  - Vencimento Antecipado 38

- Prorrogação dos Prazos 41
- Garantia Fidejussória 41
- Local de Pagamento 42
- Imunidade de Debenturistas 43
- Limite da Emissão 43
- Assembleia Geral de Debenturistas e Quoruns para Deliberação 43
- Publicidade 44
- Classificação de Risco 44
- Locais onde as Debêntures Podem ser Adquiridas 45
- Informações Complementares 45
- Público Alvo da Oferta 45
- Declaração de Inadequação de Investimento 45
- Plano de Distribuição 45
- Contrato de Distribuição de Valores Mobiliários 46
- Cronograma de Etapas da Oferta 47
- Modificação, Suspensão e Revogação da Oferta e Restituição de Valores 47
- Regime de Distribuição 48
- Remuneração 48
- Demonstrativo do Custo da Distribuição 49
- Contrato de Garantia de Liquidez e Contrato de Estabilização de Preço 49
- Relacionamento da Companhia com os Coordenadores 49
- Declaração da Companhia e do Coordenador Líder 51

- Destinação dos Recursos 52

5. FATORES DE RISCO

- Riscos Relacionados a Fatores Macroeconômicos 55
- Riscos Relacionados ao Setor Elétrico Brasileiro 57
- Riscos Relacionados à Companhia 61
- Riscos Relacionados à Oferta 66
- Riscos Relacionados à Garantidora 68

6. SITUAÇÃO FINANCEIRA

- Apresentação das Informações Financeiras 71
  - Alinhamento com Normas Internacionais de Contabilidade 71
  - Outras Informações 72
- Capitalização 73
- Informações Financeiras e Operacionais Selecionadas da Companhia 74
  - Outras informações financeiras 79
  - Eventos Relevantes Posteriores à Divulgação das Informações Trimestrais Relativas ao Período Encerrado em 31 de março de 2009 79
- Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais 80
  - Introdução 80
  - Ambiente Econômico Brasileiro 80
  - Principais Práticas Contábeis 81
  - Principais Linhas de Resultado 83

- Alterações na Lei das Sociedades por Ações – Lei n.º 11.638/07 85
- Reclassificações Requeridas pela ANEEL 87
- Avaliação Quantitativa e Qualitativa dos Riscos do Mercado 87
- Eventos subsequentes a 31 de março de 2009 88
- Análise da Demonstração de Resultados da Companhia 89
- Reconciliação do Lucro Líquido com o EBITDA 105
- Análise das Principais Contas Patrimoniais da Companhia 105
- Liquidez e Recursos Financeiros 119
- Fluxo de Caixa 120
- Endividamento 123
- Capacidade de Pagamento de Compromissos Financeiros 123
- Operações não Registradas nas Demonstrações Contábeis 123

7. VISÃO GERAL DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

- Características Gerais 127
- Principais Entidades Regulatórias 127
- Concessões 129
- Limitações à Concentração no Mercado de Energia Elétrica 136
- Tarifas de Distribuição e Transmissão de Energia Elétrica 136
- Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica 137
- Incentivos Governamentais ao Setor Elétrico 138
- Encargos Tarifários 139
- Taxa pelo Uso de Recursos Hídricos 140
- Desverticalização 141
- Meio Ambiente 141

8. INFORMAÇÕES RELATIVAS À COMPANHIA

- Histórico da Companhia 145
- Atividades da Companhia 147
  - Introdução 147
  - Distribuição de Energia Elétrica e Instalações Operacionais 147
  - Estratégia 149
  - Mercado de Atuação 149
  - Clientes 150
  - Cobrança e Inadimplência 154
  - Qualidade dos Serviços Prestados 156
  - Fornecedores 158
  - Investimentos e Desinvestimentos Realizados 159
  - Tarifas 160
  - Concorrência 162
  - Gerenciamento de Perdas de Energia 163
  - Tecnologia e Informática 164
  - Meio Ambiente 165
  - Responsabilidade Social 167
  - Recursos Humanos 168
  - Contratos Relevantes 171

- Seguros 175
- Propriedade Intelectual 175
- Marketing e Publicidade 177
- Transações com Partes Relacionadas 177
- Logística 180
- Sazonalidade 180

- Estrutura Organizacional do Grupo CPFL 181
  - Reestruturações Societárias Ocorridas nos Últimos Três Exercícios Sociais 181
  - Reestruturações Societárias do Grupo CPFL 181
- Propriedades, Plantas e Equipamentos 184
- Composição do Capital Social 187
  - Capital Social 187
  - Ações em Tesouraria 187
  - Dividendos 187
  - Principal Acionista 188
  - Acordo de Acionistas 189
  - Alterações Relevantes de Participações dos Membros do Grupo de Controle nos Últimos Três Exercícios Sociais 189
- Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos 191
  - Debêntures da Primeira Emissão 191
  - Debêntures da Segunda Emissão 191
  - Debêntures da Terceira Emissão 191
  - Notas Promissórias da Terceira Emissão 192
- Práticas de Governança Corporativa 193
  - Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante 193
  - Código de Ética 194
  - Regras do Novo Mercado 195
  - Práticas de Governança Corporativa do Grupo CPFL 195
  - Política de Dividendos 198
- Administração 199
  - Conselho de Administração 199
  - Diretoria 199
  - Conselho Fiscal 203
  - Relação Familiar 203
  - Ações detidas pelos Administradores 203
  - Política de Divulgação de Informações 203
  - Remuneração 204
  - Plano de Opção de Compra de Ações 204
  - Diretor de Relação com os Investidores 205
  - Condenações Judiciais e Administrativas 205
  - Contratos ou Outras Obrigações Relevantes 205
- Pendências Judiciais e Administrativas 206
  - Processos Cíveis e legislação do Setor – Diversos Objetos 206
  - Majoração Tarifária 206
  - Processos Tributários 206
  - Processos Trabalhistas 207
  - Processos Ambientais 207

9. INFORMAÇÕES RELATIVAS À GARANTIDORA

- Histórico da Garantidora 211
  - Introdução 211
  - Histórico 211
- Atividades da Garantidora 213
  - Visão Geral 213
  - Principais Atividades Desenvolvidas 213
  - Localização das Usinas e Áreas de Concessão 218
  - Efeitos de Sazonalidade na Receita 218
  - Impacto da Crise Econômica sobre o Setor de Energia 218
  - Estratégia 220
  - Concorrência 221
  - Inadimplência 221
  - Seguro 222
  - Propriedade Intelectual 222
  - Estrutura Organizacional do Grupo CPFL 222
  - Recursos Humanos 223
  - Contratos Relevantes 223
  - Transações com Partes Relacionadas 239
  - Responsabilidade Social 244
- Organização Societária 249
  - Capital Social 249
  - Ações em Tesouraria 249
  - Breve Descrição dos Principais Acionistas 249
  - Alteração Recente de Participação Relevante no Capital Social da Garantidora 250
  - Acordo de Acionistas 251
  - Política de Dividendos 251
- Aquisições Recentes 252
- Propriedades, Plantas e Equipamentos 254
- Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela Garantidora 256
  - Ações 256
  - Notas Promissórias 256
  - Debêntures 256
- Práticas de Governança Corporativa 257
- Administração 258
  - Conselho de Administração 258
  - Diretoria 258
  - Conselho Fiscal 259
  - Relação Familiar 265
  - Ações detidas pelos Administradores 265
  - Contratos ou obrigações relevantes existentes entre os Administradores e a CPFL Energia 266
  - Condenações Judiciais e Administrativas 266
  - Remuneração 266
  - Plano de Opção de Compra de Ações 266
  - Diretor de Relações com Investidores 266
- Pendências Judiciais e Administrativas 267
  - Processos Trabalhistas 267
  - Processos Cíveis 267
  - Processos Tributários 267
  - Processos Administrativos 267
  - Processos Ambientais 268
  - Provisões para Contingências 269
- Informações Financeiras Selecionadas da Garantidora 270
  - Outras Informações Financeiras 275
  - Reclassificações 275
  - Reclassificações Requeridas pela ANEEL 275
- Breves Discussões das Informações Financeiras Selecionadas 276
- CPFL Energia em números (R$ milhares) 282

10. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

- Demonstrações Financeiras da Companhia Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2008 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes 285
- Demonstrações Financeiras da Companhia Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2007 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes 375
- Informações Financeiras da Companhia Relativas ao Trimestre e Período de Três Meses Encerrado em 31 de Março de 2009 e Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão Especial 471
- Informações Financeiras da Companhia Relativas ao Trimestre e Período de Três Meses Encerrado em 31 de Março de 2008 e Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão Especial 539
- Demonstrações Financeiras da Garantidora Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2008 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes 623
- Demonstrações Financeiras da Garantidora Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2007 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes 751
- Demonstrações Financeiras da Garantidora Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2006 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes 881
- Informações Financeiras da Garantidora Relativas ao Trimestre e Período de Três Meses Encerrado em 31 de Março de 2009 e Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão Especial 997
- Informações Financeiras da Garantidora Relativas ao Trimestre e Período de Três Meses Encerrado em 31 de Março de 2008 e Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão Especial 1089

11. ANEXOS

- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 29 de maio de 2009..... 1175
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 14 de julho de 2009 1181
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Garantidora realizada em 27 de maio de 2009..... 1185
- Estatuto Social..... 1191
- Escritura de Emissão das Debêntures..... 1207
- 1º Aditamento à Escritura de Emissão das Debêntures 1249
- Súmula de *Rating* 1261
- Declaração da Companhia, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 1267
- Declaração do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 1271

1. INTRODUÇÃO

- Definições
- Resumo das Características da Oferta
- Sumário da Companhia
- Informações Acerca do Futuro da Companhia

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, os termos abaixo terão, respectivamente, os seguintes significados:

521 Participações	521 Participações S.A.
ABRADEE	Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica
ACL	Ambiente de Contratação Livre
ACR	Ambiente de Contratação Regulada
Agente Fiduciário	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
Assembleia	Assembleia Geral da Companhia
BACEN ou Banco Central	Banco Central do Brasil
BAESA	Energética Barra Grande S.A.
Banco do Brasil	Banco do Brasil S.A.
Banco UBS Pactual	Banco UBS Pactual S.A.
Bandeirante	Bandeirante Energia S.A.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BISC	*Benchmarking* em Investimento Social Corporativo
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNDESPAR	BNDES Participações S.A.
Bonaire	Bonaire Participações S.A.
BOVESPAFIX	Sistema Bovespafix (ambiente de negociação de ativos), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA
Bradespar	Bradespar S.A.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil
Camargo Corrêa Energia	Camargo Corrêa Energia S.A.
CAIXA	Caixa Econômica Federal
CCC	Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis
CCEAR	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CDE	Conta de Desenvolvimento Energético
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
CERAN	Companhia Energética do Rio das Antas
CETIP	CETIP S.A – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
CESP	Companhia Energética de São Paulo
CGCE	Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica
CGSE	Câmara de Gestão do Setor Elétrico
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética
Código Civil	Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada
Código de Processo Civil	Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
Comercializadoras	CPFL Brasil, Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda., Sul Geradora e CPFL Cone Sul

Comunitas	Associação civil sem fins lucrativos ou econômicos que tem por finalidade promover, apoiar, monitorar e avaliar ações em parceria e programas inovadores de desenvolvimento social, inclusive os de responsabilidade social no meio empresarial
Companhia ou RGE	Rio Grande Energia S.A.
Conselho de Administração	Conselho de Administração da Companhia
Consumidores Livres	Consumidores que nos termos da legislação aplicável, podem optar por contratar seu fornecimento, no todo ou em parte, com produtor independente de energia elétrica ou com qualquer agente concessionário, permissionário ou autorizado do mesmo sistema interligado de energia elétrica
Contrato de Concessão	Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica n.º 13/97, celebrado pela Companhia e pela União Federal em 06 de novembro de 1997 (conforme posteriormente aditado), para a outorga de poderes de concessão de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica
Contrato de Distribuição	Contrato de Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures da 4ª Emissão da Rio Grande Energia S.A., celebrado entre a Companhia e os Coordenadores em 18 de junho de 2009
Contratos Iniciais	Contratos de fornecimento de energia elétrica com preços e volumes aprovados pela ANEEL, celebrados entre as geradoras e as distribuidoras de energia elétrica, nos termos da Lei do Setor Elétrico
Coordenador Líder	HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Coordenadores	Coordenador Líder e Banco UBS Pactual
COPOM	Comitê de Política Monetária
CPFL Bioenergia	CPFL Bioenergia S.A.
CPFL Brasil	CPFL Comercialização Brasil S.A.
CPFL Centrais Elétricas	CPFL Centrais Elétricas S.A.
CPFL Cone Sul	CPFL Comercialização Cone Sul S.A.
CPFL Energia ou Garantidora	CPFL Energia S.A.
CPFL Geração	CPFL Geração de Energia S.A.
CPFL Jaguari	Companhia Jaguari de Energia Elétrica
CPFL Jaguariúna	CPFL Jaguariúna S.A.
CPFL Leste Paulista	Companhia Leste Paulista de Energia
CPFL Missões	CPFL Missões Ltda.
CPFL Mococa	Companhia Luz e Força Mococa
CPFL Paulista	Companhia Paulista de Força e Luz
CPFL Piratininga	Companhia Piratininga de Força e Luz
CPFL Santa Cruz	Companhia Luz e Força Santa Cruz
CPFL Serra	CPFL Serra Ltda.
CPFL Serviços	CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.
CPFL Sul Centrais Elétricas	CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda.
CPFL Sul Paulista	Companhia Sul Paulista de Energia Elétrica
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CUSD	Contrato de Uso de Sistema de Distribuição
CVM	Comissão de Valores Mobiliários

DDA	Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA
Debêntures	As 18.500 debêntures simples, não conversíveis em ações, da 4ª emissão da Companhia
Debêntures em Circulação	Todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Companhia e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Companhia (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou de titularidade de administradores da Companhia, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.
Decreto n.° 5.163	Decreto n.° 5.163, de 30 de julho de 2004
Distribuidoras	Companhia, CPFL Piratininga, CPFL Santa Cruz, CPFL Paulista, CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguari e CPFL Mococa
DOC 4	DOC 4 Participações S.A.
DEPRN	Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais
Dólar	Moeda corrente dos Estados Unidos da América
Draft I	Draft I Participações S.A.
Draft II	Draft II Participações S.A., antiga denominação da CPFL Energia
DUKE	Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.
EBE	Empresa Bandeirante de Energia S.A., antiga denominação da Bandeirante Energia S.A.
EBITDA Ajustado	O EBITDA Ajustado, conforme calculado pela Companhia, é igual ao lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e a contribuição social, das despesas financeiras líquidas, e das despesas de depreciação e amortização, e de item extraordinário, e entidade de previdência privada e de equivalência patrimonial, quando aplicável. O EBITDA ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou USGAAP, tampouco deve ser considerada isoladamente,ou como alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA ajustado de maneira diversa da Companhia. O EBITDA ajustado apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade da Companhia, em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, sendo que estes poderiam afetar de maneira significativa, os lucros de companhia, tais como as despesas e receitas financeiras, o imposto sobre a renda e a contribuição social e a depreciação e amortização.
EER	Encargo de Energia de Reserva
Eletrobrás	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
Emissão	A presente oferta pública de Debêntures da 4ª Emissão da Rio Grande Energia S.A.
ENERCAN	Campos Novos Energia S.A.
Energia Assegurada	Média da energia que o aproveitamento hidrelétrico poderia gerar, levando-se em consideração a série de vazões, a produtividade média, a indisponibilidade total e a potência instalada

Energias do Brasil	Energias do Brasil S.A.
Escritura de Emissão	Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária, da Rio Grande Energia S.A., celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário, com a interveniência da CPFL Energia, em 18 de junho de 2009
Ethos	Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
FGV	Fundação Getúlio Vargas
Foz do Chapecó	Foz do Chapecó Energia S.A.
FUMIN	Fundo Multilateral de Investimentos
Fundo RGR	Fundo Reserva Global de Reversão, constituído com contribuições das companhias prestadoras de serviços públicos de eletricidade
FURNAS	FURNAS Centrais Elétricas S.A.
G ou Giga	Múltiplo equivalente a um bilhão de unidades
Grupo CPFL	Grupo econômico formado por todas as empresas controladas pela CPFL Energia S.A.
HSBC	HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços
IFRS	*International Financial Reporting Standard,* conforme publicado e revisado pelo *International Accounting Standard Board*
IGP-DI	Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna, apurado e divulgado pela FGV
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado, apurado e divulgado pela FGV
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
Instrução CVM 155	Instrução CVM n.º 155, de 7 de agosto de 1991, conforme alterada
Instrução CVM 358	Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada
Instrução CVM 400	Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada
Instrução CVM 409	Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, apurado e divulgado pelo IBGE
IPÊ Energia	IPÊ Energia S.A.
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
ISS	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
Itaipu	Itaipu Binacional
Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
JCP	Juros sobre Capital Próprio
JUCERG	Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo
K ou Kilo	Múltiplo equivalente a mil unidades
Lâmina	Informações resumidas sobre a emissão de Notas Promissórias da 3ª Emissão da Companhia, elaborada nos termos do Anexo I da Instrução CVM 155
Lei das Sociedades por Ações	Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada
Lei de Concessões	Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada

Lei de Concessões de Serviços de Energia Elétrica	Lei n.º 9.074, de 7 de julho de 1995, conforme alterada
Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico	Lei n.º 10.848, de 15 de março de 2004, conforme alterada
Lei do Setor Elétrico	Lei n.º 9.648, de 27 de maio de 1998, conforme alterada
Libor	*London Interbank Offered Rate*
M ou Mega	Múltiplo equivalente a um milhão de unidades
MAE	Mercado Atacadista de Energia Elétrica
MME	Ministério das Minas e Energia
MRE	Mecanismo de Realocação de Energia, mecanismo que tem o objetivo de promover o compartilhamento do risco hidrológico pelas geradoras hidrelétricas no âmbito do SIN
Notas Promissórias da 3ª Emissão	Notas promissórias de 3ª Emissão da Companhia
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico
ONU	Organização das Nações Unidas
PCH	Pequena Central Hidrelétrica, empreendimentos hidrelétricos com potência superior a 1MW e igual ou inferior a 3MW, com área total de reservatório igual ou inferior a 3 km^2
PDEE	Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica
PIE	Produtor Independente de Energia, nos termos da Lei do Setor Elétrico.
PIS	Programa de Integração Social
PLD	Preço de Liquidação de Diferenças, significa o preço, publicado pela CCEE para cada período de apuração em cada submercado do SIN, para a contabilização de posições contratuais no âmbito do CCEE
Poder Concedente	União Federal
PPT	Programa Prioritário de Termeletricidade
PROINFA	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica
Prospecto	O presente prospecto da Emissão
Rede Básica	Conjunto de linhas de transmissão, barramentos, transformadores de potência e equipamentos com voltagem igual ou superior a 230 kV, ou instalações em voltagem inferior quando definidas pela ANEEL
Rede Primária	Rede com tensão de Tensão 15 KV
Rede Secundária	Rede de baixa tensão
RTE	Recomposição Tarifária Extraordinária
SDT	Módulo de Distribuição de Títulos da CETIP
SEMESA	SEMESA S.A.
Serra da Mesa	Serra da Mesa Energia S.A.
SIN	Sistema Interligado Nacional, instalações responsáveis pelo suprimento de energia elétrica a todas as regiões do país eletricamente interligadas
SND	Módulo Nacional de Debêntures da CETIP
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
Sul Geradora	Sul Geradora Participações S.A.
Taxa DI	Taxa média diária do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP

TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
Tractebel	Tractebel Energia S.A.
TUSD	Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição
TUST	Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão
UHE	Usina Hidrelétrica
Unibanco	União de Bancos Brasileiros S.A., sucedido por Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A.
U.S. GAAP	Princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos
UTE	Usina Termelétrica
V ou Volt	Unidade básica de tensão de energia elétrica
VA ou Volt-ampére	Unidade básica de potência aparente de um circuito
VBC Energia	VBC Energia S.A.
VBC Participações	VBC Participações S.A.
Votorantim	Votorantim Participações S.A.
Votorantim Energia	Votorantim Energia Ltda.
W ou Watt	Unidade básica de potência de energia elétrica
Wh ou Watt-hora	Unidade equivalente a um W de energia elétrica fornecida ou solicitada por hora

RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Companhia:	RGE
Valor Mobiliário:	Debêntures
Data de Emissão:	01 de julho de 2009.
Agente Fiduciário:	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Banco Mandatário:	Banco Bradesco S.A.
Coordenador Líder:	HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Coordenadores:	Coordenador Líder e Banco UBS Pactual S.A.
Valor Total da Oferta:	R$185.000.000,00 (cento e oitenta e cinco milhões de reais).
Número da Emissão:	4ª Emissão de Debêntures da Companhia.
Número de Séries:	As Debêntures serão emitidas em série única.
Quantidade de Debêntures:	Serão emitidas 185.000 (cento e oitenta e cinco mil) Debêntures.
Valor Nominal Unitário das Debêntures:	O valor nominal unitário das Debêntures será de R$1.000,00 (um mil reais).
Espécie:	Quirografária.
Forma e Conversibilidade:	Nominativas e escriturais, não conversíveis em ações.
Garantia:	As Debêntures contarão com garantia fidejussória da CPFL Energia.
Prazo e Data de Vencimento:	As Debêntures terão prazo de 2 (dois) anos, contados a partir da Data de Emissão, vencendo-se em 01 de julho de 2011 ("Data de Vencimento").
Preço de Subscrição:	As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.
Remuneração das Debêntures:	As Debêntures farão jus a uma remuneração ("Remuneração") que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário. As Debêntures renderão juros remuneratórios correspondentes a 110,30% (cento e dez inteiros e trinta centésimos por cento) da variação acumulada da Taxa DI, expressas na forma percentual ao ano,

	base 252 (duzentos e cinqüenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, a qual foi definida em Procedimento de *Bookbulding* realizado em 14 de julho de 2009, no qual observou-se a remuneração máxima correspondente 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a última data de pagamento da remuneração, conforme o caso, até a Data de Vencimento, e pagos ao final de cada Período de Capitalização.
Procedimento de *Bookbuiding*:	Procedimento de coleta de intenções de investimento, conduzido pelos Coordenadores, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros, realizado em conformidade com o artigo 44 da Instrução CVM 400.
Pagamento da Remuneração:	O pagamento da Remuneração será feito semestralmente, contado da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 1º de janeiro de 2010 e os pagamentos subsequentes no dia 1º de janeiro e 1º de julho de cada ano e o último pagamento na Data de Vencimento ("Pagamento da Remuneração").
Forma de Integralização:	A integralização das Debêntures será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.
Local de Pagamento:	Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP e/ou pela Central Depositária da BM&FBOVESPA. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP e/ou na Central Depositária da BM&FBOVESPA terão os seus pagamentos realizados junto ao Banco Mandatário.
Amortização:	O Valor Nominal Unitário será pago na Data de Vencimento.
Colocação e Procedimento:	As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme, com a intermediação dos Coordenadores de acordo com o plano de distribuição das Debêntures descrito na Seção "Características da Oferta – Plano de Distribuição" na página 45 deste Prospecto, sendo que as Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário (i) no SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) no DDA, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta.
Negociação:	As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário (i) no SND, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a negociação liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) no BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures.

Repactuação:	Não haverá repactuação das Debêntures.
Limite da Emissão:	A Emissão está de acordo com os limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, pois o valor total das Debêntures da Emissão, somado ao saldo devedor das debêntures da 2ª e da 3ª emissão da Companhia, no valor de R$ 607.254.077,65, não ultrapassa o valor do capital social da Companhia que, em 31 de março de 2009, totalizava R$ 851.860.582,21.
Público Alvo:	O público alvo da Oferta será composto por fundos de investimento, fundos de pensão, administradores de recursos de terceiros, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e outros investidores considerados institucionais ou qualificados, incluindo, mas não se limitando a pessoas físicas, nos termos da Instrução da CVM 409.
Inadequação do Investimento:	A presente Oferta não é adequada aos investidores que: (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; e (ii) necessitem de liquidez considerável com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de Debêntures no mercado secundário brasileiro é restrita.
Destinação dos Recursos:	Os recursos obtidos por meio da Emissão serão utilizados para resgate das Notas Promissórias da 3ª Emissão. Para mais informações sobre a destinação dos recursos favor ver Seção "Destinação dos Recursos" na página 52 deste Prospecto.
Informações Adicionais:	Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Companhia e a Emissão poderão ser obtidos com a Companhia, com os Coordenadores e com a CVM, nos seguintes endereços: Para a Companhia: Rio Grande Energia S.A. Rodovia Campinas Mogi-Mírim, n.º 1.755, Km 2,5, parte Jardim Santana CEP: 13088-900 Campinas – São Paulo At.: José Antonio de Almeida Filippo Tel.: (19) 3756-8704 Fax.: (19) 3756-8777 E-mail: jfilippo@cpfl.com.br Website: www.cpfl.com.br/ri

	Coordenador Líder: HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Avenida Brigadeiro Faria Lima n.º 3.064, 2º andar 01451-000 – São Paulo – SP At.: Antonio Marques de Oliveira Neto Tel.: (11) 3847-5078 Fax: (11) 3847-5021 E-mail: Antonio.m.oliveira@hsbc.com.br Website: http://www.hsbc.com.br/1/2/portal/pt/para-sua-empresa/investimento/operacoes-especiais/operacoes-especiais-mais-informacoes Coordenador: Banco UBS Pactual S.A. Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3729 – 9º andar. 04538-133 - São Paulo - SP At.: Bruno Carvalho Tel.: (11)3383-2000 Fax: (11) 3383-2014 E-mail: bruno.carvalho@ubs.com Website: http://www.ubs.com/1/p/ubslatinamerica/capital_markets.html Comissão de Valores Mobiliários – CVM Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar Rio de Janeiro – RJ Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º, 3º e 4º andares São Paulo – SP www.cvm.gov.br
Quoruns de Deliberação:	Nas deliberações das Assembléias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto a seguir, todas as deliberações a serem tomadas em assembléia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação. Não estão incluídos neste quorum: (i) os quoruns expressamente previstos na Escritura de Emissão; e (ii) as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação; (a) da Remuneração; (b) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão; e (c) da espécie das Debêntures. As alterações dos quoruns estabelecidos na Escritura de Emissão deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembléia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subseqüente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

A presente Seção contém um resumo das informações apresentadas em outras partes deste Prospecto acerca dos negócios da Companhia e de suas informações financeiras.

A Companhia é responsável pela distribuição de energia elétrica nas regiões norte e nordeste do Rio Grande do Sul, onde vivem mais de 3,5 milhões de habitantes em 254 municípios, totalizando um território de 90.896 km^2. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a Companhia distribuiu 7.198 GWh de energia elétrica (um aumento de 4,5% em relação ao exercício anterior) para cerca de 1,2 milhão de clientes, por meio de 82.227 km de rede de distribuição e 66 subestações. Em 31 de março de 2009, a RGE distribuiu 1.794 GWh de energia elétrica para cerca de 1.2 milhão de clientes.

Em 2008, a receita bruta da Companhia foi de R$ 2.566 milhões. A receita operacional líquida da Companhia no mesmo ano foi de R$ 1.669 milhões. Em 31 de março de 2009, a receita bruta consolidada da RGE foi de R$ 644 milhões e a receita operacional líquida foi de R$ 415 milhões.

A Companhia foi constituída em 28 de julho de 1997, com a denominação social de Companhia Norte Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica. Em outubro de 1997, a Companhia foi privatizada a partir da cisão parcial da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE e, em dezembro de 1997, passou a denominar-se Rio Grande Energia S.A.

Em 2001, a Companhia passou a ser controlada pela CPFL Paulista, subsidiária integral da CPFL Energia e pela Ipê Energia, detentoras, respectivamente, de 67,1% e 32,7% do capital social total da Companhia. Em 2006, a CPFL Energia adquiriu a participação societária da Ipê Energia. Assim, a Companhia passou a integrar o maior grupo privado do setor elétrico brasileiro, atuante nas áreas de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Em dezembro de 2007, em decorrência da realização de uma ampla reorganização societária, que incluiu a incorporação de ações de acionistas minoritários da Companhia pela CPFL Energia, a Companhia tornou-se uma subsidiária integral da CPFL Energia.

Em 2008, a Companhia concluiu a transferência de sua sede para o município de Caxias do Sul, o maior dentre aqueles situados em sua área de atuação e concluiu a abertura de novas estações avançadas, fortalecendo as unidades organizacionais localizadas em sua área de concessão. Essas medidas têm o objetivo de tornar as unidades descentralizadas mais ágeis e capacitadas para atender as demandas apresentadas por seus clientes e permitir, ainda, a ampliação da inserção da Companhia nas comunidades que atende.

A estratégia da Companhia é aumentar a eficiência das suas operações, buscando a melhoria da prestação do serviço e a manutenção de baixos custos operacionais por meio de investimentos em novos sistemas que monitorem os ativos de forma mais eficiente. A Companhia acredita que tal estratégia auxiliará a minimizar ainda mais as suas perdas comerciais de energia elétrica, a manter baixo o índice de suas perdas técnicas (transmissão, distribuição e transformação da energia elétrica) e perdas comerciais (medições defeituosas, fraudes, furtos de energia e causas semelhantes).

INFORMAÇÕES ACERCA DO FUTURO DA COMPANHIA

Este Prospecto pode conter informações acerca das perspectivas do futuro da Companhia que refletem as opiniões desta em relação ao seu desenvolvimento futuro e que, como em qualquer atividade econômica, envolvem riscos e incertezas. Embora os administradores da Companhia acreditem que as informações acerca das perspectivas do seu futuro sejam baseadas em convicções e expectativas razoáveis, não pode haver garantia de que o desempenho futuro seja consistente com essas informações. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas, dependendo de vários fatores discutidos nesta Seção e em outras seções deste Prospecto. Os potenciais investidores são advertidos a examinar com toda a cautela e diligência as informações acerca do futuro da Companhia e não tomar decisões de investimento unicamente baseada em previsões futuras ou expectativas. A Companhia não assume nenhuma obrigação de atualizar ou revisar qualquer informação acerca das perspectivas de seu futuro, exceto pelo que dispõe a regulamentação aplicável.

2. INFORMAÇÕES SOBRE OS ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES

- Companhia
- Coordenadores
- Banco Mandatário e Instituição Depositária
- Agente Fiduciário
- Consultores Legais
- Auditores

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

INFORMAÇÕES SOBRE OS ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES

Companhia

Quaisquer outras informações sobre a Companhia, a Oferta e este Prospecto poderão ser obtidas junto à Companhia, no seguinte endereço:

Rua Mário de Boni, n.º 1.902
Caxias do Sul – RS - Brasil
At.: Sr. Luís Henrique Ferreira Pinto
Diretor de Relações com Investidores
Telefone: (54) 3206-3001
Fac-símile: (54) 3206-3010
Correio Eletrônico: lhferreira@rge-rs.com.br

Coordenadores

Quaisquer outras informações sobre a Oferta e este Prospecto poderão ser obtidas junto aos Coordenadores, nos seguintes endereços:

Coordenador Líder

HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.064, 4º andar
São Paulo – SP
At.: Sr. Antonio Marques de Oliveira Neto
Telefone: (11) 3847-5078
Fac-símile: (11) 3847-5021
Correio Eletrônico: antonio.m.oliveira@hsbc.com.br

Coordenador

Banco UBS Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.729. 9º andar
São Paulo – SP
At.: Sr. Bruno Licarião
Telefone: (21) 3383-2000
Fac-símile: (21) 3383-2000
Correio Eletrônico: bruno.licariao@ubs.com

Banco Mandatário e Instituição Depositária

O Banco Mandatário das Debêntures pode ser contatado no seguinte endereço:

Banco Bradesco S.A.
Núcleo administrativo "Cidade de Deus", s/nº, Prédio Amarelo Velho, 2º andar
Osasco - SP
At.: Sr. José Donizetti de Oliveira
Telefone: (11) 3684-3749
Fac-símile: (11) 3684-2714
Correio Eletrônico: bradescocustodia@bradesco.com.br

Agente Fiduciário

O Agente Fiduciário pode ser contatado no seguinte endereço:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Avenida das Américas, n.º 500, bloco 13, sala 205
Rio de Janeiro - RJ
At.: Sr. Gustavo Dezouzart
Telefone: (21) 3514-0000
Fac-símile: (21) 3514-0099
Correio Eletrônico: gustavo@oliveiratrust.com.br / agente@oliveiratrust.com.br

Consultores Legais

Os consultores legais da Companhia e dos Coordenadores podem ser contatados no seguinte endereço:

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, n.º 447
São Paulo – SP
At.: Sra. Marina Anselmo Schneider
Telefone: (11) 3147-7600
Fac-símile: (11) 3147-7770
Correio Eletrônico: manselmo@mattosfilho.com.br

Souza, Cescon Avedissian, Barrieu e Flesh Advogados
Rua Funchal, n.º 418, 11º andar
São Paulo - SP
At.: Sr. Joaquim José Aceturi de Oliveira
Telefone: (11) 3089-6508
Fac-símile: (11) 3089-6565
Correio Eletrônico: joliveira@scbf.com.br

Auditores

As demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais de 2008 e 2007 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes, enquanto as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social de 2006 foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

Os auditores responsáveis por auditar as demonstrações financeiras e realizar a revisão especial das informações financeiras trimestrais da Companhia podem ser contatados no seguinte endereço:

KPMG Auditores Independentes
Avenida Barão de Itapura, n.º 950, 6º andar
Campinas - SP
At.: Sr. Jarib Fogaça
Telefone: (19) 2129-8700
Fac-símile: (19) 2129-8728
Correio Eletrônico: jfogaca@kpmg.com.br

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
Edifício Madison Center
Rua Mostardeiro, 800, 8º andar
CEP 90430-000
Porto Alegre - RS
At.: Sr. Carlos Biedermann
Telefone: (51) 3383-1700
Fac-símile: (51) 2129-8728
Correio Eletrônico: carlos.biedermann@br.pwc.com

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

3. INFORMAÇÕES SOBRE OS COORDENADORES

- Coordenador Líder
- Coordenador

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

INFORMAÇÕES SOBRE OS COORDENADORES

Coordenador Líder

HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

A HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é subsidiária indireta do HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, parte do grupo HSBC, corporação internacional sediada em Londres, na Inglaterra, presente em 83 países e territórios, atende mais de 128 milhões de clientes. Constituído no Brasil em 1997, o HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo apresentava em 31 de dezembro de 2008, ativos consolidados de R$112,1 bilhões e lucro líquido consolidado de R$1,3 bilhão.

No Brasil o HSBC conta com uma carteira composta por aproximadamente 2,9 milhões clientes pessoa física e 312 mil clientes pessoa jurídica, e possui mais de 2,3 mil agências e postos de atendimento bancários e eletrônicos em 565 municípios. O HSBC possui uma infra-estrutura de 5,6 mil caixas automáticos e 2 mil ambientes de auto-atendimento e canais de conveniência, tais como o Internet Banking e o Phone Centre do HSBC - Serviços Bancários.

Coordenador

Banco UBS Pactual S.A.

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G. ("UBS"), instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. O UBS Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões & aquisições, *wealth management*, *asset management* e *sales & trading* (vendas e negociação). No Brasil, possui escritórios em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, em Porto Alegre e em Recife. Em 31 de março de 2009 o Banco UBS Pactual possuía um Patrimônio Líquido de aproximadamente R$ 3.976.089 mil.

Na área de *investment banking*, o Banco UBS Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo empresas, governos, *hedge funds*, patrocinadores financeiros, empresas de *private equity*, bancos, corretoras e gestores de ativos. Oferece consultoria especializada, excelente execução, produtos inovadores e acesso abrangente aos mercados de capitais mundiais.

O Banco UBS Pactual também oferece serviços de *sales and trading* (vendas e negociação) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Os especialistas em produtos, setores e países oferecem consultoria e execução de fusões e aquisições de primeira linha, e o departamento de pesquisa (*research*) na América Latina tem obtido o primeiro lugar nos últimos sete anos (*Institutional Investor* 2002 - 2008).

Com R$39,41 bilhões de ativos em gestão (Ranking de Gestão ANBID de Janeiro de 2009), o UBS Pactual é um dos maiores gestores do Brasil. As estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes private, empresas e parceiros de distribuição.

O Banco UBS Pactual participa ativamente das atividades de coordenação e distribuição de emissões de dívidas e ações para empresas brasileiras nos mercados de capitais. A força da área de distribuição provém do amplo acesso e da prestação de serviços aos vários grupos de investidores locais e externos, de renda fixa ou dedicados a renda variável. A área de mercado de capitais do Banco UBS Pactual assessora diversos clientes na captação de recursos no mercado local, por meio de operações de debêntures e notas promissórias, entre as principais, destacam-se as seguintes: emissão de debêntures da Telemar Norte Leste, em 2006, no valor de aproximadamente R$2,2 bilhões; emissão de debêntures do BNDESPAR, em 2007, no valor de R$1,35 bilhões; e emissão de Notas Promissórias da Concessionária do Rodoanel Oeste, em 2008, no valor de R$650 milhões.

Além disso, o Banco UBS Pactual e o Banco Pactual S.A., instituição financeira a que ele sucedeu, coordenaram as emissões da Vale, no valor de R$5,0 bilhões e da Braskem S.A., no valor de R$ 300 milhões. Ainda, o Banco UBS Pactual atuou como coordenador líder das emissões; da Companhia Siderúrgica Nacional, no valor total de R$600 milhões; das Lojas Americanas S.A., no valor de R$200 milhões; da Lupatech S.A., no valor de R$ 227 milhões; da Camargo Corrêa Cimentos S.A., no valor de R$360 milhões; e da Vicunha Siderurgia S.A., no valor de R$1,2 bilhão.

4. INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

- Características da Oferta
- Destinação dos Recursos

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Esta Seção contém um resumo das características da Oferta, conforme estabelecidas na Escritura de Emissão, mas não substitui a leitura completa da Escritura de Emissão.

Composição do Capital Social da Companhia

O capital social da Companhia, na data deste Prospecto, é de R$851.860.582,21, dividido em 807.168.582 ações escriturais e sem valor nominal, sendo 656.502.720 ações ordinárias e 150.665.862 ações preferenciais sem direito de voto.

O quadro abaixo indica a composição acionária da Companhia na data deste Prospecto:

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações	
Acionista	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
CPFL Energia	656.502.716	99,9	150.665.862	100,0	807.168.578	99,9
Membros do Conselho	4	-	-	-	4	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Total	656.502.720	100,0	150.665.862	100,0	807.168.582	100,0

Autorizações Societárias

A Emissão foi aprovada pelas Reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em (a) 29 de maio de 2009, cuja ata foi devidamente arquivada na JUCERGS, sob o n.º 3144152, em 18 de junho de 2009, e foi publicada no (i) Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul em 30 de maio de 2009, (ii) Jornal Pioneiro de Caxias do Sul em 01 de junho de 2009 e (iii) jornal Valor Econômico em 01 de junho de 2009; e (b) 14 de julho de 2009, que ratificou a Remuneração das Debêntures, cuja ata será arquivada na JUCERGS e foi publicada no (i) Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul 15 de julho de 2009; (ii) Jornal Pioneiro de Caxias do Sul em 15 de julho de 2009; e (iii) jornal Valor Econômico em 20 de julho de 2009.

Número de Debêntures, Valor Nominal Unitário, Valor Total da Emissão e Data de Emissão

Serão emitidas 185.000 (cento e oitenta e cinco mil) Debêntures, em série única, com valor nominal unitário de R$1.000,00 (um mil reais) ("Valor Nominal Unitário"), perfazendo o montante total de R$ 185.000.000,00 (cento e oitenta e cinco milhões de reais) ("Valor Total da Emissão") na data de emissão, qual seja, 01 de julho de 2009 ("Data de Emissão").

Número de Séries

A Emissão será realizada em série única.

Conversibilidade, Tipo e Forma

As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, sem a emissão de cautela e não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.

Espécie

As Debêntures serão da espécie quirografária e contarão com garantia fidejussória da CPFL Energia.

Prazo e Data de Vencimento

As Debêntures terão prazo de vigência de 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 01 de julho de 2011 ("Data de Vencimento").

Colocação e Negociação

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (i) no SDT e no SND, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) no DDA e no BOVESPAFIX, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA, sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures.

Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

Preço de Subscrição

As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, por dias úteis, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização ("Valor de Integralização").

Certificados de Debêntures

A Companhia não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato, expedido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando esses títulos estiverem depositados no SND. Para as Debêntures depositadas na Central Depositária da BM&FBOVESPA, será emitido, pela Central Depositária da BM&FBOVESPA, extrato de custódia em nome do Debenturista.

Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos por meio da Emissão serão utilizados para resgate das Notas Promissórias da 3ª Emissão. Para mais informações sobre a destinação dos recursos favor ver Seção "Destinação dos Recursos" na página 52 deste Prospecto.

Remuneração das Debêntures

A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração ("Remuneração") que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário. As Debêntures renderão juros remuneratórios correspondentes a 110,30% (cento e dez inteiros e trinta centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra-grupo ("Taxa DI"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, a qual foi definida em Procedimento de *Bookbulding* realizado em 14 de julho de 2009, no qual observou-se a remuneração máxima correspondente 125,0% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a última data de pagamento da remuneração, conforme o caso, até a Data de Vencimento, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme abaixo definido, obedecida a seguinte fórmula:

$$\mathrm{J} = \mathrm{VNe} \times \left(FatorJuros - 1 \right)$$

onde:

J - Valor unitário dos juros remuneratórios, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final do Período de Capitalização.

VNe - Valor nominal de emissão, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Fator DI - produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até data de término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arrendamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator Juros} = \prod_{k=1}^{n} \left(1 + \mathrm{TDI}_k \times \frac{\mathrm{p}}{100} \right)$$

onde:

k – Número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até n.

n - Número total de Taxas DI, sendo "n" um número inteiro.

p – percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com duas casas decimais.

TDI_k - Taxa DI de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$\mathrm{TDI}_k = \left(\frac{\mathrm{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k - Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

O fator resultante da expressão $\left(1+TDI_k \times \frac{p}{100}\right)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1+TDI_k \times \frac{p}{100}\right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

Se, a qualquer tempo durante a vigência da Debênture, não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI disponível, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e os detentores das Debêntures quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Escritura de Emissão e descritos na Seção "Características da Oferta – Assembleia Geral de Debenturistas e Quoruns para Deliberação" na página 43 deste Prospecto), para a deliberação, de comum acordo com a Companhia, do novo parâmetro de Remuneração a ser aplicado.

Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Companhia e os Debenturistas representando no mínimo 75,0% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Companhia deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada pro rata temporis, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

A Remuneração foi definida em procedimento de coleta de intenção de investimento, conduzido pelos Coordenadores em 14 de julho de 2009, durante o qual verificou-se, junto aos investidores, a demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros, observada a remuneração máxima correspondente a 125,0% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI ("Procedimento de *Bookbuilding*").

O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* foi (i) ratificado em reunião do Conselho de Administração da Companhia cuja ata da reunião será devidamente arquivada na JUCESP e publicada nos jornais (a) Diário Oficial do Estado de São Paulo e (b) Correio Popular de Campinas; (ii) objeto de aditamento da Escritura de Emissão; e (iii) divulgado nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM 400.

Período de Capitalização

Período de capitalização ("Período de Capitalização") significa o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração, exclusive, correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

Atualização das Debêntures

O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado ou corrigido por qualquer índice ou taxa.

Amortização

O Valor Nominal Unitário será pago em única parcela, na Data de Vencimento.

Pagamento da Remuneração

O pagamento da Remuneração será feito semestralmente, contado da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 1º de janeiro de 2010 e os pagamentos subsequentes no dia 1º de janeiro e 1º de julho de cada ano e o último pagamento na Data de Vencimento ("Pagamento da Remuneração").

Aquisição Facultativa

A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Companhia, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

Resgate Antecipado

Não haverá resgate antecipado das Debêntures.

Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

Encargos Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a (i) juros de mora calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1,0% (um por cento) ao mês sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; e (ii) multa moratória convencional, irredutível e de natureza compensatória, de 2,0% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago.

Atraso no Recebimento dos Pagamentos

Sem prejuízo do disposto no item "Encargos Moratórios" acima, o não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Companhia, nas datas previstas na Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Companhia, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

Vencimento Antecipado

São consideradas hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures e, observados os parágrafos e subitens abaixo, de imediata exigibilidade do pagamento do Valor Nominal Unitário de cada Debênture pela Companhia, acrescido da Remuneração e encargos, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão, ou da data do último pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial na ocorrência das seguintes hipóteses ("Vencimento Antecipado"):

(a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia e/ou a Garantidora, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), salvo se no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Companhia que: (a) o(s) protesto(s) foi/foram efetuado(s) por erro ou má-fé de terceiros; (b) o(s) protesto(s) foi/foram cancelado(s), ou ainda, (c) foi/foram prestadas garantias em juízo;

(b) pedido por parte da Companhia e/ou da Garantidora de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Companhia e/ou a Garantidora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou, ainda, se a Companhia e/ou a Garantidora formular pedido de autofalência;

(c) alteração do atual controle da Companhia ou da Garantidora, sem prévia aprovação dos titulares das Debêntures, excetuada a hipótese de alteração do controle da Companhia ou da Garantidora desde que, após a conclusão da referida operação, ao menos um dos seguintes acionistas, Camargo Corrêa Energia ou Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ, permaneça, direta ou indiretamente, no bloco de controle da CPFL Energia e da Companhia;

(d) liquidação, dissolução, extinção ou decretação de falência da Companhia e/ou da Garantidora;

(e) não pagamento, pela Companhia ou pela Garantidora, das obrigações pecuniárias devidas aos titulares de Debêntures, não sanado no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data de vencimento respectiva;

(f) deliberação de redução de capital social da Companhia e/ou da Garantidora, após a data do registro da Emissão perante a CVM e antes da Data de Vencimento, sem a prévia anuência dos titulares de Debêntures, nos termos previstos no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;

(g) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Companhia, caso a Companhia esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias referentes às Debêntures;

(h) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Garantidora, caso a Garantidora esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias referentes às Debêntures;

(i) pedido de falência formulado por terceiros em face da Companhia e/ou da Garantidora e não devidamente elidido pela Companhia e/ou pela Garantidora no prazo de 30 (trinta) dias corridos;

(j) não pagamento na data de vencimento original ou vencimento antecipado, de quaisquer obrigações financeiras da Companhia e/ou da Garantidora, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ressalvada a hipótese de a Companhia e/ou Garantidora, por meio de qualquer medida judicial ou arbitral cabível, contestar e evitar a formalização do referido vencimento antecipado ou inadimplemento em até 3 (três) dias úteis, sem que para tanto tenha que garantir o juízo com pecúnia ou outros bens em valor correspondente ao montante acima destacado;

(k) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Companhia e/ou Garantidora, em valor agregado igual ou superior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data estipulada para pagamento;

(l) transformação da Companhia em sociedade limitada;

(m) perda ou cassação, por qualquer motivo, da concessão para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica, de que a Companhia é titular nos termos do Contrato de Concessão, desde que tal perda ou cassação não seja revertida no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua verificação;

(n) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação não pecuniária prevista nas respectivas Escrituras de Emissão não sanada em 30 (trinta) dias corridos contados da data do recebimento pela Companhia de aviso escrito que lhe for enviado por qualquer dos titulares das Debêntures ou pelo Agente Fiduciário; ou

(o) não observância pela Companhia por 2 (dois) trimestres consecutivos dos seguintes índices e limites financeiros, calculados com base nas informações financeiras não consolidadas da Companhia dos 12 (doze) últimos meses, ao final de cada trimestre, em até 15 (quinze) dias após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Companhia, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures:

(i) relação entre Dívida Líquida da Companhia e EBITDA da Companhia menor ou igual a 3 (três) vezes. Para os fins deste item (i), considera-se como "Dívida Líquida" o endividamento oneroso total, menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras da Companhia. Estão incluídas neste cálculo as posições líquidas de derivativos. Está excluída deste cálculo confissão de dívida junto a Entidade de Previdência Privada, e considera-se como "EBITDA" (*Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization*) da Companhia o lucro da Companhia antes de juros, tributos, amortização e depreciação no período de 12 (doze) meses anteriores ao fechamento de cada trimestre; e

(ii) relação entre EBITDA da Companhia e Resultado Financeiro da Companhia maior ou igual a 2 (duas) vezes. Para os fins deste item (ii), considera-se como "Resultado Financeiro" da Companhia, a diferença entre receitas financeiras e despesas financeiras no período de 12 (doze) meses anteriores ao fechamento de cada trimestre, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio. O Resultado Financeiro será apurado em módulo se for negativo e, ser for positivo, não será considerado para cálculo. Estão excluídos deste cálculo os juros efetivamente desembolsados e/ou provisionados por conta de confissão de dívida junto a Entidade de Previdência Privada, bem como variações cambiais e monetárias sobre dívidas e caixa, e por fim as despesas oriundas de provisões que não tiveram impacto no fluxo de caixa da Companhia, mas apenas registro contábil.

Os valores mencionados nas alíneas (a), (j) e (k) do item acima não serão reajustados ou corrigidos.

A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (b), (d), (e), (i), (l) e (m) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta ao respectivo detentor, ficando o vencimento condicionado à entrega de notificação nesse sentido, por qualquer dos titulares das Debêntures à Companhia. Na ocorrência dos eventos previstos nas alíneas (a), (c), (f), (g), (h), (j), (k),

(n) e (o) acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que os titulares das Debêntures tomarem conhecimento do evento, assembleia especial de debenturistas, para deliberar sobre o eventual Vencimento Antecipado das Debêntures. A referida assembleia especial de debenturistas deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo máximo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

Na assembleia mencionada no parágrafo acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previstos neste Prospecto, os titulares das Debêntures poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75,0% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

Na hipótese (i) de não instalação da assembleia de debenturistas mencionada acima por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista acima por titulares que representem, no mínimo, 75,0% (setenta e cinco por cento) da Debêntures em Circulação, os debenturistas deverão declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures.

Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Companhia obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados do Vencimento Antecipado, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Companhia por meio de carta protocolizada no endereço constante neste Prospecto, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item "Encargos Moratórios" na página 38 deste Prospecto.

Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subseqüente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP ou pela Central Depositária da BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

Garantia Fidejussória

Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, a Garantidora presta fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente como fiadora e principal pagadora pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura de Emissão, nos termos descritos a seguir.

A Garantidora declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora do valor total da dívida da Companhia representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, inclusive, mas não limitado, àquelas devidas ao Agente Fiduciário ("Valor Garantido").

O Valor Garantido será pago pela Garantidora no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Garantidora informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos titulares das Debêntures a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pela Garantidora de acordo com os procedimentos estabelecidos na Escritura de Emissão.

A Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos do Código Civil e artigo 595, do Código de Processo Civil.

A Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a fiança objeto deste item.

A presente fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.

A Garantidora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do Valor Garantido.

A fiança de que trata este item foi devidamente aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Garantidora, conforme prevê o artigo 18, alínea (u) do seu Estatuto Social, realizada em 27 de maio de 2009 cuja ata foi arquivada na JUCESP sob n.º 195.548/09-7 em 05 de junho de 2009 e foi publicada nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo em 30 de maio de 2009 e Valor Econômico em 01 de junho de 2009.

A presente fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido.

A garantia fidejussória concedida à Emissão foi feita com base nas informações financeiras da Companhia e da Garantidora contempladas neste Prospecto e divulgadas ao mercado.

Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP e/ou pela Central Depositária da BM&FBOVESPA. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP e/ou pela Central Depositária da BM&FBOVESPA terão os seus pagamentos realizados junto ao Banco Mandatário.

Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Limite da Emissão

A Emissão está de acordo com os limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, pois o valor total das Debêntures da Emissão, somado ao saldo devedor das debêntures da 2ª e da 3ª emissão da Companhia, no valor de R$ 607.254.077,65, não ultrapassa o valor do capital social da Companhia que, em 31 de março de 2009, totalizava R$ 851.860.582,21.

Assembleia Geral de Debenturistas e Quoruns para Deliberação

Convocação

A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação.

A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Companhia deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembléias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e da Escritura de Emissão.

As Assembléias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembléia Geral de Debenturista em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembléia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos na Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Companhia e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembléia ou do voto proferido na respectiva Assembléia Geral de Debenturistas.

Quorum de Instalação

A Assembléia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

Quorum de Deliberação

Nas deliberações das assembléias gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembléia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

Não estão incluídos no quorum a que se refere o parágrafo acima:

I. os quoruns expressamente previstos em outras cláusulas da Escritura de Emissão; e

II. as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (a) da Remuneração; (b) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão; e (c) da espécie das Debêntures.

As alterações dos quoruns estabelecidos na Escritura de Emissão e/ou das disposições estabelecidas na Escritura de Emissão deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembléia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subseqüente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

Publicidade

Os atos societários da Companhia serão publicados nos jornais usualmente utilizados pela Companhia, quais sejam: o (i) Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul; e (ii) Jornal Pioneiro de Caxias do Sul. Não obstante, todas as publicações, exceto atos societários, que tiverem relação com a Emissão ou envolvam interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos ou anúncios, no (i) Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul; (ii) Jornal Pioneiro de Caxias do Sul; e (iii) jornal Valor Econômico, bem como na página da Companhia na rede internacional de computadores – internet (www.rge-rs.com.br). Caso seja publicado na forma de resumo, o inteiro teor do anúncio de início de distribuição das Debêntures constará da página da Companhia na internet, no endereço acima referido.

Classificação de Risco

A Companhia contratou a *Standard & Poor's Ratings Services* para a elaboração de súmula de classificação de risco para esta Emissão. A súmula encontra-se anexa na página 1261 deste Prospecto.

Locais onde as Debêntures Podem ser Adquiridas

Os interessados em adquirir Debêntures poderão contatar os Coordenadores da Distribuição Pública em quaisquer dos endereços abaixo indicados:

Coordenador Líder

HSBC CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima n.º 3.064, 2º andar
01451-000 – São Paulo – SP
At.: Antonio Marques de Oliveira Neto
Tel.: (11) 3847-5078
Fax: (11) 3847-5021
E-mail: Antonio.m.oliveira@hsbc.com.br

Coordenador

BANCO UBS PACTUAL S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.729. 9º andar
04538-905 - São Paulo – SP
At.: Sr. Bruno Licarião
Telefone: (21) 3383-2000
Fac-símile: (21) 3383-2000
Correio Eletrônico: bruno.licariao@ubs.com

Informações Complementares

Quaisquer informações complementares sobre a Companhia e a Emissão poderão ser obtidas na CVM ou na sede dos Coordenadores, nos endereços constantes acima.

Público Alvo da Oferta

O público alvo da Oferta será composto por fundos de investimento, fundos de pensão, administradores de recursos de terceiros, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e outros investidores considerados institucionais ou qualificados, incluindo, mas não se limitando a pessoas físicas, nos termos da Instrução da CVM 409.

Declaração de Inadequação de Investimento

A presente Oferta não é adequada aos investidores que: (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; e (ii) necessitem de liquidez considerável com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de Debêntures no mercado secundário brasileiro é restrita.

Plano de Distribuição

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, os Coordenadores iniciarão a colocação das Debêntures após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores e a publicação do anúncio de início de que trata o artigo 52 da Instrução CVM 400. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP e do DDA, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, bem como com o plano de distribuição elaborado de acordo com o parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, conforme descrito abaixo.

Anteriormente à concessão do registro da Oferta pela CVM, os Coordenadores poderão realizar Procedimento de *Bookbuilding* e disponibilizarão ao público o Prospecto Definitivo de Distribuição, precedido da publicação do aviso de que trata o artigo 53 da Instrução CVM 400, não havendo, contudo, recebimento pelos Coordenadores de reservas de subscrição de Debêntures.

A colocação será pública, não existindo lotes mínimos ou máximos, privilegiando, independentemente de ordem cronológica, as propostas dos investidores que desejarem subscrever as Debêntures e que apresentarem as melhores propostas durante o Procedimento de *Bookbuilding*, devendo ser consideradas como melhores as propostas que apresentem as menores taxas de remuneração para o investidor com a intenção de alcançar a maior pulverização das Debêntures, para que haja maior liquidez no mercado secundário.

Não será (i) constituído fundo de sustentação de liquidez ou (ii) firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures.

Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures.

Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos investidores interessados em adquirir Debêntures.

Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Companhia.

Observadas as disposições da regulamentação aplicável e a prestação de informações à Companhia, quando por ela solicitado, os Coordenadores deverão realizar a distribuição pública das Debêntures, de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos seus clientes, e (iii) que os seus representantes de venda recebam previamente o exemplar do Prospecto para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada para tal.

Os Coordenadores e as demais instituições financeiras que eventualmente aderirem ao Contrato de Distribuição na qualidade de instituições intermediárias, poderão revender, até a data de publicação do anúncio de encerramento, as Debêntures adquiridas em virtude do exercício da garantia firme de colocação pelo Valor Nominal Unitário, devidamente atualizado, se for o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da subscrição e integralização. A revenda das Debêntures pelos Coordenadores, após a publicação do anúncio de encerramento, poderá ser feita pelo preço a ser apurado de acordo com as condições de mercado verificadas a época. A revenda das Debêntures, conforme aqui mencionada, deverá ser efetuada respeitada a regulamentação aplicável.

Contrato de Distribuição de Valores Mobiliários

Nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e da Instrução CVM 400, foi celebrado o Contrato de Distribuição, por meio do qual a Companhia contratou os Coordenadores para realizar a colocação das Debêntures junto ao público.

A cópia do Contrato de Distribuição pode ser obtida no endereço da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, conforme indicados na Seção "Informações Sobre os Administradores, Consultores e Auditores" na página 23 deste Prospecto.

Cronograma de Etapas da Oferta

As datas indicadas na tabela abaixo são baseadas nas expectativas da Companhia e dos Coordenadores e, portanto, estão sujeitas a alterações.

Eventos	Datas Previstas*
Protocolo do Prospecto Preliminar na ANBID	08 de junho de 2009
Disponibilização do Prospecto Preliminar	08 de junho de 2009
Publicação de Fato Relevante sobre o protocolo do pedido de registro da Oferta na ANBID	09 de junho de 2009
Publicação do Aviso ao Mercado	25 de junho de 2009
Início das apresentações para potenciais investidores	26 de junho de 2009
Encerramento das apresentações para potenciais investidores	1º de julho de 2009
Procedimento de Bookbuilding	14 de julho de 2009
Fixação da taxa de Remuneração pelo Conselho de Administração da Emissora, conforme definida em Procedimento de Bookbuilding	15 de julho de 2009
Disponibilização do Prospecto Definitivo	15 de julho de 2009
Obtenção do Registro da Oferta na CVM	27 de julho de 2009
Publicação do Anúncio de Início	28 de julho de 2009
Liquidação Financeira da Oferta	29 de julho de 2009
Publicação do Anúncio de Encerramento	31 de julho de 2009

*As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações e atrasos.

Modificação, Suspensão e Revogação da Oferta e Restituição de Valores

Nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, na hipótese de modificação das condições da Oferta, esta será divulgada nos jornais (i) Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul; (ii) Jornal Pioneiro de Caxias do Sul; e (iii) jornal Valor Econômico, bem como na página da Companhia na rede internacional de computadores – internet (www.rge-rs.com.br), meios iguais aos utilizados para a divulgação do Anúncio de Início de Distribuição e os Coordenadores, ao receberem aceitações da Oferta, deverão obter manifestação escrita de que o potencial investidor está ciente de que os termos da Oferta original foram alterados e de que tem conhecimento das novas condições.

Na hipótese mencionada no parágrafo acima, os investidores que já tiverem aderido à Oferta serão comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio.

Na hipótese de ocorrência de qualquer fato ou irregularidade, inclusive após a obtenção do registro da Oferta, que seja relevante o suficiente para justificar a suspensão ou o cancelamento do registro da Oferta, o Coordenador Líder deverá suspender ou cancelar a Oferta e comunicar imediatamente a ocorrência do ato ou irregularidade à Companhia e à CVM, que verificará se a ocorrência do fato ou da irregularidade são sanáveis, nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400.

Na hipótese de (i) revogação da Oferta ou (ii) revogação, pelos investidores, de sua aceitação da Oferta, em caso de modificação das condições da Oferta, nos termos dos artigos 25 e 26 da Instrução CVM 400, os montantes eventualmente utilizados por investidores na integralização de Debêntures durante o Prazo de Colocação serão integralmente restituídos pela Companhia aos Coordenadores e aos respectivos investidores, conforme o caso, no prazo a ser indicado no Anúncio de Início, nos termos do artigo 26 da Instrução CVM 400, deduzidos dos encargos e tributos devidos, sem qualquer remuneração. Neste caso, os investidores deverão fornecer recibo de quitação à Companhia referente aos valores restituídos, bem como efetuar a devolução dos boletins de subscrição referentes às Debêntures já integralizadas.

Regime de Distribuição

Os Coordenadores realizarão a distribuição pública das Debêntures sob regime de garantia firme de colocação, sem qualquer solidariedade entre os Coordenadores, sendo atribuída, para fins do regime de garantia firme, a cada Coordenador a quantidade de Debêntures correspondente ao montante a seguir, na Data de Emissão:

Instituição	Montante de Garantia Firme	% da Garantia Firme da Emissão
HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	R$ 92.500.000,00	50,0%
Banco UBS Pactual S.A.	R$ 92.500.000,00	50,0%

A garantia firme prestada pelos Coordenadores é válida até o dia 24 de agosto de 2009.

Remuneração

A título de remuneração pelos serviços previstos no Contrato de Distribuição, a Companhia pagará aos Coordenadores a remuneração descrita a seguir:

(a) Comissão de Estruturação e Coordenação: equivalente a 0,12% (doze centésimos por cento) incidente sobre o número total de Debêntures efetivamente subscritas multiplicado pelo seu Preço de Subscrição, a ser dividida entre os Coordenadores na proporção da garantia firme prestada por cada um;

(b) Comissão de Colocação: equivalente a 0,12% (doze centésimos por cento) incidente sobre o número total de Debêntures efetivamente subscritas multiplicado pelo seu Preço de Subscrição, das Debêntures efetivamente subscritas, a ser dividida entre os Coordenadores na proporção da garantia firme prestada por cada um; e

(c) Prêmio de Garantia Firme: equivalente a 0,19% (dezenove centésimos por cento) incidente sobre o número de Debêntures objeto da garantia firme, multiplicado pelo seu Preço de Subscrição, a ser dividido entre os Coordenadores na proporção da garantia firme prestada por cada um.

Os Coordenadores não receberão nenhuma remuneração adicional pelos serviços previstos nos termos do Contrato de Distribuição além das previstas acima.

Demonstrativo do Custo da Distribuição

Custos para a Companhia	Montante * (R$)	% sobre o total da Oferta *
Comissão de Estruturação e Coordenação	222.000,00	0,120
Comissão de Colocação	222.000,00	0,120
Prêmio de Prestação de Garantia Firme	351.500,00	0,190
Taxa para registro na CVM	82.870,00	0,045
Taxa ANBID	15.000,00	0,008
Assessores Legais	85.500,00	0,046
Auditores Externos	215.000,00	0,116
Agência de Classificação de Risco	22.000,00	0,012
Agências de Publicidade	207.000,00	0,112
Banco Mandatário	30.000,00	0,016
Outros Custos**	10.000,00	0,005
Total dos custos	**1.462.870,00**	**0,791**
Montante líquido para a Companhia	**183.537.130,00**	**99,209**

* Valores arredondados.

** Inclui custos com viagens, hospedagem e refeições.

Preço por Debênture (R$)	Custo por Debênture (R$)	Custo por Debênture (%)	Montante Líquido para a Companhia (R$)
1.000,00	7,91	0,791	992,09

Contrato de Garantia de Liquidez e Contrato de Estabilização de Preço

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

Relacionamento da Companhia com os Coordenadores

Coordenador Líder:

Além do relacionamento no âmbito da Emissão, o Coordenador Líder, por meio de seu acionista controlador indireto (HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo), possui relacionamento comercial com a Companhia, com a Garantidora e com suas empresas controladas, por meio da prestação de serviços bancários, tais como: conta corrente, arrecadação de contas de energia elétrica, fiança, financiamento de capital de giro, *swaps*, entre outros. Na data deste Prospecto, a exposição total do HSBC ao Grupo CPFL era de R$ 60,5 milhões, substancialmente representados por: (i) R$ 21,8 milhões em 2.175 debêntures simples da 2ª emissão da Companhia, com vencimento em 01 abril de 2011, sujeita a atualização monetária pela variação do IGPM e juros correspondente a 9,60% ao ano, pagos anualmente; (ii) contrato de financiamento de capital de giro com a CPFL Santa Cruz e aval da CPFL Energia, com saldo devedor de R$ 38,5 milhões, prazo original de 3 anos, vencimento em junho de 2011 e custo correspondente a Taxa DI acrescida de *spread* de 1,10% ao ano; e (iii) R$ 0,3 milhões por contrato de fiança com a Companhia, com vencimento em junho de 2009 e custo de 0,60% ao ano. Em 31 de março de 2009, o HSBC subscreveu integralmente a 2ª emissão de notas promissórias comerciais da Companhia, no montante de R$ 160,0 milhões, remuneração correspondente a 118% da Taxa DI e aval da CPFL Energia, vencidas e resgatadas em 30 de abril de 2009. O HSBC também atuou como coordenador líder das 2ª e 3ª emissões de notas promissórias comerciais de emissão da Companhia, distribuídas em regime de garantia firme de colocação. O HSBC não teve outros contratos de financiamento com empresas do Grupo CPFL nos últimos doze meses.

O HSBC também está atuando como coordenador líder nas ofertas públicas de debêntures da (i) 4ª emissão da CPFL Paulista, no montante de R$ 175,0 milhões, e (ii) 2ª emissão da CPFL Geração de Energia S.A. no montante de R$ 315,0 milhões. Ambas debêntures têm prazo de vencimento de dois anos, contam com fiança da CPFL Energia e serão distribuídas em regime de garantia firme de colocação.

O HSBC não tem nenhuma operação de crédito vinculada à presente Oferta.

A Companhia poderá contratar no futuro o Coordenador Líder ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-la na realização de investimentos, operações no mercado de capitais ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

Operações Vinculadas à Oferta

Não há qualquer operação celebrada entre a Companhia e o Coordenador Líder que esteja vinculada à presente Oferta.

Coordenador:

A Companhia, Garantidora e/ou suas subsidiárias, além do relacionamento relativo à Oferta, mantém relacionamento comercial com o Banco UBS Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico em que são assessoradas na realização de investimentos, aquisições estratégicas, financiamento e/ou em quaisquer outras operações típicas de banco de investimento e que são necessárias para o exercício de suas atividades, incluindo, dentre outras, operações de financiamento, de crédito, de derivativos, de câmbio, de oferta de ações e de assessoria financeira.

UBS AG London Branch e/ou suas afiliadas poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Debêntures como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Debêntures, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações com total return swap). UBS AG London Branch e/ou suas afiliadas poderão adquirir as Debêntures como forma de proteção para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e o preço das Debêntures, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

O Banco UBS Pactual atua como formador de mercado para as ações ordinárias de emissão da CPFL Energia, que são listadas para negociação na BM&FBOVESPA.

Operações Vinculadas à Oferta

Não há qualquer operação celebrada entre a Companhia e o Coordenador que esteja vinculada à presente Oferta.

Declaração da Companhia e do Coordenador Líder

Declaração nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400:

A Companhia declara que o Prospecto da Oferta contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores da Oferta, dos valores mobiliários ofertados, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto da Oferta foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, conforme declaração anexa a este Prospecto, assinada pelos Srs. José Antonio de Almeida Filippo, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e Wilson P. Ferreira Júnior, Diretor Presidente.

O Coordenador Líder declara (a) que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que (i) as informações fornecidas pela Companhia são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante a Oferta, assim como durante o prazo de distribuição pública das Debêntures, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) que o Prospecto da Oferta (i) contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, das Debêntures, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes; e (ii) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, conforme declaração anexa a este Prospecto, assinada pelos Srs. Vieri Ermanno Bracco, Diretor Executivo e Sylvio Bittencourt Rocha Pinto Jr., Diretor Executivo.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos obtidos com a presente Emissão serão destinados integralmente ao resgate das Notas Promissórias da 3ª Emissão.

O valor total das Notas Promissórias da 3ª Emissão da Companhia foi de R$185.000.000,00 (cento e oitenta e cinco milhões de reais), divididas em 185 (cento e setenta e cinco) notas promissórias, com valor nominal unitário de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) cada, emitidas em série única, que foram totalmente subscritas e integralizadas em 29 de abril de 2009. As Notas Promissórias da 3ª Emissão são garantidas por aval de CPFL Energia e são remuneradas pela variação acumulada de 118,0% (cento e dezoito por cento) da Taxa DI. As Notas Promissórias da 3ª emissão da Companhia vencerão em 360 dias a contar de 29 de abril de 2009.

A Companhia deverá realizar, a partir do 80º dia contado da data de emissão, o resgate antecipado da totalidade das Notas Promissórias da 3ª Emissão, na hipótese da Companhia realizar qualquer forma de captação de recursos no mercado de capitais no Brasil ou no exterior, com o propósito de refinanciamento da dívida representadas pelas notas promissórias, ou a seu exclusivo critério, de acordo com o disposto em suas respectivas cártulas.

Aproximadamente 87,0% dos recursos captados por meio da distribuição pública das Notas Promissórias da 3ª Emissão foram utilizados para o pagamento das notas promissórias comerciais da 2ª emissão da Companhia, emitidas no valor total de R$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais), remuneradas à taxa de 118,0% (cento e dezoito por cento) da Taxa DI. O restante dos recursos, aproximadamente 13,0% do Valor Total da Oferta, foram utilizados para reforço do capital giro da Companhia.

Na data deste Prospecto, o saldo devedor das Notas Promissórias da 3ª Emissão era de R$ 186.766.381,08. A diferença entre o saldo devedor e a Emissão será pago com recursos provenientes do caixa da Companhia.

Para mais informações sobre as Notas Promissórias da 3ª Emissão favor ver Seção "Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos" na página 191 deste Prospecto.

Para informações sobre os impactos da Emissão na situação patrimonial e nos resultados da Companhia, vide Seção "Capitalização" na página 73 deste Prospecto.

5. FATORES DE RISCO

- Riscos Relacionados a Fatores Macroeconômicos
- Riscos Relacionados ao Setor Elétrico Brasileiro
- Riscos Relacionados à Companhia
- Riscos Relacionados à Oferta
- Riscos Relacionados à Garantidora

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento nas Debêntures, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e, em particular, avaliar os fatores de risco descritos a seguir. Caso algum destes riscos venha a se concretizar, as condições financeiras, os negócios e os resultados das operações da Companhia poderão ser afetados de forma negativa.

RISCOS RELACIONADOS A FATORES MACROECONÔMICOS

O Governo Federal e outras entidades da administração pública têm exercido influência significativa sobre a economia brasileira. Condições políticas e econômicas no Brasil podem influenciar adversamente as atividades da Companhia.

O Governo Federal intervém frequentemente na economia brasileira e ocasionalmente implementa mudanças significativas na política e regulamentação econômica. As ações do Governo Federal para controlar a inflação e dar efeito a outras políticas incluem controle sobre preços e salários, desvalorizações da moeda, controles sobre o fluxo de capital e limites nas importações, entre outras medidas. Os negócios, condições financeiras e os resultados das operações da Companhia poderão ser adversamente afetados por mudanças de políticas públicas, sejam elas implementadas em âmbito federal, estadual ou municipal, referentes às tarifas públicas e controles sobre o câmbio, bem como por outros fatores, tais como:

- variação cambial;
- inflação;
- taxas de juros;
- liquidez do mercado doméstico financeiro e de capitais;
- política fiscal; e
- outros desenvolvimentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que afetem o Brasil.

A futura evolução da economia brasileira, assim como das políticas do Governo Federal poderá afetar adversamente os negócios da Companhia e os seus resultados.

A inflação e certas medidas do Governo Federal para combatê-la podem afetar adversamente a economia brasileira e o mercado brasileiro de valores mobiliários, bem como a condução dos negócios da Companhia.

O Brasil apresenta um histórico de altos índices de inflação. Recentemente, os índices de inflação foram de 3,1% em 2006, 4,5% em 2007 e 5,9% em 2008 de acordo com o IPCA. Medidas do Governo Federal para combatê-la, combinadas com a especulação sobre possíveis medidas governamentais futuras, podem contribuir para incertezas na economia brasileira e para aumentar a volatilidade no mercado de capitais brasileiro. Ações futuras do Governo Federal, incluindo definição das taxas de juros ou intervenções no mercado de câmbio para ajustar ou recuperar o valor do Real, poderão ter efeitos relevantes e adversos na economia brasileira e/ou nos negócios da Companhia. Caso o Brasil apresente altas taxas de inflação no futuro, talvez a Companhia não seja capaz de reajustar os preços dos seus contratos de compra e venda de energia elétrica para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos operacionais e/ou financeiros. Pressões inflacionárias também podem afetar a capacidade da Companhia de se antecipar a políticas governamentais de combate à inflação que possam causar danos aos seus negócios.

Oscilações do valor do Real frente ao valor do Dólar e de outras moedas podem afetar negativamente a capacidade de pagamento da Companhia.

A moeda brasileira sofreu desvalorizações em relação ao Dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, mini-desvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas Por exemplo, o Real desvalorizou 15,7% e 34,3% frente ao Dólar, em 2001 e 2002, respectivamente, e valorizou 22,3%, 8,8%, 13,4%, 9,5% e 20,7% frente ao Dólar, em 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007, respectivamente. Em 2008, o Real sofreu uma desvalorização de, aproximadamente, 24,2% em relação ao Dólar. Não se pode garantir que o Real não sofrerá uma desvalorização ou uma valorização em relação ao Dólar novamente. Em 31 de dezembro de 2008, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R$2,34 por US$1,00.

A desvalorização acentuada do Real em relação ao Dólar poderá gerar inflação e medidas governamentais para combater eventuais surtos inflacionários, entre os quais a elevação da taxa básica de juros. Tais medidas podem gerar efeitos relevantes e adversos na economia brasileira e/ou nos negócios da Companhia.

A deterioração das condições políticas, econômicas e de mercado em outros países pode afetar negativamente a economia brasileira e os negócios da Companhia.

A economia brasileira e as companhias brasileiras têm sido, em diferentes intensidades, impactadas pelas condições políticas, econômicas e de mercado de outros países bem como pelas reações dos investidores com relação a essas condições.

Mesmo que as condições econômicas sejam diferentes em cada país, a reação dos investidores aos acontecimentos em um país pode levar o mercado de capitais de outros países a sofrer flutuações. No passado recente, eventos políticos, econômicos e sociais em países de economia emergente, incluindo os da América Latina, afetaram adversamente a disponibilidade de crédito para empresas brasileiras no mercado externo, resultando em saída significativa de recursos do País e na diminuição na quantidade de moeda estrangeira investida no País.

Não há como garantir que acontecimentos em outros países, bem como as medidas a serem adotadas pelos governos desses países não afetarão a oferta de crédito no mercado local e internacional de modo adverso causando efeitos negativos na economia brasileira e nos resultados da Companhia.

Considerando que a Companhia atua em setor que exige investimentos significativos, caso o seu acesso ao mercado de capitais e de crédito seja limitado, a Companhia poderá enfrentar dificuldades para cumprir seu plano de investimentos e manter sua parcela de mercado, afetando de forma negativa seus resultados e sua condição financeira.

A variação das taxas de juros poderá ter um efeito prejudicial sobre as atividades e resultados operacionais da Companhia.

A elevação das taxas básicas de juros estabelecidas pelo Banco Central poderá ter impacto negativo no resultado da Companhia, na medida em que podem inibir o crescimento econômico e, consequentemente, a demanda por energia, e também porque suas atividades exigem intensos investimentos de capital. Tais investimentos são, em sua maioria, financiados com recursos de terceiros e remunerados com taxas de juros pós-fixadas. Diante desse cenário, não há garantia de que serão concedidos financiamentos à Companhia e nem de que os custos de eventual financiamento serão satisfatórios. Na hipótese de elevação das taxas de juros, poderá haver aumento nos custos do serviço da dívida da Companhia e das despesas financeiras deles originadas, o que poderá causar a redução na demanda pelos serviços da Companhia ou ter um impacto negativo nos negócios da Companhia, na sua condição financeira e nos resultados de suas operações.

Alterações na legislação tributária do Brasil poderão afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

O Governo Federal regularmente implementa alterações no regime fiscal, que afetam os participantes do mercado de energia, a Companhia e as Distribuidoras. Essas alterações incluem mudanças nas alíquotas e, ocasionalmente, a cobrança de tributos temporários, cuja arrecadação é associada a determinados propósitos governamentais específicos. Algumas dessas medidas poderão resultar em aumento da carga tributária da Companhia, que poderá, por sua vez, influenciar sua lucratividade e afetar adversamente os preços de sua energia vendida e seu resultado financeiro. Não há garantias de que a Companhia será capaz de manter seus preços, o fluxo de caixa projetado ou a sua lucratividade se ocorrerem alterações significativas nos tributos aplicáveis às suas operações e ao mercado de energia elétrica.

RISCOS RELACIONADOS AO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

Eventuais alterações na regulamentação do setor elétrico podem afetar de maneira adversa as empresas do setor de energia elétrica, inclusive os negócios e os resultados da Companhia.

A atividade da Companhia é regulamentada e supervisionada pela ANEEL e pelo MME. A ANEEL, o MME e outros órgãos fiscalizadores têm, historicamente, exercido um grau substancial de influência sobre os negócios da Companhia, incluindo a influência sobre as modalidades e os termos e condições dos contratos de venda de energia que esta está autorizada a celebrar. Nos últimos anos, o Governo Federal implantou novas políticas para o setor de energia. Por exemplo, em 15 de março de 2004, foi aprovada a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, que alterou substancialmente as diretrizes até então vigentes e as regras aplicáveis à venda de energia elétrica no Brasil.

A constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico foi contestada perante o Supremo Tribunal Federal, por meio de ações diretas de inconstitucionalidade. Em 11 de outubro de 2006, o Supremo Tribunal Federal indeferiu as medidas cautelares das ações diretas de inconstitucionalidade, por 7 votos a 4, declarando que, em princípio, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico não viola a Constituição Federal. O mérito das ações diretas de inconstitucionalidade ainda não foi julgado, sendo que, em 6 de janeiro de 2009, a Procuradoria Geral da República deu parecer favorável pela improcedência do pedido. Caso a Lei do Novo Modelo do Setor

Elétrico seja declarada inconstitucional, os agentes do setor elétrico, incluindo a Companhia, poderão ser adversamente afetados.

O efeito integral das reformas introduzidas pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico e sua continuidade, o resultado final da ação perante o Supremo Tribunal Federal e reformas futuras na regulamentação do setor elétrico são difíceis de prever, sendo que as mesmas poderão ter um impacto negativo sobre os negócios da Companhia e seus resultados operacionais.

As principais atividades comerciais, a implementação da estratégia de crescimento e a condução das atividades da Companhia podem ser afetadas de forma adversa por ações governamentais, dentre as quais: (a) alteração na legislação aplicável aos negócios da Companhia; (b) descontinuidade e/ou mudanças nos programas de concessão federal e estaduais; (c) imposição de critérios mais rigorosos para a qualificação em licitações futuras; e (d) atraso na implementação de reajustes anuais de tarifas.

A Companhia não pode assegurar as ações que serão tomadas pelo Governo Federal no futuro e em que medida tais ações poderão afetar os resultados operacionais da Companhia. Caso a Companhia seja obrigada a proceder de maneira substancialmente diferente daquela estabelecida em seu plano de negócio, os resultados financeiros e operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados.

Eventuais alterações na regulamentação das agências reguladoras podem ter um efeito prejudicial no setor de energia elétrica, inclusive nos negócios e nos resultados da Companhia.

Há projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional, que dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das agências reguladoras. Esse projeto de lei visa alterar a estrutura de tais agências, mediante, dentre outros pontos, a criação (i) de contratos de gestão, que deverão ser firmados entre as agências e os Ministérios a que estiverem vinculadas, e, também, (ii) de ouvidoria nas agências, com o objetivo de zelar pela qualidade dos serviços prestados e acompanhar o processo interno de apuração das denúncias e reclamações dos usuários, seja contra a atuação da agência, seja contra entes regulados, sendo que o ouvidor, responsável pela respectiva ouvidoria, será indicado pelo Presidente da República.

Caso a mencionada lei entre em vigor, as medidas dela decorrentes poderão reduzir as atribuições da ANEEL, passando o Poder Concedente, por outro lado, sobretudo o MME – ao qual a ANEEL é vinculada –, a ter maior atuação e influência no setor elétrico brasileiro. Não há como garantir que as alterações a serem aprovadas não afetarão negativamente as empresas distribuidoras de energia elétrica, incluindo a Companhia.

Regulamentação tarifária do setor elétrico e política tarifária.

A ANEEL dispõe de ampla discricionariedade para determinar as tarifas pelo fornecimento de energia elétrica.

As tarifas praticadas pela Companhia são determinadas de acordo com Contratos de Concessão celebrados com o Poder Concedente e em conformidade com as competências da ANEEL.

Os Contratos de Concessão da Companhia estabelecem um mecanismo de fixação de tarifas que admite três tipos de reajustes tarifários: (a) o reajuste anual; (b) a revisão periódica e (c) a revisão extraordinária.

A Companhia pode requerer o reajuste anual, que é destinado a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e repassar aos consumidores certos encargos, incluindo encargos do uso da rede de transmissão e distribuição; e certas alterações de custos cujo controle não é gerenciado pela Companhia, tais como o custo da energia elétrica de determinadas fontes. Ademais, a ANEEL realiza a revisão periódica a cada quatro ou cinco anos, a qual tem por finalidade identificar a variação dos custos incorridos pelas concessionárias, bem como determinar um fator de redução do IGP-M a ser aplicado nos reajustes anuais subsequentes, de modo que as concessionárias compartilhem ganhos de produtividade com seus consumidores. A Companhia pode, ainda, requerer uma revisão extraordinária de suas tarifas, caso custos imprevisíveis venham a alterar de maneira significativa sua estrutura de custos.

Não é possível garantir que a ANEEL irá estabelecer tarifas que beneficiem a Companhia.

Ademais, à medida que quaisquer desses reajustes não sejam concedidos pela ANEEL em tempo hábil, a situação financeira da Companhia e o resultado de suas operações poderão ser adversamente afetados, afetando também os seus resultados. Para maiores informações sobre a ANEEL, vide Seção "Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro", na página 127 deste Prospecto.

Alterações nas leis e regulamentos ambientais podem afetar de maneira adversa os negócios das empresas do setor de energia elétrica, inclusive a Companhia.

As empresas do setor elétrico estão sujeitas a uma rigorosa legislação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal no tocante, dentre outros, às emissões atmosféricas e às intervenções em áreas especialmente protegidas. Tais empresas necessitam de licenças e autorizações de agências governamentais para a condução de suas atividades. Na hipótese de violação ou não cumprimento de tais leis, regulamentos, licenças e autorizações, as empresas podem sofrer sanções administrativas, tais como multas, interdição de atividades, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, ou estarem sujeitas a sanções criminais. O Ministério Público poderá instaurar inquérito civil e/ou desde logo promover ação civil pública visando o ressarcimento de eventuais danos ao meio ambiente e terceiros. As agências governamentais ou outras autoridades podem também editar novas regras mais rigorosas ou buscar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, que podem obrigar as empresas do setor de energia elétrica, incluindo a Companhia, a gastar recursos adicionais na adequação ambiental, inclusive obtenção de licenças ambientais para instalações e equipamentos que não necessitavam anteriormente dessas licenças ambientais. As agências governamentais ou outras autoridades podem, ainda, atrasar de maneira significativa a emissão das licenças e autorizações necessárias para o desenvolvimento dos negócios de empresas do setor elétrico, inclusive da Companhia, causando atrasos em cronogramas de implantação de projetos e gerando, consequentemente, efeitos adversos nos negócios e resultados da Companhia. Qualquer ação neste sentido por parte das agências governamentais poderá afetar de maneira negativa os negócios do setor de energia elétrica e ter um efeito adverso para os negócios e resultados da Companhia.

A ocorrência de danos ambientais envolvendo as atividades da Companhia pode sujeitá-la ao pagamento de substanciais custos de recuperação ambiental e indenizações, que podem afetar negativamente os negócios da Companhia e o valor de mercado dos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. A legislação federal também prevê a desconsideração da personalidade jurídica da empresa poluidora, bem como responsabilidade pessoal dos administradores, para viabilizar o ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. Como consequência, os sócios e administradores da empresa poluidora poderão ser obrigados a arcar com o custo da reparação ambiental. O pagamento de substanciais custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais pode obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas e ter um efeito adverso para a Companhia.

A concentração da matriz energética do setor elétrico brasileiro, o impacto de uma potencial falta de eletricidade e o consequente racionamento de energia elétrica poderão ter um efeito adverso sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia.

O setor elétrico brasileiro, cuja matriz energética é muito concentrada na geração hidrelétrica de energia, representando atualmente 88,6% da capacidade disponível no SIN, enfrenta uma restrição natural à sua capacidade de geração. As usinas hidrelétricas não podem gerar energia além da capacidade possibilitada pelos recursos hídricos do País. O controle do nível dos reservatórios efetuado pelo ONS busca otimizar o nível de água disponível para geração hidrelétrica em cada uma das usinas associadas aos respectivos reservatórios, além de manter certa quantidade de água em reserva, para situações de emergência.

O setor elétrico brasileiro é, portanto, vulnerável a fatores naturais, como enchentes e escassez de chuvas, que afetam a capacidade geradora de energia, e às restrições do sistema interligado de transmissão de energia no País, que impedem o maior aproveitamento do potencial de geração de energia brasileiro.

A baixa média pluviométrica nos anos imediatamente anteriores a 2001, aliada à falta de expansão da capacidade instalada do SIN (em particular devido a entraves legais e regulatórios verificados no programa de expansão da capacidade termelétrica), não compatíveis com os aumentos na demanda que se verificavam, resultaram na redução acentuada dos níveis dos reservatórios nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do País. Diante dessa condição adversa, em 15 de maio de 2001, o Governo Federal implantou um programa de redução do consumo de energia, que ficou conhecido como Programa de Racionamento. O Programa de Racionamento estabeleceu índices de redução de consumo de energia para Consumidores Livres, comerciais e residenciais, que variavam de 15,0% a 25,0%, e durou de junho de 2001 a fevereiro de 2002.

A Companhia não pode assegurar que períodos com médias pluviométricas baixas ou extremamente baixas não afetarão adversamente seu resultado operacional no futuro.

Caso o Brasil passe por mais um período de potencial ou efetiva escassez de energia elétrica, o Governo Federal poderá implementar políticas e medidas que poderão ter efeito substancial e adverso na condução dos negócios, nos resultados operacionais e na condição financeira da Companhia, bem como no valor de mercado dos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

RISCOS RELACIONADOS À COMPANHIA

A Companhia pode não conseguir executar integralmente sua estratégia de negócio, podendo gerar prejuízos em seus negócios e resultados operacionais.

A capacidade da Companhia de implementar a sua estratégia de negócios depende de uma série de fatores, incluindo a habilidade de:

- crescimento com disciplina financeira;
- maximização da eficiência da carteira de clientes; e
- eficiência operacional.

A Companhia não pode garantir que quaisquer desses objetivos serão integralmente realizados. Um elemento crítico da estratégia da Companhia é a capacidade de expandir o parque gerador em termos e condições rentáveis para ela por meio de novos projetos, quer por meio da aquisição de concessões já outorgadas (inclusive ao seu Acionista Controlador), quer por meio da apresentação de propostas bem sucedidas para novas concessões. Além disso, uma vez obtidas novas concessões, a Companhia tem ainda que buscar novos financiamentos para a construção de barragens ou para o seu aprimoramento. Caso a Companhia não seja bem sucedida em suas propostas, seja pelo fato de as mesmas implicarem custos de construção ou aprimoramento muito altos se comparados aos retornos subsequentes, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados.

A perda da concessão da Companhia pode gerar prejuízos em seus resultados.

Nos termos da Lei de Concessões, uma concessão está sujeita à extinção antecipada em determinadas circunstâncias, quais sejam: encampação, caducidade, rescisão amigável ou judicial, anulação do Contrato de Concessão, falência ou extinção da concessionária, existindo ainda a previsão de indenização e intervenção em determinadas situações descritas no Contrato de Concessão. Em quaisquer dos casos descritos, os ativos vinculados à concessão serão revertidos ao Poder Concedente. O Contrato de Concessão prevê o direito a indenização da concessionária. No caso de extinção da concessão da Companhia, não é possível assegurar, na data deste Prospecto, que o valor de eventual indenização será suficiente para compensar a perda de lucro futuro relativo aos ativos ainda não totalmente amortizados ou depreciados.

A extinção antecipada do Contrato de Concessão, assim como a imposição de penalidades à Companhia associadas a tal extinção, poderão gerar significativos impactos nos resultados da Companhia e afetar sua capacidade de pagamento e cumprimento de obrigações financeiras.

Para mais informações sobre a extinção antecipada das concessões, vide Seção "Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro – Concessões" na página 129 deste Prospecto.

A Companhia é responsável por quaisquer perdas e danos causados a terceiros em decorrência de falhas no seu sistema de distribuição quando de interrupções ou distúrbios que não possam ser identificadas e atribuídas a um agente específico do setor elétrico. Nessas situações, os seguros contratados podem ser insuficientes para cobrir estas perdas e danos.

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia, na qualidade de prestadora de serviços públicos, tem responsabilidade objetiva por quaisquer prejuízos diretos e indiretos resultantes da inadequada prestação de serviços, tais como (i) perdas e danos causados a terceiros em decorrência de falhas na operação de suas usinas, que acarretem indisponibilidade forçada, interrupções ou distúrbios aos sistemas de distribuição e/ou transmissão ou (ii) interrupções ou distúrbios que não possam ser atribuídos a nenhum agente identificado do setor elétrico.

O valor das indenizações no caso do item (ii) acima e o critério de identificação do agente causador é realizado em conformidade com o disposto nos procedimentos de rede estabelecidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico e homologados pela ANEEL. Dependendo da avaliação final do Operador Nacional do Sistema Elétrico, tal fato poderá acarretar efeito substancial e adverso na condução dos negócios, nos resultados operacionais e na condição financeira da Companhia.

A ANEEL pode impor penalidades à Companhia ou intervir na concessão ou autorizações outorgadas à Companhia por descumprimento de obrigações previstas no Contrato de Concessão, nas autorizações e nas leis e regulamentos setoriais.

A ANEEL pode impor penalidades à Companhia por descumprimento de qualquer disposição do Contrato de Concessão e autorizações da Companhia. Dependendo da gravidade do inadimplemento, tais penalidades podem incluir:

- advertências;
- multas, por infração, de até 2,0% da receita da Companhia no ano encerrado imediatamente antes da data da respectiva violação;
- embargos à construção de novas instalações ou equipamentos;
- restrições à operação das instalações e equipamentos existentes;
- suspensão temporária da participação em processos de licitação para novas concessões; e/ou
- caducidade da concessão.

Qualquer das penalidades descritas acima, bem como a intervenção da ANEEL na concessão ou autorizações outorgadas à Companhia, poderia ter um efeito relevante e adverso na condução dos negócios, nos resultados operacionais e na condição financeira da Companhia, bem como no valor de mercado dos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

A Companhia gera parte de suas receitas operacionais a partir de Consumidores Livres, que podem procurar fornecedores alternativos de energia elétrica.

Dentro de sua área de concessão, a Companhia não enfrenta concorrência na distribuição de energia elétrica a consumidores residenciais, comerciais e industriais supridos na baixa tensão.

No entanto, outros fornecedores de energia elétrica podem competir com a Companhia na oferta de energia elétrica a certos consumidores qualificados como consumidores potencialmente livres. De forma geral, são considerados livres os consumidores com demanda de pelo menos 3 MW, atendidos em tensão maior ou igual a 69 KV e novos consumidores com demanda igual ou superior a 3 MW atendidos em qualquer tensão com início de fornecimento a partir de 1995. Em 2008, a Companhia forneceu energia elétrica a 15 consumidores potencialmente livres que podem adquirir energia de qualquer fonte. Esses consumidores representaram aproximadamente 6,0% da receita operacional líquida da Companhia e aproximadamente 7,5% da quantidade total de energia elétrica vendida pela Companhia no ano de 2008. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, a Companhia forneceu energia elétrica a 15 consumidores que atendiam a estas condições. Esses consumidores representaram aproximadamente 5,0% da receita operacional líquida da Companhia e aproximadamente 6,2% da quantidade total de energia elétrica vendida pela Companhia no período.

Adicionalmente, também são considerados consumidores potencialmente livres os que possuem demanda igual ou superior a 500 kW atendidos em qualquer tensão, desde que optem pelo consumo de energia a partir de fontes incentivadas (PCHs, biomassa, eólica, etc.). Em 2008, a Companhia forneceu energia elétrica a 362 consumidores com essas características. Esses consumidores representaram aproximadamente 21,2% da energia elétrica vendida e 6,0% da receita líquida da Companhia no mesmo período. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, a Companhia forneceu energia elétrica a 362 consumidores com demanda igual ou superior a 500kW, que representaram aproximadamente 14,6% da receita operacional líquida e aproximadamente 19,0% da energia elétrica vendida pela Companhia no período.

A decisão dos consumidores potencialmente livres da Companhia de se tornarem Consumidores Livres e comprarem energia elétrica de outros fornecedores pode afetar negativamente a participação de mercado da Companhia, impactando seus resultados operacionais.

Para maiores informações, vide Seção "Atividades da Companhia – Consumidores Livres" na página 152 deste Prospecto.

A instabilidade das taxas de juros pode afetar adversamente os negócios da Companhia.

As dívidas da Companhia estão sujeitas a taxas de juros variáveis, tais como TJLP, LIBOR e Taxa DI. Em 31 de dezembro de 2008, aproximadamente 100,0% do endividamento total da Companhia era denominado em reais e atrelado às taxas do mercado financeiro brasileiro ou a índices de inflação, ou, ainda, estavam sujeitos a taxas flutuantes de juros. A elevação das taxas de juros tem como resultado o aumento dos custos e pagamentos do serviço da dívida da Companhia. Neste caso, os negócios da Companhia, suas condições financeiras e o resultado de suas operações poderão ser afetados negativamente em decorrência de maiores despesas financeiras.

Poderá não ser possível efetuar a penhora de uma parcela significativa dos ativos da Companhia para garantir o cumprimento de suas obrigações.

De acordo com a legislação em vigor e com o Contrato de Concessão, os bens da Companhia essenciais para a prestação dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, que devem ser revertidos para o Poder Concedente ao final do prazo do Contrato de Concessão ou no caso de sua extinção antecipada, não estando sujeitos à penhora ou à execução judicial. Excepcionalmente, e com a devida anuência da ANEEL,

poder-se-á penhorar determinados ativos da Companhia com vistas a honrar suas obrigações, desde que esta garantia não comprometa a operacionalização e a continuidade dos serviços relativos à distribuição de energia elétrica. Não obstante, na hipótese de inadimplemento pela Companhia das obrigações de pagamento das Debêntures, parte dos bens que compõem o ativo da Companhia não poderá ser objeto de execução.
Com relação aos ativos da Garantidora, estes são constituídos, principalmente, pelas participações acionárias que estas detêm em concessionárias de geração e distribuição de energia elétrica, cuja penhorabilidade e alienabilidade são limitadas por lei.

As restrições contratuais à capacidade de endividamento da Companhia e o vencimento antecipado das dívidas existentes podem afetar adversamente sua capacidade de pagar suas dívidas e obter novos financiamentos.

Em virtude de contratos celebrados para a captação de recursos, a Companhia está sujeita a cláusulas e condições que restringem sua autonomia e capacidade de contrair novos empréstimos. A existência de limitações ao endividamento da Companhia poderá afetar sua capacidade de captar novos recursos necessários ao financiamento de suas atividades e de suas obrigações vincendas, o que poderá afetar a capacidade da Companhia de honrar seus compromissos financeiros. Adicionalmente, na hipótese de descumprimento de qualquer disposição dos referidos contratos, poderão tornar-se exigíveis os valores vincendos (principal, juros e multa) objeto dos referidos contratos, bem como poderá haver vencimento antecipado de todos os demais contratos firmados com empresas do grupo ou com o mesmo credor. O vencimento antecipado das obrigações da Companhia impactará sua situação financeira de forma significativa. Para mais informações sobre esse contratos, vide Seção "Atividades da Companhia – Contratos Relevantes Financeiros" na página 171 deste Prospecto.

As distribuidoras devem adquirir energia no ambiente de contratação regulada, podendo desencadear um aumento de suas despesas, inclusive as da Companhia.

Nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, um distribuidor de energia elétrica deverá contratar antecipadamente, por meio de licitações públicas, 100,0% de suas necessidades previstas de energia elétrica para suas respectivas áreas de concessão. Caso a previsão de demanda da Companhia se mostre incorreta e Companhia comprar energia elétrica em volume menor ou maior do que suas necessidades, a Companhia pode não ser capaz de realizar o repasse integral dos custos de suas compras de energia. Por exemplo, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece, entre outras limitações, que se as projeções da Companhia ficarem significativamente abaixo da demanda verificada, a Companhia pode ser forçada a adquirir este saldo por meio de contratos de compra e venda de energia de prazo mais curto. Caso o preço dessas aquisições de energia nos leilões públicos fique acima do Valor Anual de Referência estabelecido pelo Governo Federal, a Companhia pode não ser capaz de realizar o repasse integral do custo dessas aquisições de energia. As projeções de demanda de energia elétrica da Companhia poderão mostrar-se imprecisas, inclusive como resultado da mudança entre os diferentes mercados pelos consumidores (regulado e livre). Caso ocorram variações significativas entre a demanda de energia elétrica da Companhia e o volume de energia elétrica efetivamente adquirida, o resultado de suas operações poderá ser adversamente afetado.

As condições financeiras da Companhia e resultados reportados podem ser afetadas adversamente pelas mudanças nos princípios contábeis brasileiros.

Os princípios contábeis brasileiros estão sendo rapidamente alterados em razão de legislação adotada no fim de 2007 fazendo com que os parâmetros dos princípios contábeis brasileiros convirjam com o IFRS, que se tornará obrigatório em 2010. Mudanças que entraram em vigor em 2008 foram refletidas nos exercícios de 2007 e 2008 nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e estão descritas na Nota 2.1 de suas demonstrações financeiras auditadas e consolidadas.
Diversos novos pronunciamentos contábeis foram adotados e estão vigentes. Outros são esperados para o futuro próximo. Ainda não se pode prever os efeitos que a entrada em vigor dessas mudanças terá sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Esses efeitos podem incluir a redução de receitas, lucro líquido ou lucro operacional reportados ou afetar adversamente o balanço patrimonial da Companhia. Essas mudanças podem afetar adversamente o cumprimento para com índices financeiros relativos a contratos de financiamento.

Dois aspectos do IFRS que poderiam causar um impacto material à Companhia, se adotados no Brasil, dizem respeito ao reconhecimento de ativos regulatórios e à contabilização de suas concessões. Sob os Princípios Contábeis Brasileiros e sob o U.S. GAAP, a Companhia reconhece como ativos e passivos certas quantias que são legalmente obrigados a recolher, ou obrigados a pagar, no futuro conforme a regulamentação aplicável às distribuidoras de energia elétrica. A contabilização de ativos e passivos regulatórios dessa forma causa grande efeito material nas demonstrações financeiras da Companhia. Atualmente existem interpretações do IFRS que a Companhia acredita limitar sua habilidade de reconhecer esses ativos e passivos, assim como a forma de contabilização de sua concessão. A Companhia e outras empresas similares situadas no Brasil estão discutindo esses pontos com doutrinadores e reguladores, porém não se pode prever o resultado dessas discussões ou a forma final que o IFRS ou os princípios contábeis brasileiros baseados no IFRS se aplicarão à Companhia.

Decisões judiciais contrárias à terceirização de algumas atividades da Companhia atualmente desempenhadas por prestadores de serviços poderão causar um efeito adverso relevante em seu modelo de gestão operacional, seus resultados e/ou na sua condição financeira.

A Companhia mantém contratos com empresas de prestação de serviços para a condução de parte dos serviços afetos ao Contrato de Concessão. Na hipótese de uma ou mais das referidas empresas não cumprirem com quaisquer de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e/ou fiscais, a Companhia pode vir a ser condenada subsidiariamente a arcar com tais obrigações. Além disso, em virtude de ações judiciais os profissionais terceirizados que prestam serviços à Companhia podem ser considerados como empregados da Companhia para fins da legislação trabalhista aplicável. Adicionalmente, os Tribunais podem decidir pela impossibilidade de terceirização de algumas atividades no setor elétrico, o que poderia acarretar para a Companhia, a impossibilidade de utilização de serviços terceirizados em tais atividades, bem como a caracterização de vínculo empregatício entre os terceirizados e a Companhia ou a necessidade de utilização de pessoal próprio para realização de alguns dos serviços até então terceirizados. Caso isto ocorra, o modelo de gestão, os resultados e/ou a condição financeira da Companhia poderão ser afetados de forma adversa.

Influência das alterações na legislação trabalhista do Brasil.

O Governo Federal regularmente implementa mudanças na legislação brasileira, sendo possível a ocorrência de alteração em regulamentação trabalhista. Algumas dessas mudanças poderão resultar em aumento dos custos com mão-de-obra da Companhia, bem como restrição em sua liberdade de contratação e alocação de pessoal.

Decisões adversas em um ou mais processos judiciais em que a Companhia é parte podem afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais.

A Companhia está envolvida em processos judiciais e administrativos relativos a diversas questões legais, incluindo processos relativos à responsabilidade civil, responsabilidade fiscal, obrigações trabalhistas, regulatórias e outras questões. Para determinados processos, a estimativa das obrigações potenciais é considerada inestimável e/ou os valores efetivos das contingências podem ser superiores aos valores provisionados pela Companhia. A Companhia não pode assegurar que uma decisão adversa referente a qualquer processo judicial existente ou a ser iniciado futuramente não terá um efeito adverso significativo sobre os resultados de suas operações ou condição financeira.

Para informações adicionais sobre os processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia era parte, em 31 de março de 2009, vide Seção "Pendência Judiciais e Administrativas" na página 206 deste Prospecto.

Caso a Companhia não consiga controlar com sucesso as perdas de energia em seu negócio de distribuição, os resultados de suas operações e sua situação financeira poderão ser adversamente afetados.

A Companhia sofre dois tipos de perdas de energia: técnicas e comerciais. Perdas técnicas são aquelas que ocorrem no curso regular de distribuição de energia elétrica. Perdas comerciais resultam de ligações ilegais, furto, erros de medição e de faturamento. A Companhia não pode assegurar que as estratégias a serem implementadas para combater perdas de energia elétrica serão eficazes. Uma parcela de suas perdas de energia elétrica não poderá ser repassada por meio de aumento das tarifas, e não é possível assegurar que as medidas do governo em resposta a uma possível escassez de energia no futuro, bem como um aumento nas perdas de energia, não venham a afetar adversamente a situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Para informações adicionais sobre o gerenciamento de perdas de energia pela Companhia, vide Seção "Atividades da Companhia – Gerenciamento de Perdas de Energia" na página 163 deste Prospecto.

RISCOS RELACIONADOS À OFERTA

A percepção de riscos em outros países, especialmente em outros países de economia emergente, poderá afetar o valor de mercado de títulos e de valores mobiliários brasileiros, incluindo as Debêntures.

Investir em títulos de mercados emergentes, tais como o Brasil, envolve um risco maior do que investir em títulos de emissores de países mais desenvolvidos, e tais investimentos são tidos como sendo de natureza especulativa. Os investimentos brasileiros, tal como as Debêntures, estão sujeitos a riscos econômicos e políticos, envolvendo, dentre outros:

- mudanças nos ambientes regulatório, fiscal, econômico e político que podem afetar a capacidade dos investidores de receber pagamentos, no todo ou em parte, com relação a seus investimentos; e

- restrições a investimentos estrangeiros e a repatriação de capital investido. Os mercados de títulos brasileiros são substancialmente menores, menos líquidos, mais concentrados e mais voláteis do que os principais mercados de títulos americanos e europeus, e não são tão regulamentados ou supervisionados como estes.

A baixa liquidez do mercado secundário de debêntures brasileiro pode limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Debêntures.

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de debêntures apresenta histórico de baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Debêntures que permita a seus subscritores sua posterior alienação, caso venham a decidir vendê-las. Dessa forma, os titulares das Debêntures podem ter dificuldade em realizar sua venda no mercado secundário.

Eventual rebaixamento na classificação de risco da Emissão poderá acarretar uma redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário.

A classificação de risco atribuída à presente emissão baseou-se na atual condição da Companhia e nas informações presentes neste Prospecto. Não existe garantia de que a classificação de risco permanecerá inalterada durante a vigência das Debêntures. Caso a classificação de risco seja rebaixada, a Companhia poderá encontrar dificuldades em realizar outras emissões de títulos e valores mobiliários, assim como os debenturistas poderão ter prejuízo caso optem pela venda das Debêntures no mercado secundário.

Eventual questionamento sobre a validade da estipulação da Taxa DI, divulgada pela CETIP, pode afetar adversamente os detentores das Debêntures.

A Súmula n.º 176 editada pelo Superior Tribunal de Justiça enuncia que é "nula a cláusula contratual que sujeita o devedor à taxa de juros divulgada pela ANBID/CETIP". As Debêntures serão remuneradas com referência à Taxa DI, divulgada diariamente pela CETIP. Apesar da referida súmula não vincular as decisões do poder judiciário, existe a possibilidade de, numa eventual disputa judicial, a validade da estipulação da Taxa DI ser questionada.

As obrigações da Companhia, constantes da Escritura de Emissão, estão sujeitas a hipóteses de Vencimento Antecipado.

A Escritura de Emissão estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações da Companhia, tais como pedido de recuperação judicial ou falência por parte da Companhia ou da Garantidora, não cumprimento de obrigações previstas na Escritura de Emissão, extinção de concessões e vencimento antecipado de outras dívidas, bem como caso os Debenturistas não cheguem a um acordo em relação a uma nova taxa de remuneração para as Debêntures, caso a Taxa DI deixe de ser divulgada. Não há garantias de que a Companhia terá recursos suficientes em caixa para fazer face ao pagamento das Debêntures na hipótese de ocorrência de vencimento antecipado de suas obrigações. Ademais, o vencimento antecipado poderá causar um impacto negativo relevante nos resultados e atividades da Companhia. Para maiores informações sobre as hipóteses de Vencimento Antecipado das Debêntures, vide Seção "Características da Oferta – Vencimento Antecipado" na página 38 deste Prospecto.

A espécie das Debêntures é quirografária.

As Debêntures são quirografárias, não contando com garantias ou preferências. Em caso de liquidação da Companhia, os créditos das Debêntures serão realizados apenas sobre os créditos dos acionistas, após o pagamento de todos os demais credores da Companhia.

RISCOS RELACIONADOS À GARANTIDORA

A Garantidora é uma holding e sua capacidade de honrar suas obrigações financeiras depende do recebimento de dividendos distribuídos pelas suas subsidiárias.

As Debêntures contam com garantia da CPFL Energia, controladora direta da Companhia. A CPFL Energia é uma sociedade de participações (*holding*), sem geração de receitas operacionais, dependente, portanto, dos recursos oriundos da distribuição de lucros de suas subsidiarias na forma de dividendos, juros sobre capital próprio e outras formas permitidas pela regulamentação vigente.

Adicionalmente, as distribuições de lucros pelas subsidiárias da Garantidora podem sofrer limitações impostas pela ANEEL, por outras determinações legais sobre a matéria, bem como por eventuais contratos celebrados pelas subsidiárias da Garantidora, afetando adversamente sua capacidade de pagamento.

6. SITUAÇÃO FINANCEIRA

- Apresentação das Informações Financeiras
- Capitalização
- Informações Financeiras e Operacionais Selecionadas da Companhia
- Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras deste Prospecto foram preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. Estão incluídas neste Prospecto os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006 e os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2009 e 2008. As demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais de 2008 e 2007, bem como o período de três meses encerrados em 31 de março de 2009 e 2008, foram objeto de auditoria e revisão especial, respectivamente, pela KPMG Auditores Independentes, enquanto as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social de 2006 foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

Os dados financeiros selecionados e apresentados neste Prospecto não são necessariamente indicativos dos resultados de operações futuras e devem ser lidos conjuntamente com a Seção "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais" na página 80 deste Prospecto e as demonstrações financeiras auditadas da Companhia e suas respectivas notas explicativas.

Alinhamento com Normas Internacionais de Contabilidade

Em dezembro de 2007, foi promulgada a Lei n.º 11.638/07, a qual modifica as disposições da Lei das Sociedades por Ações, estabelecendo diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações financeiras, visando ao alinhamento com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), atribuindo à CVM amplo poder normativo para regular a matéria para as companhias abertas.

Em dezembro de 2008, foi editada a MP n.º 449/08, com força de lei, que instituiu o RTT – Regime Tributário Transitório de apuração do lucro real, que trata dos ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei n.º 11.638/07, além de introduzir algumas alterações à Lei das Sociedades por Ações.

Para elaborar as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2007 comparável com as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2008, a Companhia e a Garantidora reapresentaram suas Demonstrações Financeiras já publicadas em 31 de dezembro de 2007 para adequá-las às alterações nas políticas contábeis introduzidas pela Lei n.º 11.638/07 e pela MP n.º 449/08. Para informações adicionais a respeito destas alterações e seus efeitos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, consulte referidas demonstrações anexas a este Prospecto e vide seção "Análise e Discussão das da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Alteração na Lei das Sociedades por Ações – Lei n.º 11.638/07", na página 85 deste Prospecto.

Demonstrações Financeiras da Companhia

As informações financeiras apresentadas neste Prospecto referentes aos balanços patrimoniais e demonstrações de resultados relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 foram extraídas das demonstrações financeiras da Companhia anexas ao presente Prospecto.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, anexas a este Prospecto, foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, incluindo as alterações introduzidas pela Lei n.º 11.638/07 e auditadas de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, anexas a este Prospecto, foram reapresentadas de forma a serem adequadas às Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, incluindo as alterações introduzidas pela Lei n.º 11.638/07 e auditadas de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Os pareceres de auditoria da Companhia sobre as demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 foram emitidos sem ressalvas contendo parágrafos de ênfases referentes à reapresentação das demonstrações contábeis ajustadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2007, como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil durante o ano de 2008.

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, anexas a este Prospecto, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes à época das referidas demonstrações financeiras, as quais não incluíam as alterações introduzidas pela Lei n.º 11.638/07, e auditadas de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Outras Informações

As informações contidas neste Prospecto em relação ao Brasil e à economia brasileira são baseadas em dados publicados pelo BACEN, pelos órgãos públicos e por outras fontes independentes, tais como ANBID, FGV e IBGE. Tais informações não foram submetidas a qualquer verificação independente, razão pela qual a Companhia e o Coordenador Líder não assumem qualquer responsabilidade por sua precisão ou suficiência. Determinados valores e percentuais incluídos neste Prospecto foram submetidos a arredondamento e, assim sendo, os totais apresentados em certas tabelas podem não ser precisos.

CAPITALIZAÇÃO

Os impactos na situação patrimonial e financeira da Companhia, considerada a utilização dos recursos mencionada na Seção "Destinação de Recursos" na página 52 deste Prospecto, após a captação decorrente da Oferta pode ser avaliada através da tabela abaixo, que exibe o endividamento da Companhia e sua capitalização total (i) nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006; (ii) nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2009 e 2008; e (iii) no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, ajustado para refletir a captação de recursos objeto da Emissão, considerando-se o valor máximo de R$185.000.000,00 (cento e oitenta e cinco milhões de reais).

	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de			**Períodos de três meses encerrados em 31 de março de**		
				Ajustado*		
	2008	**2007**	**2006**	**2009**	**2009**	**2008**
	(em milhares de reais)					
Empréstimos e Financiamentos – Curto Prazo	83.524	209.899	77.657	244.107	244.107	62.458
Encargos de Dívidas	4.015	44.611	7.036	4.292	4.292	1.019
Debêntures – Curto Prazo	205.703	-	23.000	205.453	205.453	24.472
Encargos de Debêntures	25.584	10.132	9.336	31.935	31.935	-
Empréstimos e Financiamentos – Longo Prazo	183.138	234.450	361.339	195.426	195.426	228.970
Encargos de Dívidas - Longo Prazo	-	403	19.497	-	-	-
Debêntures – Longo Prazo	406.200	330.000	207.000	591.200	406.200	510.000
Empréstimos e Financiamentos – Total	**270.677**	**489.363**	**465.529**	**443.825**	**443.825**	**292.447**
Debêntures - Total	**637.487**	**340.132**	**239.336**	**828.588**	**643.588**	**534.472**
Patrimônio líquido	**1.178.194**	**1.319.344**	**1.133.962**	**1.223.747**	**1.223.747**	**1.352.401**
Capitalização total	**2.086.358**	**2.148.839**	**1.838.827**	**2.496.160**	**2.311.160**	**2.179.320**

* Ajustado para refletir a captação de recursos objeto da Emissão.

A captação de recursos por meio da presente Oferta não tem impacto direto nos resultados da Companhia.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OPERACIONAIS SELECIONADAS DA COMPANHIA

O quadro a seguir exibe as informações financeiras selecionadas da Companhia. Exceto por certas reclassificações requeridas pela ANEEL efetuadas nas demonstrações do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2006, conforme descrito na Seção "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais - Reclassificações Requeridas pela ANEEL" na página 87 deste Prospecto, as informações financeiras selecionadas foram extraídas dos números exclusivamente referentes à Companhia, conforme indicado nas das Demonstrações Financeiras auditadas da Companhia para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006, e das Informações Financeiras objeto de revisão especial para os períodos de três meses encerrados em 31 de março dos anos de 2009 e 2008, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro 2008 e 2007 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. O parecer dos auditores independentes menciona que em decorrência da segunda revisão tarifária periódica prevista no contrato de concessão, a ANEEL homologou, em caráter provisório, através da Resolução Homologatória 636 de 17 de abril de 2008, o reposicionamento tarifário da Companhia em 4,77% a ser aplicado a partir de 19 de abril de 2008. Os possíveis efeitos decorrentes da revisão definitiva, se houver, serão refletidos na posição patrimonial e financeira da Companhia em exercícios subseqüentes. O parecer dos auditores independentes também contém um parágrafo de ênfase informado que em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2008, as demonstrações financeiras referentes ao exercício anterior, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e reapresentadas.

As informações financeiras da Companhia, referente ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e revisadas pela KPMG Auditores Independentes de acordo com normas específicas estabelecidas pelo IBRACON, conforme relatório de revisão limitada anexo a este Prospecto. A KPMG Auditores Independentes menciona em seu relatório que esta revisão limitada não representou um exame de auditoria de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e que, portanto, não está em condições de emitir, e não emitiu, uma opinião sobre estas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações financeiras referentes ao período aqui mencionado devem ser lidas e interpretadas neste contexto. O relatório de revisão dos auditores independentes contém um parágrafo de ênfase informado que em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2008, as informações contábeis referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2008, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e reapresentadas.

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006 foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

O potencial investidor deverá ler essas informações financeiras selecionadas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas e respectivas notas explicativas, incluídas como anexo a este PROSPECTO, bem como com a Seção "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado das Operações" na página 80 deste Prospecto.

	Em 31 de dezembro de		
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
(em milhares de reais)	**2008**	**2007**	**2006**
Receita operacional	**2.566.110**	**2.454.227**	**2.382.043**
Fornecimento de Energia Elétrica	2.385.680	2.296.297	2.260.043
Suprimento de Energia Elétrica	57.191	42.980	35.341
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	72.768	71.017	53.884
Outras Receitas Operacionais	50.471	43.933	32.775
Deduções da Receita Operacional	**(897.424)**	**(852.402)**	**(903.117)**
ICMS	(505.034)	(465.375)	(500.262)
PIS	(43.248)	(43.745)	(40.717)
COFINS	(198.099)	(195.909)	(188.788)
Reserva Global de Reversão	(17.460)	(14.595)	(12.348)
Encargos Tarifários Emergenciais	(2)	(33)	(257)
Programa de Eficiência Energética	(8.499)	(7.020)	(2.528)
Pesquisa e Desenvolvimento	(8.499)	(8.982)	(12.042)
Conta de Desenvolvimento Energético	(61.233)	(60.623)	(58.261)
Conta Consumo de Combustível	(55.350)	(56.120)	(87.914)
Receita Operacional Líquida	**1.668.686**	**1.601.825**	**1.478.926**
Custo do Serviço de Energia Elétrica	**(1.208.125)**	**(1.133.964)**	**(1.060.886)**
Custo com Energia Elétrica	**(1.083.408)**	**(1.009.370)**	**(951.870)**
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(903.379)	(841.754)	(780.610)
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	(180.029)	(167.616)	(171.260)
Custo de Operação	**(122.943)**	**(122.982)**	**(107.723)**
Pessoal	(21.209)	(19.263)	(20.304)
Material	(6.261)	(6.613)	(6.385)
Serviços de Terceiros	(21.468)	(22.238)	(22.068)
Depreciação e Amortização	(69.562)	(68.335)	(53.299)
Outros Custos de Operação	(4.443)	(6.533)	(5.667)
Custo de Serviço Prestado a Terceiro	**(1.774)**	**(1.612)**	**(1.293)**
Pessoal	(123)	(95)	(76)
Material	-	-	(113)
Depreciação e Amortização	(660)	(639)	(544)
Custos com Manutenção	(991)	(878)	(560)
Lucro Operacional Bruto	**460.561**	**467.861**	**418.040**
Despesas Operacionais	**(178.783)**	**(184.495)**	**(171.071)**
Despesas com Vendas	(61.312)	(63.867)	(67.017)
Despesas Gerais e Administrativas	(74.964)	(72.530)	(75.416)
Amortização de Ágio	(22.685)	(18.501)	(15.023)
Outras Despesas Operacionais	(19.822)	(29.597)	(13.615)
Resultado do Serviço	**281.778**	**283.366**	**246.969**
Resultado Financeiro	**(147.265)**	**(121.338)**	**(64.932)**
Receitas	57.114	40.727	52.534
Despesas	(204.379)	(162.065)	(117.466)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição social	**134.513**	**162.028**	**182.037**
Imposto de Renda	(32.422)	(41.385)	(44.672)
Contribuição Social	(11.690)	(14.142)	(16.353)
Reversão de Juros s/ Capital Próprio	73.632	58.199	-
Lucro Líquido do Exercício	**164.033**	**164.700**	**121.012**
Lucro Líquido por Grupo de Mil Ações – R$	**203,22**	**204,05**	**149,92**

BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	Em 31 de dezembro de		
(em milhares de reais)	**2008**	**2007**	**2006**
Ativo			
Circulante	**547.154**	**557.897**	**571.944**
Disponibilidades	41.985	47.270	85.005
Consumidores. Concessionárias e Permissionárias	370.986	381.845	395.176
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(27.165)	(31.831)	(33.023)
Títulos e Valores Mobiliários	-	481	-
Tributos a Compensar	25.918	28.290	11.453
Créditos Fiscais Diferidos	26.886	48.824	35.007
Derivativos	15.409	-	-
Estoques	6.434	6.295	9.707
Diferimento de Custos Tarifários	60.985	23.745	41.042
Despesas Pagas Antecipadamente	9.683	24.951	3.892
Outros Créditos	16.033	28.027	23.685
Não Circulante	**2.049.164**	**2.142.175**	**1.875.189**
Realizável a Longo Prazo	**463.216**	**434.428**	**148.918**
Aplicações Financeiras	21.821	20.771	12.407
Consumidores. Concessionárias e Permissionárias	42.944	48.882	35.597
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(5.775)
Tributos a Compensar	18.109	16.566	19.776
Créditos Fiscais Diferidos	271.114	270.006	28.158
Depósitos Judiciais	80.512	72.155	48.343
Derivativos	191	-	-
Diferimento de Custos Tarifários	14.928	4.486	7.200
Despesas Pagas Antecipadamente	1.629	1.380	1.829
Outros créditos	11.968	182	1.383
Permanente	**1.585.948**	**1.707.747**	**1.726.271**
Imobilizado	1.105.180	1.210.366	1.203.445
Intangível	480.768	497.381	522.826
Total do ativo	**2.596.318**	**2.700.072**	**2.447.133**

BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	Em 31 de dezembro de		
(em milhares de reais)	**2008**	**2007**	**2006**
Passivo			
Circulante	**732.664**	**662.406**	**539.712**
Fornecedores	191.981	176.010	144.936
Folha de Pagamento	1.573	1.577	1.130
Encargos de Dívidas	4.015	44.611	7.036
Empréstimos e Financiamentos	83.524	209.899	77.657
Encargos de Debêntures	25.584	10.132	9.336
Debêntures	205.703	-	23.000
Derivativos	3	-	-
Taxas Regulamentares	14.824	10.789	16.893
Tributos e Contribuições Sociais	42.246	42.394	55.219
Débitos Ficais Diferidos	9.077	14.914	18.891
Dividendos	59.871	94.501	130.001
Entidade de Previdência Privada	2.376	738	5.133
Diferimento de Ganhos Tarifários	1.438	10.141	2.821
Obrigações Estimadas	7.265	7.943	6.516
Outras Contas a Pagar	83.184	38.757	41.143
Não Circulante e Patrimônio Líquido	**1.863.654**	**2.037.666**	**1.907.421**
Exigível a Longo Prazo	**685.460**	**718.322**	**773.459**
Encargos de Dívidas	-	403	19.497
Empréstimos e Financiamentos	183.138	234.450	361.339
Debêntures	406.200	330.000	207.000
Débitos Fiscais Diferidos	50	60.203	103.542
Entidade de Previdência Privada	-	8.526	11.797
Diferimento de Ganhos Tarifários	-	1.871	999
Provisão para Contingências	52.918	56.232	55.243
Obrigações Estimadas	629	861	906
Outras Contas a Pagar	42.525	25.776	13.136
Patrimônio Líquido	**1.178.194**	**1.319.344**	**1.133.962**
Capital Social	830.924	830.924	830.457
Reserva de Capital	333.999	333.999	69.673
Reserva de Reavaliação	**-**	141.133	221.042
Reserva de Lucro	13.271	13.271	13.271
Ações em Tesouraria	-	-	(481)
Lucros Acumulados	-	17	-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**2.596.318**	**2.700.072**	**2.447.133**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (em milhares de reais)	Em 31 de março de 2009	Em 31 de dezembro de 2008
Receita operacional	**643.604**	**639.575**
Fornecimento de Energia Elétrica	587.249	593.276
Suprimento de Energia Elétrica	15.259	14.726
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	14.107	19.821
Outras Receitas Operacionais	26.989	11.752
Deduções da Receita Operacional	**(228.861)**	**(216.395)**
ICMS	(128.971)	(120.904)
PIS	(10.619)	(11.309)
COFINS	(48.914)	(51.171)
Reserva Global de Reversão	(4.591)	(4.111)
Encargos Tarifários Emergenciais	(1)	(3)
Programa de Eficiência Energética	(2.078)	(2.111)
Pesquisa e Desenvolvimento	(2.078)	(2.111)
Conta de Desenvolvimento Energético	(15.366)	(15.132)
Conta Consumo de Combustível	(16.243)	(9.543)
Receita Operacional Líquida	**414.743**	**423.180**
Custo do Serviço de Energia Elétrica	**(314.038)**	**(305.388)**
Custo com Energia Elétrica	**(280.831)**	**(274.738)**
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(239.772)	(229.364)
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	(41.059)	(45.374)
Custo de Operação	**(32.771)**	**(30.215)**
Pessoal	(5.428)	(5.223)
Entidade de Previdência Privada	(213)	(13)
Material	(1.355)	(1.299)
Serviços de Terceiros	(5.222)	(4.270)
Depreciação e Amortização	(20.092)	(17.697)
Outros custos de Operação	(461)	(1.713)
Custo de Serviço Prestado a Terceiro	**(436)**	**(435)**
Pessoal	(23)	(22)
Depreciação e Amortização	(165)	(165)
Custos com Manutenção	(248)	(248)
Lucro Operacional Bruto	**100.705**	**117.792**
Despesas Operacionais	**(29.766)**	**(41.088)**
Despesas com Vendas	801	(13.759)
Despesas Gerais e Administrativas	(20.207)	(14.828)
Amortização de Ágio	(5.079)	(5.671)
Outras Despesas Operacionais	(5.281)	(6.830)
Resultado do Serviço	**70.939**	**76.704**
Resultado Financeiro	**(2.056)**	**(16.291)**
Receitas	30.497	15.794
Despesas	(32.553)	(32.085)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**68.883**	**60.413**
Imposto de Renda	(17.145)	(17.213)
Contribuição Social	(6.185)	(3.421)
Reversão de Juros s/ Capital Próprio	-	-
Lucro Líquido do Exercício	**45.553**	**39.779**
Lucro Líquido por Grupo de Mil Ações	**56,44**	**49,28**

BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO **(em milhares de reais)**	**Em 31 de março de 2009**	**Em 31 de dezembro de 2008**
Ativo		
Circulante	**859.354**	**547.154**
Disponibilidades	281.230	41.985
Consumidores. Concessionárias e Permissionárias	392.097	370.986
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.470)	(27.165)
Tributos a Compensar	26.380	25.918
Créditos Fiscais Diferidos	27.936	26.886
Derivativos	11.048	15.409
Estoques	6.670	6.434
Diferimento de Custos Tarifários	94.287	60.985
Despesas Pagas Antecipadamente	9.915	9.683
Outros Créditos	20.261	16.033
Não Circulante	**2.013.884**	**2.049.164**
Realizável a Longo Prazo	**428.464**	**463.216**
Consumidores. Concessionárias e Permissionárias	37.938	42.944
Tributos a Compensar	17.670	18.109
Créditos Fiscais Diferidos	269.564	271.114
Depósitos Judiciais	78.937	80.512
Derivativos	574	191
Diferimento de Custos Tarifários	13.448	14.928
Despesas Pagas Antecipadamente	1.519	1.629
Outros Créditos	8.814	33.789
Permanente	**1.585.420**	**1.585.948**
Imobilizado	1.111.839	1.105.180
Intangível	473.581	480.768
Total do Ativo	**2.873.238**	**2.596.318**

BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO **(em milhares de reais)**	**Em 31 de março de 2009**	**Em 31 de dezembro de 2008**
Passivo		
Circulante	**948.536**	**732.664**
Fornecedores	184.403	191.981
Folha de Pagamento	1.634	1.573
Encargos de Dívidas	4.292	4.015
Empréstimos e Financiamentos	244.107	83.524
Encargos de Debêntures	31.935	25.584
Debêntures	205.453	205.703
Derivativos	124	3
Taxas Regulamentares	13.074	14.824
Tributos e Contribuições Sociais	65.254	42.246
Débitos Ficais Diferidos	8.695	9.077
Dividendos	59.865	59.871
Entidade de Previdência Privada	1.154	2.376
Diferimento de Ganhos Tarifários	26	1.438
Obrigações Estimadas	6.489	7.265
Outras Contas a Pagar	122.031	83.184
Não Circulante e Patrimônio Líquido	**1.924.702**	**1.863.654**
Exigível a Longo Prazo	**700.955**	**685.460**
Empréstimos e Financiamentos	195.426	183.138
Debêntures	406.200	406.200
Derivativos	5	-
Débitos Fiscais Diferidos	4	50
Diferimento de Ganhos Tarifários	550	-
Provisão para Contingências	52.081	52.918
Obrigações Estimadas	629	629
Outras Contas a Pagar	46.060	42.525
Patrimônio Líquido	**1.223.747**	**1.178.194**
Capital Social	851.861	830.924
Reserva de Capital	313.062	333.999
Reserva de Lucro	13.271	13.271
Lucros Acumulados	45.553	-
Total do passivo e Patrimônio Líquido	**2.873.238**	**2.596.318**

Outras informações financeiras

	Em 31 de dezembro de			Período de três meses encerrado em 31 de março de	
Reconciliação do Lucro Líquido com o EBITDA Ajustado	**2008**	**2007**	**2006**	**2009**	**2008**
			(em milhares de reais)		
Lucro Líquido do Período	**164.033**	**164.700**	**121.012**	**45.553**	**39.779**
Entidade de Previdência Privada	(3.683)	(3.532)	(1.945)	(200)	56
Depreciação e Amortização	105.253	103.495	85.989	30.701	26.610
Resultado Financeiro	147.265	121.338	64.932	2.056	16.291
Contribuição Social	11.690	14.142	16.353	6.185	4.179
Imposto de Renda	32.422	41.385	44.672	17.145	16.455
Reversão Juros Capital Próprio	(73.632)	(58.199)	-	-	-
EBITDA Ajustado	**383.348**	**383.329**	**331.013**	**101.440**	**103.370**

Nota: O EBITDA Ajustado, conforme calculado pela Companhia, é igual ao lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e a contribuição social, das despesas financeiras líquidas, e das despesas de depreciação e amortização e entidade de previdência privada, e de item extraordinário, e de equivalência patrimonial. O EBITDA ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou USGAAP, tampouco deve ser considerada isoladamente,ou como alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA ajustado de maneira diversa da Companhia. O EBITDA ajustado apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade da Companhia, em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, sendo que estes poderiam afetar de maneira significativa, os lucros de companhia, tais como as despesas e receitas financeiras, o imposto sobre a renda e a contribuição social e a depreciação e amortização.

Eventos Relevantes Posteriores à Divulgação das Informações Trimestrais Relativas ao Período Encerrado em 31 de março de 2009

A Companhia, com o propósito de pagar notas promissórias comerciais da 2ª Emissão da Companhia, bem como de recompor seu fluxo de caixa, captou R$ 185.000.000,00 (cento e oitenta e cinco milhões de reais), por meio da distribuição pública de 185 (cento e oitenta e cinco) Notas Promissórias de sua 3ª Emissão, com valor nominal unitário de R$ 1.000.000 (um milhão de reais), remunerados à variação acumulada de 118,0% da Taxa DI. As Notas Promissórias da 3ª Emissão vencerão em 360 dias contados de 29 de abril de 2009, podendo ser resgatadas antecipadamente pela Companhia.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS

Introdução

A análise e discussão da administração sobre a situação financeira e o resultado das operações a seguir deve ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas incluídas neste Prospecto, onde poderão ser obtidos maiores detalhes sobre as informações financeiras e os resultados operacionais. As demonstrações financeiras constantes do presente Prospecto foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Tais demonstrações estão também em consonância com a legislação específica aplicável às empresas concessionárias de energia elétrica.

Ressalta-se que para a presente análise e discussão foram utilizados apenas os números exclusivamente referentes à Companhia, ou seja, não-consolidados (controladora) conforme indicado nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas incluídas neste Prospecto.

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social, entre outros, a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela ANEEL, vinculada ao MME.

A área de concessão da Companhia contempla 254 municípios das regiões norte e nordeste do Rio Grande do Sul, totalizando um território de 90.896 km^2 e uma população atendida de 3,5 milhões de habitantes. A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica nessa área, por prazo determinado de 30 anos, até 06 de novembro de 2027, podendo ser prorrogado por, no máximo, igual período.

Em 2008, a Companhia cumpriu todos os pontos de sua agenda estratégica, atendendo plenamente as demandas de seu mercado consumidor, composto por 1,20 milhão de clientes, por meio de 82.227 km de rede de distribuição e 81 subestações. As vendas de energia para o mercado cativo alcançaram 7.198 GWh, com crescimento de 4,5% em relação ao ano de 2007. Destaca-se o crescimento das vendas para as classes residencial e comercial que, demonstrando o potencial do mercado em que a RGE atua, registraram crescimento de 4,6% e 7,4%, respectivamente. Ainda foram faturados 884 GWh por meio da TUSD, com crescimento de 12,8% em relação ao mesmo período em 2007.

Os investimentos totalizaram R$ 226 mil em 2008, os quais foram aplicados, principalmente, no atendimento ao crescimento do mercado e na melhoria da confiabilidade e da flexibilidade operacional do sistema elétrico, assim como na modernização dos sistemas e da infra-estrutura de suporte às operações.

Em 31 de março de 2009, a RGE distribuiu 1.697,0 GWh de energia elétrica para 1,20 milhão de clientes.

Ambiente Econômico Brasileiro

O desempenho da economia brasileira afeta a demanda por energia elétrica e a inflação afeta as receitas, os custos e as margens da Companhia. O ambiente econômico brasileiro caracteriza-se por flutuações significativas das taxas de crescimento.

Entre 2006 e 2008, o PIB brasileiro apresentou crescimento médio de 15,4% em termos reais (4,0% em 2006; 5,7% em 2007 e 5,1% em 2008) e, como um de seus reflexos, observou-se a redução do nível de desemprego nas principais regiões metropolitanas do país no período. Segundo o IBGE, a taxa de desemprego diminuiu de 10,0% em 2006 para 7,9% em 2008. No entanto, como reflexo da crise econômica mundial deflagrada principalmente a partir da segunda metade de 2008, no início de 2009 se nota um pequeno aumento do desemprego. Segundo o IBGE, em março a taxa de desemprego foi de 9,0%, 0,5 ponto percentual maior que a de fevereiro (8,5%) do mesmo ano.

Por outro lado, o índice de inflação (IPCA) tem se mantido dentro da banda da meta estipulada pelas autoridades monetárias entre 2006 e 2008: 3,1% em 2006, 4,5% em 2007 e 5,9% em 2008. Diante da atual crise econômica global e brasileira, o Banco Central tem procurado, por meio da política monetária, estimular a economia doméstica, buscando reduzir os impactos da crise econômica global no País, contudo sem abrir mão de rígido controle inflacionário.

A tabela abaixo apresenta alguns dos principais indicadores econômicos brasileiros para os períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			**Trimestre encerrado em 31 de março de**	
	2006[1]	**2007[1]**	**2008[1]**	**2008[1]**	**2009[1]**
Crescimento do PIB	3,8%	5,4%	5,1%	(0,5)%	n.d.
Crescimento das Vendas Reais no Varejo	6,17%	9,68%	9,12%	1,06%	(3,85)%
Inflação (IGP-M)[2]	3,85%	7,75%	9,81%	2,38%	(0,92%)
Inflação (IPCA)[3]	3,14%	4,46%	5,90%	1,52%	1,23%
SELIC[4]	13,25%	11,25%	13,75%	11,25%	11,78%
TJLP[5].	6,85%	6,37%	6,25%	6,25%	6,25%
Valorização (Desvalorização) do Real Frente ao Dólar	8,70%	17,20%	(31,90%)	14,7%	(32,4%)
Taxa de Câmbio no Final do Período (R$ por US$1,00)	$2,138	$1,771	$2,337	R$1,749	R$2,315
Taxa Média de Câmbio (R$ por US$1,00)[7]	$2,177	$1,948	$1,837	R$1,737	R$2,311
Saldo da Balança Comercial (bilhões de US$)	$46,5	$40,0	$24,8	$2,8	$3,0

Fontes: BNDES, Banco Central, IBGE, Funcex e Fundação Getulio Vargas.

(1) O PIB informado em tais períodos já utiliza a nova metodologia do IBGE.
(2) A inflação (IGP-M) é o índice geral de preço do mercado medido pela FGV, representando os dados acumulados nos últimos 12 meses de cada período.
(3) A inflação (IPCA) é um índice de preços ao consumidor medido pelo IBGE, representando os dados acumulados nos últimos 12 meses de cada período.
(4) Taxa fixada pelo COPOM (final do período).
(5) Representa a taxa de juros aplicada pelo BNDES para financiamento de longo prazo (fim do período).
(6) Média das taxas de câmbio de compra e venda do último dia do período.
(7) Média das taxas de câmbio de compra e venda diárias.

Principais Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consubstanciadas na Lei das Sociedades por Ações, segundo o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, normas e instruções da CVM.

Abaixo segue um sumário das principais práticas contábeis aplicáveis à Companhia:

a) Disponibilidades - Incluem os saldos de caixa, depósitos em bancos, certificados de depósitos bancários e as aplicações financeiras, que estão registradas aos respectivos valores de mercado.

b) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias - Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado e a faturar, a consumidores finais, a outras concessionárias pelo Suprimento de Energia Elétrica conforme montantes disponibilizados pela CCEE e saldos relacionados a ativos regulatórios de diversas naturezas.

c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Constituída com base em análise dos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das demais classes para os valores vencidos há mais de 360 dias. Considera também uma análise individual do saldo dos maiores clientes, incluindo parcelamentos de débitos, objetivando a formação de um julgamento dos créditos considerados de difícil recebimento, de acordo com a experiência da Administração em relação às perdas efetivas.

d) Imobilizado – Registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, incluindo, quando aplicáveis, juros, encargos financeiros e gastos administrativos. Os bens adquiridos até 30 de setembro de 2007 estavam registrados pelo valor de mercado, com base em laudo emitido por empresa especializada, e na Assembleia Geral Ordinária de 28 de novembro de 2008 a Companhia aprovou o estorno da reavaliação societária, retroativo ao início do exercício social de 2008, conforme previsto no artigo 6º da Lei 11.638/07 e no artigo 4º da Instrução CVM 469/08.

e) Intangível – Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os ágios, fundos de comércio, direito de exploração de concessões, *softwares* e servidão de passagem. Os ativos intangíveis somente são amortizados caso sua vida útil possa ser razoavelmente determinada.

f) Redução ao Valor Recuperável - Os ativos imobilizados e intangíveis têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

g) Atualizações de Direitos e Obrigações – Os direitos e obrigações sujeitos a reajustes pelos efeitos da inflação ou variação cambial, por força contratual ou dispositivos legais, estão atualizados até as datas dos balanços e ajustados a valor presente, quando aplicável, em situações em que as referidas taxas contratuais forem inferiores às condições de mercado.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social - Calculados e registrados conforme legislação vigente nas datas dos balanços. A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social em período não superior a 10 anos. Registrou, também, créditos fiscais referentes ao benefício de ágio incorporado, os quais estão sendo amortizados proporcionalmente aos lucros líquidos projetados para o período remanescente do contrato de concessão.

   Em conformidade com as disposições previstas no artigo 15 da Medida Provisória n.º 449/08, que institui o Regime Tributário de Transição – RTT de apuração do Lucro Real, a Companhia optou por adotar o Regime de Transição para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, sendo que esta opção aplicar-se-á ao biênio 2008 – 2009, de forma irretratável, através do envio da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica 2009.

i) Planos de Aposentadoria e Pensão – Incluem os benefícios pós-emprego e os planos de pensão, reconhecidos pelo regime de competência e em conformidade com a Deliberação CVM n.º 371/00.

j) Provisão para Contingências - As Provisões para Contingências conhecidas nas datas dos balanços, são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável, na opinião da administração e de seus assessores legais.

k) Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais e acrescidos dos respectivos encargos, quando classificados como passivos financeiros amortizados pelo custo e registrados ao respectivo valor de mercado, quando classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

l) Derivativos - São classificados como ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado. Referem-se a contratos de derivativo com o objetivo de administrar os riscos associados às variações nas taxas cambiais de determinados passivos. Os referidos contratos são contabilizados a valores de mercado, e os ganhos e perdas auferidos ou incorridos são reconhecidos no resultado financeiro.

m) Resultado - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é provisionada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que represente 10% ou mais do total do faturamento. Os créditos sobre custos e despesas operacionais compensados na apuração do PIS e COFINS, são apresentados líquidos, nas respectivas contas de custos e despesas.

n) Estimativas - A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia se baseiem em julgamento para a determinação e o registro de certas estimativas que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

Principais Linhas de Resultado

Apresentamos a seguir uma discussão sobre o que consideramos como principais linhas de resultado da Companhia incluindo algumas de suas variáveis, premissas e a sensibilidade à que estas estimativas estão sujeitas.

a) Receita Operacional – representa as receitas decorrentes da venda de energia aos clientes e de serviços a eles prestados, tais como fornecimento aos consumidores cativos, suprimento de energia a outras concessionárias e permissionárias, Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica (TUSD) e ativos regulatórios.

b) Deduções da Receita Operacional – as deduções da receita bruta da Companhia representam, principalmente, aquelas decorrentes da tributação aplicável (tal como ICMS, COFINS e PIS) e outros dedutíveis em razão de a Companhia ser uma prestadora de serviço público de eletricidade (tais como Fundo RGR, Conta de Desenvolvimento Energético, entre outros).

c) Receita Operacional Líquida – representa a diferença entre Receita Operacional e Deduções da Receita Operacional.

d) Custo do Serviço de Energia Elétrica – o custo de bens e/ou serviços vendidos da Companhia representa o custo de aquisição da energia comprada para revenda, encargos pelo uso do sistema de transmissão e distribuição de energia elétrica, custos com pessoal, custos com Entidade de Previdência Privada, custos de materiais, Depreciação e Amortização, serviços de terceiros, entre outros.

e) Lucro Operacional Bruto – representa a diferença entre Receita Operacional Líquida e Custo do Serviço de Energia Elétrica.

f) Despesas Operacionais –representam as despesas com vendas, gerais e administrativas.

g) Resultado do Serviço – representa a diferença entre Lucro Operacional Bruto e Despesas Operacionais.

h) Resultado Financeiro – representa a somatória de receitas e despesas com aplicações financeiras, multas moratórias, atualização de créditos fiscais, despesas bancárias, entre outros.

i) Resultado Antes de Tributação/Participações – representa a soma do Resultado do Serviço e do Resultado Financeiro.

j) Provisão para IR e Contribuição Social – representa os valores provisionados pela Companhia para pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social.

k) Lucro/Prejuízo do Exercício – é o resultado da dedução de Provisão para IR e Contribuição Social, IR Diferido, Participações/Contribuições Estatutárias e Reversão dos Juros sobre Capital Próprio da rubrica Lucro Antes dos Tributos.

l) Lucro por Ação – representa o lucro líquido do período dividido pela quantidade total de ações nas datas dos balanços.

m) Lucro Líquido por Ação – é determinado considerando a quantidade total de ações nas datas dos balanços.

Alterações na Lei das Sociedades por Ações – Lei n.º 11.638/07

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei n.º 11.638/07, que modifica certos dispositivos da Lei das Sociedades por Ações. Em termos gerais, a nova Lei requer a harmonização das práticas contábeis adotadas no Brasil com determinados padrões contábeis internacionais derivados das normas emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), com aplicação a partir de 01 de janeiro de 2008. Em 3 de dezembro de 2008, a Medida Provisória n.º 449 alterou e complementou alguns aspectos da referida lei e instituiu o regime tributário de transição, dentre outras providências.

Entre as principais alterações decorrentes da Lei n.º 11.638/07, destacam-se:

- substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa;

- inclusão da demonstração do valor adicionado, aplicável para companhias de capital aberto, que demonstra o valor adicionado pela Companhia, bem como a composição da origem e alocação de tais valores;

- possibilidade de manter separadamente a escrituração das transações para atender à legislação tributária e, na sequência, os ajustes necessários para adaptação às práticas contábeis;

- criação de novo subgrupo de contas, intangível, que inclui ágio, para fins de apresentação no balanço patrimonial. Essa conta registrará os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido;

- obrigatoriedade do registro no ativo Imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Companhia os benefícios, os riscos e o controle dos bens (como, por exemplo, *leasing* financeiro);

- modificação do conceito para valores registrados no diferido. Somente as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional;

- obrigatoriedade de a Companhia analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo Imobilizado, intangível e diferido, com o objetivo de assegurar que: (i) a perda por não-recuperação desses ativos é registrada como resultado de decisões para descontinuar as atividades relativas a referidos ativos ou quando há evidência de que os resultados das operações não serão suficientes para assegurar a realização de referidos ativos; e (ii) o critério utilizado para determinar a estimativa de vida útil remanescente de tais ativos com o objetivo de registrar a depreciação, amortização e exaustão é revisado e ajustado;

- requerimentos de que as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, sejam registradas: (i) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e (ii) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior;

- criação de um novo subgrupo de contas, ajustes de avaliação patrimonial, no Patrimônio Líquido, para permitir o registro de determinadas avaliações de ativos a preços de mercado, principalmente instrumentos financeiros; o registro de variação cambial sobre investimentos societários no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial (até 31 de dezembro de 2007 essa variação cambial era registrada no resultado do exercício); e os ajustes dos ativos e passivos a valor de mercado, em razão de fusão e incorporação ocorrida entre partes não relacionadas que estiverem vinculadas à efetiva transferência de controle;

- introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo;

- revogação da possibilidade de registrar: (i) prêmio recebido na emissão de Debêntures; e (ii) doações e subvenções para investimento (incluindo incentivos fiscais) diretamente como Reservas de Capital em conta de Patrimônio Líquido. Isso significa que as doações e as subvenções para investimento passarão a ser registradas no resultado do exercício. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante das doações e subvenções poderá ser destinado, após transitar pelo resultado, para reserva de incentivos fiscais;

- eliminação da reserva de reavaliação. Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até sua efetiva realização ou estornados até o fim do exercício social em que a Lei entrar em vigor;

- requerimento de que os ativos e passivos da Companhia a ser incorporada, decorrentes de transações que envolvam incorporação, fusão ou cisão entre partes independentes e vinculadas à efetiva transferência de controle, sejam contabilizados pelo seu valor de mercado;

- eliminação do parâmetro de relevância para ajuste do investimento em coligadas e controladas pelo método de equivalência patrimonial (abrangência do critério de avaliação por equivalência) e substituição do parâmetro de 20% do capital social da investida para 20% do capital votante da investida.

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 e trimestres findos em 31 de março de 2009 e 2008 refletem, em todos os aspectos materiais, as modificações propostas pela Lei n.º 11.638/07 e pela Medida Provisória n.º 449/08. Em conformidade com a Deliberação CVM n.º 565/08 que aprovou o CPC 13 – Adoção Inicial da Lei n.º 11.638/07 e da Medida Provisória n.º 449/08, a Companhia optou por registrar as alterações previstas de forma retroativa conforme previsto na Deliberação CVM n° 506/06. Desta forma, as demonstrações financeiras apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram modificadas de modo a contemplar os ajustes retroativos das mudanças de práticas.

As principais modificações previstas na lei, que refletem ajustes nas demonstrações financeiras da Companhia com vigência a partir de 2008, estão descritas a seguir:

- modificações na prática contábil para registro de instrumentos financeiros, incluindo derivativos tendo como destaque o registro ao respectivo valor justo quando atendidas determinadas condições, conforme previsto pelo CPC 14 Instrumentos Financeiros (nota explicativa n.º 29 referente às demonstrações financeiras do exercício de 2008);

- introdução do conceito de arrendamento mercantil financeiro e operacional, normatizado pelo pronunciamento técnico CPC 06 Arrendamento Mercantil, incorporando também ao ativo imobilizado os bens corpóreos cujos benefícios, riscos e controle tenham sido transferidos à Companhia;

- a Medida Provisória n.º 449/08 extinguiu o grupo de contas de ativo diferido, permitindo que os saldos capitalizados até 31 de dezembro de 2008 fossem baixados, reclassificados ou mantidos até a sua total amortização. A partir de 2009 o diferimento de custos está proibido;

- introduziu um novo grupo de contas "Intangível" que contempla os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive ágios, fundos de comércio e direito de exploração de concessões. O CPC 04 Intangível normatizou o assunto (nota explicativa n.º 12 referente às demonstrações financeiras do exercício de 2008);

- a Lei n.º 11.638/07 eliminou a possibilidade de reavaliação espontânea de bens, facultando as companhias a manutenção dos saldos até a sua efetiva realização ou a realização do estorno a partir de 01 de janeiro de 2008. A Companhia efetuou o estorno da reavaliação.

- a Lei substituiu a Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos (DOAR) pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e criou a obrigatoriedade de elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA). As normatizações para estas peças foram estabelecidas pelos CPC 03 Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado, respectivamente; e

- a Lei também criou a obrigatoriedade da análise periódica quanto à redução do valor recuperável dos ativos. A Companhia realizou os procedimentos conforme previsto pelo CPC 01 Recuperação dos Ativos que normatizou o assunto (nota explicativa n.º 11 referente às demonstrações financeiras do exercício de 2008).

Reclassificações Requeridas pela ANEEL

A Companhia efetuou reclassificações requeridas pela ANEEL por meio do Despacho n.º 3.073/06 nas demonstrações do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 para deixá-las em base comparativa. As informações financeiras da "Conta de Consumo de Combustível – CCC", da "Conta de Desenvolvimento Energético – CDE" e do "Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e e Eficiência Energética" tiveram suas respectivas linhas alteradas de "Custo de Operação" e "Despesas Operacionais" para "Deduções da Receita Operacional".

Avaliação Quantitativa e Qualitativa dos Riscos do Mercado

Os principais fatores macroeconômicos e riscos de mercado que podem influenciar o negócio da Companhia podem ser assim descritos:

Risco de Taxa de Câmbio: Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está substancialmente coberta por operações financeiras de *swap*, o que permitiu à Companhia trocar os riscos originais da operação para o custo relativo a variação da Taxa DI. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as empresas de eventuais perdas.

Risco de Taxa de Juros: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. Para parte dos empréstimos tomados em moeda nacional a Companhia têm como contrapartida ativos regulatórios atualizados pela variação da taxa SELIC. Adicionalmente a Companhia tem buscado aumentar a participação de empréstimos atrelados à variação da TJLP, índice menos volátil às oscilações do mercado financeiro.

Risco de Crédito: O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Risco quanto à Escassez de Energia: A energia vendida pela Companhia basicamente é gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva, aliado a um crescimento de demanda acima do planejado, pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume dos mesmos, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de Aceleração de Dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Eventos subsequentes a 31 de março de 2009

A Companhia, com o propósito de pagar notas promissórias comerciais da 2ª Emissão da Companhia, bem como de recompor seu fluxo de caixa, captou R$ 185.000.000,00 (cento e oitenta e cinco mil de reais), por meio da distribuição pública de 185 (cento e oitenta e cinco) Notas Promissórias de sua 3ª Emissão, com valor nominal unitário de R$ 1.000.000 (um milhão de reais), remunerados à variação acumulada de 118,0% da Taxa DI. As Notas Promissórias da 3ª Emissão vencerão em 29 de abril de 2010, podendo ser resgatadas antecipadamente pela Companhia.

Análise das Demonstrações de Resultado da Companhia

PERÍODO DE TRÊS MESES ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2009 EM COMPARAÇÃO AO PERÍODO DE TRÊS MESES ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2008

A tabela abaixo apresenta um resumo das demonstrações do resultado nos períodos indicados e as variações entre os referidos períodos em relação à receita operacional líquida:

	Período de três meses encerrado em 31 de março de				
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (em milhares de reais)	**2009**	**% do Total**	**2008**	**% do Total**	**% Variação 2009/2008**
Receita operacional	**643.604**	**100,0**	**639.575**	**100,0**	**0,6**
Fornecimento de Energia Elétrica	587.249	91,2	593.276	92,8	(1,0)
Suprimento de Energia Elétrica	15.259	2,4	14.726	2,3	3,6
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	14.107	2,2	19.821	3,1	(28,8)
Outras Receitas Operacionais	26.989	4,2	11.752	1,8	129,7
Deduções da Receita Operacional	**(228.861)**	**(35,6)**	**(216.395)**	**(33,8)**	**5,8**
ICMS	(128.971)	(20,0)	(120.904)	(18,9)	6,7
PIS	(10.619)	(1,7)	(11.309)	(1,8)	(6,1)
COFINS	(48.914)	(7,6)	(51.171)	(8,0)	(4,4)
Reserva Global de Reversão	(4.591)	(0,7)	(4.111)	(0,6)	11,7
Encargos Tarifários Emergenciais	(1)	(0,0)	(3)	(0,0)	(66,7)
Programa de Eficiência Energética	(2.078)	(0,3)	(2.111)	(0,3)	(1,6)
Pesquisa e Desenvolvimento	(2.078)	(0,3)	(2.111)	(0,3)	(1,6)
Conta de Desenvolvimento Energético	(15.366)	(2,4)	(15.132)	(2,4)	1,5
Conta Consumo de Combustível	(16.243)	(2,5)	(9.543)	(1,5)	70,2
Receita Operacional Líquida	**414.743**	**64,4**	**423.180**	**66,2**	**(2,0)**
Custo do Serviço de Energia Elétrica	**(314.038)**	**(48,8)**	**(305.388)**	**(47,7)**	**2,8**
Custo com Energia Elétrica	**(280.831)**	**(43,6)**	**(274.738)**	**(43,0)**	**2,2**
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(239.772)	(37,3)	(229.364)	(35,9)	4,5
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	(41.059)	(6,4)	(45.374)	(7,1)	(9,5)
Custo de Operação	**(32.771)**	**(5,1)**	**(30.215)**	**(4,7)**	**8,5**
Pessoal	(5.428)	(0,8)	(5.223)	(0,8)	3,9
Entidade de Previdência Privada	(213)	(0,0)	(13)	(0,0)	1538,5
Material	(1.355)	(0,2)	(1.299)	(0,2)	4,3
Serviços de Terceiros	(5.222)	(0,8)	(4.270)	(0,7)	22,3
Depreciação e Amortização	(20.092)	(3,1)	(17.697)	(2,8)	13,5
Outros custos de Operação	(461)	(0,1)	(1.713)	(0,3)	(73,1)
Custo de Serviço Prestado a Terceiro	**(436)**	**(0,1)**	**(435)**	**(0,1)**	**0,2**
Pessoal	(23)	(0,0)	(22)	(0,0)	4,5
Depreciação e Amortização	(165)	(0,0)	(165)	(0,0)	0,0
Custos com Manutenção	(248)	(0,0)	(248)	(0,0)	0,0
Lucro Operacional Bruto	**100.705**	**15,6**	**117.792**	**18,4**	**(14,5)**
Despesas Operacionais	**(29.766)**	**(4,6)**	**(41.088)**	**(6,4)**	**(27,6)**
Despesas com Vendas	801	0,1	(13.759)	(2,2)	(105,8)
Despesas Gerais e Administrativas	(20.207)	(3,1)	(14.828)	(2,3)	36,3
Amortização de Ágio	(5.079)	(0,8)	(5.671)	(0,9)	(10,4)
Outras Despesas Operacionais	(5.281)	(0,8)	(6.830)	(1,1)	(22,7)
Resultado do Serviço	**70.939**	**11,0**	**76.704**	**12,0**	**(7,5)**
Resultado Financeiro	**(2.056)**	**(0,3)**	**(16.291)**	**(2,5)**	**(87,4)**
Receitas	30.497	4,7	15.794	2,5	93,1
Despesas	(32.553)	(5,1)	(32.085)	(5,0)	1,5
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**68.883**	**10,7**	**60.413**	**9,4**	**14,0**
Imposto de Renda	(17.145)	(2,7)	(17.213)	(2,7)	(0,4)
Contribuição Social	(6.185)	(1,0)	(3.421)	(0,5)	80,8
Reversão de Juros s/ Capital Próprio	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	**45.553**	**7,1**	**39.779**	**6,2**	**14,5**
Lucro Líquido por Grupo de Mil Ações	**56,44**	**0,0**	**49,28**	**0,0**	**14,5**

Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta da Companhia é composta por Fornecimento de Energia Elétrica, Suprimento de Energia Elétrica, Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica e Outras Receitas Operacionais.

A Receita Operacional Bruta da Companhia aumentou R$ 4.029 mil, ou 0,6%, para R$ 643.604 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, comparada a R$ 639.575 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2008. Esse aumento foi devido, principalmente, ao aumento das Outras Receitas Operacionais, e em menor proporção, ao aumento da receita com Suprimento de Energia Elétrica, conforme explicado abaixo:

- *Outras Receitas Operacionais*: As Outras Receitas Operacionais aumentaram R$ 15.237 mil, ou 129,7%, para R$ 26.989 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, comparado a R$ 11.752 mil no mesmo período de 2008. Esse aumento é principalmente reflexo de acordos comerciais e efeito da subvenção baixa renda; e

- *Suprimento de Energia Elétrica*: A receita com o Suprimento de Energia Elétrica aumentou R$ 533 mil, ou 3,6%, para R$ 15.259 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, comparado a R$ 14.726 mil no mesmo período de 2008. Esse aumento é devido aos efeitos da revisão tarifária provisória, de 4,77% sob uma quantidade de energia elétrica faturada sob uma base menor quando comparada ao trimestre do exercício anterior para consumidores cativos, aplicados a partir de 19 de abril de 2008.

A tabela abaixo mostra a quantidade e a composição de consumidores de energia elétrica da Companhia, bem como os respectivos volumes de vendas e receita para os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2008 e 2009.

	Consumidores		**GWh**		**R$ (milhares)**		**Variação %**
Receita de Operações com Energia Elétrica	**2009**	**2008**	**2009**	**2008**	**2009**	**2008**	**2009/2008**
Classe de consumidores							
Residencial	927.977	883.615	452	416	217.653	185.433	17,4
Industrial	22.653	32.394	531	614	168.836	192.139	(12,1)
Comercial	104.603	100.919	280	257	128.891	112.971	14,1
Rural	140.727	141.434	296	288	53.043	49.484	7,2
Poderes Públicos	10.355	10.174	30	29	14.469	13.812	4,8
Iluminação Pública	278	272	55	55	13.599	12.564	8,2
Serviço Público	1.601	1.482	53	53	17.238	17.635	(2,3)
Fornecimento faturado	**1.208.194**	**1.170.290**	**1.697**	**1.712**	**613.729**	**584.038**	**5,1**
Consumo Próprio	128	125	1	1	-	-	-
Fornecimento não Faturado (Líquido)	-	-	-	-	5.473	8.997	(39,2)
Encargos Emergenciais ECE/EAEE	-	-	-	-	1	3	(66,7)
Ativos e Passivos Regulatórios	-	-	-	-	(31.954)	238	13.5261
Fornecimento de Energia Elétrica	**1.208.322**	**1.170.415**	**1.698**	**1.713**	**587.249**	**593.276**	**(1,0)**
Concessionárias e Permissionárias	-	-	96	98	15.259	13.590	12,3
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-	-	-	-	1.136	-
Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica	**-**	**-**	**1.794**	**1.811**	**602.508**	**608.002**	**(0,9)**
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica - TUSD	-	-	-	-	14.107	19.821	(28,8)
Subvenção de Baixa Renda	-	-	-	-	9.421	7.146	31,8
Outras Receitas	-	-	-	-	17.568	4.606	281,4
Outras Receitas Operacionais	**-**	**-**	**-**	**-**	**41.096**	**31.573**	**30,2**
TOTAL	**-**	**-**	**-**	**-**	**643.604**	**639.575**	**0,6**

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, a Companhia faturou um total de 1.697 GWh com energia elétrica fornecida para seus consumidores finais, representando uma redução de 15 GWh, ou 0,9%, para 1.712 GWh no período de três meses encerrado em 31 de março de 2008. Esta variação deveu-se, principalmente ao menor consumo de energia elétrica de 83 GWh, ou 13,5%, para 531 GWh da classe industrial no período de três meses encerrado em 31 março de 2009, comparada a 614 GWh no período de três meses encerrado em 31 de março de 2008. Em menor proporção, as classes residencial, comercial e rural apresentaram em conjunto um aumento de 67 GWh, ou 7,0%, para 1.028 GWh no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, comparada a 961 GWh no período de três meses encerrado em 31 de março de 2008.

Deduções da Receita Operacional

A rubrica Deduções da Receita Operacional para o período encerrado em 31 de março de 2009 totalizou R$ 228.861 mil, apresentando um aumento de R$ 12.466 mil, ou 5,8% para R$ 216.395 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2008. Os impactos da variação das Deduções da Receita Operacional decorrem, principalmente das CCC, definidas pela ANEEL, totalizando R$ 16.243 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, apresentando um aumento de R$ 6.700 mil, ou 70,2% para R$ 9.543 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2008, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior.

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços Vendidos

Como resultado da diferença entre a Receita Operacional Bruta e as Deduções da Receita Operacional, a Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços Vendidos no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009 totalizou R$ 414.743 mil, apresentando uma variação negativa de R$ 8.437 mil, ou 2,0% para R$ 423.180 mil em relação ao mesmo período do exercício anterior.

Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos

A rubrica de Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos aumentou R$ 8.650 mil, ou 2,8%, para R$ 314.038 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, comparada a R$ 305.388 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2008. Esse aumento é reflexo, principalmente, da linha Custo de Energia Elétrica apresentando um aumento de R$ 6.093 mil, ou 2,2% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, comparada a R$ 274.738 mil no período de 31 de março de 2008.

A tabela abaixo demonstra a composição do Custo com Energia Elétrica para os exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2008 e 2009.

	GWh		R$ (milhares)		
Energia Comprada para Revenda	**2009**	**2008**	**2009**	**2008**	**% Variação 2009/2008**
Itaipu Binacional	488	498	60.765	41.613	46,0
Cia. de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE	56	75	5.358	6.622	(19,1)
Tractebel Energia	1.002	987	140.767	129.943	8,3
AES Uruguaiana	128	323	5.171	44.864	(88,5)
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	24.053	224	10.637,9
CPFL Comercialização Brasil	188	204	19.497	19.399	0,5
Outros	209	23	14.485	4.370	231,5
	2.071	**2.110**	**270.096**	**247.035**	**9,3**
Ativos e Passivos Regulatórios	-	-	(6.104)	4.780	(227,7)
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(24.220)	(22.451)	7,9
	-	**-**	**239.772**	**229.364**	**4,5**
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição					
Encargos da Rede Básica	-	-	39.015	34.824	12,0
Encargos de Transporte de Itaipu	-	-	3.511	3.145	11,6
Encargos de Conexão	-	-	8.425	6.670	26,3
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	-	-	6.173	5.988	3,1
	-	**-**	**57.124**	**50.627**	**12,8**
Ativos e Passivos Regulatórios	-	-	(10.804)	(1.121)	863,8
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(5.261)	(4.132)	27,3
	-	**-**	**41.059**	**45.374**	**(9,5)**
Total	**-**	**-**	**280.831**	**274.738**	**2,2**

Resultado Bruto

Como resultado da diferença entre a Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços e o Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos, o Resultado Bruto no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009 totalizou R$ 100.705 mil, apresentando uma redução de R$ 17.087 mil, ou 14,5% para R$ 117.792 mil em relação ao mesmo período do exercício anterior.

Despesas Operacionais

A tabela abaixo mostra a composição das Despesas Operacionais da Companhia nos períodos indicados:

	Período de três meses encerrado em 31 de março de		% Variação
Despesas Operacionais (em milhares de reais)	**2009**	**2008**	**2009/2008**
Despesas com Vendas			
Pessoal	5.524	5.084	8,7
Material	139	187	(25,7)
Serviços de Terceiros	2.032	1.843	10,3
Provisão para Devedores Duvidosos	(14.627)	901	(1.723,4)
Depreciação e Amortização	1.795	1.371	30,9
Taxas de Arrecadação	2.330	2.174	7,2
Outros	2.006	2.199	(8,8)
Subtotal Despesas com Vendas	**(801)**	**13.759**	**(105,8)**
Despesas Gerais e Administrativas			
Pessoal	4.055	4.857	(16,5)
Material	70	95	(26,3)
Serviços de Terceiros	7.161	4.912	45,8
Arrendamento e Aluguéis	428	594	(27,9)
Depreciação e Amortização	3.570	1.623	120,0
Publicidade e Propaganda	264	247	6,9
Legais, Judiciais e Indenizações	-	6	(100,0)
Doações, Contribuições e Subvenção.	320	-	-
Outros	4.339	2.494	74,0
Subtotal Despesas Gerais e Administrativas	**20.207**	**14.828**	**36,3**
Outras Despesas Operacionais			
Taxa de Fiscalização	857	828	3,5
Amortização de Ágio por Incorporação	5.079	5.671	(10,4)
Perda (Ganho) na Alienação e Desativação Ativo Não Circulante	4.424	5.755	(23,1)
Provisão Perda de Energia Livre	0	247	(100,0)
Subtotal outras Despesas Operacionais	**10.360**	**12.501**	**(17,1)**
Total Despesas Operacionais	**29.766**	**41.088**	**(27,6)**

As Despesas Operacionais da Companhia apresentaram uma redução de R$ 11.322 mil, ou 27,6%, para R$ 29.766 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, comparada a R$ 41.088 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2008. Este variação deve-se, principalmente, a uma redução nas despesas com vendas de R$ 14.560 mil, ou 105,8%, que decorre basicamente da reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa, com isso, o total das despesas com vendas atingiu R$ (801) mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, comparada a R$ 13.759 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2008.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de março de 2009 apresentou uma diminuição de R$ 14.235 mil, ou 87,4%, para R$ 2.056 mil comparado a R$ 16.291 mil no mesmo exercício social do ano anterior. Esta variação decorre, principalmente de um aumento de R$ 14.703 mil, ou 93,1% da receita financeira proveniente do efeito da atualização monetária de recuperação de créditos vencidos há longa data, impactando positivamente o Resultado Financeiro.

Resultado Operacional

Como resultado da diferença entre o Resultado Bruto, Despesas Operacionais e o Resultado Financeiro, o Resultado Operacional da Companhia antes da tributação/participações no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009 apresentou um aumento de R$ 8.470 mil, ou 14,0%, para R$ 68.883 mil comparado a R$ 60.413 mil no mesmo exercício social do ano anterior.

Resultado após Tributação / Participações

O Resultado após Tributação / Participações da Companhia apurado para o exercício social encerrado em 31 de março de 2009 apresentou um aumento de R$ 5.774 mil, ou 14,5% superior ao resultado apresentado no mesmo período do exercício anterior, principalmente devido a Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social.

Lucro Líquido/Prejuízo do Exercício

Como consequência de diferença entre o Resultado Operacional e o Resultado após Tributação / Participações, o Lucro Líquido da Companhia no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009 apresentou um aumento de R$ 5.774 mil, ou 14,5%, para R$ 45.553 mil comparado a R$ 39.779 mil no mesmo exercício social do ano anterior.

EBITDA Ajustado

A Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA Ajustado, foi de R$ 101.440 mil para o exercício social encerrado em 31 de março de 2009, o que representou uma diminuição de 1,87% quando comparado com o EBITDA Ajustado apurado para o mesmo período de 2008.

Análise das Demonstrações de Resultado da Companhia

A tabela abaixo apresenta um resumo das Demonstrações de Resultado para os exercícios sociais indicados:

	Em 31 de dezembro de							
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em milhares de reais)	**2008**	**% do Total**	**2007**	**% do Total**	**2006**	**% do Total**	**% Variação 2008/2007**	**% Variação 2007/2006**
Receita operacional	**2.566.110**	**100,0**	**2.454.227**	**100,0**	**2.382.043**	**100,0**	**4,6**	**3,0**
Fornecimento de Energia Elétrica	2.385.680	93,0	2.296.297	93,6	2.260.043	94,9	3,9	1,6
Suprimento de Energia Elétrica	57.191	2,2	42.980	1,8	35.341	1,5	33,1	21,6
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	72.768	2,8	71.017	2,9	53.884	2,3	2,5	31,8
Outras Receitas Operacionais	50.471	2,0	43.933	1,7	32.775	1,3	14,9	34,0
Deduções da Receita Operacional	**(897.424)**	**(35,0)**	**(852.402)**	**(34,7)**	**(903.117)**	**(37,9)**	**5,3**	**(5,6)**
ICMS	(505.034)	(19,7)	(465.375)	(19,0)	(500.262)	(21,0)	8,5	(7,0)
PIS	(43.248)	(1,7)	(43.745)	(1,8)	(40.717)	(1,7)	(1,1)	7,4
COFINS	(198.099)	(7,7)	(195.909)	(8,0)	(188.788)	(7,9)	1,1	3,8
Reserva Global de Reversão	(17.460)	(0,7)	(14.595)	(0,6)	(12.348)	(0,5)	19,6	18,2
Encargos Tarifários Emergenciais	(2)	(0,0)	(33)	(0,0)	(257)	(0,0)	(93,9)	(87,2)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em milhares de reais)	Em 31 de dezembro de 2008	% do Total	2007	% do Total	2006	% do Total	% Variação 2008/2007	% Variação 2007/2006
Programa de Eficiência Energética	(8.499)	(0,3)	(7.020)	(0,3)	(2.528)	(0,1)	21,1	177,7
Pesquisa e Desenvolvimento	(8.499)	(0,3)	(8.982)	(0,4)	(12.042)	(0,5)	(5,4)	(25,4)
Conta de Desenvolvimento Energético	(61.233)	(2,4)	(60.623)	(2,5)	(58.261)	(2,4)	1,0	4,1
Conta Consumo de Combustível	(55.350)	(2,2)	(56.120)	(2,3)	(87.914)	(3,7)	(1,4)	(36,2)
Receita Operacional Líquida	**1.668.686**	**65,0**	**1.601.825**	**65,3**	**1.478.926**	**62,1**	**4,2**	**8,3**
Custo do Serviço de Energia Elétrica	**(1.208.125)**	**(47,1)**	**(1.133.964)**	**(46,2)**	**(1.060.886)**	**(44,5)**	**6,5**	**6,9**
Custo com Energia Elétrica	**(1.083.408)**	**(42,2)**	**(1.009.370)**	**(41,1)**	**(951.870)**	**(40,0)**	**7,3**	**6,0**
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(903.379)	(35,2)	(841.754)	(34,3)	(780.610)	(32,8)	7,3	7,8
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	(180.029)	(7,0)	(167.616)	(6,8)	(171.260)	(7,2)	7,4	(2,1)
Custo de Operação	**(122.943)**	**(4,8)**	**(122.982)**	**(5,0)**	**(107.723)**	**(4,5)**	**(0,0)**	**14,2**
Pessoal	(21.209)	(0,8)	(19.263)	(0,8)	(20.304)	(0,9)	10,1	(5,1)
Material	(6.261)	(0,2)	(6.613)	(0,3)	(6.385)	(0,3)	(5,3)	3,6
Serviços de Terceiros	(21.468)	(0,8)	(22.238)	(0,9)	(22.068)	(0,9)	(3,5)	0,8
Depreciação e Amortização	(69.562)	(2,7)	(68.335)	(2,8)	(53.299)	(2,2)	1,8	28,2
Outros Custos de Operação	(4.443)	(0,2)	(6.533)	(0,3)	(5.667)	(0,2)	(32,0)	15,3
Custo de Serviço Prestado a Terceiro	**(1.774)**	**(0,1)**	**(1.612)**	**(0,1)**	**(1.293)**	**(0,1)**	**10,1**	**24,7**
Pessoal	(123)	(0,0)	(95)	(0,0)	(76)	(0,0)	29,5	25,0
Material	-	-	-	-	(113)	(0,0)	-	-
Depreciação e Amortização	(660)	(0,0)	(639)	(0,0)	(544)	(0,0)	3,3	17,5
Custos com Manutenção	(991)	(0,0)	(878)	(0,0)	(560)	(0,0)	12,9	56,8
Lucro Operacional Bruto	**460.561**	**17,9**	**467.861**	**19,1**	**418.040**	**17,6**	**(1,6)**	**11,9**
Despesas Operacionais	**(178.783)**	**(7,0)**	**(184.495)**	**(7,5)**	**(171.071)**	**(7,2)**	**(3,1)**	**7,8**
Despesas com Vendas	(61.312)	(2,4)	(63.867)	(2,6)	(67.017)	(2,8)	(4,0)	(4,7)
Despesas Gerais e Administrativas	(74.964)	(2,9)	(72.530)	(3,0)	(75.416)	(3,2)	3,4	(3,8)
Amortização de Ágio	(22.685)	(0,9)	(18.501)	(0,8)	(15.023)	(0,6)	22,6	23,2
Outras Despesas Operacionais	(19.822)	(0,8)	(29.597)	(1,2)	(13.615)	(0,6)	(33,0)	-
Resultado do Serviço	**281.778**	**11,0**	**283.366**	**11,5**	**246.969**	**10,4**	**(0,6)**	**14,7**
Resultado Financeiro	**(147.265)**	**(5,7)**	**(121.338)**	**(4,9)**	**(64.932)**	**(2,7)**	**21,4**	**86,9**
Receitas	57.114	2,2	40.727	1,7	52.534	2,2	40,2	(22,5)
Despesas	(204.379)	(8,0)	(162.065)	(6,6)	(117.466)	(4,9)	26,1	38,0
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição social	**134.513**	**5,2**	**162.028**	**6,6**	**182.037**	**7,6**	**(17,0)**	**(11,0)**
Imposto de Renda	(32.422)	(1,3)	(41.385)	(1,7)	(44.672)	(1,9)	(21,7)	(7,4)
Contribuição Social	(11.690)	(0,5)	(14.142)	(0,6)	(16.353)	(0,7)	(17,3)	(13,5)
Reversão de Juros s/ Capital Próprio	73.632	2,9	58.199	2,4	-	-	26,5	-
Lucro Líquido do Exercício	**164.033**	6,4	**164.700**	6,7	**121.012**	5,1	**(0,4)**	**36,1**
Lucro Líquido por Grupo de Mil Ações – R$	**203,22**	**0,0**	**204,05**	**0,0**	**149,92**	**n/a**	**(0,4)**	**36,1**

EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta da Companhia é composta por Fornecimento de Energia Elétrica, Suprimento de Energia Elétrica, Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica e Outras Receitas Operacionais.

A Receita Operacional Bruta da Companhia aumentou R$ 111.883 mil, ou 4,6%, para R$ 2.566.100 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2008, comparada a R$ 2.454.227 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2007. Esse aumento foi devido, principalmente, ao aumento da receita no Fornecimento de Energia Elétrica, e em menor proporção, ao aumento das Outras Receitas Operacionais, conforme explicado abaixo:

- *Fornecimento de Energia Elétrica*: As receitas com Fornecimento de Energia Elétrica aumentaram R$ 89.383 mil, ou 3,9%, para R$ 2.436.925 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2008, comparado a R$ 2.296.297 mil no mesmo período de 2007. Esse aumento é reflexo de um crescimento do mercado de 4,3%; e

- *Suprimento de Energia Elétrica*: A receita com Suprimento de Energia Elétrica aumentou R$ 14.211 mil, ou 33,1%, para R$ 57.191 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2008, comparado a R$ 42.980 mil no mesmo período de 2007. Essa variação é devido ao aumento tarifário e de consumo das concessionárias e permissionárias.

A tabela abaixo mostra a quantidade e a composição de consumidores de energia elétrica da Companhia, bem como os respectivos volumes de vendas e receita para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2008.

	Consumidores		**GWh**		**R$ (milhares)**		**Variação %**
Receita de Operações com Energia Elétrica	**2008**	**2007**	**2008**	**2007**	**2008**	**2007**	**2008/2007**
Classe de consumidores							
Residencial	919.716	875.711	1.686	1.612	790.963	717.401	10,3
Industrial	22.216	31.619	2.558	2.507	814.436	803.555	1,4
Comercial	104.366	100.453	1.006	936	458.316	417.394	9,8
Rural	140.034	140.688	1.026	955	186.843	169.990	9,9
Poderes Públicos	10.256	10.149	130	127	62.703	60.693	3,3
Iluminação Pública	276	272	222	220	53.105	50.331	5,5
Serviço Público	1.565	1.477	201	190	68.024	65.318	4,1
Fornecimento faturado	**1.198.429**	**1.160.369**	**6.829**	**6.547**	**2.434.390**	**2.284.682**	**6,6**
Consumo Próprio	124	121	3	2	-	-	-
Fornecimento não Faturado (Líquido)	-	-	-	-	8.298	(2.068)	(501,3)
Encargos Emergenciais ECE/EAEE	-	-	-	-	2	33	(93,9)
Ativos e Passivos Regulatórios	-	-	-	-	(57.010)	13.650	(517,7)
Fornecimento de Energia Elétrica	**1.198.553**	**1.160.490**	**6.832**	**6.549**	**2.385.680**	**2.296.297**	**3,9**
Concessionárias e Permissionárias	6	6	366	337	54.761	41.561	31,8
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-	-	-	2.430	1.419	71,2
Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica	**1.198.559**	**1.160.496**	**7.198**	**6.886**	**2.442.871**	**2.339.277**	**4,4**
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica - TUSD	-	-	-	-	72.768	71.017	2,5
Subvenção de Baixa Renda	-	-	-	-	29.000	26.154	10,9
Outras Receitas	-	-	-	-	21.471	17.779	20,8
Outras Receitas Operacionais	**-**	**-**	**-**	**-**	**123.239**	**114.950**	**7,2**
TOTAL					**2.566.110**	**2.454.227**	**4,6**

No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2008, a Companhia faturou um total de 6.829 GWh com energia elétrica fornecida para seus consumidores finais, representando um aumento de 282 GWh, ou 4,3%, para 6.547 GWh no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2007. Esta variação deveu-se, principalmente a um maior consumo de energia elétrica de 266 GWh, ou 4,4%, para 6.276 GWh das classes Residencial, Industrial, Comercial e Rural no período de doze meses encerrado em 31 dezembro de 2008, comparada a 6.010 GWh no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Deduções da Receita Operacional

A rubrica Deduções da Receita Operacional para o período encerrado em 31 de dezembro de 2008 totalizou R$ 897.424 mil, apresentando um aumento de R$ 45.022 mil, ou 5,3% para R$ 852.402 mil em relação ao mesmo período do exercício anterior. Os impactos da variação das Deduções da Receita Operacional decorrem principalmente das deduções com ICMS, apresentando um aumento de R$ 39.659 mil, ou 8,5% no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2008, quando comparado ao mesmo período do ano passado.

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços Vendidos

Como resultado da diferença entre a Receita Operacional Bruta e as Deduções da Receita Operacional, a Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços Vendidos no período de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2008 totalizou R$ 1.668.686 mil, apresentando uma variação positiva de R$ 66.861 mil, ou 4,2% comparado a R$ 1.601.825 mil apresentado no mesmo período do exercício anterior.

Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos

A rubrica de Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos aumentou R$ 74.161 mil, ou 6,5%, para R$ 1.208.125 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2008, comparada a R$ 1.133.964 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2007. Esse aumento foi devido, principalmente, ao aumento Custo de Energia Elétrica apresentando um aumento de R$ 73.999 mil, ou 6,5% para R$ 1.206.351 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2008, comparada a R$ 1.132.352 mil no período de 31 de dezembro de 2007.

A tabela abaixo demonstra a composição do Custo com Energia Elétrica para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2007:

	GWh		**R$ (milhares)**		
Energia Comprada para Revenda	**2008**	**2007**	**2008**	**2007**	**% Variação 2008/2007**
Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica	302	377	25.281	29.613	(14,6)
Eletrobrás – Repasse de Itaipu	2.009	1.499	159.113	121.550	30,9
Tractebel Energia S.A.	4.033	4.248	500.203	491.163	1,8
AES Uruguaiana Empreendimentos	1.243	1.244	101.241	148.091	(31,6)
CPFL Comercialização Brasil S.A.	587	511	52.845	43.664	21,0
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica	125	79	18.254	12.608	44,8
Outros	21	24	50.205	5.230	859,9
	8.320	**7.982**	**907.142**	**851.919**	**6,5**
Variação de Custos da Parcela "A" - CVA	-	-	(3.763)	(10.165)	(63,0)
	8.320	**7.982**	**903.379**	**841.754**	**7,3**
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição					
Encargos da Rede Básica	-	-	132.885	118.785	11,9
Encargos de Transporte de Itaipu	-	-	12.631	8.066	56,6
Encargos de Conexão	-	-	29.754	24.138	23,3
Encargos de Serviços do Sistema	-	-	38.721	-	-
	-	-	213.991	150.989	41,7
Variação de Custos da Parcela "A" - CVA	-	-	(33.962)	16.627	(304,3)
	-	-	180.029	167.616	7,4
Custos de Operação	-	-	**122.943**	**122.982**	**(0,0)**
	-	-	122.943	122.982	(0,0)
Total	**8.320**	**7.982**	**1.206.351**	**1.132.352**	**6,5**

Resultado Bruto

Como resultado da diferença entre a Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços e o Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos, o Resultado Bruto no período de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2008 totalizou R$ 460.561 mil, apresentando uma redução de R$ 7.300 mil, ou 1,6% para R$ 467.861 mil em relação ao mesmo período do exercício anterior.

Despesas Operacionais

A tabela abaixo mostra a composição das despesas operacionais da Companhia nos períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		**% Variação**
Despesas Operacionais (em milhares de reais)	**2008**	**2007**	**2008/2007**
Despesas com Vendas	**61.312**	**63.867**	**(4,0)**
Pessoal	20.016	19.033	5,2
Material	776	765	1,4
Serviços de Terceiros	17.798	16.921	5,2
Arrendamentos e Aluguéis	584	799	(26,9)
Depreciação e Amortização	5.240	7.068	(25,9)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	16.415	12.988	26,4
Telecomunicações e Transmissão de Dados	4.817	6.020	(20,0)
Indenizações a Consumidores	653	1.937	(66,3)
Recuperação de Despesas	(7.378)	(4.098)	80,0
Outras	2.391	2.434	(1,8)
Despesas Gerais e Administrativas	**74.964**	**72.530**	**3,4**
Pessoal	18.208	18.173	0,2
Administradores	2.002	2.212	(9,5)
Material	580	374	55,1
Serviços de Terceiros	27.719	21.407	29,5
Arrendamento e Aluguéis	2.331	2.552	(8,7)
Depreciação e Amortização	7.107	8.952	(20,6)
Telecomunicações e Transmissão de Dados	2.349	1.156	103,2
Propaganda e Publicidade	1.214	1.474	(17,6)
Investimentos em Cultura	1.920	2.927	(34,4)
Impostos, Taxas e Contribuições	1.059	990	7,0
Seguros	426	820	(48,0)
Contingências	422	6.360	(93,4)
Taxa de fiscalização da ANEEL	3.400	3.243	4,8
Outras	6.227	1.890	229,5
Outras Despesas Operacionais			
Amortização de Ágio por Incorporação	22.685	18.501	22,6
Perda (Ganho) na Alienação e Desativação de Ativo Não-Circulante	19.822	29.597	(33,0)
	42.507	**48.098**	**(11,6)**
Total Despesas Operacionais	**178.783**	**184.495**	**(3,1)**

As Despesas Operacionais da Companhia apresentaram uma redução de R$ 5.712 mil, ou 3,1%, para R$ 178.783 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2008, comparada a R$ 184.495 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2007. Esta variação deve-se, principalmente, a uma redução nas perdas na alienação e desativação de ativo de R$ 9.775 mil, ou 33,0%, para R$ 19.822 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2008, comparada a R$ 29.597 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 apresentou um aumento de R$ 25.927 mil, ou 21,4%, para R$ 147.265 mil comparado a R$ 121.338 mil no mesmo período do exercício anterior. Esta variação decorre principalmente de um aumento de R$ 42.314 mil, ou 26,1% das despesas financeiras proveniente do aumento do endividamento médio de 2008 em comparação com 2007 e da provisão maior de JCP, impactando negativamente o Resultado Financeiro.

Resultado Operacional

Como resultado da diferença entre o Resultado Bruto, Despesas Operacionais e o Resultado Financeiro, o Resultado Operacional da Companhia no período de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2008 apresentou uma redução de R$ 27.515 mil, ou 17,0%, para R$ 134.513 mil comparado a R$ 162.028 mil no mesmo período do exercício anterior.

Resultado após Tributação / Participações

O Resultado após Tributação / Participações da Companhia apurado para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 apresentou um redução de R$ 667 mil, ou 0,4% inferior ao resultado apresentado no mesmo período do exercício anterior, principalmente devido (i) uma redução da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social de R$ 11.415 mil, ou 20,6% para R$ 44.112 mil comparado a um valor de R$ 55.527 mil para o mesmo período do exercício anterior; e (ii) um aumento da Reversão de Juros sobre o Capital Próprio de R$ 15.433 mil, ou 26,5% para R$ 73.632 mil, comparado a R$ 58.199 mil para o mesmo período do exercício anterior.

Lucro Líquido/Prejuízo do Exercício

Como consequência da diferença entre o Resultado Operacional e o Resultado antes Tributação / Participações, o Lucro Líquido da Companhia no período de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2008 apresentou uma redução de R$ 667 mil, ou 0,4%, para R$ 164.033 mil comparado a R$ 164.700 mil no mesmo exercício social do exercício anterior.

EBITDA Ajustado

A Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA Ajustado, foi de R$ 383 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, praticamente a mesma encerrada no exercício de 2007, devido, principalmente ao aumento de 4,2% na receita líquida e a redução de 2,4% nos custos e despesas operacionais.

EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

A tabela abaixo apresenta um resumo das demonstrações do resultado nos períodos indicados e as variações ocorridas entre os referidos períodos e em relação à Receita Operacional Líquida:

Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta da Companhia é composta por Fornecimento de Energia Elétrica, Suprimento de Energia Elétrica, Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica e Outras Receitas Operacionais.

A Receita Operacional Bruta da Companhia aumentou R$ 72.184 mil, ou 3,0%, para R$ 2.454.227 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2007, comparada a R$ 2.382.043 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2006. Esse aumento foi devido, principalmente, ao aumento do Fornecimento de energia elétrica, e em menor proporção, ao aumento da Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica e das Outras Receitas Operacionais, conforme explicado abaixo:

- *Fornecimento de energia elétrica*: As receitas com fornecimento de energia elétrica aumentaram R$ 36.254 mil, ou 1,6%, para R$ 2.296.297 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2007, comparado a R$ 2.260.043 mil no mesmo período de 2006. Esse aumento é reflexo dos efeitos do índice de reajuste tarifário anual (IRT) de 6,05% e o aumento das vendas de energia para as classes comercial e residencial;

- *Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica*: Aumentaram R$ 17.133 mil, ou 31,8%, para R$ 71.017 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2007, comparado a R$ 53.884 mil no mesmo período de 2006. Essa variação é reflexo do aumento de 32% na receita proveniente da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e aumento dos clientes livres de 32 para 54 em 2007.

- *Outras Receitas Operacionais*: Aumentaram R$ 11.158 mil, ou 34,0%, para R$ 43.933 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2007, comparado a R$ 32.775 mil no mesmo período de 2006, devido ao registro dos ativos e passivos regulatórios.

A tabela abaixo mostra a quantidade e a composição de consumidores de energia elétrica da Companhia, bem como os respectivos volumes de vendas e receita para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006 e 2007.

	Consumidores		**GWh**		**R$ (milhares)**		**Variação %**
Receita de Operações com Energia Elétrica	**2007**	**2006**	**2007**	**2006**	**2007**	**2006**	**2007/2006**
Consumidores							
Residencial	875.711	847.711	1.612	1.492	743.555	722.849	2,9
Industrial	31.619	29.845	2.507	2.547	803.555	781.922	2,8
Comercial	100.453	96.754	936	849	417.394	399.495	4,5
Rural	140.688	136.680	955	897	169.990	154.184	10,3
Poder Público	10.149	10.015	127	120	60.693	59.763	1,6
Iluminação Pública	272	254	220	224	50.331	51.032	(1,4)
Serviço Público	1.477	1.415	190	188	65.318	67.530	(3,3)
Consumo Próprio	121	107	2	2	-	-	-
Fornecimento Faturado	**1.160.490**	**1.122.781**	**6.549**	**6.319**	**2.310.836**	**2.236.775**	**3,3**
Outros							
Fornecimento não Faturado do Exercício	-	-	-	-	82.878	84.486	(1,9)
Fornecimento não Faturado do Exercício Anterior	-	-	-	-	(84.946)	(61.475)	38,2
Encargos Tarifários Emergenciais	-	-	-	-	33	257	(87,2)
Total Fornecimento de Energia	**1.160.490**	**1.122.781**	**6.549**	**6.319**	**2.308.801**	**2.260.043**	**2,2**
Suprimento de Energia	6	6	337	342	42.980	35.341	21,6
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	-	-	-	-	71.017	53.884	31,8
Total Fornecimento e Suprimento	**1.160.496**	**1.122.787**	**6.886**	**6.661**	**2.422.798**	**2.349.268**	**3,1**
Outras Receitas	**-**	**-**	**-**	**-**	31.429	32.775	(4,1)
Total Receita Bruta	**1.160.496**	**1.122.787**	**6.886**	**6.661**	**2.454.227**	**2.382.043**	**3,0**

No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2007, a Companhia faturou um total de 6.886 GWh com energia elétrica fornecida para seus consumidores finais, representando um aumento de 225 GWh, ou 3,4%, para 6.661 GWh no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2006. Esta variação deveu-se, principalmente a um maior consumo de energia elétrica de 265 GWh, ou 8,2%, para 3.503 GWh das classes Residencial, Comercial e Rural em conjunto no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2007, comparada a 3.238 GWh no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2006. Em menor proporção, a classe industrial apresentou uma redução de 40 GWh, ou 1,6%, para 2.507 GWh no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2007, comparada a 2.547 GWh no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2006.

Deduções da Receita Operacional

A rubrica Deduções da Receita Operacional para o período encerrado em 31 de dezembro de 2007 totalizou R$ 852.402 mil, apresentando uma redução de R$ 50.715 mil, ou 5,6% em relação ao mesmo período do exercício anterior. Os impactos da variação das Deduções da Receita Operacional decorrem principalmente (i) das deduções com ICMS, apresentando uma redução de R$ 34.887 mil, ou 7,0% no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2007, quando comparado ao mesmo período do ano passado; e (ii) deduções com consumo de combustível, apresentando uma diminuição de R$ 31.794 mil, ou 36,2% no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2007, quando comparado ao mesmo período do ano passado.

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços Vendidos

Como resultado da diferença entre a Receita Operacional Bruta e as Deduções da Receita Operacional, a Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços Vendidos no período de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2007 totalizou R$ 1.601.825 mil, apresentando uma variação positiva de R$ 122.899 mil, ou 8,3% comparado a R$ 1.478.926 mil apresentado no mesmo período do exercício anterior.

Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos

A rubrica de Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos aumentou R$ 73.078 mil, ou 6,9%, para R$ 1.133.964 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2007, comparada a R$ 1.060.886 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2006. Esse aumento foi devido, principalmente, ao aumento Custo de Energia Elétrica apresentando um aumento de R$ 57.500 mil, ou 6,0% para R$ 1.009.370 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2007, comparada a R$ 951.870 mil no período de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2006.

A tabela abaixo demonstra a composição dos Custos com Energia Elétrica para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006 e 2007:

	GWh		R$ (milhares)		
Energia Comprada para Revenda	**2007**	**2006**	**2007**	**2006**	**% Variação 2007/2006**
Companhia Estadual de Energia Elétrica	-	-	-	132	-
Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica	377	452	29.613	34.868	(15,1)
Eletrobrás – Repasse de Itaipu	1.499	1.496	121.550	111.745	8,8
Tractebel Energia S.A.	4.248	3.511	491.163	394.465	24,5
AES Uruguaiana Empreendimentos	1.244	1.243	148.091	131.560	12,6
CPFL Comercialização Brasil	511	1.069	43.664	88.364	(50,6)
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica	79	31	12.608	7.575	66,4
Outros	24	13	5.230	972	438,1
Subtotal	**7.982**	**7.815**	**851.919**	**769.681**	**10,7**
Variação de Custos da Parcela "A" - CVA	-	-	(10.165)	10.929	(193,0)
	7.982	**7.815**	**841.754**	**780.610**	**7,8**
Encargos do Uso do Sistema de					
Transmissão e Distribuição					
Encargos da Rede Básica	-	-	118.785	117.974	0,7
Encargos de Transporte de Itaipu	-	-	8.066	7.776	3,7
Encargos de Conexão	-	-	24.138	24.279	(0,6)
Encargos de Serviços do Sistema	-	-	-	3.814	(100,0)-
Subtotal	**-**	**-**	**150.989**	**153.843**	**(1,9)**
Variação de Custos da parcela "A" - CVA	-	-	16.627	17.417	(4,5)
	-	**-**	**167.616**	**171.260**	(2,1)
Total	**7.982**	**7.815**	**1.009.370**	**951.870**	**6,0**

Resultado Bruto

Como resultado da diferença entre a Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços e o Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos, o Resultado Bruto no período de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2007 totalizou R$ 467.861 mil, apresentando um aumento de R$ 49.821 mil, ou 11,9% para R$ 418.040 mil em relação ao mesmo período do exercício anterior.

Despesas Operacionais

A tabela abaixo mostra a composição das Despesas Operacionais da Companhia nos períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		% Variação
Despesas Operacionais (em milhares de reais)	**2007**	**2006**	**2007/2006**
Despesas com Vendas	**63.867**	**67.017**	**(4,7)**
Pessoal	19.033	20.153	(5,6)
Material	765	1.053	(27,4)
Serviços de Terceiros	16.921	19.589	(13,6)
Arrendamento e Aluguéis	799	701	14,0
Depreciação e Amortização	7.068	7.776	(9,1)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	12.988	13.335	(2,6)
Telecomunicação e Transmissão de Dados	6.020	5.330	12,9
Indenizações a Consumidores	1.937	1.433	35,2
Recuperação de Despesas	(4.098)	(4.469)	(8,3)
Outras	2.434	2.116	15,0
Despesas Gerais e Administrativas	**72.530**	**75.416**	**(3,8)**
Pessoal	18.173	17.654	2,9
Administradores	2.212	2.312	(4,3)
Material	374	538	(30,5)
Serviços de Terceiros	21.407	15.914	34,5
Arrendamento e Aluguéis	2.552	2.737	(6,8)
Depreciação e Amortização	8.952	9.348	(4,2)
Contingências	6.360	15.161	(58,1)
Telecomunicações e Transmissão de Dados	1.156	1.211	(4,5)
Propaganda e Publicidade	1.474	1.319	11,8
Investimentos em Cultura	2.927	2.707	8,1
Seguros	820	1.069	(23,3)
Taxa de Fiscalização ANEEL	3.243	3.084	5,2
Outras	2.880	2.362	21,9
Amortização do Ágio	**18.501**	**15.023**	**23,2**
Outras despesas operacionais	**29.597**	**13.615**	**117,4**
Total	**184.495**	**171.071**	**7,8**

As Despesas Operacionais da Companhia apresentaram um aumento de R$ 13.424 mil, ou 7,8%, para R$ 184.495 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2007, comparada a R$ 171.071 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2006. Este crescimento deve-se, principalmente, ao aumento de R$ 15.982 mil das perdas na alienação e desativação de ativo no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 apresentou um aumento de R$ 56.406 mil, ou 86,9%, para R$ 121.338 mil comparado a R$ 64.932 mil no mesmo exercício social do exercício anterior. Esta variação decorre principalmente de um aumento de R$ 44.600 mil, ou 38,0% das despesas financeiras proveniente do registro dos juros sobre capital próprio (JCP) no valor de R$ 58.199 mil, impactando negativamente o Resultado Financeiro.

Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Como resultado da diferença entre o Resultado Bruto, Despesas Operacionais e o Resultado Financeiro, o Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social da Companhia no período de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2007 apresentou uma redução de R$ 20.009 mil, ou 11,0%, para R$ 162,028 mil comparado a R$ 182.037 mil no mesmo exercício social do ano anterior.

Resultado após Tributação / Participações

O Resultado após Tributação / Participações da Companhia apurado para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 apresentou um aumento de R$ 43.688 mil, ou 36,1% superior ao resultado apresentado no mesmo período do exercício anterior, principalmente devido a Reversão de juros sobre o capital próprio.

Lucro Líquido do Exercício

Como consequência de diferença entre o Resultado Operacional e o Resultado antes Tributação / Participações, o Lucro Líquido da Companhia no período de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2007 apresentou um aumento de R$ 43.688 mil, ou 36,1%, para R$ 164.700 mil comparado a R$ 121.012 mil no mesmo exercício social do ano anterior.

EBITDA Ajustado

O EBITDA Ajustado, foi de R$ 383.329 mil para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, um aumento de R$ 52.316 mil, ou 15,8 %. Esse resultado é decorrente principalmente do aumento de 8,3 % na receita líquida.

Reconciliação do Lucro Líquido com o EBITDA Ajustado

Apresentamos a seguir, a reconciliação do lucro líquido com o EBITDA Ajustado para os exercícios e períodos indicados.

	Em 31 de dezembro de			Período de três meses encerrado em 31 de março de	
Reconciliação do Lucro Líquido com o EBITDA Ajustado	**2008**	**2007**	**2006**	**2009**	**2008**
			(em milhares de reais)		
Lucro Líquido do Período	**164.033**	**164.700**	**121.012**	**45.553**	**39.779**
Entidade de Previdência Privada	(3.683)	(3.532)	(1.945)	(200)	56
Depreciação e Amortização	105.253	103.495	85.989	30.701	26.610
Resultado Financeiro	147.265	121.338	64.932	2.056	16.291
Contribuição Social	11.690	14.142	16.353	6.185	4.179
Imposto de Renda	32.422	41.385	44.672	17.145	16.455
Reversão Juros Capital Próprio	(73.632)	(58.199)	-	-	-
EBITDA Ajustado	**383.348**	**383.329**	**331.013**	**101.440**	**103.370**

Nota: O EBITDA Ajustado, conforme calculado pela Companhia, é igual ao lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e a contribuição social, das despesas financeiras líquidas, e das despesas de depreciação e amortização e entidade de previdência privada, e de item extraordinário, e de equivalência patrimonial. O EBITDA ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou USGAAP, tampouco deve ser considerada isoladamente,ou como alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA ajustado de maneira diversa da Companhia. O EBITDA ajustado apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade da Companhia, em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, sendo que estes poderiam afetar de maneira significativa, os lucros de companhia, tais como as despesas e receitas financeiras, o imposto sobre a renda e a contribuição social e a depreciação e amortização.

Análise das Principais Contas Patrimoniais da Companhia

	Período de três meses encerrado em 31 de março de 2009 contra 31 de dezembro de 2008				
BALANÇO PATRIMONIAL (em milhares de reais)	**2009**	**% do Total**	**2008**	**% do Total**	**% Variação 2009/2008**
Ativo					
Circulante	**859.354**	**29,9**	**547.154**	**21,1**	**57,1**
Disponibilidades	281.230	9,8	41.985	1,6	569,8
Consumidores. Concessionárias e Permissionárias	392.097	13,6	370.986	14,3	5,7
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.470)	(0,4)	(27.165)	(1,0)	(61,5)
Tributos a Compensar	26.380	0,9	25.918	1,0	1,8
Créditos Fiscais Diferidos	27.936	1,0	26.886	1,0	3,9
Derivativos	11.048	0,4	15.409	0,6	(28,3)
Estoques	6.670	0,2	6.434	0,2	3,7
Diferimento de Custos Tarifários	94.287	3,3	60.985	2,3	54,6
Despesas Pagas Antecipadamente	9.915	0,3	9.683	0,4	2,4
Outros Créditos	20.261	0,7	16.033	0,6	26,4
Não Circulante	**2.013.884**	**70,1**	**2.049.164**	**78,9**	**(1,7)**
Realizável a Longo Prazo	**428.464**	**14,9**	**463.216**	**17,8**	**(7,5)**
Consumidores. Concessionárias e Permissionárias	37.938	1,3	42.944	1,7	(11,7)
Tributos a Compensar	17.670	0,6	18.109	0,7	(2,4)
Créditos Fiscais Diferidos	269.564	9,4	271.114	10,4	(0,6)
Depósitos Judiciais	78.937	2,7	80.512	3,1	(2,0)
Derivativos	574	0,0	191	0,0	200,5
Diferimento de Custos Tarifários	13.448	0,5	14.928	0,6	(9,9)
Despesas Pagas Antecipadamente	1.519	0,1	1.629	0,1	(6,8)
Outros Créditos	8.814	0,3	33.789	1,3	(73,9)
Permanente	**1.585.420**	**55,2**	**1.585.948**	**61,1**	**(0,0)**
Imobilizado	1.111.839	38,7	1.105.180	42,6	0,6
Intangível	473.581	16,5	480.768	18,5	(1,5)
Total do Ativo	**2.873.238**	**100,0**	**2.596.318**	**100,0**	**10,7**

	Período de três meses encerrado em 31 de março de 2009 contra 31 de dezembro de 2008				
BALANÇO PATRIMONIAL					**% Variação**
(em milhares de reais)	**2009**	**% do Total**	**2008**	**% do Total**	**2009/2008**
Passivo					
Circulante	**948.536**	**33,0**	**732.664**	**28,2**	**29,5**
Fornecedores	184.403	6,4	191.981	7,4	(3,9)
Folha de Pagamento	1.634	0,1	1.573	0,1	3,9
Encargos de Dívidas	4.292	0,1	4.015	0,2	6,9
Empréstimos e Financiamentos	244.107	8,5	83.524	3,2	192,3
Encargos de Debêntures	31.935	1,1	25.584	1,0	24,8
Debêntures	205.453	7,2	205.703	7,9	(0,1)
Derivativos	124	0,0	3	0,0	4.033,3
Taxas Regulamentares	13.074	0,5	14.824	0,6	(11,8)
Tributos e Contribuições Sociais	65.254	2,3	42.246	1,6	54,5
Débitos Ficais Diferidos	8.695	0,3	9.077	0,4	(4,2)
Dividendos	59.865	2,1	59.871	2,3	(0,0)
Entidade de Previdência Privada	1.154	0,0	2.376	0,1	(51,4)
Diferimento de Ganhos Tarifários	26	0,0	1.438	0,1	(98,2)
Obrigações Estimadas	6.489	0,2	7.265	0,3	(10,7)
Outras Contas a Pagar	122.031	4,2	83.184	3,2	46,7
Não Circulante e Patrimônio Líquido	**1.924.702**	**67,0**	**1.863.654**	**71,8**	**3,3**
Exigível a Longo Prazo	**700.955**	**24,4**	**685.460**	**26,4**	**2,3**
Empréstimos e Financiamentos	195.426	6,8	183.138	7,1	6,7
Debêntures	406.200	14,1	406.200	15,7	0,0
Derivativos	5	0,0	-	-	-
Débitos Fiscais Diferidos	4	0,0	50	0,0	(92,0)
Diferimento de Ganhos Tarifários	550	0,0	-	-	-
Provisão para Contingências	52.081	1,8	52.918	2,0	(1,6)
Obrigações Estimadas	629	0,0	629	0,0	0,0
Outras Contas a Pagar	46.060	1,6	42.525	1,6	8,3
Patrimônio Líquido	**1.223.747**	**42,6**	**1.178.194**	**45,4**	**3,9**
Capital Social	851.861	29,6	830.924	32,0	2,5
Reserva de Capital	313.062	10,9	333.999	12,9	(6,3)
Reserva de Lucro	13.271	0,5	13.271	0,5	0,0
Lucros Acumulados	45.553	1,6	-	-	-
Total do passivo e Patrimônio Líquido	**2.873.238**	**100,0**	**2.596.318**	**100,0**	**10,7**

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2009 E 31 DE DEZEMBRO DE 2008

Ativo Circulante

Em 31 de março de 2009, o Ativo Circulante da Companhia era de R$ 859.354 mil, 57,1% maior do que em 31 de dezembro de 2008. Com isso, o Ativo Circulante passou a representar 29,9% do Ativo Total em 31 de março de 2009, contra 21,1% em 31 de dezembro de 2008. Essa variação é consequência principalmente das variações das contas abaixo listadas:

Disponibilidades

As disponibilidades totalizaram R$ 281.230 mil em 31 de março de 2009, representando um acréscimo de R$ 239.245 mil ou 569,8% em relação a 31 de dezembro de 2008. Essa variação é consequência principalmente do valor mantido em caixa para pagamento de debêntures que venceram em 01 de abril de 2009. Com isso, as disponibilidades passaram a representar 9,8% do Ativo Total em 31 de março de 2009, contra 1,6% em 31 de dezembro de 2008.

Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os recebíveis de curto prazo da Companhia decorrentes de vendas para Consumidores, Concessionárias e Permissionárias em 31 de março de 2009 totalizaram R$ 392.097 mil em 31 de março de 2009, representando um acréscimo de R$ 21.111 mil ou 5,7% em relação a 31 de dezembro de 2008.

Essa variação é consequência principalmente aumento do faturamento da empresa. Com isso, a conta Consumidores, Concessionárias e Permissionárias passou a representar 13,6% do Ativo Total em 31 de março de 2009, contra 14,3% em 31 de dezembro de 2008.

Diferimento de Custos Tarifários

Em 31 de março de 2009, os custos tarifários diferidos da Companhia totalizavam R$ 94.287 mil, representando um aumento de R$ 33.302 mil em relação a 31 de dezembro de 2008. A variação de 54,6% é resultado do maior volume de diferimento da CVA e da transferência do longo prazo, em função do prazo para sua realização. Com isso, a conta Diferimento de Custos Tarifários passou a representar 3,3% do Ativo Total em 31 de março de 2009, contra 2,3% em 31 de dezembro de 2008.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Em 31 de março de 2009, o Ativo Realizável a Longo Prazo da Companhia era de R$ 428.464 mil, 7,5% menor que em 31 de dezembro de 2008. Com isso, o Ativo Realizável a longo prazo passou a representar 14,9% do Ativo Total em 31 de março de 2009, contra 17,8% em 31 de dezembro de 2008. A variação é justificada principalmente em razão das alterações nas linhas abaixo:

Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os recebíveis de longo prazo da Companhia decorrentes de vendas para Consumidores, Concessionárias e Permissionárias em 31 de março de 2009 totalizaram R$ 37.938 mil, representando redução de R$ 5.006 mil em relação a 31 de dezembro de 2008.

Essa variação é consequência principalmente da transferência do ativo regulatório da TUSD para o curto prazo. Com isso, a conta Consumidores, Concessionárias e Permissionárias de longo prazo passou a representar 1,3% do Ativo Total em 31 de março de 2009, contra 1,7% em 31 de dezembro de 2008.

Créditos Fiscais Diferidos

A Companhia possuía R$269.564 mil em créditos fiscais deferidos, em 31 de março de 2009, decorrentes principalmente do benefício do ágio na incorporação da CPFL Serra e adições temporárias. Em 31 de dezembro de 2008, esse montante era de R$ 271.114 mil. A variação negativa de 0,6% decorreu principalmente do aproveitamento do crédito fiscal no trimestre. Com isso, a conta Créditos Fiscais Diferidos de longo prazo passou a representar 9,4% do Ativo Total em 31 de março de 2009, contra 10,4% em 31 de dezembro de 2008.

Depósitos Judiciais

Os Depósitos Judiciais da Companhia totalizavam R$78.937 mil em 31 de março de 2009, enquanto em 31 de dezembro de 2008 esse montante era de R$ 80.512 mil. A variação de 2,0% resultou principalmente dos encerramentos de alguns processos judiciais no período. Com isso, a conta Depósitos Judiciais passou a representar 2,7% do Ativo Total em 31 de março de 2009, contra 3,1% em 31 de dezembro de 2008.

Ativo Permanente

Em 31 de março de 2009, o Ativo Permanente da Companhia somava R$1.585.420 mil, praticamente o mesmo valor de 31 de dezembro de 2008. Com isso, o Ativo Permanente reduziu a sua participação de 55,2% do Ativo Total em 31 de março de 2009 em relação a sua participação de 61,1% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2008.

Passivo Circulante

Em 31 de março de 2009, o Passivo Circulante da Companhia era de R$ 948.536 mil ou 29,5%, maior do que em 31 de dezembro de 2008. Com isso, o Passivo Circulante passou a representar 33,0% do Passivo Total em 31 de março de 2009, contra 28,2% em 31 de dezembro de 2008. A variação é justificada principalmente em razão das alterações nas linhas abaixo:

Fornecedores

A Companhia possuía um débito total de R$ 184.403 mil junto a seus fornecedores de energia elétrica em 31 de março de 2009, em comparação ao montante de R$ 191.981 mil em 31 de dezembro de 2008. Essa variação negativa de 3,9% decorre principalmente do contas a pagar de suprimento de energia e encargos dos sistema de distribuição. Com isso, a conta Fornecedores de Curto Prazo passou a representar 6,4% do Passivo Total em 31 de março de 2009, contra 7,4% em 31 de dezembro de 2008.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de março de 2009, o saldo a pagar (principal e encargos) no curto prazo referente a Empréstimos e Financiamentos totalizava R$ 248.399 mil, um aumento de 183,8% em relação a 31 de dezembro de 2008. Essa variação decorre, principalmente: (i) da emissão, em 31 de março de 2009, de 16 (dezesseis) notas promissórias, com valor nominal unitário de R$ 10.000.000,00 perfazendo o montante total de R$ 160.000 mil; e (ii) da transferência de parcelas do longo prazo para o curto prazo. Com isso, a conta Empréstimos e Financiamentos passou a representar 8,6% do Passivo Total em 31 de março de 2009, contra 3,4% em 31 de dezembro de 2008.

Debêntures

Em 31 de março de 2009, o saldo a pagar no curto prazo (principal e encargos) referente a debêntures totalizava R$ 237.388 mil, um aumento de 2,6% em relação a 31 de dezembro de 2008. Essa variação decorre principalmente em função dos encargos R$ 6.351 mil incorridos no período. Com isso, a conta Debêntures passou a representar 8,3% do Passivo Total em 31 de março de 2009, contra 8,9% em 31 de dezembro de 2008.

Tributos e Contribuições Sociais

Em 31 de março de 2009, a Companhia tinha a pagar, no curto prazo, R$ 65.254 mil referentes a Tributos e Contribuições Sociais. Em 31 de dezembro de 2008, esse montante era de R$ 42.246 mil. Essa variação positiva de 54,5% decorre do aumento do provisionamento de tais tributos durante o período, conforme a legislação. Com isso, a conta Tributos e Contribuições Sociais de curto prazo passou a representar 2,3% do Passivo Total em 31 de março de 2009, contra 1,6% em 31 de dezembro de 2008.

Passivo Exigível a Longo Prazo

Em 31 de março de 2009, o Passivo Exigível a Longo Prazo da Companhia era de R$ 700.955 mil, 2,3% maior do que em 31 de dezembro de 2008. Com isso, o Passivo Exigível a Longo Prazo passou a representar 24,4% do Passivo Total em 31 de março de 2009, contra 26,4% em 31 de dezembro de 2008. A variação é justificada principalmente em razão das variações abaixo:

Empréstimos e Financiamentos

Os Empréstimos e Financiamentos de longo prazo da Companhia totalizavam R$ 195.426 mil em 31 de março de 2009, mantendo-se o mesmo valor em relação a 31 de dezembro de 2008. Entretanto, em razão da variação do Passivo Total, a conta Empréstimos e Financiamentos de longo prazo passou a representar 14,1% do Passivo Total em 31 de março de 2009, contra 15,7% em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido

Em 31 de março de 2009, o Patrimônio Liquido da Companhia era de R$ 1.223.747 mil, 3,9% maior do que em 31 de dezembro de 2008. Com isso, o Patrimônio Líquido passou a representar 42,6% do Passivo Total em 31 de março de 2009, contra 45,4% em 31 de dezembro de 2008. A variação é justificada principalmente em razão das variações abaixo:

Capital Social

Em 31 de março de 2009, o Capital Social Realizado da Companhia totalizava R$ 851.861 mil, representando um aumento de R$ 20.937 mil em relação a 31 de dezembro de 2008, em razão do aumento de capital realizado pela Companhia utilizando parte das Reservas de Capital. Com isso, o Capital Social passou a representar 29,6% do Passivo Total em 31 de março de 2009, contra 32,0% em 31 de dezembro de 2008.

Reservas de Capital

As Reservas de Capital da Companhia somavam R$ 313.062 mil em 31 de março de 2009 ou 6,3% a menos do que em 31 de dezembro de 2008, em consequência do aumento do capital social acima descrito. Com isso, a conta Reservas de Capital passou a representar 10,9% do Passivo Total em 31 de março de 2009, contra 12,9% em 31 de dezembro de 2008. O efeito desta redução foi neutralizada pela aumento do capital social.

Análise das Principais Contas Patrimoniais da Companhia

	Em 31 de dezembro de							
BALANÇO PATRIMONIAL (em milhares de reais)	**2008**	**% do Total**	**2007**	**% do Total**	**2006**	**% do Total**	**% Variação 2008/2007**	**% Variação 2007/2006**
Ativo								
Circulante	**547.154**	**21,1**	**557.897**	**20,7**	**571.944**	**23,4**	**(1,9)**	**(2,5)**
Disponibilidades	41.985	1,6	47.270	1,8	85.005	3,5	(11,2)	(44,4)
Consumidores. Concessionárias e Permissionárias	370.986	14,3	381.845	14,1	395.176	16,1	(2,8)	(3,4)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(27.165)	(1,0)	(31.831)	(1,2)	(33.023)	(1,3)	(14,7)	(3,6)
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	481	0,0	-	-	-	-
Tributos a Compensar	25.918	1,0	28.290	1,0	11.453	0,5	(8,4)	147,0
Créditos Fiscais Diferidos	26.886	1,0	48.824	1,8	35.007	1,4	(44,9)	39,5
Derivativos	15.409	0,6	-	-	-	-	-	-
Estoques	6.434	0,2	6.295	0,2	9.707	0,4	2,2	(35,2)
Diferimento de Custos Tarifários	60.985	2,3	23.745	0,9	41.042	1,7	156,8	(42,1)
Despesas Pagas Antecipadamente	9.683	0,4	24.951	0,9	3.892	0,2	(61,2)	541,1
Outros Créditos	16.033	0,6	28.027	1,0	23.685	1,0	(42,8)	18,3
Não Circulante	**2.049.164**	**78,9**	**2.142.175**	**79,3**	**1.875.189**	**76,6**	**(4,3)**	**14,2**
Realizável a Longo Prazo	**463.216**	**17,8**	**434.428**	**16,1**	**148.918**	**6,1**	**6,6**	**191,7**
Aplicações Financeiras	21.821	0,8	20.771	0,8	12.407	0,5	5,1	67,4
Consumidores. Concessionárias e Permissionárias	42.944	1,7	48.882	1,8	35.597	1,5	(12,1)	37,3
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(5.775)	(0,2)	-	-
Tributos a Compensar	18.109	0,7	16.566	0,6	19.776	0,8	9,3	(16,2)
Créditos Fiscais Diferidos	271.114	10,4	270.006	10,0	28.158	1,2	0,4	858,9
Depósitos Judiciais	80.512	3,1	72.155	2,7	48.343	2,0	11,6	49,3
Derivativos	191	0,0	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Custos Tarifários	14.928	0,6	4.486	0,2	7.200	0,3	232,8	(37,7)
Despesas Pagas Antecipadamente	1.629	0,1	1.380	0,1	1.829	0,1	18,0	(24,5)
Outros créditos	11.968	0,5	182	0,0	1.383	0,1	6.475,8	(86,8)
Permanente	**1.585.948**	**61,1**	**1.707.747**	**63,2**	**1.726.271**	**70,5**	**(7,1)**	**(1,1)**
Imobilizado	1.105.180	42,6	1.210.366	44,8	1.203.445	49,2	(8,7)	0,6
Intangível	480.768	18,5	497.381	18,4	522.826	21,4	(3,3)	(4,9)
Total do ativo	**2.596.318**	**100,0**	**2.700.072**	**100,0**	**2.447.133**	**100,0**	**(3,8)**	**10,3**

BALANÇO PATRIMONIAL (em milhares de reais)	Em 31 de dezembro de 2008	% do Total	2007	% do Total	2006	% do Total	% Variação 2008/2007	% Variação 2007/2006
Passivo								
Circulante	**732.664**	**28,2**	**662.406**	**24,5**	**539.712**	**22,1**	**10,6**	**22,7**
Fornecedores	191.981	7,4	176.010	6,5	144.936	5,9	9,1	21,4
Folha de Pagamento	1.573	0,1	1.577	0,1	1.130	0,0	(0,3)	39,6
Encargos de Dívidas	4.015	0,2	44.611	1,7	7.036	0,3	(91,0)	534,0
Empréstimos e Financiamentos	83.524	3,2	209.899	7,8	77.657	3,2	(60,2)	170,3
Encargos de Debêntures	25.584	1,0	10.132	0,4	9.336	0,4	152,5	8,5
Debêntures	205.703	7,9	-	-	23.000	0,9	-	(100,0)
Derivativos	3	0,0	-	-	-	-	-	-
Taxas Regulamentares	14.824	0,6	10.789	0,4	16.893	0,7	37,4	(36,1)
Tributos e Contribuições Sociais	42.246	1,6	42.394	1,6	55.219	2,3	(0,3)	(23,2)
Débitos Ficais Diferidos	9.077	0,4	14.914	0,6	18.891	0,8	(39,1)	(21,1)
Dividendos	59.871	2,3	94.501	3,5	130.001	5,3	(36,6)	(27,3)
Entidade de Previdência Privada	2.376	0,1	738	0,0	5.133	0,2	222,0	(85,6)
Diferimento de Ganhos Tarifários	1.438	0,1	10.141	0,4	2.821	0,1	(85,8)	259,5
Obrigações Estimadas	7.265	0,3	7.943	0,3	6.516	0,3	(8,5)	21,9
Outras Contas a Pagar	83.184	3,2	38.757	1,4	41.143	1,7	114,6	(5,8)
Não Circulante e Patrimônio Líquido	**1.863.654**	**71,8**	**2.037.666**	**75,5**	**1.907.421**	**77,9**	**(8,5)**	**6,8**
Exigível a Longo Prazo	**685.460**	**26,4**	**718.322**	**26,6**	**773.459**	**31,6**	**(4,6)**	**(7,1)**
Encargos de Dívidas	-	-	403	0,0	19.497	0,8	-	(97,9)
Empréstimos e Financiamentos	183.138	7,1	234.450	8,7	361.339	14,8	(21,9)	(35,1)
Debêntures	406.200	15,6	330.000	12,2	207.000	8,5	23,1	59,4
Débitos Fiscais Diferidos	50	0,0	60.203	2,2	103.542	4,2	(99,9)	(41,9)
Entidade de Previdência Privada	-	-	8.526	0,3	11.797	0,5	-	(27,7)
Diferimento de Ganhos Tarifários	-	-	1.871	0,1	999	0,0	-	87,3
Provisão para Contingências	52.918	2,0	56.232	2,1	55.243	2,3	(5,9)	1,8
Obrigações Estimadas	629	0,0	861	0,0	906	0,0	(26,9)	(5,0)
Outras Contas a Pagar	42.525	1,6	25.776	1,0	13.136	0,5	65,0	96,2
Patrimônio Líquido	**1.178.194**	**45,4**	**1.319.344**	**48,9**	**1.133.962**	**46,3**	**(10,7)**	**16,3**
Capital Social	830.924	32,0	830.924	30,8	830.457	33,9	0,0	0,1
Reserva de Capital	333.999	12,9	333.999	12,4	69.673	2,8	0,0	379,4
Reserva de Reavaliação	**-**	-	141.133	5,2	221.042	9,0	-	(36,2)
Reserva de Lucro	13.271	0,5	13.271	0,5	13.271	0,5	0,0	0,0
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	(481)	(0,0)	-	-
Lucros Acumulados	-	-	17	0,0	-	-	-	-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**2.596.318**	**100,0**	**2.700.072**	**100,0**	**2.447.133**	**100,0**	**(3,8)**	**10,3**

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 EM COMPARAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2007

Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2008, o Ativo Circulante da Companhia era de R$ 547.154 mil, 1,9% menor do que em 31 de dezembro de 2007. Com isso, o Ativo Circulante passou a representar 21,1% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 20,7% em 31 de dezembro de 2007. Essa variação é consequência principalmente das variações das contas abaixo listadas:

Disponibilidades

As disponibilidades totalizaram R$ 41.985 mil em 31 de dezembro de 2008, representando uma diminuição de R$ 5.285 mil ou 11,2% em relação a 31 de dezembro de 2007. Essa variação é consequência principalmente da estratégia da Companhia para compromissos futuros. Com isso, as disponibilidades passaram a representar 1,6% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 1,8% em 31 de dezembro de 2007.

Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os recebíveis de curto prazo da Companhia decorrentes de vendas para Consumidores, Concessionárias e Permissionárias em 31 de dezembro de 2008 totalizaram R$ 370.986 mil, representando uma diminuição de R$ 10.859 mil ou 2,8% em relação a 31 de dezembro de 2007.

Essa variação é consequência principalmente aumento da arrecadação no período. Com isso, a conta Consumidores, Concessionárias e Permissionárias passou a representar 14,3% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 14,1% em 31 de dezembro de 2007.

Diferimento de Custos Tarifários

Em 31 de dezembro de 2008, os custos tarifários diferidos da Companhia totalizavam R$ 60.985 mil, representando um aumento de R$ 37.240 mil em relação a 31 de dezembro de 2007. A variação de 156,8% é resultado do maior volume de diferimento da CVA e da transferência do longo prazo, em função do prazo para sua realização Com isso, a conta Diferimento de Custos Tarifários passou a representar 2,3% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 0,9% em 31 de dezembro de 2007.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2008, o Ativo Realizável a Longo Prazo da Companhia era de R$ 463.216 mil, 6,6 % maior que em 31 de dezembro de 2007. Com isso, o Ativo Realizável a Longo Prazo passou a representar 17,8% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 16,1% em 31 de dezembro de 2007. A variação é justificada principalmente em razão das alterações nas linhas abaixo:

Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os recebíveis de longo prazo da Companhia decorrentes de vendas para Consumidores, Concessionárias e Permissionárias em 31 de dezembro de 2008 totalizaram R$ 42.944 mil, representando redução de R$ 5.938 mil em relação a 31 de dezembro de 2007.

Essa variação é consequência principalmente da transferência da TUSD para o curto prazo. Com isso, a conta Consumidores, Concessionárias e Permissionárias de longo prazo passou a representar 1,7% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 1,8% em 31 de dezembro de 2007.

Créditos Fiscais Diferidos

A Companhia possuía R$ 271.114 mil em créditos fiscais deferidos, em 31 de dezembro de 2008, decorrentes do benefício fiscal do ágio na incorporação da CPFL Serra e adições temporárias. Em 31 de dezembro de 2007, esse montante era de R$ 270.006 mil. A variação positiva de 0,4% decorreu da movimentação de adições temporárias do imposto de renda. Com isso, a conta Créditos Fiscais Diferidos de longo prazo passou a representar 10,4% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 10,0% em 31 de dezembro de 2007.

Depósitos Judiciais

Os Depósitos Judiciais da Companhia totalizavam R$ 80.512 mil em 31 de dezembro de 2008, enquanto em 31 de dezembro de 2007 esse montante era de R$ 72.155 mil. A variação de 11,6% resultou principalmente do aumento de depósitos referente a causas trabalhistas e cíveis. Com isso, a conta Depósitos Judiciais passou a representar 3,1% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 2,7% em 31 de dezembro de 2007.

Ativo Permanente

Em 31 de dezembro de 2008, o Ativo Permanente da Companhia somava R$1.585.948 mil, 7,1% a menos do que em 31 de dezembro de 2007. Com isso, o Ativo Permanente reduziu a sua participação de 61,1% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2008 em relação a sua participação de 63,2% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2007.

Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2008, o Passivo Circulante da Companhia era de R$ 732.664 mil ou 10,6%, maior do que em 31 de dezembro de 2007. Com isso, o Passivo Circulante passou a representar 28,2% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 24,5% em 31 de dezembro de 2007. A variação é justificada principalmente em razão das alterações nas linhas abaixo:

Fornecedores

A Companhia possuía um débito total de R$191.981 mil junto a seus fornecedores de energia elétrica em 31 de dezembro de 2008, em comparação ao montante de R$ 176.010 mil em 31 de dezembro de 2007. Essa variação de 9,1% decorre principalmente das contas a pagar de suprimento de energia e encargos dos sistemas de distribuição. Com isso, a conta Fornecedores de Curto Prazo passou a representar 7,4% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 6,5% em 31 de dezembro de 2007.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo a pagar no curto prazo (principal e encargos) referente a Empréstimos e Financiamentos totalizava R$ 87.539 mil, uma redução de R$ 166.971 mil em relação a 31 de dezembro de 2007. Essa variação decorre principalmente da liquidação: do capital de giro do Santander R$ 45.000 mil, em janeiro de 2008; do capital de giro do ABN AMRO R$ 65.000 mil, em janeiro e fevereiro de 2008; do capital de giro do Banco do Brasil R$ 30.000 mil, em janeiro de 2008; do BNDES – FINEM 2003-2005 R$ 28.688 mil, quitado em dezembro de 2008; e do BNDES – Governamental R$ 491 mil, quitado em fevereiro de 2008. Com isso, a conta Empréstimos e Financiamentos passou a representar 3,4% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 9,5% em 31 de dezembro de 2007.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo a pagar no curto prazo (principal e encargos) referente a debêntures totalizava R$ 231.287 mil, um aumento de R$ 221.155 mil. Essa variação decorre, principalmente: da transferência de longo prazo para curto prazo de R$ 203.800 mil da 2ª série da 2ª emissão de debêntures, em abril de 2008; e, dos encargos de R$ 16.493 mil da 3ª emissão de debêntures. Com isso, a conta de debêntures passou a representar 8,9% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2008, contra uma representação de 0,4% em 31 de dezembro de 2007.

Tributos e Contribuições Sociais

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia tinha a pagar, no curto prazo, R$ 42.246 mil referentes a Tributos e Contribuições Sociais. Em 31 de dezembro de 2007, esse montante era de R$ 42.394 mil. Essa variação negativa de 0,3% decorre do pagamento de tais tributos durante o período. Com isso, a conta Tributos e Contribuições Sociais de curto prazo continuou a representar 1,6% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2008, o mesmo percentual verificado em 31 de dezembro de 2007.

Passivo Exigível a Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2008, o Passivo Exigível a Longo Prazo da Companhia era de R$ 685.460 mil, 4,6% menor do que em 31 de dezembro de 2007. Com isso, o Passivo Exigível a Longo Prazo passou a representar 26,4% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 26,6% em 31 de dezembro de 2007. A variação é justificada principalmente em razão das variações abaixo:

Empréstimos e Financiamentos

Os Empréstimos e Financiamentos de longo prazo da Companhia totalizavam R$ 183.138 mil em 31 de dezembro de 2008, uma redução de R$ 51.312 mil ou 21,9% em relação a 31 de dezembro de 2007. Essa variação é resultado, principalmente: da assunção da dívida de R$100.000 mil de capital de giro do Banco Itaú BBA transferida para a CPFL Geração de Energia S.A, em novembro de 2008; da liberação de R$ 96.099 do BNDES – FINEM 2008-2009, em junho e novembro de 2008; e, das transferências das parcelas de longo para curto prazo. Com isso, a conta Empréstimos e Financiamentos de longo prazo passou a representar 7,1% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 8,7% em 31 de dezembro de 2007.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo a pagar no longo prazo referente a debêntures totalizava R$ 406.200 mil, o que representou um crescimento de R$ 76.200 mil em relação a 31 de dezembro de 2007, em razão: da transferência de longo prazo para curto prazo de R$203.800 mil da 2ª série da 2ª emissão de debêntures, em abril de 2008; e, na 3ª emissão de debêntures no montante de R$ 280.000 mil da 2ª, 3ª, 4ª e 5ª séries emitidas de janeiro a abril de 2008. Com isso, a conta Debêntures passou a representar 15,6% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 12,2% em 31 de dezembro de 2007.

Entidade de Previdência Privada

A Companhia não possuía saldo a pagar, no longo prazo, a Entidades de Previdência Privada, em 31 de dezembro de 2008. Em 31 de dezembro de 2007, esse montante era de R$ 8.526 mil. Essa variação negativa de 100,0% decorre da transferência para o curto prazo do contas a pagar do complemento de aposentadoria, para compensação com o ativo atuarial do plano de benefício definido, em função de superávit. Com esta redução, a conta Entidade de Previdência Privada de longo prazo passou a não ter representatividade no Passivo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 0,3% em 31 de dezembro de 2007.

Provisões para Contingências

A Companhia possuía Provisões para Contingências no valor de R$ 52.918 mil em 31 de dezembro de 2008. Em 31 de dezembro de 2007, esse montante era de R$ 56.232 mil. Essa variação negativa de 5,9% decorre basicamente da redução nas contingências principalmente e do pagamento de processos cíveis e trabalhistas. Com esta redução, as Provisões para Contingências passaram a representar 2,0% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 2,1% em 31 de dezembro de 2007.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2008, o Patrimônio Liquido da Companhia era de R$ 1.178.194 mil, 10,7% menor do que em 31 de dezembro de 2007. Com isso, o Patrimônio Líquido passou a representar 45,4% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 48,9% em 31 de dezembro de 2007. A variação é justificada principalmente em razão das variações abaixo:

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2008, o Capital Social Realizado da Companhia totalizava R$ 830.924 mil, permanecendo o mesmo de 31 de dezembro de 2007. Com isso, o capital social passou a representar 32,0% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 30,8% em 31 de dezembro em 2007.

Reservas de Capital

As Reservas de Capital da Companhia somavam R$ 333.999 mil em 31 de dezembro de 2008, permanecendo o mesmo de 31 de dezembro de 2007. Com isso, as Reservas de Capital passaram a representar 12,9% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 12,4% em 31 de dezembro em 2007.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 EM COMPARAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2006

Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2007, o Ativo Circulante da Companhia era de R$ 557.897 mil, 2,5% menor do que em 31 de dezembro de 2006. Com isso, o Ativo Circulante passou a representar 20,7% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 23,4% em 31 de dezembro de 2006. Essa variação é consequência principalmente das variações das contas abaixo listadas:

Disponibilidades

As disponibilidades totalizaram R$47.270 mil em 31 de dezembro de 2007, representando uma diminuição de R$ 37.735 mil em relação a 31 de dezembro de 2006. Essa variação é consequência principalmente da estratégia da Companhia para compromissos futuros. Com isso, as disponibilidades passaram a representar 1,8% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 3,5% em 31 de dezembro de 2006.

Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os recebíveis de curto prazo da Companhia decorrentes de vendas para Consumidores, Concessionárias e Permissionárias em 31 de dezembro de 2007, totalizaram R$ 381.845 mil, representando uma diminuição de R$ 13.331 mil ou 3,4% em relação a 31 de dezembro de 2006.

Essa variação é consequência principalmente do aumento da arrecadação no período comparativo. Com isso, a conta Consumidores, Concessionárias e Permissionárias passou a representar 14,1% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 16,1% em 31 de dezembro de 2006.

Diferimento de Custos Tarifários

Em 31 de dezembro de 2007, os custos tarifários diferidos da Companhia totalizavam R$ 23.745 mil, representando uma redução de R$ 17.297 mil em relação a 31 de dezembro de 2006. A variação de 42,1% é resultado do menor volume de diferimento da CVA e a amortização de ativos regulatórios. Com isso, a conta Diferimento de Custos Tarifários passou a representar 0,9% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 1,7% em 31 de dezembro de 2006.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2007, o Ativo Realizável a Longo Prazo da Companhia era de R$ 434.428 mil, 191,7% maior que em 31 de dezembro de 2006. Com isso, o Ativo Realizável a Longo Prazo passou a representar 16,1% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 6,1% em 31 de dezembro de 2006. A variação é justificada principalmente em razão das alterações nas linhas abaixo:

Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os recebíveis de longo prazo da Companhia decorrentes de vendas para Consumidores, Concessionárias e Permissionárias em 31 de dezembro de 2007 totalizaram R$ 48.882 mil, representando um aumento de R$ 13.285 mil em relação a 31 de dezembro de 2006.

Essa variação é consequência principalmente dos acordos com termo de parcelamento com Prefeituras da área de concessão. Com isso, a conta Consumidores, Concessionárias e Permissionárias de longo prazo passou a representar 1,8% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 1,5% em 31 de dezembro de 2006.

Créditos Fiscais Diferidos

A Companhia possuía R$ 270.006 mil em créditos fiscais deferidos, em 31 de dezembro de 2007, decorrentes do registro inicial do benefício fiscal do ágio na incorporação da CPFL Serra e de adições temporárias. Em 31 de dezembro de 2006, esse montante era de R$ 28.158 mil. A variação de 858,9% decorreu da incorporação da CPFL Serra realizada em setembro de 2007. Com isso, a conta Créditos Fiscais Diferidos de longo prazo passou a representar 10,0% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 1,2% em 31 de dezembro de 2006.

Depósitos Judiciais

Os Depósitos Judiciais da Companhia totalizavam R$ 72.155 mil em 31 de dezembro de 2007, enquanto em 31 de dezembro de 2006 esse montante era de R$ 48.343 mil. A variação de 49,3% resultou do maior número de Depósitos Judiciais decorrente de processos cíveis. Com isso, a conta Depósitos Judiciais passou a representar 2,7% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 2,0% em 31 de dezembro de 2006.

Ativo Permanente

Em 31 de dezembro de 2007, o Ativo Permanente da Companhia somava R$ 1.707.747 mil, 1,1% a menos do que em 31 de dezembro de 2006. Com isso, o Ativo Permanente reduziu a sua participação de 63,2% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2007 em relação a sua participação de 70,5% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2006.

Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2007, o Passivo Circulante da Companhia era de R$ 662.406 mil ou 22,7%, a mais do que em 31 de dezembro de 2006. Com isso, o Passivo Circulante passou a representar 24,5% do Passivo Total e Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2007, contra 22,1% em 31 de dezembro de 2006. A variação é justificada principalmente em razão das alterações nas linhas abaixo:

Fornecedores

A Companhia possuía um débito total de R$ 176.010 mil junto a seus fornecedores de energia elétrica em 31 de dezembro de 2007, em comparação ao montante de R$ 144.936 mil em 31 de dezembro de 2006. Essa variação de 21,4% decorre principalmente do contas a pagar de suprimento de energia e encargos dos sistema de distribuição. Com isso, a conta Fornecedores de Curto Prazo passou a representar 6,5% do Passivo Total e Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2007, contra 5,9% em 31 de dezembro de 2006.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2007, o saldo a pagar no curto prazo (principal e encargos) referente a Empréstimos e Financiamentos totalizava R$ 254.510 mil, um aumento de R$ 169.817 mil em relação a 31 de dezembro de 2006. Essa variação decorre, principalmente, da transferência de longo para o curto prazo dos contratos de capital de giro do Santander R$ 45.000 mil, ABN AMRO R$ 65.000 mil e do Banco do Brasil R$ 30.000 mil; e seus encargos no ano de 2008. Com isso, a conta Empréstimos e Financiamentos passou a representar 7,8% do Passivo Total e Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2007, contra 3,2% em 31 de dezembro de 2006.

Tributos e Contribuições Sociais

Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia tinha a pagar, no curto prazo, R$ 42.394 mil referentes a Tributos e Contribuições Sociais. Em 31 de dezembro de 2006, esse montante era de R$ 55.219 mil. Essa variação negativa de 23,2% decorre do menor provisionamento de tributos durante o período, conforme a legislação. Com isso, a conta Tributos e Contribuições Sociais de curto prazo passou a representar 1,6% do Passivo Total e Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2007, contra 2,3% em 31 de dezembro de 2006.

Passivo Exigível a Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2007, o Passivo Exigível a Longo Prazo da Companhia era de R$ 718.322 mil, 7,1% menor do que em 31 de dezembro de 2006. Com isso, o Passivo Exigível a Longo Prazo passou a representar 26,6% do Passivo Total e Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2007, contra 31,6% em 31 de dezembro de 2006. A variação é justificada principalmente em razão das linhas abaixo:

Empréstimos e Financiamentos

Os Empréstimos e Financiamentos de longo prazo da Companhia totalizavam R$ 234.450 mil em 31 de dezembro de 2007, uma redução de R$ 146.386 mil ou 38,4% em relação a 31 de dezembro de 2006. Essa variação é resultado, principalmente, da transferência para o curto prazo dos contratos de capital de giro do Santander R$ 45.000 mil, ABN AMRO R$ 65.000 mil e do Banco do Brasil R$ 30.000 mil. Com isso, a conta Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo passou a representar 8,7% do Passivo Total e Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2007, contra 14,8% em 31 de dezembro de 2006.

Entidade de Previdência Privada

A Companhia possuía saldo a pagar, no longo prazo, a Entidades de Previdência Privada, de R$ 8.526 mil em 31 de dezembro de 2007. Em 31 de dezembro de 2006, esse montante era de R$ 11.797 mil. Essa variação negativa de 27,7% decorre do pagamento de parte de parcela dessas obrigações pela Companhia, e a constituição do ativo atuarial em 2007, em decorrência do superávit do plano de aposentadoria. Com esta redução, a conta Entidade de Previdência Privada de longo prazo passou a representar 0,3% do Passivo Total e Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2007, contra 0,5% em 31 de dezembro de 2006.

Provisões para Contingências

A Companhia possuía Provisões para Contingências no valor de R$ 56.232 mil em 31 de dezembro de 2007. Em 31 de dezembro de 2006, esse montante era de R$ 55.243 mil. Essa variação de 1,8% decorre de pagamento de processos e novos provisionamento. Com esta redução, as Provisões para Contingências passaram a representar 2,1% do Passivo Total e Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2007, contra 2,3% em 31 de dezembro de 2006.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2007, o Patrimônio Liquido da Companhia era de R$ 1.319.344 mil, 16,3% maior do que em 31 de dezembro de 2006. Com isso, o Patrimônio Líquido passou a representar 48,9% do Passivo Total e Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2007, contra 46,3% em 31 de dezembro de 2006. A variação é justificada principalmente em razão das variações abaixo:

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2007, o Capital Social Realizado da Companhia totalizava R$ 830.924 mil, representando um aumento de R$ 467 mil em relação a 31 de dezembro de 2006, em razão do aumento de capital realizado pela Companhia devido a incorporação da CPFL Serra. Com isso, o Capital Social passou a representar 30,8% do Passivo Total e Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2007, contra 33,9% em 31 de dezembro de 2006.

Reservas de Capital

As Reservas de Capital da Companhia somavam R$ 333.999 mil em 31 de dezembro de 2007 ou 379,4% a mais do que em 31 de dezembro de 2006, em consequência dos benefícios fiscais oriundos da incorporação da CPFL Serra. Com isso, a conta Reservas de Capital passou a representar 12,4% do Passivo Total e Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2007, contra 2,8% em 31 de dezembro de 2006.

Liquidez e Recursos Financeiros

As principais necessidades de liquidez e de recursos financeiros da Companhia são:

- obrigações de serviço de dívida referentes ao seu endividamento;
- investimentos para manter e modernizar sua rede de distribuição;
- impostos pagos aos órgãos federais, estaduais e municipais; e
- pagamentos de dividendos e demais distribuições aos acionistas.

As principais fontes de liquidez e recursos financeiros da Companhia são:

- recursos gerados pelas suas operações; e
- receita financeira advinda da aplicação de seu caixa e disponibilidades.

A Companhia acredita dispor de fontes de liquidez e de recursos financeiros suficientes para atender as previsões de suas necessidades de serviço da dívida, de dispêndio de capital e demais necessidades nos próximos anos, embora não seja possível oferecer garantias a esse respeito.

Fluxo de Caixa

O resumo de nossos fluxos de caixa consolidados, das atividades operacionais, de investimento e das atividades de financiamento nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008, assim como nos períodos de três meses encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2009 estão apresentados na tabela a seguir:

(em milhares de reais)	**Período de três meses encerrado em 31 de março de 2009**	**Período de três meses encerrado em 31 de março de 2008**
Lucro Líquido Incluindo IRPJ e CSLL	**68.883**	**60.413**
Ajustes para Conciliar o Resultado às Disponibilidades Geradas pelas Atividades Operacionais		
Depreciação e Amortização	30.536	26.362
Provisão para Contingências	130	(218)
Juros e Atualizações Monetárias	25.166	23.330
Instrumentos Derivativos	(698)	-
Gastos com Plano de Pensão	(934)	-
Perdas (Ganhos) na Baixa de Ativo Imobilizado e Investimento	2.872	6.211
Outros	-	(6.126)
(Aumento) Redução no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo		
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	(32.800)	(17.027)
Tributos a Compensar	(23)	4.023
Estoques	(236)	209
Diferimento de Custos Tarifários	(31.822)	7.402
Depósitos Judiciais	1.575	(1.841)
Outros Ativos Regulatórios sobre Contratação de Energia	(700)	-
Outros Ativos Operacionais	21.325	24.986
Aumento (Redução) no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo		
Fornecedores	(7.578)	(10.661)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(10.022)	(12.481)
Outros Tributos e Contribuições Sociais	9.772	1.949
Folha de Pagamento	(715)	(405)
Diferimento de Ganhos Tarifários	(862)	46
Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	(288)	-
Juros Pagos	(17.670)	(51.883)
Taxas Regulamentares	(1.750)	817
Outros Passivos Regulatórios sobre Contratação de Energia	11.822	-
Outros Passivos Operacionais	29.400	(7.959)
Geração Operacional de Caixa	**95.383**	**47.147**
Investimentos no Ativo Permanente		
Aquisições de Imobilizado	(37.788)	(38.307)
Adições ao Intangível	(2.105)	(1.134)
Acréscimo de Obrigações Especiais	7.013	1.925
Caixa Líquido Aplicado nos Investimentos	**(32.880)**	**(37.516)**
Financiamentos		
Captação de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	187.173	180.000
Amortização de Principal de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(10.425)	(153.858)
Dividendo e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(6)	(3)
Caixa Líquido Gerados nos Financiamentos	**176.742**	**26.139**
Aumento (redução) nas Disponibilidades	**239.245**	**35.770**
Saldo das Disponibilidades no Início do Exercício	**41.985**	**47.270**
Saldo das Disponibilidades no Final do Exercício	**281.230**	**83.040**

(em milhares de R$)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007
Lucro Líquido Incluindo IRPJ e CSLL	**208.145**	**220.227**
Ajustes para Conciliar o Resultado às Disponibilidades Geradas pelas Atividades Operacionais		
Depreciação e Amortização	104.593	103.496
Provisão para Contingências	(400)	2.199
Juros e Atualizações Monetárias	103.330	91.532
Instrumentos Derivativos	(15.597)	-
Gastos com Plano de Pensão	(3.683)	-
Perdas (Ganhos) na Baixa de Ativo Imobilizado e Investimento	33.523	36.204
Outros	1.558	(762)
(Aumento) Redução no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo		
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	12.131	(6.686)
Tributos a Compensar	21.659	(13.627)
Estoques	(139)	3.412
Diferimento de Custos Tarifários	(47.682)	20.011
Depósitos Judiciais	(12.085)	(23.812)
Outros Ativos Operacionais	17.905	(32.850)
Aumento (Redução) no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo		
Fornecedores	15.971	31.074
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(34.908)	(74.201)
Outros tributos e Contribuições Sociais	(22.795)	2.403
Folha de Pagamento	(914)	1.382
Diferimento de Ganhos Tarifários	(10.574)	8.192
Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	(3.205)	-
Juros Pagos	(123.806)	(72.087)
Taxas Regulamentares	4.035	(6.104)
Outros Passivos Operacionais	57.490	(6.213)
Geração Operacional de Caixa	**304.553**	**283.790**
Investimentos no Ativo Permanente		
Aquisições de Imobilizado	(225.897)	(235.011)
Títulos e Valores Mobiliários	481	-
Acréscimo de Obrigações Especiais	3.356	-
Outras	-	13.876
Caixa líquido Aplicado nos Investimentos	**(222.060)**	**(221.135)**
Financiamentos		
Captação de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	391.764	171.827
Amortização de Principal de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(291.805)	(65.606)
Dividendo e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(187.737)	(206.611)
Caixa Líquido Gerado pelos Financiamentos	**(87.778)**	**(100.390)**
Aumento (Redução) nas Disponibilidades	**(5.285)**	**(37.735)**
Saldo das Disponibilidades no Início do Exercício	**47.270**	**85.005**
Saldo das Disponibilidades no Final do Exercício	**41.985**	**47.270**

(em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006
Lucro Líquido do Exercício	**121.012**
Ajustes para Conciliar o Resultado às Disponibilidades Geradas pelas Atividades Operacionais	
Depreciação e Amortização	70.966
Amortização de Ágio	15.023
Provisão para Contingências	14.802
Juros, Variações Monetárias e Cambiais - Líquidas	101.542
Reversão da Provisão de Passivo Atuarial	(1.945)
Perdas na Baixa de Ativo Permanente	13.735
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.490
Outros	2.356

(em milhares de reais)	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006**
(Aumento) Redução no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	
Contas a Receber de Clientes	(35.400)
Tributos a Compensar	18.218
Estoques	(4.831)
Despesas Pagas Antecipadamente	346
Diferimento de Custos Tarifários	34.147
Outros	(26.161)
Aumento (redução) no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	
Fornecedores	(726)
Obrigações Trabalhistas	(239)
Tributos e Contribuições Sociais	9.152
Diferimento de Ganhos Tarifários	(10.806)
Taxas Regulamentares	12.351
Outros	7.702
Geração Operacional de Caixa	**346.734**
Investimentos no Ativo Permanente	
Imobilizado	(174.117)
Diferido	(3.787)
Contribuição e Doação do Consumidor	15.723
Caixa líquido Aplicado nos Investimentos	**(162.181)**
Financiamentos	
Captação de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	275.625
Amortização de Principal de Empréstimos e Financiamentos	(230.717)
Juros pagos por Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(104.074)
Pagamento de Dividendos	(62.281)
Caixa líquido Aplicado pelos Financiamentos	**(121.447)**
Geração Líquida de Caixa	**63.106**
Saldo das Disponibilidades no Início do Exercício	**21.899**
Saldo das Disponibilidades no Final do Exercício	**85.005**

Fluxo de Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais

Em 2006, tivemos uma Geração Operacional de Caixa de R$ 346.734 mil, basicamente devido ao Lucro Líquido do Exercício (R$ 121.012 mil), ajustado pela Depreciação e Amortização de (R$ 70.966 mil) e dos Juros, Variações Monetárias e Cambiais – Líquidas (R$ 101.542 mil).

Em 2007, tivemos uma Geração Operacional de Caixa de R$ 283.790 mil em virtude do Lucro Líquido do Exercício incluindo CSLL e IRPJ de (R$ 220.227 mil), ajustado pela Depreciação e Amortização de (R$ 103.496 mil) e dos Juros e Atualizações Monetárias de (R$ 91.532 mil).

Em 2008, tivemos uma Geração Operacional de Caixa de R$ 304.553 mil, resultado principalmente do Lucro Líquido do Exercício incluindo CSLL e IRPJ de (R$ 208.145 mil), ajustado pela Depreciação e Amortização de (R$ 104.593 mil), dos Juros e Atualizações Monetárias de (R$ 103.330 mil) e dos Juros Pagos de R$ 123.806 mil.

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2008, tivemos uma Geração Operacional de Caixa de R$ 47.147 mil, devido principalmente ao Lucro Líquido do Exercício incluindo CSLL e IRPJ de (R$ 60.413 mil), ajustado pela Depreciação e Amortização de (R$ 26.362 mil), pelos Juros e Atualizações Monetárias (R$ 23.330 mil), pela variação de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias R$ 17.027 mil e dos de Juros pagos R$ 51.883 mil.

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, tivemos uma Geração Operacional de Caixa de R$ 95.383 mil, devido principalmente ao Lucro Líquido do Exercício incluindo CSLL e IRPJ de (R$ 68.883 mil), ajustado pela Depreciação e Amortização de (R$ 30.536 mil), pelos Juros e Atualizações Monetárias (R$ 25.166 mil), pela variação dos Consumidores, Concessionárias e Permissionárias R$ 32.800 mil.

Fluxo de Caixa Gerado para as Atividades de Investimento

O Caixa Líquido Aplicado nos Investimentos em 2006, 2007 e 2008, respectivamente, totalizou as importâncias de R$162.181 mil, R$ 221.135 mil e R$ 222.060 mil. Nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2008 e 2009, totalizaram, respectivamente, R$ 37.516 mil e R$ 32.880 mil. Para todos os períodos, o caixa foi utilizado principalmente na aquisição de ativo imobilizado.

Fluxo de Caixa Gerado para as Atividades de Financiamento

O Caixa Líquido Gerado nos Financiamentos em 2006, 2007 e 2008, respectivamente, totalizou as importâncias de R$ 121.447 mil, R$ 100.390 mil e R$ 87.778 mil. Nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2008 e 2009, totalizaram, respectivamente, R$ 26.139 mil e R$ 176.742 mil. Para todos os períodos, o caixa foi utilizado principalmente para a amortização de empréstimos e debêntures.

Endividamento

O Endividamento da Companhia apresentou aumento de 20% em 31 de março de 2009, quando comparado a 31 de dezembro de 2008, atingindo R$ 1.075.551 mil em função principalmente da 2ª Emissão de Notas Promissórias da Companhia que teve como propósito a recomposição do capital de giro da Companhia, a qual foi resgatada com os recursos captados por meio de sua 3ª Emissão de Notas Promissórias.

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento dos empréstimos existentes na data deste Prospecto, incluindo o valor principal e juros incorridos:

(em R$ mil)	**Empréstimos e Financiamentos**	**Debêntures**	**Total**
2009	231.436	205.453	436.889
2010	51.109	-	51.109
2011	51.151	152.867	204.018
2012	49.555	126.667	176.222
2013	25.393	126.667	152.060
2014	25.281	-	25.281
Após 2014	5.680	-	5.680
Total	439.605	611.653	1.051.258

Capacidade de Pagamento de Compromissos Financeiros

Por meio de uma análise dos números de nosso Ativo Circulante e do nosso Passivo Circulante, a Companhia acredita possuir um capital de giro que permite ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos planejados, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso entenda necessário contrair empréstimos para financiar investimentos e aquisições, a Companhia acredita que terá capacidade para contratá-los.

Operações não Registradas nas Demonstrações Contábeis

Atualmente a Companhia não tem quaisquer operações não registradas nas demonstrações contábeis para financiar operações. A Companhia não possui quaisquer controladas que não estejam incluídas nas demonstrações contábeis, nem possui quaisquer coligadas ou participações em, ou relacionamentos com, quaisquer sociedades que não estejam refletidos nas demonstrações contábeis.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

7. VISÃO GERAL DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

- Características Gerais
- Principais Entidades Regulatórias
- Concessões
- Limitações à Concentração no Mercado de Energia Elétrica
- Tarifas de Distribuição e Transmissão de Energia Elétrica
- Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica
- Incentivos Governamentais ao Setor Elétrico
- Encargos Tarifários
- Taxa pelo Uso de Recursos Hídricos
- Desverticalização
- Meio Ambiente

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

VISÃO GERAL DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

Características Gerais

Em 2008, o MME aprovou um Plano Decenal de Expansão, segundo o qual a capacidade de geração instalada do País deverá aumentar para 144,8 GW até 2016, dos quais 115,0 GW (79,4%) corresponderão à geração hidrelétrica, 29,8 GW (20,6%) à geração termelétrica e 8,6 GW (6,6%) à importação de energia elétrica por meio do SIN.

Em 2008, a Eletrobrás detinha 39,0% dos ativos de geração brasileiros. Por intermédio de suas subsidiárias, a Eletrobrás é também responsável por 56,0% da capacidade instalada de transmissão acima de 230 kV no Brasil. Além disso, detém participação em algumas empresas controladas por estados brasileiros que se dedicam à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluindo, entre outras, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF e FURNAS.

Empresas privadas detinham 38,0% e 68,0% do mercado de geração e distribuição, respectivamente, em termos de capacidade total e demanda, e 26,0% do mercado de transmissão em termos de receita.

Principais Autoridades Reguladoras

Ministério de Minas e Energia - MME

O MME é o regulador primário do governo brasileiro do setor elétrico. Após a aprovação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, o governo brasileiro, agindo primariamente por meio do MME, assumiu determinadas obrigações que anteriormente constituíam responsabilidade da ANEEL, inclusive a redação das diretrizes que regem a outorga de concessões e a emissão de instruções para o processo de licitação em concessões relacionadas a serviços e ativos públicos.

Conselho Nacional de Política Energética - CNPE

Em agosto de 1997, foi criado o CNPE para prestar assessoria ao Presidente da República no tocante ao desenvolvimento e criação da política nacional de energia otimizando a utilização dos recursos energéticos do Brasil e assegurando o fornecimento de energia elétrica ao País. O Ministro de Minas e Energia é o presidente do CNPE, sendo seis de seus membros ministros do Governo Federal e três de seus membros escolhidos pelo Presidente da República.

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

A ANEEL é uma autarquia federal autônoma cuja principal responsabilidade é regular e fiscalizar o setor elétrico segundo a política determinada pelo MME e responder a questões a ela delegadas pelo Governo Federal e pelo MME. As atuais responsabilidades da ANEEL incluem, entre outras, (i) fiscalização de concessões para atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive aprovação de tarifas de energia elétrica, (ii) promulgação de regulamentos para o setor elétrico, (iii) implementação e regulamentação da exploração das fontes de energia, inclusive da utilização de energia hidrelétrica, (iv) promoção do processo licitatório para novas concessões, (v) solução de litígios administrativos entre entidades geradoras e compradores de energia elétrica, e (vi) definição dos critérios e metodologia para determinação das tarifas de transmissão.

Operador Nacional do Sistema - ONS

O ONS é uma organização sem fins lucrativos que coordena e controla empresas que se dedicam à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, além de outros agentes privados, tais como importadores, exportadores e Consumidores Livres. O principal papel do ONS é supervisionar as operações de geração e transmissão no SIN, de acordo com a regulamentação e supervisão da ANEEL. Os objetivos e principais responsabilidades do ONS são: (i) o planejamento da operação da geração e transmissão, (ii) a organização e controle da utilização do SIN e interconexões internacionais, (iii) a garantia de acesso à rede de transmissão de maneira não discriminatória a todos os agentes do setor, (iv) o fornecimento de subsídios para o planejamento da expansão do sistema elétrico, (v) a apresentação ao MME de propostas de ampliações da Rede Básica e (vi) a proposição de normas para operação do sistema de transmissão para aprovação pela ANEEL.

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

A CCEE é uma organização sem fins lucrativos sujeita à autorização, fiscalização e regulamentação da ANEEL. O CCEE substituiu o MAE.

A CCEE é responsável (1) pelo registro de todos os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ou CCEAR, dos contratos resultantes dos leilões de ajustes, bem como dos montantes de potência e energia dos contratos celebrados no ACL; e (2) pela contabilização e liquidação dos montantes de energia elétrica comercializados no mercado de curto prazo, dentre outras atribuições. A CCEE é integrada pelos concessionários, permissionários, autorizados de serviços de energia elétrica, pelos Consumidores Livres e especiais, e o seu conselho de administração é composto de cinco membros, sendo quatro indicados pelos referidos agentes e um pelo MME, que é o seu presidente.

Empresa de Pesquisa Energética – EPE

Em 16 de agosto de 2004, o governo brasileiro criou a Empresa de Pesquisa Energética, ou EPE, uma empresa pública federal responsável pela condução de estudos e pesquisas estratégicos no setor elétrico, incluindo as indústrias de energia elétrica, petróleo, gás natural, carvão mineral e fontes energéticas renováveis. Os estudos e pesquisas desenvolvidos pela EPE subsidiam a formulação da política energética pelo MME.

Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico criou o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, ou CMSE, que atua sob a orientação do MME. O CMSE é responsável pelo monitoramento das condições de abastecimento do sistema e pela indicação das medidas a serem tomadas para correção dos problemas existentes.

As principais atribuições do CMSE são: (i) acompanhar as atividades do setor energético, (ii) avaliar as condições de abastecimento e atendimento ao mercado de energia elétrica e (iii) elaborar propostas de ações preventivas ou saneadoras visando à manutenção ou restauração da segurança no abastecimento e no atendimento eletroenergético.

Concessões

A Constituição Brasileira prevê que o desenvolvimento, uso e venda de energia elétrica podem ser efetuados diretamente, pelo Governo Federal, ou indiretamente, por meio da outorga de concessões, permissões ou autorizações. Historicamente, o setor brasileiro de energia elétrica é dominado por concessionárias de geração, transmissão e distribuição controladas pelo Governo Federal ou governos estaduais.

As companhias ou consórcios que pretenderem construir ou operar instalações de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica no Brasil deverão solicitar a outorga de concessão, permissão ou autorização, conforme o caso, ao MME ou à ANEEL, na posição de representantes do Governo Federal. As concessões conferem direitos para gerar, transmitir ou distribuir energia elétrica na respectiva área de concessão durante um período determinado, ao contrário das permissões e autorizações, que podem ser revogadas a qualquer tempo a critério do MME, após consulta com a ANEEL. Tal período tem geralmente a duração de 35 anos para novas concessões de geração e de 30 anos para novas concessões de transmissão ou distribuição. Uma concessão existente pode ser renovada discricionariamente pelo Poder Concedente.

A Lei de Concessões estabelece, dentre outras disposições, as condições que a concessionária deverá cumprir na prestação de serviços de energia elétrica, os direitos dos consumidores de energia elétrica, e as obrigações da concessionária e do Poder Concedente. Ademais, a concessionária deverá cumprir com o regulamento vigente do setor elétrico. As principais disposições da Lei de Concessões estão descritas de forma resumida abaixo:

Serviço Adequado: A concessionária deve prestar serviço adequado a fim de satisfazer parâmetros de regularidade, continuidade, eficiência, segurança e acesso ao serviço.

Servidões: A concessionária poderá utilizar bens públicos ou solicitar ao Poder Concedente a desapropriação dos bens privados necessários em benefício da concessionária. Neste caso, a responsabilidade pelas indenizações cabíveis é da concessionária.

Responsabilidade Objetiva: A concessionária é responsável direta por todos os danos que sejam resultantes da prestação de seus serviços, independentemente de culpa.

Mudanças no Controle Societário: O Poder Concedente deverá aprovar qualquer mudança direta ou indireta no controle societário da concessionária.

Intervenção do Poder Concedente: O Poder Concedente poderá intervir na concessão, por meio de um decreto presidencial, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, caso a concessionária falhe com suas obrigações. No prazo de 30 dias após a data do decreto, um representante do Poder Concedente deverá iniciar um procedimento administrativo no qual é assegurado à concessionária direito de contestar a intervenção. Durante o prazo do procedimento administrativo, um interventor indicado por decreto do Poder Concedente ficará responsável pela prestação dos serviços objeto da concessão. Caso o procedimento administrativo não seja concluído em 180 dias após a entrada em vigor do decreto, cessa-se a intervenção e a concessão retorna à concessionária. A administração da concessão também retornará à concessionária, caso o interventor decida pela não extinção da concessão e o seu termo contratual ainda não tiver expirado.

Extinção da Concessão: A extinção do Contrato de Concessão poderá ser antecipada por meio de encampação e/ou caducidade. Encampação é a rescisão da concessão, por razões relativas ao interesse público que deverão ser expressamente declaradas por lei autorizadora específica. A caducidade deverá ser declarada pelo Poder Concedente após a ANEEL ou o MME terem expedido um ato normativo indicando a falha da concessionária na (1) prestação adequada dos serviços ou cumprimento da legislação ou regulamentação aplicável; (2) manutenção da capacidade técnica, financeira ou econômica necessárias para que o serviço seja prestado de forma adequada; ou (3) no cumprimento das penalidades eventualmente impostas pelo Poder Concedente, entre outras coisas. A concessionária tem o direito à ampla defesa no procedimento administrativo que declarar a caducidade da concessão e poderá recorrer judicialmente contra tal ato. A concessionária tem o direito de ser indenizada pelos investimentos realizados nos bens reversíveis que não tenham sido completamente amortizados ou depreciados, descontando-se o valor das multas contratuais e dos danos por ela causados.

Vencimento: Quando do vencimento do prazo de concessão, todos os bens, direitos e privilégios transferidos à concessionária que sejam materialmente relativos à prestação dos serviços de energia elétrica serão revertidos ao Governo Federal. Após o advento do termo contratual, a concessionária tem o direito de ser indenizada pelos investimentos realizados em bens reversíveis que não tenham sido completamente amortizados ou depreciados.

Penalidades: A regulamentação da ANEEL rege a imposição de sanções aos participantes do setor elétrico e classifica as pertinentes penalidades com base na natureza e gravidade da violação (inclusive advertências, multas e caducidade). Para cada violação, as multas podem ser de até dois por cento da receita (líquida de imposto sobre valor agregado e imposto sobre serviços) das concessionárias verificada no período de 12 meses que anteceder qualquer auto de infração. Algumas infrações que podem resultar em multas referem-se à omissão do operador em solicitar aprovação da ANEEL no caso de: (1) celebração de contratos com partes relacionadas conforme previsto na regulamentação; (2) venda ou cessão dos bens necessários à prestação do serviço público bem como imposição de quaisquer ônus sobre eles (inclusive qualquer garantia real, fidejussória, penhor e hipoteca) ou sobre outros ativos relacionados à concessão ou à receita dos serviços de energia elétrica; e (3) alterações no controle do detentor da autorização ou concessão. No caso de contratos celebrados entre partes relacionadas que sejam submetidos para aprovação da ANEEL, a ANEEL poderá buscar impor restrições aos termos e condições desses contratos e, em circunstâncias extremas, determinar a rescisão do contrato.

Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

Desde 1995, o Governo Federal adotou inúmeras medidas para reformar o setor energético-elétrico brasileiro. Estas culminaram, em 15 de março de 2004, na promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, que reestruturou a indústria de energia com a meta, em última análise, de oferecer aos consumidores um abastecimento seguro de energia elétrica a uma tarifa adequada. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico foi implementada pelo Decreto n.º 5.163, promulgado em 30 de julho de 2004.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico regula, entre outras disposições, normas relativas (i) a procedimentos de leilão, (ii) a forma de contratos de compra e venda de energia elétrica e (ii) o método de repasse de custos aos consumidores finais.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico introduziu alterações relevantes nas normas do setor elétrico com o objetivo (i) de proporcionar incentivos a empresas privadas e públicas para construção e manutenção da capacidade geradora, e (ii) assegurar o fornecimento de energia elétrica no Brasil, com tarifas adequadas, por meio de processos licitatórios competitivos. Os principais elementos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico incluem:

- criação de dois ambientes paralelos para comercialização de energia elétrica, sendo (1) o mercado regulado destinado aos consumidores cativos, distribuidoras de energia elétrica, mercado mais estável em termos de fornecimento de energia elétrica, o ACR; e (2) um mercado especificamente destinado a Consumidores Livres e agentes comercializadores, que permita um certo grau de competição, denominado ACL;

- restrições a determinadas atividades de distribuidoras, de forma a exigir que estas se concentrem em seu negócio essencial de distribuição, para promover serviços mais eficientes e confiáveis a consumidores cativos;

- eliminação do direito à chamada auto-contratação, de forma a incentivar as distribuidoras a comprar energia elétrica pelos menores preços disponíveis ao invés de adquirir energia elétrica de partes relacionadas; e

- respeito aos contratos firmados anteriormente à promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, de forma a garantir a segurança jurídica às operações realizadas antes da sua promulgação.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico também excluiu a Eletrobrás e suas subsidiárias do Programa Nacional de Desestatização, programa originalmente criado pelo Governo Federal em 1990 com o objetivo de promover o processo de privatização de empresas estatais.

Ainda, segundo as diretrizes do novo modelo, todos os agentes compradores de energia elétrica devem contratar a totalidade de sua demanda de energia elétrica. Já os agentes vendedores de energia elétrica devem apresentar o correspondente lastro físico da energia alocada a ser vendida a instalações de geração existentes ou planejadas. Os agentes que descumprirem tais exigências ficarão sujeitos às penalidades impostas pela ANEEL.

A partir de 2005, todos os agentes geradores, distribuidores e comercializadores de energia, produtores independentes de energia ou Consumidores Livres e especiais deverão notificar o MME, até 1º de agosto de cada ano, a respeito de sua previsão de mercado ou carga, conforme o caso, para cada um dos 5 (cinco) anos subsequentes. Adicionalmente, cada agente de distribuição deverá notificar o MME, até 60 (sessenta) dias antes de cada leilão de energia, a respeito dos montantes de energia que deverá contratar nos leilões. Baseado nessa informação, o MME deve estabelecer a quantidade total de energia a ser contratada no ACR e a lista dos projetos de geração que poderão participar dos leilões. As distribuidoras também deverão especificar a parcela de contratação que pretendem dedicar ao atendimento a consumidores potencialmente livres.

Ambiente Paralelo para Comercialização de Energia Elétrica

Nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as operações de compra e venda de energia elétrica são realizadas em dois diferentes segmentos de mercado: (1) o ACR, que prevê a compra pelas distribuidoras, por meio de leilões, de toda a energia elétrica que for necessária para fornecimento aos seus consumidores e (2) o ACL, que compreende a compra de energia elétrica por agentes não-regulados (como Consumidores Livres e comercializadores de energia elétrica).

Distribuidoras de energia elétrica cumprem suas obrigações de atender à totalidade de seu mercado principalmente por meio de leilões públicos. Além desses leilões, as distribuidoras poderão comprar energia elétrica sem a necessidade de processo licitatório, proveniente: (1) de geradoras conectadas diretamente a tal distribuidora, com exceção de geradoras hidrelétricas com capacidade superior a 30 MW e certas geradoras termelétricas, (2) de projetos de geração de energia elétrica participantes da primeira etapa do PROINFA, programa destinado a diversificar as fontes de energia do Brasil e (3) da usina de Itaipu. A energia elétrica gerada por Itaipu continua a ser vendida pela Eletrobrás às concessionárias de distribuição que operam no SIN Sul/Sudeste/Centro-Oeste, embora nenhum contrato específico tenha sido firmado por tais concessionárias. O preço pelo qual a energia elétrica gerada em Itaipu é comercializada é denominado em dólar e estabelecido de acordo com tratado celebrado entre o Brasil e Paraguai. Em consequência, o preço da energia elétrica de Itaipu aumenta ou diminui de acordo com a variação da taxa de câmbio entre o Real e o dólar. As alterações no preço de venda da energia elétrica gerada em Itaipu estão sujeitas, no entanto, ao mecanismo de recuperação dos custos da Parcela A.

Ambiente de Contratação Regulada - ACR

No ACR, as distribuidoras compram suas necessidades projetadas de energia elétrica para distribuição a seus consumidores cativos de geradoras por meio de leilões públicos, coordenados pela ANEEL, direta ou indiretamente, no último caso, por intermédio da CCEE.

As compras de energia elétrica são realizadas por meio de dois tipos de contratos bilaterais: (1) Contratos de Quantidade de Energia, e (2) Contratos de Disponibilidade de Energia. Nos termos dos Contratos de Quantidade de Energia, a unidade geradora compromete-se a fornecer certa quantidade de energia elétrica e assume o risco de o fornecimento de energia elétrica ser, porventura, prejudicado por condições hidrológicas e baixo nível dos reservatórios, entre outras condições, que poderiam interromper o fornecimento de energia elétrica, caso em que a unidade geradora ficará obrigada a comprar a energia elétrica de outra fonte para atender seus compromissos de fornecimento. Nos termos dos Contratos de Disponibilidade de Energia, a unidade geradora compromete-se a disponibilizar certa capacidade ao ACR. Neste caso, a receita da unidade geradora está garantida e as distribuidoras em conjunto enfrentam o risco hidrológico. Em conjunto, esses contratos constituem os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, ou CCEARs.

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as distribuidoras de energia elétrica terão direito de repassar a seus respectivos consumidores os custos relacionados à energia elétrica por elas adquirida por meio de leilões públicos, bem como quaisquer impostos e encargos do setor.

Com relação à outorga de novas concessões, os regulamentos recém promulgados exigem que as licitações para novas instalações de geração hidrelétricas incluam, entre outras coisas, a porcentagem mínima de energia elétrica a ser fornecida ao ACR.

Ambiente de Contratação Livre - ACL

O ACL engloba as operações entre concessionárias geradoras, Produtores Independentes de Energia, ou PIEs, autoprodutores, comercializadores de energia elétrica, importadores de energia elétrica, Consumidores Livres e consumidores chamados de "consumidores especiais". Os PIEs são empresas de geração que vendem a totalidade ou parte de sua energia elétrica a Consumidores Livres, concessionárias de distribuição e agentes de comercialização, entre outros. O ACL também incluirá contratos bilaterais existentes entre geradoras e distribuidoras até a respectiva expiração. Quando de sua expiração, tais contratos deverão ser celebrados nos termos das diretrizes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

O consumidor que puder escolher seu fornecedor (consumidor livre em potencial) somente poderá rescindir seu contrato com a distribuidora local e tornar-se um Consumidor Livre por meio de notificação a tal distribuidora com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data limite para a declaração feita pela distribuidora de suas necessidades de energia para o leilão seguinte. Além disso, tal consumidor somente poderá começar a adquirir energia elétrica de um outro fornecedor no ano seguinte àquele em que a distribuidora local tiver sido notificada. Caso o Consumidor Livre em potencial opte pelo ACL, somente poderá voltar ao sistema regulado uma vez que tenha entregado à distribuidora de sua região aviso com 5 (cinco) anos de antecedência, ficando estipulado que a distribuidora poderá reduzir esse prazo a seu critério. O prazo de aviso tem por finalidade assegurar que, caso necessário, a distribuidora poderá comprar a energia adicional no Ambiente Regulado sem imposição de custos extras ao mercado cativo.

Além dos Consumidores Livres, determinados consumidores com capacidade igual ou superior a 500 KW podem optar por adquirir energia no mercado livre, sujeitos a determinados termos e condições. Esses consumidores são chamados de "consumidores especiais". Consumidores especiais somente podem adquirir energia de (i) pequenos geradores hidroelétricos com capacidade entre 1.000 KW e 30.000 KW, (ii) geradores com capacidade limitada a 1.000 KW, (iii) geradores de energia alternativa (empreendimentos solares, eólicos ou de biomassa) com capacidade inferior a 30.000 KW inserida no sistema. Um Consumidor especial deve cancelar seu contrato com o distribuidor local mediante notificação com 180 dias de antecedência para contratos com prazo indefinido. Para contratos de prazo definido, o consumidor deverá cumprir o contrato, ou, no caso de contratos de longo prazo, o consumidor deverá cancelar seu contrato mediante notificação com 36 meses de antecedência. O Consumidor especial pode retornar ao sistema regulado mediante notificação com 180 dias de antecedência ao distribuidor relativo à sua região.

As geradoras estatais poderão vender energia elétrica aos Consumidores Livres, contudo, ao contrário das geradoras privadas, estas unidades deverão fazê-lo por meio de processos de leilão.

Leilões no Ambiente de Contratação Regulada – ACR

Os leilões de compra de energia elétrica para novos projetos de geração em andamento são realizados (1) cinco anos antes da data de início da entrega da energia (denominados leilões "A-5"), e (2) três anos antes da data de início da entrega (denominados leilões "A-3"). Leilões de compra de energia provenientes de empreendimentos de geração existentes ocorrem (1) no ano anterior ao de início da entrega da energia (denominados leilões "A-1") e (2) aproximadamente quatro meses antes da data de entrega (denominados "ajustes de mercado"). Os editais dos leilões são elaborados pela ANEEL, com observância das diretrizes estabelecidas pelo MME, notadamente a utilização do critério de menor tarifa no julgamento do vencedor do leilão.

Cada empresa de geração participante de um leilão firma um contrato para compra e venda de energia elétrica com cada distribuidora, em proporção à respectiva estimativa de necessidade das distribuidoras. A única exceção a esta regra se refere ao leilão de ajuste de mercado, em que os contratos são específicos entre agente vendedor e agente de distribuição. Os CCEARs provenientes tanto dos leilões "A-5" como "A-3" têm prazo de 15 a 30 anos, enquanto que os CCEARs provenientes dos leilões "A-1" têm prazo de 5 a 15 anos. Os contratos provenientes do leilão de ajuste de mercado têm o prazo máximo de dois anos. A quantidade total de energia contratada em tais leilões de ajuste de mercado não pode exceder 1,0% da quantidade total de energia contratada por cada distribuidor, exceto para leilões ocorridos em 2008 e 2009, em que a quantidade total de energia contratada não pode exceder 5,0%.

Em relação aos CCEARs decorrentes de leilões de energia proveniente de empreendimentos de geração existentes, há três possibilidades de redução permanente das quantidades contratadas, quais sejam (1) compensação pela saída de consumidores potencialmente livres do ACR, (2) redução, a critério da distribuidora, de até 4,0% ao ano do montante anual contratado para adaptar-se aos desvios do mercado face às projeções de demanda, a partir do segundo ano subsequente ao da declaração que deu origem à respectiva compra e (3) adaptação aos montantes de energia estipulados nos contratos de aquisição de energia firmados anteriormente a 17 de março de 2004.

Desde 2005, a CCEE realizou sete leilões para novos projetos de geração, sete leilões relativos usinas geradoras de energia existentes, um leilão para projetos de geração de energia alternativa e um leilão para um empreendimento de geração que utilize a biomassa como fonte, que é classificada como energia reserva. No mais tardar em 1º de agosto de cada ano, as geradoras e distribuidoras apresentam suas demandas de geração ou demandas de energia elétrica estimadas para os cinco anos subsequentes. Com base nessas informações, o MME estabelece o valor total de energia elétrica a ser comercializado no leilão e define as empresas de geração que participarão do leilão. O leilão é realizado em duas fases, por meio de um sistema eletrônico. Como regra geral, os contratos celebrados no âmbito do leilão tem os seguintes prazos (i) de 15 a 30 anos contados a partir do início do fornecimento em caso de novos projetos de geração, (ii) de 5 a 15 anos contados a partir do ano subsequente ao do leilão em caso de usinas geradoras de energia existentes e (iii) de 10 a 30 anos contados a partir do início do fornecimento em caso de projetos de geração de energia alternativa.

Após a conclusão do leilão, geradoras e distribuidoras firmam o CCEAR, no qual as partes estabelecem o preço e a quantidade de energia contratados no leilão. O CCEAR estabelece que o preço será corrigido anualmente pela variação do IPCA. As distribuidoras oferecem garantias financeiras para as geradoras (principalmente valores a receber do serviço de distribuição) para garantir suas obrigações de pagamento nos termos do CCEAR.

O Valor Anual de Referência

A regulamentação estabeleceu, ademais, um mecanismo, o Valor Anual de Referência, que limita os montantes de custos que podem ser repassados aos consumidores finais. O Valor Anual de Referência corresponde à média ponderada dos preços de energia elétrica nos leilões "A-5" e "A-3", calculada para o conjunto de todas as distribuidoras.

O Valor Anual de Referência cria um incentivo para que as distribuidoras contratem suas necessidades de energia elétrica previstas pelo preço mais baixo nos leilões "A-5" e "A-3". As distribuidoras que comprarem energia elétrica por preço inferior ao Valor Anual de Referência nesses leilões poderão repassar integralmente o Valor Anual de Referência aos consumidores durante três anos. O Valor de Referência Anual também é aplicado nos primeiros três anos dos contratos de compra de energia dos novos projetos de geração de energia. Após o quarto ano, os custos de aquisição de energia elétrica desses projetos podem ser inteiramente repassados. O regulamento estabelece os seguintes limites à capacidade das distribuidoras de repassar custos aos consumidores: (1) nenhum repasse de custos para as compras de energia elétrica que excedam 103,0% da demanda real; (2) repasse limitado de custos para compras de energia elétrica efetuadas em um leilão "A-3", se o volume de energia elétrica adquirido exceder 2,0% da demanda de energia elétrica adquirida nos leilões "A-5"; (3) repasse limitado dos custos de aquisição de energia elétrica dos novos projetos de geração de energia elétrica, se o volume contratado nos termos dos novos contratos relacionados às instalações de geração existentes for inferior a 96,0% do volume de energia elétrica previsto no contrato por vencer; (4) total repasse dos custos relativos às compras de energia elétrica das instalações existentes no leilão "A-1" estarão limitadas a 1,0% da carga verificada no ano anterior à notificação do distribuidor relativa à estimativa de demanda de eletricidade para o MME. Se a energia elétrica adquirida o leilão "A-1" exceder a carga de 1,0%, o repasse de custos relativos à quantidade de carga excedente aos consumidores finais estará limitado a 70,0% do valor médio de tais custos de aquisição de energia elétrica gerada pelas instalações de geração existentes para entrega iniciada em 2007 e com término em 2009. O MME estabelece o preço máximo de aquisição para a energia elétrica gerada pelos projetos existentes que participam dos leilões para venda de energia elétrica a distribuidoras e, se as distribuidoras não cumprirem a obrigação de contratar integralmente sua demanda, o repasse dos custos de energia adquirida no mercado de curto-prazo será o menor entre o Preço de Liquidação de Diferenças, ou PLD e o Valor de Referência Anual.

Convenção de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

As Resoluções da ANEEL n.º 109, de 2004 e n.º 210, de 2006, conduziram à criação da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica. Tal convenção regulamenta a organização e administração da CCEE, assim como as condições para a comercialização de energia elétrica. Também define, entre outros, (1) os direitos e obrigações dos participantes da CCEE, (2) as penalidades a serem impostas a participantes inadimplentes, (3) a estrutura para a resolução de controvérsias, (4) as regras de comercialização tanto no ACR como no ACL e (5) a contabilização e processo de compensação para operações de curto-prazo.

Restrição de Atividades das Distribuidoras

As distribuidoras integrantes do SIN não poderão (i) conduzir negócios relacionados à geração ou transmissão de energia elétrica, (ii) vender energia elétrica aos Consumidores Livres, com exceção dos situados em sua área de concessão e segundo as mesmas condições e tarifas relativas a consumidores cativos, (iii) deter, direta ou indiretamente, qualquer participação em qualquer outra empresa, sociedade anônima ou limitada ou (iv) conduzir negócios que não tenham relação com suas respectivas concessões, com exceção das permitidas por lei ou no contrato de concessão pertinente. As geradoras não poderão deter participações superiores a 10,0% em distribuidoras.

Eliminação do Direito à Autocontratação

Tendo em vista que a compra de energia elétrica para distribuição a consumidores cativos é efetuada no ACR, a chamada autocontratação (autorização para as distribuidoras atenderem a até 30,0% de suas necessidades de energia elétrica contratando energia elétrica proveniente de autoprodução ou adquirida de partes relacionadas) não será mais permitida, exceto no contexto de contratos devidamente aprovados pela ANEEL anteriormente à promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

Questionamentos sobre a constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

Os partidos políticos estão atualmente contestando a constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico perante o Supremo Tribunal Federal. Em outubro de 2007, foi proferida uma decisão do Supremo Tribunal Federal relativo a agravos apresentados no âmbito da ação foi publicada, negando referidos agravos por maioria de votos. Até o momento, não existe ainda uma decisão final sobre este mérito e não se sabe quando será proferida. Neste ínterim, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico continua em vigor. Independentemente da decisão final do Supremo Tribunal Federal, espera-se que certas disposições da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico relacionadas à proibição às distribuidoras que se dediquem a atividades não relacionadas à distribuição de energia elétrica pelas distribuidoras, incluindo vendas de energia elétrica para Consumidores Livres, e a eliminação do direito à autocontratação, continuem em vigor.

Se toda ou parte da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico for considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, o esquema regulatório introduzido pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico pode perder sua validade, o que gerará incerteza quanto à forma como o governo brasileiro conseguirá reformar o setor de energia elétrica.

Limitações à Concentração no Mercado de Energia Elétrica

A ANEEL estabeleceu limites à concentração de determinados serviços e atividades dentro do setor elétrico, que recentemente foram eliminados. A minuta de uma nova regulamentação pela ANEEL, relativa a novas limitações, foi submetida à audiência pública.

Tarifas de Distribuição e Transmissão de Energia Elétrica

A ANEEL fiscaliza e regulamenta o acesso aos sistemas de distribuição e transmissão e estabelece as tarifas referentes a tais sistemas. As tarifas são (i) tarifa cobrada pelo uso da rede local de distribuição exclusiva de cada distribuidora (TUSD) e (ii) tarifa cobrada pelo uso da Rede Básica e demais instalações de transmissão (TUST).

TUSD

A TUSD é paga por geradoras e Consumidores Livres e especiais pelo uso do sistema de distribuição da concessionária na qual as geradoras e Consumidores Livres e especiais relevantes estejam conectados. O valor a ser pago pelo respectivo agente conectado ao sistema de distribuição, por ponto de conexão, é calculado pela multiplicação da quantidade de energia elétrica contratada junto à concessionária de distribuição, em kW, pela tarifa estabelecida pela ANEEL, em R$/kW. A TUSD tem dois componentes: (i) a remuneração da concessionária pelo uso da rede local exclusiva, denominada TUSD-Serviço, que varia conforme a quantidade de demanda utilizada por cliente, e (ii) os custos regulatórios aplicáveis ao uso da rede local, denominados TUSD-Encargos, estabelecidos pelas autoridades regulatórias, estando relacionados à quantidade de energia consumida por consumidor.

TUST

A TUST é paga por distribuidoras, geradoras e Consumidores Livres e especiais pela utilização da Rede Básica e é reajustada anualmente de acordo com (i) a inflação; e (ii) as receitas anuais das empresas concessionárias de transmissão determinadas pela ANEEL. Segundo os critérios estabelecidos pela ANEEL, os proprietários das diferentes partes da rede de transmissão principal transferiram a coordenação de suas instalações ao ONS em troca do recebimento de pagamentos regulados dos usuários de sistemas da transmissão. Os usuários de rede, inclusive geradoras, distribuidoras e Consumidores Livres e especiais, assinaram contratos com o ONS que lhes conferem o direito de utilizar a rede de transmissão em troca do pagamento de certas tarifas. Outras partes da rede detidas por empresas de transmissão, mas que não são consideradas parte integrante da Rede Básica, são disponibilizadas diretamente aos usuários interessados que pagam uma taxa específica.

Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica

As tarifas de fornecimento de energia elétrica (inclusive a TUSD) estão sujeitas à revisão pela ANEEL, que tem poderes para reajustar e revisar tarifas em resposta a alterações de custos de compra de energia elétrica e condições de mercado. Ao reajustar ou revisar as tarifas de fornecimento de energia elétrica, a ANEEL divide os custos das distribuidoras entre (i) custos não-gerenciáveis pela distribuidora, os custos da Parcela A, e (ii) custos gerenciáveis pela distribuidora, os custos da Parcela B. O reajuste de tarifas baseia-se em uma fórmula que leva em consideração a divisão de custos entre as duas categorias.

Os custos da Parcela A incluem, entre outros, os seguintes fatores:

- custos de aquisição de energia elétrica de Itaipu;
- custos de aquisição de energia elétrica conforme contratos bilaterais negociados livremente entre as partes;
- custos de energia elétrica adquirida por meio de CCEARs;
- custos referentes aos encargos de conexão aos sistemas de transmissão e distribuição;
- custos de encargos tarifários; e
- custos associados à pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética.

Os custos da Parcela B são determinados pela subtração de todos os custos da Parcela A das receitas da sociedade distribuidora, excluído o ICMS e a PIS/COFINS, tributos estadual e federal, respectivamente, incidentes sobre vendas.

Cada contrato de concessão de cada distribuidora prevê um reajuste anual de tarifa. Em geral, os custos da Parcela A são totalmente repassados aos consumidores. Contudo, os custos da Parcela B são em sua maior parte corrigidos monetariamente em conformidade com o IGP-M.

As concessionárias distribuidoras de energia elétrica também têm direito a revisões tarifárias periódicas de suas tarifas a cada quatro ou cinco anos. Essas revisões visam (1) assegurar que as receitas são suficientes para cobrir os custos operacionais da Parcela B e a remuneração adequada com relação a investimentos considerados essenciais aos serviços objeto da concessão de cada distribuidora e (2) determinar o fator X, que é baseado em três componentes: (a) ganhos previstos de produtividade proveniente de aumento de escala, (b) custos de mão-de-obra e (c) investimentos. O fator X calculado na revisão da tarifa será recalculado no próximo ciclo tarifário somente pela mudança da soma de investimentos realizados, que são os investimentos feitos em ativos relativos a serviços permanentes. Se a soma de investimentos é menor no próximo ciclo

tarifário, o fator X recalculado será comparado ao anterior e a diferença entre eles será multiplicada de forma a refletir os custos dos recursos alocados na tarifa e não usados pela concessionária. O fator X é utilizado para ajustar a proporção da mudança no índice IGP-M, que é empregado nos reajustes anuais. Por conseguinte, quando da conclusão de cada revisão periódica, a aplicação do fator X faz com que as distribuidoras compartilhem seus ganhos de produtividade com os consumidores finais.

Ademais, as concessionárias distribuidoras de energia elétrica têm direito a revisão tarifária extraordinária, caso a caso, de maneira a assegurar seu equilíbrio financeiro e a compensá-las por custos imprevistos que modifiquem de maneira significativa sua estrutura de custos.

Com a introdução da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, o MME reconheceu que os custos variáveis associados à compra de energia elétrica podem ser compensados por meio da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ou CVA, criada para reconhecer alguns de nossos custos quando do reajuste das tarifas de nossas subsidiárias de distribuição pela ANEEL.

Em outubro de 2006, a ANEEL estabeleceu a metodologia e procedimentos aplicáveis às revisões periódicas de 2007 a 2010 para as concessionárias de distribuição, baseada nas práticas desenvolvidas durante uma rodada anterior de revisão periódica de tarifas. Atualmente, a nova regulamentação da ANEEL que visa melhorar o processo de revisão está em audiência pública.

Incentivos Governamentais ao Setor Elétrico

Em 2000, um decreto federal criou o Programa Prioritário de Termeletricidade, ou PPT, com a finalidade de diversificar a matriz energética brasileira e diminuir sua forte dependência das UHEs. Os incentivos conferidos às UTEs nos termos do PPT incluem (i) fornecimento garantido de gás durante 20 anos, de acordo com regulamentação do MME, (ii) garantia do repasse dos custos referentes à aquisição da energia elétrica produzida por UTEs até o limite do valor normativo de acordo com a regulamentação da ANEEL, e (iii) acesso garantido a programa de financiamento especial do BNDES para o setor elétrico.

Em 2002, o Governo Federal estabeleceu o PROINFA. Nos termos do PROINFA, a Eletrobrás comprará a energia gerada por essas fontes de energia alternativa durante o período de até 20 anos, enquanto essa energia é adquirida por empresas de distribuição para entrega aos consumidores finais. Em sua fase inicial, o PROINFA está limitado a uma capacidade contratada total de 3.300 MW. O objetivo dessa iniciativa é atingir uma capacidade contratada de até 10,0% do consumo anual total de eletricidade do Brasil dentro de 20 anos. A energia para comercialização no Programa não será produzida por concessionárias de geração, como nossa Companhia, nem por PIEs. Por outro lado, essa energia somente poderá ser produzida por produtor independente autônomo que não poderá ser controlado ou afiliado da concessionária de geração ou PIE, tampouco poderá ser afiliado às suas controladoras.

Visando criar incentivos para geradores de energia alternativa, o Governo Federal estabeleceu uma redução não inferior a 50,0% na TUSD devida por (i) pequenos geradores hidroelétricos com capacidade entre 1.000 KW e 30.000 KW, (ii) geradores com capacidade de 1.000 KW e (iii) geradores de energia alternativa (empreendimentos solares, eólicos ou de biomassa) com capacidade de 30.000 KW. A redução é aplicável à TUSD devida pela fonte de geração e também por seu consumidor. O valor da redução da TUSD será incluído como "componentes financeiros" na tarifa de reajuste ou na revisão tarifária.

Encargos Tarifários

EER

O EER é uma taxa regulatória criada para arrecadar fundos para reservas de energia contratadas pela CCEE. Essas reservas de energia serão utilizadas para aumentar a segurança do suprimento de energia no SIN. O EER será arrecadado dos consumidores finais do SIN em março de 2009 e mensalmente a partir de 2009.

Fundo RGR e UBP

Em certas circunstâncias, empresas de energia elétrica são indenizadas com relação a certos ativos usados em função de uma concessão, em caso de revogação ou encampação da concessão. Em 1971, o Congresso brasileiro criou um fundo de reserva destinado a prover fundos para tal indenização, denominado Fundo de Reserva Global de Reversão ("Fundo RGR"). Em fevereiro de 1999, a ANEEL revisou a metodologia de cálculo da taxa que todas as distribuidoras e certas geradoras que operem em regimes de serviço público são obrigadas a efetuar a título de contribuição mensal ao Fundo RGR, a uma alíquota anual igual a 2,5% dos ativos fixos da empresa em operações, sem exceder, contudo, 3,0% das receitas operacionais totais em qualquer exercício. Nos últimos anos, nenhuma concessão foi revogada ou deixou de ser renovada, tendo a RGR sido utilizada principalmente para financiar projetos de geração e distribuição. A RGR deverá ser extinta até 2010 e a ANEEL deverá revisar as tarifas de energia elétrica aplicáveis de maneira tal que o consumidor receba algum benefício em função da extinção da RGR.

O Governo Federal impôs uma taxa sobre os Produtores Independentes de Energia Elétrica similar à taxa cobrada de empresas de serviço público com relação à RGR. Os Produtores Independentes de Energia Elétrica são obrigados a efetuar pagamentos ao Fundo de Uso de Bem Público ("UBP"), de acordo com as regras do correspondente processo licitatório para outorga de concessões. A Eletrobrás recebeu pagamentos referentes ao Fundo UBP até 31 de dezembro de 2002. Todos os pagamentos ao Fundo UBP realizados desde 31 de dezembro de 2002 têm sido efetuados diretamente ao Governo Federal.

CCC

As distribuidoras (e também algumas empresas de transmissão que atendem Consumidores Livres) devem contribuir para a Conta de Consumo de Combustível ("CCC"). A CCC foi criada em 1973 com a finalidade de gerar reservas financeiras para cobrir os custos de combustíveis fósseis em UTEs, na hipótese de estiagem, o que tornaria necessário o aumento do uso de UETs. A CCC atualmente subsidia os sistemas de distribuição em áreas isoladas onde os custos de distribuição são maiores do que no SIN. As contribuições anuais à CCC são calculadas com base em estimativas do custo do combustível que as UTEs precisarão no ano seguinte. A CCC é gerida pela Eletrobrás. A CCC, por sua vez, reembolsa as empresas de energia elétrica por parcela significativa dos custos de combustível de suas UTEs.

Em fevereiro de 1998, o Governo Federal dispôs sobre a extinção da CCC. Os subsídios provenientes da CCC foram extintos no decorrer do período de três anos, de 2003 a 2006, em relação a UTEs construídas anteriormente a fevereiro de 1998 e atualmente pertencentes ao SIN. As UTEs construídas posteriormente a essa data não têm direitos aos subsídios da CCC. Em abril de 2002, o Governo Federal estabeleceu que os subsídios da CCC continuariam a ser pagos às UTEs localizadas em sistemas isolados durante um período de 20 anos.

CDE

Em 2002, o Governo Federal instituiu a Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), que é suprida por meio de pagamentos anuais efetuados por concessionárias a título de uso de bem público, multas e sanções impostas pela ANEEL e taxas anuais pagas por agentes que fornecem energia elétrica a consumidores finais, por meio de encargo a ser acrescido às tarifas relativas ao uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Essas taxas são ajustadas anualmente. A CDE foi criada para dar suporte (i) ao desenvolvimento da produção de energia elétrica por todo o país, (ii) à produção de energia elétrica por meio de fontes alternativas de energia e (iii) à universalização do serviço público de energia elétrica em todo o Brasil. A CDE terá duração de 25 anos e será regulamentada pelo Poder Executivo e administrada pela Eletrobrás.

ESS

A Resolução n.º 173 de 28 de novembro de 2005 estabeleceu uma disposição para a Cobrança do Serviço do Sistema, o Encargo de Serviço do Sistema ("ESS") que, desde janeiro de 2006, tem sido incluído nas correções de preço e taxas para concessionárias de distribuição que fazem parte do SIN. Este encargo é baseado nas estimativas anuais feitas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") em 31 de outubro de cada ano.

Taxa pelo Uso de Recursos Hídricos

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico exige que os detentores de uma concessão e autorização de uso de recursos hídricos paguem uma taxa de 6,7% do valor da energia que geram pela utilização de tais instalações. Esse encargo deve ser pago ao distrito federal, estados e municípios nos quais a usina ou seu reservatório esteja localizado.

Taxa de Inspeção da ANEEL (TFSEE)

A Taxa de Inspeção ANEEL é uma taxa anual devida pelos detentores de concessões, licenças ou autorizações na proporção de seu porte e atividades. Atualmente, a Taxa de Inspeção da ANEEL é deduzida do Fundo RGR.

Inadimplemento no Pagamento de Encargos Regulatórios

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabeleceu que a falha no pagamento das contribuições ao Fundo RGR, ao PROINFA, à CDE, à CCC, ou a não realização de outros pagamentos, tais como os devidos em função da compra de energia elétrica no ACR ou de Itaipu impedirá que a parte inadimplente proceder com reajustes ou revisões de tarifa (exceto por revisões extraordinárias) e que receba recursos oriundos do Fundo RGR, da CDE ou da CCC.

Mecanismo de Realocação de Energia - MRE

A proteção contra certos riscos hidrológicos para geradores hidrelétricos com despacho centralizado é proporcionada pelo MRE, que procura mitigar os riscos inerentes à geração de energia hidrelétrica determinando que geradoras hidrelétricas compartilhem os riscos hidrológicos do SIN. De acordo com a legislação brasileira, a cada UHE é atribuída uma "Energia Assegurada", determinada em cada contrato de concessão pertinente, independentemente da quantidade de energia elétrica gerada pela usina.

O MRE transfere a energia excedente daqueles que geraram além de suas Energias Asseguradas para aqueles que geraram abaixo. O despacho efetivo de geração é determinado pelo ONS tendo em vista a demanda de energia em âmbito nacional e as condições hidrológicas. A quantidade de energia efetivamente gerada pelas usinas, seja ela acima ou abaixo da Energia Assegurada, é precificada por uma tarifa denominada "Tarifa de Energia de Otimização" - TEO, que cobre os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional será contabilizada mensalmente para cada gerador.

Desverticalização

O artigo 4º da Lei de Concessões de Serviços de Energia Elétrica, alterado pelo artigo 8º da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, estabelece a obrigatoriedade da segregação das atividades de distribuição e de geração de energia elétrica relativas às pessoas jurídicas concessionárias, permissionárias e autorizadas.

A obrigação de separação das atividades de distribuição daquelas de geração e transmissão deveria ser cumprida até 16 de setembro de 2005, prazo esse prorrogado para 16 de março de 2007. As distribuidoras que detinham geração distribuída tinham a obrigação de realizar contratos de compra e venda de energia elétrica de suas respectivas unidades geradoras pelo prazo até o final do período de concessão.

De acordo com as regras de desverticalização, as concessionárias distribuidoras, no âmbito do SIN, também não poderiam ter participação em outras sociedades, de forma direta ou indireta, ou ainda manter atividades não compatíveis com o objeto se sua concessão de distribuição de energia elétrica.

Meio Ambiente

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância da legislação.

As violações à legislação ambiental podem ainda caracterizar crime ambiental, atingindo tanto os administradores, que podem até ser presos, como nossa própria pessoa jurídica. Podem, ainda, acarretar penalidades administrativas, como multas de até R$50 milhões (aplicáveis em dobro ou em triplo, em caso de reincidência) e suspensão temporária ou definitiva de atividades. Tais sanções serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente e a terceiros afetados.

Na esfera civil os danos ambientais implicam responsabilidade solidária e objetiva, direta e indireta. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos aqueles direta ou indiretamente envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Como consequência, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção em nossas operações, como a disposição final de resíduos, não exime a responsabilidade da contratante por eventuais danos ambientais causados pela contratada.

A legislação ambiental brasileira, a partir da edição da Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Este procedimento é necessário tanto para a instalação inicial e operação do empreendimento quanto para as ampliações nele procedidas, sendo que as licenças emitidas precisam ser renovadas periodicamente. O licenciamento ambiental de atividades cujos impactos ambientais são considerados significativos está sujeito ao Estudo Prévio de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), assim como à implementação de medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos ambientais causados pelo empreendimento. No caso das medidas compensatórias, a legislação ambiental impõe ao empreendedor ainda, para os casos dos empreendimentos de significativos impactos ambientais, a obrigação de destinar um percentual dos investimentos necessários à implementação de 0 a 0,5%, a ser fixado pelo órgão ambiental competente.

O processo de licenciamento ambiental compreende, basicamente, a emissão de três licenças, todas com prazos determinados de validade: Licença Prévia - LP, Licença de Instalação - LI e Licença de Operação - LO. Cada uma destas licenças é emitida conforme a fase em que se encontra a implantação do empreendimento e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador. A ausência de licença ambiental, para os casos exigidos, independentemente da atividade estar ou não causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de crime ambiental, além de sujeitar o infrator a penalidades administrativas, tais como multas que, no âmbito federal, podem chegar a R$10 milhões (aplicáveis em dobro ou em triplo, em caso de reincidência) e interdição de atividades.

As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos seus empreendimentos. Há que se ressaltar, que a legislação brasileira, para os casos de inércia por parte do órgão licenciador no atendimento à solicitação de pedido de renovação da licença, garantiu ao empreendedor a continuidade de sua atividade desde que esse proceda ao pedido com antecedência de 120 dias à data de esgotamento final de sua vigência.

8. INFORMAÇÕES RELATIVAS À COMPANHIA

- Histórico da Companhia
- Atividades da Companhia
- Estrutura Organizacional do Grupo CPFL
- Propriedades, Plantas e Equipamentos
- Composição do Capital Social
- Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos
- Práticas de Governança Corporativa
- Administração
- Pendências Judiciais e Administrativas

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

HISTÓRICO DA COMPANHIA

A Rio Grande Energia S.A. é uma concessionária de distribuição de energia elétrica registrada na CVM como companhia de capital aberto em 13 de outubro de 1997 sob o n.º 16535, com sede na Cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, à Rua Mario Boni, n.º 1.902, CEP 95012-580

A Companhia foi constituída em 28 de julho de 1997, com prazo de duração indeterminado, com o nome de Companhia Norte e Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica (CNNDEE), tendo sido esta denominação alterada para Rio Grande Energia S.A. em 9 de dezembro do mesmo ano.

A RGE tem como objeto social: (a) realizar estudos, projetos, construções e operações de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica e serviços correlatos, inclusive sistemas de informática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, podendo participar de outras sociedades para a realização de seus objetivos sociais; (b) desenvolver atividades associadas à prestação de serviços de energia elétrica, tais como: uso múltiplo de postes, mediante cessão onerosa a outros usuários; transmissão de dados através de suas instalações, observada a legislação pertinente; prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; serviços de otimização de processos energéticos e instalações elétricas de consumidores; cessão onerosa de faixas de servidão de linhas e áreas de terra exploráveis de usinas e reservatórios, visando a maior eficiência no uso da eletricidade; e (c) integrar grupos de estudo, consórcios, grupos de sociedade ou quaisquer outras formas associativas com vista a pesquisas de interesse do setor energético, à formação de pessoal técnico a ele necessário, bem como à prestação de serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro a outras empresas.

O surgimento da Companhia é fruto das modificações ocorridas no setor elétrico nacional ao longo da segunda metade da década de 90. Em 1996, teve início o processo de privatização dos serviços de energia elétrica do Estado do Rio Grande do Sul, realizado no âmbito do Programa Nacional de Desestatização. Nesse processo, foi definida a política de reestruturação societária e operacional da CEEE. Como resultado desse processo de reestruturação, em agosto de 1997, a CEEE foi cindida, tendo parte de seu patrimônio vertido para novas empresas: (i) duas com atividade de geração de energia elétrica, (ii) uma de transmissão e (iii) três de distribuição de energia. Parte dos ativos cindidos da CEEE foi vertida para a então denominada Companhia Norte Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica, que foi privatizada em outubro do mesmo ano.

Em 9 de outubro de 1997, Previ e VBC Energia assinaram "Protocolo de Intenções" e, na mesma data, Ipê Energia, Previ e VBC Energia assinaram um "Termo de Adesão", com vistas a regular as respectivas participações, em conjunto, por meio da DOC3, no processo de licitação na modalidade leilão, para alienação de ações do capital da RGE (então denominada Companhia Norte Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica) pelo Estado do Rio Grande do Sul. Como vencedora do referido leilão, a DOC3 adquiriu ações ordinárias equivalentes a aproximadamente 91,9% do capital total da Norte-Nordeste. A Norte-Nordeste teve sua denominação alterada para Rio Grande Energia S.A. em dezembro de 1997.

Em 13 de julho de 1998, a DOC3 foi extinta em virtude da incorporação de suas ações pela RGE, conforme Resolução Homologatória da ANEEL 166/2004. A CVM também manifestou sua concordância com as condições apresentadas na referida resolução. Como consequência, os acionistas da DOC3 passaram a deter participação societária direta no capital social da RGE. A partir dessa data, a RGE passou a ser controlada pela 521 Participações, controlada pela PREVI, Serra da Mesa, controlada pela VBC e Ipê Energia, integrante do grupo PSEG Américas.

Em 21 de fevereiro de 2001, a 521 Participações e a Serra da Mesa receberam da CPFL Paulista uma oferta de compra da totalidade das ações por elas detidas na RGE. Em 10 de abril de 2001, por meio do "Contrato de Compra e Venda de Ações", a CPFL Paulista adquiriu as participações acionárias detidas pela Serra da Mesa e pela 521 Participações no capital social da Companhia, equivalentes a 66,9% do capital social total, sendo 257.228.985 ações ordinárias e 60.130.858 ações preferenciais de titularidade da Serra da Mesa e 165.166.964 ações ordinárias e 36.360.809 ações preferenciais de titularidade da 521 Participações.

A ANEEL impôs, por meio da Resolução Homologatória, algumas obrigações a serem cumpridas pela Companhia em decorrência da incorporação da DOC3, que foram deliberadas na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 4 de outubro de 2004. As obrigações impostas pela ANEEL podem ser resumidas da seguinte maneira:

(i) aditamento ao Contrato de Concessão para conter as exigências da Resolução Homologatória acima referida;

(ii) adequação da curva de amortização do saldo do ágio aprovada na assembléia geral extraordinária realizada em 28 de junho de 2004;

(iii) modificação das características das ações preferenciais emitidas pela Companhia; e

(iv) capitalização do saldo de dividendos fixos declarados e não pagos pela Companhia.

Em atendimento ao disposto no artigo 20 da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, na Resolução Homologatória ANEEL n.º 156/04 e no Ofício n.º 941/2005 – SFF/ANEEL, a assembléia geral extraordinária realizada em 10 de setembro de 2005 aprovou a alienação da totalidade de ações detidas pela RGE no capital social da Sul Geradora Participações S.A. (então subsidiária integral da RGE), as ações foram oferecidas aos então acionistas da RGE, na proporção da participação de cada um no capital social, em atendimento ao previsto no artigo 253 da Lei das Sociedades por Ações. A CPFL Paulista cedeu seu direito de preferência na aquisição das ações da SUL Geradora à CPFL Brasil.

Em dezembro de 2007, na sequência de várias operações de descruzamento societário, incluindo a incorporação da CPFL Serra, então acionista detentora de 99,8% das ações da RGE e 100,0% controlada pela CPFL Energia, e de uma operação de incorporação de ações de acionistas minoritários, a CPFL Energia passou a controlar 100,0% da RGE.

A CPFL Energia é uma *holding* de participações societárias, cujo resultado depende diretamente do resultado de suas controladas dedicadas às atividades de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica. Seu capital está distribuído entre a VBC Energia (29,0%), a Previ (31,1%), o fundo de investimentos Bonaire (12,6%) e o Mercado (27,3%).

A RGE atua em 254 municípios no Estado do Rio Grande do Sul, em uma área de concessão de 90.896 km^2. Atende aproximadamente 3,6 milhões de habitantes, contando com 1,2 milhão de clientes em 31 de março de 2009.

Não há, na data deste Prospecto, qualquer investimento ou desinvestimento de capital em andamento.

A Companhia ou terceiros não realizaram ofertas públicas de aquisição de ações de emissão da Companhia.

Por fim, a Companhia, nos últimos 3 (três) exercícios sociais, realizou distribuições públicas de títulos e valores mobiliários. Para maiores informações sobre os títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia, vide Seção "Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos" na página 191 deste Prospecto.

ATIVIDADES DA COMPANHIA

Introdução

A Companhia é responsável pela distribuição de energia elétrica nas regiões norte e nordeste do Rio Grande do Sul, onde vivem mais de 3,6 milhões de habitantes em 254 municípios, totalizando um território de 90.896 km^2. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a Companhia distribuiu 7.198 GWh de energia elétrica (um aumento de 4,5% em relação ao exercício anterior) para cerca de 1,2 milhão de clientes, por meio de 82.227 km de rede de distribuição e 66 subestações. Em 31 de março de 2009, a RGE distribuiu 1.794 GWh de energia elétrica para 1.208 milhões de clientes.

Em 2008, a receita bruta da Companhia foi de R$ 2.566 milhões. A receita operacional líquida da Companhia no mesmo ano foi de R$ 1.669 milhões. Em 31 de março de 2009, a receita bruta consolidada da RGE foi de R$ 644 milhões e a receita operacional líquida foi de R$ 415 milhões.

A Companhia foi constituída em 28 de julho de 1997, com a denominação social de Companhia Norte Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica. Em outubro de 1997, a Companhia foi privatizada a partir da cisão parcial da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE e, em dezembro de 1997, passou a denominar-se Rio Grande Energia S.A.

Em 2001, a Companhia passou a ser controlada pela CPFL Paulista, subsidiária integral da CPFL Energia e pela Ipê Energia, detentoras de 67,1% e 32,7% do capital social total da Companhia. Em 2006, a CPFL Energia adquiriu a participação societária da Ipê Energia. Assim, a Companhia passou a integrar o maior grupo privado do setor elétrico brasileiro, atuante nas áreas de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Em dezembro de 2007, em decorrência da realização de uma ampla reorganização societária, que incluiu a incorporação da CPFL Serra, então acionista detentora de 99,8% das ações da RGE e 100,0% controlada pela CPFL Energia e a incorporação de ações de acionistas minoritários da Companhia pela CPFL Energia, a Companhia tornou-se uma subsidiária integral da CPFL Energia.

A Companhia está sujeita à regulamentação governamental e à supervisão de entidades reguladoras. Para maiores informações acerca da legislação aplicável à Companhia e aos órgãos reguladores, vide Seção "Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro – Concessões" na página 129 deste Prospecto e Seção "Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro – Principais Entidades Reguladoras" na página 127 deste Prospecto.

Distribuição de Energia Elétrica e Instalações Operacionais

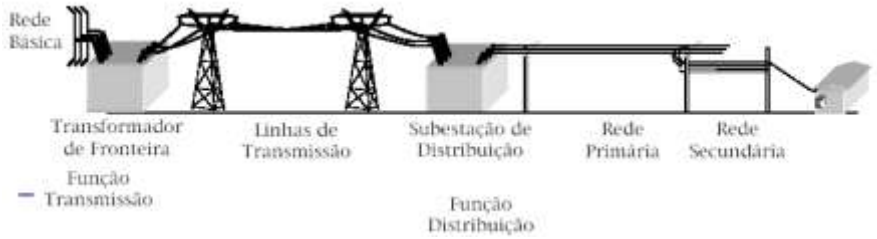
O setor de energia elétrica pode ser segmentado em quatro funções: geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A distribuição de energia elétrica é a transferência de eletricidade de um sistema de transmissão para o consumidor final.

A função de geração compreende todas as instalações de geração hidrelétrica, térmica e nuclear e as suas linhas de transmissão e subestações de uso exclusivo necessárias para conexão com o sistema elétrico de potência.

A função transmissão compreende as instalações pertencentes à Rede Básica que são as linhas de transmissão e subestações nas tensões maiores ou iguais a 230 kV e os "transformadores de fronteira" que são os equipamentos que conectam a função distribuição à Rede Básica.

A função distribuição compreende as linhas de transmissão e subestações nas tensões menores que 230 kV, Rede Primária e Rede Secundária.

O desenho a seguir representa esquematicamente o processo acima descrito:



Em 31 de março de 2009, a Companhia possuía 66 subestações, acrescidas de 15 subestações destinadas à conexão com a rede básica. A Companhia possuía, ainda, na referida data, 82.445 km de rede de distribuição; 1.750,7 km de linhas de transmissão; 1.658 MVA de capacidade nas subestações próprias; 71.920 transformadores de distribuição com potência instalada de 2.138 MVA.

Para maiores informações acerca dos ativos da Companhia, vide Seção "Propriedades, Plantas e Equipamentos" na página 184 deste Prospecto.

O controle e supervisão do sistema elétrico, o sistema de faturamento da energia consumida e o tele atendimento são centralizados em Caxias do Sul. Para atendimento de serviços emergenciais e comerciais e das atividades de manutenção de distribuição e de transmissão, bem como execução e controle de todas as obras de distribuição que são realizadas no sistema elétrico da RGE, foram criados, a partir do final de 2006, os Departamentos de Serviços de Rede Leste, com sede em Caxias do Sul, e Centro, com sede em Passo Fundo.

Os Departamentos de Serviços de Rede foram estruturados em três divisões, responsáveis pelos serviços de campo, de distribuição e de transmissão, descentralizando a tomada de decisões tornando o atendimento mais ágil.

A estrutura de atendimento descentralizada aproxima a RGE de seus consumidores por meio dos postos de atendimento de cada região e das bases de operação existentes.

As Divisões de Serviços de Rede Leste e Centro são responsáveis pelas Estações Avançadas (ias), em número de 70, onde se localizam as equipes responsáveis pelas intervenções físicas, necessárias à operação do sistema e atendimento de atividades comerciais demandadas pelos consumidores.

O quadro a seguir registra a evolução da rede e principais equipamentos de distribuição da Companhia nos últimos três anos e nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2008 e 2009.

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de			Períodos de três meses encerrados em 31 de março de	
Denominação	**2006**	**2007**	**2008**	**2008**	**2009**
			(Km)		
Rede Primária	42.174	44.033	45.573	44.365	45.872
Rede Secundária	36.850	36.877	36.654	36.898	36.573
			(Quantidade)		
Transformadores (Distribuição)	61.751	66.004	70.841	67.103	71.920
			(MVA)		
Potência Instalada (MVA)	1.902	2.002	2.112	2.029	2.138

A Companhia adquire em média 93,0% da energia necessária para atendimento de sua demanda de energia elétrica por meio de pontos de interligação com as empresas de transmissão. Esse suprimento é efetuado em tensão de 138 kV e, por meio de linhas de transmissão e subestações de seccionamento de propriedade da Companhia, são atendidas as subestações de distribuição, que transformam a tensão de 138 kV para a classe de tensão da Rede Primária. De tais subestações derivam alimentadores que suprem os transformadores instalados nos postes das redes urbana e rural, que reduzem a tensão para o nível da Rede Secundária, onde está ligada a maior parte dos clientes da Companhia.

A energia elétrica vendida é quantificada por meio da instalação de medidores com leituras mensais, cujas informações são processadas e, com base nas mesmas, são emitidas faturas com a aplicação de tarifas, encargos e tributos estabelecidos pelas leis vigentes.

Estratégia

A estratégia da Companhia é aumentar a eficiência das suas operações, buscando a melhoria da prestação do serviço e a manutenção de baixos custos operacionais por meio de investimentos em novos sistemas que monitorem os ativos de forma mais eficiente. A Companhia acredita que tal estratégia auxiliará a minimizar ainda mais as suas perdas comerciais de energia elétrica, a manter baixo o índice de suas perdas técnicas e a manutenção dos altos índices de qualidade de seus serviços, medidos pelo DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e pelo FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor.

Mercado de Atuação

A área de atuação da Companhia, no Estado do Rio Grande do Sul, abrange uma economia baseada principalmente na indústria, turismo, agropecuária e inclui cidades importantes como Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Gravataí e Passo Fundo.

O mapa a seguir indica a área de concessão da Companhia, as áreas coloridas representam as divisões regionais da Companhia.

A área de concessão da RGE é um grande pólo industrial do Estado do Rio Grande do Sul, que contém cerca de 3 mil empresas de médio e grande porte. Os segmentos industriais mais significativos no consumo de energia elétrica na região em que a RGE atua são: alimentares, metal-mecânico, setor de borracha e plástico e veículos e equipamentos que representam, respectivamente, 23,1%, 22,8%, 12,6% e 10,2%.

Entre as maiores indústrias situadas na área de concessão da RGE estão a General Motors, Borrachas Vipal, Pirelli, Marcopolo, Randon, Perdigão, Frangosul, Souza Cruz e Tramontina.

Clientes

O mercado de atuação da Companhia abrange uma área de aproximadamente 90.896 km^2, com uma população de aproximadamente 3.293.862 milhões de habitantes e densidade demográfica de aproximadamente 36,3 habitantes/km^2. Em 31 de março de 2009, a Companhia possuía aproximadamente 1.208 milhões de clientes.

A Companhia atualmente possui uma das maiores taxas de universalização na distribuição de energia elétrica do país, atendendo na sua área de concessão aproximadamente 99,6% da população urbana de sua área de concessão e 98,7% da população rural.

A ANEEL estabelece a seguinte classificação dos consumidores de energia elétrica: (i) residenciais, (ii) industriais, (iii) comerciais, (iv) rurais, (v) poder público, sendo considerados como tais as pessoas jurídicas de direito público que assumam as responsabilidades inerentes à condição de consumidor, independentemente da atividade desenvolvida na unidade consumidora, com exceção das atividades classificáveis como serviço público de irrigação cultural, escola agrotécnica, iluminação pública e serviço público, (vi) iluminação pública, (vii) serviço público, que abrange exclusivamente o consumo de energia elétrica para motores, máquinas e cargas essenciais à operação de serviços públicos de água, esgoto, saneamento e tração elétrica urbana e/ou ferroviária e (viii) consumo próprio.

Em 31 de março de 2009, a venda de energia da Companhia por classe de consumidores encontrava-se distribuída da seguinte forma:

	Período de três meses encerrado em 31 de março de 2009		
Tipo	**No Mês (GWh)**	**Acumulado (GWh)**	**Percentual do Acumulado (GWh) sobre o Total**
Residencial	157	452	26,6
Industrial	201	531	31,3
Comercial	101	280	16,5
Rural	106	296	17,4
Poderes Públicos	11	30	1,8
Iluminação Pública	19	55	3,2
Serviço Público	18	53	3,1
Consumo Próprio	0	1	0,1
TOTAL	613	1.698	100

A classe de consumidores residenciais foi responsável por 26,6% da receita de fornecimento faturado no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009.

Os consumidores residenciais apresentaram crescimento de 4,6% no consumo no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, quando comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007. Este resultado é reflexo do cenário positivo que predominou em 2008 e também devido ao aumento do mercado da classe motivado por um recadastramento de clientes. A classe residencial recebeu novos consumidores por conta de um recadastramento de clientes o que resultou em migração de 12.681 clientes da classe industrial para a residencial. Isso ocorreu para atender uma instrução normativa da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. Esses clientes consumiram nesse período 15.262 MWh o que contribui para o desempenho positivo da classe. Por uma outra ação similar de fiscalização 3.996 clientes da classe rural migraram para a classe residencial.

O segmento de clientes da classe industrial foi responsável por 31,3% da receita de fornecimento faturado no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, destacando-se entre esta categoria de consumidores os ramos de alimentos, borracha e plásticos, minerais não metálicos e metalurgia os quais foram responsáveis por 16,0% da receita de fornecimento faturado da Companhia no referido período. Entre as atividades dos clientes da Companhia, destacam-se o desempenho dos setores de: máquinas e equipamentos, borracha e plástico, imobiliário.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, a classe industrial superou em 2,0% o consumo cativo quando comparado ao exercício do ano anterior. Analisando o desempenho da classe industrial na área de concessão (mercado cativo + mercado livre), verificamos crescimento de 4,6% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, quando comparado ao exercício correspondente no ano de 2007. A Companhia celebra com seus clientes industriais contratos para o fornecimento de energia elétrica com prazos variados. Nos contratos celebrados pela Companhia, é especificada a tensão de fornecimento para a unidade consumidora contratante, sendo aplicada a tarifa cabível, conforme as determinações da ANEEL.

A tabela abaixo indica o número de clientes ativos da Companhia nos anos de 2006, 2007, 2008 e nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2008 e 2009:

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de			Períodos de três meses encerrados em 31 de março de	
Classe de Consumidores	**2008**	**2007**	**2006**	**2009**	**2008**
Número de Consumidores Residenciais	919.716	875.711	847.711	927.977	883.615
Número de Consumidores Industriais	22.216	31.619	29.845	22.653	32.394
Número de Consumidores Comerciais	104.366	100.453	96.754	104.603	100.919
Número de Consumidores Rurais	140.034	140.688	136.680	140.727	141.434
Número de Consumidores Poder Público	10.256	10.149	10.015	10.355	10.174
Número de Consumidores Iluminação Pública	276	272	254	278	272
Número de Consumidores Serviço Público	1.565	1.477	1.415	1.601	1.482
Total	1.198.429	1.160.369	1.122.674	1.208.194	1.170.290

A Companhia atende também, na condição de supridora, a outras cinco pequenas concessionárias de distribuição de energia localizadas em sua área de concessão, quais sejam: Centrais Elétricas Carazinho, que possui 02 pontos de conexão, Departamento Municipal de Energia de Ijuí, Muxfeldt & Marins, Prefeitura Municipal de Putinga e Hidrelétrica Panambi.

Para maiores informações sobre a concorrência enfrentada pela Companhia na distribuição de energia aos Consumidores Livres vide Seção "Concorrência" na página 162 deste Prospecto.

Consumidores Livres

De forma geral, são considerados livres os consumidores com demanda de pelo menos 3 MW atendidos em tensão maior ou igual a 69 KV e novos consumidores com demanda igual ou superior a 3 MW atendidos em qualquer tensão com início de fornecimento a partir de 1995. Em 2008, a Companhia forneceu energia elétrica a 15 consumidores potencialmente livres que podem adquirir energia de qualquer fonte. Esses consumidores representaram aproximadamente 6,0% da receita operacional líquida da Companhia e aproximadamente 7,5% da quantidade total de energia elétrica vendida pela Companhia no ano de 2008. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, a Companhia forneceu energia elétrica a 15 consumidores potencialmente livres que podem adquirir energia de qualquer fonte. Esses consumidores representaram aproximadamente 5,0% da receita operacional líquida da Companhia e aproximadamente 6,2% da quantidade total de energia elétrica vendida pela Companhia no referido período.

Adicionalmente, também são considerados potenciais Consumidores Livres os que possuem demanda igual ou superior a 500 kW atendidos em qualquer tensão, desde que optem pelo consumo de energia a partir de fontes incentivadas (PCHs, biomassa, eólica, etc.). Em 2008, a Companhia forneceu energia elétrica a 362 consumidores com essas características. Esses consumidores representaram aproximadamente 21,2% da energia elétrica vendida e 17,1% da receita líquida da Companhia no ano de 2008. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, a Companhia forneceu energia elétrica a 362 consumidores com demanda igual ou superior a 500 kW, que representaram aproximadamente 14,6% da receita operacional líquida da Companhia e aproximadamente 19,0% da energia elétrica vendida pela Companhia no mesmo período.

Dos 377 potenciais Consumidores Livres existentes em 2008, considerando os que podem optar por qualquer fornecedor e os que têm o direito de adquirir energia de fontes incentivadas, 2 optaram pela migração do mercado regulado ao mercado livre. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, nenhum consumidor atendido pela Companhia optou pela migração ao mercado livre.

Em 31 de março de 2009, a Companhia possuía contratos de fornecimento de energia com 375 potenciais Consumidores Livres, com prazo médio de um ano.

A opção em migrar para o mercado livre é prerrogativa exclusiva dos consumidores. No entanto, ao exercerem esta opção, os clientes ficam obrigados por lei a celebrar contrato de conexão e de uso do sistema de distribuição como pagamento da TUSD para a Companhia.

O cliente que migra ao mercado livre, por meio de fontes competitivas, só pode retornar à condição de regulado novamente depois de transcorridos cinco anos da data de sua opção. O retorno ao mercado regulado em prazo inferior a este período somente pode ocorrer caso a Companhia autorize expressamente. Já o cliente que adquiriu energia de fontes incentivadas, pode retornar à condição de regulado novamente depois de transcorridos 180 dias da data de sua opção.

Atendimento ao Cliente

A Companhia oferece diversos canais de atendimento para seus clientes, entre eles: call center, atendimento WEB e atendimento presencial por meio de agências próprias e rede de credenciados RGE Fácil. Os serviços de Atendimento ao Cliente envolvem uma série de recursos tecnológicos, humanos, financeiros e de informática que visa proporcionar aos clientes um atendimento rápido, ágil e seguro. 75,0% de todo atendimento ocorre no call center por meio de atendimento telefônico gratuito denominado RGE 24 Horas, garantindo assim cobertura integral, 24 horas por dia, 7 dias por semana.
O auto atendimento, por meio do site www.rge-rs.com.br , contempla 19,0% dos atendimentos e por meio deste sistema nossos clientes conseguem obter informações, imprimir segundas vias de contas, solicitar ligações e outros serviços, é o denominado atendimento WEB. O atendimento presencial, por sua vez, é utilizado por 4,0% dos clientes e acontece por meio de 18 postos de atendimento próprios e 68 agentes credenciados RGE Fácil. Além disso, a RGE disponibiliza um canal de relacionamento direto com os órgãos de defesa do consumidor, com a ouvidoria, pioneira no setor elétrico, e com o Conselho de Consumidores, por sua vez, composto por representantes da comunidade em todas as classes de consumo.

As informações geradas e os serviços solicitados nos canais de atendimento são realizados de forma on line e armazenados em um banco de dados que permite reunir todas as informações necessárias para o atendimento, formatação e análise de estatísticas de forma permanente, visando assim à melhoria constante nos processos e no relacionamento com os nossos clientes.

Em 2008, os canais de atendimento disponibilizados pela RGE atenderam 3.940.275 solicitações provenientes de toda área de concessão da Companhia.

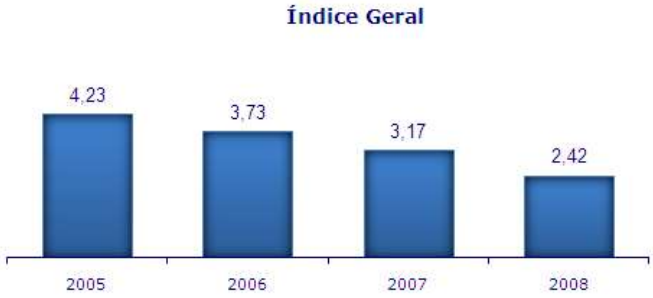
Cobrança e Inadimplência

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, a inadimplência, calculada sobre as contas de energia vencidas há mais de 30 dias, atingiu o índice de 2,4% sobre o faturamento anualizado da Companhia, estando entre os mais baixos do setor elétrico. No mesmo período do ano anterior, o índice foi de 3,2%.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, o índice de inadimplência da RGE foi reduzido para 2,4% da sua receita bruta, representando redução de 23,7% em relação ao exercício anterior. A redução é consequência da continuidade nas negociações com as prefeituras, na assertividade dos cortes (140 mil) e na efetividade das ações de cobrança, que em 2008 vieram acompanhadas da política de negativação dos clientes inadimplentes (SPC e Serasa). A RGE continua intensificando as ações para o combate às perdas comerciais. Entre outras iniciativas, a empresa realizou 134 mil inspeções de unidades consumidoras, o que proporcionou a recuperação de 105 GWh, correspondentes a R$45,4 milhões em receita.

O gráfico abaixo demonstra o índice de inadimplência da Companhia em relação ao faturamento nos últimos três anos.

Índice de Inadimplência - % Faturamento



A tabela a seguir mostra a composição das contas referentes ao fornecimento faturado de energia elétrica da Companhia por categoria de consumidores em 31 de março de 2009:

Classes de Consumidores	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
		(R$ mil)		
Residencial	54.706	23.077	2.991	80.774
Industrial	38.310	11.673	12.393	62.376
Comercial	27.390	7.549	6.085	41.024
Rural	11.086	2.295	322	13.703
Poder Público	8.986	947	1.974	11.907
Iluminação Pública	33.348	957	35.190	69.495
Serviços Públicos	4.831	18	-	4.849
Faturado	**178.657**	**46.516**	**58.955**	**284.128**

A Companhia oferece uma série de facilidades a fim de reduzir o grau de inadimplência de seus clientes, tais como o débito automático em conta corrente e pagamento de conta em agentes arrecadadores conveniados como farmácias, papelarias e lotéricas.

Procedimentos de Cobrança

Em relação aos clientes de Baixa Tensão, a Companhia realiza a gestão da cobrança por meio dos seus canais de atendimento, por meio da Divisão de Recuperação de Créditos. Entre 15 e 30 dias de vencido o débito é negativado nos cadastros restritivos do SPC e SERASA, e após 45 dias a unidade consumidora com débito está passível de corte de fornecimento de energia elétrica, e a partir de 60 dias do vencimento da fatura respectiva, a Companhia efetua a cobrança extrajudicial por meio de empresas de cobrança terceirizadas sob a responsabilidade do seu Departamento Econômico-Financeiro.

Com relação aos clientes corporativos, as cobranças internas e extrajudiciais são realizadas por intermédio de Gerentes de Contas e Célula de Cobrança, e têm início um dia após o respectivo vencimento da conta de energia elétrica. O mesmo procedimento é utilizado para clientes do setor público.

Desde abril de 2006, a Companhia adota o programa de "Diretrizes Financeiras para Parcelamento a Clientes, Crédito e Cobrança" como meio de regulamentar as condições financeiras das negociações de parcelamentos de débitos para clientes inadimplentes, bem como estabelecer critérios para atualização dos débitos e definir as responsabilidades para a análise e aprovação de crédito. O segmento do mercado a ser atendido são clientes do grupo A, grupo B e o Poder Público. O parcelamento de débito somente pode ser concedido (i) depois de esgotadas todas as ações de cobrança (ii) caso seja demonstrada a incapacidade financeira para pagamento em uma única vez e (iii) caso a suspensão do fornecimento não possa ser realizada. No caso de inadimplemento do acordo, será instaurada a cobrança judicial.

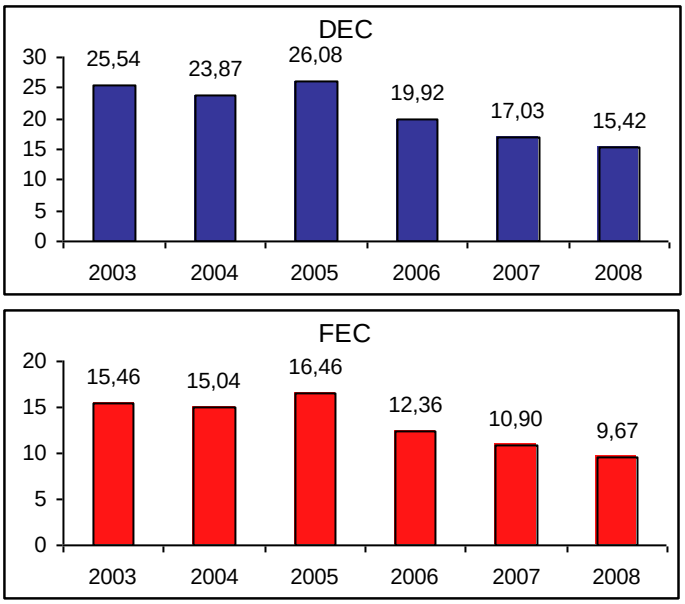
Qualidade dos Serviços Prestados

A ANEEL utiliza-se de dois índices principais para a verificação de qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica, quais sejam: (i) DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e (ii) FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor.

A média nacional do DEC, em 2008, foi 16,6, enquanto a média nacional do FEC foi 11,3.

O gráfico a seguir apresenta a evolução da Companhia, desde 2003, em relação aos dois principais índices utilizados pela ANEEL.

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
DEC	25,5	23,9	26,1	19,9	17,0	15,4
FEC	15,5	15,03	16,5	12,4	10,9	9,7



Em 31 de março de 2009, o FEC da Companhia foi de 8,4, enquanto o DEC atingiu 15,1, excluindo-se os eventos atípicos, provocados pelas empresas supridoras, por tornados e pelo ERAC (Esquema Regional de Alívio de Cargas). Historicamente, as interrupções no serviço de eletricidade são oriundas de condições ambientais, tais como chuvas, descargas atmosféricas, vendavais e queimadas.

Visando a reduzir ainda mais os índices DEC e FEC, a Companhia vem adotando as seguintes medidas: (i) manutenção preventiva na rede elétrica, a fim de evitar a ocorrência de falhas nas redes, (ii) investimentos em automação de subestações e circuitos de Rede Primária, (iii) instalação de equipamentos visando dotar a rede elétrica de maior flexibilidade operativa e (iv) adoção de padrões de redes mais robustas, como a rede compacta, que tem condutores protegidos.

A Companhia busca atuar de acordo com os melhores paradigmas de excelência. Para isso, implantou o Sistema de Gestão Integrado-SGI, que envolve todas as suas atividades, e submete sistematicamente suas práticas de gestão a auditorias internas e externas e a análises críticas. Seus processos de trabalho são certificados de acordo com normas internacionalmente aceitas.

O Programa de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento atende às determinações do Contrato de Concessão, estabelecendo que a concessionária deve destinar 1,0% de sua receita operacional líquida em projetos de incremento à eficiência no uso final de energia elétrica e de pesquisa e desenvolvimento tecnológico do setor elétrico.

A auditoria do BVQI-Bureau Veritas Quality International, realizada em abril de 2006 na Companhia confirmou a manutenção de todas as certificações já conquistadas anteriormente:

- na Gestão da Qualidade, com a ISO 9001:00 para os escopos "Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica" e "Coleta de Informações, Processamento e Apuração dos Indicadores Técnicos e Comerciais da Qualidade do Fornecimento de Energia Elétrica";

- na Gestão Ambiental, com a ISO 14001:04 para o escopo "Convivência da Rede de Distribuição Urbana de Energia Elétrica com o Meio Ambiente";

- na Gestão da Saúde e Segurança, com a OHSAS 18001:99: para o escopo "Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica"; e

- na Gestão de Responsabilidade Social, com a SA 8000:01 para o escopo "Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica".

A Companhia destaca-se pelo diferencial na gestão de seus processos e pela consolidação de um SGI certificado nos quatro padrões normativos internacionais: ISO 9001 e ISO 14001, OHSAS 18001 e SA 8000.

Em 2005, a Fundação Nacional da Qualidade premiou a Companhia com o Prêmio Nacional de Qualidade® - PNQ. O prêmio é destinado a empresas que se destacam na excelência em todos os aspectos de gestão empresarial. Trata-se de um dos principais prêmios mundiais, sendo a Companhia a primeira empresa do setor elétrico a receber tal distinção.

As iniciativas destinadas à melhoria da qualidade dos serviços ocorreram em sintonia com os esforços de valorização do relacionamento com clientes, acionistas, investidores, comunidade e, principalmente, com os colaboradores, permanentemente estimulados a prosseguir em seu processo de crescimento pessoal e profissional.

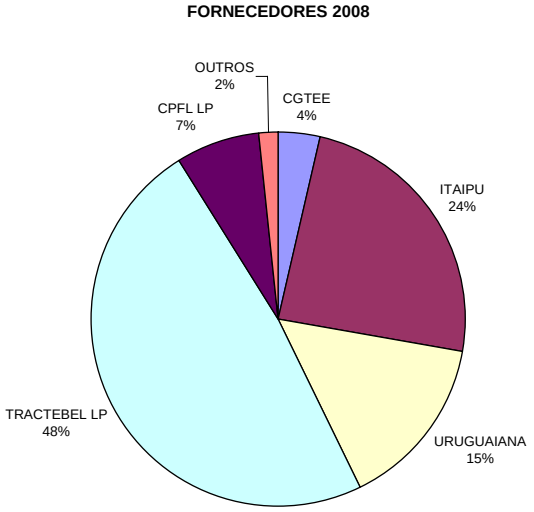
Durante ano de 2006, a Companhia conquistou o prêmio de melhor distribuidora do Brasil, concedido pela Abradee. O prêmio qualificou a Companhia como a melhor nos seguintes quesitos: (i) a responsabilidade social, (ii) a qualidade da gestão, (iii) a melhor avaliação pelo cliente, (iv) a melhor gestão operacional, (v) a maior evolução do desempenho e (vi) melhor gestão econômico-financeira.

Em 2008, a RGE conquistou o Troféu Ouro no Prêmio PGQP 2008, do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade (PGQP), o Prêmio Eletricidade 2008 nas categorias Melhor Desempenho Comercial–Nacional e Melhor Evolução na Região Sul. Também conquistou o segundo lugar no Prêmio Abradee 2008 nas categorias: Avaliação pelo Cliente, Responsabilidade Social e Melhor Distribuidora na Região Sul acima de 400 mil unidades consumidoras.

Fornecedores

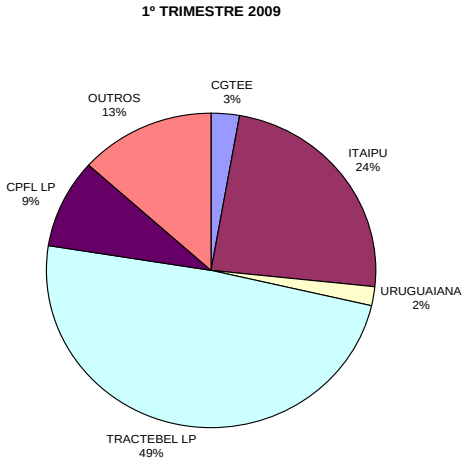
A energia adquirida pela Companhia em 2008 foi suprida por contratos de compra e venda de energia, agrupados da seguinte forma: contrato de Itaipu, Contratos Iniciais (Tractebel, AES Uruguaiana Ltda., Companhia de Geração Térmica de E. E.), CCEARs (firmados com diversos fornecedores) e contratos bilaterais (contratos firmados antes da data de publicação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico) firmados com a CPFL Brasil, a CPFL Centrais Elétricas, entre outros.

A figura abaixo indica a participação de cada um dos fornecedores da Companhia no total da energia adquirida no ano de 2008:



Durante o período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, a energia adquirida pela Companhia foi suprida por contratos de compra e venda de energia, agrupados da seguinte forma: contrato de Itaipu, Contratos Iniciais (Tractebel, AES Uruguaiana Ltda., Companhia de Geração Térmica de E. E.), CCEARs (firmados com diversos fornecedores) e contratos bilaterais (contratos firmados antes da data de publicação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico) firmados com a CPFL Brasil, a CPFL Centrais Elétricas, entre outros.

A figura abaixo indica a participação dos principais fornecedores da Companhia no total de energia adquirida durante o período de três meses encerrado em 31 de março de 2009:



Em relação à energia adquirida por meio dos CCEARs, seus preços são definidos por meio de leilão público com regras pré-determinadas pelo MME, só os preços dos contratos bilaterais são individualmente autorizados pela ANEEL por meio da homologação dos referidos contratos. Os CCEARs e a grande maioria dos contratos bilaterais têm vencimento em três parcelas iguais, pagáveis no prazo de 15, 25 e 35 dias a partir de término do mês de suprimento.

Os CCEARs são reajustados anualmente pelo IPCA e os contratos bilaterais são reajustados anualmente pelo IGP-M ambos na data de reajuste da tarifa da Companhia a seus consumidores finais.

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, o volume financeiro de energia comprada pela Companhia foi equivalente a R$ 239.772 milhões, sendo pago o preço médio de R$ 131,1/MWh.

O quadro a seguir mostra o volume de energia adquirido pela Companhia nos períodos anos de 2006, 2007 e 2008 e nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2008 e 2009:

	GWh				
	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de			Períodos de três meses encerrados em 31 de março de	
	2006	**2007**	**2008**	**2008**	**2009**
ITAIPU	1.496	1.499	2.009	498	488
CGTEE	452	377	302	75	56
URUGUAIANA	1.243	1.244	1.243	323	128
TRACTEBEL	3.511	4.248	4.033	987	1.002
CPFL BRASIL	1.069	511	587	204	188
PROINFA	31	79	125	0	0
OUTROS	15	24	21	23	209
TOTAL	**7.815**	**7.982**	**8320**	**2110**	**2071**

Investimentos e Desinvestimentos Realizados

A Companhia tem como política realizar investimentos destinados à adequação de sua infra-estrutura às necessidades de seus clientes, mantendo os níveis de qualidade do serviço prestado. Em 2008, o total de investimentos realizados foi de R$226,0 milhões, dos quais R$119,0 milhões foram destinados para a expansão do sistema elétrico, a fim de atender o crescimento do mercado, significando a ligação de 43.427 novos clientes; e R$107,0 milhões destinados à manutenção e melhoramento do sistema elétrico, infra-estrutura operacional, sistemas de suporte à gestão e operação e para programas de pesquisa e desenvolvimento. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, o volume total de investimentos foi de aproximadamente R$38 milhões.

Dentre os investimentos realizados, destacam-se os empreendimentos de redes de distribuição de energia elétrica, que englobam as obras de construção e recondutoramento de Redes Primárias e Redes Secundárias que visam a garantir a distribuição da energia transformada nas subestações para atender os clientes em média e baixa tensão. A modernização do sistema envolve a automatização das redes elétricas de distribuição, visando a agilizar o restabelecimento da energia em caso de interrupções, a transferência de cargas para continuidade do fornecimento de energia nas situações de obras programadas e a manutenção dos índices de qualidade do fornecimento de energia elétrica.

Adicionalmente, foram realizados investimentos em empreendimentos que suportam a expansão do sistema elétrico, entre os quais merecem destaque projetos de infra-estrutura operacional; a aquisição de veículos operacionais necessários à realização de obras e todas as demais atividades realizadas em campo nas redes elétricas; a expansão e modernização das instalações prediais da Companhia e a atualização de programas de informática, tendo como objetivo a agilidade, confiabilidade e modernização da gestão dos processos inerentes à atividade de distribuição de energia elétrica.

A Companhia acredita que a aquisição de veículos operacionais melhoram as condições de atendimento das demandas das áreas operacionais da distribuição e que, as benfeitorias nas instalações prediais reforçam a identidade visual, além de promover a satisfação do cliente interno e externo, contribuindo para o desenvolvimento e o bem-estar da sociedade.

A Companhia não realizou qualquer desinvestimento relevante nos últimos três anos.

Tarifas

Com base no nível de tensão no qual a energia elétrica é fornecida, a Companhia classifica seus consumidores em dois grupos distintos: consumidores do Grupo A e consumidores do Grupo B. Cada consumidor se enquadra em certo nível tarifário definido por lei e com base no seu nível de tensão. Descontos com base no horário e no período de utilização estão disponíveis no Grupo A e com base no volume para o Grupo B.

As tarifas que a Companhia cobra pela venda de energia elétrica a consumidores finais são determinadas de acordo com seu Contrato de Concessão e regras estabelecidas pela ANEEL. O Contrato de Concessão e a regulamentação estabelecem um mecanismo tarifário de preços máximos que prevê reajustes anuais, periódicos e extraordinários. Para uma explanação do regime regulatório aplicável às tarifas da Companhia e respectivos reajustes, vide "Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro – Tarifas de Fornecimento" na página 137 deste Prospecto.

Os consumidores do Grupo A pagam tarifas menores, decrescendo de A4 até A1, pois consomem energia elétrica em níveis de tensão mais altos, evitando, assim, os custos do rebaixamento da tensão elétrica necessário para o atendimento aos consumidores do Grupo B refletidos na TUSD. Os consumidores do Grupo A são aqueles que com maior probabilidade se qualificarão como Consumidores Livres, nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

Os consumidores do Grupo A recebem energia elétrica em tensões a 2,3kV ou a tensões superiores. As tarifas dos consumidores do Grupo A tomam por base o nível de tensão de fornecimento da energia elétrica e a época do ano e horário do dia em que a energia elétrica é fornecida, embora consumidores possam optar por uma tarifa diferenciada em períodos de pico. As tarifas aplicáveis aos consumidores do Grupo A contêm dois componentes: cobrança pela demanda de potência e cobrança pelo consumo de energia. A cobrança pela demanda de potência, expressa em reais por KW, tem por base (1) a potência firme contratada e (2) o consumo de energia, expresso em reais por MWh, tem por base o valor efetivamente consumido.

Os consumidores do Grupo B pagam tarifas maiores, fazendo frente aos custos totais em todos os subsistemas pelos quais a energia elétrica passa para chegar até eles. Há tarifas diferenciadas no Grupo B por tipos de consumidor (tais como residencial, comercial, rural e industrial).

Os consumidores do Grupo B recebem energia a tensão inferior a 2,3 kV (220V e 127V). As tarifas para os consumidores do Grupo B consistem exclusivamente na cobrança pelo consumo de energia e tomam por base a classificação do consumidor (residencial, rural, industrial, poder público, etc.).

As tabelas a seguir apresentam informações sobre as tarifas de varejo e receitas líquidas nos períodos indicados.

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de							
	2007				**2008**			
	Tarifa Média (R$ /MWh*)	**Volume (GWh**)**	**Receita Líquida (R$ milhares*)**	**Consumidores Ativos*****	**Tarifa Média (R$ /MWh*)**	**Volume (GWh**)**	**Receita Líquida (R$ milhares*)**	**Consumidores Ativos*****
Grupo A:								
A1 = ou maior 230 kV	195,36	172	33.590,27	2	191,51	174	33.232,75	2
A2 - 138kV	197,97	6	1.248,26	4	0	0	0	0
A3a – 44 kV	271,12	1	160,65	4	287,3	0,35	100,23	6
A3 - 69kV	174,92	322	56.237,63	22	183,82	280	51.557,13	28
A4 - 13,8 a 22kV	225,59	3226	727.786,05	4912	211,7	3459	732.356,17	5006
Total Grupo A	1064,96	3727	819.022,86	4944	874,33	3913,35	817.246,28	5042
Grupo B:								
B1 – Residencial	310,3	1612	500.138,10	872,174	328,54	1.686	553.765,18	915.381
B2 – Rural	227,38	431	97.949,42	140,241	240,39	450	108.079,82	139.439
B3 – Outros	331,63	897	297.331,84	138.203	351,1	928	325.763,48	132.691
B4 – Iluminação Pública	169,53	220	37.304,66	254	179,44	222	39.763,48	273
Total Grupo B	1038,84	3.160	932.724,02	139.469	1099,47	3.286	1.027.371,96	1.187.784
Total	2103,8	6.887	1.751.746,88	144.413	1973,8	7.199	1.844.618,24	1.192.826

* Exclui ICMS, RTE, CVA e Efeitos Financeiros e a partir de julho de 2005 exclui PIS/COFINS.

** Exclui energia especial.

*** Refere-se a Consumidores Faturados.

	Período de três meses encerrado em 31 de março de							
	2008				2009			
	Tarifa Média (R$ /MWh*)	Volume (GWh**)	Receita Líquida (R$ milhares*)	Consumidores Ativos***	Tarifa Média (R$ /MWh*)	Volume (GWh*)	Receita Líquida (R$ milhares*)	Consumidores Ativos***
Grupo A:								
A1 = ou maior 230 kV	185,93	45	8.404,11	2	182,17	35	6.412,53	2
A2 - 138kV	0	0	0	0	0	0	0	0
A3a 44 kV	242,51	0	21,83	1	0	0	18,6	1
A3 - 69kV	172,78	73	12.624,79	23	186.71	66	12.233,78	23
A4 - 13,8 a 22kV	214,04	863	184.572,77	4.940	213,57	822	175.622,04	5056
Total Grupo A	815,26	981	205.623,50	4966	395,74	923	194.286,95	5082
Grupo B:								
B1 – Residencial	310,53	416	129.284,32	878.751	337,93	452	152.702,79	922.729
B2 – Rural	228,03	123	28.064,00	140.815	247,92	125	30.895,16	140.144
B3 – Outros	332,3	236	78.420,47	139.581	360,87	239	86.163,42	133.462
B4 – Iluminação Pública	169,64	55	9365,77	273	184,24	55	10.220,97	279
Total Grupo B	1040,5	830	245.134,56	1.159.420	1130,96	871	279.982,34	1.196.614
Total	1855,76	1.811	450.758,06	1.164.386	1526,7	1.794	474.269,29	1.201.696

* Exclui ICMS, RTE, CVA e Efeitos Financeiros e a partir de julho de 2005 exclui PIS/COFINS.

** Exclui energia especial.

*** Refere-se a Consumidores Faturados.

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória n.º 801, de 07 de abril de 2009, homologou em caráter definitivo a segunda Revisão Tarifária com o resultado final de 2,3%, sendo -8,1% referente ao reposicionamento tarifário e 10,4% referente aos componentes financeiros. Em abril de 2009, a ANEEL homologou, também, o reajuste tarifário anual de 2009, por meio da Resolução n.º 810, de 14 de abril de 2009, onde as tarifas foram reajustadas em 18,9%, sendo 10,4% relativos ao reajuste tarifário anual e 8,5% relativos aos componentes financeiros, com vigência a partir de 19 de abril de 2009.

Concorrência

A RGE detém concessão para distribuir energia elétrica em 254 dos 496 municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Nos termos da regulamentação em vigor, a Companhia detém exclusividade para a distribuição de energia elétrica aos consumidores de pequeno e médio porte (consumidores cativos) dentro de sua área de concessão. Tal benefício, contudo, não lhe é assegurado em relação aos Consumidores Livres, que têm a liberdade de

escolher outro fornecedor de energia. Adicionalmente, esses Consumidores Livres têm a opção de obter o seu fornecimento de energia elétrica pela Companhia via autoprodução ou co-geração.
No entanto, embora a Companhia ainda não enfrente concorrência relevante em sua área de concessão, outros fornecedores de energia elétrica podem competir com a RGE na oferta a certos consumidores qualificados como Consumidores Livres. De forma geral, de acordo com a legislação do setor elétrico, o Consumidor Livre continuará sendo aquele com carga igual ou superior a 3 MW e atendido em tensão igual ou superior a 69 kV, caso sua ligação tenha ocorrida antes de 08 de julho de 1995, ou atendido em qualquer tensão se a ligação for após 08 de julho de 1995 e tenha no mínimo 3 MW. Esse consumidor poderá optar entre: (a) continuar sendo atendido pelo distribuidor local; (b) comprar energia elétrica diretamente de geradora, produtor independente ou de autoprodutores com excedentes, ou (c) comprar energia elétrica por meio de um comercializador.

Até 31 de março de 2009, a RGE distribuiu energia a 18 Consumidores Livres e 37 consumidores que adquiriram livremente de fontes alternativas, que representaram aproximadamente 11,0% da quantidade total de energia elétrica distribuída nesse período. Em termos de faturamento, a migração para o mercado livre não causa impacto sobre a margem de contribuição da Empresa, pois esses consumidores pagam pelo uso da rede elétrica (TUSD). Mesmo que parte da receita deixe de ser faturada, a Distribuidora tem seus custos com energia reduzidos na proporção da energia desses consumidores.

Adicionalmente, consumidores com demanda contratada igual ou superior a 500 kW podem adquirir energia de fontes renováveis, como PCHs, biomassa e eólica. No ano de 2008, a Companhia forneceu energia elétrica a 311 consumidores com esse perfil de carga, representando aproximadamente 19,9% da energia elétrica distribuída.

A fim de se preparar para enfrentar eventuais concorrentes, a Companhia busca ampliar sua comunicação com o cliente desenvolvendo mecanismos de atendimento e fidelização dos clientes já existentes.

A Companhia acredita que suas principais vantagens competitivas são: (i) os seus elevados índices de qualidade na distribuição de energia elétrica, os quais apresentaram melhora em relação aos índices observados antes da cisão da Companhia do seu grupo controlador anterior e (ii) seu vínculo histórico com o desenvolvimento industrial e político das comunidades onde atua.

Ainda, embora de acordo com a legislação brasileira as empresas de distribuição e transmissão de energia elétrica estejam obrigadas a permitir que terceiros utilizem suas linhas e instalações para a transmissão e a distribuição de eletricidade, os Consumidores Livres estão sujeitos ao pagamento de tarifas fixadas pelo Governo Federal pelo uso dos sistemas de distribuição e transmissão de energia. Assim, a Companhia mantém o recebimento de receita dos consumidores, mesmo que eles tenham optado por serem Consumidores Livres, a título de remuneração dos seus ativos de distribuição.

Gerenciamento de Perdas de Energia

As perdas de energia da Companhia decorrem de diversos fatores, quais sejam: (i) transmissão, distribuição e transformação da energia elétrica (as chamadas perdas técnicas) e (ii) medições defeituosas, fraudes, furtos de energia e causas semelhantes (denominadas perdas comerciais).

As principais causas das perdas técnicas são aquecimentos dos condutores e conexões, transformações de níveis de tensão, fugas em isoladores, equipamentos reguladores, capacitores e medidores de energia. As perdas comerciais são causadas por medições defeituosas, fraudes, furtos de energia e causas semelhantes.

A Companhia também destaca equipes técnicas qualificadas para realizar inspeções, incrementar o monitoramento do consumo irregular e aumentar as reposições de equipamentos de medição obsoletos, bem como desenvolve um programa computacional para analisar e descobrir fraudes.

Para diminuir suas perdas técnicas, a Companhia investiu R$ 246 milhões em obras de ampliação e melhorias do sistema elétrico nos últimos três exercícios sociais.

A tabela abaixo indica a evolução dos índices de perdas nos últimos três exercícios sociais e nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2008 e 2009:

	Período de Três Meses Encerrado em 31 de Março de		**Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de**		
	2008	**2009**	**2006**	**2007**	**2008**
Companhia					
Perdas técnicas	8,9%	8,6%	8,6%	8,9%	8,6%
Perdas comerciais.....	1,8%	1,8%	2,9%	2,1%	1,8%
Total de perdas de energia elétrica	10,7%	10,3%	11,6%	11,0%	10,4%

Os valores referentes às perdas técnicas não apresentam grandes variações, pois dependem da mudança significativa da topologia ou do carregamento das redes elétricas. Por essa razão, as perdas técnicas têm variado na mesma proporção da energia requerida.

Tecnologia e Informática

Os principais sistemas disponíveis na Companhia são:

- SAP R/3: relaciona os principais processos da organização de forma estruturada, integrada e sistematizada, visando melhoria e modernidade na gestão empresarial, suportado por meio dos seguintes módulos:

    - FI – Gestão Financeira, Contabilidade e Ativos;
    - CO - Custos e Orçamentos;
    - MM – Gestão de Materiais;
    - PM – Gestão da Manutenção, Execução de Obras e Serviços;
    - PS – Gestão de Projetos;
    - HR – Gestão de Pessoal;
    - SD – Gestão de Vendas;
    - QM – Gestão da Qualidade de Materiais;
    - FM – Gestão de Fundos;
    - CFM – Gerenciamento Financeiro;
    - IM – Gestão de Investimentos; e
    - WF – *Workflow*.

- BW – Business Information Warehouse: extrai dados do processo de toda a empresa de acordo com os critérios dirigidos aos negócios e converte informações significativas para o planejamento, controle e tomada de decisão;
- CRM – Gestão de Relacionamento com o Cliente: opera de forma integrada com os demais sistemas, visando identificar, diferenciar, interagir e personalizar o relacionamento com os clientes do grupo A Comercial e Poder Público;
- E-Procurement – Sistema de Compras: visa integrar a área de suprimentos e fornecedores mediante uso intensivo da Internet, com o objetivo de otimizar processos e custos, criando valor na cadeia de suprimentos;
- SICON (B/F/FH) - Sistema de Informações de Consumidores: executa todos os processos comerciais da empresa, desde o cadastramento, faturamento, arrecadação e informações gerenciais;
- Sistema de Indicadores Comerciais: demonstra os indicadores relacionados ao atendimento ao cliente;
- Unificação/Modernização do CAll Center: agilidade no atendimento, unificação dos sistemas e banco de dados, no processo de atendimento;
- GRADE - Sistema Gerência de Rede: gerenciar a rede e equipamento de distribuição;
- SAIGON - Sistema de Índices Gerenciais de Ocorrências: gerenciar os indicadores técnicos: DEC, FEC, DIC, FIC, TMA, FMA, T90;
- SAT/S - Sistema de Solicitação de Atendimento Técnico de Serviços: emissão e gerenciamento das ordens de serviços dos consumidores do grupo B;
- SAT/R - Sistema de Solicitação de Atendimento Técnico da Rede: envia solicitações para análise e/ou execuções dos serviços;
- GOD – Gerência de Ocorrências da Rede de Distribuição: demonstra as ocorrências da rede de distribuição;
- OS – Gerência de Ocorrência da Subtransmissão: gerencia ocorrências da subtransmissão;
- RHEvolution - Sistema de Folha de Pagamento: processa a folha de pagamento da Companhia; e
- GED – Gerenciamento Eletrônico de Documentos: sistema/tecnologia que permite a conversão e processamento de documentos em papel para a informação eletrônica digital. Disponível para consulta a todos os colaboradores por meio da Intranet.

Meio Ambiente

As atividades da RGE possuem diversas relações com o meio ambiente, pois o Sistema Elétrico da empresa está distribuído nos mais diversos ambientes, ocasionando e recebendo influências junto ao meio, sendo exemplos a ocupação de espaços por redes distribuição e a necessidade de gastos com execução de podas.

Os impactos ambientais das atividades da RGE são diversificados, abrangendo temas como a geração de resíduos, consumo de recursos naturais e alteração de ambientes. Neste contexto a dimensão ambiental é muito importante para a empresa, pois existe a necessidade de cumprimento de legislações relacionadas a seus impactos, além disso, constitui-se em aspecto importante para o bom relacionamento com os clientes. Também é relevante o fato de que a RGE reconhece que o cuidado efetivo com meio ambiente possibilita melhores resultados, pois possibilita economia de recursos pela redução de desperdícios, e menor risco de perdas decorrentes de conflitos.

Para o tratamento adequado da dimensão ambiental, no ano de 2002 a RGE criou seu Sistema de Gestão Ambiental, por meio do qual está organizada para o controle e a minimização de seus impactos ambientais. Este Sistema estabelece diretrizes ambientais que são cumpridas nos projetos de novas instalações e em sua manutenção, tais como critérios para minimização de impactos ambientais na definição de traçados de novas redes de distribuição de energia.

No ano de 2008 ocorreram importantes avanços no Sistema de Gestão Ambiental da RGE, pois foi mantida certificação para o sistema de redes de distribuição de energia, além disso, foi obtida a expansão no escopo de subtransmissão de energia, passando a RGE a contar com a certificação de 16 Subestações e 14 Linhas de Transmissão.

O Sistema de Gestão Ambiental é muito importante para a RGE, pois possibilita que os valores ambientais se consolidem cada vez mais em sua cultura, resultando em um processo de melhoria contínua em seu desempenho ambiental. Em 2008, a RGE investiu R$1,6 milhão em ações relacionadas ao meio ambiente, sendo que informações adicionais podem ser encontradas no site: http://www.rge-rs.com.br/gestao_ambiental/.

Para a preservação e recuperação de ambientes as principais ações da RGE são referentes a projetos de arborização urbana e de recuperação de matas ciliares. Nos projetos de arborização já foram plantadas 1.420 árvores, sendo os mesmos executados com alto padrão de qualidade, possibilitando excelentes resultados e grande valorização pelas comunidades beneficiadas. Nos projetos de recuperação de matas ciliares, por meio de parcerias com organizações da Companhia, desde 2006 a RGE já auxiliou na recuperação de 3.124.000 m² de áreas situadas em margens de rios. No ano de 2008 a RGE auxiliou projetos que abrangeram área de 924.000 m².

Em relação ao controle de impactos relacionados à geração de resíduos, o principal projeto da RGE é chamado de Logística Reversa e trata do recolhimento e destinação de resíduos sólidos provenientes dos trabalhos de manutenção do Sistema Elétrico da empresa. No ano de 2008 foram gerenciadas 774.285 toneladas de resíduos.

Quanto a efluentes líquidos, a RGE gera apenas efluentes de sanitários e aqueles resultantes de limpezas das instalações e equipamentos, sendo os mesmos de baixo impacto ambiental e tratados por meio de sistemas convencionais, constituídos por fossas sépticas, filtros anaeróbios e sumidouros.

Entre as ações para minimização de impactos da RGE, merece destaque o Programa de prevenção contra vazamentos de óleos, por meio do qual tem sido melhoradas as instalações da RGE onde há armazenamento de transformadores de distribuição. Nas obras são construídos pisos de concreto impermeáveis, sobre os quais ficam os transformadores. Os pisos são acoplados a tanques separadores de água e óleo, que retêm eventuais vazamentos de óleo e liberam a água das chuvas. Em 2008 foram executadas obras em doze locais de armazenamento, com um custo de R$0,3 milhão. Nas subestações também tem sido construídos sistemas preventivos, que são constituídos por caixas especiais de concreto, que retêm óleo na eventual ocorrência de vazamentos acidentais. Em 2008 foram realizadas obras em três subestações, com investimento de R$0,1 milhão.

Apesar dos esforços da RGE em relação à temática ambiental, ainda assim existem riscos de erros no cumprimento dos procedimentos estabelecidos pela empresa. O histórico das situações de infrações ambientais enfrentadas pela RGE é apresentado no quadro que segue abaixo, sendo importante destacar que estavam relacionadas a impactos pouco significativos no ambiente, e todas foram analisadas com vistas a identificação e implementação de melhorias no processo de gestão ambiental.

Ano	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Número de infrações	3	1	4	5	2	1	0	0	2	2	0

Responsabilidade Social

Além de estimular continuamente seus colaboradores a se conscientizarem sobre responsabilidade social, o Grupo CPFL está engajado na formulação de políticas que buscam melhorar as condições sociais, ambientais e econômicas do país.

Rede Parceria Social

A Rede Parceria Social, promovida pela Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, é um programa que reúne as principais empresas do Rio Grande do Sul no apoio a projetos de assistência social.

Em 2008, a RGE foi responsável por uma carteira de 22 entidades que atuam em atividades de adoção e apadrinhamento de crianças e adolescentes em situação de risco social.

RGE e Você, Amigos das Crianças

O RGE e Você, Amigos das Crianças arrecada doações, por meio de contas de energia elétrica dos clientes da Companhia, destinando-as para programas da Unicef.

Em 2008, as doações contribuíram para a manutenção de programas como:

- Universalização dos Direitos da Infância
- Formação de Radialistas sobre o Tema Infância e Adolescência
- Primeira Infância Melhor
- Kit Família Brasileira Fortalecida

Conta em Braile

A Conta em Braile é um serviço gratuito, pioneiro no setor elétrico do Rio Grande do Sul, que oferece aos clientes portadores de deficiência visual a opção de receber um extrato de sua conta de energia elétrica na linguagem braile.

Em 2008, foram emitidas 180 faturas de energia em braile.

RodaCine

O projeto Rodacine consiste no deslocamento de uma unidade móvel equipada com projetor, tela e sistema de som para os municípios gaúchos que, preferencialmente, não possuem sala de cinema.

O RodaCine é uma iniciativa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria Estadual da Cultura e do IECINE (Instituto Estadual de Cinema), realizada pela FUNDACINE (Fundação de Cinema RS).

A RGE iniciou o patrocínio do projeto em 2003 por meio da Lei de Incentivo a Cultura (LIC) do Rio Grande do Sul. Desde 2001, o público acumulado supera 372 mil pessoas em 360 municípios do Rio Grande do Sul.

Promoção da Cultura e das Tradições Gaúchas

O programa de Promoção da Cultura e das Tradições Gaúchas visa apoiar a realização de grandes projetos culturais em diversos municípios da área de concessão da RGE.

Esses eventos têm a função de movimentar a economia local, bem como estimular o desenvolvimento da cultura e do turismo.

Em 2008, foram apoiados os seguintes eventos: a Festa da Uva, em Caxias do Sul, Natal Luz, em Gramado e Sonho de Natal, em Canela.

As demais atividades atinentes às políticas de Responsabilidade Social da Companhia estão concentradas na *holding* CPFL Energia. Para mais informações acerca do assunto, ver item "Responsabilidade Social" da Seção "Informações Relativas à Garantidora" na página 244 deste Prospecto.

Recursos Humanos

A política de recursos humanos da Companhia busca atrair, reter e desenvolver profissionais qualificados, estimulando seu desenvolvimento pessoal por meio de programas de treinamento, desenvolvimento e reconhecimento profissional. Assim, a Companhia busca manter um quadro de colaboradores alinhados com seus valores e estratégias de negócio, visando seu crescimento contínuo.

Os empregados possuem vínculo empregatício pelo regime da CLT e os estagiários e aprendizes são contratados nos termos legais.

Em 31 de dezembro de 2006, a Companhia possuía 1.399 empregados, passando para 1.490 em 2007 e encerrou o exercício de 2008 com 1.466 empregados. O tempo médio de atividade de cada profissional na empresa é de 7 anos e a idade média do quadro é de 33 anos.

A tabela a seguir apresenta o número de empregados, bem como a classificação dos empregados segundo a categoria de atividade, nas datas indicadas, em cada uma das áreas de atuação nos períodos indicados:

Áreas de Atuação	Em 31 de dezembro de			Em 31 de março de
	2006	2007	2008	2009
Distribuição	1.205	1.311	1294	1258
Comercialização	7	8	7	7
Administração	187	171	165	169
Total	**1.399**	**1.490**	**1.466**	**1.434**

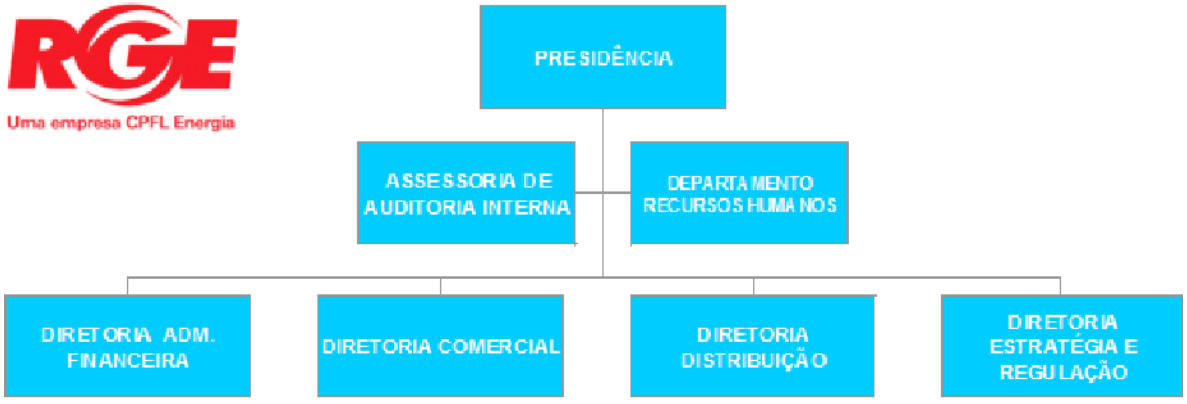
A rotatividade de pessoal para o período de três meses encerrado em 31 de março de 2009 apresentou um índice de 1,2%, sendo que a média histórica dos últimos três exercícios sociais foi de 8,6%. Em 2008, esse índice foi de 15,1%.

A baixa rotatividade do período de três meses encerrado em 31 de março de 2009 foi decorrência do bloqueio de vagas ocorrido na Companhia desde janeiro de 2009 pelo Plano de Austeridade. O índice de rotatividade de 2008 foi decorrência da mudança de Porto Alegre para Caxias do Sul.

Em 31 de março de 2009, a Companhia apresentava 1.435 processos justiça do trabalho. O valor somado dos processos trabalhistas com possibilidade de perda possível e provável, segundo avaliação da Companhia e de seus consultores jurídicos, em 31 de março de 2009, era de aproximadamente R$31milhões, dos quais R$15 milhões foram provisionados pela Companhia. Para mais informações acerca das contingências trabalhistas relevantes da Companhia, vide Seção "Pendências Judiciais e Administrativas – Processos Trabalhistas" na página 207 deste Prospecto.

Estrutura organizacional interna

Em 31 de março de 2009, a Companhia possuía a seguinte estrutura organizacional interna:



Treinamento e Desenvolvimento

Em 2008, a RGE investiu na capacitação e aprimoramento profissionais dos seus colaboradores, por meio de cursos técnicos, seminários, *workshops* e atividades de especialização. Ao todo foram 80.678 horas de treinamento e 8.528 participações, o que representou uma média 54,47 HHT (homem-hora treinamento).

Em 2008, o principal destaque foi o lançamento da Universidade Corporativa CPFL, um importante passo em direção ao alinhamento dos programas de desenvolvimento de recursos humanos à gestão do conhecimento e à consolidação de cultura organizacional sólida, orientada pelos critérios de excelência empresarial, de eficiência operacional e da criação de valor para os públicos de relacionamento da Companhia. A Universidade Corporativa permitirá maior acesso dos colaboradores ao desenvolvimento de suas competências essenciais ao aprimoramento dos serviços oferecidos.

Além disso, ao longo dos últimos anos a Companhia implantou uma série de programas de treinamento e desenvolvimento, entre os quais se destacam:

- CPFL Padrão: é um programa de padronização (Operacional e de Segurança) de procedimentos e ferramental para o trabalho dos eletricistas.
- Corrente Contínua: é um programa de desenvolvimento das lideranças que visa fortalecer as competências fundamentais de gestão de pessoas.
- E-learning: com foco no auto-desenvolvimento, são disponibilizados cursos, por meio da metodologia de educação à distância, utilizando-se da Intranet e da Internet.

A Companhia aplica a todos os colaboradores, anualmente, sistema de avaliação do desempenho em 360 graus, baseado nas competências organizacionais requeridas, como ferramenta de gestão da performance na busca permanente da excelência operacional e qualidade dos serviços.

Os resultados das ações de segurança do trabalho estão refletidos na queda na taxa de frequência de acidentes de trabalho que resultam em afastamento, que, em 2006 foi de 1,6, em 2007 de 3,5, e em 2008 foi de 1,5. Outras relevantes iniciativas neste campo foram:

- Processo de Observação de Tarefas das atividades de campo;
- Palestras de Segurança Comportamental;
- Programas "Segurança sempre com Você";
- Premiações: "Sinal Verde de Segurança"; e
- Revisão procedimentos.

A Companhia vem investindo em ações de promoção à saúde, tais como: exames médicos periódicos, *fitness center*, oficinas de esportes, campanhas de prevenção de doenças e vacinação, ginástica laboral. Os resultados foram significativos no quadro de saúde geral dos funcionários, em especial na redução do sedentarismo e distúrbios osteomusculares.

Empregados e Sindicatos

Os colaboradores da Companhia são afiliados ao SENERGISUL – Sindicato dos Eletricitários do Rio Grande do Sul, com o qual são negociados acordos coletivos:

A Companhia acredita manter um bom relacionamento com o referido sindicato, não tendo sido registrado até o momento qualquer movimento de greve.

Benefícios e Remuneração

Os benefícios oferecidos pela Companhia aos seus colaboradores incluem assistência médica e odontológica (extensivos a dependentes), vale-refeição, vale-alimentação, auxílio-creche, gratificação de férias, Programa de Participação nos Lucros e programas de treinamento.

Em sintonia com as melhores práticas de mercado, por meio da aplicação da metodologia Hay, a Companhia tem uma estrutura de cargos e salários moderna que garante consistência e competitividade. Em conformidade com a legislação brasileira e a sua política de remuneração, a Companhia tem um programa anual de participação nos resultados com metas corporativas, departamentais e individuais, devidamente negociado com o sindicato, para todos os colaboradores, exceto gerentes. As metas a serem atingidas são totalmente alinhadas aos objetivos organizacionais.

Os salários e benefícios de todos os empregados da Companhia são determinados por meio do acordo coletivo celebrado entre a Companhia, seus empregados e o respectivo sindicato representativo. Dessa forma, todos os empregados da Companhia se beneficiam dos termos do acordo coletivo.

O programa de participação nos resultados da Companhia negociado com o sindicato confere aos empregados, conforme atingimento de metas, o pagamento de valor equivalente a qualquer quantia entre 01 e 02 salários nominais.

Plano de Opção de Compra de Ações

Na data deste Prospecto, não havia qualquer plano de opções de compra de ações para os funcionários da Companhia ou intenção de fazê-lo pela Companhia.

Na data deste Prospecto, nenhum plano de opções de compra de ações havia sido aprovado pelos acionistas da Companhia e não há previsão para que um plano seja submetido para aprovação.

Contratos Relevantes

Contratos Relevantes Financeiros

(i) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Em 13 de junho de 2008, a RGE celebrou com o BNDES Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse n.º 10/478.158-9, por meio do qual o BNDES abriu um crédito no valor de R$ 258.418.000,00 (duzentos e cinquenta e oito milhões e quatrocentos e dezoito mil reais) a ser utilizado para implementação do plano de investimentos da Companhia para o período compreendido entre setembro de 2007 e dezembro 2009.

O crédito concedido pelo BNDES foi divido em dois subcréditos:

- um subcrédito no valor de R$ 216.131.000,00, (duzentos e dezesseis milhões e cento e trinta e um mil reais) destinado à implementação dos investimentos cuja utilização não necessita de apresentação prévia de licença ambiental, distribuído entre os agentes financeiros da operação, a saber, o Unibanco, o Itaú BBA e a CAIXA; e

- um subcrédito no valor de R$ 42.287.000,00, (quarenta e dois milhões e duzentos e oitenta e sete mil reais) destinado à implementação dos investimentos que necessitam de prévia apresentação de licença ambiental, distribuído entre os agentes financeiros acima referidos.

A taxa de juros incidente sobre o crédito varia de acordo com o agente financeiro envolvido. A taxa cobrada pelo Unibanco e pelo Itaú BBA é de 3,4%, enquanto que a taxa cobrada pela CAIXA é de 3,3%, ambas acima da TJLP. A amortização ocorrerá em 60 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2010 e a última em 15 de dezembro de 2014.

Em garantia, a Companhia vinculou a receita proveniente da prestação de serviços de energia elétrica ou de outros recursos que, com idêntica finalidade vierem a substituí-la, equivalente a, no mínimo, 1,3 (um inteiro e três décimos) vezes o valor correspondente ao serviço da dívida. Ressalte-se também que a CPFL Energia prestou fiança em favor da Companhia.

O saldo das obrigações em 31 de março de 2009 era de R$ 120.107.935,46.

Em 28 de agosto de 2006, a Companhia celebrou com o BNDES Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse n.º 10/401.425-4, por meio do qual o BNDES abriu um crédito no valor de R$ 110.449.302,00 (cento e dez milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil e trezentos e dois reais), destinado ao investimento em expansão e modernização do sistema elétrico da RGE, englobando obras de construção e modernização de linhas de transmissão e distribuição, subestações, compra de software e hardware e projetos de pesquisa e desenvolvimento. Como garantia do financiamento, a RGE (i) vinculou parcela da receita proveniente da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica, ou de outros recursos que, com idêntica finalidade vierem a substituí-la, no percentual mínimo correspondente a (a) 1,3 (um inteiro e três décimos) do valor da próxima prestação trimestral de juros, para o período compreendido entre 15/09/2006 e 14/12/2007, e (b) 1,3 (um inteiro e três décimos) do valor da próxima prestação mensal de principal e juros, para o período compreendido entre 15/12/2007 e 15/12/2012; e (ii) constituiu conta reserva com recursos equivalentes a, no mínimo, o valor (a) trimestral de juros, para o período compreendido entre 15/09/2006 e 14/10/2007, (b) da última prestação trimestral de juros somado ao valor da primeira prestação mensal de principal e juros, para o período compreendido entre 15/10/2007 e 14/11/2007, (c) da última prestação trimestral de juros, somada ao valor da primeira e segunda prestações mensais de principal e juros, para o período compreendido entre 15/11/2007 e 14/12/2007, (d) das próximas três prestações mensais de principal e juros, para o período compreendido entre 15/12/2007 e 15/12/2012. Sobre o saldo devedor incidem juros à taxa de 5,0% ao ano, acima da TJLP. A amortização ocorrerá em 60 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2008 e a última em 15 de dezembro de 2012. O saldo das obrigações em 31 de março de 2009 era de R$ 84.030.783,09.

(ii) Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária, da RGE

Em 27 de fevereiro de 2003, a RGE emitiu 5 (cinco) debêntures, em 5 (cinco) séries, perfazendo o total de R$ 380.000.000,00 (trezentos e oitenta milhões de reais), objetivando adequar o perfil econômico-financeiro da Companhia, bem como proporcionar liquidez suficiente para suportar os investimentos em ativo imobilizado e possibilitar a liquidação de dívidas vincendas até 2009. Sobre as debêntures incidem juros remuneratórios à taxa de 0,6% da variação da Taxa DI. As debêntures contam com garantia fidejussória da CPFL Energia. As debêntures terão os seguintes valores nominal unitários: R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) para a debênture da 1ª série, R$ 140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais) para a debênture da 2ª série; R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) para a debênture da 3ª série; R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para a debênture da 4ª série; e R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para a debênture da 5ª série. A amortização deve ocorrer de acordo com o valor nominal unitário de cada debênture, em 3 (três) parcelas de igual valor, a serem pagas em 1º de dezembro de 2011, 1º de dezembro de 2012 e 1º de dezembro de 2013.

O saldo devedor em 31 de março de 2009 era de R$ 395.707.026,14.

(iii) Eletrobrás

Em 12 de março de 2008, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento e Concessão de Subvenção – ECFS - 218/2008 com a Eletrobrás, por meio do qual esta concedeu um crédito no valor de R$ 21.884.450,00 (vinte de um milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta reais) para a realização das obras da 4ª tranche do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica "Luz para Todos", instituído pelo Decreto n.º 4.873/03, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás. O saldo devedor do financiamento deverá ser pago em 120 prestações mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira no dia 30 do mês subsequente ao término da carência, a saber, 24 meses contados a partir de junho de 2008. Sobre os valores das parcelas incidem juros de 5,0% ao ano, calculados *pro rata temporis.* Em garantia, a RGE vinculou sua receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público para recebimento direto dos valores vencidos e não pagos, à satisfação da Eletrobrás. O saldo devedor do financiamento em 31 de março de 2009 era de R$ 6.565.335,00.

Contratos Relevantes Operacionais

(i) Contrato de Concessão

Nos termos do Decreto Presidencial de 4 de novembro de 1997 e por meio do Contrato de Concessão n.º 13/97, o Poder Concedente, por intermédio do MME e do DNAEE, hoje ANEEL, concedeu à RGE o direito de explorar serviços públicos de distribuição de energia elétrica no território do Estado do Rio Grande do Sul, nos municípios relacionados no Anexo I do Contrato de Concessão, todos situados nas regiões norte e nordeste do estado ("Áreas de Concessão").

A concessão outorgada à RGE possui prazo de 30 anos, renováveis por igual período, desde que requerido ao Poder Concedente com até 36 meses de antecedência do término do Contrato de Concessão. O Poder Concedente manifestar-se-á sobre a prorrogação da concessão até o 18º mês que anteceder ao término contratual. O deferimento da prorrogação levará em conta os relatórios de fiscalização emitidos periodicamente pela ANEEL, nos quais há apontamentos sobre a regularidade dos serviços prestados pela concessionária. A não manifestação do Poder Concedente no prazo mencionado implicará na prorrogação automática do Contrato de Concessão.

As instalações de transmissão relacionadas no Anexo II do Contrato de Concessão são consideradas parte integrante da concessão de distribuição de energia elétrica. Tais instalações poderão ser incluídas ou excluídas do acervo de instalações de transmissão da Rede Básica, por determinação do Poder Concedente, mediante ressarcimento, em conformidade com a regulamentação que vier a ser estabelecida. Ressalvados os contratos de fornecimento vigentes à época da celebração do Contrato de Concessão, a concessão não confere à RGE direito de exclusividade relativamente aos consumidores que, por força da Lei de Concessões do Setor Elétrico, são livres para optar por fornecedor com quem contratarão sua compra de energia elétrica. Além disso, de acordo com o Contrato de Concessão, a concessão não confere exclusividade de atendimento da RGE nas áreas onde foi constatado pelo Poder Concedente a atuação de fato de cooperativas de eletrificação rural como prestadoras de serviços públicos, para fins de cumprimento do artigo 23 da mencionada lei.

Nos termos do Contrato de Concessão, a RGE deve comunicar o Poder Concedente antes de desenvolver atividades empresariais diversas da exploração da atividade de distribuição de energia elétrica, e contabilizar as receitas assim auferidas em separado.

Segundo o Contrato de Concessão, o serviço de distribuição de energia elétrica poderá ser interrompido em situação de emergência ou, após prévio aviso, nas seguintes hipóteses: (i) por motivos de ordem técnica, ou de segurança das instalações; e (ii) quando ocorrer inadimplemento do consumidor na contraprestação devida à RGE. Em qualquer hipótese, a suspensão da prestação dos serviços prestados pela RGE somente ocorrerá após 45 dias do inadimplemento, considerando que, verificada tal hipótese, a RGE terá prazo de 15 dias para notificar o inadimplente, conferindo-o prazo adicional de 30 dias para que regularize sua situação perante a RGE. Esse dispositivo foi parcialmente alterado pelo artigo 91 da Resolução n.º 456, de 29 de novembro de 2000, da ANEEL, que prevê 15 dias contados a partir do vencimento para a suspensão do fornecimento dos serviços.

Em relação às tarifas, o Contrato de Concessão prevê que a RGE não poderá dispensar tratamento tarifário diferenciado aos usuários de uma mesma classe de consumo, nas mesmas condições de atendimento.

O Contrato de Concessão prevê o funcionamento do conselho de consumidores. Em 2001, a ANEEL reuniu-se com o referido conselho quando do processo de fiscalização e não houve menção de nenhuma reclamação no relatório de fiscalização data-base 2001.

A RGE está sujeita a multas pecuniárias, aplicadas pelo Poder Concedente, de até 0,1% do valor total do faturamento da Companhia nos últimos 12 meses anteriores à ocorrência da infração. A RGE se comprometeu, ainda, a implementar medidas que tenham por objetivo a conservação de energia, conforme descrito na cláusula quinta, terceira subcláusula do Contrato de Concessão.

Para tanto, deve elaborar e apresentar ao Poder Concedente até o dia 30 de setembro de cada ano a partir de 1998, programa de incremento à eficiência no uso e na oferta de energia elétrica para cada ano subsequente. Este programa tem como meta a redução das perdas técnicas e comerciais globais e a racionalização do uso da energia elétrica, devendo contemplar, no mínimo, 1,0% da receita anual da RGE.

(ii) Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica

No dia 16 de agosto de 2002 a RGE celebrou um contrato de compra de energia de longo prazo com a Tractebel Energia, válido a partir de 2003. Esse contrato é no formato "guarda chuva", isto é, a Tractebel Energia ficará responsável pelo fornecimento de quase toda a energia requerida pela RGE, em função da descontratação da energia dos contratos iniciais e do crescimento do mercado.

Ainda no final de 2002, a RGE também firmou um contrato com a CPFL Brasil de compra de energia de longo prazo. Esse contrato garante a compra de energia pela RGE até o final de 2014, dando mais segurança ao mercado que ela atende.

Seguros

A Companhia possui cobertura securitária contra os riscos de incêndio, raio, explosão e danos elétricos, dentro da apólice da CPFL Energia, garantindo seus prédios, conteúdos, subestações fixas e móveis, bem como equipamentos portáteis/móveis (termovisor, equipamento de vídeo-conferência e *notebook*).

Possui ainda um seguro de responsabilidade civil, que garante o reembolso das despesas com indenizações, por danos materiais, pessoais e morais causados à terceiros, decorrentes das operações de transmissão e distribuição de energia elétrica.

O quadro a seguir indica as principais coberturas presentes no contrato de seguro, nos períodos indicados:

		Exercício encerrado em 31 de dezembro de			**Período de três meses encerrado em 31 de março de**
Descrição	**Ramo da Apólice**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**
Ativo Imobilizado	Incêndio, Raio, Explosão, Quebra de Máquinas e Danos Elétricos	279.420	186.141	199.316	179.824
Material Estocado	Incêndio, Raio, Explosão e Roubo	Não se aplica	15.700	10.500	13.833
Automóveis	Cobertura Compreensiva	1.475	200	107	107
Responsabilidade Civil	Distribuidoras de Energia Elétrica	10.000	10.000	3.836	3.892
Pessoas	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	64.930	58.401	64.888	70.128
Total		355.825	270.442	278.647	267.784

Propriedade Intelectual

Marcas

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo INPI, sendo assegurado ao seu titular o direito ao uso exclusivo em todo o território nacional por 10 anos prorrogáveis por iguais períodos sucessivos. Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas, aplicadas para a identificação de seus produtos e serviços.

A Companhia é titular de 5 (cinco) registros de marcas e de 6 (seis) pedidos de registro de marca perante o INPI, conforme especificado abaixo:

a) Registro de marca mista "RGE Rio Grande Energia", Classe Int. 37 (serviços de execução, reparação, conservação e montagem de instalação elétrica), registro número 820533203 – Validade do Registro 04.12.2011;

b) Registro de marca mista "RGE Rio Grande Energia", Classe Int. 39 (serviços de distribuição de energia elétrica), registro número 200017128 - Validade do Registro 04.12.2011;

c) Registro de marca mista "RGE Rio Grande Energia", Classe Int. 36 (cobrança de serviços de terceiros), registro número 820636231 - Validade do Registro 28.02.2011;

d) Registro de marca mista "RGE Rio Grande Energia", Classe Nac. 38.10 (serviços de comunicação, veiculação de propagandas comerciais), registro número 82063622 - Validade do Registro 28.06.2015;

e) Registro de marca mista "RGE", Classe Int. 39 (serviços de transmissão e distribuição de energia elétrica), pedido de registro número 823429695.- Pagamento das taxas finais para a concessão do registro em 11.07.2006 protocolo PT RS 016060009439;

f) Registro de marca mista "RGE", Classe Int. 37 (serviços de execução, reparação, conservação e montagem de instalação elétrica), pedido de registro número 823609154 - Pagamento das taxas finais para a concessão do registro em 21.08.2006 protocolo PT RS 016060012061.;

g) Registro de marca mista "RGE SERVICE", Classe Int. 35 (divulgação de propaganda de terceiros), pedido de registro número 825680719. Apresentada oposição pela General Eletric Company (US), em 23/08/2005. Não foi apresentada manifestação face a esta oposição.

h) Registro de marca mista "RGE SERVICE", classe Int. 36 (arrecadação, cobrança de terceiros), pedido de registro número 825680727. Apresentada oposição pela General Eletric Company (US), em 30/08/2005. Não foi apresentada manifestação face a esta oposição.

i) Registro de marca mista "RGE SERVICE", classe Int. 37 (Serviços de manutenção elétrica; substituição e implantação de equipamentos e acessórios elétricos; serviços de eletricistas; execução e fiscalização de obras elétricas; implantação, manutenção e fiscalização de iluminação pública, comercial e ornamental; aluguel de equipamentos e acessórios elétricos, tais como, transformadores e grupos geradores), pedido de registro número 825680735. Apresentada oposição pela General Eletric Company (US), em 30/08/2005. Não foi apresentada manifestação face a esta oposição.

j) Registro de marca mista "RGE SERVICE", classe Int. 42 (projetos técnicos de obras elétricos), pedido de registro número 825680743. Apresentada oposição pela General Eletric Company (US), em 30/08/2005. Não foi apresentada manifestação face a esta oposição.

k) Registro de marca mista "RGE ligada em você", classe Int. 39 (serviços de transmissão e distribuição de energia elétrica), pedido de registro número 827047460. Oposição na RPI 1842 de 25.04.2006 por RADIO GLOBO S/A. Foi apresentada manifestação contra esta oposição em 23.06.2006 sob protocolo PT RS 016060008251.

Domínios

A Companhia é titular de sete nomes de domínio, devidamente registrados perante o NIC.br, órgão responsável pelo registro de nomes de domínio no Brasil, dentre os quais destacamos os domínios riograndeenergia.com.br e energiaeletrica.com.br, nossas principais páginas na internet.

Marketing e Publicidade

A Companhia desenvolve atividades de *marketing*, incentivando, inclusive, projetos culturais, sociais e de interação com os seus clientes. Entre as principais atividades realizadas pela Companhia, se destacam:

(i) Seminários de Eficiência Energética (GEI) - evento que surgiu no ano de 2004, realizado em algumas cidades da área de concessão para empresas e/ou indústrias, abordando o tema eficiência energética;

(ii) 50° Congresso Estadual de Municípios – evento que surgiu no ano de 2004, realizado com o fim de divulgar a Companhia junto a um público formador de opinião e, interagir com tomadores de decisão como prefeitos das cidades dentro da área de atuação da Companhia;

(iii) SENDI - Seminário Nacional de Distribuição de Energia Elétrica - seminário nacional de distribuição de energia elétrica que ocorreu no ano de 2004 e 2006, dirigido ao segmento de distribuição de energia elétrica. Tem como finalidade promover o intercâmbio de informações e experiências entre empresas concessionárias do serviço público e entidades que, estejam de alguma forma, relacionadas com a distribuição de energia elétrica no país e no exterior;

(iv) Momento CPFL – spot rádio – evento que surgiu no ano de 2005 e teve continuidade no ano de 2006, consistindo na divulgação via rádio de dicas de segurança e outras informações importantes sobre energia elétrica em várias cidades da área de concessão; e

(v) Congresso Ibero Americano sobre Desenvolvimento Sustentável - evento que surgiu no ano de 2005 e, busca interagir com os clientes por meio da veiculação de anúncios em jornais e revistas locais.

Transações com Partes Relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela CPFL Energia S.A., empresa controlada em conjunto pela VBC Energia S.A., 521 Participações S.A. e Bonaire Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia. Foram consideradas como tendo influência significativa, aquelas entidades em que os acionistas controladores possuem participação nos respectivos conselhos de administração, mesmo que não seja exercido o controle. Os saldos e transações envolvendo partes relacionadas estão demonstrados nos quadros abaixo.

As principais naturezas e transações estão descritas como segue:

a) **Saldo Bancário e Aplicação Financeira** – Refere-se basicamente a saldos bancários e aplicações financeiras.
b) **Empréstimos e Derivativos** – Corresponde a captação de recursos contratados em condições normais de mercado, vigentes à época.
c) **Outras Operações Financeiras** – Os valores relacionados ao Banco do Brasil referem-se aos direitos sobre o processamento da folha de pagamento que foi negociado com o Banco do Brasil, que serão apropriados como receita ao resultado pelo prazo do contrato. Os valores relacionados ao Banco do Brasil e Banco Itaú, referem-se a despesas associadas ao processo de arrecadação.
d) **Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviços** – Refere-se a aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços como construção civil e consultoria em informática e arrecadação. Estas operações foram contratadas em condições normais de mercado.
e) **Outras Receitas** – Refere-se basicamente a valores recebidos relativos a aluguel de postes.

As concessionárias do serviço público de distribuição cobram tarifas pelo uso da rede de distribuição e realizam vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos), mediante a celebração de CUSD, regulados pela ONS. Os valores cobrados são definidos por meio de preços regulados pelo órgão regulador. Estas distribuidoras também adquirem energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente por meio de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

Para zelar que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a Companhia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA		COMPRAS	
Empresas	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Saldo Bancário e Aplicação Financeira										
Banco do Brasil S.A.	1.667	9.305	-	-	-	-	-	-	-	-
Banco Itaú S.A.	2.044	3.034	-	-	-	-	-	-	-	-
Banco Votorantim S.A.	417	365	-	-	854	2.528	-	-	-	-
Empréstimos, Debêntures e Derivativos										
Banco do Brasil S.A.	15.474	-	46.766	65.621	-	-	3.410	5.147	-	-
Banco Itaú S.A.	-	-	-	103.425	-	-	11.124	12.315	-	-
Outras operações financeiras										
Banco do Brasil S.A.	-	-	3.383	-	178	-	402	385	-	-
Banco Itaú S.A.	-	-	-	-	-	-	103	96	-	-
Banco Votorantim S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado, Materiais e Prest. Serviço										
Brasil Telecom S.A.	-	-	56	19	-	-	1.076	1.576	-	-
Companhia Brasileira de Aluminio	-	-	-	47	-	-	3.002	3.176	-	3.850
Petroflex Ind. E Com. S.A.	-	-	-	-	-	-	4.316	2.263	-	-
WEG Equipamentos Elétricos S.A	-	-	676	-	-	-	707	760	1.511	-
Outras Receitas										
Brasil Telecom S.A.	-	828	-	-	10.499	9.846	-	-	-	-

	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
Empresas	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Dividendos / Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	59.110	93.672	-	-	73.632	58.058
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	408	408	-	-	-	-
Suprimento de Energia								
CPFL Comercialização Brasil S.A	-	-	(992)	6.808	-	-	52.185	48.132

Empresa	Ativo 2006	Passivo 2006	Receita 2006	Despesa 2006
Banco Bradesco S.A.				
Número Disponível	985	-	-	-
Aplicação Financeira	1.601	-	283	-
Operações de *swap*	191	1.858	-	2.584
Prestação de Serviços	-	-	-	444
Banco Votorantim S.A.				
Aplicação Financeira	16.374	-	990	-
Operações de *swap*	-	-	-	816
Bradesco Seguros				
Prêmio de Seguros	111	-	-	517
Companhia Brasileira de Alumínio				
Compra de Material	-	3	-	5.769
CPFL Brasil				
Suprimento de Energia	-	11.010	-	88.364
CPFL Paulista				
Outros Créditos	621	-	-	-

A principal transação com partes relacionadas refere-se a operações de compra de energia, negociadas em condições normais de mercado, com anuência da ANEEL.

Logística

Em 2005, a Companhia concluiu a implantação do Projeto GISD – Gerenciamento Integrado do Sistema de Distribuição, que consiste em uma plataforma de sistemas geo-referenciados para dar suporte a todos os processos da atividade de distribuição, incluindo o sistema de cadastro técnico dos ativos elétricos, sistema de projetos de redes elétricas, sistema de manutenção dos ativos e o sistema de despacho operacional.

Sazonalidade

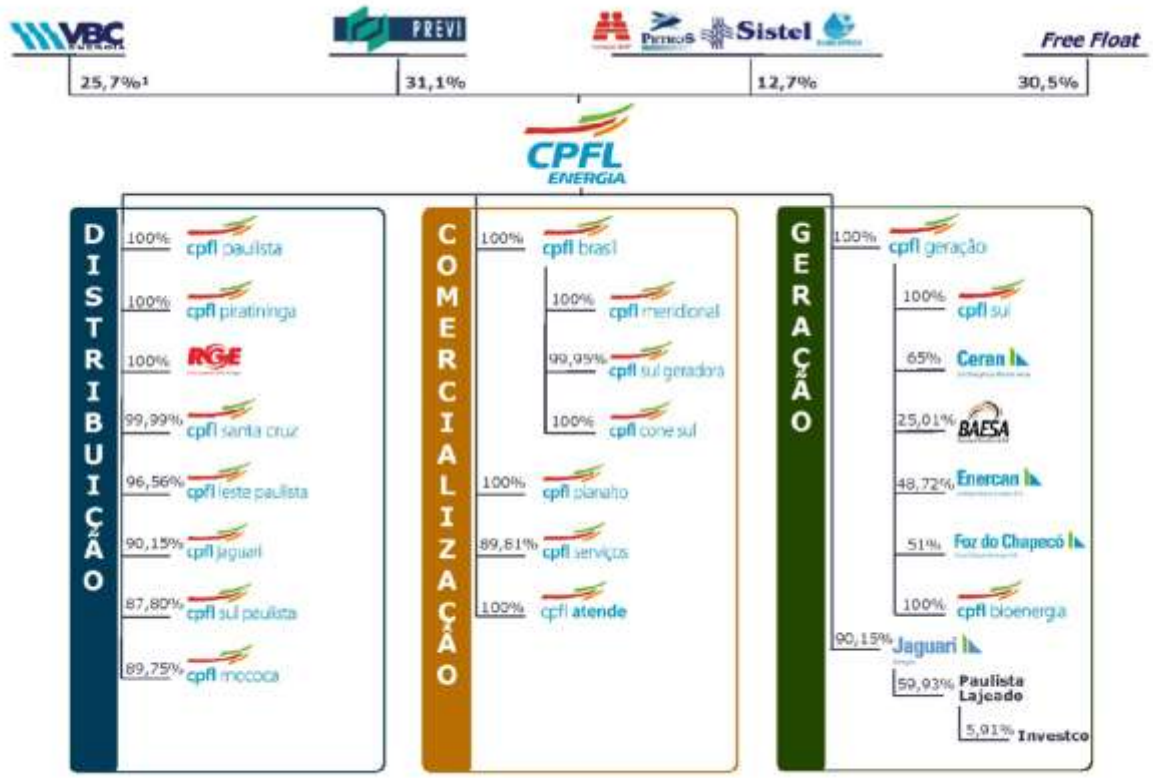
A Companhia possui clientes da classe industriais, residenciais, comerciais e demais classes de consumo, dentre as quais inclui-se a classe rural.

Cada consumidor apresenta características típicas de consumo, de acordo com as variações climáticas, período do ano, região geográfica e classe de consumo a que pertence, introduzindo assim, períodos de sazonalidade nas vendas de energia.

A área de concessão abrangida pela Companhia apresenta diversidade, tanto geográfica quando de classe de consumidores, que atenua a característica sazonal do consumo de energia e conseqüentemente dos negócios da empresa.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO GRUPO CPFL

O organograma a seguir mostra a estrutura societária da Companhia e do grupo CPFL em 31 de março de 2009:



Base: 31 de março de 2009 ¹ Inclui 0,1% de Ações da empresa Camargo Corrêa S/A

Para mais informações sobre as atividades desenvolvidas pelo Grupo CPFL, ver seção "Atividades da Garantidora" na página 213 deste Prospecto.

Reestruturações Societárias Ocorridas nos Últimos Três Exercícios Sociais

Para informações acerca de reestruturações societárias da Companhia nos últimos três anos, vide Seção "Histórico da Companhia" na página 145 deste Prospecto. Além disso, a Companhia, como empresa do Grupo CPFL, foi parte de processo de reestruturação societária da CPFL Energia. Vide e o item "Reestruturações Societárias do Grupo CPFL" abaixo.

Reestruturações Societárias do Grupo CPFL

Em 20 de junho de 2005, a CPFL Energia e a CPFL Geração aprovaram a incorporação das ações da CPFL Geração pela CPFL Energia, com a consequente conversão da CPFL Geração em subsidiária integral da CPFL Energia.

Em 16 de setembro de 2005, a CPFL Energia, e sua controlada direta CPFL Paulista, em conformidade com o parágrafo 4º do artigo 157 da Lei das Sociedades por Ações e com o disposto na Instrução CVM 358, comunicaram aos seus acionistas e ao mercado em geral que a ANEEL aprovou em reunião de Diretoria, realizada em 05 de setembro de 2005, conforme publicado na Resolução Autorizativa n.º 305, a anuência da prorrogação de prazo para que seja implementada a estruturação societária necessária à segregação da participação acionária detida pela CPFL Paulista nas suas controladas CPFL Piratininga e RGE.

A CPFL Energia realizou em 23 de novembro de 2005, Assembléia Geral Extraordinária, na qual foi deliberada e aprovada a proposta de reorganização societária em duas etapas distintas e consecutivas, contemplando, em um primeiro momento, a incorporação das ações detidas pelos acionistas minoritários da CPFL Piratininga pela CPFL Paulista e, posteriormente, a incorporação das ações detidas pelos acionistas minoritários da CPFL Paulista pela CPFL Energia. Após o término deste processo de descruzamento societário, a CPFL Piratininga passou a ser controlada direta da CPFL Energia.

Em 18 de setembro de 2007 a assembléia geral da Companhia aprovou a incorporação de sua então controladora CPFL Serra (100,0% controlada pela CPFL Energia), passando a CPFL Energia a controlar a Companhia. Posteriormente, em 18 de dezembro de 2007, a assembléia geral da Companhia aprovou a incorporação de suas ações, então detidas apenas pelos acionistas minoritários, pela CPFL Energia tornando-se, portanto, sua subsidiária integral.

Em 15 de dezembro de 2006, Bradespar e VBC Energia divulgaram fatos relevantes comunicando, em síntese, que a Votorantim, a Camargo Corrêa Energia e a Bradespar, esta por intermédio de sua controlada Antares, finalizaram a reorganização societária de suas participações, envolvendo ações de emissão da CPFL Energia que detinham por intermédio de VBC Energia.

Com a conclusão da reorganização, (i) a VBC Energia permaneceu integrante do grupo de controle da CPFL Energia e passou a ser controlada em partes iguais pela Votorantim e pela Camargo Corrêa, e (ii) a VBC Energia passou a ser titular de 139.002.671 ações, correspondentes a 29,0% do capital da CPFL Energia, sendo que, deste total, 122.945.367 ações são originalmente integrantes do bloco de controle, vinculadas ao Acordo de Acionistas da CPFL Energia, e permanecem como tal.

Com a reorganização, a Bradespar retirou-se da VBC Energia, passando a deter 43.049.000 ações de emissão da CPFL Energia, representativas de 9,0% do seu capital social, desvinculadas do Acordo de Acionistas da CPFL Energia.

Em 20 fevereiro de 2009, a VBC Energia e a CPFL Energia divulgaram fatos relevantes informando que a reestruturação societária acordada entre a VBC Energia,a CPFL Energia, a Camargo Corrêa S.A. e a Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. no Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças foi concluída e que a Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. passou a deter, indiretamente, a totalidade das ações da VBC Energia.

Em 28 de fevereiro de 2007 as administrações da CPFL Energia, da CPFL Centrais Elétricas e da SEMESA autorizaram a celebração do "Protocolo e Justificação da Incorporação da CPFL Centrais Elétricas S.A. e da SEMESA S.A. pela CPFL Geração de Energia S.A.", por meio do qual foram estabelecidas as justificações e condições nas quais se procederão as incorporações da CPFL Centrais Elétricas e da SEMESA pela CPFL Geração. As referidas incorporações não acarretarão aumento de capital social para a CPFL Geração em razão da CPFL Centrais Elétricas e SEMESA serem subsidiárias integrais da mesma. As empresas incorporadas serão extintas, passando a CPFL Geração à condição de sucessora à título universal, no que tange a todos os seus bens, direitos e obrigações.

Em 18 de fevereiro de 2009, foi efetivada a incorporação da Perácio Participações pela CPFL Jaguariúna, etapa inicial ao processo de reestruturação da CPFL Jaguariúna. Em 25 de março de 2009, as administrações das companhias CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Mococa, CPFL Jaguari, CPFL Serviços, CPFL Jaguari de Geração e CPFL Jaguariúna, firmaram o "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da CPFL Jaguariúna", operação esta que após a efetivação da cisão parcial, as sociedades anteriormente controladas pela CPFL Jaguariúna, passaram a ser controladas pela *holding* CPFL Energia, mantidas as participações detidas anteriormente pela CPFL Jaguariúna nestas sociedades.

Em 12 de maio de 2009, a ANEEL aprovou a proposta de reestruturação societária dos acionistas da Foz do Chapecó. Nesta operação, o controle direto da Foz do Chapecó passará a ser detido pela Chapecoense Geração S.A., e seu controle, por sua vez, passará a ser detido pelos acionistas CPFL Geração, FURNAS e CEEE. Esta operação deverá ser efetivada até agosto de 2009.

PROPRIEDADES, PLANTAS E EQUIPAMENTOS

As principais propriedades da Companhia consistem em subestações, redes de distribuição, linhas de transmissão e imóveis técnico-administrativos localizados no Estado do Rio Grande do Sul. O valor contábil líquido do imobilizado total da Companhia, em 31 de março de 2009, era de R$ 1.111.839 mil.

Em 31 de março de 2009, a Companhia possuía 66 subestações, capacidade instalada de 1.658 MVA em transformadores de potência e 1.751 km de linhas de transmissão.

Até 31 de março de 2009, a Companhia possuía, ainda, 71.920 transformadores de distribuição, 82.445 km de redes de distribuição, 1.173.524 postes instalados para sustentar sua rede de distribuição, 70 imóveis em que funcionam as Estações Avançadas e 18 Agências de Atendimento.

Em 31 de março de 2009, a Companhia era proprietária de 78 imóveis no Estado do Rio Grande do Sul, dentre os quais se destacam:

Município	Endereço	Área - Terreno	Área Existente
ANTÔNIO PRADO	Rua Santo Angelo Golin, s/n	12.006,55	541,00
ARATIBA	RS 420, 92m aquém do Km 32 c/ Estrada Mun. para Linha Cobra	5.930,84	-
BENTO GONÇALVES	Rua Cavalheiro José Farina, 817 - Bairro Licorsul	3.591,43	162,50
BENTO GONÇALVES	R. Luiz Fornasieri, s/n	7.475,00	119,65
BENTO GONÇALVES	Rua Presidente Costa e Silva, 300	4.470,00	777,10
CACHOEIRINHA	Rua Missões, 210	5.600,00	89,69
CAMBARÁ DO SUL	Rua Antônio Raupp, s/n	2.500,00	153,09
CAMPO NOVO	Rua Sete de Setembro, 769	6.435,00	80,00
CASCA	Rodovia RS 324, Km 1, n.º 7.800	10.000,00	160,60
CAXIAS DO SUL	Rua Benjamim Custódio de Oliveira, 3187	17.928,32	1.080,75
CAXIAS DO SUL	Rua Angelina Michellon, s/n - Bairro Nossa Senhora de Lourdes	3.575,00	99,35
CAXIAS DO SUL	BR 116 KM 142 - Encruzilhada de Ana Rech	9.270,00	212,91
CAXIAS DO SUL	Rodovia BR 116 (sentido N. Petrópolis)	621,08	-
CERRO LARGO	Rua João Hartamm 1000 - Bairro Brasilia	9.310,00	233,77
CRUZ ALTA	Av. Presidente Vargas, 120	11.239,00	1.906,66
ERECHIM	Rua Palmiro Tosseto 89	24.373,00	990,16
ERECHIM	Estrada Paulo Bento	2.992,65	-
ESTAÇÃO GETÚLIO	Rua Henrique Watermann, s/n	4.040,00	-
FARROUPILHA	Rua Mal. Floriano, 145	920,00	531,93
FELIZ	Av. Doris José Schlatter, s/n - RS 452	8.107,50	92,00
FLORES DA CUNHA	Rua Projetada Claudino Biondo s/n	9.511,81	84,60
FRED. WESTPHALEN	Av. Fortaleza, n.º 1001 Bairro Bela Vista	6.866,00	208,66
GARIBALDI	Rod. RST 470 km 229 , s/nº	3.000,00	40,05
GAURAMA	Rua Antônio Pierozan, s/n	7.305,00	50,00
GETÚLIO VARGAS	Rua Constante Riquete, s/n (em frente nº2935)	7.200,00	39,42
GETÚLIO VARGAS	Av. Borges de Medeiros, 2015	1.158,90	303,55

GIRUÁ	Rua Borges de Medeiros, 735	3.649,84	-
GLORINHA	BR 290 KM 030 - Antiga Estrada Três Figueias	6.618,35	50,00
GRAMADO	Av. das Hortências, s/n	1.200,00	30,00
GRAVATAÍ	Rua Mauricio Cardoso, 927	6.454,50	128,25
GRAVATAÍ	Rua Dorival Candido Luz de Oliveira, 741	6.345,30	2.879,02
GUAPORÉ	Rua Guilherme Mantese, 240 - Bairro Seminário	8.801,31	368,57
HORIZONTINA	Av. Perimetral, 1324	3.879,00	91,00
IBIRUBÁ	Av. Brasil, 992	1.724,96	110,00
ILÓPOLIS	Rua Leopoldo Spezia, 566	551,50	76,30
JACUTINGA	Rua Joaquim Bordin, s/nº	3.000,00	40,50
JACUTINGA	Rua Pedro Lazzarotto, 95	500,00	77,52
JAQUIRANA	Estrada Jaquirana a Cambará do Sul - Fazenda do Chapéu	4.049,16	41,83
JÚLIO DE CASTILHOS	Rua 13 de Maio, 88	1.332,10	232,75
LAGOA VERMELHA	BR 285 - KM 76	7.000,00	133,23
MARAU	Rua Antonio Santin, s/n (próx. n.º 263)	4.900,00	27,00
MAXIMILIANO DE ALMEIDA	Rua Cabral n.º 56	2.026,50	359,41
NÃO-ME-TOQUE	Av. Alto Jacuí, s/n	3.519,70	228,41
NOVA PETROPOLIS	Rua 28 de Fevereiro, 840	3.979,76	15,75
NOVA PETROPOLIS	Localizado em Linha Pirajá	2.820,00	-
NOVA PRATA	Av. Luiz Marafon, 1130 - Bairro Santa Cruz	2.497,97	641,64
NOVA PRATA	Estr. Buarque de Macedo Norte, s/n	3.450,00	17,50
PAIM FILHO	Rua Porto Alegre, s/n	5.941,46	38,52
PALMEIRA DAS MISSÕES	Rua Miguel Curry 670	9.913,00	453,91
PAROBÉ	RS 239 KM 28	10.000,00	38,52
PASSO FUNDO	Perimetral Norte a 400 m da BR- P.Fundo/Lagoa	10.200,00	40,95
PASSO FUNDO	Rua capitão Araujo, 934	5.029,20	1.863,15
SALTO DO JACUÍ	Av. Central do Jacuí , s/n	469,97	98,44
SANTA ROSA	Av. Expedicionário Weber, 3572	5.801,10	700,00
SANTO ÂNGELO	R. Sagrada Família, 1415 - Bairro Pippi	9.980,00	1.050,51
SANTO AUGUSTO	Rua Inhacorá, 401- Bairro Santa Fé	10.000,00	160,60
SANTO CRISTO	Rua Inocêncio Gallas, 297	6.400,00	280,05
SÃO FRANC. DE PAULA	Estrada Mun. à Lajeado Grande, 6,9km da RS 235, Km 52	334,40	-
SÃO FRANC. DE PAULA	RS 235, KM 54	540,00	-
SÃO FRANC. DE PAULA	RS 020 KM 04	10.000,00	41,25
SÃO FRANC. DE PAULA	Estrada Municipal RS 20 KM 127	3.223,71	-
SÃO JOSÉ DO OURO	Avenida Laurindo Centenaro n.º 56	987,15	249,49
SÃO LUIZ GONZAGA	Local denominado Pirajú	13.000,00	40,00
SÃO LUIZ GONZAGA	Rua Borges do Canto, 297	10.640,00	1.208,00
SÃO MARCOS	Rua Tranquilo Gozzi, 271	4.800,00	233,00
SÃO VALENTIM	Rua Osvaldo Tello, 140	1.020,00	78,46
SARANDI	Rua Barão Rio Branco, 509	5.913,00	26,50
SERTÃO	Estação Englert, s/n	2.115,00	20,29
SOLEDADE	Rua Pinheiro Machado, s/n.º	10.334,00	20,00

TAPEJARA	RDV RS 463 -(6KM antes Tapejara - São Domingos do Sul)	17.457,21	40,00
TAPERA	Av. 15 de Novembro, s/nº	3.477,00	80,00
TAQUARA	Av. Fernando Ferrari 2475	3.104,10	838,06
TRES COROAS	Rua Mundo Novo, s/n	7.615,00	73,06
TRÊS PASSOS	Rua Deolina Petry, 401	4.277,20	378,36
TUPANCIRETÃ	Rua Domingos Gonçalves, 313	1.180,96	233,77
VACARIA	Av. Antonio Ribeiro Branco, 2610	10.034,13	517,00
VERANÓPOLIS	RST 470, KM 112 n.º 5400	9.317,50	58,00
VIADUTOS	Av. Brasil, 14	590,00	100,00

A Companhia é também locatária de 35 imóveis administrativos.

A Companhia, com objetivo de agregar valor aos seus ativos, investiu aproximadamente R$ 37.788 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, desenvolvendo um plano de investimento em infra-estrutura, reformando, construindo, modernizando e padronizando suas instalações. Em consonância com a política de expansão e manutenção das redes de distribuição do setor de distribuição de energia elétrica do grupo CPFL, que projeta investimentos de aproximadamente R$ 200 milhões até 2009, a Companhia continuará a expandir sua rede de transmissão, entre outros ativos, ao mesmo tempo em que continuará a manter, reformar e modernizar seus atuais equipamentos e instalações.

De acordo com a lei brasileira, alguns dos imóveis e instalações essenciais que são utilizados para cumprir as obrigações da Companhia nos termos do seu Contrato de Concessão da RGE não podem ser transferidos, cedidos, onerados ou vendidos a quaisquer de seus credores sem a prévia aprovação da ANEEL, tampouco podem ser penhorados por seus credores sem a prévia aprovação da ANEEL.

Os bens caracterizados como reversíveis não podem ser onerados sob qualquer forma ou ainda ser substituídos, sem aprovação prévia da ANEEL.

A atividade de distribuição de energia elétrica exercida pela Companhia está sujeita a abrangente legislação federal e estadual e à supervisão pelas agências governamentais brasileiras responsáveis pela implementação de leis e políticas ambientais e de saúde. As questões ambientais envolvendo a Companhia em relação aos seus ativos acima descritos concentram-se, principalmente, no corte e poda de árvores localizadas próximas a sua rede de distribuição de energia elétrica, para os quais são necessárias autorizações especiais.

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Abaixo uma breve descrição da composição do capital social da Companhia, incluindo as disposições referentes ao seu Estatuto Social e à Lei das Sociedades por Ações. Para maiores detalhes, os potenciais investidores devem consultar o Estatuto Social da Companhia e a Lei das Sociedades por Ações.

Capital Social

O capital social da Companhia, na data deste Prospecto, é de R$851.860.582,21, dividido em 807.168.582 ações escriturais e sem valor nominal, sendo 656.502.720 ações ordinárias e 150.665.862 ações preferenciais sem direito de voto. O capital social da Companhia pode ser aumentado, sem necessidade de reforma estatutária, até o limite de R$ 16.000.000,00, mediante deliberação do Conselho de Administração.

O quadro abaixo indica a composição acionária da Companhia na data deste Prospecto:

	Ações Ordinárias		**Ações Preferenciais**		**Total de Ações**	
Acionista	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
CPFL Energia	656.502.716	99,9	150.665.862	100,0	807.168.578	99,9
Membros do Conselho	4	-	-	-	4	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Total	656.502.720	100,0	150.665.862	100,0	807.168.582	100,0

Para mais informações sobre os acionistas da CPFL Energia, vide Seção "Organização Societária" na página 249 deste Prospecto.

Ações em Tesouraria

A Companhia não possui ações em tesouraria. Para negociação de valores mobiliários de sua própria emissão, a Companhia observa o disposto na Instrução CVM n.º 10, de 14 de fevereiro de 1980.

Dividendos

Os acionistas de sociedades por ações têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto social. O estatuto social estabelece o dividendo como porcentagem do lucro apurado no final do exercício social de cada ano.

Nos termos de seu Estatuto Social a Companhia poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros apurados no balanço semestral e, observadas as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, ou à conta de lucros acumulados de reserva de lucro existentes no último balanço anual ou semestral.

De acordo com o estatuto social da Companhia, o dividendo obrigatório é equivalente a 25,0% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, ficando estabelecido que os titulares das ações preferenciais terão direito a um dividendo no mínimo 10,0% (dez por cento) superior ao dividendo relativo às ações ordinárias e ações preferenciais. O lucro remanescente após a formação da reserva legal e o pagamento dos dividendos obrigatórios, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, até o limite do capital social, salvo em caso de deliberação em contrário de Assembléia Geral.

Histórico dos Pagamentos dos Dividendos nos Últimos Cinco Exercícios Sociais

O quadro abaixo demonstra os valores pagos por ação aos acionistas da Companhia, a título de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, nos últimos cinco exercícios sociais:

Provento	Data aprovação	Ordinária	Ordinária pro-rata	Preferencial	Valor Liq (Reais Mil)	Início Pagto.
Dividendos – 2002	24/04/2003	--	--	0,5200000000	75.263	03/06/2003
Dividendos – 2004	29/04/2005	--	--	0,0643300000	9.310	27/06/2005
Dividendos – 2004	29/04/2005	0,0584800000	--	--	36.855	27/06/2005
Dividendos – 2005	18/11/2005	0,0608427700	--	--	39.916	29/11/2005
Dividendos – 2005	18/11/2005	--	--	0,0669270470	10.084	29/11/2005
Dividendos – 2005	28/04/2006	0,0758178612	--	--	49.741	29/09/2006
Dividendos – 2005	28/04/2006	--	--	0,0833996474	12.565	29/09/2006
Dividendos – 2006	09/04/2007	0,1572306730	--	--	103.152	27/04/2007
Dividendos – 2006	09/04/2007	--	--	0,1729537400	26.059	27/04/2007
Dividendos – 2007	07/08/2007	0,0940890410	--	--	61.728	30/09/2007
Dividendos – 2007	07/08/2007	--	--	0,1034979450	15.593	30/09/2007
Juros s/ Capital - 2007	30/11/2007	0,0708193470	--	--	46.462	30/04/2008
Juros s/ Capital - 2007	30/11/2007	--	--	0,0779012810	11.737	30/04/2008
Dividendos - 2007	04/04/2008	0,0539035870	--	--	35.388	30/04/2008
Dividendos - 2007	04/04/2008	--	--	0,0592939460	8.933	30/04/2008
Juros s/ Capital - 2008	27/06/2008	0,0447560520	--	--	29.382	30/09/2008
Juros s/ Capital - 2008	27/06/2008	--	--	0,0492316570	7.418	30/09/2008
Dividendos - 2008	12/08/2008	0,0761506790	--	--	49.993	30/09/2008
Dividendos - 2008	12/08/2008	--	--	0,0837657470	12.621	30/09/2008
Juros s/ Capital - 2008	27/11/2008	0,0447955030	--	--	29.408	30/04/2009
Juros s/ Capital - 2008	27/11/2008	--	--	0,0492750540	7.424	30/04/2009
Dividendos – 2008	26/03/2009	0,0338141780	--	--	22.199	30/04/2009
Dividendos – 2008	26/03/2009	--	--	0,0371955960	5.604	30/04/2009

Principal Acionista

CPFL Energia

Para maiores informações acerca da CPFL Energia, vide "Informações Relativas à Garantidora" na página 211 deste Prospecto.

Acordo de Acionistas

Em 21 de outubro de 1997, a Rio Grande Energia Elétrica Participações S.A., Ipê Energia, Previ, VBC, PSEG Américas e DOC3 celebraram um acordo de acionistas, posteriormente integralmente substituído por outro acordo de acionistas celebrado em 29 de junho de 1998 entre 521 Participações, Serra da Mesa, Ipê Energia, Fundo BB I, VBC, PSEG Américas e DOC3.

Em 13 de julho de 1998, DOC3 foi incorporada pela RGE, que a sucedeu em todos os direitos e obrigações. Em virtude dessa incorporação, foi celebrado o atual Acordo de Acionistas, entre 521 Participações, Serra da Mesa, VBC, Ipê Energia, Fundo BB I e PSEG Américas.

Em 18 de julho de 2001, o Acordo de Acionistas foi aditado, de forma a nele incluir a CPFL Energia em substituição de 521 Participações e Serra da Mesa (denominada em conjunto com as demais partes do Acordo de Acionistas como "Partes"), em virtude da aquisição das ações destas empresas pela primeira.

Em 2007 a RGE passou a ser uma subsidiária integral da CPFL Energia, tornando, portanto, sem efeito o Acordo de Acionistas da Companhia.

Os acionistas controladores da CPFL Energia, detentora de 100,0% do capital da Companhia, firmaram um acordo de acionistas, cujas partes são VBC Energia, 521 Participações, Bonaire e na qualidade de interveniente anuente, a CPFL Energia, no qual são regulados os termos e condições do compartilhamento do controle da CPFL Energia e de suas subsidiárias, incluindo a Companhia. Nos termos do Acordo de Acionistas, determinados atos exigem a aprovação de, no mínimo, VBC Energia e 521 Participações (pelo menos 80,0% (oitenta por cento) das ações objeto do Acordo de Acionistas), incluindo, dentre outros, todas as matérias sujeitas a aprovação da assembléia geral, a eleição do Diretor Presidente e destituição de qualquer diretor (inclusive do Diretor Presidente); definição da política de dividendos; constituição e extinção de controladas; aquisição e venda de investimentos em outras empresas; alteração de contratos de concessão de qualquer controlada, incluindo a Companhia; e a aprovação do orçamento anual e do plano quinquenal de negócios da CPFL Energia. Adicionalmente, o Acordo de Acionistas estabelece que os acionistas controladores realizarão reuniões prévias para decidir sobre todas as matérias objeto de deliberação das assembléias gerias da CPFL Energia e algumas matérias objeto de deliberação nas reuniões do Conselho de Administração, conforme indicado no Acordo de Acionistas.

Alterações Relevantes de Participações dos Membros do Grupo de Controle nos Últimos Três Exercícios Sociais

Em 15 de dezembro de 2006, Bradespar e VBC Energia divulgaram fatos relevantes comunicando, em síntese, que a Votorantim, a Camargo Corrêa Energia e a Bradespar, esta por intermédio de sua controlada Antares, finalizaram a reorganização societária de suas participações, envolvendo ações de emissão da CPFL Energia que detinham por intermédio de VBC Energia.

Com a conclusão da reorganização, (i) a VBC Energia permaneceu integrante do grupo de controle da CPFL Energia e passou a ser controlada em partes iguais pela Votorantim e pela Camargo Corrêa, e (ii) a VBC Energia passou a ser titular de 139.002.671 ações, correspondentes a 29,0% do capital da CPFL Energia, sendo que, deste total, 122.945.367 ações são originalmente integrantes do bloco de controle, vinculadas ao Acordo de Acionistas da CPFL Energia, e permanecem como tal.

Com a reorganização, a Bradespar retirou-se da VBC Energia, passando a deter 43.049.000 ações de emissão da CPFL Energia, representativas de 9,0% do seu capital social, desvinculadas do Acordo de Acionistas da CPFL Energia.

Em 20 fevereiro de 2009, a VBC Energia e a CPFL Energia divulgaram fatos relevantes informando que a reestruturação societária acordada entre a VBC Energia,a CPFL Energia, a Camargo Corrêa S.A. e a Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. no Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças foi concluída e que a Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. passou a deter, indiretamente, a totalidade das ações da VBC Energia.

INFORMAÇÕES SOBRE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS

Debêntures da Primeira Emissão

Em assembléia geral extraordinária da Companhia, realizada em 13 de julho de 1998, foi deliberada e aprovada a emissão de 600.000 debêntures, no valor nominal unitário de R$1.000,00, perfazendo valor total de R$600,0 milhões. A emissão foi realizada para subscrição privada, em série única. Atualmente, não há debêntures da 1ª (primeira) emissão em circulação no mercado.

Debêntures da Segunda Emissão

Em 1º de abril de 2005, com o propósito de alavancar recursos para o refinanciamento de dívidas com vencimento em 2005 e para a realização de parte dos investimentos que foram realizados pela Companhia, a RGE promoveu a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com ausência de cláusula de opção de repactuação.

Essas debêntures foram emitidas em duas séries, como segue:

- 1ª série - as 2.620 debêntures têm prazo de 6 anos, contados a partir da data de emissão, com vencimento em 1° de abril de 2011. Sobre o valor nominal unitário incidem (i) a variação do IGP-M (calculada de forma *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 dias úteis); e (ii) juros remuneratórios a uma taxa fixa anual de 9,6% ao ano, que foi definida em procedimento de *bookbuilding*. Os valores relativos à remuneração das debêntures são pagos anualmente, sempre no dia 1° do mês de abril de cada ano.

- 2ª série – as 20.380 debêntures têm prazo de 4 anos, contados a partir da data de emissão, com vencimento em 1° de abril de 2009. Sobre o valor nominal unitário incidem juros remuneratórios, definido em procedimento de *bookbuilding*, à taxa de 106,0% da acumulação das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação. Os valores relativos à remuneração das debêntures são pagos semestralmente, sempre no dia 1° dos meses de abril e outubro da cada ano.

Na data deste Prospecto, o saldo a ser pago relativos a tais debêntures totalizava R$ 26.515.117,71.

Debêntures da Terceira Emissão

Em 1º de dezembro de 2007, com o objetivo de reforçar seu capital de giro, proporcionar liquidez suficiente para suportar os investimentos em ativo imobilizado e possibilitar a liquidação de dívidas vincendas até 2009, a RGE promoveu sua terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem a emissão de cautela e sem opção de repactuação programada.

Essas debêntures foram emitidas cinco séries, no valor total de R$380,0 milhões, sendo cada série composta por uma única e indivisível debênture, com prazo de seis anos, contados a partir da data de emissão e vencimento em 1° de dezembro de 2013. Os valores e as datas de emissão das debêntures são, respectivamente:

- 1ª série de R$100,0 milhões - 1º de dezembro de 2007;
- 2ª série de R$140,0 milhões - 1º de janeiro de 2008;
- 3ª série de R$40,0 milhões - 1º de fevereiro de 2008;
- 4ª série de R$50,0 milhões - 1º de abril de 2008;
- 5ª série de R$50,0 milhões - 1º de abril de 2008.

Os valores relativos à remuneração das debêntures são pagos semestralmente sempre no dia 1°.

Na data deste Prospecto, o saldo a ser pago relativos a tais debêntures totalizava R$ 395.738.959,94.

Notas Promissórias da 3ª Emissão

Em 09 de abril de 2009 a Companhia emitiu 185 notas promissórias em série única, com valor nominal unitário de R$1.000.000,00 cada, resultando numa emissão de R$185.000.000,00.

Aproximadamente 87,0% dos recursos captados por meio da distribuição pública das Notas Promissórias da 3ª Emissão foram utilizados para o pagamento das notas promissórias comerciais da 2ª Emissão da Companhia, emitidas no valor total de R$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais), remuneradas à taxa de 118,0% (cento e dezoito por cento) da Taxa DI. O restante dos recursos, aproximadamente 13,0% do Valor Total da Oferta, foram utilizados para reforço do capital giro da Companhia.

As Notas Promissórias da 3ª Emissão têm como garantia o aval da CPFL Energia e são remuneradas pela variação acumulada de 118,0% (cento e dezoito por cento) da Taxa DI e terão vencimento em 360 dias a contar de 29 de abril de 2009.

As Notas Promissórias da 3ª Emissão deverão ser resgatadas a partir do 80º (octogésimo) dia contado da data de emissão: (i) obrigatoriamente, na hipótese da Companhia realizar qualquer forma de captação de recursos no mercado de capitais, no Brasil ou no exterior, com o propósito de refinanciamento da dívida representada pelas Notas Promissórias; ou (ii) a exclusivo critério da Companhia, de acordo com determinados procedimentos a serem observados.

Desse modo, a Companhia efetuará o resgate antecipado das Notas Promissórias com os recursos obtidos por meio da presente Oferta.

Na data deste Prospecto, o saldo a ser pago relativos a tais notas promissórias totalizava R$ 186.766.381,08.

As notas promissórias da 1ª e da 2ª emissão da Companhia já foram devidamente pagas em suas respectivas datas de vencimento.

PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante

A Companhia, como uma empresa que pertence ao grupo CPFL, segue as recomendações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC. Dentre estas recomendações podem-se destacar as seguintes práticas adotada pela Companhia:

- Transparência (disclosure);
- Equidade;
- Prestação de contas (accountability); e
- Responsabilidade Corporativa.

A Companhia possui uma política interna para divulgação de ato ou fato relevante ou sobre os procedimentos relativos a manutenção de sigilo acerca de ato ou fato relevante ainda não divulgado ao mercado, em conformidade com a Instrução CVM 358.

De acordo com sua política interna, considera-se relevante qualquer decisão de acionista controlador, deliberação da assembléia geral ou dos órgãos de administração da Companhia, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos seus negócios que possa influir de modo ponderável:

(i) na cotação dos valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados;

(ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter aqueles valores mobiliários; ou

(iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos envirenses à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados.

Cumpre ao Diretor de Relações com Investidores o dever de divulgar e comunicar à CVM e a BM&FBOVESPA, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam admitidos à negociação.

De acordo com a política interna da Companhia, a divulgação de qualquer ato ou fato relevante, deverá ser feita por meio de publicação nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, podendo ser feita de forma resumida com indicação dos endereços na rede mundial de computadores, onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e à BM&FBOVESPA.

Os acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, têm o dever, conforme a política interna da Companhia, de comunicar expressamente, por escrito, qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, que, caso seja o caso, promoverá sua divulgação.

As divulgações a serem feitas pelo Diretor de Relações com Investidores ocorrerão, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação.

A política interna da Companhia prevê a hipótese de que atos ou fatos relevantes podem, excepcionalmente, deixar de ser divulgados se os acionistas controladores ou os administradores entenderem que sua revelação porá em risco interesse legítimo da Companhia. Neste sentido, os acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, e os empregados da Companhia devem guardar sigilo das informações relativas ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

Na hipótese da informação mantida sob sigilo escapar ao controle ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Companhia ou a eles referenciados, os acionistas controladores e ou administradores deverão, diretamente ou por meio do Diretor de Relações com Investidores, divulgar imediatamente ao mercado tal ato ou fato relevante.

A não observância da política interna de divulgação, poderá configurar transgressão às disposições previstas na Instrução CVM 358, podendo sujeitar o infrator às penas de: (a) advertência; (b) multa; (c) suspensão do exercício do cargo; e (d) inabilitação temporária até o máximo de 20 anos, para exercício do cargo.

Código de Ética

A Companhia, como parte do grupo CPFL, obriga seus empregados a observarem o Código de Ética e Conduta Empresarial criado pela CPFL Energia em 2001.

Seus preceitos orientam as ações das empresas do grupo CPFL e de seus colaboradores nos processos de decisão, que sempre devem ser precedidos de uma avaliação dos impactos dos negócios nos diferentes públicos. Para isso, o Código de Ética e Conduta Empresarial explicita os posicionamentos da empresa quanto a:

(i) transparência e integridade das informações fornecidas pela empresa;

(ii) práticas discriminatórias e respeito à diversidade;

(iii) trabalho infantil;

(iv) assédio de qualquer espécie; e

(v) corrupção e propina.

Regras do Novo Mercado

Em 2000 a BM&FBOVESPA, com o objetivo de fazer com que companhias abertas brasileiras sigam melhores práticas de governança corporativa, criou o chamado Novo Mercado. O Novo Mercado é destinado à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a cumprir com práticas de boa governança corporativa e maiores exigências de divulgação de informações em relação àquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e melhoram a qualidade da informação fornecida aos acionistas.

A CPFL Energia, de modo a manter um elevado padrão de governança corporativa, celebrou em 2004 um contrato com a BM&FBOVESPA visando cumprir com os requisitos de listagem do Novo Mercado.

Dentre os diversos requisitos a serem atendidos pela CPFL Energia encontra-se a obrigação de alinhar seu Estatuto Social às disposições do Novo Mercado. Adicionalmente, a CPFL Energia também se obrigou a alinhar o Estatuto Social de suas controladas diretas ao seu próprio Estatuto Social. Assim, o Estatuto Social da Companhia está alinhado com o Estatuto da CPFL Energia e, portanto, com as disposições das Regras do Novo Mercado neste sentido.

Práticas de Governança Corporativa do Grupo CPFL

As práticas de governança corporativa descritas na presente Seção aplicam-se a todas as empresas que compõem o grupo CPFL.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética

O Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética é um conjunto de dispositivos gerenciais que tem o objetivo de diagnosticar, prevenir, monitorar, avaliar, reformular e aprimorar as ações individuais e institucionais, promovendo o desenvolvimento da qualidade ética em todas as ações da empresa com seus públicos. Entre as ações desenvolvidas em 2008, destacam-se: seminários de qualificação dos membros do Comitê de Ética, seminários de qualificação da Rede Ética para colaboradores; a conclusão do Relatório de Vulnerabilidades e Forças Éticas; e o lançamento do Portal Ética em Rede (www.cpfl.com.br/etica).

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia é responsável por determinar as diretrizes estratégicas globais, bem como pelo estabelecimento das políticas gerais de negócios, pela eleição da Diretoria e supervisão do exercício de suas funções. De acordo com o estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração poderá ser composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada conselheiro deve ser necessariamente acionista da Companhia. Nos termos do Estatuto Social, os conselheiros são eleitos em assembléia geral de acionistas com mandato de um ano, permitida a reeleição, podendo ser destituídos a qualquer momento por acionistas reunidos em Assembléia Geral Extraordinária. O Estatuto Social da Companhia não prevê idade para aposentadoria compulsória de conselheiros.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, se um conselheiro ou diretor executivo possui um conflito de interesses com a Companhia com relação a qualquer transação proposta, esse conselheiro ou diretor executivo não pode votar na reunião do Conselho de Administração ou reunião de Diretoria que tratar de tal transação e deve descrever a natureza e extensão do interesse conflitante para transcrição na ata da reunião. Um conselheiro ou diretor executivo não pode realizar qualquer negócio com a Companhia, não podendo aceitar empréstimos, exceto se em termos justos e razoáveis e condições idênticas aos termos e condições prevalecentes no mercado ou ofertados por terceiros. Qualquer contrato entre os acionistas ou partes relacionadas e a Companhia, que exceda R$5,0 milhões, corrigido anualmente pela variação do índice IGP-M, deve ser previamente aprovado pelo Conselho de Administração. Nesta data, não existem contratos ou outras obrigações relevantes em que sejam parte os administradores e a Companhia.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, combinada com uma decisão recente da Comissão de Valores Mobiliários, ou CVM, os acionistas minoritários têm o direito de eleger pelo menos um membro do Conselho de Administração, desde que detenham no mínimo 10,0% das ações com direito de voto. Os acionistas minoritários que detiverem mais de 5,0% das ações com direito de voto poderão requerer a adoção do processo de voto múltiplo.

O Estatuto Social da Companhia, em conformidade com o item 4.3.111 do edital n.º COD – 05/97, prevê que os empregados da Companhia, quando não detenham conjuntamente ações em número suficiente para indicar mais de um membro do Conselho de Administração, terão o direito de indicar um conselheiro. Adicionalmente, a Assembléia Geral poderá eleger suplentes para o Conselho de Administração, que substituirão os conselheiros titulares a que estiverem vinculados, no caso de ausência ou de impedimento temporário.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é responsável pela administração cotidiana das operações. Nos termos do Estatuto Social, a Diretoria é composta por seis membros eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de dois anos, permitida a reeleição. A atual Diretoria foi eleita em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 30 de abril de 2009.

Conselho Fiscal

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal é um órgão independente da administração e da auditoria externa da empresa. O Conselho Fiscal, obedecidas as disposições legais, compor-se-á de 3 (três) a 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária seguinte à de sua eleição, podendo ser reeleitos. As principais atribuições do Conselho Fiscal são fiscalizar os atos dos administradores, examinar e opinar sobre as demonstrações financeiras do exercício social e reportar suas conclusões para os acionistas da Companhia. A Lei das Sociedades por Ações exige que os membros do Conselho Fiscal recebam remuneração não inferior a 10,0% do que, em média, for atribuído aos diretores da Companhia, não computados benefícios e participação nos lucros. De acordo com a referida Lei, os acionistas minoritários que representem, em conjunto, no mínimo 10,0% ou mais das ações com direito a voto, têm direito de eleger, separadamente, um membro do Conselho Fiscal.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não podem ser eleitos para o Conselho Fiscal membros que façam parte dos órgãos de administração e empregados da Companhia ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo e o cônjuge ou parente dos administradores.

Comitês de Assessoria

O presidente de cada um dos comitês a seguir reporta suas atividades nas reuniões mensais do Conselho de Administração, no entanto, os comitês não têm autoridade para tomar decisões e suas sugestões não obrigam o Conselho de Administração.

Comitê de Avaliação de Processos e Controles Internos

O Comitê de Avaliação de Processos e Controles Internos é responsável por auxiliar o Conselho de Administração: (i) avaliando a validade das informações apresentadas ao Conselho de Administração, (ii) elaborando proposta para melhorar procedimentos de administração da Companhia, (iii) avaliando o perfil de risco e (iv) coordenando auditorias internas e preparando propostas de melhoria. Os membros deste comitê são Ricardo Carvalho Giambroni e Martin Roberto Glogowsky.

Comitê Gestor de Recursos Humanos

O Comitê Gestor de Recursos Humanos é responsável por auxiliar o Conselho de Administração: (i) coordenando o processo de seleção de executivos, (ii) definindo critérios de remuneração do comitê executivo, incluindo planos de incentivo de curto e longo prazo, (iii) definindo as metas de performance do comitê executivo, (iv) coordenando processos de avaliação do comitê executivo, (v) preparando o plano de sucessão dos membros do comitê executivo e (vi) monitorando a execução das políticas e práticas de recursos humanos e preparando propostas de melhoria quando necessário. Os membros deste comitê são Cecília Mendes Garcez Siqueira, Francisco Caprino Neto e Carlos Alberto Cardoso Moreira.

Comitê de Partes Relacionadas

O Comitê de Partes Relacionadas é responsável por auxiliar o Conselho de Administração: (i) avaliando os processos de seleção de fornecedores, construtoras subcontratadas e outros serviços de partes relacionadas, garantindo que essas contratações sejam conduzidas de forma justa e consistente com as práticas de mercado; e, (ii) avaliando os contratos de aquisição e venda de energia elétrica celebrados com partes relacionadas garantindo que tais negócios são conduzidos de forma justa e consistente com as práticas de mercado. Os membros deste comitê são Daniela Corsi Cardoso, Arthur Prado Silva e Humberto Pires Grault Vianna de Lima.

Adicionalmente aos comitês de aconselhamento, o Conselho de Administração criou seis comissões de trabalho (Comissão de Governança Corporativa, Comissão de Estratégia, Comissão de Orçamento, Comissão de Serviços Financeiros, Comissão de Aquisição de Energia e Comissão de Projetos) e pode criar outras.

Comissão de Estratégia

A Comissão de Estratégia é responsável por auxiliar o Conselho de Administração na avaliação e melhora de a estratégia de negócios, buscando atingir as metas de crescimento e objetivos de longo prazo.

Comissão de Serviços Financeiros

A Comissão de Serviços Financeiros é responsável por garantir o acompanhamento e eficiência das práticas financeiras atuais, assim como pela avaliação de novas oportunidades de operações financeiras que poderiam beneficiar a Companhia.

Comissão de Governança Corporativa

A Comissão de Governança Corporativa é responsável pelo monitoramento e implementação do novo modelo de governança corporativa e pela sugestão de potenciais melhorias ao Conselho de Administração.

Comissão de Orçamento

A Comissão de Orçamento tem a responsabilidade de assessorar o Conselho de Administração na análise e estabelecimento de orçamentos anuais e de longo prazo.

Comissão de Aquisição de Energia

A Comissão de Aquisição de Energia tem a responsabilidade de assessorar o Conselho de Administração na análise da aquisição de energia originada de fontes competitivas e alternativas pelas subsidiárias de comercialização.

Comissão de Projetos

A Comissão de Projetos é responsável por auxiliar o Conselho de Administração na avaliação de novas oportunidades para projetos de geração de energia.

Política de Dividendos

A Companhia pretende declarar e pagar dividendos e/ou juros atribuídos ao Patrimônio Líquido em valores de ao menos 50,0% de seus lucros líquidos corrigidos, em parcelas semestrais. O valor de qualquer das distribuições de dividendos e/ou de juros atribuídos ao Patrimônio Líquido dependerá de uma série de fatores, tais como condições financeiras, prospectos, condições macroeconômicas, reajustes de tarifa, mudanças regulatórias, estratégias de crescimento e outras matérias que o Conselho de Administração e os acionistas possam considerar relevantes. Além disso, as avenças constantes dos instrumentos de dívida podem limitar o valor dos dividendos e/ou dos juros atribuíveis ao Patrimônio Líquido nas distribuições que a Companhia venha a fazer. No contexto do planejamento fiscal da Companhia, no futuro poderá determinar ser benéfico distribuir juros atribuíveis ao Patrimônio Líquido em vez de dividendos.

O Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos e/ou de juros atribuídos ao Patrimônio Líquido, calculados com base nas demonstrações financeiras anuais ou semestrais ou em demonstrações financeiras referentes a períodos mais curtos, ou ainda com base em lucros acumulados registrados ou em lucros alocados para contas de reserva sem fins lucrativos nas demonstrações financeiras anuais ou semestrais. A declaração de dividendos anuais, inclusive dos dividendos que excedam a distribuição obrigatória, exige a aprovação por voto majoritário dos detentores de ações ordinárias.

ADMINISTRAÇÃO

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração, formado por no mínimo três e no máximo cinco membros, todos acionistas, eleitos e destituíveis por Assembléia Geral, e por uma Diretoria composta por cinco Diretores.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração deverá reunir-se, ordinariamente, pelo menos uma vez a cada três meses e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação de seu presidente, ou na ausência deste, por qualquer outro conselheiro. Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembléia Geral, para um mandato de um ano, permitida a reeleição. Em conformidade com o item 4.3 III, do Edital n.º COD-05/97, os empregados da Companhia terão o direito de indicar um membro ao Conselho de Administração, caso as ações que detenham não sejam suficientes para assegurar a sua eleição.

As obrigações do Conselho de Administração incluem a fixação da política e a orientação geral dos negócios da Companhia, a eleição dos Diretores da Companhia, bem como a fixação de suas atribuições.

Na data deste Prospecto, o Conselho de Administração da Companhia era formado pelos seguintes membros efetivos, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária de 2010:

Nome	Posição	Data da Posse
Wilson P. Ferreira Júnior	Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente	30/04/2009
Miguel Normando Abdalla Saad	Vice-Presidente do Conselho de Administração	30/04/2009
João Alberto Schmitt	Membro do Conselho de Administração	30/04/2009
Jorge Luiz Utzig	Membro do Conselho de Administração (suplente)	30/04/2009

Os membros do Conselho de Administração da Companhia têm seu endereço comercial na Rua Mário de Boni, n.º 1902, em Caxias do Sul - RS.

Diretoria

A Diretoria da Companhia é composta por seis membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Assuntos Regulatórios, um Diretor Financeiro, que acumulará as funções de Diretor de Relações com Investidores, um Diretor de Gestão de Energia e um Diretor de Distribuição e um Diretor Administrativo. Os Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração, para um mandato de dois anos, permitida a reeleição.

A Diretoria reúne-se por convocação do Diretor Presidente. Os Diretores são responsáveis pela direção dos negócios e a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia.

O Estatuto Social da Companhia estabelece as atribuições e poderes dos Diretores. Na data deste Prospecto, a Diretoria da Companhia era formada pelos seguintes Diretores, com mandato até abril de 2011:

Nome	Cargo	Data da Posse
Wilson P. Ferreira Júnior	Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente	30/04/2009
Hélio Puttini Júnior	Diretor de Assuntos Regulatórios	30/04/2009
José Antônio de Almeida Filippo	Diretor Financeiro, que acumulará as funções de Diretor de Relações com Investidores	30/04/2009
Paulo Cezar Coelho Tavares	Diretor de Gestão de Energia	30/04/2009
Hélio Viana Pereira	Diretor de Distribuição	30/04/2009
José Marcos Chaves de Melo	Diretor Administrativo	30/04/2009

Os Diretores da Companhia têm seu endereço comercial na Rua Mario de Boni, n.º 1.902, Caxias do Sul – RS.

Informações Biográficas

A seguir encontram-se as informações biográficas dos atuais membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia:

Membros do Conselho de Administração

Wilson P. Ferreira Junior. Nascido em 03 de maio de 1959, formado em Engenharia Elétrica em 1981, pela Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie, e em Administração de Empresas, em 1983, pela Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Universidade Mackenzie e mestrado em Energia pela Universidade de São Paulo - USP. Cursou várias especializações, dentre as quais: Engenharia de Segurança do Trabalho (Mackenzie, 1982), Marketing (FGV, 1988), Administração de Distribuição de Energia Elétrica (Swedish Power Co., Suécia, 1992). Exerceu diversos cargos de confiança na CESP – Companhia Energética de São Paulo, onde foi Diretor de Distribuição no período de 1995 a 1998. No período de 1998 a 2000, foi Diretor Presidente da RGE e de 2000 a 2001 foi Presidente do Conselho de Administração da Bandeirante. Foi Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE onde teve uma destacada atuação e Vice-presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústria de Base – ABDIB. Atualmente é Presidente do Conselho de Administração da ONS. Em março de 2000 assumiu a posição de Diretor Presidente da CPFL Paulista e, posteriormente, da CPFL Piratininga, da CPFL Geração, da CPFL Brasil, da CPFL Centrais Elétricas e da SEMESA e Diretor Superintendente da Foz do Chapecó. Também é membro do Conselho de Administração da SEMESA e da Foz do Chapecó. O Sr. Wilson P. Ferreira Júnior é o Diretor Presidente da CPFL Energia desde 28 de agosto de 2002. Em 28 de abril de 2006, foi eleito membro titular do Conselho de Administração das empresas CPFL Paulista, CPFL Geração e CPFL Piratininga.

Miguel Normando Abdalla Saad. Nascido em 07 de fevereiro de 1950, graduado em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia de São Carlos – USP em 1973, no decorrer de sua experiência profissional ocupou diversos cargos de confiança na CESP no período de 1974 a 2000, dentre os quais os de Engenheiro Chefe do Setor de Concreto do Laboratório de Engenharia Civil, Gerente da Divisão de Recursos Hídricos e Térmicos, Gerente Adjunto do Departamento de Planejamento da Expansão do Sistema Elétrico e Gerente do Departamento de Construção e Contratos. De 1994 a 1997 atuou como Presidente do Núcleo São Paulo do Comitê Brasileiro de Grandes Barragens. Atualmente é Diretor de Geração da CPFL Geração, Presidente do Conselho de Administração da ENERCAN, Foz do Chapecó e CERAN, Vice-Presidente do Conselho de Administração da BAESA e CPFL Jaguariúna e membro do Conselho de Administração das empresas CPFL Paulista e CPFL Piratininga.

João Alberto Schmitt. Nascido em 07 de novembro de 1958, é técnico em Contabilidade pelo Instituto de Educação Cenecista – CENC de Tenente Portela/RS e eletrotécnico pela Escola Técnica Estadual Vinte e Cinco de Julho de Ijuí/RS. No decorrer de sua experiência profissional ocupou diversos cargos de confiança na RGE, no período de 1992 a 2008, dentre os quais os de Chefe da Seção de Operação da Distribuição (1992), Chefe da Seção de Manutenção de Redes (1995), Supervisor de Base Operacional (1997). Também atuou, de 1992 a 2006, como Diretor do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas Geradoras, ou Transmissoras, ou Distribuidoras, ou Afins de Energia Elétrica no Estado do Rio Grande do Sul - Senergisul, sendo que, em 2006, chegou à vice-presidência do Senergisul.

Jorge Luiz Utzig. Nascido em 08 de dezembro de 1953, é Técnico em Eletrotécnica pela Escola Técnica Estadual Vinte e Cinco de Julho de Ijuí/RS. Em sua experiência profissional, atuou de 1974 a 1997 na CEEE, ocupando diversos cargos de chefia, tais como Chefe de Agência, Chefe da Seção de Operação da Distribuição e Chefe da Seção de Expansão e Melhoramentos.

Membros da Diretoria

Wilson P. Ferreira Junior. Ver "Seção Administração – Informações Biográficas – Membros do Conselho de Administração" na página 200 deste Prospecto.

Hélio Puttini Júnior. Nascido em 13 de novembro de 1958 – graduado em Engenharia Elétrica pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá – EFEI, em 1983, com pós-graduação (Latu Sensu) em Engenharia Econômica, pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal, em 1986. No decorrer de sua experiência profissional ocupou diversos cargos na Companhia Energética de Brasília – CEB como Gerente da Seção de Desenvolvimento e Estatística – SEDE (1985–1991), Assessor do Departamento Comercial de Distribuição – DCD (1991-1994), Gerente de Planejamento Comercial (1994-1996), Gerente de Manutenção de Redes Aéreas (1996-1997). No período de 1998-2001 ocupou o cargo de Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade na ANEEL e de 2001-2003 como Assessor de Presidência da CEB. Desde janeiro de 2004 ocupa o cargo de Diretor de Assuntos Regulatórios da CPFL Paulista e CPFL Piratininga. Atualmente também é Diretor das Distribuidoras CPFL Geração, CPFL Santa Cruz, CPFL Jaguari, CPFL Sul Paulista, CPFL Leste Paulista, CPFL Mococa e RGE.

José Antonio de Almeida Filippo. Nascido em 27 de outubro de 1960, formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – RJ em 1983, com pós graduação em Finanças, pelo Instituto de Administração e Gerência - IAG, em 1984, cursou o *Program for Management Development* pelo IBMEC, em 1990, e o *Program for Management Development* na *Harvard Bussines School* – Boston - EUA, em 1999. Atuou em posições executivas nas empresas Ingersoll-Rand; LATASA; GAFISA. É Diretor Vice-presidente Financeiro e de Relações com Investidores da CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Geração, Diretor Vice-presidente Financeiro da CPFL Brasil e CPFL Centrais Elétricas e, Diretor Administrativo-financeiro e de Relações com Investidores da SEMESA e Diretor Administrativo-financeiro da Foz do Chapecó. O Sr. José Antonio de Almeida Filippo é Diretor Vice-presidente Financeiro e de Relações com Investidores da CPFL Energia desde 30 de junho de 2004.

Paulo Cezar Coelho Tavares. Nascido em 27 de outubro de 1953. Formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com mestrado em Sistemas de Potência pela UNICAMP. Cursou MBA em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) em 1998. Atuou como Engenheiro e Gerente de Planejamento e Comercialização de Energia na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), e foi assessor da Gerência Executiva da Eletrobrás, no comando do Programa Nacional de Conservação de Energia (PROCEL) e da distribuição de áreas urbanas e rurais. Também atuou como secretário do PROCEL e coordenou diversos projetos e acordos internacionais referentes à Eficiência Energética, em instituições como o Banco Mundial, USAID, ACEEE, CIDA (Canadá), ETSU (Reino Unido) e ALURE na Comunidade Européia. Foi Presidente da Guaraniana Comércio e Serviços (GCS), comercializadora de energia e gás. Foi Vice-Presidente de Desenvolvimento Corporativo e Diretor Presidente da Companhia Energética de Pernambuco (CELPE). Também foi membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Alagoas (CEAL), da Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN) e da CELPE. Atualmente é membro da Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica (ABRACEEL), Diretor de Gestão de Energia da CPFL Brasil, da CPFL Paulista, da CPFL Piratininga, da RGE, da CPFL Santa Cruz, da CPFL Geração, da CPFL Bioenergia, da CPFL Jaguariúna e das demais subsidiárias da CPFL Energia. É membro do Conselho de Administração da CERAN, da ENERCAN e da Foz do Chapecó Energia. O Sr. Paulo é Diretor Vice-Presidente de Gestão de Energia da CPFL Energia desde 2002.

Hélio Viana Pereira. Nascido em 09 de fevereiro de 1954, graduado em Engenharia Elétrica pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá – EFEI, em 1976, com especialização em Engenharia da Qualidade Industrial pela Universidade Estadual de Campinas e pós-graduação em Gestão de Negócios de Energia Elétrica pela FGV e USP. Ao longo de sua vida profissional, atuou: na Eletrobrás, como Engenheiro do Departamento de Eletrificação Rural (1976/1978), na Companhia de Eletricidade de Brasília - CEB, como Engenheiro da Área de Estudos de Redes Subterrâneas e como Gerente da Divisão de Iluminação Pública (1978/1981), na CESP - Companhia Energética de São Paulo ocupou diversos cargos de confiança na sua área de atuação de Supervisor de Controle Operacional a Gerente de Operação (1981/1999). Na CPFL Paulista, ocupou o cargo de Gerente do Departamento de Planejamento e Modernização, no período de maio a agosto de 2000. Desde setembro de 2000 ocupa o cargo de Diretor Vice-presidente de Distribuição da CPFL Paulista e da CPFL Piratininga. O Sr. Hélio Viana Pereira é Diretor Vice-presidente de Distribuição da CPFL Energia desde 28 de agosto de 2002. Em 28 de abril de 2006, foi eleito membro suplente do Conselho de Administração das empresas CPFL Paulista e CPFL Piratininga.

José Marcos Chaves de Melo. Nascido em 07 de março de 1963, graduado em engenharia mecânica pela The University of Kansas em 1986, possui as seguintes distinções acadêmicas e profissionais: Bolsa de Estudos da *Fulbright Commission, U.S. National Engineering Honor Society* (Tau Beta Pi), *SAP's Diamond Circle Award for Outstanding Business Contributions 2005 e* Prêmio Mundial de Inovação da Accenture – Projeto SIGA do ONS 2006. O Sr. Melo recebeu o título de técnico eletrônico da CEFET no Rio de Janeiro em 1980. Trabalhou na Accenture do Brasil de 1987 a 2008, tendo ocupado diversas posições, até chegar ao cargo de Diretor, posição que ocupou de 1998 a 2008. Foi responsável pela venda, atendimento ao cliente, supervisão e execução dos projetos junto a empresas, tendo atuado por 12 anos no setor elétrico, 5 anos em óleo e gás, 2 anos siderurgia e 1 em manufatura. Acumula experiência em diversas áreas funcionais, incluindo-se nessas Tecnologia da Informação, Cadeia de Suprimentos e Serviços de Campo e Gestão de Ativos. Atendeu as seguintes empresas ao longo de sua carreira: CPFL, Neoenergia, Light, CEMIG, CEMAR, Celesc, Furnas, DUKE, CCEE, ONS, Petrobras Gás e Energia, Petrobrás, Repsol-YPF e CSN. Desde abril de 2008 é Diretor Administrativo da CPFL Geração e membro do Conselho de Administração da CPFL Sul Paulista e CPFL Leste Paulista.

O endereço comercial dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia é Rua Gomes de Carvalho n.° 1.510, 14° andar, conjunto 1.402, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia é não permanente, podendo ser instalado pela Assembléia Geral, obedecidas as disposições legais, e compor-se-á de três a cinco membros e respectivos suplentes.

Relação Familiar

Na data deste Prospecto, não havia nenhuma relação familiar entre os Administradores da Companhia e seus principais acionistas.

Ações detidas pelos Administradores

Na data deste Prospecto, os administradores da Companhia possuem as seguintes ações da Companhia e da Garantidora:

Nome	Cargo	N.º de Ações da Companhia	% de participação no capital social da Companhia	N.º de Ações da Garantidora	% de participação no capital social da Garantidora
Wilson P. Ferreira Júnior	Presidente do Conselho de Administração e da Diretoria	1 (uma)	0,0000%	25.000	0,0052%
Miguel Normando Abdalla Saad	Vice-Presidente do Conselho de Administração	1 (uma)	0,0000%	2.322	0,0005%
João Alberto Schmitt	Membro Titular do Conselho de Administração	1 (uma)	0,0000%	0 (zero)	0,0000%
Jorge Luiz Utzig	Membro Suplente do Conselho de Administração	1 (uma)	0,0000%	0 (zero)	0,0000%
Hélio Puttini Júnior	Diretor de Assuntos Regulatórios	0 (zero)	0,0000%	0 (zero)	0,0000%
José Antônio de Almeida Filippo	Diretor Financeiro, que acumulará as funções de Diretor de Relações com Investidores	0 (zero)	0,0000%	3.980	0,0008%
Paulo Cezar Coelho Tavares	Diretor de Gestão de Energia	0 (zero)	0,0000%	0 (zero)	0,0000%
Hélio Viana Pereira	Diretor de Distribuição	0 (zero)	0,0000%	0 (zero)	0,0000%
José Marcos Chaves de Melo	Diretor Administrativo	0 (zero)	0,0000%	0 (zero)	0,0000%

Política de Divulgação de Informações

A CPFL Energia estabeleceu certas Diretrizes de Governança Corporativa, aplicável a todas as empresas do Grupo CPFL, incluindo a Companhia. De acordo com as Diretrizes de Governança Corporativa, a administração e os acionistas adotam os princípios da transparência, da obediência e do cumprimento das leis na divulgação das informações ao mercado.

Remuneração

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e atingimento de metas. A política de remuneração da Companhia manteve-se consistente nos últimos três exercícios sociais.

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas são responsáveis pela fixação do valor total da remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria da Companhia. Após os acionistas fixarem o valor total da remuneração cabível, os membros do Conselho de Administração ficam, então, responsáveis pela fixação dos níveis de remuneração individuais.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, a remuneração total que a Companhia pagou aos seus Conselheiros e Diretores foi de aproximadamente R$ 2.002 mil. Desse valor, foram pagos diretamente à administração R$ 1.234 mil como remuneração fixa e R$ 768 mil relativo a remuneração variável por desempenho e atingimento de metas.

A Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada no dia 30 de abril de 2009 fixou a remuneração anual global dos administradores da Companhia, no limite de até R$ 2.213 (dois milhões, duzentos e treze mil reais), incluídos neste valor todos os benefícios e encargos.

Adicionalmente, os Administradores não recebem remuneração indireta.

Conselho de Administração

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, os membros do Conselho de Administração da Companhia receberam remuneração total de R$ 48 mil (quarenta e oito mil reais).

Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração não recebem remuneração indireta, não recebem remuneração variável por desempenho e atingimento de metas, não possuem opções de antecipação de aposentadoria ou resgates de benefícios.

Diretoria

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, os membros da Diretoria da Companhia receberam remuneração total de R$ 1.880 mil. Desse valor, foram pagos R$ 1.113 mil (um milhão, cento e treze mil reais) como remuneração fixa e R$ 768 mil (setecentos e sessenta e oito mil reais) relativo a remuneração variável por desempenho e atingimento de metas.

Adicionalmente, os membros da Diretoria não recebem remuneração indireta, não possuem opções de antecipação de aposentadoria ou resgates de benefícios.

Conselho Fiscal

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, os membros do Conselho Fiscal da Companhia receberam remuneração total de R$ 73 mil (setenta e três mil reais).

Adicionalmente, os membros do Conselho Fiscal não recebem remuneração indireta, não recebem remuneração variável por desempenho e atingimento de metas, não possuem opções de antecipação de aposentadoria ou resgates de benefícios.

Plano de Opção de Compra de Ações

A Companhia, nos termos do seu Estatuto Social, pode conceder opções de ações para seus administradores, funcionários, ou a pessoas naturais que prestem serviços para a Companhia, desde que o plano de opção seja submetido à Assembléia Geral pelo Conselho de Administração, respeitado o limite do capital autorizado.

Na data deste Prospecto, nenhum plano de opções de compra de ações havia sido aprovado pelos acionistas da Companhia e não há previsão para que um plano seja submetido para aprovação.

Diretor de Relação com os Investidores

O Diretor de Relação com os Investidores da Companhia é o Sr. José Antonio de Almeida Filippo, com endereço comercial na Rodovia Campinas Mogi-Mirim, Km. 2,5, cidade de Capinas, Estado de São Paulo,, telefone (19) 3756-8704, fax (19) 3756-8777, correio eletrônico: jfilippo@cpfl.com.br. O site da Companhia é http://www.cpfl.com.br/ri/.

Condenações Judiciais e Administrativas

Os membros da Administração da Companhia não sofreram nenhuma condenação judicial ou administrativa.

Contratos ou Outras Obrigações Relevantes

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia não possuem contratos ou outras obrigações relevantes com a Companhia.

PENDÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

Em 31 de março de 2009, a Companhia era parte em aproximadamente 17.489 processos judiciais e administrativos, de natureza cível, trabalhista e tributária. O valor somado dos processos com possibilidade de perda possível e provável, segundo avaliação da Companhia e de seus consultores jurídicos, em 31 de março de 2009, era de aproximadamente R$581milhões, dos quais R$52milhões foram provisionados pela Companhia. As Provisões para Contingências foram constituídas, com base em avaliação dos riscos de perdas, para os processos em que a possibilidade de perda é provável na opinião da Companhia e dos seus assessores legais.

Dentre os principais litígios destacam-se:

Processos Cíveis e legislação do Setor – Diversos Objetos

As causas cíveis e demais versam sobre as seguintes reclamações: danos em aparelhos causados pelas redes elétricas, ilegalidade de majoração de tarifa, pedido de indenização por corte de luz, anulação de débitos cobrados com base em recuperação do consumo e indenização por danos em geral causados pela rede elétrica, devolução de valores aos consumidores decorrentes de obras realizadas, entre outras. Constituem-se em um total de aproximadamente 9.997 ações, sendo que 487 são consideradas relevantes.

O valor somado dos processos cíveis e relativos a legislação do setor com possibilidade de perda possível e provável, segundo avaliação da Companhia e de seus consultores jurídicos, em 31 de março de 2009, era de aproximadamente R$185milhões, dos quais R$12 milhões foram provisionados pela Companhia. As Provisões para Contingências foram constituídas, com base em avaliação dos riscos de perdas, para os processos em que a possibilidade de perda é provável na opinião da Companhia e dos seus assessores legais.

Majoração Tarifária

A Companhia, assim como outras distribuidoras, responde em processos movidos por consumidores industriais em decorrência do aumento ocorrido na tarifa em março de 1986, quando vigorava o "Plano Cruzado". Apesar de se tratar de reajuste devidamente autorizado pelo Poder Concedente, o Poder Judiciário, inclusive nas altas instâncias, entendeu que a correção nas tarifas desrespeitou a lei então vigente, determinando às concessionárias de distribuição de energia elétrica, que foram as beneficiárias do recebimento, a restituírem os valores devidamente atualizados.

Vale ressaltar que o Poder Judiciário, através do STJ, entendeu que os efeitos do reajuste estavam limitados ao período compreendido entre março e novembro de 1986 e que não houve contaminação nas contas de energia elétrica futuras.

Processos Tributários

A Companhia possui aproximadamente de 120 processos judiciais e administrativos que versam sobre matéria tributária nas esferas federal, estadual e municipal, além de outros relativos encargos setoriais. Constituem-se como principais processos os tributários os seguintes:

(i) Em 13 de dezembro de 2004, a Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil em relação aos seguintes tributos: (a) IRPJ e CSL devidos no período de 1999 a 2003 em razão do excesso de amortização do ágio; (b) PIS e COFINS sobre a atualização financeira pela SELIC da conta de compensação de variações de itens dos custos não-gerenciáveis (CVA); (c) IRPJ e CSLL sobre as diferenças de taxas de depreciação entre o laudo de reavaliação e as taxas ANEEL. Atualmente, os processos encontram-se em fase de recursal. De acordo com a

opinião dos advogados que acompanham os casos, o prognóstico de perda do processo é possível e o valor envolvido atualizado encontra-se estimado em R$ 285.4 milhões. Não há valor provisionado para este processo.

(ii) Autuação da Secretária da Receita Federal em relação à ausência de recolhimento de multa de mora em denúncia espontânea para pagamento de PIS e COFINS. Atualmente, o processo encontra-se aguardando julgamento de recurso especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais, que definirá sobre a manutenção, ou não, do valor remanescente da multa. De acordo com a opinião dos advogados que acompanham os casos, as chances de perda são remotas e o valor envolvido atualizado encontra-se estimado em R$ 142.462,11. Não há valor provisionado para este processo.

(iii) O pedido de suspensão da eficácia das decisões da Secretaria da Receita Federal para considerar a dedutibilidade, para fins de apuração de imposto de renda e contribuição social, dos valores relativos a complementação de aposentadoria a empregados aposentados da Companhia (beneficiários da Fundação ELETROCEEE). Atualmente, o processo encontra-se em fase recursal. De acordo com a opinião dos advogados que acompanham os casos, o prognóstico de perda do processo é possível. Não há valor provisionado para este processo.

(iv) Cobrança da taxa de uso de solo pelas prefeituras municipais e outras autarquias estaduais. Atualmente, os processos encontram-se em fase de recurso. De acordo com a opinião dos advogados que acompanham os casos, o prognóstico de perda do processo é possível. Não há valor provisionado para este processo.

(v) Autuação da Secretaria da Receita Estadual relativo a ausência de recolhimento de multa em denúncia espontânea para pagamento de ICMS. Atualmente, o processo encontra-se em fase judicial, aguardando a intimação do Estado do Rio Grande do Sul para apresentação de contra-razões ao recurso de apelação interposto pela Companhia. De acordo com a opinião dos advogados que acompanham os casos, o prognóstico de perda do processo é possível e o valor envolvido atualizado encontra-se estimado em R$ 19.959.771,86. Não há valor provisionado para este processo.

Processos Trabalhistas

A Companhia, em 31 de março de 2009, apresenta o total das causas na esfera da justiça do trabalho de 1.435 processos, as quais versam sobre: adicional de horas extras, adicional de periculosidade, indenização por sobreaviso e reconhecimento da relação de emprego, entre outras. Do total das reclamações na justiça do trabalho, cerca de 74,0% são provenientes de ex-funcionários da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, os quais nunca trabalharam na Companhia ou tiveram seus contratos transferidos. Para as demais causas, 15,0% são oriundas de funcionários contratados pela Companhia; e 11,0% advém de reclamações ajuizadas por terceirizados. O valor somado dos processos trabalhistas com possibilidade de perda possível e provável, segundo avaliação da Companhia e de seus consultores jurídicos, em 31 de março de 2009, era de aproximadamente R$31milhões, dos quais R$15 milhões foram provisionados pela Companhia. As Provisões para Contingências foram constituídas, com base em avaliação dos riscos de perdas, para os processos em que a possibilidade de perda é provável na opinião da Companhia e dos seus assessores legais.

Processos Ambientais

A Companhia é parte passiva em certos processos administrativos ambientais, a maior parte em relação ao corte e à poda de árvores localizadas próximas a sua rede de distribuição de energia elétrica. O valor envolvido em tais processos, individualmente ou somados, não representam risco à Companhia ou à sua capacidade financeira.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

9. INFORMAÇÕES RELATIVAS À GARANTIDORA

- Histórico da Garantidora
- Atividades da Garantidora
- Organização Societária
- Aquisições Recentes
- Propriedades, Plantas e Equipamentos
- Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela Garantidora
- Práticas de Governança Corporativa
- Administração
- Pendências Judiciais e Administrativas
- Informações Financeiras Selecionadas da Garantidora
- Breves Discussões das Informações Financeiras Selecionadas
- CPFL Energia em números (R$ milhares)

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

HISTÓRICO DA GARANTIDORA

Introdução

A CPFL Energia S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho n.° 1.510, 14° andar, conjunto 1.402, registrada na CVM em 18 de maio de 2000 sob n.º 01866-0. A CPFL Energia é uma *holding* constituída em 20 de março de 1998, que tem como objeto social (i) promoção de empreendimentos no setor de geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia elétrica e atividades correlatas; (ii) a prestação de serviços em negócios de energia elétrica, telecomunicações e transmissão de dados, bem como a prestação de serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a sociedades controladas e coligadas; e (iii) a participação no capital de outras sociedades que tenham atividades semelhantes às exercidas pela Companhia, notadamente sociedades cujo objeto seja promover, construir, instalar e explorar projetos de geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos.

Histórico

A CPFL Energia tem suas origens na CPFL Paulista, constituída em 1912, como resultado da fusão de quatro pequenas empresas de energia que atuavam no interior paulista. Em 1997 ocorreu a privatização da CPFL Paulista, sendo as ações representativas de seu capital social adquiridas pela VBC Energia, pela 521 Participações e pela Bonaire.

A partir da aquisição da CPFL Paulista, referidas companhias iniciaram uma trajetória de expansão, adquirindo diversos ativos no setor elétrico nacional. A conclusão do processo de expansão e consequente reestruturação do Grupo CPFL aconteceu em 06 de agosto de 2002, quando os controladores do Grupo CPFL, com o objetivo de reestruturar seus investimentos nos setores de distribuição e geração de energia elétrica, decidiram transferir suas participações diretas nas empresas CPFL Paulista e CPFL Geração, para a Draft II, resultando na consolidação dos ativos de geração e distribuição de energia elétrica e simplificação de sua organização operacional e societária. Após esse evento, a Draft II passou a se chamar CPFL Energia, na qual foram consolidadas as participações de 95,1% no capital total da CPFL Paulista e 95,7% no capital total da CPFL Geração. Esta reestruturação visou propiciar, dentre outros, os seguintes benefícios: (a) maior integração operacional das empresas do grupo; (b) racionalização do uso dos recursos financeiros; (c) viabilização de novos projetos de geração de energia elétrica.

Em 20 de outubro de 2003, os acionistas controladores da CPFL Energia, com o objetivo de alavancar recursos e dar segmento a reestruturação dos investimentos, decidiram alienar para o BNDES, 3,4% do capital total da CPFL Energia, reduzindo suas participações, proporcionalmente, às participações detidas naquela data.

Em 04 de outubro de 2004, a CPFL Energia efetivou a oferta pública de ações, ocorrida mediante a distribuição pública de aproximadamente 8,8% do capital social, por meio da emissão de novas ações e simultaneamente a distribuição de 1,7% do seu capital total por meio de venda de ações dos acionistas controladores ambas totalizando 10,5% do capital total. Esta oferta ocorreu tanto no âmbito nacional como internacional, sendo que as ações da oferta nacional foram listadas na BM&FBOVESPA, enquanto que a oferta internacional, na forma de *american depositary shares*, foi listada na Bolsa de Valores de Nova Iorque (*New York Stock Exchange*).

No início de novembro de 2004, a CPFL Energia emitiu lote complementar de 179.244 ações ao Coordenador Global da Oferta, conforme previa o Contrato de Distribuição (*International Purchase Agreement*).

Em 06 de maio de 2005, a CPFL Energia ratificou o aumento de capital, em virtude do exercício parcial do direito de subscrição previsto no bônus de subscrição emitido em 05 de dezembro de 2003 pela CPFL Energia em favor do International Finance Corporation – IFC. Foram emitidas 1.440.409 ações ordinárias, o que representa uma participação de 0,3% no capital total da CPFL Energia.

Em 20 de junho de 2005, foi aprovada a incorporação da totalidade das ações ordinárias e preferenciais dos acionistas não controladores da CPFL Geração ao patrimônio da CPFL Energia, com o consequente aumento de capital em R$85.577 mil, mediante a emissão de 3.665.488 ações ordinárias, passando o capital social de R$4.107.344 mil para R$4.192.921 mil, dividido em 456.734.666 ações ordinárias. Os acionistas não controladores da CPFL Geração receberam 1 (uma) nova ação ordinária da CPFL Energia para cada lote de 1.622 ações ordinárias ou preferenciais de emissão da CPFL Geração. Referida transação foi realizada com base em laudos de avaliação do valor econômico da CPFL Energia e da CPFL Geração.

Em 25 de julho de 2005, a CPFL Energia ratificou o aumento de capital em virtude do exercício da totalidade do bônus de subscrição emitido pela CPFL Energia em 05 de dezembro de 2003, em favor do IFC, decorrente da conversão de empréstimo no montante de R$73.668 mil na data base de 25 de julho de 2005, ao preço de R$17,71 por ação. Foram emitidas 4.159.647 ações ordinárias, o que representa uma participação de 0,9% no capital total da CPFL Energia.

A CPFL Energia ou terceiros não realizaram ofertas públicas de aquisição de ações de emissão da CPFL Energia.

Por fim, nos últimos 3 (três) exercícios sociais a CPFL Energia realizou ofertas públicas de valores mobiliários, inclusive de debêntures e notas promissórias. Para mais informações sobre os valores mobiliários emitidos pela CPFL Energia, vide Seção "Títulos e Valores Mobiliários Emitidos", constante da página 256 deste Prospecto.

A CPFL Energia não produz nem comercializa bens ou serviços capazes de gerar um fluxo de caixa próprio. Suas receitas são provenientes dos resultados de seus investimentos, bem como de aplicações financeiras.

Para mais informações sobre as reestruturações societárias ocorridas no Grupo CPFL, ver Seção "Estrutura Organizacional do Grupo CPFL" na pág. 181 deste Prospecto e para mais informações sobre os investimentos em capital da CPFL Energia, ver Seção "Aquisições Recentes" na pág. 252 deste Prospecto.

ATIVIDADES DA GARANTIDORA

Visão Geral

A CPFL Energia é uma *holding* que, por intermédio de suas subsidiárias, distribui, gera e comercializa energia elétrica no Brasil. Foi constituída em 1998 por VBC Energia, 521 Participações e Bonaire, com o intuito de combinarem seus interesses em companhias elétricas e de distribuição de energia elétrica no Brasil. Para maiores informações sobre a história da CPFL Energia, veja a Seção "Histórico da Garantidora" na página 211 deste Prospecto.

Principais Atividades Desenvolvidas

Distribuição

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, as empresas distribuidoras do Grupo CPFL forneceram 13,0% da energia fornecida no país. A CPFL Paulista, a CPFL Piratininga, a CPFL Santa Cruz e a Jaguariúna forneceram, nesse período, um volume de 7.516 GWh de energia elétrica, para mais de 5,0 milhões de consumidores no Estado de São Paulo, representando cerca de 34,5% da energia fornecida nesse Estado, sendo 4.877 GWh pela CPFL Paulista, 2.103 GWh pela CPFL Piratininga e 730 GWh pelas CPFL Santa Cruz e Jaguariúna. A RGE forneceu, neste mesmo período, um volume de 1.698 GWh de energia elétrica, para mais de 1 milhão de consumidores no Estado do Rio Grande do Sul.

Em 31 de março de 2009, as receitas por grupo de consumidor das distribuidoras foram as seguintes: 24,0% provenientes de consumidores industriais, 16,0% provenientes de consumidores comerciais, 42,0% provenientes de consumidores residenciais, 3,0% provenientes de consumidores rurais e 14,0% provenientes de outros consumidores.

Uma breve descrição das concessionárias de distribuição de energia elétrica controladas pela CPFL Energia segue abaixo:

<u>CPFL Paulista</u>

A CPFL Paulista foi constituída em 16 de novembro de 1912, a partir da fusão de quatro pequenas sociedades prestadoras de serviços de energia elétrica que atuavam no interior paulista: Empresa Força e Luz de Botucatu, Força e Luz de Agudos/Pederneiras, Força e Luz São Manoel e Companhia Elétrica do Oeste de São Paulo. A CPFL Paulista é uma concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, que atua na região do interior paulista, abrangendo 234 municípios, numa área geográfica superior a 90,4 mil km^2, correspondente a 37,0% do território do Estado de São Paulo. A CPFL Paulista atende a uma população superior a 9,8 milhões de habitantes, totalizando, em 31 de março de 2009, aproximadamente 3,5 milhões de consumidores. O mercado de atuação da CPFL Paulista no interior do Estado de São Paulo abrange uma economia baseada principalmente na indústria, em serviços e na agropecuária. A CPFL Energia detém 100% do capital social da CPFL Paulista.

CPFL Piratininga

A CPFL Piratininga é uma concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, que atua na região do interior paulista e na baixada santista, abrangendo 27 cidades, numa área geográfica superior a 6.785 mil km^2, correspondente a 2,8% do território do Estado de São Paulo. A CPFL Piratininga atende a uma população estimada acima de 3 milhões de habitantes, totalizando aproximadamente 1,2 milhões de clientes. O mercado de atuação da CPFL Piratininga no interior do Estado de São Paulo abrange uma economia baseada principalmente na indústria, em serviços e na agropecuária e na Baixada Santista abrange uma economia baseada na indústria metalúrgica, na indústria de borracha e no turismo. A CPFL Energia detém 100% do capital social da CPFL Piratininga.

RGE

A RGE é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia elétrica para 254 municípios, nas regiões Norte e Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, atendendo a aproximadamente 1,2 milhão de consumidores. Entre os principais municípios estão Passo Fundo e Caxias do Sul. Possui prazo de concessão que se encerra em 2027, podendo este ser prorrogado por período adicional de no máximo 30 anos. A CPFL Energia detém 100% do capital social da RGE.

CPFL Santa Cruz

A CPFL Santa Cruz é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia para 24 municípios localizados no Estado de São Paulo, na região da Média Sorocabana, e em 3 municípios ao norte do Estado do Paraná, atendendo a aproximadamente 174 mil consumidores. Entre os principais municípios estão Ourinhos, Avaré e Santa Cruz do Rio Pardo. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015, podendo este ser prorrogado por período adicional de 20 anos. A CPFL Energia detém 99,99% do capital social da CPFL Santa Cruz.

CPFL Jaguari

A CPFL Jaguari é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua na distribuição de energia para 2 municípios: Jaguariúna e Pedreira, localizados no Estado de São Paulo, atendendo a aproximadamente 31 mil consumidores. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015, podendo este ser prorrogado por período adicional de 20 anos. A CPFL Energia detém 90,15% do capital social da CPFL Jaguari.

CPFL Sul Paulista

A CPFL Sul Paulista é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua na distribuição de energia para 5 municípios: Itapetininga, São Miguel Arcanjo, Sarapuí, Guareí e Alambari, localizados no Estado de São Paulo, atendendo a aproximadamente 68 mil consumidores. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015, podendo este ser prorrogado por período adicional de 20 anos. A CPFL Energia detém 87,80% do capital social da CPFL Sul Paulista.

CPFL Mococa

A CPFL Mococa é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia para o município de Mococa, localizado no Estado de São Paulo, e 3 municípios localizados no Estado de Minas Gerais: Arceburgo, Itamogi e Monte Santo de Minas, atendendo a aproximadamente 40 mil consumidores. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015, podendo este ser prorrogado por período adicional de 20 anos. A CPFL Energia detém 89,75% do capital social da CPFL Mococa.

CPFL Geração

A CPFL Energia atua na área de geração de energia por meio da CPFL Geração, sua subsidiária integral. A CPFL Geração é uma sociedade por ações de capital aberto, que atua no negócio de geração de energia como concessionária do serviço público e com participação no capital social de outras sociedades. A concessão da CPFL Geração se encerra em 2027 e pode ser prorrogada por período adicional de 30 anos. A CPFL Geração possui 51,5% na UHE Serra da Mesa, ou seja, parte dos ativos do aproveitamento hidrelétrico de Serra da Mesa"), localizado no Rio Tocantins no Estado de Goiás. A concessão e a operação do Aproveitamento Hidrelétrico pertence a Furnas Centrais Elétricas S.A. ("FURNAS"). Estes ativos foram arrendados à FURNAS através de um contrato com duração de 30 anos que se iniciou em 1998, assegurando à controlada CPFL Geração as participações de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 671 MW médios (345,8 MW médios).

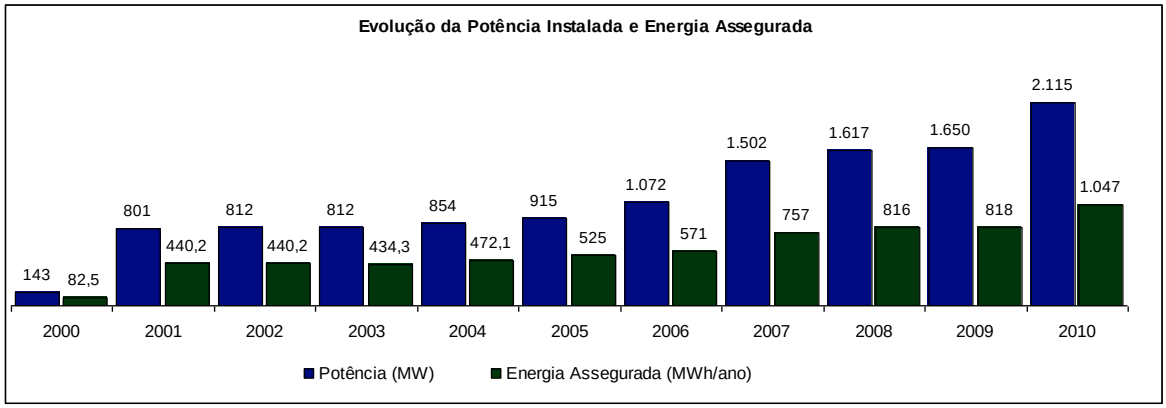
Além disso, a CPFL Geração detém 19 pequenas centrais hidrelétricas e 1 usina termelétrica, com potência total instalada de 118,6 MW e 36 MW, respectivamente, todas localizadas no Estado de São Paulo. Em 31 de março de 2009, a capacidade da CPFL Geração era de 1.649,4 MW, proveniente das PCHs e UTE da CPFL Geração, das PCHs da CPFL Sul Centrais Elétricas, da UHE Serra da Mesa, da UHE Barra Grande, da UHE Campos Novos, da UHE Monte Claro, da UHE Castro Alves, da UHE 14 de Julho. Na data deste Prospecto, a CPFL Geração, na condição de *holding*, participava do capital das empresas CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda. (100,0% do capital social), CERAN - Companhia Energética Rio das Antas (65,0% do capital social), BAESA - Energética Barra Grande S.A. (25,0% do capital social), ENERCAN (48,7% do capital social), Foz do Chapecó Energia S.A. (51,0% do capital social) e CPFL Bioenergia (100,0% do capital social). A CPFL Energia detém 100% do capital social da CPFL Geração.

Entre os empreendimentos de geração de energia que estão em fase de desenvolvimento, destacam-se os seguintes:

- UHE Foz do Chapecó – As obras desta usina foram iniciadas em 2006 e a entrada em operação comercial está prevista para o terceiro trimestre de 2010, com um investimento estimado, pela CPFL Geração, de aproximadamente R$ 815.000 mil, de um total de aproximadamente R$ 1.328.000 mil. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada a critério do Poder Concedente. A potência instalada prevista será de 855 MW (436 MW da CPFL Geração), sendo que a energia assegurada será de 220 MW médios. Em 31 de março de 2009, aproximadamente 67% das obras estavam concluídas, Após a conclusão das obras da UHE Foz do Chapecó, em 2010, a capacidade instalada total da CPFL Geração aumentará para 2.115 MW.

- UTE Baldin - A CPFL Bioenergia tem por objeto principal a geração de energia elétrica de origem térmica e vapor d'água, por meio de usinas de co-geração movidas a bagaço de cana-de-açúcar. Em 18 de agosto de 2008, a CPFL Bioenergia assinou um contrato de parceria com a Baldin Bioenergia que prevê a construção de uma UTE de 45 MW movida a bagaço de cana, localizada em Pirassununga, no Estado de São Paulo. O investimento previsto para o projeto é de aproximadamente R$ 98 milhões e a entrada em operação está prevista para março de 2010, sendo que em abril de 2009, aproximadamente 43% da obra já estava concluída. Espera-se que esta geradora exporte 24 MW médios/safra para a CPFL Brasil.

O gráfico a seguir apresenta a evolução da Potência Instalada e da Energia Assegurada da CPFL Geração desde 2000, quando dispunha de uma Potência Instalada de 143 MW, até 2010 quando alcançará a marca de 2.115MW:



Adicionalmente, foi aprovado pelo Comitê Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL, da Organização das Nações Unidas – ONU, o registro do projeto de aproveitamento de créditos de carbono da UHE 14 de Julho, pelo período de 2009 a 2016, renovável por dois períodos de 7 (sete) anos, no volume de 118 mil Certificados de Emissões Reduzidas – CER por ano, com uma receita estimada de € 1,0 milhão por ano. A UHE 14 Julho possui uma potencia instalada de 65 MW, uma Energia Assegura de 32,5 MWmédios e contou com o investimento total de R$ 317 milhões de reais. Suas duas unidades passaram a operar respectivamente, em 25 de dezembro de 2008 e 12 de março de 2009.

Comercialização e Serviços Relacionados a Energia Elétrica

A CPFL Energia atua na área de geração de energia por meio da CPFL Brasil, sua subsidiária integral. A CPFL Brasil é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo principal a comercialização de energia, a prestação de serviços associados, vinculados ou necessários para a comercialização de energia, assessoramento estratégico, institucional e financeiro para compradores e vendedores de energia elétrica e para outras entidades atuantes no setor de energia nacional e internacional. A CPFL Brasil está autorizada pela ANEEL a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE. A CPFL Brasil possui participações diretas nas seguintes subsidiárias operacionais: CLION Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda., CPFL Comercialização Cone Sul S.A. e Sul Geradora Participações S.A.

Em 2003 a CPFL Brasil iniciou suas operações no mercado de energia no Brasil e hoje comercializa energia elétrica a Consumidores Livres, a outras empresas de comercialização e de distribuição de energia elétrica. No 1º trimestre de 2009, a CPFL Brasil registrou queda de 17,3% nas vendas para Consumidores Livres, o que se justifica basicamente pela retração no consumo de alguns clientes neste início de ano decorrente da crise financeira internacional. Entretanto, as vendas em contratos bilaterais tiveram alta de 49,0%, fazendo com que o resultado final fosse positivo em 14,3%.

Volume de Vendas

As vendas totais de energia pela CPFL Energia tiveram um aumento de 3,6% se comparados o primeiro trimestre de 2009 com o de 2008, passando de 11.253 GWh para 11.661 GWh. Já as vendas ao mercado cativo observaram um aumento pouco menor, conforme ilustra o gráfico abaixo, se considerado o mesmo período:

As vendas no mercado livre totalizaram 2.085 GWh no primeiro trimestre de 2008 e 2.329 GWh no primeiro trimestre de 2009, apresentando variação positiva de 11,7%. Já as venda nas áreas de concessão da CPFL Energia diminuíram 2,2% no primeiro trimestre de 2009, quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, comparado com uma diminuição de 3,1% em âmbito nacional. Especificamente em relação a região sudeste, a diminuição de vendas em sua área de concessão foi de 2,1%, enquanto, em âmbito regional, a queda foi de 5,2%. Por sua vez, as vendas na região sul sofreram uma redução de 2,4%, enquanto a área de concessão do Grupo CPFL verificou um decréscimo de 2,3% nesta região.

Localização das Usinas e Áreas de Concessão

O mapa abaixo se refere à localização das usinas e áreas de concessão e distribuição do Grupo CPFL:

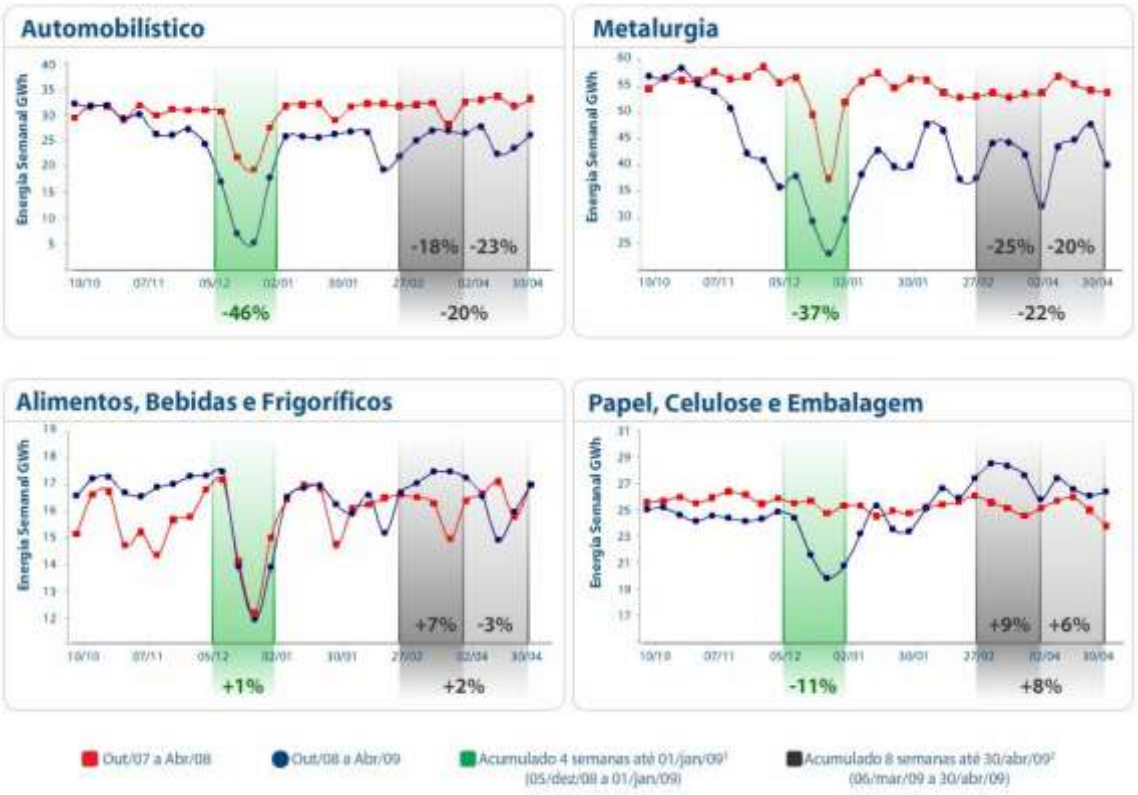
Efeitos de Sazonalidade na Receita

Na qualidade de empresa *holding*, a CPFL Energia não produz nem comercializa diretamente bens ou serviços capazes de gerar um fluxo de caixa próprio. Suas receitas são provenientes dos resultados de seus investimentos, bem como de aplicações financeiras, razão pela qual sua receita não está sujeita a variações decorrentes de sazonalidade.

Impacto da Crise Econômica sobre o Setor de Energia

A atividade econômica do país guarda estreita relação com o consumo de energia, em razão de seu emprego no desenvolvimento das atividades produtivas, especialmente aquelas ligadas ao setor industrial. Neste contexto, a crise econômica mundial, ao interferir fortemente nos níveis de produção industrial do país, teve reflexo direto no consumo de energia elétrica, impactando nas atividades das empresas do Grupo CPFL.

Como se observa dos gráficos apresentados abaixo, que refletem o consumo industrial dos setores selecionados na CPFL Paulista e na CPFL Piratininga, após uma acentuada queda no final do ano de 2008, os índices de consumo vêm gradativamente aumentando ao longo do ano de 2009, apresentando desempenho superior ao verificado no mês de dezembro de 2008:



Demanda Contratada da Classe Industrial na CPFL Energia

Analisando o período de 1° de outubro de 2008 a 30 de abril de 2009, o total de pedidos de redução de demanda contratada pelos clientes industriais das empresas do Grupo CPFL representou 1,28% da demanda contratada total, enquanto os pedidos de aumento da demanda contratada no mesmo período representaram 1,20%. Dessa forma, no período, considerando os aumentos e deduzindo as reduções, houve uma redução líquida de demanda contratada na classe industrial de 0,08% (5,4 MW).

Evolução da Carga

Analisando o comportamento mensal da carga total de energia que transitou pelas áreas de concessão das controladas operacionais da CPFL Energia entre os meses de setembro de 2008 e março de 2009, sempre comparada ao mesmo período do ano anterior, verificou-se uma maior queda em dezembro de 2008 e janeiro de 2009, que passou a reagir a partir de fevereiro de 2009, conforme ilustra o gráfico abaixo:

A carga total das controladas operacionais da CPFL Energia no período de três meses encerrado em 31 de março de 09 atingiu 6.315 MW médios, tendo sido de 6.149 MW médios em 31 de março de 08.

Estratégia

Em linhas gerais, o objetivo da CPFL Energia é maximizar sua lucratividade por meio da manutenção da posição de liderança no segmento de distribuição e comercialização no Brasil e da expansão de suas atividades de geração.

Em relação à distribuição de energia elétrica, a CPFL Energia concentrará esforços na melhoria do serviço prestado e na manutenção de baixos custos operacionais, por meio do compartilhamento de despesas entre subsidiárias e de investimento em novos sistemas que monitorem os ativos da CPFL Energia de forma mais eficiente, o que a auxiliará a minimizar, ainda mais, suas perdas comerciais de energia elétrica, e a manter baixos os índices de suas perdas técnicas.

Em sua atuação como geradora de energia, a CPFL Energia pretende cumprir com todas as etapas para a conclusão das seis instalações hidroelétricas em que participa e que atualmente estão em construção, as quais, quando concluídas, aumentarão a Potência Instalada total do grupo para 2087 MW.

Consumidores Livres representam um segmento crescente do mercado de energia elétrica no Brasil. Um dos objetivos da CPFL Energia consiste em manter seu mercado cativo. No entanto, nos casos em que enfrenta competição, procura manter os consumidores que podem se tornar livres por meio de contratos firmados com a CPFL Brasil ou CPFL Cone Sul, suas subsidiárias de comercialização, além de buscar atrair novos consumidores dessa categoria fora das áreas de concessão de suas empresas de distribuição. Além disso, a CPFL Energia pretende fornecer parte da energia elétrica que compra no mercado aberto a outras distribuidoras, à medida que essas oportunidades se apresentem.

A CPFL Energia acredita na consolidação do setor elétrico brasileiro e vem realizando aquisições de empresas do setor. Se ativos interessantes estiverem disponíveis em preços atraentes, a CPFL Energia poderá fazer novas aquisições de forma a complementar suas operações.

Concorrência

A CPFL Energia é controladora de concessionárias de distribuição de energia elétrica em uma grande área geográfica, compreendendo os Estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul. É ainda controladora de concessionárias de geração de energia elétrica nesses mesmos estados, em Santa Catarina e em Goiás. Dentro de suas áreas de concessão, as subsidiárias concessionárias de distribuição de energia elétrica da CPFL Energia não enfrentam concorrência na distribuição de energia elétrica a consumidores residenciais, comerciais e industriais supridos na baixa tensão.

No entanto, outros fornecedores de energia elétrica podem competir com as subsidiárias distribuidoras da CPFL Energia na oferta de energia elétrica a certos consumidores qualificados como consumidores potencialmente livres. A decisão dos consumidores das subsidiárias distribuidoras da CPFL Energia de se tornarem Consumidores Livres e comprarem energia elétrica de outros fornecedores pode afetar negativamente a participação de mercado da CPFL Energia, impactando seus resultados operacionais.

Segundo a lei brasileira, as concessões das controladas operacionais da CPFL Energia podem ser renovadas apenas uma vez, desde que haja aprovação do MME ou da ANEEL e que determinados parâmetros em relação à prestação do serviço público tenham sido atendidos. A CPFL Energia pretende solicitar a renovação de cada uma de suas concessões quando da sua respectiva expiração. Em virtude da discricionariedade do Poder Concedente para a renovação das concessões, as subsidiárias da CPFL Energia poderão enfrentar concorrência significativa de terceiros ao pleitear a renovação dessas concessões ou para obter quaisquer novas concessões. Uma vez que a ANEEL detenha total discricionariedade sobre a renovação das concessões já existentes, a aquisição de determinadas concessões por concorrentes poderia afetar negativamente os resultados da CPFL Energia.

Inadimplência

Apesar do pequeno crescimento de 0,03% no índice de inadimplência dos consumidores, que passou de 1,46% no primeiro trimestre de 2008, para 1,49% no mesmo período de 2009, as empresas do Grupo CPFL continuam atuando fortemente junto aos seus clientes para a redução dos níveis de inadimplência, especialmente com a celebração de acordos judiciais e com o monitoramento diário dos clientes, tendo reduzido o estoque de inadimplência, no primeiro trimestre de 2009, em 4,4% em relação ao mesmo período de 2008, passando o saldo de dívidas de consumidores de R$ 194,0 milhões para R$ 186,0 milhões.

No primeiro trimestre de 2009 foram recuperados R$ 101,0 milhões referentes a dívidas dos consumidores perante a CPFL Energia, apresentando um índice de recuperação de 81%.

Segue abaixo tabela contendo os índices de inadimplência observados nas sociedades recentemente adquiridas pela CPFL Energia:

** Houve mudança de metodologia de apuração*

Seguro

A CPFL Energia mantém para suas subsidiárias seguros contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos em suas subestações, usinas, edificações e instalações. Nas usinas, os geradores e turbinas são segurados contra incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e quebra de máquinas. A CPFL Energia não possui cobertura de seguro contra risco de interrupção das operações comerciais, pois acredita que o risco de interrupção de grandes proporções é remoto, não justificando assim dispêndio com prêmios de seguros.

Para garantir reembolso de possíveis despesas com danos causados a terceiros, nas operações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, é contratada apólice de seguro de responsabilidade civil operações.

A CPFL Energia, além de corpo técnico próprio para gestão de seguros e riscos, conta com consultoria externa especializada, de modo a manter uma política de seguros adequada, e adotar as melhores práticas para administração dos seguros contratados.

Em 2008, as despesas da CPFL Energia com seguros totalizaram R$ 2,7 milhões a título de prêmio de seguro.

Propriedade Intelectual

As atividades da CPFL Energia não dependem de patentes. A marca mais relevante registrada em nome da CPFL Energia é sua logomarca. As demais marcas de titularidade da CPFL Energia não são relevantes para suas atividades. Em outubro de 2005, a CPFL Energia protocolou no INPI pedido de registro de sua marca "CPFL Energia", o qual foi registrado sob o n.º 827820690, em 29 de janeiro de 2008.

Estrutura Organizacional do Grupo CPFL

Para mais informações sobre a estrutura societária do Grupo CPFL, incluindo a Garantidora, vide Seção "Estrutura Organizacional do Grupo CPFL" na página 181 deste Prospecto.

Recursos Humanos

A política de recursos humanos da CPFL Energia busca atrair, reter e desenvolver profissionais qualificados, estimulando seu desenvolvimento pessoal por meio de programas de treinamento, desenvolvimento e reconhecimento profissional. Assim, a CPFL Energia busca manter um quadro de colaboradores alinhados com seus valores e estratégias de negócio, visando seu crescimento contínuo.

Os empregados possuem vínculo empregatício pelo regime da CLT e os estagiários e aprendizes são contratados nos termos legais.

Em 2008, o quadro de pessoal da CPFL Energia encerrou o exercício com 7.119 colaboradores, contra 7.176 em 2007. O índice de rotatividade do quadro de pessoal em 2008 foi de 13,0%, mantendo um equilíbrio entre a retenção e a renovação de profissionais. Em 31 de março de 2009, a CPFL Energia possuía 7.206 colaboradores. O tempo médio de atividade de cada profissional na empresa é de 11 anos e a idade média do quadro é de 38 anos. A rotatividade de pessoal para o período de três meses encerrado em 31 de março de 2009 apresentou um índice de 1,66%, sendo que a média histórica dos últimos três exercícios sociais foi de 9,51%.

Área	Em 31 de março de	Em 31 de dezembro de		
	2009	2008	2007	2006
Distribuição	5779	5736	5958	4790
Geração	299	252	250	226
Comercialização	253	242	256	183
Administração	875	889	712	637
Total	7206	7119	7176	5836

A maior parte dos funcionários das empresas do Grupo CPFL é associada a sindicatos, com os quais foram firmados acordos coletivos. Esses acordos são negociados anualmente com os 13 (treze) principais sindicatos representantes das diversas categorias profissionais dos funcionários do Grupo CPFL. Em geral, aumentos de salário são concedidos anualmente. A CPFL Energia mantém relações cordiais com os sindicatos e reconhece a sua representatividade junto aos funcionários.

Contratos Relevantes

Contratos Relevantes Financeiros

CPFL Energia

Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária, da CPFL Energia.

A CPFL Energia realizou a sua 3ª emissão de debêntures simples, cujas características encontram-se descritas na seção "Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela Garantidora", constante da página 256 deste Prospecto.

CPFL Paulista

(i) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Em 08 de abril de 2005, a CPFL Paulista celebrou com o BNDES Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse n.º 10/345.606-8, por meio do qual foi disponibilizado para a CPFL Paulista uma linha de crédito no valor de R$ 240.855,9 mil, para implementação do programa de investimentos de expansão e modernização do sistema elétrico para período de 2004 a 2006.

O crédito concedido pelo BNDES foi divido em dois subcréditos:

- o subcrédito no valor de R$ 167.836 mil, destinado à aquisição de obra, materiais e serviços; e

- o subcrédito no valor de R$ 73.020 mil, destinado à aquisição de equipamentos nacionais cadastrados na Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME.

Sobre o valor do empréstimo incidirão juros à taxa de até 5,4% acima de TJLP, incluído o *spread* de risco dos agentes de 1,4%. A amortização ocorrerá 48 prestações mensais, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2007 e a última em 15 de dezembro de 2010. Este contrato é garantido por fiança da CPFL Energia e pela vinculação de uma parcela da receita CPFL Paulista proveniente da prestação de serviços de energia elétrica, em valor equivalente a 1,3 (um inteiro e três décimo) vezes do valor corresponde ao serviço da dívida.

O saldo devedor do empréstimo em 31 de março de 2009 era de R$ 111.294.839,39.

Em 13 de junho de 2008, a CPFL Paulista celebrou com o BNDES Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse n.º 10/478.157-1, por meio do qual o BNDES abriu um crédito no valor de R$ 345.990.000,00 (trezentos e quarenta e cinco milhões e novecentos e noventa mil reais) a ser utilizado para implementação do plano de investimentos da CPFL Paulista para os anos de 2008 e 2009.

O crédito concedido pelo BNDES foi divido em dois subcréditos:

- o subcrédito no valor de R$ 313.200.000,00 (trezentos e treze milhões e duzentos mil reais), destinado à implementação dos investimentos cuja utilização não necessita de apresentação prévia de licença ambiental, distribuído entre os agentes financeiros da operação, a saber, o Unibanco, o Itaú BBA e a CAIXA; e

- o subcrédito no valor de R$ 32.790.000,00 (trinta e dois milhões e setecentos e noventa mil reais), destinado à implementação dos investimentos que necessitam de prévia apresentação de licença ambiental, distribuído entre os agentes financeiros da operação.

A taxa de juros incidente sobre o crédito varia de acordo com o agente financeiro envolvido. A taxa cobrada pelo Unibanco e pelo Itaú BBA é de 3,4%, enquanto que a taxa cobrada pela CAIXA é de 3,3%, ambas acima da TJLP. A amortização ocorrerá em 60 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2010 e a última em 15 de dezembro de 2014.

Em garantia, a CPFL Paulista vinculou a receita proveniente da prestação de serviços de energia elétrica ou de outros recursos que, com idêntica finalidade vierem a substituí-la, equivalente a, no mínimo, 1,3 (um inteiro e três décimos) vezes o valor correspondente ao serviço da dívida. Ressalte-se também que a CPFL Energia prestou fiança em favor da CPFL Paulista.

O saldo das obrigações em 31 de março de 2009 era de R$ 135.480.095,04.

Em 1 de junho de 2007, a CPFL Paulista celebrou com o BNDES Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse n.º 21/00429-3, por meio do qual o BNDES abriu um crédito no valor de R$ 156.543.400,00 (cento e cinquenta e seis milhões, quinhentos e quarenta e três mil e quatrocentos reais), destinado ao investimento em expansão e modernização do sistema elétrico da CPFL Paulista, englobando obras de construção e recondutoramento de circuito primário e secundário, automatização das redes elétricas de distribuição, modernização das instalações prediais, compra de software e hardware e programa de eficiência energética. Como garantia do financiamento, a CPFL Paulista (i) vinculou parcela da receita proveniente da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica, ou de outros recursos que, com idêntica finalidade vierem a substituí-la, no percentual mínimo correspondente a 1,3 (um inteiro e três décimos) o valor correspondente ao serviço da dívida, assim entendido como principal e juros, vencíveis em cada período; e (ii) constituiu conta reserva, mantida junto ao Banco do Brasil, no valor correspondente a 1 (um) mês do serviço da dívida. Ressalte-se também que a CPFL Energia prestou fiança em favor da CPFL Paulista. Sobre o saldo devedor do financiamento incidem juros à taxa de 3,3% ao ano, acima da TJLP. A amortização será realizada em 72 parcelas mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira parcela em 15 de janeiro de 2008 e a última em 15 de dezembro de 2013.

O saldo das obrigações em 31 de março de 2009 era de R$ 127.682.832,66.

(ii) Banco do Brasil

Em 10 de março de 2008, a CPFL Paulista contratou empréstimo junto ao Banco do Brasil proveniente de repasse interfinanceiro de recurso captado no exterior, nos termos da Resolução CMN n.º 2.770, de 30 de agosto de 2000. O crédito é representado pela Nota de Crédito Comercial n.º 40/00516, com vencimento em 10 de janeiro de 2011, no valor de R$ 79.465.875,22 (setenta e nove milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e setenta e cinco reais e vinte e dois centavos), correspondente naquela data a ¥ 4.889.605.908,00 (quatro bilhões, oitocentos e oitenta e nove milhões, seiscentos e cinco mil, novecentos e oito ienes). Sobre o saldo devedor diário do empréstimo, devidamente corrigido, incidem juros à taxa de 5,7778% ao ano, com base em um ano de 360 dias. O saldo devedor do empréstimo em 31 de março de 2009 era de R$ 121.224.599,46.

(iii) Banco ABN Amro Real S.A.

Em 24 de agosto de 2007, a CPFL Paulista emitiu em favor do Banco ABN Amro Real S.A. Cédula de Crédito Bancário n.º 4927/07, no valor de ¥ 20.536.223.617,00 (vinte bilhões, quinhentos e trinta e seis milhões, duzentos e vinte e três mil e seiscentos e dezessete ienes), remunerada à taxa de 1,4824% ao ano, com vencimento em 13 de setembro de 2009.

O saldo devedor em 31 de março de 2009 era de R$ 490.987.875,08.

RGE

(i) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Em 13 de junho de 2008, a RGE celebrou com o BNDES Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse n.º 10/478.158-9, por meio do qual o BNDES abriu um crédito no valor de R$ 258.418.000,00 (duzentos e cinquenta e oito milhões e quatrocentos e dezoito mil reais) a ser utilizado para implementação do plano de investimentos da RGE para o período compreendido entre setembro de 2007 e dezembro 2009.

O crédito concedido pelo BNDES foi divido em dois subcréditos:

- um subcrédito no valor de R$ 216.131.000,00, (duzentos e dezesseis milhões e cento e trinta e um mil reais) destinado à implementação dos investimentos cuja utilização não necessita de apresentação prévia de licença ambiental, distribuído entre os agentes financeiros da operação, a saber, o Unibanco, o Itaú BBA e a CAIXA; e

- um subcrédito no valor de R$ 42.287.000,00, (quarenta e dois milhões e duzentos e oitenta e sete mil reais) destinado à implementação dos investimentos que necessitam de prévia apresentação de licença ambiental, distribuído entre os agentes financeiros acima referidos.

A taxa de juros incidente sobre o crédito varia de acordo com o agente financeiro envolvido. A taxa cobrada pelo Unibanco e pelo Itaú BBA é de 3,4%, enquanto que a taxa cobrada pela CAIXA é de 3,3%, ambas acima da TJLP. A amortização ocorrerá em 60 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2010 e a última em 15 de dezembro de 2014.

Em garantia, a RGE vinculou a receita proveniente da prestação de serviços de energia elétrica ou de outros recursos que, com idêntica finalidade vierem a substituí-la, equivalente a, no mínimo, 1,3 (um inteiro e três décimos) vezes o valor correspondente ao serviço da dívida. Ressalte-se também que a CPFL Energia prestou fiança em favor da RGE.

O saldo das obrigações em 31 de março de 2009 era de R$ 120.107.935,46.

(ii) Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária, da RGE

Em 27 de fevereiro de 2003, a RGE emitiu 5 (cinco) debêntures, em 5 (cinco) séries, perfazendo o total de R$ 380.000.000,00 (trezentos e oitenta milhões de reais), objetivando adequar o perfil econômico-financeiro da RGE, bem como proporcionar liquidez suficiente para suportar os investimentos em ativo imobilizado e possibilitar a liquidação de dívidas vincendas até 2009. Sobre as debêntures incidem juros remuneratórios à taxa de 0,6% da variação da Taxa DI. As debêntures contam com garantia fidejussória da CPFL Energia. As debêntures terão os seguintes valores nominal unitários: R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) para a debênture da 1ª série, R$ 140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais) para a debênture da 2ª série; R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) para a debênture da 3ª série; R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para a debênture da 4ª série; e R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para a debênture da 5ª série. A amortização deve ocorrer de acordo com o valor nominal unitário de cada debênture, em 3 (três) parcelas de igual valor, a serem pagas em 1º de dezembro de 2011, 1º de dezembro de 2012 e 1º de dezembro de 2013.

O saldo devedor em 31 de março de 2009 era de R$ 395.707.026,14.

CPFL Piratininga

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Em 1° de junho de 2007, a CPFL Piratininga celebrou com o BNDES Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse n.º 21/00430-7, por meio do qual foi disponibilizado para a CPFL Piratininga uma linha de crédito no valor de R$ 121.575,1 mil, para implementação do programa de investimentos de expansão e modernização do sistema elétrico da CPFL Piratininga.

O crédito concedido pelo BNDES foi divido em dois subcréditos:

- o subcrédito no valor de R$ 106.618,5 mil, destinado ao programa de investimento de expansão e modernização do sistema elétrico da CPFL Piratininga, excluindo-se subestações e linhas de transmissão; e

- o subcrédito no valor de R$ 14.954,6 mil, destinado às subestações e linhas de transmissão, incluídas no programa de investimento de expansão e modernização do sistema elétrico da CPFL Piratininga.

Sobre o valor do empréstimo incidirão juros à taxa de 3,3% ao ano acima de TJLP, incluído o *spread* de risco do agente de 0,5% ao ano. A amortização ocorrerá 72 prestações mensais, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2008 e a última em 15 de dezembro de 2012. Este contrato é garantido por fiança da CPFL Energia e pela vinculação de uma parcela da receita CPFL Piratininga proveniente da prestação de serviços de energia elétrica, em valor equivalente a 1,3 (um inteiro e três décimo) vezes do valor corresponde ao serviço da dívida.

O saldo devedor do empréstimo em 31 de março de 2009 era de R$ 75.848.084,87.

Em 13 de junho de 2008, a CPFL Piratininga celebrou com o BNDES Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse n.º 10/478.156-3, por meio do qual o BNDES abriu um crédito no valor de R$ 155.178,0 mil a ser utilizado para implementação do plano de investimentos da CPFL Piratininga para os anos de 2008 e 2009.

O crédito concedido pelo BNDES foi divido em dois subcréditos:

- o subcrédito no valor de R$ 113.534,0 mil, destinado à implementação dos investimentos cuja utilização não necessita de apresentação prévia de licença ambiental, distribuído entre os agentes financeiros da operação, a saber, o Unibanco, o Itaú BBA e a CAIXA; e

- o subcrédito no valor de R$ 41.644,0, destinado à implementação dos investimentos que necessitam de prévia apresentação de licença ambiental, distribuído entre os agentes financeiros da operação.

A taxa de juros incidente sobre o crédito varia de acordo com o agente financeiro envolvido. A taxa cobrada pelo Unibanco e pelo Itaú BBA é de 3,40%, enquanto que a taxa cobrada pela CAIXA é de 3,28%, ambas acima da TJLP. A amortização ocorrerá em 60 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2010 e a última em 15 de dezembro de 2014.

Em garantia, a CPFL Piratininga vinculou a receita proveniente da prestação de serviços de energia elétrica ou de outros recursos que, com idêntica finalidade vierem a substituí-la, equivalente a, no mínimo, 1,3 (um inteiro e três décimos) vezes o valor correspondente ao serviço da dívida. Ressalte-se também que a CPFL Energia prestou fiança em favor da CPFL Piratininga.

O saldo das obrigações em 31 de março de 2009 era de R$ 65.310.953,69.

CPFL Geração

(i) Banco Itaú BBA

Em 17 de novembro de 2008, a CPFL Geração e a RGE celebraram o Instrumento Particular de Assunção de Dívida, por meio do qual a CPFL Geração assumiu a responsabilidade pelo pagamento de dívida oriunda da Cédula de Crédito Bancário n.º QD4.01/01.

A Cédula de Crédito Bancário n.º QD4.01/01, com valor de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) foi emitida pela RGE em favor do Banco Itaú BBA S.A., em 28 de abril de 2004, sendo remunerada à taxa de 106,0% da variação da Taxa DI. O saldo devedor deverá ser pago em dez parcelas semestrais, vencendo-se a primeira em 11 de setembro de 2006 e a última em 9 de março de 2011.

Em garantia do integral cumprimento de todas as obrigações contraídas, a CPFL Geração entregou uma nota promissória, no valor de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), devidamente avalizada pela CPFL Energia.

O saldo das obrigações em 31 de março de 2009 era de R$ 100.728.121,16.

(ii) Banco do Brasil

Em 10 de março de 2008, a CPFL Geração contratou diversos empréstimos junto ao Banco do Brasil S.A. provenientes de repasses interfinanceiros de recursos captados no exterior, nos termos da Resolução CMN n.º 2.770, de 30 de agosto de 2000. Os créditos são representados por Notas de Créditos Comerciais, com vencimento em 10 de janeiro de 2011, conforme descritos abaixo:

(i) R$ 17.352.124,71, correspondente naquela data a ¥ 1.067.691.651 (um bilhão, sessenta e sete milhões, seiscentos e noventa e um mil e seiscentos e cinquenta e um ienes). Sobre o saldo devedor diário do empréstimo, devidamente corrigido, incidem juros à taxa de 2,7182% ao ano, com base em um ano de 360 dias;

(ii) R$ 25.003.076,92, correspondente naquela data a ¥ 1.538.461.538 (um bilhão, quinhentos e trinta e oito milhões, quatrocentos e sessenta e um mil e quinhentos e trinta e oito ienes). Sobre o saldo devedor diário do empréstimo, devidamente corrigido, incidem juros à taxa de 2,6038% ao ano, com base em um ano de 360 dias;

(iii) R$ 32.852.434,92, correspondente naquela data a ¥ 2.021.439.510 (dois bilhões, vinte e um milhões, quatrocentos e trinta e nove mil e quinhentos e dez ienes). Sobre o saldo devedor diário do empréstimo, devidamente corrigido, incidem juros à taxa de 5,7778% ao ano, com base em um ano de 360 dias;

(iv) R$ 40.997.218,31, correspondente naquela data a ¥ 2.522.595.269 (dois bilhões, quinhentos e vinte e dois milhões, quinhentos e noventa e cinco mil e duzentos e sessenta e nove ienes). Sobre o saldo devedor diário do empréstimo, devidamente corrigido, incidem juros à taxa de 5,7849% ao ano, com base em um ano de 360 dias;

(v) R$ 49.453.555,41, correspondente naquela data a ¥ 3.042.921.204 (três bilhões, quarenta e dois milhões, novecentos e vinte e um mil e duzentos e quatro ienes). Sobre o saldo devedor diário do empréstimo, devidamente corrigido, incidem juros à taxa de 2,5938% ao ano, com base em um ano de 360 dias;

(vi) R$ 23.361.315,54, correspondente naquela data a ¥ 1.437.442.502 (um bilhão, quatrocentos e trinta e sete milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil e quinhentos e dois ienes). Sobre o saldo devedor diário do empréstimo, devidamente corrigido, incidem juros à taxa de 5,8225% ao ano, com base em um ano de 360 dias;

(vii) R$ 22.557.762,12, correspondente naquela data a ¥ 1.387.999.146 (um bilhão, trezentos e oitenta e sete milhões, novecentos e noventa e nove mil e cento e quarenta e seis ienes). Sobre o saldo devedor diário do empréstimo, devidamente corrigido, incidem juros à taxa de 2,5270% ao ano, com base em um ano de 360 dias; e

(viii) R$ 80.000.000,00, correspondente naquela data a ¥ 4.662.819.841 (quatro bilhões, seiscentos e sessenta e dois milhões, oitocentos e dezenove mil e oitocentos e quarenta e um ienes). Sobre o saldo devedor diário do empréstimo, devidamente corrigido, incidem juros à taxa de 5,7801% ao ano, com base em um ano de 360 dias.

O saldo total das obrigações em 31 de março de 2009 era de R$ 609.845.513,56.

Contratos Relevantes Operacionais

CPFL Paulista

Contrato de Concessão Paulista

As condições para exploração, pela CPFL Paulista, dos serviços de distribuição de energia elétrica nas áreas de concessão dentro do Estado de São Paulo estão previstas no Contrato de Concessão n.º 014/97, firmado em 20 de novembro de 1997 com a União, na qualidade de Poder Concedente.

O prazo do Contrato de Concessão Paulista é de 30 anos, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado, mediante requerimento da CPFL Paulista, a critério do Poder Concedente, que decidirá com base nos princípios de continuidade e qualidade do serviço público. O Contrato de Concessão Paulista prevê que, além de o Poder Concedente decidir sobre a prorrogação do Contrato de Concessão com base nos princípios ora citados, decidirá também com base nos relatórios técnicos sobre regularidade e qualidade dos serviços prestados pela concessionária, preparados pelo órgão técnico de fiscalização.

Dentre as obrigações assumidas pela CPFL Paulista no Contrato de Concessão Paulista destacam-se (i) melhorar a qualidade do fornecimento de energia elétrica, de acordo com os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidos de qualidade do serviço, nos termos da legislação específica e do Contrato de Concessão Paulista, (ii) implantar novas instalações e ampliar e modificar as existentes de modo a garantir o atendimento da atual e futura demanda de seu mercado de energia elétrica, observadas as normas e recomendações dos órgãos competentes, (iii) manter em permanente funcionamento o chamado "Conselho de Consumidores", integrado por representantes das diversas classes de consumidores, de caráter consultivo e voltado para orientação, análise e avaliação dos serviços e da qualidade do atendimento prestados pela CPFL Paulista, bem como para a formulação de sugestões e propostas de melhoria dos serviços, (iv) manter registro das solicitações e reclamações dos consumidores de energia elétrica, (v) prestar contas aos consumidores, anualmente, da gestão de seus serviços e (vi) implementar medidas que tenham por objetivo a conservação e o combate ao desperdício de energia, devendo elaborar, para cada ano subsequente, programa de incremento à eficiência no uso e na oferta de energia elétrica, que contemple a aplicação de recursos correspondentes a, no mínimo, 1,0% da sua receita anual de fornecimento de energia elétrica.

Ainda, o Contrato de Concessão Paulista prevê a liberdade de escolha do fornecedor pelos consumidores de energia elétrica na área de concessão da CPFL Paulista, determinando que, ressalvados os contratos de fornecimento vigentes, a concessão da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica não conferem à CPFL Paulista direito de exclusividade sobre tais consumidores.

O Contrato de Concessão Paulista foi aditado em 6 de abril de 2005, com a finalidade de refletir a incorporação da DOC4 e a transferência do controle societário da CPFL Paulista à CPFL Energia. O segundo aditivo ao Contrato de Concessão Paulista foi assinado em 09 de abril de 2005, e serviu para ajustar as disposições referentes à aplicação de tarifas na prestação dos serviços de acordo com as disposições do Decreto n.º 5.163, de modo a assegurar a neutralidade no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica nos contratos de concessão realizados, utilizando o preço médio ponderado dos contratos de compra de energia elétrica e a aplicação deste preço médio ponderado ao mercado de referência como diretrizes da metodologia de cálculo e, a inclusão nos mecanismos de compensação de que trata a Medida Provisória n.º 2.227, de 4 de setembro de 2001, em relação as variações resultantes dos custos de aquisição de energia elétrica não consideradas no reajuste tarifário promovido no ano anterior.

RGE

Contrato de Concessão RGE

Nos termos do Decreto Presidencial de 4 de novembro de 1997 e por meio do Contrato de Concessão n.º 13/97, o Poder Concedente, por intermédio do MME e do DNAEE, hoje ANEEL, concedeu à RGE o direito de explorar serviços públicos de distribuição de energia elétrica no território do Estado do Rio Grande do Sul, nos municípios relacionados no Anexo I do Contrato de Concessão RGE, todos situados nas regiões norte e nordeste do estado.

A concessão outorgada à RGE possui prazo de 30 anos, renováveis por igual período, desde que requerido ao Poder Concedente com até 36 meses de antecedência do término do Contrato de Concessão RGE. O Poder Concedente manifestar-se-á sobre a prorrogação da concessão até o 18º mês que anteceder ao término contratual. O deferimento da prorrogação levará em conta os relatórios de fiscalização emitidos periodicamente pela ANEEL, nos quais há apontamentos sobre a regularidade dos serviços prestados pela concessionária. A não manifestação do Poder Concedente no prazo mencionado implicará na prorrogação automática do Contrato de Concessão RGE.

As instalações de transmissão relacionadas no Anexo II do Contrato de Concessão RGE são consideradas parte integrante da concessão de distribuição de energia elétrica. Tais instalações poderão ser incluídas ou excluídas do acervo de instalações de transmissão da Rede Básica, por determinação do Poder Concedente, mediante ressarcimento, em conformidade com a regulamentação que vier a ser estabelecida. Ressalvados os contratos de fornecimento vigentes à época da celebração do Contrato de Concessão RGE, a concessão não confere à RGE direito de exclusividade relativamente aos consumidores que, por força da Lei de Concessões de Serviços de Energia Elétrica, são livres para optar por fornecedor com quem contratarão sua compra de energia elétrica. Além disso, de acordo com o Contrato de Concessão RGE, a concessão não confere exclusividade de atendimento da RGE nas áreas onde foi constatado pelo Poder Concedente a atuação de fato de cooperativas de eletrificação rural como prestadoras de serviços públicos, para fins de cumprimento do artigo 23 da mencionada Lei.

Nos termos do Contrato de Concessão RGE, a RGE deve comunicar o Poder Concedente antes de desenvolver atividades empresariais diversas da exploração da atividade de distribuição de energia elétrica, e contabilizar as receitas assim auferidas em separado.

Segundo o Contrato de Concessão RGE, o serviço de distribuição de energia elétrica poderá ser interrompido em situação de emergência ou, após prévio aviso, nas seguintes hipóteses: (i) por motivos de ordem técnica, ou de segurança das instalações; e (ii) quando ocorrer inadimplemento do consumidor na contraprestação devida à RGE. Em qualquer hipótese, a suspensão da prestação dos serviços prestados pela RGE somente ocorrerá após 45 dias do inadimplemento, considerando que, verificada tal hipótese, a RGE terá prazo de 15 dias para notificar o inadimplente, conferindo-o prazo adicional de 30 dias para que regularize sua situação perante a RGE. Esse dispositivo foi parcialmente alterado pelo artigo 91 da Resolução n.º 456, de 29 de novembro de 2000, da ANEEL, que prevê 15 dias contados a partir do vencimento para a suspensão do fornecimento dos serviços.

Em relação às tarifas, o Contrato de Concessão RGE prevê que a RGE não poderá dispensar tratamento tarifário diferenciado aos usuários de uma mesma classe de consumo, nas mesmas condições de atendimento.

O Contrato de Concessão RGE prevê o funcionamento do "Conselho de Consumidores". Em 2001, a ANEEL reuniu-se com o referido conselho quando do processo de fiscalização e não houve menção de nenhuma reclamação no relatório de fiscalização data-base 2001.

A RGE está sujeita a multas pecuniárias, aplicadas pelo Poder Concedente, de até 0,1% do valor total do faturamento da CPFL Paulista nos últimos 12 meses anteriores à ocorrência da infração. A RGE se comprometeu, ainda, a implementar medidas que tenham por objetivo a conservação de energia, conforme descrito na cláusula quinta, terceira subcláusula do Contrato de Concessão RGE.

Para tanto, deve elaborar e apresentar ao Poder Concedente até o dia 30 de setembro de cada ano a partir de 1998, programa de incremento à eficiência no uso e na oferta de energia elétrica para cada ano subsequente. Este programa tem como meta a redução das perdas técnicas e comerciais globais e a racionalização do uso da energia elétrica, devendo contemplar, no mínimo, 1,0% da receita anual da RGE.

CPFL Piratininga

Contrato de Concessão Piratininga

As condições para exploração, pela CPFL Piratininga, dos serviços de distribuição de energia elétrica nas áreas de concessão dentro do Estado de São Paulo estão previstas no Contrato de Concessão n.º 009/2002, firmado em 23 de setembro de 2002 com a União, na qualidade de Poder Concedente.

O prazo do Contrato de Concessão Piratininga é de 30 anos, contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão da Bandeirante que é de 23 de outubro de 1998, podendo ser prorrogado, mediante requerimento da CPFL Piratininga, a critério do Poder Concedente, que decidirá com base nos princípios de continuidade e qualidade do serviço público.

Dentre as obrigações assumidas pela CPFL Piratininga no Contrato de Concessão Piratininga destacam-se (i) melhorar a qualidade do fornecimento de energia elétrica, de acordo com os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidos de qualidade do serviço, nos termos da legislação específica e do Contrato de Concessão Piratininga, (ii) implantar novas instalações e ampliar e modificar as existentes de modo a garantir o atendimento da atual e futura demanda de seu mercado de energia elétrica, observadas as normas e

recomendações dos órgãos competentes, (iii) manter em permanente funcionamento o chamado "Conselho de Consumidores", integrado por representantes das diversas classes de consumidores, de caráter consultivo e voltada para orientação, análise e avaliação dos serviços e da qualidade do atendimento prestados pela CPFL Piratininga, bem como para a formulação de sugestões e propostas de melhoria dos serviços, (iv) manter registro das solicitações e reclamações dos consumidores de energia elétrica, (v) prestar contas aos consumidores, anualmente, da gestão de seus serviços e (vi) implementar medidas que tenham por objetivo a conservação e o combate ao desperdício de energia, devendo elaborar, para cada ano subseqüente, programa de incremento à eficiência no uso e na oferta de energia elétrica, que contemple a aplicação de recursos correspondentes a, no mínimo, 1% da sua receita anual de fornecimento de energia elétrica.

Ainda, o Contrato de Concessão Piratininga prevê a liberdade de escolha do fornecedor pelos consumidores de energia elétrica na área de concessão da CPFL Piratininga, determinando que, ressalvados os contratos de fornecimento vigentes, a concessão da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica não conferem à CPFL Piratininga direito de exclusividade sobre tais consumidores.

O Contrato de Concessão Piratininga alterado, conforme primeiro aditamento formalizado em 1° de setembro de 2005, com a finalidade de ajustar as disposições referentes à aplicação de tarifas na prestação dos serviços de acordo com as disposições do Decreto n.º 5.163, de modo a assegurar a neutralidade no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica nos contratos de concessão realizados, utilizando o preço médio ponderado dos contratos de compra de energia elétrica e a aplicação deste preço médio ponderado ao mercado de referência como diretrizes da metodologia de cálculo e, a inclusão nos mecanismos de compensação de que trata a Medida Provisória n.º 2.227, de 4 de setembro de 2001, em relação as variações resultantes dos custos de aquisição de energia elétrica não consideradas no reajuste tarifário promovido no ano anterior. Já o segundo aditivo foi formalizado em 29 de maio de 2008, tendo como finalidade a segregação da participação acionária detida pela CPFL Paulista na CPFL Piratininga, bem como a transferência do respectivo controle societário à CPFL Energia.

CPFL Santa Cruz

Contrato de Concessão CPFL Santa Cruz

Nos termos do Contrato de Concessão n.º 21/99, de 3 de fevereiro de 1999, o Poder Concedente, por intermédio do MME e da ANEEL, concedeu à Companhia Luz e Força Santa Cruz – CPFL Santa Cruz o direito de explorar serviços públicos de distribuição de energia elétrica para certos municípios do Estado de São Paulo e um apenas no Estado do Paraná, conforme relação constante do Anexo I do referido Contrato de Concessão.

A concessão outorgada à CPFL Santa Cruz possui prazo de 30 anos, renováveis por igual período, desde que requerido ao Poder Concedente com até 36 meses de antecedência do término do Contrato de Concessão CPFL Santa Cruz. O Poder Concedente manifestar-se-á sobre a prorrogação da concessão até o 18º mês que anteceder ao término contratual. O deferimento da prorrogação levará em conta os relatórios de fiscalização emitidos periodicamente pela ANEEL, nos quais há apontamentos sobre a regularidade dos serviços prestados pela concessionária. A não manifestação do Poder Concedente no prazo mencionado implicará na prorrogação automática do Contrato de Concessão CPFL Santa Cruz.

As instalações de transmissão citadas na Cláusula Segunda do Contrato de Concessão CPFL Santa Cruz são consideradas parte integrante da concessão de distribuição de energia elétrica. Tais instalações poderão ser incluídas ou excluídas do acervo de instalações de transmissão da Rede Básica, por determinação do Poder Concedente, mediante ressarcimento, em conformidade com a regulamentação que vier a ser estabelecida.

Ressalvados os contratos de fornecimento vigentes à época da celebração do Contrato de Concessão CPFL Santa Cruz, a concessão não confere à CPFL Santa Cruz direito de exclusividade relativamente aos consumidores que, por força da Lei de Concessões de Serviços de Energia Elétrica, são livres para optar por fornecedor com quem contratarão sua compra de energia elétrica. Além disso, de acordo com o Contrato de Concessão CPFL Santa Cruz, a concessão não confere exclusividade de atendimento da CPFL Santa Cruz nas áreas onde foi constatado pelo Poder Concedente a atuação de fato de cooperativas de eletrificação rural como prestadoras de serviços públicos, para fins de cumprimento do artigo 23 da mencionada Lei de Concessões de Serviços de Energia Elétrica.

Nos termos do Contrato de Concessão CPFL Santa Cruz, a concessionária deve comunicar ao Poder Concedente antes de desenvolver atividades empresariais diversas da exploração da atividade de distribuição de energia elétrica, e contabilizar as receitas assim auferidas em separado.

Segundo o Contrato de Concessão CPFL Santa Cruz, o serviço de distribuição de energia elétrica poderá ser interrompido em situação de emergência ou, após prévio aviso, nas seguintes hipóteses: (i) por motivos de ordem técnica, ou de segurança das instalações; e (ii) quando ocorrer inadimplemento do consumidor na contraprestação devida à CPFL Santa Cruz. Em qualquer hipótese, a suspensão da prestação dos serviços prestados pela CPFL Santa Cruz somente ocorrerá após 45 dias do inadimplemento, considerando que, verificada tal hipótese, a CPFL Santa Cruz terá prazo de 15 dias para notificar o inadimplente, conferindo-o prazo adicional de 30 dias para que regularize sua situação perante a CPFL Santa Cruz. Esse dispositivo foi parcialmente alterado pelo artigo 91 da Resolução nº. 456, de 29 de novembro de 2000, da ANEEL, que prevê 15 dias contados a partir do vencimento para a suspensão do fornecimento dos serviços.

Em relação às tarifas, o Contrato de Concessão CPFL Santa Cruz prevê que a concessionária não poderá dispensar tratamento tarifário diferenciado aos usuários de uma mesma classe de consumo, nas mesmas condições de atendimento.

O Contrato de Concessão CPFL Santa Cruz prevê o funcionamento do "Conselho de Consumidores".

O Contrato de Concessão CPFL Santa Cruz foi posteriormente alterado, conforme primeiro aditamento formalizado em 21 de dezembro de 2005, com a finalidade de ajustar as disposições referentes à aplicação de tarifas na prestação dos serviços de acordo com as disposições do Decreto n.º 5.163, de modo a assegurar a neutralidade no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica nos contratos de concessão realizados, utilizando o preço médio ponderado dos contratos de compra de energia elétrica e a aplicação deste preço médio ponderado ao mercado de referência como diretrizes da metodologia de cálculo e, a inclusão nos mecanismos de compensação de que trata a Medida Provisória n.º 2.227, de 4 de setembro de 2001, em relação as variações resultantes dos custos de aquisição de energia elétrica não consideradas no reajuste tarifário promovido no ano anterior. O segundo aditivo, celebrado em 06 de maio de 2008, teve por objeto a formalização da transferência do controle societário da CPFL Santa Cruz, anteriormente detido pela Nova 4 Participações Ltda., à CPFL Energia.

CPFL Geração

Contrato de Concessão CPFL Geração

As condições para geração de energia elétrica, por parte da CPFL Paulista, nas áreas de concessão dentro do Estado de São Paulo estão previstas no Contrato de Concessão n.º 015/97, firmado em 20 de novembro de 1997, com o Poder Concedente. Em 19 de junho de 2001, a CPFL Geração firmou um aditamento ao Contrato de Concessão CPFL Geração, por meio do qual assumiu a concessão de geração de energia, anteriormente detida pela CPFL Paulista. Até 2006 a CPFL Geração atuou como uma sociedade de participação (*holding)* em concessionárias de geração de energia do Grupo CPFL.

A partir da anuência da ANEEL ao processo de incorporação da SEMESA e da CPFL Centrais Elétricas, esta última titular do contrato de concessão de geração n.º 015/97, por meio da resolução autorizativa n.º 766/2006, a CPFL Geração, além de continuar a participar no capital social de outras sociedades, passou a atuar como concessionária de serviço público de energia elétrica.

Em 17 de novembro de 2004, as partes celebraram o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Geração de Energia Elétrica n.º 015/97, o qual tem por objeto formalizar a transferência para a CPFL Centrais Elétricas das concessões individualizadas de serviço público para exploração dos aproveitamentos relacionados no Anexo I do Contrato de Concessão n.º 015/97, de acordo com o disposto na Resolução n.º 365, de 29 de julho de 2003. A CPFL Geração, na qualidade de acionista controladora da CPFL Centrais Elétricas, passou a figurar no presente contrato como interveniente.

O prazo do Contrato de Concessão CPFL Geração é de 30 anos, contados a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado, por no máximo igual período, mediante requerimento da CPFL Geração, a critério do Poder Concedente.

Dentre as obrigações assumidas no Contrato de Concessão CPFL Geração, destacam-se (a) operar as instalações e equipamentos correspondentes, de acordo com critérios de segurança e segundo normas técnicas específicas; (b) manter, nos termos da legislação, as reservas de água e de energia, destinadas a serviços públicos; (c) manter, nos termos da legislação, os limites das vazões de restrição, máxima e mínima; (d) observar a legislação de proteção ambiental, providenciando os licenciamentos necessários e respondendo pelas eventuais consequência do descumprimento das leis; e (e) efetuar, nos termos da legislação, a gestão dos reservatórios e respectivas áreas de proteção, manter instalações e observações hidrológicas e demais prescrições acauteladas, estabelecidas na legislação específica, mantendo o Poder Concedente informado.

Pelo Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 015/97, de 19 de junho de 2001, formalizou-se a transferência da concessão de geração para a empresa CPFL – Geração de Energia S.A. E ainda, pelo Quinto Termo Aditivo ao mesmo Contrato de Concessão CPFL Geração, datado de 16 de novembro de 2006, foi reconhecida a transferência do controle societário das empresas Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL e CPFL – Geração de Energia S.A. para a CPFL Geração.

Finalmente, em 16 de novembro de 2006, foi celebrado o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 015/97 cujo objeto foi formalizar a transferência da concessão para a empresa CPFL Centrais Elétricas S.A.

CPFL Jaguari

Contrato de Concessão Jaguari

As condições para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica nas áreas de concessão dentro do Estado de São Paulo estão previstas no Contrato de Concessão n.º 015/99, firmado em 03 de fevereiro de 1999 com a União, na qualidade de Poder Concedente. Em 18 de janeiro de 2006 foi firmado o primeiro aditamento ao Contrato de Concessão Jaguari, com a finalidade de formalizar a transferência do controle societário da Companhia Jaguari de Energia, detido pela Companhia Sul Paulista de Energia, à CMS Distribuidora Ltda., bem como para ajustar as disposições referentes à aplicação de tarifas na prestação dos serviços de acordo com as disposições do Decreto n.º 5.163, de modo a assegurar a neutralidade no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica nos contratos de concessão realizados, utilizando o preço médio ponderado dos contratos de compra de energia elétrica e a aplicação deste preço médio ponderado ao mercado de referência como diretrizes da metodologia de cálculo e, a inclusão nos mecanismos de compensação de que trata a Medida Provisória n.º 2.227, de 4 de setembro de 2001, em relação as variações resultantes dos custos de aquisição de energia elétrica não consideradas no reajuste tarifário promovido no ano anterior. Em 18 de dezembro de 2007 foi celebrado o segundo aditamento ao Contrato de Concessão Jaguari, com o objetivo de formalizar a transferência do controle societário da CMS Eletric & Gás LLC, controladora da CMS Energy Brasil S.A., controladora direta da Companhia Jaguari de Energia, para a Perácio Participações S.A., empresa controlada pela CPFL Energia.

A concessão outorgada à CPFL Jaguari possui prazo de vigência até 07 de julho de 2015, renovável por um período de 20 anos, desde que requerido ao Poder Concedente com até 36 meses de antecedência do término do Contrato de Concessão Jaguari. O Poder Concedente manifestar-se-á sobre a prorrogação da concessão até o 18º mês que anteceder ao término contratual. O deferimento da prorrogação levará em conta os relatórios de fiscalização emitidos periodicamente pela ANEEL, nos quais há apontamentos sobre a regularidade dos serviços prestados pela concessionária.

Dentre as obrigações assumidas pela CPFL Jaguari no Contrato de Concessão Jaguari destacam-se (i) melhorar a qualidade do fornecimento de energia elétrica, de acordo com os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidos de qualidade do serviço, nos termos da legislação específica e do Contrato de Concessão Jaguari, (ii) implantar novas instalações e ampliar e modificar as existentes de modo a garantir o atendimento da atual e futura demanda de seu mercado de energia elétrica, observadas as normas e recomendações dos órgãos competentes, (iii) manter em permanente funcionamento o chamado "Conselho de Consumidores", integrado por representantes das diversas classes de consumidores, de caráter consultivo e voltada para orientação, análise e avaliação dos serviços e da qualidade do atendimento prestados pela CPFL Jaguari, bem como para a formulação de sugestões e propostas de melhoria dos serviços, (iv) manter registro das solicitações e reclamações dos consumidores de energia elétrica, (v) prestar contas aos consumidores, anualmente, da gestão de seus serviços e (vi) implementar medidas que tenham por objetivo a conservação e o combate ao desperdício de energia, devendo elaborar, para cada ano subsequente, programa de incremento à eficiência no uso e na oferta de energia elétrica, que contemple a aplicação de recursos correspondentes a, no mínimo, 1,0% da sua receita anual de fornecimento de energia elétrica.

Ainda, o Contrato de Concessão Jaguari prevê a liberdade de escolha do fornecedor pelos consumidores de energia elétrica na área de concessão da CPFL Jaguari, determinando que, ressalvados os contratos de fornecimento vigentes, a concessão da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica não conferem à CPFL Jaguari direito de exclusividade sobre tais consumidores.

CPFL Sul Paulista

Contrato de Concessão Sul Paulista

As condições para distribuição de energia elétrica nas áreas de concessão dentro do Estado de São Paulo estão previstas no Contrato de Concessão n.º 019/99, firmado em 03 de fevereiro de 1999, com o Poder Concedente. Em 18 de janeiro de 2006 foi firmado o primeiro aditamento ao Contrato de Concessão Sul Paulista, com a finalidade de formalizar a transferência do controle societário da Companhia Sul Paulista de Energia, detido pela Companhia Paulista de Energia Elétrica, à CMS Distribuidora Ltda., bem como para ajustar as disposições referentes à aplicação de tarifas na prestação dos serviços de acordo com as disposições do Decreto n.º 5.163, de modo a assegurar a neutralidade no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica nos contratos de concessão realizados, utilizando o preço médio ponderado dos contratos de compra de energia elétrica e a aplicação deste preço médio ponderado ao mercado de referência como diretrizes da metodologia de cálculo e, a inclusão nos mecanismos de compensação de que trata a Medida Provisória n.º 2.227, de 4 de setembro de 2001, em relação as variações resultantes dos custos de aquisição de energia elétrica não consideradas no reajuste tarifário promovido no ano anterior. Em 18 de dezembro de 2007 foi celebrado o segundo aditamento ao Contrato de Concessão Sul Paulista, com o objetivo de formalizar a transferência do controle societário da CMS Eletric & Gás LLC, controladora da CMS Energy Brasil S.A., e esta, controladora direta da Companhia Sul Paulista de Energia, para a Perácio Participações S.A., empresa controlada pela CPFL Energia.

A concessão outorgada à CPFL Sul Paulista possui prazo de vigência até 07 de julho de 2015, renovável por um período de 20 anos, desde que requerido ao Poder Concedente com até 36 meses de antecedência do término do Contrato de Concessão Sul Paulista. O Poder Concedente manifestar-se-á sobre a prorrogação da concessão até o 18º mês que anteceder ao término contratual. O deferimento da prorrogação levará em conta os relatórios de fiscalização emitidos periodicamente pela ANEEL, nos quais há apontamentos sobre a regularidade dos serviços prestados pela concessionária.

Dentre as obrigações assumidas pela CPFL Sul Paulista no Contrato de Concessão Sul Paulista destacam-se (i) melhorar a qualidade do fornecimento de energia elétrica, de acordo com os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidos de qualidade do serviço, nos termos da legislação específica e do Contrato de Concessão Sul Paulista, (ii) implantar novas instalações e ampliar e modificar as existentes de modo a garantir o atendimento da atual e futura demanda de seu mercado de energia elétrica, observadas as normas e recomendações dos órgãos competentes, (iii) manter em permanente funcionamento o chamado "Conselho de Consumidores", integrado por representantes das diversas classes de consumidores, de caráter consultivo e voltada para orientação, análise e avaliação dos serviços e da qualidade do atendimento prestados pela CPFL Sul Paulista, bem como para a formulação de sugestões e propostas de melhoria dos serviços, (iv) manter registro das solicitações e reclamações dos consumidores de energia elétrica, (v) prestar contas aos consumidores, anualmente, da gestão de seus serviços e (vi) implementar medidas que tenham por objetivo a conservação e o combate ao desperdício de energia, devendo elaborar, para cada ano subsequente, programa de incremento à eficiência no uso e na oferta de energia elétrica, que contemple a aplicação de recursos correspondentes a, no mínimo, 1,0% da sua receita anual de fornecimento de energia elétrica.

Ainda, o Contrato de Concessão Sul Paulista prevê a liberdade de escolha do fornecedor pelos consumidores de energia elétrica na área de concessão da CPFL Sul Paulista, determinando que, ressalvados os contratos de fornecimento vigentes, a concessão da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica não conferem à CPFL Sul Paulista direito de exclusividade sobre tais consumidores.

CPFL Leste Paulista

Contrato de Concessão Leste Paulista

As condições para geração de energia elétrica nas áreas de concessão dentro do Estado de São Paulo estão previstas no Contrato de Concessão n.º 018/99, firmado em 03 de fevereiro de 1999, com o Poder Concedente. Em 18 de janeiro de 2006 foi firmado o primeiro aditamento ao Contrato de Concessão Leste Paulista, com a finalidade de formalizar a transferência do controle societário da Companhia Paulista de Energia Elétrica, detido pela CMS Brasil Energia Ltda., à CMS Participações Ltda. Em 18 de janeiro de 2006 foi celebrado o segundo aditamento ao Contrato de Concessão Leste Paulista, com o objetivo de formalizar a transferência do controle societário da Companhia Paulista de Energia Elétrica, controlada pela CMS Participações Ltda., à CMS Distribuidora Ltda., bem como para ajustar as disposições referentes à aplicação de tarifas na prestação dos serviços de acordo com as disposições do Decreto n.º 5.163, de modo a assegurar a neutralidade no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica nos contratos de concessão realizados, utilizando o preço médio ponderado dos contratos de compra de energia elétrica e a aplicação deste preço médio ponderado ao mercado de referência como diretrizes da metodologia de cálculo e, a inclusão nos mecanismos de compensação de que trata a Medida Provisória n.º 2.227, de 4 de setembro de 2001, em relação as variações resultantes dos custos de aquisição de energia elétrica não consideradas no reajuste tarifário promovido no ano anterior. Posteriormente, em 18 de dezembro de 2007 foi celebrado o terceiro aditivo ao Contrato de Concessão Leste Paulista, com o objetivo de formalizar a transferência do controle societário da CMS Eletric & Gás LLC, controladora da CMS Energy Brasil S.A., e esta, controladora direta da Companhia Paulista de Energia Elétrica, para a Perácio Participações S.A., empresa controlada pela CPFL Energia.

A concessão outorgada à CPFL Leste Paulista possui prazo de vigência até 07 de julho de 2015, renovável por um período de 20 anos, desde que requerido ao Poder Concedente com até 36 meses de antecedência do término do Contrato de Concessão Leste Paulista. O Poder Concedente manifestar-se-á sobre a prorrogação da concessão até o 18º mês que anteceder ao término contratual. O deferimento da prorrogação levará em conta os relatórios de fiscalização emitidos periodicamente pela ANEEL, nos quais há apontamentos sobre a regularidade dos serviços prestados pela concessionária.

Dentre as obrigações assumidas pela CPFL Leste Paulista no Contrato de Concessão Leste Paulista destacam-se (i) melhorar a qualidade do fornecimento de energia elétrica, de acordo com os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidos de qualidade do serviço, nos termos da legislação específica e do Contrato de Concessão Leste Paulista, (ii) implantar novas instalações e ampliar e modificar as existentes de modo a garantir o atendimento da atual e futura demanda de seu mercado de energia elétrica, observadas as normas e recomendações dos órgãos competentes, (iii) manter em permanente funcionamento o chamado "Conselho de Consumidores", integrado por representantes das diversas classes de consumidores, de caráter consultivo e voltada para orientação, análise e avaliação dos serviços e da qualidade do atendimento prestados pela CPFL Leste Paulista, bem como para a formulação de sugestões e propostas de melhoria dos serviços, (iv) manter registro das solicitações e reclamações dos consumidores de energia elétrica, (v) prestar contas aos consumidores, anualmente, da gestão de seus serviços e (vi) implementar medidas que tenham por objetivo a conservação e o combate ao desperdício de energia, devendo elaborar, para cada ano subsequente, programa de incremento à eficiência no uso e na oferta de energia elétrica, que contemple a aplicação de recursos correspondentes a, no mínimo, 1,0% da sua receita anual de fornecimento de energia elétrica.

Ainda, o Contrato de Concessão Leste Paulista prevê a liberdade de escolha do fornecedor pelos consumidores de energia elétrica na área de concessão da CPFL Leste Paulista, determinando que, ressalvados os contratos de fornecimento vigentes, a concessão da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica não conferem à CPFL Leste Paulista direito de exclusividade sobre tais consumidores.

Transações com Partes Relacionadas

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a CPFL Energia. Foram consideradas como tendo influência significativa aquelas entidades em que os acionistas controladores possuem participação nos respectivos conselhos de administração, mesmo que não seja exercido o controle.

Para zelar que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a CPFL Energia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

As principais naturezas e transações estão descritas como segue:

- **Saldo Bancário e Aplicação Financeira –** Refere-se basicamente a saldos bancários e aplicações financeiras (vide nota explicativa n.º 4 das demonstrações financeiras da CPFL Energia, anexas a este Prospecto).

- **Empréstimos e Derivativos –** Corresponde a captação de recursos contratados em condições normais de mercado, vigentes à época (vide notas explicativas n.º 14 e 29 das demonstrações financeiras da CPFL Energia, anexas a este Prospecto).

- **Outras Operações Financeiras** – Os valores com Votorantim Energia e Banco Itaú referem-se basicamente a custos associados a operações financeiras de garantias. Os valores relacionados ao Banco do Brasil referem-se a custos bancários e despesas associadas ao processo de arrecadação. Adicionalmente, a CPFL Energia possui Fundo de Investimento Exclusivo administrado pelo Votorantim Asset Management e pelo BB DTVM, os quais cobram taxas de administração em condições normais de mercado para a respectiva gestão. O saldo registrado no passivo compreende basicamente aos direitos sobre o processamento da folha de pagamentos de algumas controladas que foram negociados com o Banco do Brasil, que serão apropriados como receita ao resultado pelo prazo do contrato.

- **Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviços –** Refere-se a aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços como construção civil, consultoria em informática e arrecadação. Estas operações foram contratadas em condições normais de mercado.

- **Venda de energia no mercado livre** – Refere-se basicamente à venda de energia a Consumidores Livres, através de contratos de curto ou longo prazo realizados em condições consideradas pela Companhia como sendo as de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela administração da Sociedade.

- **Suprimento de energia no mercado livre** – Refere-se basicamente a aquisição de energia pelas comercializadoras através de contratos de curto ou longo prazo realizados em condições consideradas pela CPFL Energia como sendo as de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela administração da CPFL Energia.

- **Outras Receitas** – Refere-se basicamente à receita proveniente de aluguel pelo uso da rede de distribuição para serviços de telefonia.

As controladas, concessionárias do serviço público de distribuição, cobram tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realizam vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo órgão regulador. Estas distribuidoras também adquirem energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

Adicionalmente, algumas controladas possuem plano de suplementação de aposentadoria mantido juntos à Fundação CESP e oferecido aos respectivos empregados.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa:

	Consolidado									
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA		COMPRAS	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Saldo Bancário e Aplicação Financeira										
Banco do Brasil	67.480	38.120	-	-	2.663	2.117	383	3.398	-	-
Banco Itaú S.A.	26.145	95.086	-	-	616	954	33	1.705	-	-
Banco Votorantim S.A.	57.390	52.970	-	-	7.227	6.948			-	-
Emprestimos, Debêntures e Derivativos										
Banco do Brasil	266.531	-	1.036.739	757.109	-	-	84.109	92.232	-	-
Banco Itaú S.A.	2.943	-	101.263	103.425	-	-	3.110	15.014	-	-
Outras operações financeiras										
Banco do Brasil S.A.	-	-	8.646	-	455	-	2.403	4.864	-	-
Banco Itaú S.A.	-	-	-	-	-	-	1.536	5.633	-	-
Votorantim Energia Ltda	-	-	-	-	-	-	192	117	-	-
Votorantim Asset Management	-	-	-	-	-	-	200	116	-	-
BB DTVM	-	-	-	-	-	-	5.886	6.274	-	-
Venda de Energia - Mercado Livre										
Camargo Correa Cimentos S.A.	-	-	-	-	2.028	-	-	-	-	-
Cimento Rio Branco S.A.	7	-	-	-	641	7.402	-	-	-	-
Citrovita Agroindustrial Ltda	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Companhia Vale do Rio Doce	-	-	-	-	1.024	2.881	-	-	-	-
NC Energia S.A.	2.055	530	-	-	23.652	6.689	-	-	-	-
Ripasa S.A Celulose e Papel	-	5	-	-	4.586	4.126	-	-	-	-
Santista Textil S.A.	-	-	-	-	2.724	1.852	-	-	-	-
Siderúrgica Barra Mansa S.A.	28	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento de Energia - Mercado Livre										
Celesc - Centrais Elétricas Sta Catarina	-	-	-	-	-	-	-	1.642	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.	-	-	-	-	-	-	906	12.503	-	-
Companhia Vale do Rio Doce	-	-	-	-	-	-	466	-	-	-
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda	-	-	-	-	21.555	10.949	1.954	-	-	-
Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviço										
Anfersa S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	7	13
Brasil Telecom S.A.	-	-	56	19	-	-	1.008	1.585	-	-
Camargo Correa Cimentos S.A.	-	-	3	-	-	-	222	248	-	-
Camargo Correa Equipamentos e Sistemas S.A.	-	-	346	-	-	-	-	-	4.998	5.472
Camargo Correa S/A	-	-	-	-	-	-	-	136	-	-
Cemig Distribuição S.A.	-	-	-	-	-	-	-	30	-	-
Cimento Rio Branco S.A.	-	-	6	655	-	-	-	-	-	14.467
Companhia Brasileira de Alumínio	-	-	-	305	-	-	3.002	3.176	680	7.805
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba	-	-	-	13	-	-	221	115	-	-
Construções e Comércio Camargo Correa S.A.	11.187	1.300	561	9.444	-	-	-	-	127.904	167.993
Essencio Co-Processamento Ltda	-	-	-	-	-	-	21	-	-	-
Essencio Remediação S.A.	-	-	-	-	-	-	25	-	-	-
Essencio Soluções Ambientais S.A.	-	-	-	-	-	-	56	-	-	-
Petroflex Ind. E Com. S.A.	-	-	-	-	-	-	4.316	2.263	-	-
Ripasa S.A. Celulose e Papel	-	-	-	-	47	52	-	-	-	-
Siderúrgica Barra Mansa S.A.	-	-	-	706	-	-	-	-	1.884	5.891
Tivit Tecnologia da Informação S.A.	-	-	-	-	-	-	-	1.595	-	-
Tivit Terceirização de Tecnologia e Serviços S.A.	-	-	348	37	-	-	4.440	1.884	-	-
Votorantim Cimentos Brasil Ltda	-	-	6	316	-	-	-	-	17.659	1.677
WEG Equipamentos Elétricos S.A.	-	-	1.391	-	-	-	2.714	4.489	1.511	-
WEG Industrias S.A.	-	-	-	-	-	-	-	916	-	-
Outras receitas										
Brasil Telecom S.A.	-	828	-	-	10.499	9.846	-	-	-	-

	Consolidado				
	ATIVO	PASSIVO	RECEITA	DESPESA	COMPRAS
Empresas	2006	2006	2006	2006	2006
Banco Votorantim S.A.					
Aplicações Financeiras	32.212	-	902	-	-
Operação de "Swap"	-	-	-	547	-
Construções e Comércio Camargo Correa S.A.					
Aquisições de Imobilizado	-	14.883	-	-	115.379
Camargo Correa Equipamentos e Sistemas					
Aquisições de Imobilizado	-	155	-	-	1.772
Cimento Rio Branco S.A.					
Aquisições de Imobilizado	-	993	-	-	9.209
TUSD	-	-	12.504	-	-
Venda de Energia	-	-	58756	-	-
Camargo Correa Cimentos S.A.					
Venda de Energia	1.233	-	7.733	-	-
Companhia Brasileira de Alumínio					
Aquisições de Imobilizado	-	237	-	-	1.649
Compra de Material	-	3	-	4.289	-
Adiantamentos de Clientes	-	7.666	-	-	-
Venda de Energia	2.139	-	11.930	-	-
Indústrias Votorantim S.A.					
TUSD	-	-	17.277	-	-
Venda de Energia	-	-	48.073	-	-
Votorantim Metais					
Aquisições de Imobilizado	-	281	-	-	6.323
Adiantamentos de Clientes	-	6.770	-	-	-
Votorantim Celulose e Papel					
TUSD	-	-	16.913	-	-
Venda de Energia	-	-	54.263	-	-
Votocel Filmes Flexíveis Ltda.					
TUSD	-	-	7.162	-	-

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto:

Empresas	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Dividendos / Juros sobre o capital próprio								
Companhia Paulista de Força e Luz	289.654	418.555	-	-	-	-	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	127.922	157.521	-	-	-	-	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	244.332	175.228	-	-	-	-	-	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	123.918	108.678	-	-	-	-	-	-
Companhia Luz e Força Santa Cruz	22.336	37.211	-	-	-	-	-	-
Rio Grande Energia S.A.	59.110	93.672	-	-	-	-	-	-
Perácio Participações S.A.	17.660	17.498	-	-	-	-	-	-
Alocação de Despesas entre Empresas								
Companhia Paulista de Força e Luz	1	-	141	3	-	-	1.703	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	20	-	29	-	362	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	15	-	-	-	226	-
						-	-	
Arrendamento e Aluguel								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	3	-	-	76	35
Mútuo								
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda	1.045	-	-	-	14	-	-	-
AFAC								
Perácio Participações S.A.	409.310	409.310	-	-	-	-	-	-
Outros								
Perácio Participações S.A.	4.233	4.233	-	-	-	-	-	-

Empresas	ATIVO	PASSIVO	RECEITA	DESPESA
	2006	2006	2006	2006
Dividendos / Juros sobre o capital próprio				
Companhia Paulista de Força e Luz	439.213	-	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	198.600	-	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	73.689	-	-	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	78.264	-	-	-
CPFL Comercialização Cone Sul S.A.	1.297	-	-	-
CPFL Serra Ltda.	33.179	-	-	-
Arrendamento e Aluguel				
Companhia Paulista de Força e Luz	-	3	-	38
Mútuo				
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.				
Semesa S/A	-	-	252	-
AFAC				
Nova 4 Participações S.A.	300	-	-	-

Transações em que a CPFL Energia é garantidora de obrigações assumidas por suas controladas:

CPFL Paulista

(i) Debêntures

Em 1° de dezembro de 2006, a CPFL Paulista emitiu, por meio de distribuição pública, 64.000 (sessenta e quatro mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, com valor nominal unitário de R$ 10.000,00 (dez mil reais) totalizando R$ 640,0 milhões, sendo que o vencimento das debêntures da 3ª emissão será em 1° de dezembro de 2013. As debêntures da 3ª emissão da CPFL Paulista têm como garantia a fiança da CPFL Energia e são remuneradas a uma taxa de 104,4% (cento e quarto inteiros e quatro décimos por cento) da Taxa DI, acrescida de um *spread* de 0,5% (meio por cento) ao ano.

(ii) Notas Promissórias

O valor total da 1ª emissão de notas promissórias da CPFL Paulista foi de R$ 175,0 milhões, divididas em 175 (cento e setenta e cinco) notas promissórias, com valor nominal unitário de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) cada, emitidas em série única, que foram totalmente subscritas e integralizadas. As Notas Promissórias são garantidas por aval de CPFL Energia e são remuneradas pela variação acumulada de 118,0% (cento e dezoito por cento) da Taxa DI e terão vencimento em 26 de abril de 2010.

RGE

(i) Debêntures

Em 1º de dezembro de 2007, com o objetivo de adequar o perfil econômico-financeiro, proporcionar liquidez suficiente para suportar os investimentos em ativo imobilizado e possibilitar a liquidação de dívidas vincendas até 2009, a RGE promoveu sua terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem a emissão de cautela e sem opção de repactuação programada. Essas debêntures foram emitidas cinco séries, no valor total de R$ 380,0 milhões, sendo cada série composta por uma única e indivisível debênture, com prazo de seis anos, contados a partir da data de emissão e vencimento em 1° de dezembro de 2013. Todas as cinco séries têm como garantia a fiança da CPFL Energia. Os valores e as datas de emissão das debêntures são, respectivamente:

- 1ª série de R$100,0 milhões - 1º de dezembro de 2007;
- 2ª série de R$140,0 milhões - 1º de janeiro de 2008;
- 3ª série de R$40,0 milhões - 1º de fevereiro de 2008;
- 4ª série de R$50,0 milhões - 1º de abril de 2008; e
- 5ª série de R$50,0 milhões - 1º de abril de 2008.

(ii) Notas Promissórias

Em 09 de abril de 2009 a RGE emitiu 185 notas promissórias em série única, com valor nominal unitário de R$1.000.000,00 cada, resultando numa emissão de R$ 185,0 milhões. As notas promissórias da 3ª Emissão da RGE têm como garantia o aval da CPFL Energia e são remuneradas pela variação acumulada de 118,0% (cento e dezoito por cento) da Taxa DI e terão vencimento em 26 de abril de 2010.

CPFL Geração

(i) Debêntures

Em 01 de dezembro de 2003, a CPFL Geração emitiu, por meio de distribuição particular, 69.189 (sessenta e nove mil, cento e oitenta e nove) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, com valor nominal unitário de R$ 10.000,00 (dez mil reais) totalizando R$ 691,9 milhões, sendo que as debêntures da 1ª emissão foram integralmente quitadas em 01 de junho de 2009. As debêntures da 1ª emissão da CPFL Geração tinham como garantia o aval da CPFL Energia e eram remuneradas por uma taxa de 4% (quatro por cento) ao ano, acima da TJLP.

(ii) Notas Promissórias

Em 2 de abril de 2009, o Conselho de Administração da CPFL Geração aprovou a 1ª emissão de notas promissórias comerciais para distribuição pública, composta por 85 notas promissórias, com valor nominal unitário de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), totalizando R$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais), e com data de emissão em 29 de abril de 2009. Esta emissão ocorreu em série única com vencimento em 24 de abril de 2010. As Notas Promissórias são remuneradas com base na variação acumulada de 118,0% da Taxa DI. Na data deste Prospecto, o saldo devedor das notas promissórias da primeira emissão é de R$ 85.811.580,50. As notas promissórias da 1ª emissão da CPFL Geração vencerão em 360 dias a contar de 29 de abril de 2009.

CPFL Piratininga

Debêntures

Em 1° de janeiro de 2006, a CPFL Piratininga emitiu, por meio de distribuição pública, 40.000 (quarenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, com valor nominal unitário de R$ 10.000,00 (dez mil reais) totalizando R$ 400,0 milhões, sendo que o vencimento das debêntures da 1ª emissão será em 1º de janeiro de 2011. A 1ª emissão de debêntures da CPFL Piratininga têm como garantia o aval da CPFL Energia e são remuneradas a uma taxa de 104,4% (cento e quatro inteiros e quatro décimos por cento) da Taxa DI.

Outras garantias prestadas pela CPFL Energia em contratos financeiros relevantes de suas controladas:

Mensuradas ao custo	Consolidado 31/03/2009	Remuneração	Condições de Amortização	Garantia
Moeda Nacional				
BNDES - Investimento				
CPFL Paulista - FINEM II	111.296	TJLP + 5,4% a.a.	48 parcelas mensais a partir de janeiro de 2007	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Paulista - FINEM III	127.683	TJLP + 3,3% a.a.	72 parcelas mensais a partir de janeiro de 2008	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Paulista - FINEM IV	135.480	TJLP + 3,28% a 3,4% a.a.	60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2010	Aval da CPFL Energia e recebíveis
RGE - FINEM IV	120.108	TJLP + 3,28% a 3,4% a.a.	60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2010	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
CERAN	288.456	TJLP + 5% a.a.	168 parcelas mensais a partir de dezembro de 2005	Aval da CPFL Energia
CERAN	130.022	TJLP + 3,69% a.a. (Média dos percentuais)	168 parcelas mensais a partir de dezembro de 2008	Aval da CPFL Energia
HSBC Corretora				
RGE	160.000	118% da Taxa DI	Parcela única em abril de 2009	Aval da CPFL Energia
Banco Itaú				
CPFL Geração	100.728	106% da Taxa DI	Parcela única em abril de 2009	Aval da CPFL Energia
Moeda Estrangeira				
Mensuradas ao valor justo				
Banco do Brasil				
CPFL Geração	727.986	Yen + 2,5% a.a. a 5,8% a.a.[1]	Parcelas únicas: entre abril de 2010 e janeiro de 2011	Aval da CPFL Energia

[1] *Suas controladas possuem swap convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação da taxa de juros em reais correspondente a 104,2% e 104,5% da Taxa DI*

Responsabilidade Social

Desenvolvimento Sustentável

A CPFL Energia prioriza a responsabilidade e a sustentabilidade na gestão de seus negócios, desenvolvendo um programa permanente de gerenciamento dos impactos das ações da empresa nos campos econômico, social e ambiental, em sintonia com os legítimos interesses da sociedade e com a legislação em vigor.

O objetivo primordial do programa é a criação de valores por meio de iniciativas e programas fundamentados em princípios éticos, de modo a assegurar a integridade, a transparência, a confiança e a credibilidade nos relacionamentos da empresa com seus clientes, acionistas, colaboradores, fornecedores, organizações da sociedade civil e comunidades de sua área de atuação.

CPFL Cultura

Buscando ampliar sua inserção social e contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que atua, a CPFL Energia instituiu, em 2003, o CPFL Cultura: um amplo programa cultural que promove reflexões sobre os desafios e as oportunidades da contemporaneidade.

A programação do CPFL Cultura é voltada para a disseminação do conhecimento e da cultura, por meio de palestras, debates e manifestações artístico-culturais. Além disso, os conteúdos são disponibilizados para todo o país por meio da *internet* e dos programas transmitidos pela TV Cultura de São Paulo.

Até 2007, as atividades presenciais concentravam-se na sede da CPFL Energia, em Campinas. A partir de 2008, seis novos núcleos foram implementados nas cidades de Ribeirão Preto, Bauru, Sorocaba, Santos, São Paulo e Caxias do Sul.

Fóruns Internacionais

A CPFL Energia visa promover debates, por meio de fóruns, objetivando sistematizar informações relevantes, transformando-as em conhecimento aplicável ao setor de energia e, também, aos demais setores do mercado.

No ano de 2008, foram realizados dois fóruns internacionais nos seguintes temas: "Crise Financeira Internacional e Crescimento da Economia Brasileira" e "Elemento-Chave para uma Economia de Baixo Carbono".

Planeta Sustentável

Desde 2007, a CPFL Energia apóia o movimento Planeta Sustentável, que tem como missão discutir, informar e produzir conhecimento sobre sustentabilidade.

Sua proposta é criar um ambiente pluralista, no qual diferentes pontos de vista contribuam para o desenvolvimento de um pensamento autônomo e criativo, capaz de despertar a consciência e qualificar as ações que levarão à construção de um mundo melhor.

Projeto BISC

Em 2008, a CPFL Energia foi convidada pela Comunitas para atuar como membro fundador do projeto BISC. O objetivo do BISC é disseminar dados sobre práticas de responsabilidade social na comunidade empresarial brasileira por meio de três frentes de atuação:

- realização de fórum anual de líderes empresariais;
- assessoria e disseminação de informações por meio de reuniões setoriais e *workshops;* e
- disponibilização de ferramenta para a gestão do investimento social corporativo.

Café Aberje - Capítulo Campinas

Desde 2006, a Associação Brasileira de Comunicação Empresarial - ABERJE e a CPFL Energia organizam as atividades do Café ABERJE - Capítulo Campinas.

O Café ABERJE – Capítulo Campinas tem como objetivo promover a reflexão, o compartilhamento e a atualização das melhores práticas de comunicação empresarial, a partir de encontros com especialistas, profissionais e estudantes de comunicação.

Em 2008, foram realizados 6 (seis) encontros com participação de um público total de, aproximadamente, 600 pessoas.

Seminário ABRADEE de Melhores Práticas (SAMP)

Em 2008, a CPFL Energia sediou o Seminário ABRADEE de Melhores Práticas de Responsabilidade Socioambiental e Qualidade da Gestão. O evento incentivou a troca de experiência entre profissionais do setor elétrico sobre as melhores práticas adotadas pelas empresas nos segmentos de sustentabilidade e qualidade.

Grupo de Referência de Empresas em Sustentabilidade (GRES)

Em 2008, a CPFL Energia aderiu ao Grupo de Referência de Empresas em Sustentabilidade (GRES), projeto-piloto do Ethos.

Os objetivos do grupo são identificar as principais críticas de cada negócio para o desenvolvimento sustentável e compartilhar conhecimentos e aprendizagens relativos às metas e aos processos de gestão da sustentabilidade.

No caso da CPFL Energia, o tema escolhido para identificar as variáveis críticas e para compartilhar e disseminar conhecimentos, foi o Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética.

Rede Valor

A partir de 2002, a CPFL Energia passou a promover encontros com seus fornecedores para disseminar conceitos de responsabilidade social corporativa na cadeia de negócios.

Em 2003 a CPFL Energia criou a Rede de Valor, que consiste em um fórum de fornecedores que visa a troca de aprendizagens e a construção de uma agenda comum e colaborativa para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Programa Tear

Em 2006, a CPFL Energia foi convidada para ser a empresa-âncora do setor de energia no Programa Tear, desenvolvido pelo Ethos, em parceria com o BID e o FUMIN.

O principal objetivo do programa é disseminar práticas de gestão da sustentabilidade para pequenas e médias empresas clientes da CPFL Energia.

Os principais resultados obtidos no programa foram: realização de planejamento estratégico, visão, missão e valores baseados em princípios de sustentabilidade, implementação de programas de coleta seletiva, desenvolvimento de código de ética e a elaboração de um relatório socioambiental.

Programa de Revitalização dos Hospitais Filantrópicos

O Programa de Revitalização dos Hospitais Filantrópicos visa elevar o desempenho administrativo e a qualidade dos serviços de saúde prestados à população nas áreas de atuação da CPFL Energia. Para tanto, a CPFL Energia conta com parceiros como o Centro de Estudos da Santa Casa de São Paulo - CEALAG, a Federação dos Hospitais Filantrópicos de São Paulo - FEHOSP, a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, o Compromisso pela Qualidade Hospitalar - CQH e a Fundação Nacional da Qualidade – FNQ.

Com o objetivo de profissionalizar a gestão dos hospitais formulou-se um programa inovador e pioneiro, que, considerando as especificidades do setor de saúde, aplica à gestão hospitalar os fundamentos e critérios de excelência da gestão, tal qual sistematizados e difundidos pela Fundação Nacional da Qualidade (MEG-FNQ), quais sejam:

- Perfil;
- Estratégias e Planos;
- Gestão de Pessoas;
- Gestão do Conhecimento;
- Relação com a Sociedade;
- Relação com Clientes;
- Gestão por Processos; e
- Resultados.

Além de contribuir para a implementação de uma cultura de excelência da gestão, o Programa de Revitalização dos Hospitais Filantrópicos fomenta a criação de redes, a mobilização social, o voluntariado e implementa os projetos de eficiência energética nas instituições participantes.

Além disso, o planejamento de Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa da CPFL Energia tem como estratégia o alinhamento da ação voluntária com programas-fim da empresa. Nesse sentido, foi desenvolvido um projeto de atuação voluntária de colaboradores da CPFL Energia em hospitais filantrópicos, para que integrem o Programa de Revitalização de Hospitais Filantrópicos.

Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente

Este programa apóia projetos que beneficiam crianças e adolescentes, por meio de recursos provenientes de incentivo fiscal, previsto na Lei n.º 8069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Em 2008, a CPFL Energia destinou cerca de R$ 2,5 milhões a entidades sociais que atendem crianças e adolescentes, beneficiando 226 projetos de 126 municípios da área de atuação de suas distribuidoras e usinas.

Programa de Voluntariado

Lançado em 2004, o programa tem o objetivo de engajar colaboradores em ações voluntárias realizadas pela CPFL Energia, visando potencializar as iniciativas direcionadas à sociedade.

O Programa de Voluntariado realiza também duas grandes campanhas anuais com o objetivo de arrecadar doações. Ao todo, desde 2005, a CPFL Energia arrecadou mais de 650 mil agasalhos e 16 mil brinquedos nas campanhas e beneficiou diversas instituições das comunidades onde está presente.

Em 2008, a Campanha do Agasalho arrecadou mais de 11 mil peças, as quais foram encaminhadas para diversas entidades.

Estímulo e Reconhecimento da Ação Voluntária

Em parceria com importantes veículos de comunicação, a CPFL Energia promove em sua área de concessão, desde 2000, um programa de estímulo e reconhecimento da ação voluntária.

Os projetos são avaliados por uma experiente banca de jurados, de acordo com os seguintes critérios: impactos social, econômico e ambiental, capacidade de mobilização, comprometimento, inovação, replicabilidade e alinhamento aos objetivos do milênio.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética

A CPFL Energia adotou um conjunto de dispositivos que visam o desenvolvimento contínuo de referenciais de conduta ética para nortear as ações e decisões de todos os colaboradores da empresa. Para tanto, foi implantado um Sistema de Gestão que envolve um Comitê de Ética, Canais de Acesso e uma Rede Ética formada por colaboradores.

A primeira versão do Código de Ética e Conduta Empresarial foi desenvolvida, em 2001, e, desde então, o Comitê desenvolve e aprimora continuamente o exercício e a disseminação do Código.

A ética é assumida como um programa operacional na CPFL Energia, igual a qualquer outro: são adotados dispositivos gerenciais para monitorar e ancorar, com eficácia e eficiência, preventivamente e corretivamente, os bons propósitos formulados no Código de Ética da empresa. Encontram-se entre esses dispositivos: Diagnóstico de Vulnerabilidades Éticas, Portal "Ética em Rede", Plano de Comunicação e Canais de Acesso para receber demandas, internas e externas, referentes à ética e às informações financeiras e contábeis, divulgadas pelo Grupo CPFL Energia.

Formada em 2007, por 76 colaboradores, a "Rede Ética" tem como atribuição ancorar o tema da ética em suas respectivas Unidades e Regionais. Por meio de seminários, a CPFL Energia passa a investir sistematicamente na qualificação da Rede Ética para que os colaboradores exerçam uma efetiva liderança e assumam responsabilidades crescentes na gestão e desenvolvimento da ética no grupo.

Pacto Global

Em dezembro de 2003, a CPFL Energia aderiu ao Pacto Global da ONU e passou a integrar o Comitê Brasileiro, com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate a corrupção.

Caring for Climate

Em agosto de 2008, a CPFL Energia tornou-se signatária do *Caring for Climate* da ONU que consiste em um compromisso voluntário, de iniciativa complementar ao Pacto Global da ONU, liderada por empresas que buscam o protagonismo no tema das mudanças climáticas.

Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção

É uma iniciativa do Ethos, da Patri Relações Governamentais & Políticas Públicas, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC), do Fórum Econômico Mundial e do Comitê Brasileiro do Pacto Global, com o apoio da Agência Brasileira das Agências de Publicidade (Abap) e da Fundação Ford.

O objetivo é promover o engajamento das empresas no combate a todas as formas de corrupção e estabelecer diretrizes para o relacionamento das organizações com o poder público.

Programa Empresa Amiga da Criança

Desenvolvido pela Fundação Abrinq, o Programa Empresa Amida da Criança visa comprometer as empresas com o desenvolvimento e garantias de direitos fundamentais da criança e do adolescente, por meio da celebração de compromissos que expressam os princípios fundamentais do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras

É uma iniciativa da *World Childhood Foundation* - WCF que estabelece um acordo com as empresas para que elas assumam publicamente, no âmbito de suas práticas de responsabilidade social, o compromisso de se engajar em ações contrárias à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras.

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Após uma análise dos principais problemas mundiais, a ONU estabeleceu objetivos de desenvolvimento para a construção de uma sociedade melhor. A CPFL Energia participa do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, acreditando que os objetivos são um excelente referencial no enfrentamento das desigualdades e na construção de uma nação sustentável.

ORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

Capital Social

Em 31 de março de 2009, o capital social da CPFL Energia era de R$ 4.741.175.241,82 (quatro bilhões, setecentos e quarenta e um milhões, cento e setenta e cinco mil, duzentos e quarenta e um reais e oitenta e dois centavos) distribuído em 479.910.938 (quatrocentas e setenta e nove milhões, novecentos e dez mil, novecentos e trinta e oito) ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal. Todas as ações ordinárias em circulação encontram-se totalmente integralizadas. A CPFL Energia possui capital autorizado de até 500.000.000 (quinhentas milhões) ações.

A tabela abaixo demonstra a distribuição do capital social da CPFL Energia na data deste Prospecto:

	Ações Ordinárias	
Acionista	**Quantidade**	**% de Participação**
VBC Energia S.A.	122.948.720	25,62%
521 Participações S.A.	149.233.727	31,10%
Bonaire Participações S.A.	60.713.511	12,65%
BNDES Participações S.A.	40.526.739	8,44%
Membros da Diretoria	26.152	0,01%
Membros do Conselho de Administração - Independente	100	0,00%
Membros do Conselho de Administração	3.012	0,00%
Ações em Tesouraria	-	-
Outros	106.458.977	22,18%
Total	479.910.938	100,00%

Ações em Tesouraria

A CPFL Energia não possui ações ordinárias em tesouraria.

Breve Descrição dos Principais Acionistas

VBC Energia S.A.

A VBC Energia foi constituída em 25 de março de 1997 com o objetivo de participar direta e indiretamente do capital social de empresas do Setor Elétrico Brasileiro, de modo a (i) participar de empresas do setor energético ou a ele vinculadas que distribuam, comercializem, gerem e operem usinas produtoras e linhas de transmissão de qualquer tipo de energia, podendo promover fusões, incorporações, cisões ou outras formas de associação de empresas; (ii) participar de empresas do setor de saneamento ou a ele vinculadas podendo promover fusões, incorporações, cisões ou outras formas de associação de empresas; (iii) realizar estudos, projetos de construções de usinas produtoras e de linhas de transmissão; (iv) intermediar e operacionalizar negócios no país e no exterior; e (v) prestar consultoria e assessoria de negócios, inclusive para importação e exportação de bens e serviços.

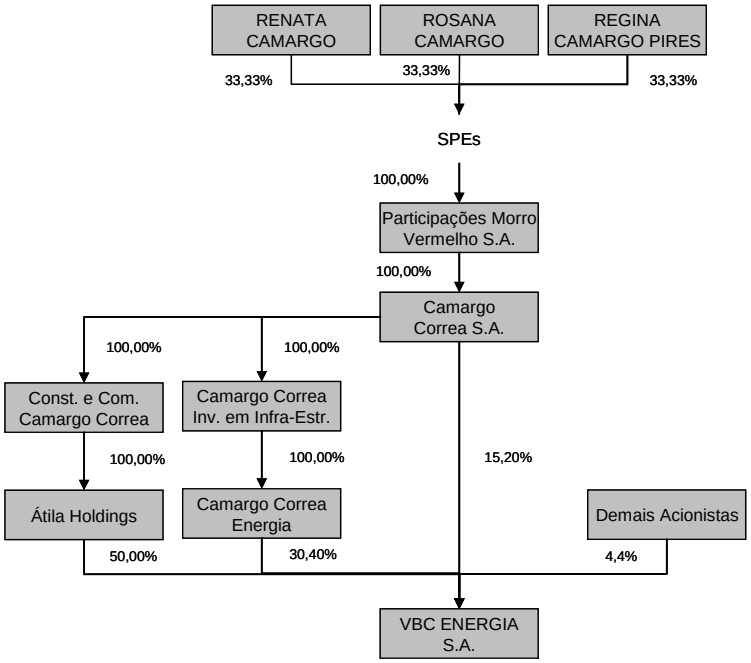
A VBC Energia é uma sociedade por ações, controlada pela Átila Holdings S/A (50,0% da participação total), pela Camargo Corrêa Energia (30,4% da participação total), pela Camargo Corrêa S.A. (15,2% da participação total) e demais acionistas (4,4% da participação total).

A Átila Holdings S/A tem como único quotista a Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A., que, por sua vez, tem como controlador a Camargo Corrêa S.A.

A Camargo Corrêa Energia possui como quotista controlador a Camargo Corrêa Investimento em Infra-Estrutura S.A., esta que possui como principal acionista a Camargo Corrêa S.A., que detém 100,0% de sua participação.

A Camargo Corrêa S.A. é uma subsidiária integral da Participações Morro Vermelho S.A. Ressalte-se que a Participações Morro Vermelho S.A. é uma sociedade por ações cujos acionistas finais indiretos são as senhoras Rosana Camargo Arruda Botelho, Renata Camargo Nascimento e Regina Camargo Pires Oliveira Dias.

Segue abaixo o organograma da VBC Energia:



521 Participações S.A.

A 521 Participações é uma sociedade por ações, controlada pelo Fundo Mútuo de Investimentos em Ações – BB Carteira Livre I, cuja Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI é detentora de 100% das quotas de sua emissão.

Bonaire Participações S.A.

A Bonaire é uma holding, constituída na forma de uma sociedade por ações em 29 de agosto de 1997 e controlada pela Energia São Paulo Fundo de Investimentos em Participações. A Bonaire tem por objeto a participação como acionista da CPFL Energia, de forma direta ou indireta, bem como em sociedades em que os acionistas diretos ou indiretos da CPFL venham a participar como quotistas ou acionistas.

O Energia São Paulo Fundo de Investimentos em Participações possui os seguintes quotistas: (i) Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Participações 114, detentor de 44,39% das quotas de sua emissão; (ii) Fundação Petrobrás de Seguridade Social – Petros, detentora de 22,78% das quotas de sua emissão; (iii) Fundação Sabesp de Seguridade Social – Sabesprev, detentora de 0,61% das quotas de sua emissão; e (iv) Fundação Sistel de Seguridade Social, detentora de 32,22% das quotas de sua emissão.

O Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Participações 114 é um fundo de investimento exclusivo da Fundação CESP.

BNDES Participações S.A.

A BNDES Participações S.A. é uma subsidiária do BNDES, um banco público federal relacionado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Mercado Externo.

Alteração Recente de Participação Relevante no Capital Social da Garantidora

A Brumado Holdings Ltda., sociedade limitada controlada pela Bradespar S.A., efetuou, em 19 de maio de 2009, a venda de 11.169.004 ações ordinárias de emissão da CPFL Energia, correspondentes a 2,33% do capital social da CPFL Energia, reduzindo, portanto, sua participação de 5,92% para 3,59% do capital social da CPFL Energia.

Acordo de Acionistas

Os acionistas da CPFL Energia, detentores de 100,0% do seu capital social, firmaram um acordo de acionistas, com a interveniência da CPFL Energia, o qual são regulados os termos e condições do compartilhamento do controle da CPFL Energia e de suas subsidiárias. Para mais informações sobre o acordo de acionista firmado entre os principais acionistas da Garantidora, vide Seção "Composição do Capital Social" na página 187 deste Prospecto.

Política de Dividendos

O estatutos social da CPFL Energia estabelece que seja distribuído no mínimo 25% do lucro líquido.

O valor de quaisquer distribuições dependerá de muitos fatores, tais como condição financeira da CPFL Energia, suas perspectivas futuras, as condições macroeconômicas, revisões e reajustes tarifários, mudanças regulatórias, estratégia de crescimento e demais fatores considerados relevantes pelo Conselho de Administração e pelos acionistas. Adicionalmente, determinadas obrigações constantes de contratos financeiros podem limitar o valor dos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio que poderemos distribuir.

De acordo com o Estatuto Social da CPFL Energia, o Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, calculados com base nas demonstrações financeiras anuais ou semestrais ou nas demonstrações financeiras relativas a períodos mais curtos, ou também com base em lucros auferidos registrados ou em lucros destinados a contas de reservas sem fins lucrativos contidas nas demonstrações financeiras anuais ou semestrais. A declaração de dividendos anuais, inclusive dividendos em valor superior à distribuição obrigatória, exige aprovação pelo voto da maioria dos detentores das ações ordinárias.

AQUISIÇÕES RECENTES

Aumento de participação na RGE

Em 10 de maio de 2006, a CPFL Energia adquiriu diretamente 100,0% da CPFL Serra, CPFL Cone Sul e CPFL Missões, anteriormente denominadas Ipê Energia, PSEG Trader S.A. e da PSEG Brasil Ltda., respectivamente, pelo valor de US$ 185,0 milhões.

Com a aquisição, o Grupo CPFL Energia passou a deter participação de 99,8% da RGE e 99,9% da Sul Geradora. Por meio da CPFL Paulista e da CPFL Brasil, o grupo já detinha participação de 67,1% e 67,2% na RGE e na Sul Geradora, respectivamente.

Em atendimento à Resolução Autorizativa ANEEL n.º 305/05, foi concluído, com aprovação em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14 de março de 2007, o processo de reorganização societária da RGE, considerando a segregação da participação societária da CPFL Paulista na RGE, passando a CPFL Energia a deter, por intermédio da CPFL Serra Ltda., 99,8% da RGE. A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 18 de setembro de 2007, aprovou a incorporação da CPFL Serra pela RGE, que a sucedeu em todos os seus direitos e obrigações.

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 18 de dezembro de 2007, foi aprovada a incorporação das ações dos acionistas minoritários da RGE pela CPFL Energia, que passou a deter 100,0% do capital da RGE.

Aumento de participação na UHE Foz do Chapecó

Em agosto de 2006, a CPFL Energia adquiriu participação adicional de 11,0% na Foz do Chapecó pelo valor de R$ 9,3 milhões. Com essa aquisição, o grupo passou a deter 51,0% da participação total na UHE Foz do Chapecó, com investimento adicional de R$ 230,0 milhões, representando um acréscimo de 47,5 MW médios na Energia Assegurada.

Santa Cruz

Em 02 de outubro de 2006, a CPFL Energia firmou contrato de compra e venda, por meio do qual adquiriu diretamente, pelo valor de R$ 203 milhões, 99,9% do capital social da Santa Cruz. A aquisição foi aprovada pela Resolução Autorizativa da ANEEL n.º 1066/07 e pelo Despacho da ANEEL n.º 3732/07.

A Santa Cruz é uma concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica que atua em 24 municípios do Estado de São Paulo e 3 municípios do Estado do Paraná. Atualmente, ocupa uma área de 11.849,5 Km^2, atendendo mais de 161 mil consumidores e com participação no mercado nacional de 0,3%. Em 2005, a energia vendida pela Santa Cruz foi de 746 GWh, o qual gerou uma receita líquida de R$ 154 milhões, EBITDA Ajustado de R$ 30 milhões e lucro líquido de R$ 14 milhões.

A aquisição da Santa Cruz, está alinhada à estratégia da CPFL Energia que prevê movimentos sucessivos de consolidação do segmento de distribuição de energia no país e possibilita um retorno adequado ao atual portfólio de negócios do Grupo CPFL, destacando-se os indicadores financeiros implícitos na aquisição.

CPFL Jaguariúna

A CPFL Energia, em abril de 2007, adquiriu 100,0% do capital da CPFL Jaguariúna (atual razão social da CMS Energy Brasil S.A.), pelo valor de R$ 429,3 milhões, compreendendo quatro distribuidoras (CPFL Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguari e CPFL Mococa), duas empresas que atuam no segmento de comercialização de energia e serviços (razão social atual CPFL Planalto Ltda. e CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.) além de ativos de geração, totalizando 87,0 MW, correspondentes a 9 PCHs e à participação na UHE Luiz Eduardo Magalhães (UHE Lajeado).

Em 18 de fevereiro de 2009, foi efetivada a incorporação da Perácio Participações pela CPFL Jaguariúna, etapa inicial ao processo de reestruturação da CPFL Jaguariúna. Em 25 de março de 2009, as administrações das companhias CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Mococa, CPFL Jaguari, CPFL Serviços, CPFL Jaguari de Geração e CPFL Jaguariúna, firmaram o "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da CPFL Jaguariúna", operação esta que após a efetivação da cisão parcial, as sociedades anteriormente controladas pela CPFL Jaguariúna, passaram a ser controladas pela *holding* CPFL Energia, mantidas as participações detidas anteriormente pela CPFL Jaguariúna nestas sociedades. Também foram realizadas reduções de capital na CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Mococa, CPFL Jaguari no valor de R$ 63.000 mil, com adequação de seus Estatutos Sociais e estruturas de capital.

Desta reestruturação resultou um benefício fiscal no montante de aproximadamente R$ 48,0 milhões, sendo que, deste total, cerca de R$ 2,0 milhões foram aproveitados exercício compreendido pelo primeiro trimestre de 2009.

PROPRIEDADES, PLANTAS E EQUIPAMENTOS

As principais propriedades da CPFL Energia consistem em usinas hidrelétricas, subestações e redes de distribuição localizadas nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Goiás. O valor contábil líquido do imobilizado total em 31 de março de 2009 era de R$ 6.744,5 milhões. De modo geral, as instalações da CPFL Energia estão adequadas às suas atuais necessidades e são apropriadas aos fins a que se destinam. A CPFL Energia também tem servidões de passagem para suas linhas de distribuição, que são ativos próprios e não revertem aos proprietários da terra quando da expiração das concessões.

Adicionalmente, a CPFL Energia está envolvida na construção de 3 novas instalações hidrelétricas (Castro Alves; 14 de Julho e Foz do Chapecó). A previsão de investimento total nestas instalações é de aproximadamente R$ 2.991 milhões, sendo que o investimento da CPFL Energia corresponderá a R$ 1.633 milhões. A CPFL Energia ainda possui um imóvel em Campinas, Rod. Campinas Mogi Mirim, Km 2,5, onde se localiza a sede da CPFL Paulista e CPFL Piratininga, em um terreno de 79.574,38 m^2, com área construída de 46.866,18 m^2.

De acordo com as leis aplicáveis, alguns dos imóveis e instalações essenciais para o cumprimento das obrigações da CPFL Energia, nos termos dos Contratos de Concessão não podem ser transferidos, cedidos, onerados ou vendidos a quaisquer credores ou por eles penhorados sem a prévia aprovação da ANEEL.

Apesar de outorgar concessões para a construção de usinas hidrelétricas, o governo federal não emite decretos de desapropriação dos respectivos imóveis. Esses decretos somente são emitidos quando a concessionária tiver demonstrado que negociou com ao menos 50% dos proprietários dos imóveis afetados. Uma vez que tenha conduzido tais negociações, a concessionária pode solicitar a emissão de um decreto de desapropriação à ANEEL. A ANEEL estuda a solicitação e verifica se todas as opções de negociação disponíveis foram esgotadas. Se a ANEEL chegar à conclusão de que essas opções foram esgotadas, a ANEEL emite um decreto de desapropriação dos imóveis afetados. Se a concessionária e os proprietários dos imóveis não puderem chegar a um acordo quanto ao preço do imóvel ou da servidão de passagem, a concessionária pode usar o decreto de desapropriação para obter em juízo a imissão provisória na posse do imóvel, o que possibilita o prosseguimento da construção enquanto um perito judicial avalia o valor justo de mercado do imóvel.

Em junho de 2009, a CPFL Energia era proprietária de 1019 imóveis nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais, dentre os quais se destacam:

Município	Endereço	Terreno (m^2)	Área Construída (m^2)
Araraquara	Av. José Salles Gadelha, 100	65.000,00	6.033,00
Bauru	Rua Wenceslau Braz, 8-8	35.466,90	6.059,91
Barretos	Av. Almirante Gago Coutinho, 500	7.744,00	2.638,00
Campinas	Rod. Campinas Mogi Mirim, Km 2,5	81.254,15	44.809,05
Campinas	Rod. Campinas Mogi Mirim, Km 12	92.344,00	510,00
Franca	Av. Eufrásia M. Petraglia, 340	17.515,32	3.046,46
Lins	Rua Paulo Ap. Giraldi, 710	11.605,37	3.285,00
Marília	Av. José de Grande, 332	5.800,00	2.726,50
Santa Cruz Rio Pardo/SP	Rua Simão Cabral, 124	1.200,00	412,90
Santa Cruz Rio Pardo/SP	Rua Simão Cabral, 144	400,00	149,90
Santa Cruz Rio Pardo/SP	Rua Simão Cabral, 154	414,20	86,00
Ipaussu/SP	Rua Prof. Pedro Leme B. Sobrinho, 680	880,00	452,20
Ipaussu/SP	Rua Prof. Pedro Leme B. Sobrinho, 680	738,00	363,63
Ipaussu/SP	Praça Dr. Raphael de Souza, 220	1.760,00	368,30
Piraju/SP	Praça Joaquim Antonio de Arruda, 155	2.354,40	2.692,21
Jacarezinho/PR	Rua Theofelo O. Broberg - Centro	2701,70	197,00

Avaré/SP	Rua Para,1670	1.133,00	264,30
Avaré/SP	Rua Para,1415	359,60	138,80
Avaré/SP	Estrada da Onça	76.975,00	408,60
Avaré/SP	Rua Major Mariano, 569	4.800,00	257,00
Barra de Jacaré/PR	Rua Rui Barbosa, 115	1.365,00	64,20
Chavantes/SP	Rua Antonio Fontes, 725	4.140,00	307,40
Ourinhos/SP	Rua Expedicionário, 295	608,00	404,30
Taquarituba/SP	Rua Mal. Floriano Peixoto, 858	566,00	86,00
Óleo/SP	Praça Papa Paulo VI, 282	161,70	97,50
Cerqueira César/SP	Av.Rio de Janeiro, 02	1.095,00	150,25
Ourinhos/SP	Rua Horácio Soares – Jardim Paulista	5.855,00	174,60
Ribeirão Claro/PR	Rua Mal. Theodoro da Fonseca, 615	968,00	216,10
Timburi/SP	Rua Expedicionários, 708	1.023,00	95,94
Ubirajara/SP	Rua Major Leônidas Vieira, 505	804,00	76,15
Bernardino de Campos/SP	Av. da Saudade, 200 e 296	5.320,00	307,90
Paranapanema/SP	Rua Deolindo Menck, 200	400,00	120,00
Taquarituba/SP	Av. Cel. João Quintino, 975	1.137,00	25,20
Taquaras/SP	Rua Ângelo Bergamo, 1031	2.400,00	333,70
Itaí/SP	Rua Nicolau Gesualdi	25.100,00	126,00
Paranapanema/SP	Rod. Raposo Tavares	6.000,00	308,80
Águas Santa Bárbara/SP	Av. José Costa, 1000	2.610,00	138,85
Ourinhos/SP	Rod. Raposo Tavares	14.290,85	152,46
Itaí/SP	Rua 15 de Novembro, 1342	720,00	153,31
Jacarezinho/SP	Santos Dumont, 111	374,00	153,60
Ipaussu/SP	Rod. Raposo Tavares	3.250,00	43,20
São Pedro do Turvo/SP	Rod. Sebastião T. Coelho	4.249,99	84,00
Taguaí/SP	Rua Pedro Alcântara Ribeiro, 91	210,00	78,01
São Pedro do Turvo/SP	Rua Garcia Braga, 272	301,60	92,44
Tejupá/SP	Rua Alexandre Absy, 283	362,67	95,40
Sarutaiá/SP	Rua Catarina Milani Maluly, 46	646,00	101,06
Arandú/SP	Av. João Paulo II, 330	2.723,00	82,13
Ourinhos/SP	Rua Antonio Carlos Mori, 677	1.848,63	744,22
Taguaí/SP	Rodovia SP 249	4.000,00	98.96
Sarutaiá/SP	Rua A, 76	2.364,46	98,96
Santos	Av. Rangel Pestana, 150 a 218	106.589,69	9.296,96
Salto	Rodovia Convenção Republicana, 57	23.532,93	1.932,87
Santos	Av. Rangel Pestana, 384	15.950,00	1.416,89
Vinhedo	Rua Parsch, s/n	13.107,84	0,00
Sorocaba	Rua Ubaldino do Amaral, 202	11.596,87	1.709,89
Sorocaba	Rua Antonio R. Claro Sobrinho, 25	11.138,50	5.197,74
Jundiaí	Av. Antonio Frederico Ozanan, 1.240	10.000,00	5.638,07
Santos	Rua Marquês de Herval, 116	7.902,00	1.723,03
Macatuba	Rod. Macatuba x Barra Bonita, Km 9	1.052.984,00	1.587,43
Araraquara	Rua Isidora, s/n	607.500,00	2.838,00
Americana	Estrada Americana – Cosmópolis, Km 2	444.628,81	3.697,00
São Carlos	Rod. São Carlos x R. Bonito, Km 22	440.200,00	1.809,20
Espírito Santo do Pinhal	Est. Esp. Sto. Pinhal x Jacutinga, Km 10	363.359,63	5.634,86
Guará	Est. S. J. Barra x S. J. Bela Vista, Km 9	331.900,00	2.185,00
Campinas	Rod. Joaquim Egídio x Pedreira, Km 9	303.579,97	2.750,00
Americana	Avenida São Gerônimo, 3.100	301.057,00	2.864,00
Erechim	Rua Palmiro Tosseto 89	24.373,00	990,16
Tapejara	RS 463 (6KM antes de Tapejara)	17.457,21	40,00
Palmeira das Missões	Rua Pinheiro Machado, 500	13.036,00	1.715,25
São Luiz Gonzaga	Local denominado Piraju	13.000,00	40,00
Antônio Prado	Rua Santo Angelo Golin, s/n	12.006,55	
Cruz Alta	Av. Presidente Vargas, 120	11.239,00	1.906,66
São Luiz Gonzaga	Rua Borges do Canto, 297	10.640,00	1.208,00
Soledade	Rua Marechal Floriano, s/n	10.334,00	20,00

A CPFL Energia é também locatária de 71 imóveis.

INFORMAÇÕES SOBRE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA GARANTIDORA

Ações

Em setembro de 2004, a CPFL Energia realizou a distribuição pública primária de 39.579.729 (trinta e nove milhões, quinhentas e setenta e nove mil, setecentas e vinte e nove) ações ordinárias, e a distribuição secundária de 7.915.950 (sete milhões, novecentos e quinze mil, novecentos e cinqüenta) ações ordinárias da VBC Energia S.A., com a distribuição simultânea de 18.998.271 (dezoito milhões, novecentas e noventa e oito mil, duzentas e setenta e uma) ações no Brasil, e 28.497.408 (vinte e oito milhões, quatrocentas e noventa e sete mil, quatrocentos e oito) ações no exterior, sob a forma de 9.499.136 (nove milhões, quatrocentas e noventa e nove mil, cento e trinta e seis) *American Depositary Shares* representadas por *American Depositary Receipts.* Em novembro de 2004, o coordenador global da emissão adquiriu um lote adicional de ações, chegando ao total de 47.674.923 (quarenta e sete milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, novecentos e vinte e três) ações, perfazendo o total de R$ 820.962.174,06 (oitocentos e vinte milhões, novecentos e sessenta e dois mil, cento e setenta e quatro, e seis centavos de real).

Atualmente, as ações de emissão da CPFL Energia são negociadas na BM&FBOVESPA, sob o código CPFE3.

No ano de 2008, o volume médio diário de negociação das ações da CPFL Energia foi de R$ 36,0 milhões, sendo R$ 17,2 milhões na BM&FBOVESPA e R$ 18,8 milhões na NYSE. As ações encerraram o ano de 2008 cotadas[1] a R$ 30,15 e US$ 39,07, respectivamente. Até o dia 18 de junho de 2009, o volume médio diário de negociação[2] das ações no ano foi de R$ 27,0 milhões, sendo R$ 15,5 milhões na BM&FBOVESPA e R$ 11,5 milhões na NYSE. As ações encerraram esse período cotadas a R$ 31,86 e US$ 48,48, respectivamente.

Notas Promissórias

A 4ª emissão de notas promissórias da CPFL Energia foi composta por 39 notas promissórias com o valor nominal unitário de R$ 11.250.000,00 (onze milhões duzentos e cinqüenta milhões de reais), totalizando o valor de R$ 438.750.000,00 (quatrocentos e trinta e oito milhões, setecentos e cinqüenta mil reais). As notas promissórias tinham prazo de validade de 180 dias, vencendo-se em 12 de dezembro de 2007, tendo sido devidamente quitadas na data de seu vencimento. As notas promissórias tinham remuneração à taxa de 101,90% (cento e um inteiros e noventa centésimos por cento) da Taxa DI. Os recursos obtidos mediante a 4ª emissão de notas promissórias da CPFL Energia foram utilizados no pagamento da aquisição da CMS Energy.

Debêntures

O Conselho de Administração da CPFL Energia aprovou, em 29 de agosto de 2007, a 3ª emissão de debêntures simples para subscrição pública, composta de 45.000 (quarenta e cinco mil) debêntures, todas nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando o montante de R$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinqüenta milhões de reais), na data de 03 de setembro de 2007. Essas debêntures da CPFL Energia foram emitidas em série única, com vencimento em 03 de setembro de 2014. As debêntures da 3ª emissão da CPFL Energia têm remuneração equivalente à Taxa DI, acrescida de um *spread* de 0,45% (zero inteiro, quarenta e cinco décimos por cento) ao ano. Em 31 de março de 2009, o saldo das debêntures da 3ª emissão da CPFL Energia totalizava R$ 454.108 mil. Os recursos decorrentes da 3ª emissão de debêntures foram destinados ao pagamento antecipado de dívida representada pelas notas promissórias de 4ª emissão da CPFL Energia.

PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CPFL Energia segue as recomendações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC. Dentre estas recomendações podem-se destacar as seguintes práticas adotadas pela CPFL Energia:

- Transparência (*disclosure*);
- Equidade;
- Prestação de contas (*accountability*); e
- Responsabilidade Corporativa.

A CPFL Energia, de modo a manter um elevado padrão de governança corporativa, celebrou em 2004 um contrato com a BM&FBOVESPA visando cumprir com os requisitos de listagem do Novo Mercado.

O Novo Mercado é destinado à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a cumprir com práticas de boa governança corporativa e maiores exigências de divulgação de informações em relação àquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e melhoram a qualidade da informação fornecida aos acionistas.

Adicionalmente, a CPFL Energia está entre as 14 empresas da América Latina que participam do Companies Circle, grupo composto pelas empresas que possuem práticas de governança corporativa diferenciadas, concebido pela Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) e do International Finance Corporation (IFC).

Para maiores informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pelo Grupo CPFL, vide Seção "Práticas de Governança Corporativa", constante da página 193 deste Prospecto.

ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

A CPFL Energia é administrada por um Conselho de Administração, formado por no mínimo 7 (sete) e no máximo 9 (nove) membros, todos acionistas, eleitos e destituíveis pela Assembléia Geral, dos quais no mínimo 20,0% deverão ser conselheiros independentes, e por uma Diretoria composta por 7 (sete) Diretores.

O Conselho de Administração deverá reunir-se, ordinariamente, pelo menos uma vez a cada mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação de seu presidente, ou na ausência deste, por qualquer outro conselheiro. Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembléia Geral, para um mandato de 1 ano, permitida a reeleição. As obrigações do Conselho de Administração incluem, dentre outras, a fixação da orientação geral dos negócios da CPFL Energia, bem como a eleição dos Diretores.

Na data deste Prospecto, o Conselho de Administração da CPFL Energia era formado pelos seguintes membros efetivos, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2010:

Nome	Posição	Data da Posse
Luiz Anibal de Lima Fernandes	Presidente	29/04/2009
Ricardo Carvalho Giambroni	Vice Presidente	29/04/2009
José Ayres de Campos	Membro Titular	29/04/2009
Francisco Caprino Neto	Membro Titular	29/04/2009
Milton Luciano dos Santos	Membro Titular	29/04/2009
Susana Hanna Stiphan Jabra	Membro Titular	29/04/2009
Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes	Conselheira Independente	29/04/2009
Albrecht Curt Reuter-Domenech	Membro Suplente	29/04/2009
Marcelo Pires Oliveira Dias	Membro Suplente	29/04/2009
Cláudio Borin Guedes Palaia	Membro Suplente	29/04/2009
Helio Campagnucio	Membro Suplente	29/04/2009
Arthur Prado Silva	Membro Suplente	29/04/2009
Martin Roberto Glogowsky	Membro Suplente	29/04/2009

O endereço comercial dos membros do Conselho de Administração da CPFL Energia é Rua Gomes de Carvalho n.° 1.510, 14° andar, conjunto 1.402, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Diretoria

A Diretoria da CPFL Energia é composta por 7 (sete) membros, eleitos para mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição: Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores, Diretor Vice-Presidente de Gestão de Energia, Diretor Vice-Presidente de Distribuição, Diretor Vice-Presidente de Geração, Diretor Vice-Presidente Administrativo, e Diretor Vice-Presidente de Desenvolvimento de Negócios, observando-se que este último cargo encontra-se vago.

A Diretoria reúne-se por convocação do Diretor Presidente. Os Diretores são responsáveis pela direção dos negócios e a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Garantidora.

O Estatuto Social da CPFL Energia estabelece as atribuições e poderes dos Diretores. Na data deste Prospecto, a Diretoria da CPFL Energia era formada pelos seguintes Diretores, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2011:

Nome	Cargo	Data da Posse
Wilson P. Ferreira Junior	Diretor Presidente	04/05/2009
Miguel Normando Abdalla Saad	Diretor Vice-Presidente de Geração	04/05/2009
Hélio Viana Pereira	Diretor Vice-Presidente de Distribuição	04/05/2009
Paulo Cezar Coelho Tavares	Diretor Vice-Presidente Gestão de Energia	04/05/2009
José Antonio de Almeida Filippo	Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores	04/05/2009
José Marcos Chaves de Melo	Diretor Vice-Presidente Administrativo	04/05/2009

O endereço comercial dos membros da Diretoria da CPFL Energia é Rua Gomes de Carvalho n.° 1.510, 14° andar, conjunto 1.402, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é permanente, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. O Conselho Fiscal é eleito pela Assembléia Geral, sendo permitida a reeleição.

Na data deste Prospecto, o Conselho Fiscal da CPFL Energia era formada pelos seguintes membros, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2010:

Nome	Cargo	Data da Posse
Daniela Corci Cardoso	Membro Titular	08/05/2009
José Reinaldo Magalhães	Membro Titular	08/05/2009
Adalgiso Fragoso de Faria	Membro Titular	08/05/2009
Décio Magno Andrade Stochiero	Membro Titular	08/05/2009
Wilton de Medeiros Daher	Membro Titular	08/05/2009
Fernando Luiz Aguiar Filho	Membro Suplente	08/05/2009
Carlos José Cantu	Membro Suplente	08/05/2009
Claudionor Francisco Barbosa	Membro Suplente	08/05/2009
Hamilton Omar Biscalquini	Membro Suplente	08/05/2009
Gilda Maria dos Santos	Membro Suplente	08/05/2009

O endereço comercial dos membros do Conselho Fiscal da CPFL Energia é Rua Gomes de Carvalho n.° 1.510, 14° andar, conjunto 1.402, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Informações Biográficas

A seguir encontram-se as informações biográficas dos atuais membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal da CPFL Energia:

Membros Efetivos do Conselho de Administração

Luiz Anibal de Lima Fernandes. Nascido em 25 de dezembro de 1942 na cidade de Belo Horizonte – MG, formado em Engenharia Mecânica e Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1965. Cursou Estudo dos Sistemas Elétricos também na UFMG em 1966, Business Policy no Arthur D Little/INDI em 1974, Estratégia de Marketing na Fundação João Pinheiro em 1977, Sistemas de Informações para Executivos na IBM em 1982, e Programa de Desenvolvimento Avançado para Executivo pela Fundação Dom Cabral/INSEAD em 2000. Atuou como Engenheiro e Diretor de Finanças e de Relações com Investidores na Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), foi Presidente do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais (INDI), Presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, Diretor de Controle da Siderurgia Brasileira S.A. (SIDERBRÁS), Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores e Membro do Conselho de Administração da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRÁS), Diretor-Presidente, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e Diretor de Desenvolvimento na ACESITA S.A. (grupo Arcelor) e Diretor-Superintendente da VBC ENERGIA S.A. Atualmente, é Sócio-Diretor da L.A. & Associados Participações e Negócios Ltda. O Sr. Luiz Anibal é Presidente do Conselho de Administração da CPFL Energia desde abril de 2007. Foi eleito como membro do Conselho de Administração da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

Ricardo Carvalho Giambroni. Nascido em 27 de outubro de 1956 na cidade de São Paulo – SP, formado em Economia pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro (FCPERJ) em 1984. Cursou Pós Graduação em Direito Societário e Finanças na Fundação Getulio Vargas (FGV) em 1999 e os MBAs Executivo em Finanças Corporativas e Governança Corporativa no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). Participou do Programa de Gestão Estratégica de Dirigentes Empresariais no INSEAD em 2006. Atuou como Diretor da VALEPAR S.A. Foi membro do Conselho de Administração da PARANAPANEMA S.A., COMPANNHIA VALE DO RIO DOCE S.A., BRASIL FERROVIAS S.A. (FERRONORTE E FERROBAN), Novoeste, e América Latina Logística S.A. - ALL. Atualmente, é membro do Conselho de Administração do Metrô do Rio de Janeiro, da 521 Participações S.A., e Gerente Executivo da área de Participações da Caixa de Previdência do Banco do Brasil (PREVI). Foi eleito como membro do Conselho de Administração da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

José Ayres de Campos. Nascido em 14 de fevereiro de 1958 na cidade de Jaboticabal – SP, formado em Engenharia Mecânica, pela Faculdade de Engenharia Industrial de São Bernardo do Campo (FEI-SP) em 1982. Cursou Extensão em Engenharia Civil na Faculdade de Engenharia de São Paulo (FESP) em 1985 e Pós-Graduação em Economia de Empresas na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP) em 2003. Atuou como Professor Universitário na Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira (UNESP) e Faculdade de Engenharia Industrial (FEI). Atualmente é Diretor-Presidente da CNEC ENGENHARIA S.A. (grupo Camargo Corrêa), tendo estruturado a área de Projetos Industriais para atuação em Petróleo & Gás e Mineração, promovido a internacionalização, e iniciado os Serviços de Fornecimento de Sistemas Eletromecânicos. Também atua como Diretor da CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S.A. (CCCC) e Membro do Comitê Brasileiro do Conselho Mundial de Energia (CME). Foi eleito como membro do Conselho de Administração da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

Francisco Caprino Neto. Nascido em 30 de abril de 1960 na cidade de São Caetano do Sul – SP, formado em Engenharia Metalúrgica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) em 1983, cursou Mestrado em Engenharia Metalúrgica na mesma instituição em 1992. Atuou como Chefe de Departamento de Engenharia de Processos e Assessor de Planejamento e Controle da Siderúrgica J.L. ALIPERTI S.A., e Coordenador de Processos Metalúrgicos da AÇOS VILLARES S.A. Foi membro titular do Conselho de Administração da Companhia Paulista de Força e Luz, da Companhia Piratininga de Força e Luz, da CPFL Geração de Energia S.A. e da Rio Grande Energia S.A. (RGE) de 2005 a 2006. Atualmente, é Diretor Superintendente e membro do Conselho de Administração da CAMARGO CORRÊA ENERGIA S.A. e da CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A. (CCII). Também atua como membro do Conselho de Administração da VBC ENERGIA S.A., da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (USIMINAS), da Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR), e da A-PORT S.A. O Sr. Caprino é membro do Conselho de Administração da CPFL Energia desde abril de 2000. Foi eleito como membro do Conselho de Administração da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

Milton Luciano dos Santos. Nascido em 15 de outubro de 1956 na cidade de Paranaíba – MS, formado em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALE) em 2001. Cursou MBA em Formação Geral para Altos Executivos pela Universidade de São Paulo (USP) em 1994. Atuou no Banco do Brasil de 1976 a 2009, ocupando as posições de Gerente Adjunto, Gerente Geral, Superintendente Estadual, Superintendente do Governo, Diretor de Distribuição e Vice-Presidente de Varejo e Distribuição. É membro do Conselho de Administração da CPFL Energia desde dezembro de 2006. Foi eleito como membro do Conselho de Administração da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

Susana Hanna Stiphan Jabra. Nascida em 26 de agosto de 1957 na cidade de São Paulo – SP, formada em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP) em 1979 e Ciências Sociais (incompleto FFLCH – SP) em 1986. Cursou Especialização em Administração Financeira na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 1980 e MBA em Finanças no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) em 1999. Atua há mais de 25 anos em empresas de grande e médio porte, tendo participado de importantes operações realizadas no mercado de capitais. Atuou como economista no BANCO ITAÚ S.A., Gerente de Planejamento e Controle na AGÊNCIA ESTADO Ltda., Gerente Executiva de Participações e membro do Comitê de Responsabilidade Social da Fundação Petrobrás de Seguridade Social (PETROS). Foi membro titular do Conselho de Administração da CPFL Energia, da CPF Paulista, da CPFL Piratininga e da CPFL Geração (2003 a 2005 e 2006 a 2007), da TELENORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES (2006 a 2008), da BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A. (2002 a 2009), e membro suplente do Conselho de Administração da Telemig Celular Participações S.A. (2003 a 2005), da Perdigão S.A. (2006 a 2009) e da Newtel Participações S.A. (2004 a 2008), além de membro titular do Conselho Fiscal da CPFL Energia, da CPFL Paulista, da CPFL Piratininga e da CPFL Geração (2005 a 2006 e 2007 a 2008). Atualmente é membro suplente do Conselho Fiscal da ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A., professora no Curso para Conselheiros de Administração e palestrante convidada do Fórum de Debates "Os Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração" do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Participou também do curso Training of Trainers, Corporate Governance Board Leadership Program promovido pelo International Finance Corporation (IFC). É membro do Conselho de Administração da CPFL Energia desde abril de 2009. Foi eleita como membro do Conselho de Administração da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes. Nascida em 23 de janeiro de 1962 na cidade de Recife – PE, Doutora em Economia pela Universidade da Califórnia, Berkeley em 1990 e advogada formada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC - RJ) em 2007. Em 1999, adquiriu o direito de usar a designação CFA - Chartered Financial Analyst outorgada pela AIMR (Association for Investment and Management Research) dos Estados Unidos. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Companhia de Concessões Rodoviárias - CCR (desde maio 2002) e da Metalfrio (desde maio de 2009), e consultora do Comitê de Auditora da Companhia Siderúrgica Nacional (desde agosto 2006). Anteriormente, foi Diretora de Investimentos do Pictet Modal Asset Management (1998-2003) e analista de renda variável do Banco de Investimentos Garantia (1995-1997). Trabalhou no Banco Mundial em Washington, D.C. entre 1991 e 1994, tendo ainda lecionado macroeconomia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2003) e na Universidade Federal de Pernambuco (1º semestre 1991). Desde 2008, é sócia da Galanto Consultoria, do Rio de Janeiro, para serviços e aconselhamento na área de governança corporativa. A Sra. Ana Novaes é membro do Conselho de Administração da CPFL Energia desde abril de 2007. Foi eleita como membro do Conselho de Administração da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

Membros Suplentes do Conselho de Administração

Albrecht Curt Reuter-Domenech. Nascido em 25 de junho de 1947 na cidade de Mayagüez – Porto Rico, formado em Engenharia Civil pela Universidade de Porto Rico em 1975. Cursou MBA na The Wharton School, University of Pennsylvania, em 1979. Foi diretor-sócio da MCKINSEY & COMPANY, Inc. Atualmente é Vice-Presidente do Conselho de Administração da VBC ENERGIA S.A. e Vice-Presidente do Conselho de Administração da CAMARGO CORRÊA S.A., assim como de outras empresas do Grupo Camargo Corrêa. Foi eleito como membro suplente do Conselho de Administração da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

Marcelo Pires Oliveira Dias. Nascido em 13 de janeiro de 1976 na cidade de São Paulo – SP, formado em Administração de Empresas pela The American Intercontinental University International Business em Londres em 1998. Cursou Negociação pela Harvard School em 2005. Atuou como Gerente de Estratégia Regulatória na NOVA DUTRA, Gerente de Consistência e Garantia de Propostas. Atuou como Gerente de Consistência e Garantia de Propostas, Superintendente Comercial e Diretor de Novos Negócios na CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S.A. Atualmente, é Diretor de Investimentos e Desenvolvimento de Infra-Estrutura na CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A. (CCII) e membro do Conselho de Administração da A-PORT e da PMCC PROJETOS DE TRANSPORTE DE ÁLCOOL S.A. O Sr. Marcelo é membro do Conselho Fiscal da CPFL Energia desde abril de 2008. Foi eleito como membro suplente do Conselho de Administração da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

Cláudio Borin Guedes Palaia. Nascido em 08 de janeiro de 1975 na cidade de São Paulo – SP, formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV), em 1997. Cursou MBA na The Wharton School, University of Pennsylvania, em 2002. Atuou como Analista de M&A do Banco JP MORGAN em São Paulo e Nova Iorque e Director de Hormigón da Loma Negra C.I.A.S.A em Buenos Aires. Atuou como líder de projetos em diferentes empresas do Grupo CAMARGO CORRÊA: Camargo Corrêa Energia, Camargo Corrêa S.A. (*holding*) e São Paulo Alpargatas. Atualmente é Diretor da CAMARGO CORRÊA CIMENTOS S.A., responsável pela Divisão de Concreto, e membro suplente do Conselho de Administração da SÃO PAULO ALPARGATAS. Foi eleito como membro suplente do Conselho de Administração da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

Helio Campagnucio. Nascido em 31 de março de 1956 na cidade de Niterói – RJ, formado em Economia pela Universidade Federal Fluminense em 1978 e Direito na Universidade de Brasília (UNB) em 1997, com Pós Graduação em Finanças pelo IBMEC em 1990 e Direito Econômico pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-DF) em 1998. Atuou como Chefe de Divisão do BANCO DO BRASIL, fundador da BB-DTVM e do BB-BI, Assessor Econômico do Ministério da Fazenda, e do Conselho - CADE. Foi Membro do Conselho Fiscal das empresas Telasa (Telecomunicações de Alagoas), Telamazon (Telecomunicações do Amazonas), Light, Lightpar, Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Eletrosul, Caixa Econômica Federal, e Companhia Usinas Nacionais (CUN), foi Presidente do Conselho Fiscal da Cobra e da BASA, e membro do Conselho de Administração da Emgepron - Empresa de Engenharia e Projetos Navais. Atualmente é Professor de Economia e Finanças e Consultor de Empresas. O Sr. Helio é membro do Conselho de Administração da CPFL Energia desde abril de 2008. Foi eleito como membro suplente do Conselho de Administração da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

Arthur Prado Silva. Nascido em 29 de abril de 1972 na cidade do Rio de Janeiro – RJ, formado em Direito pela Universidade Cândido Mendes (UCAM) em 1999. Cursou Pós-Graduação em Finanças na mesma Universidade em 2001, Direito Empresarial pela Universidade Estácio de Sá (ESTÁCIO) em 2001, MBA em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2002, e Pós-Graduação em Direito Tributário pela Universidade Cândido Mendes (UCAM) em 2008. Atuou como Analista Pleno, Analista Sênior e Gerente de Controle no BANCO DO BRASIL. Atualmente é Gerente de Núcleo na Caixa de Previdência do Banco do Brasil (PREVI). É membro do Conselho de Administração da INVITEL LEGACY S.A., GTD Participações S.A. e 521 PARTICIPAÇÕES S.A. O Sr. Arthur é membro do Conselho de Administração da CPFL Energia desde abril de 2008. Foi eleito como membro suplente do Conselho de Administração da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

Martin Roberto Glogowsky. Nascido em 14 de novembro de 1953 na cidade de São Paulo – SP, formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 1976 e em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) em 1979. Trabalhou na área de Mercado de Capitais dos bancos BBA Creditanstaltd e SCHAIN CURY S.A. e foi Vice-Presidente do CITIBANK N.A. Desde maio de 2005 é Diretor Presidente da Fundação CESP, tendo antes ocupado a posição de Diretor de Investimentos e Patrimônio. É membro do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), tendo sido anteriormente integrante do Conselho Deliberativo da ABRAPP e membro de sua Comissão Técnica Nacional de Investimentos. Foi também membro do Comitê Consultivo da SELIC, do Comitê de Valores Mobiliários da ANDIMA e da Comissão de Renda Fixa Privada da BOVESPA. Foi eleito como membro suplente do Conselho de Administração da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

Membros da Diretoria

Wilson P. Ferreira Junior. Vide Seção "Administração – Informações Biográficas – Membros do Conselho de Administração" na página 200 deste Prospecto.

Miguel Normando Abdalla Saad. Vide Seção "Administração – Informações Biográficas – Membros do Conselho de Administração" na página 200 deste Prospecto.

Hélio Viana Pereira. Vide Seção "Administração – Informações Biográficas – Membros do Conselho de Administração" na página 202 deste Prospecto.

Paulo Cezar Coelho Tavares. Vide Seção "Administração – Informações Biográficas – Membros do Conselho de Administração" na página 202 deste Prospecto.

José Antonio de Almeida Filippo. Vide Seção "Administração – Informações Biográficas – Membros do Conselho de Administração" na página 201 deste Prospecto.

José Marcos Chaves de Melo. Vide Seção "Administração – Informações Biográficas – Membros do Conselho de Administração" na página 202 deste Prospecto.

Membros Efetivos do Conselho Fiscal

Daniela Corci Cardoso. Nascida em 10 de outubro de 1972 na cidade de Itapetininga – SP, formada em Administração de Empresas pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP) em 1994. Cursou Pós Graduação em Mercado de Capitais pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras da Universidade de São Paulo (FIPECAFI – USP) em 1998, e MBA em Finanças Corporativas pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) em 2004. Atuou como Analista de Investimentos no BANCO FIBRA, Consultora de Corporate Finance na PRICE WATERHOUSECOOPERS, Gerente de Planejamento Financeiro e Diretora da VBC ENERGIA S.A. Foi membro do Conselho Fiscal da Companhia Piratininga de Força e Luz e da Rio Grande Energia S.A (RGE). Atualmente é Diretora da Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura S.A. (CCII). É membro do Conselho Fiscal da CPFL Energia desde abril de 2009. Foi eleita como membro do Conselho Fiscal da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

José Reinaldo Magalhães. Nascido em 06 de janeiro de 1956 na cidade de Bambui – MG, formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1983. Cursou MBA em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) em 1992, e MBA em Finanças Corporativas e Direito Societário na Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2000. Atuou como Gerente-adjunto do BANCO DO BRASIL em Londres, em 1995, Chicago e Nova Iorque, de 2002 a 2005. Foi Diretor de Investimentos da Caixa de Previdência do Banco do Brasil (PREVI) de janeiro/2006 a maio/2008. Foi membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Pernambuco (CELPE), Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN), e Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER). Foi eleito como membro do Conselho Fiscal da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

Adalgiso Fragoso de Faria. Nascido em 14 de junho de 1960 na cidade de Raul Soares – MG, formado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Cursou MBA Executivo em Finanças Corporativas no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) e Política Econômica e Finanças de Empresas pela Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC). Foi eleito como membro do Conselho Fiscal da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

Membros Suplentes do Conselho Fiscal

Fernando Luiz Aguiar Filho. Nascido em 13 de junho de 1979 na cidade de São Paulo – SP, formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), em 2001. Concluiu Mestrado em Engenharia na mesma instituição no ano de 2007. Atualmente é Gerente de Participações da CAMARGO CORREA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A. (CCII). Foi eleito como membro suplente do Conselho Fiscal da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

Carlos José Cantu. Nascido em 31 de janeiro de 1966 na cidade de São Paulo – SP, formado pela Faculdade São Judas Tadeu (USJT) em 1987. Cursou MBA pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) em 2003. Atualmente é Superintendente de Controladoria da CAMARGO CORRÊA S.A. Foi eleito como membro suplente do Conselho Fiscal da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

Claudionor Francisco Barbosa. Nascido em 17 de maio de 1946 na cidade de Quatá – SP, formado em Ciências Econômicas em 1977 e Ciências Contábeis em 1976 pelas Faculdades Integradas de Marília. Cursou Pós-Graduação em Contabilidade, Auditoria e Controladoria pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP) em 1997 e Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégia pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP), em 2003. Atuou como Gerente Geral de Agência no BANCO DO BRASIL, Consultor da ATLÂNTICA CONSULTORIA E SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA e como professor na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP). Foi membro do Conselho Fiscal da Associação Vinhedense de Educação dos Homens (AVEHA). Foi eleito como membro suplente do Conselho Fiscal da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

Hamilton Omar Biscalquini. Nascido em 16 de fevereiro de 1948 na cidade de Ribeirão Preto – SP, formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito Riopretense (FADIR), em 1982. Cursou pós-graduação de Administração Financeira pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ) em 1999 e MBA Altos Executivos pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP) em 1995. Exerceu, junto ao BANCO DO BRASIL, os cargos de Gerente-Adjunto e Gerente-Geral de agências (de 1975 a 1983), Auditor (de 1983 a 1991) e Gerente de Auditoria (de 1991 a 1996). Atuou como Gerente Administrativo da MONALISA JÓIAS E PRESENTES LTDA. e Gerente Administrativo-financeiro da SARDINHA TRUCK CENTER LTDA. Foi membro do conselho Fiscal da ARACRUZ CELULOSE S.A., Companhia de Eletricidade da Bahia (COELBA), e FRAS-LE S.A. Foi eleito como membro suplente do Conselho Fiscal da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

Gilda Maria dos Santos. Nascida em 13 de abril de 1958 na cidade de São Gonçalo do Rio Abaixo – MG, formada em Economia pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB-DF) em 1988. Cursou Pós-Graduação em Administração Financeira na Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2004. Foi membro do Conselho Fiscal da CARAÍBA METAIS S.A., empresa do Grupo PARANAPANEMA S.A. Atualmente é Analista de Investimentos Sênior na Fundação SISTEL de Seguridade Social. Foi eleita como membro suplente do Conselho Fiscal da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

Relação Familiar

Na data deste Prospecto, não havia nenhuma relação familiar entre os membros do Conselho de Administração da CPFL Energia e seus principais acionistas.

Ações detidas pelos Administradores

Conforme evidenciado na tabela constante do item "Capital Social" acima, os membros da Administração da CPFL Energia detêm participação direta no capital social da CPFL Energia. Os membros do Conselho de Administração detêm participações mínimas necessárias para ocuparem tal cargo, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Adicionalmente, na data deste Prospecto, o Sr. Wilson Pinto Ferreira Júnior possui 25.000 (vinte e cinco mil) ações da CPFL Energia.

Contratos ou obrigações relevantes existentes entre os Administradores e a CPFL Energia

Na data deste Prospecto, não havia nenhum contrato ou obrigação relevante existente entre os Administradores e a CPFL Energia.

Condenações Judiciais e Administrativas

Os membros da Administração da Companhia não sofreram nenhuma condenação judicial ou administrativa.

Remuneração

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas, em Assembléia Geral Ordinária, são responsáveis pela fixação do valor total da remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria da CPFL Energia. Após os acionistas fixarem o valor total da remuneração cabível, os membros do Conselho de Administração ficam, então, responsáveis pela fixação dos níveis de remuneração individuais.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, a remuneração total que a CPFL Energia pagou aos seus Conselheiros e Diretores foi de aproximadamente R$ 12,1 milhões. Desse valor, foram pagos diretamente à administração R$ 7,5 milhão como remuneração fixa e R$ 4,6 milhão a título de remuneração variável por desempenho e atingimento de metas.

Plano de Opção de Compra de Ações

A CPFL Energia, nos termos do seu estatuto social, pode conceder opções de compra de ações para seus administradores, funcionários, ou a pessoas naturais que prestem serviços para a CPFL Energia, desde que o plano de opção seja submetido à Assembléia Geral pelo Conselho de Administração, respeitado o limite do capital autorizado.

Na data deste Prospecto, não havia qualquer plano de opções de compra de ações da CPFL Energia ou intenção de fazê-lo pela CPFL Energia.

Diretor de Relações com Investidores

Sr. José Antonio de Almeida Filippo
Rodovia Campinas Mogi-Mirim, N.º 1.755, km 2,5 - parte
Campinas – SP – Brasil
Telefone: (19) 3756-8704
Fac-símile: (19) 3756-8777
Correio Eletrônico: jfilippo@cpfl.com.br
Website: http://www.cpfl.com.br

PENDÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

Em 31 de março de 2009, a CPFL Energia era parte em aproximadamente 35.984 mil processos de natureza cível, trabalhista e tributária. Desses processos, aproximadamente 36,24% envolvem a CPFL Paulista, 12,98% envolvem a CPFL Piratininga, 48,60% envolvem a RGE. Ações cíveis constituem aproximadamente 76,59% do total de processos da CPFL Paulista e CPFL Piratininga e 94,73% do total dos processos da RGE. Os demais processos envolvem ações de natureza regulatória, trabalhista, fiscal e administrativa.

Processos Trabalhistas

Em 31 de março de 2009, a CPFL Energia e suas controladas eram parte em 5242 processos, sendo que para 1177 desses processos são estimadas perdas prováveis no valor aproximado de R$ 51.066 mil.

Processos Cíveis

Em 31 março de 2009, a CPFL Energia e suas controladas eram parte em 30.004 processos, sendo que para 6299 desses processos são estimadas perdas prováveis no valor aproximado de R$ 34.070 mil, representados basicamente por danos pessoais, impactos ambientais e majoração tarifária.

Processos Tributários

Em 31 de março de 2009, a CPFL Energia e suas controladas eram parte em 699 processos, sendo que para 421 desses são estimadas perdas prováveis no valor aproximado de R$ 162.052 mil, relacionados basicamente a imposto de renda, ICMS, FINSOCIAL e PIS e COFINS.

Processos Administrativos

A CPFL Paulista é parte em um processo administrativo junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, no qual está sendo investigada uma suposta conduta anti-concorrencial relacionada à instalação de sua rede elétrica. Este processo havia sido suspenso por decisão judicial, visto que a CPFL Paulista apresentara uma proposta para celebrar Termo de Compromisso de Cessação. Entretanto, com o trânsito em julgado da decisão judicial, o processo voltou a correr e encontra-se atualmente sob a análise do CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Uma decisão adversa poderá resultar na imposição de prestação pecuniária, com base em um percentual do faturamento da CPFL Paulista.

Processos Ambientais

A SEMESA, incorporada em 1º de abril de 2007 pela CPFL Geração, em conjunto com Furnas, foi citada como ré em processo que solicita que as referidas empresas promovam medidas reparadoras e mitigadoras relativas aos impactos ambientais causados pela construção e operação da Usina Hidrelétrica Serra da Mesa, cujo montante atribuível à controlada indireta SEMESA é estimado em R$ 74,2 milhões, já contemplado nas provisões dos processos da esfera civil. O risco desta ação é qualificado por seus assessores jurídicos como possível, não sendo necessário o seu reconhecimento contábil. Em caso de condenação no processo a obrigação da SEMESA refere-se essencialmente à aquisição de terras e formação de uma área de preservação permanente em torno do reservatório. Referidos custos, se e quando executados, serão incorporados ao ativo imobilizado.

As empresas CPFL Paulista e Piratininga são partes passivas em certos processos administrativos ambientais, a maior parte em relação ao corte e à poda de árvores localizadas próximas a sua rede de distribuição de energia elétrica. O valor envolvido em tais processos, individualmente ou somados, não representam risco à CPFL Energia ou à sua capacidade financeira.

No período entre 2004 e 2008, houve apenas um histórico de acidente ambiental no período ocorrido na Subestação "SE Piracicaba", em um auto-transformador com capacidade para 24.000 litros de óleo isolante mineral naftênico. Este ocasionou um incêndio e derramamento de 10.000 litros de óleo, que atingiu o solo do site e uma lagoa contígua à propriedade. Em relação à quantidade de óleo existente nos equipamentos operacionais da CPFL Paulista (18.428.742 litros) este derramamento representa, em volume apenas 0,05% em relação ao total de óleo contido nos equipamentos. O recurso do processo nº. 21000470 referente ao vazamento de óleo está em julgamento, com valor previsto de aproximadamente R$ 104 mil, já contemplado nas provisões dos processos da esfera civil.

Contudo, independentemente do resultado do litígio, foram tomadas as providências necessárias para conter o vazamento e recuperar o solo e a água contaminados.

A CPFL Energia também está sujeita a processos relacionados ao licenciamento ambiental de algumas de suas usinas hidrelétricas, incluindo uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público no município de Caxias do Sul, requerendo uma liminar para impedir a construção do complexo hidroelétrico Rio das Antas. O pedido liminar do Ministério Público foi negado em primeira instância. O Ministério Público interpôs então agravo de instrumento com pedido de antecipação de tutela, o qual foi negado pelo tribunal de segunda instância. Não há decisão sobre o mérito desta ação nem em primeira, nem em segunda instância. Com base no parecer dos advogados contratados que cuidam desta ação, a CPFL Energia julga que a possibilidade de perda é remota. Não é possível prever os efeitos de uma decisão contrária nesta ação.

Provisões para Contingências

A CPFL Energia estabeleceu reservas em seu balanço patrimonial com base na probabilidade de perda relativa às contingências judiciais e administrativas. Para este propósito, a CPFL Energia classifica tais perdas como remotas, possíveis ou prováveis. Os Princípios Contábeis Brasileiros e a lei brasileira obrigam a CPFL Energia a estabelecer reservas relacionadas apenas a perdas prováveis e, por conseguinte, é política da CPFL Energia realizar reservas apenas em relação a tais processos.

	Consolidado							
	31/03/2009				31/12/2008			
	Provisão para Contingência - Bruta	Depósitos Judiciais Relacionados a Contingência (1)	Provisão para Contingência - Líquida	Outros Depósitos e Bloqueios Judiciais (2)	Provisão para Contingência - Bruta	Depósitos Judiciais Relacionados a Contingência (1)	Provisão para Contingência - Líquida	Outros Depósitos e Bloqueios Judiciais (2)
Trabalhistas								
Diversos	51.066	46.762	4.304	64.234	55.105	49.363	5.742	59.288
Cíveis								
Danos Pessoais	12.082	11.907	175	47.635	14.450	14.450	-	49.957
Majoração Tarifária	12.185	3.185	9.000	15.545	10.635	3.157	7.478	15.341
Energia Comprada	-	-	-	-	13.014	13.228	(214)	-
Outras	9.803	8.574	1.229	10.283	6.695	5.451	1.244	10.138
	34.070	23.666	10.404	73.463	44.794	36.286	8.508	75.436
Fiscais								
FINSOCIAL	18.548	18.548	-	34.299	18.478	18.478	-	34.171
PIS e COFINS - Ampliação de Base	1.297	675	622	301	1.276	710	566	301
PIS e COFINS - JCP	72.114	-	72.114	-	70.301	-	70.301	-
Imposto de Renda	61.925	42.122	19.803	427.126	59.708	40.013	19.695	416.506
Outras	8.168	5.304	2.864	13.876	7.993	5.148	2.845	14.271
	162.052	66.649	95.403	475.602	157.756	64.349	93.407	465.249
Total	**247.188**	**137.077**	**110.111**	**613.299**	**257.655**	**149.998**	**107.657**	**599.973**

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS DA GARANTIDORA

O quadro a seguir exibe as informações financeiras selecionadas da Garantidora. Exceto por certas reclassificações requeridas pela ANEEL efetuadas nas demonstrações do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2006, conforme descrito nesta Seção, no item "Reclassificações Requeridas pela ANEEL" desta Seção na página 275 deste Prospecto, as informações financeiras selecionadas originaram-se das Demonstrações Financeiras consolidadas auditadas da Garantidora para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008, e das Informações Financeiras objeto de revisão especial para os trimestres e períodos de três meses encerrados em 31 de março dos anos de 2008 e 2009, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras referentes aos períodos de 2008 e 2007 apresentados abaixo foram auditadas e revisadas pela KPMG Auditores Independentes e para o período de 2006 foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu.

O parecer de auditoria das demonstrações financeiras referente ao período de 2006, também encontra-se anexo a este Prospecto e conteve ênfase relacionada ao registro pela controlada Companhia Piratininga de Força e Luz, de ativo regulatório que se encontrava pendente de homologação pela ANEEL. Tendo em vista o caráter provisório dessa revisão tarifária, a mesma está sujeita a eventuais alterações, quando de sua homologação definitiva.

	Em 31 de dezembro de			Período de Três meses Encerrados em 31 de março de	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em milhares de reais)	**2008**	**2007**	**2006**	**2009**	**2008**
RECEITA OPERACIONAL					
Fornecimento de Energia Elétrica	12.294.614	12.355.216	10.899.280	3.041.323	3.222.830
Suprimento de Energia Elétrica	948.339	682.942	500.529	284.545	215.531
Outras Receitas Operacionais	1.128.960	1.169.226	827.243	261.887	243.522
	14.371.913	14.207.384	12.227.052	3.587.755	3.681.883
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL					
ICMS	(2.440.661)	(2.477.084)	(2.165.696)	(610.623)	(634.190)
PIS	(233.273)	(242.315)	(195.694)	(57.117)	(60.383)
COFINS	(1.074.319)	(1.105.550)	(904.484)	(263.097)	(277.469)
ISS	(2.971)	(1.749)	(1.209)	(902)	(726)
Reserva Global de Reversão	(48.446)	(52.250)	(42.904)	(12.671)	(11.347)
Conta de Consumo de Combustível – CCC	(365.447)	(425.860)	(554.275)	(130.165)	(90.688)
Conta de Desenvolvimento				(98.779)	
Energético – CDE	(408.979)	(398.427)	(370.182)		(98.676)
Programa de P & D e Eficiência Energética	(92.008)	(94.565)	(77.605)	(22.705)	(24.036)
Encargos Emergenciais (ECE/EAEE)	(1)	(49)	(3.053)	-	(4)
	(4.666.105)	(4.797.849)	(4.315.102)	(1.196.059)	(1.197.519)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**9.705.808**	**9.409.535**	**7.911.950**	**2.391.696**	**2.484.364**
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA					
Custo com Energia Elétrica					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(4.787.672)	(4.052.280)	(3.419.197)	(1.211.346)	(1.350.539)
Encargo do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	(903.788)	(702.781)	(774.077)	(236.970)	(202.126)
	(5.691.460)	(4.755.061)	(4.193.274)	(1.448.316)	(1.552.665)
Custo de Operação					
Pessoal	(298.725)	(263.169)	(242.678)	(75.895)	(66.823)
Entidade de Previdência Privada	84.151	46.887	7.470	(919)	21.039
Material	(51.660)	(49.664)	(39.189)	(12.071)	(11.728)
Serviços de Terceiros	(135.121)	(134.045)	(111.177)	(33.626)	(37.483)
Depreciação e Amortização	(339.809)	(341.492)	(297.482)	(87.352)	(88.329)
Outros Custos de Operação	(53.028)	(35.961)	(12.638)	(12.170)	(8.630)
	(794.192)	(777.444)	(695.694)	(222.033)	(191.954)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(7.457)	(6.441)	(21.394)	(1.347)	(1.967)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	**3.212.699**	**3.870.589**	**3.001.588**	**720.000**	**737.778**
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas com Vendas	(246.461)	(428.053)	(244.231)	(47.692)	(56.269)
Despesas Gerais e Administrativas	(385.172)	(353.904)	(314.409)	(97.941)	(96.654)
Outras Despesas Operacionais	(53.017)	(65.070)	(19.387)	(10.965)	(13.096)
Amortização de Intangível de Concessão	(192.029)	(176.306)	-	(46.724)	(48.006)
Amortização de Ágio por Incorporação	-	-	(12.962)	-	-
	(876.679)	(1.023.333)	(590.989)	(203.322)	(214.025)
RESULTADO DO SERVIÇO	**2.336.020**	**2.847.256**	**2.410.599**	**516.678**	**523.753**
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas Financeiras	462.534	380.013	637.635	115.941	109.065

	Em 31 de dezembro de			Período de Três meses Encerrados em 31 de março de	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em milhares de reais)	**2008**	**2007**	**2006**	**2009**	**2008**
Despesas Financeiras	(876.855)	(754.719)	(788.098)	(178.901)	(200.134)
Despesa Juros sobre o Capital Próprio	-	(141)	**-**	-	-
Amortização de Ágio	-	-	(138.882)	-	-
	(414.321)	(374.847)	(289.345)	(62.960)	(91.069)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL					
Receitas	**-**	**-**	73.877	-	-
Despesas	**-**	**-**	(24.040)	-	-
	-	-	49.837	-	-
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	**1.921.699**	**2.472.409**	**2.171.091**	**453.718**	**432.684**
Contribuição Social	(177.629)	(202.083)	(172.998)	(36.831)	(60.742)
Contribuição Social Diferida	8.672	(30.021)	(14.820)	(8.344)	18.608
Imposto de Renda	(488.671)	(560.363)	(477.036)	(99.509)	(165.676)
Imposto de Renda Diferido	21.390	(34.162)	(69.409)	(24.245)	42.086
	(636.238)	(826.629)	(734.263)	(168.929)	(165.724)
LUCRO ANTES DO ITEM EXTRAORDINÁRIO E PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	**1.285.461**	**1.645.780**	**1.436.828**	**284.789**	**266.960**
item Extraordinário Líquido dos Efeitos Tributários	-	-	(32.559)		
LUCRO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	**1.285.461**	**1.645.780**	**1.404.269**	**284.789**	266.960
Participação de Acionistas Não Controladores	(9.769)	(5.194)	(173)	(2.086)	(1.628)
LUCRO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	**1.275.692**	**1.640.586**	**1.404.096**	**282.703**	**265.332**
Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio	-	141	**-**	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**1.275.692**	**1.640.727**	**1.404.096**	**282.703**	**265.332**
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO – R$	**2,66**	**3,42**	**2,93**	**0,59**	**0,55**

BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (em milhares de reais)	Em 31 de dezembro de			Período de Três meses Encerrados em 31 de março de	
	2008	2007	2006	2009	2008
ATIVO CIRCULANTE					
Disponibilidades	737.847	1.106.308	630.250	868.890	1.147.248
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	1.721.028	1.817.788	2.124.968	1.815.709	1.880.053
Dividendo e Juros sobre o Capital Próprio	-	-	16.755	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	38.249	35.039	28.615	38.907	37.246
Tributos a Compensar	174.294	181.754	170.953	176.369	170.725
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(82.462)	(95.639)	(99.609)	(71.281)	(90.996)
Despesas Pagas Antecipadamente	101.882	202.721	191.239	134.330	69.383
Créditos Fiscais Diferidos	220.144	168.485	188.942	213.378	254.059
Estoques	15.594	14.812	16.008	15.986	14.817
Diferimento de Custos Tarifários	638.229	532.449	334.353	761.990	619.477
Derivativos	36.520	995	-	16.448	5.609
Outros Créditos	110.793	111.352	93.254	136.200	106.099
TOTAL DO CIRCULANTE	**3.712.118**	**4.076.064**	**3.695.728**	**4.106.926**	**4.213.720**
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	286.144	215.014	165.183	261.587	191.975
Depósitos Judiciais	599.973	498.044	81.846	613.299	517.103
Títulos e Valores Mobiliários	96.786	97.521	103.901	102.416	102.493
Tributos a Compensar	101.948	99.947	103.049	101.735	99.281
Despesas Pagas Antecipadamente	99.210	43.111	28.769	75.688	13.969
Créditos Fiscais Diferidos	1.132.736	1.166.208	908.605	1.144.843	1.148.252
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Diferimento de Custos Tarifários	157.435	205.894	512.678	116.817	173.802
Derivativos	396.875	-	-	277.808	61.783
Outros Créditos	221.330	231.820	142.057	170.302	244.837
	3.092.437	**2.557.559**	**2.046.088**	**2.864.495**	**2.553.495**
Investimentos	103.598	102.144	3.092.648	104.632	2.661.497
Imobilizado	6.614.347	5.983.806	5.953.930	6.774.499	7.240.127
Intangível	2.700.136	2.855.925		2.613.410	
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	-	-	(791.387)	-	(943.140)
Diferido	20.536	22.503	51.774	19.528	66.425
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**12.531.054**	**11.521.937**	**10.353.053**	**12.376.564**	**11.578.404**
TOTAL DO ATIVO	**16.243.172**	**15.598.001**	**14.048.781**	**16.483.490**	**15.792.124**

	Em 31 de dezembro de			Período de Três meses Encerrados em 31 de março de	
BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (em milhares de reais)	**2008**	**2007**	**2006**	**2009**	**2008**
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	982.344	867.954	854.161	998.205	912.442
Encargos de Dívidas	29.081	59.135	29.859	25.752	10.417
Encargos de Debêntures	102.112	71.524	66.178	101.260	85.074
Empréstimos e Financiamentos	523.167	862.156	658.116	637.334	639.001
Debêntures	580.076	154.617	159.252	778.359	153.669
Entidade de Previdência Privada	44.088	64.484	86.676	49.769	56.084
Taxas Regulamentares	94.054	68.696	105.013	77.268	73.454
Tributos e Contribuições Sociais	464.339	604.102	522.758	440.954	527.061
Provisões para Contingências	15	765	-	38	780
Dividendo e Juros sobre Capital Próprio	632.087	743.628	732.518	632.058	743.572
Obrigações Estimadas	46.244	43.987	53.998	50.152	39.608
Diferimento de Ganhos Tarifários	165.871	230.038	162.350	189.767	310.602
Derivativos	53.443	18.541	50.664	54.136	5
Outras Contas a Pagar	524.898	427.723	303.732	544.419	438.556
TOTAL DO CIRCULANTE	**4.241.819**	**4.217.350**	**3.785.275**	**4.579.471**	**3.990.325**
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	85.311	223	-	74.646	-
Encargos de Dívidas	74.104	26.057	2.550	54.661	14.570
Empréstimos e Financiamentos	3.836.882	2.859.379	2.472.998	3.731.690	3.010.693
Debêntures	2.026.890	2.208.472	1.779.445	1.826.099	2.392.539
Entidade de Previdência Privada	508.194	656.040	773.644	479.360	611.158
Tributos e Contribuições Sociais	6.445	16.529	39.741	4.174	14.393
Provisões para Contingências	107.642	116.412	103.711	110.073	115.447
Diferimento de Ganhos Tarifários	40.779	68.389	71.069	22.485	32.166
Derivativos	961	171.013	24.094	544	45.146
Outras Contas a Pagar	207.194	219.492	127.943	213.581	248.171
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**6.894.402**	**6.342.006**	**5.395.195**	**6.517.313**	**6.484.283**
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	88.332	88.129	2.034	85.384	89.615
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	4.741.175	4.741.175	4.734.790	4.741.175	4.741.175
Reservas de Capital	16	16	16	16	16
Reservas de Lucros	277.428	213.643	131.471	277.428	213.643
Lucros/(Prejuízos) Acumulados	-	(4.318)	-	282.703	273.067
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**5.018.619**	**4.950.516**	**4.866.277**	**5.301.322**	**5.227.901**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**16.243.172**	**15.598.001**	**14.048.781**	**16.483.490**	**15.792.124**

Outras informações financeiras

	Em 31 de dezembro de			No período de Três meses encerrado em 31 de março de	
Conciliação do EBITDA Ajustado	**2008**	**2007**	**2006**	**2009**	**2008**
			(em milhares de reais)		
Lucro Líquido do Período	**1.275.692**	**1.640.727**	**1.404.096**	**282.703**	**265.332**
Entidade de Previdência Privada	(84.151)	(45.973)	(7.710)	919	(21.039)
Depreciação e Amortização	565.665	548.798	323.338	143.018	144.555
Amortização de Ágio Incorporado	-	-	12.962	-	-
Resultado Financeiro	414.321	374.847	289.345	62.960	91.069
Contribuição Social	168.957	232.104	187.818	45.175	42.134
Imposto de Renda	467.281	594.525	546.445	123.754	123.590
Item Extraordinário	-	-	32.559	-	-
Reversão Juros Capital Próprio	-	(141)		-	-
EBITDA Ajustado	**2.807.765**	**3.344.887**	**2.788.853**	**658.529**	**645.641**

Nota: O EBITDA Ajustado, conforme calculado pela Companhia, é igual ao lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e a contribuição social, das despesas financeiras líquidas, e das despesas de depreciação e amortização e entidade de previdência privada e de item extraordinário. O EBITDA ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou USGAAP, tampouco deve ser considerada isoladamente,ou como alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA ajustado de maneira diversa da Companhia. O EBITDA ajustado apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade da Companhia, em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, sendo que estes poderiam afetar de maneira significativa, os lucros de companhia, tais como as despesas e receitas financeiras, o imposto sobre a renda e a contribuição social e a depreciação e amortização.

Reclassificações

As demonstrações financeiras da Garantidora sofreram alterações em decorrência da Lei n.º 11.638/07. Para maiores informações sobre esta reclassificação, vide Seção "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Alterações na Lei das Sociedades por Ações – Lei n.º 11.638/07" na página 85 deste Prospecto.

Reclassificações Requeridas pela ANEEL

A Companhia efetuou reclassificações requeridas pela ANEEL por meio do Despacho n.º 3.073 nas demonstrações do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 para deixá-las em base comparativa. As informações financeiras da "Conta de Consumo de Combustível – CCC", da "Conta de Desenvolvimento Energético – CDE" e do "Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e e Eficiência Energética" tiveram suas respectivas linhas alteradas de "Custo de Operação" e "Despesas Operacionais" para "Deduções da Receita Operacional".

BREVES DISCUSSÕES DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS DA GARANTIDORA

A breve análise e discussão da administração sobre as informações financeiras selecionadas da CPFL Energia a seguir deve ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas disponibilizadas ao pública conforme a regulamentação em vigor, onde poderão ser obtidos maiores detalhes sobre as informações financeiras da Garantidora.

Breves Discussões das Informações Financeiras Selecionadas relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2009 em comparação ao período de três meses findo em 31 de março de 2008

Receita Operacional

A receita operacional bruta em 31 de março de 2009 atingiu R$ 3.587.755 mil, representando uma redução de 2,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A receita operacional líquida acumulada até 31 de março de 2009 totalizou R$ 2.391.696 mil, apresentando uma redução de 3,7% em comparação a 31 de março de 2008.

Entre os principais fatores que contribuíram para a evolução da receita líquida destaca-se a redução de 5,6% no fornecimento de energia elétrica, justificado pela redução de 5,2% nas tarifas médias praticadas principalmente em função da revisão tarifária da (a) CPFL Paulista de -13,69% para -17,21% a partir de abril de 2008, que teve um impacto positivo de 0,5% na Parcela A que passou de aproximadamente R$ 3.314.100 mil para R$ 3.314.600 mil, e um impacto negativo na Parcela B que passou de aproximadamente R$ 1.180.400 mil para R$ 1.179.400 mil; e (b) RGE de -5,37% para -8,11% a partir de abril de 2008, que teve um impacto negativo na Parcela A que passou de aproximadamente R$ 1.324.700 mil para R$ 1.311.600 mil, e um impacto negativo na Parcela B que passou de aproximadamente R$ 1.180.400 mil para R$ 1.179.400 mil. Além disso verificou-se uma redução de 0,4% na quantidade de energia faturada e um aumento de 32,0% no suprimento de energia, devido principalmente ao aumento de 25,2% na quantidade vendida, basicamente em função do bom desempenho no segmento de comercialização.

Custo com Energia Elétrica

O custo com energia elétrica, composto pela compra de energia e encargos do uso do sistema, totalizou R$ 1.448.316 mil em 31 de março de 2009, representando uma redução de 6,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa variação decorre principalmente de redução de 0,1% na quantidade de energia comprada, aliada à redução de custo da energia comprada da CPFL Brasil.

Custos de Operação

Os custos de operação atingiram R$ 222.033 mil em 31 de março de 2009, registrando um aumento de 15,7% em relação ao mesmo período de 2008. Os principais responsáveis por esse crescimento são os custos com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros, que totalizaram R$ 133.762 mil neste trimestre, representando um aumento de 7,3% (R$ 9.098 mil) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Resultado Financeiro

Em 31 de março de 2009, o resultado financeiro foi uma despesa de R$ 62.960 mil, uma despesa 30,9% menor do que no mesmo período de 2008, em razão, principalmente, de redução nas despesas com Atualizações Monetárias e cambiais referente as ganhos com os registros dos instrumentos financeiros e derivativos, bem como da recuperação de crédito vencidos há longa data na controlada RGE.

Lucro Líquido do Exercício

O Lucro líquido em 31 de março de 2009, foi de R$ 282.703 mil, representando um aumento de 6,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, basicamente devido aos fatores expostos acima.

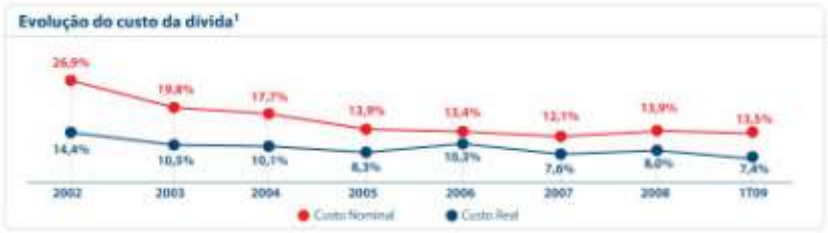
EBITDA Ajustado

Com base nos fatores expostos acima, o EBITDA Ajustado da CPFL Energia, em 31 de março de 2009, foi de R$ 658.529 mil registrando um aumento 2,0% em relação ao mesmo período do ano anterior (R$ 645.641 mil).

Endividamento

O Endividamento da CPFL Energia totalizou R$ 6.915.579 mil em 31 de março de 2009, aumento de 1,8%, em comparação com 31 de dezembro de 2008 (R$ 6.793.321 mil). Essa variação do endividamento é decorrente principalmente da emissão de notas promissórias pela RGE, no montante de R$ 185.000 mil.

Os gráficos a seguir ilustram a evolução da dívida, entre outras informações, sobre o endividamento da CPFL Energia:



Investimentos

No período de três meses findo em 31 de março de 2009 foram realizados investimentos de R$ 272.657 mil para manutenção e expansão do negócio, dos quais R$ 139.481 mil foram direcionados à distribuição, R$ 125.394 mil à geração e R$ 7.782 mil à comercialização.

Entre os investimentos da CPFL Energia no período, podemos destacar os realizados nos seguintes segmentos:

- Distribuição: foram feitos investimentos na ampliação e no reforço do sistema elétrico para atender ao crescimento de mercado, tanto nas vendas de energia quanto no número de clientes. Também foram feitos investimentos em melhorias e na manutenção do sistema elétrico, em infra-estrutura operacional, na modernização dos sistemas de suporte à gestão e operação, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros;

- Geração: foram destinados principalmente à UHE Foz do Chapecó (empreendimento em construção).

Breves Discussões das Informações Financeiras Selecionadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007

Receita Operacional

A Receita Operacional consolidada no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foi de R$ 14.371.913 mil, com crescimento de 1,2% em comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 (R$ 14.207.384 mil). Esse resultado foi motivado, principalmente, pelo (i) crescimento de 5,5% nas vendas de energia elétrica na área de concessão; (ii) índice provisório da segunda revisão tarifária periódica da RGE (+4,77%), vigente a partir de abril de 2008, conforme comentado anteriormente no item Tarifas e Preços de Energia Elétrica; (iii) pela realização da RTE e Energia Livre, no valor de R$ 295.000 mil, em 2007, e que, a partir de janeiro de 2008, passou a ser registrado em Deduções da Receita Operacional, Custo com Energia Elétrica e Custo e Despesas Operacionais, por se tratar de amortização de Parcela A; e (iv) aumento de R$ 265.397 mil em Suprimento de Energia, devido principalmente ao desempenho das comercializadoras.

O aumento da receita operacional foi parcialmente compensado pelo índice provisório da segunda revisão tarifária das distribuidoras:

- CPFL Piratininga (-10,11%), com vigência a partir de outubro de 2007;

- CPFL Santa Cruz (-7,13%), CPFL Leste Paulista (-1,65%), CPFL Jaguari (-1,58%), CPFL Sul Paulista (-3,57%) e CPFL Mococa (-5,65%), com vigência a partir de fevereiro de 2008;

- CPFL Paulista (-13,61%), com vigência a partir de abril de 2008; e

- Redução de R$ 189.000 mil em outras receitas, devido principalmente à baixa de Energia livre, em 2007.

Custo com Energia Elétrica

O custo com energia elétrica, composto pela compra de energia e encargos do uso do sistema, totalizou R$ 5.691.460 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, representando um aumento de 19,7% em relação ao exercício anterior. Essa variação decorre principalmente de reajuste tarifário de geradores e aumento de 18,1% na quantidade de energia elétrica comprada no período, além de aumento de 28,6% nos encargos de uso do sistema de distribuição.

Custos Operacionais

Os Custos e Despesas Operacionais atingiram R$ 1.678.328 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, registrando uma redução de 7,1% em relação ao exercício anterior.

Resultado Financeiro

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, o resultado financeiro foi uma despesa de R$ 414.321 mil, um aumento de 10,5% em relação ao exercício anterior, em razão, principalmente, de aumento dos encargos de dívida em função do maior endividamento das controladas RGE, CPFL Geração e CPFL Piratininga, bem como aumento dos índices das dívidas atreladas à Taxa DI.

Lucro Líquido do Exercício

Em 31 de dezembro de 2008, a CPFL Energia alcançou Lucro Líquido Consolidado de R$ 1.275.692 mil, com redução de 22,2% em relação aos R$ 1.640.727 mil obtidos em 2007. Esse resultado é decorrente principalmente de redução de 16,1% no EBITDA e do aumento das despesas financeiras no período.

EBITDA Ajustado

O resultado operacional medido pelo EBITDA Ajustado alcançou R$ 2.807.765 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, com redução de 16,1%, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 (R$ 3.344.887 mil). Esse resultado deveu-se principalmente ao aumento de 19,7% no custo com energia elétrica.

Endividamento

O endividamento da CPFL Energia em 31 de dezembro de 2008 apresentou aumento de 5,8% em comparação ao mesmo período do exercício anterior e atingiu R$ 6.793.321 mil.

Os principais fatores que contribuíram para a variação do endividamento foram:

- CPFL Geração e Projetos de Geração: captações líquidas de amortizações (BNDES e outras instituições financeiras) totalizando R$ 189.000 mil, com destaque para:

    (i) captações líquidas de amortizações de Foz do Chapecó (R$ 113.000 mil) e CERAN (R$ 55.000 mil);

    (ii) captações líquidas de amortizações de dívidas na modalidade suportada pela Resolução BACEN n.º 2770, realizadas pela CPFL Geração, totalizando R$ 276.000 mil; e

    (iii) amortização de principal das debêntures da CPFL Geração e da BAESA (R$ 154.000 mil).

- CPFL Energia, CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE: amortizações líquidas de captações (BNDES e outras instituições financeiras) totalizando R$ 41.000 mil, com destaque para:

    (i) emissões de debêntures pela RGE, no montante de R$ 380.000 mil, e pela CPFL Piratininga, no montante de R$ 100.000 mil, para rolagem de dívidas;

    (ii) amortizações líquidas de captações de dívidas na modalidade suportada pela Resolução BACEN n.º 2770, realizadas pela CPFL Energia, CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE, totalizando R$ 199.000 mil;

    (iii) amortização de linhas de capital de giro pela RGE, no montante de R$ 175.000 mil; e

    (iv) amortizações líquidas de captações de financiamentos junto ao BNDES da CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE, totalizando R$ 29.000 mil.

- variação cambial das dívidas em moeda estrangeira, líquida da variação no saldo de derivativos, no montante de R$ 45.000 mil.

Investimentos

Em 2008, o Grupo CPFL investiu R$ 1.178.000 mil. Em linha com a estratégia de ampliação e fortalecimento da participação do grupo no mercado brasileiro de energia elétrica, foram aplicados R$ 875.000 mil na expansão dos negócios, abrangendo a construção de UHEs, a repotenciação de PCHs e a ampliação e reforço do sistema elétrico, para atender ao expressivo crescimento de mercado das distribuidoras. Foram, ainda, aplicados recursos de R$ 292.000 mil em melhoramentos no sistema elétrico, na logística de operações, nos sistemas e na infraestrutura de suporte às operações, nos diversos segmentos de negócio. O segmento de comercialização e serviços de valor agregado do grupo respondeu por investimentos de R$ 11.000 mil.

Distribuição de Energia

Os investimentos totalizaram R$ 665.000 mil. Desse montante, R$ 373.000 mil foram destinados à ampliação e ao reforço do sistema elétrico para atender o mercado, tanto nas vendas de energia quanto no número de clientes, registrado pelas oito distribuidoras no exercício. Foram, ainda, destinados R$ 292.000 mil em melhorias e na manutenção do sistema elétrico, em infraestrutura operacional, na modernização dos sistemas de suporte à gestão e operação, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

Geração de Energia

Os recursos, no total de R$ 502.000 mil, concentraram-se nos empreendimentos em construção: Complexo CERAN (UHEs Castro Alves e 14 de Julho), UHE Foz do Chapecó e nos projetos de repotenciação das PCHs Capão Preto e Chibarro.

Comercialização

A carteira de Consumidores Livres em 31 de dezembro de 2008 totalizou 157 clientes, que responderam por aproximadamente 7,3% da Receita Operacional Líquida da CPFL Energia e por aproximadamente 8,4% do volume total de energia elétrica vendida pelas distribuidoras em 2008.

As vendas de energia para clientes livres e por meio de contratos bilaterais atingiram 8.565 GWh, o que representou uma redução de 4,1%, devido a: (i) retração natural do mercado livre frente à volatilidade dos preços da energia nesse mercado e (ii) atuação da CPFL Brasil junto aos consumidores atendidos em tensão abaixo de 138Kv, que, em geral, apresentam menor consumo de energia do que os consumidores atendidos em tensões mais elevadas.

Geração

A capacidade instalada de geração, que em 31 de dezembro de 2007 era de 1.588 MW, atingiu 1.704 MW em 31 de dezembro de 2008, tendo alcançado o montante de 1.737 MW no primeiro semestre de 2009 com a entrada em operação da 2ª unidade geradora da Usina 14 de Julho no mês de março, representando um crescimento de 9,4%, em relação a 2007.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, o segmento de geração, fundamental na estratégia de diversificação dos negócios da CPFL Energia, destacou-se pela conclusão das obras de construção da UHE Castro Alves (130 MW) e ocorreu o início de operação da primeira unidade geradora da UHE 14 de Julho (responsável por 50% dos 100 MW do empreendimento). Com isso, a Potência Instalada do Grupo alcançou 1.704 MW e a Energia Assegurada alcançou 862 MW médios, destacando-se que as obras da hidrelétrica Foz do Chapecó (855 MW) mantiveram-se de acordo com o cronograma definido. A entrada em operação dessa usina está prevista para o último trimestre de 2010, quando a Potência Instalada de geração deverá alcançar 2.202 MW e a Energia Assegurada 1.092 MW médios. Também foram concluídas as repotenciações das PCHs Capão Preto e Chibarro. No primeiro trimestre de 2009 entrou em operação a 2ª unidade geradora da UHE 14 de Julho, tendo a Potência Instalada alcançado o patamar de 1.737 MW.

Os Índices de Disponibilidade de Máquinas das usinas, em 2008, foram de: 95% na UHE Serra da Mesa, 96% nas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), 92% na UHE Monte Claro, 96% na UHE Barra Grande, 95% UHE Campos Novos e 91% na UHE Castro Alves. A entrada em operação da primeira unidade geradora da UHE 14 de Julho aconteceu no mês de dezembro de 2008.

CPFL Energia em números (R$ milhares)

	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros (*)	Eliminações	Total
2008						
Vendas	12.778.694	385.651	1.207.557	11	-	14.371.913
(-) Vendas entre sociedades parceiras	51.804	546.318	882.352	-	(1.480.474)	-
Resultado do Serviço	1.525.173	546.986	301.966	(38.106)	-	2.336.020
Lucro antes dos impostos	1.395.575	321.521	314.219	(109.616)	-	1.921.699
Lucro Liquido	916.868	241.936	217.501	(100.613)	-	1.275.692
Total do Ativo (**)	9.389.542	4.507.553	387.570	1.958.508	-	16.243.172
Aquisições do Imobilizado e Outros Intangíveis	664.602	501.709	11.277	316	-	1.177.904
Depreciação e Amortização	473.836	88.023	2.965	100	-	564.924
2007						
Vendas	12.985.618	329.227	892.539	-	-	14.207.384
(-) Vendas entre sociedades parceiras	11.557	371.990	985.397	-	(1.368.944)	-
Resultado do Serviço	2.055.374	465.041	352.211	(25.370)	-	2.847.256
Lucro antes dos impostos	1.890.828	319.751	358.106	(96.276)	-	2.472.409
Lucro Liquido	1.235.771	281.853	239.292	(116.189)		1.640.727
Total do Ativo (**)	11.068.728	3.851.905	255.772	421.596	-	15.598.001
Aquisições do Imobilizado e Outros Intangíveis	700.728	445.334	1.113	6.210	-	1.153.385
Depreciação e Amortização	469.888	76.785	1.388	100	-	548.161

(*) Outros - Refere-se basicamente a CPFL Energia após as devidas eliminações dos saldos com partes relacionadas.

(**) Os ágios de aquisições líquidos de amortização, registrados na CPFL Energia foram alocados nos respectivos segmentos.

10. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

- Demonstrações Financeiras da Companhia Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2008 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes
- Demonstrações Financeiras da Companhia Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2007 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes
- Informações Financeiras da Companhia Relativas ao Trimestre e Período de Três Meses Encerrado em 31 de Março de 2009 e Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão Especial
- Informações Financeiras da Companhia Relativas ao Trimestre e Período de Três Meses Encerrado em 31 de Março de 2008 e Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão Especial
- Demonstrações Financeiras da Garantidora Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2008 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes
- Demonstrações Financeiras da Garantidora Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2007 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes
- Demonstrações Financeiras da Garantidora Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2006 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes
- Informações Financeiras da Garantidora Relativas ao Trimestre e Período de Três Meses Encerrado em 31 de Março de 2009 e Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão Especial
- Informações Financeiras da Garantidora Relativas ao Trimestre e Período de Três Meses Encerrado em 31 de Março de 2008 e Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão Especial

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- Demonstrações Financeiras da Companhia Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2008 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Data Base 31/12/2008

Divulgação Externa

Legislação Societária

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA. PERANTE OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEL PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01653-6	RIO GRANDE ENERGIA SA	33.016.429/0001-36

43293093793

01.02 - SEDE

9559-900	CAMAQUA	RS		
3051	3225-1000	3225-1004	3225-1005	
3054	3225-1210			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

90240-590	PORTO ALEGRE	RS		
3054	3225-1227	3225-1074	3225-1022	
3051	3225-1210			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

ÚLTIMO	01/01/2008	31/12/2008
PENÚLTIMO	01/01/2007	31/12/2007
ANTEPENÚLTIMO	01/01/2006	31/12/2006

PRICEWATERHOUSECOOPERS	1
33.000.167/0001-01	214

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01553-5	[illegible]	[illegible]

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2006
Do Capital Integralizado			
[illegible]	655.503	655.503	655.503
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	827.166	827.166	827.166
Em Tesouraria			
[illegible]	0	0	[illegible]
[illegible]	0	0	[illegible]
[illegible]	0	0	[illegible]

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

[illegible]

Empresa Comercial, Industrial e Outras

[illegible]

Operacional

[illegible]

Privada Nacional

[illegible]

1120 - Energia Elétrica

[illegible]

PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

[illegible]

Não Consolidado

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

[illegible]		[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
01	[illegible]	27/06/2008	Juros Sobre Capital Próprio	30/06/2008	ON	[illegible]
02	[illegible]	27/06/2008	Juros Sobre Capital Próprio	30/06/2008	PN	[illegible]
01	[illegible]	27/06/2008	Dividendo	30/06/2008	ON	[illegible]
04	[illegible]	27/06/2008	Dividendo	30/06/2008	PN	[illegible]
05	[illegible]	27/11/2008	Juros Sobre Capital Próprio		ON	[illegible]
03	[illegible]	27/11/2008	Juros Sobre Capital Próprio		PN	[illegible]
06	[illegible]	15/12/2008	Dividendo		ON	[illegible]
04	[illegible]	15/12/2008	Dividendo		PN	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01553-5	INDUSCABOS ELETRICOS S.A.	23.[illegible].456/0001-26

01.05 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

[illegible]	[illegible]
[illegible]	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01553-5	RIO GRANDE ENERGIA SA	[illegible]

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]			[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01553-5	RIO GRANDE ENERGIA S.A.	[illegible]

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible] a Pagar	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01553-5	BRADESPAR S.A.	33.018.462/0001-26

01.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01553-5	[illegible]	[illegible]

01.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01553-5	BRADESPAR S/A	33.176.683/0001-26

01.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Reais Mil)

1.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais		1.031.1	
1.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento		4.1.2	
1.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento		2.2.1.2	
1.04	Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes			
1.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes			
1.06	Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período			
1.07	Caixa e Equivalentes de Caixa - Final do Período			
1.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais		1.031.1	
1.01.01	Lucro Líquido do Período		1.1.1	
1.01.02	Depreciação, Exaustão e Amortização			
1.01.03	Resultado de Equivalência Patrimonial			
1.01.04	Constituição de Provisões para Contingências			
1.01.05	Variação Cambial Líquida			
1.01.06	Encargos Financeiros sobre Empréstimos			
1.01.07	Encargos Financeiros sobre Financiamentos			
1.01.08	Encargos Financeiros sobre Debêntures			
1.01.09	Encargos Financeiros sobre Arrendamentos			
1.01.10	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa			
1.01.11	Provisão para Perdas em Investimentos			
1.01.12	Provisão para Perdas em Estoques			
1.01.13	Provisão para Perdas em Ativo Imobilizado			
1.01.14	Provisão para Perdas em Ativo Intangível			
1.01.15	Provisão para Perdas em Outros Ativos			
1.01.16	Provisão para Contingências Fiscais			
1.01.17	Provisão para Contingências Previdenciárias			
1.01.18	Provisão para Contingências Trabalhistas			
1.01.19	Provisão para Contingências Cíveis			
1.01.20	Provisão para Contingências Ambientais			
1.01.21	Provisão para Contingências Outras			
1.01.22	Provisão para Garantias			
1.01.23	Provisão para Reestruturação			
1.01.24	Provisão para Benefícios a Empregados			
1.01.25	Provisão para Perdas em Operações Descontinuadas			
1.01.26	Provisão para Outras Obrigações			
1.01.27	Outros			
1.01.28	Variação de Ativos e Passivos			
1.01.29	Outros			
1.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento			
1.02.01	Dividendos Recebidos de Controladas			
1.02.02	Dividendos Recebidos de Coligadas			
1.02.03	Dividendos Recebidos de Outras Participações			
1.02.04	Juros Recebidos			
1.02.05	Aquisição de Ativo Imobilizado			
1.02.06	Alienação de Ativo Imobilizado			
1.02.07	Aquisição de Ativo Intangível			
1.02.08	Alienação de Ativo Intangível			
1.02.09	Aquisição de Participações Societárias			
1.02.10	Alienação de Participações Societárias			
1.02.11	Aquisição de Títulos e Valores Mobiliários			
1.02.12	Alienação de Títulos e Valores Mobiliários			
1.02.13	Outros			
1.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento			
1.03.01	Captações de Empréstimos			
1.03.02	Captações de Financiamentos			
1.03.03	Captações de Debêntures			
1.03.04	Captações de Arrendamentos			
1.03.05	Pagamentos de Empréstimos			
1.03.06	Pagamentos de Financiamentos			
1.03.07	Pagamentos de Debêntures			
1.03.08	Pagamentos de Arrendamentos			
1.03.09	Pagamentos de Dividendos			
1.03.10	Pagamentos de Juros sobre Capital Próprio			
1.03.11	Outros			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO PATRIMÔNIO [illegible] EM 31/12/2008 (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

8.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]

Obs.: DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS - [illegible]

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]						
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]				[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]				[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]				[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]				[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]						
[illegible]	[illegible]						
[illegible]	[illegible]						
[illegible]	[illegible]						
[illegible]	[illegible]						
[illegible]	[illegible]						
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]				[illegible]
[illegible]	[illegible]						
[illegible]	[illegible]				[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]						
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]				[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]				[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTROS

Data Base 31/12/2006

Consolidado Exterior

Exercício Encerrado

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

06.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01953-5	RIO GRANDE ENERGIA SA	03.013.459/0001-26

06.01 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			

1 (01) - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS

Parecer dos auditores independentes

Aos
Acionistas e Administradores da
Rio Grande Energia S.A.
Caxias do Sul — RS

1 Examinamos os balanços patrimoniais da Rio Grande Energia S.A. levantados em 31 de dezembro de 2008 e 2007 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Energia SA. em 31 de dezembro de 2008 e 2007, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8 — item h, em decorrência da segunda revisão tarifária periódica prevista no contrato de concessão, a ANEEL homologou, em caráter provisório, através da Resolução Homologatória 635 de 17 de abril de 2008, o reposicionamento tarifário da Rio Grande Energia S.A. em 4,77%, a ser aplicado a partir de 19 de abril de 2008. Os possíveis efeitos decorrentes da revisão definitiva, se houver, serão refletidos na posição

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA
patrimonial e financeira da Companhia em exercícios subsequentes

3 Conforme mencionado na Nota Explicativa n 2, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2008 as demonstrações financeiras referentes ao exercício anterior, apresentadas para fins de comparação foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros

02 de fevereiro de 2009

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/F-7-RS

W Adam Comstock
Contador CRC 1SP [illegible]

1.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Rio Grande Energia S.A. (RGE) submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2008. Todas as comparações realizadas neste Relatório levam em consideração dados da Companhia em relação ao mesmo período de 2007, exceto quando especificado em contrário.

1. Considerações Iniciais

Em 2008, a RGE cumpriu todos os pontos de sua agenda estratégica, atendendo plenamente as demandas de seu mercado consumidor, composto por seus 1,2 milhão de clientes. As vendas de energia para o mercado cativo alcançaram 7.158 GWh, com crescimento de 4,3%. Destacaram-se crescimentos das vendas para as classes residencial e comercial que, demonstrando o potencial do mercado em que a RGE atua, registraram crescimento de 4,6% e 7,1%, respectivamente. Foram faturados 964 GWh por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), com crescimento de 12,5%.

Os investimentos totalizaram R$ 226 milhões, os quais foram aplicados, principalmente, no atendimento ao crescimento do mercado e na melhoria da confiabilidade e de flexibilidade operacional do sistema elétrico, assim como na modernização dos sistemas e da infraestrutura de suporte às operações.

No exercício, a RGE também concluiu a transferência de sua sede para o município de Caxias do Sul, o maior de sua área de atuação e concluiu a abertura de novas Estações Avançadas, totalizando assim as atividades organizacionais realizadas em sua área de concessão. Essas medidas têm o objetivo de tornar as unidades descentralizadas mais ágeis e capacitadas para atender as demandas apresentadas por seus clientes e permitir, ainda, a ampliação de inserção da RGE nas comunidades que atende.

Essas ações, juntamente com um intenso programa de desenvolvimento profissional, produziram resultados importantes nos indicadores de qualidade do fornecimento de energia aos seus clientes.

Como resultado, a RGE conquistou o Troféu Ouro no Prêmio PQGP 2008, do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade (PGQP), e Prêmio Eletricidade 2008 nas categorias Melhor Desempenho Comercial Nacional e Melhor Evolução na Região Sul. Também conquistou o segundo lugar no Prêmio Abradee 2008 nas categorias:

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ava ação pelo Comando, Responsabilidade Social e Meio Ambiente Distribuidora na Região Sul, acima de 400 mil unidades consumidoras.

Esses reconhecimentos refletem as estratégias empresariais adotadas pela AGE, fundamentadas na prestação de serviços públicos de qualidade para os seus clientes e no apoio ao desenvolvimento econômico e social dos 252 municípios de sua área de concessão.

2. Comentário sobre a Conjuntura

Ambiente Macroeconômico

O ano de 2008 se caracterizou por duas realidades bastante distintas para a economia brasileira. Até setembro, a economia brasileira (e várias outras emergentes) vinha mostrando crescimento econômico bastante robusto - em linha com o que se observara no ano anterior -, se descolando dos países desenvolvidos, que já se encontravam em forte desaceleração desde o final de 2007 (após o estouro de bolhas imobiliárias nos Estados Unidos e em vários países da Europa). Após o agravamento da crise, em setembro de 2008, o Brasil foi afetado, muito mais por conta de uma crise de confiança que se instaurou, do que por fatores que nos afetaram em outras crises internacionais, associados a dúvidas com relação à capacidade de solvência das dívidas pública e externas brasileiras.

Assim, o ano de 2008 se iniciou com grandes desafios, que levarão algum tempo para serem superados. Mas as condições inéditas de solvência da economia brasileira (em grande parte por conta da expressivo colchão de reservas internacionais acumulados nos últimos anos) vêm permitindo que a política econômica atue, pela primeira vez em 15 anos, de maneira articulada (com redução de juros, liberação de compulsórios, aumento dos gastos públicos e corte de impostos, dentre outros) de modo que a desaceleração econômica tem grandes chances de ser mais curta e sua superação mais rápida do que nos países desenvolvidos.

Ambiente Regulatório

O ano foi marcado pelo processo de Revisão Tarifária das Distribuidoras do Grupo, iniciado em 2007. Além desse aspecto, destaca-se no exercício o esforço de consolidação do arcabouço regulatório em vigor, representado pelo conjunto de atos normativos da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL. Nesse contexto, foi concluída a Audiência Pública - AP nº 052/07, que culminou com a publicação da Resolução Normativa da ANEEL nº 338/08 que trata dos conceitos gerais e da metodologia e dos procedimentos aplicáveis ao 3º ciclo de revisão tarifária das distribuidoras. Esse fato representa um aprimoramento da Resolução Normativa ANEEL nº 234/06. A nova metodologia reconhece os investimentos necessários à incorporação das redes particulares, via cálculo do Fator X, garantindo, assim, a cobertura tarifária devida para a regulamentação desses ativos.

13.01 - ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

Outra importante norma aprovada foi a Resolução Normativa nº 344/08, da ANEEL, que trata dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST, disciplinando o relacionamento entre as distribuidoras de energia elétrica e demais agentes (unidades consumidoras e centrais geradoras), conectados aos sistemas de distribuição, bem como entre as distribuidoras e a ANEEL, no que se refere ao intercâmbio de informações.

Finalmente, foi publicado o Decreto Federal nº 6353/08, que regulamentou a contratação de energia elétrica de reserva prevista na Lei nº 10848/04, que trata da comercialização de energia elétrica, criando as condições para que a ANEEL estabeleça a metodologia de repasse desses custos às tarifas dos consumidores.

Tarifas de Energia Elétrica

Em abril de 2008, a ANEEL estabeleceu o resultado provisório da segunda revisão tarifária periódica para a RGE. As tarifas foram reajustadas em 1,72%, sendo -5,72% relativos ao reposicionamento tarifário e +10,15% relativos aos componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica, com vigência a partir de 19 de abril de 2008.

Para mais detalhes referentes às tarifas de energia elétrica, vejam a Nota Explicativa nº 8 das Demonstrações Financeiras.

Investimento Remunerável

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e Almoxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigação Especial), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela "B" da Receita Requerida - RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 635, de 17/01/2006, assim formados:

	R$ Mil
Componentes do Investimento Remunerável (1)	Revisão 04/08
a) Ativo Imobilizado em Serviço Bruto	2.601.394
b) (-) Depreciação Acumulada AIS (2)	1.322.221
c) (-) Obrigação Vinculada ao SPEE	197.335
d) Ativo Imobilizado em Serviço Líquido	1.164.337
e) (+) Almoxarifado	3.317
f) Investimento Remunerável (B Remuneração)	1.193.355
g) Bens 100% Depreciados	45.355
h) Variação do IGP-M (RF/Reajuste Tarifário nº)	
i) Cota de Depreciação - Taxa Média Anual (2)	

(1) Valores do AIS apresentados pela concessionária à ANEEL.
(2) Considerando a data-base de [illegible]

3. Desempenho Operacional

Clientes

A RGE encerrou o ano com 1.199.[illegible] clientes (acréscimo de 36 mil consumidores), o que representa um crescimento de 3,3%. O segmento residencial, que responde por 76,7% do total de clientes, cresceu 5,3% no exercício.

Vendas de Energia

Em 2008, as vendas de energia para o mercado cativo tiveram expansão de 4,5% e alcançaram 7.195 GWh, com destaque para o crescimento das classes residencial, industrial, comercial e rural que, juntas, representam 87,2% do total consumido pelos clientes cativos:

- **Classes Residencial e Comercial:** aumentos de 4,6% e 7,4% respectivamente. Até novembro, o desempenho da classe comercial foi favorecido pela manutenção da massa salarial e da oferta de crédito em patamares elevados. Tais efeitos, combinados com a redução dos preços de eletroeletrônicos, permitiram a expansão do consumo da classe residencial. As temperaturas registradas durante o terceiro trimestre de 2008 (que ficaram acima das registradas no mesmo período do ano anterior) e o recadastramento de clientes da classe rural para a classe residencial também contribuíram para o crescimento dessa classe;
- **Classe Industrial:** aumento de 2,0%, devido à forte expansão do consumo do mercado doméstico, compensado pela migração de clientes cativos para o mercado livre (destaca-se a migração das montadoras de veículos, que têm demanda contratada acima de 500 kW e estão qualificados para adquirir energia elétrica de fontes alternativas de geração, como biomassa e PCHs). A partir de novembro, essa variável foi também afetada pela crise financeira internacional;
- **Classe Rural:** aumento de 7,4%, devido, principalmente, ao desempenho da subclasse de cooperativas rurais, que representa 59% do mercado da classe e possui geração própria. Como em 2008 houve escassez de chuvas na região de atuação da RGE, essas cooperativas não tiveram capacidade para gerar a sua própria energia e, por isso, foram obrigadas a adquirir mais energia da RGE.

A quantidade de energia correspondente ao consumo dos clientes livres na área de atuação da RGE, faturados por meio da TUSD, atingiu 624 GWh, com crescimento de 12,5%.

Para mais detalhes referentes à energia elétrica faturada (venda em R$, em GWh e por classe de consumo), vejam a Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Financeiras.

Perdas Comerciais

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A RGE continua intensificando as ações para o combate às perdas comerciais. Entre outras iniciativas, a empresa realizou 114 mil inspeções de unidades consumidoras, o que proporcionou a recuperação de 105 GWh, correspondentes a R$ 45,9 milhões em receita.

Qualidade dos Serviços Prestados

Atendimento ao Cliente

A RGE disponibiliza canais ágeis e confiáveis de atendimento, para assegurar facilidade de acesso e conforto aos seus clientes. Para isso, mantém uma estrutura diversificada de atendimento, adequada às especificidades de cada classe de cliente, composta por Call Centers, Agências de Atendimento, Agência Virtual e Gerentes de Contas que, em 2008, realizaram 3,0 milhões de atendimentos.

Fornecimento de Energia

A RGE busca permanentemente fornecer energia elétrica com melhor qualidade e eficiência aos seus clientes. O esforço desenvolvido pela empresa se traduz pela melhoria contínua dos indicadores de qualidade do fornecimento de energia (DEC), principalmente, dos investimentos realizados na modernização e em programas de manutenção preventiva e preditiva do sistema elétrico. Em 2008, o FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, ficou em 9,67 vezes e o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, ficou em 15,45 horas.

Estes resultados foram possíveis, também, graças aos elevados investimentos no sistema elétrico, com destaque à continuidade do plano de substituição de postes de madeira, em final de vida útil, por outros de concreto.

Universalização dos Serviços/Luz para Todos

Em 2008, foram ligadas 6.154 novos clientes através dos Programas de Universalização/Luz Para Todos, atingindo 100% da meta de universalização de mercado da distribuidora. Por meio destes programas, a RGE vem promovendo a inclusão social de famílias nas comunidades mais remotas de área de concessão.

O programa Luz Para Todos foi desenvolvido pelo Governo Federal, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, com participação de Eletrobrás, governo estadual e da RGE para levar energia elétrica a todos os domicílios do meio rural.

Qualidade do Faturamento

Em 2008, o índice de contas refaturadas (número de contas refaturadas a cada 10 mil emitidas), atingiu 1,2, destacando-se dentre as demais concessionárias do País.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

4. Desempenho Econômico-Financeiro

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas Auditadas

Receita Operacional

A RGE alcançou Receita Bruta de R$ 2.506 milhões, o que representou um aumento de 4,04% (R$ 101 milhões). Os principais fatores para esse crescimento foram: (i) os efeitos do segundo ciclo de revisão tarifária, de +1,77 %, com vigência a partir de abril de 2008, e (ii) o aumento das vendas de energia, principalmente para as classes residencial, comercial e rural.

Geração Operacional de Caixa (EBITDA)

A Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, foi de R$ 393 milhões, praticamente a mesma registrada em 2007, devido, principalmente, ao aumento de 4,24% na Receita Líquida (R$ 67 milhões) e à redução de 3,44% nos Custos e Despesas Operacionais (R$ 7 milhões), dos quais excluem-se os gastos com Previdência Privada, Depreciação e Amortização, compensadas pelo aumento de 7,0% no Custo com Energia Elétrica (R$ 74 milhões)

O EBITDA é uma medição não contábil calculada pela Administração a partir do lucro líquido, impostos, resultado financeiro e depreciação/amortização e entidade de previdência

Lucro Líquido do Exercício

Em 2008, a RGE apurou Lucro Líquido de R$ 164 milhões, o que representou uma redução de 0,8% (R$ 1 milhão), refletindo, principalmente, o aumento de 15,6% nas despesas financeiras líquidas (R$ 10 milhões). Esse resultado foi parcialmente compensado pelos efeitos positivos nos tributos sobre a Renda e Contribuição Social (R$ 11 milhões)

Endividamento

O endividamento da Companhia (considerando dívida financeira e derivativos), no final de 2008, atingiu R$ 893 milhões, com aumento de 7,69%

Mais informações sobre o endividamento encontram-se nas Notas Explicativas nº 14 e 15.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Inadimplência

O índice de inadimplência da RGE foi reduzido para 2,42% da sua Receita Bruta da empresa com redução de 23,4% em relação ao exercício anterior. A redução é consequência da continuidade nas negociações com as prefeituras, na assertividade dos cortes (1140 mil) e na efetividade das ações de cobrança, onde em 2009 foram implementadas novas iniciativas de cobrança e negativação dos clientes inadimplentes (SPC e Serasa).

5. Investimentos

Dando continuidade à política de expansão e modernização do sistema elétrico, a RGE continuou seu plano de investimentos no sistema elétrico para atender o crescimento do mercado e assegurar a qualidade dos serviços prestados e o fornecimento de energia.

No ano foram investidos R$ 226 milhões, dos quais R$ 115 milhões destinados à expansão e melhoramento do sistema elétrico, para atender ao crescimento do mercado e R$ 107 milhões aplicados em obras de modernização dos sistemas de suporte e infraestrutura de serviços e atendimentos aos clientes.

Gerenciamento Integrado do Sistema de Distribuição (GISD)

A RGE deu continuidade à implantação do Gerenciamento Integrado do Sistema de Distribuição (GISD), concluindo em 2008 a primeira fase do projeto que contempla a elaboração do Levantamento Cadastral das Redes Primária, Secundária, Equipamentos e Clientes e também elaboração da Cartografia Urbana e Rural em toda área de concessão da RGE. Em 2009, dará início a segunda fase do projeto, que compreende os desenvolvimentos necessários na TI.

Incorporação de Redes Particulares

A RGE deu início ao processo de incorporação de redes particulares. O trabalho consistirá na aquisição dos referidos ativos, segundo as condições da Resolução Normativa ANEEL nº 229/06, e considera a realização de investimentos nos 2.356 km de redes de distribuição que a Companhia planeja incorporar aos seus ativos elétricos nos próximos 5 anos.

Suprimento de Materiais e Serviços

Em 2008, a RGE registrou substanciais avanços com a implantação do sistema "Gemais" de suporte ao processo de aquisição de materiais e equipamentos, de contratação de serviços e de cadastro de fornecedores. Ampliou-se a eficiência no gerenciamento de estoques com o advento do giro e com a implantação do projeto de

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

gestão de estoque em patamares avançados. Foi também consolidado o sistema que permite a identificação de irregularidades em materiais e equipamentos, proporcionando maior efetividade às garantias relativas a materiais e equipamentos adquiridos.

6. Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

A RGE desenvolve um programa permanente de gerenciamento dos impactos de suas operações nas comunidades em que atua, por meio da gestão dos riscos econômicos, ambientais e sociais associados aos negócios que desenvolve. O objetivo é criar valor de forma organizada e sustentada para os diversos públicos com os quais a empresa se relaciona. Mais informações sobre os programas estão em www.rge-rs.com.br

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética

O Sistema de Gestão e Desenvolvimento de Ética é um conjunto de dispositivos gerenciais que tem o objetivo de diagnosticar, prevenir, monitorar, avaliar, reformular e aprimorar as ações individuais e institucionais, promovendo o desenvolvimento da qualidade ética em todas as ações da empresa com seus públicos. Em 2008, foram desenvolvidas as seguintes atividades na RGE: formação, qualificação e acompanhamento da Rede Ética; seminários de qualificação de Diretores e Gerentes; seminários com grupos específicos de colaboradores situados nas áreas mais propensas à ocorrência de riscos éticos; e um seminário de acompanhamento dos Planos de Ação da Rede Ética na RGE.

Gestão da Excelência Empresarial

A RGE mantém um Sistema de Gestão Integrado - SGI baseado no Modelo de Excelência da Gestão - MEG, da Fundação Nacional da Qualidade FNQ. Esse Sistema visa padronizar e certificar os principais processos de trabalho, em quatro dimensões: Gestão da Qualidade (ISO 9001), Gestão Ambiental (ISO 14001), Gestão da Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional (OHSAS 18001) e Gestão de Responsabilidade Social (SA 8000). A aderência do sistema é mantida permanentemente por meio de auditorias periódicas de certificação realizadas por organizações externas.

Em 2008, o destaque foi a conquista do Troféu Ouro do Prêmio Qualidade RS, promovido pelo Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade e a ampliação do escopo da certificação ambiental ISO 14001 aplicado em mais 15 subestações e mais 13 linhas de transmissão do sistema elétrico da RGE.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Destacamos-se, ainda, no exercício, o início na implantação da estratégia Lean Sigma, metodologia que permite identificar oportunidades de melhorias e redução de perdas nos processos de trabalho.

Gestão da Satisfação dos Clientes

A RGE monitora permanentemente os índices de satisfação dos clientes com a qualidade dos serviços prestados pela empresa. As necessidades dos consumidores são identificadas por meio de pesquisas, participação em comitês e em conselhos orais. Os insumos coletados por meio dessas iniciativas orientam o planejamento estratégico da empresa.

Como resultado dessas ações, a satisfação dos clientes, medida pela Pesquisa de Satisfação do Consumidor Residencial, realizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL/ANEEL, registrou índice de 80,9%, superior à média nacional de 82,82%. Na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica-Abradee, o resultado apurado pela RGE foi ainda melhor, com índice de 86,0%, medido pelo ISQP-Índice de Satisfação da Qualidade Percebida. Fato que possibilitou a Companhia ocupar a 7ª posição no País, no segmento que reúne as grandes distribuidoras.

Programa de Eficiência Energética e P&D

Os investimentos em programas de eficiência energética totalizaram R$ 4,9 milhões. Na área de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a RGE desenvolveu 19 projetos referentes ao ciclo 2006/2007, com investimento de R$ 3,8 milhões. Os principais projetos desenvolvidos foram: "Aplicação de técnicas de mineração de dados para planejamento das inspeções com perdas comerciais"; "Fraude de energia"; "Sistema computacional para calculo integrado de perdas técnicas em redes de distribuição de alta, média e baixa tensão"; e "Desenvolvimento de técnicas para remediação de solos contaminados por pequenos vazamentos de óleos minerais".

Gestão de Recursos Humanos

A RGE encerrou o exercício com 1.468 colaboradores (1.490 em 2007) e rotatividade de 15,15%. O tempo médio de atividade de cada profissional na empresa é de 7 anos e a idade média do quadro, de 33 anos.

Ao longo de 2008, a RGE manteve programas diferenciados de gestão e capacitação de recursos humanos, com foco no desenvolvimento de competências estratégicas para os negócios, na sucessão de lideranças, no aumento da produtividade e na saúde e segurança ocupacional dos colaboradores.

Em 2008, o número médio de horas de treinamento por colaborador alcançou 54,47 horas por colaborador.

O principal destaque do exercício foi o lançamento da Universidade Corporativa CPFL, um passo decisivo em direção ao alinhamento dos programas de desenvolvimento de

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

recursos humanos, à gestão do conhecimento e à consolidação da cultura organizacional são direcionadas pelos critérios de excelência empresarial, de eficiência operacional e de criação de valor para os públicos de relacionamento da empresa. Com a Universidade Corporativa, os colaboradores terão maior acesso ao desenvolvimento das competências essenciais ao aprimoramento da qualidade dos serviços oferecidos aos clientes, à oferta de estratégias e objetivos da companhia.

Relacionamento com a Comunidade

Entre as ações realizadas em 2008, que visaram contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a RGE atua, destacam-se:

- **CPFL Cultura:** em funcionamento em Caxias do Sul desde 2004, a CPFL Cultura desenvolve uma programação voltada para a disseminação do conhecimento e da cultura como forma de contribuição para o desenvolvimento das comunidades de atuação da empresa, por meio de apresentações artístico-culturais, palestras e debates. O acesso à programação é franqueado à população e os conteúdos são disponibilizados para todo o País por meio da internet e de programas veiculados pela TV Cultura de São Paulo. A programação da CPFL Cultura é desenvolvida precaminhamentos com a utilização de recursos provenientes de incentivos fiscais.
- **Rede Parceria Social:** reúne as principais empresas do Rio Grande do Sul no apoio a projetos de assistência social. Em 2008, a RGE foi responsável por uma carteira de 22 entidades. A Rede tem como a adoção e acompanhamento de crianças e adolescentes em situação de risco social. O projeto é realizado com a utilização de incentivos previstos na Lei da Solidariedade do Rio Grande do Sul.
- **Programa de Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCAs):** a RGE realizou a doação de R$ 191 mil a 5 entidades de nove cidades da área de concessão da empresa que atendem crianças e adolescentes, beneficiando 9 projetos. Os recursos são originários de incentivo fiscal previsto na legislação.
- **RGE e Você, Amigos das Crianças:** arrecadação de doações dos clientes através das contas de energia elétrica para os programas da Unicef. Em 2008, as doações ajudaram a manutenção de programas como Universalização dos Direitos da Infância, Formação de Radialistas sobre o Tema Infância e Adolescência, Primeira Infância Melhor e Kit Família Gaúcha Fortalecida.
- **Projeto Cidadão RGE:** promove e estimula a cidadania e o trabalho voluntário, por meio da divulgação de materiais jornalísticos com ações voluntárias de responsabilidade social desenvolvidas por indivíduos e/ou organizações. Ao final do projeto, as duas melhores iniciativas são avaliadas e reconhecidas com a premiação. O prêmio é uma parceria com os jornais "Pioneiro", de Caxias do Sul, e "Diário da Manhã", de Passo Fundo.
- **Conta em Braille:** serviço gratuito que oferece aos clientes portadores de deficiência visual a opção de receber uma cópia da sua conta de energia elétrica na linguagem braile.

10.01 - IDENTIFICAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

- **RodaCine RGE:** patrocínio ao projeto Rodacine RGE, que leva cinema gratuito para municípios gaúchos que não possuem salas de cinema. Em 2008, foram realizadas 30 sessões em 15 municípios.
- **Promoção da Cultura e das Tradições Gaúchas:** apoio à realização de projetos culturais em diversos municípios na área de concessão da RGE, com objetivo de estimular a economia local e o desenvolvimento cultural e turístico da cidade. Em 2008, foram apoiados a Festa da Uva, em Caxias do Sul; Natal Luz, em Gramado; e Sonho de Natal, em Canela.

Relacionamento com Fornecedores

A RGE desenvolve um programa permanente de desenvolvimento de fornecedores com o objetivo de disseminar os critérios da excelência e critérios de responsabilidade e sustentabilidade corporativa em sua cadeia de valor. A implantação do programa de avaliação das empreiteiras com base nos requisitos do Sistema de Gestão Integrada e a implantação das inspeções de materiais nas fábricas dos fornecedores são duas ações desenvolvidas em função deste desenvolvimento contínuo.

Em 2008, a RGE realizou a quinta edição do Prêmio RGE Qualidade de Fornecedores com o objetivo de reconhecer os fornecedores que se destacaram na qualidade do fornecimento, estimulando a busca contínua da excelência em qualidade, prazo, segurança, meio ambiente e responsabilidade social.

Gestão Ambiental

No ano de 2008 ocorreram importantes avanços no Sistema de Gestão Ambiental da RGE, especialmente por meio da ampliação do escopo de certificação pela Norma ISO 14.001:2004. Além disso, foram executadas diversas obras que possibilitaram a melhoria de instalações onde há armazenamento de equipamentos que utilizam óleo. Informações adicionais sobre as ações de preservação do meio ambiente podem ser encontradas em (.....ge.com.br/projetos_ambiental).

Em 2008, para a execução de ações relacionadas ao Sistema de Gestão Ambiental, foram investidos R$ 1,6 milhão.

Reconhecimento e Premiações

- **Prêmio Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade-2008** - Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade (PGQP) - Troféu Ouro
- **Prêmio Expressão Ecologia** - Revista Expressão - Categoria Recuperação de Áreas Degradadas e Categoria Controle de Poluição - Setor Privado

10.01 - ALTERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

- **Prêmio Eletricidade 2008 – Revista Eletricidade Moderna:**
  - Melhor Desempenho Comercial – Nacional;
  - Melhor Evolução – Região Sul

7. Auditores Independentes

A KPMG Auditores Independentes foi contratada pela RGE para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Sociedade. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que essa empresa de auditoria não prestou, em 2008, serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários fossem superiores a 5% do total de honorários recebidos por esse serviço.

8. Agradecimentos

A Administração da Rio Grande Energia agradece aos seus clientes, fornecedores e às comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2008. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência, empenho e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do grupo CPFL, acesse os endereços www.rge-rs.com.br e www.cpfl.com.br/ri.

18.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Balanço Social / 2008

Empresa: Rio Grande Energia S.A

1 - Base de Cálculo	2008 Valor (Mil reais)	2007 Valor (Mil reais)
[illegible]	[illegible]	[illegible]

2 - Indicadores Sociais Internos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

3 - Indicadores Sociais Externos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

4 - Indicadores Ambientais	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2008	2007
[illegible]	[illegible]	[illegible]

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2008	2007
[illegible]	[illegible]	[illegible]

7 - Outras Informações

NOTAS EXPLICATIVAS

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Rio Grande Energia S.A., Sociedade por ações de capital aberto, é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, autorizada a operar nas Regiões Norte e Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, tendo sido constituída em 26 de junho de 1997, sob a denominação de Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica – CNNDEE, privatizada em 21 de outubro de 1997 e sua denominação alterada para Rio Grande Energia S.A. naquela época.

O objeto social da Sociedade é realizar estudos, projetos, construções e operações de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica e desenvolver atividades associadas à prestação de serviços de energia elétrica. Atualmente, as operações da Sociedade se concentram na exploração da concessão de distribuição de energia elétrica.

Em 6 de novembro de 1997, a Sociedade e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 43/1997, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantam a prestação do serviço, na sua área de concessão.

O prazo de duração da concessão é de 30 anos, até 6 de novembro 2027, podendo ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Sociedade contempla 254 municípios, que totalizam uma área geográfica de 90.896 Km2 atendendo a uma população de 3,6 milhões de habitantes (informações não examinadas pelos auditores independentes).

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras e as notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma, e foram elaboradas (i) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tendo atendido de forma integral todos os pronunciamentos emitidos pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08; (ii) segundo o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, e (iii) em conformidade com as normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL);

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 555/2005 que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 13 – Adoção Inicial da Lei 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, a Sociedade optou por registrar as alterações previstas de forma retroativa conforme previsto na Deliberação CVM nº 505/2006. Desta forma, as demonstrações financeiras apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram modificadas de modo a contemplar os ajustes retroativos das mudanças de práticas. Tais efeitos estão descritos em maiores detalhes no item 2.2 – Adoção inicial da Lei 11.638/07

2.1 Adoção inicial da Lei 11.638/07 e MP 449/08

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638 que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76) relacionados à preparação e divulgação das demonstrações financeiras. Em 3 de dezembro de 2008 a Medida Provisória nº 449 alterou e complementou alguns aspectos da referida lei e instituiu o regime tributário de transição (RTT), dentre outras providências.

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 refletem, em todos os aspectos materiais, as modificações propostas pela Lei 11.638/07 e pela MP 449/08, tendo como base as orientações emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM.

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 555/2005 que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 13 – Adoção Inicial da Lei 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, a Sociedade optou por registrar as alterações previstas de forma retroativa conforme previsto na Deliberação CVM nº 505/2006. Desta forma, as demonstrações financeiras apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram modificadas de modo a contemplar os ajustes retroativos das mudanças de práticas.

As principais modificações previstas na lei, que refletem ajustes nas Demonstrações Financeiras da Sociedade com vigência a partir de 2008, estão descritas a seguir:

- Modificações na prática contábil para registro de instrumentos financeiros incluindo derivativos, tendo como destaque o registro ao respectivo valor justo, quando atendidas determinadas condições, conforme previsto pelo CPC 14 Instrumentos Financeiros (vide nota 29).

NOTAS EXPLICATIVAS

- Introducao do conceito de arrendamento mercantil financeiro e operacional, normatizado pelo pronunciamento tecnico CPC 06 Arrendamento Mercantil, incorporando tambem ao ativo imobilizado os bens corporeos cujos beneficios, riscos e controle tenham sido transferidos a Sociedade
- A Medida Provisoria 449/08 extinguiu o grupo de contas de ativo diferido, permitindo que os saldos capitalizados até 31 de dezembro de 2008 fossem baixados, reclassificados ou mantidos até a sua total amortização, processo ja realizado pela Sociedade. A partir de 2009 o diferimento de custos está proibido
- Introduziu um novo grupo de contas "Intangível" que contempla os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os ágios fundados de comércio e direito de exploração de concessões. O pronunciamento tecnico CPC 04 – Intangível normatizou o assunto
- A Lei nº 11.638/07 eliminou a possibilidade de reavaliação espontânea de bens, facultando as companhias a manutenção dos saldos até a sua efetiva realização ou a realização do estorno a partir de 01 de janeiro de 2008. A Sociedade efetuou o estorno da reavaliação
- A Lei substituiu a Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos (DOAR) pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e criou a obrigatoriedade de elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), cuja normalização foi estabelecida pelos CPC 03 e CPC 09, respectivamente. A Sociedade já vinha publicando estas demonstrações anexas às suas Demonstrações Financeiras
- A Lei criou a obrigatoriedade da analise periodica quanto a redução do valor recuperavel dos ativos. A Sociedade realizou os procedimentos conforme previsto pelo CPC 01 que normatizou o assunto (vide nota 11 e nota 12);

Os efeitos da alteração de práticas contabeis e reclassificações no balanço patrimonial e no resultado dos exercícios de 2008 e 2007 estão apresentados a seguir:

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Lucro Líquido		Patrimônio Líquido
	2008	2007	2007
Posição antes da adoção da Lei 11.638	197.252	164.700	1.218.927
Ajustes			
- Derivativos	745	96	17
Arrendamentos mercantil	219		
Reversão da Reserva de Reavaliação	29.599		
- Imposto de renda e contribuição social	(1.254)	(97)	-
Subtotal	29.781	(1)	17
Posição após a adoção da Lei 11.638	164.033	164.700	1.218.944

	2008	2007
Reclassificações realizadas		
Ativo - De Imobilizado para Intangível	450.013	467.160
Ativo - De Diferido para Intangível	29.320	29.221
Ativo - De Diferido para Imobilizado	435	
Total Reclassificações	480.768	497.381

2.2 Sumário das Principais Práticas Contábeis

a) **Disponibilidades** – Incluem os saldos de caixa, depósitos em bancos, certificados de depósitos bancários e aplicações financeiras, que estão registradas aos respectivos valores de mercado. (vide nota 3).

b) **Consumidores, concessionárias e permissionárias** – está representado por contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias e incluem os valores faturados e a receita referente a energia fornecida e não faturada e saldos relacionados a ativos regulatórios de diversas naturezas. (vide nota 4);

c) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa** – Constituída com base em análise dos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das demais classes para os valores vencidos há mais de 360 dias. Considera também uma análise individual do saldo dos maiores clientes incluindo parcelamentos de débitos, objetivando a formação de um julgamento dos créditos considerados de difícil recebimento, de acordo com a experiência da Administração em relação às perdas efetivas. (vide nota 5)

d) **Imobilizado** – Registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, incluindo quando aplicáveis, juros, encargos financeiros e gastos administrativos sujeitos também ao teste de redução ao valor recuperável de

ativos (teste de impairment) conforme definido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, inclusive os decorrentes de operações que transferem a entidade os benefícios, os riscos e o controle desses bens (operações de arrendamento mercantil quando aplicável), deduzidos da depreciação, calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme definição do órgão regulador.

Os bens adquiridos até 30 de setembro de 2007 estavam registrados pelo valor de mercado, com base em laudo emitido por empresa especializada e na AGO de 25 de novembro de 2008 a Sociedade aprovou o estorno da reavaliação societária retroativo ao início do exercício social de 2008, conforme a Lei nº 11.638/07, artigo 5º e Instrução CVM 469/08, artigo 4º.

e) **Intangível** – Incluídos os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os ágios, fundos de comércio e direito de exploração de concessões, softwares e servidão de passagem (vide nota 12);

f) **Redução ao valor recuperável** – Os ativos imobilizados, intangíveis têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

g) **Atualizações de direitos e obrigações** - Os direitos e obrigações sujeitos a reajustes pelos efeitos da inflação ou variação cambial por força contratual ou dispositivos legais estão atualizados até as datas dos balanços e ajustados a valor presente, quando aplicável, em situações em que as referidas taxas contratuais forem inferiores às condições de mercado.

h) **Imposto de renda e contribuição social** – Calculados e registrados conforme legislação vigente nas datas dos balanços. A Sociedade registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social, em período não superior a 10 anos. Registrou também, créditos fiscais referente ao benefício de ágios incorporados, os quais estão sendo amortizados proporcionalmente aos lucros líquidos projetados para o período remanescente do contrato de concessão (vide nota 7).

i) **Plano de aposentadorias e Pensão** – Inclui os benefícios pós-emprego e os planos de pensão, reconhecidos pelo regime de competência e em conformidade com a Deliberação CVM nº 371/00, (vide nota 15);

j) **Provisão para contingências** – As provisões para contingências conhecidas nas datas dos balanços são constituídas mediante avaliação e quantificação

NOTAS EXPLICATIVAS

dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável na opinião da administração e de seus assessores legais. (vide nota 19)

k) **Empréstimos, financiamentos e debêntures** – Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais acrescidos dos respectivos encargos quando classificados como passivos financeiros amortizados pelo custo. Registrados ao respectivo valor de mercado quando classificado como passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado. (vide nota 14 e 15)

l) **Derivativos** - São classificados como ativos financeiros ou passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado. Referem-se a contratos de derivativo com o objetivo de administrar os riscos associados as variações nas taxas cambiais e de juros de determinados passivos. Os referidos contratos são contabilizados a valores de mercado e os ganhos e perdas auferidos ou incorridos são reconhecidos em resultado financeiro.

m) **Resultado** – As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada relativa ao ciclo de faturamento mensal é provisionada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda atualizada. Historicamente a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real a qual é reconhecida no mês subsequente não tem sido relevante. Não existe consumidor que represente 10% ou mais do total de faturamento. Os créditos sobre custos e despesas operacionais compensados na apuração do PIS e COFINS são apresentados líquidos, nas respectivas contas de custos e despesas.

n) **Estimativas** – A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Sociedade se baseie em julgamento para a determinação e o registro de certas estimativas que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. A Sociedade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

o) **Lucro líquido por ação** - É determinado considerando-se a quantidade total de ações nas datas dos balanços.

3 DISPONIBILIDADES

14.00 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Circulante		Não Circulante	
	2008	2007	2008	2007
Caixa e Bancos	20.354	47.429	-	-
Aplicações Financeiras	21.531	18.041	21.531	20.774
Total	41.885	47.270	21.531	20.774

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

4 CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

14.00 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Vencer	Vencidos		Total	
Consumidores	Vincendos	até 90 dias	a 90 dias	2008	2007
Consumidores					
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
Faturado	156.906	22.783	36.707	216.396	237.344
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	273.409	22.783	36.707	372.899	381.345
Não Circulante					
Consumidores					
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
Subtotal	39.866	-	-	39.866	42.875
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total	43.544		-	43.544	46.852

Créditos vencidos

1 - Consumidores residenciais, industriais, rurais, comerciais, serviços e outras atividades

Para essas classes de consumidores o saldo dos créditos vencidos é composto por diversos consumidores com valores individuais pequenos, sendo que o procedimento adotado pela Sociedade é de após o crédito vencido enviar registro do cliente para o SPC/SERASA com no máximo 30 dias após vencido e, após aproximadamente 49 dias da conta em atraso interromper o fornecimento de energia. O mesmo somente é restabelecido após a quitação dos valores em atraso. A negativação permite que tenhamos um maior controle

da inadimplência e conseqüente redução da ferramenta do corte que é mais onerosa e prejudicial ao cliente e para a Sociedade

2 - Poder público iluminação pública e serviço público

Para essas classes de consumidores a maior representatividade de créditos vencidos refere-se às Prefeituras. Considerando a relevância destes créditos e após uma criteriosa avaliação das medidas e dos respectivos resultados alcançados a Administração implantou novas estratégias visando recuperar a inadimplência dos créditos vencidos. As principais medidas estão relacionadas a seguir:

a) Contratação de escritórios de advocacia e cobrança especializados.

b) Ajuizamento de ações cíveis para 94% das inadimplências, contendo a apresentação de documentação que comprove o orçamento e o empenho dos valores de dívida do Município com a Sociedade e a proibição de contratação de novas despesas sem antes equacionar a dívida junto à Sociedade.

c) Para o restante dos inadimplentes, neste ano a estratégia da Sociedade foi de não ingressar com ações judiciais e intensificar as negociações considerando novas políticas de parcelamentos.

d) Criação de uma nova estrutura organizacional por regional de atendimento que tem como principal atribuição a atuação e o acompanhamento das operações junto ao Poder Público.

Apresentamos a seguir os principais resultados das medidas ali então implementadas.

a) Autorização para compensação de créditos arrecadados nas faturas de energia a título de Contribuição de Iluminação Pública (CIP) com as faturas mensais de 21 Prefeituras de um total de 182 Prefeituras que possuem o convênio de arrecadação com a Sociedade. A compensação de créditos oriundos da CIP passou a cobrir 100% das faturas das Prefeituras de Taquara e Gravataí, que representam atualmente mais de 75% dos débitos vencidos. Salientamos que a compensação compulsória da CIP de Gravataí foi autorizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

b) Em termos processuais, os resultados foram os seguintes:

NOTAS EXPLICATIVAS

- As 31 ações tiveram prosseguimento processual normal, ou seja, não houve casos de indeferimento definitivo por parte do Judiciário. No primeiro trimestre de 2007, tivemos indeferimento da petição inicial para 2 ações, para as quais a Sociedade recorreu ao Tribunal de Justiça. Confirmando a estimativa anterior, em uma dessas duas ações (município de Machadinho) o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul já reformou a decisão inicial e entendeu cabível a ação judicial promovida pela Sociedade. Desse modo, espera-se também a reversão da posição na outra ação, considerando o precedente anterior do Tribunal, considerando o parecer favorável do Ministério Público para outras ações semelhantes.

- Em grande parte das ações designadas pelo juiz visando a correção, houve acordo entre as partes, não resultando perdas para a Sociedade, para os demais casos continua a negociação normal entre as partes, quando será marcada nova audiência.

Destacamos que até 31 de Dezembro de 2008 das 31 ações já foram realizados acordos com termos de parcelamento do débito com 21 Prefeituras, cujo montante total do débito parcelado é de R$ 21.989, sem os encargos do parcelamento. Ressaltamos ainda que após 2008 não ocorreu crescimento da inadimplência, com exceção de quatro PM's que devido a ações judiciais pagam parcialmente a fatura de Iluminação Pública.

Considerando os resultados exitosos alcançados e fundamentada na ava ação dos seus consultores jurídicos externos, a Administração da Sociedade avaliou que praticamente a totalidade dos créditos vencidos junto ao setor público será realizável, entretanto considerando as ações não ingressadas na Justiça além da data do encerramento do exercício e as negociações em andamento, constituímos uma provisão de R$ 794

AES Uruguaiana Ltda

O valor a receber da AES Uruguaiana Ltda. refere-se a contratos de fornecimento de energia elétrica os quais estão em negociação entre as partes. A Administração da Sociedade reavaliou a estimativa de realização desse contas a receber e optou pela constituição de provisão para perdas do valor integral em 31 de dezembro de 2008 (R$ 16.774).

5 PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

14.00 - MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO	
Saldo em 31 de dezembro de 2006	(38.798)
Provisão constituída	(12.885)
Recuperação da receita	4.09[illegible]
Baixas de contas a receber provisionadas	15.755
Saldo em 31 de dezembro de 2007	(31.831)
Provisão constituída	(18.415)
Recuperação da receita	7.245
Baixas de contas a receber provisionadas	13.832
Saldo em 31 de dezembro de 2008	(27.165)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado pela Administração da Sociedade como suficiente para fazer frente a eventuais perdas com valores a receber

6 TRIBUTOS A COMPENSAR

	Circulante		Não Circulante	
	2008	2007	2008	2007
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Outros	432	[illegible]		
Total	29.938	29.790	18.139	18.999

7 CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

Ativos Fiscais

a) Composição dos créditos de Contribuição Social e do Imposto de Renda

Créditos Fiscais	2008	2007
Crédito de Contribuição Social sobre		
Diferenças temporárias dedutíveis	47.447	65.504
Diferenças temporárias tributárias	14.455	14.512
Subtotal	61.902	80.016
Crédito de Imposto de Renda sobre		
Diferenças temporárias dedutíveis	159.944	197.201
Diferenças temporárias tributárias	49.154	49.412
Subtotal	209.098	246.613
Total	270.000	326.629
Circulante	69.965	80.524
Não circulante	201.035	246.105
	270.000	326.629

16.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Representam principalmente os créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis. Adicionalmente, em função da reorganização societária que culminou com a incorporação da controladora CPFL Sierra, o ágio decorrente desta operação gerou benefício fiscal na Sociedade.

Previsão de recuperação

A previsão de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal de ágio incorporado, está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelo Conselho Fiscal e aprovadas pelo Conselho de Administração.

2009	26.885
2010	25.845
2011	26.881
2012	22.130
2013	15.461
2014 a 2016	53.671
2017 a 2019	42.825
2020 a 2022	30.942
2023 a 2025	25.765
2026 a 2028	24.568
Total	298.000

O montante a realizar de 2020 a 2028 refere-se exclusivamente ao benefício fiscal dos ágios incorporados registrados pela Sociedade que estão sendo realizados pelo período da concessão.

Não obstante, a Administração da Sociedade tem estudos que suportam a recuperação dos créditos de Imposto de renda e Contribuição Social do benefício fiscal do ágio da incorporação da CPFL Sierra em período não superior a 10 anos.

b) Saldos acumulados de diferenças temporárias indedutíveis

	2008		2007	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]				
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

16.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Reconciliação dos montantes de Contribuição Social e Imposto de Renda registrados nos resultados das exercícios de 2008 e de 2007

Passivos Fiscais

8 ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

16.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Circulante		Não Circulante	
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Ativos				
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Ativos Financeiros de Contas Contratuais				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Obrigações Vinculadas à Concessão				
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
	[illegible]	[illegible]	-	-
Passivos				
Financiamentos				
Financiamentos de Contas Contratuais				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Outras Contas a Pagar				
[illegible]	[illegible]			
	[illegible]	-	-	-
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

a) Energia livre:

A Lei 10.438 de 26 de abril de 2002, determinou que a parcela das despesas com a compra de energia no âmbito do antigo Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE) denominada como "Energia Livre" realizadas até dezembro de 2002 decorrentes da redução da geração de energia elétrica nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e consideradas nos denominados contratos iniciais e equivalentes, fossem repassadas aos consumidores finais, de forma proporcional ao consumo individual verificado. A ANEEL homologou o montante relativo à compra de energia no âmbito do antigo MAE a ser repassado para os consumidores. Porém, como quem arrecada não é quem faz jus a parcela de "Energia Livre", foi elaborado no âmbito do "Acordo Geral do Setor Elétrico", o "Acordo de Reembolso de Energia Livre", onde foram estabelecidos os compromissos de repasse da referida parcela para os seus credores. A Sociedade fez jus a um ativo de energia livre no montante de R$ 11.104.

A Sociedade registra a atualização financeira deste ativo com base na variação da taxa SELIC simples capitalizada mensalmente, acrescida de um "spread" de 1,0% a.a. aplicados sobre 86,7% do saldo credor e, SELIC simples capitalizada mensalmente para o restante de 13,3% do saldo credor, conforme estabelecido no Ofício Circular nº 212/2005-SFF/SRF/ANEEL, uma vez que a Sociedade obteve financiamento junto ao BNDES (vide nota 15) da ordem de 86,7% deste ativo.

NOTAS EXPLICATIVAS

Adicionalmente, a Sociedade constitui provisão para perdas no recebimento deste ativo, tendo em vista que os prazos de recuperação da Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) definidos pela ANEEL deverão ser observados investimentos não havendo nenhum aspecto que autorize sua amortização pelas concessionárias, conforme disposto no Ofício Circular nº 718/2005 SFF/ANEEL, de 23 de dezembro de 2005.

Descrição	Energia Livre Ativo
Valor homologado	11.104
Remuneração	9.049
Provisão para perdas	(7.629)
Amortização	(13.147)
Saldo a amortizar em 31 de dezembro de 2006	377

b) Descontos na TUSD e Irrigação:

As Resoluções ANEEL 077/04 e 207/05 estabeleceram mecanismos de desconto nas tarifas de uso dos sistemas de distribuição e determinaram a constituição de ativos regulatórios a serem compensados no próximo reajuste tarifário. A Sociedade vem reconhecendo ativos regulatórios referentes aos descontos especiais aplicados sobre a TUSD para os clientes livres com suprimento de energia elétrica oriundo de fontes alternativas de energia e sobre as tarifas aplicadas às atividades de irrigação e aquicultura, conforme regulamentado pelas Resoluções.

Foram considerados no cálculo da Revisão Tarifária em abril de 2006 os valores fiscalizados e validados pela ANEEL, atualizados pelo IGPM até abril de 2006, relativos à perda de receita decorrente dos descontos concedidos no valor de R$ 797 para irrigantes e R$ 23.700 para TUSD. Adicionalmente, a partir da Revisão Tarifária de 2006 a ANEEL estabeleceu ajustamentos tarifários relacionados à previsão desses descontos para o próximo período tarifário. A diferença entre o valor considerado nesta revisão tarifária e o efetivamente realizado no período tarifário está sendo apurada mensalmente e será considerada no próximo reajuste tarifário anual.

c) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA")

Para compensar os efeitos financeiros que ocorrem entre as datas de reajustes/revisões da Parcela A, conforme disposto na Portaria Interministerial

16.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

nº 025, de 24/01/2002 e nº 35º de 26/11/2004 dos Ministros de Estado de Minas e Energia e da Fazenda a ANEEL regulamentou mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis incorridos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Estes valores são registrados na Conta de compensação de variações de itens dos custos não gerenciáveis (CVA) do ativo circulante/não circulante ou passivo circulante/não circulante sendo atualizados pela taxa do puns SELIC e apropriado ao resultado consoante o faturamento nos anos a partir do reajuste tarifário

1) **Revisão Tarifária 2008 – valores em compensação:**
O valor da CVA realizado e reconhecido pela ANEEL em abril de 2008 foi calculado em R$ 39.364. Esse valor é compensado pelo montante de R$ 27.937 computados nos 12 meses anteriores à Revisão Tarifária de 2008 e por R$ 4.434 relativos ao ajuste da CVA de 2007.

2) **Variação capturada para o reajuste tarifário 2009.**
O valor acurado devido à variação dos custos a partir de 19 de abril de 2008 é de R$ 59.171, os quais estão previstos para repasse às tarifas de energia elétrica da sociedade no próximo reajuste tarifário que ocorrerá em 19 de abril de 2009.

	2008				2007			
	Novos Ciclos	Não Novos Ciclos			Novos Ciclos	Não Novos Ciclos		
	Ativo	Passivo	Ativo	Líquido	Ativo	Passivo	Ativo	Líquido
Quota Reserva Global	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Proinfa	[illegible]			[illegible]		[illegible]		[illegible]
CCC	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Transmissão Itaipu	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Rede Básica	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
P&D			[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
PEE	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

d) **Reajuste Tarifário - TUSDg:**
A Resolução nº 497/07 atualizada pela Resolução nº 547/07 estabeleceu novas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD para as centrais geradoras conectadas a Demais Instalações de Transmissão - DIT's com remuneramento. Dado que as novas tarifas são inferiores as anteriores, a sociedade passou a ter um passivo para com a CFFF. O valor atualizado até março de 2008, e repassado às tarifas aplicadas aos consumidores da Sociedade é de R$ 11.079.

e) **Reajuste Tarifário - Outros:**

1) **Repasse Sobrecontratação de Energia:**

O Art. 38 do Decreto nº 5.163/04 determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica de que tratam os seus artigos 36 e 37 às tarifas dos consumidores finais a ANEEL deverá considerar até cento e três por cento (103%) do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução Normativa nº 255/07.

A ANEEL considerou o valor provisório de R$ 7.803, calculado com base nos dados do ano civil de 2007. Os valores definitivos relativos aos anos civis de 2009, 2008 e 2007 deverão ser recalculados assim que a regra e o procedimento de comercialização na CCEE para disciplinar os cálculos estiverem aprovados pela ANEEL e considerados no processo de reajuste tarifário de 2009.

2) **Ressarcimento de Despesas.**

As despesas incorridas pela Subsidiária durante o processo de Revisão Tarifária para a realização da Campanha de Medição e Laudo de Avaliação, em atendimento à Resolução ANEEL 234/06, fiscalizadas e reconhecidas pela ANEEL foram de R$ 589 e de R$ 235 respectivamente. Também foi reconhecido o repasse às tarifas finais dos consumidores os custos decorrentes de garantias financeiras exigidas na contratação de energia regulada no valor de R$ 94.

3) **Parcela de Ajuste Revisão das Transmissoras:**

Incorporará o ajuste financeiro associado à revisão das empresas de transmissão no valor total de R$ 1.275. Esse valor foi atualizado monetariamente pela variação do IGP-M de junho de 2007 a abril de 2008.

4) **Outros valores:**

Foram reconhecidos pela ANEEL na Revisão Tarifária da Sociedade em abril de 2008 os seguintes valores: R$ 138 relativo ao custo incorrido com o Encargo de Conexão com a SE Gravataí 2 (Eletrosul) e R$ (466) por conseqüência do recálculo do déficit financeiro em decorrência da implementação do Programa Luz Para Todos.

5) **Parcela de Ajuste Rede Básica Fronteira:**

Valor reconhecido pela ANEEL referente ao déficit ou superávit da arrecadação apurado pelo ONS na contabilização dos encargos de uso do sistema de transmissão do período anterior (2006-2007) e dos encargos financeiros decorrentes da majoração das alíquotas de PIS e Cofins – R$ 1.423.

6) **Parcela de Ajuste da Conexão:**

NOTAS EXPLICATIVAS

Incorreria o ajuste financeiro decorrente da incorporação de PIS e Cofins associados aos custos de conexão de uso próprio não incorporados aos valores de receita permitida homologados pela ANEEL no valor total de R$ 65

f) Subvenção Baixa Renda – Perdas:

A Lei nº 10.438/02 ampliou a possibilidade de enquadramento dos consumidores da subclasse residencial baixa renda, beneficiando-os com uma redução tarifária conforme regulamentado pelas Resoluções ANEEL 246/02 e 485/02, e alterações introduzidas pela Resolução 054/04. Dessa forma ocorreu uma redução no faturamento da Sociedade que foi compensada pela contabilização de uma receita de igual valor conforme determinado no Ofício Circular nº 155/2006-SRE/ANEEL. O saldo a receber será compensado através de subvenção econômica custeada por recursos financeiros oriundos do Governo Federal, conforme disposto na Lei nº 10.604/02.

g) Outros Componentes Tarifários:

1) **RTI/2008 Suprimento.**

Este componente financeiro trata-se da diferença de receita relativa ao suprimento para as distribuidoras com mercado inferior a 500GWh. No processo de reajuste das tarifas de suprimento da Sociedade para as concessionárias ELETROCAR, MUXFELDT, DEMEI e HIDROPAN foram calculados na Revisão Tarifária Periódica de 2008 os passivos financeiros referentes à aplicação retroativa da Resolução 249/00 que efetuou uma correção nos níveis de subsídio que vinham sendo aplicados às concessionárias com mercado inferior a 500GWh/ano. Desta maneira, ao se retirar o desconto que era aplicado a Tarifa de Energia – TE e ao isentar as concessionárias supridas do pagamento da TUSD fio B foram criadas, para cada concessionária, uma bolsa positiva relativa a TE (a ser devolvida a Sociedade) e uma negativa relativa à TUSD (a ser recebida da Sociedade). Entretanto uma vez que este subsídio dado pela Resolução 205/05 e posteriormente corrigido pela Resolução 249/06 é pago pelos consumidores da Sociedade fez-se necessário que as bolsas financeiras em questão fossem devolvidas a estes consumidores.

Após a devida correção pelo IGP-M o valor total alcançou o montante de R$ 38.788. Este montante foi dividido em duas parcelas a primeira referente ao período de junho de 2007 a maio de 2008 (após reajuste tarifário das supridas, quando as tarifas foram calculadas com a aplicação da metodologia da Resolução 249/06) no valor de R$ 15.098 a segunda referente ao período de junho de 2008 a maio de 2007 (quando ainda se aplicava as tarifas para as supridas conforme a Resolução 206/05), no valor de R$ 23.700. A primeira parcela foi repassada na sua integralidade nesta revisão de 2009 já a segunda parcela será repassada aos consumidores da Sociedade de forma diferida, adotando-

se o mesmo regime de diferimento adotado para as suas das no repasse para a Sociedade conforme tabela a seguir

Reajuste	Revisão 2008	Reajuste 2009	Reajuste 2010	Reajuste 2011
1ª Parcela	10.269	-	-	-
2ª Parcela	1.325	2.145	2.145	2.254
Total	16.594	3.144	3.144	3.384

Ressalta-se que a tabela acima para os anos de 2009 a 2011, será atualizada por IGP-M até a data do respectivo reajuste

2) Cooperativas:
A Resolução 235/06 estabeleceu os procedimentos e as condições gerais para a definição de tarifas básicas e iniciais de cooperativas de eletrificação rural a serem enquadradas como permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.
A receita verificada da Sociedade na Revisão Tarifária Periódica de 2008 foi calculada considerando as tarifas cheias, sem a aplicação dos descontos relativos às cooperativas de eletrificação rural, de forma que o mercado subsidiante definido na estrutura tarifária não fosse majorado para compensar o referido desconto. A perda de receita projetada para o período tarifário de 19 de abril de 2008 a 18 de abril de 2009 da concessionária relativa à concessão desses descontos foi compensada com um componente financeiro no valor de R$ 1.024.775. No reajuste tarifário de abril de 2009 deverá ser apurada a diferença entre o valor considerado na Revisão Tarifária de abril 2009 e a perda de receita efetivamente realizada

3) Sobrecontratação de Energia AES-U:
Em decorrência de decisão judicial favorável a AES-Uruguaiana os montantes de energia previstos no contrato de suprimento com a Sociedade não mais foram registrados na CCEE a partir de setembro de 2008 levando a Sociedade a condição de exposição involuntária do montante total de energia contratada em relação à carga total de fornecimento. Para cobrir os efeitos econômicos desta exposição no mercado de curto prazo ("spot") a Sociedade constituiu passivo regulatório que corresponde à diferença de preço da energia adquirida na CCEE em relação ao preço médio de compra de energia estabelecido na Revisão Tarifária de 2009

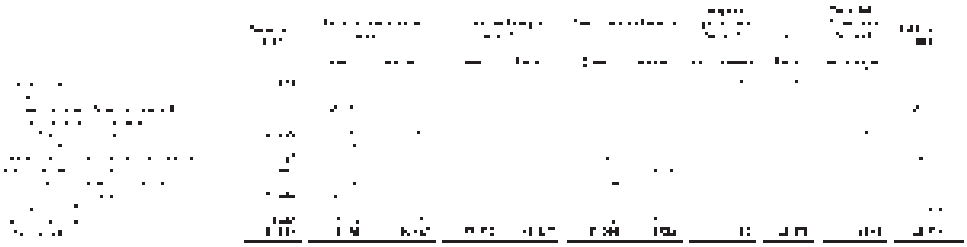
4) Estimativa ajuste RTP/08.

Trata-se de provisão correspondente à previsão de perda de receita vinculada à aprovação pela ANEEL do Laudo de Avaliação de Ativos para fins de determinação da Base de Remuneração Regulatória - BRR no processo de

NOTAS EXPLICATIVAS

Revisão Tarifária Periódica: O valor de R$ 25.961 correspondente ao montante pro-rata temporis do período de vigência das tarifas válidas em 2005 (1º/Jan a 31/Dez). A previsão de perda de receita foi apurada com base nos ajustes propostos pelo Relatório de Fiscalização apresentado pela ANEEL ao fundo de avaliação de ativos promovido pela Sociedade.

O quadro abaixo demonstra a movimentação dos itens descritos anteriormente, relacionados à Revisão e Reajuste Tarifários ocorrida durante o exercício de 2008:



h) 2º Ciclo de Revisão Tarifária:

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 630/08, estabeleceu, em caráter provisório, que as tarifas da Sociedade ficam reajustadas em um percentual de 4,77%, sendo -5,39% relativos ao posicionamento tarifário e 10,16% relativos aos componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica. Foi também estabelecido provisoriamente o Fator Xe de 0,66% que será aplicado como redutor da Parcela B nos reajustes tarifários subseqüentes de 2009, 2010, 2011 e 2012.

O caráter provisório desta revisão tarifária está relacionado aos valores de "Empresa de Referência", "Base de Remuneração Regulatória" e "Fator Xe". A eventual variação de receita da Parcela B decorrente da diferença entre o percentual provisório e o definitivo será corrigida no reajuste tarifário anual de 19 de abril de 2009.

O reajuste autorizado pela ANEEL é composto pelos seguintes itens:

Cia53 S SIO GRANDE ENERGIA SA 02.016.629/0001-38

14.08 - NOTAS EXPLICATIVAS

Receita Verificada	1.550.452
Encargos Setoriais	151.303
Compra de Energia Elétrica	948.065
Transporte de Energia	104.603
Parcela A	1.324.707
Remuneração Bruta de Capital	179.713
Quota Depreciação	97.139
Empresa de Referência	241.662
Inadimplência	14.848
Parcela B	533.062
Receita Requerida (Parc. A + B)	1.857.769
(-) Outras Receitas	(12.170)
Receita Requerida Líquida	1.845.598
Componentes Financeiros	187.320
CVA	22.364
PA Receita Básica	36
Programa Luz para Todos	(466)
Passivo Financeiro (Resolução 545/2008)	(16.564)
Passivo Financiamento Diferença TUSDg	11.679
Previsão Subsídios	27.210
Subsídios Tarifários	24.497
Garantia Financeira	64
Leilão de Aquisição de Ativos	230
Campanha de Medidas	109
Sobrecontratação CP Submercado	2.807
Receita de IRT 2007 - Compra de Energia	129
Previsão Subsídio para Cooperativas	104.705
Reposicionamento Econômico	-5,37%
Componentes Financeiros	10,15%
Reposicionamento Total	4,78%

9 DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Circulante		Não Circulante	
	2008	2007	2008	2007
Aluguéis Arrendamentos	5.915	21.485	-	-
Outros	747	3.466	1.325	1.387
Total	6.662	24.951	1.325	1.387

10 OUTROS CRÉDITOS

16.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Circulante		Não Circulante	
	2008	2007	2008	2007
[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Reserva global de reversão - RGR	[illegible]	[illegible]		
Ordens em Curso	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]		[illegible]	
Outros	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	15.073	28.027	11.968	182

Financiamentos a consumidores

Estão representados saldos financiamentos concedidos principalmente às prefeituras municipais, com o objetivo de financiar projetos de eficiência energética para iluminação pública. O prazo médio desses financiamentos é de 30 meses e a taxa média de juros é de 0,8% ao mês.

Reserva global de reversão (RGR)

Refere-se a valores a compensar, relativos à diferença apurada entre a RGR Reserva Global de Reversão homologada pela ANEEL e a efetivamente incorrida, calculada com base no ativo imobilizado em serviço.

Ordens em curso

Compreendem custos e receitas relacionados a desativação ou alienação em andamento, de bens do imobilizado e os custos dos serviços em curso relacionados à distribuição de energia elétrica.

11 IMOBILIZADO

a) Composição dos saldos

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

		PWS		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Ajustado	Ajustado
Distribuição				
Geração				
Comercialização				
Administração				
Subtotal				
Em Serviço				
Em Curso				
Em Almoxarifado				
Subtotal				
Total do Imobilizado				
Imobilizado Líquido				

b) Dos bens vinculados à concessão

Os bens e instalações utilizados na distribuição e comercialização são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

c) Taxas de depreciação

A taxa de depreciação média dos ativos é de 5,11% a.a.

d) Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

NOTAS EXPLICATIVAS

Representam os valores recebidos da União e dos consumidores doações não condicionadas a qualquer retorno e subvenções destinadas ao custeio de investimentos para atendimento a pedidos de fornecimento de energia elétrica na atividade de distribuição. A partir do segundo ciclo de Revisão Tarifária as quotas de reintegração dos valores dos bens constituídos com recursos das Obrigações Especiais, independentemente da sua data de formação, têm seus efeitos anulados no resultado pelas através da amortização das referidas obrigações.

o) Análise da Redução ao Valor Recuperável de Ativos

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 Redução ao Valor Recuperável dos Ativos a Sociedade procedeu a análise do valor de recuperação de seus ativos. O valor recuperável foi estimado com base no seu valor em uso, que representa o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados para estes ativos e com base nas premissas relacionadas a seguir. Os valores alocados a estas premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base nos resultados operacionais e projeções da Sociedade até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Cenários macroeconômicos obtidos através de consultorias conceituadas no mercado;
- Crescimento orgânico consistente com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

l) Reavaliação

I Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2003, foi aprovado o laudo de reavaliação dos bens do ativo imobilizado da Sociedade emitido pela empresa especializada Advanced Apoiase Consultoria e Planejamento na data base de 31 de março de 2003 de acordo com a legislação societária e Deliberação CVM bem como a contabilização no mês de junho de 2003 na conta de reserva de

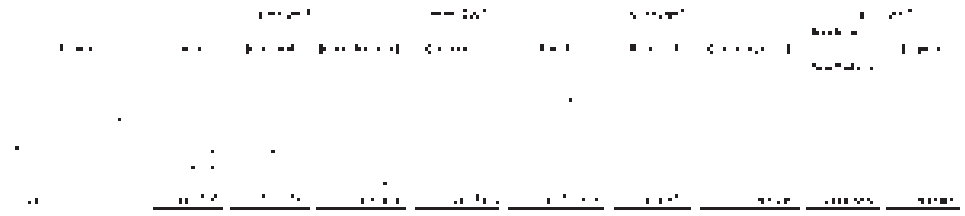
14.08 - NOTAS EXPLICATIVAS

reavaliação no montante de R$ 415.421. Adicionalmente, a Sociedade constituiu a provisão para contribuição social e imposto de renda diferidos sobre a totalidade da reavaliação, exceto sobre terrenos, no montante de R$ 136.646.

II Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de janeiro de 2008, foi deliberada a reavaliação societária periódica dos bens do ativo imobilizado em serviço da Sociedade, cujo laudo foi emitido pela empresa especializada Centro de Avaliações e Perícias de Engenharia Ltda., na data base de 30 de setembro de 2007, de acordo com a legislação societária e Deliberação CVM 183/95, bem como a contabilização no mês dezembro de 2007 da reversão na conta de reserva de reavaliação no montante de R$ 80.448. A Sociedade constituiu a provisão para contribuição social e imposto de renda diferidos sobre esta reversão na reavaliação, exceto sobre terrenos, no montante de R$ 28.574.

III Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de novembro de 2008, foram aprovadas as reversões da reserva de reavaliação e das obrigações fiscais diferidas no balanço com montantes retroativos ao início do exercício social, conforme a Lei 11.638/07, artigo 6º e Instrução CVM 469/08, artigo 4º, com as seguintes reduções: ativo imobilizado – R$ 204.005, passivo – Impostos diferidos – R$ 63.472 e patrimônio Líquido – R$ 141.133.

Abaixo demonstramos o resumo da reavaliação a qual foi estornada



14.00 - NOTAS EXPLICATIVAS

12 INTANGÍVEIS

	2006			2005		
Ágio DOC3 Participações S.A.						
TOTAL						

Estão representados por "softwares", servidões e o ágio decorre da incorporação da sua controladora DOC 3 Participações S.A. As servidões são faixas de terrenos por onde a concessionária pode praticar todos os atos de construção, manutenção, conservação e inspeção das linhas de transmissão de energia elétrica e estão classificados contabilmente como intangíveis conforme determina o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Deliberação CVM nº 553/08.

O ágio decorre da incorporação da sua controladora DOC 3 Participações S.A., realizada em 13 de julho de 1998, fundamentado na expectativa de resultados futuros, calculado através da metodologia do fluxo de caixa descontado, cujos resultados projetados preveem amortizações lineares de 10,0% a.a. Esse ágio foi classificado no ativo diferido até 31 de dezembro de 2003, em conformidade com a Lei nº 6.404/76 e a Instrução CVM nº 247/96.

Durante o exercício de 2004, o saldo do ágio foi transferido para o ativo imobilizado e está sendo amortizado pelo prazo remanescente da concessão, segundo a curva baseada na projeção de resultados futuros, sendo ambas as alterações de forma retroativa a 1º de janeiro de 2004, em consonância com a Resolução ANEEL nº 466/04. A curva de amortização do ágio foi alterada pela ANEEL conforme o Ofício 564/05 de 13/04/05.

A CVM, através do Ofício CVM/SEP/GEA-1 nº 197/04, encaminhado à ANEEL, manifestou concordância com a alteração no prazo de amortização do saldo do ágio e também com a reclassificação contábil do saldo do ágio do ativo diferido para o ativo imobilizado intangível.

Abaixo informamos as taxas de amortização do ágio para os últimos exercícios e para os próximos cinco anos, conforme Ofício 564/05.

Exercício	%
2007	3,57
2008	4,50
2009	4,00
2010	3,78
2011	3,70

A taxa de amortização média dos Outros Intangíveis é de 18,92%. Em relação à taxa de amortização de água houve um aumento de 3,67% a.a. em 2007 para 4,30% a.a. em 2008.

13 FORNECEDORES

	2008	2007
Encargos do Serviço do Sistema	23.318	340
Suprimento de Energia Elétrica	129.294	133.922
Encargos de Uso da Rede Elétrica	21.907	19.922
Materiais / Serviços	22.514	25.984
Total	191.951	176.010

14 DEBÊNTURES

[illegible]

Em 1º de abril de 2005, com o propósito de alavancar recursos para o refinanciamento de dívidas com vencimento em 2005 e para a realização de parte dos investimentos que foram realizados pela Sociedade durante o ano de 2005, a empresa promoveu a segunda emissão de debêntures simples, para subscrição pública, da espécie sem garantias (quirografária), não conversíveis em ações da Sociedade, com cláusula de opção de repactuação.

Foram emitidas em duas séries, como segue:

- 1ª série - as 2.620 debêntures tem prazo de 6 anos, contados a partir da data de emissão, com vencimento em 1º de abril de 2011. Sobre o valor nominal unitário incidem (i) a variação do IGP-M (calculada de forma pro rata temporis com base em um ano de 252 dias úteis) e (ii) juros remuneratórios a uma taxa fixa anual de 9,5% ao ano, que foi definida em procedimento de "bookbuilding". Os valores relativos à remuneração das debêntures são pagos anualmente, sempre no dia 1º do mês de abril de cada ano.

4.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

• 2ª série – as 23.350 debêntures têm prazo de 4 anos contados a partir da data de emissão com vencimento em 1º de abril de 2009. Sobre o valor nominal unitário incidem juros remuneratórios definidos em procedimento de "bookbuilding", à taxa de 106,0% da acumulação das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia "over extra grupo" calculadas e divulgadas pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação. Os valores relativos à remuneração das debêntures são pagos semestralmente sempre no dia 1º dos meses de abril e outubro de cada ano.

Em 1º de dezembro de 2007, com o objetivo de assegurar o perfil econômico-financeiro, proporcionar liquidez suficiente para suportar os investimentos em ativo imobilizado e possibilitar a liquidação de dívidas que vencerão até 2009, a Sociedade aprovou a terceira emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, escritural e nominativa, sem a emissão de cautelas, não conversíveis em ações e sem opção de repactuação programada. Foram emitidas cinco séries, no valor total de R$ 380.000, sendo cada série composta por uma única e indivisível debênture, com prazo de 5 anos, contados a partir da data de emissão e vencimento em 1º de dezembro de 2013. Os valores e as datas de emissão das debêntures são, respectivamente:

- 1ª série de R$ 100.000 - 1º de dezembro de 2007,
- 2ª série de R$ 140.000 - 1º de janeiro de 2008
- 3ª série de R$ 40.000 - 1º de fevereiro de 2008
- 4ª série de R$ 50.000 e 5ª série de R$ 50.000 - 1º de abril de 2008.

Os valores relativos à remuneração das debêntures são pagos semestralmente sempre no dia 1º

Condições restritivas:

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da Sociedade a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Os principais índices são os seguintes:

Segunda emissão:

a) redução do Capital Social, cisão, alteração do Estatuto Social que implique a concessão de direito de retirada aos acionistas da Companhia, em montante que possa afetar direta ou indiretamente o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia previstas na Escritura de Emissão;

b) transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle societário, ou fusão, incorporação, fusão ou cisão, excetuada a hipótese de alienação de

controle direto para a CPFL Energia S.A. e/ou para uma subsidiária integral da CPFL Energia S.A.

ou a VBC Participações S.A. deixar de deter participação majoritária dentre as Controladoras ou a VBC Participações S.A., a PREVI e/ou a Bonaire Participações S.A. deixarem de deter, em conjunto, o controle direto ou indireto da Companhia.

d) Dívida Total dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,5;

e) EBITDA dividido pelas Despesas Financeiras, maior ou igual a 2,0;

f) Dívida Total dividida pela Capitalização Total menor ou igual a 0,55.

Terceira emissão:

(i) realização de redução do Capital Social da Companhia e/ou da CPFL Energia S.A. sem que haja anuência prévia dos titulares das debêntures;

(ii) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária da Companhia, exceto se:

- após a conclusão da referida operação ao menos duas das seguintes acionistas, Votorantim Energia S.A., Camargo Corrêa Energia S.A. e Caixa Previdenciária dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ mantenham, a maioria das ações vinculadas ao bloco de controle;

- ou tais operações forem previamente aprovadas pelos Debenturistas reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas.

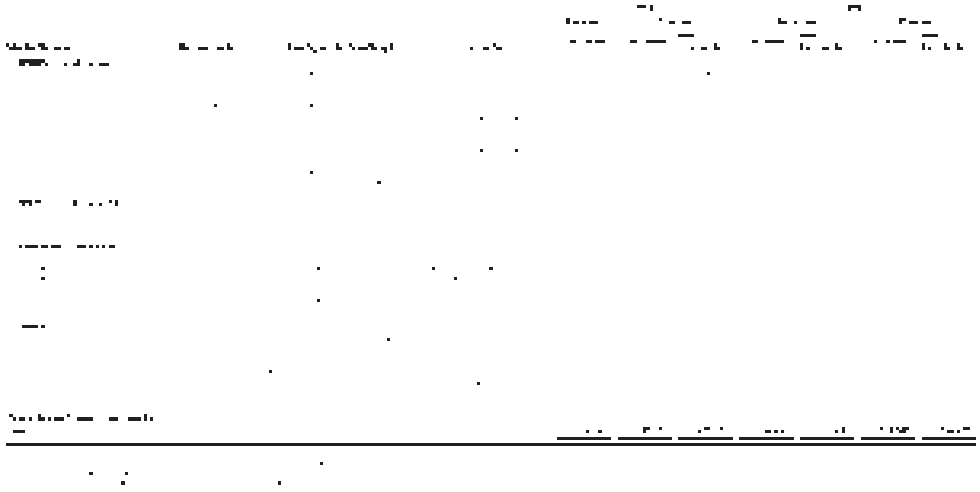
(iii) alteração do atual controle da Companhia sem prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas, excetuada a hipótese de alteração do controle da Companhia cesse o que após a conclusão da referida operação, ao menos duas das acionistas mantenham a maioria das ações vinculadas ao bloco de controle.

Na entendimento da Administração da Sociedade tais condições restritivas e cláusulas vêm sendo adequadamente atendidas.

O saldo das debentures de longo prazo tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	2008	2007
2008		300.000
2010	103.830	30.200
2012	103.827	-
2013	196.367	169.000
Total	406.020	300.000

15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS



• **BNDES - FINEM** - tem como finalidade principal o investimento na expansão e melhoria do sistema elétrico da Sociedade

(i) **FINEM** imobilizações de 2005 a 2009) – linha de crédito atrelada a TJLP, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após este prazo, amortização mensal de principal e juros. Do valor do crédito de R$ 215.418, em junho de 2008 foram liberados R$ 76.000 do Subcrédito "A" e em novembro de 2008 R$ 20.000. Este financiamento possui como garantia a prestação de fiança pela controladora CPFL Energia S.A. e a vinculação da venda de energia no montante de 1,3 vezes o valor da próxima prestação mensal de principal e juros. Adicionalmente a Sociedade deverá manter os seguintes indicadores financeiros:

- Endividamento Financeiro Líquido dividido pelo LAJIDA , menor ou igual a 2,5

- Endividamento Financeiro Líquido dividido pelo Endividamento Financeiro Líquido acrescido ao Patrimônio Líquido, menor ou igual a 0,5

(ii) **FINEM** imobilizações de 2006 a 2007) – linha de crédito atrelada a TJLP, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após este prazo, amortização mensal de principal e juros. Este financiamento possui como garantia a conta reserva Fundo de Investimento de longo prazo.

NOTAS EXPLICATIVAS

destinada a acolher os recursos necessários para a formação do Fundo de Liquidez equivalente ao valor do serviço da dívida e a arrecadação da venda de energia no montante de 1,3 vezes o valor da próxima prestação mensal de principal e juros. Adicionalmente, a Sociedade deverá manter os seguintes indicadores financeiros:

- Endividamento Financeiro Líquido dividido pelo LAJIDA , menor ou igual a 2,5

- Endividamento Financeiro Líquido dividido pelo Endividamento Financeiro Líquido somado ao Patrimônio Líquido, menor ou igual a 0,5

(iii) FINEM (emissões de 2003 a 2005) - linha de crédito atrelada em 50,0% a TJLP, Subcrédito "A" e 20,0% à Cesta de moedas (UMBNDES), Subcrédito "B", com amortizações mensais e juros trimestrais durante o período de carência e após a carência juros mensais, tendo como garantias conta reserva Fundo de investimento de longo prazo e a arrecadação da venda de energia, no montante equivalente a 1,4 vezes o valor correspondente ao serviço da dívida, assim entendido como principal e juros. Adicionalmente, a Sociedade poderá realizar o pagamento de juros sobre o capital próprio ou de dividendos cujo somatório exceda o mínimo obrigatório desde que comprove ao BNDES a manutenção dos seguintes índices:

- Endividamento Financeiro Líquido dividido pelo LAJIDA menor ou igual a 3,0

- Endividamento Financeiro Líquido dividido pelo Endividamento Financeiro Líquido somado ao Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,5

A Sociedade possui operações de "swap" cambial até janeiro de 2009 para as parcelas vencíveis do financiamento atreladas à cesta de moedas (vide nota 29). Em novembro de 2008, o Subcrédito "A" em TJLP foi liquidado. E, em dezembro de 2006, foi antecipada a liquidação do Subcrédito "B", em UMBNDES.

- **BNDES – Governamental** - teve a finalidade de restabelecer o equilíbrio financeiro correspondente aos prejuízos decorrentes do Acordo Geral do Setor Elétrico. Em dezembro de 2002 foi liberado financiamento referente ao Programa Emergencial e Excepcional de Apoio Financeiro as Concessionárias de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica no montante de R$ 9.631, tendo como garantia a arrecadação da venda de energia equivalente a 0,4% do faturamento bruto mensal. Foi quitado o CMS. Não existiam cláusulas restritivas e de "covenants" financeiros para este contrato. Foi liquidado em fevereiro de 2008.

10.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- **Banco Itaú BBA** - Cédula de Crédito Bancário (CCB) - em abril de 2004 a Sociedade tomou financiamento junto ao Banco Itaú BBA, no montante de R$ 100.000, tendo como finalidade o suprimento de recursos necessários à operação da Sociedade. Originalmente este financiamento tinha carência de 24 meses do principal, e após este período, amortizações mensais e garantias constituídas por ações da CPFL Energia S.A., CPFL Serra Lida e recebíveis no montante de R$ 35.000. Em 31/03/2006 foi realizada a repactuação deste contrato alterando as condições para pagamento de juros semestrais, pagamento do principal em parcela única em 09/03/2011, redução de custos e a eliminação das garantias. Em 01/03/2007 foi realizada uma segunda repactuação, a qual reduziu novamente o custo do financiamento de 109,0% do CDI para 100,9% do CDI.

Existiam cláusulas restritivas quanto à alteração ou modificação da composição do Capital Social, se a VBC Energia S.A. deixasse de ser uma das controladoras indiretas da Sociedade, nos termos do Acordo de Acionistas da CPFL Energia S.A., ou se a Sociedade sofresse processo de cisão, incorporação ou fusão que represente alteração de controle direto, sem a prévia e expressa anuência do credor. Adicionalmente, este empréstimo exigia o cumprimento de "covenants" financeiros, como segue:

- EBITDA dividido pelas Despesas Financeiras Líquidas igual ou maior a 1,6

- Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, igual ou inferior a 2,7

Em novembro de 2008, através do Instrumento Particular de Assunção de Dívida, a dívida foi transferida para a CPFL Geração de Energia S.A. Na data da efetivação da assunção, a Sociedade liquidou os juros devidos de 09/09/2008 a 17/11/2008.

- **Banco Santander** – refere-se ao repasse de recursos captados pelo banco em reais no exterior no intuito de financiar as necessidades de caixa projetadas para o ano de 2005 e alongar o prazo da dívida, bem como reduzir custos a passivos então contratados. Liquidados por ocasião do presente financiamento. O prazo deste contrato foi de 720 dias. A amortização de principal e juros ocorreu em parcela única da data de 21 de janeiro de 2008. Não existiram cláusulas restritivas e de "covenants" financeiros, nem garantias para este contrato. Liquidado em janeiro de 2008.

- **Banco ABN AMRO Real** – refere-se ao repasse de recursos captados pelo banco em reais no exterior. Destinou-se a financiar as necessidades de caixa projetadas para o ano de 2005 e alongar o prazo da dívida, bem como reduzir

custos relativos a passivos então contratados incluídos por ocasião do presente financiamento cujos vencimentos estavam concentrados principalmente em 2006. Este contrato foi liberado em três parcelas com prazo de 24 meses e as amortizações de principal e juros ocorreram respectivamente em 22/07/2008, 31/01/2006 e 25/02/2006. Não existiam garantias para este contrato. O contrato exigiu o cumprimento de covenants financeiros como segue:

- Endividamento Total dividido pelo EBITDA, igual ou inferior a 3,0

  Índice de cobertura de Juros, igual ou superior a 2,0

- Endividamento Total Máximo dividido pela Capitalização, igual ou inferior a 0,50

• **Banco do Brasil** - destinou-se a financiar as necessidades de capital projetadas para o ano de 2006 e alongar o prazo da dívida, bem como reduzir custos relativos a passivos então contratados incluídos por ocasião do presente financiamento. O prazo deste contrato foi de 720 dias e a amortização de principal e juros ocorreram em parcela única na data de 22/01/2008. Não existiram cláusulas restritivas e de covenants financeiros nem garantias para este contrato.

• **Banco do Brasil** - refere-se ao repasse de recursos captados pelo banco no exterior e convertidos à moeda nacional na forma da Resolução 2.770 do Conselho Monetário Nacional. Destina-se a financiar as necessidades de capital de giro projetadas para o ano de 2007. O prazo deste contrato é de 724 dias e a amortização do principal e juros ocorrerá em parcela única na data de 11/09/2009. Não existem cláusulas restritivas e de covenants financeiros nem garantias para este contrato. Adicionalmente a Sociedade contratou operações de swap cambial do montante de principal deste contrato, com vencimento em 11/09/2009 (vide nota 29).

As cláusulas restritivas e os covenants financeiros estão sendo adequadamente atendidos pela Sociedade.

• **Fundação ELETROCEEE** - refere-se ao contrato de confissão de dívida, assistido pela Sociedade em decorrência do desmembramento do contrato total com a Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE no processo de privatização. As amortizações são mensais e como garantia foi oferecida a arrecadação de venda de energia da Sociedade no montante destas amortizações. Não existem cláusulas restritivas e de covenants financeiros para este contrato.

NOTAS EXPLICATIVAS

- **Consumidores** - referem-se a convênios de devolução de valores adiantados pelos consumidores interessados no fornecimento de energia elétrica para financiar as suas obrigações geralmente com expansão da rede de distribuição. Estes valores são atualmente devolvidos a partir da data de conclusão da instalação. Não existem cláusulas restritivas e de covenants financeiros para estes convênios.

- **Eletrobrás** - tem a finalidade de financiar parte das obras implementadas para interligação ao sistema elétrico para a ampliação de redes de distribuição de energia elétrica, para a eletrificação de iluminação pública e para eletrificação rural (Programa de Universalização), tendo como garantia a antecipação de venda de energia. Adicionalmente, existe restrição em pagar ou declarar qualquer dividendo, autorizar ou efetuar qualquer outra distribuição em caso de atraso no cumprimento das obrigações previstas neste contrato. A Sociedade obrigou-se a não assumir, sem expressa autorização da Eletrobras, novos compromissos financeiros que isoladamente ou conjuntamente superem o equivalente a 5,0% de seu ativo fixo e/ou que elevem seu endividamento a nível superior a 60,0% de seu ativo fixo. Em junho de 2008, ocorreu a liberação de R$ 6.556 referente ao contrato ECFS-218/2008.

- **FINEP** - destina-se a custear parcialmente as despesas incorridas em estudos e projetos de pesquisa e desenvolvimento para a otimização do desempenho da rede de distribuição. O prazo deste contrato é de 48 meses, com carência de principal de 28 meses e juros trimestrais durante o período de carência e mensais durante o período de amortização, tendo como garantia deste contrato a arrecadação de venda de energia. Não existem cláusulas restritivas ou "covenants" financeiros sobre este contrato.

As parcelas de longo prazo desses empréstimos vencem como segue:

Ano de vencimento	2008	2007
2008	-	84.946
2009	40.197	26.524
2010	46.236	126.206
2011	44.671	24.506
2012	28.524	481
Após 2012	25.510	1.077
Total	185.138	264.850

NOTAS EXPLICATIVAS

16 TAXAS REGULAMENTARES

	2008	2007
Reserva Global de Reversão - RGR	1.972	1.902
Taxa de Fiscalização - ANEEL	256	279
Conta de Consumo de Combustível - CCC	7.316	6.165
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	5.047	4.235
Total	14.591	12.581

17 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2008	2007
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	38.825	36.436
Programa de Integração Social - PIS	1.391	1.514
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	6.407	7.055
Imposto de renda e contribuição social - IRPJ	3.714	3.726
Outros	2.909	1.453
TOTAL	53.246	50.184

18 ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Por força do edital de privatização a Sociedade é responsável pelo pagamento do benefício de complementação da aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pelo INSS aos participantes da Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE que não tenham ainda cumprido todos os requisitos para a obtenção do benefício. Dessa forma, a Sociedade provisionou os valores apurados através de cálculo atuarial, dos compromissos futuros relativos às complementações salariais a serem pagas aos participantes ou repassados à Fundação CEEE, ajustados ao valor presente pela taxa de 12,0% a.a.

A suplementação da aposentadoria é do tipo benefício definido, com nível de benefício de 100,0% da média dos últimos 36 salários, incluindo o benefício da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado administrado pela ELETROCEEE (na condição de Entidade Fechada de Previdência Complementar).

Para os colaboradores que tiveram seus contratos suspensos da Cia Estadual de Energia Elétrica - CEEE em 1997 as regras estão previstas no estatuto da Fundação e no regulamento do plano.

Este plano tem como principais características:

a) O plano é único da Sociedade, com patrimônio individualizado por segregação virtual (cotas);

NOTAS EXPLICATIVAS

b) BD – benefício definido a responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Sociedade
c) O plano está fechado para novos participantes desde 1997
d) As contribuições são paritárias de acordo com tabela de contribuição específica, atualizada mensalmente.
e) A base de cálculo para as contribuições para os ativos é a mesma base de salário de contribuição do INSS e para os aposentados é o valor definido pela Fundação CEEE.
f) O Quadro de participantes é composto por colaboradores Ativos, Complementados e Assistidos

Adicionalmente a Sociedade procedeu através de empresa atuarial independente a avaliação do passivo atuarial decorrente desse benefício de acordo com a Deliberação CVM nº 371/2000. O ajuste no resultado da Sociedade até 31 de dezembro de 2008 foi uma receita de R$ 3.737 (R$ 3.539 de receita até 31 de dezembro de 2007), contabilizado como redução das despesas gerais e administrativas – pessoal

A seguir demonstramos a composição destes efeitos

	2008				
Descrição	Valor bruto original	Ajuste a valor presente	Líquido	Circulante	Não Circulante
Complementação de aposentadoria	1.367	1.367)	0	0	0
Contribuição à Fundação	1.105	139)	967	4	963
Deliberação CVM nº 371/2000	7.237)		7.237)	1.372)	5.865)
Total	9.302	(1.506)	7.796	2.376	

	2007				
Descrição	Valor bruto original	Ajuste a valor presente	Líquido	Circulante	Não Circulante
Complementação de aposentadoria	11.525	2.765)	11.517	4.224	7.293
Contribuição à Fundação	1.405	439)	967	4	963
Deliberação CVM nº 371/2000	1.547)		1.547)	1.130	
Total	13.477	(3.203)	10.274	738	8.536

O saldo de longo prazo vence conforme segue

Cia ESS S.A. GRANDE ENERGIA SA 02.016.629/0001-38

14.08 - NOTAS EXPLICATIVAS

Total		

Principais resultados da avaliação atuarial relativo a Deliberação CVM nº 371/2000

a) Conciliação dos ativos e passivos

(*) Plano com custeio normal paritário entre a patrocinadora Sociedade e os participantes e portanto foi reconhecido somente 50%

b) Movimentação dos ativos e passivos

c) (Receita) despesa reconhecida na demonstração de resultado

14.08 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2008	2007
Custo do serviço corrente	1.2xx	x.0
Juros sobre obrigações atuariais	x.xx.x	1x.x.x
Rendimento esperado com ativos do plano	(xx.x.1)	(x.x.1x)
Custo do serviço passado não reconhecido	1.2x	(1.2x)
Taxa de despesa	1.xx	(x.x2x)
Perdas atuariais reconhecidas	1.3x	1.2x
TAXA 1)	1.x1x	(1.3x)

1) Plano com custeio normal paritário entre a patrocinadora Sociedade e os participantes e contribuição reconhecida somente 50%.

d) Premissas econômicas, financeiras e demográficas

	2008	2007
Taxa nominal de juros utilizada para avaliação do valor de cada componente de custo atuarial anual	1.2x a.a	1.2x a.a
Taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano	1.2x a.a	1.2x a.a
Taxa de crescimento salarial	1.8 a.a	1.8 a.a
Índice ou taxa de desconto considerada na projeção atuarial	1.0 a.a	1.0 a.a
Taxa de rotatividade	nula	nula
	conforme tabela	conforme tabela
Tábua geral de mortalidade	qxx AT-2x	qxx AT-2x
Tábua de mortalidade de inválidos	sin Masculina	sin Masculina
Tábua de mortalidade de entidades	quanqx AT-49	quanqx AT-49
Tábua de mortalidade de inválidos	com fator aplicado para homens e mulheres a partir dos xx anos de idade e xx anos de idade respectivamente	
	qualquer	qualquer
Método de avaliação atuarial	método unitário projetado	método unitário projetado

Para os colaboradores admitidos a partir de 1997 foi implantado em janeiro de 2005 o plano de previdência privada junto ao Bradesco Vida e Previdência as regras estão previstas no contrato de previdência complementar.

Este plano tem como principais características:

a) O plano é na modalidade PGBL – Plano Gerador de Benefício Livre;
b) CD – contribuição definida – não gera qualquer responsabilidade atuarial para a Sociedade
c) O plano está aberto para novos participantes de acordo com as regras de adesão.
d) As contribuições são de acordo com tabela de contribuição específica, atualizada anualmente com o índice do acordo coletivo
e) A contribuição da empresa é de 150% sobre a contribuição do participante
f) A base de cálculo para as contribuições do participante é o salário base integral mais o adicional de periculosidade

14.08 - NOTAS EXPLICATIVAS

g) Para os participantes que aderiram ao plano até 15/03/2006 a empresa faz uma contribuição especial que é calculada com base no tempo de empresa e na contribuição da empresa. Esta contribuição será por 72 meses a partir de janeiro de 2006.

19 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2006				2005			
Natureza	Passivel	Provável	Provisão	Depósito judicial	Passivel	Provável	Provisão	Depósito judicial
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	64.901	62.904	55.618	30.042	39.858	54.202	46.152	22.166

A movimentação da provisão neste exercício está demonstrada a seguir:

	BBC	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização Monetária	2006
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]					[illegible]
Total	54.152	1.864	-1.0151	(1.584)	318	52.918

Os processos que configuram contingências prováveis estão suficientemente provisionados de acordo com a estimativa de perda da Administração da Sociedade que vem sustentada pela avaliação constante dos relatórios dos consultores jurídicos da Sociedade. No processo de análise das causas foi considerada a real configuração de contingências avaliado o risco financeiro envolvido e provisionados os valores que provavelmente podem afetar o patrimônio da Sociedade.

Dos processos em análise, constata-se a existência de causas de natureza (i) trabalhista (ii) cível (iii) tributária e (iv) regulatória das quais podemos citar o que segue.

(i) o total das causas na esfera da Justiça do Trabalho é de 1.409 processos os quais versam sobre: (a) cobrança de horas extras adicional de periculosidade indenização por sobreaviso e reconhecimento da relação de emprego entre outras. Do total das reclamações na Justiça do trabalho, cerca de 76,5% são

provenientes de ex-funcionários da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, os quais nunca trabalharam na Sociedade, já tiveram seus contratos transferidos. Para as demais causas, 13,1% são oriundas de funcionários contratados pela Sociedade e 10,4% advêm de reclamações ajuizadas por terceiros diversos.

(ii) as causas cíveis e demais versam sobre as seguintes reclamações: danos em aparelhos causados pelas redes elétricas, ilegalidade de majoração de tarifa, pedido de indenização por conta de luz, devolução de valores pagos a maior na época do Plano Cruzado, anulação de débitos cobrados com base em recuperação de consumo e indenização por danos em geral causados pela rede elétrica, devolução de valores aos consumidores decorrentes de obras realizadas, entre outras. Constituem-se em um total de aproximadamente 14.735 ações, sendo que 283 são consideradas relevantes. Adicionalmente, existem processos ambientais que versam sobre eventuais cortes de árvores procedidos pela Sociedade devido a riscos para as redes de energia e consumidores. A Administração da Sociedade adota como política em relação aos valores de perda provável dos processos que resultarem devolução de valores aos consumidores decorrentes de obras realizadas na sua rede, as ações de convênios de devolução e de formas de participação – por utilizar a provisão da conta de obrigações de curto e longo prazo.

(iii) dentre as principais causas tributárias, destacamos:

- em dezembro de 2004 a Sociedade sofreu autuação fiscal da Secretaria da Receita Federal, para os seguintes assuntos:

a) IRPJ e CSLL sobre o período anterior à alteração do prazo de amortização do ágio (vide nota 12);

b) PIS e COFINS sobre a atualização financeira pela SELIC, da conta de compensação de variações de itens dos custos não-gerenciáveis (CVA);

c) IRPJ e CSLL sobre as diferenças de taxas de depreciação entre o laudo de reavaliação e as taxas ANEEL.

- autuação da Secretaria da Receita Federal relativo à ausência de recolhimento de multa de ofício em denúncia espontânea para pagamento de PIS/COFINS;
- o pedido de suspensão da eficácia das decisões da Secretaria da Receita Federal para considerar a dedutibilidade para fins de apuração de imposto de renda e contribuição social dos valores relativos à complementação de aposentadoria a empregados aposentados da Sociedade (beneficiários da Fundação ELETROCEEE);
- cobrança da taxa de uso do solo pelas prefeituras municipais e outras autarquias estaduais;

18.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- autuação da Secretaria da Receita Estadual relativa à ausência de recolhimento de multa de ofício em denúncia espontânea para pagamento de ICMS.

(iv) as principais contingências de natureza regulatória são as seguintes:

- o aditamento ao contrato de mútuo entre a Sociedade e sua ex-subsidiária integral Sul Geradora Participações S.A., alterando o índice de encargos da dívida, não submetidos à anuência da ANEEL;
- o aval da Sociedade para o empréstimo tomado pela sua ex-subsidiária integral Sul Geradora Participações S.A. junto ao BankBoston, não submetidos à anuência da ANEEL;
- atendimento das metas dos indicadores de continuidade DEC – Duração equivalente de interrupção por cliente e FEC – Frequência equivalente de interrupção por consumidor, relativas aos anos de 2003 a 2005 (TAC) e 2006.

atendimento dos níveis de tensão de fornecimento na área de concessão, relativas aos anos de 2001 a 2005.

20 OUTRAS CONTAS A PAGAR

	[illegible]		[illegible]	
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Obrigações com consumidores

Essas obrigações referem-se a contas pagas em duplicidade e /ou ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos aos consumidores.

Programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento (PEE e P&D)

A Sociedade reconhece passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização.

14.08 - NOTAS EXPLICATIVAS

Encargos tarifários emergenciais

Referem-se aos encargos tarifários relacionados a contratação de capacidade e energia emergenciais cobrados do consumidor até janeiro de 2005, a serem repassados para a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – (CBEE).

Contribuição de iluminação pública (CIP)

A Emenda Constitucional nº 39/2002 instituiu a Contribuição de Iluminação pública destinada ao custeio do serviço de fornecimento de energia para alimentar a rede de iluminação pública instalada nas áreas urbanas e de expansão dos Municípios e Distrito Federal, inclusive manutenção a ser cobrada de todos os beneficiários do serviço, nos termos da Emenda Constitucional, previsto no Artigo 149-A da Constituição Federal.

21 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Sociedade está assim distribuído em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

	2008			2007		
Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	-		-	-		-
Total de ações	400.000.000	1.000.000	401.000.000	400.000.000	1.000.000	401.000.000

As ações preferenciais apresentam as seguintes características:

- não têm direito a voto

- fazem jus ao recebimento de dividendo de 10,0% (dez por cento) maior que o atribuído às ações ordinárias, vinculados à existência de lucro, a ser distribuído nos termos da legislação em vigor;

- têm prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Sociedade

O Estatuto Social da Sociedade determina que o capital social poderá ser aumentado, na forma do artigo 168 da Lei 6.404/76, independentemente de reforma estatutária, em até R$ 1.600.000.000 mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais. Até o limite do capital autorizado poderão ser emitidas ações ou bônus de subscrição por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. Competirá ao Conselho de

Administração fixará o preço de emissão e o número de ações a serem emitidas, bem como o prazo e condições de subscrição e integralização, exceção feita à subscrição de ações para realização em bens, que dependerá de aprovação da Assembléia Geral, observados os procedimentos contidos no artigo 8º da Lei 6.404/76.

Em 18 de setembro de 2007 em Assembleia Geral Extraordinária da Sociedade foi aprovada e efetivada a incorporação da CPFL Serra. Em decorrência da incorporação, a CPFL Serra é extinta e sucedida pela Sociedade no que tange a todos os seus direitos e obrigações, além das presentes em 18

O ágio, registrado pela CPFL Serra de R$ 496.097, foi incorporado pela Sociedade, em benefício de todos os seus acionistas, conforme procedimentos definidos nas Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001.

O valor patrimonial da ação, por grupo de mil, em 31 de dezembro de 2008 é de R$1.459,66 (R$1.634,53 em 31 de dezembro de 2007).

Dividendos

Os dividendos decorrentes do lucro foram apurados como segue:

	2008	2007
Lucro líquido do exercício	81.303	161.083
Ajuste da Lei nº 11.638/07 e MP 449/08	17	
Dividendos sobre o lucro líquido	**164.1190**	**164.683**
Realização da reserva de reavaliação	-	15.159
Base de cálculo para os dividendos	**164.1190**	**179.842**
Dividendos obrigatórios	41.774	44.960
Saldo - dividendos a mais	37.326	134.882
Dividendos propostos	**164.1190**	**179.842**
Dividendos antecipados sobre JCP	(126.324)	(137.311)
IRRF s/ JCP Pago	(11.364)	(13.740)
Saldo dividendos propostos 2008	**27.1165**	**28.791**

O estatuto social da Companhia prevê a distribuição aos acionistas de dividendo obrigatório de 25,0% do lucro líquido ajustado nos termos da lei e considera para ações preferenciais dividendos 10,0% maior do que o atribuído

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

às ações ordinárias. O saldo remanescente do lucro terá sua destinação integral proposta nas demonstrações financeiras, no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

Nas deliberações da Diretoria e do Conselho de Administração realizadas em: (a) 27 de junho de 2008, destinou uma parcela do lucro apurado na data de 30 de junho de 2008, na forma de Juros sobre o Capital Próprio, no montante líquido de imposto de renda de R$ 31.280; (b) 12 de agosto de 2008, na forma de Dividendos Intermediários, no montante de R$ 62.614; e (c) 27 de novembro de 2008, relativa à declaração de Juros sobre o Capital Próprio no montante líquido de R$ 31.307.

Os dividendos propostos por grupo de mil ações em 31 de dezembro de 2008 são de R$ 204,00 para as ações preferenciais e de R$ 166,06 para ações ordinárias (em 31 de dezembro de 2007 são de R$ 226,60 para ações preferenciais e de R$ 172,85 para as ações ordinárias).

Em 31 de dezembro de 2008 a Companhia possui na conta de dividendos a pagar o valor referente à deliberação do Conselho de Administração de 27 de novembro de 2008 de Juros sobre o Capital Próprio no montante de R$ 31.307, o saldo dos dividendos propostos de 2008 no montante de R$ 27.503 e o valor de R$ 701 referente a exercícios anteriores (R$ 710 em 31 de dezembro de 2007).

22 RECEITA OPERACIONAL

[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]	
[illegible]	2008	2007	2008	2007	2008	2007
[illegible]						
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]					[illegible]	[illegible]
[illegible]					[illegible]	[illegible]
[illegible]					[illegible]	[illegible]
[illegible]					[illegible]	[illegible]
[illegible]					[illegible]	[illegible]

14.00 - NOTAS EXPLICATIVAS

23 CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora (R$)		Consolidado (R$)	
Energia elétrica comprada para revenda	2008	2007	2008	2007
[illegible]	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	-	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	-	[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Encargos de uso do sistema de transmissão e/ou distribuição				
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	-	-	[illegible]	[illegible]
Custos de operação			[illegible]	[illegible]
[illegible]	-	-	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

24 DESPESAS OPERACIONAIS

Classe 5 SID GRANDE ENERGIA SA 02.016.629/0001-38

14.08 - NOTAS EXPLICATIVAS

	3ºtri	2ºtri
Despesas com vendas		
Geral	[illegible]	[illegible]
Viagens	[illegible]	[illegible]
Serviços de terceiros	[illegible]	[illegible]
Depreciação e amortização	[illegible]	[illegible]
Manutenção e conservação	[illegible]	[illegible]
Despesas com propaganda, publicidade e promoções	[illegible]	[illegible]
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	[illegible]	[illegible]
Contribuições e taxas	[illegible]	[illegible]
Provisão para Perdas	[illegible]	[illegible]
Outras	[illegible]	[illegible]
	61.312	61.947
Despesas gerais e administrativas		
Geral	[illegible]	[illegible]
Administração	[illegible]	[illegible]
Viagens	[illegible]	[illegible]
Serviços de terceiros	[illegible]	[illegible]
Serviços profissionais	[illegible]	[illegible]
Depreciação e amortização	[illegible]	[illegible]
Despesas com propaganda, publicidade e promoções	[illegible]	[illegible]
Despesas de pesquisa	[illegible]	[illegible]
Manutenção e conservação	[illegible]	[illegible]
Aluguéis	[illegible]	[illegible]
Despesas com telecomunicações	[illegible]	[illegible]
Outras	[illegible]	[illegible]
	73.913	73.530
Outras Despesas Operacionais		
Outras despesas operacionais [illegible]	[illegible]	[illegible]
Reclassificação das despesas operacionais [illegible]	[illegible]	[illegible]
	12.417	45.109
Total	178.742	181.195

NOTAS EXPLICATIVAS

25 RESULTADO FINANCEIRO

RECEITAS FINANCEIRAS	2008	2007
Renda de Aplicações Financeiras	13.530	7.751
Atualizações e Multas de Mútuos	36.530	36.073
Atualizações Monetárias e Cambiais	3.811	1.524
Remuneração CVA	1.730	955
PIS/Cofins sobre outras receitas		174
Deságio na Aquisição de Créditos de ICMS	2.423	1.733
Remuneração Recebíveis Bruto de Tarifas	509	1.121
Outras	121	492
Total	57.114	49.727

DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Dívidas	(106.311)	(77.945)
Despesas Bancárias	(527)	(1.036)
Atualizações Monetárias e Cambiais	(20.755)	(12.700)
Outras	(4.154)	(2.845)
Subtotal	(130.747)	(94.526)
Juros sobre o Capital Próprio	(73.632)	(67.539)
Total	(204.379)	(162.065)
RESULTADO FINANCEIRO	(147.265)	(121.338)

26 PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho, a Sociedade mantém programa de participação dos empregados nos lucros e resultados baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecido com os mesmos. O montante dessa participação para o exercício de 2008 foi de R$ 4.882 e em 2007 foi de R$ 4.036. Após a antecipação paga no exercício de 2008, o saldo remanescente provisionado é de R$ 3.681 (vide nota 20).

27 TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

A Sociedade é controlada integralmente pela CPFL Energia S.A., empresa controlada em conjunto pela VBC Energia S.A., 521 Participações S.A. e Bonaire Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Sociedade. Foram consideradas como tendo influência significativa aquelas

NOTAS EXPLICATIVAS

entidades em que os acionistas controladores possuem participação nos respectivos conselhos de administração mesmo que não seja exercido o controle. Os saldos e transações envolvendo partes relacionadas estão demonstrados nos quadros 27.1 e 27.2.

As principais naturezas e transações estão descritas como segue:

a) **Saldo Bancário e Aplicação Financeira** – Refere-se basicamente a saldos bancários e aplicações financeiras, conforme descrito na nota 5.

b) **Empréstimos e Derivativos** – Corresponde a captação de recursos conforme descrito na nota 15, contratados em condições normais de mercado vigentes à época.

c) **Outras Operações Financeiras** – Os valores relacionados ao Banco do Brasil referem-se aos direitos sobre o processamento da folha de pagamento que foi negociado com o Banco do Brasil, que serão apropriados como receita ao resultado pelo prazo do contrato. Os valores relacionados ao Banco do Brasil e Banco Itaú referem-se a despesas associadas ao processo de arrecadação.

d) **Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviços** – Refere-se a aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços como construção civil e consultoria em informática e arrecadação. Todas operações foram contratadas em condições normais de mercado.

e) **Outras Receitas** – Refere-se basicamente a valores recebidos relativos a aluguel de postes.

As concessionárias do serviço público de distribuição cobram tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD); e realizam vendas de energia a partes relacionadas presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo órgão regulador. Estas distribuidoras também adquirem energia de partes relacionadas, geralmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão) sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

Para validar que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a Sociedade possui um Comitê de Partes Relacionadas, formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

26.00 - OUTRAS INFORMAÇÕES

A remuneração total de pessoal-chave da administração em 2008 conforme requerido pela Deliberação CVM nº560/2008 foi de R$ 2.002 milhões. Este valor refere-se exclusivamente a benefícios de curto prazo

27.1 Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, entidades sob o controle comum ou influência significativa:

27.2 Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A.

28 SEGUROS *

A Sociedade possui apólices com coberturas de acordo com a orientação de especialistas suficientes para cobrir eventuais perdas significativas, considerando a natureza e o grau de risco dos ativos e responsabilidades. As apólices com maiores unidades de riscos são:

14.08 - NOTAS EXPLICATIVAS

DESCRIÇÃO	RAMO DA APÓLICE	2008	2007
Aeronáutica	Incêndio, Risco Expedição, Cascos de Aeronaves e Carga Aeronáutica	199.210	58.141
Marítima Específica	Incêndio, Risco Expedição e Cascos	3.300	13.700
Automóveis	Cobertura Compreensiva	107	300
Responsabilidade Civil	Responsabilidade Civil Geral	3.838	10.300
Pessoas	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	64.856	52.401
Outros	Outros	13.541	15.179
TOTAL		286.981	275.621

(*) As informações não foram revisadas pelos auditores independentes

29 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como:

Ativos financeiros tendo como categorias: (i) empréstimos e recebíveis; (ii) mensurados ao valor justo contra resultado; (iii) mantidos até o vencimento e; (iv) disponíveis para venda. A classificação é realizada com base nos seguintes critérios:

i Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. Tais ativos financeiros são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Sociedade tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria: (i) consumidores concessionárias e permissionárias (nota 4); e (ii) outros créditos (nota 10).

ii.Mensurados ao valor justo contra resultado

São os ativos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil

4.08 - NOTAS EXPLICATIVAS

mais relevante e consistente ou; (ii) derivativos. Estes ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado da Sociedade.

Os principais ativos financeiros que a Sociedade tem classificados nesta categoria são: (i) disponibilidades e aplicações financeiras (nota 3); e (ii) derivativos.

iii. Mantidos até o vencimento

Correspondem aos ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Sociedade tem a intenção de manter até o vencimento. Os ativos financeiros referentes a esta classificação são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Sociedade não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

v. Disponíveis para venda

Referem-se aos ativos financeiros que não se enquadram em quaisquer classificações acima ou que sejam designados como disponíveis para venda. O registro destes ativos financeiros é realizado aos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o patrimônio líquido da Sociedade.

A Sociedade não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

Passivos financeiros: tendo como categorias: (i) mensurados ao valor justo contra resultado e; (ii) não mensurados ao valor justo contra resultado. A classificação é realizada conforme os seguintes critérios:

i. Mensurados ao valor justo contra resultado

São os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo; (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas, afim de se obter informação contábil mais relevante e consistente; ou; (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado da Sociedade.

A Sociedade classificou nesta categoria os seguintes passivos financeiros: (i) alguns são dívidas em moedas estrangeiras (nota 15); e (ii) derivativos.

ii. Não mensurados ao valor justo contra resultado

São os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. Os passivos financeiros referentes a esta classificação são reconhecidos e amortizados segundo essencialmente ao método do custo amortizado.

Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são: (i) fornecedores (nota 12); (ii) empréstimos e financiamentos (nota 15); (iii) encargos de dívidas (nota 15); (iv) encargos de debentures (nota 14); (v) debêntures (nota 14); e (vi) outras contas a pagar (nota 20).

Considerações sobre Riscos:

Os negócios da Sociedade compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e tarifas da Sociedade são reguladas pela ANEEL.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como segue:

Risco de Taxa de Câmbio. Esse risco decorre da possibilidade da Sociedade vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa a captação de recursos em moeda estrangeira esta substancialmente coberta por operações financeiras de swap, o que permite a Sociedade trocar os riscos originais da operação para o custo relativo a variação do CDI. Adicionalmente a Sociedade está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as empresas de eventuais perdas.

Risco de Taxa de Juros. Esse risco é oriundo da possibilidade da Sociedade vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. Para parte dos empréstimos tomados em moeda nacional a Sociedade tem como contrapartida ativos regulatórios atualizados pela variação da taxa SELIC. Para uma parcela das debêntures emitidas há operações de swap visando a proteção a alterações de taxas de juros. Adicionalmente a Sociedade tem buscado aumentar a participação de empréstimos atrelados à variação da TJLP, índice menos volátil às oscilações do mercado financeiro.

Risco de Crédito. O risco surge da possibilidade da Sociedade vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Sociedade como baixo, tendo em vista a pulverização do fornecimento de clientes e sua política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

4.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Risco quanto à Escassez de Energia A energia vendida pela Sociedade basicamente é gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuvas aliado a um crescimento de demanda acima do planejado pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas comprometendo a recuperação do volume dos mesmos, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de Aceleração de Dívidas A Sociedade possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (covenants) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Gerenciamento de Riscos

A Sociedade mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

Controles para gerenciamento dos riscos:

Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela administração, a Sociedade utiliza-se do sistema de software (MAPS), onde condições de calcular o VaR - Value at Risk, Mark to Market, Stress Testing e Duration dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Sociedade está exposta, sabendo-se corrigidos se necessário. Ressalta-se que a Sociedade tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a administração considera como risco. Adicionalmente, a Sociedade não realiza transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos. Além disso, a Sociedade atende aos requisitos da lei Sarbanes-Oxley, tendo, portanto, políticas internas de controles que buscam ser um ambiente rígido de controle para a minimização da exposição dos riscos.

Valorização dos Instrumentos Financeiros

NOTAS EXPLICATIVAS

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi elaborada através de modelo de precificação das dívidas individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento com base nas condições contratuais descontados a valor presente por taxas obtidas através das curva de juros de mercado, tendo como base informações obtidas pela bolsa BM&F, Bovespa e Andima.

Dessa forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente a data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para operações específicas do setor elétrico, sem similar no mercado e com pouca liquidez, principalmente relacionadas com o programa emergencial de racionamento de energia elétrica (aspectos regulatórios) e créditos a receber da CESP, a Sociedade assume que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil. Isto ocorre em função das incertezas existentes presentes nas variáveis que deveriam ser consideradas na criação de um modelo de precificação.

Além dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado, a Sociedade possui outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo, os quais podem ser comparados aos valores de captação de mercado, nas datas base de 31 de dezembro de 2006 e de 2007 são como segue:

Instrumentos Derivativos

Conforme comentado anteriormente a Sociedade possui por prática utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Sociedade possui hedge cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Sociedade são swaps de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de chamada de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos, uma vez que

NOTAS EXPLICATIVAS

grande parte dos derivativos contratados da Sociedade possui prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, as respectivas dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo. As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo. Adicionalmente, a Sociedade não adotou a contabilidade de hedge (hedge accounting) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2008, a Sociedade detinha operações de swap de modo a mitigar sua exposição à variação cambial e taxas de juros, conforme o quadro abaixo:

Apesar das perdas ajustadas apuradas na marcação a mercado dos instrumentos derivativos demonstrados acima, tais efeitos foram minimizados pela opção exercida pela Sociedade por também marcar a mercado as dívidas que possuíam instrumentos de hedge atrelados, conforme acima descrito. Os efeitos líquidos estão descritos no quadro abaixo:

Derivativos*	Dívidas	Líquido
(168)	79	(89)

*Refere-se às variações ocorridas nos saldos de dívidas decorrentes de variações cambiais.

A Sociedade tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Em 2008 e 2007 os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado:

14.08 - NOTAS EXPLICATIVAS

Risco protegido, operação	Conta contábil	2008 Ganho (perda)	2007 Ganho (perda)
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
		[illegible]	[illegible]

Por tratarem-se de derivativos de proteção, os ganhos e perdas reconhecidos minimizarão os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos.

Efeitos da adoção inicial do CPC 14

Devido à adoção inicial do CPC 14 – Instrumentos Financeiros, a Sociedade realizou a marcação a mercado dos instrumentos derivativos e algumas dívidas com derivativos atrelados de forma retrospectiva. Os ajustes estão segregados conforme quadro abaixo:

	2008		2007		Saldos Iniciais	
	Controlad.	Consol.	Controlad.	Consol.	Controlad.	Consol.
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM 475/08, a Sociedade realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros, conforme demonstrado:

Variação cambial

Considerando que a mesma proporção da exposição cambial existente em 31 de dezembro de 2008 fosse mantida, a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seriam:

Instrumento	Exposição em US$	Risco	Exposição (cenário I)	Exposição (cenário II)	Exposição (cenário III)
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]

Variação das taxas de juros

Supondo (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2008 seja mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulado para esta data base

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

permaneçam estáveis (CDI – 13,6% a.a.; IGP-M – 9,81% a.a.; TJLP – 6,25% a.a.) os efeitos que serão registrados nas demonstrações financeiras para o próximo exercício social será uma despesa financeira líquida de R$ 89.812. Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos o valor da despesa financeira líquida será impactado em:

30 FLUXO FINANCEIRO DA INCORPORAÇÃO DA DOC 3 PARTICIPAÇÕES *

A ANEEL determinou através da Resolução Homologatória nº 100, de 13 de julho de 2004, como parte do processo de aprovação da incorporação da DOC 3 Participações S.A. pela Rio Grande Energia S.A., que seja elaborado anualmente o fluxo financeiro resultante dos efeitos desta incorporação e dos negócios correlatos.

Anualmente a Sociedade elaborará o fluxo financeiro da incorporação visando garantir a neutralidade dos efeitos da incorporação, observando os seguintes procedimentos:

Computar como "entradas" os efetivos benefícios do imposto de renda e da contribuição social decorrentes da amortização do ágio e dos juros de dívida originária da incorporação, assim como os lucros que deixarem de ser distribuídos aos acionistas controladores na forma de juros sobre o capital próprio ou dividendos.

Computar como "saídas" os desembolsos para amortização do principal e encargos da dívida assumida em decorrência da incorporação, assim como os dividendos fixos, o resgate de ações preferenciais e o aumento de capital na Sul Geradora Participações S.A.. A Sul Geradora Participações S.A. foi alienada em 13 de setembro de 2006.

Remunerar os saldos dos valores das "entradas" e "saídas" com base na taxa prevista para correção da dívida incorporada.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em caso de apuração do fluxo financeiro negativo, os controladores da Sociedade deverão aportar recursos em valor equivalente no prazo de 60 dias contados da data da realização da AGO mantendo-se as mesmas participações dos acionistas minoritários. Os acionistas controladores poderão reter os dividendos a que fizerem jus para fins de aporte do fluxo financeiro negativo. Caso o fluxo financeiro aporte saldo positivo o mesmo será utilizado para eventual compensação em período subsequente.

O fluxo financeiro anual acumulado em 31 de dezembro de 2008 foi positivo em R$ 105.269 (R$ 71.222 em 31 de dezembro de 2007);

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes

31 UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

Conforme Decreto nº 4.873 de 11 de novembro de 2003 foi instituído o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica destinado ao atendimento de novas ligações, ou melhorias. O Programa Luz para Todos visa beneficiar os clientes:

Através do Programa Luz Para Todos, em 2008 foram ligados 1.978 novos consumidores com o custo de R$ 23.191 no qual a Sociedade já atendeu 100% de todas as instalações previstas para o programa.

Dos montantes previstos pela Eletrobras no valor de R$ 49.626, foram liberados até o final do exercício de 2008 o montante de R$ 30.948 não encerrando-se os créditos desses contratos junto a Eletrobras. A participação da Concessionária foi de R$ 42.634 desde 2004.

14.00 - NOTAS EXPLICATIVAS

32 MEIO AMBIENTE *

Gastos relacionados à operação da empresa	2009 Investimento	2009 Despesa
[illegible]	[illegible]	
Despesas com [illegible]	40	
[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	
Total	[illegible]	[illegible]

Gastos em programas com propósitos ambientais	2009 Investimento	2009 Despesa
[illegible]		
[illegible]		
Total	184	4.500

Para o exercício de 2009 a Sociedade prevê realização com os programas de Eficiência Energética no montante de R$ 9.870, os quais, em sua grande maioria, deverão ser apropriados a despesa operacional.

* Informações não examinadas pelos auditores independentes.

[illegible]

[illegible]

	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]				
	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]				
	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]				
	[illegible]			[illegible]
[illegible]				
	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]				
	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]				
	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01553-5	RIO GRANDE ENERGIA SA	[illegible]

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	FOLHA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	
01	02	SEDE	1
01	03	[illegible]	1
01	04	[illegible]	1
01	05	[illegible]	2
01	06	[illegible]	2
01	07	[illegible]	2
01	08	[illegible]	2
01	09	[illegible]	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	[illegible]
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	[illegible]
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	[illegible]
04	01	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	[illegible]
05	01	[illegible]	[illegible]
05	02	[illegible]	10
05	03	[illegible]	[illegible]
06	01	[illegible]	[illegible]
12	01	[illegible]	[illegible]
13	01	[illegible]	[illegible]
14	01	NOTAS EXPLICATIVAS	[illegible]

- Demonstrações Financeiras da Companhia Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2007 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA. SENDO DOS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01653-6	RIO GRANDE ENERGIA SA	02.016.439/0001-06

01.02 - SEDE

90540-140	Porto Alegre			RS
01	30º 5 2º			
01	30º 5 2º			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

90540-140	Porto Alegre			RS
01	30º 5 2º			
01	30º 5 2º			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

1 - Último	01/01/2007	31/12/2007
2 - Penúltimo	01/01/2006	31/12/2006
3 - Antepenúltimo	01/01/2005	31/12/2005

1 - Nome do Auditor	2 - Código CVM
PRICEWATERHOUSECOOPERS	00185-6

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01553-5	RIO GRANDE ENERGIA S.A.	92.845.360/0001-26

01.03 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2005
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	655.503	655.503	655.503
2 - Preferenciais	152.566	152.566	152.566
Total	807.169	807.169	807.169
Em Tesouraria			
1 - Ordinárias	0	445	445
2 - Preferenciais	0	0	0
Total	0	445	445

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

Empresa Comercial, Industrial e Outras

Operacional

Nacional

1120 - Energia Elétrica

DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Não Aplicável

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

0	0	0

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

01	JUROS S/C	03/04/2007	Dividendos	27/04/2007	ON	1.[illegible]
02	JUROS S/C	03/10/2007	Dividendos	27/04/2007	PN	3.112.356,74000
01	RESULTADO	27/04/2007	Dividendos		ON	14.650,47
04	RESULTADO	27/04/2007	Dividendos		PN	3.109.405,84000
05	RESULTADO	30/11/2007	Juros Sobre Capital Próprio		ON	1.[illegible]
06	RESULTADO	30/11/2007	Juros Sobre Capital Próprio		PN	3.[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01553-5	INDUSCABEL S/A INDUSTRIA	33.[illegible].456/0001-26

01.05 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

[illegible]	[illegible]
25/02/2008	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01553-5	RIO GRANDE ENERGIA SA	[illegible]

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01553-5	RIO GRANDE ENERGIA SA	03.019.452/0001-35

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	Dividendos a Pagar	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01553-5	BRADESPAR S.A.	33.176.751/0001-64

01.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

2.01	[illegible]			
2.01.04	[illegible]			
2.01.05	[illegible]			
2.01.05.02	[illegible]		[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01553-5	[illegible]	[illegible]

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01553-5	RIO GRANDE ENERGIA S.A.	02.016.439/0001-38

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]

01.02 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS (DFP) / Parecer/Declaração do Auditor Independente

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.02 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS (DFP) / INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS (ITR) - EXERCÍCIO DE 31/12/2007 (Reais e Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

01653-9 RIO GRANDE ENERGIA SA 02.016.439/0001-38

1.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Parecer dos auditores independentes

Aos
Conselheiros de Administração e Acionistas da
Rio Grande Energia S.A.
Porto Alegre - RS

1 Examinamos o balanço patrimonial da Rio Grande Energia S.A. levantado em 31 de dezembro de 2007 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade da sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, compreendendo: (a) o planejamento dos trabalhos, tendo em vista a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, por meio de testes, das evidências e registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Energia S.A. em 31 de dezembro de 2007, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Nossos exames foram efetuados com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto. As demonstrações do valor adicionado (DVA) foram submetidas a procedimentos de auditoria aplicados em conjunto com o exame das demonstrações financeiras da Companhia e representam informação suplementar para propósitos de análise adicional, não requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e não obrigatória para companhias abertas. Esses procedimentos consistiram em verificar se elas foram preparadas de forma consistente em relação às demonstrações financeiras da Companhia e com base nos critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações foram preparadas de forma adequada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma técnica e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 7 de dezembro de 2007 - exceto pela nota 2.1, de 21 de dezembro de 2007

01653-9 XIX GRANDE ENERGIA SA 02.016.439/0001-38

7.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO (CONSOLIDADO)

1 - As demonstrações financeiras da Companhia referem-se às operações da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2006 e foram aprovadas para fins de publicação pela Diretoria em 15 de março de 2007. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Companhia e de suas controladas que serão descritas a seguir, com os percentuais de participação em 31 de dezembro de 2006 e 2005:

7.01.1 - Em 31/12/2006

KPMG Auditores Independentes
CNPJ: 57.755.217/0001-29

Wanderley Fernandes
Contador CRC 1RS041.234/O-7

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Relatório da Administração

Senhores Acionistas

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Rio Grande Energia S.A. (RGE) submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2007. Todas as comparações realizadas neste Relatório levam em consideração dados da Companhia em relação ao mesmo período de 2006, exceto quando especificado em contrário.

1. Considerações Iniciais

Em 2007, a RGE atendeu as demandas do seu mercado consumidor com nível crescente de eficiência, garantindo a prestação de serviços de qualidade a seus 1.160 mil clientes. As vendas de energia alcançaram 6.936 GWh, com destaque para os setores comercial e residencial, que registraram crescimento de 10,1% e 8,0%, respectivamente.

A empresa manteve seu programa de investimentos, com a aplicação de R$ 221 milhões, principalmente para atender ao crescimento do mercado na periferia, melhorar a confiabilidade e a flexibilidade operacional do sistema elétrico e modernizar os sistemas de suporte e a infra-estrutura de serviços e atendimento aos clientes. Esses labores, juntamente com a consolidação de modelo organizacional e da nova logística de operações, que deverão ser implantados em 2008, e de um intenso programa de desenvolvimento profissional, proporcionarão resultados importantes nos indicadores de qualidade do fornecimento de energia aos clientes.

10.01 - IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

No exercício, que marcou os dez anos de sua privatização, a RGE também avançou rapidamente na alinhamento de suas diretrizes de governança e práticas de gestão com as metas adotadas por sua controladora, a CPFL Energia, abrangendo a adequação do Estatuto Social; a validação e testes de controles internos (Compliance - Sarbanes-Oxley); a implantação do Sistema de Geração de Valor ao Acionista-GVA; a implantação e a disseminação do novo Código de Ética e de Conduta Empresarial; e a implantação do sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos-GED, com revisão de 40% documentos.

Em dezembro de 2007, a RGE deu um passo significativo para a efetiva incorporação dos critérios de excelência em seu modelo de gestão, por meio da certificação do Sistema de Gestão Integrado SGI, que visa a assegurar a eficiência operacional e a introdução uma visão avançada de gerenciamento de riscos associados aos processos de negócio da empresa. Com isso, a RGE foi a primeira empresa de energia do sul do País a obter a certificação integrada do processo de "Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica", válida para todos os sites da empresa, contemplando as dimensões de Gestão da Qualidade (ISO 9001), Ambiente (ISO 14001), Saúde e Segurança (OHSAS 18001) e Responsabilidade Social (SA 8000).

No exercício, a RGE também iniciou as etapas que antecederam a transferência de sua sede em Porto Alegre (fora da área de concessão da Companhia) para o município de Caxias do Sul, a maior de sua área de atuação, prevista para acontecer no início de 2009, além de outras iniciativas de fortalecimento das demais unidades organizacionais, localizadas em sua área de atuação. Essas medidas têm o objetivo de tornar as unidades consumidoras mais ágeis e capacitadas para atender as demandas apresentadas por seus clientes e permitir a ida, a ampliação da inserção da RGE nas comunidades que atende.

1.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2. Comentário sobre a Conjuntura

Ambiente Macroeconômico

A economia brasileira apresentou maior dinamismo em 2007. A taxa de investimento no setor produtivo apresentou saldo positivo e o Produto Interno Bruto (PIB) superou a média de crescimento dos últimos anos. A demanda interna ganhou novo impulso, favorecida pela queda nos índices de desemprego, pelo aumento da renda dos trabalhadores e pela expansão do crédito, mesmo a taxa de juros ainda se mantendo em patamares elevados. O País demonstrou maior resistência às oscilações do cenário internacional, ocorridas nos últimos trimestres do ano, havendo uma perspectiva otimista para o cenário macroeconômico em 2008, com expansão da atividade econômica e novos investimentos do setor público.

Ambiente Regulatório

O aspecto regulatório foi marcado pela consolidação que vem sendo implantada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com destaque para a metodologia que vigorará no 3º ciclo de revisão tarifária das distribuidoras (Resolução Normativa Aneel nº 234 e Audiência Pública nº 052/2007 de aperfeiçoamento dessa resolução). Adicionalmente, a regulamentação das condições gerais para a incorporação das redes particulares (Resolução Aneel nº 329/06) permitirá a regularização dos ativos dos clientes envolvidos, além de propiciar um serviço com melhores padrões de qualidade e eficiência.

Com a revogação da Portaria DNAEE nº 05/1990, que estabelecia a participação financeira do consumidor para novas ligações, substituída pela Resolução Aneel nº 223/03, em decorrência da Lei nº 10438/2002, foi definida uma nova sistemática que implicará na devolução das participações dos consumidores pagos a partir de novembro de 2000. A regra dessas devoluções foi estabelecida na Resolução nº 250/07, com prazo de cinco anos para a sua efetivação.

1.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Tarifas de Energia Elétrica

Em abril de 2007, no Reajuste Tarifário Anual-RTA, as tarifas tiveram reajuste médio de 6,05%. A RGE passará pelo 2º ciclo de revisão tarifária periódica em abril de 2009.

3. Movimentações Societárias

Incorporação da CPFL Serra

Em Assembléia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 13 de setembro de 2007, no âmbito do processo de desverticalização societária da RGE, conforme previsto na Lei nº 10.848/2004, e em razão de estudos previamente levados a efeito no âmbito da CPFL Serra e da RGE, foi aprovada a implementação de uma reestruturação societária, compreendendo a incorporação da controladora CPFL Serra pela RGE, que a sucede em todos os seus direitos e obrigações, nos termos das disposições aplicáveis da Lei nº 6.404/1976.

A incorporação teve as finalidades:

- simplificar a atual estrutura societária das partes envolvidas na operação;
- permitir a redução de custos administrativos, especialmente os relacionados às obrigações legais e regulatórias, resultando em melhoria da composição de sua estrutura patrimonial; e
- propiciar um melhor tratamento fiscal no âmbito das duas Companhias.

Em decorrência da incorporação, o valor total incorporado ao ativo líquido da RGE foi de R$ 1.364 milhões e seu capital social foi aumentado em R$ 467 milhões.

10.01 - ALTERAÇÕES NA ADMINISTRAÇÃO

Incorporação dos Acionistas Minoritários

Em Assembleia Geral Extraordinária AGE, realizada em 18 de dezembro de 2007, foi aprovada a reorganização societária, com a incorporação das ações detidas pelos acionistas minoritários da RGE pela CPFL Energia, tornando a RGE uma subsidiária integral da CPFL Energia.

Esse processo atendeu à regulamentação vigente e ocorreu em ambiente das mais elevadas padrões de transparência e atenção aos acionistas minoritários.

4. Desempenho Operacional

A RGE distribuiu energia em 262 municípios das regiões norte e nordeste do Rio Grande do Sul, área que concentra grande parte da produção agroindustrial do Estado.

Clientes

A RGE encerrou o ano com 1.160 mil clientes, com acréscimo de 38.111 clientes sobre o exercício anterior (crescimento de 3,4%). O segmento residencial respondeu por 75,5% do total de clientes.

Venda de Energia

Em 2007 foram vendidos 6.856 GWh aos consumidores cativos da RGE, o que significou crescimento de 3,5% em relação ao ano anterior. Foram destaques as vendas para as classe comercial e residencial, que registraram crescimento de 10,1% e 8,0%, respectivamente. Esse desempenho evidencia a potencialidade do mercado em sua área de atuação e a conjuntura econômica favorável ao longo de 2007.

10.01 - ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO

As vendas para a classe industrial tiveram redução de 1,8%, motivadas, principalmente, pela migração de clientes para o mercado livre de energia. Com isso, a energia faturada por meio de Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (Vuscd) 99,7% e passou para 734 GWh (747 GWh em 2006).

O comportamento do mercado fez com que houvesse uma mudança na participação relativa das diversas classes de consumo na composição das vendas da RGE:

- **Classe Residencial**: passou de 33,4%, em 2006, para 33,4%, em 2007.
- **Classe Comercial**: passou de 12,7%, em 2006, para 13,0%, em 2007.
- **Demais Classes**: ampliaram sua participação de 21,5%, em 2006, para 21,7%, em 2007.
- **Classe Industrial**: passou de 38,2%, em 2006, para 36,0%, em 2007.

Embora a fuga de clientes para o mercado livre tenha desacelerado em 2007, a migração ocorreu com maior intensidade entre os chamados "clientes especiais", que têm demanda contratada acima de 500 kW e estão qualificados para adquirir energia elétrica de fontes alternativas de geração, como biomassa e PCHs. Em geral, essas fontes alternativas recebem incentivos, tais como o desconto no pagamento da TUSD, que as tornam atrativas para esta faixa de clientes. Portanto, a migração de "clientes especiais" para o mercado de baixa tensão não representa aumento de consumo no mercado como um todo, uma vez que esses clientes não são considerados propriamente livres, e proporcionam impacto financeiro nas distribuidoras, pelo desconto da TUSD, compensado nas revisões e reajustes tarifários da distribuidora.

Para maiores detalhes referente à energia elétrica faturada (venda em R$, em GWh e por classe de consumo), veja a Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Financeiras.

10.01 - ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

Perdas Comerciais

Em 2007, a RGE manteve um programa intensivo de combate às fraudes e a irregularidades que geram perdas comerciais. Entre as ações desenvolvidas destacam-se a criação de uma equipe técnica dedicada exclusivamente ao combate às fraudes, a intensificação dos programas de capacitação de pessoal, a padronização de processos de trabalho, a incorporação de sistema de suporte e a realização de 121 mil inspeções, que permitiram a recuperação de 119 GWh, correspondentes a receita de R$ 41,4 milhões.

Qualidade dos Serviços Prestados

Atendimento ao Cliente

A RGE dispõe ultra canais ágeis e confiáveis de atendimento, para assegurar facilidade de acesso e conforto aos seus clientes. Para isso, mantem uma estrutura diversificada composta de um moderno Call Center, de Agências de Atendimento e de uma Agência Virtual (Internet), entre outros, por meio dos quais, em 2007, foram realizados 4,4 milhões de atendimentos.

Em 2007, a RGE implantou uma estrutura específica para atendimento dos 4.500 maiores clientes do Grupo A, composta pela Gerência Comercial por uma equipe de Executivos de Negócios capacitados para oferecer orientações, informações e soluções em gestão de energia, adequadas às necessidades de cada cliente. Também foi implantada uma equipe de Executivos de Contas, para atender exclusivamente a classe Poder Público, na área de concessão da Companhia, com o objetivo de estreitar o relacionamento e aprimorar a qualidade dos serviços prestados para esses clientes.

É importante ressaltar, ainda, o desempenho do indicador de qualidade de faturamento da RGE, que atingiu 1,0 (número de contas refaturadas a cada 10 mil emitidas), um dos melhores do País.

10.01 - ATIVO IMOBILIZADO

Fornecimento de Energia

Os investimentos realizados no sistema elétrico e a revisão de toda a logística operacional, com a modernização dos sistemas e da infra-estrutura de suporte à operação, proporcionaram a melhoria dos indicadores de qualidade no fornecimento de energia. Com a nova estrutura operacional descentralizada, por meio das estações avançadas, o atendimento foi agilizado e a empresa tornou-se ainda mais presente nas comunidades que atende.

Em 2007, a RGE realizou um programa por meio do qual foram substituídos 37.273 postes de madeira, em final da vida útil, por outros de concreto, com prioridade para áreas de instalações de equipamentos elétricos especiais (transformadores, chaves a óleo, religadores, bancos de capacitores) instalados em áreas urbanas. A Companhia também investiu na construção, ampliação e modernização de subestações.

Outro importante projeto realizado contemplou a instalação de 12 estações de captura de informações meteorológicas na área de concessão da RGE. Essas estações estão interligadas com o Centro de Operação do Sistema da Companhia, o que possibilita maior previsibilidade das mudanças de natureza meteorológica e permite minimizar os impactos de chuvas e ventanias sobre o sistema elétrico, com a adoção de medidas preventivas.

Os resultados dessas ações refletem-se nos indicadores de qualidade do fornecimento de energia, regulados pela Aneel. O FEC, que mede a freqüência equivalente de interrupção por cliente, no ano, ficou em 10,90 vezes e o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, no ano, foi de 17,04 horas. Esse é o melhor desempenho na história da empresa.

Universalização dos Serviços/Luz para Todos

Em 2007, foram ligados 6.345 novos clientes. Para 2008, estão previstos investimentos que permitirão a ligação de aproximadamente 5 mil novos clientes, atingindo 100% da meta de universalização do mercado da distribuidora. Por meio desses programas, a RGE viabiliza a inclusão social de famílias nas comunidades mais remotas da área de concessão.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas Auditadas.

Receita Operacional

A RGE alcançou Receita Bruta de R$ 2.454 milhões, um aumento de 3,8%. Os principais fatores para esse crescimento foram os efeitos do reajuste tarifário anual (RTA) de 6,05%, o aumento nas vendas de energia para as classes comercial e residencial e o aumento de 32,0% na receita proveniente da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD).

Geração Operacional de Caixa (EBITDA)

A Geração Operacional de Caixa medida pelo EBITDA, foi de R$ 415 milhões, com incremento de 20,2%, devido, principalmente, ao aumento de 3,3% na Receita Líquida (R$ 123 milhões) e à redução de 2,5% no Custo/Despesa Operacional (R$ 9,5 milhões). Esse resultado foi parcialmente compensado pelo aumento de 6% nos Custo com Energia Elétrica (R$ 56 milhões).

O EBITDA é calculado a partir da soma de juros, impostos, resultado financeiro, depreciação/amortização e equivalência patrimonial.

Lucro Líquido do Exercício

A RGE teve Lucro Líquido de R$ 135 milhões, com crescimento de 26,1%, resultado, principalmente, do aumento de 20,2% (R$ 73 milhões) no EBITDA.

10.01 - ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO

Endividamento

O endividamento da Companhia (considerando dívida financeira e derivativos), no final de 2007, atingiu R$ 640 milhões, com aumento de 17,7%.

Mais informações sobre o endividamento encontram-se nas Notas Explicativas nº 14 e 15.

Inadimplência

O índice de Inadimplência foi de 7,17% da Receita Bruta da empresa, com redução de 17,7% em relação ao exercício anterior. A redução é consequência das negociações na Classe de Poder Público, da eficácia dos cortes de fornecimento (1.7 mil) e da efetividade das ações de cobrança.

6. Investimentos

Em 2007, os investimentos realizados pela RGE totalizaram R$ 221 milhões, a maior valor de sua história. Do total, R$ 120 milhões foram destinados à ampliação do sistema elétrico para atender ao crescimento do mercado, e R$ 101 milhões foram aplicados em obras de melhoramento e manutenção do sistema elétrico, infra-estrutura operacional, sistemas de suporte à gestão e operação e nos serviços de atendimento ao cliente.

Gerenciamento Integrado do Sistema de Distribuição (GISD)

A RGE iniciou os trabalhos de modelagem e preparação para a implantação, em 2008/2009, da plataforma GISD (Gerenciamento Integrado do Sistema de Distribuição). A ferramenta permitirá a racionalização dos trabalhos de campo nos ativos elétricos da empresa, gestão dos processos de operação e operação da rede, com reflexo na qualidade dos processos de planejamento da expansão do sistema e do atendimento às demandas dos clientes da distribuidora.

10.01 - ATIVO TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO

7. Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

A AGE desenvolve um programa permanente de gerenciamento dos impactos de suas operações nas comunidades em que atua, por meio da constante gestão dos riscos econômicos, ambientais e sociais associados aos negócios que desenvolve. O objetivo é criar valor de forma equilibrada e sustentada para os diferentes públicos com os quais a empresa se relaciona, por meio de ações e programas fundamentados em princípios éticos sólidos que assegurem integridade, transparência, confiança e credibilidade nos relacionamentos da empresa com seus clientes, acionistas, colaboradores, fornecedores, organizações da sociedade civil e com as comunidades de sua área de atuação.

As ações da empresa, nessa área, são complementadas com programas e projetos que visam a contribuir para o desenvolvimento sustentado das comunidades em que empresa atua.

Gestão e Desenvolvimento da Ética

Em 2007, a AGE deu início à disseminação do Código de Ética e Conduta Empresarial da CPFL Energia, implantou o Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética e realizou o 1º Ciclo de Reflexão sobre a Ética, que contou com oito seminários e 472 participantes, entre dirigentes, gerentes, colaboradores, fornecedores e prestadores de serviços. Para 2008, está prevista a formação da Rede de Inteligência Ética da AGE, formada por profissionais que irão apoiar a disseminação de práticas éticas e sustentáveis nas diversas unidades organizacionais da empresa.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Participação no Prêmio Nacional da Qualidade 2007

A RGE participou pela primeira vez, em 2007, da rigorosa avaliação realizada pela Fundação Nacional da Qualidade-FNQ, no âmbito do Prêmio Nacional da Qualidade. Essa participação objetiva avaliar a aderência do modelo de gestão e processos aos critérios de excelência propostos pela FNQ, reconhecido como uma das mais importantes organizações da América Latina nessa área. Em sua primeira iniciativa, a empresa obteve resultados expressivos que contribuíram para participar da segunda etapa de avaliação que inclui a visita de auditores da FNQ.

Gestão da Satisfação dos Clientes

A RGE mantém permanentemente os índices de satisfação dos clientes com a qualidade dos serviços prestados. As necessidades dos consumidores são identificadas por meio de pesquisas, participação em comitês e em comissões locais e os resultados coletados orientam o planejamento estratégico da empresa.

Como resultado dessas iniciativas, a satisfação dos clientes, medida pela Pesquisa de Satisfação do Consumidor Residencial realizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - TASC/ANEEL registrou índice de 66,74%, superior à média nacional, de 60,09%. Na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica-Abradee, o resultado alcançado pela RGE foi ainda melhor: índice de 81,7%, medido pelo IASC® Índice de Satisfação da Qualidade Percebida, o que posiciona a Companhia como uma das melhores do País nesse segmento, que reúne as grandes distribuidoras.

Programa de Eficiência Energética

Em 2007, por meio do Programa Anual de Eficiência Energética, a RGE distribuiu 430.355 lâmpadas Fluorescentes Compactas (LFC), beneficiando 145.452 clientes e 35 hospitais, o que totalizou o investimento de R$ 9,2 milhões. Os hospitais beneficiados registraram redução na demanda de 319.192 W, resultando em menos desperdício e em contas mensais menores.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Gestão de Recursos Humanos

A RGE encerrou o exercício com 1.453 colaboradores, contra 1.319, em 2006. O índice de rotatividade no exercício foi de 1,29%. O Programa de Oportunidades, que prioriza o aproveitamento de profissionais da empresa em vagas existentes no quadro de pessoal, por meio de recrutamentos internos, proporcionou o preenchimento de 151 vagas.

A RGE também avançou na implantação de um programa avançado de gestão de recursos humanos, com foco na definição, disseminação e desenvolvimento das competências organizacionais. Definidas no planejamento empresarial e essenciais para que a empresa possa atingir os objetivos e metas estabelecidos.

Em 2007, as ações de desenvolvimento e capacitação de pessoal alcançaram, em média, 75,0 horas de treinamento por colaborador.

Principais programas de gestão e desenvolvimento de recursos humanos desenvolvidos em 2007:

- **Valor Pessoal** - programa de gestão de desempenhos que abrange todos os colaboradores da empresa, e ligado com os objetivos e metas empresariais definidos no planejamento estratégico.
- **CPFL Management** - programa de desenvolvimento gerencial com foco no desenvolvimento das competências-chaves, definidas a partir dos objetivos empresariais e estratégias de negócios.
- **Corrente Contínua** – programa de desenvolvimento, através de Internet, voltado para a disseminação de competências básicas dos profissionais da empresa.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- **Programa Qualidade de Vida no Trabalho** – em 2007, a RGE ampliou seu programa de Qualidade de Vida e aprimorou os programas existentes. A Campanha Vida Saudável trabalha com a conscientização dos fundamentos da qualidade de vida nos aspectos físico, ambiental, emocional, financeiro e social. O Cigarro na Vida mantive o trabalho de prevenção ao uso de alcool e drogas na RGE, bem como o atendimento psicossocial aos colaboradores e familiares. No Programa de Avaliação Admissional foram efetuados 697 atendimentos e no Programa de Ergonomia realizou-se a análise macro-ergonômica de todas as funções existentes na empresa.

Apoio às Comunidades atendidas

- **Rede Parceria Social** – Promovida pela Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, a Rede Parceria Social reúne as principais empresas do Rio Grande do Sul na apoio a projetos de assistência social. A RGE é responsável por uma carteira de 22 entidades, que tem foco na adoção e apadrinhamento de crianças e adolescentes em situação de risco social. O projeto é realizado com a utilização de incentivos previstos pela Lei da Solidariedade do Rio Grande do Sul
- **Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e Adolescentes** – Em 2007, a RGE realizou a doação de 36.304 mil para treze entidades que atendem crianças e adolescentes em sua área de concessão. A doação foi feita com base no Artigo nº 260 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
- **RGE e Você, Amigos das Crianças** – A arrecadação das doações dos clientes através das contas de energia elétrica para os programas da Unicef tiveram continuidade em 2007 e contribuíram para a manutenção de programas como Universalização dos Direitos da Infância, Formação de Redatistas sobre o Tema Infância e Adolescência, Primeira Infância Melhor e Kit Família Brasileira Fortalecida.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- **Projeto Cidadão RGE-Jornal O Pioneiro** – Em parceria com o Jornal Pioneiro, de Caxias do Sul, a RGE promoveu um programa de estímulo à cidadania e ao trabalho voluntário, por meio da divulgação de 17 matérias jornalísticas, compreendendo ações voluntárias de responsabilidade social, desenvolvidas por indivíduos e organizações que atuam na comunidade. No final do projeto, as duas melhores iniciativas, avaliadas segundo critérios de responsabilidade social, foram reconhecidas com a outorga do Prêmio Cidadão RGE-Jornal O Pioneiro.

- **Conta em Braile** – Os clientes da RGE portadores de deficiência visual podem optar por receber um extrato de sua conta de energia elétrica na linguagem braile. O serviço, pioneiro no setor elétrico do Rio Grande do Sul, é gratuito.

- **RodaCine RGE** – Em 2007, o projeto, que leva gratuitamente cinema para cidades que não contam com salas de exibição, visitou 110 cidades e realizou 134 sessões para um público aproximado de 52 mil pessoas.

- **Promoção da Cultura e das Tradições Gaúchas** – A RGE apoiou a realização de 93 projetos culturais em diversos municípios de sua área de concessão. Esses eventos têm a função de promover as cidades, incrementar a economia local e estimular o desenvolvimento da cultura e do turismo. Alguns dos destaques incluem eventos como a Semana de Imigrantes de Passo Fundo, o Festival de Colônias de Gramado, a Festividade de Santo Ângelo, o Natal Luz de Gramado, o Sonho de Natal de Canela, a Semana Farroupilha de Nonoai, a Comitiva Farroupilha de Cruz Alta, a Tamanduá de Bagé, a Encanto de Natal de Arvorezinha, em Caxias do Sul, e o Mercadão de Luz, de Bento Gonçalves.

10.01 - ALTA ADMINISTRAÇÃO

Gestão Ambiental

Em 2007, a RGE prorrogou a certificação dos processos de trabalhos relacionados com a Gestão Ambiental, segundo a norma internacional ISO 14001. Foram investidos R$ 1,2 milhões em projetos de preservação ambiental nas comunidades em sua área de atuação, com destaque para a realização da 5ª Etapa da Campanha Árvores Nobres (15 mudas) e da 6ª Etapa da Campanha de Repovoamento de Araucária angustifolia (5 mil mudas e 1.000 kg de sementes de araucária). Informações adicionais sobre as ações de preservação do meio ambiente desenvolvidas pela RGE podem ser encontradas no site: www.rge-rs.com.br.

Reconhecimento e Premiações

Como resultado dos critérios de excelência adotados em seu modelo de gestão, a Rio Grande Energia conquistou expressivos reconhecimento e premiações em 2007, com destaque para:

- **Prêmio de "Melhor Empresa Nacional em Desempenho Comercial" e "Melhor Empresa em Evolução da Região Sul"**, concedido pela Revista Eletricidade Moderna.
- **Prêmio Top Consumidor**, concedido pela Revista Consumidor Moderno;
- **Prêmio Expressão de Ecologia**, na categoria Gestão Ambiental, com o "Projeto de Arborização Urbana", concedido pela Revista Expressão.
- **Medalha de Bronze no Prêmio Eloy Chaves**, pelo desempenho nos indicadores de segurança dos trabalhadores da empresa, de empresas contratadas e da população atendida;
- **Guia das 150 Melhores Empresas para se Trabalhar** - Integrando o grupo CPFL Energia

8. Auditores Independentes

A KPMG Auditores Independentes foi contratada em 2007 pela Rio Grande Energia-RGE para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Sociedade a partir do segundo trimestre de 2007, em atendimento ao rodízio de auditores previsto no artigo 31 da Instrução CVM 308/1999. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que essa empresa de auditoria não prestou, em 2007, serviços não-relacionados à auditoria externa cujos honorários fossem superiores a 5% do total de honorários recebidos por esse serviço.

9. Agradecimentos

A Administração da Rio Grande Energia agradece aos seus clientes, fornecedores e às comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2007. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência, empenho e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do grupo CPFL, acesse os endereços www.rge-rs.com.br e www.cpfl.com.br/ri.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Balanço Social / 2007

[illegible]

[illegible]	2007			2006		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

RIO GRANDE ENERGIA S/A
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	2007	2006
Ativo		
Circulante		
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
	537.897	571.944
Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo		
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
	151.158	148.918
Imobilizado		
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
	1.707.747	1.724.371
Total do Ativo	2.396.802	2.445.233

[illegible]

Cia 53 - RIO GRANDE ENERGIA SA 02.016.629/0001-38

14.00 - NOTAS EXPLICATIVAS

RIO GRANDE ENERGIA S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	2007	2006
Passivo		
Circulante		
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Não Circulante		
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Patrimônio líquido (Nota 21)		
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total do passivo e patrimônio líquido	[illegible]	[illegible]

[illegible]

Cia53 S.A. GRANDE ENERGIA SA 02.CIE.420/COD1 38

14.00 - NOTAS EXPLICATIVAS

RECEITA COMPREENDIDA NA RL

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA

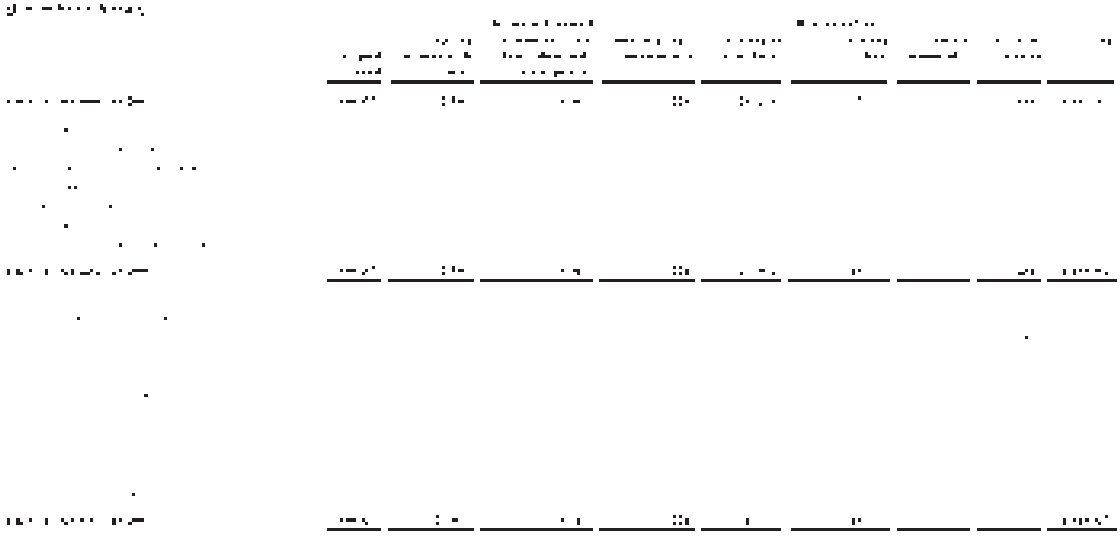
EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2007

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra unidade monetária)

	Ref	Ano
Receita Operacional Bruta		
Fornecimento de Energia		
Suprimento de Energia Elétrica		
Receita de Agente Operador de Transmissão		
Outras Receitas		
Deduções da Receita Operacional		
ICMS		
PIS		
COFINS		
Encargos Setoriais		
Encargos Setoriais		
Encargos Setoriais		
Encargos Setoriais		
Encargos Setoriais		
Receita Operacional Líquida		
Custos e Despesas Operacionais		
Custos com Energia Elétrica		
Custos de Operação		
Despesas Operacionais		
Vendas		
Gerais		
Honorários da Diretoria		
Outras		
Despesas Gerais e Administrativas		
Honorários		
Outras		
Resultado Financeiro		
Receitas		
Despesas		
Resultado Operacional		
Resultado não Operacional		
Receitas		
Despesas		
Lucro antes da Participação e Contribuições		
Provisão para IR e CSLL		
Diferido		
Participações Estatutárias		
Lucro/Prejuízo do Exercício		
Lucro/Prejuízo por Ação (Reais / Ação)		

Cia53 S.A.S GRANDE ENERGIA SA 02.CIE.420/COD: 38

14.00 - NOTAS EXPLICATIVAS



16.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

RIO GRANDE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

(Em milhares de reais)

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Rio Grande Energia S.A. sociedade por ações de capital fechado, é uma concessionária do serviço público de energia elétrica atuando na operação nas Regiões Norte e Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, tendo sido constituída em 28 de julho de 1997, sob a denominação de Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica CNNDEE, por cisão da ex-CEEE de outubro de 1996 e sua razão social alterada para Rio Grande Energia S.A. respectivamente.

O objetivo social da Companhia é a realização de estudos, projetos, construções e operações de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica e desenvolver atividades associadas à prestação de serviços de energia elétrica. Atualmente, as operações da Companhia se concentram na exploração de concessão de distribuição de energia elétrica.

2 DA CONCESSÃO

Em 6 de novembro de 1997, a Companhia e a Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 156/97, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica com tecnologia adequada e métodos que garantam a prestação do serviço na área de concessão. O prazo de duração da concessão é de 30 anos, a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, conforme Contrato de Concessão.

3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras e as notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas específicas da Concessão e Vários Acréscimos CVM e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica estabelecidas pelo Poder Concedente, representado atualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL consistindo as principais práticas contábeis descritas a seguir:

Em decorrência de exigências regulatórias, conforme Despacho nº 3.073 de 28 de dezembro de 2006 da ANEEL com vigência a partir de 1º de janeiro de 2007, houve a obrigatoriedade algumas reclassificações na demonstração do resultado de 31 de dezembro de 2006 para preservar o atributo da comparabilidade com o apresentado na demonstração do resultado de 31 de dezembro de 2007.

A reapresentação resultou na compensação do resultado nos itens de Programa de Eficiência Energética PEE e Pesquisa e Desenvolvimento P&D, anteriormente

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

classificados como Despesas Operacionais Gerais e Administrativas, que passaram a ser classificadas como Deduções da Receita Bruta. As Contas de Despesas anteriormente agrupadas em Custos e Despesas Gerais (CPG), principalmente as ligadas aos Custos de Bens e de Serviços Vendidos, passaram também a ser classificadas como Deduções da Receita Bruta, conforme quadro abaixo:

Demonstração de Resultados em 31/12/2007 (Mil)	Custos operacionais apresentados	Reclassificação Contábil Aspectos IFRS	Custos reapresentados
Receita líquida de vendas e serviços	2.187.141		2.187.141
Custo de bens e serviços vendidos	(745.272)	(1.045.545)	(1.790.817)
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Resultado operacional antes do resultado financeiro	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Resultado financeiro, líquido	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Resultado antes [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Imposto de renda e contribuição social	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Resultado líquido [illegible]	[illegible]		[illegible]

Com o objetivo de aprimorar as informações prestadas ao mercado, estão sendo apresentadas como informações suplementares as Demonstrações do Fluxo de Caixa do Valor Adicionado para os exercícios de 2007 e 2006.

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram elaboradas de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 03 - Statement of Cash Flows, na qual se refere ao formato de apresentação, por gerou-se [illegible] Enterprise Holding do Grupo CPFL Energia e também do registro das suas demonstrações financeiras na Securities and Exchange Commission (SEC).

Alterações da Lei 6.404/76 - Lei 11.638/07

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei 11.638/07, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), relativos à escrituração e preparação das Demonstrações Financeiras. Estas modificações visaram

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2008 e podem ser substancialmente resumidas como segue:

Ativos e passivos financeiros pré-fixados devem ser ajustados a valor presente quando os efeitos forem relevantes;

Determinados instrumentos financeiros e derivativos deverão ser contabilizados a valores justos;

Compensação de ativos e passivos por espécie de valor de mercado por operações de Incorporação, Fusão ou Cisão entre partes não relacionadas;

Substituição da DSOR pela Demonstração do Fluxo de Caixa e obrigatoriedade da Elaboração da Demonstração do Valor Adicionado;

Inclusão de novos subgrupos de contas como Intangíveis no ativo e a Conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido;

Eliminação da possibilidade de registro de reservas de reavaliação para as sociedades por ações. A nova Lei dá um prazo às companhias para transferirem os saldos existentes e realizarem esses saldos dentro das regras atuais ou estornarem esses saldos até o final do exercício de 2008.

Adicionalmente, a Lei requer que as normas expedidas pela CVM sejam elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade tendo como base as normas emitidas pelo IASB.

A Companhia já adotou algumas práticas estabelecidas pela nova Lei como a divulgação das Demonstrações do Fluxo de Caixa e da Demonstração do Valor Adicionado e está analisando os impactos para as demais alterações propostas em lei que deverão ser aprovadas e sua total adoção ao longo do exercício de 2008, conforme as regras baixadas pelos órgãos reguladores.

4 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Práticas contábeis específicas

Plano de contas - A Companhia adotou o plano de contas constante no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444/2001 e alterações posteriores.

Conta de compensação de variação de itens dos custos não gerenciáveis (parcela "A") - CVA - representada pela parcela de variação dos custos com a distribuição de energia elétrica efetivamente pagos pela ANEEL como não gerenciáveis e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia. Esses pagos são atualizados com

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os encargos financeiros dos empréstimos e financiamentos, bem como as variações monetárias e cambiais incorridas até a data do balanço e apropriadas ao resultado do exercício, estão demonstrados a partir do regime contábil especial aos concessionários (nota 2).

Encargos financeiros e efeitos inflacionários - em relação ao Despacho nº 235 (Diretrizes Gerais e Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e Instruções CVM) os juros e demais encargos financeiros, incluindo ajustes monetários e cambiais, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros para a aplicação no imobilizado em curso são transferidos de resultado para o custo desse ativo, enquanto não capitalizados.

Custos indiretos de obras em andamento - mensalmente, parte dos gastos da Administração Central são apropriados às imobilizações em curso, mediante rateio dos gastos diretos com pessoal e material de obra de terceiros, e registrada nas contas em curso, conforme Diretrizes Gerais e Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Registro das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) - as compras e as vendas estão reconhecidas pelo regime de competência e de acordo com informações divulgadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (nota 30).

b) Critérios específicos gerais

Disponibilidades - incluem os saldos de caixa, depósitos em bancos, certificados de depósitos bancários e as aplicações financeiras de renda fixa que são registradas ao custo, acrescido dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustado ao valor de mercado, se necessário (nota 5).

Consumidores, concessionárias e permissionárias - está representado por contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias. Líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa e incluem os valores faturados e a receber referente a energia fornecida e não faturada (nota 6).

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - está constituída em valor considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir as perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos (nota 6).

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Estoques - são avaliados e registrados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição. Os almoxarifados destinados à construção são classificados como imobilizações em curso.

Imobilizado - os bens adquiridos até 31 de setembro de 2003 estão registrados pelo valor de mercado com base em laudo emitido por empresa especializada, e os adquiridos a partir daquela data estão registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida econômica útil dos bens (vide nota 11);

Diferido - é composto de gastos com implantação de sistemas, os quais estão sendo amortizados no prazo de 10 anos (vide nota 12);

Fornecedores - incluem obrigações com fornecedores de energia, encargos de uso da rede elétrica, obrigações com fornecedores de materiais e serviços e obrigações correspondentes à energia de curto prazo adquirida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (vide nota 19);

Empréstimos, financiamentos e debêntures - são atualizados pela variação monetária e juros, determinados em cada modalidade, incorridos até a data do balanço (vide nota 15 e 15a);

Contas a pagar de aposentadorias e pensões atuarializadas - por força do contrato de privatização a Companhia é responsável pelo pagamento de benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pelo INSS aos participantes da Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROS - e os quais não tenham ainda cumprido todos os requisitos para a obtenção do benefício. Dessa forma, a Companhia provisiona os valores determinados de cálculo atuarial, dos compromissos futuros relativos às complementações sobre os salários a serem pagos aos participantes e repassados à Fundação CEEE, ajustados ao valor presente pela taxa de 12,0% a.a.. Adicionalmente, a Companhia procede, através de empresa atuarial independente, a avaliação desses benefícios de acordo com a Deliberação CVM nº 371/2000 (vide nota 19);

Provisão para contingências - são constituídas mediante avaliações dos riscos em processos cuja probabilidade de perda configuram como provável e os quantificados com base em fundamentos econômicos e técnicos para os demais, sendo os processos existentes e outros fatos contingentes atualizados na data do encerramento do balanço (vide nota 22);

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Imposto de renda e contribuição social - Os tributos são reconhecidos com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços. A Companhia registra as suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporariamente indedutíveis, apurados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social, em período não superior a 10 anos. Registra-os também, créditos fiscais referentes ao benefício de áreas incentivadas, os quais estão sendo amortizados proporcionalmente, baseados nas projeções projetadas para o período remanescente dos contratos de concessão.

Resultado - O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida com base nas tarifas regulamentadas pela ANEEL no momento em que a energia é faturada. A energia elétrica fornecida e não faturada era provisionada até o ano de 2006 considerando o faturamento mensal anterior. No ano de 2007 passou a ser provisionada considerando-se como base a carga estimada de energia disponibilizada no mês e o índice de perda consolidada efetiva anterior, a diferença entre esses valores não faturados nesta e em períodos anteriores, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, poderá diferir dessas estimativas.

Instrumentos financeiros - A exceção da Companhia e atenção pelo risco nas flutuações da taxa de câmbio do dólar de fere e da variação das diversas moedas (US$, Iene, Euro, Franco Suíço e outras) que compõem a cesta de moedas do BNDES, visto que a Companhia possui financiamentos atrelados a esse indexador (vide nota 15). Visando reduzir esse risco de câmbio, a Companhia contratou operações de "hedge" sobre parcela das exposições descritas acima, de acordo com a Resolução do CMN de nº 2.9

Lucro líquido e patrimônio líquido por ação - estão demonstrados considerando-se a quantidade de ações em circulação na data do encerramento do balanço.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5 DISPONIBILIDADES

	Taxa média (% do CDI)			
	2007	2006	2007	2006
Circulante				
Saldos bancários			22.120	1.751
Aplicações financeiras				
CDB	101,5%	100,8%	1.680	1.120
Operação compromissada	101,7%	100,7%	1.333	21.847
Total Circulante			47.270	85.008
Não Circulante				
Aplicações financeiras				
Saldos em bancos restritos	98,1%	98,5%	12.317	1.103
Aplicações compromissadas	101,7%	100,7%	16.411	1.303
Total Não Circulante			28.728	12.407
Total			76.000	97.412

a) CDB - Certificado de Depósito Bancário - Depósito Interfinanceiro
b) CDI - Certificado de Depósito Interfinanceiro

c) Valor em R$ - R$ 1.333 (R$ 21.847 em 2006)
d) Valor em R$ - R$ 16.411 (R$ 1.303 em 2006)

Operação compromissada, sendo de um título nesta conta debentures com compromisso por parte do banco de recompra a qualquer momento. Está regulamentada através da Resolução nº 2.970, do Conselho Monetário Nacional, de 17 de abril de 2002.

18.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6 - CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Vencidos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Créditos vencidos

1 - Consumidores residenciais, industriais, rurais, comerciais, serviços e outras atividades

Para essas classes de consumidores, o saldo dos créditos vencidos é composto por diversos consumidores com valores individuais pequenos, sendo que o procedimento adotado pela Companhia é de, após aproximadamente 15 dias da conta em atraso, interromper o fornecimento de energia. O mesmo somente é restabelecido após a quitação dos valores em atraso. Outro procedimento adotado é o registro no SPC (Serviço de Proteção ao Crédito), para negativação dos clientes com contas vencidas que possuem débitos e os termos de parcelamento em atraso.

2 - Poder público, iluminação pública e serviço público

Para essas classes de consumidores, a maior representatividade de créditos vencidos refere-se às Prefeituras. Considerando a relevância destes créditos e após uma criteriosa avaliação das medidas e dos respectivos resultados alcançados, a Administração implantou novas estratégias visando recuperar a integralidade dos créditos vencidos. As principais medidas estão relacionadas a seguir:

a) - Contratação de escritórios de advocacia com cobrança especializada;

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Ajuizamento de ações inibitórias para 94% das matrículas contendo a apresentação de documentação que comprove o cumprimento de valores da cisão da Município e para a Companhia a proibição de contratação de novas demonstrações equacionar a dívida junto à Companhia.

c) Participação em mutirões para a entrega pela Companhia de todas as possíveis comunicações pelas quais interessados serão negociações considerando meios publicação de anunciamentos

d) Criação de uma nova estrutura organizacional no âmbito de atendimento que tem como pólo principal a ampliação e aperfeiçoamento das operações junto ao Poder Público.

Apresentamos a seguir os principais resultados das medidas até então implementadas:

a) Autorização para compensação de créditos apurados nas formas de cumprimento de Compensação da Legislação Pública (PCLP) com os tributos municipais de 21 Prefeituras de um total de 182 Prefeituras que possuem o convênio de arrecadação com a Companhia. A compensação de créditos originados de CLP passou a cobrir 30% das faturas das Prefeituras de Esquina e Conveniadas, que representam atualmente mais de 75% dos débitos vencidos. Subentende-se que a compensação compulsória da CLP de Cruzada foi autorizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

b) Em termos processuais, os resultados foram os esperados:

- As ações tiveram prosseguimento normal, ou seja, não houve casos de indeferimento de forma por parte do Judiciário. No primeiro trimestre de 2007 tivemos o deferimento da petição inicial para 2 ações, uma delas a Companhia recorreu ao Tribunal de Justiça. Confirmando a estimativa anterior, em uma dessas duas ações, a Município de Machadinho e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul já sentenciou a decisão inicial e entendeu caber a ação julgada procedente para a Ré. Vale ressaltar que, embora a reversão da posição do juiz, a ação considerada procedente poderá ser do Tribunal, cabe destacar o parecer favorável do Ministério Público para outras ações semelhantes.

- Em grande parte das audiências designadas pelo juiz, visando a conciliação houve acordo entre as partes. Não resultando perdas para a Companhia, pois as dívidas eram renegociadas normalmente entre as partes, quando era mantida a inadimplência.

Destacamos que até 31 de Dezembro de 2007 dos 31 acordos já foram realizados acordos com termos de parcelamento de dívida para 26 Prefeituras, que representa total

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

do recebível parcelado é de R$ 7.446, sendo os créditos já parcelamentos. Outro destaque é o parcelamento dos débitos do Estado e suas autarquias pagamentos efetuados por parte do Governo Estadual (regularização esta, que resultou no montante de R$ 7.908 referentes a faturas que estavam em atraso em 2007 e com parcelamento de R$ 2.536 referentes a consumos de 2008 junto ao Governo).

Com o intuito de resultados evitando assim, ainda e fundamentando na atualização dos seus consultores jurídicos externos a Administração da Companhia acredita que praticamente a totalidade dos créditos vencidos junto ao setor público será realizável, entretanto considerando as ações não ingressadas na justiça até a data do encerramento do exercício e as negociações em andamento, constituímos uma provisão de R$ 286.

Provisão para créditos de Liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os seguintes principais critérios:

- para os casos de créditos relevantes ou com características similares, foram realizadas análises considerando os prazos de vencimento, histórico de perdas, experiência da Administração, existência de garantias reais, renegociações dos créditos e decisões em ações de cobrança de ressarcimento pelo não faturado.
- para os demais créditos foi constituída provisão para cada classe de consumidor, de acordo com os prazos determinados no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, cujo montante é suficiente para cobrir eventuais perdas.

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2007	2006
Saldo inicial	38.798	36.412
Provisão constituída no ano	7.986	13.317
Baixa de contas a receber	(7.488)	(10.931)
Saldo final	39.296	38.798

AES Uruguaiana Ltda.

O saldo a receber da AES Uruguaiana Ltda. refere-se a contratos de fornecimento de energia elétrica, os quais estão em negociação entre as partes. A Administração da Companhia constituiu provisão para perdas do valor integral em 31 de dezembro de 2005.

Encargos Setoriais (previsão determinada pela Nova Lei do Setor Elétrico)

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou que a parcela das despesas com a compra de energia no ambiente de ambiente Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE) correspondente à "Energia Livre", realizadas até dezembro de 2001, deveriam ser objeto da redução da geração de energia elétrica nas demais parcelas do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e consideradas nos denominados contratos iniciais e equivalentes. Foram reprovadas nos correspondentes limites de forma progressiva ao consumo individual verificado. A ANEEL homologou o montante relativo à compra de energia no ambiente do antigo MAE, a ser repassado para os consumidores. Porém, como essa parcela não é paga pelos consumidores "Energia Livre", foi elaborado, no âmbito do "Acordo Geral do Setor Elétrico", o "Acordo de Reembolso de Energia Livre", onde ficaram estabelecidos os compromissos de repasse do valor da parcela para os seus credores. A Companhia tem a receber um valor de energia livre no montante de R$ 11.004

A Companhia registra a atualização financeira desde a data em que ocorreu base na variação da taxa SELIC - simples capitalizada mensalmente. Incide da data em "Parcial" de 1,0% ao mês aplicados sobre 80,7% do saldo. Sobre o SELIC simples capitalizada mensalmente para o resto de 19,3% do saldo credor, sendo os estabelecidos no Ofício Circular nº 2.212/2005-SFE/SER/ANEEL uma vez que a Companhia obteve financiamento junto ao BNDES, que gera uma ordem de 80,7% desse ativo.

Adicionalmente, a Companhia constitui provisão para perdas no recebimento deste ativo, tendo em vista que os prazos de recuperação da Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) definidos pela ANEEL poderão ser observados através de um Parecido revisional específico que autorize sua ampliação para os necessitados. Conforme resposta ao Ofício Circular nº 015/2008-SFE/SER/ANEEL de 15 de dezembro de 2008

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Demonstrativo analítico da posição de ativos a receber de energia livre, conforme CPC 04 e Portaria nº 349 DOU-SEÇÃO 1E - 19-11

	2007						2006	
	Não circulante		Provisão perdas		Ativo		Ativo	
Descrição	Consumidor	Supridor	Consumidor	Supridor	Consumidor	Supridor	Consumidor	Supridor
[illegible]	[illegible]			[illegible]			[illegible]	
[illegible]			[illegible]					
[illegible]			[illegible]					
[illegible]	[illegible]		[illegible]					
[illegible]				[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]					
[illegible]	[illegible]		[illegible]					
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]		[illegible]					
[illegible]	[illegible]	[illegible]				[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]					
[illegible]	[illegible]		[illegible]				[illegible]	
[illegible]	[illegible]			[illegible]				[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]					
[illegible]	[illegible]		[illegible]				[illegible]	
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]				[illegible]	
[illegible]	[illegible]		[illegible]					
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]				
[illegible]	[illegible]			[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]					
[illegible]	[illegible]		[illegible]				[illegible]	
[illegible]	[illegible]		[illegible]					
[illegible]	[illegible]		[illegible]					
[illegible]	[illegible]		[illegible]				[illegible]	
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Ativo regulatório - ENS 3

A Resolução ANEEL nº 75, de 18 de agosto de 2004, estabeleceu os procedimentos relativos à revisão das tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição para empreendimentos hidrelétricos e aqueles com fonte solar, eólica, biomassa ou cogeração qualificada, com potência instalada inferior ou igual a 30.000 kW, bem como para os empreendimentos hidrelétricos com potência igual ou inferior a 1.000 kW, e determinou a constituição do ativo regulatório ENS 3, a ser compensado ao previsto na alínea c) das tarifas dos distribuidores correspondentes.

Foram considerados no cálculo da variação tarifária de abril de 2007 os valores fiscalizados e validados pela ANEEL, atualizados pela variação do IGP-M até abril de 2007, referentes à parcela de receita de distribuição dos montantes dos descontos concedidos na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - de R$ 11.529

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7 - TRIBUTOS A COMPENSAR

	Curto prazo		Longo prazo	
	2007	2006	2007	2006
[illegible]	[illegible]	-		-
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]		[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]				[illegible]
Outros	[illegible]	[illegible]		-
Total	28,290	11,261	16,866	19,770

(1) No exercício de 2006, foi reconhecido o valor atualizado decorrente da ação ajuizada pela Companhia em 1999 contra a União Federal, insurgindo-se ao disposto no § 1º do art. 3º da Lei 9.718/98, que majorou a alíquota da base de cálculo das referidas contribuições. Esta ação foi julgada procedente pelo Supremo Tribunal Federal, com trânsito em julgado em abril de 2006, não tendo sido oferecido recurso por parte da União. O valor foi contabilizado da seguinte forma no resultado do ano 27:

Descrição	
[illegible]	[illegible]
Juros sobre o valor	[illegible]
Total	8,881

8 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Representam principalmente os créditos correspondentes com outros tributos. Encontram-se calculados sobre prejuízos temporariamente não dedutíveis. Adicionalmente, em função da reorganização societária que culminou com a incorporação da controladora CPTI, Serviços pode incorrer [illegible] em função desta operação gerou Benefício Fiscal na Companhia. Demonstramos a seguir os ativos e passivos fiscais:

a) Apuração da despesa (receita) de imposto de renda diferidos

Ativo Fiscal	31/12/2007	31/12/2006
Despesa (Receita) de imposto de renda diferido	-	[illegible]
Montante registrado contabilização social e imposto de renda	[illegible]	[illegible]
Crédito fiscal sobre prejuízo fiscal e base negativa	-	10,981
Passivo Fiscal Diferido		
Outros créditos diferidos - Contratos Negócio Incorporado Ativo	215,707	

14.00 - NOTAS EXPLICATIVAS

Provisões Não Circulantes		
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.771	10.950
Provisão para Contingências	36.208	38.798
Provisão para Perdas	5.300	10.000
Provisão para Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	12.354	31.579
Outras Provisões Específicas	4.328	17.031
Passivo Circulante e Não Circulante Líquido	167.891	251.891
Montante de imposto sobre a renda e contribuição social	34,0%	34,0%
Crédito fiscal sobre diferenças temporárias	57.083	85.643
Total do crédito fiscal	319.830	63.165
Ativo Fixo	16.324	35.107
Não Circulantes	2.759	28.058
Total do crédito fiscal	319.830	63.165

Estimativa de Realização dos Créditos Fiscais

	31/12/2007	31/12/2006
Exercício 2010	-	5.000
Exercício 2009	15.971	11.834
Exercício 2008	19.581	1.372
Exercício 2007	11.760	1.051
Exercício 2011	11.760	5.758
Exercício 2012	11.760	1.151
Exercício de 2013 a 2015	12.500	
Exercício de 2016 a 2018	57.083	
Exercício de 2019 a 2021	57.083	
Exercício de 2022 a 2024	57.083	
Exercício de 2025 a 2027	57.083	-
Exercício de 2028	57.760	-
	319.830	63.165

A previsão de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporárias indedutíveis e/ou tributáveis de longo prazo, está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelo Conselho Fiscal e aprovadas pelo Conselho de Administração.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O passivo fiscal está representado pelos débitos vencidos e vincendos compostos pelos seguintes

Passivo Fiscal	31/12/2007	31/12/2006
Controladora		
Tributos Correntes (Lei 11.941/2009)	[illegible]	[illegible]
Tributos Correntes (Lei 11.941/2009)	[illegible]	-
Tributação Diferida	[illegible]	[illegible]
Tributos Correntes Reconhecidos no Patrimônio	[illegible]	-
Tributos Diferidos Reconhecidos no Patrimônio	[illegible]	[illegible]
Tributos Correntes Reconhecidos no Resultado	[illegible]	[illegible]
Tributos Diferidos Reconhecidos no Resultado	[illegible]	[illegible]
Débito Fiscal sobre a Contribuição Social e Imposto de Renda	83.472	106.813
Outras Obrigações Tributárias		
Provisão de Tributos Parcelados (Lei 11.941/2009)	[illegible]	[illegible]
Tributação Diferida sobre o Ativo Imobilizado	[illegible]	[illegible]
Tributos Correntes Reconhecidos no Resultado	[illegible]	[illegible]
Tributos Diferidos Reconhecidos no Resultado	[illegible]	[illegible]
Débito Fiscal sobre diferenças temporárias	31.645	15.471
Total do Ativo Fiscal	75.117	122.284
Circulante	[illegible]	[illegible]
Não Circulante	[illegible]	[illegible]
Total do Ativo Fiscal	75.117	122.284

b) Apuração da contribuição social e do imposto de renda sobre o resultado:

	Contribuição Social		Imposto de Renda	
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	-
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9 - ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
Ativo				
Contas a compensar a partir de reajuste tarifário				
[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]		[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
	[illegible]	[illegible]	-	-
Contas a compensar a partir de reajuste tarifário - Parcela "A"				
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
	[illegible]	[illegible]		[illegible]
Valores a repassar à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE				
[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]		[illegible]	
	[illegible]		[illegible]	
Outros ativos regulatórios				
[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
Passivo				
Contas a compensar a partir de reajuste tarifário				
[illegible]		[illegible]		
[illegible]				
[illegible]				
		[illegible]	-	-
Contas a compensar a partir de reajuste tarifário - Parcela "A"				
[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]			
	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Valores a repassar à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE				
[illegible]			[illegible]	
[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]				
	[illegible]		[illegible]	
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

A partir de 20 de outubro de 2001, a AXXI FL interveio e diferenciou a variação cambial de custos incorridos considerados não gerenciáveis (parcela "A") que fazem parte do cálculo do índice de reajuste tarifário (IRT). Esses custos são registrados na Conta de compensação de variações de itens da parcela "A" (Gerenciáveis e não Gerenciáveis)

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

circulante não circulante não passivo circulante não circulante, sendo atualizados pela taxa de juros SELIC e apropriados ao resultado proporcionalmente à fatura mensal de energia elétrica.

Adicionalmente, através da Resolução Normativa nº 189/2008, a ANEEL estabeleceu os critérios e procedimentos para a inclusão da variação dos custos referentes ao programa de incentivo a fontes alternativas - PROINFA na CVA.

Os valores apresentados no quadro acima estão classificados conforme segue:

a) Reajuste tarifário de 2006 - em compensação

Esta representado pelos saldos dos valores pelas capitalizações entre 9 de novembro de 2006 e 18 de março de 2006.

b) Valor não aprovado para reajuste tarifário em 2007 - em compensação

Esta representada pelos custos capitalizados entre 19 de março de 2006 e 18 de março de 2007.

c) Valor não aprovado para reajuste tarifário em 2008

Esta representada pelos custos capitalizados a partir de 19 de março de 2007, os quais estão previstos para repasse no reajuste tarifário que ocorrerá em abril de 2008.

d) Ajustes negativos - em compensação

PIS e COFINS

Esta representado pelos impactos tributários decorrentes da Lei nº 10.833/2003 para o PIS e nº 10.833/2003 para a COFINS, onde ainda não repassados as tarifas. O impacto do PIS compreende o período de dezembro de 2002 a junho de 2005 e o impacto da COFINS compreende o período de fevereiro de 2004 a junho de 2005.

Em 21 de setembro de 2004 através do Ofício nº 1.570/2004-SRE a ANEEL manifestou entendimento que esses valores deverão ser analisados mediante a revisão e após regulamentação de procedimentos para reconhecimento de tais impactos nas tarifas, em prazo não superior a três anos. Estes impactos foram considerados pela ANEEL através das Resoluções Homologatórias nº 92, de 18 de abril de 2006, nº 328, de 18 de abril de 2006 e nº 493 de 18 de abril de 2007. Subtraindo-se os valores já considerados nos cálculos tarifários de 2005 e 2006 e atualizados monetariamente pelas diferenças positivas pela IGP-M até abril de 2007, apura-se um saldo remanescente de R$ 13.182, que foi considerado no cálculo reajuste tarifário de abril de 2007.

Adicionalmente a ANEEL emitiu com através da Resolução Homologatória nº 93, de 18 de abril de 2005, a inclusão dos despesas do PIS e da COFINS efetivamente incorridas

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica a partir de 1º de julho de 2005, prevalecendo a seu favor os benefícios descritos no CNAE

Outros componentes financeiros do Reajuste Tarifário de 19 de abril de 2007

Em junho de 2006, a Companhia apresentou questionamentos à ANEEL em relação ao Índice de Reajuste Tarifário Anual de 18,19%, homologado através da Resolução Homologatória nº 320, de 18 de abril de 2006. A ANEEL, procedendo à análise das contestações apresentadas, reconheceu algumas incorreções na base de dados do cálculo do reajuste, emitindo a Nota Técnica nº 77/2006

Assim, procedidos os ajustes necessários, o reajuste de abril de 2007 resultou em um novo índice de 16,69%. A diferença entre este índice e o efetivamente recebido de 18,19% implicou em um ativo regulatório de R$ 7.678 que atualizado pela variação do IGPM até abril de 2007 resultou em um complemento financeiro de R$ 8.080 no cálculo do reajuste tarifário de abril de 2007

Nas respectivas bases de cálculo da energia PROINFA e Luz para Todos nos reajustes tarifários de 2006 e 2007 da Companhia não foram incluídos os componentes financeiros da quota anual do empréstimo. A ANEEL aprovou o anual com pela variação do IGPM até abril de 2007 as duas fontes não contempladas nos reajustes IRT Índices de Reajuste Tarifário e considerou um complemento financeiro de R$ 1.742 no cálculo do reajuste tarifário de abril de 2007

O Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - LUZ PARA TODOS, destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica a parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não possui acesso a esse serviço público. O déficit mensal foi calculado pela diferença entre as receitas e as quotas relativas à implementação do Programa Luz Para Todos. Os déficits mensais calculados foram corrigidos até a data do reajuste pelo IGPM. Além do déficit calculado até a data do reajuste, ainda foi considerada uma estimativa do déficit dos 12 meses seguintes, observando neste caso a manutenção da base física instalada e do número de consumidores atendidos até a data do reajuste. Após análise da ANEEL esta considerou no cálculo do reajuste tarifário de abril de 2007 um componente financeiro provisório de R$ 8.241.

18 - OUTROS CRÉDITOS

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Circulante		Não Circulante	
	2007	2006	2007	2006
Empréstimos e financiamentos em moeda	7.805	4.351	-	-
Encargos setoriais	719	1.133	-	-
Fornecedores e suprimentos	1.156	3.014	918	962
Serviços a terceiros	16.650	9.958	-	-
Reserva global de reversão - RGR	1.814	1.814	-	-
Obrigações estimadas	2.207	1.288	-	-
Valores a recolher de tributos	529	611	-	-
Adiantamentos a receber	1.418	1.295		
Provisão para perdas (nota 31)	-	-	-	871
Outros	3.150	1.200	74	70
Total	**50.628**	**25.685**	**882**	**1.503**

a) Empréstimos - Residencial Baixa renda

A Lei nº 10.438/2002 ampliou a possibilidade de enquadramento dos consumidores da subclasse residencial baixa renda, beneficiando-os com uma redução tarifária, conforme regulamentado pelas Resoluções ANEEL nºs 246 e 485/2002, e alterações introduzidas pela Resolução nº 84/2004. Essa isenção reconhece uma redução no faturamento da Companhia que foi compensada pela contabilização de uma receita de igual valor, conforme determinado no ofício circular nº 155/2005-SFF/ANEEL. O saldo a receber será compensado através de atualização econômica calculada por técnicos financeiros e metodologia definida em conjunto pela Eletrobrás e a ANEEL.

b) Encargos de Capacidade Emergencial

A Resolução ANEEL nº 249/2002 estabeleceu os critérios e procedimentos para definição dos encargos relativos à aquisição de energia elétrica e à contratação de capacidade de geração ou potência pela Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE. Esses encargos serão rateados pelos consumidores finais de energia elétrica de forma proporcional ao consumo individual verificado, não se aplicando ao consumidor residencial e verificado como de baixa renda, e repassados à CBEE. Esses serão arrecadados dos consumidores (vide nota 21).

A Resolução ANEEL nº 304/2006 estabeleceu o encerramento da cobrança do encargo de capacidade emergencial, definido pela Lei nº 10.438/2002.

Tratamentos a consumidores

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible] representado pelos financiamentos concedidos principalmente às prefeituras municipais para a execução de futuros projetos de eletrificação ou iluminação pública. O prazo médio a decorrer é de aproximadamente [illegible] anos e a taxa média de juros é de [illegible] ao mês.

Serviços em curso

Está representado pelos gastos relacionados aos programas de pesquisa e desenvolvimento e de eficiência energética que se encontram em andamento. Quando ocorrer a conclusão dos serviços relacionados a esses programas, os gastos serão baixados contra a provisão para pesquisa e desenvolvimento e de eficiência energética [illegible] ou quando estes forem pagos [illegible].

Reserva global de reversão (RGR)

É um fundo de reserva gerenciado pelo Governo Federal, conforme detalhado na nota 16, sendo esta conta a diferença entre o valor da quota anual fixada pela ANEEL e o valor devido com base nos investimentos efetivamente verificados. Após revisão da prestação anual de contas, pela ANEEL, estas diferenças serão compensadas com as próximas quotas anuais a serem fixadas.

11 IMOBILIZADO

a) Composição dos saldos

		[illegible]			
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]					
[illegible]					
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]					
		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]					
[illegible]				[illegible]	[illegible]
[illegible]				[illegible]	[illegible]
[illegible]				[illegible]	[illegible]

b) Taxas de depreciação e amortização

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As taxas anuais médias de depreciação e de amortização estão demonstradas na tabela a seguir. Em relação à taxa de amortização do ágio houve um aumento de 2,98% a.a. em 2006 para 3,62% a.a. em 2007 (vide nota 6).

c) Intangíveis

Estão representados por "softwares" e servidões. As servidões são direitos de terceiros por onde a concessionária pode realizar todas as obras de construção, manutenção, conservação e inspeção nas linhas de transmissão de energia elétrica e estão classificados conforme norma estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

d) Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Representam os valores recebidos da União e dos consumidores, bem como as cotas não consolidadas a serem recebidas e subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica, incluindo de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador, cuja renovação ocorrerá em novembro de 2027.

A composição destas obrigações:

	2007	2006
Recursos não aplicados de exercícios anteriores	10.984	24.555
Remuneração - parcela "B"	17.138	5.758
Amortização acumulada	(18.281)	(11.292)
Total	**30.221**	**19.021**

e) Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos nº 9 e 64 do Decreto nº 41.019/1957 os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a essas respectivas concessões, não podendo ser retirados, cedidos ou dados em garantia sem a prévia e expressa anuência do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999 segue a mesma linha de vinculação de bens das concessões de Serviço Público de Energia Elétrica, estabelecendo autorização prévia para desmobilização de bens reversíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

f) Reavaliação

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

I - Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2003, foi aprovado o laudo referente à avaliação dos bens do ativo imobilizado da Companhia revertido para empresa especializada - Advanced Appraisal Consultoria e Planejamento, na data base de 31 de março de 2003, de acordo com a legislação societária e Deliberação CVM, bem como a contabilização no mês de junho de 2003, na conta de reserva de reavaliação no montante de R$ 416.421. Adicionalmente a Companhia constituiu provisão para contribuição social e imposto de renda diferidos sobre a realização da reavaliação, exceto sobre terrenos, no montante de R$ 136.646.

II - Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de janeiro de 2008 foi deliberada a reavaliação espontânea periódica dos bens do ativo imobilizado em serviço da Companhia, cujo laudo foi emitido pela empresa especializada Clemar de Avaliações e Perícias de Engenharia Ltda. na data base de 30 de setembro de 2007, de acordo com a legislação societária e Deliberação CVM 183/95, bem como a contabilização no mês dezembro de 2007 da reversão na conta de reserva de reavaliação no montante de R$ 80.446. A Companhia constituiu provisão para contribuição social e imposto de renda diferidos sobre a realização da reavaliação, exceto sobre terrenos, no montante de R$ 28.571.

A título de investimento, o efeito líquido da reavaliação

(*) No segundo trimestre de 2007, foi revertida a reavaliação de ativos imobilizados, conforme determinação da CVM/Ofício CVM/SNC/SEP/GEA-1 nº 236/2007 de 18 de julho de 2007.

A reavaliação de ativos refere-se, exclusivamente, aos seguintes grupos de bens:

g) Ágio na incorporação da controladora

O ágio gerado na incorporação da empresa controladora DEOCSA Participações S.A. ocorrida em 13 de julho de 1998, fundamentado na expectativa de resultados futuros, calculado através da metodologia do fluxo de caixa descontado, cujos resultados projetados previam amortizações anuais de DOP e até base ágio foi classificado no ativo diferido até 31 de dezembro de 2006, em conformidade com a Lei nº 6.404 - 9/dez e a Instrução CVM nº 247/1996.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Durante o exercício de 2004, o saldo de ágio foi transferido para o ativo imobilizado e está sendo amortizado pelo prazo remanescente da concessão, segundo a ordem baseada na projeção de resultados futuros, sendo anualmente ajustada de acordo com o exercício de 2001, em conformidade com a Resolução ANEEL nº 116/2001. A ordem da amortização do ágio foi alterada pela ANEEL conforme o Ofício SFL/2005 de 13/04/2006.

A CVM através do Ofício CVM/SNP/SEP nº 197/2004 encaminhado à ANEEL explicitou o entendimento sobre a alteração de prazo de amortização do ágio e também sobre a reclassificação contábil do saldo do ágio do ativo diferido para o ativo imobilizado/intangível.

A taxa anual média de amortização do ágio para os próximos cinco exercícios e para os próximos cinco anos, conforme Ofício SFL/2005:

Exercício	%
2006	7,95
2007	5,67
2008	4,50
2009	4,03
2010	3,76
2011	3,73

12 DIFERIDO

	2007	2006
Gastos com implantação de sistemas e outros	36.361	29.835
Benfeitorias em propriedade de terceiros	12.138	4.200
Amortização acumulada	(18.281)	(14.992)
Total	30.221	19.043

Gastos com implantação de sistemas

Os gastos com implantação de sistemas e outros estão representados, em sua maioria, pelas despesas com a implantação de sistema administrativo e financeiro e estão sendo amortizados pelo período de 10 anos.

Benfeitorias em propriedades de terceiros

As benfeitorias em imóveis de terceiros estão sendo amortizadas para adequação das novas instalações da Companhia na cidade de Caxias do Sul.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13 FORNECEDORES

	2007	2006
Fornecedores de energia elétrica		
• Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE	9.880	
• Empresas Supervisionadas	21.240	23.630
• Itaipu Binacional	47.065	15.318
• MAE e Operadora Comercializadora	25.290	21.687
• Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica	3.813	1.076
• PIE Comercialização Direta	2.761	1.110
• Outros	185	83
	120.003	101.334
Encargos de uso da rede elétrica		
• de Curto Prazo	3.313	3.312
• de Conexão e Uso	1.287	1.251
• Transporte de Energia	923	903
	89.623	89.500
Compra de Energia - CCEE (nota 30)	640	219
Material e serviços	29.844	31.083
Total fornecedores	150.110	144.136

14 DEBÊNTURES

Em 1º de abril de 2005, com o propósito de se alongar o prazo médio de vencimento das dívidas com vencimento em 2005 e para a realização de parte dos investimentos que foram realizados pela Companhia durante o ano de 2004, a empresa promoveu a segunda emissão de debêntures simples, para subscrição pública da espécie sem garantias real ou fidejussória, não conversíveis em ações da Companhia, com as seguintes características:

• com vencimentos em duas séries, sendo a segunda

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- 1ª Série - as 2.620 debêntures têm prazo de 6 anos, contados a partir da data de emissão, com vencimento em 1º de abril de 2011. Sobre o valor nominal unitário incidem juros remuneratórios definidos por procedimento de "bookbuilding" a taxa de 109,0% da acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação. Os valores relativos à remuneração das debêntures são pagos semestralmente, sempre no dia 1º dos meses de abril e outubro de cada ano.

- 2ª série - as 20.380 debêntures têm prazo de 7 anos, contados a partir da data de emissão, com vencimento em 1º de abril de 2014. Sobre o valor nominal unitário incidem juros remuneratórios definidos por procedimento de "bookbuilding" a taxa de 110,0% da acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação. Os valores relativos à remuneração das debêntures são pagos semestralmente, sempre no dia 1º dos meses de abril e outubro de cada ano.

Em 1º de dezembro de 2007, com a finalidade de adequar o perfil econômico-financeiro da Companhia proporcionando liquidez suficiente para suportar os investimentos em atividades de pesquisa e exploração de petróleo e gás, bem como reforçar o capital de giro necessário à sua expansão programada, as debêntures serão objeto de distribuição pública em série única e indivisível, com vencimento para 6 anos de emissão. A emissão será realizada em duas séries, sendo cada série composta por uma certa quantidade de debêntures. A distribuição pública das debêntures da 1ª e 2ª séries será realizada sob regime de garantia firme de subscrição e das debêntures da 3ª e 4ª séries sob regime de melhores esforços (conforme abaixo definido);

A debênture foi emitida com as seguintes:

- 1ª série - 4 debêntures com prazo de 6 anos contados a partir da data de emissão, com vencimento em 1º de dezembro de 2013. Os valores relativos à remuneração das debêntures são pagos semestralmente, sempre no dia 1º dos meses de junho e dezembro de cada ano.

O valor total da emissão será de R$ 280.000.000, os valores e as datas de emissão das debêntures são respectivamente:

- 1ª série de R$ 200.000.000 - 1º de dezembro de 2007;

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- 2ª série da 8ª (R$ 168.000 - 1º de janeiro de 2008.
- 3ª série da 8ª (R$ 80.000 - 1º de fevereiro de 2008.
- 4ª série da 8ª (R$ 50.000 e 5ª série da 8ª (R$ 50.000 - 1º de abril de 2008.

Condições restritivas:

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas, tendo em vista cláusulas que requerem da Companhia a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Os principais índices são os seguintes:

Segunda emissão:

a) redução do Capital Social ou alteração do Estatuto Social que implique a cessação de direito de retirada aos acionistas da Companhia ou mudança que possa afetar, direta ou indiretamente, o cumprimento das obrigações previstas na Escritura de Emissão;

b) incorporação ou cisão da Companhia, fusão ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, ou venda ou transferência de ativos, exceto (i) no caso de incorporação, cisão ou fusão envolvendo a CPFL Energia S.A. e/ou suas subsidiárias integrais, ou (ii) para uma subsidiária integral da CPFL Energia S.A.;

c) a VBC - Participações S.A. deixar de deter participação majoritária, direta ou indireta, no capital social da VBC Participações S.A., da PRPC e/ou da Rouxinol Participações S.A. deixarem de deter, em conjunto, o controle direto ou indireto da Companhia;

d) [...] da Dívida Líquida pelo EBITDA superior a [...];

e) EBITDA dividido pelas Despesas Financeiras, maior ou igual a 2,0;

f) [...] da Dívida Líquida pelo Capital [illegible] igual a [illegible]%.

Terceira emissão:

a) [illegible] de redução do Capital social da Companhia e/ou da CPFL Energia S.A. sem que haja uma previsão [illegible] das debêntures;

b) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária da Companhia, exceto se:

após a conclusão da referida operação as mesmas duas das seguintes acionistas: Votorantim Energia S.A., Camargo Corrêa Energia S.A. e Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ mantiverem, [illegible] a maioria das ações [illegible] do bloco de controle;

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- outras operações forem previamente aprovadas pelos Debenturistas reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas.

(iii) alteração do atual controle da Companhia sem prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas, excetuando a hipótese de alteração do controle da Companhia desde que, após a conclusão da referida operação, ao menos dois dos acionistas mantenham a maioria das ações que compõem o bloco de controle.

A Administração da Companhia entende que as cláusulas restritivas e os "covenants" financeiros vêm sendo adequadamente atendidos.

O saldo de longo prazo tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	2007	2006
2008	[illegible]	[illegible]
2009	[illegible]	[illegible]
2010	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

[illegible]	[illegible]

- **Fundação ELETROCEEE** - refere-se a contrato de confissão de dívida assumido pela Companhia em decorrência do descumprimento do contrato total com a Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE no processo de privatização. As amortizações são mensais e como garantia foi oferecida a arrecadação da venda de energia da Companhia no montante destas amortizações. Não existem cláusulas restritivas de "covenants" financeiros para este contrato.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Consumidores - Refere-se a convênios de cooperação celebrados pelos consumidores interessados em fornecimento de energia elétrica para financiamento de suas ligações, geralmente com expansão da rede de distribuição. Estes valores são atualizados pelo IGP-M e devolvidos após a conclusão da instalação. Não existem cláusulas restritivas nesses contratos financeiros para esses convênios.

- Eletrobrás - tem a finalidade de financiar parcela das obras implementadas para melhoria do sistema elétrico, para a ampliação de redes de distribuição de energia elétrica, para a eficientização da iluminação pública e para eletrificação rural (Programa de Universalização); tendo como garantia a antecipação de venda de energia. Adicionalmente, esta não pode ceder ou pignorar ou de forma qualquer dispor, autorizar ou ceder a qualquer outra distribuição, em caso de atraso no cumprimento das obrigações previstas neste contrato. A Companhia obrigou-se a não assumir nova dívida ou obrigação financeira junto a outros credores que isoladamente ou conjuntamente supere o equivalente a 5% de seu ativo fixo e que deverá ser pago ou liquidado a mais longo prazo ou a 10% do seu capital circulante.

- BNDES - Programa de apoio emergencial - tem a finalidade de restabelecer o equilíbrio financeiro correspondente aos impactos decorrentes do Acordo Geral do Setor Elétrico de dezembro de 2001. Foi liberado integralmente referente ao Programa Emergencial e Excepcional de Apoio Financeiro aos Concessionários de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica no montante de R$ 400 mil. Tendo como garantia a antecipação da venda de energia equivalente a 0,4% do faturamento anual mensal, após o de R$ 400 mil. Não existem cláusulas restritivas nesses contratos financeiros para este contrato.

- BNDES - FINEM - tem como finalidade principal o investimento na expansão e melhoria do sistema elétrico da Companhia.

iii) FINEM mobilizações de 1998 a 2001 - as amortizações foram iniciadas e foi oferecido como garantia a antecipação da venda de energia no montante equivalente a 1,4 vezes o valor correspondente ao serviço da dívida, assim entendido como o principal e juros.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não poderão distribuir dividendos superiores ao mínimo obrigatório previsto em lei, caso estejam em mora com suas obrigações junto ao BNDES. A Companhia também se obriga a manter o nível de capitalização Patrimônio Líquido ajustado pelo Ativo Real igual ou superior a 50%.

Este financiamento foi liquidado em setembro de 2007.

iii) FINEM mobilizações de 2003 a 2005 - linha de crédito atrelada em 80,0% à TJLP e 20,0% a Cesta de moedas (- MBNDES) com amortizações mensais e juros

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

obrigações durante o período de carência e após a carência juros mensais vencidos como parcelas da Conta Reserva Fundo de investimento de curto prazo - vide item 21 e a amortização da venda de energia nos montantes especificados no item 14 acima e o valor correspondente ao serviço da dívida assim entendido como principal e juros. Adicionalmente, a Companhia poderá realizar o pagamento de juros sobre o capital próprio ou de dividendos caso o montante excedente como principal e juros, desde que comprove ao BNDES o atendimento dos seguintes índices:

Endividamento Financeiro: Exigível dividido pelo PL/AFAC, menor ou igual a 3,0;

- Endividamento Financeiro Líquido: Exigível deduzido pelo Caixa e Equivalentes, Financeiro Líquido adicionado ao Patrimônio Líquido, menor ou igual a 0,5.

A Companhia contratou cobertura de swap cambial até dezembro de 2007 para as parcelas vencíveis do Empréstimo Ponte (notas explicativas nº 14 item 2).

iii) FINAM (jan/01 a 2003) - Linha de crédito atrelada a UMP com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e após este prazo amortização mensal de principal e juros. Este Empréstimo possui como garantias a conta reserva Fundo de investimento de curto prazo - vide item 5) destinada a acolher os recursos necessários para a formação do saldo de Liquidez Equivalente ao valor do serviço da dívida, a arrecadação da venda de energia no montante de 1,5 vezes o valor da prestação mensal de principal e juros. Adicionalmente a Companhia deverá cumprir os seguintes índices financeiros:

Endividamento Financeiro: Exigível dividido pelo PL/AFAC, menor ou igual a 2,5;

- Endividamento Financeiro Líquido: Exigível deduzido pelo Caixa e Equivalentes, Financeiro Líquido adicionado ao Patrimônio Líquido, menor ou igual a 0,5

• **Banco Itaú BBA** - Cédula de Crédito Bancário (CCB) - em abril de 2004 a Companhia obteve junto ao Banco Itaú BBA S.A. no montante de R$ 100.000, a título de financiamento de capital de giro necessário à operação da Companhia. O empréstimo foi liquidado em 2006.

• **Banco Itaú BBA** - Cédula de Crédito Bancário (CCB) - em abril de 2004 a Companhia obteve junto ao Banco Itaú BBA S.A. no montante de R$ 100.000, a título de financiamento de capital de giro necessário à operação da Companhia. O empréstimo foi liquidado em 2006.

Existem cláusulas restritivas quanto a alteração ou modificação da composição do Capital Social, e a VBC Energia S.A. deixar de ser controlada direta ou indiretamente pela Companhia nos termos do Acordo de Acionistas da CPFL Energia S.A. ou se a

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A companhia sofrer processo de cisão, incorporação ou fusão que represente alteração ou transferência de controle sem prévia e expressa anuência da debenturista;

Adicionalmente, este empréstimo exige o cumprimento de "covenants" financeiros como segue:

- EBITDA ajustado pelas Despesas Financeiras Líquidas igual ou maior a 1,5;
- Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA ajustado inferior a 2,7

• **Banco Santander** – destinado ao financiamento do capital de giro da Companhia. O prazo deste contrato foi de 36 meses, sendo 18 meses de carência do principal e juros e para os de principal e juros. Estão sujeitos à variação cambial. Não existem garantias reais deste contrato. Em março de 2007 foi realizada a renegociação deste Finame, em que o qual reduziu seu custo.

O contrato exigia o cumprimento de covenants financeiros como segue:

EBITDA dividido pelas Despesas Financeiras Pagas maior ou igual a 2,0;

- Dívida Onerosa dividida pelo EBITDA, igual ou inferior a 3,5

Esse Finame anterior foi liquidado em julho de 2007.

• **Banco Santander** – refere-se ao acesso de recursos captados pelo banco em reais no exterior. O financiamento foi captado para financiar os acessos ligados de Luiza projetados para o ano de 2006 e alongar o prazo da dívida, bem como reduzir custos relativos a passivos então contratados, liquidados por ocasião do presente Finame anterior. O prazo deste contrato é de 720 dias. A amortização de principal e juros ocorrerá em parcela única na data de 21/6/2008. Não existem cláusulas restritivas e de "covenants" financeiros nem garantias para este contrato.

• **FINEP** – destinado a custear parcialmente as despesas incorridas em estudos e projetos de execução e desenvolvimento para a otimização do desempenho da rede de distribuição. O prazo deste contrato é de 49 meses, com carência de principal de 24 meses e juros incorridos durante o período de carência serão capitalizados ao principal para amortização. Tendo como garantia deste contrato a antecipação de verba de energia. Não existem cláusulas restritivas ao "covenants" financeiros sobre este contrato.

• **Banco ABN AMRO Real** – refere-se ao repasse de recursos captados pelo banco em reais no exterior. Destinou-se a financiar os investimentos de curva proprietárias para o ano de 2006 e alongar o prazo da dívida, bem como reduzir custos relativos a passivos então contratados, liquidados por ocasião do presente Finame anterior, cujos vencimentos estavam concentrados principalmente em 2008. Este contrato foi liberado em três parcelas, com prazo de 24 meses e as amortizações de principal e juros ocorrerão

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

respectivamente em 22/01/2008, 31/01/2008 e 25/02/2008. Não existem garantias para este contrato.

O contrato exige o cumprimento de "covenants" financeiros, como segue:

- Endividamento Total (dívida) pelo EBITDA igual ou inferior a 3,0

  Índice de cobertura de juros, igual ou superior a 2,0;

- Endividamento Total Máximo dividido pela Capitalização, igual ou inferior a 0,55

• **Banco do Brasil** - destina-se a financiar as necessidades de caixa projetadas para o ano de 2006 e abrange o pagamento de dívidas vencidas relativas a passivos então constituídos, originados por ocasião do processo de investimento. O prazo deste contrato é de 720 dias e a amortização de principal e juros ocorrerá em parcela única na data de 22/01/2008. Não existem cláusulas restritivas e de "covenants" financeiros nem garantias para este contrato.

• **Banco do Brasil** - refere-se ao repasse de recursos captados pelo banco no exterior e convertidos à moeda nacional na forma da Resolução 2770, do Conselho Monetário Nacional. Destina-se à cobertura de necessidades de capital de giro projetadas para o ano de 2007. O prazo deste contrato é de 714 dias e a amortização de principal e juros ocorrerá em parcela única na data de 17/09/2009. Não existem cláusulas restritivas e de "covenants" financeiros nem garantias para este contrato. Adicionalmente, a Companhia contratou operações de "swap" cambial de mesmo valor de principal deste contrato, com vencimento em 17/09/2009 (ver nota 30).

As cláusulas restritivas e os "covenants" financeiros estão sendo adequadamente atendidos pela Companhia.

As parcelas de longo prazo desses empréstimos vencem como segue:

Vencimento	2007	2006
2008		2.000
2009	4.000	3.000
2010	2.000	1.000
2011	2.000	1.000
Total	8.000	7.000

16 - TAXAS REGULAMENTARES

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2007	2006
Reserva global de reversão - RGR	1.192	997
Conta de desenvolvimento energético - CDE	1.856	2.502
Conta consumo de combustível - CCC	1.165	1.134
Taxa de fiscalização ANEEL	276	244
Total	10.789	11.803

A reserva global de reversão (RGR) é um fundo de reserva pertencente pela União, sob a supervisão do Governo Federal, destinado para prover fundos para pagamentos das concessionárias após a expiração de suas concessões. Esta contribuição será reconhecida pelo valor de ativo permanente, líquido, registrado nos livros. Em 5 de junho de 1996, o Governo Federal (GF) instituiu a cobrança da RGR de 2,5% sobre os ativos imobilizados em serviço, limitado a 3,0% sobre o total de receita operacional bruta, deduzidos os ICMS.

A conta de desenvolvimento energético (CDE) é uma contribuição imposta pela Companhia que visa financiar o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas de energia, como fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados e promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional.

A conta consumo de combustível (CCC) é uma contribuição feita pela Companhia para financiar o custo do combustível utilizado nos processos de operações de energia termoelétrica no sistema energético brasileiro.

15 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2007	2006
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	28.730	33.451
Programa de integração social - PIS	1.241	2.045
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	7.083	9.411
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	1.283
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	5.823
Outros	4.940	7.054
Total	42.094	59.269

18 - DIVIDENDOS

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os dividendos declarados no ano foram assim calculados conforme segue:

	2007	2006
Lucro líquido do exercício	164.083	131.613
Reserva legal (5%)	-	(6.561)
Dividendos sobre o lucro líquido	**164.083**	**114.962**
Realização da reserva de reavaliação	15.159	14.249
Base de cálculo para os dividendos	**179.842**	**129.211**
Dividendo obrigatório	15.800	32.000
Dividendo excedente	130.042	96.305
Dividendos propostos	**179.842**	**129.211**
Dividendo intermediário pago	(77.321)	-
JSCP Pago	(8.730)	
Saldo dividendos propostos 2007	**93.791**	**129.211**

O estatuto social da Companhia prevê a distribuição aos acionistas de dividendo obrigatório de 25,0% do lucro ajustado, apurado nos termos da lei, e concede ações preferenciais direito a dividendos 10% maior do que o atribuído às ações ordinárias. O saldo remanescente do lucro será uma destinação integral proposta nas demonstrações financeiras no pressuposto de sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária.

O dividendo proposto por grupo de ações em 31 de dezembro de 2007 é de R$ 22n.60 para as ações preferenciais e de R$ 206.01 para ações ordinárias nem 31 de dezembro de 2006 foi de 172.95 para ações preferenciais e de R$ 147.23 para as ações ordinárias)

a) Em Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em agosto de 2007, foi aprovada a distribuição dos dividendos intermediários no valor de R$ 77.321 referente ao resultado apurado de janeiro a junho de 2007 conforme informações encaminhadas à CVM, anexadas na Comunicação de Valores Mobiliários - CVM em agosto de 2007. O dividendo por grupo de ações era de R$ 108,11 para as ações preferenciais e R$ 94,08 para as ações ordinárias.

b) Em Reunião do Conselho realizada em 20 de dezembro de 2007 foi aprovada a declaração de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) no valor bruto de R$ 58.199 a ser imputado ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2007. O imposto de renda retido na fonte - IRF foi recolhido ainda em 2007 no valor de R$ 8.730.

Em 31 de dezembro de 2007 a Companhia possui na conta de dividendos a pagar o valor de R$ 7.0 referente a exercícios anteriores (R$ 9n1 em 31 de dezembro de 2006).

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19 CONTAS A PAGAR DE APOSENTADORIAS INCENTIVADAS

Por força do edital de privatização a Companhia é responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria para empregados que tenham sido concedidos pelo INSS aos quais a Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE não tenham ainda cumprido todos os requisitos para a obtenção do benefício. Dessa forma, a Companhia provisionou os valores apurados através de cálculo atuarial das complementações futuras relativas às complementações aposentadorias a serem pagas aos participantes ativos e assistidos da Fundação ELETROCEEE ajustados ao valor presente pela taxa de 11,00% a.a.

A suplementação de aposentadoria é de benefício definido com base no benefício de 100,00% da remuneração do empregado na data da aposentadoria pela Previdência Social, com base na Apólice Pública de Seguro aprovada pela ELETROCEEE e operacionalizada pela Sul América Companhia Nacional de Seguros.

Adicionalmente, a Companhia possui um passivo atuarial independente a assunção do passivo original, que teve seu benefício, de que trata a Deliberação CVM nº 371/2000, apurado pelo reconhecimento de passivo atuarial no resultado ao longo dos exercícios de 2002 a 2006. O ajuste no resultado da Companhia até 31 de dezembro de 2007 foi uma receita de R$ 3.432 (R$ 1.945 de receita até 31 de dezembro de 2006), contabilizado na rubrica de despesas gerais e administrativas - pessoal.

A seguir demonstramos a composição destes efeitos:

	2007				
Descrição	Valor bruto original	Ajuste a valor presente	Exigível	Circulante	Não Circulante
- Complementação aposentadoria	4.855	(1.754)	3.101	2.761	340
- Contribuição custeio	1.616	(1.298)	318	1	317
- Outras obrigações	4.856		4.856	4.856	
Total	12.471	(3.052)	9.203	7.618	1.585

	2006				
Descrição	Valor bruto original	Ajuste a valor presente	Exigível	Circulante	Não Circulante
- Complementação aposentadoria	17.556	(6.541)	11.015	5.111	5.904
- Contribuição custeio	4.855	(1.754)	3.101	2.761	340
- Outras obrigações	1		1	1	
Total	22.412	(8.295)	14.117	7.873	6.244

O saldo de longo prazo vence conforme segue:

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Nota Explicativa*	2007	2006
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	9.826	11.797

Principais resultados da avaliação atuarial relativos à Deliberação CVM nº 371/2000:

a) Conciliação dos ativos e passivos

	2007	2006
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Ativo atuarial líquido	33.452	42.167
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Ativo Previdenciário líquido	7.851	1121
Restrição de 50% no Ativo Atuarial (*)	3.926	
Ativo Previdenciário líquido reconhecido no balanço	3.926	1121

(*) Planos com superávit potencial parcialmente sobre a patrocinadora Light e os participantes e, portanto só reconhecido somente 50%.

b) Movimentação dos ativos e passivos:

	2007	2006
Movimentação dos ativos do plano		
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Valor justo dos ativos do plano ao final do ano	142.500	165.387
Movimentação das provisões do plano		
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Valor das obrigações calculadas ao final do ano	(158.364)	(122.520)

c) Receita despesa reconhecida na demonstração de resultados:

14.08 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2007	2006
Custo do serviço corrente	(600)	(834)
Contribuições especiais dos participantes	-	37
Juros sobre obrigações atuariais	(11.335)	(13.751)
Rendimento esperado dos ativos do plano	14.116	14.760
Amortização de obrigação atual inicial		(2.533)
Reconhecimento de perdas atuariais	(358)	2.116
Receita (despesa) apropriada segundo a IAS nº 19	6.923	1.899
Contribuições da entidade reconhecidas como ativo	70	146
Total da receita (despesa) reconhecida no p	7.051	1.045

5.1 Plano com escada normal paridade entre a patrocinadora RGE e os participantes, e posterior foi reconhecida somente 50%.

d) Premissas econômicas, financeiras e demográficas.

	2007	2006
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

20 OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Circulante		Não Circulante	
	2007	2006	2007	2006
Provisão para férias	6.137	1.598	-	-
Provisões Fiscais	-	-	678	689
Provisões previdenciárias e INSS [illegible]	1.088	1.711	333	317
Outros	128	207	-	-
Total	7.943	6.516	901	906

21 DIVIDENDOS A PAGAR

14.08 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Circulante		Não Circulante	
	2007	2006	2007	2006
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Encargos de ligação à empresa de Pesquisa e Desenvolvimento (PD) e P&D

As concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a aplicar anualmente o montante [illegible]% de sua receita operacional líquida, excluídos os tributos, [illegible] da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis e de Desenvolvimento Energético (CCC) e (CDE), em programas de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética (P&D e PEE), conforme determinado na Resolução Normativa nº 249 de 24 de outubro de 2006, com propósitos de eficiência energética em pesquisas e diretrizes aneel. A obrigação desses recursos está dividida em 0,80% para o PEE e 0,80% para o P&D. Os recursos destinados a P&D são aplicados da seguinte forma: 0,20% em projetos de pesquisa e desenvolvimento, 0,20% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e 0,10% para a Empresa de Pesquisa Energética - EPE. Em dezembro de 2005, através da Resolução nº 130/2005, a ANEEL determinou a provisão mensal contábil dos gastos relacionados ao P&D pelo regime contábil de competência, bem como a alocação financeira destes gastos pelo SELIC. Adicionalmente, a Administração da Companhia decidiu passou a adotar pelo regime contábil de competência os gastos relacionados a P&D.

Encargos de Serviços Ancilares

A Resolução ANEEL nº 240/2003 estabeleceu os critérios e procedimentos para cobrança destes encargos, relativos à contratação de capacidade de geração em potência pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, os quais serão rateados pelos consumidores finais de energia elétrica de forma proporcional ao consumo individual verificado, não se aplicando ao consumidor residencial classificado como de baixa renda. Os valores correspondentes a este encargo são apresentados à CCEE após a arrecadação dos consumidores.

Contribuição de iluminação pública (COSIP)

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Emenda Constitucional nº 39/2002 instituiu a Contribuição de Iluminação pública com custeio do serviço de fornecimento de energia para a iluminação pública, instalação, manutenção e melhoramentos dos Municípios e Distrito Federal, inclusive manutenção e ampliação de redes de distribuição de serviços nos termos da Lei da Constitucional, previsto no Artigo 149-A da Constituição Federal.

Obrigações contingentes

Essas obrigações referem-se a ações pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados com vencimentos nos próximos exercícios.

22 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2007				2006			
Natureza	Provável	Provável	Provisão	Empresa pedida	Provável	Provável	Provisão	Empresa pedida
Trabalhista	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Cível	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Tributária	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Regulatória	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	889.988	90.252	90.252	72.199	80.234	99.873	99.243	68.127

A movimentação da provisão neste exercício está demonstrada a seguir:

Natureza	Saldo em 31 de março de 2006	Adições	Baixas	Saldo em 31 de março de 2007
Trabalhista	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Cível	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Tributária	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Regulatória	[illegible]	-	-	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Os processos que envolvem [illegible] provisões estão substancialmente provisionados, de acordo com a estimativa da Administração da Companhia, suportada pela avaliação constante dos relatórios dos consultores jurídicos da Companhia.

Os processos cíveis, consistem na existência de causas de natureza [illegible] tributária com [illegible] e regulatórias, das quais destacamos a seguir:

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(i) O total das causas na esfera da justiça do trabalho é de 1.085 processos, os quais versam sobre adicional de horas extras, adicional de periculosidade, incorporação por sobrevivência e diferenças de remuneração entre outras. Do total das reclamações na justiça do trabalho, cerca de 81,5% são provenientes de ex-funcionários da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, os quais nunca trabalharam na Companhia ou tiveram seus contratos trabalhistas transferidos para as demais cisões. 11,5% são pedidos de funcionários contratados pela Companhia e 4,1% a adicional de indenização aposentados por terceirizados.

(ii) as causas cíveis e diversas versam sobre as seguintes reclamações: danos em aparelhos causados pela rede elétrica, ilegalidade de majoração de tarifa, pedido de indenização por corte de luz, devolução de valores pagos a maior na vigência do Plano Cruzado, majoração de valores cobrados com base em recuperação de consumo e indenização por danos em geral causados pela rede elétrica, devolução de valores aos consumidores decorrentes de obras realizadas, entre outras. Consideram-se ainda um total de 15.867 ações, sendo que 231 são consideradas relevantes. A Companhia, mediante ato de 31 de dezembro de 2004, para fins de cobertura de risco de responsabilidade civil, aprovou o seguro com cobertura de até R$ 10.000.000,00 (R$ 5.000.000,00 em 31 de dezembro de 2006), entretanto, considerando os termos contratuais dessas apólices de seguros, estavam cobertas para R$ 100 em 31 de dezembro de 2006. Adicionalmente, existem processos ambientais que versam sobre eventuais cortes de árvores realizados pela Companhia através de podas para as redes de energia e consertos das mesmas.

(iii) dentre as principais causas tributárias destacamos:

- em dezembro de 2004 a Companhia obteve autuação Fiscal da Secretaria da Receita Federal para os seguintes assuntos:

a) IRPJ e CSLL sobre despesas financeiras e alteração de prazo de amortização de ágio de cisão de 10 para 5 anos;

b) PIS e COFINS sobre a atualização financeira pela SELIC, da conta de compensação de variações de itens não custos não gerenciáveis (CVA);

c) IRPJ e CSLL sobre as diferenças de taxas de negociação entre o fundo de reavaliação e as taxas TJLP.

- autuação da Secretaria da Receita Federal referente a ausência de recolhimento de multa de ofício em declaração específica para pagamento de PIS e COFINS;

- o pedido de suspensão da eficácia dos atos da Secretaria da Receita Federal, para que deixe de dedução, para fins de apuração de imposto de renda e contribuição social, dos valores relativos a complementações de aposentadorias e

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

empregados aposentados da Companhia (beneficiários da Fundação ELETROCEEE

- [illegible] da taxa de uso de água para [illegible] municípios e outras [illegible] estaduais;
- atuação da Secretaria da Receita Estadual relativo a [illegible] e recolhimento de multa de ofício em denúncia espontânea para pagamento de ICMS

Os principais eventos subsequentes de natureza regulatória são os seguintes:

- [illegible] da Companhia e sua [illegible] integral Sul Geradora Participações S.A., alienando [illegible] de energia de [illegible] não submetidos à concessão da ANEEL;
- [illegible] da Companhia para o empréstimo tomado pela sua [illegible] integral Sul Geradora Participações S.A. junto ao BankBoston, não submetidos à concessão da ANEEL;
- atendimento aos limites coletivos de continuidade DEC - Duração equivalente de interrupção por cliente e FEC - Frequência equivalente de interrupção por consumidor, referentes aos anos de 2003 a 2005;
- atendimento dos níveis de tensão de fornecimento, quanto à concessão, dos anos de 2003 a 2005.

21 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia está assim distribuído em 31 de dezembro de 2007 e de 2006:

	31/12/2007			31/12/2006		
Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]			
[illegible]				[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]				[illegible]		[illegible]
[illegible]				[illegible]		[illegible]
[illegible]				[illegible]		[illegible]
[illegible]				[illegible]		[illegible]
[illegible]				[illegible]		[illegible]
Total Geral	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

As ações preferenciais apresentam as seguintes características:

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- não tem direito a voto
- fazem jus ao recebimento de dividendo de 10,0% a dez por cento a mais que o atribuído às ações ordinárias, vinculados à existência de lucros a ser distribuído nos termos da lei aludida em vigor
- têm preferência no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia

O Estatuto Social da Companhia determina que o capital social poderá ser aumentado até o limite de R$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais. Até o limite do capital autorizado, poderão ser emitidas ações ou bônus de subscrição por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço de emissão e as condições para subscrição e integralização, execução total ou parcial de opções para outorga de ações, que dependerá da aprovação da Assembleia Geral, observados os procedimentos contidos no artigo 8º da Lei 6.404/76.

Em 14 de março de 2007, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através do Despacho nº 669, aprovou o seguinte:

I - a aquisição dos ativos dos Lotes contemplados para o desenvolvimento de projetos da Rio Grande Energia S.A. (RGE), mediante transferência de ativos e redução de capital na Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL, implicando transferência de controle direto da Companhia para a CPFL Energia S.A.;

II - o aporte de capital na CPFL Serra Ltda. com os investimentos e o ágio recebidos da CPFL Paulista e a incorporação reversa da CPFL Serra pela Companhia;

III - estabelecer que o ágio incorporado seja amortizado proporcionalmente à receita líquida realizada da Companhia pelo prazo remanescente da concessão.

Em 14 de março de 2007 em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a Companhia Paulista de Força e Luz foi aprovada a redução de capital mediante a conseqüente restituição aos seus acionistas da Companhia a CPFL Paulista do ativo no valor total de R$ 1.658.411.000,00 correspondente a 448.014.269 ações ordinárias e 108.443.965 ações preferenciais de emissão da RGE, pelos quais a CPFL Paulista pagou além do montante de ágio ligado ao amortização relativo à aquisição de participação na RGE, sendo referido valor correspondente ao obtido no Leilão de Aquisição. Também nesta data foi realizada a 9ª alteração do Contrato Social da CPFL Serra Ltda. pela qual foi aprovado o aumento de capital de R$ 1.658.411.000,00 mediante o investimento da RGE de R$ 562.886 e ágio de R$ 487.526, através de subscrição de quotas da CPFL Energia

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 18 de setembro de 2007 em Assembléia Geral Extraordinária da RGE foi aprovada e efetivada a incorporação da CPFL Serra, sendo detentora da incorporação a CPFL Serra e extinta a sociedade pela RGE com a sucessão a todos os seus direitos e obrigações, observadas as preferências entre

O ágio, reconhecido pela CPFL Serra de R$ 486.896, foi incorporado pela RGE em benefício de todos os seus acionistas, conforme previsto nas deliberações CVM nº 319/1999 e nº 349/2001

A incorporação ocasionou na alteração do estatuto social da CPFL Serra passa a ser composto por R$[illegible] ações [illegible] ações ordinárias e 138.665.862 ações preferenciais em decorrência da troca de ações da RGE, detidas pela CPFL Serra. Estas canceladas. Em substituição das ações canceladas, foram emitidas e distribuídas ações de forma que a acionista CPFL Energia passa a ser detentora de 804.026.417 ações, sendo 665.360.555 ações ordinárias e 138.665.862 ações preferenciais

Em dezembro a da Incorporação o capital social da RGE foi aumentado em R$ 467. com emissão de novas ações Dessa forma o capital social da RGE passa a ser de R$ 838.974, que dividido em [illegible] ações ordinárias nominativas e 190.669.862 ações preferenciais sem valor nominal

Em 18 de dezembro de 2007 através de Assembléia Geral Extraordinária, foi aprovada e efetivada a incorporação de totalidade das ações de emissão da Companhia detidas pelos acionistas não controladores, pela CPFL Energia S.A., nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação das Ações, convertendo a em subsidiária integral. A relação de troca com base nos laudos a valor econômico foi para cada ação de [illegible] ações ordinárias ou preferenciais da RGE correspondente a [illegible] ação ordinária de emissão da CPFL Energia. Em decorrência dessa incorporação, as ações em tesouraria foram convertidas em ações da CPFL Energia conforme relação de troca, gerando uma participação recíproca a qual será eliminada conforme prazo legal.

O valor patrimonial da ação, por grupo de ativo, em 31 de dezembro de 2007 e de R$ [illegible] e R$ 104,57 em 31 de dezembro de 2006.

24 - RECEITA OPERACIONAL

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consumidores		MWh		R$	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Consumidores						
Residencial	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Industrial	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Comercial	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Rural	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Poder público	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Iluminação pública	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Serviço público	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Outros						
[illegible]			-	-	[illegible]	[illegible]
[illegible]			-	-	[illegible]	[illegible]
[illegible]					[illegible]	[illegible]
Total fornecimento energia	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Suprimento [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]	[illegible]
[illegible]					[illegible]	[illegible]
Total [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			-	-	[illegible]	[illegible]
Total [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

25 - CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Quantidade MWh		R$	
Energia elétrica comprada para revenda	2007	2006	2007	2006
[illegible]				-
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	-		[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
[illegible]	-		[illegible]	[illegible]
[illegible]	-		[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	-			[illegible]
			[illegible]	[illegible]
[illegible]	-		[illegible]	[illegible]
			[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

26 - DESPESAS OPERACIONAIS

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2007	2006
Despesas com vendas		
Pessoal	9.063	20.153
Material	526	1.216
Serviços de terceiros	16.971	19.589
Arrendamentos e aluguéis	699	701
Depreciação e amortização	7.068	7.276
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	12.988	13.535
Telecomunicações e transmissão de dados	6.020	5.300
Indenizações a consumidores	1.937	1.236
Recuperação de despesas	(4.098)	(4.264)
Outras	2.434	2.116
	63.808	67.118
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal	8.720	17.654
Administradores	2.212	2.312
Material	371	538
Serviços de terceiros	21.403	15.914
Arrendamentos e aluguéis	2.443	2.737
Depreciação e amortização	8.997	9.645
Contingências	6.366	15.161
Telecomunicações e transmissão de dados	1.156	1.211
Propaganda e publicidade	1.474	1.319
Investimentos em cultura	2.927	2.207
Seguros	820	1.069
Taxa de fiscalização ANEEL	3.223	3.084
Outras	2.680	2.362
	72.530	75.414
Amortização do Ágio	8.511	15.324
Total	144.849	157.856

27 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2007	2006
Receitas Financeiras		
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	48.737	52.854
Despesas Financeiras		
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	
Total	[illegible]	[illegible]
Despesas financeiras líquidas	[illegible]	[illegible]

CPMF - Contribuição provisória sobre movimentação ou transferência de valores e de créditos e direitos de natureza financeira.

IOF - Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros, ou relativas a títulos e valores mobiliários.

28. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2007	2006
Receitas não operacionais		
Ganhos na alienação de bens do ativo imobilizado	120	164
Ganhos na desativação de bens do ativo imobilizado	-	3.2
Outras receitas	113	2.254
Total	233	2.739
Despesas não operacionais		
Perdas na alienação de bens do ativo imobilizado	(1.703)	(2.511)
Perdas na desativação de bens do ativo imobilizado	(23.238)	(1.154)
Outras despesas	(395)	(3.298)
Total	(29.836)	(16.354)
Despesas não operacionais - líquidas	(29.597)	(13.615)

29 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

Apresentamos os principais riscos operacionais que poderão afetar as operações financeiras, os negócios e os resultados da Companhia caso algum desses riscos venha a se concretizar.

a) Riscos nas flutuações da taxa de câmbio

O resultado da Companhia é afetado pelas variações das taxas de câmbio, visto que a Companhia possui passivos denominados em moeda estrangeira. Visando reduzir esse tipo de risco, a Companhia contrata operações de "swap" para trocar a variação cambial do dólar e "spread" para CDI. O "swap" oferece cobertura bastante eficiente, mas não total de risco, visto que a variação da cesta de moedas não é igual, porém proporcional à variação do dólar. O resíduo decorrente do descasamento é compensado ou resgatado de acordo com o vencimento apurado até a data do encerramento do período, tendo em vista a expressa intenção de não liquidação dos contratos de "swap" antes da liquidação dos ativos.

Em 28 de setembro de 2007, a Companhia captou recursos junto ao Banco do Brasil no valor de US$ 125 mil, convertidos na forma da Resolução 2770 do Conselho Monetário Nacional, com operação de "swap" para a troca da variação cambial do dólar e "spread"

para 0,0... do montante de principal [illegible] oferece cobertura total do risco do montante principal

A seguir apresentamos as operações de "swap" comparativamente ao valor justo dessas operações, para o qual foi adotado o método de avaliação de mercado a data do encerramento do exercício:

	Valor contábil		Valor justo	
	2007	2006	2007	2006
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	150.202	(9.500)	150.202	(9.500)
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Ajustes operações de "swap"	401	12.352	344	(1.053)
Total ajustes operações de "swap"	401	12.352	344	(1.053)

b) Riscos nas flutuações da taxa de juros

O risco ambiental da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras de dívidas e empréstimos. Dessa forma, as receitas e despesas financeiras da Companhia estão sujeitas às taxas de juros variáveis, principalmente CDI, TJLP e SELIC. Vide nota 15a. Assim, na hipótese de elevação das taxas de juros, poderá ocorrer o aumento dos custos e pagamentos de serviço da dívida, consequentemente os reflexos nas receitas financeiras e no resultado de operações da Companhia, podendo ser afetados negativamente pela ocorrência de eventos dessa natureza.

c) Riscos de crédito

A Companhia, por ser uma concessionária do serviço público de energia elétrica, está sujeita às regras previstas no contrato de concessão e regulamentações específicas da ANEEL, sendo obrigada, desta forma, a fornecer energia elétrica a todos os consumidores localizados na sua área de concessão sem realizar prévia análise de crédito destes consumidores.

Assim, para fins de recuperação da inadimplência, a Companhia atua através de: (i) interrupção do fornecimento de energia aos clientes inadimplentes; (ii) programas de renegociação dos débitos pendentes, mediante a garantia e/ou continuação dos serviços de companhia, especialmente na concessão de [illegible]

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

II) Racionamento e escassez de energia

O setor elétrico brasileiro sofre grande concentração na geração hidráulica de energia, enfrenta uma restrição natural a sua capacidade de geração. As usinas hidrelétricas não podem gerar energia além da capacidade possibilitada pelos recursos hídricos do País. O controle dos reservatórios efetuado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS busca otimizar o nível de água disponível para geração hidrelétrica em cada uma das bacias associadas aos respectivos reservatórios, além de manter certa quantidade de água em reserva, para situações de emergência.

Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e ocasionar perdas em função de aumentos de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. No ano de 2007, apesar da redução no ritmo de crescimento dos níveis dos reservatórios hídricos das regiões sudeste e nordeste, não houve necessidade de racionamento ou acionamento - visto que o Operador Nacional do Sistema - ONS não precisou recorrer às mais onerosas de geração para abastecer todo o sistema interligado.

i) Risco de mercado

A Companhia é detentora de concessão para distribuir energia elétrica em 254 dos 497 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Dentro de sua área de concessão a Companhia atua em regime monopolista na distribuição de energia elétrica a consumidores residenciais, comerciais e industriais supridos na média tensão.

No entanto, os fornecedores de energia elétrica podem competir com a Companhia na oferta de energia elétrica a certos consumidores classificados como consumidores livres. De forma geral, os consumidores potencialmente livres são aqueles cuja carga excede 3 MW na tensão de 69 KV ou ainda os novos consumidores atendidos em qualquer tensão que tiveram o início de fornecimento a partir de 1995 e que tenham contratado carga igual ou maior que 3 MW.

No ano de 2007, a Companhia distribuiu energia a 51 consumidores livres, que representaram aproximadamente 10,2% da quantidade total de energia elétrica distribuída nesse período. Os referidos consumidores livres não estão sujeitos a nossa proteção tarifária, mas pagam pelo uso da rede elétrica (TUSD). Mesmo que parte da receita deixe de ser auferida, a Distribuidora tem seus custos com energia reduzidos na proporção da energia deixar de ser distribuída.

Adicionalmente, consumidores com demanda contratada igual ou superior a 500 kW podem adquirir energia de fontes renováveis, como PCH's (pequenas centrais

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Pólo eólico) biomassa e eólica. No ano de 2007, a Companhia forneceu energia elétrica a 2.572 consumidores com exceção da carga representando aproximadamente 24,8% da energia elétrica distribuída.

O aumento na migração de consumidores livres passando a comprar energia elétrica de outras concessionárias pode afetar de maneira adversa a participação de mercado da Companhia e, consequentemente, seus resultados operacionais e financeiros.

f) Risco regulatório

A principal atividade comercial da Companhia, a distribuição de energia elétrica, é um serviço público e, portanto, está sujeita a um ambiente altamente regulamentado. A concessão da ANEEL também compreende poderes regulatórios específicos sobre aspectos dos negócios da Companhia, incluindo determinação de tarifas cobradas pela Companhia. Se tais tarifas forem reduzidas ou se os investimentos sejam inadequados, a Companhia pode ser obrigada pela ANEEL a efetuar gastos adicionais imprevistos e não poderá ajustar, temporariamente, suas tarifas para repassar integralmente o valor de tais despesas adicionais, os resultados da Companhia poderão ser afetados adversamente.

Além disso, o Governo Federal vem implementando mudanças significativas na legislação do setor elétrico brasileiro nos últimos anos, especialmente por meio da criação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, a entrada regulamentação pelos reajustes tarifários pelo Governo Federal, a entrada em regulamentação do Governo Federal, aumentar o investimento privado na geração, transmissão e distribuição de energia no Brasil e incentivar a competição no setor.

Com a sua promulgação em 15 de março de 2004, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico introduziu diversas modificações no ambiente de atuação das empresas distribuidoras de energia elétrica, especificamente quanto à liberdade de exercerem certas atividades relacionadas ao serviço público concedido. Ou seja, futuras reformas no setor elétrico poderão afetar de maneira adversa os negócios e resultado operacional da Companhia.

g) Riscos de preços dos serviços

A ANEEL tem por dever e obrigação estabelecer os preços de venda e compra que a Companhia cobra de seus consumidores, conforme poder estabelecido na legislação vigente do setor elétrico brasileiro. As tarifas são determinadas em conformidade com

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

contrato de concessão celebrado entre a Companhia e o Poder Concedente, em conformidade com os padrões regulatórios e de diretrizes da ANEEL e tendo como principal base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A legislação brasileira e os contratos de concessão estabelecem um mecanismo de fixação de tarifas que permite dois tipos de ajustes tarifários: (i) o reajuste anual, cuja revisão periódica a cada cinco anos pode ser extraordinária

A Companhia está sujeita às alterações praticadas pela ANEEL e/ou decisões desses entes de diversas esferas que podem afetar seu desempenho financeiro. Portanto, na medida em que qualquer dessas ações não seja considerada ou reconhecida pela ANEEL em tempo de recuperar os custos incorridos, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados.

Nessa forma, na hipótese de alterações impactarem nas condições originais de contratação, caso os reajustes tarifários ou ainda a aplicação da cláusula de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não ocorram tempestivamente, ou ainda no caso de falta de caixa a geração financeira e os resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados adversamente.

b) Bases de mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas normalmente aplicáveis a esses tipos de operações e "covenants" relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. A Administração da Companhia entende que essas cláusulas restritivas e esses "covenants" vêm sendo plenamente atendidos e estes não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

30 COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE

Os montantes de compra e venda de energia elétrica de curto prazo e seus respectivos valores foram provisionados com base em estimativas preparadas pela Administração da Companhia e ajustados quando divergentes às contabilizações efetuadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Abaixo demonstramos as contabilizações e liquidações do mercado de curto prazo:

a) Contabilizações efetuadas pela CCEE para os exercícios findos em:

14.08 - NOTAS EXPLICATIVAS

Operações	2007	2006
Encargos setoriais (ICMS)	(1.[illegible])	(1.911)
Compra de energia	(18.[illegible])	(16.[illegible])
Receita de vendas	1.[illegible]	[illegible]
Saldo das operações	(2.1321)	(3.564)

b) Saldos ativos e passivos existentes das liquidações em:

	2007	
Operações	Ativo	Passivo
Saldo inicial no período	-	219
Encargos de uso da rede elétrica		(1.[illegible])
Custo com energia	-	(817)
Receita de vendas	1.437	-
Saldos antes das liquidações	1.437	(3.691)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.437)	3.691
Saldo final no período	-	(440)

	2006	
Operações	Ativo	Passivo
Saldo inicial no período	8	44
Encargos de uso da rede elétrica	-	(1.814)
Custo com energia	-	(880)
Receita de vendas	7[illegible]	-
Saldos antes das liquidações	733	(2.650)
Encargos de uso da rede elétrica	(733)	2.869
Saldo final no período	-	219

31 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A principal transação com partes relacionadas refere-se a operações de compra de energia negociadas em condições normais de mercado, com anuência da ANEEL.

32 - SEGUROS (não auditado)

A Companhia possui apólices com coberturas de acordo com a orientação de especialistas, suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre ativos, levando a natureza e o grau de risco dos ativos e responsabilidades. As apólices contratadas estão de acordo

		2007		2006
Riscos	Data de vigência	Valor da apólice	Importância segurada	Importância segurada
Total				

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram revistas por nossos auditores independentes.

33 - FLUXO FINANCEIRO DA INCORPORAÇÃO DA DOC E PARTICIPAÇÕES

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A ANEEL estabeleceu através da Resolução Homologatória nº 1026, de 15 de julho de 2004, como parte do processo de aprovação da incorporação da CIEE - Participações S.A. pela Sul Geradora Energia S.A. que se trata de relatório contendo o fluxo financeiro resultante dos efeitos desta incorporação e dos negócios associados

Anualmente a Companhia irá elaborar o Fluxo financeiro da incorporação visando garantir a neutralidade dos efeitos da incorporação observando os seguintes procedimentos

i) Computar como "entradas" os efetivos benefícios do imposto de renda e da contribuição social decorrentes da amortização do ágio e dos juros da dívida originada na incorporação, assim como os juros que deixarem de ser distribuídos aos acionistas controladores, na forma de juros sobre o capital próprio e dividendos;

ii) Computar como "saídas" os desembolsos para a composição do principal e encargos da dívida assumida em decorrência da incorporação, assim como o valor dos juros e resgate de ações preferenciais e o aumento de capital na Sul Geradora Participações S.A. A Sul Geradora Participações S.A. foi absorvida em 1º de setembro de 2005;

iii) Remunerar os saldos dos valores das "entradas" e "saídas" com base na taxa prevista para o encargo da dívida incorporada.

Em caso de aprovação do Novo Fluxo Financeiro pela ANEEL, os controladores da Companhia deverão aportar recursos em valor equivalente ao prazo de 60 dias contados da data da notificação da ANEEL mantendo-se as mesmas participações dos acionistas minoritários e os acionistas controladores poderão reaver os dividendos a que fizeram jus para fins de aporte do Novo Fluxo Financeiro Negativo. Caso o Novo Fluxo Financeiro aprovado seja positivo, o mesmo será destinado para eventual compensação com aportes subseqüentes.

O Fluxo Financeiro anual acumulado em 31 de dezembro de 2006 foi positivo em R$ 43.381.

Revisado por outros auditores independentes que emitiram relatório de procedimentos pré-acordados em 23 de fevereiro de 2007, sem alterações.

14.02 - NOTAS - CICLO DE REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA

Através da Resolução nº 231, de 31 de outubro de 2006, a ANEEL estabeleceu os critérios gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos iniciais para a realização do Segundo Ciclo de Revisão Tarifária Periódica das concessionárias de distribuição de energia elétrica. Essa resolução visou consolidar e aprimorar os critérios utilizados no Primeiro Ciclo de Revisões Tarifárias, tais como a determinação do Custo do Capital da Base de Remuneração Regulatória e da Empresa de Referência

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em relação à movimentação da Base de Remuneração Regulatória relativo imobilizado, foi definido um procedimento de manutenção de cadastro atualizado dos registros contábeis contemplando baixas de adições e Bases atualizadas por ativo modalizado em serviço.

A alteração de um ou mais parâmetros referentes às Obrigações Especiais impactam diretamente nos pontos de referenciação regulatórios ocorridos em cada Revisão Tarifária. As Obrigações Especiais, a partir da Segunda Revisão Tarifária, passaram a ser amortizadas e registradas a crédito do resultado das concessionárias, mediante aplicação da taxa de depreciação média dos ativos a que se referem.

Quanto à premissa para cálculo da Taxa de Remuneração do Investimento a ser considerada na revisão tarifária foi mantida apenas com a atualização das séries Fisher Real e de Primário Cielo que considera a diferença entre Capital Próprio e Terceiros e Custo Real do Capital Variável (WACC tradicional).

Na definição dos Custos Operacionais será preservada a comparação com a Empresa de Referência, buscando haja a perspectiva de melhor definição da mesma pela ANEEL. Por outro lado, a ANEEL alterou a premissa de cálculo do Fator X, excluindo o componente X_q e adotou a metodologia de Choque Único para aplicação do componente X_e que prevê a aplicação em 100% ganho de escala do negócio de distribuição.

As implicações desta mudança na metodologia encontram-se sob análise da Administração da Companhia. A Segunda Revisão Tarifária Periódica ocorrerá a partir de abril de 2008.

15 PROGRAMA DE UNIVERSALIZAÇÃO

Conforme Decreto 4.873 de 11 de novembro de 2003 foi instituído o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos, com o atendimento de novas ligações até o ano de 2008. Programa Luz para Todos, serão os seguintes:

Através do Programa Luz Para Todos, em 2007 foram ligados 2.438 novos consumidores, com o custo de R$ 34.920, sendo a RGE participou com 20% de ligações as metas previstas para o programa, que encerra-se em 2008.

Dos montantes previstos pela Eletrobrás no valor de R$ 39.4 , foram liberados até o final do exercício de 2007, o montante de R$ 25.4 , não encontrando-se os recursos restantes sob a disponibilidade da Eletrobrás. A participação da Cia. estadual foi de R$ 15.966

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible]

6.08 - NOTAS EXPLICATIVAS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

(Reclassificado de acordo com a Deliberação CVM nº 608, de 16 de novembro de 2008)

(Em milhares de reais)

	2007	2006
Receitas		
Receita de serviços e produtos e serviços	[illegible]	[illegible]
Provisão para perdas de liquidação duvidosa	[illegible]	[illegible]
Receita de Construção Própria	[illegible]	[illegible]
	2.401.602	2.355.915
Insumos		
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
	(1.208.276)	(1.146.644)
Valor adicionado bruto	1.203.326	1.209.537
Retenções		
Depreciação, amortização	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
	(159.586)	(185.116)
Valor adicionado líquido	1.041.513	1.024.091
Valor adicionado transferido		
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-
Receitas Financeiras	99.727	92.343
Impostos, taxas e contribuições sobre [illegible]	-	-
	99.727	92.343
Valor adicionado distribuído	1.141.240	1.116.434
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	[illegible]	[illegible]
Impostos, taxas e contribuições	[illegible]	[illegible]
Despesas financeiras e aluguéis	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Lucros retidos	-	[illegible]
	1.141.240	1.116.434
Valor adicionado distribuído por empregado	814	941

14.00 - NOTAS EXPLICATIVAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Reconciliação de Ajustes)

	2007	2006
Fluxo de caixa das atividades		
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) com o caixa		
Depreciação e amortização		
Provisão para devedores duvidosos		
Provisão para perdas em investimentos		
Resultado de equivalência patrimonial		
Provisão para contingências		
Despesa de juros		
Outros		
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber		
Estoques		
Despesas com exercícios seguintes		
Fornecedores		
Impostos a recolher		
Outros		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado		
Intangível		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos		
Pagamento de dividendos		
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		
Aumento líquido de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		
Saldo de disponibilidades no final do exercício		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01553-5	[illegible]	[illegible]

ÍNDICE

Versão	Quadro	Descrição	Página
[illegible]	01	[illegible]	
[illegible]	02	[illegible]	[illegible]
[illegible]	03	[illegible]	[illegible]
[illegible]	04	[illegible]	[illegible]
[illegible]	05	[illegible]	[illegible]
[illegible]	06	[illegible]	[illegible]
[illegible]	07	[illegible]	[illegible]
[illegible]	08	[illegible]	[illegible]
[illegible]	09	[illegible]	[illegible]
[illegible]	10	[illegible]	[illegible]
[illegible]	11	[illegible]	[illegible]
[illegible]	12	[illegible]	[illegible]
[illegible]	13	[illegible]	[illegible]
[illegible]	14	[illegible]	[illegible]
[illegible]	15	[illegible]	[illegible]

- Informações Financeiras da Companhia Relativas ao Trimestre e Período de Três Meses Encerrado em 31 de Março de 2009 e Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão Especial

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01653-5	RIO GRANDE ENERGIA S.A	02.016.439/0001-38
4 - NIRE		
43300036138		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BAIRRO OU DISTRITO
Rua Mário de Boni 1902				Floresta
3 - CEP	4 - MUNICÍPIO			5 - UF
95012-580	Caxias do Sul			RS
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX
054	3206-3150	3206-3170	-	
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX	
054	3206-3151	-	-	
15 - E-MAIL				
lhferreira@rge-rs.com.br				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME				
Luis Henrique Ferreira Pinto				
2 - ENDEREÇO COMPLETO				3 - BAIRRO OU DISTRITO
Rua Mário de Boni 1902				Floresta
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO			6 - UF
95012-580	Caxias do Sul			RS
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX
054	3206-3150	3206-3170	-	
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX	
054	3206-3151	-	-	
16 - E-MAIL				
lhferreira@rge-rs.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INICIO	2 - TERMINO	3 - NUMERO	4 - INICIO	5 - TERMINO	6 - NUMERO	7 - INICIO	8 - TERMINO
01/01/2009	31/12/2009	1	01/01/2009	31/03/2009	4	01/10/2008	31/12/2008

9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	10 - CODIGO CVM
KPMG Auditores Independentes	00418-9
11 - NOME DO RESPONSAVEL TECNICO	12 - CPF DO RESP. TECNICO
Wladimir Omiechuk	315.757.570-87

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01653-5	RIO GRANDE ENERGIA S A	02.016.439/0001-38

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 31/03/2009	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2008	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 31/03/2008
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	656.503	656.503	656.503
2 - Preferenciais	150.666	150.666	150.666
3 - Total	807.169	807.169	807.169
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONARIO
Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
1120 - Energia Elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Não Apresentado
7 - TIPO DO RELATORIO DOS AUDITORES
Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INICIO PGTO	6 - ESPECIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓD.CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01653-5	RIO GRANDE ENERGIA S.A.	02.016.439/0001-38

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1 - ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	26/03/2009	851,861	20,937	Reserva de Capital	0	0,0000000000

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
28/04/2009	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01653-5	RIO GRANDE ENERGIA S A	02.016.439/0001-38

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CODIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2009	4 - 31/12/2008
1	Ativo Total	2 873 238	2 556 318
1 01	Ativo Circulante	859 354	547 154
1 01 01	Disponibilidades	281 230	41 985
1 01 02	Creditos	551 193	482 702
1 01 02 01	Clientes	381 627	343 821
1 01 02 01 01	Consumid Concessionr e Permissionárias	392 097	370 986
1 01 02 01 02	Provp/Creditos de Liquidação Duvidosa	(10 470)	(27 165)
1 01 02 02	Créditos Diversos	169 566	138 881
1 01 02 02 02	Tributos a Compensar	25 380	25 518
1 01 02 02 03	Creditos Fiscais Diferidos	27 936	26 886
1 01 02 02 04	Diferimento de Custos Tarifários	94 287	60 985
1 01 02 02 05	Despesas Pagas Antecipadamente	9 915	9 683
1 01 02 02 06	Derivativos	11 048	15 409
1 01 03	Estoques	6 670	6 434
1 01 04	Outros	20 261	16 033
1 02	Ativo Não Circulante	2 013 884	2 049 164
1 02 01	Ativo Realizável a Longo Prazo	428 464	463 216
1 02 01 01	Créditos Diversos	419 650	429 427
1 02 01 01 01	Consumid Concessionr e Permissionárias	37 938	42 944
1 02 01 01 02	Depositos Judiciais	78 937	80 512
1 02 01 01 03	Tributos a Compensar	17 670	18 109
1 02 01 01 04	Créditos Fiscais Diferidos	269 564	271 114
1 02 01 01 05	Diferimento de Custos Tarifários	13 448	14 928
1 02 01 01 06	Despesas Pagas Antecipadamente	1 519	1 529
1 02 01 01 07	Derivativos	574	191
1 02 01 02	Creditos com Pessoas Ligadas	0	0
1 02 01 02 01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1 02 01 02 02	Com Controladas	0	0
1 02 01 02 03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1 02 01 03	Outros	8 814	33 789
1 02 02	Ativo Permanente	1 585 420	1 585 948
1 02 02 01	Investimentos	0	0
1 02 02 01 01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1 02 02 01 02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1 02 02 01 03	Participações em Controladas	0	0
1 02 02 01 04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1 02 02 01 05	Outros Investimentos	0	0
1 02 02 02	Imobilizado	1 111 839	1 105 180
1 02 02 02 01	Imobilizado	1 251 007	1 238 705
1 02 02 02 02	(-) Obrig Esp Vinculadas a Concessão	(139 168)	(133 525)
1 02 02 03	Intangivel	473 581	480 768

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01653-5	RIO GRANDE ENERGIA S A	02.016.439/0001-38

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2009	4 - 31/12/2008
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01653-5	RIO GRANDE ENERGIA S A	02.016.439/0001-38

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2009	4 - 31/12/2008
2	Passivo Total	2 873 238	2 556 318
2 01	Passivo Circulante	948 536	732 664
2 01 01	Empréstimos e Financiamentos	248 399	87 539
2 01 01 01	Encargos de Dívidas	4 292	4 015
2 01 01 02	Empréstimos e Financiamentos	244 107	83 524
2 01 02	Debêntures	237 388	231 287
2 01 02 01	Debêntures	205 453	205 703
2 01 02 02	Encargos de Debêntures	31 935	25 584
2 01 03	Fornecedores	184 403	191 581
2 01 04	Impostos Taxas e Contribuições	65 254	42 246
2 01 05	Dividendos a Pagar	59 865	59 871
2 01 06	Provisões	0	0
2 01 07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2 01 08	Outros	153 227	119 740
2 01 08 01	Entidade de Previdência Privada	1 154	2 376
2 01 08 02	Taxas Regulamentares	13 074	14 824
2 01 08 03	Obrigações Estimadas	6 489	7 265
2 01 08 04	Diferimento de Ganhos Tarifários	26	1 438
2 01 08 05	Derivativos	124	3
2 01 08 06	Débitos Fiscais Diferidos	8 695	9 077
2 01 08 08	Outros	123 665	84 757
2 02	Passivo Não Circulante	700 955	685 460
2 02 01	Passivo Exigível a Longo Prazo	700 955	685 460
2 02 01 01	Empréstimos e Financiamentos	195 426	183 138
2 02 01 01 01	Encargos de Dívidas	0	0
2 02 01 01 02	Empréstimos e Financiamentos	195 426	183 138
2 02 01 02	Debêntures	406 200	406 200
2 02 01 03	Provisões	52 081	52 918
2 02 01 03 01	Provisões para Contingências	52 081	52 918
2 02 01 04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2 02 01 05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2 02 01 06	Outros	47 248	43 204
2 02 01 06 01	Entidade de Previdência Privada	0	0
2 02 01 06 02	Débitos Fiscais Diferidos	4	50
2 02 01 06 03	Diferimento de Ganhos Tarifários	553	0
2 02 01 06 04	Derivativos	9	0
2 02 01 06 05	Outros	46 689	43 154
2 03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2 05	Patrimônio Líquido	1 223 747	1 178 194
2 05 01	Capital Social Realizado	851 851	830 924
2 05 02	Reservas de Capital	313 062	333 999

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01653-5	RIO GRANDE ENERGIA S A	02.016.439/0001-38

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CODIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2009	4 - 31/12/2008
2 05 03	Reservas de Reavaliação	0	0
2 05 03 01	Ativos Próprios	0	0
2 05 03 02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2 05 04	Reservas de Lucro	13.271	13.271
2 05 04 01	Legal	13.271	13.271
2 05 04 02	Estatutária	0	0
2 05 04 03	Para Contingências	0	0
2 05 04 04	De Lucros a Realizar	0	0
2 05 04 05	Retenção de Lucros	0	0
2 05 04 06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2 05 04 07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2 05 05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0
2 05 05 01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2 05 05 02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2 05 05 03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2 05 06	Lucros/Prejuízos Acumulados	45.553	0
2 05 07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01653-5	RIO GRANDE ENERGIA S A	02.016.439/0001-38

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/03/2009	4 - 01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/2008	6 - 01/01/2008 a 31/03/2008
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	643.604	643.604	639.575	639.575
3.02	Deduções da Receita Bruta	(228.861)	(228.861)	(216.395)	(216.395)
3.02.01	ICMS	(128.971)	(128.971)	(120.904)	(120.904)
3.02.02	PIS	(10.619)	(10.619)	(11.309)	(11.309)
3.02.03	COFINS	(48.914)	(48.914)	(51.171)	(51.171)
3.02.04	Reserva Global de Reversão	(4.591)	(4.591)	(4.111)	(4.111)
3.02.05	Conta de Consumo de Combustível - CCC	(16.243)	(16.243)	(9.543)	(9.543)
3.02.06	Conta de Desenvolvimento Energético CDE	(15.366)	(15.366)	(15.132)	(15.132)
3.02.07	Programa P & D e Eficiência Energetica	(4.156)	(4.156)	(4.222)	(4.222)
3.02.08	Encargos Emergênciais (ECE/EAEE)	(1)	(1)	(3)	(3)
3.03	Receita Liquida de Vendas e/ou Serviços	414.743	414.743	423.180	423.180
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(314.038)	(314.038)	(305.388)	(305.388)
3.04.01	Custo com Energia Elétrica	(280.831)	(280.831)	(274.738)	(274.738)
3.04.02	Pessoal	(5.428)	(5.428)	(5.223)	(5.223)
3.04.03	Entidade de Previdência Privada	(213)	(213)	(13)	(13)
3.04.04	Material	(1.355)	(1.355)	(1.299)	(1.299)
3.04.05	Serviços de Terceiros	(5.222)	(5.222)	(4.270)	(4.270)
3.04.06	Depreciação e Amortização	(20.092)	(20.092)	(17.697)	(17.697)
3.04.07	Outras	(461)	(461)	(1.713)	(1.713)
3.04.08	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(436)	(436)	(435)	(435)
3.05	Resultado Bruto	100.705	100.705	117.792	117.792
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(31.822)	(31.822)	(57.379)	(57.379)
3.06.01	Com Vendas	801	801	(13.759)	(13.759)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(20.207)	(20.207)	(14.828)	(14.828)
3.06.03	Financeiras	(2.056)	(2.056)	(16.291)	(16.291)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	30.497	30.497	15.794	15.794
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(32.553)	(32.553)	(32.085)	(32.085)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01653-5	RIO GRANDE ENERGIA S A	02.016.439/0001-38

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/03/2009	4 - 01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/2008	6 - 01/01/2008 a 31/03/2008
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.04.01	Recuperação de Incobráveis	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(10.360)	(10.360)	(12.501)	(12.501)
3.06.05.01	Amortização do Ágio	(5.079)	(5.079)	(5.671)	(5.671)
3.06.05.02	Taxa Fiscalização ANEEL	(857)	(857)	(828)	(828)
3.06.05.03	Perdas (Ganhos) na Alien. e Desat. ativo	(4.424)	(4.424)	(5.755)	(5.755)
3.06.05.04	Provisão para perda Energia Livre	0	0	(247)	(247)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	68.883	68.883	60.413	60.413
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	68.883	68.883	60.413	60.413
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(23.330)	(23.330)	(20.634)	(20.634)
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	45.553	45.553	39.779	39.779
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	807.169	807.169	807.169	807.169
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,05644	0,05644	0,04928	0,04928
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01653-5	RIO GRANDE ENERGIA S A	02.016.439/0001-38

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CODIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/03/2009	4 - 01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/2008	6 - 01/01/2008 a 31/03/2008
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	95.383	95.383	47.147	47.147
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	125.955	125.955	109.872	109.872
4.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Líquido Incluindo IRPJ	68.883	68.883	60.413	60.413
4.01.01.02	Depreciação e Amortização	30.536	30.536	26.282	26.282
4.01.01.03	Provisão para Contingências	130	130	(218)	(218)
4.01.01.04	Juros e Atualizações Monetárias	25.166	25.166	23.330	23.330
4.01.01.05	Instrumentos Derivativos	(698)	(698)	0	0
4.01.01.06	Gastos com Plano de Pensão	(934)	(934)	0	0
4.01.01.07	Perdas (Ganhos) na Bx Ativo Imob. e Inve	2.872	2.872	6.211	6.211
4.01.01.08	Outros	0	0	(6.126)	(6.126)
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(30.572)	(30.572)	(62.725)	(62.725)
4.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permiss	(32.600)	(32.600)	(17.027)	(17.027)
4.01.02.02	Tributos a Compensar	(23)	(23)	4.023	4.023
4.01.02.03	Estoques	(236)	(236)	209	209
4.01.02.04	Diferimento de Custos Tarifários	(31.822)	(31.822)	7.402	7.402
4.01.02.05	Depositos Judiciais	1.575	1.575	(1.841)	(1.841)
4.01.02.06	Outros Ativos Regul.-Sobrecont. Energia	(700)	(700)	0	0
4.01.02.07	Outros Ativos Operacionais	21.325	21.325	24.986	24.986
4.01.02.08	Fornecedores	(7.578)	(7.578)	(13.661)	(13.661)
4.01.02.09	Imp de Renda e Contrib Social Pagos	(10.022)	(10.022)	(12.481)	(12.481)
4.01.02.10	Outros Tributos e Contribuições Sociais	9.772	9.772	1.949	1.949
4.01.02.11	Folha de Pagamento	(715)	(715)	(435)	(435)
4.01.02.12	Diferimento de Ganhos Tarifários	(862)	(862)	46	46
4.01.02.13	Outras Obrig com Entidade Prev. Privada	(288)	(288)	0	0
4.01.02.14	Encargos de Dívidas - Pagos	(17.670)	(17.670)	(51.883)	(51.883)
4.01.02.15	Taxas Regulamentares	(1.750)	(1.750)	817	817
4.01.02.16	Outros Passivos Regul.-Sobreconl Energia	11.822	11.822	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01653-5	RIO GRANDE ENERGIA S.A	02.016.439/0001-38

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 A 31/03/2009	4 - 01/01/2009 A 31/03/2009	5 - 01/01/2008 A 31/03/2008	6 - 01/01/2008 A 31/03/2008
4.01.02.17	Outros Passivos Operacionais	29.400	29.400	(7.959)	(7.959)
4.01.03	Outros	0	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(32.880)	(32.880)	(37.516)	(37.516)
4.02.01	Aquisições de Imobilizado	(37.788)	(37.788)	(38.307)	(38.307)
4.02.02	Adições ao Intangível	(2.105)	(2.105)	(1.134)	(1.134)
4.02.03	Acréscimo de Obrigações Especiais	7.013	7.013	1.925	1.925
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	175.742	175.742	26.139	26.139
4.03.01	Capt.Empréstimos, Financ.e Debêntures	187.173	187.173	180.000	180.000
4.03.02	Amort.Principal de Emprést., Financ.e Debênt.	(10.425)	(10.425)	(153.858)	(153.858)
4.03.03	Dividendos/Jrs sobre o Cap.Próprio Pagos	(6)	(6)	(3)	(3)
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes	239.245	239.245	35.770	35.770
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	41.985	41.985	47.270	47.270
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	281.230	281.230	83.040	83.040

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01653-5	RIO GRANDE ENERGIA S A	02.016.439/0001-38

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 31/03/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	930.924	333.999	0	13.271	0	0	1.178.194
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	930.924	333.999	0	13.271	0	0	1.178.194
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	45.553	0	45.553
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Reversão de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/ Redução de Capital Social	29.937	(29.937)	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/ Realização/ Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	960.861	304.062	0	13.271	45.553	0	1.223.747

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01653-5	RIO GRANDE ENERGIA S A	02.016.439/0001-38

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 31/03/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS / PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	830.924	333.999	0	13.271	0	0	1.178.194
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	830.924	333.999	0	13.271	0	0	1.178.194
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	45.553	0	45.553
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Reversão de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento / Redução de Capital Social	30.937	(30.937)	0	0	0	0	0
5.09	Constituição / Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	861.861	303.062	0	13.271	45.553	0	1.223.747

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Rio Grande Energia S.A., Sociedade por ações de capital aberto, é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, autorizada a operar nas Regiões Norte e Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, tendo sido constituída em 28 de julho de 1997, sob a denominação de Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica – CNNDEE, privatizada em 21 de outubro de 1997 e sua denominação alterada para Rio Grande Energia S.A. naquele ano.

O objetivo social da Sociedade é realizar estudos, projetos, construções e operações de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica e desenvolver atividades associadas à prestação de serviços de energia elétrica. Atualmente, as operações da Sociedade se concentram na exploração da concessão de distribuição de energia elétrica.

Em 6 de novembro de 1997, a Sociedade e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 13/1997, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantam a prestação do serviço, na sua área de concessão.

O prazo de duração da concessão é de 30 anos, até 6 de novembro 2027, podendo ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Sociedade contempla 254 municípios, que totalizam uma área geográfica de 90.896 km2 atendendo a uma população de 3,6 milhões de habitantes (informações não examinadas pelos auditores independentes).

2 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais (ITR's) e as notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma, e foram elaboradas (i) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tendo atendido de forma integral todos os conceitos introduzidos pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, (ii) segundo o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, (iii) em conformidade com as normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), (iv) tendo como base as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e estão consistentes

com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras (DF's) do último exercício social, devendo ser analisadas em conjunto.

Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07 que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), relacionados à preparação e divulgação das demonstrações financeiras. Em 3 de dezembro de 2008, a Medida Provisória nº 449 alterou e complementou alguns aspectos da referida lei e instituiu o regime tributário de transição, dentre outras providências.

As Informações Trimestrais de 31 de março de 2009 e as Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2008 refletem, em todos os aspectos materiais, as modificações propostas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08. Em conformidade com o CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, a Sociedade modificou as informações trimestrais referente ao período de 31 de março de 2008, de modo a contemplar as modificações previstas em lei.

Desta forma, os efeitos das alterações de práticas contábeis e reclassificações no resultado dos trimestres findos em 31 de março de 2009 e 2008 estão apresentados a seguir:

	Lucro Líquido		Patrimônio Líquido
	31/3/2009	31/3/2008	31/3/2009
Posição antes da adoção da Lei 11.638/07	45.037	33.074	1.222.973
Ajustes			
- Derivativos	733	(257)	826
- Instrumentos Financeiros reconhecidos ao Valor Justo	(7)	(128)	72
- Reversão da Reserva de Reavaliação	-	10.601	-
- Arrendamento mercantil	56	50	275
- Imposto diferido sobre os ajustes acima	(266)	(3.561)	(399)
Subtotal	516	6.705	774
Posição após a adoção da Lei 11.638/07	**45.553**	**39.779**	**1.223.747**
Reclassificações realizadas			
Resultado			
De resultado não operacional para Outras Despesas Operacionais	(4.424)	(8.403)	
De Outras Receitas Operacionais para Despesas com Vendas	-	1.319	
De Despesas Gerais e Adm para Outras Despesas Operacionais	-	(828)	
De Despesas Gerais e Adm para Outras Despesas Financeiras	-	(41)	

01653-5 RIO GRANDE ENERGIA S.A 02.016.439/0001-38

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3 ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

	31/03/2009			31/12/2008		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Ativos						
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias						
Energia Livre	72	70	142	139	141	280
Descontos TUSD e Irrigação	2.850	-	2.850	3.025	2.937	5.982
	2.922	70	2.992	3.164	3.078	6.262
Diferimento de Custos Tarifários						
CVA	94.287	13.448	107.735	60.985	14.928	75.913
	94.287	13.448	107.735	60.985	14.928	75.913
Despesas Pagas Antecipadamente						
Sobrecontratação - Perdas	2.294		2.294	2.088	-	2.088
Descontos TUSD Geradoras	564	-	564	3.504	-	3.504
Sobrecontratação	140	-	140	940	-	940
Outros Componentes Financeiros	5.852	-	5.852	2.506	-	2.506
	8.850	-	8.850	8.938	-	8.938
Passivos						
Diferimento de Ganhos Tarifários						
CVA	(26)	(550)	576	(1.438)		(1.438)
	(26)	(550)	(576)	(1.438)	-	(1.438)
Outras Contas a Pagar						
Revisão Tarifária	(48.389)		(48.389)	(25.961)		(25.961)
Sobrecontratação	(19.286)	-	(19.286)	(17.464)	-	(17.464)
Descontos TUSD Geradoras	(5.456)	-	(5.456)	-	-	-
Outros Componentes Financeiros	(17.928)		(17.928)	(12.448)	-	(12.448)
	(91.079)	-	(91.079)	(45.873)	-	(45.873)
Total	14.954	12.968	27.922	25.796	18.006	43.802

a) Energia livre:

A Lei 10.438/02, de 26 de abril de 2002, determinou que a parcela das despesas com a compra de energia no âmbito do antigo Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), denominada como "Energia Livre", realizadas até dezembro de 2002, decorrentes da redução da geração de energia elétrica nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e consideradas nos denominados contratos iniciais e equivalentes, fossem repassadas aos consumidores finais, de forma proporcional ao consumo individual verificado.

Adicionalmente, a Sociedade constitui provisão para perdas no recebimento deste ativo, tendo em vista que os prazos de recuperação da Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) definidos pela ANEEL deverão ser observados irrestritamente, não havendo nenhum aspecto que autorize sua ampliação pelas concessionárias, conforme disposto no Ofício Circular nº 2.218/2005-SFF/ANEEL, de 23 de dezembro de 2005.

Descrição	Energia Livre Ativo
Valor homologado pela ANEEL	11.104
Remuneração	9.988
Provisão para perdas	(7.725)
Amortização	(13.225)
Saldo em 31 de março de 2009 a amortizar	**142**

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b.1) 2º Ciclo de Revisão Tarifária:

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 636/08, estabeleceu, em caráter provisório, que as tarifas da Sociedade ficam reajustadas em um percentual de 4,77%, sendo -5,38% relativos ao reposicionamento tarifário e 10,15% relativos aos componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica. Foi, também, estabelecido provisoriamente o Fator Xe de 0,66% que seria aplicado como redutor da Parcela B nos reajustes tarifários subseqüentes de 2009, 2010, 2011 e 2012.

Receita Verificada	**1.950.452**
Encargos Setoriais	191.388
Compra de Energia Elétrica	948.665
Transporte de Energia	184.653
Parcela A	**1.324.707**
Parcela B	**533.062**
Receita Requerida (Parc. A + B)	**1.857.769**
(-) Outras Receitas	(12.170)
Receita Requerida Líquida	**1.845.598**
Componentes Financeiros	**187.320**
CVA	32.364
PA Rede básica	56
Programa Luz para Todos	(466)
Passivo Suprimento (Resolução 243/2006)	(16.594)
Passivo Financeiro mudança TUSDg	11.679
Previsão Subsidios	27.210
Subsidios Tarifários	24.497
Garantia Financeira	94
Laudo de Avaliação de Ativos	235
Campanha de Medidas	589
Sobrecontratação/Dif. Submercado	2.801
Recálculo IRT 2007 - Compra de Energia - Proinfa	129
Previsão Subsidio para Cooperativas	104.725
Reposicionamento Econômico	**-5,37%**
Componentes Financeiros	**10,15%**
Reposicionamento Total	**4,78%**

Através da Resolução Homologatória nº 801/09 a ANEEL homologou o resultado definitivo da 2º Revisão Tarifária da Sociedade, com o reposicionamento tarifário de -8,11% e de 0% para o componente Xe do "Fator X".

b.2) Reajuste Tarifário - 2009:

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 810/09 de 14 de abril de 2009, estabeleceu o Reajuste Tarifário Anual em um percentual médio de 18,95%, composto como segue: 10,44% relativo ao reajuste tarifário anual e 8,50% relativo a componentes financeiros externos ao reajuste anual.

O percentual médio de reajuste a ser percebido pelos consumidores cativos é de 3,43%

Receita Verificada	**1.902.839**
Encargos Setoriais	222.227
Compra de Energia Elétrica	1.089.099
Transporte de Energia	201.789
Parcela A	**1.513.115**
Parcela B	**588.468**
Receita Requerida (Parc. A + B)	**2.101.583**
(-) Outras Receitas	-
Receita Requerida Líquida	**2.101.583**
Componentes Financeiros	**178.722**
CVA	113.340
Sobrecontratação	(1.949)
Adiantamentos	138.013
Subsidio de Baixa Rrenda	1.519
Desconto de TUSD e Irrigação	1.625
Encargos de Conexão e Fronteira	(2.073)
Recálculo Revisão Tarifária 2008	(50.899)
Subsidio Cooperativas	(16.178)
Outros Componentes	(4.676)
Reposicionamento Econômico	**10,44%**
Componentes Financeiros	**8,50%**
Reposicionamento Total	**18,95%**

c)Componentes Financeiros:

c.1) Descontos na TUSD e na Irrigação:

A Sociedade vem reconhecendo ativos regulatórios referentes aos descontos especiais aplicados sobre a TUSD, para os clientes livres com suprimento de energia elétrica oriundo de fontes alternativas de energia, e sobre as tarifas aplicadas às atividades de irrigação e aqüicultura. A partir da Revisão Tarifária de

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2008 a ANEEL estabeleceu adiantamentos tarifários relacionados à previsão desses descontos para o próximo período tarifário. A diferença entre o valor considerado neste reajuste tarifário e o efetivamente realizado será apurada mensalmente para fins de inclusão no próximo reajuste tarifário.

c.2) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"):

Refere-se ao mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis incorridos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas através da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Os saldos líquidos entre ativos e passivos de CVA, segregados por natureza e respectiva competência, estão assim demonstrados:

	31/3/2009				31/12/2008			
	Homologados	Não Homologados			Homologados	Não Homologados		
	2009	2008	2009	Total	2008	2007	2008	Total
Custos Energia Elétrica	-	(6.193)	36.526	43.319	12.671	1.369	13.566	27.936
Proinfa	-	301	3.729	4.030	788	-		788
Conta de consumo de combustível - CCC		759	11.460	12.219	2.032		12.103	14.135
Transporte de Itaipu		(26)	1.145	1.119	(68)		742	674
Rede Básica		865	8.952	9.817	(1.059)		4.740	3.380
Encargo do serviço do sistema - ESS	-	(144)	33.546	33.402	(772)		27.687	26.915
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	129	3.124	3.253	345		533	879
	-	8.677	98.482	107.159	13.936	1.369	59.171	74.475

c.2.1) Revisão Tarifária 2008 – valores em compensação:

Esse valor é composto pelo montante de R$ 8.677 computado nos 12 meses anteriores à Revisão Tarifária de 2008

c.2.2) Variação capturada para o Reajuste Tarifário 2009:

O valor apurado devido à variação dos custos a partir de 19 de abril de 2008 é de R$ 98.482, os quais estão previstos para repasse às tarifas de energia elétrica da sociedade no próximo reajuste tarifário, que ocorrerá em 19 de abril de 2009.

c.3) Reajuste Tarifário - TUSDg:

Conforme previsto no Art. 7º da Resolução Normativa nº 77, de 18 de agosto de 2004, foram considerados no atual reajuste tarifário da Sociedade os valores relativos à perda de receita de distribuição decorrentes dos descontos concedidos na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD, aplicáveis aos empreendimentos hidrelétricos com potência instalada igual ou inferior a 1 MW e aos geradores com potência instalada menor ou igual a 30 MW (PCH e Fontes Incentivadas), destinados à produção independente ou autoprodução, incidindo

na produção e no consumo da energia comercializada e adquirida pelos consumidores livres. No atual reajuste tarifário da Sociedade foram contemplados, a partir dos valores validados pela SFF, o saldo do adiantamento considerado no ano anterior, de R$ (5.495).

c.4) Sobrecontratação de Energia:

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia e potência por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes da sobrecontratação de energia elétrica, limitados em 3% do requisito de carga. Os montantes de energia previstos no contrato de suprimento da Sociedade com a AES Uruguaiana, não mais foram registrados na CCEE a partir de setembro de 2008, levando a companhia a condição de "exposição involuntária", reconhecida pela ANEEL por meio do despacho nº 768 de 03 de março de 2009, do montante total de energia contratada.

Para capturar os efeitos econômicos desta exposição ao mercado de curto prazo ("spot") a Sociedade constituiu passivo regulatório de R$ (19.286) na data base de 31 de março de 2009,que corresponde a diferença de preço da energia adquirida na CCEE em relação ao preço médio de compra de energia estabelecido na Revisão Tarifária de 2008.

c.5) Baixa Renda:

A Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002 e o Decreto nº 4.336 de 15 de agosto de 2002 estabeleceram novas diretrizes e critérios para o enquadramento de unidades consumidoras na subclasse residencial baixa renda. De acordo com a legislação, enquadram-se neste novo critério as unidades consumidoras atendidas por circuito monofásico e com consumo mensal médio nos últimos 12 meses inferior a 80kWh, e as unidades consumidoras com consumo mensal médio nos últimos 12 meses entre 80 e 220kWh desde que atendidos alguns requisitos específicos, tais como o registro em Programas Sociais do Governo Federal.

Visto que nem todo o subsídio referente ao conjunto de consumidores baixa renda é contemplado no montante da subvenção econômica homologada pela ANEEL e repassado às distribuidoras pela ELETROBRÁS, foi considerado no atual Reajuste Tarifário a título de "Saldo Subsídio - Baixa Renda" o valor de R$ 1.519.

c.6) Cooperativas:

A Resolução 205/05, estabeleceu os procedimentos e as condições gerais para a definição de tarifas básicas e iniciais de cooperativas de eletrificação rural a serem enquadradas como permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Revisão Tarifária Periódica de 2008 foi calculada considerando as tarifas "cheias", sem a aplicação dos descontos relativos às cooperativas de eletrificação rural, de forma que o mercado subsidiante definido na estrutura tarifária não fosse majorado para compensar o referido desconto. A perda de receita projetada para o período tarifário de 19 de abril de 2008 a 18 de abril de 2009 da concessionária, relativa à concessão desses descontos, foi compensada com um componente financeiro no valor de R$ 104.725.
Levando em conta a previsão da Revisão Tarifária Periódica de 2008 e o mercado efetivamente realizado no período de referência, a SRE considerou um componente financeiro no valor de R$ (16.178) referente ao saldo da previsão considerada no ano anterior.

c.7) Estimativa ajuste RT/08 definitiva:

A perda de receita em função da redução da Base de Remuneração Regulatória - BRR, da empresa de referência e o nível de perdas técnicas e comerciais no valor de R$ (48.389) corresponde ao montante do período de vigência das tarifas válidas em 2008.

O quadro abaixo demonstra as movimentações dos ativos e passivos regulatórios ocorridas durante o 1º trimestre de 2009:

	Saldo em 31/12/2008	Receita Operacional (Nota 22)		Custo de Energia (Nota 20)		Deduções da Receita		Despesa Operacional (Nota 24)		Resultado Financeiro (Nota 25)	Saldo em 31/03/2009
		Outor	Ativo/(P	Outor	Ativo/(P	Outor	Ativo/(P	Provi. Perdas	Outros Ativo/(P	Atualização	
	277										143
	(25.961)										(48.389)
	6.985										3.650
	3.804										(4.911)
	74.175										107.158
	(8.824)										(18.144)
	2.068										3.254
	(9.845)										(13.047)
Total Líquido	43.802	48.389	(39.411)	24.133	(7.203)	6.807	(5.548)	(974)	(8.828)	(2.919)	24.923

4 DISPONIBILIDADES

	31/3/2009	31/12/2008
Saldos bancários	232.897	30.384
Aplicações financeiras	48.333	11.601
Total	281.230	41.985

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas junto a instituições que operam no mercado financeiro nacional, remuneradas em sua maior parte conforme variação do CDI, contratadas em condições e taxas normais de mercado, e estão disponiveis para serem utilizadas nas operações da Companhia.

5 CRÉDITOS

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Saldos	Vencidos		Total	
Circulante	Vincendos	até 90 dias	> 90 dias	31/03/2009	31/12/2008
Classes de Consumidores					
Residencial	54 706	23 077	2 991	80 774	68 266
Industrial	38 310	11 673	12 393	62 376	54 729
Comercial	27 390	7 549	6 085	41 024	34 947
Rural	11 086	2 295	322	13 703	11 498
Poder público	8 986	947	1 974	11 907	10 608
Iluminação pública	33 348	957	35 190	69 495	68 940
Serviço público	4 831	18	-	4 849	4 089
Faturado	**178.657**	**46.516**	**58.955**	**284.128**	**253.077**
Fornecimento não faturado	96 188	-	-	96 188	90 716
Ativo regulatório (nota 3)	2 922	-	-	2 922	3 184
Operações realizadas na CCEE	640	-	-	640	-
Concessionárias e permissionárias	8 215	-	4	8 219	23 369
Outros	-	-	-	-	640
Total	**286.622**	**46.516**	**58.959**	**392.097**	**370.986**
Não Circulante					
Consumidores					
Parcelamento de débitos de consumidores	37 868	-	-	37 868	39 866
Ativo regulatório (nota 3)	70	-	-	70	3 078
Operações realizadas na CCEE	-	-	-	-	-
Total	**37.938**	**-**	**-**	**37.938**	**42.944**

6 TRIBUTOS A COMPENSAR

	Circulante		Não Circulante	
	31/3/2009	31/12/2008	31/3/2009	31/12/2008
Imposto de Renda e Contribuição Social	10 685	10 461	-	-
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1 293	1 399	-	-
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	13 751	13 628	17 570	18 109
Outros	661	430	-	-
Total	**26.390**	**26.918**	**17.570**	**18.109**

7 PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Saldo em 31 de Dezembro de 2008	**(27.165)**
Provisão (constituída) / revertida	13.490
Recuperação da receita	1.137
Baixas de contas a receber provisionadas	2.068
Saldo em 31 de Março de 2009	**(10.470)**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado pela Administração da Sociedade como suficiente para fazer frente a eventuais perdas com valores a receber.

8 DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Circulante		Não Circulante	
	31/3/2009	**31/12/2008**	**31/3/2009**	**31/12/2008**
Ativos Regulatórios (nota 3)	8.850	8.938	-	-
Outros	1.065	745	1.519	1.629
	9.915	**9.683**	**1.519**	**1.629**

9 CRÉDITOS E DÉBITOS DIFERIDOS

Ativos Fiscais

a) Composição dos créditos de Contribuição Social e do Imposto de Renda:

01653-5 RIO GRANDE ENERGIA S.A 02.016.439/0001-38

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Créditos Fiscais	31/3/2009	31/12/2008
Crédito de Contribuição Social sobre:		
Benefício fiscal do ágio incorporado	46.679	47.447
Diferenças temporariamente indedutíveis	15.365	14.455
Subtotal	**62.044**	**61.902**
Crédito de Imposto de Renda sobre:		
Benefício fiscal do ágio incorporado	192.775	195.944
Diferenças temporariamente indedutíveis	42.681	40.154
Subtotal	**235.456**	**236.098**
Total	**297.500**	**298.000**
Circulante	27.936	26.886
Não circulante	269.564	271.114
	297.500	**298.000**

Representam principalmente os créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis. Adicionalmente, em função da reorganização societária que culminou com a incorporação da controladora CPFL Serra em 18 de setembro de 2007, o ágio decorrente desta operação gerou benefício fiscal na Sociedade.

As projeções de resultados futuros que orientaram e suportam a constituição dos créditos fiscais diferidos da Sociedade foram aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal e são revisadas anualmente. Para o trimestre findo em 31 de março de 2009 a Administração não prevê mudanças significativas nas projeções divulgadas nas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2008.

b) Saldos acumulados de diferenças temporárias indedutíveis:

	31/3/2009		31/12/2008	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Provisão para Contingências	3.960	11.000	4.028	11.188
Revisão Tarifária - Base de Remuneração	4.837	13.437	2.819	7.830
Entidade de Previdência Privada	828	2.300	867	2.408
Provisão para Devedores Duvidosos	942	2.617	2.445	6.791
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	4.131	11.476	3.790	10.527
Participação nos Lucros e Resultados	228	633	394	1.096
Outros	439	1.218	112	314
Total	**15.365**	**42.681**	**14.455**	**40.154**

c) Reconciliação dos montantes de Contribuição Social e Imposto de Renda registrados nos resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2009 e de 2008:

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	IRPJ		CSLL	
	31/3/2009	31/3/2008	31/3/2009	31/3/2008
Lucro/Prejuízo Antes do IR e CS	68.883	60.413	68.883	60.413
Ajustes Para Refletir a Alíquota Efetiva:				
- Outras Adições-Exclusões Permanentes Líquidas	(303)	8.439	(161)	(22.402)
Base de Cálculo	68.580	68.852	68.722	38.011
Alíquota Aplicável	25%	25%	9%	9%
IRPJ / CSLL	17.145	17.213	6.185	3.421

Passivos Fiscais

	IRPJ		CSLL	
	31/3/2009	31/12/2008	31/3/2009	31/12/2008
CVA - Atualização Monetária	6.137	6.613	2.210	2.381
Derivativos e Arrendamento Mercantil - Lei 11.638/07	259	98	93	35
Total	**6.396**	**6.711**	**2.303**	**2.416**
Circulante	6.393	6.674	2.302	2.403
Não Circulante	3	37	1	13
Total	**6.396**	**6.711**	**2.303**	**2.416**

10 OUTROS CRÉDITOS

	Circulante		Não Circulante	
	31/3/2009	31/12/2008	31/3/2009	31/12/2008
Cauções, fundos e depósitos vinculados	30	29	8.699	31.292
Ordens em curso	3.941	4.278	-	2.379
Serviços prestados a terceiros	14.291	10.336		
Reserva global de reversão - RGR	-	136	-	-
Outros	1.999	1.254	115	118
	20.261	**16.033**	**8.814**	**33.789**

11 IMOBILIZADO

a) Composição dos saldos

	31/3/2009			31/12/2008
Em Serviço	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
- Distribuição	1.834.374	(754.955)	1.079.419	1.050.041
- Comercialização	114.765	(51.560)	63.205	64.330
- Administração	19.226	(9.765)	9.461	10.094
	1.968.365	(816.280)	1.152.085	1.124.465
Em Curso				
- Distribuição	91.335	-	91.335	104.869
- Comercialização	16	-	16	12
- Administração	7.571	-	7.571	8.859
Subtotal	98.922	-	98.922	113.740
Total do Imobilizado	2.067.287	(816.280)	1.251.007	1.238.705
Obrigações Especiais Vinculadas a Concessão			(139.168)	(133.525)
Imobilizado Líquido			1.111.839	1.105.180

A taxa de depreciação média dos ativos é de 4,59 a.a.

12 INTANGÍVEL

O saldo é composto basicamente por "softwares", de vida útil definida e cuja amortização é de 20% ao ano, por direito de servidão de passagem, cuja vida útil é indefinida e tem sua recuperação analisada de acordo com o CPC 01 Redução ao valor Recuperável dos Ativos, e o ágio decorre da incorporação da sua controladora DOC 3 Participações S.A cuja amortização é de 4,03% ao ano.

	31/3/2009			31/12/2008
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Ágio DOC3 Participações S.A	1.120.266	(705.363)	414.903	419.982
Outros Intangíveis	110.564	(51.886)	58.678	60.786
TOTAL	1.230.830	(757.249)	473.581	480.768

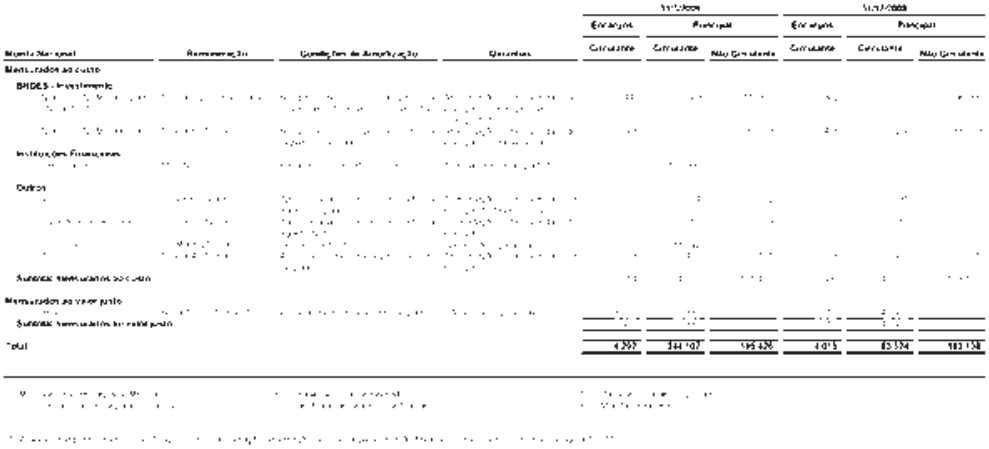
A movimentação do intangível para o período findo em 31 de março de 2009 está demonstrada a seguir:

Saldos em 31 de Dezembro de 2008	**480.768**
Adição	2.270
Amortização	(9.457)
Saldos em 31 de Março de 2009	**473.581**

01653-5 RIO GRANDE ENERGIA S.A 02.016.439/0001-38

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS



Conforme segregado nos quadros acima, a Sociedade em consonância com o CPC 14 Instrumentos Financeiros classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros não mensurados ao valor justo (ou mensurados ao custo), e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Estão demonstradas a seguir, informações adicionais sobre o valor a custo das respectivas dívidas e a comparação para os respectivos valores justos:

	31/3/2009			
	Valor a custo			
Moeda estrangeira	Encargos - Circulante e Não	Principal Circulante	Total	Valor justo (contábil)
Mensuradas ao valor justo				
Banco do Brasil	3.478	39.409	42.887	42.815
Total Moeda Estrangeira - Consolidado	3.478	39.409	42.887	42.815

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidos no resultado financeiro da Sociedade. Os ganhos obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas R$ 72 estão sendo compensados pelos efeitos de R$ 120

obtidos com a marcação de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, contratados para proteção da variação cambial e juros (nota 26), gerando uma perda líquida de R$ 48.

As principais movimentações no período foram:

BNDES - FINEM - tem como finalidade principal o investimento na expansão e melhoria do sistema elétrico da Sociedade.

FINEM - Subcrédito "A" (imobilizações de 2008 a 2009) – linha de crédito atrelada à TJLP, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após este prazo, amortização mensal de principal e juros. Do valor do crédito de R$ 216.131, foram liberados R$ 96.000 do Subcrédito "A" ainda em 2008 e, em fevereiro de 2009, foram liberados R$ 23.500.

Condições restritivas

Este financiamento possui como garantia a prestação de fiança pela controladora CPFL Energia S.A., e a arrecadação da venda de energia no montante de 1,3 vezes o valor da próxima prestação mensal de principal e juros. Adicionalmente, a Sociedade deverá manter os seguintes indicadores financeiros:

- Endividamento Financeiro Líquido dividido pelo LAJIDA , menor ou igual a 2,5;
- Endividamento Financeiro Líquido dividido pelo Endividamento Financeiro Líquido adicionado ao Patrimônio Líquido, menor ou igual a 0,5.

• **Eletrobrás** - tem a finalidade de financiar parcela das obras implementadas para melhoria no sistema elétrico, para a ampliação de redes de distribuição de energia elétrica, para a eficientização da iluminação pública e para eletrificação rural (Programa de Universalização), tendo como garantia a arrecadação de venda de energia. Em março de 2009, ocorreu a liberação de R$ 218, referente ao contrato ECFS-117/2005 e de R$ 1.209, referente ao contrato ECFS-165/2006.

Condições restritivas

Adicionalmente, existe restrição em pagar ou declarar qualquer dividendo, autorizar ou efetuar qualquer outra distribuição, em caso de atraso no cumprimento das obrigações previstas neste contrato. A Sociedade obriga-se a

não assumir, sem expressa autorização da Eletrobrás, novos compromissos financeiros que isoladamente ou conjuntamente superem o equivalente a 5,0% de seu ativo fixo e/ou que elevem seu endividamento a nível superior a 66,0% do seu ativo fixo.

• **HSBC** Corretora de Títulos e Valores Mobiliários: em 31 de março de 2009, emissão de 16 (dezesseis) notas promissórias, com valor nominal unitário de R$ 10.000 perfazendo o montante total de R$ 160.000. Os recursos, captados por meio de distribuição pública das notas promissórias, serão utilizados para pagamento das debêntures da 2ª série da 2ª emissão, em 1º de abril de 2009.

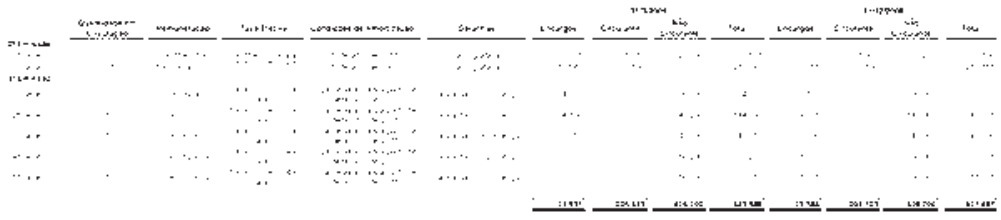
Condições restritivas

Não existem condições restritivas para as notas promissórias.

Condições Restritivas - Outras

Demais contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas e contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que a Sociedade mantenha determinados índices financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos. Os detalhes das referidas condições restritivas estão apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2008. A Administração da Sociedade monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Sociedade tais condições restritivas e cláusulas vêm sendo adequadamente atendidas.

14 DEBÊNTURES



As principais movimentações no período foram:

Remuneração semestral - 3ª emissão

- 2ª série – R$ 9.750 - pagamento em 02 de janeiro de 2009.

- 3ª série – R$ 2.775 - pagamento em 02 de fevereiro de 2009.

Condições restritivas

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da Companhia a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Os detalhes das referidas condições restritivas estão apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2008. No entendimento da Administração da Companhia tais condições restritivas e cláusulas vêm sendo adequadamente atendidas.

15 FORNECEDORES

	31/3/2009	31/12/2008
Encargos do Serviço do Sistema	13.569	23.316
Suprimento de Energia Elétrica	135.812	125.284
Encargos de Uso da Rede Elétrica	22.560	21.067
Materiais / Serviços	12.462	22.314
Total	**184.403**	**191.981**

16 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	31/3/2009	31/12/2008
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	37.529	28.828
Programa de Integração Social – PIS	1.776	1.381
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	8.011	6.387
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	9.236	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	3.661	-
Instituto nacional de seguridade social - INSS	2.742	3.134
Outros	2.379	2.516
TOTAL	**65.254**	**42.246**

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17 ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Por força do edital de privatização, a Sociedade é responsável pelo pagamento do benefício de complementação da aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pelo INSS aos participantes da Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE, que não tenham ainda cumprido todos os requisitos para a obtenção do benefício. Dessa forma, a Sociedade provisionou os valores, apurados através de cálculo atuarial, dos compromissos futuros relativos às complementações salariais a serem pagas aos participantes ou repassados à Fundação CEEE, ajustados ao valor presente pela taxa de 12% a.a.

A suplementação da aposentaria é do tipo benefício definido, com nível de benefício de 100% da média dos últimos 36 salários, incluindo o benefício da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado administrado pela ELETROCEEE (na condição de Entidade Fechada de Previdência Complementar).

Para os colaboradores que tiveram seus contratos sub-rogados da Cia Estadual de Energia Elétrica – CEEE em 1997 as regras estão previstas no estatuto da Fundação e no regulamento do plano.

Este plano tem como principais características:

a) O plano é único da Sociedade, com patrimônio individualizado por segregação virtual (cotas);
b) BD – benefício definido, a responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Sociedade;
c) O plano está fechado para novos participantes desde 1997;
d) As contribuições são paritárias, de acordo com tabela de contribuição específica, atualizada mensalmente;
e) A base de cálculo para as contribuições para os ativos é a mesma base do salário de contribuição ao INSS e para os aposentados é o valor definido pela Fundação CEEE;
f) O Quadro de participantes é composto por colaboradores Ativos, Complementados e Assistidos.

A seguir demonstramos a composição destes efeitos:

01653-5 RIO GRANDE ENERGIA S.A 02.016.439/0001-38

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	31/3/2009				
Descrição	Valor bruto original	Ajuste a valor presente	Líquido	Circulante	Não Circulante
Complemento de aposentadoria	9.561	(1.562)	7.999	3.598	4.401
Contribuição à Fundação	1.465	(263)	1.202	401	801
Deliberação CVM nº 371/2000	(8.047)	-	(8.047)	(2.845)	(5.202)
Total	**2.979**	**(1.825)**	**1.154**	**1.154**	-

	31/12/2008				
Descrição	Valor bruto original	Ajuste a valor presente	Líquido	Circulante	Não Circulante
Complemento de aposentadoria	10.352	(1.686)	8.666	3.541	5.124
Contribuição à Fundação	1.106	(138)	967	4	963
Deliberação CVM nº 371/2000	(7.257)	-	(7.257)	(1.169)	(6.087)
Total	**4.202**	**(1.824)**	**2.376**	**2.376**	-

O saldo de longo prazo vence conforme segue:

Ano do vencimento	31/3/2009	31/12/2008
2009	-	410
2010	2.263	2.371
2011	1.180	1.278
Após 2011	1.759	2.028
Total	**5.202**	**6.087**

As movimentações ocorridas nos trimestres findos em 31 de março de 2009 e 31 de dezembro de 2008, no passivo atuarial líquido conforme Deliberação CVM nº 371/2000 são as seguintes:

	31/03/2009	31/12/2008
Passivo atuarial líquido no início do exercício	(7.257)	(3.520)
Receitas reconhecidas na demonstração do resultado	(790)	(3.737)
Passivo atuarial líquido no final do exercício	**(8.047)**	**(7.257)**
Outras Contribuições	9.201	9.633
Total	**1.154**	**2.376**
Circulante	1.154	2.376
Total	**1.154**	**2.376**

01653-5 RIO GRANDE ENERGIA S.A 02.016.439/0001-38

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As receitas reconhecidas estão demonstradas abaixo:

	31/03/2009	31/12/2008
Custo do serviço	309	225
Juros sobre obrigações atuariais	4.003	2.831
Rendimento esperado dos ativos do plano	(5.843)	(3.834)
Custo do serviço passado não reconhecido	(310)	-
Amortização de ganhos atuariais não reconhecidas	-	(965)
Subtotal	**(1.842)**	**(1.743)**
Contribuições esperadas dos participantes	(27)	(20)
Subtotal	**(1.869)**	**(1.763)**
Redução de 50% no Resultado Atuarial (*)	934	881
Total da Receita	**(934)**	**(881)**

(*) Plano com custeio normal paritário entre a patrocinadora RGE e os participantes, e portanto, reconhecido somente 50%.

Para os colaboradores admitidos a partir de 1997 foi implantado, em janeiro de 2006, o plano de previdência privada junto ao Bradesco Vida e Previdência, as regras estão previstas no contrato de previdência complementar.

Este plano tem como principais características:

a) O plano é na modalidade PGBL – Plano Gerador de Benefício Livre;
b) CD – contribuição definida, não gera qualquer responsabilidade atuarial para a Sociedade
c) O plano está aberto para novos participantes de acordo com as regras de adesão;
d) As contribuições são de acordo com tabela de contribuição específica, atualizada anualmente com o índice do acordo coletivo;
e) A contribuição da empresa é de 150% sobre a contribuição do participante;
f) A base de cálculo para as contribuições do participante é o salário base integral mais o adicional de periculosidade;
g) Para os participantes que aderiram ao plano até 15/03/2006 a empresa faz uma contribuição especial que é calculada com base no tempo de empresa e na contribuição da empresa. Esta contribuição será por 72 meses, a partir de janeiro de 2006.

18 TAXAS REGULAMENTARES

	31/3/2009	31/12/2008
Reserva Global de Reversão - RGR	2.524	1.975
Taxa de Fiscalização - ANEEL	286	286
Conta de Consumo de Combustível - CCC	4.297	7.516
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	5.967	5.047
Total	**13.074**	**14.824**

19 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/03/2009				31/12/2008			
Natureza	**Possível**	**Provável**	**Provisão**	**Depósito judicial**	**Possível**	**Provável**	**Provisão**	**Depósito judicial**
Trabalhista	16.400	15.000	15.000	32.370	14.410	16.476	16.476	32.400
Cível	173.148	11.913	11.913	25.881	246.682	11.382	11.382	27.494
Tributária	325.308	19.809	19.809	5.538	316.343	19.701	19.701	5.471
Regulatória	14.475	5.359	5.359	15.147	14.475	5.359	5.359	15.147
Total	**529.332**	**52.081**	**52.081**	**78.937**	**591.910**	**52.918**	**52.918**	**80.512**

A movimentação da provisão neste período está demonstrada a seguir:

	31/12/2008	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização Monetária	31/03/2009
Trabalhista	16.476	-	(420)	(1.056)	-	15.000
Cível	11.382	636	-	(104)	-	11.913
Tributária	19.701	-	(86)	-	194	19.809
Regulatória	5.359	-	-	-	-	5.359
Total	**52.918**	**636**	**(506)**	**(1.160)**	**194**	**52.081**

Os processos que configuram contingências prováveis estão suficientemente provisionados, de acordo com a estimativa de perda da Administração da Companhia, que vem suportada pela avaliação constante dos relatórios dos consultores jurídicos da Companhia. No processo de análise das causas foi considerada a real configuração de contingência, avaliado o risco financeiro envolvido e provisionados os valores que provavelmente podem afetar o patrimônio da Companhia.

Dos processos em análise, constata-se a existência de causas de natureza: (i) trabalhista, (ii) cível, (iii) tributária e (iv) regulatória das quais podemos citar o que segue:

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(i) o total das causas na esfera da justiça do trabalho é de 1.435 processos, os quais versam sobre: adicional de horas extras, adicional de periculosidade, indenização por sobreaviso e reconhecimento da relação de emprego, entre outras. Do total das reclamações na justiça do trabalho, cerca de 74% são provenientes de ex-funcionários da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, os quais nunca trabalharam na Companhia ou tiveram seus contratos transferidos. Para as demais causas, 15% são oriundas de funcionários contratados pela Companhia; e 11% advém de reclamações ajuizadas por terceirizados.

(ii) as causas cíveis e demais versam sobre as seguintes reclamações: danos em aparelhos causados pelas redes elétricas, ilegalidade de majoração de tarifa, pedido de indenização por corte de luz, devolução de valores pagos a maior na época do Plano Cruzado, anulação de débitos cobrados com base em recuperação do consumo e indenização por danos em geral causados pela rede elétrica, devolução de valores aos consumidores decorrentes de obras realizadas, entre outras. Constituem-se em um total de aproximadamente 9.997 ações, sendo que 487 são consideradas relevantes. A Companhia mantém, em 31 de março de 2009, para fins de cobertura de risco de responsabilidade civil, apólice de seguro com cobertura de até R$ 6.000 (R$ 6.000 em 31 de dezembro de 2008). Adicionalmente, existem processos ambientais que versam sobre eventuais cortes de árvores procedidos pela Companhia devido a riscos para as redes de energia e consumidores. A Administração da Companhia, em relação aos valores de perda provável dos processos que requerem devolução de valores aos consumidores decorrentes de obras realizadas na sua rede – ações de convênios de devolução e de termos de participação – por utilizar a provisão da conta de obrigações de curto prazo.

(iii) dentre as principais causas tributárias, destacamos:

- em dezembro de 2004 a Companhia sofreu autuação fiscal da Secretaria da Receita Federal, para os seguintes assuntos:

a) IRPJ e CSLL sobre o período anterior a alteração do prazo de amortização do ágio (nota 12);
b) PIS e COFINS sobre a atualização financeira pela SELIC, da conta de compensação de variações de itens dos custos não-gerenciáveis (CVA);
c) IRPJ e CSLL sobre as diferenças de taxas de depreciação entre o laudo de reavaliação e as taxas ANEEL.

- autuação da Secretária da Receita Federal relativo a ausência de recolhimento de multa de ofício em denúncia espontânea para pagamento de PIS/COFINS;

- o pedido de suspensão da eficácia das decisões da Secretaria da Receita Federal para considerar a dedutibilidade, para fins de apuração de imposto de renda e contribuição social, dos valores relativos a complementação de aposentadoria a empregados aposentados da Companhia (beneficiários da Fundação ELETROCEEE);
- cobrança da taxa de uso de solo pelas prefeituras municipais e outras autarquias estaduais;
- autuação da Secretaria da Receita Estadual relativo a ausência de recolhimento de multa de ofício em denúncia espontânea para pagamento de ICMS.

(iv) as principais contingências de natureza regulatória são as seguintes:

- o aditamento ao contrato de mútuo entre a Companhia e sua ex-subsidiária integral Sul Geradora Participações S.A., alterando o índice de encargos da dívida, não submetidos à anuência da ANEEL;
- o aval da Companhia para o empréstimo tomado pela sua ex-subsidiária integral Sul Geradora Participações S.A. junto ao BankBoston, não submetidos à anuência da ANEEL;
- atendimento das metas dos indicadores de continuidade DEC – Duração equivalente de interrupção por cliente e FEC – Freqüência equivalente de interrupção por consumidor, relativas aos anos de 2003 a 2005 (TAC) ;
- atendimento dos níveis de tensão de fornecimento na área de concessão, relativas aos anos de 2001 a 2006.

20 OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não Circulante	
	31/3/2009	31/12/2008	31/3/2009	31/12/2008
Consumidores	949	2 352		
Passivos Regulatórios (nota 3)	91 079	45 873	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	2 365	2 291	26 244	23 717
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	7	2	17 289	16 096
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	556	4 999	-	-
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	452	2 674	-	-
Juros sobre Empréstimos Compulsórios	450	455	-	-
Folha de Pagamento	1 634	1 573	-	-
Participação nos Lucros e Resultados	2 531	3 681	-	-
Contribuição Iluminação Pública	13 169	11 772	-	-
Outros Credores Transferência de ICMS	4 450	4 574	-	-
Outros	6 073	4 501	3 156	3 341
Total	123.565	84.757	46.689	43.154

21 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A composição acionária da Companhia é como segue:

	31/3/2009			31/12/2008		
Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
CPFL Energia	656 502 716	150 665 862	807 168 578	656 502 716	150 665 862	807 168 578
Conselho de Administração	4	-	4	4	-	4
Total das ações	656.502.720	150.665.862	807.168.582	656.502.720	150.665.862	807.168.582

21.1 - Aumento de Capital Social

Em 26 de março de 2009 na AGO/E, foi aprovado o aumento de Capital Social da Sociedade no montante de R$ 20.937, sem emissão de novas ações, referente a capitalização do beneficio fiscal do ágio de incorporação da CPFL Serra apurado nos exercícios de 2007 e 2008.

21.2 – Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Na AGO/E de 26 de março de 2009 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2008, através de (i) declaração de dividendo no montante de R$ 90.417, sendo R$ 62.614 de dividendo intermediário declarado em agosto de 2008, e R$ 27.803 de dividendo complementar. (ii) declaração de Juros Sobre o Capital Próprio intermediários no montante de R$ 73.632, sendo R$ 36.800 declarados em junho de 2008 e R$ 36.832 em novembro de 2008.

22 RECEITA BRUTA DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

01653-5 RIO GRANDE ENERGIA S.A 02.016.439/0001-38

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Nº Consumidores		GWh		R$	
Receita de Operações com Energia Elétrica	31/03/2009	31/03/2008	31/03/2009	31/03/2008	31/03/2009	31/03/2008
Classe de Consumidores						
Residencial	[illegible]	[illegible]	452	416	[illegible]	[illegible]
Industrial	[illegible]	[illegible]	531	514	[illegible]	[illegible]
Comercial	[illegible]	[illegible]	282	257	[illegible]	[illegible]
Rural	[illegible]	[illegible]	256	239	[illegible]	[illegible]
Poderes Públicos	[illegible]	[illegible]	30	29	[illegible]	[illegible]
Iluminação Pública	[illegible]	[illegible]	55	55	[illegible]	[illegible]
Serviço Público	[illegible]	[illegible]	59	59	[illegible]	[illegible]
Fornecimento Faturado	1.208.194	1.170.290	1.697	1.712	513.729	564.038
Consumo Próprio	128	125	1	1	-	-
Fornecimento Não Faturado Líquido					9.473	9.997
Energias Emergenciais - EOE / EASE	-	-	-	-	-	3
Ativos e Passivos Reg - Atividade (nota 3)	-	-	-	-	31.064	239
Fornecimento de Energia Elétrica	1.208.322	1.170.415	1.698	1.713	587.849	593.278
Concessionárias e Permissionárias			86	98	15.050	13.900
Energia Elétrica de Curto Prazo						1.136
Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica			1.784	1.811	602.908	608.002
Receita pela disponibilidade da Rede Elétrica - TUSD					14.197	19.827
Ativos e Passivos regulatórios - Baixa Renda (nota 3)					9.427	(1.141)
Outras Receitas					17.566	4.606
Outras Receitas Operacionais					41.096	31.573
TOTAL					643.604	639.575

23 CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R$ Mil	
Energia Comprada para Revenda	31/3/2009	31/3/2008	31/3/2009	31/3/2008
Itaipu Binacional	486	496	60.765	41.613
Cia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE	56	76	5.358	6.022
Tractebel Energia	1.002	987	140.767	129.943
AES Uruguaiana	128	323	5.171	44.864
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	24.053	224
CPFL Comercialização Brasil	188	204	19.497	19.399
Outros	209	23	14.485	4.370
	2.071	2.110	270.096	247.035
	2.071	2.110	270.096	247.035
Ativos e Passivos Regulatórios (nota 3)			(6.104)	4.760
Crédito de PIS e COFINS			(24.220)	(22.451)
Subtotal			239.772	229.364
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição				
Encargos da Rede Básica			39.015	34.824
Encargos de Transporte de Itaipu			3.511	3.145
Encargos de Conexão			8.425	6.670
Encargos de Serviço do Sistema - ESS			6.173	5.988
			57.124	50.627
Ativos e Passivos Regulatórios (nota 3)			(10.804)	(1.121)
Crédito de PIS e COFINS			(5.261)	(4.132)
Subtotal			41.059	45.374
Total			280.831	274.738

24 DESPESAS COM VENDAS / GERAIS E ADMINISTRATIVAS

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	31/3/2009	31/3/2008
Despesas com vendas		
Pessoal	5.524	5.084
Material	139	187
Serviços de terceiros	2.032	1.843
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(14.627)	901
Depreciação e amortização	1.795	1.371
Tarifa de arrecadação	2.330	2.174
Outras	2.006	2.199
	(801)	**13.759**
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal	4.055	4.857
Material	70	95
Serviços de terceiros	7.161	4.912
Arrendamentos e aluguéis	428	594
Depreciação e amortização	3.570	1.623
Propaganda e publicidade	264	247
Legais, Judiciais e Indenizações	-	6
Doações, Contribuições e Subvenções	320	-
Outras	4.339	2.494
	20.207	**14.828**
Outras Despesas Operacionais		
Taxa de fiscalização ANEEL	857	828
Amortização de ágio por incorporação	5.079	5.671
Provisão de Perda de Energia Livre	-	247
Perda (Ganho) na Alienação e Desativação de Ativo Não-Circulante	4.424	5.755
	10.360	**12.501**
Total	**29.766**	**41.088**

25 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

01653-5 RIO GRANDE ENERGIA S.A 02.016.439/0001-38

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

RECEITAS FINANCEIRAS	31/3/2009	31/3/2008
Renda de Aplicações Financeiras	1.675	1.624
Acréscimos e Multas Moratórias / Contratuais	17.275	8.147
Atualizações Monetárias e Cambiais	8.227	4.862
Remuneração CVA	2.146	170
Remuneração da Revisão e Reajuste Tarifário	144	501
Outras	830	490
Total	**30.497**	**15.794**
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Dívidas	(24.387)	(21.651)
Despesas Bancárias	-	(577)
Atualizações Monetárias e Cambiais	(7.418)	(9.001)
Outras	(748)	(856)
Subtotal	**(32.553)**	**(32.085)**
RESULTADO FINANCEIRO	**(2.056)**	**(16.291)**

26 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como:

Ativos financeiros, tendo como categorias: (i) empréstimos e recebíveis, (ii) mensurados ao valor justo contra resultado, (iii) mantidos até o vencimento e, (iv) disponíveis para venda. A classificação é realizada com base nos seguintes critérios:

i. Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. Tais ativos financeiros são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Sociedade tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias (nota 5) e (ii) outros créditos (nota 10).

ii. Mensurados ao valor justo contra resultado

São os ativos financeiros que sejam (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou, (iii) derivativos. Estes ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subseqüente dos valores justos, a contrapartida é o resultado da Sociedade.

Os principais ativos financeiros que a Sociedade tem classificados nesta categoria são: (i) disponibilidades e aplicações financeiras (nota 4) e (ii) derivativos.

iii. Mantidos até o vencimento

Correspondem aos ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Sociedade tem a intenção de manter até o vencimento. Os ativos financeiros referentes a esta classificação são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Sociedade não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

iv. Disponíveis para venda

Referem-se aos ativos financeiros que não se enquadram em quaisquer classificações acima ou que sejam designados como disponíveis para venda. O registro destes ativos financeiros é realizado aos respectivos valores justos

e, para qualquer alteração na mensuração subseqüente dos valores justos, a contrapartida é o patrimônio líquido da Sociedade.

A Sociedade não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

Passivos financeiros, tendo como categorias: (i) mensurados ao valor justo contra resultado e, (ii) não mensurados ao valor justo contra resultado. A classificação é realizada conforme os seguintes critérios:

i. Mensurados ao valor justo contra resultado

São os passivos financeiros que sejam (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou, (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subseqüente dos valores justos, a contrapartida é o resultado da Sociedade.

A Sociedade classificou nesta categoria os seguintes passivos financeiros: (i) algumas dívidas em moedas estrangeiras (nota 13) e, (ii) derivativos.

ii. Não mensurados ao valor justo contra resultado

São os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. Os passivos financeiros referentes a esta classificação são reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente ao método do custo amortizado

Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são: (i) fornecedores (nota 15), (ii) empréstimos e financiamentos (nota 13), (iii) encargos de dívidas (nota 13); (iv) encargos de debêntures (nota 14); (iv) debêntures (nota 14) e (v) outras contas a pagar (nota 20).

Considerações sobre Riscos:

Os negócios da Sociedade compreendem, principalmente, distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Sociedade são reguladas pela ANEEL.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como segue:

Risco de Taxa de Câmbio: Esse risco decorre da possibilidade da Sociedade vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda

estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está substancialmente coberta por operações financeiras de swap, o que permitiu à Sociedade trocar os riscos originais da operação para o custo relativo a variação ao CDI. Adicionalmente a Sociedade está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as empresas de eventuais perdas.

Risco de Taxa de Juros: Esse risco é oriundo da possibilidade da Sociedade vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. Para parte dos empréstimos tomados em moeda nacional a Sociedade tem como contrapartida ativos regulatórios atualizados pela variação da taxa SELIC. Para uma parcela das debêntures emitidas há operações de swap visando a proteção a alterações de taxas de juros. Adicionalmente a Sociedade tem buscado aumentar a participação de empréstimos atrelados à variação da TJLP, índice menos volátil às oscilações do mercado financeiro.

Risco de Crédito: O risco surge da possibilidade da Sociedade vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Sociedade como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Risco quanto à Escassez de Energia: A energia vendida pela Sociedade basicamente é gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva, aliado a um crescimento de demanda acima do planejado, pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume dos mesmos, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de Aceleração de Dívidas: A Sociedade possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (covenants) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações

Gerenciamento de Riscos

A Sociedade mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possui

procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado

Controles para gerenciamento dos riscos:

Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela administração, a Sociedade utiliza-se de sistema de software (MAPS), tendo condições de calcular o VaR - Value at Risk, Mark to Market, Stress Testing e Duration dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Sociedade está exposta, cabendo correções, se necessário. Ressalta-se que a Sociedade tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a administração considera como risco. Adicionalmente, a Sociedade não realiza transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos. Além disso, a Sociedade atende aos requisitos da lei Sarbanes-Oxley tendo, portanto, políticas internas de controles que primam por um ambiente rígido de controle para a minimização da exposição dos riscos.

Valorização dos Instrumentos Financeiros

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi elaborada através de modelo de precificação, aplicadas individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curva de juros de mercado, tendo como base informações obtidas pelo site da BM&F, Bovespa e Andima.

Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para operações específicas do setor elétrico, sem similar no mercado e com pouca liquidez, principalmente relacionadas com o programa emergencial de racionamento de energia elétrica, aspectos regulatórios, e a Sociedade assumiu que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil. Isto ocorre em função das incertezas existentes presentes nas variáveis que deveriam ser consideradas na criação de um modelo de precificação.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Além dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado, a Sociedade possui outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo, os quais podem ser comparados aos valores de captação de mercado, nas datas base de 31 de março de 2009 e 31 de dezembro de 2008, são como segue:

	31/3/2009		31/12/2008	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
Empréstimos e Financiamentos	(401.010)	(395.189)	(46.687)	(46.687)
Debêntures	(643.588)	(648.982)	(16.493)	(16.493)
Total	(1.044.598)	(1.044.171)	(63.180)	(63.180)

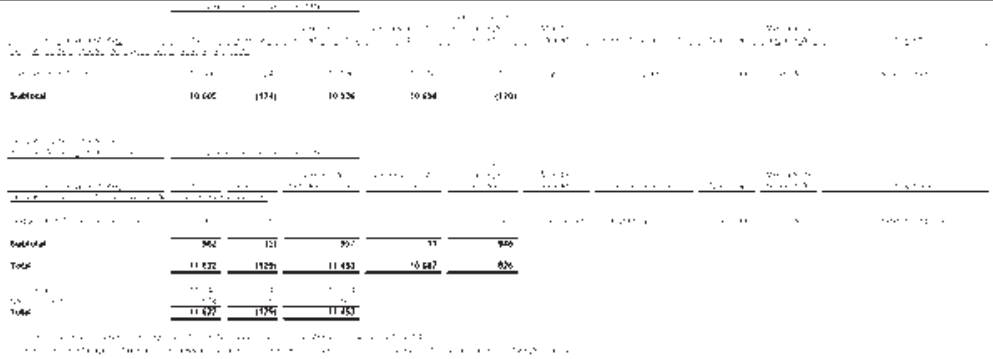
Instrumentos Derivativos

Conforme comentado anteriormente, a Sociedade possui por prática utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Sociedade possui hedge cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial

Os instrumentos de proteção contratados pela Sociedade são swaps de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de chamada de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados da Sociedade possui prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, as respectivas dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo. As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo. Ademais, a Sociedade não adotou a contabilidade de hedge (hedge accounting) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de março de 2009, a Sociedade detinha operações de swap:

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS



Apesar das perdas líquidas apuradas na marcação a mercado dos instrumentos derivativos demonstrados acima, tais efeitos foram minimizados pela opção exercida pela Sociedade por também marcar a mercado as dívidas que possuíam instrumentos de hedge atrelados, conforme acima descrito. Os efeitos líquidos estão descritos no quadro abaixo:

Derivativos*	Dívidas	Líquido
(120)	72	(48)

* Referem-se tão somente aos derivativos de dívidas designadas a valores justos

A Sociedade tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Em 31 de março de 2009 e 2008, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado:

		31/3/2009	31/3/2008
Risco protegido / operação	Conta contábil	Ganho (perda)	Ganho (perda)
Variação cambial	Despesa financeira - Adm Outras desp fin	(4.820)	16.153
Variação de taxas de juros	Despesa financeira - Adm Outras desp fin	17	302
Marcação a mercado	Despesa financeira - derivativos ajustes fair value	733	(257)
		(4.070)	16.198

Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Sociedade realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros, conforme demonstrado:

Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial existente em 31 de março de 2009 fosse mantida, a simulação dos efeitos nas informações trimestrais consolidadas por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seriam:

			RGE		
Instrumentos	Exposição (R$ mil)	Risco	Depreciação cambial de 8%*	Depreciação cambial de 25%**	Depreciação cambial de 50%**
Instrumentos financeiros passivos	(42.815)	alta yen	(3.327)	(10.704)	(21.408)
Derivativos - Swap Plain Vanilla	42.815	alta yen	3.327	10.704	21.408
	-		-	-	-

* Conforme consta de comunicado obtido em informações diárias divulgadas pela BM&F
** Conforme requerimento da Instrução CVM 475/08

Variação das taxas de juros

Supondo (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de março de 2008 seja mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados para esta data base permaneçam estáveis (CDI – 11,13% a.a; IGP-M – 6,27% a.a.; TJLP – 6,25% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas informações trimestrais para o próximo exercício social seria uma despesa financeira líquida de R$ 87.048. Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira liquida seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R$ mil)	Risco	Cenário I*	Elevação de índice em 25%**	Elevação de índice em 50%**
Instrumentos financeiros ativos	155.492	variação CDI	(2.208)	4.327	8.653
Instrumentos financeiros passivos	(773.050)	variação CDI	10.977	(21.510)	(43.020)
Derivativo - swap Plain Vanilla	(31.322)	variação CDI	445	(872)	(1.743)
	(648.879)		9.214	(18.055)	(36.110)
Instrumentos financeiros passivos	(30.538)	variação IGP-M	1.119	(479)	(958)
Instrumentos financeiros passivos	(204.783)	variação TJLP	328	(3.200)	(6.399)
Total de redução (aumento)	(884.201)		10.661	(21.734)	(43.468)

* Cenário provável adotado pela Administração, extraído do Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central do Brasil
** Conforme requerimento da Instrução CVM 475/08

27 FLUXO FINANCEIRO DA INCORPORAÇÃO DA DOC 3 PARTICIPAÇÕES(*)

A ANEEL determinou através da Resolução Homologatória n º 166, de 13 de julho de 2004, como parte do processo de aprovação da incorporação da DOC 3 Participações S.A. pela Rio Grande Energia S.A., que seja elaborado anualmente o fluxo financeiro resultante dos efeitos desta incorporação e dos negócios conexos.

Anualmente, a Sociedade elaborará o fluxo financeiro da incorporação, visando garantir a neutralidade dos efeitos da incorporação.

O fluxo financeiro anual acumulado em 31 de dezembro de 2008 foi positivo em R$ 105.269.

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes

01653-5 RIO GRANDE ENERGIA S.A 02.016.439/0001-38

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

28 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2009 E DE 2008

(Em Milhares de Reais)

	31/03/2009	31/03/2008
1 - Receitas	**685.632**	**660.972**
1.1 Receita de Venda de Energia e Serviços	643.604	639.575
1.2 Outras Receitas	-	-
1.3 Receitas relativas à construção de ativos próprios	27.401	22.545
1.4 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	14.723	(901)
1.5 Provisão para Perdas na Realização de Ativos Regulatórios	(96)	(247)
2- (-) Insumos Adquiridos de Terceiros	**(367.581)**	**(350.169)**
2.1 Custo de Energia Comprada	(310.312)	(301.321)
2.2 Materiais	(10.117)	(6.776)
2.3 Serviços de Terceiros	(26.537)	(19.294)
2.4 Outros	(20.179)	(22.343)
2.5 Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(436)	(435)
3 - Valor Adicionado Bruto (1+2)	**318.051**	**310.803**
4 - Retenções	**(30.536)**	**(26.363)**
4.1 Depreciação e Amortização	(25.457)	(20.692)
4.2 Amortização do Intangível de Concessão	(5.079)	(5.671)
5 - Valor Adicionado Líquido Gerado (3+4)	**287.515**	**284.440**
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	**30.497**	**15.794**
6.1 Receitas Financeiras	30.497	15.794
7 - Valor Adicionado a Distribuir (5+6)	**318.012**	**300.234**
8 - Distribuição do Valor Adicionado		
8.1 Pessoal e Encargos	17.029	16.007
8.1.1 Remuneração Direta	8.037	10.624
8.1.2 Benefícios	7.232	4.042
8.1.3 F.G.T.S.	1.760	1.341
8.2 Impostos, Taxas e Contribuições	222.350	211.024
8.2.1 Federais	93.202	90.016
8.2 2 Estaduais	129.077	120.951
8.2.3 Municipais	71	57
8 3 Remuneração de Capitais de Terceiros	33.080	33.424
8.3 1 Juros	32.553	33.161
8.3.2 Aluguéis	527	981
8.3 3 Outras	-	(718)
8.4 Remuneração de Capitais Próprios	45.553	39.779
8.4.1 Juros sobre o Capital Próprio	-	-
8.4.2 Dividendos	45.553	39.779
	318.012	300.234

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

29 EVENTO SUBSEQUENTE

Com o objetivo de obter recursos para adequar o perfil econômico-financeiro da Sociedade, recompondo seu fluxo de caixa para obter liquidez suficiente para suportar seus investimentos, o Conselho de Administração em reunião realizada em 02 de abril de 2009, aprovou a 3ª emissão de Notas Promissórias comerciais para distribuição pública. A liberação dos valores ocorreu em 29 de abril de 2009 e as notas tem as seguintes características e condições:

- Valor total da emissão será de R$ 185.000 em série única;
- Serão emitidas 185 Notas Promissórias pelo valor nominal unitário de R$ 1.000;
- Terão como garantia o aval da CPFL Energia;
- Terão prazo de vencimento de 360 dias corridos a contar da data de sua emissão;
- Farão jus a uma remuneração equivalente á variação acumulada de 118% da "Taxa DI over extra-grupo".

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Desempenho Econômico e Financeiro

Análise de Resultados – RGE

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

Informações	1º Trimestre		
	2009	2008	Variação
RECEITA BRUTA	**643.605**	**639.575**	**0,63%**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(228.861)	(216.395)	5,76%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**414.743**	**423.180**	**-1,99%**
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	**(280.831)**	**(274.738)**	**2,22%**
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(239.772)	(229.364)	4,54%
Encargos de Uso do Sist. De Transm. E Distribuição	(41.059)	(45.374)	-9,51%
CUSTO/DESPESA OPERACIONAL	**(62.973)**	**(71.738)**	**-12,22%**
Pessoal	(15.411)	(15.121)	1,92%
Entidade de Previdência Privada	200	(56)	-456,67%
Material	(1.564)	(1.581)	-1,05%
Serviços de Terceiros	(14.663)	(13.634)	7,55%
Depreciações e Amortizações	(30.700)	(26.610)	15,37%
Outras receitas/despesas operacionais	(4.424)	(6.424)	-31,14%
Outros	3.590	(8.312)	-143,19%
RESULTADO DO SERVIÇO	**70.940**	**76.704**	**-7,52%**
RESULTADO FINANCEIRO	**(2.056)**	**(16.291)**	**-87,38%**
Receita	30.497	15.794	93,09%
Despesa	(32.553)	(32.085)	1,46%
RESULTADO OPERACIONAL	**68.883**	**60.413**	**14,02%**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	**68.883**	**60.413**	**14,02%**
Contribuição Social	(6.185)	(4.179)	48,00%
Imposto de Renda	(17.145)	(16.455)	4,19%
LUCRO LÍQUIDO DO PERIODO	**45.553**	**39.779**	**14,52%**
EBITDA	**101.440**	**103.370**	**-1,87%**

Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta no 1º trimestre de 2009 foi de R$ 643.605, sendo 0,63%
(R$ 4.030) maior que a receita obtida no trimestre do ano anterior. Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

i. Aumento na receita devido aos efeitos da Revisão Tarifária provisória, + 4,77%, aplicados a partir de 19 de abril de 2008.

ii. Redução da receita através do provisionamento da perda decorrente dos efeitos da Revisão Tarifária definitiva de 2008, aprovada em abril/2009.

- **Quantidade de Energia Vendida**

  A quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período foi 0,9% menor quando comparada com o trimestre do ano anterior.

Dedução da Receita Operacional

As Deduções da Receita Operacional no 1º trimestre de 2009 foram de R$ 228.861 apresentando um acréscimo de 5,76% (R$ 12.466) em relação ao mesmo trimestre de 2008. Este aumento deve-se basicamente à variação na Conta Consumo de Combustivel, definida pela ANEEL.

Custo com Energia Elétrica

No trimestre o Custo do Serviço de Energia Elétrica foi de R$ 280.831 apresentando um aumento de 2,22% (R$ 6.093) em relação ao trimestre do período anterior, em função principalmente do reajuste tarifário dos geradores.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais atingiram R$ 62.973 no 1º trimestre de 2009, apresentando uma redução de 23,61% (R$ 19.458) quando comparado com o mesmo período no ano anterior. Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

- **Despesas operacionais gerenciáveis**

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R$ 27.848 neste trimestre, com redução de 28,22% (R$ 10.947) em relação ao mesmo periodo de 2008. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

i. Redução em "Outros" de 143,19% (R$ 11.902) motivado principalmente pela reversão da Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa do contas a receber no montante de R$ 16.773.

- **Depreciações e Amortizações**

Neste trimestre o montante da Depreciação e Amortização foi de R$ 30.700, apresentando um acréscimo de 15,37% (R$ 4.090), em comparação com o trimestre do período anterior, devido ao maior volume de investimentos e a nova curva de amortização do ágio.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou uma despesa de R$ 2.056 (87,38%) em relação ao mesmo trimestre do período anterior.

Este efeito no resultado financeiro decorre principalmente da atualização monetária de recuperação de créditos vencidos há longa data no valor de R$ 18.226.

Lucro Líquido e EBITDA

Com base nos fatores expostos acima, o lucro líquido apurado neste trimestre foi de R$ 45.553, totalizando um aumento de 14,52%, em relação ao lucro verificado no mesmo período de 2008.

O EBITDA ajustado (Lucro líquido antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social, depreciação, amortização e entidade de previdência) para o 1º trimestre de 2009 foi de R$ 101.440, sendo 1,87% inferior ao EBITDA apurado para o mesmo período de 2008 (informações não revisadas pelos Auditores Independentes).

Recursos Humanos

Encerramos o primeiro trimestre de 2009 com **1.434** colaboradores.

Em atividades de treinamento e desenvolvimento de pessoal a Companhia realizou 6.620 horas de treinamento para um total de 773 participantes. Neste período destacam-se os seguintes treinamentos:

- Formação de Eletricista Padrão;
- Formação de Eletricista de Cesto Aéreo;
- Formação em MELT – Manual Eletricista de Linha de Transmissão;
- Formação Linha Viva;
- Formação Operador de COD;
- Formação de Leiturista / Entregador;
- Formação de Teleatendentes;
- Reciclagem de Eletricista Padrão;
- Integração Institucional;
- Formação Auditores NBR9050;
- Treinamento de Interpretação dos Critérios de Excelência;
- Apresentação da pesquisa de clima 2008;

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

- Formação da Equipe de Emergência;
- Formação em Linguagem de Sinais – LIBRAS;
- Reciclagem de NR10;
- Treinamento Escada Giratória.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01653-5	RIO GRANDE ENERGIA S A	02.016.439/0001-38

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	01
2 - Nº ORDEM	2
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2005/022
4 - DATA DO REGISTRO CVM	10/05/2005
5 - SÉRIE EMITIDA	1
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/04/2005
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/04/2011
10 - ESPECIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERÊNCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	26.200
15 - Q. TITULOS EMITIDOS (UNIDADE)	2.620
16 - TITULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	2.620
17 - TITULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TITULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TITULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TITULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PROXIMO EVENTO	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01653-5	RIO GRANDE ENERGIA S A	02.016.439/0001-38

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	02
2 - Nº ORDEM	2
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2005/023
4 - DATA DO REGISTRO CVM	10/05/2005
5 - SÉRIE EMITIDA	2
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/04/2005
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/04/2009
10 - ESPECIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERÊNCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	203.800
15 - Q. TITULOS EMITIDOS (UNIDADE)	20.380
16 - TITULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	20.380
17 - TITULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TITULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TITULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TITULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PROXIMO EVENTO	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01653-5	RIO GRANDE ENERGIA S A	02.016.439/0001-38

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	03
2 - Nº ORDEM	3
3 - Nº REGISTRO NA CVM	-
4 - DATA DO REGISTRO CVM	01/12/2013
5 - SÉRIE EMITIDA	1
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/12/2007
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/12/2013
10 - ESPECIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERÊNCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	100.000.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	100.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	1
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	1
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01653-5	RIO GRANDE ENERGIA S A	02.016.439/0001-38

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	04
2 - Nº ORDEM	3
3 - Nº REGISTRO NA CVM	-
4 - DATA DO REGISTRO CVM	01/12/2013
5 - SÉRIE EMITIDA	2
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/01/2008
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/12/2013
10 - ESPECIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERÊNCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	140.000.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	140.000
15 - Q. TITULOS EMITIDOS (UNIDADE)	1
16 - TITULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	1
17 - TITULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TITULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TITULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TITULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PROXIMO EVENTO	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01653-5	RIO GRANDE ENERGIA S A	02.016.439/0001-38

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	05
2 - Nº ORDEM	3
3 - Nº REGISTRO NA CVM	-
4 - DATA DO REGISTRO CVM	01/12/2013
5 - SÉRIE EMITIDA	3
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/02/2008
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/12/2013
10 - ESPECIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERÊNCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	40.000.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	40.000
15 - Q. TITULOS EMITIDOS (UNIDADE)	1
16 - TITULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	1
17 - TITULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TITULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TITULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TITULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PROXIMO EVENTO	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01653-5	RIO GRANDE ENERGIA S A	02.016.439/0001-38

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	06
2 - Nº ORDEM	3
3 - Nº REGISTRO NA CVM	-
4 - DATA DO REGISTRO CVM	01/12/2013
5 - SÉRIE EMITIDA	4
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/04/2008
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/12/2013
10 - ESPECIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERÊNCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	50.000.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	50.000
15 - Q. TITULOS EMITIDOS (UNIDADE)	1
16 - TITULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	1
17 - TITULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TITULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TITULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TITULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PROXIMO EVENTO	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01653-5	RIO GRANDE ENERGIA S A	02.016.439/0001-38

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	07
2 - Nº ORDEM	3
3 - Nº REGISTRO NA CVM	-
4 - DATA DO REGISTRO CVM	01/12/2013
5 - SÉRIE EMITIDA	5
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/04/2008
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/12/2013
10 - ESPECIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERÊNCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	50.000.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	50.000
15 - Q. TITULOS EMITIDOS (UNIDADE)	1
16 - TITULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	1
17 - TITULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TITULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TITULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TITULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PROXIMO EVENTO	

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Ao
Diretores e Acionistas da
Rio Grande Energia S.A.
Caxias do Sul - RS

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais (ITR) da Rio Grande Energia S.A. referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2009, compreendendo o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, o relatório do desempenho e as notas explicativas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia.

3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais (ITR) acima referidas, para que estejam de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais obrigatórias.

4. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2008, as Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2008, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Estimativas Contábeis e Correção de Erros, aprovadas pela Deliberação CVM nº 506.

28 de abril de 2009

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/F-7-RS

Wladimir Omiechuk
Contador CRC 1RS041241/O-2

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01653-5	RIO GRANDE ENERGIA S A	02.016.439/0001-38

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
04	01	04 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	10
05	01	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 31/03/2009	12
05	02	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 31/03/2009	13
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	14
07	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	52
14	01	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES	56
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	63/64

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- Informações Financeiras da Companhia Relativas ao Trimestre e Período de Três Meses Encerrado em 31 de Março de 2008 e Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão Especial

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01653-5	RGE RIO GRANDE ENERGIA SA	02.016.439/0001-38
4 - NIRE		
43300036138		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BAIRRO OU DISTRITO
Rua Mário de Boni 54				Floresta
3 - CEP	4 - MUNICÍPIO			5 - UF
95012-580	Caxias do Sul			RS
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX
054	3206-3150	3206-3170	-	
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX	
054	3206-3151	-	-	
15 - E-MAIL				
diretor.afinanceira@rge-rs.com.br				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME				
MARCO DA CAMINO ANCONA LOPEZ SOLIGO				
2 - ENDEREÇO COMPLETO				3 - BAIRRO OU DISTRITO
Rua Mário de Boni 54				Floresta
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO			6 - UF
95012-580	Caxias do Sul			RS
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX
054	3206-3150	3206-3170	-	
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX	
054	3206-3151	-	-	
16 - E-MAIL				
diretor.afinanceira@rge-rs.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INICIO	2 - TERMINO	3 - NUMERO	4 - INICIO	5 - TERMINO	6 - NUMERO	7 - INICIO	8 - TERMINO
01/01/2008	31/12/2008	1	01/01/2008	31/03/2008	4	01/10/2007	31/12/2007

9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	10 - CODIGO CVM
KPMG Auditores Independentes	00418-9
11 - NOME DO RESPONSAVEL TECNICO	12 - CPF DO RESP. TECNICO
Wladimir Omiechuk	315.757.570-87

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01653-5	RGE RIO GRANDE ENERGIA SA	02.016.439/0001-38

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 31/03/2008	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2007	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 31/03/2007
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	656.503	656.503	656.503
2 - Preferenciais	150.666	150.666	150.666
3 - Total	807.169	807.169	807.169
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	445	445
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	445	445

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONARIO
Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
1120 - Energia Elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Não Apresentado
7 - TIPO DO RELATORIO DOS AUDITORES
Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INICIO PGTO	6 - ESPECIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	RCA	30/11/2007	Juros Sobre Capital Próprio	30/04/2008	ON	46,4620000000
02	RCA	30/11/2007	Juros Sobre Capital Próprio	30/04/2008	PN	11,7370000000
03	RCA	28/02/2008	Dividendo	30/04/2008	ON	35,3880000000
04	RCA	28/02/2008	Dividendo	28/02/2008	PN	8,9330000000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
-		. / -

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1 - ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
13/05/2008	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01653-5	RGE RIO GRANDE ENERGIA SA	02.016.439/0001-38

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CODIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2008	4 - 31/12/2007
1	Ativo Total	2 710 435	2 700 072
1 01	Ativo Circulante	586 700	557 897
1 01 01	Disponibilidades	83 040	47 270
1 01 01 01	Saldos Bancários	20 325	42 429
1 01 01 02	Aplicações Financeiras	62 715	4 841
1 01 02	Créditos	378 556	350 496
1 01 02 01	Clientes	378 556	350 015
1 01 02 02	Créditos Diversos	0	481
1 01 02 02 01	Títulos e Valores Mobiliários	0	481
1 01 03	Estoques	6 086	6 295
1 01 04	Outros	119 018	153 836
1 01 04 01	Tributos a Compensar	24 707	28 290
1 01 04 02	Imposto de Renda e Cont. Social Diferido	44 896	48 824
1 01 04 03	Diferimento de Custos Tarifários	21 193	19 762
1 01 04 04	Despesas Pagas Antecipadamente	4 546	7 142
1 01 04 05	Outros Créditos	23 676	49 818
1 02	Ativo Não Circulante	2 123 735	2 142 175
1 02 01	Ativo Realizavel a Longo Prazo	421 812	434 428
1 02 01 01	Créditos Diversos	421 812	434 428
1 02 01 01 01	Aplicações Financeiras	21 251	20 771
1 02 01 01 02	Créditos	43 098	48 882
1 02 01 01 03	Tributos a Compensar	16 126	16 566
1 02 01 01 04	Imposto de Renda e Cont Social Diferidos	266 118	270 006
1 02 01 01 05	Depósitos Vinculados a Litígios	72 863	72 155
1 02 01 01 06	Diferimento de Custos Tarifários	626	4 486
1 02 01 01 07	Despesas Pagas Antecipadamente	1 572	1 380
1 02 01 01 08	Outros Créditos	158	182
1 02 01 02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1 02 01 02 01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1 02 01 02 02	Com Controladas	0	0
1 02 01 02 03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1 02 01 03	Outros	0	0
1 02 02	Ativo Permanente	1 701 923	1 707 747
1 02 02 01	Investimentos	0	0
1 02 02 01 01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1 02 02 01 02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1 02 02 01 03	Participações em Controladas	0	0
1 02 02 01 04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1 02 02 01 05	Outros Investimentos	0	0
1 02 02 02	Imobilizado	1 671 401	1 677 526
1 02 02 03	Intangível	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01653-5	RGE RIO GRANDE ENERGIA SA	02.016.439/0001-38

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2008	4 - 31/12/2007
1.02.02.04	Diferido	30.522	30.221

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01653-5	RGE RIO GRANDE ENERGIA SA	02.016.439/0001-38

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2008	4 - 31/12/2007
2	Passivo Total	2 710 435	2 700 072
2 01	Passivo Circulante	465 906	662 423
2 01 01	Empréstimos e Financiamentos	63 477	254 527
2 01 02	Debêntures	24 472	10 132
2 01 03	Fornecedores	165 349	176 010
2 01 04	Impostos, Taxas e Contribuições	43 358	42 394
2 01 05	Dividendos a Pagar	94 498	94 501
2 01 06	Provisões	7 547	7 943
2 01 06 01	Obrigações Estimadas	7 547	7 943
2 01 07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2 01 08	Outros	67 205	76 916
2 01 08 01	Folha de Pagamento	1 949	1 577
2 01 08 02	Imposto de Renda e Cont Social Diferidos	13 952	14 914
2 01 08 03	Contas Pagar de Aposentadoria Incentiv	711	738
2 01 08 04	Diferimento de Ganhos Tarifários	11 550	10 141
2 01 08 05	Taxas Regulamentares	11 862	10 789
2 01 08 06	Empréstimo Compulsório Eletrobrás	673	678
2 01 08 07	Outras Obrigações	25 448	38 079
2 02	Passivo Não Circulante	892 128	718 322
2 02 01	Passivo Exigível a Longo Prazo	892 128	718 322
2 02 01 01	Empréstimos e Financiamentos	228 970	234 853
2 02 01 02	Debêntures	510 000	330 000
2 02 01 03	Provisões	56 658	57 093
2 02 01 03 01	Provisões para Contingências	55 805	56 232
2 02 01 03 02	Obrigações Estimadas	853	861
2 02 01 04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2 02 01 05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2 02 01 06	Outros	96 500	96 376
2 02 01 06 01	Imposto de Renda e Cont Social Diferidos	58 589	60 203
2 02 01 06 02	Contas Pagar Aposent. Incentivada	8 146	8 526
2 02 01 06 03	Diferimento de Ganhos Tarifários	458	1 871
2 02 01 06 04	Outras Obrigações	29 297	25 776
2 02 02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2 04	Patrimônio Líquido	1 352 401	1 319 327
2 04 01	Capital Social Realizado	830 924	830 924
2 04 02	Reservas de Capital	333 999	333 999
2 04 03	Reservas de Reavaliação	138 209	141 133
2 04 03 01	Ativos Próprios	138 209	141 133
2 04 03 02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2 04 04	Reservas de Lucro	13 271	13 271
2 04 04 01	Legal	13 271	13 271

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01653-5	RGE RIO GRANDE ENERGIA SA	02.016.439/0001-38

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2008	4 - 31/12/2007
2.04.04.02	Estatutária	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.04.04.07.01	Ações Próprias em Tesouraria	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	35.998	0
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01653-5	RGE RIO GRANDE ENERGIA SA	02.016.439/0001-38

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/03/2008	4 - 01/01/2008 a 31/03/2008	5 - 01/01/2007 a 31/03/2007	6 - 01/01/2007 a 31/03/2007
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	639.575	639.575	615.056	615.056
3.01.01	Fornecimento de Energia Elétrica	593.038	593.038	567.789	567.789
3.01.02	Suprimento de Energia Elétrica	14.726	14.726	9.561	9.561
3.01.03	Receita Disponibilidade da Rede Eletrica	19.821	19.821	19.565	19.565
3.01.04	Outras Receitas Operacionais	11.990	11.990	18.141	18.141
3.02	Deduções da Receita Bruta	(216.395)	(216.395)	(223.319)	(223.319)
3.02.01	ICMS	(120.904)	(120.904)	(115.377)	(115.377)
3.02.02	PIS	(11.309)	(11.309)	(10.636)	(10.636)
3.02.03	COFINS	(51.171)	(51.171)	(49.991)	(49.991)
3.02.04	Reserva Global de Reversão	(4.111)	(4.111)	(3.403)	(3.403)
3.02.05	Encargos Tarifários Emergenciais	(3)	(3)	(6)	(6)
3.02.06	Programa de Eficiência Energética	(2.111)	(2.111)	(981)	(981)
3.02.07	Conta de Desenvolvimento Energético	(15.132)	(15.132)	(15.353)	(15.353)
3.02.08	Conta Consumo de Combustível	(9.543)	(9.543)	(24.629)	(24.629)
3.02.09	Pesquisa e Desenvolvimento	(2.111)	(2.111)	(2.943)	(2.943)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	423.180	423.180	391.737	391.737
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(311.980)	(311.980)	(278.031)	(278.031)
3.05	Resultado Bruto	111.200	111.200	113.706	113.706
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(52.651)	(52.651)	(48.067)	(48.067)
3.06.01	Com Vendas	(15.930)	(15.930)	(15.934)	(15.934)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(16.256)	(16.256)	(12.448)	(12.448)
3.06.03	Financeiras	(15.865)	(15.865)	(15.526)	(15.526)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	15.794	15.794	9.752	9.752
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(31.659)	(31.659)	(25.278)	(25.278)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	1.319	1.319	720	720
3.06.04.01	Recuperação de Incobrável	1.319	1.319	720	720
3.06.04.02	Recuperação PIS/COFINS s/Outras Rec	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01653-5	RGE RIO GRANDE ENERGIA SA	02.016.439/0001-38

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/03/2008	4 - 01/01/2008 a 31/03/2008	5 - 01/01/2007 a 31/03/2007	6 - 01/01/2007 a 31/03/2007
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(5.919)	(5.919)	(4.879)	(4.879)
3.06.05.01	Amortização do Ágio	(5.919)	(5.919)	(4.879)	(4.879)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	58.549	58.549	65.639	65.639
3.08	Resultado Não Operacional	(8.403)	(8.403)	(5.555)	(5.555)
3.08.01	Receitas	(9)	(9)	318	318
3.08.02	Despesas	(8.394)	(8.394)	(5.873)	(5.873)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	50.146	50.146	60.084	60.084
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(17.072)	(17.072)	(20.669)	(20.669)
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	33.074	33.074	39.415	39.415
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	807.169	807.169	806.724	806.724
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,04098	0,04098	0,04886	0,04886
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Rio Grande Energia S.A., sociedade anônima de capital aberto, é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, autorizada a operar nas Regiões Norte e Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, tendo sido constituída em 28 de julho de 1997, sob a denominação de Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica – CNNDEE, privatizada em 21 de outubro de 1997 e sua denominação alterada para Rio Grande Energia S.A. naquele ano.

O objetivo social da Companhia é realizar estudos, projetos, construções e operações de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica e desenvolver atividades associadas à prestação de serviços de energia elétrica. Atualmente, as operações da Companhia se concentram na exploração da concessão de distribuição de energia elétrica.

2 DA CONCESSÃO

Em 6 de novembro de 1997, a Companhia e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 13/1997, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantam a prestação do serviço, na sua área de concessão. O prazo de duração da concessão é de 30 anos, a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, conforme Contrato de Concessão.

3 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma, e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, normas específicas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e normas aplicáveis às concessionárias do serviço público de energia elétrica estabelecidas pelo Poder Concedente, representado, atualmente, pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, consoante as principais práticas contábeis descritas na nota 4.

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram elaboradas de acordo com os critérios estabelecidos pelo FAS 95 – Statement of Cash Flows, no que se refere ao formato de apresentação, em conexão ao da empresa holding do Grupo, CPFL Energia no contexto do registro das suas demonstrações financeiras na Securities and Exchange Commission ("SEC").

Mudança na Legislação – Alterações da Lei 6.404/76 – Lei 11.638/07

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Companhias por Ações (Lei 6.404/76), relacionados à preparação e divulgação das demonstrações financeiras. Estas mudanças de práticas contábeis entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008.

A Companhia, exclusivamente para atendimento das disposições contidas na Instrução CVM nº 469 de 2 de maio de 2008, realizou análises dos impactos causados pela Lei 11.638/2007 em suas demonstrações financeiras relativas ao primeiro trimestre de 2008. Estas análises não podem ser utilizadas como indicativo definitivo sobre qual seriam os impactos nestas Demonstrações, caso fossem aplicados em sua íntegra todos os pronunciamentos do IASB.

As principais modificações ocorridas na lei, com vigência a partir de 2008, e os impactos para a Companhia estão descritos a seguir:

Determinados instrumentos financeiros e derivativos deverão ser contabilizados a valor de mercado:

Em 31 de março de 2008, o impacto do registro de instrumentos derivativos, líquido dos impostos, no Patrimônio Líquido e Lucro Líquido do período seria uma redução de R$ 133 e R$ 29, respectivamente. A diferença existente entre o valor acumulado registrado no Patrimônio Líquido e o valor registrado no Lucro Líquido do período refere-se ao ajuste acumulado de períodos anteriores na data base 31 de dezembro de 2007. Os efeitos da valorização a mercado dos derivativos encontram-se divulgados na nota explicativa nº 30.

Obrigatoriedade do registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle dos bens, como por exemplo o "leasing" financeiro;

A Companhia estima não haver impactos relacionados ao registro de Leasing em suas demonstrações financeiras.

Ativos e passivos financeiros pré-fixados de longo prazo, e os de curto prazo quando relevantes, devem ser ajustados a valor presente quando os efeitos forem relevantes:

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A administração da Companhia, baseada nos pronunciamentos emitidos pela CVM, acredita não haver ajustes significativos a serem aplicados às Demonstrações Financeiras trimestrais divulgadas.

Restrição do uso do ativo diferido às despesas pré-operacionais e aos gastos incrementais de reestruturação:

A administração da Companhia acredita não haver ajustes significativos relacionados à adoção deste tópico.

Contabilização de ativos e passivos ao respectivo valor de mercado em operações de incorporação, fusão ou cisão entre partes não relacionadas e vinculadas à efetiva transferência de controle:

A Companhia não realizou transações desta natureza, neste trimestre.

Adicionalmente, a Companhia (i) não foi impactada pela mudança na regra de avaliação de investimentos em coligadas, (ii) não realizou transações que envolvessem prêmios recebidos na emissão de debêntures, doações ou subvenções para investimento, (iii) a Companhia estará avaliando até o próximo ITR a sua opção quanto as alternativas previstas na Lei: o estorno da Reserva de Reavaliação ou a manutenção da mesma até sua efetiva realização, e (iv) não possui remuneração baseada em ações.

Conforme comunicado ao mercado, a CVM pretende concluir, ainda em 2008, o seu processo normativo para os dispositivos da lei societária que foram alterados e que necessitem de regulação, e reverá todos os seus atos normativos que tratam de matéria contábil, a fim de verificar e eliminar possíveis divergências em relação às alterações específicas produzidas pela nova lei.

Os efeitos da aplicação da nova Lei sobre as Informações trimestrais da Companhia foram avaliados com base na legislação e normas regulamentares existentes nesta data, e podem ainda ser alterados em função de regulação a ser emitida pelos órgãos competentes.

A Companhia efetuou certas reclassificações nas Demonstrações Financeiras divulgadas em 31 de dezembro de 2007(1) e Informações Trimestrais de 31 de março de 2007(2), para deixá-las em base comparativa, em função de reclassificações requeridas pela empresa controladora, para adequação de procedimentos, estando resumidas a seguir:

	Demonstração	R$ (000)	Item	De	Para
(1)	Ativo Circulante	735	Encargos Tarifários Emergenciais	Outros Créditos	Consumidores
	Ativo Circulante	3.983	Ativo Regulatório PIS/COFINS	Diferimento de Custos Tarifários	Desp. Pagas Antecipadamente
	Ativo Circulante	(3.652)	PDD - Energia Livre	PDD	Consumidores
	Ativo Circulante	74	Outros PIS/COFINS Geradoras	Outros Créditos	Desp. Pagas Antecipadamente
	Ativo Não Circulante	(3.817)	PDD - Energia Livre	PDD	Consumidores
(2)	Resultado	5.642	Enquadramento Residencial Baixa Renda	Fornecimento de Energia Elétrica	Outras Receitas Operacionais
	Resultado	(254)	PDD - Energia Livre	Despesas Operacionais	Outras Despesas Operacionais

4 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Práticas contábeis específicas

Plano de contas – a Companhia adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, estabelecido através da Resolução ANEEL nº 444/2001, e alterações posteriores.

Conta de compensação de variação de itens dos custos não-gerenciáveis (parcela "A") – CVA – está representada pela parcela de variação dos custos com a distribuição de energia elétrica definidos pela ANEEL como não-gerenciáveis e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia. Essas parcelas são atualizadas com base na taxa de juros SELIC até o encerramento do trimestre e apropriada ao resultado consoante o faturamento realizado a partir do reajuste tarifário repassado aos consumidores (vide nota 9).

Encargos financeiros e efeitos inflacionários – em função do disposto nas Diretrizes Gerais e Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e Instruções CVM, os juros e demais encargos financeiros, incluindo efeitos inflacionários e cambiais, relativo aos financiamentos obtidos de terceiros para a aplicação no imobilizado em curso, são transferidos do resultado para o custo desse ativo, ou seja, são capitalizados.

Custos indiretos de obras em andamento – mensalmente, parte dos gastos da Administração Central são apropriados às imobilizações em curso, mediante rateio dos gastos diretos com pessoal e mão-de-obra de terceiros, e registrada nas obras em curso, conforme Diretrizes Gerais e Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Registro das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) – as compras e as vendas estão reconhecidas pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (vide nota 29).

b) Práticas contábeis gerais

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Disponibilidades incluem os saldos de caixa, depósitos em bancos, certificados de depósitos bancários e as aplicações financeiras de renda fixa que são registradas ao custo, acrescido dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço e reduzido ao valor de mercado, se necessário (vide nota 5).

Créditos está representado por contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias, líquidos da provisão para crédito de liquidação duvidosa, e incluem os valores faturados e a receita referente à energia fornecida e não faturada (vide nota 6).

Provisão para créditos de liquidação duvidosa – está constituída em valor considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir as perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos (vide nota 6).

Estoques – são avaliados e registrados ao custo histórico médio e não supera o valor de mercado. Os materiais destinados à construção são classificados como imobilizações em curso.

Imposto de renda e contribuição social estão calculados conforme normas estabelecidas para as Companhias cuja apuração tem como base o lucro real. A Companhia constitui créditos fiscais sobre provisões temporariamente não dedutíveis e sobre o benefício fiscal decorrente da incorporação da controladora (vide nota 23), e débitos fiscais sobre as diferenças temporárias passivas (vide nota 8).

Imobilizado – os bens adquiridos até 30 de setembro de 2007 estão registrados pelo valor de mercado, com base em laudo emitido por empresa especializada, e os adquiridos a partir daquela data estão registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear, com base em taxas que refletem a vida econômica útil dos bens (vide nota 12).

Diferido – é composto de gastos com implantação de sistemas, os quais estão sendo amortizados no prazo de 10 anos (vide nota 13).

Empréstimos, financiamentos e debêntures são atualizados pela variação monetária e juros, determinados em cada modalidade, incorridas até a data do encerramento do trimestre (vide notas 14 e 15).

Fornecedores incluem obrigações com fornecedores de energia, encargos de uso da rede elétrica, obrigações com fornecedores de materiais e serviços e obrigações correspondentes à energia de curto prazo adquirida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE (vide nota 16).

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Contas a pagar de aposentadorias incentivadas - por força do edital de privatização, a Companhia é responsável pelo pagamento do benefício de complementação da aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pelo INSS aos participantes da Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE, os quais não tenham ainda cumprido todos os requisitos para a obtenção do benefício. Dessa forma, a Companhia provisionou os valores, decorrentes de cálculo atuarial, dos compromissos futuros relativos às complementações salariais a serem pagas aos participantes ou repassados à Fundação CEEE, ajustados ao valor presente pela taxa de 12,0% a.a. Adicionalmente, a Companhia procede, através de empresa atuarial independente, a avaliação do benefício de aposentadoria do Plano Previdenciário de Benefício Definido da Fundação CEEE-ELETROCEEE, patrocinado pela Companhia de acordo com a Deliberação CVM nº. 371/2000 (vide nota 19).

Provisão para contingências e depósitos judiciais - são constituídas mediante avaliações dos riscos em processos cuja probabilidade de perda configuram contingências prováveis e quantificadas com base em fundamentos econômicos e em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e outros fatos contingenciais conhecidos na data do encerramento do trimestre (vide nota 22).

Resultado - o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida com base nas tarifas regulamentadas pela ANEEL no momento em que a energia é faturada. A energia elétrica fornecida e não faturada é provisionada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizada. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subseqüente, não tem sido relevante.

Estimativas contábeis - na elaboração das informações trimestrais é necessário que a Administração da Companhia baseie-se em estimativas para contabilizar certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas.

Instrumentos financeiros - o resultado da Companhia é afetado pelo risco nas flutuações da taxa de câmbio do dólar, do iene e da variação das diversas moedas (US$, Iene, Euro, Franco Suíço e outras) que compõem a cesta de moedas do BNDES, visto que a Companhia possui financiamento atrelado a esse indexador (vide nota 14). Visando reduzir esse tipo de risco, a Companhia contratou operações de "swap", substituindo a variação desses indexadores pela variação do CDI (vide nota 30).

Lucro líquido e patrimônio líquido por ação estão determinados considerando-se a quantidade de ações em circulação na data do encerramento do trimestre.

5 DISPONIBILIDADES

01653-5 RGE RIO GRANDE ENERGIA SA 02.016.439/0001-38

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Taxa média (% do CDI)			
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
Circulante				
Saldos Bancários			20.325	42.429
Aplicações financeiras				
CDB - DI	101,4%	101,0%	62.558	4.688
Operação compromissada	101,6%	101,0%	157	153
Total Circulante			**83.040**	**47.270**
Não Circulante				
Fundos de investimento (i)	95,7%	95,7%	12.458	12.157
Operação compromissada (ii)	101,1%	101,1%	8.793	8.614
Total Não Circulante			**21.251**	**20.771**
Total			**104.291**	**68.041**

CDB-DI - Certificado de Depósito Bancário - Depósito Interfinanceiro
CDI - Certificado de Depósito Interfinanceiro

(i) Vide nota 14 - BNDES FINEM (período de 2003 a 2005)
(ii) Vide nota 14 - BNDES FINEM (período de 2006 a 2007)

Operação compromissada: venda de um título, neste caso debênture, com um compromisso por parte do banco de recomprá-lo a qualquer momento. Está regulamentada através da Resolução nº 2.950, do Conselho Monetário Nacional, de 17 de abril de 2002.

6 CRÉDITOS

01653-5 RGE RIO GRANDE ENERGIA SA 02.016.439/0001-38

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Saldo					Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		Saldo Líquido	
Circulante	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total 31/03/2008	Total 31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
Consumidores									
Residencial	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Industrial	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Comercial, serviços e outros	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Rural	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Poder público	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Iluminação pública	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Serviço público	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Fornecimento não faturado	[illegible]	-	-	[illegible]	[illegible]	-	-	[illegible]	[illegible]
Subtotal	285.550	38.932	72.956	397.438	339.562	(16.058)	(15.057)	348.231	324.505
Concessionárias e permissionárias	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
(-) Provisão	[illegible]			[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		
Partes relacionadas	[illegible]	-	-	[illegible]	[illegible]		-	[illegible]	[illegible]
Outras	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	[illegible]	[illegible]
Perda Esperada Gross	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-	[illegible]	[illegible]
Ativos contratuais - IFRIC	[illegible]	-	-	[illegible]	[illegible]	-	-	[illegible]	[illegible]
Total	299.333	39.462	72.956	411.808	381.895	(32.832)	(31.831)	378.976	350.014
Não Circulante									
Consumidores									
Residencial	[illegible]			[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
Industrial	[illegible]	-	-	[illegible]	[illegible]		-	[illegible]	[illegible]
Comercial, serviços e outros	[illegible]	-	-	[illegible]	[illegible]	-	-	[illegible]	[illegible]
Rural	[illegible]	-	-	[illegible]	[illegible]	-	-	[illegible]	[illegible]
Poder público	[illegible]	-	-	[illegible]	[illegible]		-	[illegible]	[illegible]
Iluminação pública	[illegible]	-	-	[illegible]	[illegible]		-	[illegible]	[illegible]
Subtotal	41.820	-	-	41.820	42.503	-	-	41.820	42.503
Concessionárias	[illegible]			[illegible]	[illegible]	-	-	[illegible]	[illegible]
Perda Esperada Gross	[illegible]			[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
Ativos contratuais - IFRIC	[illegible]	-	-	[illegible]	[illegible]		-	[illegible]	[illegible]
Total	43.008	-	-	43.008	45.882	-	-	43.008	45.882

Créditos vencidos

1 - Consumidores residenciais, industriais, rurais, comerciais, serviços e outras atividades

Para essas classes de consumidores o saldo dos créditos vencidos é composto por diversos consumidores com valores individuais pequenos, sendo que o procedimento adotado pela Companhia é, de após aproximadamente 49 dias da conta em atraso, interromper o fornecimento de energia. O mesmo somente é restabelecido após a quitação dos valores em atraso. Outro procedimento adotado é a negativação no SPC (Serviço de Proteção ao Crédito) de clientes com cotas de parcelamento (a partir de 3 dias do vencimento) e faturas de energia (a partir de 30 dias do vencimento).

2 - Poder público, iluminação pública e serviço público

Para essas classes de consumidores, a maior representatividade de créditos vencidos refere-se às Prefeituras. Considerando a relevância destes créditos e após uma criteriosa avaliação das medidas e dos respectivos resultados alcançados, a Administração implantou estratégias visando recuperar a integralidade dos créditos vencidos. As principais medidas estão relacionadas a seguir:

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Contratação de escritórios de advocacia e cobrança especializados;

b) Ajuizamento de ações inibitórias para 94% das inadimplências, contendo a apresentação de documentação que comprove o orçamento e o empenho dos valores da dívida do Município com a Companhia e a proibição de contratação de novas despesas sem antes equacionar a dívida junto a Companhia;

c) Para o restante dos inadimplentes, a estratégia da Companhia é a de não ingressar com ações judiciais e intensificar as negociações considerando novas políticas de parcelamentos;

d) Criação de uma estrutura organizacional por região de atendimento que tem como principal atribuição à atuação e o acompanhamento das operações junto ao Poder Público.

Apresentamos a seguir os principais resultados das medidas até então implementadas:

a) Autorização para compensação de créditos arrecadados nas faturas de energia a título de Contribuição da Iluminação Pública (CIP) com as faturas mensais de 21 Prefeituras de um total de 182 Prefeituras que possuem o convênio de arrecadação com a Companhia. A compensação de créditos oriundos da CIP passou a cobrir 100% das faturas das Prefeituras de Taquara e Gravataí, que representam atualmente mais de 75% dos débitos vencidos. Salientamos que a compensação compulsória da CIP de Gravataí foi autorizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

b) Em termos processuais, os resultados foram os seguintes:

- As 31 ações tiveram prosseguimento processual normal, ou seja, não houve casos de indeferimento definitivo por parte do Judiciário. No primeiro trimestre de 2007, tivemos indeferimento da petição inicial para 2 ações, para as quais a Companhia recorreu ao Tribunal de Justiça. Confirmando a estimativa anterior, em uma dessas duas ações (município de Machadinho) o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul já reformou a decisão inicial e entendeu cabível a ação judicial promovida pela RGE. Desse modo estima-se também a reversão da posição na outra ação, considerando o precedente anterior do Tribunal, considerando o parecer favorável do Ministério Público para outras ações semelhantes;

- Em grande parte das audiências designadas pelo juiz visando à conciliação houve acordo entre as partes, não resultando perdas para a Companhia, para os demais casos continua a negociação normal entre as partes, quando será marcada nova audiência;

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Destacamos que até 31 de março de 2007 das 31 ações, já foram realizados acordos com termo de parcelamento do débito para 16 Prefeituras, cujo montante total do débito parcelado é de R$ 17.550, sem os encargos do parcelamento. Outro destaque é o parcelamento dos débitos do Estado e o início dos pagamentos em dia por parte do Governo Estadual, negociação esta, que resultou na entrada de caixa de R$ 2.000 referentes a faturas que estavam em atraso em 2007 e um parcelamento de R$ 2.500 referentes a consumos de 2006 (antigo Governo).

Considerando os resultados exitosos alcançados e fundamentada na avaliação dos seus consultores jurídicos externos, a Administração da Companhia avaliou que praticamente a totalidade dos créditos vencidos junto ao setor público seria realizável, entretanto considerando às ações não ingressadas na justiça até a data do encerramento do trimestre e as negociações em andamento, constituímos uma provisão de R$ 282.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os seguintes principais critérios:

- para os casos de créditos relevantes, ou com características similares, foram realizadas análises, considerando os prazos de vencimento, histórico de perdas, experiência da Administração, existência de garantias reais, renegociação dos créditos e devedores em situação de recuperação judicial ou falência;
- para os demais créditos foi constituída provisão para cada classe de consumidor, de acordo com os prazos determinados no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, cujo montante é suficiente para cobrir eventuais perdas.

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	31/03/2008	31/12/2007
Saldo inicial	**31.831**	**38.798**
Provisão constituída (vide nota 26)	2.280	12.988
Energia Livre	-	(7.467)
Baixas ocorridas no período	(1.279)	(12.488)
Saldo final	**32.832**	**31.831**

AES Uruguaiana Ltda.

O valor a receber da AES Uruguaiana Ltda., refere-se a contratos de fornecimento de energia elétrica, os quais estão em negociação entre as partes. A Administração da

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Companhia reavaliou a estimativa de realização desse contas a receber e optou pela constituição de provisão para perdas do valor integral em 31 de dezembro de 2005.

Encargos tarifários emergenciais

A Resolução ANEEL nº 249/2002 estabeleceu os critérios e procedimentos para definição deste encargo, relativo à contratação de capacidade de geração ou potência pela Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE, os quais serão rateados pelos consumidores finais de energia elétrica de forma proporcional ao consumo individual verificado, não se aplicando ao consumidor residencial classificado como de baixa renda. Os valores correspondentes a este encargo são repassados a CBEE após serem arrecadados dos consumidores.

A Resolução ANEEL nº 204/2005 estabeleceu o encerramento da cobrança do encargo de capacidade emergencial, definido pela Lei nº 10.438/2002.

Energia livre (Impacto decorrente do Acordo Geral do Setor Elétrico)

A Lei 10.438 de 26 de abril de 2002, determinou que a parcela das despesas com a compra de energia no âmbito do antigo Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), denominada como "Energia Livre", realizadas até dezembro de 2002, decorrentes da redução da geração de energia elétrica nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e consideradas nos denominados contratos iniciais e equivalentes, fossem repassadas aos consumidores finais, de forma proporcional ao consumo individual verificado. A ANEEL homologou o montante relativo à compra de energia no âmbito do antigo MAE a ser repassado para os consumidores. Porém, como quem arrecada não é quem faz jus à parcela de "Energia Livre", foi elaborado, no âmbito do "Acordo Geral do Setor Elétrico", o "Acordo de Reembolso de Energia Livre", onde ficaram estabelecidos os compromissos de repasse da referida parcela para os seus credores. A Companhia fez jus a um ativo de energia livre no montante de R$ 11.104.

A Companhia registra a atualização financeira deste ativo com base na variação da taxa SELIC simples capitalizada mensalmente, acrescida de um "spred" de 1,0% a.a. aplicados sobre 86,7% do saldo credor e, SELIC simples capitalizada mensalmente para o restante de 13,3% do saldo credor, conforme estabelecido no Ofício Circular nº 2.212/2005-SFF/SER/ANEEL, uma vez que a Companhia obteve financiamento junto ao BNDES, vide nota 14, da ordem de 86,7% deste ativo.

Adicionalmente, a Companhia constitui provisão para perdas no recebimento deste ativo, tendo em vista que os prazos de recuperação da Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) definidos pela ANEEL deverão ser observados irrestritamente, não havendo nenhum aspecto que autorize sua ampliação pelas concessionárias, conforme disposto no Ofício Circular nº 2.218/2005-SFF/ANEEL, de 23 de dezembro de 2005.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Demonstrativo analítico da posição do contas a receber de energia livre, conforme Ofício Circular nº 2.218/2005-SFF/ANEEL:

	31/03/2008						31/12/2007	
	Saldo a receber		Provisão de perda		Líquido		Líquido	
Concessionárias	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
BANDEIRANTE	7	135	-	(135)	7	-	4	-
CEB	-	-	-	-	-	-	35	-
CEMIG	1.402	-	(1.402)	-	-	-	52	-
CERJ	33	255	-	(187)	33	68	98	216
CPFL	627	-	(627)	-	-	-	-	-
ESPE	1	11	-	(11)	1	-	4	1
ELEKTRO	135	-	(135)	-	-	-	-	-
ENERSUL							4	
LIGHT	888	-	(888)	-	-	-	51	-
CELB	1	28	-	(28)	1	-	5	-
CELPE	192	-	(192)	-	-	-	21	-
CEPISA	1	85	-	(83)	1	2	13	-
COELBA	323	-	(323)	-	-	-	25	-
COELCE	1	242	-	(242)	1	-	23	-
COSERN	8	156	-	(145)	8	21	27	41
Total	3.619	912	(3.567)	(831)	52	81	357	258

Ativo regulatório – TUSD

A Resolução ANEEL nº 77, de 18 de agosto de 2004 estabeleceu os procedimentos vinculados à redução das tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, para empreendimentos hidroelétricos e aqueles com fonte solar, eólica, biomassa ou cogeração qualificada, com potência instalada menor ou igual a 30.000 kW, bem como para os empreendimentos hidroelétricos com potência igual ou inferior a 1.000 kW, e determinou a constituição do ativo regulatório TUSD a ser compensado no primeiro reajuste ou revisão tarifária após a correspondente apuração.

Foram considerados no cálculo do reajuste tarifário de abril de 2007 os valores fiscalizados e validados pela ANEEL, atualizados pela variação do IGPM até abril de 2007, relativos à perda de receita de distribuição decorrentes dos descontos concedidos na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD, de R$ 11.879.

7 TRIBUTOS A COMPENSAR

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
CSLL a compensar	5.928	7.296	-	-
IRPJ a compensar	5.206	8.199	-	-
Contribuição social na fonte a compensar	49	-	-	-
Imposto de renda na fonte a compensar	98	-	-	-
ICMS sobre aquisição para o imobilizado (*)	11.537	11.413	16.126	16.566
IRPF a compensar	951	951	-	-
Outros	938	431	-	-
Total	**24.707**	**28.290**	**16.126**	**16.566**

(*) Representa o saldo de créditos de ICMS referente à aquisição de bens do ativo imobilizado, compensáveis em 48 meses a partir da aquisição do bem.

8 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Representam principalmente os créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis. Adicionalmente, em função da reorganização societária que culminou com a incorporação da controladora CPFL Serra (vide nota 23), o ágio decorrente desta operação gerou benefício fiscal na Companhia. Demonstramos a seguir os ativos e passivos fiscais:

a) Apuração da contribuição social e do imposto de renda diferidos:

Ativo Fiscal	31/03/2008	31/12/2007
Ágio sobre incorporação CPFL Serra		
Benefício fiscal ágio/ Contribuição Social e Imposto de Renda	**258.193**	**263.787**
Diferenças temporárias		
Contas a pagar de aposentadorias incentivadas	12.404	12.771
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	37.230	39.298
Provisão para contingências	51.769	51.940
Provisão para pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	37.100	42.554
Outras diferenças temporárias	16.854	15.328
Base de cálculo dos créditos fiscais diferidos	155.357	161.891
Alíquota aplicável (contribuição social e imposto de renda)	34,0%	34,0%
Crédito fiscal sobre diferenças temporárias	**52.821**	**55.043**
Total do crédito fiscal	**311.014**	**318.830**
Circulante	44.896	48.824
Não circulante	266.118	270.006
Total do crédito fiscal	**311.014**	**318.830**

Estimativa de realização dos créditos fiscais

	31/03/2008	31/12/2007
Exercício 2008	20.266	27.022
Exercício 2009	20.751	21.811
Exercício 2010	21.811	21.811
Exercício 2011	16.988	16.988
Exercício 2012	16.988	16.988
Exercício de 2013 a 2015	50.911	50.911
Exercício de 2016 a 2018	37.683	37.683
Exercício de 2019 a 2021	37.683	37.683
Exercício de 2022 a 2024	37.683	37.683
Exercício de 2025 a 2027	37.683	37.683
Exercício de 2028	12.567	12.567
	311.014	**318.830**

A previsão de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do

ágio incorporado, está baseada nas projeções de resultados futuros, apreciadas pelo Conselho Fiscal, e aprovadas pelo Conselho de Administração.

O passivo fiscal está representado pelo débito sobre as diferenças temporárias passivas.

Passivo Fiscal	31/03/2008	31/12/2007
Reavaliação		
Reserva de reavaliação 31/03/2003	416.421	416.421
Reserva de reavaliação 30/09/2007	(80.446)	(80.446)
Reavaliação dos terrenos	(17.923)	(17.923)
Reversão da Reavaliação de Intangíveis	(19.512)	(19.512)
Realização da reavaliação	(116.395)	(111.858)
Base de cálculo dos débitos fiscais diferidos	182.145	186.682
Alíquota aplicável (contribuição social e imposto de renda)	34,0%	34,0%
Débito fiscal sobre a reavaliação	**61.929**	**63.472**
Diferenças temporárias		
Provisão Ativo Regulatório do PIS e COFINS	664	5.044
Atualização financeira da CVA	30.546	29.205
Base de cálculo dos débitos fiscais diferidos	31.210	34.249
Alíquota aplicável (contribuição social e imposto de renda)	34,0%	34,0%
Débito fiscal sobre diferenças temporárias	**10.611**	**11.645**
Total do débito fiscal	**72.541**	**75.117**
Circulante	13.952	14.914
Não circulante	58.589	60.203
Total do débito fiscal	**72.541**	**75.117**

b) Apuração da contribuição social e do imposto de renda sobre o resultado:

	Contribuição Social		Imposto de Renda	
	31/03/2008	31/03/2007	31/03/2008	31/03/2007
Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda	50.146	60.084	50.146	60.084
Diferenças permanentes - líquidas	114.180	808	5.735	808
Resultado tributável	35.966	60.892	55.881	60.892
Contribuição social (alíquota de 9,0%) e Imposto de renda (alíquota de 25,0%)	(3.237)	(5.480)	(13.964)	(15.216)
(-) Programa alimentação do trabalhador - PAT	-	-	29	27
(-) Incentivo Fiscal a Cultura - Lei Rouanet			100	-
Receita (despesa) de contribuição social e imposto de renda	**(3.237)**	**(5.480)**	**(13.835)**	**(15.189)**

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9 DIFERIMENTO DE CUSTOS E GANHOS TARIFÁRIOS

	Circulante		Não Circulante	
	31/3/2008	31/12/2007	31/3/2008	31/12/2007
Ativo				
Variação capturada para reajuste tarifário de 2006 - em compensação				
Custos de energia para revenda	-	1	-	-
Transporte de frapo	8	24	-	-
Encargos da rede básica	223	382	-	-
Conta de consumo de combustível	52	155	-	-
Conta de desenvolvimento energético	33	100	-	-
Encargos de serviços do sistema	12	36	-	-
Programa de incentivo a fontes alternativas de energia elétrica	20	59	-	-
	252	757	-	-
Variação capturada para reajuste tarifário em 2007 - em compensação				
Custos de energia para revenda	355	1.253	-	-
Encargos da rede básica	202	550	-	-
Conta de desenvolvimento energético	284	698	-	-
Encargos de serviços do sistema	316	1.115	-	-
Programa de incentivo a fontes alternativas de energia elétrica	246	517	-	-
	1.103	3.892	-	-
Variação capturada para reajuste tarifário em 2008/2009				
Custos de energia para revenda	5.433	7.348	265	3.256
Encargos de serviços do sistema	10.029	-	-	-
Conta de consumo de combustível	3.053	2.616	246	1.065
Conta de desenvolvimento energético	906	321	49	135
Programa de incentivo a fontes alternativas de energia elétrica	1.355	-	66	-
	18.849	10.675	626	4.486
Ativo regulatório - em compensação				
Outros componentes financeiros	989	4.438		
	989	4.438	-	-
Total	21.193	19.762	626	4.486

	Circulante		Não Circulante	
	31/3/2008	31/12/2007	31/3/2008	31/12/2007
Passivo				
Variação capturada para reajuste tarifário em 2007 - em compensação				
Transporte de frapo	52	148	-	-
Conta de consumo de combustível	1.954	5.541	-	-
	2.006	5.689	-	-
Variação capturada para reajuste tarifário em 2008/2009				
Transporte de frapo	744	212	17	89
Encargos da rede básica	5.728	2.521	280	1.081
Encargos de serviços do sistema	3.112	1.969	171	701
	9.584	4.452	468	1.871
Total	11.590	10.141	468	1.871

A partir de 26 de outubro de 2001, a ANEEL autorizou o diferimento da variação dos custos incorridos considerados não-gerenciáveis (parcela "A") que fazem parte do cálculo do índice de reajuste tarifário. Esses custos são registrados na "Conta de compensação de variações de itens dos custos não-gerenciáveis (CVA)" do ativo circulante/realizável a longo prazo ou passivo circulante/exigível a longo prazo, sendo atualizados pela taxa de juros SELIC e apropriados ao resultado consoante o faturamento realizado a partir do reajuste tarifário.

Adicionalmente, através da Resolução Normativa nº 189/2005, a ANEEL estabeleceu os critérios e procedimentos para a inclusão da variação dos custos referentes ao programa de incentivo a fontes alternativas - PROINFA na CVA.

Os valores apresentados no quadro acima estão classificados em conforme segue:

a) Reajuste tarifário de 2006 – em compensação

Está representado pelos saldos dos custos capturados entre 19 de março de 2005 e 18 de março de 2006.

b) Variação capturada para reajuste tarifário em 2007 – em compensação

Está representada pelos custos capturados entre 19 de março de 2006 e 18 de março de 2007.

c) Variação capturada para reajuste tarifário em 2008

Está representada pelos custos capturados a partir de 19 de março de 2007, os quais estão previstos para repasse no reajuste tarifário que ocorrerá em abril de 2008.

Outros componentes financeiros do Reajuste Tarifário de 18 de abril de 2007

Em maio de 2006, a Companhia, apresentou questionamentos a ANEEL em relação ao Índice de Reajuste Tarifário Anual, de 10,19%, homologado através da Resolução Homologatória nº 320, de 18 de abril de 2006. A ANEEL, procedendo à análise das constatações apresentadas, reconheceu algumas incorreções na base de dados do cálculo do reajuste, emitindo o Ofício nº 177/2006.
Assim, procedidos aos ajustes necessários, o reajuste de abril de 2007 resultou em um novo índice de 10,69%. A diferença entre este índice e o efetivamente recebido de 10,19% implicou em um ativo regulatório de R$ 7.678, que, atualizado pela variação do IGPM até abril de 2007, resultou um complemento financeiro de R$ 8.005 no cálculo do reajuste tarifário de abril de 2007.

Nas respectivas bases de cálculo do encargo P&D e Eficiência Energética, utilizadas nos reajustes tarifários de 2005 e 2006 da Companhia, não incluíram os componentes financeiros da receita anual da concessionária. A ANEEL apurou e atualizou pela variação do IGPM até abril de 2007 as diferenças não contempladas naqueles IRT – Índices de Reajuste Tarifário, e esta considerou um complemento financeiro de R$ 1.742 no cálculo do reajuste tarifário de abril de 2007.

O Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - LUZ PARA TODOS, destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

do meio rural brasileiro que ainda não possui acesso a esse serviço público. O déficit mensal foi calculado como a diferença entre a receita verificada e os custos relacionados à implementação do Programa Luz Para Todos. Os déficits mensais calculados foram corrigidos, até a data do reajuste, pelo IGPM. Além do déficit calculado até a data do reajuste, ainda foi considerada uma estimativa para os 12 meses seguintes, observando, neste caso, a manutenção da base física instalada e do número de unidades consumidoras atendidas até a data do reajuste. Após análise da ANEEL, esta considerou no cálculo do reajuste tarifário de abril de 2007 um componente financeiro provisório de R$ 5.251.

10 DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
Encargos sobre empréstimos a apropriar	945	894	1.572	1.380
Ativo regulatório PIS/COFINS	664	3.983	-	-
Proinfa	1.992	1.521	-	-
Despesas a apropriar	875	609	-	-
Outros	70	135		
Total	4.546	7.142	1.572	1.380

Ativos regulatórios – em compensação

PIS e COFINS

Está representado pelos impactos tributários decorrentes das Leis nº 10.637/2002 para o PIS e, nº 10.833/2003 para a COFINS, inicialmente não repassados às tarifas. O impacto do PIS compreende o período de dezembro de 2002 a junho de 2005 e o impacto da COFINS compreende o período de fevereiro de 2004 a junho de 2005.
Em 21 de setembro de 2004, através do Ofício nº 1572/2004-SFF, a ANEEL manifestou entendimento que esses valores devem ser atualizados monetariamente e, após regulamentação de procedimentos para reconhecimento de tais impactos, incorporados às tarifas, em prazo não superior a três anos. Estes impactos foram considerados pela ANEEL através das Resoluções Homologatórias nº 92, de 18 de abril de 2005, nº 320, de 18 de abril de 2006 e nº 452 de 18 de abril de 2007. Subtraindo-se os valores já considerados nos cálculos tarifários de 2005 e 2006 e atualizando-se as respectivas diferenças mensais pelo IGP-M até abril de 2007, apurou-se um saldo remanescente de R$ 13.462, que foi considerado no cálculo reajuste tarifário de abril de 2007.

Adicionalmente, a ANEEL autorizou através da Resolução Homologatória nº 92, de 18 de abril de 2005, a inclusão das despesas do PIS e da COFINS efetivamente incorridas no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica, a partir de 1º de julho de 2005, no valor a ser pago pelos consumidores, a exemplo do ICMS.

11 OUTROS CRÉDITOS

	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
Enquadramento residencial baixa renda	5.026	21.866	-	-
Financiamentos a consumidores	577	1.176	84	108
Serviços em curso	10.528	16.950		
Reserva global de reversão	1.814	1.814	-	-
Alienação de bens e direitos	1.929	2.207	-	-
Adiantamento de 13º salário e férias	1.055	939	-	-
Aluguéis a receber	661	1.448	-	-
Outros	2.086	3.418	74	74
Total	**23.676**	**49.818**	**158**	**182**

Enquadramento residencial baixa renda

A Lei nº 10.438/2002 ampliou a possibilidade de enquadramento dos consumidores da subclasse residencial baixa renda, beneficiando-os com uma redução tarifária, conforme regulamentado pelas Resoluções ANEEL nºs 246 e 485/2002, e alterações introduzidas pela Resolução nº 84/2004. Dessa forma, ocorreu uma redução no faturamento da Companhia, que foi compensado pela contabilização de uma receita de igual valor, conforme determinado no Ofício Circular nº 155/2003-SFF/ANEEL. O saldo a receber será compensado através de subvenção econômica custeada por recursos financeiros oriundos do Governo Federal, conforme dispõe a Lei nº 10.604/2002.

Financiamentos a consumidores

Está representado pelos financiamentos concedidos principalmente as prefeituras municipais, com o objetivo de financiar projetos de eficientização da iluminação pública. O prazo médio desses financiamentos é de 30 meses e a taxa média de juros é de 0,6% ao mês.

Serviços em curso

Está representado pelos gastos relacionados aos programas de pesquisa e desenvolvimento e de eficiência energética que se encontram em andamento. Quando ocorrer a conclusão dos serviços relacionados a esses programas, os gastos serão baixados contra a provisão para pesquisa e desenvolvimento e de eficiência energética no grupo das outras contas a pagar, no passivo (vide nota 21).

Reserva global de reversão (RGR)

É um fundo de reserva gerenciado pelo Governo Federal, conforme detalhado na nota 20, sendo este saldo a diferença entre o valor da quota anual fixada pela ANEEL e o valor devido com base nos investimentos efetivamente verificados. Após revisão da prestação anual de contas, pela ANEEL, estas diferenças serão compensadas com as próximas quotas anuais a serem fixadas.

12 IMOBILIZADO

a) Composição dos saldos

	Taxas anuais médias (%)	31/03/2008			31/12/2007
		Custo histórico corrigido/ reavaliado	Depreciação/ amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em Serviço					
- Operação					
Distribuição	2,5	1.[illegible]	-52	[illegible]	[illegible]
Geração	-	[illegible]		[illegible]	[illegible]
Edificações, obras civis e benfeitorias	1,8	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Máquinas e equipamentos	7,6	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Veículos	14,3	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Móveis e utensílios	6,4	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
		1.[illegible]	[illegible]	1.[illegible]	1.[illegible]
- Administração					
Imóveis	2,4	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,1	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Máquinas e equipamentos	21,6	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Veículos	17,6	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Móveis e utensílios	10,7	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
- Concessão de uso em serviços de TELECOM	4,5	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Em Curso					
Operação				[illegible]	[illegible]
Administração				[illegible]	[illegible]
				[illegible]	[illegible]
Total do Imobilizado				[illegible]	[illegible]
Obrigações vinculadas à concessão				[illegible]	[illegible]
Imobilizado líquido				[illegible]	[illegible]

b) Taxas de depreciação e amortização

As taxas anuais médias de depreciação e de amortização estão demonstradas na tabela acima, impactadas pela Reavaliação Societária periódica de 2007. Em relação à taxa de amortização do ágio, houve um aumento de 3,67% a.a em 2007 para 4,5% a.a em 2008.

c) Intangíveis

Estão representados por "softwares" e servidões. As servidões são faixas de terrenos por onde a concessionária pode praticar todos os atos de construção, manutenção, conservação e inspeção das linhas de transmissão de energia elétrica e estão classificados contabilmente como intangíveis conforme determina o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

d) Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Representam os valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de Consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a concessionária. Inclui também os recursos

de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Pesquisa de Eficiência Energética – PEE. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador, cuja quitação ocorrerá em novembro de 2027.

A composição destas obrigações:

	31/03/2008	31/12/2007
Participação da União	18.192	18.192
Participação financeira do consumidor	107.493	106.099
Outras	6.409	5.878
Total	**132.094**	**130.169**

e) Dos bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo os mesmos ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

f) Reavaliação

I - Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2003, foi aprovado o laudo de reavaliação dos bens do ativo imobilizado da Companhia, emitido pela empresa especializada ADVANCED APPRAISAL Consultoria e Planejamento, na data base de 31 de março de 2003, de acordo com a legislação societária e Deliberação CVM, bem como a contabilização no mês de junho de 2003, na conta de reserva de reavaliação no montante de R$ 416.421. Adicionalmente, a Companhia constituiu provisão para contribuição social e imposto de renda diferidos sobre a totalidade da reavaliação, exceto sobre terrenos, no montante de R$ 136.646.

II – Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31 de janeiro de 2008, foi aprovada a reavaliação societária periódica dos bens do ativo imobilizado em serviço da Companhia, cujo laudo foi emitido pela empresa especializada Centro de Avaliações e

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Perícias de Engenharia Ltda., na data-base de 30 de setembro de 2007, de acordo com a legislação societária e Deliberação CVM 183/95, bem como a contabilização no mês de dezembro de 2007 da redução na conta de reserva de reavaliação no montante de R$ 80.446. A Companhia constituiu provisão para contribuição social e imposto de renda diferidos sobre esta redução na reavaliação, exceto sobre terrenos, no montante de R$ 28.574.

Abaixo demonstramos o resumo da reavaliação:

	31/03/2008			30/09/2007	30/09/2007			31/03/2008		31/12/2007
Conta	Custo	Reavaliação Residual	IR	Reversão (*)	Custo	Reavaliação Residual	IR	Realização Acumulado	Líquido	Líquido
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]					[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	1.149.297	735.376	414.421	119.513	1.272.933	3.155.379	450.446	(116.395)	204.065	204.065

(*) No segundo trimestre de 2007, foi revertida a reavaliação de intangíveis, conforme determinação da CVM Ofício CVM/SEP/GEA-1/nº 276/2007 de 18 de julho de 2007.

g) Ágio na incorporação da controladora DOC 3

O ágio decorre da incorporação da sua controladora DOC 3 Participações S.A., realizada em 13 de julho de 1998, fundamentado na expectativa de resultados futuros, calculado através da metodologia do fluxo de caixa descontado, cujos resultados projetados previam amortizações lineares de 10,0% a.a. Esse ágio foi classificado no ativo diferido até 31 de dezembro de 2003, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976 e a Instrução CVM nº 247/1996.

Durante o exercício de 2004, o saldo do ágio foi transferido para o ativo imobilizado e está sendo amortizado pelo prazo remanescente da concessão, segundo a curva baseada na projeção de resultados futuros, sendo ambas as alterações de forma retroativa a 1º de janeiro de 2004, em consonância com a Resolução ANEEL nº 166/2004. A curva de amortização do ágio foi alterada pela ANEEL, conforme o Ofício 564/2005 de 13/04/2005.

A CVM, através do Ofício CVM/SEP/GEA-1 nº 197/2004, encaminhado à ANEEL, manifestou concordância com a alteração no prazo de amortização do saldo do ágio e também com a reclassificação contábil do saldo do ágio do ativo diferido para o ativo imobilizado intangível.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Abaixo informamos as taxas de amortização do ágio conforme Ofício 564/2005 da ANEEL:

Exercício	%
2007	3,67
2008	4,50
2009	4,03
2010	3,76
2011	3,73
2012	3,86

13 DIFERIDO

	31/03/2008	31/12/2007
Gastos com implantação de sistemas e outros	36.993	36.364
Benfeitorias em propriedade de terceiros	12.686	12.138
Amortização acumulada	(19.157)	(18.281)
Total	**30.522**	**30.221**

Gastos com implantação de sistemas

Os gastos com implantação de sistemas e outros estão representados, em sua maioria, pelas despesas com a implantação de sistema administrativo e financeiro e estão sendo amortizado pelo período de 10 anos.

Benfeitoria em propriedade de terceiros

As benfeitorias, em sua maioria, estão sendo executadas para adequação das instalações da Companhia na cidade de Caxias do Sul.

14 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

				31/03/2008			31/12/2007		
				Circulante		Não	Circulante		Não
Moeda Nacional	Remuneração	Condições de Amortização	Garantias	Encargos	Principal	Circulante	Encargos	Principal	Circulante
BNDES - Investimento									
[illegible]	[illegible]	Parcelas mensais [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	Parcelas mensais [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
BNDES - Governamental									
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]				[illegible]	[illegible]	
Instituições Financeiras									
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]				[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]				[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]			[illegible]			[illegible]
Debêntures									
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Operações de "Swap" (vide nota 30)				[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total				1.091	62.458	228.970	43.616	200.911	214.855

[illegible]

As principais movimentações no período foram:

- Banco Santander: Amortização de R$ 45.000 em janeiro de 2008;
- Banco ABN AMRO: Amortização de R$ 65.000 em janeiro e fevereiro de 2008;
- Banco do Brasil: Amortização de R$ 30.000 em janeiro de 2008.

As parcelas de longo prazo desses empréstimos vencem como segue:

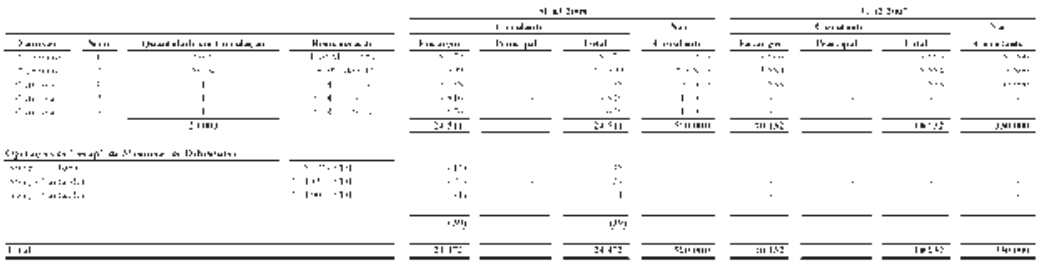
06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ano do vencimento	31/03/2008	31/12/2007
2009	48.702	54.809
2010	26.959	26.874
2011	126.290	126.206
2012	24.855	24.801
Após 2012	2.164	2.163
Total	**228.970**	**234.853**

01653-5 RGE RIO GRANDE ENERGIA SA 02.016.439/0001-38

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15 DEBÊNTURES



As principais movimentações no período foram:

Emissões

- 2ª série R$ 140.000 - emitida em 1º de janeiro de 2008 - a debênture tem prazo de 6 anos, contados a partir da data de emissão, com vencimento em 1º de dezembro de 2013. Os valores relativos à remuneração das debêntures são pagos semestralmente, sempre no dia 1º dos meses de junho e dezembro de cada ano.

- 3ª série R$ 40.000 - emitida em 1º de fevereiro de 2008 - a debênture tem prazo de 6 anos, contados a partir da data de emissão, com vencimento em 1º de dezembro de 2013. Os valores relativos à remuneração das debêntures são pagos semestralmente, sempre no dia 1º dos meses de junho e dezembro de cada ano.

Condições restritivas

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da Companhia a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Os detalhes das referidas condições restritivas estão apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2007. No entendimento da Administração da Sociedade tais condições restritivas e cláusulas vêm sendo adequadamente atendidas.

Adicionalmente a contratação das parcelas de debêntures, a Companhia contratou operações de "swap" sobre o montante total de principal da debênture. Estas operações de "swap" referem-se a troca da remuneração das debêntures de "100% do CDI + spread" para "% do CDI", seguindo as demais características das debêntures (vide nota 30).

O saldo de debêntures de longo prazo tem seus vencimentos assim programados:

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ano do vencimento	31/03/2008	31/12/2007
2009	203.800	203.800
2011	26.200	26.200
2013	280.000	100.000
Total	**510.000**	**330.000**

16 FORNECEDORES

	31/03/2008	31/12/2007
Fornecedores de energia elétrica		
Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE	11.355	9.880
Eletrobrás - Repasse de Itaipu	28.032	24.250
Tractebel Energia	52.219	57.695
AES Uruguaiana Empreendimentos	22.377	28.290
Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica	2.958	3.813
CPFL Comercialização Brasil	12.641	6.791
Outros	145	184
	129.727	**130.903**
Encargos de uso da rede elétrica		
Uso da conexão	3.883	3.343
Uso da rede básica	15.335	14.287
Transporte de energia	1.400	993
	20.618	**18.623**
Comercialização - CCEE (vide nota 29)	**5.457**	**640**
Material e serviços	**9.547**	**25.844**
Total fornecedores	**165.349**	**176.010**

17 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	31/03/2008	31/12/2007
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	29.101	28.290
Programa de integração social - PIS	2.008	1.731
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	9.261	7.983
Outras	2.988	4.390
Total	**43.358**	**42.394**

18 OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

01653-5 RGE RIO GRANDE ENERGIA SA 02.016.439/0001-38

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
Provisão para férias	4.345	6.157	-	-
Provisão para 13o salário	699	-	-	-
Prêmio assiduidade	-	-	620	628
Provisões de encargos sociais - INSS/FGTS	2.454	1.658	233	233
Outras	49	128	-	-
Total	**7.547**	**7.943**	**853**	**861**

19 CONTAS A PAGAR DE APOSENTADORIAS INCENTIVADAS

Por força do edital de privatização, a Companhia é responsável pelo pagamento do benefício de complementação da aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pelo INSS aos participantes da Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE, que não tenham ainda cumprido todos os requisitos para a obtenção do benefício. Dessa forma, a Companhia provisionou os valores, apurados através de cálculo atuarial, dos compromissos futuros relativos às complementações salariais a serem pagas aos participantes ou repassados à Fundação CEEE, ajustados ao valor presente pela taxa de 12,0% a.a.

A suplementação da aposentaria é do tipo benefício definido, com nível de benefício de 100,0% da média dos últimos 36 salários, incluindo o benefício da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado administrado pela ELETROCEEE (na condição de Entidade Fechada de Previdência Complementar).

Adicionalmente, a Companhia procedeu, através de empresa atuarial independente, a avaliação do passivo atuarial decorrente do benefício de aposentadoria, de acordo com a Deliberação CVM nº 371/2000. O ajuste no resultado da Companhia até 31 de março de 2008 foi uma receita de R$ 26 (R$ 3.532 de receita em 31 de dezembro de 2007), contabilizado como redução das despesas gerais e administrativas – pessoal.

A seguir demonstramos a composição destes efeitos:

	31/3/2008				
Descrição	Valor bruto original	Ajuste a valor presente	Líquido	Circulante	Não Circulante
Complemento de aposentadoria	14.003	(2.568)	11.435	4.252	7.183
Contribuição à Fundação	1.469	(502)	967	4	963
Deliberação CVM nº 371/2000	(3.545)	-	(3.545)	(3.545)	-
Total	**11.927**	**(3.070)**	**8.857**	**711**	**8.146**

	31/12/2007				
Descrição	Valor bruto original	Ajuste a valor presente	Líquido	Circulante	Não Circulante
Complemento de aposentadoria	14.585	(2.768)	11.817	4.254	7.563
Contribuição à Fundação	1.406	(439)	967	4	963
Deliberação CVM nº 371/2000	(3.520)	-	(3.520)	(3.520)	-
Total	**12.471**	**(3.207)**	**9.264**	**738**	**8.526**

O saldo de longo prazo do complemento de aposentadoria vence conforme segue:

01653-5 RGE RIO GRANDE ENERGIA SA 02.016.439/0001-38

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ano do vencimento	31/3/2008	31/12/2007
2008	-	2.778
2009	3.446	2.033
2010	1.896	1.121
2011	1.025	596
Após 2011	1.779	1.998
Total	**8.146**	**8.526**

20 TAXAS REGULAMENTARES

	31/03/2008	31/12/2007
Reserva global de reversão - RGR	1.941	1.492
Conta de desenvolvimento energético - CDE	5.047	4.856
Conta consumo de combustível - CCC	4.618	4.165
Taxa de fiscalização ANEEL	276	276
Total	**11.882**	**10.789**

A reserva global de reversão (RGR) é um fundo de reserva gerenciado pela Eletrobrás, como órgão do Governo Federal, designado para prover fundos para pagamentos aos concessionários, até a expiração de suas concessões, data em que a Companhia será reembolsada pelo valor do ativo permanente líquido, registrado nos livros. Em 3 de janeiro de 1996, o Decreto nº 1.771 instituiu a taxa de RGR de 2,5% do imobilizado em serviço, limitado a 3,0% do total da receita operacional bruta, deduzida do ICMS.

A conta de desenvolvimento energético (CDE) é uma contribuição feita pela Companhia que visa financiar o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas de energia, como fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados e promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional.

A conta consumo de combustível (CCC) é uma contribuição feita pela Companhia para financiar o custo do combustível utilizado nos processos de operações de energia termoelétrica no sistema energético brasileiro.

21 OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
Programa de eficiência energética	6.581	14.810	16.395	13.990
Pesquisa e desenvolvimento	8.301	8.842	12.852	11.737
Encargos tarifários emergenciais	733	756	-	-
Contribuição de iluminação pública	4.840	5.464	-	-
Plano de participação nos resultados	1.859	5.350	-	-
Obrigações com consumidores	2.578	1.809	-	-
Outros	1.556	1.048	50	49
Total	**26.448**	**38.079**	**29.297**	**25.776**

Programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento (PEE e P&D)

As concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, no mínimo 1,0% de sua receita operacional líquida, deduzido as quotas anuais da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis e de Desenvolvimento Energético (CCC e CDE), e as despesas com os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética (P&D e PEE), conforme determinado na Resolução Normativa nº 233 de 24 de outubro de 2006, em programas de eficiência energética e em pesquisa e desenvolvimento. A aplicação desses recursos está dividida em 0,50% para o PEE e 0,50% para a P&D. Os recursos relacionados à P&D são aplicados da seguinte forma: 0,20% em projetos de pesquisa e desenvolvimento, 0,20% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico FNDCT e 0,10% para a Empresa de Pesquisa Energética EPE. Em dezembro de 2005, através da Resolução nº 176/2005, a ANEEL determinou o provisionamento contábil dos gastos relacionados ao PEE pelo regime contábil de competência, bem como atualização financeira destes gastos pela SELIC.

Encargos tarifários emergenciais

A Resolução ANEEL nº 249/2002 estabeleceu os critérios e procedimentos para definição dos encargos relativos à aquisição de energia elétrica e à contratação de capacidade de geração ou potência pela Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial CBEE. Esses encargos foram rateados aos consumidores finais de energia elétrica de forma proporcional ao consumo individual verificado, não se aplicando ao consumidor residencial classificado como de baixa renda, e repassados a CBEE após serem arrecadados dos consumidores (vide nota 21).

A Resolução ANEEL nº 204/2005 estabeleceu o encerramento da cobrança do encargo de capacidade emergencial, definido pela Lei nº 10.438/2002.

Contribuição de iluminação pública (CIP)

A Emenda Constitucional nº 39/2002 instituí a Contribuição de iluminação pública destinado ao custeio do serviço de fornecimento de energia para alimentar a rede de iluminação pública instalada nas áreas urbanas e de expansão dos Municípios e Distrito Federal, inclusive manutenção a ser cobrada de todos os beneficiários do serviço, nos termos da Emenda Constitucional, previsto no Artigo 149-A da Constituição Federal.

Obrigações com consumidores

Essas obrigações referem-se a contas pagas em duplicidade e /ou ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos aos consumidores.

22 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	31/03/2008				31/12/2007			
Natureza	Possível	Provável	Provisão	Depósito judicial	Possível	Provável	Provisão	Depósito judicial
Trabalhista	13.538	19.447	19.447	27.075	16.733	19.807	19.807	26.303
Cível	166.547	10.989	10.989	25.359	175.810	10.983	10.983	25.486
Tributaria	297.034	20.010	20.010	5.282	291.570	20.083	20.083	5.219
Regulatoria	14.475	5.359	5.359	15.147	14.475	5.359	5.359	15.147
Total	**491.594**	**55.805**	**55.805**	**72.863**	**498.588**	**56.232**	**56.232**	**72.155**

A movimentação da provisão neste período está demonstrada a seguir:

	31/12/2007	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização Monetária	31/03/2008
Fiscais	20.083	-	(255)	-	182	20.010
Civeis	16.342	236	-	(230)	-	16.348
Trabalhistas	19.807	-	(199)	(161)	-	19.447
Total	**56.232**	**236**	**(454)**	**(391)**	**182**	**55.805**

Os processos que configuram contingências prováveis estão suficientemente provisionados, de acordo com a estimativa de perda da Administração da Companhia, que vem suportada pela avaliação constante dos relatórios dos consultores jurídicos da Companhia. No processo de análise das causas foi considerada a real configuração de contingência, avaliado o risco financeiro envolvido e provisionados os valores que provavelmente podem afetar o patrimônio da Companhia.

Dos processos em análise, constata-se a existência de causas de natureza: (i) trabalhista, (ii) cível, (iii) tributária e (iv) regulatória das quais podemos citar o que segue:

(i) o total das causas na esfera da justiça do trabalho é de 1.428 processos, os quais versam sobre: adicional de horas extras, adicional de periculosidade, indenização por sobreaviso e reconhecimento da relação de emprego, entre outras. Do total das reclamações na justiça do trabalho, cerca de 76,5% são provenientes de ex-funcionários da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, os quais nunca trabalharam na Companhia ou tiveram seus contratos transferidos. Para as demais causas, 13,1% são oriundas de funcionários contratados pela Companhia; e 10,4% advém de reclamações ajuizadas por terceirizados.

(ii) as causas cíveis e demais versam sobre as seguintes reclamações: danos em aparelhos causados pelas redes elétricas, ilegalidade de majoração de tarifa, pedido

de indenização por corte de luz, devolução de valores pagos a maior na época do Plano Cruzado, anulação de débitos cobrados com base em recuperação do consumo e indenização por danos em geral causados pela rede elétrica, devolução de valores aos consumidores decorrentes de obras realizadas, entre outras. Constituem-se em um total de aproximadamente 14.894 ações, sendo que 300 são consideradas relevantes. A Companhia mantém, em 31 de março de 2008, para fins de cobertura de risco de responsabilidade civil, apólice de seguro com cobertura de até R$ 6.000 (R$ 6.000 em 31 de dezembro de 2007). Adicionalmente, existem processos ambientais que versam sobre eventuais cortes de árvores procedidos pela Companhia devido a riscos para as redes de energia e consumidores.

(iii) dentre as principais causas tributárias, destacamos:

- em dezembro de 2004 a Companhia sofreu autuação fiscal da Secretaria da Receita Federal, para os seguintes assuntos:

a) IRPJ e CSLL sobre o período anterior a alteração do prazo de amortização do ágio (vide nota 12.g);

b) PIS e COFINS sobre a atualização financeira pela SELIC, da conta de compensação de variações de itens dos custos não-gerenciáveis (CVA);

c) IRPJ e CSLL sobre as diferenças de taxas de depreciação entre o laudo de reavaliação e as taxas ANEEL.

- autuação da Secretária da Receita Federal relativo a ausência de recolhimento de multa de ofício em denúncia espontânea para pagamento de PIS/COFINS;
- o pedido de suspensão da eficácia das decisões da Secretaria da Receita Federal para considerar a dedutibilidade, para fins de apuração de imposto de renda e contribuição social, dos valores relativos a complementação de aposentadoria a empregados aposentados da Companhia (beneficiários da Fundação ELETROCEEE);
- cobrança da taxa de uso de solo pelas prefeituras municipais e outras autarquias estaduais;
- autuação da Secretaria da Receita Estadual relativo a ausência de recolhimento de multa de ofício em denúncia espontânea para pagamento de ICMS.

(iv) as principais contingências de natureza regulatória são as seguintes:

- o aditamento ao contrato de mútuo entre a Companhia e sua ex-subsidiária integral Sul Geradora Participações S.A., alterando o índice de encargos da dívida, não submetidos à anuência da ANEEL;
- o aval da Companhia para o empréstimo tomado pela sua ex-subsidiária integral Sul Geradora Participações S.A. junto ao BankBoston, não submetidos à anuência da ANEEL;

- atendimento das metas dos indicadores de continuidade DEC Duração equivalente de interrupção por cliente e FEC Freqüência equivalente de interrupção por consumidor, relativas aos anos de 2003 a 2005;
- atendimento dos níveis de tensão de fornecimento na área de concessão, relativas aos anos de 2001 a 2006.

23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O capital social da Companhia está representado por 807.168.582 ações, sendo 656.502.720 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 150.665.862 ações preferenciais.

A composição acionária da Companhia é como segue:

	31/3/2008			31/12/2007		
Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	T
CPFL Energia	656.502.714	150.665.862	807.168.576	656.502.714	150.665.862	807.168.
Conselho de Administração	6	-	6	6	-	
Total das ações	**656.502.720**	**150.665.862**	**807.168.582**	**656.502.720**	**150.665.862**	**807.168.**

As ações preferenciais apresentam as seguintes características:

- não têm direito a voto;
- fazem jus ao recebimento de dividendo de 10,0% (dez por cento) maior que o atribuído às ações ordinárias, vinculados à existência de lucro, a ser distribuído nos termos da legislação em vigor;
- tem prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia.

O Estatuto Social da Companhia determina que o capital social poderá ser aumentado, na forma do artigo 168 da Lei 6.404/76, independentemente de reforma estatutária, em até R$ 16.000, mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais. Até o limite do capital autorizado, poderão ser emitidas ações ou bônus de subscrição por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço de emissão e o número de ações a serem emitidas, bem como o prazo e condições de subscrição e integralização, exceção feita à subscrição de ações para realização em bens, que dependerá da aprovação da Assembléia Geral, observados os procedimentos contidos no artigo 8º da Lei 6.404/76.

Em 18 de setembro de 2007 em Assembléia Geral Extraordinária da RGE foi aprovada e efetivada a incorporação da CPFL Serra, em decorrência da incorporação a CPFL Serra é extinta e sucedida pela RGE no que tange a todos os seus direitos e obrigações, além das prescritas em lei.

O ágio, registrado pela CPFL Serra de R$ 486.097, foi incorporado pela RGE, em benefício de todos os seus acionistas, conforme procedimentos definidos nas Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001.

O valor patrimonial da ação, por grupo de mil, em 31 de março de 2008 é de R$1.675,49 (R$1.634,51 em 31 de dezembro de 2007).

Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A composição dos dividendos da Companhia é como segue:

	31/3/2008	31/12/2007
Saldo dos dividendos e JCP	93.791	93.791
Saldo dos dividendos de exercícios anteriores	707	710
	94.498	**94.501**

O saldo dos dividendos e JCP propostos em 2007 decorrente do lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram aprovados em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 4 de abril de 2008.

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição aos acionistas do dividendo obrigatório de 25,0% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, e considera para ações preferenciais dividendos 10,0% maior do que o atribuído às ações ordinárias. O saldo remanescente do lucro terá sua destinação integral proposta nas demonstrações financeiras, no pressuposto de sua aprovação pela assembléia Geral Ordinária.

O dividendo por grupo de mil ações em 31 de dezembro de 2007 são de R$ 240,59 para as ações preferenciais e de R$ 218,72 para ações ordinárias.

24 RECEITA BRUTA DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consumidores		GWh		R$	
	31/03/2008	31/03/2007	31/03/2008	31/03/2007	31/03/2008	31/03/2007
Consumidores						
Residencial	883.615	854.337	416	464	185.453	181.021
Industrial	32.394	29.906	614	613	192.139	184.513
Comercial	109.019	97.452	257	243	112.970	108.167
Rural	141.484	137.055	288	258	49.484	44.851
Poder público	10.174	9.055	20	28	13.812	14.029
Iluminação pública	272	254	55	55	12.564	12.622
Serviço público	1.482	1.426	53	49	17.636	16.642
Consumo próprio	125	107	1	1		
Fornecimento faturado	1.170.415	1.131.392	1.713	1.641	584.058	561.964
Outros						
Fornecimento não faturado do exercício	-	-	-	-	8.997	68.824
Fornecimento não faturado do exercício anterior						(84.946)
Encargos tarifários emergenciais	-	-	-	-	3	7
Total fornecimento energia	1.170.415	1.131.392	1.713	1.641	593.058	545.849
Suprimento energia	6	6	98	94	14.726	9.561
Receita pela disponibilização da rede elétrica	-	-	-	-	19.821	19.565
Total fornecimento e suprimento	1.170.421	1.131.398	1.811	1.735	627.585	596.915
Subvenção baixa renda	-	-	-	-	7.146	6.642
Outras receitas	-	-	-	-	4.844	11.499
Total receita bruta	1.170.421	1.131.398	1.811	1.735	639.575	615.056

25 CUSTO DE BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Quantidade GWh		R$	
Energia elétrica comprada para revenda	**31/03/2008**	**31/03/2007**	**31/03/2008**	**31/03/2007**
Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica	75	93	6.009	7.175
Eletrobrás - Repasse de Itaipu	498	367	37.764	31.426
Tractebel Energia	987	1.110	117.923	124.726
AES Uruguaiana Empreendimentos	523	320	40.814	33.243
CPFL Comercialização Brasil	204	126	17.605	10.467
Programa de incentivo a fontes alternativas de energia elétrica	19	18	4.093	3.152
Outras	4	6	476	452
	2.110	2.037	224.584	210.635
Variação de custos da parcela "A" - CVA	-	-	4.780	(5.942)
	2.110	**2.037**	**229.364**	**204.693**
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica	-	-	31.691	30.164
Encargos de transporte de Itaipu	-	-	2.856	1.932
Encargos de conexão	-	-	6.050	6.140
Encargos de serviços do sistema	-	-	5.988	2.213
	-	-	46.495	40.448
Variação de custos da parcela "A" - CVA			(1.121)	5.147
	-	-	**45.374**	**45.595**
Custos de operação				
Pessoal	-	-	5.236	4.093
Material	-	-	1.299	1.543
Serviços de terceiros	-	-	4.705	5.168
Depreciação e amortização	-	-	24.289	14.562
Outras	-	-	1.713	1.575
	-	-	**37.242**	**27.743**
Total	**2.110**	**2.037**	**311.980**	**278.031**

26 DESPESAS COM VENDAS / GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/03/2008	31/03/2007
Despesas com vendas		
Pessoal	5.084	4.499
Material	187	188
Serviços de terceiros	4.017	3.976
Arrendamentos e aluguéis	282	148
Depreciação e amortização	2.223	1.958
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	2.280	2.708
Telecomunicações e transmissão de dados	1.246	1.450
Indenizações a consumidores	156	392
Outras	455	615
	15.930	**15.934**
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal	4.327	2.763
Administradores	530	426
Material	95	68
Serviços de terceiros	4.912	4.194
Arrendamentos e aluguéis	594	614
Depreciação e amortização	2.132	2.421
Telecomunicações e transmissão de dados	364	215
Propaganda e publicidade	247	126
Investimentos em cultura	353	46
Impostos, taxas e contribuições	303	226
Seguros	152	252
Taxa de fiscalização ANEEL	828	758
Outras	1.419	339
	16.256	**12.448**
Total	**32.186**	**28.382**

27 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

01653-5 RGE RIO GRANDE ENERGIA SA 02.016.439/0001-38

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	31/03/2008	31/03/2007
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.624	2.366
Acréscimos moratórios	8.147	6.753
Variações monetarias	5.533	233
Outras	490	400
Total	**15.794**	**9.752**
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(21.523)	(19.980)
Despesas bancarias	(150)	(149)
Variações monetarias	(8.888)	(2.292)
Operações de "swap"	(113)	(73)
CPMF	(577)	(2.382)
IOF	(141)	(129)
Outras	(267)	(273)
Total	**(31.659)**	**(25.278)**
Despesas financeiras - liquidas	**(15.865)**	**(15.526)**

CPMF - Contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira.

IOF – Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários.

28 RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS

01653-5 RGE RIO GRANDE ENERGIA SA 02.016.439/0001-38

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	31/03/2008	31/03/2007
Receitas não operacionais		
Ganhos na alienação de bens do ativo imobilizado	-	119
Ganhos na desativação de bens do ativo imobilizado	-	153
Outras receitas	(9)	46
Total	**(9)**	**318**
Despesas não operacionais		
Perdas na alienação de bens do ativo imobilizado	26	(35)
Perdas na desativação de bens do ativo imobilizado	(8.419)	(5.830)
Outras despesas	(1)	(8)
Total	**(8.394)**	**(5.873)**
Despesas não operacionais - líquidas	**(8.403)**	**(5.555)**

29 COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE

Os montantes de compra e venda de energia elétrica de curto prazo e seus respectivos valores foram provisionados com base em estimativas preparadas pela Administração da Companhia e ajustados quando divulgadas as contabilizações efetuadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Abaixo demonstramos as contabilizações e liquidações do mercado de curto prazo:

a) Contabilizações divulgadas pela CCEE para o período findo em:

Operações	31/03/2008	31/03/2007
Encargos do serviço do sistema	(5.988)	(2.213)
Custo com compras	(224)	(123)
Receita de vendas	1.136	192
Saldo das operações	**(5.076)**	**(2.144)**

b) Saldo da CCEE deduzidas as liquidações para período findo em:

	31/03/2008	
Operações	**Ativo**	**Passivo**
Saldo inicial no período	-	**(640)**
Encargos do serviço do sistema	-	(5.988)
Custo com compras	-	(224)
Receita de vendas	1.136	-
Saldo antes das liquidações	**1.136**	**(6.852)**
Liquidações ocorridas no período	(1.136)	1.395
Saldo final no período	-	**(5.457)**

	31/12/2007	
Operações	**Ativo**	**Passivo**
Saldo inicial no período	-	**219**
Encargos do serviço do sistema	-	(3.093)
Custo com compras	-	(817)
Receita de vendas	1.437	-
Saldo antes das liquidações	**1.437**	**(3.691)**
Liquidações ocorridas no período	(1.437)	3.051
Saldo final no período	-	**(640)**

30 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos relacionados no item (a) risco nas flutuações da taxa de câmbio.

Adicionalmente, apresentamos os principais riscos operacionais que poderão afetar as condições financeiras, os negócios e os resultados da Companhia, caso algum desses riscos venha a se concretizar.

a) Risco nas flutuações da taxa de câmbio

O resultado da Companhia é afetado pelo risco nas flutuações da taxa de câmbio das diversas moedas (US$, Iene, Euro, Franco Suíço e outras) que compõem a cesta de moedas do BNDES (UMBNDES), visto que a Companhia possui financiamento atrelado a esse indexador (vide nota 14). Visando reduzir esse tipo de risco, a Companhia contratou operações de "swap" para troca da variação cambial do dólar e "spread" para CDI, dos montantes de principal e juros. O "swap" oferece cobertura bastante eficiente, mas não total do risco, visto que a variação da cesta de moedas não é igual, porém próxima à variação do dólar. O crédito decorrente do cupom está reconhecido contabilmente no resultado de acordo com o rendimento auferido até a data de encerramento do período, tendo em vista a expressa intenção de não liquidação dos contratos de "swap" antes da liquidação das dívidas.

Em 28 de setembro de 2007, a Companhia captou recursos junto ao Banco do Brasil (vide nota 14), repassados na forma da resolução 2770 do Conselho Monetário Nacional, com operação de "swap" para a troca da variação cambial de Iene e "spread" para CDI, do montante de principal. Este "swap" oferece cobertura total do risco do montante principal.

Adicionalmente a contratação das parcelas de debêntures, a Companhia contratou operações de "swap" sobre o montante total de principal da debênture. Estas operações de "swap" referem-se a troca da remuneração das debêntures de "100% do CDI + spread" para "% do CDI", seguindo as demais características das debêntures (vide nota 15).

A seguir apresentamos as operações de "swap" comparativamente ao valor justo dessas operações, para o qual utilizamos o método de cotação de mercado à data do encerramento do período:

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Valor contábil		Valor justo	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
Empréstimos e financiamentos	**(33.603)**	**(31.202)**	**(33.603)**	**(31.202)**
Ativos de "hedge"	33.536	115.168	33.481	115.697
Instrumentos de "hedge"	(31.391)	(114.767)	(31.568)	(115.453)
Ajustes operações de "swap"	**2.145**	**401**	**1.913**	**244**
Encargos de debêntures	**(8.129)**	**-**	**(8.129)**	**-**
Ativos de "hedge"	285.464	-	285.749	-
Instrumentos de "hedge"	(285.425)	-	(285.679)	-
Ajustes operações de "swap"	**39**	**-**	**70**	**-**
Total ajustes operações de "swap"	**2.184**	**401**	**1.983**	**244**

b) Risco nas flutuações da taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. As dívidas da Companhia estão sujeitas às taxas de juros variáveis, principalmente CDI e TJLP (vide nota 15). Assim, na hipótese de elevação das taxas de juros, poderá ocorrer o aumento dos custos e pagamentos do serviço da dívida, consequentemente os negócios, a condição financeira e o resultado das operações da Companhia poderão ser afetados negativamente pela ocorrência de maiores despesas financeiras.

c) Risco de crédito

A Companhia, por ser uma concessionária do serviço público de energia elétrica, está sujeita as regras previstas no contrato de concessão e regulamentações específicas da ANEEL, sendo obrigada, desta forma, a fornecer energia elétrica a todos os consumidores localizados na sua área de concessão sem realizar previamente a análise de crédito destes consumidores.

Assim, para fins de contenção da inadimplência, a Companhia atua através de: (i) interrupção do fornecimento de energia aos clientes inadimplentes; (ii) programas de renegociação dos débitos pendentes atrelados a garantias; e (iii) contratação dos serviços de empresas especializadas na cobrança de contas em atraso.

d) Risco quanto à escassez de energia

O atual setor elétrico brasileiro, cuja matriz energética é muito concentrada na geração hidráulica de energia, enfrenta uma restrição natural à sua capacidade de geração. As usinas hidrelétricas não podem gerar energia além da capacidade possibilitada pelos recursos hídricos do País. O controle do nível dos reservatórios efetuado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS busca otimizar o nível de água disponível para geração hidrelétrica em cada uma das usinas associadas aos respectivos reservatórios, além de manter certa quantia de água em reserva, para situações de emergência.

Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. No primeiro trimestre de 2008, apesar da redução dos níveis dos reservatórios hídricos das regiões sul, sudeste e nordeste, não houve necessidade de racionamento ou racionalização, visto que o Operador Nacional do Sistema - ONS utilizou os demais recursos de geração para abastecimento do sistema interligado, como por exemplo o despacho das usinas à óleo diesel.

e) Risco de mercado

A Companhia detém concessão para distribuir energia elétrica em 254 dos 497 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Dentro de sua área de concessão, a Companhia não enfrenta concorrência na distribuição de energia elétrica a consumidores residenciais, comerciais e industriais supridos na baixa tensão.

No entanto, outros fornecedores de energia elétrica podem competir com a Companhia na oferta de energia elétrica a certos consumidores qualificados como consumidores livres. De forma geral, os consumidores potencialmente livres são aqueles cuja demanda excede 3 MW na tensão de 69 KV ou ainda os novos consumidores atendidos em qualquer tensão que tiveram o início de fornecimento a partir de 1995 e que tenham demanda contratada igual ou maior que 3 MW.

No primeiro trimestre de 2008, a Companhia distribuiu energia a 54 consumidores livres, que representaram aproximadamente 10.2% da quantidade total de energia elétrica distribuída nesse período. Em termos de faturamento, a migração para o mercado livre não provoca impacto sobre a margem de contribuição da Distribuidora, pois esses consumidores pagam pelo uso da rede elétrica (TUSD). Mesmo que parte da receita deixe de ser faturada, a Distribuidora tem seus custos com energia reduzidos na proporção da energia desses consumidores.

Adicionalmente, consumidores com demanda contratada igual ou superior a 500 kW podem adquirir energia de fontes renováveis, como PCH's (pequenas centrais

hidrelétricas), biomassa e eólica. No primeiro trimestre de 2008, a Companhia forneceu energia elétrica a 374 consumidores com esse perfil de carga, representando aproximadamente 26,6% da energia elétrica distribuída.

O aumento no número de consumidores livres passando a comprar energia elétrica de outros fornecedores pode afetar de maneira adversa a participação de mercado da Companhia, entretanto não causaria impacto sobre a margem de contribuição, considerando as tarifas atuais.

f) Risco regulatório

A principal atividade comercial da Companhia, a distribuição de energia elétrica, é um serviço público e, portanto, está sujeita a um ambiente regulamentado. A ANEEL é o órgão do governo com competência para regular e fiscalizar os diversos aspectos dos negócios da Companhia, e inclusive estabelecer as tarifas que serão cobradas pela Companhia pelo consumo de energia elétrica de seus clientes.

A regulamentação setorial no Brasil está em constante processo de aperfeiçoamento e mudança, através da regulamentação implantada pela ANEEL desde a promulgação da Lei de Concessões dos Serviços Públicos e da Lei do Setor Elétrico. A regulamentação setorial tem por objetivo estabelecer a ação e a autonomia, administrativa e financeira, da Agência Reguladora, aumentar o investimento privado na geração, transmissão e distribuição de energia no Brasil e incentivar a competição no setor.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, promulgada em 15 de março de 2004, introduziu diversas modificações no ambiente de atuação das empresas distribuidoras de energia elétrica, limitando ao serviço público de distribuição de energia elétrica as atividades comerciais das concessionárias.

g) Risco de preço dos serviços

É a ANEEL que estipula as tarifas de energia elétrica que a Companhia cobra de seus consumidores, conforme poder estabelecido na legislação vigente do setor elétrico brasileiro. As tarifas são determinadas em conformidade com contrato de concessão celebrado entre a Companhia e o Poder Concedente, em conformidade com os poderes regulatórios e deliberativos da ANEEL e tendo como princípio básico a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A legislação brasileira e os contratos de concessão estabelecem um mecanismo de fixação de tarifas que permite três tipos de ajustes tarifários: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão periódica (a cada cinco anos); e (iii) a revisão extraordinária.

A Companhia está impedida de alterar as tarifas praticadas, podendo, conforme o caso, propor a ANEEL a revisão dessas em virtude de eventos que venham a afetar o equilíbrio econômico-financeiro. Contudo, na medida em que qualquer desses ajustes não sejam concedidos ou reconhecidos pela ANEEL em tempo de compensar o custo

incorrido, a situação financeira e o resultado operacional da Companhia poderão ser adversamente afetados.

A regulação econômica implementada pela ANEEL para o estabelecimento das tarifas praticadas pelas concessionárias tem por finalidade e objetivo a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das empresas, sendo, dessa forma, um mecanismo de mitigação das incertezas do negócio.

h) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, e "covenants" relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. A Administração da Companhia entende que essas cláusulas restritivas e esses "covenants" vêm sendo adequadamente atendidos e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

31 TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/03/2007	31/03/2008	31/03/2007
Banco Votorantim								
[illegible]	[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]		
CBA Companhia Brasileira de Alumínio								
[illegible]	-		[illegible]	[illegible]		-	[illegible]	[illegible]
CPFL Comercialização Brasil								
[illegible]	-	-	[illegible]	[illegible]	-	-	[illegible]	[illegible]

A principal transação com partes relacionadas refere-se a operações de compra de energia, negociadas em condições normais de mercado, com anuência da ANEEL.

32 FLUXO FINANCEIRO DA INCORPORAÇÃO DA DOC 3 PARTICIPAÇÕES

A ANEEL determinou através da Resolução Homologatória n.º 166, de 13 de julho de 2004, como parte do processo de aprovação da incorporação da DOC 3 Participações S.A. pela Rio Grande Energia S.A., que seja elaborado anualmente o fluxo financeiro resultante dos efeitos desta incorporação e dos negócios conexos.

Anualmente, a Companhia elaborará o fluxo financeiro da incorporação, visando garantir a neutralidade dos efeitos da incorporação, observando os seguintes procedimentos:

i. Computar como "entradas" os efetivos benefícios do imposto de renda e da contribuição social, decorrentes da amortização do ágio e dos juros da dívida originária da incorporação, assim como os lucros que deixarem de ser distribuídos aos acionistas controladores, na forma de juros sobre o capital próprio ou dividendos;

ii. Computar como "saídas" os desembolsos para amortização do principal e encargos da dívida assumida em decorrência da incorporação, assim como os dividendos fixos, o resgate de ações preferenciais e o aumento de capital na Sul Geradora Participações S.A.. A Sul Geradora Participações S.A. foi alienada em 13 de setembro de 2005;

iii. Remunerar os saldos dos valores das "entradas" e "saídas" com base na taxa prevista para correção da dívida incorporada.

Em caso de apuração do fluxo financeiro negativo, os controladores da Companhia deverão aportar recursos em valor equivalente no prazo de 60 dias contados da data da realização da AGO, mantendo-se as mesmas participações dos acionistas minoritários. Os acionistas controladores poderão reter os dividendos a que fizerem jus, para fins de aporte do fluxo financeiro negativo. Caso o fluxo financeiro aponte saldo positivo, o mesmo será utilizado para eventual compensação em período subseqüente.

O fluxo financeiro anual acumulado em 31 de dezembro de 2006 foi positivo em R$ 43.760.

33 REVISÃO TARIFÁRIA

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução Homologatória nº 636 de 17 de abril de 2008, autorizou em caráter provisório o reajuste das tarifas de energia elétrica da Companhia em 4,77%, sendo - 5,37% relativos ao reposicionamento tarifário e 10,15% relativos aos componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica. As novas tarifas estarão em vigor a partir do dia 19 de abril de 2008. Os consumidores perceberão uma variação média das tarifas praticadas de 2,52%, tendo em vista que as tarifas homologadas no reajuste tarifário de 2007 continham um percentual correspondente a componentes financeiros de 2,28%.

Os componentes financeiros externos à revisão tarifária são compostos por:

- Conta de Compensação de Valores de Itens da Parcela "A" ("CVA"): R$ 32.364;
- Parcelas de Ajuste Custos de Rede Básica: R$ 56;
- Programa Luz Para Todos: R$ (466);
- Passivo Suprimento de Energia: R$ (16.594);
- Subsídios Tarifários: R$ 24.497;
- Previsão Subsídios Tarifários: R$ 131.936;
- Passivo Financeiro CEEE UHE Jacuí: R$ 11.679;
- Sobrecontratação de Energia: R$ 2.801;
- Custos da Revisão Tarifária: R$ 918;
- Recálculo do IRT 2007: R$ 129.

Adicionalmente foi definido, provisoriamente, o valor do Fator Xe em 0,66%, que será aplicado como redutor da Parcela "B" nos reajustes tarifários subseqüentes, a partir de 2009 até 2012.

Parcela "A" (custos não gerenciáveis) - composta da Compra de Energia, Conta de Consumo de Combustível (CCC), Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), Reserva Global de Reversão (RGR), Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) e Encargos de Transmissão e Conexão, e:

Parcela "B" (custos gerenciáveis) - composta dos custos operacionais, remuneração do capital investido e quota de reintegração (depreciação). Através dos recursos oriundos da Parcela "B" a Companhia mantém os investimentos na expansão da rede, atende o crescimento do mercado e executa a manutenção e operação do sistema de distribuição.

34 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	31/03/2008	31/03/2007
Receitas		
Receita de venda de energia e serviços	639.575	615.056
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.280)	(2.708)
Resultado não operacional	(8.403)	(5.555)
	628.892	**606.793**
Insumos		
Custo com energia elétrica	(301.886)	(275.502)
Serviços de terceiros	(13.199)	(13.188)
Material	(1.581)	(1.799)
Outros custos operacionais	(5.934)	(4.736)
Custo do Serviço Prestado	(435)	(308)
	(323.035)	**(295.533)**
Valor adicionado bruto	**305.857**	**311.260**
Retenções		
Depreciação e amortização	(28.644)	(18.941)
Amortização de ágio	(5.671)	(4.625)
	(34.315)	**(23.566)**
Valor adicionado líquido	**271.542**	**287.694**
Valor adicionado transferido		
Outras receitas operacionais	1.319	720
Receitas financeiras	15.794	9.752
	17.113	**10.472**
Valor adicionado a distribuir	**288.655**	**298.166**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	11.463	10.040
Impostos, taxas e contribuições	211.947	224.833
Despesas financeiras e aluguéis	31.922	23.624
Lucros Retidos	33.323	39.669
	288.655	**298.166**
Valor adicionado (médio) por empregado	**207**	**216**

35 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	31/03/2008	31/03/2007
Lucro líquido do período	33.074	39.415
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	28.869	18.941
Amortização de ágio	5.671	4.625
Provisão para contingências	(218)	(358)
Juros, variações monetárias e cambiais líquidas	921	22.227
Reversão da provisão de passivo atuarial	(306)	(11.728)
Perdas na baixa de ativo permanente	8.860	6.116
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.240	3.276
Outros	(5.985)	613
(Aumento) redução no ativo circulante e realizável a longo prazo		
Contas a receber de clientes	(17.027)	(23.077)
Tributos a compensar	4.023	9.029
Estoques	249	(3.708)
Despesas pagas antecipadamente	(7.669)	782
Diferimento de custos tarifários	7.402	6.314
Depósitos judiciais	(1.841)	-
Outros	32.655	(11.780)
Aumento (redução) no passivo circulante e exigível a longo prazo		
Fornecedores	(10.661)	3.475
Obrigações trabalhistas	(405)	(1.051)
Tributos e contribuições sociais	965	5.135
Diferimento de ganhos tarifários	-to	15.950
Taxas regulamentares	817	16.024
Outros	(7.958)	(1.411)
Geração operacional de caixa	**76.625**	**88.031**
Investimentos no ativo permanente		
Imobilizado	(38.265)	(37.235)
Diferido	(1.176)	(561)
Contribuição e doação do consumidor	1.925	4.139
Caixa líquido aplicado nos investimentos	**(37.516)**	**(33.150)**
Financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	180.000	1.402
Amortização de empréstimos e financiamentos	(153.859)	(17.298)
Juros pagos por empréstimos, financiamentos e debêntures	(29.477)	(13.179)
Dividendos	(3)	(21)
Caixa líquido gerado pelos financiamentos	**(3.339)**	**(29.077)**
Geração líquida de caixa	**35.770**	**25.804**
Saldo das disponibilidades no início do período	47.270	85.005
Saldo das disponibilidades no final do período	**83.040**	**110.809**

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Desempenho Econômico e Financeiro

Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços

A receita operacional bruta acumulada no final do primeiro trimestre foi de R$ 639.575 mil, com um aumento de 4,0 % em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa variação decorre do aumento de 4,4 % na quantidade de energia fornecida. Mesmo com o reajuste tarifário de 3,77% ocorrido em abril de 2007, o efeito na receita bruta é atenuado pelos menores componentes financeiros de 5,13% em 2006 para 2,28% em 2007 (repasse da CVA do ano tarifário imediatamente anterior).

Receita Líquida

A receita líquida de Jan. à Mar/08 foi de R$ 423.180 mil, 8 % maior do que a do mesmo período do ano anterior, devido ao aumento na receita operacional bruta e à redução de 61,3% da Conta de Consumo de Combustível (CCC) no primeiro trimestre de 2008, quota regulada pela ANEEL.

Descrição (R$ Mil)	1º Trim/08	1º Trim/07	Δ % 1º T
Volume de Energia (GWh)	1.811	1.735	4,4%
Reajuste tarifário	3,77	5,07	
Componentes financeiros (%)	2,28	5,13	
IRT (%)	6,05	10,2	
Receita Bruta de Venda e/ou Serviços	639.575	615.056	4,0%
Receita Bruta	639.575	615.056	4,0%
ICMS	(120.901)	(115.327)	4,8%
PIS	(17.309)	(10.636)	62,7%
COFINS	(52.171)	(49.591)	5,2%
RGR	(14.111)	(13.103)	20,8%
Encargos Tarifários Emergenciais	(1)	(1)	-50,0%
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	(15.132)	(15.353)	-1,4%
Conta Consumo de Combustível (CCC)	(9.543)	(24.629)	-61,3%
Pesquisa e Desenvolvimento	(2.111)	(2.943)	-28,3%
Programa de Eficiência Energética	(2.111)	(981)	115,2%
Deduções da Receita Bruta	(216.395)	(223.319)	-3,1%
Receita Líquida	423.180	391.737	8,0%

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Energia elétrica comprada para revenda e encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição

No primeiro trimestre de 2008 a energia elétrica comprada para revenda e os encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição totalizaram R$ 274.738 mil, apresentando um aumento de 9,8 % quando comparado ao mesmo período do trimestre anterior. Os principais motivos do aumento no custo são o reajuste anual dos preços de energia comprada, 6% e o aumento na quantidade de energia adquirida de 3,6 % (vide nota 25), decorrente do crescimento do mercado 4,65 %.

Descrição (R$ Mil)	1° Trim/08	1° Trim/07	Δ % 1° Trim.
Energia elétrica comprada para revenda	(229.364)	(204.693)	12,1%
Encargos de uso do sistema de transm. e distribuição	(45.374)	(45.595)	-0,5%
Total	(274.738)	(250.288)	9,8%

Despesas/Receitas Operacionais

Para fins de análise das despesas operacionais consolidamos as despesas com pessoal, material, serviços de terceiros e outros, apresentadas na demonstração do resultado nos grupos de Custo de bens e/ou serviços vendidos, Despesas com vendas e Despesas gerais e administrativas e Outras despesas operacionais, conforme demonstrado abaixo:

Descrição (R$ Mil)	1° Trim/08	1° Trim/07	Δ % 1° Trim.
Pessoal	(15.177)	(12.591)	20,5%
Material	(1.581)	(1.799)	-12,1%
Serviços de Terceiros	(13.634)	(13.330)	2,3%
Outros	(9.073)	(8.998)	0,8%
Total	(39.465)	(36.718)	7,5%

Desta forma, as despesas operacionais gerenciáveis, representadas pelos custos com PMSO (Pessoal, Material, Serviço de Terceiros e Outros) atingiram no acumulado do 1° Trimestre de 2008 o montante de R$ 39.465 mil, 7,5 % maior se comparado ao mesmo período de 2007.

O aumento no 1° Trim/08 ocorreu basicamente na linha de pessoal, 20,5 %. A principal variação nesse trimestre decorre da menor provisão do ativo atuarial, conforme projeção para 2008 do Laudo Atuarial para o Plano de Aposentadoria Complementar (o crédito na despesa de R$ 1.728 mil no 1° trim/07, passou para R$ 26 mil no 1° trim/08). Além do aumento nas despesas com benefícios e encargos devido ao impacto do percentual de 4,2% no acordo coletivo de Nov/2007, destacamos o maior quadro de pessoal (de 1.337 para 1.396 colaboradores), regularizando a estrutura funcional da Cia. Ainda em 2008 houve

reforços nos investimentos em cursos e treinamentos e na aquisição de equipamentos de segurança (R$ 462 mil no 1º trim/08 e R$ 118 mil 1º trim/07).

EBITDA

O resultado operacional, antes da dedução dos impostos, depreciação, amortização e juros (EBITDA), apresentou um crescimento de 4,1 % no primeiro trimestre de 2008 em relação ao mesmo período de 2007, atingindo R$ 108.977 mil (R$ 104.731 mil no mesmo período de 2007).

Descrição (R$ Mil)	1º Trim/08	1º Trim/07	Δ % 1º Trim.
Receita Líquida	423.180	391.737	8,0%
Custo dos Bens e ou/Serviços Vendidos	(274.738)	(250.288)	9,8%
Despesas e Receitas Operacionais	(39.465)	(36.718)	7,5%
EBITDA	108.977	104.731	4,1%

EBIT

O EBIT, resultado operacional antes dos juros e dos impostos, acumulado de Jan à Mar/08 foi de R$ 74.414 mil, 8,3 % menor em comparação ao mesmo período do ano anterior, no valor de R$ 81.165 mil a redução deve-se a maior despesa com depreciação, em 2008, resultado da nova taxa de depreciação média 8.66%, (5.57% em ago/07), definida pelo laudo da reavaliação societária periódica dos bens do ativo imobilizado (data base set/07), contabilizado em Dez/07.

Descrição (R$ Mil)	1º Trim/08	1º Trim/07	Δ % 1º Trim.
EBITDA	108.977	104.731	4,1%
Depreciação/Amortização	(34.563)	(23.566)	46,7%
EBIT	74.414	81.165	-8,3%

Resultado Financeiro

Aumento de encargos decorrente do volume de dívidas, comparado ao mesmo período anterior, atrelado ao maior volume de investimentos.

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Descrição (R$ Mil)	1º Trim/08	1º Trim/07	Δ % 1º Trim.
Resultado Financeiro	(15.865)	(15.526)	2,2%
Resultado Financeiro	**(15.865)**	**(15.526)**	**2,2%**

Resultado Não Operacional

No primeiro trimestre de 2008 houve aumento na despesa não operacional, em função de um maior número de desativações realizadas referente a itens de imobilizado. Na grande maioria, eles se referem a baixas de cabos, medidores e transformadores decorrentes do maior investimento e expansão da rede elétrica, comparado com o mesmo período de 2007.

Descrição (R$ Mil)	1º Trim/08	1º Trim/07	Δ % 1º Trim.
Receitas	(9)	518	-102,8%
Despesas	(8.394)	(5.873)	42,9%
Resultado não Operacional	**(8.403)**	**(5.555)**	**51,3%**

Lucro Líquido

Com base nos fatores expostos acima o lucro apurado até Mar/08, após os efeitos do imposto de renda e contribuição social foi de R$ 33.074 mil, 16,1 % menor se comparado ao mesmo período de 2007 decorrente principalmente do aumento da depreciação e do resultado não operacional.

Descrição (R$ Mil)	1º Trim/08	1º Trim/07	Δ % 1º Trim.
Resultado antes das Tributações	50.146	60.084	-16,5%
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(17.072)	(20.669)	-17,4%
Lucro líquido do Período	**33.074**	**39.415**	**-16,1%**

Recursos Humanos

Encerramos o primeiro trimestre de 2008 com 1.396 colaboradores (1.337 no 1º trim/07).

Em atividades de treinamento e desenvolvimento de pessoal a Companhia realizou 5.883 horas de treinamento para um total de 290 participantes. Neste período destacam-se os seguintes treinamentos:

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

- Formação de Eletricista Padrão;
- Formação de Eletricista Trainee;
- Formação de Eletricista Fiscal;
- Formação de Tele atendentes;
- Segurança Comportamental;
- Formação de Operação de Subestação;
- Treinamento de escada giratória;
- Racionalização dos Controles do SOX.
- Formação de rede de liderança ética.
- Treinamento sobre modelo de gestão da RGE.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01653-5	RGE RIO GRANDE ENERGIA SA	02.016.439/0001-38

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	01
2 - Nº ORDEM	2
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2005/022
4 - DATA DO REGISTRO CVM	10/05/2005
5 - SÉRIE EMITIDA	1
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/04/2005
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/04/2011
10 - ESPECIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERÊNCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	26.200
15 - Q. TITULOS EMITIDOS (UNIDADE)	2.620
16 - TITULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	2.620
17 - TITULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TITULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TITULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TITULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PROXIMO EVENTO	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01653-5	RGE RIO GRANDE ENERGIA SA	02.016.439/0001-38

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	02
2 - Nº ORDEM	2
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2005/023
4 - DATA DO REGISTRO CVM	10/05/2005
5 - SÉRIE EMITIDA	2
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/04/2005
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/04/2009
10 - ESPECIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERÊNCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	203.800
15 - Q. TITULOS EMITIDOS (UNIDADE)	20.380
16 - TITULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	20.380
17 - TITULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TITULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TITULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TITULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PROXIMO EVENTO	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01653-5	RGE RIO GRANDE ENERGIA SA	02.016.439/0001-38

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	03
2 - Nº ORDEM	3
3 - Nº REGISTRO NA CVM	-
4 - DATA DO REGISTRO CVM	01/12/2013
5 - SÉRIE EMITIDA	1
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/12/2007
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/12/2013
10 - ESPECIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERÊNCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	100.000.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	100.000
15 - Q. TITULOS EMITIDOS (UNIDADE)	1
16 - TITULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	1
17 - TITULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TITULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TITULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TITULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PROXIMO EVENTO	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01653-5	RGE RIO GRANDE ENERGIA SA	02.016.439/0001-38

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	04
2 - Nº ORDEM	3
3 - Nº REGISTRO NA CVM	-
4 - DATA DO REGISTRO CVM	01/12/2013
5 - SÉRIE EMITIDA	2
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/01/2008
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/12/2013
10 - ESPECIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERÊNCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	140.000.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	140.000
15 - Q. TITULOS EMITIDOS (UNIDADE)	1
16 - TITULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	1
17 - TITULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TITULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TITULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TITULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PROXIMO EVENTO	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01653-5	RGE RIO GRANDE ENERGIA SA	02.016.439/0001-38

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	05
2 - Nº ORDEM	3
3 - Nº REGISTRO NA CVM	-
4 - DATA DO REGISTRO CVM	01/12/2013
5 - SÉRIE EMITIDA	3
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/02/2008
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/12/2013
10 - ESPECIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERÊNCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	40.000.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	40.000
15 - Q. TITULOS EMITIDOS (UNIDADE)	1
16 - TITULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	1
17 - TITULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TITULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TITULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TITULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PROXIMO EVENTO	

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Relatório de revisão dos auditores independentes

Aos
Diretores e Acionistas da
Rio Grande Energia S.A.
Caxias do Sul - RS

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais (ITR) da Rio Grande Energia S.A. referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2008, compreendendo o balanço patrimonial e a demonstração do resultado, de fluxo de caixa e do valor adicionado, o relatório do desempenho e as notas explicativas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia.

3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais referidas no primeiro parágrafo, para que estas estejam de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais, incluindo a Instrução CVM 469/08.

4. Conforme mencionado na nota explicativa 3, em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº. 11.638, com vigência a partir de 1º. de janeiro de 2008. Essa Lei alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e provocou mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores para serem aplicadas pelas companhias. Dessa forma, nessa fase de transição, a CVM, por meio da Instrução CVM nº 469/08, facultou a não-aplicação de todas as disposições da Lei nº 11.638/07 na preparação das Informações Trimestrais (ITR). Assim, as informações contábeis

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

contidas nas ITR do trimestre findo em 31 de março de 2008, foram elaboradas de acordo com instruções específicas da CVM e não contemplam todas as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

5. Conforme mencionado na Nota Explicativa 33 das Informações Trimestrais (ITR), em decorrência da segunda revisão tarifária periódica prevista no contrato de concessão, a ANEEL homologou, em caráter provisório, através da Resolução Homologatória 636 de 17 de abril de 2008, o reposicionamento tarifário da Rio Grande Energia S.A. em 4,77% a ser aplicado a partir de 19 de abril de 2008. Os possíveis efeitos decorrentes da revisão definitiva, se houver, serão refletidos na posição patrimonial e financeira da Companhia em períodos subseqüentes.

6. As Informações Trimestrais (ITR) da Rio Grande Energia S.A. referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2007, apresentadas para fins de comparação, foram revisadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de revisão especial, sem ressalvas, datado de 24 de abril de 2007.

09 de maio de 2008

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/F-RS

Wladimir Omiechuk
Contador CRC 1RS041241/O-2

23.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

Quadro 17.01 – Relatório da Revisão Especial – Sem Ressalva:

O parecer dos Auditores Independentes está sendo reenviado, pois estava no formato (Controle de Alterações) do sistema Word.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01653-5	RGE RIO GRANDE ENERGIA SA	02.016.439/0001-38

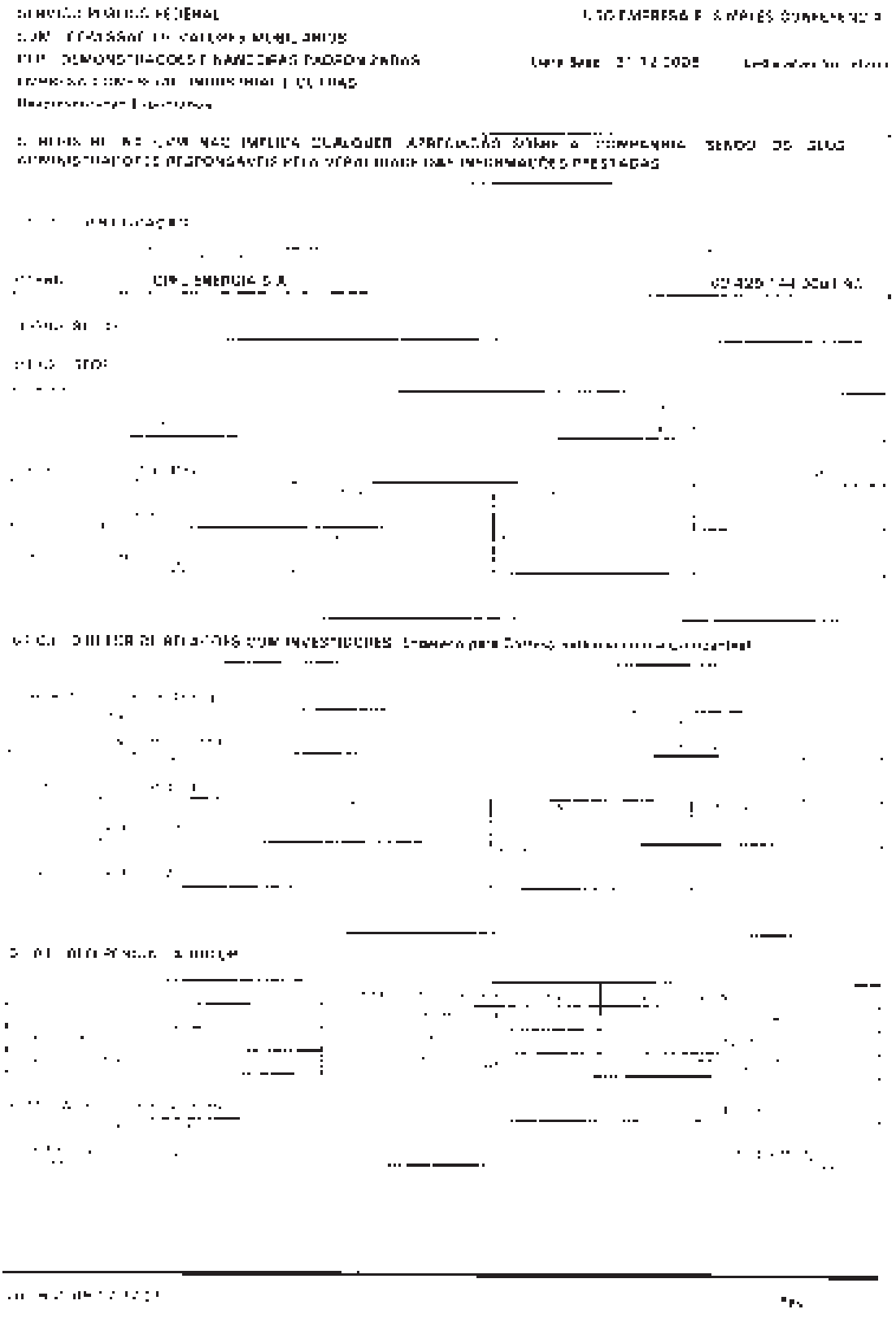
ÍNDICE

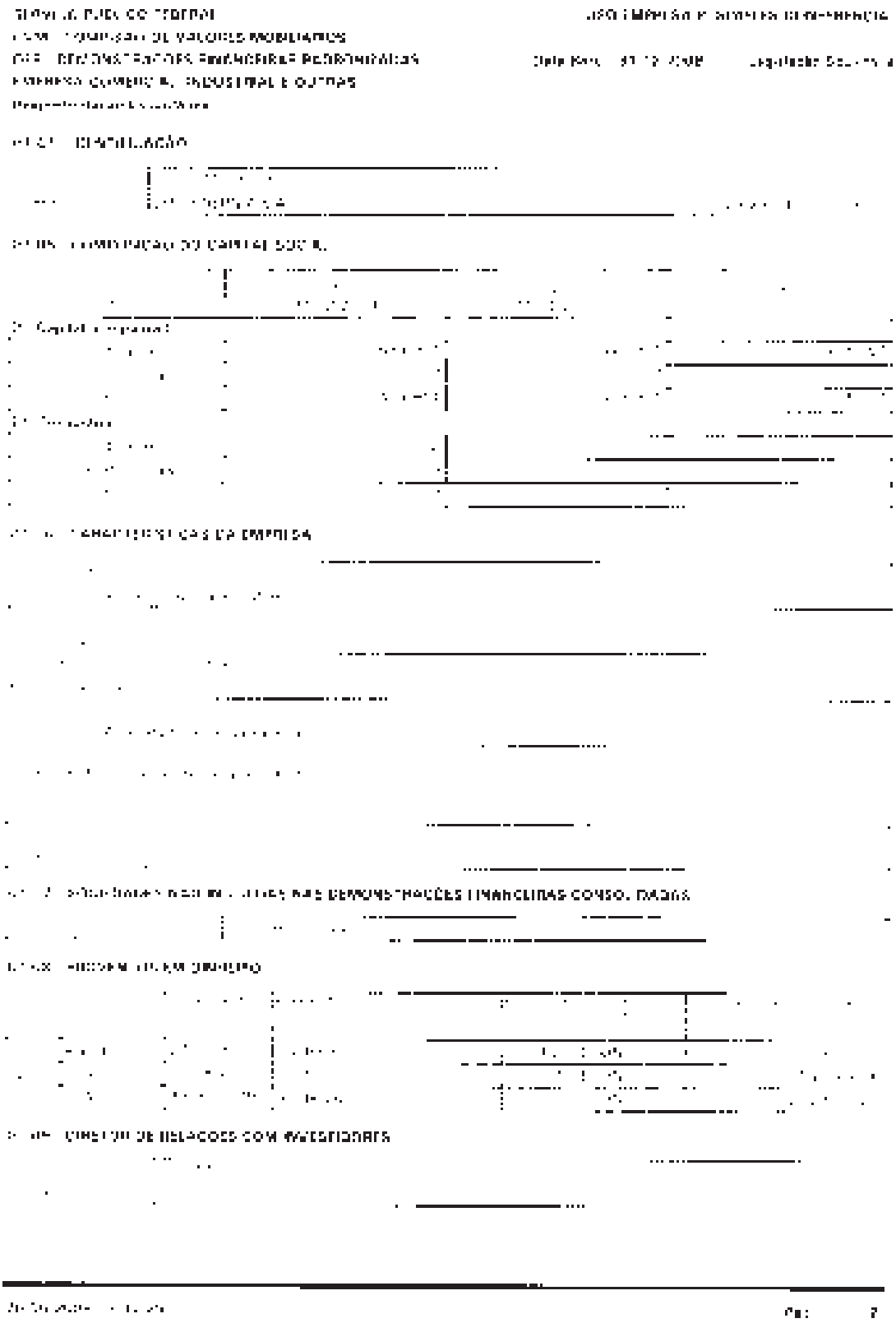
GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	10
07	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	68
14	01	CARACTERISTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES	73
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	78
23	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	80

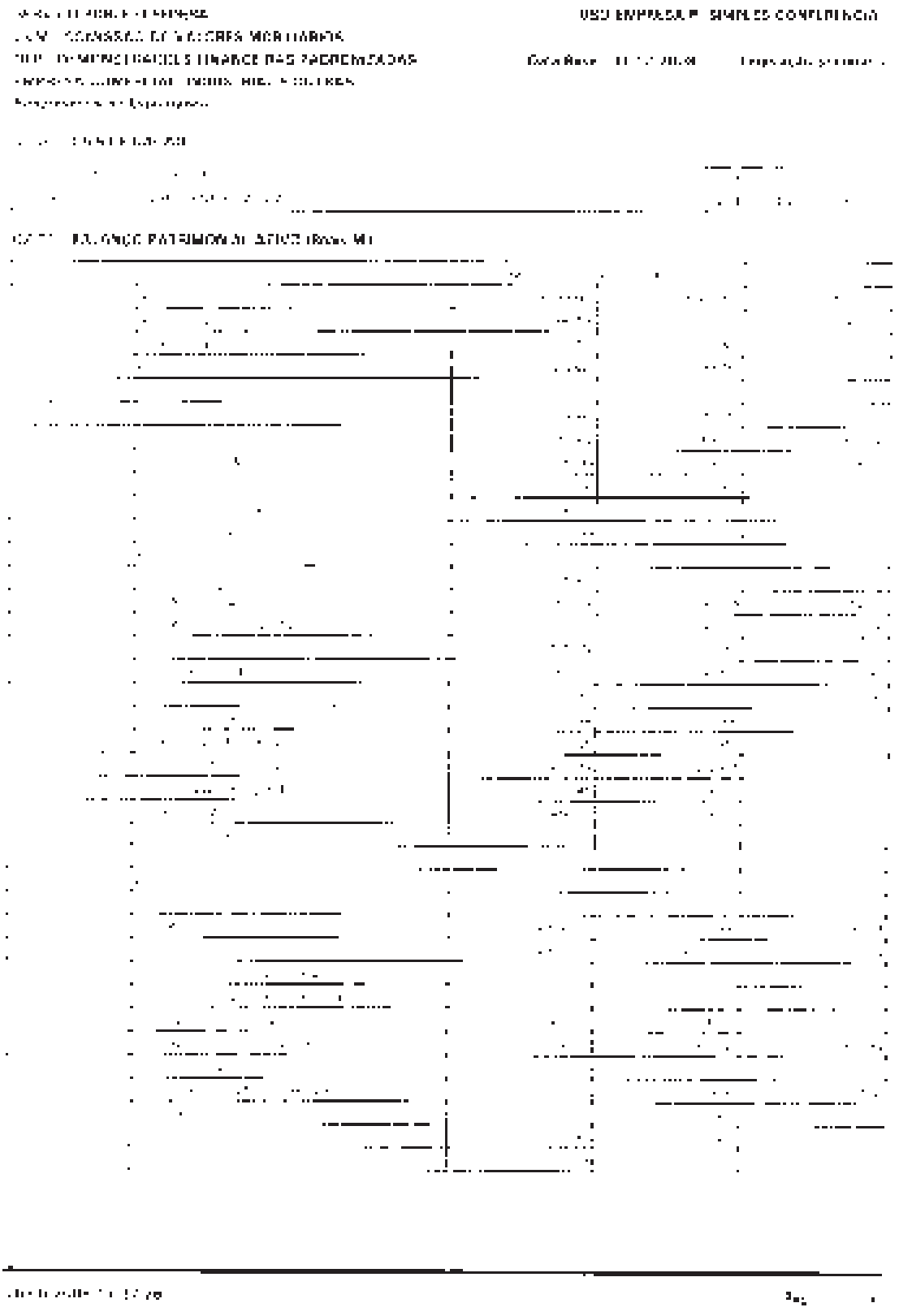
(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

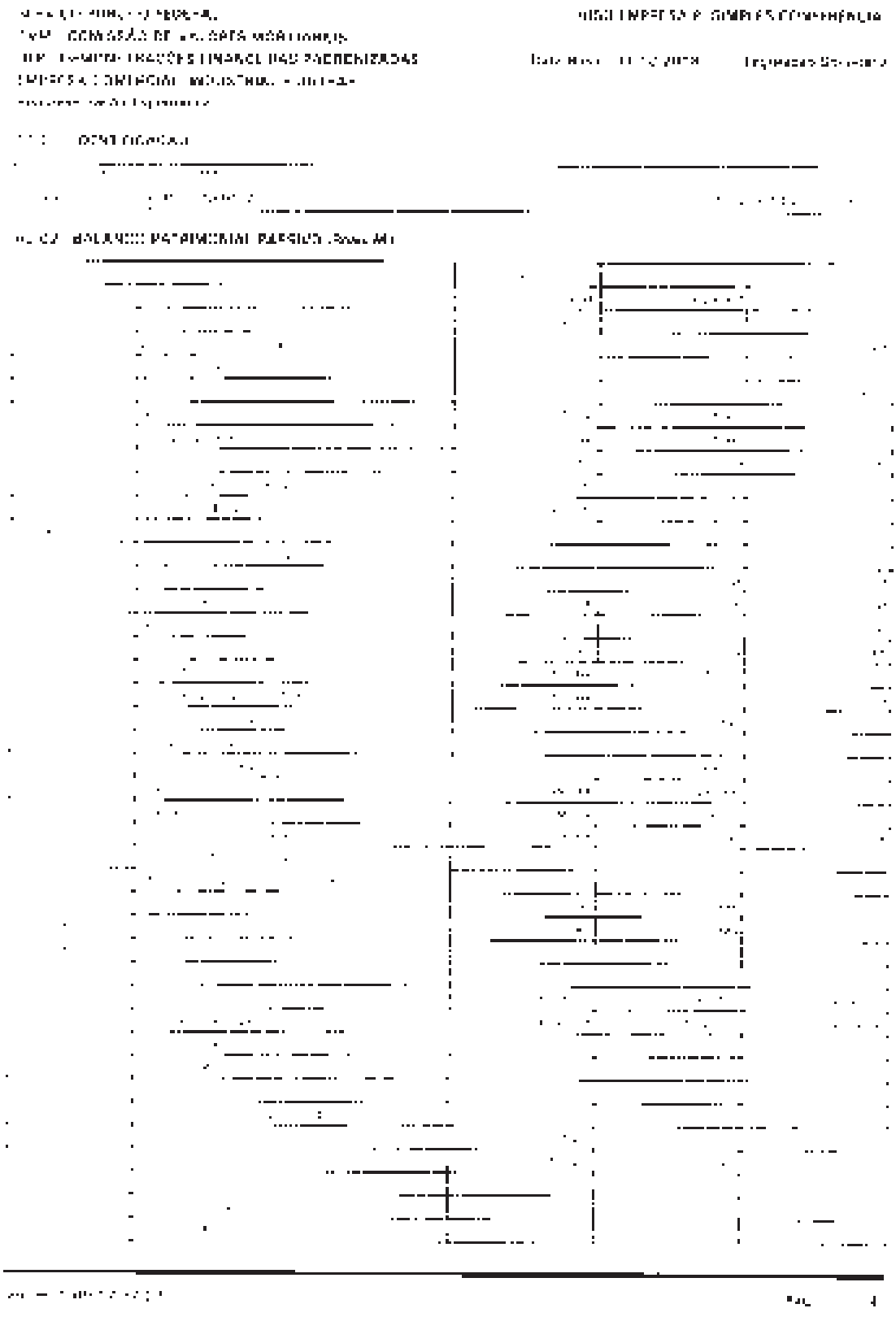
- Demonstrações Financeiras da Garantidora Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2008 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes

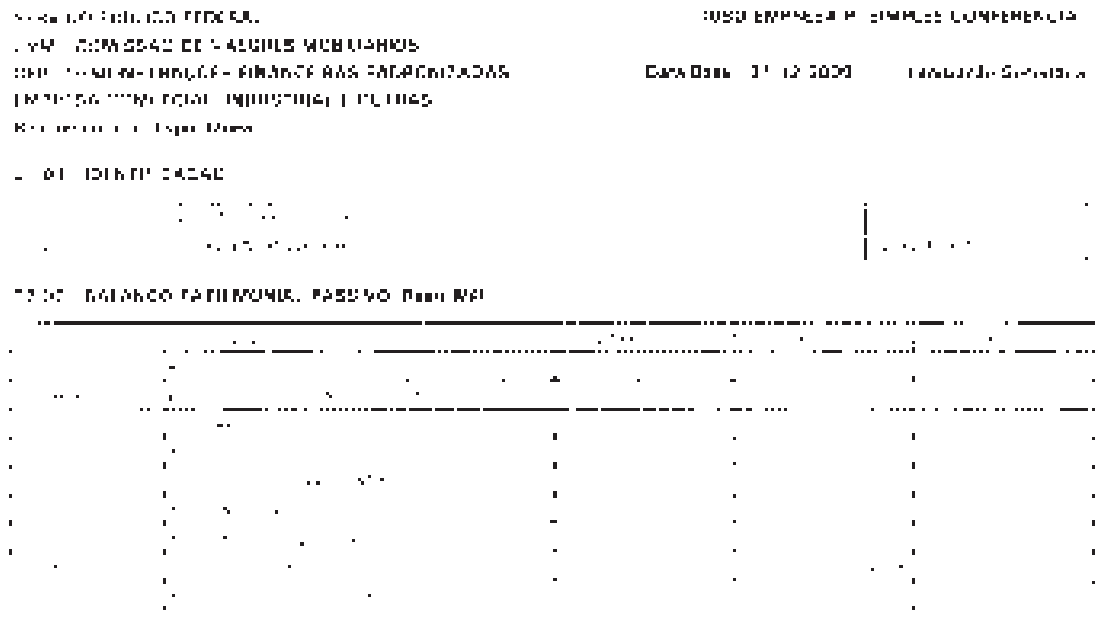
(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

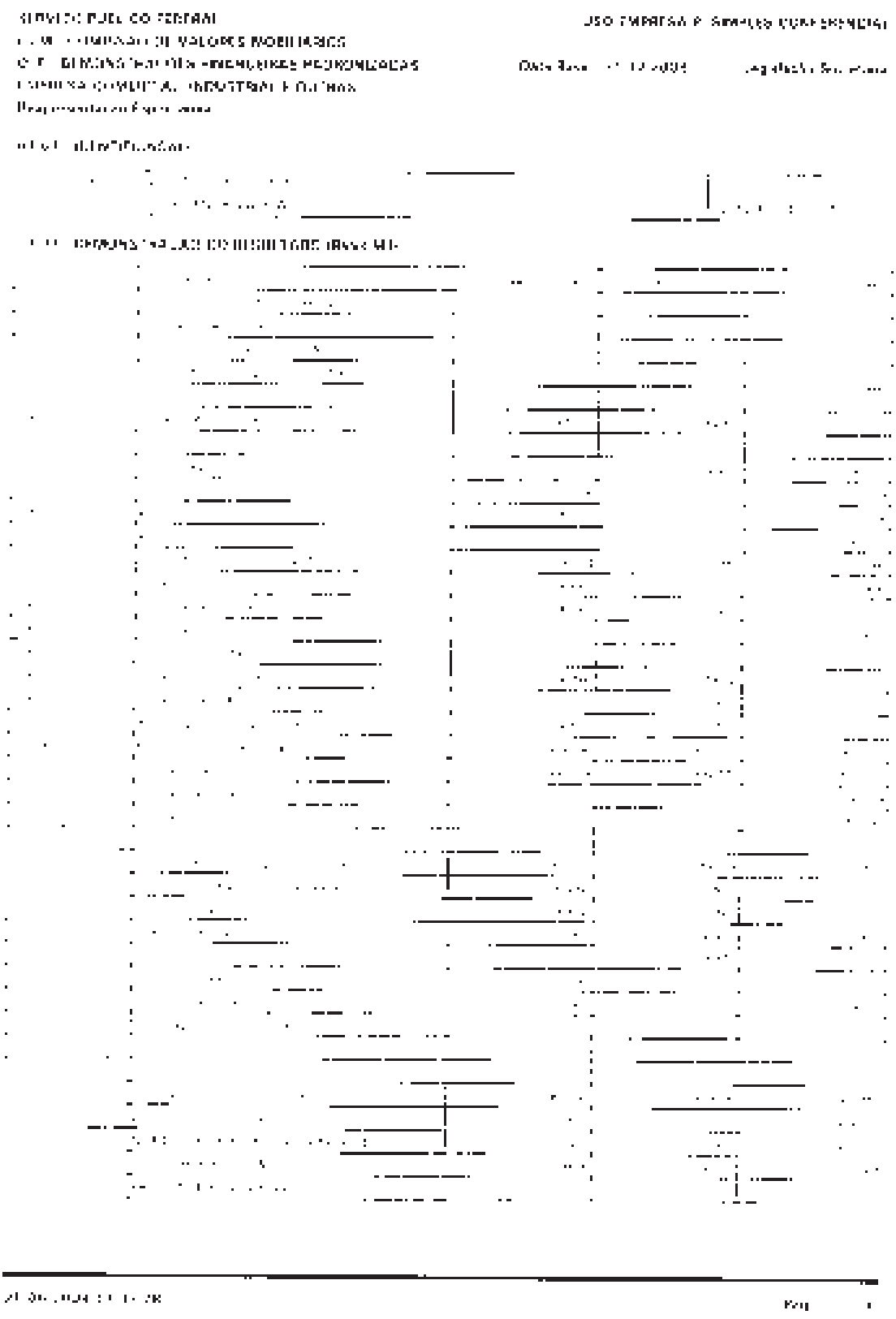


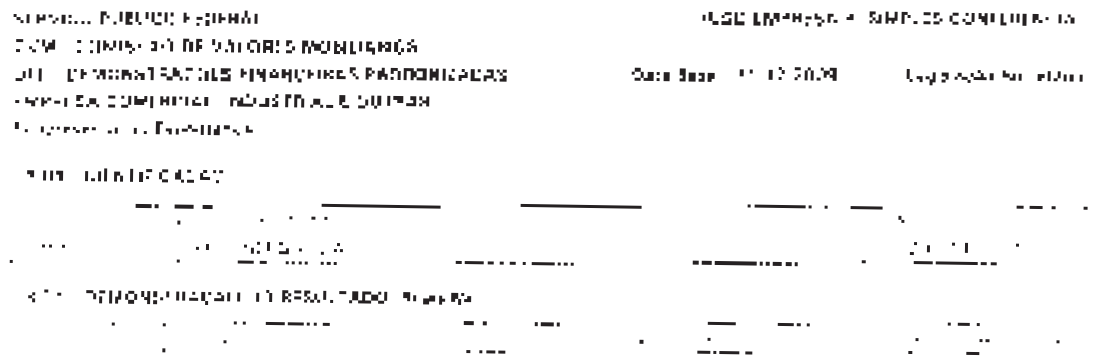


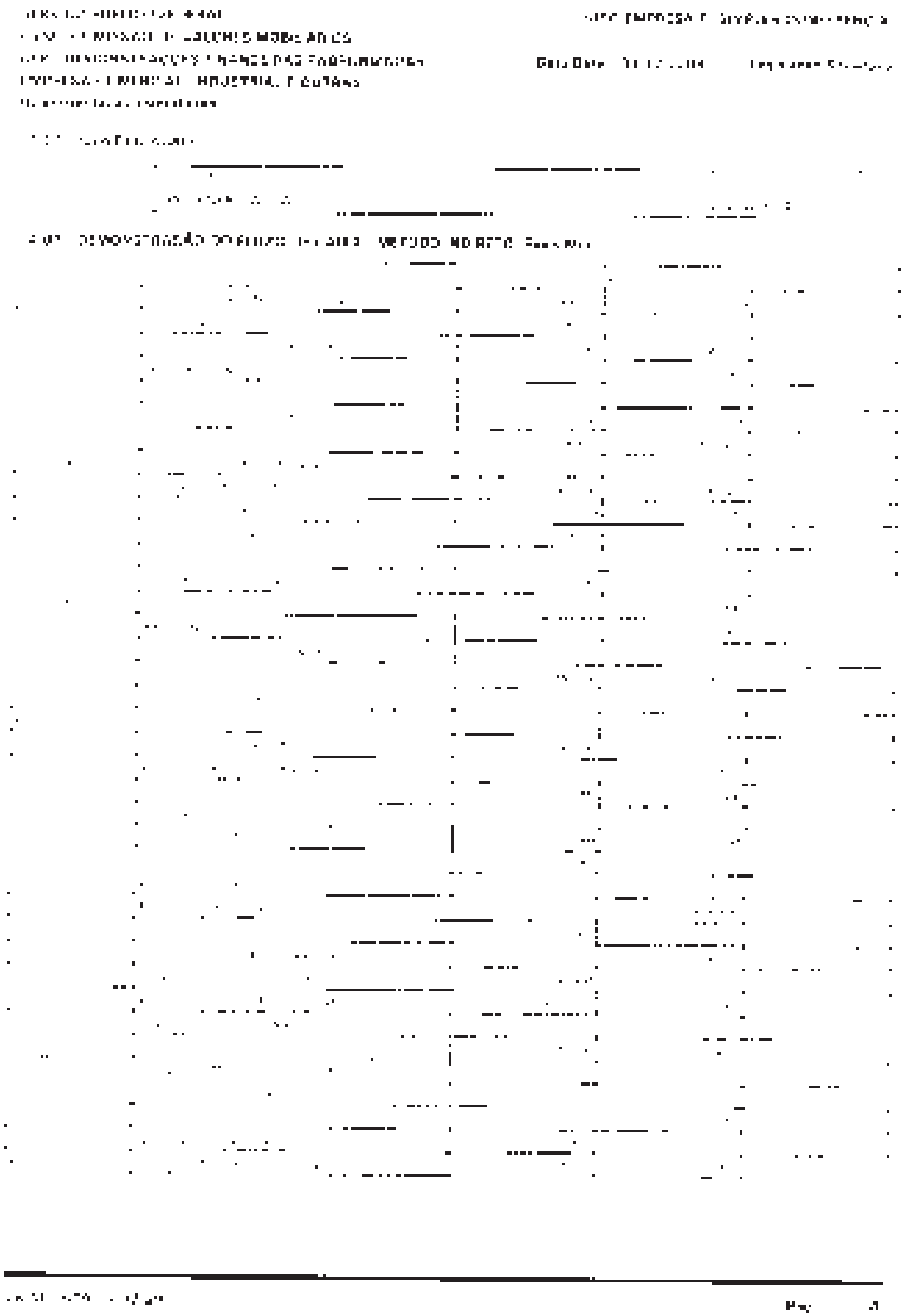


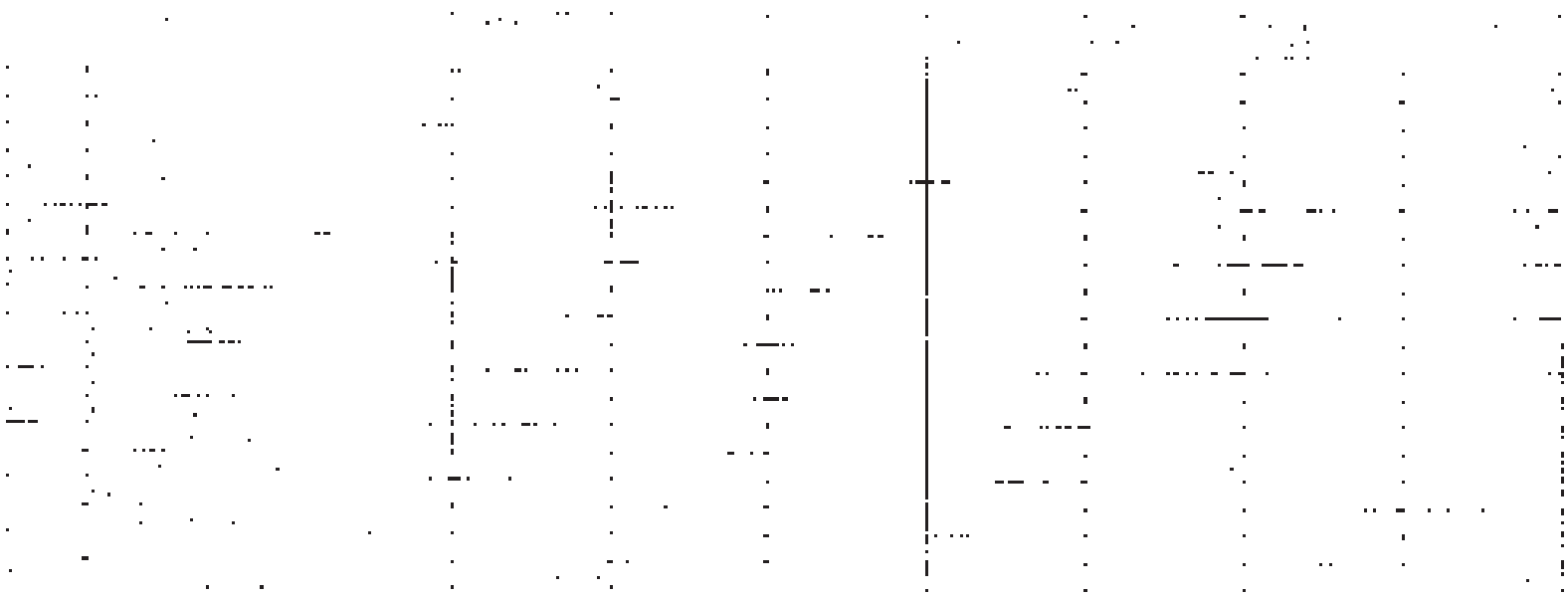


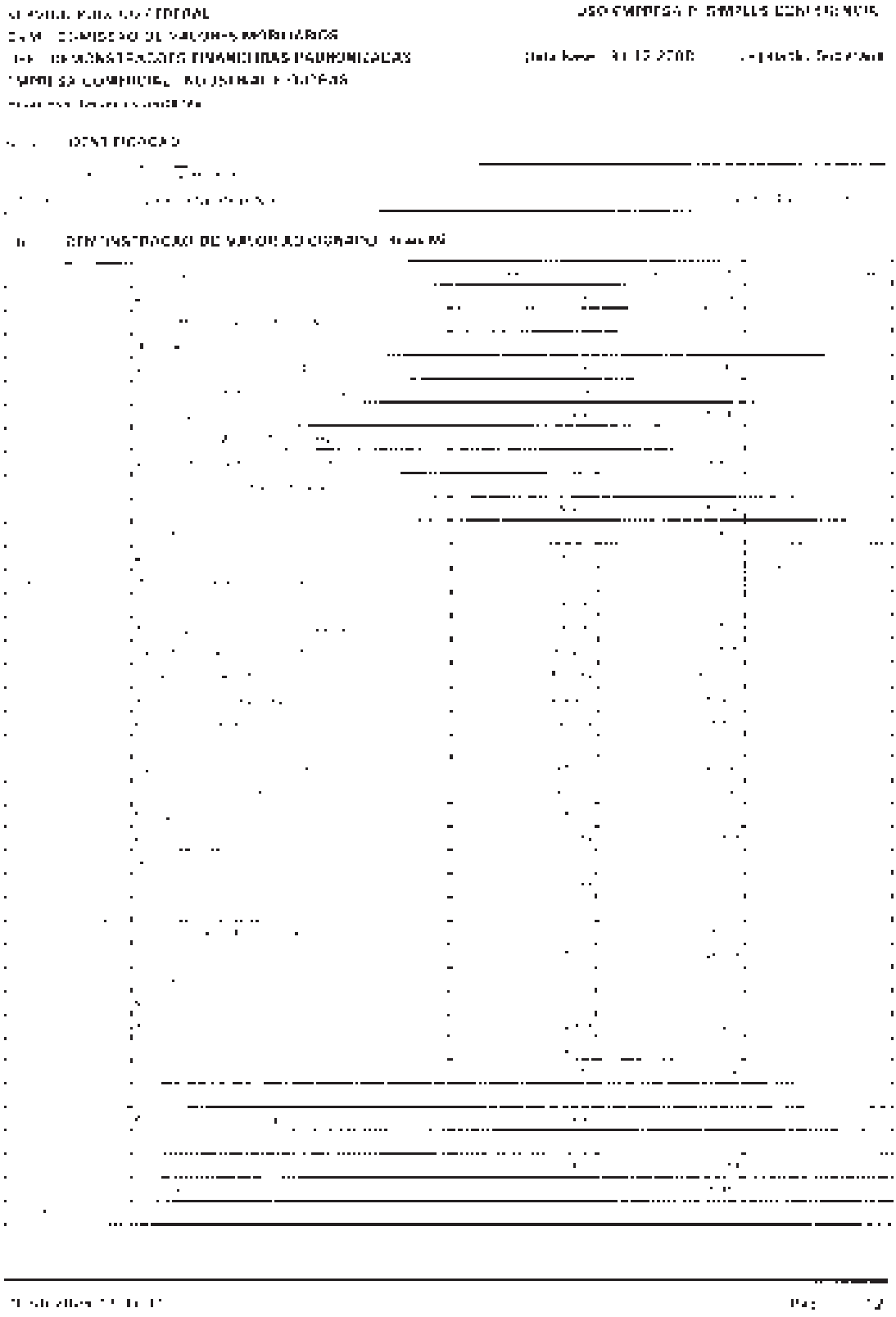


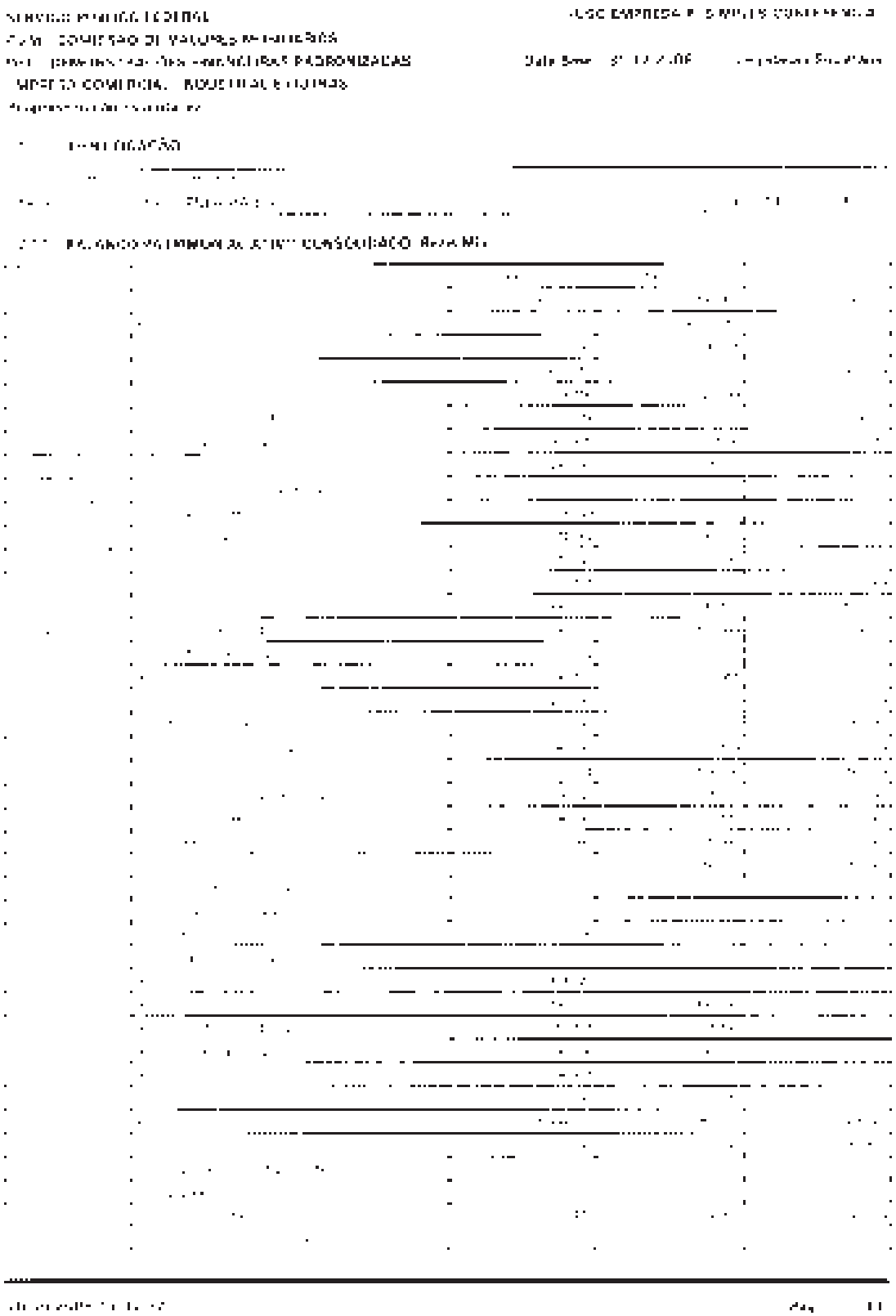


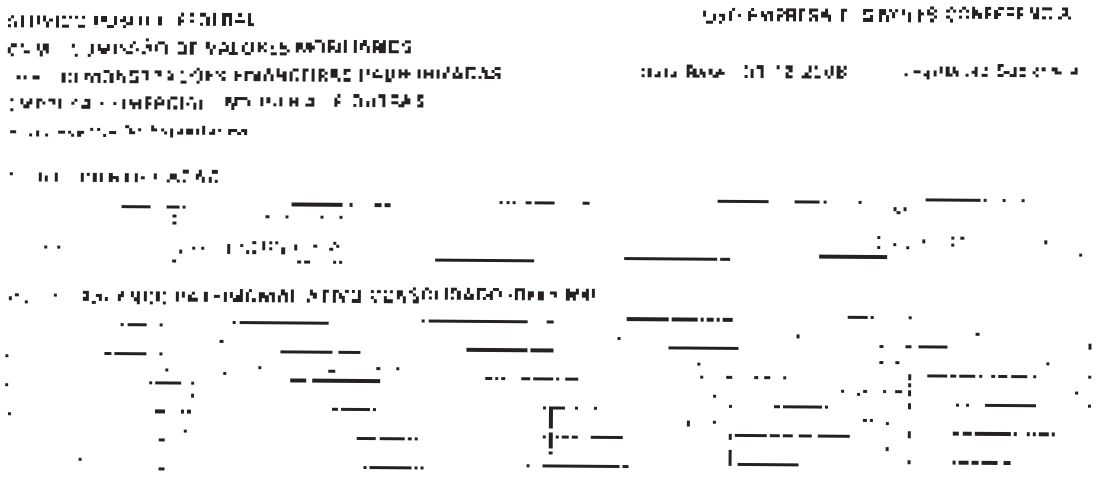


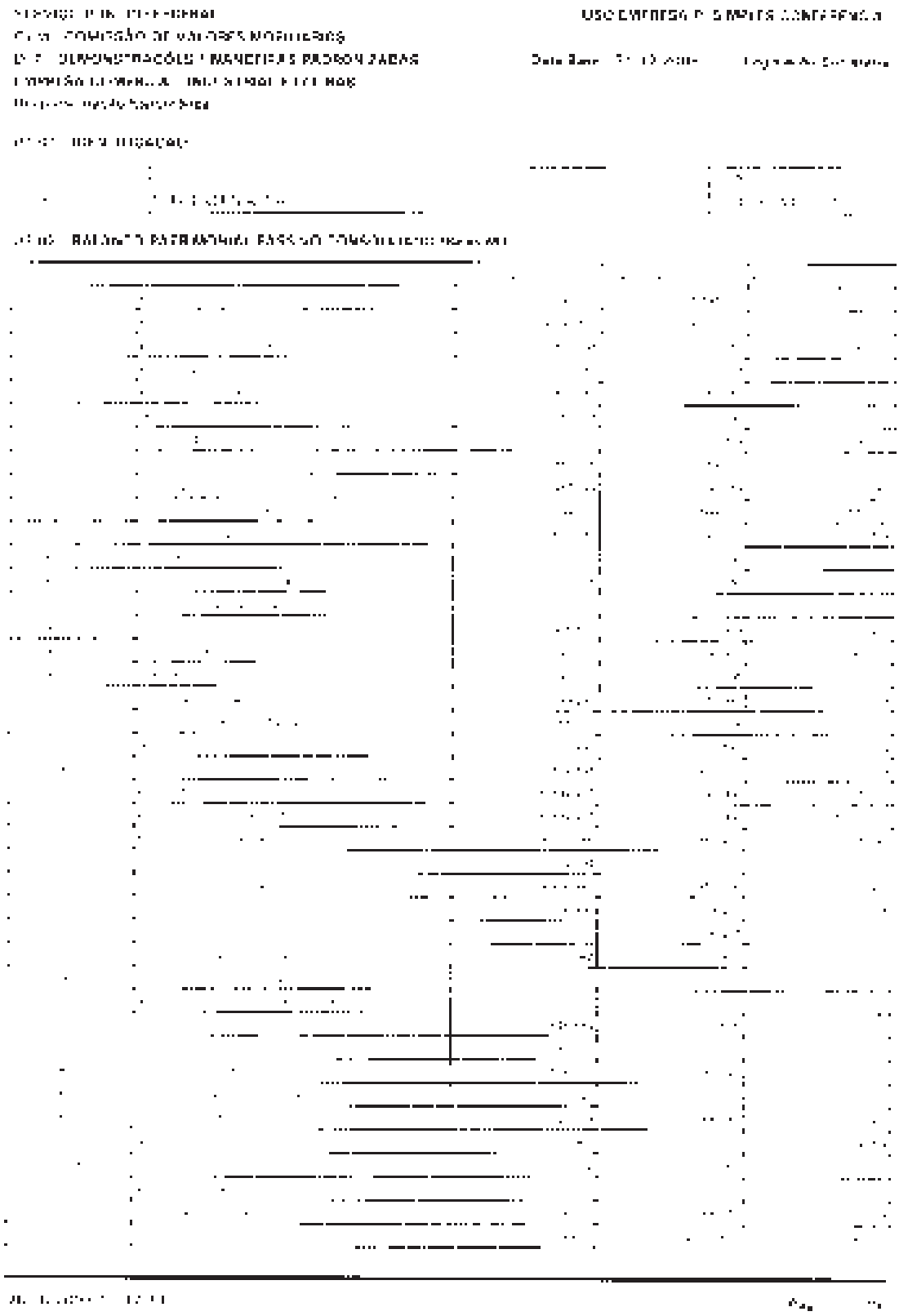


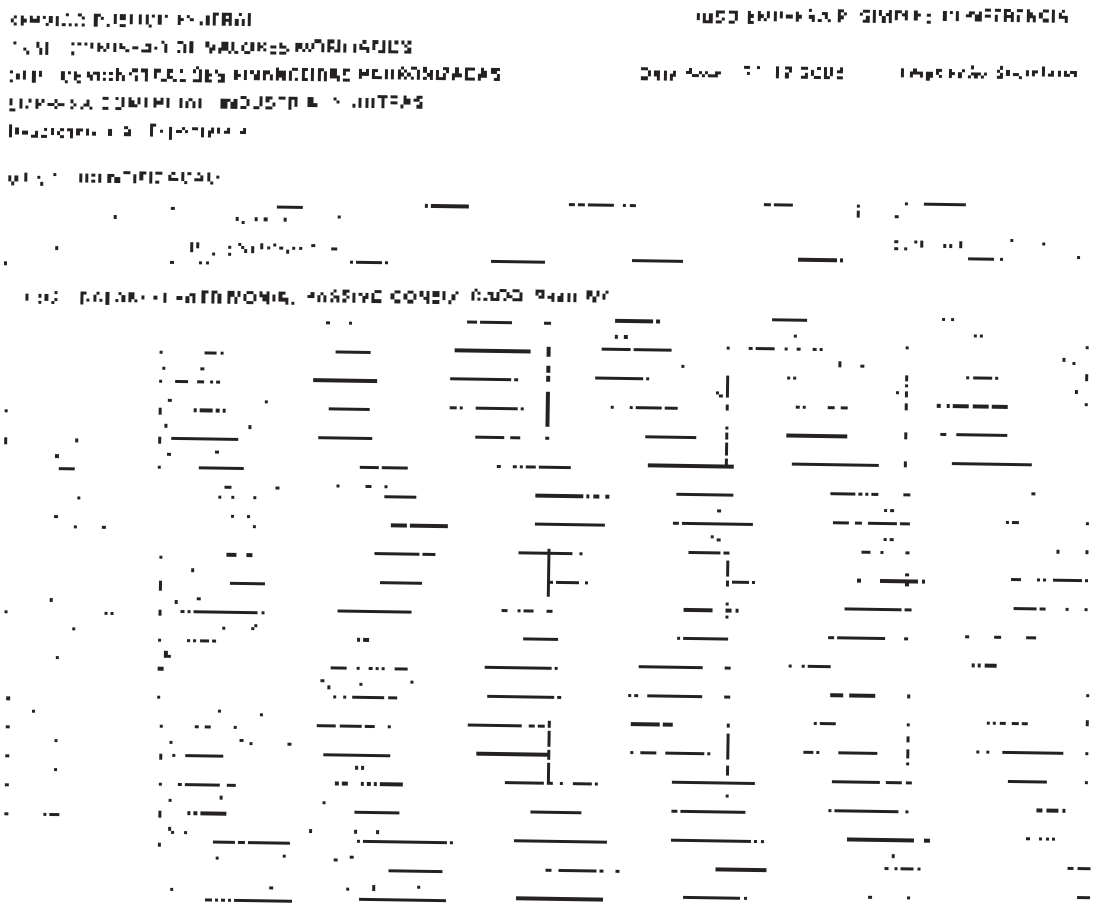


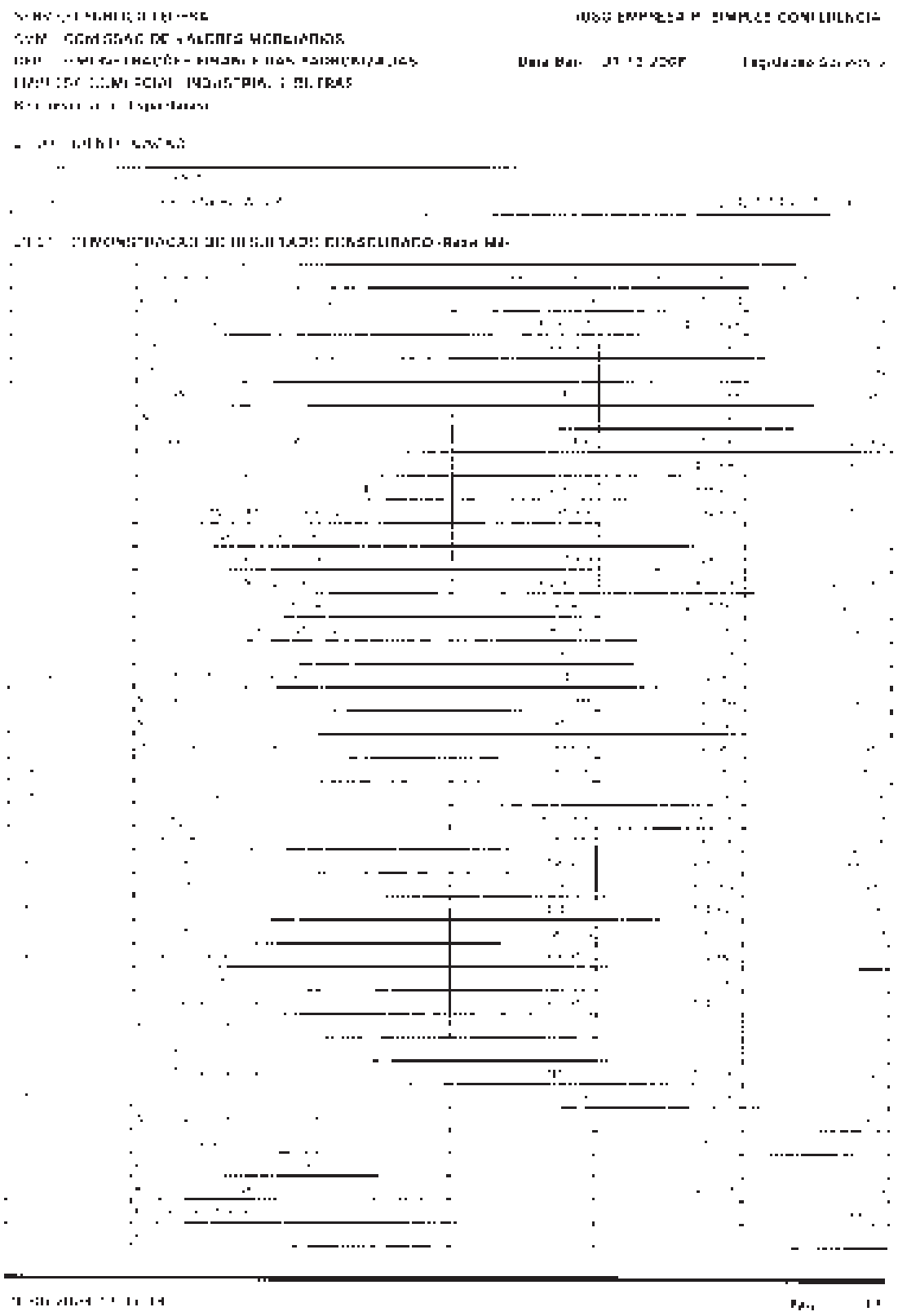


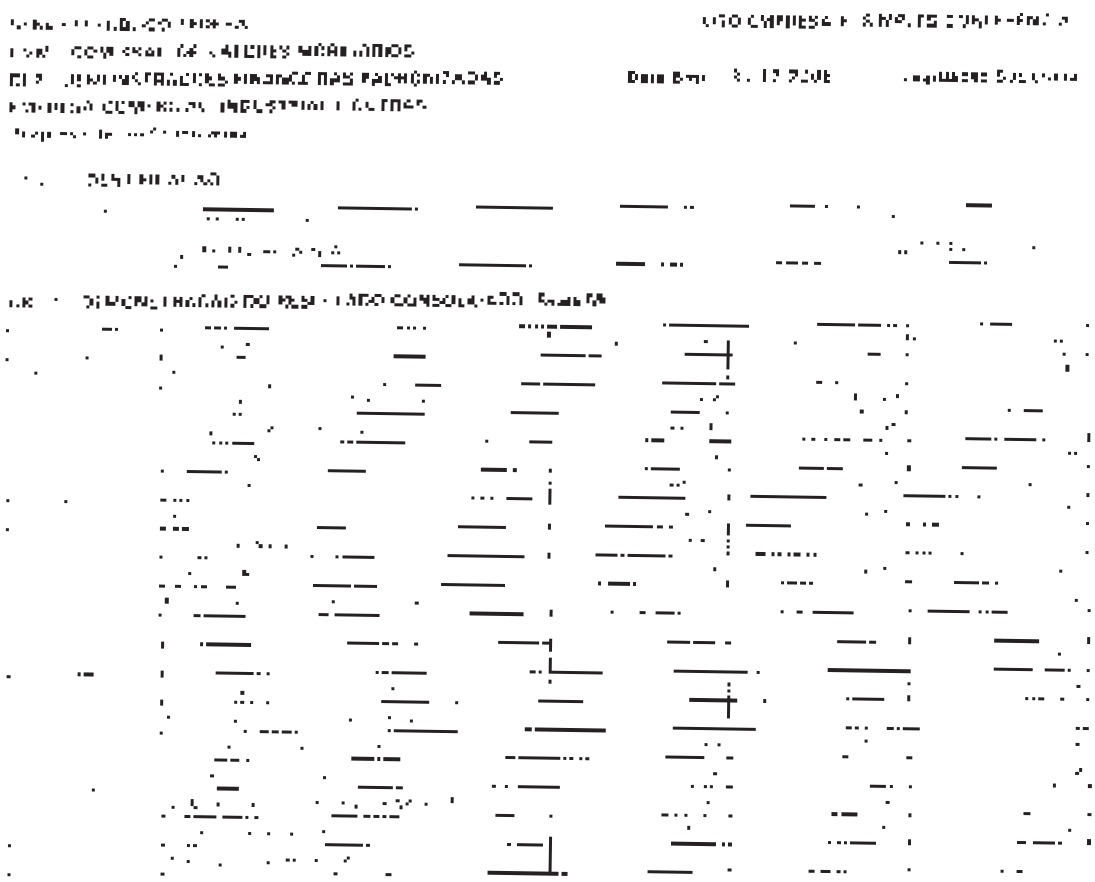


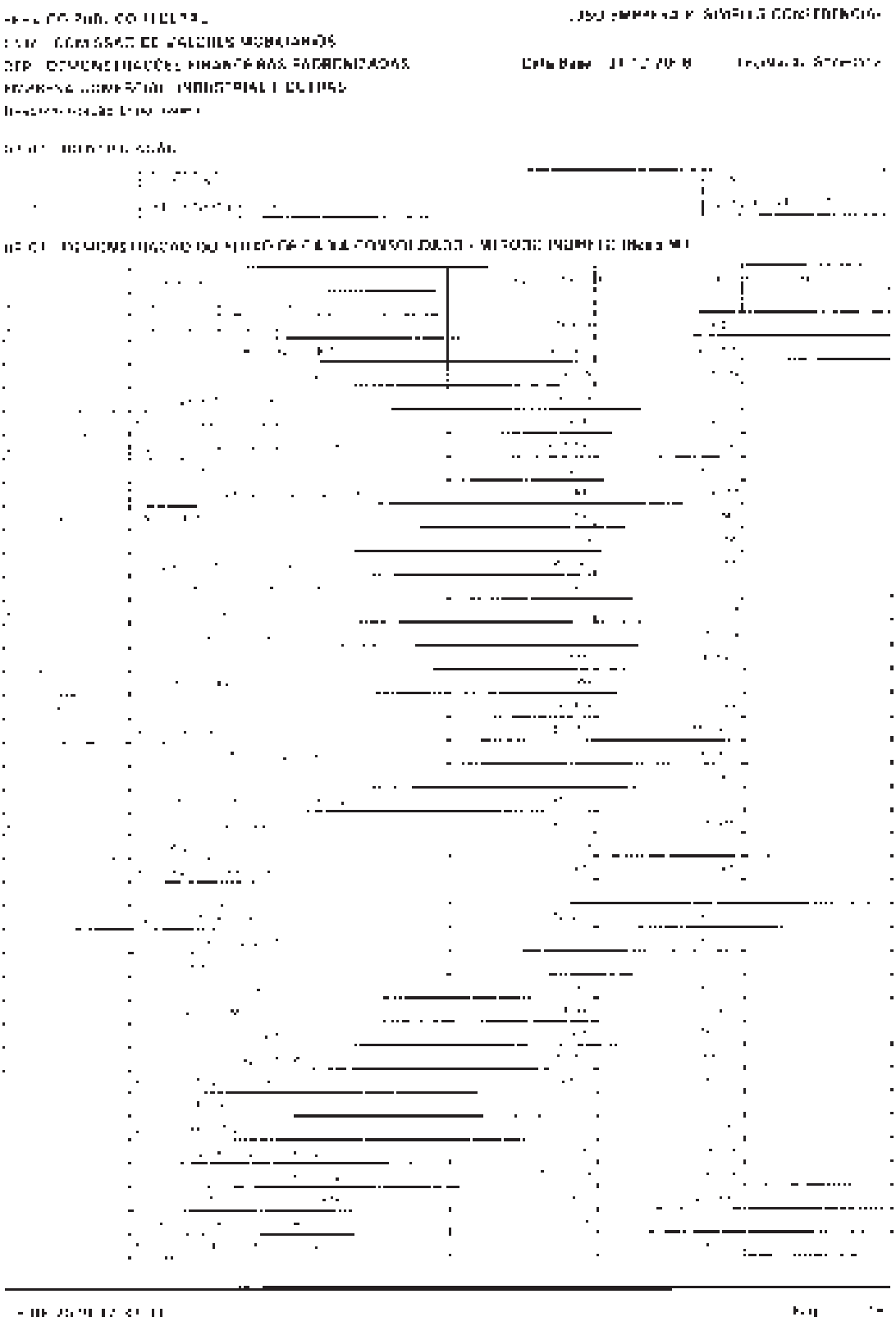


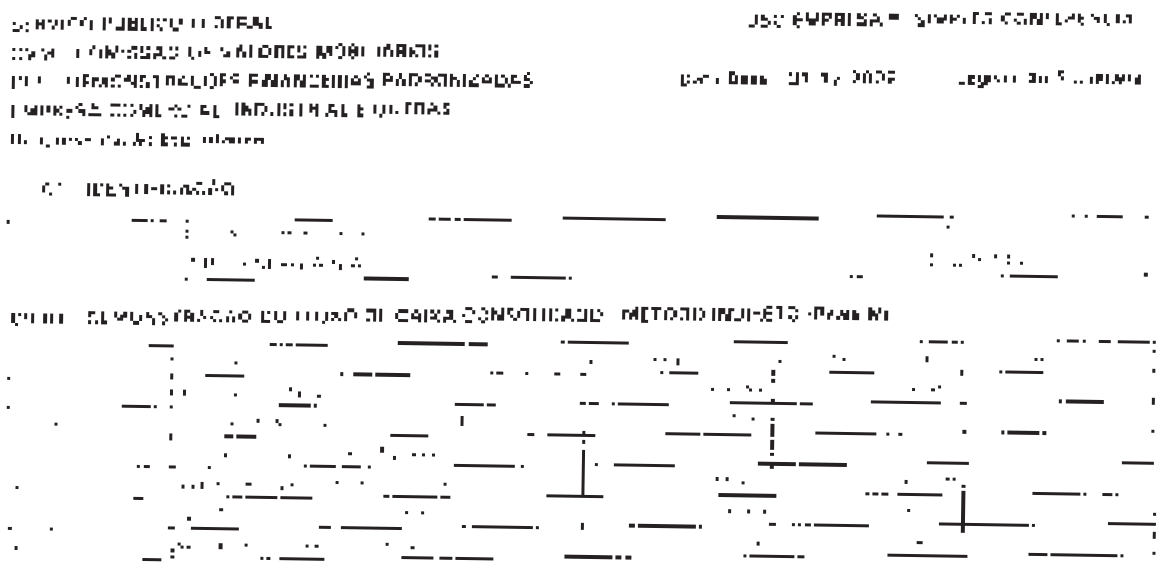


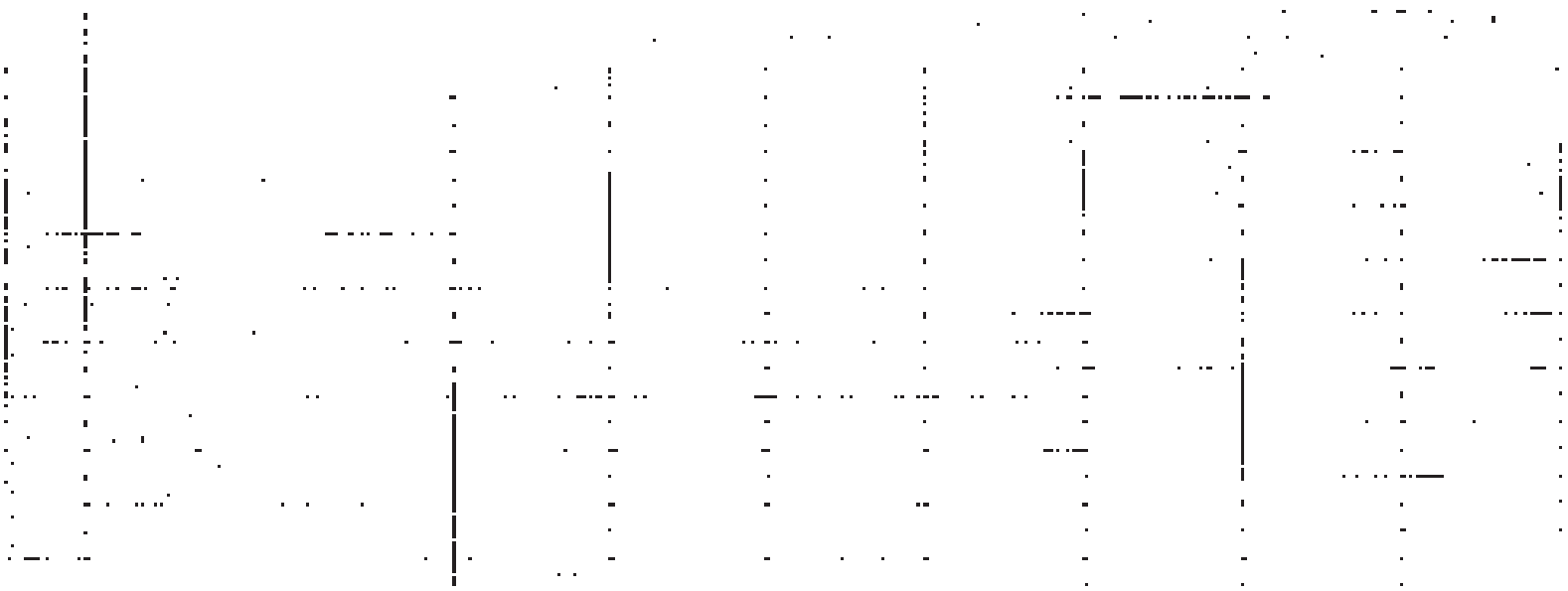


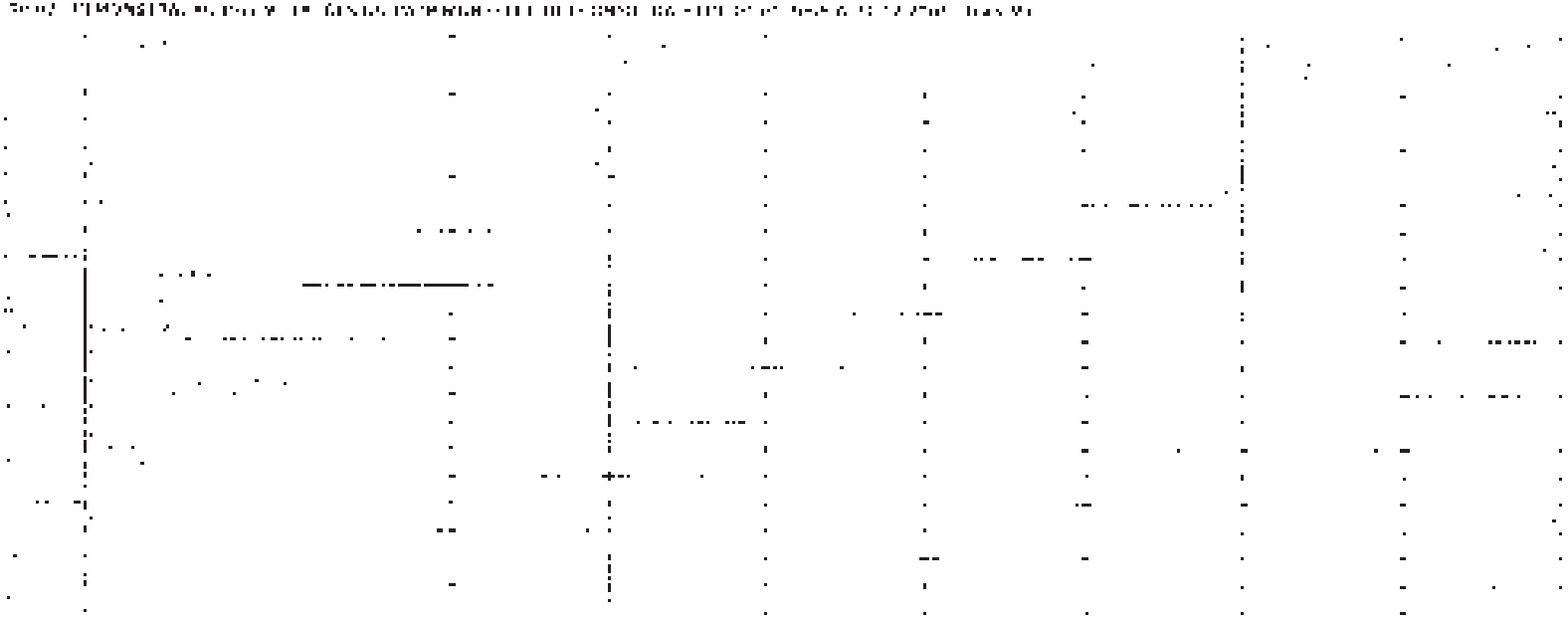


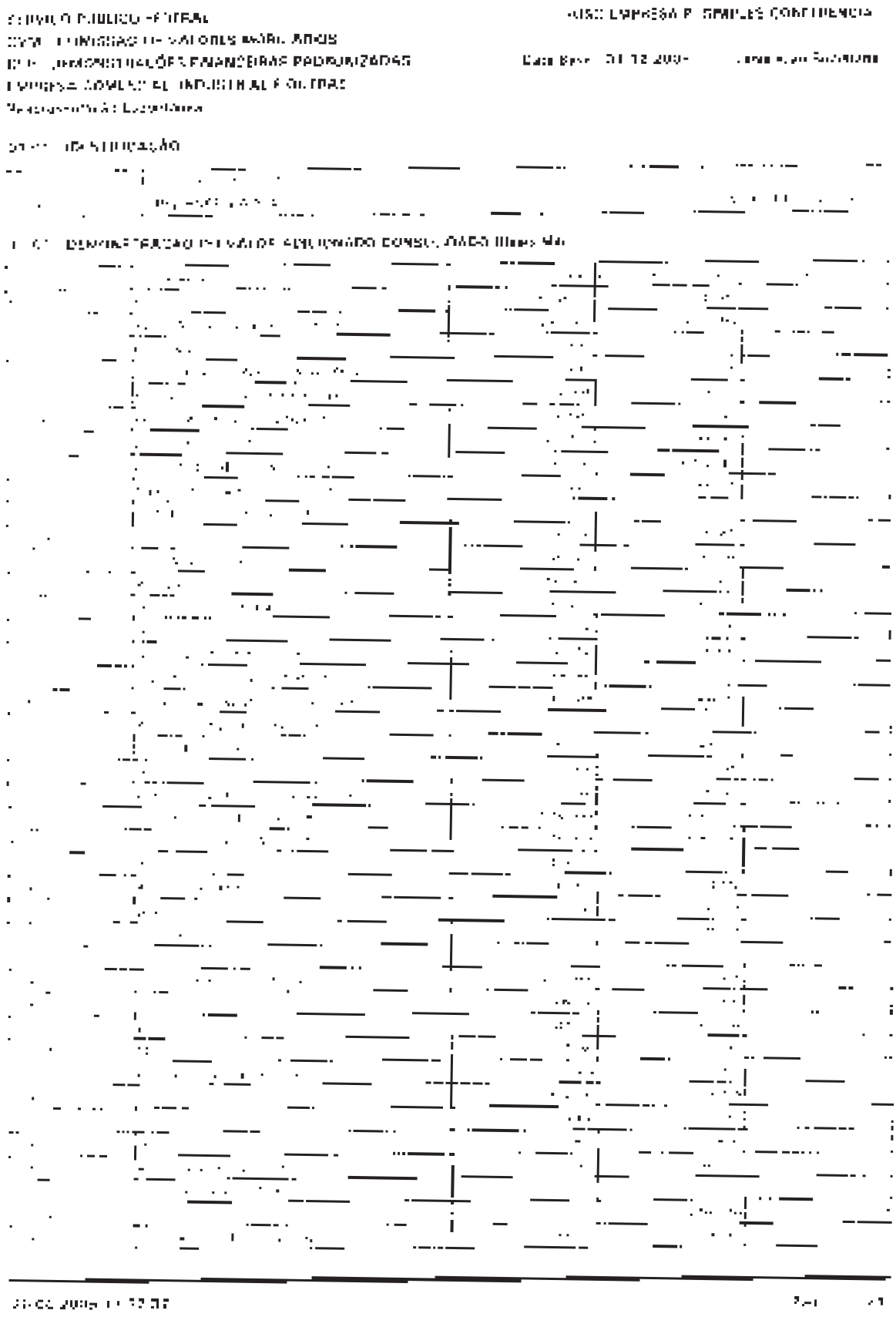


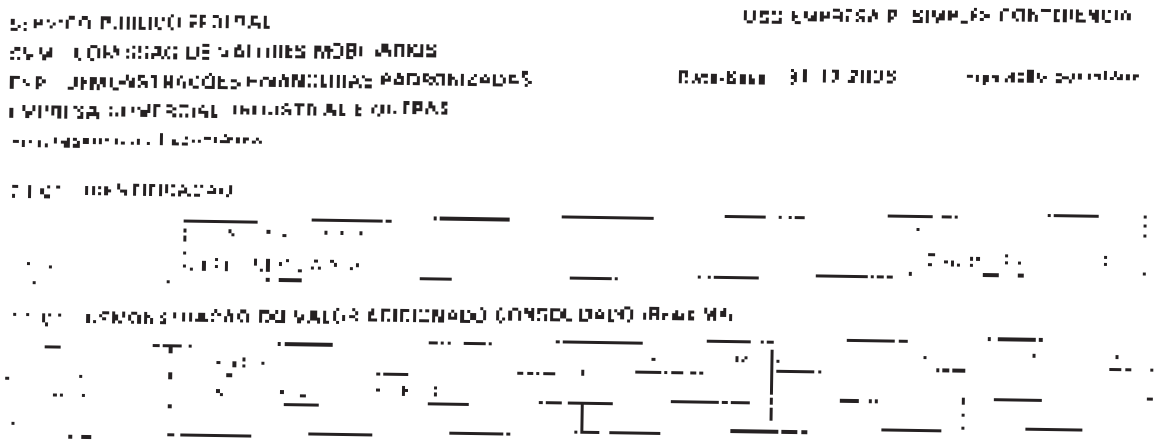












01.01 - IDENTIFICAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Unidades)	Capital Integralizado
Tipo de Ação	
ON	1.000.000
PN	2.000.000
Total	3.000.000

01.02 - SEDE

Endereço	Rua das Palmeiras, 1500
Complemento	Sala 12
Bairro	Centro
Município	Rio de Janeiro
UF	RJ
CEP	20040-020
DDD	21
Telefone	2555-1234
Fax	2555-1235
Email	ri@exemplo.com.br

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Nome	Fernanda Lima Rodrigues
Endereço	Rua das Palmeiras, 1500
Complemento	Sala 12
Bairro	Centro
Município	Rio de Janeiro
UF	RJ
CEP	20040-020
DDD	21
Telefone	2555-1234
Fax	2555-1235
Email	ri@exemplo.com.br

01.04 - REFERÊNCIA E CONTROLE

Data-Base	31/12/2018
Versão	1
Data Início Exercício Social	01/01/2018
Data Fim Exercício Social	31/12/2018
Data Início Exercício Social Anterior	01/01/2017
Data Fim Exercício Social Anterior	31/12/2017
Data Início Penúltimo Exercício Social	01/01/2016
Data Fim Penúltimo Exercício Social	31/12/2016
Moeda Reais Mil	

01.05 - AUDITORES INDEPENDENTES NO EXERCÍCIO

Auditor Independente	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
CVM	00161-6
Tipo Auditor	Nacional

01.06 - CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO

Tipo de Ação	Capital Integralizado
ON	1.000.000
PN	2.000.000
Total	3.000.000

01.07 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SEM RESSALVA

Parecer dos auditores independentes

Aos Acionistas e Administradores da
Empresa Exemplo S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa Exemplo S.A., identificadas como Controladora e Consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas exigem o cumprimento de requisitos éticos pelos auditores independentes e o planejamento e a execução da auditoria para obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados com base no julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia, para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não para expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. Os auditores independentes da Empresa Exemplo S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, cujos relatórios foram emitidos em 22 de fevereiro de 2018, sem ressalvas, não foram contratados para a auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Exemplo S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS emitidas pelo IASB.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2019.

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6

CEEE D - CEEE DISTRIBUIÇÃO

02.429.144/0001-93

1 - PARTICIPAÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES

1.1 - Nesta planilha deverão ser informadas as participações societárias detidas pela concessionária em outras sociedades, independentemente de sua natureza, bem como os dados básicos dessas sociedades. Caso a concessionária detenha participação em sociedade que, por sua vez, também detenha participação em outra sociedade, deverão ser informadas as participações em todas as sociedades envolvidas, até que se chegue à sociedade que não detenha participação em nenhuma outra sociedade.

1.2 - Para cada sociedade investida, deverão ser informados o nome, o CNPJ, o tipo societário, a participação da concessionária no capital social e no patrimônio líquido da investida, a participação do capital social e do patrimônio líquido da investida no capital social e no patrimônio líquido da concessionária, o valor contábil do investimento, o valor de mercado do investimento, o valor patrimonial da participação, o valor de mercado da participação, o valor do ágio ou deságio, o valor do ágio ou deságio amortizado no exercício, o valor do ágio ou deságio amortizado acumulado, o valor do ágio ou deságio não amortizado, o valor do ágio ou deságio não amortizado acumulado, o valor do ágio ou deságio não amortizado acumulado no exercício, o valor do ágio ou deságio não amortizado acumulado no exercício anterior, o valor do ágio ou deságio não amortizado acumulado no exercício anterior ao exercício anterior, o valor do ágio ou deságio não amortizado acumulado no exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior, o valor do ágio ou deságio não amortizado acumulado no exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior, o valor do ágio ou deságio não amortizado acumulado no exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior, o valor do ágio ou deságio não amortizado acumulado no exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior, o valor do ágio ou deságio não amortizado acumulado no exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior, o valor do ágio ou deságio não amortizado acumulado no exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior, o valor do ágio ou deságio não amortizado acumulado no exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior, o valor do ágio ou deságio não amortizado acumulado no exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior, o valor do ágio ou deságio não amortizado acumulado no exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior, o valor do ágio ou deságio não amortizado acumulado no exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior, o valor do ágio ou deságio não amortizado acumulado no exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior, o valor do ágio ou deságio não amortizado acumulado no exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior, o valor do ágio ou deságio não amortizado acumulado no exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior, o valor do ágio ou deságio não amortizado acumulado no exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior ao exercício anterior, o valor do ágio ou deságio não amortizado acumulado no exercício anterior ao

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO MILTON DA SILVA RISSO, Autenticado digitalmente em 19/12/2011 por MARCELO MILTON DA SILVA RISSO, Assinado digitalmente em 19/12/2011 por MARCELO MILTON DA SILVA RISSO

Impresso em 20/12/2011 por MARIA CRISTINA ROCHA

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Energia S.A. (CPFL Energia) submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as demais demonstrações financeiras da Companhia, DFP do período findo em 31 de dezembro de 2003, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as comparações realizadas neste Relatório levam em consideração dados pro forma em relação ao mesmo período de 2002, exceto quando for expressamente mencionado.

1. Considerações Iniciais

Em 2003, a CPFL Energia alcançou êxito na estratégia de fortalecimento de seu posicionamento competitivo, principalmente por meio da diversificação de portfólio de negócios e de seu ganho de eficiência nas operações. Destacamos a construção da usina hidrelétrica (UHE) Castro Alves (130 MW), a primeira unidade geradora da UHE Monte Claro (130 MW), ambas localizadas no Rio das Antas, e a aquisição de participação na Foz do Chapecó Energia S.A. (Foz do Chapecó), que detém a concessão da UHE Foz do Chapecó (855 MW), que entrou em operação em outubro de 2003, após a conclusão de obras de um período de 30 meses.

Também destacamos, na reestruturação das distribuidoras adquiridas em 2002, a RGE e a Muxfeldt, um importante passo na direção da formação de um grupo setorial integrado, com a construção da CPFL Piratininga, por meio da qual, juntamente com a RGE, passamos a ser controladores de uma parcela de 33 geração do estado de São Paulo. A CPFL Piratininga, com capacidade instalada de 4[illegible] MW, cuja energia assegurada total, correspondente a 2% MW, será integralmente disponibilizada para comercialização no mercado livre, a partir de abril de 2010. Criada em [illegible] Piratininga, para atuar em serviços de [illegible]

As perdas de energia da CPFL Paulista, na área de concessão, alcançaram a [illegible] 2003, [illegible] 45.475 GWh em 2002, desde [illegible] 2001. Ao longo [illegible] pela [illegible] da Rede de Distribuição (TUSD). As vendas para [illegible] 27.621 GWh, registrando crescimento de 5,7%, [illegible] 2002 e [illegible] 3,5%). Nesse segmento, mantivemos a liderança do [illegible] participação de mercado de 23% e acompanhamos a tendência de [illegible] 2003, com a ligação de 150 mil novas unidades consumidoras.

11.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

[illegible] fortalecimento da nossa posição na venda de energia para clientes livres e por meio de contratos bilaterais, com venda total de 9.204 GWh. No segmento de comercialização, mantivemos a liderança no mercado nacional, com [illegible] participação de [illegible]. [illegible] ainda uma estratégia consistente de venda de serviços de valor agregado, cujos resultados vêm experimentando crescimento consistente nos últimos anos.

[illegible], juntamente com a gestão permanente dos custos e despesas [illegible] e das despesas financeiras e da busca permanente por ganhos de eficiência e produtividade permitiram à CPFL Energia a obtenção de resultados expressivos no exercício, mesmo após o reposicionamento tarifário das distribuidoras do Grupo. A Receita Bruta foi de R$ 14.0[illegible] milhões, com crescimento de [illegible]; o EBITDA alcançou R$ 2.8[illegible] milhões, com redução de [illegible]; e o lucro líquido foi de R$ 1.27[illegible] milhões, com redução de [illegible].

Definimos, ainda, como parte de nossa agenda corporativa, a formulação do Planejamento Estratégico para o período de 2009 a 2013, que define as [illegible] para o crescimento e o fortalecimento dos negócios nos próximos [illegible]. Revisamos ainda a estrutura organizacional e o modelo de gestão, em [illegible] com as Diretrizes de Governança Corporativa da CPFL Energia e aos [illegible] de controles internos. Foram revisados o Posicionamento e a Arquitetura de Marcas e os Direcionadores Estratégicos – Visão, Missão e Princípios, que visam alinhar a cultura e as práticas organizacionais nas empresas do Grupo. Também [illegible] ações visando a redução de custos operacionais, [illegible] no segundo semestre de 2008. Em [illegible], [illegible] a Universidade Corporativa CPFL, instrumento fundamental para o desenvolvimento dos colaboradores com competências estratégicas para os negócios e para a otimização dos investimentos em desenvolvimento de pessoal.

Nesse sentido, é importante destacar que foi amplamente reconhecido pelo mercado e pelos diversos públicos de relacionamento da CPFL Energia o compromisso com a consolidação de uma cultura organizacional sólida, baseada em diretrizes diferenciadas de governança corporativa. No início do ano, a CPFL Energia obteve o Rating AA+ de Governança Corporativa da agência Austin Rating. Essa classificação é a [illegible] de uma empresa brasileira desde 2005, quando a avaliação começou a ser [illegible] no país. A CPFL Energia também foi eleita a Melhor Empresa em Governança Corporativa da América Latina, concedida pela [illegible] Management & Governance, em avaliação da qual participaram 50 empresas [illegible] com maior valor de mercado. Em outubro, a CPFL Energia foi a primeira companhia brasileira a receber o [illegible] Leadership Award, da [illegible], organização ligada ao Banco Mundial, como reconhecimento às práticas diferenciadas de governança corporativa e aos programas socioambientais desenvolvidos pelo Grupo, incluindo o conjunto de ações que contribuem para [illegible] e para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas decorrentes do aquecimento global.

[illegible], pelo quarto ano consecutivo as ações da CPFL Energia compõem a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&F Bovespa, que destaca as empresas que incorporam a gestão permanente e integrada dos aspectos econômicos, sociais e ambientais em seus processos de negócios.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Social da Indústria – Departamento Nacional (SESI DN) é uma entidade de direito privado, criada pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, por meio da Carta Sindical de 1º de julho de 1946, reconhecida como de utilidade pública federal pelo Decreto-Lei nº 9.403, de 25 de junho de 1946, e regida pelo Decreto nº 57.375, de 2 de dezembro de 1965, que aprovou o seu Regulamento, e pelo Decreto nº 494, de 10 de janeiro de 1962, que aprovou o seu Estatuto.

O SESI DN tem por finalidade estudar, planejar e dirigir a organização e o desenvolvimento de serviços sociais para os trabalhadores da indústria e atividades assemelhadas, bem como para seus dependentes, visando à melhoria do padrão de vida e à harmonia nas relações entre empregados e empregadores, e cumprir outras atribuições que lhe sejam cometidas pelo Conselho Nacional do SESI.

Para o cumprimento de suas finalidades, o SESI DN pode promover a criação de serviços sociais, em todo o território nacional, mediante solicitação das federações de indústrias interessadas, ou por iniciativa própria, com a aprovação do Conselho Nacional do SESI.

O SESI DN é mantido por contribuições compulsórias, recolhidas pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, e arrecadadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, do Ministério da Economia, incidentes sobre a folha de pagamento das empresas, de acordo com o disposto no art. 240 da Constituição Federal de 1988, no art. 4º da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e no art. 1º do Decreto-Lei nº 2.318, de 30 de dezembro de 1986.

Em 2020, o SESI DN, em parceria com as entidades regionais, atuou em todo o território nacional, por meio de 27 departamentos regionais, 1.067 unidades operacionais fixas e 1.000 unidades operacionais móveis, com o objetivo de promover a educação básica, a saúde e o lazer dos trabalhadores da indústria e de seus dependentes, além de fomentar a inovação e a cultura.

Em 2020, o SESI DN, em parceria com as entidades regionais, atuou em todo o território nacional, por meio de 27 departamentos regionais, 1.067 unidades operacionais fixas e 1.000 unidades operacionais móveis, com o objetivo de promover a educação básica, a saúde e o lazer dos trabalhadores da indústria e de seus dependentes, além de fomentar a inovação e a cultura.

ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO *(Simplificado)*

Para mais informações sobre investimentos em sociedades controladas, veja a Nota Explicativa nº 1 das Demonstrações Financeiras.

2. Comentário sobre a Conjuntura

AMBIENTE MACROECONÔMICO

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

[illegible] condições [illegible] de solvência da economia brasileira [illegible] por conta do expressivo [illegible] de reservas internacionais [illegible], vem permitindo que a política econômica atue, pela primeira vez em [illegible] anos, de maneira anticíclica (com redução de juros, liberação de compulsórios, aumento dos gastos públicos e corte de impostos, dentre outros), de modo que a economia doméstica tem grandes chances de [illegible] e sua superação mais rápida do que nos países desenvolvidos.

AMBIENTE REGULATÓRIO

[illegible] foi marcado pelo processo de Revisão Tarifária das Distribuidoras do Grupo iniciado em 2007. Além desse aspecto, destaca-se no período o esforço de consolidação do arcabouço regulatório do setor, representado pelo conjunto de atos normativos da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL. Nesse contexto, foi concluída a Audiência Pública - AP nº [illegible]/07, que culminou com a publicação da Resolução Normativa ANEEL nº [illegible]/08, que trata dos conceitos gerais da metodologia e dos procedimentos aplicáveis ao 2º ciclo de revisão tarifária das distribuidoras, e que representa um aprimoramento da Resolução Normativa ANEEL nº [illegible]. A nova metodologia reconhece os investimentos necessários à incorporação das [illegible] no cálculo do Fator X, garantindo, assim, a cobertura tarifária requerida para a regularização desses ativos. No âmbito da CPFL Energia, essa [illegible] trará reflexos positivos nos resultados futuros das distribuidoras, em especial da CPFL Paulista.

Outra importante norma aprovada foi a Resolução Normativa nº [illegible] da ANEEL, que trata dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST, disciplinando o relacionamento entre as distribuidoras e demais [illegible] (unidades consumidoras, centrais geradoras [illegible]) aos sistemas de distribuição, bem como entre as distribuidoras e a ANEEL no que se refere ao intercâmbio de informações.

[illegible] foi publicado o Decreto Federal nº 6.353/08, que regulamenta a [illegible] de energia elétrica de reserva, prevista na Lei nº 10.848/04, que trata da [illegible] de energia elétrica, quanto às condições para que a ANEEL estabeleça [illegible] custos às tarifas dos consumidores.

TARIFAS E PREÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA

Segmento de Distribuição

Segunda Revisão Tarifária Periódica

- **Em abril de 2008**

A ANEEL [illegible] o resultado provisório da segunda revisão tarifária periódica das [illegible] CPFL Paulista e RGE, com aplicação a partir de 08 de abril e 19 de [illegible] respectivamente, conforme demonstrado na tabela a seguir:

[...] INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS

- Em outubro de 2008

A ANEEL aprovou o resultado do 3º ciclo de revisão tarifária periódica da CPFL Piratininga, que vigorou a partir de 23 de outubro de 2008, conforme determinado nas Leis e Decretos vigentes.

- Em fevereiro de 2009

A ANEEL publicou os resultados definitivos da segunda revisão tarifária periódica das concessionárias CPFL Santa Cruz, CPFL Paulista, CPFL Jaguari, CPFL Sul Paulista e CPFL Mococa, conforme demonstrados nas tabelas a seguir:

Índices Econômicos Antes da Revisão (pós Anual)	CPFL Piratininga	CPFL Santa Cruz	CPFL Jaguariúna				CPFL Paulista	MOR
			CPFL Leste Paulista	CPFL Jaguari	CPFL Sul Paulista	CPFL Mococa		
Componente Financeiro	0,03%	7,88%	1,84%	-1,13%	-0,58%	2,75%	0,06%	10,15%
Componente Financeiro Parcelas Extraordinárias	0,01%	2,11%	1,68%	-0,88%	-0,57%	-0,03%	-0,01%	0,77%

Índices Alterados pela Anual	CPFL Piratininga	CPFL Santa Cruz	CPFL Jaguariúna			
			CPFL Leste Paulista	CPFL Jaguari	CPFL Sul Paulista	CPFL Mococa
Componente Financeiro	-0,03%	-0,03%	0,02%	-0,02%	-0,01%	-0,03%

Reajuste Tarifário Anual

- Em outubro de 2008

A ANEEL aprovou o índice de Reajuste Tarifário Anual (RTA) para a CPFL Piratininga com vigência a partir de 23 de outubro de 2008, conforme tabela a seguir:

- Em fevereiro de 2009

A ANEEL aprovou os índices de Reajuste Tarifário Anual (RTA) das concessionárias CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguari, CPFL Sul Paulista e CPFL Mococa, com vigência a partir de 03 de fevereiro de 2009, conforme tabela a seguir:

Índice de Reajuste Tarifário (RTA)	CPFL Piratininga	CPFL Santa Cruz	CPFL Jaguariúna			
			CPFL Leste Paulista	CPFL Jaguari	CPFL Sul Paulista	CPFL Mococa
Vigência Início	23/10/2008	03/02/2009	03/02/2009	03/02/2009	03/02/2009	03/02/2009
RTA Econômico	10,82%	10,68%	10,89%	11,01%	11,00%	10,99%
Componentes Financeiros	5,82%	13,40%	2,36%	0,36%	-0,16%	0,16%
RTA Total	16,64%	24,08%	13,24%	11,36%	11,84%	11,15%

Segmento de Geração

[...] os contratos de venda de energia celebrados pelas geradoras contêm cláusulas [...] de reajuste anual com base principalmente no desgaste e na inflação pelo IGP-M.

[7.1] - DESEMPENHO OPERACIONAL

3. Desempenho Operacional

VENDAS DE ENERGIA

As vendas de energia no ano de 2023 totalizaram 104.205 GWh, um aumento de 1,2% em relação ao ano anterior, impulsionadas pelo crescimento de 2,1% no número de consumidores e pela recuperação parcial do consumo industrial após o período de férias coletivas. A receita operacional líquida atingiu R$ 58.412 milhões, com margem EBITDA de 18,7%.

Classe	Consumo (GWh)	Variação	Receita (R$ mi)
Residencial	31.842	+2,1%	21.560
Industrial	38.615	+0,4%	19.873
Comercial	22.904	+1,8%	14.231
Rural	4.118	-0,6%	1.902
Poder Público	2.731	+1,1%	1.846

DESEMPENHO OPERACIONAL NO SEGMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

A Companhia atua na distribuição de energia elétrica em 12 estados, atendendo 9,8 milhões de unidades consumidoras. Os indicadores de continuidade DEC e FEC encerraram o ano em 8,42 horas e 5,17 interrupções, respectivamente, ambos dentro dos limites regulatórios estabelecidos pela ANEEL para o ciclo tarifário vigente.

Indicador	2023	2022	Limite ANEEL
DEC (horas)	8,42	8,91	9,10
FEC (interrupções)	5,17	5,46	5,60
Perdas técnicas (%)	6,3	6,5	6,8
Perdas não técnicas (%)	2,1	2,4	2,6
Inadimplência (%)	3,4	3,9	—

Atendimento ao Cliente

As distribuidoras da CPFL Energia [illegible] de atendimento para assegurar facilidade de acesso e conforto aos seus clientes. Para isso, [illegible] uma estrutura consolidada de atendimento, adequada às especificidades [illegible] classe de cliente, composta por Call Centers, Agências de Atendimento, Agências Virtuais e Gerentes de Contas. No total, esses canais foram responsáveis por [illegible] de atendimentos, em 2008.

[illegible] CPFL Energia implantou novos programas que visam melhorar a qualidade do atendimento e estreitar o relacionamento com seus clientes. Destaque [illegible] implantado na CPFL Paulista e na CPFL Piratininga [illegible] relacionamento, por meio da melhoria contínua da qualidade, [illegible] disponibilização de serviços adequados às especificidades, [illegible] de cada segmento de clientes. [illegible] a reformulação das Agências Virtuais e a introdução de novos [illegible] de relacionamento e comunicação com os clientes. Esse programa [illegible] será estendido para as demais distribuidoras do Grupo.

Qualidade do Fornecimento de Energia

A qualidade do fornecimento de energia é um dos [illegible] da estratégia de [illegible] operacional das distribuidoras do Grupo, que atuam em mercados [illegible]. A seguir são apresentados os resultados alcançados pelas distribuidoras [illegible] indicadores que medem a qualidade e a confiabilidade [illegible] Frequência Equivalente de Interrupções [illegible] por consumidor por ano. O DEC (Duração Equivalente de [illegible]) mede a duração média, em horas, de interrupção por consumidor [illegible] pela CPFL Piratininga e pela CPFL Paulista [illegible] alcançada entre as grandes distribuidoras do País, e para [illegible] registrados pela CPFL Jaguari e pela CPFL Santa Cruz [illegible] do Grupo nos últimos anos. [illegible] e registrou reduções [illegible] resultados de 2007, fruto, principalmente, [illegible] investimentos [illegible] automação e em programas de manutenção preventiva e preditiva [illegible] sistema elétrico.

DISTRIBUIDORAS - FEC / DEC - 2008

Empresa [illegible]	CPFL Piratininga	CPFL Jaguari	CPFL Paulista	CPFL Santa Cruz	CPFL Sul Paulista	CPFL Mococa	CPFL Leste Paulista	RGE
FEC	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
DEC	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

14.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A consolidação dos indicadores de qualidade de fornecimento de energia das distribuidoras do Grupo evidencia os esforços desenvolvidos para melhorar a qualidade e a confiabilidade do fornecimento de energia para seus mais de 6,4 milhões de clientes. O FEC consolidado das distribuidoras foi reduzido de [illegible] para 5,54, redução de [illegible], e o DEC passou de 8,44 para [illegible], com redução de [illegible].

Perdas Comerciais

As distribuidoras do Grupo desenvolvem um trabalho permanente de combate às perdas comerciais em suas respectivas áreas de atuação, que abrangem, principalmente, a inspeção de unidades consumidoras, a verificação e substituição de medidores obsoletos ou avariados e campanhas de orientação. As ações realizadas em 2008 resultaram na recuperação de 416 GWh, correspondente a receita de R$ [illegible] milhões.

Inadimplência

As distribuidoras do Grupo mantiveram as ações de cobrança dos débitos de clientes inadimplentes. O índice médio ponderado de inadimplência desse segmento foi de [illegible]

Universalização dos Serviços

As distribuidoras CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Santa Cruz, CPFL Jaguari, CPFL Sul Paulista, CPFL Leste Paulista e CPFL Mococa possuem suas metas [illegible] integralmente [illegible]. Na RGE, foram ligados [illegible] novos clientes através dos Programas de Universalização e Luz Para Todos, o que permitiu à distribuidora atingir 100% da meta de universalização [illegible] da distribuidora.

DESEMPENHO OPERACIONAL NO SEGMENTO DE GERAÇÃO

No segmento de geração, fundamentado na estratégia de diversificação [illegible] CPFL Energia, foram concluídas as obras de construção da Usina Hidrelétrica (UHE) Castro Alves (130 MW) e ocorreu o início de operação da primeira unidade geradora da UHE 14 de Julho, responsável por 50% dos 100 MW do empreendimento. Com isso, a capacidade instalada do Grupo alcançou 1.704 MW e a Energia Assegurada alcançou [illegible] MW médios, destacando-se que as obras da hidrelétrica Foz do Chapecó (855 MW) mantiveram-se de acordo com o cronograma definido. A entrada em operação dessa usina está prevista para o último trimestre de 2010, quando a Potência Instalada do Grupo deverá alcançar [illegible] MW e a Energia Assegurada [illegible] MW médios. Também foram concluídas as repotenciações das PCHs Capão Preto e Chibarro.

Os Índices de Disponibilidade de Máquinas das usinas, em 2008, foram de [illegible] na UHE [illegible] (Mesa) [illegible] nas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), [illegible] na UHE Monte Claro, [illegible] na UHE Barra Grande, [illegible] UHE Campos Novos e [illegible] na UHE Castro Alves. A entrada em operação da primeira unidade geradora da UHE [illegible]

4. Desempenho Econômico-Financeiro

A Administração da Companhia apresenta o desempenho econômico-financeiro e as principais ações realizadas no período. As informações devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas auditadas.

Receita Operacional

A Receita Operacional Líquida atingiu R$ 1.[illegible] milhões, [illegible] em relação a [illegible] milhões.

Os principais fatores que contribuíram para o aumento da receita foram:

- [illegible] reajuste de [illegible] nas tarifas de energia elétrica da área de concessão;
- Reajuste tarifário de [illegible] nas tarifas concedidas da [illegible], aprovado pela ANEEL em [illegible], conforme comentado anteriormente na Nota Tarifas e Receita de Energia Elétrica.
- Reclassificação da Rede de Energia Livre, no valor de R$ [illegible] em [illegible] em 2007 e [illegible] em janeiro de 2008, passou a ser registrada em Ordinárias de Receita Operacional Custo com Energia Elétrica e Outras Despesas Operacionais, por ser [illegible] Ativo de Concessão.
- Aumento de R$ [illegible] milhões em Suprimento de Energia, devido principalmente [illegible] dos consumidores livres e [illegible].

[illegible] de sua receita operacional foi [illegible] compensado pelo [illegible] de [illegible], pelo [illegible] Contábil e [illegible].

- PIS - Programa de [illegible] com vigência a partir de [illegible] de 2007.
- Cofins - Contribuição [illegible], CPMF - Lei nº [illegible], CPRB - Lei nº [illegible], e ICMS - Lei [illegible] e CPMF - Medida [illegible] com vigência a partir de janeiro de 2008.

- CPMF - Decreto [illegible] com vigência a partir de abril de 2008;
- [illegible] de R$ [illegible] milhões em outras receitas, devido principalmente [illegible] em [illegible].

Geração Operacional de Caixa — EBITDA

A [illegible] Geração Operacional de Caixa medida pelo EBITDA, [illegible] 4 x 2008 [illegible] 2008, com [illegible] de [illegible] em relação a 2007, [illegible] milhões, [illegible] aumento de [illegible] na Conta Consumo de Energia Elétrica - R$ [illegible] milhões, [illegible] em função do [illegible] de [illegible] no quarto trimestre de

TRACTEBEL ENERGIA S.A. — 02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

...ajuste de ...R$ 122 milhões. Investimentos em Controladas (R$ 183 milhões), e ...registro de ...Lucro Líquido do ...

...apresentou, principalmente, ...redução de 5,2% nos Custos e Despesas Operacionais (R$ 139 ...) e ...Outras Receitas e Despesas ...Provisão Privada. Os ...Resultado ... Receita de Energia ...R$ 1.161 milhões ...

...R$ 58,1% ...Resultado Contábil ...Administração ...Resultado Financeiro e depreciação/amortização ...

Lucro Líquido do Exercício

...Lucro Líquido de R$ 1.218 milhões ...R$ 265 milhões), ...redução de ...Resultado Financeiro ...

...Lucro Líquido ... R$ 2,69

Dividendo

...distribuição ... de R$ 1.018 milhões ... Lucro Líquido ... de R$ 2,16849810 por ação. ...

...R$ 800 milhões ... de R$ 624 milhões, que representa R$ 1,3523547 ...

Endividamento

...2008, o endividamento ... passivos, ...R$ 1.183 milhões ...

- CPFL Geração e ...
  - ...
  - ...

iii. Amortização de principal das debêntures da CPFL Geração e da Semesa (R$ 154 milhões).

- CPFL Energia, CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE: amortizações líquidas de captações (BNDES e outras instituições financeiras), totalizando R$ 41 milhões, com destaque para:
  - Emissões de debêntures pela RGE, no montante de R$ [illegible] milhões, e pela CPFL Piratininga, no montante de R$ [illegible] milhões, para rolagem de dívidas.
  - Amortizações líquidas de captações de dívidas na modalidade suportada pela Resolução BACEN nº 2770, realizadas pela CPFL Energia, CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE, totalizando R$ 100 milhões.
  - Amortização de Notas de capital de giro pela RGE, no montante de R$ 175 milhões.
  - Amortizações líquidas de captações de financiamentos junto ao BNDES da CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE, totalizando R$ 29 milhões.
- Variação cambial das dívidas em moeda estrangeira, líquida da variação no valor dos derivativos, no montante de R$ 45 milhões.

Para mais detalhes referentes ao endividamento ver Notas Explicativas nºs 16 e 17 das Demonstrações Financeiras.

5. Investimentos

Em 2008, o grupo CPFL Energia investiu R$ [illegible] milhões. Em linha com a estratégia de manutenção e fortalecimento da participação do grupo nos mercados brasileiros de energia elétrica, foram aplicados R$ [illegible] milhões na expansão dos negócios, incluindo a construção de usinas hidrelétricas, a repotenciação de pequenas centrais hidrelétricas e a ampliação e reforço do sistema elétrico para atender ao crescimento de mercado das distribuidoras. Foram, ainda, aplicados recursos de R$ [illegible] milhões em melhoramentos no sistema elétrico, na logística de operações, nos sistemas e na infraestrutura de suporte às operações dos diversos segmentos de negócios. O segmento de comercialização e serviços de valor agregado do grupo foi atendido por investimentos de R$ 11 milhões.

Distribuição de Energia

Os investimentos totalizaram R$ 555 milhões. Desse montante, R$ [illegible] milhões foram destinados à ampliação e ao reforço do sistema elétrico para atender o crescimento tanto das vendas de energia quanto do número de clientes, registrado pelas distribuidoras no exercício. Foram, ainda, destinados R$ [illegible] milhões em melhorias e na manutenção do sistema elétrico, em infraestrutura operacional, na modernização dos sistemas de suporte à gestão e operação, nos serviços de atendimento aos clientes

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Visto. Arquivamento sob o número 351.

Geração de Energia

No encerramento de 2013, os ativos de R$ 502 milhões concentravam-se nos empreendimentos em operação. Os principais destes são UTEs Carioba II, Euzébio Rocha, Ibirité, Luiz Dias, Mogi Mirim, Paulínia, Salto e Termopaulista, e parcelas das PCHs Canoas I, Canoas II e Rio do Peixe.

6. Governança Corporativa

O modelo de Governança Corporativa da CPFL Energia se baseia em princípios básicos como transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, e é aplicado a todas as empresas do Grupo CPFL Energia.

A CPFL Energia é listada no Novo Mercado da Bovespa e possui ADRs Nível III de sua emissão listados na Bolsa de Nova Iorque. Seu capital social é composto exclusivamente por ações ordinárias e corresponde hoje a mais de 100% do valor pago das ações em circulação, por meio da oferta pública de distribuição no caso de alienação de controle.

As normas estabelecidas pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva têm como objetivo proteger e valorizar o patrimônio da CPFL Energia, de acordo com os princípios de Governança Social da Companhia, representando os interesses dos acionistas e das demais agências com as quais se relaciona.

O Conselho de Administração é composto por sete membros eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, com mandato de um ano, e tem como atribuições básicas definir a orientação geral dos negócios e eleger a Diretoria Executiva. Suas competências incluem também as funções de auditoria e controle, que lhe são atribuídas pela Lei 6.404/76 e pelo Estatuto Social da Companhia. Ele é composto por um conselheiro independente e seus membros são eleitos pelos acionistas com prazo de mandato de um ano, e permitida a reeleição. Se houver vacância, ela é preenchida em uma das três reuniões subsequentes à ocorrência. O Conselho elege dentre seus membros um Presidente e um Vice-Presidente, e conta com o apoio técnico e logístico da Diretoria Executiva da Companhia.

Com vistas à análise aprofundada de assuntos relevantes para a gestão dos negócios, o Conselho de Administração constituiu três comitês de assessoramento permanentes e estatutários, regidos por regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração: Comitê de Pessoas, Governança e Sustentabilidade, Comitê de Auditoria e Comitê de Finanças e Gestão de Riscos. Esses comitês têm como atribuições básicas auxiliar o Conselho de Administração em questões relacionadas a temas como governança corporativa, estratégia empresarial, gestão de riscos, novos negócios e políticas financeiras.

A CPFL Energia também possui um Conselho Fiscal com poderes fiscalizatórios, formado por cinco membros efetivos e cinco suplentes. Também os atribuições do Conselho Fiscal estão descritas no Regimento Interno do Conselho Fiscal.

Os conselheiros fiscais reúnem-se mensalmente e elaboram um calendário anual de atividades. Suas funções incluem pareceres sobre as demonstrações financeiras anuais.

A Diretoria Executiva é formada por seis diretores, com prazo de mandato de três anos

01.000-0 Grupo Energia S.A. 01.000.000/0001-00

13 - PARECER OU DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

13.1 - Comentário da Administração

Cabe à Diretoria representar a Companhia e gerir os negócios de acordo com as diretrizes traçadas no planejamento estratégico de longo prazo. As atribuições estatutárias são comuns dos demais diretores estatutários. Estes acreditam, dessa forma, em administrações nas quais as atuações controladas, de forma a operacionalizar as melhores práticas de governança da Companhia.

Os membros do Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva estão disponíveis no [...]

Câmara de Arbitragem

A [...] Energia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, de Belo Horizonte, [...] Câmara Comercial e consoante o artigo 34 do Estatuto Social da Companhia.

Destaques 2006

- [...] Plano de Participação em Assembleia de Acionistas
- [...] de Melhoria [...] de governança corporativa [...] Bovespa
- [...] melhor empresa em Governança Corporativa na América Latina, pela [...] Magazine, [...] Governança Corporativa [...]
- [...] corporativa brasileira a receber o Great Leadership Award de [...]
- [...] pela [...] Corporate Governance [...] pela OCDE, IFC / Banco Mundial e [...] de Praga
- [...] de cargo de Diretor Vice-Presidente Administrativo
- [...] Diretoria de Novos [...] subordinada ao Diretor Presidente

7. Mercado de Capitais

A [...] Energia encerrou o ano com 26,2% de suas ações em circulação no mercado, [...] [...] com ações negociadas no Brasil (BM&FBovespa, [...] Bolsa de Nova [...] pela [...]

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2008, as ações da CPFL Energia apresentaram desvalorização de [illegible] na BM&FBovespa e de 25,6% na NYSE, encerrando o ano cotadas a R$ 36,[illegible] por ação e US$ [illegible] por ADR, respectivamente.

O volume médio diário de negociação atingiu R$ [illegible], sendo R$ [illegible] na BM&FBovespa e R$ 16,3 milhões na NYSE, representando um aumento de [illegible]. O número de negócios realizados na BM&FBovespa aumentou [illegible], passando de uma média diária de [illegible] negócios em 2007, para [illegible] negócios em [illegible].

8. Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

A CPFL Energia desenvolve um programa permanente de acompanhamento dos impactos de suas operações nas comunidades em que atua, por meio da gestão dos riscos econômicos, ambientais e sociais associados aos negócios que desenvolve. O objetivo é criar valor de forma equilibrada e sustentada para os diferentes públicos com os quais a empresa se relaciona. Mais informações em [illegible].

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética

O Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética é um conjunto de dispositivos e processos que tem o objetivo de diagnosticar, prevenir, [illegible], avaliar, [illegible] e [illegible] as ações individuais e institucionais, promovendo o desenvolvimento da [illegible] em todas as ações da empresa com seus públicos. Entre as ações desenvolvidas em 2008, destacaram-se: seminários de qualificação dos membros do Comitê de Ética, seminários de qualificação da Rede Ética para colaboradores, a [illegible] de Forças e Vulnerabilidades Éticas e o lançamento do portal [illegible] em Rede [illegible]. Para o início de 2009, está prevista a implantação do Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética na CPFL Santa Cruz, CPFL Jaguari, CPFL Sul Paulista, CPFL Leste Paulista e CPFL Mococa.

Gestão da Excelência Empresarial

A CPFL Energia estimula a incorporação, por suas empresas controladas, de um Sistema de Gestão Integrado-SGI, baseado no Modelo de Excelência da Gestão (MEG) da Fundação Nacional da Qualidade-FNQ. Esse sistema visa padronizar e certificar os principais processos de trabalho, em quatro dimensões: Gestão da Qualidade (ISO 9001), Gestão Ambiental (ISO 14001), Gestão da Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional (OHSAS 18001) e Gestão da Responsabilidade Social (SA 8000). A eficiência do sistema é monitorada permanentemente por meio de auditorias periódicas de certificação realizadas por organizações externas. O SGI encontra-se implantado na CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Geração e RGE.

10.1 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em junho de 2008, a CPFL Geração, a partir da aquisição da Estrutural, Foz do Chapecó, CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Brasil e CPFL Geração S.A. (Nova), incorporação das ações da Nova Atlântica, PGL, CPFL Santa Cruz e CPFL Jaguari. Esse procedimento permitiu a racionalização da estrutura societária e de redução de perdas nos processos de [illegible]

Foram emitidas [illegible] debêntures, pela CPFL Paulista e pela CPFL Geração, no montante de R$ 1.000 milhões. A CPFL Paulista emitiu em 2015, tendo sido pagos o principal e juros de 2010 da 3ª série, em 2008, novamente no montante de R$ 400 milhões, com vencimento para [illegible] em 2015. Já a CPFL Geração emitiu em 2008, em duas séries, no montante de R$ 600 milhões, com vencimento para [illegible] em 2015. Essas emissões foram destinadas ao reforço de capital de giro e ao alongamento do perfil de endividamento.

Em 2008, a CPFL Geração foi classificada pela Standard & Poor's em nível brAA+ e pela Fitch Ratings em nível AA+(bra). Em 2008, a CPFL Paulista foi classificada pela Fitch Ratings em nível AA+(bra). Em 2008, a CPFL Paulista foi classificada pela Fitch Ratings em nível AA+(bra). Em 2008, a CPFL Paulista foi classificada pela Fitch Ratings em nível AA+(bra).

Gestão do Relacionamento com os Clientes

Em 2008, a CPFL Energia manteve sua estratégia de relacionamento com os clientes, com foco na qualidade do atendimento e na satisfação dos clientes. Foram realizadas pesquisas de satisfação com os clientes, com o objetivo de identificar oportunidades de melhoria nos processos de atendimento. Foram realizadas pesquisas de satisfação com os clientes, com o objetivo de identificar oportunidades de melhoria nos processos de atendimento.

Em 2008, a CPFL Paulista foi classificada pela Fitch Ratings em nível AA+(bra). Em 2008, a CPFL Paulista foi classificada pela Fitch Ratings em nível AA+(bra). Em 2008, a CPFL Paulista foi classificada pela Fitch Ratings em nível AA+(bra).

Gestão de Recursos Humanos

Em 2008, a CPFL Energia encerrou o exercício com 7.119 colaboradores, 7.119 em 2008, e [illegible] Em 2008, a CPFL Energia encerrou o exercício com 7.119 colaboradores, 7.119 em 2008, e [illegible]

Em 2008, as empresas do Grupo CPFL Energia realizaram [illegible] Em 2008, as empresas do Grupo CPFL Energia realizaram [illegible]

14.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2009, o número médio de horas de treinamento por colaborador foi de 51,9 horas, o que é superior ao encontrado na Pesquisa Sextante 2008 (de 38,1 horas por colaborador).

Outro grande destaque do exercício foi o lançamento da Universidade Corporativa CPFL, um passo decisivo em direção ao alinhamento dos programas de desenvolvimento de recursos humanos, à gestão do conhecimento e à consolidação de uma organização de aprendizagem orientada pelos critérios da excelência empresarial, da inovação e [illegible] e na criação de valor para os públicos de relacionamento da empresa. Com a Universidade Corporativa, os colaboradores terão maior acesso ao ensino, agregando competências essenciais ao aprimoramento da qualidade dos serviços oferecidos aos clientes e alinhando as estratégias e objetivos da companhia.

Relacionamento com a Comunidade

Entre as ações realizadas em 2009, que visaram contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Energia atua, destacam-se:

- **CPFL Cultura:** programação voltada à disseminação do conhecimento e da cultura como forma de contribuir para o desenvolvimento das comunidades e a atuação da empresa, por meio de apresentações artísticas, culturais, palestras e debates. O acesso à programação é franqueado à população e os conteúdos são disponibilizados para todo o País por meio da internet e de programas veiculados pela TV Cultura de São Paulo. A partir de 2008, as atividades, antes realizadas apenas na CPFL Cultura, em Campinas, foram ampliadas para as cidades de Ribeirão Preto, Bauru, Sorocaba, Santos, São Paulo e Caxias do Sul. A programação da CPFL Cultura é desenvolvida predominantemente com a utilização de recursos provenientes de incentivos fiscais.
- **Programa CPFL de Revitalização dos Hospitais Filantrópicos:** iniciativa que tem por objetivo o desenvolvimento de hospitais beneficentes na área de atuação da CPFL Energia, elevando a qualidade do atendimento prestado pelos hospitais para a população carente. O Programa também disponibiliza conhecimentos e tecnologias de gestão baseadas no Modelo de Excelência da Gestão (MEG) da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) para os administradores e colaboradores dos hospitais, estimula a criação de redes hospitalares e a mobilização social e ações de voluntariado, desenvolvendo, ainda, projetos de eficiência energética nos hospitais participantes. Em 2009, o Programa foi expandido para 90 hospitais, localizados em 51 municípios das regiões de Araraquara, Araçatuba, Bauru, Campinas, Barretos, [illegible], Ribeirão Preto e Sorocaba.
- **Programa de Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA):** as empresas do Grupo CPFL Energia destinaram, em 2009, o total de R$ 4,5 milhões para 225 projetos mantidos por entidades sociais que atendem crianças e adolescentes, em 128 municípios de atuação. Essas doações foram feitas com a utilização de recursos provenientes de incentivos fiscais previstos na legislação.

Influência e Liderança na Cadeia de Valor

Desde 2005, a CPFL desenvolve o Programa Rede de Valor, [illegible] fornecedores da empresa, com o objetivo de estimular o [illegible] e o desenvolvimento sustentável na cadeia de suprimentos da empresa. Em 2006, foi realizado o VI Encontro de Fornecedores, além de 8 encontros locais nas empresas participantes, sendo que importantes fornecedores da CPFL Energia fizeram o mesmo com seus fornecedores.

Em 2006 também foi realizada a segunda edição do Prêmio CPFL [illegible], que tem o objetivo de estimular a disseminação dos critérios da excelência empresarial, por meio do reconhecimento de empresas que se destacam nas avaliações [illegible] das empresas do Grupo. Neste ano foi incluída a categoria de prestadores de serviços, os quais são avaliados mensalmente pelas áreas [illegible].

No exercício, a companhia também deu continuidade ao Programa [illegible], desenvolvido em parceria com o Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin) do Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID e o Instituto Ethos, com o objetivo de disseminar práticas de sustentabilidade na cadeia de negócios, envolvendo clientes e fornecedores. A CPFL é uma empresa-âncora do Programa, no setor de energia. Em 2006 foram realizados o III Seminário Nacional, o IV Seminário Regional e 6 encontros [illegible] do Programa, com 250 participantes entre representantes de empresas fornecedoras e clientes.

Compromissos Empresariais

A CPFL Energia é signatária dos seguintes compromissos: Global Compact, Empresa [illegible] pela Integridade e Contra a Corrupção, Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), Na Mão Certa-Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias e Programa Amigo da Criança da Fundação Abrinq.

Em 2006, a CPFL Energia aderiu ao Caring for Climate, um compromisso voluntário do Pacto Global da Organização das Nações Unidas-ONU, que visa estimular o enfrentamento das mudanças climáticas.

Nesta ocasião, a CPFL Energia apresentou, ainda, como convidada, seus programas e iniciativas que contribuem para a mitigação dos impactos do aquecimento global no [illegible] encontro das empresas signatárias do Caring for Climate, realizado na ONU em [illegible].

Em [illegible], a CPFL Energia assumiu a coordenação da Comissão de Direitos Humanos e promoveu a [illegible] Reunião da Comissão de Meio Ambiente, ambas do Pacto Global.

Gestão dos Impactos Ambientais - Projetos sustentáveis de energia elétrica

As empresas do Grupo CPFL Energia desenvolvem projetos que buscam maximizar os aproveitamentos energéticos e mitigar os impactos socioambientais [illegible]

[ ] NÃO APLICÁVEL/SEM MOVIMENTAÇÃO

Empreendimentos, como Parque para o desenvolvimento sustentável e para a redução [illegible] efeito estufa.

Geração de Energia:

Pequenas Centrais Hidrelétricas-PCHs

- **Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL/ Programa de Repotenciação das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs**, com o objetivo de aumentar a [illegible] sem aumento da área inundada, a CERAN Energia concluiu os [illegible] Projetos enquadrados no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo-MDL, em plantas [illegible] que permitiu a geração e comercialização de Certificados de Redução de Emissões [illegible] Em 2008 foram gerados cerca 33.000 CERs relativos ao período [illegible] Janeiro 2007 com receita gerada de R$ mil reais.
- **Controle de Plantas Aquáticas:** desenvolvido no reservatório da UHE Monte Claro [illegible] controle e remoção de 27.560 m³ de material (correspondente a cerca de 34.2 [illegible]
- **Educação Ambiental:** o Projeto da Associação Barco Escola de Reflorestamento [illegible] patrocinado pela CERAN atendeu mais de 48 mil pessoas no ano.
- **Programa de Conservação da Ictiofauna:** soltura de 320 mil alevinos de [illegible] nativas e comuns nos rios e reservatórios das bacias hidrográficas onde [illegible] de atuação da Companhia.

Cia Energética Rio das Antas-Ceran (UHEs Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho)

- **Mecanismo de Desenvolvimento Limpo-MDL/ Cia. Energética Rio das Antas-Ceran**, com o primeiro projeto de Brasil envolvendo a geração de CERs de [illegible] a partir de usinas hidrelétricas, foi efetivada a venda de 754 mil CERs relativos [illegible] gerados pelas hidrelétricas da UHE Monte Claro no período de 2005 a 2007, [illegible] montante de US$ 5,7 milhões de euros. A Ceran vinha aguardando a emissão [illegible] Operação das UHEs Castro Alves e 14 de Julho.

Baesa – Energética Barra Grande (UHE Barra Grande)

- **Programas Socioambientais**: A Baesa executou medidas de controle de [illegible] e adequação da infraestrutura nos municípios de área de influência da UHE Barra Grande, em atendimento às Condicionantes Ambientais. Ampliou a área [illegible] e implantou mais 1.000 ha de floresta no Parque Nacional São Joaquim. Interagiu [illegible] com grupos Ambientalistas.

Enercan – Campos Novos Energia (UHE Campos Novos)

- **Programas Socioambientais:** A Enercan manteve em 2008 as ações do Plano [illegible] Conservação Ambiental, repassando recursos para o financiamento de [illegible] projetos ambientais através de Centro municípios e Unidades de Conservação [illegible]

20.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

UHE Campos Novos: Foram recebidas as primeiras parcelas dos projetos aprovados pelo Fundo de Desenvolvimento Rural, permitindo o financiamento de novos projetos.

Foz do Chapecó Energia (UHE Foz do Chapecó)

- Foz do Chapecó Energia deu início ao Programa Novo Rumo, um programa de geração de emprego e renda, voltado às famílias que não se enquadram nas alternativas de reassentamento oferecidas pela empresa, mas possuem alguma relação com as propriedades atingidas pelo empreendimento. Para manter uma relação próxima com a população foram instalados nove Centros de Referência para Atendimento da População Atingida. Nestes escritórios, as famílias têm acesso facilitado às informações sobre o empreendimento e também podem registrar reclamações e tirar dúvidas sobre suas situações particulares.

UHE Serra da Mesa

- Pelo Fórum de Desenvolvimento da Região Norte Nordeste de Goiás, iniciativa conjunta que envolve o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), o MME (Ministério de Minas e Energia), Furnas, Tractebel Energia e o Sebrae-GO (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Goiás), foram iniciados os projetos de capacitação em horticultura e piscicultura no município de Minaçu.

Distribuição de Energia:

CPFL Paulista e CPFL Piratininga

- **Projetos de P&D que geram benefícios ambientais, por eliminar, reduzir ou tratar resíduos, economizar energia e aumentar a eficiência energética.**

  A CPFL Paulista e a CPFL Piratininga deram prosseguimento ao projeto [illegible] para geração de energia elétrica a partir de resíduos de [illegible] de poda [illegible] Resíduos de Energia e Vegetação.

  A CPFL Paulista instalou mais 250 unidades de transformadores a óleo vegetal em 2008 em sua rede de distribuição. As vantagens da tecnologia utilizada nesse transformador são a menor agressividade ambiental e o aumento da vida útil do equipamento.

- **Programa de Arborização Urbana:** doação de aproximadamente 60 mil mudas a municípios de sua área de atuação.

- **Manutenção da Certificação Ambiental ISO 14.001:04:** a certificação é válida para o processo Manutenção da Rede de Distribuição Urbana de Energia Elétrica com [illegible] [illegible] distribuidoras.

- **Cadeia Reversa de Suprimentos:** [illegible]
- **As distribuidoras também mantiveram os Programas de Gerenciamento e Destino Final de Resíduos Perigosos e de Coleta Seletiva de Lixo.**

CPFL Sul Paulista e CPFL Jaguari

- **Programa de Arborização Urbana:** [illegible]

Rio Grande Energia

- **Certificação ISO 14.001:** [illegible]
- **Programa de adequação de áreas para armazenamento de transformadores:** [illegible]
- **Projeto Matas Ciliares:** [illegible]
- **Programa de obras em Subestações:** [illegible]

Reconhecimentos e Premiações

[illegible]

CPFL ENERGIA

- **Prêmio Client Leadership Award 2008 – International Finance Corporation (IFC)** - Inovação: [illegible]
- **Melhor Empresa em Governança Corporativa da América Latina** [illegible]

CIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 33.160.144/0001-73

[ ] RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- **Carta Capital 2008/TNS InterScience** - Empresa mais admirada do Setor de Investimento Fornecedores de Energia.
- **Guia Exame de Sustentabilidade 2008** – Empresa mais sustentável do setor elétrico.
- **Guia Exame/Você SA - Melhores Empresas para Você Trabalhar** - Melhor da categoria Empresas de Capital Aberto no ano.
- **Balanço Anual 2008 – Gazeta Mercantil** – Melhor empresa do setor elétrico.
- **Prêmio Expo Money 2008** – Respeito às Tradições Indicada: Serviços Públicos Concessão.
- **Gestão & RH Editora** – Entre as 100 Melhores Empresas do Indicador de Desenvolvimento Humano Organizacional (IDHO) e Destaque pela Prática de Sustentabilidade Ambiental e Governança Corporativa.
- **Prêmio Intangíveis do Brasil – Revista Presença Internacional do Brasil - PIB 2008** – Categoria - Ativo Governança Corporativa
- **Prêmio Master Cana Brasil – 2008 – Grupo Procana** - Categoria Novos Talentos Revelação 2008 - Categoria Administração e Gerenciamento em destaque.
- **XIII Prêmio Nacional da Qualidade de Vida (PNQV) – Associação Brasileira de Qualidade de Vida (ABQV)** - Categoria Empresa - Prata Qualidade de Vida

DISTRIBUIDORAS

- **CPFL Paulista**

  Prêmio Nacional da Qualidade® – PNQ 2008, da Fundação Nacional da Qualidade-FNQ

  Prêmios Abradee 2008 – Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica:

  - Melhor Distribuidora de Energia do Brasil

  Qualidade da Gestão – Nacional;

  Gestão Econômico-Financeira – Nacional;

  Gestão Operacional – Nacional;

  Responsabilidade Nacional – Nacional.

  Prêmio EASC 2008 da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL

  Melhor Distribuidora de Energia Elétrica – Região Sudeste – entre as 20 maiores em número de consumidores.

  Prêmio "Medalha Eloy Chaves" - Segurança do Trabalho – Ouro – Categoria Empresas Elétricas Concessionárias e Distribuidoras com mais de

DADOS DO CADASTRO DE ADMINISTRAÇÃO

de 2008 e previstos - em avaliação da Associação Brasileira das Companhias Abertas de Energia Elétrica (ABCE);

XVIII Prêmio FGV em Excelência Empresarial - Melhor Empresa Nacional Setor Energia Elétrica - 2008;

Prêmio Eletricidade 2008 – Revista Eletricidade Moderna:

- Melhor Distribuidora de Energia Elétrica - Nacional - Empresas Estatais

- Maior Abrangência Estadual;

- Melhor Desempenho em Operação - Nacional;

- Melhor Distribuidora de Energia Elétrica - Região Sudeste.

- **RGE**

Prêmio Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade-2008 - Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade (PGQP) - Troféu Ouro;

Prêmio Expressão Ecologia - Revista Expressão - Categoria Responsabilidade Social Empresarial e Categoria Gestão Ambiental - Troféu Ouro;

Prêmio Eletricidade 2008 – Revista Eletricidade Moderna:

Melhor Desempenho Comercial - Nacional;

Melhor Avaliação - Região Sul.

- **CPFL Santa Cruz**

Prêmio "Medalha Eloy Chaves" - Segurança do Trabalho - Troféu Ouro - Categoria Empresas Prestadoras Serviços que possuam de 101 a 200 empregados - concorrendo à premiação da ABCE;

Prêmio Agência Brasil de Segurança (ABS) - Segurança e Saúde no Trabalho e o Prêmio Top em Gestão na categoria Ouro.

- **CPFL Jaguari**

Prêmio "Medalha Eloy Chaves" - Segurança do Trabalho - Troféu Bronze - Categoria Empresas Prestadoras de Serviços que possuam de 101 a 200 empregados - concorrendo à premiação da ABCE;

Prêmio Agência Brasil de Segurança (ABS) - Segurança e Saúde no Trabalho;

Prêmio Eletricidade 2008 - Revista Eletricidade Moderna:

- Melhor Distribuidora de Energia Elétrica - Nacional - Empresas Menores - com mercado de 10 mil consumidores.

CPFL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

[illegible] ADMINISTRAÇÃO

- **CPFL Leste Paulista**

  Prêmio Agência Brasil de Segurança (ABS) – Segurança e Saúde no Trabalho.

  Prêmio Eletricidade 2008 – Revista Eletricidade Moderna:

  - Medalha [illegible] Empresas Médias – [illegible]

- **CPFL Sul Paulista**

  Prêmio Agência Brasil de Segurança (ABS) – Segurança e Saúde no Trabalho.

- **CPFL Mococa**

  Prêmio Agência Brasil de Segurança (ABS) – Segurança e Saúde no Trabalho.

  Prêmio Eletricidade 2008 – Revista Eletricidade Moderna:

  - Melhor Desempenho em Engenharia – Nacional – [illegible]

GERADORAS

- **CPFL Geração**

  Prêmio Agência Brasil de Segurança (ABS) – Segurança e Saúde no Trabalho – Empresa Top em Gestão de Segurança e Saúde.

  Prêmio Fundação Coge – Categoria Ações Ambientais – Manejo Sustentável e Preservação de Ambientes.

- **Enercan (Campos Novos Energia)**

  Prêmio Fundação Coge

  - Categoria Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho – Programa Comunidade segura.

  – Categoria Ações de Responsabilidade Social – Programa Fundo de Desenvolvimento Rural.

- **Barra (Energética Barra Grande)**

  Prêmio Empresa Amiga da Criança 2008 – Prefeitura Municipal de Aguti.

  Excelência em Gestão Sustentável 2008 – Gestão Corporativa e Sustentabilidade.

  Prêmio Fritz Müller 2008 – Fundação de Meio Ambiente – SC

  - Programa de Sustentabilidade Barra.

DURSO C CPFL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

[illegible] ATIVIDADE ADMINISTRATIVA

Prêmio Empresa Cidadã - Sesi de Segurança no Trabalho

Sesi de Qualidade no Trabalho 2008 - Gestão Corporativa e Responsabilidade Social

COMERCIALIZADORAS

- **CPFL Brasil**
  - **XVIII Prêmio FGV em Excelência Empresarial** - Melhor Demonstração Contábil e Melhor Time em 2007.
- **CPFL Serviços**

  Empresa de Excelente Performance durante a Parada Geral 2008 – Consórcio Paulista de Papel e Celulose (Compacel) - Melhores serviços prestados

DESTAQUES

- **Prêmio Executivo do Valor 2008** - Jornal Valor Econômico
- **Prêmio Ibef 2008.**
- **Prêmio "Os 10 RHs Mais Admirados do Brasil 2008".**
- **11º Prêmio Top of Mind de RH 2008.**

9. Auditores Independentes

A [illegible] foi contratada pela CPFL Energia para [illegible] serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/08 e revisão das informações trimestrais (ITR) do mesmo exercício social, em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03. Informamos que a política adotada pela CPFL Energia para contratação de serviços não relacionados à auditoria externa segue os princípios que preservam a independência do auditor, ou seja, aqueles segundo os quais o auditor não deve exercer funções gerenciais, nem advogar em defesa de interesses da sua cliente. Além disso, a política estabelece que os serviços não relacionados à auditoria externa não podem ser contratados quando [illegible] superiores a 5% do total de honorários recebidos pela [illegible] no ano.

10. Encerramento e Agradecimentos

A Administração da CPFL Energia agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da área de atuação de suas empresas controladas, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2009. Agradece ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência, empenho e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

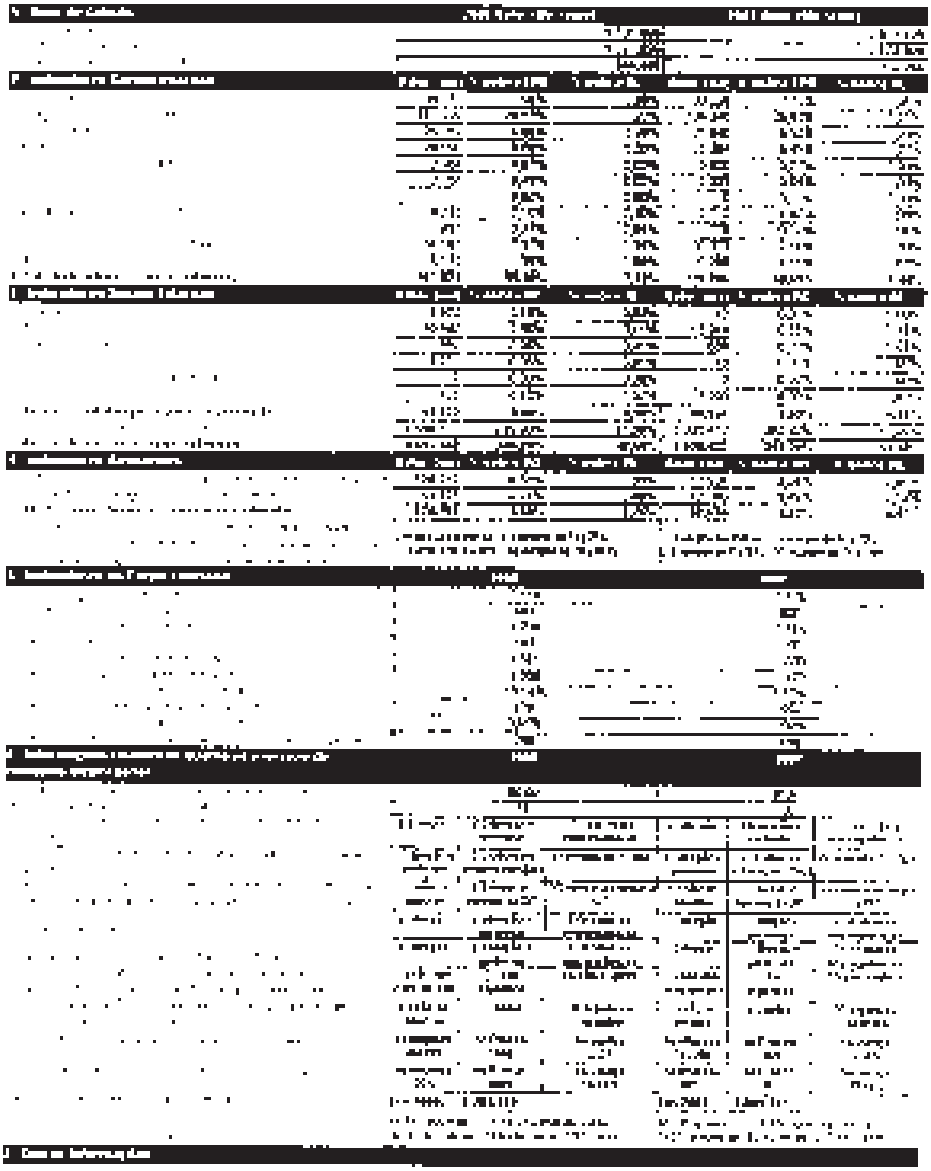
Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do grupo CPFL, por favor acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

CIGAS S/A (CPF) ENERGIA S.A. 07.425.161/0001-23

[illegible] RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

[illegible] [illegible] [illegible]

[illegible]



CPFL ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "Sociedade") é uma sociedade por ações [illegible]

[illegible]

1.1 Atividades de distribuição

Participações diretas

Companhia Paulista de Força e Luz

[illegible]

Companhia Piratininga de Força e Luz

[illegible]

Companhia Luz e Força Santa Cruz

[illegible]

01866 - CPFL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible] por período de anual de 20 anos. A Companhia detém 99,9% [illegible] da Capital [illegible] São Paulo.

Rio Grande Energia S.A.

A Rio Grande Energia S.A. (RGE) é controlada pela [illegible] que atua [illegible] concessão de [illegible] de energia elétrica [illegible] para [illegible] de distribuição de energia elétrica [illegible] 262 municípios localizados [illegible] Estado do Rio Grande do Sul, com [illegible] de [illegible] consumidores, [illegible] de municípios localizados [illegible] Estado [illegible] Sul. Possui prazo de concessão até [illegible] de 2027, podendo [illegible] por [illegible] por período de igual [illegible] 30 anos. A Companhia detém 100% [illegible] ordinárias [illegible]

Participações indiretas

Companhia Paulista de Energia Elétrica

A Companhia Paulista de Energia Elétrica (CPEE) [illegible] Paulista] é uma sociedade por ações [illegible] de [illegible] controle estatal de energia elétrica que atua [illegible] distribuição de energia [illegible] 27 municípios [illegible] São José do Rio Preto, Catanduva, Barretos, Votuporanga, [illegible] Grande e Tupaciguara, localizados no Estado de São Paulo, [illegible] a [illegible] de [illegible] consumidores. Possui prazo de concessão [illegible] até [illegible] 2045, podendo [illegible] por período adicional de 30 anos. A [illegible] CPEE, [illegible] 99,9% [illegible] ordinárias [illegible] da CPFL Leste Paulista.

Companhia Jaguari de Energia

A Companhia Jaguari de Energia (CPFL Jaguari) é uma [illegible] que [illegible] concessão para [illegible] de serviço público de energia elétrica [illegible] 34 municípios localizados no Estado de São Paulo, [illegible] a [illegible] de [illegible] consumidores. Possui prazo de concessão [illegible] até [illegible] 2045, podendo ser prorrogado por período adicional de 30 anos. A [illegible] CPFL Jaguari [illegible] 99,9% [illegible] ordinárias [illegible] da CPFL Jaguari.

Companhia Sul Paulista de Energia

A Companhia Sul Paulista de Energia (CPFL Sul Paulista) é uma sociedade [illegible] de [illegible] de [illegible] de [illegible] para [illegible] de energia elétrica que atua na [illegible] de energia [illegible] 27 municípios localizados [illegible] São Miguel Arcanjo, Sorocaba, Itapetininga, Capão Bonito e Itapeva, [illegible] Estado de São Paulo, [illegible] a [illegible] de [illegible] consumidores. Possui prazo de [illegible] até [illegible] 2045, podendo ser prorrogado por período adicional de 30 anos. A [illegible] CPFL Sul Paulista [illegible] 99,9% [illegible] ordinárias [illegible] da CPFL Jaguari.

Companhia Luz e Força Mococa

A Companhia Luz e Força Mococa (CLFM) é uma [illegible] por [illegible] de [illegible] de [illegible] de serviço público de energia elétrica [illegible] 22 municípios localizados [illegible] Mococa, [illegible] a [illegible] de [illegible] consumidores localizados no Estado de São Paulo e 5 municípios localizados no Estado de Minas Gerais. Atende [illegible] Mococa e Poços de Caldas, [illegible] aproximadamente 40 mil [illegible] rurais. Possui prazo de concessão [illegible] até [illegible] 2045, podendo ser prorrogado por período adicional de 30 anos. A [illegible] CPFL Mococa [illegible] 99,9% [illegible] ordinárias [illegible] da CPFL Mococa.

1.2 - Atividades de geração

01.083.200/0001-18 CPFL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

Item - Notas Explicativas
Participações diretas.

CPFL Geração de Energia S.A.

A CPFL Geração de Energia S.A. (CPFL Geração) foi constituída em 2004 por cisão parcial de ativos da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL Paulista) com o objetivo de concentrar os ativos de geração de energia elétrica do Grupo CPFL Energia. Em 31 de dezembro de 2009, a CPFL Geração era composta por 18 usinas hidrelétricas, com potência total instalada de 1.780,0 MW, e 04 PCHs, com potência total instalada de 118,0 MW, localizadas no Estado de São Paulo. A concessão de uma das usinas, com 2,0 MW de potência instalada, foi outorgada por período adicional de 20 anos. Possui ainda participação societária em 03 empreendimentos hidrelétricos, localizados nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina, com potência total instalada de 1.240,0 MW, sendo 1.076,0 MW de potência assegurada. Em 31 de dezembro de 2009, a CPFL Geração também detinha participação societária em 02 empreendimentos hidrelétricos em construção, localizados nos Estados de São Paulo e Santa Catarina, com potência total de 126,0 MW, sendo 104,0 MW de potência assegurada. Adicionalmente, a CPFL Geração detinha 100% das ações da Rio São Lourenço Energética S.A., que detém a concessão de uma usina hidrelétrica de 1.000 MW de potência, a ser construída no Estado do Rio de Janeiro. A concessão da usina foi outorgada em 2008 por período de 30 anos. A construção da usina foi iniciada em 2009 e a sua entrada em operação comercial está prevista para 2013. Em 31 de dezembro de 2009, a CPFL Geração detinha 100% das ações da CPFL Geração.

Participações indiretas:

CPFL Su Centrais Elétricas Ltda.

A CPFL Su Centrais Elétricas Ltda. (CPFL Su Centrais Elétricas) é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada constituída em 2007 com o objetivo de explorar a geração de energia elétrica. A CPFL Su Centrais Elétricas é detida pela CPFL Geração (49%) e pela Su Hidrelétrica (51%). Em 31 de dezembro de 2009, a CPFL Su Centrais Elétricas detinha participação societária em 07 empreendimentos hidrelétricos em construção, localizados nos Estados de São Paulo e Santa Catarina, com potência total de 142,0 MW, sendo 134,0 MW de potência assegurada. A concessão de uma das usinas, com 3,0 MW de potência instalada, foi outorgada por período adicional de 20 anos. A concessão de uma das usinas, com 1,0 MW de potência instalada, foi outorgada por período adicional de 30 anos. Possui ainda participação societária em 03 empreendimentos hidrelétricos em construção, localizados nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina, com potência total instalada de 1.240,0 MW, sendo 1.076,0 MW de potência assegurada. Em 31 de dezembro de 2009, a CPFL Geração também detinha participação societária em 02 empreendimentos hidrelétricos em construção, localizados nos Estados de São Paulo e Santa Catarina, com potência total de 126,0 MW, sendo 104,0 MW de potência assegurada. Adicionalmente, a CPFL Geração detinha 100% das ações da Rio São Lourenço Energética S.A., que detém a concessão de uma usina hidrelétrica de 1.000 MW de potência, a ser construída no Estado do Rio de Janeiro. A concessão da usina foi outorgada em 2008 por período de 30 anos. A construção da usina foi iniciada em 2009 e a sua entrada em operação comercial está prevista para 2013. Em 31 de dezembro de 2009, a CPFL Geração detinha 100% das ações da CPFL Geração.

Participações indiretas:

CPFL Su Centrais Elétricas Ltda.

A CPFL Su Centrais Elétricas Ltda. (CPFL Su Centrais Elétricas) é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada constituída em 2007 com o objetivo de explorar a geração de energia elétrica. A CPFL Su Centrais Elétricas é detida pela CPFL Geração (49%) e pela Su Hidrelétrica (51%). Em 31 de dezembro de 2009, a CPFL Su Centrais Elétricas detinha participação societária em 07 empreendimentos hidrelétricos em construção, localizados nos Estados de São Paulo e Santa Catarina, com potência total de 142,0 MW, sendo 134,0 MW de potência assegurada. A concessão de uma das usinas, com 3,0 MW de potência instalada, foi outorgada por período adicional de 20 anos. A concessão de uma das usinas, com 1,0 MW de potência instalada, foi outorgada por período adicional de 30 anos. Possui ainda participação societária em 03 empreendimentos hidrelétricos em construção, localizados nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina, com potência total instalada de 1.240,0 MW, sendo 1.076,0 MW de potência assegurada. Em 31 de dezembro de 2009, a CPFL Geração também detinha participação societária em 02 empreendimentos hidrelétricos em construção, localizados nos Estados de São Paulo e Santa Catarina, com potência total de 126,0 MW, sendo 104,0 MW de potência assegurada. Adicionalmente, a CPFL Geração detinha 100% das ações da Rio São Lourenço Energética S.A., que detém a concessão de uma usina hidrelétrica de 1.000 MW de potência, a ser construída no Estado do Rio de Janeiro. A concessão da usina foi outorgada em 2008 por período de 30 anos. A construção da usina foi iniciada em 2009 e a sua entrada em operação comercial está prevista para 2013. Em 31 de dezembro de 2009, a CPFL Geração detinha 100% das ações da CPFL Geração.

BAESA - Energética Barra Grande S.A. (controlada em conjunto)

A Baesa - Energética Barra Grande S.A. (Baesa) foi constituída com o objetivo de explorar, por 30 anos, a concessão do aproveitamento hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, no divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A usina possui potência instalada de 690 MW. As três unidades geradoras entraram em operação em 2005. A concessão se encerra em 2035, podendo ser prorrogada por mais 20 anos, a critério do Poder Concedente. A participação da CPFL Geração é detida por meio da BAESA.

Campos Novos Energia S.A. (controlada em conjunto)

A Campos Novos Energia S.A. (ENERCAN) foi constituída por cisão parcial da Caiuá Serviços, com o objetivo de explorar o Aproveitamento Hidrelétrico Campos Novos, localizado no Rio Canoas, nos Estados de Santa Catarina, mediante concessão outorgada em 1999, pelo prazo de 30 anos, com potência instalada total de 880 MW. As três unidades geradoras entraram em operação em 2007. A participação societária é detida em conjunto com a Alesta e Centrais Elétricas Brasileiras. A participação é consolidada de acordo com os critérios que o Poder Concedente estabelecer. A participação da CPFL Geração é de 48,72, conforme acordo de acionistas da ENERCAN.

CLRAN - Companhia Energética Rio das Antas (controlada em conjunto)

A Companhia Energética Rio das Antas (CERAN) é uma sociedade por propósito específico constituída com o objetivo de implantação e exploração do Aproveitamento Hidrelétrico Castro Alves, localizado no Rio das Antas, entre os Municípios de Monte Alegre dos Campos e Cotiporã, no Estado do Rio Grande do

NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible] 380 MW. [illegible] 2004 [illegible] 2036 [illegible] CPFL Geração [illegible]

Paulista Lajeado Energia S.A

[illegible]

Controladas em desenvolvimento

[illegible]

Foz do Chapecó Energia S.A. (controlada em conjunto)

[illegible]

CPFL Bioenergia S.A.

[illegible]

1.3 – Atividades de comercialização e serviços

[illegible]
Participação direta:

CPFL Comercialização Brasil S.A.

A CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil") é uma sociedade por ações de capital fechado, [illegible] comercialização de energia, a prestação de serviços [illegible] para a comercialização de energia, [illegible] para compradores e vendedores de energia elétrica e para outros [illegible] no setor de energia nacional e internacional. A CPFL Brasil [illegible] pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL [illegible] energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE [illegible] capital social da CPFL Brasil.

Participações indiretas:

Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda.

A Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda. ("CPFL Meridional") [illegible] quotas de responsabilidade limitada, [illegible] comercialização [illegible] de energia elétrica. Está autorizada pela ANEEL a atuar [illegible] comercialização de energia elétrica no âmbito da CCEE. A controlada CPFL Brasil detém [illegible] da CPFL Meridional.

CPFL Comercialização Cone Sul S.A.

A CPFL Comercialização Cone Sul S.A. ("CPFL Cone Sul") [illegible] de comercialização de energia. Está autorizada a atuar como agente [illegible] de energia elétrica no âmbito da CCEE. A controlada CPFL Brasil detém [illegible] da CPFL Cone Sul.

Sul Geradora Participações S.A.

A Sul Geradora Participações S.A. ("Sul Geradora") é uma sociedade por ações de capital fechado, [illegible] no capital de outras sociedades [illegible] A controlada CPFL Brasil detém [illegible] Sul Geradora.

CPFL Planalto Ltda.

A CPFL Planalto Ltda. ("CPFL Planalto") é uma sociedade de quotas de responsabilidade limitada [illegible] de energia. Está autorizada a atuar como agente [illegible] da CCEE. A controlada CPFL [illegible] da CPFL Planalto.

CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.

A CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. ("CPFL Serviços") [illegible] que tem como objetivo principal a fabricação, comercialização, [illegible] de equipamentos elétricos e [illegible] em geral, e a prestação de serviços [illegible]. A controlada CPFL [illegible] da CPFL Serviços.

CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.

A CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda. ("CPFL Atende") [illegible] de responsabilidade limitada, que tem por objeto a prestação de serviços de [illegible] atendimento [illegible] consumidor [illegible]

1.3 - NOTAS EXPLICATIVAS

Encontram-se em operações fluviais e alternativa gerencial - UHA. O projeto engloba a produção de 90 MW médios para as empresas participantes, proveniente da Subestação [illegible] da CPFL Atlântico.

1.4 - Outras Empresas

Parecis Participações S.A.

A Parecis Participações S.A. (Parecis) é uma sociedade por ações de capital fechado e de [illegible] participação em outras sociedades. Atualmente, a Parecis é detentora de 100% do capital social da Campolim, que é detentora de 100% do capital social da Champlax.

Champlax Participações S.A.

A Champlax Participações S.A. (Champlax) é uma sociedade por ações de capital fechado e de [illegible] participação em outras sociedades. Atualmente, a Champlax é detentora de 100% do capital social da CPFL Jaguariúna.

CPFL Jaguariúna S.A.

A CPFL Jaguariúna S.A. (CPFL Jaguariúna) é uma sociedade por ações de capital fechado, [illegible] principal objeto social de atuar como holding, participando em outras sociedades [illegible] empresas que prestam serviço público de energia elétrica, [illegible] A Parecis detém 100% do capital social da CPFL Jaguariúna.

Companhia Jaguariúna de Geração de Energia

A Companhia Jaguariúna de Geração de Energia (Jaguariúna Geração) é uma sociedade por ações de capital fechado, [illegible] atividade de exploração de geração de energia elétrica [illegible] A Jaguariúna Geração detém a Usina Hidrelétrica Jaguariúna (UHE Jaguariúna), localizada [illegible] A CPFL Jaguariúna detém 49% do capital social da Jaguariúna Geração.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, [illegible] Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, [illegible] Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), [illegible] Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras foram elaboradas [illegible] a Administração [illegible] em 31 de dezembro de 2010.

2.1 Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08

A Lei nº 11.638, publicada em 28 de dezembro de 2007, alterou, revogou e incluiu novos dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores), com o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira [illegible] Em 28 de dezembro de 2008, a Medida Provisória nº 449 foi convertida na Lei nº 11.941, que promoveu [illegible] aspectos da tributação [illegible] Essas leis [illegible] das práticas contábeis adotadas no Brasil [illegible]

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible]

[illegible]

- [illegible]
- [illegible]
- [illegible]
- [illegible]
- [illegible]
- [illegible]
- [illegible]

[illegible]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL [illegible]
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas [illegible]
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS [illegible]
[illegible]

[illegible] S.A. [illegible]

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

	[illegible]		[illegible] Líquido
	2008	2007	2007
[illegible] Lei n° 11.638/07	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible] Lei n° 11.638/07	1.275.692	1.680.777	4.932.5[illegible]

[illegible]

	2008	2007
Reclassificações realizadas		
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

2.2 Sumário das Principais Práticas Contábeis

[illegible] **Disponibilidades** - [illegible]

[illegible] **Consumidores, Concessionárias e Permissionárias** - [illegible]

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - [illegible]

[illegible] **Arrendamento Mercantil** – Operações [illegible]

[illegible] Pág. [illegible]

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible] operações de [illegible] pelo valor [illegible] presente dos pagamentos [illegible]

[illegible] das operações de [illegible] pelo valor do investimento realizado.

[illegible] diferença entre a receita [illegible] no resultado [illegible] de juros efetiva.

[illegible] pelo prazo do contrato.

[illegible] **Investimentos** – Os investimentos em controladas e coligadas com participação [illegible] ou com influência significativa em demais sociedades [illegible] são avaliados [illegible] equivalência patrimonial.

[illegible] **Imobilizado** – [illegible] benefícios [illegible] controle [illegible]

[illegible] aquisição, construção ou formação [illegible] 31 de dezembro de 1995 [illegible] depreciação [illegible] regulatória.

[illegible] **Intangível** – Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos [illegible] com essa finalidade [illegible] softwares e serviço de [illegible]

[illegible] ANEEL [illegible] intangível [illegible] direito de [illegible] e suas controladas.

[illegible] amortizados [illegible]

[illegible] **Diferido** – [illegible] período estimado de recuperação [illegible] até a sua total realização.

Redução ao valor recuperável – Os ativos imobilizados, intangíveis [illegible] anualmente [illegible] recuperável [illegible]

Atualizações de Direitos e Obrigações – Os direitos e obrigações [illegible] variação cambial, por força contratual [illegible]

1 - NOTAS EXPLICATIVAS

As notas explicativas são as partes das demonstrações financeiras destinadas a fornecer informações sobre os critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras e sobre os principais itens nelas contidos.

a) Imposto de Renda e Contribuição Social - Calculados à alíquota de 25% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre a parcela que exceder o limite de R$ 240 no exercício. A Contribuição Social sobre o Lucro é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Ambos são calculados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. Os impostos diferidos ativos e passivos são constituídos sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo e os valores contábeis, bem como sobre os saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos são constituídos com base em estimativas de lucros tributáveis futuros, fundamentadas em projeções econômicas elaboradas pela Administração da Companhia e suportadas por expectativas de rentabilidade futura.

b) Reconhecimento de Receitas - As receitas de fornecimento de energia elétrica são reconhecidas pelo regime de competência. Os valores a faturar referentes à energia fornecida e não faturada até o final do mês são estimados e registrados como receita operacional do período. As receitas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência.

c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração a análise da composição das contas a receber, a experiência histórica de perdas e a conjuntura econômica atual.

d) Ativo Financeiro da Concessão - Refere-se ao direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro durante o prazo da concessão, correspondente à parcela dos investimentos realizados em infraestrutura não amortizados ao final da concessão, que não serão ressarcidos mediante receitas auferidas durante o prazo da concessão. Esse direito é garantido pelo poder concedente mediante cláusula contratual e pela legislação específica. Os ativos financeiros da concessão são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda e mensurados pelo valor justo.

e) Ativo Intangível da Concessão - Refere-se ao direito de cobrar os usuários pelos serviços públicos prestados durante o prazo da concessão, correspondente à parcela dos investimentos realizados em infraestrutura não amortizados ao final da concessão, que serão ressarcidos mediante receitas auferidas durante o prazo da concessão. Esse direito é garantido pelo poder concedente mediante cláusula contratual e pela legislação específica. Os ativos intangíveis da concessão são classificados como ativos intangíveis e mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos bens vinculados à concessão, a partir do início da operação comercial da infraestrutura.

f) Ativo Financeiro Indenizável - Refere-se ao direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro durante o prazo da concessão, correspondente à parcela dos investimentos realizados em infraestrutura não amortizados ao final da concessão, que não serão ressarcidos mediante receitas auferidas durante o prazo da concessão. Esse direito é garantido pelo poder concedente mediante cláusula contratual e pela legislação específica. Os ativos financeiros da concessão são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda e mensurados pelo valor justo.

g) Ativo Intangível da Concessão - Refere-se ao direito de cobrar os usuários pelos serviços públicos prestados durante o prazo da concessão, correspondente à parcela dos investimentos realizados em infraestrutura não amortizados ao final da concessão, que serão ressarcidos mediante receitas auferidas durante o prazo da concessão. Esse direito é garantido pelo poder concedente mediante cláusula contratual e pela legislação específica. Os ativos intangíveis da concessão são classificados como ativos intangíveis e mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos bens vinculados à concessão, a partir do início da operação comercial da infraestrutura.

h) Ativo Financeiro Indenizável - Refere-se ao direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro durante o prazo da concessão, correspondente à parcela dos investimentos realizados em infraestrutura não amortizados ao final da concessão, que não serão ressarcidos mediante receitas auferidas durante o prazo da concessão. Esse direito é garantido pelo poder concedente mediante cláusula contratual e pela legislação específica. Os ativos financeiros da concessão são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda e mensurados pelo valor justo.

i) Ativo Intangível da Concessão - Refere-se ao direito de cobrar os usuários pelos serviços públicos prestados durante o prazo da concessão, correspondente à parcela dos investimentos realizados em infraestrutura não amortizados ao final da concessão, que serão ressarcidos mediante receitas auferidas durante o prazo da concessão. Esse direito é garantido pelo poder concedente mediante cláusula contratual e pela legislação específica. Os ativos intangíveis da concessão são classificados como ativos intangíveis e mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos bens vinculados à concessão, a partir do início da operação comercial da infraestrutura.

j) Ativo Financeiro Indenizável - Refere-se ao direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro durante o prazo da concessão, correspondente à parcela dos investimentos realizados em infraestrutura não amortizados ao final da concessão, que não serão ressarcidos mediante receitas auferidas durante o prazo da concessão. Esse direito é garantido pelo poder concedente mediante cláusula contratual e pela legislação específica. Os ativos financeiros da concessão são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda e mensurados pelo valor justo.

[illegible] CPFL ENERGIA S.A [illegible]

[illegible]

[illegible] estimativas [illegible] demonstrações financeiras. Os resultados [illegible] estimativas [illegible]

- Lucro Líquido por Ação - [illegible]

2.5 Critérios de consolidação

As demonstrações [illegible] consolidadas abrangem os saldos e transações da Sociedade [illegible] CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL [illegible] CPFL Santa Cruz, CPFL [illegible] CPFL Brasil [illegible] CPFL [illegible] Os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas [illegible]

A [illegible] demonstrações financeiras da Sociedade [illegible] CPFL Geração, CPFL Brasil e Perácio são consolidadas [illegible]

[illegible] parcela relativa aos acionistas não controladores [illegible] resultado [illegible]

[illegible]

[illegible] pela Sociedade [illegible] Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória [illegible]

[illegible] pela Sociedade, por [illegible], são [illegible] a seguir:

13 - ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

[illegible]

a) Reajuste Tarifário (RTE, Energia Livre e Parcela "A")

[illegible]

[illegible]

[illegible]

a.1) Recomposição Tarifária Extraordinária ("RTE")

[illegible]

[illegible]

[illegible]

a.2) Energia Livre

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

a.3) Parcela "A"

[illegible]

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible] RTE [illegible]

[illegible]

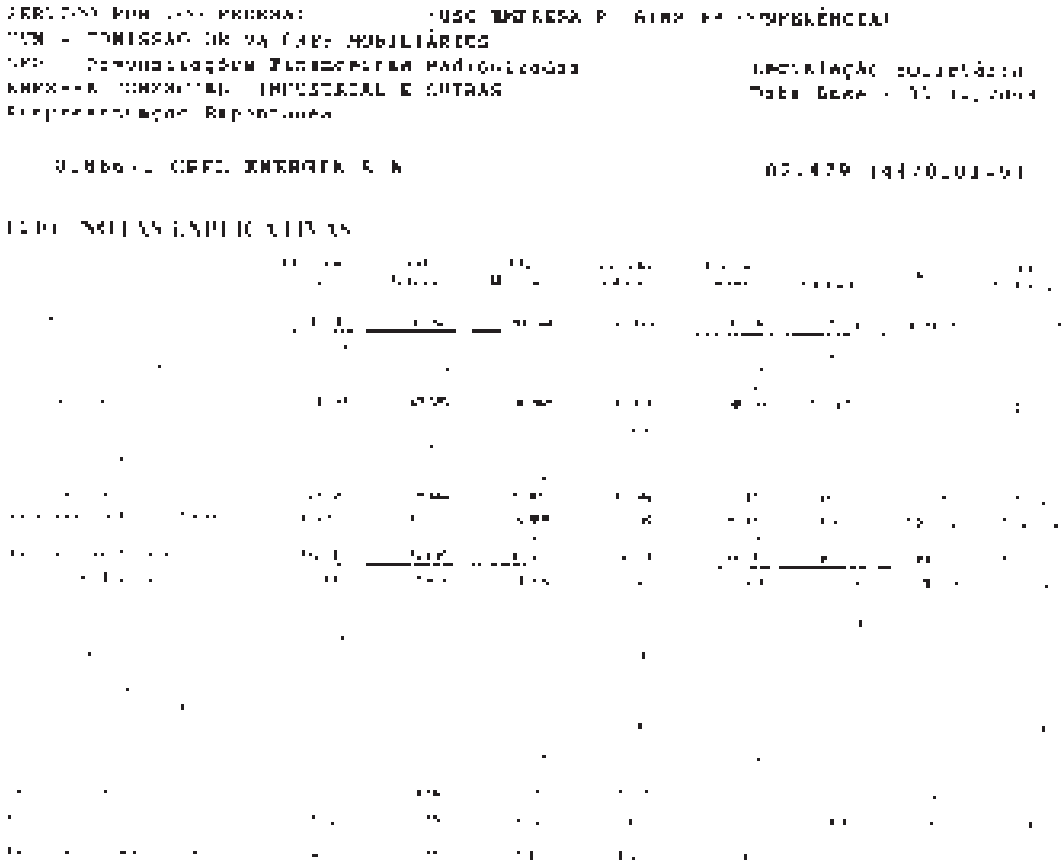
[illegible] Energia Livre e Parcela A [illegible]

		[illegible]		
	[illegible]	Ativo	Passivo	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

b) Revisão e Reajuste Tarifário

b.1) 2º Ciclo de Revisão Tarifária

A ANEEL [illegible] CPFL [illegible]



c) Componentes Financeiros

c.1) Revisão Tarifária

Item 1 CPFL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

ITEM 1 - IDENTIFICAÇÃO DE ATIVOS

A Companhia foi constituída em 2004 e registrada perante a CVM em 2005 com o objetivo de participar como acionista controladora ou não em outras sociedades. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia era controladora das seguintes companhias: CPFL Geração de Energia S.A., CPFL Jaguari de Geração de Energia S.A., CPFL Santa Cruz de Geração de Energia S.A., CPFL Serra da Mesa de Geração de Energia S.A., CPFL Centrais Eólicas de Geração de Energia S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia II S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia III S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia IV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia V S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia VI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia VII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia VIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia IX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia X S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XXI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XXII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XXIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XXIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XXV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XXVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XXVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XXVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XXIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XXX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XXXI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XXXII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XXXIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XXXIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XXXV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XXXVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XXXVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XXXVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XXXIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XL S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XLI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XLII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XLIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XLIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XLV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XLVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XLVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XLVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XLIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia L S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia LI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia LII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia LIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia LIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia LV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia LVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia LVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia LVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia LIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia LX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia LXI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia LXII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia LXIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia LXIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia LXV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia LXVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia LXVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia LXVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia LXIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia LXX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia LXXI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia LXXII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia LXXIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia LXXIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia LXXV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia LXXVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia LXXVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia LXXVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia LXXIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia LXXX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia LXXXI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia LXXXII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia LXXXIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia LXXXIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia LXXXV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia LXXXVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia LXXXVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia LXXXVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia LXXXIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XC S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XCI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XCII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XCIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XCIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XCV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XCVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XCVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XCVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia XCIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia C S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXXI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXXII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXXIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXXIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXXV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXXVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXXVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXXVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXXIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXXX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXXXI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXXXII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXXXIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXXXIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXXXV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXXXVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXXXVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXXXVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXXXIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXL S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXLI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXLII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXLIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXLIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXLV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXLVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXLVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXLVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXLIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CL S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CLI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CLII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CLIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CLIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CLV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CLVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CLVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CLVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CLIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CLX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CLXI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CLXII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CLXIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CLXIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CLXV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CLXVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CLXVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CLXVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CLXIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CLXX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CLXXI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CLXXII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CLXXIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CLXXIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CLXXV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CLXXVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CLXXVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CLXXVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CLXXIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CLXXX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CLXXXI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CLXXXII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CLXXXIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CLXXXIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CLXXXV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CLXXXVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CLXXXVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CLXXXVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CLXXXIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXC S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXCI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXCII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXCIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXCIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXCV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXCVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXCVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXCVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CXCIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CC S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXXI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXXII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXXIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXXIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXXV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXXVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXXVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXXVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXXIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXXX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXXXI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXXXII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXXXIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXXXIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXXXV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXXXVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXXXVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXXXVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXXXIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXL S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXLI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXLII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXLIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXLIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXLV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXLVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXLVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXLVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXLIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCL S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCLI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCLII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCLIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCLIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCLV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCLVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCLVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCLVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCLIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCLX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCLXI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCLXII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCLXIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCLXIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCLXV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCLXVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCLXVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCLXVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCLXIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCLXX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCLXXI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCLXXII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCLXXIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCLXXIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCLXXV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCLXXVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCLXXVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCLXXVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCLXXIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCLXXX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCLXXXI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCLXXXII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCLXXXIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCLXXXIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCLXXXV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCLXXXVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCLXXXVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCLXXXVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCLXXXIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXC S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXCI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXCII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXCIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXCIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXCV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXCVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXCVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXCVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCXCIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCC S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXXI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXXII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXXIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXXIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXXV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXXVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXXVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXXVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXXIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXXX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXXXI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXXXII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXXXIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXXXIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXXXV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXXXVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXXXVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXXXVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXXXIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXL S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXLI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXLII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXLIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXLIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXLV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXLVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXLVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXLVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXLIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCL S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCLI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCLII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCLIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCLIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCLV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCLVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCLVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCLVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCLIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCLX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCLXI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCLXII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCLXIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCLXIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCLXV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCLXVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCLXVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCLXVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCLXIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCLXX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCLXXI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCLXXII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCLXXIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCLXXIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCLXXV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCLXXVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCLXXVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCLXXVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCLXXIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCLXXX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCLXXXI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCLXXXII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCLXXXIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCLXXXIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCLXXXV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCLXXXVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCLXXXVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCLXXXVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCLXXXIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXC S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXCI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXCII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXCIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXCIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXCV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXCVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXCVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXCVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CCCXCIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CD S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXXI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXXII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXXIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXXIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXXV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXXVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXXVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXXVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXXIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXXX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXXXI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXXXII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXXXIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXXXIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXXXV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXXXVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXXXVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXXXVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXXXIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXL S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXLI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXLII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXLIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXLIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXLV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXLVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXLVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXLVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXLIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDL S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDLI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDLII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDLIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDLIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDLV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDLVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDLVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDLVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDLIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDLX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDLXI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDLXII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDLXIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDLXIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDLXV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDLXVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDLXVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDLXVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDLXIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDLXX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDLXXI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDLXXII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDLXXIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDLXXIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDLXXV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDLXXVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDLXXVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDLXXVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDLXXIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDLXXX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDLXXXI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDLXXXII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDLXXXIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDLXXXIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDLXXXV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDLXXXVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDLXXXVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDLXXXVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDLXXXIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXC S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXCI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXCII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXCIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXCIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXCV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXCVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXCVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXCVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDXCIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDC S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXXI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXXII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXXIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXXIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXXV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXXVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXXVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXXVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXXIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXXX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXXXI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXXXII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXXXIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXXXIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXXXV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXXXVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXXXVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXXXVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXXXIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXL S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXLI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXLII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXLIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXLIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXLV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXLVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXLVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXLVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXLIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCL S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCLI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCLII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCLIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCLIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCLV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCLVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCLVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCLVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCLIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCLX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCLXI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCLXII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCLXIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCLXIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCLXV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCLXVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCLXVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCLXVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCLXIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCLXX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCLXXI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCLXXII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCLXXIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCLXXIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCLXXV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCLXXVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCLXXVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCLXXVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCLXXIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCLXXX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCLXXXI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCLXXXII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCLXXXIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCLXXXIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCLXXXV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCLXXXVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCLXXXVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCLXXXVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCLXXXIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXC S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXCI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXCII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXCIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXCIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXCV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXCVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXCVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXCVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCXCIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCC S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCCI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCCII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCCIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCCIV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCCV S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCCVI S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCCVII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCCVIII S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCCIX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCCX S.A., CPFL Brasil de Geração de Energia CDCCXI S

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible] ENERGIA S.A. [illegible]

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible] ANEEL [illegible]

[illegible]

[illegible] R$ [illegible]

[illegible] CPFL [illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible] R$ [illegible]

[illegible]

[illegible] Subvenção – Baixa Renda

[illegible] Decreto [illegible]

1.01 - NATUREZA E OPERAÇÕES

[illegible]

2.01 Devolução ao Consumidor - Recalcu a IRT

[illegible]

[illegible]

[illegible]

4 DISPONIBILIDADES

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	15.702	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

5 CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

[illegible] 31 de dezembro de 2008 e de 2007 [illegible]

	Saldos [illegible]	Vencidos		Total	
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	2008	2007
[illegible]					
[illegible]					
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]					
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]

Parcelamento de Débitos de Consumidores - [illegible]

Data Base 31/12/2008

Companhia Energética do Ceará - COELCE

6 - PARTES RELACIONADAS

Operações Realizadas no COELCE - Os saldos referentes a compra e venda de energia elétrica no mercado de curto prazo, em MWh, das operações realizadas no período de novembro de 2004 a dezembro de 2008 estão sendo liquidados financeiramente pela CCEE. As operações realizadas no período de janeiro a outubro de 2004 foram liquidadas financeiramente pela NOS S.A. Os saldos a receber e a pagar decorrentes dessas operações, bem como os valores de energia comprada e vendida, estão demonstrados nas notas explicativas nº 7 e nº 20, respectivamente. Os saldos a receber e a pagar referentes a novembro de 2008 e a receber e a pagar referentes a dezembro de 2008 serão liquidados financeiramente pela CCEE em janeiro de 2009 e fevereiro de 2009, respectivamente. As operações realizadas no período de novembro de 2004 a dezembro de 2008 foram efetuadas a preços determinados pela CCEE, e as demais operações realizadas no período foram efetuadas a preços determinados pela ANEEL. Os saldos a receber e a pagar decorrentes dessas operações estão demonstrados nas notas explicativas nº 7 e nº 20, respectivamente.

Concessionárias e Permissionárias - Os saldos a receber e a pagar referentes a operações de fornecimento de energia elétrica e de uso da rede de distribuição com concessionárias e permissionárias estão demonstrados nas notas explicativas nº 7 e nº 20, respectivamente. Os saldos referem-se, principalmente, a operações com a CHESF - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, Furnas - Centrais Elétricas S.A., Eletronorte - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A., Eletrosul - Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A., Companhia Energética de Pernambuco - CELPE, Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, Companhia Energética da Paraíba - ENERGISA PB, Companhia Energética de Alagoas - CEAL, Companhia Energética do Piauí - CEPISA, Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, Companhia Paranaense de Energia - COPEL, Companhia Energética de Goiás - CELG, Companhia Energética de Brasília - CEB, Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, Companhia Energética de Santa Catarina - CELESC, Companhia Piratininga de Força e Luz - CPFL Piratininga, Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista, Companhia Jaguari de Energia - CPFL Jaguari, Companhia Leste Paulista de Energia - CPFL Leste Paulista, Companhia Luz e Força Santa Cruz - CPFL Santa Cruz, Companhia Sul Paulista de Energia - CPFL Sul Paulista, Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE, Companhia Energética do Maranhão - CEMAR, Companhia Energética do Rio Grande do Sul - CEEE, Companhia Energética de Roraima - CERR, Companhia Energética do Amapá - CEA, Companhia Energética do Amazonas - CEAM, Companhia Energética do Acre - ELETROACRE, Companhia Energética de Rondônia - CERON, Companhia Energética de Manaus - MANAUS ENERGIA, Companhia Energética de Boa Vista - BOA VISTA ENERGIA, Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, Companhia Energética da Paraíba - ENERGISA PB, Companhia Energética de Alagoas - CEAL, Companhia Energética do Piauí - CEPISA, Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, Companhia Paranaense de Energia - COPEL, Companhia Energética de Goiás - CELG, Companhia Energética de Brasília - CEB, Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, Companhia Energética de Santa Catarina - CELESC, Companhia Piratininga de Força e Luz - CPFL Piratininga, Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista, Companhia Jaguari de Energia - CPFL Jaguari, Companhia Leste Paulista de Energia - CPFL Leste Paulista, Companhia Luz e Força Santa Cruz - CPFL Santa Cruz, Companhia Sul Paulista de Energia - CPFL Sul Paulista, Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE, Companhia Energética do Maranhão - CEMAR, Companhia Energética do Rio Grande do Sul - CEEE, Companhia Energética de Roraima - CERR, Companhia Energética do Amapá - CEA, Companhia Energética do Amazonas - CEAM, Companhia Energética do Acre - ELETROACRE, Companhia Energética de Rondônia - CERON, Companhia Energética de Manaus - MANAUS ENERGIA, Companhia Energética de Boa Vista - BOA VISTA ENERGIA.

7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em atendimento à Resolução da Diretoria da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 2.028, de 30 de junho de 1993, a Companhia classificou suas aplicações financeiras em títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, conforme descrito a seguir:

a) Títulos para negociação - Títulos adquiridos com o objetivo de serem negociados ativamente e frequentemente, com o objetivo de auferir ganhos em curto prazo, decorrentes de oscilações de preços ou taxas de juros. Estão registrados pelo valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado do período.

b) Títulos disponíveis para venda - Títulos adquiridos com o objetivo de serem negociados em prazo superior a 90 dias, mas que não se enquadram como títulos para negociação ou títulos mantidos até o vencimento. Estão registrados pelo valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários.

c) Títulos mantidos até o vencimento - Títulos adquiridos com o objetivo de serem mantidos em tesouraria até o vencimento, para os quais a Companhia tem a intenção e a capacidade financeira de assim fazê-lo. Estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, os títulos e valores mobiliários estão assim demonstrados:

CIELO - CIELO S.A. 02 429 144/0001 91

4.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible]

4.01.07 - TRIBUTOS A COMPENSAR

	Consolidado		Controladora	
	2008	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]				
[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]				[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]				
[illegible]				[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]				[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]

[illegible]

4.01.08 - PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

	Consolidado
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
Saldo [illegible] de dezembro de 2007	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
Saldo [illegible] de dezembro de 2008	[illegible]

(a01) NOTAS EXPLICATIVAS

(19) DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2008	2007	2008	2007
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	137.692	202.721	99.212	42.711

(10) CREDITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1- Composição dos créditos de Contribuição Social e Imposto de Renda

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Créditos de Contribuição Social sobre				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal	24.267	16.980	329.459	337.343
Créditos de Imposto de Renda sobre				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal	101.094	73.613	1.015.475	947.191
Créditos de PIS/COFINS sobre				
[illegible]			[illegible]	
Total	125.361	89.713	1.352.960	1.284.643
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	125.361	89.713	1.352.960	1.284.643

Previsão de Recuperação

[illegible]

[illegible]

	Controladora	Consolidado
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	111.599	1.132.716

[illegible]

10.2 - Benefício Fiscal do Ágio Incorporado

[illegible]

	Consolidado			
	2008		2007	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	198.163	672.154	214.118	714.041

[illegible]

18.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis:

	Consolidado				
	2008			2007	
	CSLL	IRPJ	[illegible]	CSLL	IRPJ
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	84.563	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

10.4 - Reconciliação dos montantes de Contribuição Social e Imposto de Renda registrados nos resultados dos exercícios de 2008 e 2007.

	Controladora			
	2008		2007	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

	Consolidado			
	2008		2007	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Amortização de Intangível (ágio) - [illegible] Imposto de Renda.

Realização CMC - Refere-se à depreciação de parcela do crédito originado pela [illegible]

Crédito Fiscal Constituído - Crédito constituído na Sociedade sobre o prejuízo fiscal [illegible]

11 | OUTROS CRÉDITOS

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2008	2007	2008	2007
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	110.791	111.357	331.334	331.640

Créditos a Receber - CESP - Refere-se a créditos a receber da CESP [illegible]

Créditos a Receber - Ações BAESA - No período compreendido [illegible]

Em [illegible] de 2008 a Sociedade [illegible]

[illegible]

(12) NOTAS EXPLICATIVAS

Ajustamento Atuarial - Fundação CESP - Referem-se a substancialmente [illegible]

Obrigações, Fundos e Depósitos Vinculados - São garantias oferecidas [illegible]

Encargos Vinculados a Empréstimos em Moeda Estrangeira - São [illegible]

Serviços Prestados a Terceiros - Correspondem [illegible]

Reembolso RGR - Referem-se [illegible]

Contratos de Pré-Compra de Energia - Referem-se [illegible]

(13) INVESTIMENTOS

Total					

13.1 - Participações Societárias Permanentes por equivalência patrimonial

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible] Nota 4 foi incorporada pela controlada CPFL Santa Cruz, que a partir de [illegible] passou a ter seus resultados registrados diretamente pela Sociedade [illegible]

[illegible]

RGE

[illegible] a controlada RGE adotou como prática contábil [illegible] de ativos [illegible] Deliberação CVM nº 183 [illegible] ajustes de avaliação [illegible] RGE [illegible] 2008 [illegible] da Sociedade.

[illegible] Instrução CVM nº 247/96 a Sociedade [illegible] RGE para a realização da equivalência patrimonial [illegible] permanece ainda uma diferença [illegible] pela Sociedade e o patrimônio líquido da controlada em função das diferentes taxas de [illegible] ANEEL [illegible] A diferença de R$ 30.[illegible] em 31 de dezembro de 2008 [illegible]

CPFL Santa Cruz

[illegible] de 2008 houve o recebimento financeiro relacionado [illegible] CPFL Santa Cruz no montante de R$ [illegible] Assembleia Geral [illegible] 2008 [illegible]

Perácio, CPFL Jaguariúna e subsidiárias

[illegible] a Sociedade através da controlada Perácio [illegible] preferenciais da CPFL Jaguariúna [illegible] de R$ [illegible]

[illegible] 2008, a ANEEL [illegible] Resolução Autorizativa [illegible] controlada CPFL Jaguariúna [illegible] CPFL Jaguariúna [illegible] subsidiárias CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL [illegible] CPFL Serviços, CPFL Planalto e [illegible] Geração [illegible] Sociedade [illegible] redução de capital nas subsidiárias CPFL Santa Cruz [illegible]

12.1 - NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible]

12.2 – Juros sobre o Capital Próprio ("JCP") e Dividendo:

	Controladora					
	Dividendo		JCP		Total	
Descrição	2008	2007	2008	2007	2008	2007
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

12.3 – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC

[illegible]

12.4 – Participações Societárias pelo Custo

[illegible]

12.5 – Ágio

[illegible]

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

(13) IMOBILIZADO

[illegible]

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible] ANEEL. A ANEEL [illegible]

[illegible]

Bens Arrendados – [illegible]

Imobilizado em Curso – [illegible] COPEL Geração.

[illegible]

Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão – Representam [illegible]

Outorga da Concessão – [illegible]

[illegible]				
TOTAL	51.585	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible]

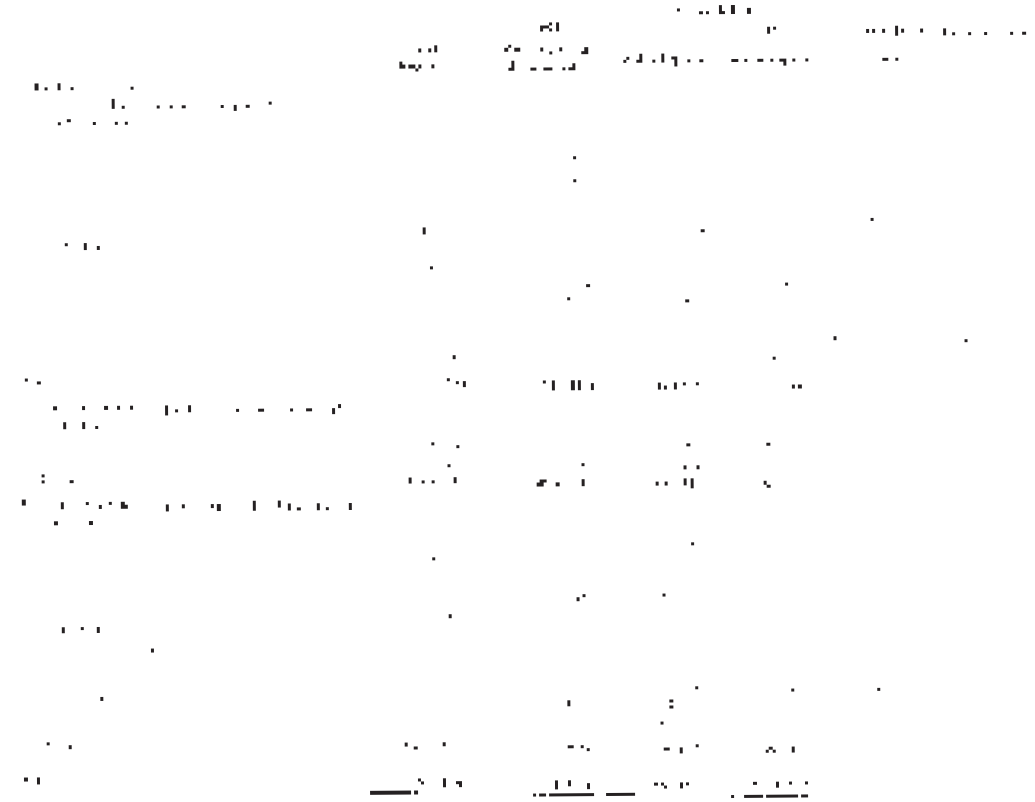
Ao dispor da Redução ao Valor Recuperável de Ativos

[illegible]

| 10 | INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	980	6.412	2.730.136	2.655.479

14 * Composição do Intangível de Concessão



1 - Razão Social da Companhia Aberta
CPFL ENERGIA S.A.
2 - CNPJ
33.453.598/0001-23

3 - NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible]

- Intangível - Concessão

[illegible]

- Intangível adquirido não incorporada

[illegible]

- Intangível adquirido já incorporado - Decorrente

[illegible]

- Intangível adquirido já incorporado - Recomposto

[illegible]

- Intangível - Outros

[illegible]

[illegible]

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

14.2 Análise do Valor de Recuperação

[illegible] CPC 01 Redução ao Valor Recuperável de Ativos [illegible] unidade geradora [illegible]

[illegible]

[illegible]

- [illegible]
- [illegible]
- [illegible]

[illegible]

(15) FORNECEDORES

	Consolidado	
Circulante	2008	2007
[illegible]	32.320	11.196
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	902.346	567.954
Não Circulante		
[illegible]	-	220
[illegible]	85.311	-
	85.311	220

[illegible]

(16) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

[illegible]

Data/Hora de Requisição: [illegible]

CIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE

14 - NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible]

[illegible]

[illegible]

Principais captações

Mesma Natureza

BNDES – Investimento FINEM II (CPFL Paulista) – A controlada CPFL Paulista celebrou contrato de financiamento com o BNDES, em junho de 2003, no montante de R$ 150.000 mil, para financiar parte do Programa de Investimentos 2003-2005 da Companhia. Os recursos destinam-se à expansão e modernização do sistema elétrico da controlada, incluindo a construção de novas subestações e linhas de transmissão. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2007 atualizado monetariamente totalizava R$ [illegible].

[illegible]

1 CNPJ 02.998.301/0001-81 2 DENOMINAÇÃO SOCIAL CPFL ENERGIA S.A.

[101] NOTAS EXPLICATIVAS

BNDES Investimento FINEM IV (CPFL Paulista) - A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2008 no montante de R$ 340.000, que faz parte de um limite de crédito no FINEM, a ser aplicado na expansão e modernização do Sistema Elétrico. A primeira liberação foi no valor de R$ 170.000 e o saldo remanescente de R$ 340.000 será liberado conforme cronograma de desembolso até o ano de 2009. Os juros serão pagos trimestralmente a partir de janeiro de 2010 e o principal será amortizado em vinte parcelas trimestrais.

BNDES – Investimento FINEM IV – (RGE) A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2008 no montante de R$ 250.000 que faz parte de um limite de crédito no FINEM, a ser aplicado na expansão e modernização do Sistema Elétrico. A primeira liberação foi no valor de R$ 80.000 e o saldo remanescente de R$ 170.000 será liberado conforme cronograma de desembolso até o ano de 2009. Os juros serão pagos trimestralmente a partir de janeiro de 2010 e o principal será amortizado em vinte parcelas trimestrais.

BNDES – Investimento FINEM II (CPFL Piratininga) - A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2007 no montante de R$ 84.227 que faz parte de um limite de crédito no FINEM, a ser aplicado na expansão e modernização do Sistema Elétrico. Foi liberado o valor total de R$ 84.227 em 15 de setembro de 2007. Os juros serão pagos trimestralmente a partir de janeiro de 2008.

BNDES – Investimento FINEM III (CPFL Piratininga) - A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2008 no montante de R$ 150.000 que faz parte de um limite de crédito no FINEM, a ser aplicado na expansão e modernização do Sistema Elétrico. Foi liberado o valor total de R$ 84.900 e o saldo remanescente de R$ 65.100 será liberado conforme cronograma de desembolso até o ano de 2009. Os juros serão pagos trimestralmente a partir de 31 de dezembro de 2009 e o saldo de 1/7 no período de 2010 será pago trimestralmente.

BNDES – Investimento (CERAN) - Durante 2008 foram concluídas as obras de implantação da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Ceran do BNDES. Destinado ao financiamento de empreendimentos de fonte alternativa de energia, no montante de R$ 21.527.145,53 proporcional à participação da CPFL. Foram liberados desembolsos de R$ 4.160 (R$ 2.867 proporcional à participação da CPFL). As parcelas serão pagas trimestralmente a partir de 2009. O principal deverá ser pago em 60 parcelas trimestrais a partir de 2010.

BNDES – Investimento (Paz do Chapecó) - Durante 2008 foram concluídas as obras de implantação da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Paz do Chapecó. Destinado ao financiamento de empreendimentos de fonte alternativa de energia, no montante de R$ 1.000.836 proporcional à participação da CPFL. Foram liberados desembolsos de R$ 1.000.836 proporcional à participação da CPFL. As parcelas serão pagas trimestralmente a partir de 2009. O principal deverá ser pago em 60 parcelas trimestrais a partir de 2010.

Inst Lucros Financeiras (CPFL Santa Cruz) - A controlada obteve empréstimo junto ao Banco Bradesco no valor de R$ 20.000, com vencimento em 2011. Sobre o valor incidem juros de 100% do CDI mais spread de 1,5% ao ano.

Instr Lucros Financeiras (CPFL Geração) - Referem-se a um empréstimo em moeda nacional junto ao Banco Bradesco no valor de R$ 100.000, com vencimento em 2011. Sobre o valor incidem juros de 100% do CDI mais spread de 1,5% ao ano.

[illegible]

Instituições Financeiras (CERAN) [illegible]

Moeda Estrangeira

Instituições Financeiras (CPFL Piratininga) [illegible]

Instituições Financeiras (CPFL Geração) [illegible]

[illegible]

Vencimento	Consolidado
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]

[illegible]

	Variação acumulada em %		% de dívida	
Indexador	2008	2007	2008	2007
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
			100,00	100,00

[illegible]

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

BNDES:

[illegible] BNDES [illegible] CPFL [illegible] CPFL [illegible] pagamento de Dividendos [illegible] BNDES [illegible] operação [illegible] de determinados índices financeiros [illegible]

CPFL Paulista

- [illegible] EBITDA [illegible]
- [illegible] 2004 [illegible]

CPFL Piratininga

- [illegible] EBITDA [illegible] 2005 [illegible] anos subsequentes [illegible]
- [illegible] endividamento [illegible] 2004 [illegible] anos subsequentes [illegible]

RGE

BNDES – FINEM I

- [illegible] EBITDA [illegible]
- [illegible]

BNDES – FINEM IV

- [illegible] EBITDA [illegible] 2,5
- [illegible] endividamento financeiro [illegible]

CPFL Geração

[illegible] BNDES [illegible] ENERCAN [illegible] BAESA [illegible] CERAN [illegible] Foz do Chapecó [illegible] restrições ao pagamento de dividendos [illegible] CPFL Geração [illegible] BNDES [illegible]

[illegible] ENERCAN [illegible] BNDES [illegible] financeiro [illegible] obrigações [illegible] ENERCAN [illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

17) DEBÊNTURES

[illegible]

[illegible]

[illegible] debêntures [illegible] prazo [illegible]

Vencimento	Consolidado
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
TOTAL	[illegible]

CPFL Piratininga

[illegible] 2009 [illegible] CPFL Piratininga [illegible] Conselho de Administração [illegible] 28 de setembro de 2009 [illegible] ações [illegible] 106,45% [illegible] Banco do Brasil [illegible]

RGE

[illegible]

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

[illegible]

CPFL Energia

- [illegible] EBITDA [illegible] 3,75 vezes [illegible]
- [illegible] EBITDA [illegible] 2,25 vezes

CPFL Paulista

- [illegible] EBITDA [illegible]
- [illegible] EBITDA [illegible] 2,25 [illegible]

CPFL Piratininga

- [illegible] EBITDA [illegible]

[illegible]

- [illegible] EBITDA [illegible]

RGE

- [illegible] EBITDA [illegible] menor ou igual a [illegible]
- EBITDA [illegible] Despesas Financeiras [illegible] maior ou igual a [illegible]
- [illegible] Capitalização Total [illegible] menor ou igual a [illegible]

BAESA

[illegible] controlada [illegible] BAESA [illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible] | ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

[illegible] CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Geração [illegible] Fundação CESP [illegible] Fundação CEEE de Seguridade Social [illegible] BB Previdência – Fundo de Pensão Banco do Brasil [illegible]

[illegible] – CPFL Paulista

[illegible] CPFL Paulista [illegible] Plano de Benefício [illegible]

[illegible] Benefício Definido (BD) [illegible] Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS) [illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible] Benefício Definido [illegible]

[illegible]

II - CPFL Piratininga

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

20.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible] de 1997, através de instrumento Contratual de ajuste de reservas [illegible] Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. [illegible] CESP [illegible] 2005 [illegible] CPFL [illegible] Fundação CESP em [illegible] de janeiro de 2008 [illegible] 15 parcelas [illegible] de novembro de 2007 [illegible] de maio de 2008 [illegible] SPC [illegible] Deliberação CVM [illegible] 31 de dezembro de 2008 é de R$ 163.807 (R$ 145.9[illegible] [illegible]).

III - RGE

[illegible] Presidente [illegible] ELETROCEEE [illegible] CEEE para RGE.

IV - CPFL Santa Cruz

[illegible] CPFL Santa Cruz [illegible] de novembro de 2007 [illegible] CPFL Santa Cruz [illegible] contribuição definida.

V - CPFL Geração

[illegible] CPFL Geração [illegible] Plano de Benefícios [illegible]

[illegible] Plano Previdenciário em outubro de 1997 [illegible] CPFL [illegible] Fundação CESP [illegible] CPFL [illegible] Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008 [illegible] 226 [illegible] 15 parcelas [illegible] de 2007 [illegible] SPC [illegible] 31 de dezembro de 2008 é de R$ 14.237 (R$ [illegible]) [illegible] 2007.

[illegible]

V – CPFL Jaguariúna

[illegible] 2005 [illegible] Fundo de Pensão [illegible]

VII – Movimentações dos planos de benefício definido

[illegible]

[illegible]

[illegible]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL — USO EMPRESA [illegible]

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas — Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS — Data-Base - [illegible]

Reapresentação Espontânea

[illegible] CPFL ENERGIA S.A. — 02.429.144/0001-93

[illegible]

	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Geração	Consolidado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

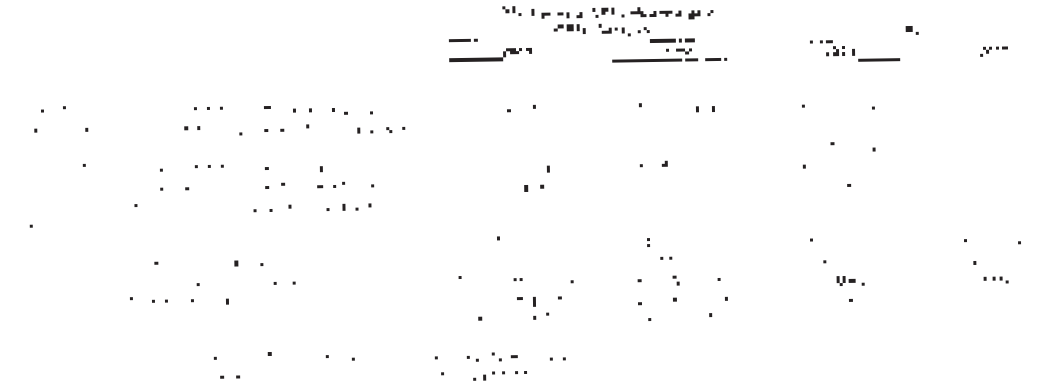
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Geração	Consolidado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible]

BANCO O GLOBO EMPRESA S.A. 33.423.[illegible]/0001-93

7.01.01 - NOTAS EXPLICATIVAS



(19) - TAXAS REGULAMENTARES

	Consolidado	
	2008	2007
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	94.054	88.606

(20) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

(21) PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

[illegible]

	Consolidado					
	[illegible]	Ajustes	Provisões	Pagamentos	Atualização Monetária	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Provisão para Contingências	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible]

- **Trabalhistas** - [illegible]

[illegible]

- **Danos Pessoais** - [illegible]

Majoração Tarifária - [illegible]

[illegible]

[illegible]

Energia Comprada – [illegible] ANEEL [illegible]

FINSOCIAL – [illegible] FINSOCIAL [illegible]

PIS e COFINS – JCP – [illegible] PIS e COFINS [illegible]

Imposto de Renda – [illegible] CPFL [illegible] CSLL [illegible] IRPJ [illegible] Secretaria da Receita Federal [illegible] PETRO/CLLL

[illegible] CPFL [illegible] Fundação CESP [illegible]

Fiscais Outras – [illegible] INSS [illegible]

Perdas possíveis – [illegible]

[illegible]

TIRAS O CIVIL FEDERATA S.A. 05.459.101/0001-01

(22) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2016	2015	2016	2015
Total	524.858	427.224	257.154	218.482

Consumidores e Concessionárias - As contas com consumidores referem-se [illegible] e concessionárias [illegible] Programa de Desenvolvimento [illegible] Programas de Eficiência Energética [illegible] Programas de Pesquisa e Desenvolvimento [illegible]

Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento - As contas [illegible] Programas de Eficiência Energética [illegible] Programas de Pesquisa e Desenvolvimento [illegible]

Adiantamentos - Nos [illegible] adiantamentos [illegible] Programa de Desenvolvimento [illegible] Programa de Eficiência Energética [illegible] Programa de Pesquisa e Desenvolvimento [illegible]

Juros sobre Empréstimo Compulsório - Referem-se [illegible]

(23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

[illegible]

		Quantidade de ações		
	2008		2007	
Acionistas	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	479.910.938	100,00	479.910.938	100,00

23.1 Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

	Controladora	
	2008	2007
Calculado		
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Calculado	622.442	710.189
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	421	445
Total	622.863	710.634

[illegible]

[illegible]

23.2 Destinação do Lucro Líquido do Exercício

[illegible]

[illegible]

Lucro Líquido do Exercício - Controladora	1.275.602
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
Lucro Líquido Base para Destinação	1.201.621
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]

(21) RECEITA OPERACIONAL

[illegible]

[illegible]

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

25 - CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

[illegible]

	2009	2008	2009	2008
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible] 2009 [illegible]

(26) DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado 2008	Consolidado 2007	Controladora 2008	Controladora 2007
Despesas com Vendas				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Despesas Gerais e Administrativas				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Outras Despesas Operacionais				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible] "Outras" de Despesas com Vendas [illegible] R$ 188.756 em 2007 conforme comentado na nota [illegible]

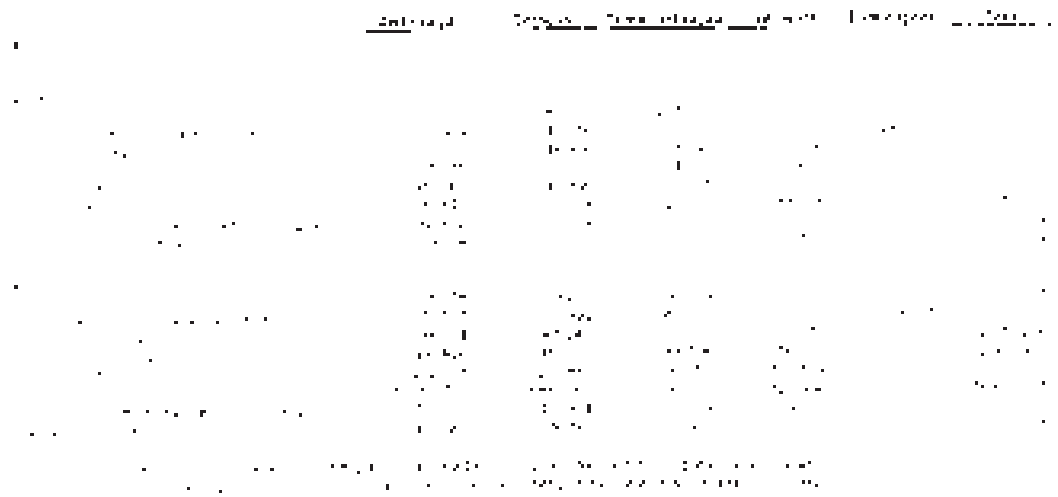
| 27 | RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Receitas				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
Total	225 255	212 915	462 574	390 [illegible]
Despesas				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]				[illegible]
Total	(74 846)	(76 632)	(876 995)	(784 850)
Resultado Financeiro Líquido	150 409	136 286	(414 221)	(394 847)

| 28 | PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

[illegible]

(29) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO



(30) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

[illegible]

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible]

[illegible]

[illegible]

1. **Saldo Bancário e Aplicação Financeira** – [illegible]

2. **Empréstimos, Debêntures e Derivativos** – [illegible]

3. **Outras Operações Financeiras** – [illegible]

4. **Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviços** – [illegible]

5. **Venda de energia no mercado livre** – [illegible]

6. **Suprimento de energia no mercado livre** – [illegible]

7. **Outras Receitas** – [illegible]

[illegible]

11 — NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible] ANEEL

[illegible]

13.1) SEGUROS (*)

[illegible]

(*) [illegible]

18.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

32 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como:

[illegible]

Empréstimos e recebíveis

[illegible]

[illegible]

Mensurados ao valor justo contra resultado

[illegible]

[illegible]

Mantidos até o vencimento

[illegible]

[illegible]

Disponíveis para venda

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible] registradas pelos respectivos valores justos [illegible]

[illegible]

[illegible] mensurados ao valor justo por meio do resultado [illegible]

[illegible] (nota 17) [illegible] outras contas a pagar (nota [illegible]).

Considerações sobre Riscos

[illegible] ANEEL.

[illegible]

Risco de Taxa de Câmbio: [illegible] moeda estrangeira. [illegible]

Risco de Taxa de Juros: [illegible] SELIC [illegible]

Risco de Crédito: [illegible]

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

Risco quanto à Escassez de Energia: [illegible]

Risco de Aceleração de Dívidas: A Sociedade e suas controladas [illegible]

Gerenciamento de Riscos dos Instrumentos Financeiros

[illegible]

[illegible]

Valorização dos Instrumentos Financeiros

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible] mensurados ao valor justo [illegible] de mercado [illegible]

	Controladora			
	2008		2007	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

	Consolidado			
	2008		2007	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	(5.659.473)	(5.498.507)	(5.211.859)	(5.722.536)

Instrumentos Derivativos

[illegible] a Sociedade e suas controladas possuem [illegible] de proteção [illegible] especulativos [illegible] derivativos. A Sociedade e suas controladas possuem hedge cambial em [illegible] pela Sociedade e suas controladas [illegible] Uma vez que grande parte dos derivativos [illegible] valor justo [illegible] a Sociedade e suas controladas [illegible] com instrumentos derivativos.

[illegible] 2008, a Sociedade [illegible]

[illegible]

[illegible]

Empresa	Derivativos*	Dívidas	Líquida
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	(73.885)	61.627	(12.258)

[illegible]

[illegible]

[illegible] NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible]

Efeitos da adoção inicial do CPC 14 Instrumentos Financeiros

[illegible] CPC 14 Instrumentos Financeiros [illegible] Sociedade [illegible] dos instrumentos derivativos [illegible] retrospectiva. Os ajustes efetuados [illegible]

Empresa	[illegible]	Crédito	[illegible]	Débito	[illegible]	Total
	[illegible]	55.352	(11.544)	7.409	[illegible]	[illegible]

Outras exposições cambiais

[illegible] ENERCAN não possui [illegible] R$ 105.567 junto ao BID e BNDES [illegible]

[illegible] CPFL [illegible] R$ [illegible]

Análise de Sensibilidade

[illegible] CVM [illegible] Sociedade [illegible]

[illegible] Pág

[illegible]

Variação cambial

[illegible]

	Consolidado				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

Variação das taxas de juros

[illegible]

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

(33) EVENTOS SUBSEQUENTES

34.1 Reajuste tarifário

[illegible]

	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

	Reposicionamento Econômico		Fator Xe	
	Provisório	Final	Provisório	Final
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

34.2 Atualização do controle acionário

[illegible]

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIZ ANIBAL DE LIMA FERNANDES
Presidente

CECILIA MENDES GARCEZ SIQUEIRA
Vice-Presidente

ANA DOLORES MOURA CARNEIRO DE NOVAES
CARLOS ALBERTO CARDOSO MOREIRA
FRANCISCO CAPRINO NETO

FLAVIO CARNEIRO DE REZENDE
MILTON LUCIANO DOS SANTOS

DIRETORIA

WILSON P. FERREIRA JUNIOR
Diretor Presidente

WILSON P. FERREIRA JUNIOR
[illegible]

JOSE ANTONIO DE ALMEIDA FILIPPO
[illegible]

JOSE MARCOS CHAVES DE MELO
[illegible]

HELIO VIANA PEREIRA
[illegible]

PAULO CEZAR COELHO TAVARES
[illegible]

MIGUEL NORMANDO ABDALLA SAAD
[illegible]

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

ANTONIO CARLOS BASSALO
[illegible]

SERGIO LUIZ FELICE
[illegible]

PARECER DO CONSELHO FISCAL

[illegible]

São Paulo, 16 de fevereiro de 2009

[illegible]

- Demonstrações Financeiras da Garantidora Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2007 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO DOS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

018564-0	CPFL ENERGIA S.A	33.453.598/0001-23

01.02 - SEDE

04547-909	São Paulo			SP
DDD	Telefone 1	Telefone 2	Telefone 3	Telex
011	3755-8213	-	-	

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

José Antonio de Almeida Filippo

13088-902	Campinas			SP
DDD	Telefone 1	Telefone 2	Telefone 3	Telex
019	3755-8754	-	-	
DDD	Telefone 1	Telefone 2	Telefone 3	Telex
019	3756-3777			

01.04 - REFERÊNCIA E AUDITOR

1º Último	01/01/2007	31/12/2007
2º Penúltimo	01/01/2006	31/12/2006
3º Antepenúltimo	01/01/2005	31/12/2005

Parecer de Ressalva	Sem
Auditor Externo	CNPJ 57.755.217/0002-29

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01866-0	[illegible]	[illegible]

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

	1	2	3
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2005
Do Capital Integralizado			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Em Tesouraria			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

[illegible]

Empresa Comercial, Industrial e Outras

[illegible]

Operacional

[illegible]

Privada Nacional

[illegible]

[illegible] Empresa com Part. Estrangeira Relevante

[illegible]

Controle de Participações Societárias Relevante

[illegible]

Total

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
01	[illegible]	31/12/2007	Dividendos	[illegible]	[illegible]
02	[illegible]	[illegible]	Dividendos	[illegible]	[illegible]

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

[illegible]	[illegible]
21/02/2008	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

01.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01864-0	CELTE ENERGIA S.A.	33.[illegible]/0001-35

01.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01864-0	[illegible]	[illegible]

01.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	=	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	=	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	=	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	=	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	=	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	=	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	=	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	=	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	=	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	=	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	=	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	=	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	=	[illegible]	[illegible]

SERVIÇO PUBLICO FEDERAL
CVM - COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS
Reapresentação Espontânea

Data-Base - 31/12/2007

Grupo de Contas

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]

02.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

760

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

30.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

DFP - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008 (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

762

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01864-0	CELTE ENERGIA S.A.	33.[illegible]/0001-35

07.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

07.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01864-0	CELTE ENERGIA S.A.	33.442.164/0001-05

07.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

2	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01/01/2018	[illegible]	[illegible]

01.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01864-0	[illegible]	[illegible]

02.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Parecer dos auditores independentes

Aos Acionistas e Administradores da
CPFL Energia S.A.
Campinas - SP

1 Examinamos o balanço patrimonial da CPFL Energia S.A. e do seu patrimônio líquido e das suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2007 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, preparados sob a responsabilidade da sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2 As demonstrações contábeis da controlada indireta CPFL Geração de Energia S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, incluídas nos valores relativos a investimentos em controladas, que representam 3% do total do ativo em 31 de janeiro de 2008 e os resultados de suas operações, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer, emitido sem ressalvas em 12 de janeiro de 2008, foi-nos fornecido. A CPFL Energia S.A. detém ainda participação na RGE S.A., investida da Companhia Paulista de Força e Luz, avaliada pelo método de equivalência patrimonial, que gerou um valor de equivalência patrimonial negativo em 31 de dezembro de 2007 e saldo desse investimento de R$ 131.331 mil, e o resultado de equivalência patrimonial desse investimento negativo no exercício de R$ 3.944 mil. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis do exercício findo naquela data, no que se refere aos saldos desses investimentos e aos resultados de equivalência patrimonial, está fundamentada nos pareceres dos auditores independentes da RGE S.A. e da Companhia Paulista de Força e Luz.

01856-0 CPFL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

1240 - PARECER DE REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

1. Revisamos as mutações nas contas de investimento mantidas pela CPFL Geração de Energia S.A. (anteriormente denominada CPFL Energy Brasil S.A.) e suas controladas em 31 de dezembro de 2007, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para fins de reconhecimento de equivalência patrimonial em 31 de janeiro de 2008, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa revisão incluiu as demonstrações financeiras da CPFL Geração de Energia S.A. (anteriormente denominada CPFL Energy Brasil S.A.) e suas controladas em 31 de dezembro de 2007, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e sobre as quais emitimos parecer de auditoria sem ressalva datado de 29 de janeiro de 2008. As demonstrações financeiras da CPFL Geração de Energia S.A. foram preparadas para fins de reconhecimento de equivalência patrimonial em 31 de janeiro de 2008 e não foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 18 - Investimento em Coligada e em Controlada. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão especial para empresas de capital aberto, que incluíram: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da Companhia e de suas controladas; (b) a execução de procedimentos de revisão analítica e outros procedimentos de revisão das informações contábeis, substancialmente menores em escopo que uma auditoria de acordo com as normas de auditoria, aplicados com base nos julgamentos profissionais dos auditores; e (c) a avaliação das premissas e critérios utilizados na elaboração das mutações das contas de investimento. Nossa revisão abrangeu também o exame, em bases testadas, das informações contábeis subjacentes às demonstrações financeiras consolidadas.

2. Nossa revisão foi efetuada com o objetivo de emitir parecer sobre as mutações das contas de investimento mantidas pela CPFL Geração de Energia S.A. (anteriormente denominada CPFL Energy Brasil S.A.) e suas controladas em 31 de dezembro de 2007, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para fins de reconhecimento de equivalência patrimonial em 31 de janeiro de 2008. Em nossa opinião, as mutações das contas de investimento mantidas pela CPFL Geração de Energia S.A. (anteriormente denominada CPFL Energy Brasil S.A.) e suas controladas em 31 de dezembro de 2007, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para fins de reconhecimento de equivalência patrimonial em 31 de janeiro de 2008, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3. Em nossa opinião, as informações contidas nos pareceres emitidos pelos nossos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Geração de Energia S.A. (anteriormente denominada CPFL Energy Brasil S.A.) e suas controladas em 31 de dezembro de 2007, preparadas para fins de reconhecimento de equivalência patrimonial em 31 de janeiro de 2008, foram adequadamente consideradas na elaboração das mutações das contas de investimento mantidas pela CPFL Geração de Energia S.A. (anteriormente denominada CPFL Energy Brasil S.A.) e suas controladas em 31 de dezembro de 2007, preparadas para fins de reconhecimento de equivalência patrimonial em 31 de janeiro de 2008, e que as práticas contábeis adotadas no Brasil foram aplicadas de forma consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2007.

Campinas, 29 de janeiro de 2008

KPMG Auditores Independentes

12.01 - PARECER DE AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

- Nosso exame foi efetuado com o objetivo de formar opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, acima identificadas. As informações contábeis da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, que demonstram ativo total representando 2,4% do ativo consolidado dessa Companhia e suas controladas, 2,0% do patrimônio líquido consolidado e 3,1% da receita líquida consolidada do exercício findo em 31 de dezembro de 2007, foram auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório foi apresentado para nós e nossa opinião, no que se refere aos montantes incluídos para essa Companhia, baseou-se exclusivamente no relatório desses outros auditores independentes. Examinamos também as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, apresentadas para fins comparativos, cujos relatórios de auditoria, datados de 23 de fevereiro de 2007, foram emitidos sem ressalvas.

- Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3, a partir de 1º de janeiro de 2007, as concessionárias passaram a ser remuneradas pelo valor justo da infraestrutura construída ou melhorada durante a fase de construção ou melhoria, em contrapartida ao ativo intangível ou ativo financeiro, de acordo com a natureza do direito de cobrança. Anteriormente, a receita e o custo de construção eram reconhecidos pelo valor de custo. Essa alteração de prática contábil, aprovada pela Resolução nº 1.055 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, foi aplicada de forma prospectiva, conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, aprovado pela Deliberação CVM nº 506, de 27 de setembro de 2006. Assim, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2006 não foram reapresentadas e, portanto, não estão sendo comparadas com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

- As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 foram reexaminadas para fins comparativos, tendo sido examinadas por outros auditores independentes que, sobre elas, emitiram seu relatório, em 23 de fevereiro de 2007, contendo ênfase quanto à alteração, em caráter prospectivo, do percentual de ativo financeiro e ativo intangível de 50% da receita de construção para 100% a partir de 1º de janeiro de 2007, em função da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e da Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e do despacho nº 2.060 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, de 22 de outubro de 2007, que aprovou os valores homologados na revisão tarifária da Companhia ocorrida em 30 de outubro de 2006 e que determinou o percentual de 100% para ativo financeiro e ativo intangível.

Curitiba, 19 de fevereiro de 2008

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6

Carlos Alberto Ebner
Contador CRC PR-025869/O-0

Relatório da Administração

Senhores Acionistas

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Energia S.A. (CPFL Energia) submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2007. Todas as comparações realizadas neste Relatório levam em consideração dados consolidados em relação ao mesmo período de 2006, exceto quando especificado em contrário.

1. Considerações Iniciais

O ano de 2007 foi especial na história do grupo CPFL Energia. Se inaugurou, a CPFL Paulista, empresa que deu origem ao grupo, completou 95 anos de fundação e 10 anos desde a sua privatização, em 1997. A holding CPFL Energia, que completou 5 anos de atuação e três desde a abertura de capital no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e na Bolsa de Valores de Nova York (Nyse) (ADRs Nível III), alcançou avanços importantes no exercício, reafirmando sua competência para implementar o plano de negócios definido, que tem como objetivo principal criar valor de forma consistente e sustentada para seus acionistas. Os resultados foram expressivos: a Receita Bruta alcançou R$ 14.207 milhões com crescimento de 16,2%, o que reflete, principalmente, a expansão de 12,4% nas vendas de energia elétrica na área de concessão das distribuidoras e o aumento, no período, de 48,1% na potência instalada de geração de energia do grupo. O EBITDA de R$ 3.345 milhões foi 13,9% superior ao de 2006. O Lucro Líquido foi recorde, alcançando R$ 1.643 milhões, 17,0% acima do valor registrado em 2006.

10.01 - ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO

Esses resultados se devem principalmente à disciplina demonstrada na implementação de cada etapa da estratégia de crescimento, à seletividade nos investimentos realizados, à busca permanente por padrões de excelência na gestão dos processos corporativos e operacionais em empresas controladas, ao comprometimento com a qualidade dos serviços prestados, à satisfação das expectativas de seus clientes e aos diferenciais demonstrados em áreas de negócio expostas à livre competição.

Com esses diferenciais, o grupo avançou, em 2007, de forma consistente na estratégia de ampliação dos negócios. Foram adquiridos os ativos da CMS Energy Brasil (cuja razão social foi alterada para CPFL Jaguariúna S.A.), que compreende quatro distribuidoras, duas comercializadoras, ativos de geração totalizando 87,0 MW correspondentes a 9 PCHs e a participação na UHE Luiz Eduardo Magalhães (UHE Lajeado). A controlada CPFL Paulista ampliou seu portfólio de clientes por meio da aquisição dos ativos da Certa, cooperativa de eletrificação rural da região de Franca, dentro de sua área de concessão.

As aquisições fortaleceram o posicionamento estratégico da CPFL Energia no mercado. No segmento de distribuição, com vendas de 35.245 GWh e crescimento de 10,9% sobre 2006, o grupo atingiu a liderança do mercado, com 6,3 milhões de clientes e participação de 13,8% de todo o mercado brasileiro de distribuição. Nesse segmento, a área de atuação passou para 568 municípios, em quatro dos mais importantes Estados brasileiros: São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais.

No competitivo segmento de comercialização, as vendas de energia para clientes livres e por meio de contratos bilaterais alcançaram 6.953 GWh, com market share nacional de 25%, além de uma participação crescente nas vendas de serviços de valor agregados para grandes clientes.

No segmento de geração, a mais dos aquisições relatadas, a CPFL Geração concluiu a construção de UHE Centrais Novas, a terceira grande usina hidrelétrica em operação, das seis hidrelétricas previstas até 2010. Com isso, a CPFL Geração atingiu 1.901 MW de potência instalada, que, somada aos 87 MW correspondentes à CPFL Jaguariúna, totalizaram 1.988 MW de potência instalada de geração no grupo, o que representa crescimento de 46% em relação à 2006. Em 2008, está previsto o início de operação

01856-0 CPFL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

comercial das UHEs Castro Alves (130 MW) e 14 de Julho (100 MW). Em 2008, entrará em operação a UHE Foz do Chapecó (855 MW), em construção no Sul do País, totalizando 2.174 MW de capacidade instalada. Destaca-se a aprovação de financiamento, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, no valor total de R$ 1,7 bilhão, para a UHE Foz do Chapecó, com enquadramento nos novos critérios de financiamento estabelecidos pelo Banco.

No ano, as diretrizes adotadas na gestão econômico-financeira do grupo CPFL mostraram resultados efetivos, o que permitiu a melhoria do perfil de endividamento, com redução do custo da dívida de 13,4% a.a. (em 2006) para 12,1% a.a. (em 2007), mesmo considerando o aumento da dívida financeira, ocorrido em razão do investimento em aquisições e da captação de financiamento para a construção da UHE Foz do Chapecó.

As estratégias de negócios diferenciadas e o desempenho da Companhia em 2007, podem ser medidos pela valorização e carteira de suas ações nas Bolsas de Valores de São Paulo e de Nova York, refletindo a confiança e a credibilidade conquistadas no mercado. O aumento do volume diário de negociação das ações da CPFL Energia na Bovespa, em 2006 e 2007, resultou em sua inclusão no Índice Brasil 50 (IBrX50) e no Índice Bovespa (Ibovespa), respectivamente, em janeiro e maio de 2007.

Com atuação fundamentada em diretrizes sólidas de Governança Corporativa e gestão orientada pelos critérios da excelência e da responsabilidade na condução dos negócios, a CPFL Energia também é carteira de importantes reconhecimentos. Pelo terceiro ano consecutivo, suas ações foram incluídas no Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE, da Bovespa, que destaca empresas que incorporam a gestão permanente e integrada dos aspectos econômicos, sociais e ambientais em seus processos de negócios.

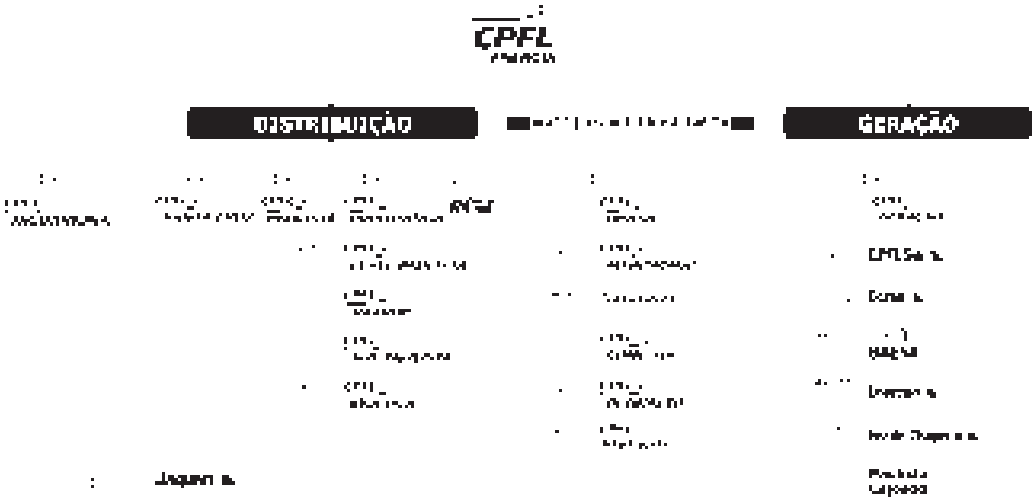
Esse reconhecimento também foi confirmado com a inclusão da CPFL Energia, pela quinta vez, como "Empresa Modelo", no Guia Exame de Sustentabilidade 2007, e como destaque, pela sexta vez, no Guia Exame/Você S.A. "Melhores Empresas para se Trabalhar no Brasil". O grupo também obteve destaque em pesquisa realizada pela revista Carta Capital, como uma das empresas mais admiradas do Brasil.

[340] - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

As ações desenvolvidas e os resultados obtidos em 2007 reafirmam a competitividade do grupo CPFL Energia com a criação de valor para os seus acionistas, por meio do crescimento sustentado dos negócios.

ORGANOGRAMA SOsocietário *(Simplificado)*

A CPFL Energia atua como holding, participando no capital de outras sociedades:



Para mais informações sobre investimentos em sociedades controladas, veja a Nota Explicativa nº 1 das Demonstrações Financeiras.

2. Comentário sobre a Conjuntura

AMBIENTE MACROECONÔMICO

A economia brasileira mostrou maior dinamismo em 2007. A taxa de investimento no setor produtivo apresentou saldo positivo e o Produto Interno Bruto (PIB) superou a média de crescimento dos cinco anos. A demanda interna ganhou novo impulso, favorecida pela queda nos índices de desemprego, pelo aumento da renda dos trabalhadores e pela expansão do crédito, mesmo a taxa de juros básica se mantendo em patamares elevados. O Brasil demonstrou maior resistência às ondas de crise na economia internacional, ocorridas no último trimestre do ano, sinalizando uma perspectiva otimista para o cenário macroeconômico em 2008, com expansão da atividade econômica e novos investimentos do setor público.

AMBIENTE REGULATÓRIO

O ano foi marcado pela consolidação do ambiente regulatório, representado pelo conjunto de atos normativos da ANEEL. Nesse contexto, merece destaque a metodologia que vigorará no 2º ciclo de revisão tarifária das distribuidoras, definida por meio da publicação da Resolução Normativa ANEEL nº 234/06. Essa resolução será aprimorada a partir das contribuições recebidas via AP nº 052/07, com previsão de conclusão em 2008. Adicionalmente, a regulamentação das condições gerais para a incorporação das redes particulares (Resolução ANEEL nº 229) permitirá a regularização dos ativos dos sistemas envolvidos, além de propiciar um serviço com melhores padrões de qualidade e eficiência.

Com a revogação da Portaria DNAEE nº 05/1990, que estabelecia a participação financeira do consumidor para novas ligações, substituída pela Resolução ANEEL nº 223/03, em decorrência da Lei nº 10.438/2002, foi dada uma nova sistemática, que implicará na devolução aos participações aos consumidores ligados a partir de

13.01 - ALTERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO
novembro de 2002. A regra dessas devoluções foi estabelecida na Resolução Nº 250/2007, com prazo de um ano para a sua efetivação.

Finalmente, com a Resolução Normativa ANEEL nº 285/07, foram aprovadas as regras de comercialização de energia elétrica oriunda de fontes incentivadas para consumidores com cargas superiores a 500 KW, previstas na Resolução Normativa ANEEL nº 247/06. Com isso, surgiram novas oportunidades para atuar no segmento de comercialização, cujos resultados serão observados no mercado livre de energia nos próximos anos.

ALTERAÇÕES DE NATUREZA SOCIETÁRIA

Reorganização Societária da Rio Grande Energia-RGE

- **Descruzamento Societário da RGE:** em atendimento à Resolução Autorizativa ANEEL nº 305/05, foi concluído, com aprovação em Assembléia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 31 de março de 2007, o processo de reorganização societária, considerando a segregação da participação societária da CPFL Paulista na RGE, passando a CPFL Energia a deter, de forma indireta, por intermédio da CPFL Serra Ltda. (CPFL Serra), 99,76% da RGE.
- **Incorporação da CPFL Serra pela RGE:** a Assembléia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 18 de setembro de 2007, aprovou a incorporação da CPFL Serra pela RGE, que a sucedeu em todos os seus direitos e obrigações.
- **Migração dos acionistas minoritários da RGE para a CPFL Energia:** a Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 19 de dezembro de 2007, aprovou a incorporação das ações dos acionistas minoritários da RGE pela CPFL Energia, que passou a deter 100% do capital da RGE.

Outras Reorganizações Societárias realizadas em 2007

- Incorporação da Sinerma S.A. e da CPFL Centrais Elétricas S.A. pela CPFL Geração;

13.01 - ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

- Incorporação da Nova 4 Participações Ltda. pela CPFL Santa Cruz, que resultou na participação direta da CPFL Energia no capital da CPFL Santa Cruz

Alienação de Participação na empresa Energias do Brasil

Em janeiro de 2007, a CPFL Energia vendeu a participação que detinha no capital da Energias do Brasil (ENBR3). O valor líquido de venda foi de R$ 2,6 milhões.

Para mais detalhes sobre as reorganizações societárias, veja a Nota Explicativa nº 12 das Demonstrações Financeiras.

TARIFAS E PREÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA

Segmento de Distribuição

Reajuste Tarifário Anual-RTA 2007

Foram aprovados os seguintes percentuais de Reajuste Tarifário Anual (RTA) para as empresas do grupo CPFL:

- **Em fevereiro de 2007** - CPFL Santa Cruz (5,71%); CPFL Jaguari (1,66%), CPFL Sul Paulista (5,53%), CPFL Leste Paulista (3,31%) e CPFL Mococa (9,51%);
- **Em abril de 2007** - CPFL Paulista (7,06%) e RGE (6,05%).

Em 2007, a CPFL Piratininga passou pelo segundo ciclo de revisão tarifária, conforme detalhado a seguir.

Segundo Ciclo de Revisão Tarifária

- Em 22 de outubro de 2007, por meio da Resolução Homologatória nº 553, a ANEEL estabeleceu o resultado provisório da segunda revisão tarifária da CPFL Piratininga, com vigência a partir de 23 de outubro de 2007. As tarifas de energia da CPFL Piratininga foram reajustadas em 15,11%, dos quais 10,54% relativos ao reposicionamento tarifário e 0,83% relativos aos componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica.

10.01 - ALTERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

- Em 29 de janeiro de 2008, a ANEEL, na 8ª reunião da segunda revisão tarifária, estabeleceu, em caráter provisório, as tarifas das concessões CPFL Santa Cruz, CPFL Jaguari, CPFL Sul Paulista, CPFL Leste Paulista e CPFL Mococa, relativas ao reposicionamento tarifário e aos componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica.

  CPFL Santa Cruz: reajustes de +7,12%, das quais +9,73% relativos ao reposicionamento tarifário e -2,60% relativos aos componentes financeiros;

  CPFL Jaguari: reajustes de +1,58%, dos quais +0,35% relativos ao reposicionamento tarifário e +1,23% relativos aos componentes financeiros;

  CPFL Sul Paulista: reajustes de +2,07%, dos quais +2,55% relativos ao reposicionamento tarifário e -0,58% relativos aos componentes financeiros;

  CPFL Leste Paulista: reajustes de +1,02%, dos quais +2,06% relativos ao reposicionamento tarifário e -1,04% relativos aos componentes financeiros;

  CPFL Mococa: reajustes de +5,00%, dos quais +8,40% relativos ao reposicionamento tarifário e -3,40% relativos aos componentes financeiros.

A CPFL Paulista e a RGE passarão pelo segundo ciclo de revisão tarifária em abril de 2008.

Para mais detalhes sobre o 2º Ciclo de Revisão Tarifária, veja a Nota Explicativa nº 34 das Demonstrações Financeiras.

Segmento de Geração

Os contratos de venda de energia relativos às geradoras contêm cláusulas específicas de reajuste, tendo como principal indexador a variação anual medida pelo IGP-M.

3. Desempenho Operacional

VENDAS DE ENERGIA

Vendas na Área de Concessão das Distribuidoras

Em 2007, as vendas na área de concessão, realizadas através do segmento de distribuição, totalizaram 46.479 GWh, um aumento de 12,4% se comparado a 2006, devido principalmente às aquisições de 32,7% da RGE, da CPFL Santa Cruz e das distribuidoras controladas pela CPFL Jaguariúna. Desconsiderando o efeito destas aquisições, o aumento seria de 6,0%.

Vendas na Área de Concessão - GWh			
	2007	2006	Var.
Mercado Cativo	35.245	31.778	10,9%
TUSD	11.230	9.585	17,2%
Total	**46.476**	**41.363**	**12,4%**

As vendas para o mercado cativo totalizaram 35.245 GWh, com aumento de 10,9%, devido ao crescimento orgânico na área de concessão das distribuidoras, bem como às aquisições no período. Com a exclusão desse efeito, o crescimento teria sido de 3,3%.

A quantidade de energia, em GWh, correspondente ao consumo dos clientes livres na área de atuação das distribuidoras, faturados por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), atingiu 11.230 GWh, com aumento de 17,2%.

Vendas no Mercado Cativo

No mercado cativo, destaca-se o crescimento das classes residencial (13,5%), industrial (4,9%) e comercial (12,5%), que juntas, representam 61,2% do total consumido pelos clientes

Mercado Cativo - GWh			
	2007	2006	Var.
Residencial	10.700	9.429	13,5%
Industrial	11.401	10.862	4,9%
Comercial	6.437	5.724	12,5%
Rural	2.511	1.966	27,7%
Outros	4.130	3.717	11,1%
Total Cativo	**35.245**	**31.778**	**10,9%**

ITEM - ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO
cativos das distribuidoras do grupo. Desconsiderando-se o efeito das aquisições no período, o desempenho das vendas seria

- **Classes Residencial e Comercial:** aumento de 6,9% em ambas as classes. O desempenho da classe comercial foi favorecido pela expansão da massa salarial e pelo aumento de oferta de crédito, com a redução da taxa de juros e o alongamento dos prazos dos financiamentos. Esses efeitos, combinados com a redução dos preços de eletrodomésticos, permitiram a expansão do consumo da classe residencial. As altas temperaturas registradas nas áreas de concessão das distribuidoras do grupo também contribuíram para o desempenho dessas classes.
- **Classe Industrial:** redução de 2,0%, devido, principalmente, à migração de clientes cativos para o mercado livre. Embora o fluxo de clientes para o mercado livre tenha desacelerado em 2007, a migração ocorreu com maior intensidade entre os chamados "clientes especiais" que têm demanda contratada acima de 500 kW e estão qualificados para adquirir energia elétrica de fontes alternativas de geração, como biomassa e PCHs. Em geral, essas fontes alternativas recebem incentivos, como descontos no pagamento de TUSD, e tornam-se atrativas para essa faixa de clientes. Portanto, a migração de "clientes especiais" para o mercado de fontes incentivadas não representa aumento de consumo no mercado livre, uma vez que esses clientes não são considerados propriamente livres, e geram impacto financeiro nas distribuidoras, pelo desconto de TUSD, compensado nas revisões e reajustes tarifários das distribuidoras.

Vendas no Mercado Livre

As vendas no mercado livre, realizadas através da negociação de contratos bilaterais, alcançaram 9.951 GWh, com redução de 4,1%. Essa queda deve-se ao fato de que deixou de ser considerada a venda de energia da CPFL Brasil para a RGE, incorporada em sua totalidade ao grupo CPFL Energia em junho de 2006, e à redução das vendas em contratos de curto prazo.

Vendas Mercado Livre - GWh			
	2007	2006	Var.
Mercado Livre	9.951	9.335	4,1%

Versão : 1 Pág. 51

DMPL - MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Para mais detalhes referentes à venda de energia elétrica (venda em R$, em GWh, por classe de consumo e número de consumidores), veja a Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras.

DESEMPENHO OPERACIONAL NO SEGMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

As distribuidoras do grupo CPFL Energia atuam com o objetivo de aumentar a eficiência de suas operações e de prestar serviços de qualidade diferenciada para satisfazer às expectativas de seus clientes. Para isso, investem permanentemente em seu sistema elétrico e nos sistemas que lhes dão suporte, de forma a poder dar condições necessárias à preservação de padrões elevados de continuidade e confiabilidade de fornecimento de energia, mesmo em situações adversas de operação.

Qualidade do Fornecimento de Energia

Para o aperfeiçoamento permanente da qualidade do fornecimento, as distribuidoras do grupo CPFL Energia desenvolvem iniciativas e ações que buscam ampliar e automatizar o sistema elétrico e aumentar a eficiência na logística dos serviços de rede, para assegurar agilidade, confiabilidade e flexibilidade operacional. As distribuidoras disponibilizam canais diversificados de atendimento aos clientes e realizam intensos programas de inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos. Também mantêm programas de capacitação e desenvolvimento profissional e investem na modernização dos sistemas e da infra-estrutura de suporte às operações.

Os resultados destas ações estão refletidos nos indicadores de qualidade de fornecimento (DEC, que mede a duração equivalente de interrupções por cliente, no ano, e FEC, que mede a duração equivalente de interrupções por cliente, no ano) registrados pelas distribuidoras do grupo CPFL Energia, em 2007, conforme tabela a seguir:

INDICADOR	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Santa Cruz	CPFL Jaguari	CPFL Sul Paulista	CPFL Leste Paulista	CPFL Mococa
DEC [illegible]	9,88	9,79	10,90	8,33	9,88	9,01	7,93	9,88
FEC [illegible]	5,88	5,83	7,94	5,86	5,33	7,90	5,85	4,86

10.01 - MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Perdas Comerciais

As distribuidoras do grupo possuem um trabalho permanente de combate às perdas comerciais em suas respectivas áreas de atuação, que abrange, principalmente, a inspeção de unidades consumidoras e a verificação e substituição de medidores obsoletos ou avariados. Em 2007, as distribuidoras realizaram 580 mil inspeções, que resultaram na recuperação de 41,6 GWh, correspondentes à receita de R$ 145 milhões.

Universalização dos Serviços

As distribuidoras CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Santa Cruz, CPFL Jaguari, CPFL Sul Paulista, CPFL Leste Paulista e CPFL Mococa possuem seus mercados integralmente universalizados.

Na RGE foram ligados 6.043 novos clientes em 2007. Para 2008, estão previstos investimentos que permitirão a ligação de aproximadamente 5 mil novos clientes, atingindo 103% da meta de universalização do mercado da distribuidora.

Integração das Distribuidoras

A CPFL Energia também obteve avanços expressivos na implementação dos Planos de Integração das empresas adquiridas entre 2006 e 2007, que têm o objetivo de assegurar a criação de valor ao acionista e a sustentabilidade dos negócios, por meio da implantação de diretrizes de governança corporativa e do modelo de gestão orientado pelos critérios da excelência e da responsabilidade empresarial, adotados pelas empresas do grupo.

DESEMPENHO OPERACIONAL NO SEGMENTO DE GERAÇÃO

A energia disponibilizada para comercialização pela CPFL Geração corresponde à Energia Assegurada de cada Usina Hidrelétrica, considerando a proporção da participação acionária detida pela empresa. Em 2007, a Energia Assegurada, proveniente das usinas hidrelétricas do grupo CPFL Energia, alcançou 800 MWmédios.

10.01 - ALTERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

com aumento de 40,1% sobre os 3.71 MW médios do exercício anterior. Este crescimento é decorrente da entrada em operação da UHE Campos Novos, da aquisição de ativos de geração que fazem parte da CPFL Jaguariúna e da conclusão do projeto de repotenciação da Pequena Central Hidrelétrica-PCH Gavião Peixoto.

No exercício, o índice consolidado de disponibilidade de máquinas das usinas do grupo foi de 92%, superior aos 84% de 2006.

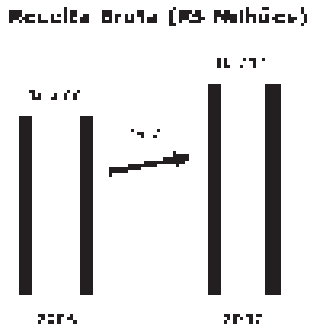
Em 2008, com a entrada em operação das Hidrelétricas Castro Alves e 14 de Julho e das PCHs Capão Preto e Chibarro, a Energia Assegurada pelas usinas do grupo deverá alcançar 850 MWmédios. Em 2010, quando está prevista a conclusão da construção da UHE Foz do Chapecó, a Energia Assegurada das usinas do grupo irá alcançar 1.082 MWmédios.

4. Desempenho Econômico-Financeiro

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas Auditadas.

Receita Operacional

A receita operacional bruta atingiu R$ 14.207 milhões, o que significou crescimento de 10,2% (R$ 1.580 milhões).



Os principais fatores que contribuíram para a evolução da receita bruta foram:

i) Crescimento de 12,4% nas vendas de energia elétrica na área de concessão; e

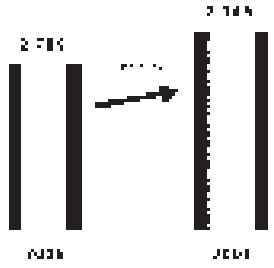
ii) Reajuste das tarifas das distribuidoras, conforme comentado anteriormente no item Tarifas e Preços da Energia Elétrica.

10.01 - ALTERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

A receita bruta foi, ainda, impactada positivamente, no montante de R$ 159 milhões, pelos ajustes de Passivo de Energia Livre. Em 2007, em função do término do prazo estipulado para a recuperação da RTE e do recesso aos geradores de energia livre, foi efetuada a baixa do passivo contra a receita operacional, conforme orientação da ANEEL. É importante ressaltar que o mesmo montante foi registrado no Custo/Despesa Operacional, em função da baixa do Ativo de mesma natureza.

Geração Operacional de Caixa — EBITDA

A análise a seguir exclui o ajuste citado no item anterior, relacionado a Energia Livre, o qual não impacta o lucro líquido e o EBITDA da Companhia.



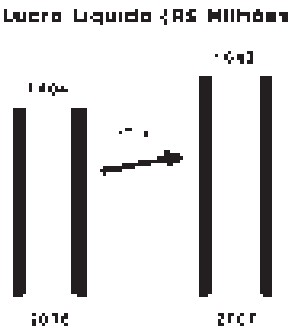
A Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, alcançou R$ 1.345 milhões em 2007, com crescimento de 19,9% em relação a 2006 (R$ 550 milhões). Este resultado reflete, principalmente, o aumento de 16,5% na Receita Líquida (R$ 1.309 milhões), que compensou os aumentos de 13,9% no Custo com Energia Elétrica (R$ 502 milhões) e de 10,8% no Custo/Despesa Operacional (R$ 116 milhões), excluindo-se os gastos com Previdência Privada, Depreciação e Amortização.

O EBITDA é calculado a partir da soma do lucro, impostos, resultado financeiro, depreciação/amortização e participação de previdência privada, além dos ajustes referentes ao item extraordinário.

13.01 - ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO

Lucro Líquido do Exercício

A CPFL Energia alcançou, em 2007, Lucro Líquido de R$ 1.643 milhões, com crescimento de 17,0% (R$ 239 milhões). Esse resultado é decorrente, em especial, dos seguintes fatores:



i) Aumento de 19,9% (R$ 356 milhões) no EBITDA;

ii) Aumento de 77,6% (R$ 225 milhões) nas despesas financeiras líquidas, das quais R$ 132 milhões decorrem do ganho não recorrente em 2006, no processo julgado a favor das controladas, referente ao PIS e Cofins pagos sobre a amortização e base de cálculo;

iii) Aumento de 12,6% (R$ 94 milhões) no Imposto de Renda e na Contribuição Social.

No exercício, o lucro líquido por ação foi de R$ 3,42.

Dividendos

A Administração propõe a distribuição de R$ 1.561 milhões em dividendos, o que equivale a 95% do Lucro Líquido do Exercício, de R$ 3,25 por ação. Com isso, a Companhia superou a distribuição mínima de 50% do Lucro Líquido, prevista em sua política de dividendos.

Endividamento

O endividamento da Companhia (considerando dívida financeira e derivativos), no final de 2007, atingiu R$ 6.429 milhões, com aumento de 22,5%. Apesar da elevação da dívida financeira em valores nominais, seu custo médio teve redução de 13,4% a.a. em 2006, para 12,1% a.a., em 2007, em função da redução da taxa de juros (be C), de 13,0% a.a. para 11,8% a.a., e da TJLP (de 7,87% a.a. para 6,98% a.a.), acumuladas no ano.

10.01 - ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO

O aumento do endividamento decorre, principalmente, de captações para cobrir os investimentos na expansão dos negócios de geração e distribuição e para aquisições.

As principais movimentações no período foram:

- Captações (BNDES e outras instituições financeiras) para a CPFL Paulista, CPFL Piratininga, RGE, CPFL Brasil, CPFL Geração e Projetos de Geração, totalizando R$ 1.447 milhões;
- Emissão de debêntures pela CPFL Energia, no montante de R$ 450 milhões, para aquisição da CMS Energy Brasil S.A. (CPFL Jaguariúna);
- Emissão de debêntures da RGE (R$ 390 milhões), com entrada efetiva de recursos no montante de R$ 100 milhões;
- Amortizações (BNDES e outras instituições financeiras) realizadas pela CPFL Energia, CPFL Paulista, CPFL Piratininga, RGE, CPFL Geração e Projetos de Geração, totalizando R$ 545 milhões.

Para mais detalhes referentes ao endividamento ver Notas Explicativas nº 15 e 16 das Demonstrações Financeiras.

Inadimplência

No segmento de distribuição de energia elétrica, as distribuidoras do grupo mantiveram as ações de cobrança dos débitos de clientes inadimplentes e obteve redução nos índices de inadimplência. O índice médio ponderado de inadimplência das oito distribuidoras do grupo é de 1,49% sobre sua Receita Bruta.

Vale ressaltar que nos segmentos de geração e comercialização de energia, no exercício, a inadimplência foi praticamente nula.

5. Investimentos

Em 2007, a grupo CPFL Energia investiu R$ 1.345 milhões, em linha com a estratégia de ampliação e fortalecimento da participação do grupo no mercado brasileiro de energia elétrica. Foram aplicados R$ 859 milhões na expansão dos negócios, abrangendo a construção de usinas hidrelétricas, a repotenciação de pequenas centrais hidrelétricas e a ampliação e reforço do sistema elétrico para atender ao expressivo crescimento de mercado das concessionárias. A CPFL Energia, por meio de sociedades controladas, também investiu R$ 416 milhões em aquisições de empresas e ativos elétricos. Foram, ainda, aplicados recursos de R$ 210 milhões em melhoramentos no sistema elétrico, na logística de operações e nos sistemas e infra-estrutura de suporte às operações, nos diversos segmentos de negócio. As comercializadoras do grupo responderam por investimentos de R$ 8 milhões, enquanto que outros R$ 11 milhões referem-se a outros investimentos.

INVESTIMENTOS NOS SEGMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA

Distribuição de Energia

Nesse segmento, os investimentos totalizaram R$ 677 milhões. Desse montante, R$ 414 milhões foram destinados à ampliação e ao reforço do sistema elétrico, para atender à expressiva crescimento do mercado, tanto nas vendas de energia quanto no número de clientes (167 mil), registrado pelas nove distribuidoras no exercício. Foram, ainda, destinados R$ 255 milhões em melhorias e na manutenção do sistema elétrico, em infra-estrutura operacional, na modernização dos sistemas de suporte à gestão e operação, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

10.01 - ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO
Destacamos os novos sistemas em implantação nas distribuidoras do grupo:

- **Sistema de Gestão Comercial – CCS**: em implantação na CPFL Paulista e CPFL Piratininga, permitirá o aprimoramento da base de clientes e dos processos de atendimento, faturamento, arrecadação, cobrança, contabilização, gestão de perdas e informações gerenciais, e proporcionará reflexos positivos na qualidade dos serviços prestados aos clientes e na eficiência das operações. A conclusão está prevista para 2008.
- **Gerenciamento Integrado do Sistema de Distribuição – GISD**: já implantado na CPFL Paulista e em implantação na CPFL Piratininga e na RGE. O sistema, a partir de uma plataforma de dados georreferenciados, permite a racionalização dos trabalhos de campo nos ativos elétricos e ganhos de eficiência na gestão dos processos de engenharia e operação da rede, com reflexo na qualidade do planejamento da expansão do sistema e do atendimento às demandas dos clientes das distribuidoras. Na CPFL Piratininga, foi concluída a primeira das três etapas de implantação do projeto, que compreende a construção da base georreferenciada e a capacitação dos usuários do sistema. As demais etapas serão concluídas até 2009. Na RGE, em 2007, foram iniciados os trabalhos de modelagem e preparação para a implantação, que deverá ser concluída em 2009.

Geração de Energia

Os investimentos, no total de R$ 445 milhões, concentraram-se nos empreendimentos em construção: Complexo Ceran (UHEs Castro Alves e 14 de Julho), UHE Foz do Chapecó e UHE Campos Novos (concluída em 1º trim. de 2007) e nas repotenciações das PCHs Davi da Poente, Chibarro e Capão Preto.

A seguir, o estágio das Obras das Usinas Hidrelétricas em construção, em 31 de dezembro de 2007:

- **UHEs Castro Alves (130 MW) e 14 de Julho (100 MW)**: Obras Civis, 95,4%; Fornecimento de Equipamentos, 89,6%; Montagem Eletromecânica, 75,1%; Ações Ambientais, 91,8%. A entrada em operação comercial da UHE Castro Alves está

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

prevista para o primeiro trimestre de 2008 e, da UHE 14 de Julho, para o quarto trimestre de 2008. As parcelas de energia das usinas correspondentes à participação de 65% detida pela CPFL Geração possuem contratos de compra e venda de energia, com as empresas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Brasil, aprovados pela ANEEL.

- **UHE Foz do Chapecó (855 MW):** Concluídos 22,0% do total de empreendimento, sendo: Obras Civis - 27,4%; Fornecimento de Equipamentos - 18,0%; Montagem Eletromecânica - 4,4%; Ações Ambientais - 29,9%. As obras da Usina Foz do Chapecó foram iniciadas em dezembro de 2006 e a entrada em operação comercial está prevista para o terceiro trimestre de 2010.
- **PCH Chiburro:** Concluídas as obras de repotenciação da hidrelétrica, que passou a ter Potência Instalada e Energia Assegurada total de, respectivamente, 2,6 MW e 1,69 MWmédios. As obras foram iniciadas em outubro de 2006 e concluídas em dezembro de 2007.
- **PCH Capão Preto:** As obras de repotenciação, que elevarão a Potência Instalada e a Energia Assegurada para, respectivamente, 4,5 MW e 2,32 MWmédios, foram iniciadas em outubro de 2006, devendo ser concluídas no início de 2009.

Aquisições no Exercício

A CPFL Energia vem desenvolvendo uma estratégia consistente de ampliação de sua participação no mercado de energia elétrica do País, atuando como consolidadora do setor, por meio do aproveitamento de oportunidades de negócios que assegurem ganhos de eficiência e taxas de retorno compatíveis com as premissas que orientam os investimentos do grupo.

- **Aquisição da CMS Energy Brasil S.A. (razão social alterada para CPFL Jaguariúna S.A.)** – A CPFL Energia, por meio da controlada Paulista Participações S.A., adquiriu, em junho de 2007, por R$ 412 milhões, 100% do capital da CMS Energy Brasil S.A., holding que atua, por meio de suas controladas, nos segmentos

10.01 - ALTERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

de distribuição, geração, comercialização e de prestação de serviços especializados de energia elétrica.

- **Aquisição dos Ativos Elétricos da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de Franca (Cerfra)** Em agosto de 2007, a controlada CPFL Paulista adquiriu, por R$ 41,2 milhões, os ativos elétricos da Cerfra, o que agregou 442 km de rede ao seu sistema elétrico e 11.044 novos clientes, em oito municípios da região de Franca.

6. Governança Corporativa

A CPFL Energia é reconhecida como uma das empresas com melhores práticas de governança corporativa da América Latina. Desde a sua constituição, a empresa vem aperfeiçoando as políticas, os processos de gestão e os sistemas de controle adotados. Em 2007, houve a consolidação do novo Modelo de Governança Corporativa, implantado em outubro de 2006, com o objetivo de adequar os processos de governança à atual estrutura da Companhia e das sociedades controladas. Destacam-se no exercício os avanços nos mecanismos de diálogo e interação entre os Acionistas e a Administração, com o objetivo de assegurar a eficácia do processo decisório na Companhia.

O Conselho de Administração é o fórum central de decisão e definição da orientação geral dos negócios da empresa, com foco na criação de valor para os acionistas. É constituído por sete membros, entre os quais um conselheiro independente, e conta com três comitês para assessorá-lo. Os Comitês de Gestão de Pessoas e de Processos de Gestão são compostos por conselheiros titulares e atuam na definição das metas e na avaliação da Diretoria Executiva, no monitoramento das informações gerenciais e dos riscos corporativos, e no acompanhamento do plano anual da Auditoria Interna. O Comitê de Partes Relacionadas analisa previamente todas as transações que envolvem partes relacionadas, a fim de assegurar o atendimento a condições usuais de mercado.

16.01 - ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

O Conselho conta, ainda, com o apoio de Comissões Temporárias para acompanhar a condução de questões relevantes ou de temas específicos que não sejam da competência dos Comitês. Os Comitês e as Comissões atuam também no âmbito das sociedades controladas e coligadas.

O Conselho Fiscal, por delegação do Conselho de Administração, exerce as atribuições do Comitê de Auditoria, de acordo com as regras da Securities and Exchange Commission - SEC, aplicáveis às empresas estrangeiras listadas em bolsa de valores nos Estados Unidos.

A Diretoria da CPFL Energia é composta por um Diretor Presidente, que é o principal executivo e Presidente do Conselho de Administração das sociedades controladas, de forma que todas as diretrizes de governança são alinhadas à holding, proporcionando uma estrutura integrada e otimizada. Os cinco diretores vice-presidentes (de distribuição, de geração, de gestão de energia, financeiro e de relações com investidores, e de estratégia e regulação) são responsáveis, em suas respectivas áreas, pela condução dos negócios das controladas.

A CPFL Energia possui um sistema de gerenciamento de controles internos e certificação e treinou aproximadamente dos principais processos de negócios pelos gestores, que permite o mapeamento, o monitoramento e a avaliação da eficácia dos controles com impacto na preparação e na divulgação das informações financeiras, além da racionalização destes processos, conforme as disposições da seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley (compliance). No exercício de 2006, a eficácia dos controles internos da Companhia foram certificados pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Vice-presidente Financeiro e atestados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

A CPFL Energia integra um seleto grupo de quatorze empresas latino-americanas reconhecidas por adotar práticas diferenciadas de governança corporativa - o Companies Circle, constituído por iniciativa da Organization for Economic Cooperation and Development-OECD e da International Finance Corporation-IFC, com o fim de promover e incentivar o aprimoramento das boas práticas de governança corporativa na América Latina. Em outubro de 2007, a CPFL Energia participou do Latin American Corporate Governance Roundtable, promovido pelo OECD em cooperação com o IFC e o Banco Mundial.

10.1 - MEDIDAS DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2007 foi implementado o novo Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética da CPFL, um conjunto de processos gerenciais, que tem o objetivo de aprimorar as ações individuais e institucionais, promovendo o desenvolvimento da qualidade ética nas relações com seus públicos.

Foi realizado o segundo ciclo de seminários de Reflexão sobre Ética. Baseado no Código de Ética e do Conselho Empresarial o Comitê de Desenvolvimento de Ética foi reestruturado, passando a atuar de forma mais acoplada na alta direção, e composto e multiplicadores da ação empresarial - princípios organizacionais e diretrizes de conduta empresarial e foi criada a Rede Ética, formada por colaboradores de diversas áreas, para atuarem como multiplicadores dos valores éticos em suas unidades organizacionais.

Compromisso de Arbitragem

A CPFL Energia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado da Bovespa, conforme Cláusula Compromissória constante no artigo 44 do Estatuto Social da Companhia.

7. Mercado de Capitais

A CPFL Energia, atualmente com 27,04% de suas ações em circulação no mercado (free float), tem títulos negociados na Brasil (Bovespa) e na Bolsa de Nova Iorque (Nyse).

Em 2007, as ações da CPFL Energia acumularam valorização de 23,9% na Bovespa e de 52,6% na Nyse, encerrando o ano cotadas a R$ 33,67 por ação e US$ 56,66 por ADR, respectivamente.

O volume médio diário de negociação atingiu R$ 47,6 milhões, dos quais R$ 19,9 milhões na Bovespa e R$ 12,8 milhões na Nyse, o que representou aumento de 93,5%. O número de negócios realizados na Bovespa teve expansão de 114,2%, ao passar da média diária de 4.5 negócios, em 2006, para 7.8 negócios, em 2007.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O desempenho das ações da CPFL Energia na Bovespa pode ser medido pela sua inclusão, a partir de maio de 2007, no Ibovespa, índice que mede o retorno total de uma carteira teórica composta pelas ações que, em conjunto, representam 80% do volume transacionado à vista nos 12 meses anteriores à formação da carteira.

8. Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

A CPFL Energia desenvolve um programa permanente de gerenciamento dos impactos de suas operações nas comunidades em que atua por meio da gestão permanente dos riscos econômicos, ambientais e sociais associados aos negócios que desenvolve. O objetivo é criar valor de forma equilibrada e sustentada para os diferentes públicos com os quais a empresa se relaciona por meio de ações e programas fundamentados em princípios éticos sólidos, que assegurem integridade, transparência, confiança e responsabilidade nos relacionamentos da empresa com seus clientes, acionistas, colaboradores, fornecedores, organizações da sociedade civil e com as comunidades de sua área de atuação.

Gestão da Excelência Empresarial

A CPFL Energia, alinhada com uma visão orientada para a criação de valor, estimula a incorporação, por suas empresas controladas, dos critérios de excelência em seu modelo de gestão. Para isso, desenvolveu um Sistema de Gestão Integrado SGI, que contempla a padronização e a certificação dos principais processos de trabalho em quatro dimensões: Gestão da Qualidade - (ISO 9001:00), Gestão Ambiental (ISO 14001:04), Gestão da Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional (OHSAS 18001:99) e Gestão da Responsabilidade Social (SA 8000:01). A adequação do sistema é monitorada permanentemente, inclusive por meio de auditorias periódicas realizadas por organizações externas.

10.01 - MELHORIA DA ADMINISTRAÇÃO

O SAP encontra-se implantado na CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Geração. Em 2007 também foi implantado na RGE que, no mês de dezembro após auditoria realizada por organização externa, teve seu Sistema de Gestão Integrado certificado segundo as normas internacionais aplicáveis para o processo de Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica, válido para todas as áreas da empresa. Em 2007, a RGE também participou pela primeira vez do Prêmio Nacional da Qualidade, promovido pela Fundação Nacional da Qualidade-FNQ, habilitando-se para a segunda etapa da avaliação.

Destaca-se, ainda, no exercício, a ampliação da Estratégia Seis Sigma, na CPFL Paulista e na CPFL Piratininga, e sua introdução na CPFL Brasil e na CPFL Geração, metodologia que permite identificar oportunidades de melhorias e de redução das perdas nos processos de trabalho.

Gestão do Relacionamento com os Clientes

As distribuidoras do grupo CPFL Energia mantêm programas específicos para assegurar o estabelecimento de relações de confiança e credibilidade com seus clientes. Para isso, além da agilidade e eficiência no atendimento às solicitações e reclamações, as empresas desenvolvem ações de comunicação direta, com o objetivo de orientá-los quanto aos seus direitos, uso racional e seguro de energia elétrica, canais de atendimento e acesso às empresas, além de participar de campanhas de interesse público por meio de divulgação de mensagens em contas de energia. As distribuidoras da CPFL Energia mantêm Conselhos de Consumidores para avaliar a qualidade dos serviços e realizam pesquisas periódicas com os clientes para identificar oportunidades de melhoria nos serviços prestados.

Em 2006, duas distribuidoras do grupo se destacaram na pesquisa realizada com os consumidores residenciais de todo o País, conquistando o Prêmio ABRADEE – Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor, como resultado da qualidade dos serviços prestados aos clientes. A CPFL Jaguari foi a melhor distribuidora do Brasil entre todas as empresas avaliadas, conquistando, ainda, o prêmio referente às regiões Sul/Sudeste/Centro-Oeste, na categoria até 30 mil consumidores, e a CPFL Leste Paulista foi a melhor das

regiões Sul e Sudeste acima de 20.000 até 400.000 mil consumidores. Além disso, os índices da CPFL Paulista (66,55%), CPFL Piratininga (63,61%), RGE (66,74%), CPFL Sul Paulista (61,66%) e CPFL Mococa (65,26%), apurados nesta pesquisa, alcançaram resultados superiores à média nacional, que foi de 60,49%.

Gestão dos Recursos Humanos

O grupo CPFL Energia encerrou o exercício com um quadro de 7.176 colaboradores (5.935 próprios, em 2006). O crescimento verificado no quadro de profissionais decorre, principalmente, da integração de novas empresas ao grupo empresarial. O índice de rotatividade ficou em 9,12%. O tempo médio de atividade na empresa é de 11,2 anos e a idade média, de 37,6 anos.

Em 2007, as ações de capacitação e desenvolvimento de pessoal alcançaram, em média, 97,97 horas por colaborador, refletindo os esforços de integração e aprimoramento dos processos nas empresas incorporadas ao grupo.

Ao longo de 2007, as empresas do grupo desenvolveram programas inovadores, para apoiar a gestão de seus recursos humanos, com destaque para:

- **CPFL Management** - Programa de Desenvolvimento gerencial, delineado em três eixos de atuação: *Desenvolvimento de Competências*, *Eixo Desenvolvimento Individual* e *Desenvolvimento de Carreira*, com ações específicas de planejamento de carreira.
- **Disseminação de Competências** - Em 2007, foi realizado o processo de revisão das competências organizacionais, para alinhamento com o Planejamento Empresarial da CPFL Energia. As competências delas foram: Foco em Resultados, Excelência nos Processos, Visão Sistêmica, Paixão pelo que faz, Foco do Cliente, Empreendedorismo, Capacidade de Criar, Transformar e Inovar, Sustentabilidade, Visão Estratégica e Gestão e Desenvolvimento de Pessoas.
- **Treinamento segundo a Norma Regulamentadora-NR 10** – Todos os eletricistas das empresas do grupo participaram de treinamento sobre riscos elétricos,

16.1 - ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

organizado em 2 módulos, para atuar com segurança em instalações e serviços de eletricidade

- **Portal de Qualidade de Vida:** lançado em outubro, dispõe outras informações, dicas e orientações sobre os principais pilares que constituem o programa de qualidade de vida da CPFL - segurança, saúde, físico, ambiental, social, emocional e financeiro.
- **Programa de Valorização da Diversidade**, que tem o objetivo de valorizar e promover a diversidade no quadro de colaboradores, privilegiando a inclusão social, por meio de metas específicas, que objetivam aumentar a representatividade de negros, mulheres e de pessoas portadoras de deficiência no quadro de profissionais.
- **Programa Fale Comigo** - destinado ao apoio e orientação aos colaboradores e familiares em aspectos sociais.
- **Programa Novo Tempo:** voltado para a preparação de colaboradores em condições de aposentadoria.
- **Programa Voluntariado Cidadão CPFL:** que tem o objetivo de criar oportunidades de ação conjunta na empresa com seus colaboradores, para atuar nas comunidades.

Relacionamento com as Comunidades

Entre as ações desenvolvidas pelas empresas do grupo em 2007, para contribuir com o desenvolvimento das comunidades em que atuam, destacam-se:

- **Programas do Espaço Cultural CPFL** - programação voltada para a disseminação do conhecimento e da cultura como forma de contribuição para o desenvolvimento das comunidades em que atua a Companhia, por meio de palestras, debates e manifestações artístico-culturais. O acesso à programação é franqueado para a população e os conteúdos são disponibilizados para todo o País por meio da Internet e de programas veiculados pela TV Cultura de São Paulo. Em 2008, está previsto o início de atividades do Espaço Cultural RGE, em Caxias do Sul.
- **Programa CPFL de Revitalização das Santas Casas e Hospitais Beneficentes** abrange 19 hospitais das regiões de Franca e Piracicaba (SP)

16.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- **Projeto Aprender** - criado pela CPFL Energia, ecole adolescentes de famílias de baixa renda e oriente seus primeiros passos no ambiente corporativo. Foram beneficiados 119 jovens em 2007.
- **Programa de Eficiência Energética da CPFL** - promove ações pelo uso racional de energia elétrica na iluminação pública, em serviços, praças e prédios públicos, além de desenvolver programas como CPFL nas Escolas, Educativo junto a Clientes de Baixa Renda, Gestão Energética Municipal e Doação de Lâmpadas Fluorescentes.
- **CMDCA (Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente)** - A CPFL Energia destinou R$ 2 milhões a entidades, beneficiando 31 cidades de sua área de atuação. Ao todo, foram aprovados 73 projetos, de um total de 274 inscritos.
- **Semana do Meio Ambiente** - promovida pela CPFL Energia, em Campinas, contou com diversas atividades técnicas e culturais para o público interno e externo.

Influência e Liderança na Cadeia de Negócios

A CPFL Energia aderiu ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção e ao Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A Empresa também tornou-se adepta ao Pacto Global e aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), ambos estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), e criou o **Fórum pelos Objetivos do Milênio** para a disseminação dos ODMs.

No **Programa CPFL Conhecer e Crescer - Excelência em Gestão**, indicado da CPFL Energia para disseminar conceitos de qualidade de gestão e de responsabilidade social para empresas de micro, pequeno e médio portes, foram realizados 14 encontros, com 554 participantes.

No programa **Rede de Valor**, criado pela CPFL Energia para disseminar a gestão de responsabilidade social, foi realizado o **V Encontro de Fornecedores**, com 90 participantes.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A CPFL Energia participa do **Programa Tear - Tecendo Redes Sustentáveis de Responsabilidade Social nas Micros, Pequenas e Médias Empresas**, desenvolvido pelo BID, Instituto Ethos e Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin), e assumiu o compromisso de disseminar boas práticas junto a 15 micros, pequenas e médias empresas de sua cadeia de negócios.

Além dessas iniciativas, desde 2001 a CPFL Energia é associada à Fundação Abrinq e a diversas organizações que atuam na disseminação dos critérios da excelência e da sustentabilidade, no País.

Gestão dos Impactos Ambientais - Projetos sustentáveis de energia elétrica

As empresas do grupo CPFL Energia desenvolvem projetos que buscam maximizar os aproveitamentos energéticos e reduzir os menores impactos sócio ambientais possíveis, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a redução de emissão dos gases causadores do efeito estufa. Nessa área, destacam-se:

Na Geração de Energia:

Pequenas Centrais Hidrelétricas

- **Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL / Programa de Repotenciação das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs**: por meio desse Programa, que privilegia o aumento de potência instalada sem aumento da área inundada, foi possível à Companhia desenvolver um Projeto de MDL e comercializar os Certificados de Redução de Emissões de CO2, o CERs, referentes ao período 2003 a 2012, numa quantidade prevista de 120 mil toneladas, com faturamento previsto de 1,9 milhão de euros.
- **Controle de Plantas Aquáticas**: ação desenvolvida no reservatório da UHE Americana, com a coleta e remoção de 31.976 m³ de material (correspondentes a 50,70 ha). Foram desenvolvidos estudos para aproveitamento das plantas colhidas como fonte de ração animal, com resultados promissores.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- **Educação Ambiental:** o Projeto da Associação Barca Escola da Natureza, patrocinado pela CPFL, recebeu mais de 22 mil visitantes no ano.
- **Programa de Conservação da Ictiofauna:** soltura de 250 mil alevinos de Curimbatás e Jundiás nos rios e reservatórios das bacias hidrográficas das áreas de atuação da Companhia.

Cia Energética Rio das Antas-Ceran (UHEs Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho)

- **Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL / Cia Energética Rio das Antas-Ceran** em dezembro de 2007, foi concluído o processo de venda, na modalidade de leilão, dos CERs referentes à geração hidrelétrica da UHE Monte Claro. No total, foram negociados 431.362 CERs, somando 9,6 milhões de euros. Este foi a primeira região no mundo envolvendo a venda de CER de uma grande usina hidrelétrica a fio d'água. Também em 2007, foi emitida pela Comissão Interministerial de Mudança Climática, Carta de Aprovação do Projeto Advicate de Projeto de MDL da UHE Castro Alves, com 2 milhões de toneladas de CO e em quantidade de CERs aprovados, até 2014 (período de 7 anos de geração).

BAESA – Energética Barra Grande (UHE Barra Grande)

- **Programas Sócio-ambientais:** após vistoria do IBAMA para verificação do cumprimento dos programas ambientais previstos, foi aprovada a renovação de sua Licença de Operação (LO), por um período de mais 6 anos. A renovação demonstra o comprometimento da empresa para com as questões sócio-ambientais, como o projeto de restauração florestal na área de influência do empreendimento, com o plantio de 81.251 mudas de espécies florestais nativas, totalizando 434.873 mudas plantadas de 2004 a 2007.
- **Programas Sociais:** deu-se continuidade às obras de melhoria e adequação da infra-estrutura dos municípios da área de influência da hidrelétrica. Em 2007, foi iniciada a construção e a pavimentação da estrada que interligará os municípios de Pinhal da Serra/RS a Anita Garibaldi/SC, concluída para o desenvolvimento da região.

01856-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Enercan – Campos Novos Energia (UHE Campos Novos)

- **Programas Sócio-ambientais**: a Usina teve renovada sua Licença de Operação LO, a partir de 20/04/2007, por mais 2 anos, tendo sido evidenciada a adoção de melhores práticas de gestão sócio-ambiental.
- **Programas Sociais**: em 2007, deu-se continuidade ao Fundo de Desenvolvimento Rural, repassando recursos da ordem de R$ 2,2 milhões para financiar agronegócios coletivos em quatro municípios situados na região de influência da Hidrelétrica.

Foz do Chapecó Energia (UHE Foz do Chapecó)

- **Programas Sócio-ambientais**: Com a construção da UHE Foz do Chapecó, foi iniciada, em 2007, a implantação dos programas sócio-ambientais constantes do Projeto Básico Ambiental – PBA.

UHE Serra da Mesa

- **Programas Sociais**: Furnas formalizou sua participação no Fundo de Desenvolvimento da Região Norte-Nordeste de Goiás, iniciativa conjunta envolvendo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Ministério de Minas e Energia (MME), Furnas Centrais Elétricas, Tractebel Energia e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Goiás-SEBRAE/GO. Esse Fundo tem o objetivo de implantar projetos de geração de renda para famílias carentes situadas nos municípios atingidos pelos empreendimentos Serra da Mesa e Cana Brava. Com um plano de trabalho de 42 meses e destinação de cerca de R$ 5 milhões para o desenvolvimento das ações previstas, o Fundo iniciou suas atividades com a constituição de seu Conselho Deliberativo e divulgação, junto aos municípios, dos objetivos e das etapas de desenvolvimento dos trabalhos.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Na Distribuição de Energia:

CPFL Paulista e CPFL Piratininga

- **Projetos de P&D que geram benefícios ambientais, por eliminar, reduzir ou tratar resíduos, economizar energia e aumentar a eficiência energética.**
  - A CPFL Paulista e a CPFL Piratininga deram prosseguimento aos projetos relacionados a "Novas Tecnologias em Materiais aplicados a fabricação de cruzetas; Gaseificador para geração de energia elétrica a partir de resíduos de vários tipos de biomassa; Redes de Energia e Vegetação (em parceria com a CPFL Piratininga); e Implantação de Sistemas de Geração Distribuída.
  - A CPFL Piratininga adquiriu mais 250 unidades de Transformador Verde + para instalação em sua rede de distribuição. Trata-se de transformador desenvolvido com os objetivos de ser menos agressivo ambientalmente e de possuir maior vida útil. O equipamento foi apresentado no IV Congresso de Inovação Tecnológica em Energia Elétrica, recebendo Menção Honrosa - Informe Técnico - Primeiro Lugar. A empresa também deu andamento ao projeto "Sistema de Geração Distribuída Residencial", a partir de um reformador de gás natural e uma célula a combustível de 2 kW.
  - As empresas do grupo ainda adquiriram 4 motocicletas elétricas, com custo de R$ 0,01 por quilômetro percorrido e autonomia de 50 km por carga de energia.
- **Programa de Arborização Urbana:** doação de aproximadamente 82 mil mudas, aos municípios de suas áreas de atuação.
- **Programa de Gerenciamento e Destino Final de Resíduos Perigosos.**
- **Programa de Coleta Seletiva:** separação de papel branco, papelão e plásticos.
- **Manutenção da Certificação Ambiental ISO 14.001:04:** a certificação é válida para o escopo "Convivência de Rede de Distribuição Urbana de Energia Elétrica com o Meio Ambiente", nas duas distribuidoras.
- **Cadeia Reversa:** processo que permite reaproveitamento de materiais e equipamentos obsoletos retirados das redes de distribuição e de transmissão de energia.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Rio Grande Energia

- **Certificação ISO 14.001:** em setembro de 2007, a RGE recebeu da BVC (Bureau Veritas Certification do Brasil) a recomendação para a certificação ISO 14.001:2004 dos seguintes escopos: "Convivência da Rede de Distribuição de Energia Elétrica Urbana com o Meio Ambiente" e "Serviços de Transmissão de Energia Elétrica na Subestação Antônio Prado e na Linha de Transmissão 69 kv Nova Prata 2 - Antônio Prado".
- **Projeto Logística Reversa:** é destinado para a reciclagem e a recuperação de equipamentos e materiais avariados, retirados do sistema elétrico.
- **5º Etapa da Campanha Árvores Nobres:** por meio desta campanha, em 2007, a RGE distribuiu 15 mil mudas de árvores, consideradas nobres e raras, das espécies guabiju, angico, cerejeira, ipoca e ipê amarelo. Também foram distribuídas cartilhas com informações sobre as árvores. A campanha foi iniciada no ano de 2002 e, desde então, já foram distribuídas aproximadamente 149 mil mudas.
- **6º Etapa da Campanha de Reposicionamento da Araucária:** estimula o plantio da árvore Araucária, espécie considerada em extinção e essencial na alimentação de fauna nativa da região. Em 2007, foram distribuídas 5 mil mudas e 2 mil caixas com sementes para plantio. Estima-se que, neste ano, a campanha proporcionará o acréscimo de 20 mil araucárias na área de concessão da RGE.
- **Projeto Matas Ciliares:** realizado em parceria com outras organizações, a RGE doou materiais para a construção de cercas de isolamento para recuperação ambiental de 1.850.000 m² de áreas situadas nas margens de rios.
- **Projeto Arborização Urbana:** a RGE realizou o plantio de 1,3 mil árvores em ruas e parques de 23 municípios. Os projetos foram executados com alto padrão de qualidade, possibilitando excelentes resultados sob os aspectos ambientais e estéticos, alcançando grande reconhecimento pelas comunidades beneficiadas.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Programas Corporativos:

- **Programa de Neutralização das Emissões de Gases de Efeito Estufa:** as empresas do grupo vêm realizando um amplo diagnóstico dos gases geradores de efeito estufa resultantes de suas atividades operacionais e em curso na esfera de empresa, em Centenas. A meta é dimensionar as emissões decorrentes do desenvolvimento de suas atividades, com o objetivo de buscar alternativas de minimização e compensação desses impactos.

Reconhecimentos

As empresas do grupo CPFL Energia receberam diversos prêmios em reconhecimento ao seu desempenho nas áreas de gestão, operação e qualidade dos serviços, entre eles:

CPFL ENERGIA

- **Revista Carta Capital** - Empresas Mais Admiradas do Brasil - "A mais Admirada do Setor de Energia"
- **Prêmio Balanço Anual 2007 Jornal Gazeta Mercantil** Melhor empresa de energia
- **Prêmio DCI Empresas 2007** - Melhor Empresa do Setor de Energia Elétrica
- **Guia Exame de Sustentabilidade 2007** – Empresa Modelo, pelo quinto ano.
- **Guia Exame/Você SA - Melhores Empresas para Você Trabalhar**, pelo sexto ano.
- **Prêmio Apimec Qualidade 2007** - Melhor Apresentação do Ano.
- **Prêmios Expo Money 2007** - Menção Especial - Respeito ao Investidor Individual.
- **Prêmio Aberje Brasil 2007:**

  Empresa do Ano em Comunicação Empresarial - Destaque Brasil - CPFL Energia

  - Personalidade do Ano em Comunicação Empresarial

13.1 - ALTA ADMINISTRAÇÃO
Gestão de Risco e Auditoria Interna - Região São Paulo - Sul.

- **IR Magazine Awards Brasil 2007** - Menções Honrosas: Melhor Governança Corporativa, Melhor Conferência Call, Melhor Programa de Relações com Investidores de Empresas Listadas.
- **Prêmio USP de Comunicação Corporativa 2007** - Comunicação do Espaço Cultural CPFL.

DISTRIBUIDORAS

- **Prêmio Eletricidade 2007 - Revista Eletricidade Moderna:**
  - CPFL Paulista - Melhor Empresa do Brasil, Melhor Empresa da Região Sudeste, Melhor Desempenho em Operação
  - RGE - Melhor Empresa no Brasil em Desempenho Comercial, Melhor Empresa da Região Sul
  - CPFL Jaguari - Melhor Evolução Nacional.

    CPFL Leste Paulista - Melhor Desempenho em Cogeração.
- **Prêmio Abradee 2007:**
  - CPFL Paulista - Melhor Gestão Operacional.

    CPFL Piratininga - Melhor Gestão Econômico-Financeira.
- **Prêmio IASC - Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor:**
  - CPFL Jaguari - Melhor Concessionária do Brasil e Melhor Distribuidora de Energia Elétrica - Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste - (Até 30 mil unidades consumidoras)
  - CPFL Leste Paulista - Melhor Distribuidora de Energia Elétrica Regiões Sul/Sudeste, para concessionárias acima de 30 mil até 400 mil unidades consumidoras)

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- **Prêmio "Medalha Eloy Chaves" de Saúde e Segurança do Trabalho:**

  CPFL Santa Cruz - Desempenho em Prevenção de Acidentes.

  - RGE - Desempenho em Prevenção de Acidentes.

GERADORAS

- **Prêmio Mário Henrique Simonsen 2007**
  - BAESA - Energética Barra Grande - Excelência em Balanço.
- **Prêmio Fritz Müller 2007 - Fundação de Meio Ambiente-SC**
  - Baesa (Energética Barra Grande) - Execução de relevantes ações ambientais.
- **Prêmio Fritz Müller 2007 - Fundação de Meio Ambiente-SC Prêmio Empresa**

  Diamante (Campos Novos Energia) - Criação do Parque Rio Canoas.
- **Empresa Cidadã AMVB 2007**
  - Baesa (Energética Barra Grande) - Categoria Preservação Ambiental

COMERCIALIZADORAS

- **Prêmio Excelência Empresarial - FGV/Revista Conjuntura Econômica:**
  - CPFL Brasil - Maior rentabilidade sobre o Ativo e Patrimônio entre todas as empresas de capital aberto, de todos os setores acompanhados pela FGV.

    Destaque na avaliação referente realizada pela Prêmio Valor 1000, como a mais rentável - Retorno aos Acionistas em relação ao Capital Próprio da instituição

9. Auditores Independentes

A KPMG Auditores Independentes foi contratada pela CPFL Energia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia a partir do segundo trimestre de 2007, em atendimento ao rodízio de auditores previsto no artigo 31 da Instrução CVM 308/1999. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que essa empresa de auditoria não prestou, em 2007, serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários fossem superiores a 5% do total de honorários recebidos por esse serviço.

10. Encerramento e Agradecimentos

A Administração da CPFL Energia agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da área de atuação de suas empresas controladas, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2007. Agradece, ainda, de forma especial aos seus colaboradores pela competência, empenho e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do grupo CPFL, por favor acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Balanço Social Anual / 2007

[illegible]

CPFL ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades, dedicadas primariamente às atividades de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica.

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas operacionais (informações sobre área de concessão, número de clientes, capacidade de produção de energia e dados correlatos não são examinados pelos auditores independentes):

1.1 – Atividades de distribuição

Participações diretas:

Companhia Paulista de Força e Luz

A Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista") é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia para 234 municípios do interior do Estado de São Paulo, atendendo a aproximadamente 3.419.3 mil consumidores. Entre os principais municípios estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto. Possui prazo de concessão que se encerra em 2027, podendo este ser prorrogado por período adicional de no máximo 30 anos. A Companhia detém 100% do capital social da CPFL Paulista.

Companhia Piratininga de Força e Luz

A Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga") é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia para 27 municípios do interior e litoral do Estado de São Paulo, atendendo a aproximadamente 1.629.7 mil consumidores. Entre os principais municípios estão Santos, Sorocaba e Jundiaí. Possui prazo de concessão que se encerra em 2028, podendo este ser prorrogado por período adicional de no máximo 30 anos. A Companhia detém 100% do capital social da CPFL Piratininga.

Rio Grande Energia S.A.

A Rio Grande Energia S.A. ("RGE") é uma companhia por ações de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia elétrica para 262 municípios nas regiões norte e nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, atendendo aproximadamente 1.156.4 mil consumidores. Entre os principais municípios estão Passo Fundo e Caxias do Sul. Possui prazo de concessão que se encerra em 2027, podendo este ser prorrogado por período adicional de no máximo 30 anos. Além das aquisições societárias ocorridas na RGE, a Companhia passou a deter diretamente 100% do capital social da RGE (para maiores detalhes vide nota 12).

01656-0 CPFL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

Companhia Luz e Força Santa Cruz

A Companhia Luz e Força Santa Cruz ("CPFL Santa Cruz") é uma sociedade por ações de capital fechado concessionária do serviço público de energia elétrica que atua principalmente na distribuição de energia para 24 municípios localizados na Estado de São Paulo na região da Média Sorocabana e em 3 municípios na área do Estado do Paraná. Atendendo a aproximadamente 169.3 mil consumidores. Entre os principais municípios estão Quintana, Assis e Santa Cruz do Rio Pardo. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015, podendo este ser prorrogado por período adicional de 20 anos.

Participações Indiretas:

Companhia Paulista de Energia Elétrica

A Companhia Paulista de Energia Elétrica ("CPFL Leste Paulista") é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica que atua na distribuição de energia para 7 municípios: São José do Rio Pardo, Casa Branca, Cardoso, Tambaú, São Sebastião da Grama e Tapiratiba, localizados no Estado de São Paulo, atendendo a aproximadamente 47.6 mil consumidores. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015, podendo este ser prorrogado por período adicional de 20 anos. A controlada CPFL Jaguari detém 99,98% do capital social da CPFL Leste Paulista.

Companhia Sul Paulista de Energia

A Companhia Sul Paulista de Energia ("CPFL Sul Paulista") é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica que atua na distribuição de energia para 6 municípios: Jaboticabal, São Miguel Arcanjo, Serrana, Guariba e Monte Alto, localizados no Estado de São Paulo, atendendo a aproximadamente 66.6 mil consumidores. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015, podendo este ser prorrogado por período adicional de 20 anos. A controlada CPFL Jaguari é detentora de 97,80% do capital social da CPFL Sul Paulista.

Companhia Jaguari de Energia

A Companhia Jaguari de Energia ("CPFL Jaguari") é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica que atua na distribuição de energia para 7 municípios: Jaguariúna e Pedreira, localizados no Estado de São Paulo, atendendo a aproximadamente 78.6 mil consumidores. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015, podendo este ser prorrogado por período adicional de 20 anos. A controlada CPFL Jaguari detém 99,71% do capital social da CPFL Jaguari.

Companhia Luz e Força Mococa

A Companhia Luz e Força Mococa ("CPFL Mococa") é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica que atua principalmente na distribuição de energia para o município de Mococa, localizado no Estado de São Paulo e 3 municípios localizados no Estado de Minas Gerais: Arceburgo, Guaranésia e Monte Santo de Minas, atendendo a aproximadamente 37.6 mil consumidores. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015, podendo este ser prorrogado por período adicional de 20 anos. A controlada CPFL Jaguariúna detém 99,79% do capital social da CPFL Mococa.

1.2 – Atividades da geração

Participações diretas:

CPFL Geração de Energia S.A.

A CPFL Geração de Energia S.A. (CPFL Geração) é uma sociedade por ações de capital aberto que atuava até 2006 como holding de negócios de geração de energia da Sociedade. A partir de 2007, com as reorganizações da CPFL Centrais Elétricas S.A. (CPFL Centrais Elétricas) e SEMESA S.A. (SEMESA) (vide nota 12), a controlada CPFL Geração além de participação no capital social de outras sociedades passou a atuar como concessionária do serviço público de geração de energia elétrica. Detém 19 pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e 1 central termelétrica com potência total instalada de 123 MW e 29 MW respectivamente, todas localizadas no Estado de São Paulo. A concessão se encerra em 2027, podendo ser prorrogada por período adicional de 30 anos. Possui ainda parte dos ativos do Aproveitamento Hidrelétrico da Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins no Estado de Goiás. A concessão é a usina de Aproveitamento Hidrelétrico pertence à Furnas Centrais Elétricas S.A. (FURNAS). Estes ativos foram arrendados à FURNAS através de um contrato com duração de 30 anos iniciado em 1998, que assegurou à SEMESA as participações de 51,64% na potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e de energia assegurada de 1.071 MW médios (545,9 MW médios). A CPFL Geração, através da incorporada SEMESA, também possui a concessão e as respectivas ativos da PCH Paraíso e Silva, com potência total de 125 MW, localizada no Rio São Luiz no Estado de Minas Gerais, outorgada em outubro de 1998 pelo prazo de 35 anos. A Sociedade detém 100% do capital social da CPFL Geração.

Participações indiretas:

CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda.

A CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda. (CPFL Sul Centrais Elétricas) é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, controlada da 4 PCHs localizadas no Estado do Rio Grande do Sul. A potência total das quatro PCHs é de 7,65 MW e a energia assegurada é de 3,45 MW médios. A controlada CPFL Geração detém 100% do capital social da CPFL Sul Centrais Elétricas.

BAESA - Energética Barra Grande S.A.

A BAESA - Energética Barra Grande S.A. (BAESA) é uma sociedade por ações de capital aberto que tem como objeto social construir, operar e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico Barra Grande localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 690 MW. As três unidades geradoras com capacidade de 230 MW cada entraram em operação comercial em novembro de 2005, fevereiro e maio de 2006. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer. A controlada CPFL Geração detém 25,01% do capital social da BAESA.

Campos Novos Energia S.A.

A Campos Novos Energia S.A. (ENERCAN) é uma sociedade por ações de capital fechado com a objetivo de construir, operar e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico Campos Novos localizado no Rio Canoas, no Estado de Santa Catarina, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 880 MW. O início das operações comerciais ocorreu em 2007, sendo que 2

01656-0 CPFL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

Nota - Multas ANEEL de MAI/06

Usinas entraram em operação em fevereiro e a última, própria em maio. A concessão se encerra em 2035, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer. A controlada CPFL Geração detém 48,72% do capital social da ENERCAN.

Paulista Lajeado Energia S.A.

A Paulista Lajeado Energia S.A. (Paulista Lajeado) é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como objeto a geração e comercialização de energia elétrica. A Paulista Lajeado participa 6,95% da concessão compartilhada da UHE Luís Eduardo Magalhães – Lajeado, cuja potência instalada é de 902,5 MW. A Paulista Lajeado possui ainda 5,94% de participação no capital social da Investco S.A., holding que detém os ativos referentes à UHE. Através de contrato de arrendamento desses ativos foram atribuídos aos acionistas controladores e a pertinente relevante participação da Paulista Lajeado (5,92%) na energia assegurada da usina e negociada por suas subsidiárias CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguari e CPFL Mococa. A concessão se encerra em 2032, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer. A controlada Jaguari Geração detém 50,01% do capital social da Paulista Lajeado.

Controladas em desenvolvimento

A controlada CPFL Geração adicionou a participação em novos empreendimentos de geração, cuja totalidade de energia estará disponível até 2010, aumentando a sua capacidade instalada proporcionalmente à sua participação, para 2.087 MW. Esta capacidade somada à capacidade instalada das subsidiárias da CPFL Jaguari assegurará uma capacidade instalada total de 2.174 MW no consolidado. Esses empreendimentos com controle em conjunto são:

CERAN - Companhia Energética Rio das Antas S.A.

A CERAN - Companhia Energética Rio das Antas (CERAN) é uma sociedade por ações de capital fechado que tem por objeto a implantação e exploração dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho, localizados no Estado do Rio Grande do Sul, cuja potência instalada prevista é de 360MW. A UHE de Monte Claro (130 MW) iniciou suas operações em dezembro de 2004. Está previsto para 2008 a entrada em operação da UHE Castro Alves e UHE 14 de Julho. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada por mais 20 anos. A controlada CPFL Geração detém 65,00% do capital social da CERAN.

Foz do Chapecó Energia S.A.

A Foz do Chapecó Energia S.A. (Foz do Chapecó) é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como objeto construir, operar e explorar a Aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó, localizada no Rio Uruguai na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada prevista no contrato de concessão será de 855 MW. As obras foram iniciadas em 2006 e a primeira em operação comercial é prevista para 2010. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer. A controlada CPFL Geração detém 51,00% do capital social da Foz do Chapecó.

1.3 – Atividades da comercialização

Participação direta:

CPFL Comercialização Brasil S.A.

A CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil") é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo principal a comercialização de energia, a prestação de serviços associados aos mesmos ou necessários para a comercialização de energia, assessoramento estratégico, institucional e financeiro para comercializadores e vendedores de energia elétrica e para outras entidades atuantes no setor de energia nacional e internacional. A CPFL Brasil está autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). A Companhia detém 100% do capital social da CPFL Brasil.

Participações indiretas:

Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda.

A Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda. ("CPFL Meridional") é uma sociedade de cotas de responsabilidade limitada, com o propósito de comercializar energia elétrica a clientes livres, serviços de consultoria na área de energia elétrica. Está autorizada pela ANEEL a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE. A controlada CPFL Brasil detém 100% do capital social da CPFL Meridional.

Sul Geradora Participações S.A.

A Sul Geradora Participações S.A. ("Sul Geradora") é uma S.A. constituída por ações de capital fechado com propósito principal de participar no capital de outras sociedades como acionista, quotista ou sob qualquer forma de participação. A controlada CPFL Brasil detém 35,58% do capital social da Sul Geradora.

CPFL Comercialização Cone Sul S.A.

A CPFL Comercialização Cone Sul S.A. ("CPFL Cone Sul") é uma sociedade por ações de capital fechado, com o propósito de comercializar energia. Está autorizada a atuar como Agente Comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE. A controlada CPFL Brasil detém 100% do capital social da CPFL Cone Sul.

CPFL Planalto Ltda.

A CPFL Planalto Ltda. ("CPFL Planalto") é uma sociedade de cotas de responsabilidade limitada com o propósito de comercializar energia. Está autorizada a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE. A controlada CPFL Jaguariúna detém 100% do capital social da CPFL Planalto.

01856-0 CPFL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

Nota - Notas Explicativas

CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.

A CPFL Serviços, Equipamentos, Industria e Comercio S.A. (CPFL Serviços) é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como objeto principal a atividade de prestação de serviços em duas áreas de negócios: a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e a transmissão, distribuição e armazenamento de gás natural. A controlada CPFL Jaguariúna detém 99,91% do capital social da CPFL Serviços.

1.A – Outras Empresas da Participação

Peracio Participações S.A.

A Peracio Participações S.A. (Peracio) é uma sociedade por ações de capital fechado que tem por objeto a participação em outras sociedades. Atualmente possui 100% do capital social da CPFL Jaguariúna. A Sociedade detém 100% do capital social da Peracio.

CPFL Jaguariúna S.A.

A CPFL Jaguariúna S.A. (CPFL Jaguariúna) é uma sociedade constituída com o objetivo principal de atuar como holding, possuindo participações societárias diretas e indiretas em empresas que prestam serviço público de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica. A Peracio detém 100% do capital da CPFL Jaguariúna.

Makelele Participações S.A.

A Makelele Participações S.A. (Makelele) é uma sociedade por ações de capital fechado que tem por objeto a participação em outras sociedades. Atualmente a Makelele não possui participação em outras sociedades. A controlada CPFL Geração detém 100% do capital social da Makelele.

Companhia Jaguari de Geração de Energia

A Companhia Jaguari de Geração de Energia (Jaguari Geração) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída com o objetivo de exploração da geração, distribuição e comércio de energia elétrica. Atualmente a Jaguari Geração possui 50,83% do capital social da Paulista Lajeado. A controladora CPFL Jaguariúna detém 90,15% do capital social da Jaguari Geração.

Chumpitaz Participações S.A.

A Chumpitaz Participações S.A. (Chumpitaz) é uma sociedade por ações de capital fechado que tem por objeto a participação em outras sociedades. Atualmente não possui participação. A Sociedade detém 100% do capital social da Chumpitaz.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da controladora e as consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, segundo o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Com o objetivo de aprimorar as informações prestadas ao mercado, estão sendo apresentadas como informações suplementares as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado da controladora e consolidado para os exercícios de 2007 e de 2006, respectivamente nos Anexos I e I.

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram elaboradas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo FAS 95 - Statement of Cash Flows no que se refere ao formato de apresentação, em conexão ao contexto do registro das demonstrações financeiras da Sociedade na Securities and Exchange Commission (SEC).

2.1 Sumário das Principais Práticas Contábeis

a) **Disponibilidades** - Incluem os saldos de caixa, depósitos em bancos, aplicações de depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo que estão registradas ao valor acrescidos de rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

b) **Consumidores, Concessionárias e Permissionárias** - Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado e a faturar a consumidores finais e a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme informações disponibilizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE) e saldos relacionados a ativos regulatórios de diversas naturezas.

c) **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa** - Constituída com base em análise dos saldos a receber das clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das demais classes para os saldos vencidos há mais de 360 dias, inclusive clientes da classe poder público. Considera também uma análise individual da saúde financeira dos maiores devedores, objetivando a constituição de um julgamento dos créditos considerados de difícil recebimento, de acordo com a experiência da Administração em relação as perdas efetivas.

d) **Investimentos** - Incluem as participações em controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. As demais participações estão registradas ao custo de aquisição, deduzidas de provisões para redução ao valor de mercado, quando aplicável. Inclui também os ágios registrados na aquisição de subsidiárias decorrentes da diferença entre o preço de aquisições pagos e o valor do patrimônio contábil das empresas adquiridas, amortizados proporcionalmente as curvas de lucro líquido projetado para o período remanescente de concessão de cada investida, conforme determinações da ANEEL.

Incluem ainda os bens relacionados ao empreendimento da UHE Santa da Mesa, os quais por estarem arrendados à FURNAS são apresentados na rubrica "Investimentos - Bens de Renda". Este investimento está registrado pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada calculada pelo método linear a taxas anuais variando de 2% a 20%.

e) **Imobilizado** - Registrado ao custo de aquisição, construção ou formação, incluindo juros e encargos financeiros e gastos administrativos. Com o objetivo de refletir até

Nota - NOTAS EXPLICATIVAS

31 de dezembro de 1995, deduzida da depreciação calculada pelo método linear e taxas anuais variáveis de 2% a 20%.

f) **Atualizações de Direitos e Obrigações** – Incluem os direitos e obrigações sujeitos a cláusulas ativas de correção monetária ou variação cambial por força contratual ou disposições legais e estão atualizados até as datas dos balanços.

g) **Imposto de Renda e Contribuição Social** - Calculados à alíquotas legais aplicáveis vigentes nas datas dos balanços. A Sociedade e determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social, em período não superior a 10 anos. As controladas registraram também créditos fiscais referente ao benefício de ágios incorporados, os quais estão sendo amortizados proporcionalmente aos lucros tributáveis projetados para o período remanescente de concessão de cada investida.

h) **Planos de Aposentadoria e Pensão** - As contribuições relativas aos benefícios pós-emprego e os planos de pensão reconhecidos pelo regime de competência e em conformidade com a Deliberação CVM nº 371/00.

i) **Provisão para Contingências** - As provisões para contingências constantes nas datas dos balanços são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos trabalhistas, tributários ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável na opinião da administração e de seus assessores legais. Estão sendo apresentadas nesta rubrica as provisões para contingências, líquidas dos depósitos efetuados judicialmente e as respectivas

j) **Empréstimos e Financiamentos** - Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais incorridas dos respectivos.

k) **Derivativos** - Referem-se a contratos de derivativos com o objetivo de administrar os riscos associados às variações nas taxas cambiais e de juros de determinados passivos. Referidos contratos vão ser ajustados pelo regime de competência e os ganhos e perdas auferidos ou incorridos são reconhecidos em receitas ou despesas financeiras.

l) **Resultado** - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. A receita de comercialização de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada relativa ao ciclo de faturamento mensal é provisionada com base na carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. A receita proveniente da venda de geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas estabelecidas nos leilões e nos contratos de fornecimento ou na proporção de participação em cada consórcio. Não existe consumidor que represente 10% ou mais do total faturamento. Os efeitos sobre custos e despesas operacionais compensados na apuração do PIS e COFINS são apresentados líquidos nas respectivas contas de custos e despesas.

m) **Estimativas** - A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Sociedade e de suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre o valor das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando da sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

n) Lucro Líquido por Ação - É determinado considerando-se a quantidade de ações nas datas dos balanços.

A Sociedade e suas controladas efetuaram certas reclassificações nas demonstrações do resultado divulgadas em 31 de dezembro de 2006, para deixá-las em base comparativa, em função de novas classificações requeridas pela ANEEL, conforme Despacho nº 3.073, que promoveu alterações no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, estando resumidas a seguir:

Item	De	Para
Conta de Consumo de Combustível - CCC	Despesas operacionais	Deduções da receita operacional
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	Despesas operacionais	Deduções da receita operacional
Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	Despesas operacionais	Deduções da receita operacional

2.2 Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Sociedade e de suas controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Serra (até 30 de junho de 2007), RGE (a partir de 1º de julho de 2007), Nova 4 (até 30 de outubro de 2007), CPFL Santa Cruz (a partir de 1º novembro de 2007), CPFL Geração, CPFL Brasil, Chumpitaz e Perácio (vide as reestruturações societárias na nota 12). Os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente. Anteriormente a consolidação com as demonstrações financeiras da Sociedade, as demonstrações financeiras da CPFL Geração, CPFL Brasil e Perácio são consolidadas com as de suas controladas, integral ou proporcionalmente, para as controladas em conjunto, de acordo com as regras definidas pela Instrução CVM nº 247/96.

Respeitadas as condições descritas acima, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio e no resultado líquido em cada ano apresentado.

Todos os saldos e transações significativos com partes relacionadas foram eliminados.

As práticas contábeis das controladas estão consistentes com aquelas aplicadas pela Sociedade. A principal diferença entre as práticas de contabilização refere-se à reavaliação do imobilizado registrada pela controlada RGE que é eliminada do patrimônio líquido base para cálculo de equivalência patrimonial e, consequentemente, na consolidação.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Legislação Societária
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS Legislação Societária
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS Data-Base - 31/12/2007
Reapresentação Espontânea

01866-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As controladas da Sociedade [illegible] são como segue:

[illegible]

(0) ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2007	2006	2007	2006
Ativos				
Consumidores Concessionárias e Permissionárias (nota 5)				
Recuperação da Parcela "A" e Outros Componentes Financeiros	0.000	0.000	0.000	
Energia Livre	0.000	0.000	0.000	0.000
Revisão Tarifária (2006) - Recomposição	0.000	0.000		
Revisão Tarifária - Reconhecimento	0.000	0.000		0.000
Revisão Tarifária - Compensação	0.000		0.000	
Reconhecimento Receita Adicional	0.000	0.000	0.000	0.000
	0.000	0.000	0.000	0.000
Diferimento de Custos Tarifários				
Parcela "A"	0.000	0.000	0.000	0.000
Outros	0.000	0.000	0.000	0.000
	0.000	0.000	0.000	0.000
Obrigações Pagas Antecipadamente (nota 9)				
Reajuste Tarifário - Diferenças	0.000	0.000	0.000	0.000
Efeito CVA Não Homologado Concessionárias	0.000	0.000		0.000
Multas aos Consumidores	0.000	0.000		0.000
Taxação Tributos Energia Vendida	0.000	0.000	0.000	0.000
Subvenção Baixa Renda - Encargos	0.000	0.000		
	0.000	0.000	0.000	0.000
Passivos				
Fornecedores (nota 14)				
Energia Elétrica	0.000	0.000	0.000	
Diferimento de Custos Tarifários				
Parcela "A"	0.000		0.000	0.000
Outros	0.000	0.000	0.000	0.000
	0.000	0.000	0.000	0.000
Outras Contas a Pagar (nota 21)				
RTE e CCRBT - Recursos Recebidos a	0.000	0.000		
Reversão Bônus - Recursos - Recursos RTE a	0.000			
Reajuste Tarifário - Diferenças	0.000		0.000	
Multas aos Consumidores	0.000	0.000		
Taxação Tributos Energia Vendida	0.000		0.000	
Subvenção Baixa Renda - Encargos	0.000	0.000	0.000	0.000
	0.000	0.000	0.000	0.000
Total Líquido	0.000	0.000	0.000	0.000

a) Racionamento

No final de 2001 em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica que vigorou entre junho de 2001 e fevereiro de 2002 foi celebrado acordo entre as geradoras e concessionárias de energia elétrica e o Governo Federal denominado Acordo Geral do Setor Elétrico. Este visou, dentre outros, o reconhecimento de recebíveis de perdas incorridas pelas empresas do setor elétrico em reajuste tarifário extraordinário de 2.9% nas tarifas de fornecimento de energia elétrica a consumidores residenciais (exceto aqueles com consumo

C1856-O CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

Nota - Valores a Receber da CRC

Como de base anteriormente, a tarifa é homologada pública e de 7,9% para todos os demais consumidores.

O referido reajuste está sendo utilizado para compensação dos seguintes ativos regulatórios registrados pelas controladas:

	RTE	Consolidado Energia Livre		Paranapanema
		Ativo	Passivo	Líquido
Saldo Reconhecido	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Saldo a amortizar em 31 de dezembro de 2007	3.994	2.434	(35.833)	496.331

[illegible]
[illegible]
[illegible]

As movimentações dos saldos relacionados a RTE, Energia Livre e Paranapanema são como segue:

	Consolidado			
	RTE (1)	Energia Livre		Paranapanema
		Ativo (2)	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2005	417.013	256.881	(90.560)	475.334
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Saldo em 31 de dezembro de 2006	210.917	75.230	(103.561)	550.345
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Saldo em 31 de dezembro de 2007	3.994	2.434	(35.833)	496.331

(1) [illegible]
(2) [illegible]

- Recomposição Tarifária Extraordinária ("RTE") - Corresponde à perda de receita apurada a partir da comparação da receita de venda de energia efetivamente verificada no período de racionamento e a receita projetada para esse período desconsiderando o efeito-preço do Programa de Racionamento de Energia.

  O saldo de RTE registrado refere-se à controlada indireta CPFL Sul Paulista, a qual possui direito a perdas no montante de R$ 7.527, valor ainda com parcelas antecipações de receitas esperadas, considerando o crescimento de seu mercado, as especificidades de tarifação, prazo e aspectos regulatórios. O prazo final concedido pela ANEEL para a recuperação da RTE pela CPFL Sul Paulista é janeiro de 2009.

C1656-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

(Mil - Mil de R$ (Mil de US$)

Em 2007 encerrou o prazo estipulado para a recuperação da RTE para as controladas da CPFL Paulista e CPFL Piratininga sendo realizadas perdas devido a não realização deste direito nos montantes de R$ 115.883 e R$ 36.227 respectivamente. As controladas CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguari e CPFL Mococa realizaram a RTE em sua totalidade em junho de 2005, dezembro de 2004 e dezembro de 2003, respectivamente.

- Energia Livre – Corresponde à energia produzida e disponibilizada ao mercado consumidor pelos produtores independentes e autoprodutores de energia durante o período de racionamento.

  As concessionárias de distribuição ressarciram os recursos pelos consumidores através de reajuste tarifário subsequente e as repassaram aos geradores de acordo com percentuais estabelecidos para cada concessionária, motivo pelo qual foram constituídos um ativo e um passivo. Estes valores estão atualizados com base em orientações da ANEEL.

  Em função do término da cobrança da RTE em 2007, as controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga realizaram perdas de Energia Livre no montante de R$ 135.545 e R$ 53.210, respectivamente. A baixa do ativo foi registrada em contrapartida de conta Outras Despesas Operacionais com Vendas e a baixa do passivo em conta de Outras Receitas Operacionais, sem impactos nos resultados das controladas. Adicionalmente, a controlada CPFL Jaguari realizou em 2007 perdas de energia livre no montante de R$ 338. A controlada CPFL Sul Paulista possui provisão para a perdas de realização da energia livre no montante de R$ 1.736.

  No caso da controlada RGE, o ativo regulatório de Energia Livre deverá ser cedido para distribuidoras de sua quota parte de Itaipu para pagamento de ressarcimento. Assim como para a RTE, a controlada RGE e a controlada CPFL Geração possuem em 31 de dezembro de 2007 provisão para perda na realização da Energia Livre totalizando o montante de R$ 12.824.

- Parcela "A" – Corresponde à variação dos custos não gerenciáveis representativos da Parcela "A" das contas de concessão ocorrida entre 1º de janeiro e 25 de outubro de 2007. Estes valores são atualizados com base na variação da taxa SELIC.

  Para a controlada CPFL Piratininga a Parcela "A" começou a ser compensada a partir de fevereiro de 2007, mediante a utilização do mecanismo análogo ao da RTE. Para as controladas CPFL Paulista e CPFL Sul Paulista a Parcela "A" começará a ser amortizada a partir de janeiro de 2008 e fevereiro de 2008, respectivamente, pelo prazo necessário para alcançar o montante registrado. Para as controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Mococa e CPFL Jaguari os saldos de Parcela "A" foram amortizados em novembro de 2007, setembro de 2005, março de 2007 e em agosto de 2005, respectivamente.

  As controladas CPFL Piratininga e CPFL Santa Cruz amortizaram saldos de Parcela "A" conforme composição consolidada abaixo:

	Consolidado 2007
Energia Comprada	31.150
Encargos de Uso do Sistema	5.47
Custo de Conexão (Transporte Complement. - ICC	2.742
P&D	1.87
Taxa de Fiscalização	420
Total	41.7.858

Nota 4 - Valores a Receber da Controladora

b) Revisão e Reajuste Tarifário

b.1) 1º Ciclo de Revisão Tarifária (2003/2004)

a) CPFL Paulista – Diferença de Depreciação
Em 2007, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 443, alterou o resultado final da primeira Revisão Tarifária periódica da controlada CPFL Paulista, homologada em abril de 2004, reposicionando as tarifas de fornecimento de energia em 20,56%, em função da revisão do cálculo do percentual médio de depreciação utilizado na Revisão Tarifária de 2003. A diferença de reposicionamento tarifário de 20,29% para 20,56% e do componente Xe de Fator X de 1,352% para 1,230% correspondeu a um ajuste financeiro no valor de R$ 44.868, que está sendo compensado financeiramente na Reajuste Tarifário de 2007. Esse ativo regulatório está registrado na conta "Consumidores Concessionárias e Permissionárias – Revisão Tarifária - Desmembrado", considerando os efeitos de PIS e COFINS, e a partir de agosto/2007 passou a ser amortizado.

b) CPFL Piratininga – Base Remuneração
Em 2008, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 365, e em atendimento ao pedido de reconsideração da Revisão Tarifária promovida pela Companhia Energética Bandeirante S.A. (Bandeirante), alterou os valores da base de remuneração da controlada CPFL Piratininga.

Com tal alteração, a ANEEL determinou que as tarifas de fornecimento de energia elétrica fossem reposicionadas em 10,14%. Desta forma, para refletir o novo percentual, provisório definido pela ANEEL, a controlada CPFL Piratininga constituiu, em 2008, um ativo regulatório em contrapartida da Receita de Fornecimento de Energia Elétrica, no montante de R$ 26.373 mil, incluídas as parcelas de PIS e COFINS.

A Resolução ANEEL nº 338, de 2008, que trata da anuência ao pedido de cisão da Bandeirante e de transferências parciais de ativos e passivos à controlada CPFL Piratininga, estabeleceu que, na primeira revisão tarifária periódica prevalecerá o menor índice anual entre as duas concessionárias. Como a Bandeirante obteve o índice de 10,14% e a controlada CPFL Piratininga de 11,52%, prevaleceu o índice de 10,14%.

Através da Resolução nº 3295, de 23 de outubro de 2007, a ANEEL ratificou o resultado da primeira revisão tarifária da Sociedade, tornando-o definitivo.

c) CPFL Santa Cruz, CPFL Mococa e CPFL Leste Paulista – Base Remuneração
Em 2005, a ANEEL homologou em caráter definitivo os resultados da primeira revisão tarifária periódica de fevereiro de 2004 para as controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguariúna e CPFL Mococa. A diferença existente entre os percentuais provisórios e os definitivos para as controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista e CPFL Mococa foram utilizados para os próximos reajustes tarifários seguintes e estão sendo recuperados com previsão para término em Janeiro de 2008.

01656-0 CPFL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

b.2) 2º Ciclo da Revisão Tarifária (2007/2008)

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 553 de 2007, estabeleceu, em caráter provisório, que as tarifas da concessão CPFL Piratininga fossem reajustadas em um percentual negativo de 10,11% (sendo -10,84% relativos ao reposicionamento tarifário e 0,73% relativos aos componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica). Em decorrência da alteração da base tarifária, os componentes financeiros que haviam sido cobrados no reajuste anual de 2006, a maior ou menor, percebidos pelos consumidores foi de -16,20%.

O reajuste autorizado pela ANEEL é composto pelos seguintes itens:

Receita Verificada	2.135.914
Parcela A	1.427.345
Remuneração Bruta do Capital	794.330
Quota Depreciação	81.695
Encargos de Referência	244.935
Inadimplência	15.615
Parcela B	492.870
Receita Requerida (Parc. A + B)	1.915.204
(-) Outras Receitas	(13.312)
Receita Requerida Líquida	**1.902.202**
Componentes Financeiros	15.767
Reposicionamento Econômico	-10,84%
Componentes Financeiros	0,73%
Reposicionamento Total	-10,11%

A apuração da Parcela A é composta por:

- Encargos Setoriais no montante de R$ 257.173 (das quais CCC e CDE representam cerca de 78%);
- Compra de Energia Elétrica no montante de R$ 954.779;
- Transporte de Energia no montante de R$ 211.020.

Os componentes financeiros externos à revisão tarifária são compostos por:

- Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela A (CVA) no montante de R$ 3.918;
- Sub-remuneração de Energia Elétrica no montante de (R$ 3.304) (valor negativo);
- Diferença aplicável na cobrança da Tarifa de Uso do Sistema da Distribuição (TUSD) no montante de R$ 8.342;
- Ajustes de Encargos de Conexão, Rede Básica e CUSD no montante de R$ 6.744;
- Outros componentes no total de R$ 1.067.

Adicionalmente, foi estabelecido o provisionamento à Parcela A de 0,73% que será aplicado como redutor da Parcela B nos reajustes tarifários subseqüentes de 2008, 2009 e 2010.

01656-0 CPFL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

Nota - Notas Explicativas

b.3) Reajustes Tarifários de 2007

O Reajuste Tarifário Anual - IRT das distribuidoras de energia elétrica é o somatório do reajuste tarifário econômico e dos componentes financeiros setoriais. As Resoluções Homologatórias e a composição do reajuste tarifário anual para as distribuidoras de energia elétrica controladas direta e indiretamente pela Companhia estão demonstradas no item a seguir:

Distribuidora	Resolução Homologatória	% Reajuste Anual	% Componentes Financeiros	% Reajuste Total
CPFL Santa Cruz	Resolução 424 de 20 de março de 2007	4,75	1,13	5,71
CPFL Leste Paulista	Resolução 417 de 20 de março de 2007	3,51	0,27	3,81
CPFL Sul Paulista	Resolução 423 de 20 de março de 2007	1,54	3,88	5,52
CPFL Jaguari	Resolução 427 de 20 de março de 2007	-0,35	2,04	1,68
CPFL Mococa	Resolução 426 de 20 de março de 2007	4,72	2,49	7,31
CPFL Paulista	Resolução 417 de 1 de março de 2007	2,79	1,57	4,47
RGE	Resolução 422 de 16 de março de 2007	4,77	2,58	7,47
CPFL Piratininga	Vide Quadro de Reajuste Tarifário			

Além da CVA (vide quadro 1), destacam-se como componentes financeiros adicionais:

- Majoração de PIS e COFINS

Referem-se à diferença entre os custos relacionados ao PIS e à COFINS apurados através da aplicação da cobrança atual e aqueles incorporados à tarifa até abril de 2004.

Os valores homologados e os complementos registrados em 2007 e 2006 estão demonstrados no quadro abaixo:

Distribuidora	Valor Total Homologado	Constituição Majoração de Pis e Cofins - Ativo	
		2007	2006
CPFL Paulista	92.337	72.983	-
CPFL Piratininga	34.263	-	30.942
RGE	10.402	559	
		73.542	30.942

Estas cargas tarifárias estão registradas na conta de Despesas Pagas Antecipadamente (nota 9).

Considerando as liminares que envolvem a retenção do valor do custo, conservadoramente optou-se por constituir passivo registrado na conta Outras Contas a Pagar (nota 21) que é atualizado com base na variação do IGP-M.

CIA ESTADUAL DE ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

NOTA - NOTAS EXPLICATIVAS

- Sobras e Faltas de Energia

  As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia e potência por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia de repasse de tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras ou faltas de energia dentro de limites em 3% de receita de fornecimento.

  As sobras ou faltas líquidas de energia referentes aos exercícios de 2007 e 2006 foram equalizadas ou colocadas à disposição da CCEE para venda de curto prazo, as quais consequentemente foram feitas pelos preços de mercado de curto prazo.

  As constituições e reversões das sobras e faltas líquidas de energia estão sendo contabilizadas em Despesas Pagas Antecipadamente, processo em contrapartida a um crédito em Custo com Energia Elétrica (nota 24).

- Descontos na TUSD e na Irrigação

  As controladas reconhecem ativos regulatórios referentes a (i) descontos especiais aplicados sobre a TUSD no montante igual ao fornecimento de energia elétrica de fontes alternativas e (ii) atividades de irrigação e aquicultura. Estes ativos estão registrados em Consumidores, Concessionárias e Permissionárias (nota 5) tendo sua contrapartida à conta de Receita de Fornecimento de Energia Elétrica (nota 23).

Além dos efeitos descritos acima, outros impactos ocorridos no resultado também da controlada CPFL Paulista foram:

- A ANEEL - Agência Reguladora através da Resolução Homologatória nº 345 de 2007 reconheceu o custo de energia elétrica de contratos iniciados no IRT de 2003. Como o custo de energia elétrica impacta na composição da tarifa a consumidores e no cálculo da CVA, o reconhecido que produziu uma redução no preço médio de energia gerou um passivo a ser devolvido aos consumidores e um ativo adicional de CVA. Adicionalmente, as diferenças homologadas pela ANEEL no IRT de 2007 referente à CVA excluíram as sobras dos contratos de energia elétrica conforme item 61 da Nota Técnica nº 060/2007/SRE/ANEEL de 22 de março de 2007. Desta forma, nesses efeitos líquidos representam os ajustes efetuados em 2007 de R$ 96.635 registrado em Outras Contas a Pagar e de R$ 177.710 incluído em Diferimento de Custos Tarifários, ambos com contrapartida líquida em Custo com Energia Elétrica (nota 24).

- Ainda relacionados aos eventos acima, a controlada CPFL Paulista registrou em 2007 um estorno na ativa regulatório de PIS e COFINS de geradores no montante de R$ 10.815 e um estorno de R$ 15.834 no Ativo da Sobras e Faltas de Energia, valores estimados com base na metodologia proposta na Nota Técnica da ANEEL nº 151/2006.

- Foram ainda registrados em 2007 ativos de R$ 14.954 referentes a outros componentes financeiros constantes do IRT de 2007, especialmente relacionados a P&D, sobre componentes financeiros do IRT de 2004 a 2006, Programa Luz para Todos e outros.

O quadro abaixo demonstra a movimentação dos itens descritos anteriormente, relacionados a Revisão e Reajuste Tarifários, ocorrida durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006:

C1856-0 COPEL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

Nota - Notas Explicativas

e) Diferimento de Custos e Ganhos Tarifários ("CVA")

Refere-se ao mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis incorridos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Essas variações são apuradas através da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais.

Atualmente as principais despesas consideradas como custos não gerenciáveis são:

- Energia Comprada (parte de energia elétrica comprada a Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA);
- Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (parte de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional, Encargos de Serviço do Sistema – ESS e tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica);
- Quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis – CCC;
- Quota de recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

As variações consideradas na CVA são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC.

			Transações			
			Movimentação			
	Juros	Atualização (taxa de depósito interbancal)	Diferimento	Amortização	Realização	Total
Ativo						
Total						
Passivo						
Total						

d) Subvenção - Baixa Renda

A Lei nº 12.212 de 20 de abril de 2010 e o Decreto nº 4.336 de 15 de agosto de 2002 estabeleceram novos critérios e benefícios para o enquadramento de consumidores na sociedade residencial baixa renda. De acordo com a legislação enquadram-se nesse novo critério as unidades consumidoras atendidas por circuito monofásico e com consumo mensal inferior aos últimos 12 meses inferior a 80 kWh e as unidades consumidoras com consumo mensal médio nos últimos 12 meses entre 80 e 220kWh desde que atendidos alguns requisitos estabelecidos pela concessionária e registrados em Programa Social do Governo Federal.

Considerando que as subvenções concedidas aos consumidores deveriam ser compensadas no âmbito da própria concessionária, através da tarifa cobrada aos demais consumidores do mercado atendido e que a introdução desse novo critério impacta os níveis tarifários em vigor além do princípio de modicidade tarifária do restante do mercado, a ANEEL determinou uma nova metodologia de apuração para o referido subsídio que está sendo aplicada mensalmente desde maio de 2002.

Os valores apurados através desta nova metodologia após homologação da ANEEL, seguem os seguintes critérios de liquidação:

- Para os meses em que forem apurados perdas para a concessionária, os valores deverão ser ressarcidos através de concessão de subvenção econômica pela Eletrobras com recursos provenientes da CCC.
- Para os meses em que forem apurados ganhos para a concessionária os valores deverão ser ressarcidos ao consumidor através da redução das respectivas tarifas.

A movimentação dos saldos do ativo e passivo das exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006 é como segue:

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2005	47.198	(5.400)
Adição em função de aquisições societárias	1.389	(1.840)
Conta Bandeira de Receita	21.056	(1.057)
Amortização Receita Tarifária		1.794
Reembolsos Homologados pela ANEEL	(20.231)	-
Atualização Monetária	-	(283)
Saldos em 31 de dezembro de 2006	47.393	(4.686)
Adição em função de aquisições societárias	469	10
Conta Bandeira de Receita	17.413	(4.510)
Amortização Receita Tarifária	-	1.195
Reembolsos Homologados pela ANEEL	(9.951)	
Atualização Monetária	(339)	(448)
Saldos em 31 de dezembro de 2007	55.987	(8.824)

Nota - Notas Explicativas

(4) DISPONIBILIDADES

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Saldos Bancários	216	23.007	671.937	269.191
Aplicações Financeiras	7.585	3.296	434.371	270.099
Total	7.801	26.303	1.106.308	539.290

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais, remuneradas em sua maioria pela variação do CDI, com vencimentos em condições e taxas normais de mercado e estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da Sociedade e de suas controladas.

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

No consolidado, o saldo é oriundo, principalmente, das atividades de fornecimento de energia elétrica, cuja composição em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 é como segue:

	Consolidado				
	Saldos Vincendos	Saldos Vencidos até 90 dias	Saldos Vencidos há mais de 90 dias	Total 2007	Total 2006
Circulante					
Classe de Consumidores					
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal	667.827	299.437	1.219.619	1.826.883	1.189.918
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Não circulante					
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]					
Total	216.314			216.314	164.182

Nota - Notas Explicativas

g) **Parcelamento de Débitos de Consumidores** - Refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores principalmente órgãos públicos. Parte destes créditos depõe de garantia de pagamento pelas devedoras, principalmente através da apuração de arrecadação de ICMS com intervenientes bancários. Com base na melhor estimativa da Administração das controladas para as importâncias sem garantia ou sem expectativa de recebimento foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa (nota 9);

h) **Operações Realizadas na CCEE** - Os valores referem-se à variação no mercado de curto prazo de energia elétrica relativos ao período de setembro de 2000 a dezembro de 2007. Os valores de longo prazo remanescentes principalmente de ajustes pleitos determinados em função de processos movidos por agentes do setor (principalmente, ações que questionam a contabilização da CCEE para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2007 e registros escriturais provisórios determinados pela CCEE por valores negociados bilateralmente pendentes de liquidação). As controladas entendem não haver riscos significativos na realização desses ativos e, consequentemente, nenhuma provisão foi constituída para este fim;

i) **Concessionárias e Permissionárias** - Referem-se basicamente a saldos a receber decorrentes do suprimento de energia elétrica a outras Concessionárias e Permissionárias, excluídas principalmente pelas controladas CPFL Geração e CPFL Brasil bem como por diversas transações relacionadas à receita paga na Reestruturação pela Controlada CPFL Piratininga que estão sendo compensadas através de encontro de contas com valores a pagar.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Através de instrumento particular de Cessão de Crédito, em abril de 2005, a Sociedade adquiriu o crédito proveniente do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica entre a Companhia Energética de São Paulo - CESP (atualmente CPFL Brasil) e a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA para o fornecimento de energia por um período de 5 anos. O montante de recursos entregue pela Sociedade à CESP será liquidado com as receitas provenientes da geração de energia produzida por cada uma das empresas pela CPFL Brasil.

O saldo em curto prazo é de R$ 24.555 (R$ 28.515 em 2006) e em longo prazo é de R$ 37.571 (R$ 100.201 em 2006). Esta operação é remunerada com juros anuais de 17,5% e a mais variação anual do IGP-M e está sendo amortizada através de parcelas mensais no valor correspondente à proporção de compra de energia.

01656-0 CPFL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Circulante				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	51.999	28.835	181.754	196.565
Não Circulante				
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

No longo prazo o saldo de Contribuição Social a Compensar refere-se a decisão favorável em ação judicial movida pela controlada CPFL Geração transitada em julgado. A controlada CPFL Paulista está aguardando o trâmite dos procedimentos administrativos junto a Receita Federal para realizar a compensação do crédito.

(8) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2005	(54.161)
Adição em função de aquisição de empresas	(7.276)
Provisão constituída	(111.494)
Recuperação de Receita	25.170
Baixa de Contas a Receber Irrecuperáveis	50.845
Saldo em 31 de dezembro de 2006	(96.916)
Adição em função de aquisição de empresas	(1.944)
Provisão constituída	(60.406)
Recuperação de Receita	32.649
Baixa de Contas a Receber Irrecuperáveis	30.447
Saldo em 31 de dezembro de 2007	(96.629)

CIBRA-O CIBRA ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

(9) DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2007	2006	2007	2006
Arrendamentos - nota 2	182.879	178.252	28.047	3.254
Outros	1.842	1.973	1.142	1.471
Total	202.721	191.225	43.711	28.769

(10) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1 - Composição dos créditos da Contribuição Social e Imposto de Renda

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Crédito da Contribuição Social sobre:				
Bases Negativas	5.123	17.748	34.627	48.557
Benefício Fiscal na Amortização de Ágio			231.114	159.109
Diferenças Temporárias Indedutíveis	4.1	35	66.214	24.162
Subtotal	19.326	17.783	332.755	233.349
Crédito do Imposto de Renda sobre:				
Prejuízos Fiscais	6.451	57.374	31.842	71.100
Benefício Fiscal na Amortização de Ágio			474.941	369.122
Diferenças Temporárias Indedutíveis	13.184	6.076	108.576	271.186
Subtotal	73.715	63.450	945.359	707.408
Outros	-		-	3.150
Total	93.141	80.948	1.323.461	1.093.647
Circulante	5.123	9.941	165.455	91.242
Não Circulante	79.076	70.987	1.157.977	972.705
	89.186	80.948	1.323.461	1.093.647

Previsão de Recuperação

A previsão de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante obedecerá à projeção de lucros tributáveis futuros, elaborada tempestivamente e atualizada a cenários. Esse do ágio incorporado está baseada nas projeções de resultados futuros aprovados pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal, como segue:

01656-0 CPFL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

14.01 - Mutuos (PASSIVO NAO CIRCULANTE)

	Controladora	Consolidado
2009	6.497	124.654
2010	9.269	103.508
2011	9.663	68.356
2012	9.040	45.994
2013 a 2015	26.527	236.111
2016 a 2018	14.272	109.107
2019 a 2021		127.126
2022 a 2024	-	117.346
2025 a 2027		96.736
2028	-	14.393
Total	79.038	1.143.974

O montante a realizar de 2017 a 2024 refere se exclusivamente ao benefício fiscal dos ágios incorporados registrados pelas controladas que estão sendo realizados pelo período das concessões

10.2 - Crédito Fiscal sobre Benefício Fiscal do Ágio Incorporado.

O benefício fiscal do Ágio incorporado diferença de crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e esta registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001. O benefício esta sendo realizado de forma proporcional à amortização dos ágios incorporados que o originaram, conforme o lucro líquido projetado das controladas durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 12.

	Consolidado			
	2007		2006	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
CPFL Jaguari	190.127	347.195	129.557	190.145
CPFL Piratininga	27.377	93.853	25.936	100.523
CPFL Santa	-	-	7.836	29.047
RGE	60.534	195.202		
CPFL Santa Cruz	8.468	26.916		-
CPFL Leste Paulista	1.904	6.455		-
CPFL Sul Paulista	1.924	5.944		
CPFL Jaguari	1.507	5.150		-
CPFL Mococa	778	2.157		
CPFL Geração	-	38.119		
Total	294.119	714.041	163.609	490.715

DMPL - MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

10.3 – Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis:

	Consolidado			
	2007		2006	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Provisão para Contingências	27.722	99.798	14.127	50.857
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	5.514	19.850	5.514	19.850
Provisão para Obrigações Pós-Emprego	5.112	24.452	10.240	27.587
Provisão para Participação nos Resultados	454	12	10.136	27.317
Provisão para Perdas Estimadas em Investimentos	4.554	16.394	30.870	111.134
Provisão para Perdas em Créditos Fiscais	1.148	4.134	3.498	12.593
Provisão para Perdas em Operações de Arrendamento	1.154	4.154	10.154	36.554
Provisão para Perdas em Outros Ativos	1.154	4.154	1.154	4.154
Outros	4.154	14.954	10.154	36.554
Total	50.014	180.578	74.682	315.386

10.4 - Reconciliação dos montantes de Contribuição Social e Imposto de Renda registrados nos resultados dos exercícios de 2007 e de 2006.

	Controladora			
	2007		2006	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro Antes da CSLL e IRPJ	1.857.613	1.857.613	1.593.886	1.593.886
Ajustes Para Refletir a Alíquota Efetiva				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	-	-	-	-
Base de Cálculo	57.225	1.157.139	272.888	1.288.139
[illegible]	-	-	-	-
Débito Fiscal Apurado	17.852	388.334	119.241	388.831
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	17.852	115.242	15.941	322.831

	Consolidado			
	2007		2006	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro Antes da CSLL e IRPJ	2.376.614	2.376.614	2.127.061	2.127.061
Ajustes Para Refletir a Alíquota Efetiva				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	-	-	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Base de Cálculo	2.588.626	2.585.513	2.181.646	2.355.381
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Débito Fiscal Apurado	[232.668]	[638.874]	[147.618]	[541.648]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[212.672]	[595.663]	[147.618]	[534.648]

a) Amortização de Ágio - Refere-se ao ágio amortizado, originado na aquisição de investidas não dedutível para cálculo do Imposto de Renda

b) Realização CMC - Refere-se a depreciação de perdas e de custo histórico de correção monetária complementar, não da pela Lei 9.249/95 não dedutível para fins de apuração da Contribuição Social

Nota - Valores em Milhões de Reais

g) **Crédito Fiscal Compensado** – Refere-se ao benefício fiscal do ágio referente à mais-valia da SLVLES, pela CPFL Geração (vide nota 12), a ser usufruído na consolidada sobre o lucro tributável a base negativa. Os créditos registrados estão limitados a 10 anos de projeção e o complemento de 2007 refere-se basicamente ao ano adicional na projeção e sua respectiva reversão.

(11) OUTROS CRÉDITOS

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2007	2006	2007	2006
Créditos a Receber - CESP	78.271	51.197	97.454	84.127
Créditos a Receber - Ações da RAESA	-	-	41.784	-
Adiantamentos - Fundação CESP	5.019	4.264		
Cauções, Fundos e Depósitos Vinculados	2.121	5.208	132.151	75.490
Ordens em Curso	15.015	8.706	-	-
Serviços Prestados a Terceiros	14.429	22.101		10
Reembolso RGR	2.240	3.267	21	542
Contratos de Pré-Compra de Energia	5.139	3.174	23.845	1.590
Outros	33.240	22.706	10.959	5.771
Total	149.362	93.564	306.214	167.687

a) **Créditos a Receber - CESP** - Refere-se a parcelas a receber da Companhia Energética de São Paulo - CESP pela controlada CPFL Paulista decorrentes de saldos da Conta de Resultados a Compensar - "Gangorra" após a privatização em 1998. O saldo é atualizado conforme a variação do dólar norte americano acrescido de juros calculados sobre 50% da Taxa Libor Trimestral - a cada Semestre anual de 3,4552% com vencimento final em dezembro de 2009.

b) **Créditos a Receber – Ações da RAESA** - Em decorrência da cisão parcial da RAESA ocorrida em 2007, a CPFL Geração passou a ser titular de 41.784.000 ações preferenciais classe "B" da RAESA, que lhe conferem direito a dividendos mínimos anuais não cumulativos de 6% sobre o valor do patrimônio líquido por ação, calculado com base no último balanço aprovado pela Assembléia Geral de Acionistas, limitado ao valor do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto social da companhia. Em 31 de dezembro de 2007, o valor de mercado das ações era de R$ 1,00 por ação.

c) **Adiantamentos – Fundação CESP** - Referem-se a adiantamentos efetuados para programas assistenciais a empregados e manutenção operacional da entidade.

d) **Cauções, Fundos e Depósitos Vinculados** - São garantias oferecidas durante as negociações ou renegociações de empréstimos e para garantia de operações na CCEE.

e) **Ordens em Curso** - Compreendem custos e receitas relacionados à construção ou alienação em andamento de bens do imobilizado e os custos das serviços em curso relacionados à distribuição de energia elétrica.

f) **Serviços Prestados a Terceiros** - Compreendem basicamente contas a receber referente a serviços prestados a consumidores relacionados à comercialização de energia elétrica.

g) **Reembolso RGR** - Refere-se a valores a compensar relativos à diferença apurada entre a RGR - Reserva Global de Reversão homologada pela ANEEL e a efetivamente incorrida naquele ano com base no ativo imobilizado em serviço.

h) **Contratos de Pré-Compra de Energia** - Referem-se a pagamentos antecipados realizados pelas controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Brasil Sul, os quais serão liquidados com energia a ser fornecida no futuro.

(12) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Participações Societárias Permanentes	3.777.814	3.196.227	-	-
Ágio e Deságio	1.756.319	1.468.677	1.837.116	2.246.674
Reserva Reavl.			733.746	744.570
Outros	172		11.643	3.604
Total	5.534.305	4.664.904	3.735.662	3.994.848

12.1 - Participações Societárias Permanentes:

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes direta são como segue:

As movimentações ocorridas no saldo de participações societárias são como segue:

a) CPFL Paulista

Reorganização Societária

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE - de 14 de março de 2007, foi aprovada a transferência do controle acionário da RGE, que consistiu em redução do capital da controlada CPFL Paulista mediante a restituição à Sociedade de 67,35857% da ação ordinária da RGE no valor total de ativos de R$ 1.950.411. Na mesma data, a Sociedade realizou o aporte desses ativos para a controlada CPFL Santa Alice. A transferência deu-se em atendimento da Resolução Autorizativa nº 305/ANEEL de 5 de setembro de 2005 e do Despacho ANEEL nº 669 de 14 de março de 2007, referendado a necessidade de segregação societária prevista na Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004. Esses ativos foram avaliados a valores contábeis, conforme laudo de Avaliação elaborado por especialistas na data base de 31 de dezembro de 2006 e são compostos pelos registros de investimento e ágio nas mantidas da RS (R$ 882.880 e R$ 447.528), respectivamente. Todas as

Nota - Notas Explicativas
saldos e transações da RGE a partir de 01 de janeiro de 2007 até 30 de junho de 2007 conforme a seguir, foram refletidas nas demonstrações financeiras da controlada CPFL Serra

Reinversão de Dividendos

A Sociedade capitalizou R$ 100.647 na controlada CPFL Paulista através de Reinversão de Dividendos sem emissão de novas ações, com a finalidade de realizar a segregação de participações societárias da controlada RGE

b) CPFL Serra e RGE

Incorporação da controlada indireta CPFL Serra pela RGE
Com base na aprovação da ANEEL através do Despacho nº 888 de 14 de março de 2007 foi aprovada em AGE de 18 de setembro de 2007 a incorporação da CPFL Serra pela controlada RGE. A incorporada por conseqüência foi extinta passando a controlada RGE a sucessora de todos os seus direitos e obrigações. A incorporação teve como principal objetivo a simplificação das estruturas societária e administrativa do grupo. Como a base contábil para incorporação foi elaborada por capacidade na data base de 30 de junho de 2007 todos os saldos e transações da RGE, a partir de 1º de julho de 2007, estão refletidos proporcionalmente nas demonstrações financeiras da Sociedade

Incorporação de ações da controlada RGE

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2007 a Sociedade aprovou a incorporação de ações da controlada RGE detidas pelos acionistas não controladores correspondente a participação integral. A relação de troca com base nos laudos a valor econômico foi para cada lote de 15.577.278.000 ações ordinárias da RGE a incorporar 1 (uma) ação ordinária de emissão da Sociedade. Esta incorporação resultou em um aumento no capital social da Sociedade no montante de R$ 6.360 mediante a emissão de 154.228 ações ordinárias tendo como contrapartida um ativo composto de R$ 2.755 referente a aquisição de investimento na RGE e R$ 3.780 referente ao ágio gerado na operação

c) Nova 4 e CPFL Santa Cruz

Aumento de Capital
A Santa Cruz efetuou em outubro de 2007 capitalização de AFAC na Nova 4 resultando em um aumento de capital no montante de R$ 205.842

Incorporação da controlada indireta Nova 4 pela CPFL Santa Cruz
Autorizada pela ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 1.388 de 31 de outubro de 2007 foi aprovada em AGE realizada em 14 de novembro de 2007 a incorporação da controlada Nova 4 pela controlada CPFL Santa Cruz. A incorporada por conseqüência foi extinta passando a controlada CPFL Santa Cruz a condição de sucessora de todos seus bens, direitos e obrigações. Como o laudo contábil foi elaborado na data base de 31 de outubro de 2007 as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2007 devem ser analisadas considerando as efeitos da incorporação já contabilizados

d) CPFL Geração

Incorporação das controladas indiretas CPFL Centrais Elétricas e SEMESA pela controlada CPFL Geração

Autorizada pela ANEEL e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, foram aprovadas em AGE de Acionistas realizada em 30 de março de 2007 as incorporações das controladas indiretas CPFL Centrais Elétricas e SEMESA (incorporadas) pela controladora CPFL Geração (As Incorporadas). Por conseqüência, foram extintas, passando a controlada CPFL Geração a condição de sucessora de seus bens, direitos e obrigações.

Como as participações ligadas das Incorporadas foram avaliadas pelas suas respectivas valores contábeis na data base de 31 de dezembro de 2006, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2007 devem ser analisadas considerando os efeitos das incorporações destas investidas a partir de 1º de janeiro de 2007.

e) Foz do Chapecó – Reorganização Societária

A operação pela ANEEL foi aprovada em AGE realizada em 16 de julho de 2007 a reorganização societária na Foz do Chapecó que consistiu na extinção do Consórcio Foz do Chapecó (CLC) e na ingressão da Chapecoense Geração S.A. (Chapecoense), como acionista na Foz do Chapecó. Essa reestruturação societária manteve a participação dos sócios no empreendimento (51% da controlada CPFL Geração) agora diretamente na Foz do Chapecó.

A reorganização societária aprovada foi implementada mediante (i) um aumento de capital no montante de R$ 194.367 sendo R$ 74.875 com ações da Chapecoense representando a participação dos ativos detidos no CLC e recursos em espécie e R$ 109.593 pela capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital efetuado pela controlada CPFL Geração e pela Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT (R$ 93.231 e R$ 16.452 respectivamente) e (ii) a extinção do Consórcio Foz do Chapecó passando a Foz do Chapecó a deter a concessão do Aproveitamento Hidroelétrico de Foz do Chapecó.

f) Sul Sul e CPFL Brasil

Com o objetivo de simplificar a estrutura societária e ter maior transparência aos resultados do segmento de comercialização de energia, a Sociedade realizou aporte de capital na controlada CPFL Brasil mediante conferência da totalidade das ações que compõe o capital social da controlada CPFL Sul no montante de R$ 2.540, passando a CPFL Sul a partir de maio de 2007 ser controlada integralmente pela CPFL Brasil.

g) Paraíso

A Sociedade adquiriu 100% do capital social da Paraíso em 2007. A Paraíso por sua vez em 18 de junho de 2007 adquiriu 84.910.080 ações ordinárias e 84.910.080 ações preferenciais da CPFL Jaguariúna representando 100% de seu capital. A operação foi aprovada pela ANEEL em junho de 2007 e o valor de aquisição foi de R$ 407.710, gerando um ágio no montante de R$ 139.560 que, adicionados aos ajustes de consolidação e avaliação totalizaram R$ 41.943 e R$ 97.617 respectivamente. Ver nota 1 Contexto Operacional as investimentos detidos pela CPFL Jaguariúna. A Sociedade possui um PPAC na Paraíso no montante de R$ 429.210 em 31 de dezembro de 2007.

14.01 - Notas Explicativas

12.2 - Ágio e Deságio

	Consolidado				
	2007			2006	Taxa de amortização ao ano 2007
Descrição	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	
Ágio de Investidas					
Controladas					
CPFL Paulista	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
CPFL Piratininga	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
CPFL Geração	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Coligadas					
CPFL [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]				[illegible]	
CPFL [illegible]				[illegible]	
[illegible]				[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Sucessivas	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Mais-valia de Ativos					
Controladas					
CPFL [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
CPFL [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
CPFL [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
CPFL [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]		
Sucessivas	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	

Os ágios decorrentes de aquisição de participações societárias são amortizados proporcionalmente às curvas do lucro líquido projetado para o período remanescente da concessão, sendo essas taxas sujeitas à revisão periódica.

Nota - Notas Explicativas

Ágio de Aquisição:

Controladora: Referem-se basicamente à aquisição da totalidade das ações detidas pelas acionistas não controladoras da CPFL Geração em junho de 2006, CPFL Paulista e CPFL Piratininga em novembro de 2005, e RGE em dezembro de 2007.

CPFL Jaguamunar: Em junho de 2007, a controlada Perasi adquiriu 94.010.000 ações ordinárias e 94.810.000 ações preferenciais da CPFL Jaguamunar, representando 100% de seu capital total. O valor da aquisição foi de R$ 407.710 mil e adicionados aos gastos de consultoria e auditoria totalizaram R$ 411.943, gerando um ágio suportado pela expectativa de rentabilidade futura no montante de R$ 142.790.

Recomposição do Ágio

Com o objetivo de atender as determinações da ANEEL, e ciente que a amortização do ágio através de incorporação de controladora não tem impacto negativo no fluxo de dividendos aos acionistas, as controladas aplicaram os conceitos das Instruções CVM nº 319/99 versus nº 349/2001 sobre o Ágio na aquisição. Dessa forma, foi constituída uma provisão referente à dita ágio em contrapartida a reserva do patrimônio líquido das controladas de forma que o efeito da operação no patrimônio líquido e benefício fiscal do ágio incorporado. Estas alterações alteraram o investimento da Sociedade nas suas controladas, sendo necessária a constituição de um ágio de modo a recompor. Este ágio está sendo amortizado pela Geradora proporcionalmente as quotas de custo alocado para o período remanescente do contrato de concessão de suas controladas. As operações de reestruturação societárias realizadas em 2007 estão descritas na nota 12.1.

12.3 - Bens de Reversão

No consolidado o saldo está relacionado a ativos integrantes da Usina de Serra da Mesa que estão arrendados à Furnas Centrais Elétricas (Furnas), pelo prazo de 30 anos e findará em 2028 (vide detalhes na nota 1 Contexto Operacional).

Os bens de reversão são depreciados de acordo com sua vida útil estimada conforme taxas anuais definidas pela ANEEL e conforme condições gerais do contrato de concessão celebrado por FURNAS. Findo a concessão, será prevista a reversão destes bens à instalações ao Poder Concedente, mediante indenização pelo valor contábil.

A composição dos saldos bens é como segue:

	Consolidado				
	2007				2006
	Taxa Média Anual de Depreciação	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
	%				
Total					

C1856-CPFL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

Nota - Notas Explicativas

12.4 – Outros

Refere-se basicamente a participação de 5,84% que a controlada indireta Paulista Lajeado Energia S.A. detém no capital total da Investe SA, sendo 25.870 ações ordinárias e 16.412 ações preferenciais (ver nota 1 – Contexto Operacional para maiores detalhes do investimento). Este investimento está registrado pelo método de custo. Em função da participação detida nos acionistas não controladores através de ações preferenciais representarem 40,03% do capital total da Paulista Lajeado, e de os demais acionistas que detêm o direito a 10% de lucro nos termos do estatuto das participações, estes efeitos foram registrados no patrimônio líquido na linha de Participação de Acionistas não Controladores no passivo, totalizando R$ 72.908.

12.5 – Juros sobre o Capital Próprio ("JCP") e Dividendos:

	Controladora					
	Dividendos		JCP		Total	
Controladas	2007	2006	2007	2006	2007	2006
CPFL Paulista	405.[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
CPFL Piratininga	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
RGE	[illegible]	-	[illegible]		[illegible]	
CPFL Santa Cruz	[illegible]	-	[illegible]		[illegible]	
CPFL Geração	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
CPFL Brasil	[illegible]	[illegible]	-		[illegible]	[illegible]
CPFL Centrais	-	[illegible]	-			[illegible]
CPFL Santa	-	[illegible]	-			[illegible]
Outras	[illegible]	-	-		[illegible]	
Total	905.167	772.817	103.196	51.425	1.008.363	824.242

No exercício de 2007, a Controlada recebeu o montante de R$ 1.588,35 referente ao total do saldo de dividendos a receber de 2006 e dividendos e Juros sobre o Capital Próprio intermediários que foram declarados e provisionados em 2007.

Conforme comentado na nota 12.1 a Controlada efetuou capitalização de R$ 100.647 na CPFL Paulista através de conversão de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2006, conforme acordo de acionistas da BAESA, foram reconhecidos como "participações societárias – Ágio e diferença apurada na venda da BAESA" em percentual referente da participação da CPFL Geração no empreendimento. Dessa forma encontrava-se registrado em 2006 na controlada o montante de R$ 16.756 como dividendos a receber. Entretanto, em 2007 com base em negociação entre os acionistas, ficou estabelecido que o direito da CPFL Geração referente ao Resultado Diferenciado seria realizado mediante compensação financeira com os acionistas. Tendo sido os valores registrados em 2006 ajustados e o montante referente ao período de novembro de 2006 a dezembro de 2007 de R$ 21.750 foi reconhecido no resultado da CPFL Geração como "Outras Receitas Operacionais" em contrapartida em contas a receber – Outros Créditos no Não Circulante.

01656-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

Nota - Notas Explicativas

(10) IMOBILIZADO

Consolidado

	2007			2006
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Em Serviço				
Distribuição	11.548.208	(3.269.844)	8.278.364	7.888.826
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Geração	1.499.800	(744.427)	1.165.439	888.944
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Comercialização	201.438	(78.943)	122.495	101.992
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Administração	251.409	(158.564)	92.845	89.854
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	13.499.855	(4.251.778)	9.249.077	9.321.116
Em Curso				
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
	1.137.321	-	1.137.321	1.361.631
Subtotal	15.651.476	(4.251.778)	10.413.398	10.682.751
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total Imobilizado	12.788.922	(3.969.992)	11.318.930	9.693.926
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Imobilizado Líquido			8.796.346	8.192.947

Os bens e instalações utilizados na geração, distribuição e comercialização são vinculados a essas operações, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia, sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização, caso a caso, para desvinculação de bens reversíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

01856-0 CPFL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

(Mil - Milhões) (NA MOEDA DO PAÍS)
A taxa de depreciação média das ativas é de 3,0% a.a. nas distribuidoras e 2,5% a.a. nas geradoras.

Imobilizado em Curso: O saldo de imobilizado em curso no consolidado refere-se principalmente a obras em andamento das controladas operacionais, em ativo imobilizado, descritas na nota 1, ao termo em construído e seja

	CERAN	ENERCAN	BAESA	FOZ DO CHAPECÓ	TOTAL
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Os juros relativos aos empréstimos tomados por estas empresas para o financiamento das obras estão sendo ou foram capitalizados e somam no consolidado o montante de R$ 22.976 (R$ 30.600 em 2006).

Outros Ativos não Vinculados à Concessão - Referem-se a ágios de aquisições incorporados nas consolidadas RGE e CPFL Geração. Na RGE está relacionado à aquisição da própria controlada e é amortizado pelo período remanescente da sua concessão, proporcionalmente à curva de mercado projetado para o período desta anual de 3,6% em 2007. Na CPFL Geração está relacionado à aquisição da SEMESA (vide nota 12) e sua amortização é proporcional à curva de custo líquido projetado de operação pelo prazo remanescente do contrato de arrendamento com a detentora da concessão (UHE Mascarenhas), sendo utilizada para o exercício de 2007 a taxa anual de 5,25%, aplicada sobre o saldo líquido em 31 de dezembro de 2006 atualizado em R$ 269.056. Estas taxas estão sujeitas a revisão periódica.

Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão - Representam os valores residuais das contribuições vinculadas a concessão e subvenções destinadas ao custeio de investimentos para atendimento a pedidos de fornecimento de energia elétrica na atividade de distribuição. A baixa de seus saldos ocorrerá por ocasião da alienação ou retirada de operação dos bens construídos com recursos das Obrigações Especiais, independentemente da sua data de formação, estão sendo seus efeitos anulados no resultado contábil através da amortização das referidas obrigações, sendo a controlada CPFL Piratininga registrado em 2007 o montante de R$ [illegible].

As controladas em conjunto CERAN, ENERCAN, BAESA e Foz do Chapecó e a controlada em conjunto Paulista Lajeado quando da assinatura dos respectivos Contratos de Concessão assumiram perante a União obrigações relativas à outorga de concessão a título de Uso de Bem Público. As obrigações são atualizadas anualmente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M que na data base de 31 de dezembro de 2007 apresentavam os seguintes valores:

Nota - Notas Explicativas

Empresas	Valor Justo - Participação Total	Valor Justo - Participação Controle Direto	Valor Justo - Participação Total	Valor Justo - Participação Controle Direto	Origem da Avaliação	Data Base	Data Base
CERAN	5.150	5.150	182.500	182.500	JUS	Mar/2007	Nov/2006
ENERCAN	1.511	756	42.508	20.508	JM	Jan/2006	Out/2004
BAESA	19.517	4.129	218.819	174.731	JUS	Jan/2007	Mai/2006
Parque Eólopolis	33.344	17.006	203.702	103.888	VNC	Dez/2006	Mai/2006
Paulista Lajeado	2.224	224	60.152	6.567	VNC	Jan/2006	Jan/2006
TOTAL	80.280	35.855	1.888.181	930.315			

As controladas CERAN, ENERCAN, BAESA e Paulista Lajeado registram em despesa os valores [illegible] Demonstração do Resultado.

(14) FORNECEDORES

	Consolidado	
	2007	2006
Circulante		
Encargos de Serviços do Sistema	5.196	[illegible]
Suprimento de Energia Elétrica	272.438	215.103
Encargos de Uso da Rede Elétrica	94.201	75.131
Materiais e Serviços	49.124	32.004
Cotas Anuais	5.559	4.224
Passivo Regulatório (nota 3)	35.975	100.547
Outros	5.057	9.218
Total	367.954	354.161
Não Circulante		
Passivo Regulatório (nota 3)	223	-

(15) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

[illegible]

01056-0 COPEL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

[illegible]

Nota - Valores em R$ de Mil (R$ '000)

Principais captações:

Moeda Nacional

BNDES - Investimento (CPFL Paulista - FINEM III) - A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 2007 no montante de R$ 158.541 que faz parte de uma linha de crédito do FINEM a ser aplicado na expansão e modernização do Sistema Elétrico. Durante o ano, a controlada recebeu o montante de R$ 125.011 e o saldo remanescente de R$ 33.530 tem previsão de liberação para o exercício de 2008. Os juros vêm sendo pagos trimestralmente a partir de 15 de janeiro de 2008 as amortizações serão efetuadas mensalmente.

BNDES - Investimento (CPFL Piratininga - FINEM III) – A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2007 no montante de R$ 12.674 que faz parte de uma linha de crédito do FINEM a ser aplicado na expansão e modernização do Sistema Elétrico. Até a data de 31 de dezembro de 2007 a controlada recebeu o montante de R$ 9.316 e o saldo remanescente de R$ 3.358 tem previsão de liberação para 2008. Os juros vêm sendo pagos trimestralmente e a partir de 15 de janeiro de 2008 as amortizações serão efetuadas mensalmente.

BNDES - Investimento (CERAN) – No exercício de 2007 foram liberados para a controlada os três novos períodos dos empréstimos contratados em fevereiro de 2004 junto ao BNDES destinados ao financiamento dos empreendimentos Castro Alves e 14 de Julho no montante de R$ 16.502 (R$ 104.076 proporcional à participação acionária CPFL Geração).

BNDES - Investimento (Foz do Chapecó) – A Diretoria do BNDES aprovou em 2007 a concessão de crédito para a controlada Foz do Chapecó no montante de R$ 1.666.838 para serem alocados nas obras de construção do Aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó. Foi concluído em 2007 o montante de R$ 480.000 (R$ 244.800 proporcional à participação da CPFL Geração). Para normal cumprimento dos compromissos anteriormente à liberação dos recursos do BNDES, foram realizados empréstimos de curto prazo junto a instituições financeiras no montante de R$ 996.000 (R$ 507.960 proporcional à participação da CPFL Geração).

Moeda Estrangeira

Instituições Financeiras (CPFL Paulista) - A controlada contratou empréstimo em moeda estrangeira junto ao Banco ABN AMRO REAL em agosto de 2007 no montante de R$ 300.000 com finalidade de reforço de depósito judicial (nota nº 20).

Instituição Financeira (RGE) – No exercício de 2007 a controlada contratou empréstimo junto ao Banco do Brasil no montante de R$ 27.000 com finalidade de financiar as necessidades de capital de giro.

Instituições Financeiras (CPFL Geração) - A controlada contratou linhas de créditos junto ao Banco do Brasil destinadas a honrar compromissos de curto prazo no montante de R$ 177.000 com vencimentos entre fevereiro de 2008 a abril de 2010. Os juros serão amortizados juntamente com o principal entre fevereiro de 2008 e abril de 2010.

Instituições Financeiras (Controladora): Referem-se ao empréstimo contratado em 2006 pela Nota 4 junto ao Banco do Brasil no montante de R$ 200.000 para aquisição de participação societária na controlada CPFL Santa Cruz com vencimento em principal e juros em setembro de 2009. Em

C1856-O CPFL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

(Mil - Mil de R$ (Mil de R$))
2007 o empréstimo foi assumido pela Sociedade no processo de execução de dívida ca cervalada

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos de longo prazo têm vencimentos assim programados:

Vencimento	Consolidado
2009	1.307.405
2010	387.245
2011	270.370
2012	132.784
Após 2012	1.370.300
Total	3.668.104

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição da dívida anteriormente em moeda nacional estão assim demonstrados:

	Variação acumulada em %		% da dívida	
Indexador	2007	2006	2007	2006
IGP-M	7,75	3,83	7,75	7,15
IPCA/IBGE	10,77	7,60	5,11	4,95
TJLP	6,96	7,67	77,5%	67,15
CDI	11,82	15,03	10,82	11,45
SELIC	11,65	15,00	0,09	15,79
Outros			2,07	2,27
			100,00	100,00

OPERAÇÕES DE SWAP

Os ganhos e perdas líquidos reconhecidos às operações de swap são detalhados pela Sociedade e suas controladas, incluindo as correlacionadas sobre operações de curto prazo, são contabilizados na conta de natureza Derivativos (ativo ou passivo) apontada as receitas e despesas financeiras. O resultado destas operações que em 31 de dezembro de 2007 resultou em um ativo de R$ 995 e um passivo de R$ 1.016.739 (passivo de R$ 74.756 em 31 de dezembro de 2006).

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

Os financiamentos junto ao BNDES estão vinculados à CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE (i) a somente realizarem o pagamento de Dividendo e Juros sobre Capital Próprio cujo montante exceda o dividendo mínimo obrigatório previsto em lei, após a aprovação do BNDES e do banco líder da operação, (ii) ao atendimento integral das obrigações restritivas estabelecidas no contrato e (iii) à manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré estabelecidos, como segue:

Item - Notas Explicativas

CPFL Paulista

BNDES - FINEM I – (Banco de: BRADESCO)

- Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA – valor máximo de 3,0 de 2007 a 2008

- Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e do Patrimônio Líquido – valor máximo 0,60 em 2007 e 2008

BNDES - FINEM II – (Banco líder: BANCO DO BRASIL)

- Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA – valor máximo de 3,0 de 2007 a 2013

- Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e do Patrimônio Líquido – valor máximo de 0,60 em 2007 e 2008 e valor máximo de 0,75 de 2009 a 2013

BNDES - FINEM III – (Banco líder: BANCO DO BRASIL)

- Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA – valor máximo de 3,0 de 2007 a 2013

- Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e do Patrimônio Líquido – valor máximo de 0,60 em 2007 e 2008 e valor máximo de 0,75 de 2009 a 2013

CPFL Piratininga

BNDES - FINEM I – (Banco de: ITAÚ BANCO)

- Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA – valor máximo 2,5 em 2007 e valor máximo 3,0 em 2008 e valor máximo de 2,5 em 2009 a 2010
- Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e do Patrimônio Líquido – valor máximo 0,60 de 2007 a 2010

BNDES - FINEM II – (Banco líder: BANCO DO BRASIL)

- Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA – valor máximo de 2,5 em 2007, valor máximo de 3,0 em 2008 e valor máximo de 2,5 de 2009 a 2013
- Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e do Patrimônio Líquido – valor máximo de 0,6 de 2007 a 2013

RGE

BNDES - FINEM I (Banco líder: Caixa Econômica Federal)

- Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA menor ou igual a 3,0
- Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido com o Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,6

01656-0 CPFL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

Nível - Nível 2 (NL) (Regulamento de Listagem)

BNDES - FINEM (Banco líder UNIBANCO)

- Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA – menor ou igual a 2,5
- Endividamento financeiro líquido dividido pelo endividamento financeiro líquido adicionado ao Patrimônio Líquido – menor ou igual a 0,5

Banco Itaú BBA - Contém cláusulas restritivas quanto à alteração ou modificação do Capital Social quanto a qualquer mudança, transferência ou cessão direta ou indireta do controle societário, ou sobre a incorporação, fusão ou cisão sem a prévia e expressa anuência do credor. Adicionalmente os seguintes índices financeiros devem ser observados:

- EBITDA dividido pelas Despesas Financeiras líquidas maior ou igual a 1,6
- Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA menor ou igual a 2,7

Banco ABN AMRO Real - Exige o cumprimento dos seguintes índices financeiros:

- Endividamento total dividido pelo EBITDA menor ou igual a 3,5
- Índice de cobertura de juros maior ou igual a 2,0
- Endividamento total mais dívida dada Capitalização menor ou igual a 0,55

CPFL Geração

Os empréstimos captados do BNDES nas contratações indiretas em conjunto ENERCAN, BAESA, CERAN e Foz do Chapecó, determinam restrições ao pagamento de dividendos e contratos CPFL Geração acima do mínimo obrigatório de 25% com a prévia anuência do BNDES.

Os financiamentos da ENERCAN junto às instituições BNDES e BID também estabelecem que para o pleno cumprimento do contratado a manutenção de determinados índices financeiros em patamares pré-estabelecidos.

Em decorrência dos aportes ocorridos em novembro de 2005 nas usinas de Desde da Ultra Campos Novos que ocasionaram a postergação do início da operação comercial das 3 unidades geradoras, a geração de caixa necessária ao atendimento de algumas das obrigações contratuais no prazo originalmente previsto ficou postergada. A administração da ENERCAN já solicitou as referidas readequações financeiras e revisão dos prazos junto aos credores, tendo obtido a confirmação de que não constará nessa revisão a decretação de vencimento antecipado da dívida contratada.

Diversos empréstimos e financiamentos das controladas diretas e indiretas estão sujeitos a antecipação de seus vencimentos no caso de alterações na estrutura societária da Sociedade ou na estrutura societária das controladas que impliquem na perda, por parte dos atuais acionistas da Sociedade, do controle acionário ou do controle sobre a gestão da Sociedade, ou ainda na diminuição da participação direta ou indireta da VBC Energia S.A. sobre o capital da controlada CPFL Paulista a um percentual abaixo de 25%.

Adicionalmente o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode acarretar o inadimplemento em relação a outras obrigações contratuais nesse referidas.

[illegible]
A Administração da Sociedade e de suas controladas monitoram esses níveis de forma sistemática e constante, garantindo que as cláusulas sejam atendidas. No entendimento da Administração da Sociedade e de suas controladas, assim pela comparação relacionada da controlada recreta ENERCAN, tais condições restritivas e cláusulas vem sendo adequadamente atendidas.

(16) DEBÊNTURES

[illegible]

O saldo de Debêntures da longo prazo tem seus vencimentos assim programados:

Vencimento	Consolidado
2009	[illegible]
2010	[illegible]
2011	[illegible]
2012	[illegible]
Após 2012	[illegible]
TOTAL	2.208.472

CPFL Energia

Em 25 de outubro de 2007 foram subscritas e integralizadas 65.000 debêntures não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, em série única da espécie subordinada. O valor nominal unitário na data da emissão foi de R$ 10. A remuneração será paga semestralmente, com o primeiro vencimento em março de 2008. A presente emissão integra a estrutura de captação de recursos da Sociedade para financiamento da aquisição da CPFL Jaguariúna. A aquisição da totalidade do capital CPFL Jaguariúna foi realizada em 18 de junho de 2007 por meio de utilização da controlada Perácio Tenaz e foi aprovada pela ANEEL em junho de 2007. Os recursos obtidos com a emissão das debêntures poderão ser destinados ao pagamento antecipado da dívida representada pelas notas promissórias de 2ª emissão da emissora, cujos recursos foram utilizados

01656-0 CPFL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

RGE

Em 1º de dezembro de 2007, a controlada RGE promoveu a terceira emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, escritural e nominativa, sem a emissão de cautelas, não conversíveis em ações e sem opção de repactuação programada. A emissão será realizada em série única, sendo cada série composta por uma unidade e possível debênture. Os objetivos da emissão foram adequar o perfil econômico-financeira da controlada RGE, proporcionar liquidez suficiente para suportar os investimentos em andamento e possibilitar a liquidação da dívida que vencerá em 2009. O valor total da emissão será de R$ 380.000. A 1ª série foi subscrita e integralizada em dezembro de 2007 no montante de R$ 100.000, com prazo de 6 anos e com vencimento final em 1º de dezembro de 2013. Os valores relativos à remuneração das debêntures são pagos semestralmente, sempre no dia 1º dos meses de junho e dezembro de cada ano.

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas comumente dispostas que requerem da Sociedade e suas controladas a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Os principais índices são os seguintes:

CPFL Energia

- Terceira emissão:

  a) a relação entre dívida líquida e EBITDA menor ou igual a 3,0 vezes; e

  b) a relação entre EBITDA e resultado financeiro maior ou igual a 2,25 vezes.

CPFL Paulista

- Segunda emissão e Terceira emissão:

  a. a relação entre EBITDA e despesas financeiras maior ou igual a 1,5 para todas as áreas;

  b) em relação à capitalização total, o nível de capital próprio deve ser no mínimo 40% enquanto o nível de dívida de terceiros deve ser no máximo 60%.

- Terceira emissão:

  a. a relação entre dívida líquida e EBITDA menor ou igual a 3,0 vezes; e

  b) a relação entre EBITDA e resultado financeiro maior ou igual a 2,25 vezes.

CPFL Piratininga

- Primeira emissão:

  a. Relação entre Dívida Líquida e EBITDA menor ou igual a 3 vezes; e
  b) Relação entre EBITDA e Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25 vezes.

Nota - Valores em Milhões de Reais
RGE

- Seguros emissão

a) Dívida Total (incluída pela EBITDA menor ou igual a 3,0
b) EBITDA cobrindo pelas Despesas Financeiras maior ou igual a 2,5
c) Dívida Total incluída pela Capitalização Total menor ou igual a 0,65

BAESA

As debêntures da emissão da controlada indireta BAESA prevêem o vencimento antecipado quando o índice de endividamento for superior a limite de 70% dos seus ativos totais.

Diversas debêntures das controladas diretas e indiretas estão sujeitas a amortização de seus saldos mediante alterações na estrutura societária da Sociedade ou na estrutura societária das controladas que impliquem na perda, por parte dos atuais acionistas da Sociedade, do controle acionário ou do controle sobre a gestão da Sociedade, ou ainda na diminuição da participação direta ou indireta da VBC Energia S.A. sobre o capital da controlada CPFL Paulista para um percentual abaixo de 20%.

No entendimento da Administração da Sociedade e suas controladas, tais cláusulas restritivas e cláusulas vem sendo adequadamente atendidas.

O não cumprimento das restrições mencionadas acima pode acarretar o vencimento antecipado em relação a outras obrigações contratuais.

(17) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

As controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Geração através da Fundação CESP, a controlada RGE através da Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE e controlada CPFL Santa Cruz através da BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil e controlada CPFL Jaguari, via através da BRASLIGHT Fundo de Pensão, mantêm Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados. As principais características desses planos são:

I – CPFL Paulista

Atualmente vigora para os funcionários da controlada CPFL Paulista um Plano de Benefício Misto com as seguintes características:

a. Plano de Benefício Definido (BD) – vigente até 31 de outubro de 1997 – plano de benefício básico que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS) na forma de renda vitalícia reversível em pensão aos empregados inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data e sobre a cumprimento das requisitos regulamentares da concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada.

b) A adoção de um modelo misto a partir de 1º de novembro de 1997 que contempla:

- aos participantes do plano previdenciário o benefício definido em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada;

Nota - Valores Mobiliários

- As aposentadorias programáveis no contrato de continuidade obtida que consiste em um plano previdenciário que até a concessão da renda vitalícia reversível ou não em pensão é do tipo contribuição definida não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia reversível ou não em pensão é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada.

Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997, foi reconhecida uma obrigação pela controlada referente ao déficit do plano apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP, a ser liquidada em 360 parcelas que vem sendo amortizada mensalmente acrescida de juros de 6% a.a. e corrigido pelo IGP-DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 25 de julho de 2003, os prazos de pagamento sofreram alteração para 175 parcelas mensais e 14 parcelas anuais, tendo como referência e data base de 31 de dezembro de 2005, com vencimento final em 31 de julho de 2020. O saldo da obrigação em 31 de dezembro de 2007 é de R$ 560.130 (R$ 573.715 em 31 de dezembro de 2006).

II – CPFL Piratininga

Em 02 de abril de 1998, a Secretaria de Previdência Complementar – SPC, aprovou a reestruturação do plano previdenciário mantido anteriormente pela Bandeirante, cindindo-o em um Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS" e um Plano de Benefício Misto", com as seguintes características:

a) Plano de Benefício Definido (PBD) – vigente até 31 de março de 1998 – plano de benefício saldado que concedia um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS) na forma de renda vitalícia reversível em pensão aos empregados inscritos até 31 de março de 1998 de valor definido em função da proporção de tempo de serviço passado acumulado até a referida data e parte do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade inicial pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada.

b) Plano de Benefício Definido – vigente após 31 de março de 1998 – plano do tipo BD que concedia renda vitalícia reversível em pensão proporcional ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998 na base de 70% da média salarial mensal real referente aos últimos 36 meses de carreira no caso de morte em carreira e entrega em rivalidade os benefícios proporcionais ao tempo de serviço passado incluindo o acumulado até 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é partilhada entre a controlada e os participantes.

c) Plano de Contribuição Definida – implementado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998. É um plano previdenciário que até a concessão da renda vitalícia reversível ou não em pensão, é do tipo contribuição definida não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia reversível ou não em pensão é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada.

Em setembro de 1997, através de Instrumento Contratual de ajuste de reservas a amortizar foi reconhecida uma obrigação a pagar pela Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (empresa antecessora da Bandeirante) referente ao déficit do plano apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP, a ser liquidada em 360 parcelas, que vem sendo amortizada

(Mil - Milhões R$ (Mil) / Milhões)

mensalmente, acrescida de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 25 de junho de 2008, os prazos de pagamento sofreram alteração para 180 parcelas mensais e 16 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2006, com vencimento final em 1º de março de 2021. O saldo da obrigação em 31 de dezembro de 2007 é de R$ 145.813 (R$ 160.258 em 31 de dezembro de 2006).

III – RGE

Plano de benefício definido com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos salários, incluindo o presumido benefício da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado administrado pela ELETROCEEE. Esta benefício é de direito somente para os empregados que tiveram os contratos de trabalho sub-rogados da CEEE para RGE.

IV – CPFL Santa Cruz

O plano de benefícios da controlada CPFL Santa Cruz é administrado pela FUNSEJEM, passou a partir de 01 de novembro de 2007 a ser administrada pela SS Previdência – Fundo de Pensão da Santa Cruz do Brasil. O plano da controlada CPFL Santa Cruz está estruturado na modalidade de contribuição definida.

V – CPFL Geração

Atualmente vigora para as funcionárias da controlada CPFL Geração um "Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado e um "Plano de Benefícios Misto", patrocinados pela CPFL Paulista.

Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997 na Ânsia, mantido pela CPFL Paulista, foi reconhecido uma obrigação a pagar pela controlada CPFL Geração referente ao déficit do plano apurado pelos atuários externos da Fundação CESP, a qual vem sendo amortizada em 240 parcelas mensais e sucessivas de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 25 de junho de 2008, os prazos de pagamento sofreram alteração para 178 parcelas mensais e 14 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2006, com vencimento final em 31 de outubro de 2020. O saldo da obrigação, a qual é ajustada anualmente conforme evolução do contencioso, pelo laudo pelo critério de Secretaria de Previdência Complementar em 31 de dezembro de 2007 é de R$ 11.216 (R$ 11.575 em 31 de dezembro de 2006).

VI – CPFL Jaguariúna

Em Dezembro de 2005, as companhias aderiram ao plano de previdência privada denominado CNSPREV, administrado pela INPREV Fundo de Pensão. O plano está estruturado na modalidade de contribuição definida.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 de suas controladas, conforme laudo preparado por atuário externo, inclusive com premissas validadas pela Administração, segundo as práticas da Deliberação CVM 371/00, estão assim apresentados:

14.01 - Mutações do Patrimônio Líquido

	2007				
	Capital Realizado	Reservas de Lucros	Ações em Tesouraria	Prejuízos Acumulados	Consolidado
Saldo Inicial Patrimônio Líquido	2.717.000	1.000.000	0	0	3.717.000
Saldo Inicial Ajustado	2.717.000	1.000.000	0	0	3.717.000
Aumento (Redução) de Capital Social	0	0	0	0	0
Reservas de Reavaliação	0	0	0	0	0
Reservas de Lucros	0	0	0	0	0
Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	0
Dividendos	0	0	0	0	0
Saldo Final Patrimônio Líquido	2.717.000	1.000.000	0	0	3.717.000

	2006				
	Capital Realizado	Reservas de Lucros	Ações em Tesouraria	Prejuízos Acumulados	Consolidado
Saldo Inicial Patrimônio Líquido	2.717.000	1.000.000	0	0	3.717.000
Saldo Inicial Ajustado	2.717.000	1.000.000	0	0	3.717.000
Aumento (Redução) de Capital Social	0	0	0	0	0
Reservas de Reavaliação	0	0	0	0	0
Reservas de Lucros	0	0	0	0	0
Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	0
Dividendos	0	0	0	0	0
Saldo Final Patrimônio Líquido	2.717.000	1.000.000	0	0	3.717.000

Os ganhos atuariais não reconhecidos em 31 de dezembro de 2007 que excedem 10% das obrigações ou dos ativos do Plano terão necessidade de reconhecimento futuro através de amortização durante o período de vida útil remanescente dos participantes do plano.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	2007				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Geração	Consolidado
Saldo Inicial Ativo (Passivo) Líquido	0	0	0	0	0
Saldo Inicial Ativo (Passivo) Líquido Ajustado	0	0	0	0	0
Despesa (Receita) Reconhecida no Período	0	0	0	0	0
Contribuições Pagas	0	0	0	0	0
Saldo	0	0	0	0	0
Custo do Serviço	0	0	0	0	0
Custo dos Juros	0	0	0	0	0
Retorno Esperado dos Ativos do Plano	0	0	0	0	0
Custo do Serviço Passado	0	0	0	0	0
Perda (Ganho) Atuarial Reconhecido	0	0	0	0	0
Despesa (Receita) Reconhecida no Período	0	0	0	0	0

	2006				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Geração	Consolidado
Saldo Inicial Ativo (Passivo) Líquido	0	0	0	0	0
Saldo Inicial Ativo (Passivo) Líquido Ajustado	0	0	0	0	0
Despesa (Receita) Reconhecida no Período	0	0	0	0	0
Contribuições Pagas	0	0	0	0	0
Saldo	0	0	0	0	0
Custo do Serviço	0	0	0	0	0
Custo dos Juros	0	0	0	0	0
Retorno Esperado dos Ativos do Plano	0	0	0	0	0
Custo do Serviço Passado	0	0	0	0	0
Perda (Ganho) Atuarial Reconhecido	0	0	0	0	0
Despesa (Receita) Reconhecida no Período	0	0	0	0	0

01656-0 COPEL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

[illegible] - NOTAS EXPLICATIVAS

As explicativas de alíquotas efetivas para receitas e despesas reconhecidas no exercício de 2008 e de receitas reconhecidas em 2007 são como segue:

	2008 Reclassificado				
	COPEL Plano de	COPEL Previdência	HCB	COPEL Consolidado	Consolidado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Receita	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Receita Líquida	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total Receita	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

	2007 Reclassificado				
	COPEL Plano de	COPEL Previdência	HCB	COPEL Consolidado	Consolidado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Receita	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Receita Líquida	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total Receita	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

(*) Plano com custeio normal paritário entre a patrocinadora HCB e os participantes e portanto foi reconhecido somente 50%

Na demonstração do resultado as despesas e receitas foram registradas nas seguintes rubricas:

	2008				
	COPEL Plano de	COPEL Previdência	HCB	COPEL Consolidado	Consolidado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

	2007				
	COPEL Plano de	COPEL Previdência	HCB	COPEL Consolidado	Consolidado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

O item extraordinário registrado em 2008 refere-se ao déficit do plano apurado em 31 de dezembro de 2007, quando da adoção da ICVM nº 371, a qual foi tratado e amortizado nos anos subsequentes, sendo que sua amortização foi finalizada em 31 de dezembro de 2008.

CIBRA-O CIBRA ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

Nota - Notas Explicativas

As principais práticas contábeis adotadas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

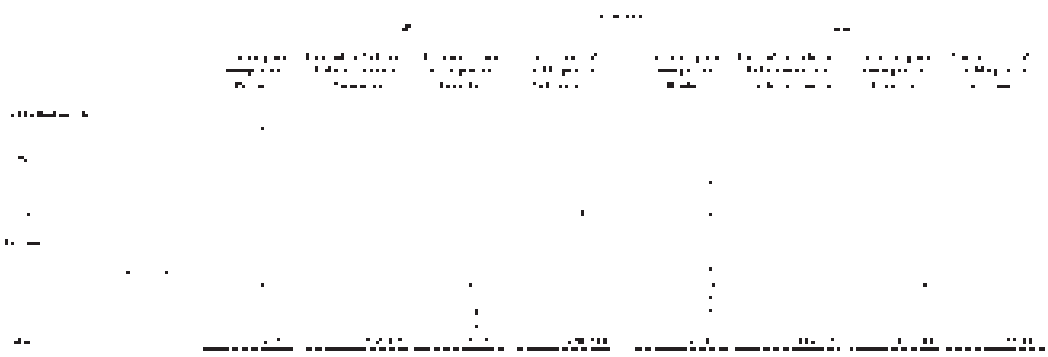
	Consolidado		Individual	
	2007	2006	2007	2006

(18) TAXAS REGULAMENTARES

	Consolidado	
	2007	2006
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	7.327	-
Reserva Global de Reversão - RGR	5.741	5.751
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.670	1.755
Conta de Consumo de Combustível - CCC	27.166	70.802
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	31.982	25.015
Total	68.686	105.013

(19) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Consolidado			
	Consolidado		Não Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Total				



	Consolidado						
	CBEE	Obrigações Vinculadas à Concessão	Fiscais	Previdenciárias	Regulatórias	Ambientais e Outras	TOTAL
Saldo em 31/12/2000	0	0	0	0	0	0	0
Adições	0	0	0	0	0	0	0
Baixas	0	0	0	0	0	0	0
Provisões para Contingências	0	0	0	0	0	0	0
Saldo	0	0	0	0	0	0	0
Depósitos Judiciais (nota 11)	0	0	0	0	0	0	0

As provisões para contingências foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Sociedade e suas controladas são parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais e da Administração da Sociedade e de suas controladas.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios processos judiciais e autos de infração é como segue:

a) **Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de horas extras, horas in itinere, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações.

Nos termos do Instrumento de Cisão da Bandeirante, a controlada CPFL Piratininga é responsável pelas obrigações correspondentes aos riscos contingentes dos empregados lotados nas respectivas regiões por ela assumidas, enquanto que as ações contenciosas anteriores à data de efetivação da cisão, 1º de outubro de 2001, são assumidas na proporção percentual das controladoras antes da referida cisão (50% para a Bandeirante e 44% para a CPFL Piratininga).

b) **Danos Pessoais** - Referem-se principalmente a ações de indenizações. Tais processos incluem questionamentos relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica das controladas contra consumidores, dentre os quais, entre outras

c) **Majoração Tarifária** - Corresponde a vários pedidos de consumidores industriais, devido a majorações impostas pelas Portarias DNAEE nºs 38 e 45, de 27 de fevereiro e 4 de março de

1.Ref - Notas Explicativas

1995 respectivamente, quando estava em vigor o congelamento de preços do Plano Cruzado.

d) Energia Comprada - Em decorrência da perda de consumidores livres as controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga solicitaram redução na demanda de potência nos contratos iniciais sendo para almania atendida pela ANEEL. As controladas ingressaram ação judicial motivada pela não concordância com os montantes fixados determinados pela ANEEL alegando divergência nos cálculos e efetuando depósitos judiciais mensais dos valores em questão.

e) FINSOCIAL - Refere-se à questionamento judicial quanto à majoração de alíquota e cobrança do FINSOCIAL no período de junho de 1989 a outubro de 1991.

f) PIS E COFINS - JCP - A Sociedade obteve, em Abril de 2005 liminar visando o não recolhimento de PIS e COFINS incidentes sobre a receita de juros sobre o capital próprio.

g) Imposto de Renda - Na controlada CPFL Piratininga o registro referente à glosa objeto visando a dedutibilidade fiscal da CSLL no cálculo do IRPJ. No controlada CPFL refere-se basicamente à perda da suspensão da decisão da Secretaria da Receita Federal visando conseguir a dedutibilidade de valores referentes à complementação de aposentadorias de beneficiários da Fundação ELETROCEEE.

h) Fiscais Outras - Refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa de natureza regulatória decorrente da operação nas regiões das controladas referentes a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS e SAT.

i Perdas possíveis - A Sociedade e suas controladas são parte em ações de natureza cível nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances da sua não obtenção de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para as mesmas. Estas questões não representam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares considerados como prováveis ou remotos e por este motivo não nenhuma provisão sobre as mesmas foi constituída. As reclamações classificadas como perdas possíveis em 31 de dezembro de 2007 estavam assim representadas: (a) R$ 211.402 trabalhistas (R$ 188.847 em 31 de dezembro de 2006); (b) R$ 858.730 cíveis, representadas basicamente por danos pessoais, materiais, ambientais e majoração tarifária (R$ 421.474 em 31 de dezembro de 2006); e (c) R$ 400.709 fiscais, relacionadas basicamente a Imposto de Renda, ICMS, FINSOCIAL e PIS e COFINS (R$ 327.475 em 31 de dezembro de 2006).

j Outros - Depósitos Judiciais - Imposto de Renda - referente à discussão da dedutibilidade para fins de imposto de renda de despesa reconhecida no exercício de 1997 referente à contribuição do plano de pensão dos funcionários da controlada CPFL Paulista pertencente à Fundação CESP, em razão de seu objeto de alienação e novação da dívida naquele exercício. A controlada CPFL Paulista baseada em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil obteve resposta favorável consolidada na Nota MF/SRF/COSIT 19582 nº 157 de 09 de abril de 1998 e tomou a dedutibilidade fiscal da despesa, gerando consequentemente prejuízo fiscal nesse exercício. Em março de 2000 a controlada CPFL Paulista foi autuada por autoridades fiscais, relativamente ao uso do prejuízo fiscal nos exercícios de 1997 e 1998. Em 2007, em consequência de decisão judicial exigindo o depósito para permitir a continuidade das discussões, a controlada CPFL Paulista efetuou o referido pagamento no valor de R$ 360.266 (R$ 372.116 atualizado pelo SELIC em 31 de dezembro de 2007) como depósito para garantia de juízo. Baseada na posição atualizada dos advogados que cuidam dessa ação, a chance de perda continua classificada como remota.

[illegible]

A Administração da Sociedade e de suas controladas baseada no que lhe foi informado pelos seus assessores jurídicos não espera perdas contingentes significativas que não estejam cobertas por provisões suficientes ou não estejam divulgadas acima ou que possam impactar significativamente sobre os resultados futuros.

(21) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Consolidado		Controladora	
	Circulante		Não Circulante	
	2007	2006	2007	2006
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	427.721	283.732	815.406	520.345

a) **Consumidores e Concessionárias** - As obrigações com consumidores referem-se a contas pagas em duplicidade e a casos de faturamento a serem compensados ou restituídos e em 08 participações de consumidores no Programa de Universalização. Valores com concessionárias referem-se basicamente a transações relacionadas à baixa parcial da Bandeirante pela controlada CPFL Piratininga.

b) **Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética** - As controladas reconheceram passivos relacionados a valores a faturados em tarifas pela Receita Operacional Líquida, mas ainda não aplicados nos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal com base na SELIC, além do rendimento de sua efetiva realização.

c) **Adiantamentos** – No curto prazo referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços. No Passivo Não Circulante refere-se a aporte financeiro recebido exclusivamente pela acionista Chapecoense na Foz do Chapecó. A controlada CPFL Geração estará reconhecendo futuramente os ativos relativos à sua participação mediante a necessidade fluxo de recursos no empreendimento de Foz do Chapecó.

d) **Juros sobre Empréstimo Compulsório** - Referem-se a repasse de recursos oriundos da Eletrobrás aos consumidores industriais.

e) **Encargos da Capacidade Emergencial ("ECE") e Encargo de Aquisição de Energia Emergencial ("EAEE")** - Referem-se aos encargos tarifários incorporados à contratação de capacidade e energia emergencial cobrados do consumidor até janeiro de 2006 e serem repassados para a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial ("CBEE").

CIBRASA - CIBRA ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

Nota - Notas Explicativas

(22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio da Sociedade em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 está assim distribuída:

	Quantidade de ações			
	2007		2006	
Acionistas	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	378.411.826	100,00	378.256.120	100,00

22.1 Aumento de Capital - Em Assembleia Geral Extraordinária da Sociedade e da controlada RGE realizadas em 18 de dezembro de 2007 foi aprovada a incorporação de totalidade das ações ordinárias dos acionistas não controladores da controlada RGE ao patrimônio da CPFL Energia com aumento de capital na Sociedade de R$ 5.225, mediante a emissão de 154.206 ações ordinárias (nota 12).

22.2 Juros sobre Capital Próprio e Dividendo

	Controladora	
	2007	2006
Juros sobre o Capital Próprio	445	457
Dividendos a Pagar		
VBC Energia S.A.	204.217	209.150
CPFL Participações S.A.	223.547	204.553
Chamaa Participações S.A.	99.447	91.956
BNDES Participações S.A.	41.142	37.392
Demais Acionistas	170.305	183.668
Subtotal	738.189	726.341
Total	738.634	726.798

Durante 2007 a Sociedade efetuou pagamento no montante de R$ 1.557.428 referente respectivamente aos dividendos declarados em 31 de dezembro de 2005 e 30 de junho de 2007.

O Conselho de Administração da Sociedade aprovou em [illegible] de 2007 a distribuição de lucro líquido apurado na data base de 30 de junho de 2007 na forma de dividendos intermediários no montante de R$ 842.375 (montante líquido de R$ 1,763837668 por ação).

C1856-O COPEL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

22.3 - Destinação do Lucro Líquido do Exercício

O Estatuto Social da Sociedade prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei das sociedades de suas ações.

Para este exercício a Administração da Sociedade está propondo a distribuição do saldo do lucro líquido, após a dedução de R$ 718.886 na forma de dividendos intermediários e R$ 1.697.964.930 por ação, conforme demonstrado a seguir:

Lucro Líquido do Exercício - Controladora	1.843.436
Constituição da Reserva Legal	(92.172)
Lucro Líquido Base para Destinação	1.561.264
Dividendo Intermediário	(842.375)
Dividendo Proposto	(719.589)

22.4 - Reserva de Capital

Refere-se a ganho com alienação de ações em tesouraria. Essas ações eram decorrentes de direito de minoria das acionistas não-detentoras da incorporação das ações das acionistas não controladoras. As ações foram alienadas com ganho de R$. É registrado como Reserva de Capital.

01856-0 COPEL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

[illegible]

(23) RECEITA OPERACIONAL

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

As contabilizações que originaram outras receitas e vendas estão apresentadas na nota 3 (e) (Energia Livre) e nota 12.5 (Resultado diferenciado - RORDA).

(24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado			
	Controladora		Consolidado	
Energia Comprada para Revenda				
Energia Comprada para Revenda - Ambiente Regulado - ACR				
[illegible]				
[illegible]				
[illegible]				
[illegible]				
[illegible]				
[illegible]				
[illegible]				
[illegible]				
[illegible]				
[illegible]				
Energia Comprada em Ambiente de Comercialização Livre - ACL				
[illegible]				
[illegible]				
[illegible]				
[illegible]				
[illegible]				
[illegible]				
Subtotal				
Encargos de Uso dos Sistemas de Transmissão e Conexão				
[illegible]				
[illegible]				
[illegible]				
[illegible]				
[illegible]				
[illegible]				
Subtotal				
Total				

01856-0 COPEL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

[illegible] - Notas Explicativas

(25) DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Despesas com Vendas				
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total			358.353	344.207
Despesas Gerais e Administrativas				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	24.429	18.934	355.804	314.409
Outras Receitas/Despesas Operacionais				
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total	-	-	24.429	19.287
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	24.429	18.934	380.233	333.696

Os registros efetuados em outras despesas com vendas referem-se à taxa de conservação de energia livre cedida gratuitamente na rede [illegible].

01856-0 COPEL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

[illegible]

(26) RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Receitas				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
Total	372.824	338.134	383.613	63.636
Despesas				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	
Total	(196.648)	(124.638)	(454.489)	(538.883)
Resultado Financeiro Líquido	34.296	333.634	(370.988)	(288.346)

PIS e COFINS – Ampliação de Base - A receita reconhecida em 2006 no montante de R$ 122.142 refere-se a reversão de passivo contingencial e constituição de créditos fiscais a compensar, devido ao julgamento favorável de ação interposta pelas companhias que questionaram a legalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições de PIS e COFINS.

(27) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Receita Não Operacional				
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	
[illegible]				[illegible]
Subtotal	3.208	62.747	6.367	73.827
Despesa Não Operacional				
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal	(4.185)	(12.398)	(37.634)	(24.340)
Total	(978)	50.349	(31.267)	49.487

Nota - Valores em R$ (Reais)

Em 01 de setembro de 2006 a Sociedade alienou a totalidade das ações detidas na COMGÁS. O investimento estava registrado ao custo de aquisição no montante de R$ 27.152 e foi vendido por R$ 85.800, resultando em um ganho de capital registrado como resultado não operacional de R$ 62.737.

(28) PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho, a Sociedade e suas controladas implantaram programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecido com os mesmos. O montante dessa participação para o exercício de 2007 foi de R$ 28.800 na controladora (R$ 32.807 em 2006). Após a antecipação paga no exercício de 2007, o saldo remanescente provisionado no consolidado é de R$ 21.805 (nota 21).

(29) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros (1)	Total
2007					
Receita					
Atualização e variações monetárias contratuais					
Receita líquida de serviços					
Depreciação e amortização					
Lucro (Perda)					
Resultado com participações societárias					
Lucro líquido					
Ativo total					
Investimentos em controladas, coligadas e controle em conjunto					
Adições ao imobilizado					
Ativo imobilizado líquido					
2006					
Receita					
Atualização e variações monetárias contratuais					
Receita líquida de serviços					
Depreciação e amortização					
Lucro (Perda)					
Resultado com participações societárias					
Lucro líquido					
Ativo total					
Investimentos em controladas, coligadas e controle em conjunto					
Adições ao imobilizado					
Ativo imobilizado líquido					

(1) Outros: Holding e eliminações entre segmentos.
(2) Não aplicável, pois a Companhia não possui receita de clientes individuais superiores a 10% da receita líquida.

[illegible] - NOTAS EXPLICATIVAS

(30) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições normais de mercado e apresentam os seguintes principais saldos e movimentações acumulados em 2007 e 2006:

[illegible]								
[illegible]								
[illegible]								
[illegible]								
[illegible]								
[illegible]								
[illegible]								
[illegible]								
[illegible]								
[illegible]								
[illegible]								
[illegible]								
[illegible]								
[illegible]								
[illegible]								
[illegible]								

a) Aplicações Financeiras - Fundo de Investimento exclusivo com rentabilidade calculada pela variação do CDI e sem liquidez diária

b) Empréstimos e Financiamentos - Empréstimos contratados em condições normais de mercado

c) Aquisição de Imobilizado - Aquisição de equipamentos [illegible] para aplicação nas atividades de distribuição e geração

d) Venda de Energia - Receita pela fornecimento de energia elétrica

e) Compra de Material - Materiais para [illegible] e operação

f) TUSD – Receita pela Uso do Sistema de Distribuição

(31) SEGUROS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por avaliação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. No que estimativas especificam a totalidade dos seguros

DESCRIÇÃO	RAMO DA APOLICE	Consolidado	
		2007	2006
Ativo mobilizado	Incêndio, Raio, Explosão, Queda de Aeronaves e Danos Elétricos	[illegible]	[illegible]
Transporte	Transportes Nacionais	[illegible]	[illegible]
Material Estocado	Incêndio, Raio, Explosão e Roubo	[illegible]	[illegible]
Automóveis	Cobertura Compreensiva	[illegible]	[illegible]
Responsabilidade Civil	Responsabilidade de Empresa Elétrica	[illegible]	[illegible]
Pessoas	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	[illegible]	[illegible]
Outros	Outros	[illegible]	[illegible]
TOTAL (*)		2.273.063	1.606.402

(*) Premissas não examinadas pelos auditores independentes

(32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

32.1 Considerações sobre Riscos

Os negócios da Sociedade e de suas controladas estão atrelados principalmente à geração, comercialização e distribuição de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades e tarifas de suas principais controladas são reguladas pela ANEEL.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

Risco de Taxa de Câmbio: Esse risco decorre da possibilidade de suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está substancialmente coberta por operações financeiras de swap, o que permite à Sociedade e suas controladas trocar os riscos originais da operação para o custo relativo à variação do CDI (vide nº 5). Adicionalmente, as suas controladas estão expostas em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as empresas da eventuais perdas, conforme comentado na nota 3. As referidas operações são registradas de acordo com regime de competência e conforme as condições estabelecidas contratualmente.

Risco de Taxa de Juros: Esse risco é oriundo da possibilidade da Sociedade e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. Para parte dos empréstimos tomados em moeda nacional a Sociedade e suas controladas têm como contraparte ativos

CIBSA-CIA PARA ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

Nota - Valores em R$ Milhões

regulação de atualizados pela variação da taxa SELIC. Ao mesmo tempo as concessionárias têm buscado aumentar a participação de empréstimos atrelados à variação do IGP-M, índice menos volátil às variações do mercado financeiro.

Risco de Crédito: O risco surge da possibilidade das suas contrapartes virem a incorrer em perdas resultantes de dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pelas controladas como baixo, tendo em vista a pulverização de número de clientes e de atividade da cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Risco quanto a Escassez de Energia: A energia vendida pelas controladas baseia-se na geração por fontes hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuvas aliado a um crescimento de demanda acima do planejado pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume dos mesmos, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) não prevê para 2008 um novo programa de racionamento.

Risco de Aceleração de Dívidas: A Sociedade e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (covenants), normalmente ao nível e a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

32.2 Valorização dos Instrumentos Financeiros

A Sociedade e suas controladas mantêm políticas e estratégias operacionais e financeiras visando manter a segurança, a rentabilidade de seus ativos. Dessa forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos seus instrumentos financeiros com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade e de suas controladas, em 31 de dezembro de 2007, são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização e avaliação das correspondentes receitas financeiras.

Disponibilidades - Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos aproxima-se dos valores demonstrados nos balanços patrimoniais (nota 4).

Ativos e Passivos Regulatórios - São compostos basicamente pela Recomposição Tarifária Extraordinária, Energia Livre, Parcela "A", Ativos e Passivos relacionados à Revisão e Reajuste Tarifários, Subvenção Baixa Renda e outros. Estes créditos e débitos geraram os efeitos do ciclo de racionamento de 2001 e outros valores relacionados ao gerenciamento de custos e receitas tarifárias e alteração da legislação tributária. Estes valores são avaliados pelo valor contábil ajustado monetariamente pelas tarifas homologadas pela ANEEL, de acordo com as características descritas na nota 5.

Empréstimos e Financiamentos - Estão avaliados conforme os critérios estipulados em contratos, de acordo com as características descritas na nota 15.

Debêntures - As debêntures emitidas pela Sociedade e por suas controladas podem ser negociadas no mercado e estão avaliadas conforme os critérios estipulados quando de sua emissão, conforme características descritas na nota 16.

Investimentos em controladas - A Sociedade possui investimentos avaliados pela equivalência patrimonial em empresas cujas ações são negociadas no mercado de capitais. A Administração da Sociedade entende que o valor de negociação dessas ações não é representativo do valor de

CIBRASA-O CIBRA ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

(Mil - Mil (US$ Mil))

mercado das respectivas empresas dado o pequeno volume de transações dos mesmos no mercado.

Os valores contábeis dos principais instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas comparados aos valores de cotação de mercado quando definido acima na data base em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 são como segue:

	Consolidado			
	2007		2006	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	691.674	737.665	48.947	48.536

	Consolidado			
	2007		2006	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

A estimativa do valor de mercado desses instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas foi elaborada com base em modelos de descontos de fluxos futuros a valor presente ou operação com transações semelhantes contabilizadas em datas próximas ao encerramento dos exercícios de 2007 e de 2006, bem como comparados com parâmetros médios de mercado. Para operações sem similar no mercado principalmente relacionadas com a antecipação parcial ou recebimento de energia elétrica, aspectos regulatórios e créditos a receber da CESP as controladas assumiram que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil.

(33) MUDANÇA NA LEGISLAÇÃO – ALTERAÇÕES DA LEI 6.404/76 – LEI 11.638/07

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei 11.638/07 que altera revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), relativo à elaboração e preparação das Demonstrações Financeiras. Estas modificações entraram em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2008 e passam a substanciamente resumidas como segue:

a) ativos e passivos financeiros pré-fixados devem ser ajustados a valor presente quando os efeitos forem relevantes;
b) determinados instrumentos financeiros e derivativos deverão ser contabilizados a valores justos;
c) contabilização de ativos e passivos ao respectivo valor de mercado em operações de Incorporação, Fusão ou Cisão entre partes não relacionadas;
d) substituição da DOAR pela Demonstração do Fluxo de Caixa e obrigatoriedade da divulgação da Demonstração do Valor Adicionado;
e) inclusão de novos subgrupos de contas como intangíveis no ativo e a Conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido.

01656-0 CPFL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

(Mil - Milhões de R$, exceto Valor por Ação)

Adicionalmente, a Lei requer que as normas expedidas pela CVM sejam elaboradas em consonância com as práticas internacionais de contabilidade, tendo como base as normas emitidas pelo IASB.

A Companhia já adota algumas práticas estabelecidas pela nova Lei, como a divulgação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Anexo I) e da Demonstração do Valor Adicionado (Anexo II), e está analisando os impactos para as demais alterações propostas, em especial aquelas cujas aplicações são facultadas em sua totalidade ao longo de exercícios de 2008, conforme as regras a serem disponibilizadas pelos órgãos reguladores.

(34) EVENTOS SUBSEQUENTES

A ANEEL, em 29 de janeiro de 2008, estabeleceu, em caráter provisório, que as tarifas das concessionárias CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Mococa, CPFL Leste Paulista e CPFL Sul Paulista ficam reajustadas conforme quadro abaixo, relativas ao reposicionamento tarifário e relativas aos componentes financeiros a serem incluídos à receita da Parcela B.

	CPFL Santa Cruz	CPFL Leste	CPFL Mococa	CPFL Leste Paulista	CPFL Sul Paulista
Receita Bruta	3.433	87.396	84.148	99.148	93.396
Receita Requerida Líquida	182.546	87.530	49.597	75.021	99.532
Componentes Financeiros	5.313	(1.879)	(1.196)	(1.)	(524)
Reposicionamento Total	7,13%	1,48%	6,55%	1,85%	0,53%
Parcela A	8,23%	2,10%	0,04%	1,87%	1,31%

(Demonstrações não revisadas pelos auditores independentes)

C1056-0 COPEL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

C1856-O CPFL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

[illegible]

[illegible]

[illegible]

1	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
3	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
4	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
5	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
6	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
7	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
8	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

Versão: Publicação Original Nova Versão: Reforma
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais Padronizadas Legislação Societária
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS Data Base 31/12/2007
Reapresentação Reclamatória

CIBRASA-O CIPEL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

(Mil - Mil Reais)

Wilson P. Ferreira Junior
Diretor Presidente

Rani Antonio da Silva
Diretor Vice presidente de Logística e Regulação

José Antonio de Almeida Filippo
Diretor Vice presidente Financeiro e de Relação com Investidores

Paulo Cesar Coelho Tavares
Diretor Vice presidente de Gestão Energia

Hallu Vilma Pereira
Diretor Vice presidente de Comunicação

Miguel Normando Abdalla Saad
Diretor Vice presidente de Operação

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Aníbal de Lima Fernandes
Presidente

Cecília Mendes Garcez Siqueira
Vice presidente

Conselheiros

Ana Dolores M. C. de Moraes

Francisco Caprino Neto Otávio Carneiro de Rezende

Milton Luciano dos Santos Martin Roberto Glogowsky

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

Antônio Carlos Bassalo
Diretor de Contabilidade
CRC 1SP105313/O-8

Sérgio Luiz Felce
Gerente de Contabilidade
CRC 1SP-127577/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CPFL Energia S/A no desempenho de suas atribuições legais, tendo examinado o Relatório Anual da Administração, as demonstrações financeiras do Exercício Social de 2007, bem como os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia, pelo representante da Auditoria Externa e, ainda, com base no parecer da KPMG Auditores Independentes, datado de 06 de fevereiro de 2008, é de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem aprovados e votados pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2008.

Paulo Madeira

Fernando Dias Gomes

Susana Hanna Stiphan Jabra

Francisco Djalma de Oliveira

Fabíola de Assis Rosa Ferreira

01856-0 COPEL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

15.01 - DESTINAÇÃO DE RESULTADOS

Comunicamos que na publicação das Demonstrações Financeiras relativas a 2007, realizada em 29 de fevereiro de 2008, no grupo 11.01 que informa os membros do Conselho de Administração da cia. de constar o nome da conselheira independente Sra. Ana Paloma M. C. de Vasconcellos.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01864-0	CELTE ENERGIA S.A.	33.[illegible]/0001-35

ÍNDICE

Número	Descrição	Página
01	Identificação	
02	Sede	1
03	[illegible]	1
04	[illegible]	1
05	[illegible]	2
06	[illegible]	3
07	[illegible]	3
08	[illegible]	3
09	[illegible]	4
10	[illegible]	5
11	[illegible]	6
12	[illegible]	7
13	[illegible]	8
14	[illegible]	9
15	[illegible]	10
16	[illegible]	11
17	[illegible]	12
18	[illegible]	13
19	[illegible]	14
20	[illegible]	15
21	[illegible]	16
22	[illegible]	17
23	[illegible]	18
24	[illegible]	19
25	[illegible]	20
26	[illegible]	21

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- Demonstrações Financeiras da Garantidora Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2006 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DF 01 - IDENTIFICAÇÃO

(11366-0)	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

DF 02 - SEDE

3454-7.000	São Paulo			SP
	3706-5.000			

DF 03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

13.088-900	Campinas			SP
	3706-5.004			

DF 04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

1 - Última	31/12/2004	31/12/2003
2 - Penúltimo	31/12/2003	31/12/2002
3 - Antepenúltimo	31/12/2002	31/12/2001
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes		00385-9
Antonio Carlos Doria dos Santos		[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]
01/01/0001	[illegible]

01.03 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

[illegible]	[illegible] 31/12/2018	[illegible] 31/12/2017	[illegible] 31/12/2016
Do Capital Integralizado			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Em Tesouraria			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.04 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

[illegible] Empresa Comercial, Industrial e Outras
[illegible] Operacional
[illegible] Privada Nacional [illegible] [illegible] Exceto Agro, Part. e Holding Estatal
[illegible] Sociedade Por Ações Sociedade Anônima Fechada
[illegible] Total

01.01 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

[illegible]

01.06 - PROVENTOS EM DINHEIRO

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
01	[illegible]	[illegible]	Dividendos	[illegible]	0%	[illegible]
02	[illegible]	[illegible]	Dividendos	[illegible]	0%	[illegible]

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

[illegible]	[illegible]
[illegible]	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	CPFL ENERGIA S.A	02.429.144/0001-93

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

07888-0	CPFL ENERGIA S.A.	

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

2.01				
2.02				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01866-0	CPFL ENERGIA S.A	02.429.144/0001-93

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

31 DI - IDENTIFICAÇÃO

21425-0	[illegible]	[illegible]

34 DI - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]

06.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2004 A 31/12/2004 (Reais)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]

30.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2015 A 31/12/2015 (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL INDUSTRIAL E OUTRAS

Data-Base - 31/12/2004

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01/01/0001	[illegible]	00.000.000/0001-00

07.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

03.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

07.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.0 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01.01.0	[illegible]	[illegible]

02.0 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

DI 01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

DI 07 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

12.11 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
CPFL Energia S.A.
São Paulo - SP

1 Examinamos os balanços patrimoniais da CPFL Energia S.A. e os correspondentes balanços consolidados, encerrados em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e dos fluxos de caixa e valor adicionado correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras da controladora da Rio Grande Energia S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, cujos ativos e resultado representam, respectivamente, 6,3% e 9,8% do ativo total consolidado e do lucro líquido da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer, emitido em 26 de janeiro de 2015, não continha ressalvas. As demonstrações financeiras da controlada indireta em conjunto Novas Energias S.A. foram preparadas para fins societários relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, cujos ativos e patrimônio representam 3,9% do ativo total consolidado da Sociedade em 31 de dezembro de 2014, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer, emitido em 26 de janeiro de 2015, não continha ressalvas. Nossa opinião sobre os saldos dessas controladas, relativos aos investimentos, às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, está baseada exclusivamente nos pareceres desses auditores independentes.

2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria que requerem o planejamento dos trabalhos para detectar a relevância dos saldos e a extensão de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade e controladas. Uma auditoria compreende a verificação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas e, ainda, a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da sociedade e controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

DFP - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

3. Em nossa opinião, baseada em nossos exames e nos pareceres de outros auditores independentes, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPFL Energia S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2005, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido consolidados e as origens e aplicações de seus recursos relativos aos exercícios findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Nossos exames foram efetuados com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações financeiras básicas referidas no parágrafo 1 tomadas em conjunto. As demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado consolidados e consolidado, contidas respectivamente nos Anexos I e II, que estão sendo apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a Sociedade e controladas, não são requeridas como parte integrante das demonstrações financeiras básicas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essas demonstrações suplementares apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras básicas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, tomadas em conjunto.

5. Conforme comentado na Nota Explicativa 3 – item (b) das demonstrações financeiras, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL homologou em 4 de outubro de 2006, em caráter provisório, o percentual de 4,64% a título de revisão tarifária periódica de 2005 da controlada Companhia Paulista de Força e Luz de 9,63% para 14,14%. Tendo em vista o caráter provisório desse reajuste tarifário, esta sujeito a eventuais alterações quando de sua homologação definitiva.

6. As demonstrações financeiras e as informações suplementares citadas nos Anexos I e II acima, de dezembro de 2004, foram auditadas e nossos pareceres, sem ressalvas, emitidos em 14 de fevereiro de 2005, contiveram os seguintes comentários: (a) naquela época, as ações preferenciais de emissão da controlada indireta Rio Grande Energia S.A., nos saldos das demonstrações financeiras consolidadas, baseavam-se exclusivamente em outros auditores independentes, cujo parecer, sem ressalva, foi emitido em 11 de fevereiro de 2005 e os valores da controlada indireta em conjunto Campos Novos Energia S.A., incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas, baseavam-se exclusivamente no parecer de outros auditores independentes, cujo parecer, sem ressalva, foi emitido em 13 de janeiro de 2005; e (b) o citado parágrafo de ênfase relacionado ao registro pela controlada Companhia Paulista de Força e Luz de ativo regulatório que se encontrava pendente de homologação pela ANEEL, a qual foi concedida em 3 de setembro de 2004, conforme comentado na Nota Explicativa 3 – item (b) das demonstrações financeiras.

DENOMINAÇÃO CAPITAL EMPRESA S.A. 02.429.144/0001-93

[illegible] - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

São Paulo, 25 de janeiro de 2016

[illegible] [illegible] [illegible] - CONTADORES
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP [illegible]

Wallace Alexandre dos Santos
Contador
CRC nº 1 SP [illegible]

[illegible] Pág. 22

Relatório da Administração

Senhores Acionistas

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Energia S.A. (CPFL Energia) submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2006. Todas as comparações realizadas neste Relatório levam em consideração dados consolidados em relação ao mesmo período de 2005, exceto quando especificado em contrário.

1. Considerações Iniciais

A CPFL Energia encerrou um resultado operacional sem precedentes na sua história, o que ratifica o êxito e disciplina na execução de seu planejamento estratégico de longo prazo. A agenda da Companhia – ancorada no crescimento sinérgico, na eficiência operacional, na disciplina financeira, na sustentabilidade e responsabilidade corporativa e na governança corporativa diferenciada – conduziu a CPFL Energia à liderança no mercado de distribuição, com participação de 12,7%, e no de comercialização, com 27% no País. A receita bruta aumentou 17,1% e a receita operacional líquida, 15,2%. A geração operacional de caixa registrou variação ainda mais positiva: o EBITDA cresceu 33,5%. O lucro líquido do período alcançou a marca histórica de R$ 1.404 milhões, com crescimento de 37,5%.

As aquisições da Companhia a posicionaram como uma das grupos controladores do setor elétrico. Em maio de 2006, passou a deter 99,76% da Rio Grande Energia

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RGE, distribuidora com mais de um milhão de clientes, que atua nas regiões norte e nordeste do Estado do Rio Grande do Sul — base operacional de importantes indústrias do Estado. Em agosto, comprou participação adicional de 11% da UHE Foz do Chapecó e, em outubro, 99,99% da Companhia Luz e Força Santa Cruz, que atua em 24 municípios no Estado de São Paulo, além de dois municípios no Estado do Paraná. Essas aquisições estão alinhadas com a estratégia de ampliação da participação da CPFL Energia no setor elétrico brasileiro.

No exercício, as vendas totais de energia aumentaram 7,2%, sendo que no mercado livre esse incremento atingiu 10,1%. A CPFL Energia também avançou na ampliação da capacidade de geração que passou de 915 MW para 1.072 MW, devendo alcançar 2.087 MW em 2010. Foram concluídas as obras da UHE Campos Novos (operação comercial em fevereiro de 2006), iniciadas a construção da UHE Foz do Chapecó e a repotenciação das PCHs Capão Preto e Chibarro.

A operação da CPFL Paulista e da CPFL Piratininga expressa o compromisso estratégico da Companhia com a eficiência operacional: as empresas possuem os melhores índices de qualidade de fornecimento de energia do Brasil, medidos pelo DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Cliente) e pelo FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente). A RGE, em apenas seis meses sob controle operacional do grupo, também apresentou melhora significativa no desempenho de seus indicadores de qualidade de fornecimento. A CPFL Brasil, comercializadora do grupo, também impulsionou os negócios, com o aumento da sua base de clientes.

O perfil de endividamento atrelado ao mercado e a disciplina financeira cumprida pela Companhia, visto que o custo da dívida manteve-se praticamente inalterado, mesmo com o aumento do endividamento total em 3,8% em 2005. O rigor no desempenho econômico-financeiro e o compromisso com o crescimento sustentável das operações permitem planejar, para os próximos quatro anos, investimentos superiores a R$ 3 bilhões para intensificar as negócios de distribuição, geração e comercialização.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

As melhores práticas de sustentabilidade corporativa evoluíram significativamente no ano. Destaque para a publicação do novo Código de Ética, alinhado aos preceitos da Lei Sarbanes-Oxley. A revisão do Código foi precedida de um profundo processo de reflexão interna realizado nas empresas do grupo.

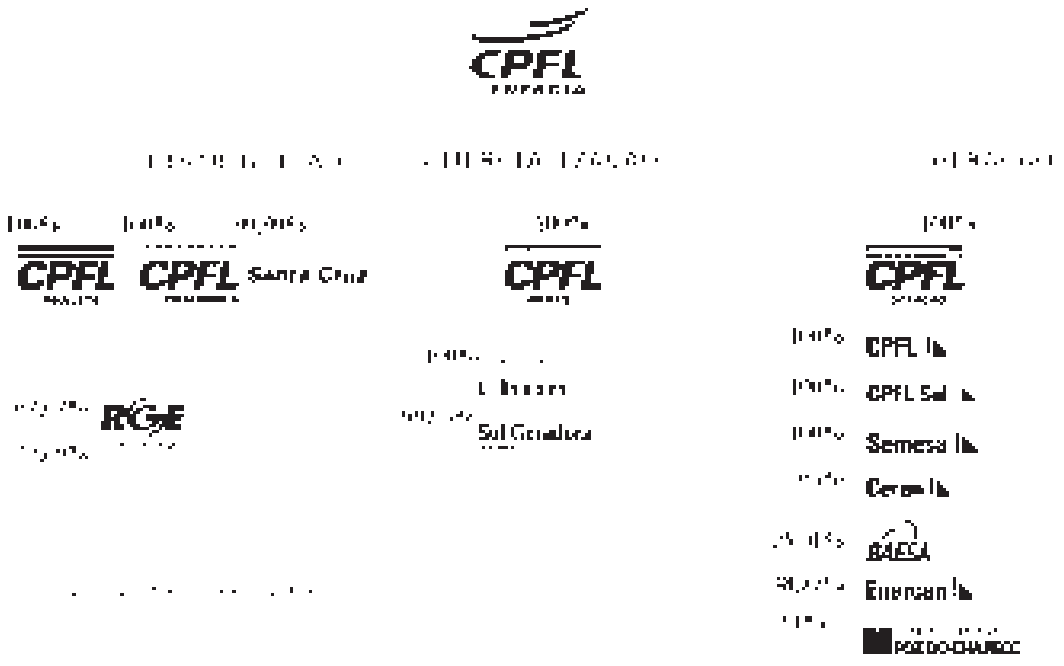
Em outra frente, os investimentos na repotenciação e modernização das Pequenas Centrais Hidrelétricas, sem nenhum impacto ambiental, representam avanço no uso de tecnologia limpa, ou seja, contribuem para a redução da emissão dos gases que causam o efeito estufa e habilitam a Companhia à comercialização de créditos de carbono, no âmbito do Protocolo de Kyoto. As ações ambientais da Companhia também beneficiaram a conservação da fauna aquática nas bacias hidrográficas de São Paulo e a arborização urbana. Por essas atuações, e em diversas outras frentes de atividades, a CPFL Energia foi destacada como "Empresa Modelo" pelo Guia Exame de Boa Cidadania 2006, em avaliação da revista Exame.

As políticas de valorização da diversidade no âmbito interno e as atividades de desenvolvimento profissional, entre outras ações, mantiveram motivados os colaboradores de toda Companhia. O resultado foi a inclusão da CPFL Energia, pelo 5º ano consecutivo, entre as Melhores Empresas para se Trabalhar no Brasil, em avaliação organizada pelas revistas Exame e Você S.A.

Esse conjunto de ações, desenvolvidas ao longo de 2006, indica que a Companhia continua expandindo-se organicamente, com visão estratégica e foco na sustentabilidade dos negócios no longo prazo. A CPFL Energia se preparou para o momento de consolidação do setor elétrico e agora colhe os resultados da sua estratégia.

ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO

A CPFL Energia atua como holding, participando no capital de outras sociedades:



Mais informações sobre investimentos em sociedades controladas estão na Nota explicativa nº 1 das Demonstrações Financeiras.

2. Comentário sobre a Conjuntura

AMBIENTE MACROECONÔMICO

A atividade econômica doméstica sentiu os efeitos da apreciação cambial e das juros reais ainda elevados, que se refletiram em um crescimento apenas moderado da produção industrial e do Produto Interno Bruto – PIB. Em contrapartida, o mercado de consumo interno mostrou dinamismo acima do previsto, sustentado pelos aumentos reais do salário mínimo e da renda média, pela concessão de benefícios sociais e pela continuidade da expansão do crédito. Setores específicos da agroindústria também apresentaram desempenho positivo, notadamente açúcar e álcool, suco de laranja e soja – atividades com forte inserção no interior paulista.

O cenário macroeconômico esperado para 2007 contempla a expectativa de aceleração da atividade econômica, derivada por uma ampliação do investimento público e pela criação de mecanismos de estímulo ao investimento privado, num contexto de preservação da estabilidade macroeconômica.

AMBIENTE REGULATÓRIO

O ano foi marcado pela consolidação do ambiente regulatório, representado pelo conjunto de atos normativos da Aneel. Nesse contexto merece destaque a metodologia que vigorará no 3º ciclo de revisão tarifária dos distribuidores, definida por meio de publicação da Resolução Aneel nº 234/06. Adicionalmente, a regulamentação das condições gerais para contratação das redes particulares, por meio da Resolução Aneel nº 229, trará impactos positivos na composição da base de ativos da CPFL Paulista e da RGE nos próximos anos. Finalmente, a regulamentação das condições para comercialização de energia elétrica oriunda de fontes incentivadas para consumidores com cargas superiores a 500 kW criará novas oportunidades para a CPFL Brasil, comercializadora do grupo, com impacto no mercado livre de energia nos próximos anos.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Descruzamento Societário

Em Assembléia Geral Extraordinária - AGE realizada em abril de 2006, foi aprovada a implementação da primeira etapa do processo de reorganização societária, visando à segregação das participações mantidas pela CPFL Paulista, em atendimento ao disposto na Lei nº 10.848/04.

Fundamentada no laudo de avaliação da Aneel, por meio do despacho nº 454, a primeira etapa consistiu em redução do montante de R$ 413 milhões no capital da CPFL Paulista, cuja participação na CPFL Piratininga, no valor de R$ 385 milhões, equivalente a 100% do capital da mesma, foi vertida à CPFL Energia.

Com a implementação dessa primeira etapa de Reorganização Societária, o controle acionário da CPFL Piratininga passou a ser detido diretamente pela CPFL Energia. Podem ser destacadas como aspectos positivos dessa reorganização:

(i) a fluxo direto de dividendos para a holding; e

(ii) a contabilização do ágio de compra da CPFL Piratininga na CPFL Energia.

O valor restante, totalizando R$ 28 milhões, refere-se à transferência, para a CPFL Energia, das participações detidas pela CPFL Paulista na Companhia Energética do Brasil.

A próxima e última etapa, referente à segregação da participação societária da CPFL Paulista na RGE, deverá ocorrer até março de 2007, em atendimento à Resolução Autorizativa Aneel nº 305/05.

TARIFAS E PREÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA

Segmento de Distribuição

Por força da Resolução nº 336/2001, que aprovou o processo de cisão da Empresa Bandeirante Energia S.A. — EBE, a controladora CPFL Paulista herdou o índice de reposicionamento tarifário das duas distribuidoras de menor valor, fato refletido no processo de revisão tarifária da EBE, o que apresentou reflexo positivo na definição do índice final de revisão tarifária

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

referente ao 1º ciclo da CPFL Paulista

No ano de 2005 foram aprovados os seguintes percentuais no processo de Reajuste Tarifário Anual – RTA:

Empresa	Reajuste Médio	Data
CPFL Paulista	13,83%	Abril/2006
RGE	13,19%	Abril/2006
CPFL Piratininga	13,79%	Outubro/2006

Segmento de Geração

Os contratos de venda de energia no ambiente regulado contêm cláusulas específicas de reajuste tendo como principal indexador a variação anual medida pelo IGP-M

3. Desempenho Operacional

VENDAS DE ENERGIA

Vendas Totais de Energia

Vendas de Energia - GWh			
	2006	2005	Var %
Mercado Cativo	31.778	31.236	1,7%
Mercado Livre	9.334	7.101	31,4%
Total	**41.112**	**38.337**	**7,2%**

As vendas totais de energia do grupo CPFL, por meio das segmentos de distribuição e comercialização, foram de 41.112 GWh, representando um aumento de 7,2% em

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento deve-se, principalmente, à aquisição dos 32,7% da RGE. Excluindo-se tal efeito, o crescimento seria de 3,9%.

As vendas para o mercado cativo totalizaram 31.778 GWh, o que significa uma expansão de 1,7% em relação a 2005. Esse aumento também deve-se à compra da RGE. Excluindo tal efeito, ocorreria uma redução de 2,4%.

No mercado livre as vendas atingiram 9.334 GWh, um aumento de 31,2%. Esse crescimento deve-se à conquista, pela comercializadora do grupo, de clientes que migraram do mercado cativo para o mercado livre e também pela expansão do consumo da base de clientes livres da própria comercializadora do grupo.

Mercado Cativo

Mercado Cativo - GWh			
	2006	2005	Var %
Residencial	9.460	8.783	8,0%
Industrial	10.662	11.633	-8,3%
Comercial	6.724	6.301	6,7%
Rural	1.066	1.230	-13,3%
Outras	3.717	3.467	7,2%
Total Cativo	**31.778**	**31.214**	**1,7%**

As principais variações no mercado cativo ocorreram nas seguintes classes de consumo:

- Classe Industrial: redução de 8,3%, devido à migração de clientes para o mercado livre.
- Classes residencial e comercial: aumentos de 8,0% e 6,7%, devido à elevação real de rendimentos na massa salarial, estimulada pela baixa da inflação e aumento do salário mínimo, bem como pela aceleração das vendas de eletrodomésticos impulsionadas pelo aumento do crédito consignado.
- Rural: aumento de 13,3%, devido ao menor índice pluviométrico no ano (abaixo da média histórica), que levou ao maior uso de irrigação.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Desconsiderando o efeito da compra de 32,7% do capital da RGE, a classe industrial apresentaria uma redução de 1,1% e as classes residencial, comercial e rural, um aumento de 4,7%, 4,9% e 4,1% respectivamente.

Para mais detalhes referentes à venda de energia elétrica (venda em R$, em GWh, por classe de consumo e número de consumidores), ver Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras.

Perdas Comerciais

As distribuidoras CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE mantêm ações permanentes visando à redução de perdas comerciais, sejam de ordem técnica (reparo e substituição de medidores, por exemplo) ou de prevenção a ligações clandestinas. Foram realizadas inspeções em 557 mil unidades consumidoras, número 33% superior às 420 mil realizadas no exercício anterior, sendo substituídos 124 mil medidores danificados ou avariados.

Com isso, o índice de perdas comerciais da CPFL Paulista foi reduzido para 2,5%; na CPFL Piratininga a redução foi mais expressiva, alcançando 1,8%, e na RGE o índice foi de 2,2%. Isso representou uma recuperação de receita de R$ 138 milhões.

Qualidade dos Serviços Prestados

As distribuidoras da CPFL Energia investem permanentemente na melhoria da qualidade de fornecimento de energia elétrica e dos serviços prestados aos seus clientes. Para isso, desenvolvem programas contínuos de melhoria na gestão operacional, na organização da logística de serviços de atendimento a emergências, na realização permanente de inspeções e manutenções preventivas nas subestações e nas redes e linhas de distribuição. Investem também na qualificação dos seus profissionais, em tecnologias de ponta, na padronização dos processos de trabalho e no compartilhamento das melhores práticas de gestão operacional entre as distribuidoras do grupo.

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Os resultados dessas ações podem ser verificados pela evolução dos indicadores de qualidade do fornecimento de energia elétrica, bem como por sua comparação com os indicadores DEC e FEC divulgados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. As concessionárias dessas áreas registraram um total de 16,00 horas para o DEC e de 12,30 vezes para o FEC. O DEC apresentado pela CPFL Paulista e CPFL Piratininga foi de 6,35 e 6,2% horas respectivamente, o FEC foi de 5,47 vezes na CPFL Paulista e de 5,67 na CPFL Piratininga, ambos os indicadores abaixo da média nacional. Na RGE o DEC foi 19,92 horas e o FEC 12,26 que representa uma redução de 23,6% e 24,9%, respectivamente em relação ao ano anterior.

Universalização dos Serviços

As concessionárias CPFL Paulista e a CPFL Piratininga foram as primeiras a terem seus mercados 100% universalizados no Brasil. A Companhia Luz e Força Santa Cruz, adquirida em dezembro de 2006, também já possui seu mercado integralmente universalizado.

Na RGE, para cumprir a meta de universalização, ainda resta realizar 5.480 ligações de clientes urbanos e rurais. Em 2007, está previsto investimento de R$ 35 milhões para a ligação de 4.695 clientes, sendo 2.015 através do programa "Luz para Todos". Os demais 1.170 clientes serão ligados até 2008.

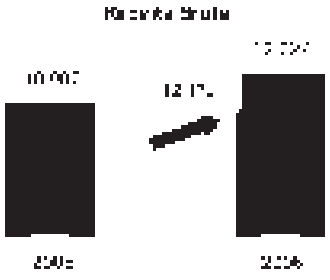
4. Desempenho Econômico-Financeiro

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as Demonstrações Financeiras Auditadas e Notas Explicativas.

Receita Operacional

A receita operacional bruta atingiu R$ 12.227 milhões, representando um crescimento de 12,1%.

Os principais fatores que contribuíram para a evolução da receita foram:



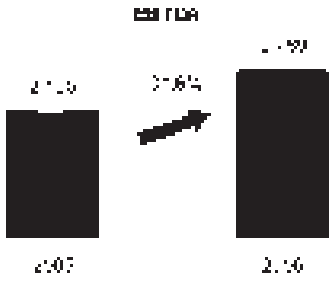
i) aumento das vendas totais de energia em 7,2%, combinado com o reajuste das tarifas das distribuidoras (R$ 1.150 milhões);

ii) aumento de 46,4% (R$ 210 milhões) na receita pelo uso do sistema de distribuição - TUSD; e

iii) encerramento da cobrança dos encargos emergenciais pela Aneel (R$ 220 milhões).

Geração Operacional de Caixa — EBITDA

O resultado operacional medido pelo EBITDA ajustado alcançou R$ 2.789 milhões em 2006, com crescimento de 31,6% (R$ 669 milhões).



Esse resultado deve-se principalmente ao aumento de 15,2% na Receita Líquida (R$ 1.175 milhões), valor que supera o aumento de 6,6% nos custos com energia (R$

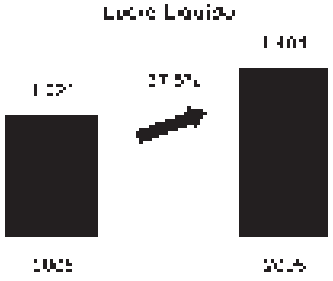
13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

261 milhares), e de 20,4% nas despesas operacionais (R$ 335 milhares), excluindo-se os gastos com Previdência Privada, Depreciação e Amortização.

O EBITDA ajustado é calculado a partir da soma do lucro, impostos, resultado financeiro, depreciação/amortização e entidade de previdência privada, além dos ajustes referentes ao item extraordinário.

Lucro Líquido do Exercício

A CPFL Energia alcançou, em 2009, Lucro Líquido de R$ 1.184 milhões, com crescimento de 17,5% (R$ 385 milhões). Esse resultado é decorrente principalmente dos seguintes fatores:



i) aumento de 31,0% (R$ 659 milhões) no LAJIDA ajustado;
ii) redução nos gastos com entidade de Previdência Privada (R$ 97 milhões);
iii) aumento de R$ 50 milhões no resultado não operacional.

No exercício, o Lucro Líquido por ação ficou de R$ 2,91, com crescimento de 46,7% sobre o lucro de R$ 1,97 por ação, registrado em 2008.

Dividendo

A Administração propôs a distribuição de R$ 1.324 milhões em dividendos, o que representa 95% do Lucro Líquido do Exercício e R$ 2,78 por ação. Com isso a empresa supera a distribuição mínima de 50% do lucro líquido prevista em sua política de dividendos.

13.01 - RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO

Endividamento

O endividamento da CPFL Energia totalizou R$ 5.165,4 milhões, que representa um aumento de 3,8%. Embora a dívida tenha aumentado em valores nominais, o custo reduziu-se de 13,9% a.a. em 2005 para 13,4% a.a. em 2006, devido à queda do CDI e da TJLP no ano, compensada parcialmente pela elevação do IGP-M/IGP-DI.

O aumento do endividamento é decorrente, principalmente, do efeito líquido da incorporação da parcela da dívida da RGE, após a aquisição de participação de 32,7%. Também contribuíram para a movimentação do saldo da dívida os seguintes eventos:

(i) liquidação do Floating Rate Notes (R$ 232 milhões) e de debentures da CPFL Paulista (R$ 405 milhões);
(ii) emissões de debêntures pela CPFL Piratininga (R$ 450 milhões) e CPFL Paulista (R$ 640 milhões), contratação de dívidas atreladas ao CDI pela RGE (R$ 140 milhões), e liberações do BNDES (R$ 334 milhões) para a CPFL Paulista, CPFL Piratininga e projetos de geração.
Em relação à dívida financeira da CPFL Energia, é importante destacar que R$ 4,3 bilhões, ou 92,3% do total, são considerados de longo prazo.
Como consequência do aumento da dívida financeira, constata-se o aumento da dívida líquida ajustada, calculada a partir da dívida total (empréstimos e financiamentos e derivativos atrelados à dívida com Entidade de Previdência Privada), excluindo-se o ativo regulatório/CVA e as disponibilidades de caixa, que apresentou crescimento de 19,4%, atingindo o total de R$ 4.415,9 milhões. É importante destacar que houve melhora na relação Dívida/EBITDA, que ficou em 1,5 vez.

Inadimplência

No segmento de distribuição de energia elétrica, como resultado do esforço de negociação e cobrança de débitos, além da intensificação e da eficácia dos cortes no fornecimento de energia, o índice de inadimplência, calculado sobre as contas de

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

energia vencidas há mais de 90 dias, registrou redução na CPFL Paulista, na CPFL Piratininga e na RGE. Na CPFL Paulista o índice alcançou 1,35% (redução de 6,3%), na CPFL Piratininga o índice foi de 1,25% (redução de 1,5%) e na RGE o índice registrou 9,7% (redução de 11,9% sobre 2004).

Vale ressaltar que nos segmentos de geração e comercialização de energia elétrica no encerramento do exercício, não havia nenhum valor a receber, em decorrência de inadimplência, referentes aos contratos existentes.

5. Investimentos

Investimentos na Operação

Em 2005, foram realizados investimentos de R$ 797 milhões na expansão e na manutenção das regiões, sendo que R$ 527 milhões foram direcionados para o segmento de distribuição, R$ 266 milhões para o segmento de geração e R$ 4 milhões para o segmento de comercialização.

Entre os principais investimentos da CPFL Energia destacam-se:

- Segmento de Distribuição: foram feitos investimentos na expansão do sistema elétrico para atender o crescimento do mercado consumidor. Em 2005 foram realizadas 141 mil novas ligações. Também foram destinados investimentos para manutenção e melhorias do sistema elétrico, para infra-estrutura operacional e sistemas de suporte operacional e para o programa de pesquisa e desenvolvimento;
- Segmento de Geração: foram destinados principalmente para a conclusão da UHE Barra Grande e para os empreendimentos em construção - Campos Novos, UHE Carrancas, Novos e para outros investimentos, como as repotenciações das PCHs Gavião Peixoto, Capão Preto e Chapadinha;
- Segmento de Comercialização: aprimoramento dos sistemas de gestão de ponta a e risco.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aquisições e Alienações

Em 2006, a CPFL Energia também realizou investimentos em aquisições, que permitiram a ampliação de sua participação no mercado brasileiro de energia elétrica, bem como realizou a venda da participação detida na Companhia de Gás de São Paulo - Comgás.

Aumento de participação na RGE

Em 15 de maio de 2006, a CPFL Energia celebrou contrato de compra e venda, por meio do qual adquiriu a totalidade das ações de José Ermírio de Moraes Neto e da RGE Trading S.A. pelo valor de R$ 1,185 bilhão.

Com a aquisição, o Grupo CPFL passou a deter participação de 99,93% na RGE e 99,87% na RGE Sul. Após a OPA da CPFL Paulista de 58% do capital social da RGE Sul, a participação do Grupo CPFL na RGE Sul passou para 99,99%.

Aumento de participação na UHE Foz do Chapecó

Em agosto de 2006, a CPFL Energia através da controlada CPFL Geração adquiriu participação adicional de 51% na Consórcio Energética Foz do Chapecó - CEFC (Foz do Chapecó), pelo valor de R$ 9 milhões. Com essa aquisição, o Grupo CPFL passou a deter 51% da participação total no ativo Foz do Chapecó, com investimento adicional de R$ 230 milhões, representando um acréscimo de 47,5 MWméd na Energia Assegurada.

Aquisição da Companhia Luz e Força Santa Cruz

A CPFL Energia, em dezembro de 2006, adquiriu 99,07% do capital da Companhia Luz e Força Santa Cruz, pelo valor de R$ 203 milhões. A Santa Cruz é uma concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica que atua em 21 municípios do Estado de São Paulo e em 3 no Estado do Paraná. A área de concessão é de 11.894,1

10.11 - RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO

km e a Internet com previsão de mais de 161 mil consumidores, que corresponderá a 0,3% do market share nacional.

Venda de Participação na Companhia de Gás de São Paulo

Em setembro de 2006, a CPFL Energia vendeu a totalidade de sua participação no capital da Companhia de Gás de São Paulo (Comgas). O valor justo da venda foi de R$ 69,9 milhões.

6. Governança Corporativa

Em 2006, a composição do Conselho de Administração da CPFL Energia foi alterada, passando de doze para sete membros, dentre os quais, eleito um conselheiro independente. Uma nova matriz de Governança Corporativa também foi implantada, com foco no aprimoramento do processo decisório, e as atribuições delegadas pelo Conselho de Administração aos sete Comitês de Assessoramento anteriormente existentes, foram redistribuídas em três novos Comitês: Comitê de Processos de Gestão, Comitê de Partes Relacionadas e Comitê de Gestão de Pessoas.

Deve ser ressaltado que, desde o ano de 2005, o Conselho Fiscal da Companhia também exerce as atribuições de Comitê de Auditoria, de acordo com a exceção aplicável às companhias estrangeiras listadas em bolsa de valores nos Estados Unidos, pela Securities and Exchange Commission (SEC).

Em 2006, foram intensificados os esforços de atualização dos controles e procedimentos internos (compliance), às exigências da seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley. Nesse sentido, foram documentados 130 processos de negócio, e realizados o mapeamento e avaliação da eficácia de 865 controles relacionados. Também foi implantado um sistema de gerenciamento de controles internos, para permitir a avaliação dos controles e processos, pelos gestores, bem como, uma certificação assertiva dos processos de negócio.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A CPFL Energia está vinculada à Câmara de Arbitragem do Mercado do Novo Mercado da Bovespa, conforme Cláusula Compromissória constante de seu Estatuto Social.

A Companhia integra a lista de importantes indicadores que reúnem empresas com práticas diferenciadas de Governança, Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa, tais como o Índice de Governança Corporativa – IGC, o Índice de Ações com Tag Along Diferenciado – ITAG e o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE, da Bovespa. Adicionalmente, como resultado do aumento no volume diário de negociação de suas ações, durante o exercício de 2006, na Bovespa, a CPFL Energia, a partir de janeiro de 2007, passa a fazer parte do Índice Brasil 50 – IBX50.

A CPFL Energia foi inserida, pela segunda vez consecutiva, na publicação "Estudos de Caso de Boa Governança Corporativa", organizada pela Organização for Economic Cooperation and Development – OECD e pela International Finance Corporation – IFC como uma das 10 empresas de destaque na América Latina, em práticas diferenciadas de Governança Corporativa.

7. Mercado de Capitais

A CPFL Energia, atualmente com 37,08% de ações em circulação no mercado, tem suas ações negociadas no Brasil (Bovespa) e no Bolsa de Nova York (NYSE).
As ações da CPFL apresentaram variação de 16,06% na Bovespa e 28,06% na NYSE, encerrando o ano cotadas a R$ 40,00 por ação e US$ 41,48 por ADR, respectivamente. Desde o IPO a valorização foi de 99,3% na Bovespa e de 127,7% na NYSE.

O volume médio diário de negociação foi de R$ 17,4 milhões, sendo R$ 9,1 milhões na Bovespa e R$ 8,1 milhões na NYSE – aumento de 145,8%. O desempenho das ações da CPFL Energia na Bovespa, em 2006, possibilitou a sua inclusão, a partir de janeiro de 2007, no IBX-50, índice que reúne as cinquenta ações mais negociadas na Bolsa.

8. Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

As melhores práticas da CPFL Energia e de suas subsidiárias em Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa foram reconhecidas por importantes instituições. As ações realizadas estão nos seguintes campos:

Ética, Transparência e Excelência: Cumprimento dos Valores CPFL

Foi lançada a nova edição do Código de Ética e Conduta Empresarial, depois de amplo processo de reflexão interna e de alinhamento dos preceitos do Código à Lei Norte-Americana Sarbanes-Oxley.

A CPFL Energia publicou, pelo quarto ano consecutivo, o Relatório Anual de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI).

Para atender a busca permanente pela excelência e crescimento, o Sistema de Gestão Integrado – SGI é formado por processos estratégicos de trabalho nas empresas certificados conforme as seguintes normas internacionais: ISO 9001:08, de Qualidade; ISO 14001:04, de Gestão Ambiental; OHSAS 18001:07, de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional; e SA 8000:01, de Responsabilidade Social.

Destacou-se, ainda, a introdução da Estratégia Seis Sigma, na CPFL Paulista e na CPFL Piratininga, metodologia que permite identificar oportunidades de melhorias nos processos, com redução de custos. A implantação desse iniciativa nas distribuidoras visa à eliminação de eventuais perdas em processos operacionais, tais como deslocamentos indevidos por equipes de campo, a redução de quedas em transformadores de distribuição ou, ainda, do número de reclamações nos serviços de telerelacionamento aos clientes.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Gestão do Relacionamento com os Consumidores

As necessidades dos consumidores são identificadas por meio de pesquisas, participação em comícios e em comissões locais, entre outras atividades. As distribuidoras da CPFL Energia mantêm Conselhos de Consumidores, para avaliar a qualidade dos serviços. Com base nessas informações, investem em melhorias no atendimento.

Como resultado dessa gestão, as distribuidoras do grupo situam-se entre as melhores do Brasil em pesquisa junto aos consumidores. A CPFL Paulista foi a vencedora do Prêmio ABRADEE 2005 – Índice Aneel de Satisfação dos Consumidores, apurado pela Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica, como Melhor Distribuidora da Região Sudeste do Brasil, na categoria com mais de 400 mil clientes. O Índice de Satisfação dos Consumidores foi de 84,45% na CPFL Piratininga; 85,50% na CPFL Paulista; e de 86,75% na RGE, em todos os casos, superiores à média brasileira de 81,08%.

Relacionamento com as Comunidades

O **Espaço Cultural CPFL** desenvolve atividades na sede, em Campinas, abertas ao público externo, e apresentou uma programação sobre o tema "A Invenção do Contemporâneo". O ciclo "Novas Formas de Vida" foi visto por mais de 196 mil pessoas que participaram de programações desde o início das atividades, em 2002.

O **Programa CPFL de Revitalização das Santas Casas e Hospitais Beneficentes** abrange 19 hospitais das regiões de Franca e Piracicaba (SP).

No **Projeto Aprender**, a CPFL Energia acolhe adolescentes de famílias de baixa renda e oferece seus primeiros passos no ambiente corporativo. Foram beneficiados 219 jovens em 2005.

O **Programa de Eficiência Energética da CPFL** promove ações para o uso racional de energia elétrica na iluminação pública, em serviços, praças e prédios públicos, além de desenvolver os seguintes programas: CPFL nas Escolas, Educativa junto a Clientes de Baixa Renda, Gestão Energética Municipal e Doação de Lâmpadas Fluorescentes.

O **Programa de Voluntariado Cidadão**, implantado na CPFL Energia no início de 2005, reúne mais de 2.000 colaboradores, que desenvolvem ações voluntárias nas comunidades da área de atuação das suas empresas.

13.11 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A CPFL Energia destinou mais de R$ 2 milhões para Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente — CMDCA, beneficiando 31 cidades de sua área de atuação. Ao todo, 23 projetos foram apoiados, num total de 274 inscritos.

A **Semana do Meio Ambiente**, promovida pela CPFL Energia em Campinas, contou com diversas atividades técnicas e culturais para os públicos interno e externo.

Influência e Liderança na Cadeia de Negócios

A CPFL Energia aderiu ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção e ao Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Também mantém adesão ao Pacto Global e aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), ambos estabelecidos pela ONU — Organização das Nações Unidas. A CPFL Energia criou o **Fórum pelos Objetivos do Milênio** para a disseminação dos ODMs.

No **Programa CPFL Conhecer e Crescer** — Excelência em Gestão, iniciativa da CPFL Energia para disseminar conceitos de qualidade da gestão e de responsabilidade social para empresas de micro, pequeno e médio portes, foram realizados 14 encontros, com 554 participantes.

No programa **Rede de Valor**, criado pela CPFL Energia para disseminar a gestão de responsabilidade social, foi realizado o **V Encontro de Fornecedores**, com 80 participantes.

A CPFL Energia foi convidada a participar do Programa Tear — **Tecendo Redes Sustentáveis de Responsabilidade Social nas Micros, Pequenas e Médias Empresas**, desenvolvido pelo BID, Instituto Ethos e Fundo Multilateral de Investimentos — Fumin. Assumiu, então, o compromisso de disseminar boas práticas junto a 15 micros, pequenas e médias empresas de sua cadeia de negócios.

Além dessas iniciativas, desde 2001 a CPFL Energia é associada à Fundação Abrinq.

Gestão dos Recursos Humanos

13.11 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A CPFL Energia mantevе os investimentos em programas de capacitação e desenvolvimento de seus profissionais que proporcionaram a média de 111,25 horas de treinamento por colaborador.

Entre outras realizações, destacaram-se o Programa de Valorização da Diversidade implementado em todas as empresas do grupo, para aumentar a representatividade de negros, mulheres e de pessoas portadoras de deficiência no quadro de profissionais; e o Programa Novo Tempo, que prepara os colaboradores para a aposentadoria.

No consolidado, o grupo encerrou o exercício com 5.836 colaboradores (5.838 em 2005). O índice de rotatividade foi de 7,11%. O Quadro de Colaboradores possui o seguinte perfil: 11 anos de tempo médio de atividade na empresa; idade média de 37,5 anos.

Como resultado das políticas de valorização e de desenvolvimento profissional adotadas pelas empresas do grupo, os colaboradores posicionaram a CPFL Energia, pelo 5º ano consecutivo, entre as Melhores Empresas para se Trabalhar no Brasil, em avaliação organizada pelas revistas Exame e Você S.A.

Em 2006 foi realizada a Pesquisa de Clima Organizacional nas empresas do grupo CPFL Energia, que apresentou índice de favorabilidade de 74%, resultado que mantém a CPFL no grupo de empresas com as melhores práticas de gestão de pessoas, segundo a Hay do Brasil.

Também foi implantado um Plano de Sucessão, abrangendo os principais cargos executivos do grupo. Esse trabalho delineou as novas competências requeridas norteando um amplo processo de assessment de corpo gerencial. Os resultados dessas ações serão referência para as ações relacionadas à gestão de carreiras, entre 2007/2005.

Gestão dos Impactos Ambientais

Desenvolvimento Limpo:

As empresas do grupo CPFL Energia desenvolvem projetos que usam tecnologias limpas, que, contribuem para a redução da emissão dos gases causadores do efeito estufa; previnem, evitam e minimizam impactos ambientais. Destacam-se:

- Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL: o Programa de Repotenciação das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs habilitou a Companhia a receber créditos de carbono. Já foi assinado contrato de comercialização de 120 mil toneladas de

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

CO ano de 2005 O Projeto de MDL UHE Monte Claro, do Complexo Foram aprovado pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, contribuirá para a redução da emissão de 900 mil toneladas de CO2 e de GEE — Gases de Efeito Estufa

- Projetos de P&D que gerem benefícios ambientais, por exemplo, reduzir ou tratar resíduos, economizar energia e aumentar a eficiência energética

  A CPFL Paulista desenvolveu projetos relacionados a: Novas Tecnologias em Redelmas aplicadas à fabricação de dormentes, Gaseificador para geração de energia elétrica a partir de resíduos de vários tipos de biomassa, Redes de Energia e Vegetação (em parceria com CPFL Piratininga), e Implantação de Sistemas de Geração Distribuída

  Na CPFL Piratininga, o 'Transformador Verde' utiliza óleo isolante vegetal 100% biodegradável em vez de óleo mineral A empresa também desenvolve o projeto 'Sistema de Geração Distribuída Residencial', a partir de um reformador de gás natural e uma célula a combustível de 2 kW.

  Foi desenvolvido protótipo para aquisição de veículos elétricos e híbridos, além de veículos híbridos para testes na frota

— Programas Ambientais na Distribuição e Transmissão de Energia:

A CPFL Paulista e a CPFL Piratininga deram continuidade aos seguintes programas ambientais

- Programa de Arborização Urbana, com doação aos municípios de mais de 61 mil mudas.
- Programa de Gerenciamento e Destino Final de Resíduos Perigosos, com nova depósito em Campinas
- Programa de Coleta Seletiva (reciclagem de papel branco, papelão e plástico)
- Manutenção da Certificação Ambiental ISO 14.001:04 para o escopo 'Convivência da Rede de Distribuição de Energia Elétrica com o Meio Ambiente'
- Cadeia Reversa: processo que permite reaproveitamento de materiais e equipamentos obsoletos retirados das redes de distribuição e de transmissão de energia

Na RGE — Rio Grande Energia destacaram-se as seguintes ações:

10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- **Projeto Logística Reversa**, que trabalha a reciclagem e a recuperação de cerca de 120 toneladas/mês de equipamentos e materiais avariados, retirados do sistema elétrico.
- **4ª Etapa da Campanha Árvores Nobres**, com distribuição de 20 mil mudas.
- **5ª Etapa da Campanha de Repovoamento da *Araucária angustifolia***: foram distribuídas 5.000 mudas e 1.500 kg de sementes da árvore.
- **Projeto Matas Ciliares**: coleção de materiais para a construção de cercas de isolamento para recuperação de 1.200.000 m² de áreas situadas em margens de rios.

— **Projetos Ambientais nos Empreendimentos de Geração de Energia:**

- A CPFL Centrais Elétricas deu continuidade aos seguintes programas ambientais:

  Programa de Controle de Plantas Aquáticas, com ênfase na retirada das plantas e sua utilização. Foram removidas 34.017 m³, equivalentes a uma superfície de 60,20 ha.

  Educação Ambiental: o Projeto da Associação Barco Escola da Natureza, patrocinado pela CPFL, recebeu 18 mil visitantes no ano. As usinas da CPFL Centrais Elétricas receberam a visita de 2.259 alunos, interessados em informações sobre preservação ambiental.

  Programa de Conservação da Ictiofauna: soltura de 390 mil alevinos de Curimbatá nos rios e reservatórios das bacias hidrográficas das áreas de atuação da Companhia.

- Nos empreendimentos de geração de energia nos quais a CPFL tem participação acionária, foi dada continuidade aos programas ambientais previstos no Projeto Básico Ambiental e no processo de licenciamento das mesmas, com destaque para:

  A Baesa efetuou o **plantio** de 195.130 mudas de espécies florestais nativas na área de influência da UHE Barra Grande, totalizando 253.589 **mudas plantadas** de 2004 a 2005; e o sucesso do projeto local de resgate e realocação de espécie ameaçada de extinção.

  Foram tomadas todas as medidas e precauções necessárias para evitar impactos ambientais adicionais decorrentes de problemas ocorridos nos túneis de

13.01 - RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO

cessão da UHE Campos Novos, que causaram o represamento total do reservatório. Essas providências mostraram-se eficientes e a FATMA — Fundação do Meio Ambiente autorizou, em novembro de 2005, o enchimento do reservatório.

Em 05 de dezembro, a UHE Foz do Chapecó teve sua Licença de Instalação prorrogada por 1 anos, após ter demonstrado ao IBAMA o cumprimento das ações socioambientais constantes do Projeto Básico Ambiental.

— Programas Sociais nos Empreendimentos de Geração de Energia

- Assistência Social para indenização de famílias indiretamente atingidas pela implantação da UHE Campos Novos. Os pagamentos individualizados às famílias totalizaram R$ 6 milhões.
- A Empresa foi contribuinte do **Fundo de Desenvolvimento Rural**, para financiar agronegócios coletivos de quatro municípios situados na região de influência da UHE Campos Novos. No final do exercício estavam em andamento 23 projetos, beneficiando cerca de 450 famílias.
- A Empresa concluiu, ainda, a **restauração e ampliação do Museu Municipal de Campos Novos**, realizou **pavimentação da rodovia SC 455**, entre a Comunidade de Santa Catarina e a cidade de Abdon Batista, com extensão de 13,7 km; além de melhorias e **construção de edificações comunitárias** e de infra-estrutura para comunidades lindeiras não atingidas pela UHE Campos Novos.
- A Baesa promoveu a **adequação de infra-estrutura dos municípios da área de influência da UHE Barra Grande**, com reforma e construção de escolas, postos de saúde, estradas e instalações diversas, entre outras atividades. As ações das Assistências Técnica e Social atenderam 100% das 430 famílias beneficiárias do Programa de Remanejamento da População Rural. Entre os resultados, 100% das crianças em idade escolar foram matriculadas e frequentam a escola, e houve acompanhamento desses mesmos crianças pelo Programa de Saúde da Família - PSF.
- A Centrais aderiu ao **Fundo de Desenvolvimento da Região Norte-Nordeste de Goiás**, que tem o objetivo de implantar projetos de geração de renda para famílias locais. O Fundo é coordenado pelo Ministério das Minas e Energia e tem a

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

participação no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Goiás — Sebrae-GO e do MAB — Movimento dos Atingidos por Barragens.

Reconhecimentos

As empresas do grupo CPFL Energia receberam diversos prêmios em reconhecimento ao seu desempenho nas áreas de gestão, operação e qualidade dos serviços. Alguns destaques são:

- Empresa modelo em Responsabilidade Social (CPFL Energia — Guia Exame de Boa Cidadania Corporativa);
- Prêmio "Empresa do ano em Comunicação Empresarial" e "Prêmio de Relacionamento com Investidores" (CPFL Energia — Prêmio Abrasca Brasil);
- Melhor distribuidora de energia elétrica do Brasil (CPFL Paulista — Abradee);
- Melhor distribuidora da região sudeste na avaliação do consumidor (CPFL Piratininga — IASC/Aneel).

9. Auditores Independentes

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada pela CPFL Energia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Sociedade. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que essa empresa de auditoria não prestou, em 2005, serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários fossem superiores a 5% do total de honorários recebidos por esse serviço.

10.Encerramento e Agradecimentos

13.11 - RELATORIO DA ADMINISTRACAO

A Administração da CPFL Energia agradece aos seus acionistas, clientes e fornecedores pela confiança que depositaram na Companhia durante o ano de 2005, aos gestores, pela motivação e envolvimento que transmitiram às suas equipes e, especialmente, aos colaboradores, pelo empenho, dedicação e esforços para cumprir as metas estabelecidas.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e outras empresas do grupo CPFL, por favor acesse o endereço www.cpfl.com.br – Relações com Investidores

18.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Balanço Social Anual / 2005

[illegible]

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energia S.A. (CPFL Energia ou Companhia) é uma sociedade por ações de capital aberto constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades, especialmente as envolvidas na distribuição, geração e comercialização de energia elétrica.

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas operacionais, pormenorizadas sobre área de concessão, número de clientes, capacidade de produção de energia e demais controladas não operacionais, todas elas sociedades anônimas:

1.1 – Atividades de distribuição

Participações diretas:

Companhia Paulista de Força e Luz

A Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL Paulista) é uma sociedade por ações de capital aberto concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia para 234 municípios do interior do Estado de São Paulo, atendendo a aproximadamente 6,2 milhões de consumidores. Entre os principais municípios estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto. Possui prazo de concessão que se encerra em 2027, podendo este ser prorrogado por período adicional de no máximo 30 anos. A Companhia detém 100% do capital social da CPFL Paulista.

Companhia Piratininga de Força e Luz

A Companhia Piratininga de Força e Luz (CPFL Piratininga) é uma sociedade por ações de capital aberto concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia para 27 municípios da região central do Estado de São Paulo, atendendo a aproximadamente 1,8 milhão de consumidores. Entre os principais municípios estão Santos, Sorocaba e Jundiaí. Possui prazo de concessão que se encerra em 2028, podendo este ser prorrogado por período adicional de no máximo 30 anos.

Em atendimento à Lei nº 10.848/2004, a qual proíbe uma concessionária de distribuição de energia elétrica deter participação relevante em outra sociedade, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 10 de abril de 2006, a segregação de participação patrimonial detida pela controlada CPFL Paulista na controlada CPFL Piratininga mediante transferência para esta investimento e Sociedade. Após esta reorganização societária a Sociedade passou a deter 100% do capital social da CPFL Piratininga.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Participações indiretas:

Rio Grande Energia S.A.

A Rio Grande Energia S.A. ("RGE") é uma sociedade por ações de capital aberto concessionária do serviço público de energia elétrica atuando principalmente na distribuição de energia elétrica nas regiões norte e nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, atendendo aproximadamente 1,1 milhão de consumidores. Possui prazo de concessão que se encerra em 2027, podendo este ser prorrogado por período adicional de no máximo 30 anos.

Em 23 de junho de 2006, a Sociedade adquiriu da Rubi Serviços Energéticos Ltda. ("RSEC"), 100% das quotas do capital da CPFL Serra Ltda. ("CPFL Serra"), anteriormente denominada Ipê Energia Ltda. ("Ipê"), cuja carteira é composta pela RGE. Com a aquisição, a Sociedade passou a deter, indiretamente, 99,76% do capital social da RGE, por meio de suas controladas CPFL Paulista (37,57%) e CPFL Serra Ltda. (32,09%).

Companhia Luz e Força Santa Cruz

Em 28 de dezembro de 2005, a Sociedade através da controlada Nova 4 Participações Ltda. ("Nova 4") adquiriu 99,99% do capital social da Companhia Luz e Força Santa Cruz ("Santa Cruz"). A Santa Cruz é uma sociedade anônima de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia para 24 municípios localizados no Estado de São Paulo, na região da Mogiana e em 3 municípios ao norte do Estado do Paraná. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015, podendo este ser prorrogado por período adicional de 20 anos.

1.2 – Atividades de geração

Participações diretas:

CPFL Geração de Energia S.A.

A CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração") é uma sociedade por ações de capital aberto que atua principalmente como holding de negócios de geração de energia. A Sociedade detém 100% do capital social da CPFL Geração.

Participações indiretas:

CPFL Centrais Elétricas S.A.

A CPFL Centrais Elétricas S.A. ("CPFL Centrais Elétricas") é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária de serviços públicos de geração de energia elétrica, com prazo de concessão que se encerra em 2027, podendo ser prorrogada por período adicional de 20 anos. Possui 18 pequenas centrais hidrelétricas e 1 usina termelétrica, com potência total instalada de 115,85 MW e 36 MW, respectivamente, todas localizadas no Estado de São Paulo. A controlada CPFL Geração detém 100% do capital social da CPFL Centrais Elétricas.

SEMESA S.A.

A SEMESA S.A. ("SEMESA") é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo participar no Aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do Aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa pertence a Furnas Centrais Elétricas S.A. ("FURNAS"). A SEMESA possui parte dos ativos, os quais foram arrendados a FURNAS através de um contrato com duração de 30 anos, iniciado em 1998, que assegurou à SEMESA as participações de 51,84% da potência instalada de 1.275 MW

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(857 MW) e da energia assegurada de 577 MW médios (345,9 MW médios). A ELMSA firmou a única contratação de comercialização para venda dessa energia para FURNAS até 2014, com cláusula de reajuste de preço atrelado à variação do IGP-M. Adicionalmente, a ELMSA detém a concessão, bem como as respectivas penhoras sobre a Usina Hidrelétrica de Porto Colômbia, localizada no Rio Grande, no Estado de Minas Gerais, outorgada em 1998, pelo prazo de 30 anos. A controlada CPFL Geração detém 100% do capital social da ELMSA.

CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda

A CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda. ("CPFL Sul Centrais Elétricas") é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, detentora das usinas Guapore, Andorinhas, Prata e Sabonete, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul. A potência total das quatro PCHs é de 218 MW e a energia assegurada é de 111 MW médios. Em 22 de março de 2006, através das Portarias nºs 90 e 91, o Ministério das Minas e Energia ("MME") revisou, um pouco, a energia assegurada das PCHs para 245 MW médios. A controlada CPFL Geração detém 100% do capital social da CPFL Sul Centrais Elétricas.

BAESA - Energética Barra Grande S.A.

A BAESA – Energética Barra Grande S.A. ("BAESA") é uma sociedade por ações de capital aberto que tem como objeto construir, operar e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada prevista, conforme o projeto de operação, é de 690 MW. As duas primeiras geradoras com capacidade de 230 MW cada entraram em operação comercial em novembro de 2005, fevereiro e abril de 2006. A controlada CPFL Geração detém 25,01% do capital social da BAESA.

Controladas em desenvolvimento:

A controlada CPFL Geração detém a participação em novos empreendimentos de geração cuja totalidade da energia assegurada estará disponível até 2010. A mencionada é a sua capacidade instalada proporcionalmente à sua participação, para 2.057 MW. Esses empreendimentos com potencial em conjunto são:

CERAN - Companhia Energética Rio das Antas S.A.

A CERAN - Companhia Energética Rio das Antas ("CERAN") é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a implantação e exploração dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho, localizados no Estado do Rio Grande do Sul, cuja potência instalada prevista é de 360MW. A UHE de Monte Claro iniciou suas operações em dezembro de 2004, sendo que para as demais usinas estão previstas as suas operações através para 2007 na UHE de Castro Alves e 2008 na UHE 14 de Julho. A controlada CPFL Geração detém 65,00% do capital social da CERAN.

Campos Novos Energia S.A.

A Campos Novos Energia S.A. ("ENERCAN") é uma sociedade por ações de capital fechado, com o objetivo de construir, operar e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico Campos Novos, localizado no Rio Canoas, no Estado de Santa Catarina, cuja potência instalada prevista conforme contrato de concessão é de 880 MW. O início das operações comerciais ocorreu em 3 de fevereiro de 2007. A controlada CPFL Geração detém 48,72% do capital total da ENERCAN.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Foz do Chapecó Energia S.A.

A Foz do Chapecó Energia S.A. ("Foz do Chapecó") é uma sociedade por ações de capital fechado com participação de 51% no Consórcio Energética Foz do Chapecó, que tem como objeto a construção, operação e exploração do Aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó (localizado no Rio Uruguai na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul), cuja potência instalada prevista no contrato de concessão será de 855 MW. As obras foram iniciadas no quarto trimestre de 2006 e a unidade em operação comercial é prevista para 2010. A controlada CPFL Geração adquiriu em 2008 os 51% da Foz do Chapecó junto à Companhia Estadual de Energia Elétrica ("CEEE") passando a deter 85% do capital social da Foz do Chapecó ou indiretamente 51% no Consórcio.

1.3 – Atividades da controlada

Participação direta:

CPFL Comercialização Brasil S.A.

A CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil") é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo principal a comercialização de energia, a prestação de serviços associados, inclusive os necessários para a comercialização de energia, assessoramento mercadológico, institucional e financeiro para compradores e vendedores de energia elétrica e para outras entidades alheias ao setor de energia nacional e internacional. A CPFL Brasil está autorizada a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). A Sociedade detém 100% do capital social da CPFL Brasil.

Participações indiretas:

Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda

A Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda. ("Clion") é uma sociedade de quotas de responsabilidade limitada, constituída em 2001 com o propósito de comercializar energia elétrica e de prestar serviços de consultoria na área de energia elétrica. Está autorizada a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE. A controlada CPFL Brasil detém 100% do capital social da Clion.

Sul Geradora Participações S.A.

A Sul Geradora Participações S.A. ("Sul Geradora") é uma sociedade por ações de capital fechado com propósito principal de participar no capital de outras sociedades. A controlada CPFL Brasil durante 2008 adquiriu da Calyon CIFF. Sarl a participação de 37,79% do capital social da Sul Geradora, passando a deter 95,58% do capital social da Sul Geradora.

CPFL Comercialização Cone Sul S.A.

Em 23 de junho de 2008, a Sociedade adquiriu da PSEG 100% das ações da CPFL Comercialização Cone Sul S.A. ("Cone Sul"). A Cone Sul (anteriormente denominada PSEG Trader S.A.) é uma sociedade por ações de capital fechado com o propósito de comercializar energia. Está autorizada a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE.

1.4 – Outras Empresas de Participação

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CPFL Serra Ltda

A CPFL Serra é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada que tem como objeto participar como acionista ou sócia em empresas do setor de energia elétrica, prestar serviços de assistência técnica, gestão empresarial, logística e operacional. A geração, distribuição e transmissão de energia, e outras atividades relacionadas. Atualmente participa em 32,59% no capital social da RGE. A Sociedade detém 100% de participação na CPFL Serra.

Nova 4 Participações Ltda

A Nova 4 é uma sociedade de quotas de responsabilidade limitada com propósito de participar no capital de outras sociedades. A partir de 28 de dezembro de 2005 participa em 99,99% na Companhia Luz e Força Santa Cruz. A Sociedade detém 100% do capital social da Nova 4.

Makalaia Participações S.A.

A Makalaia Participações S.A. ("Makalaia") é uma sociedade por ações de capital fechado que tem por objeto a participação em outras sociedades, seja diretamente ou através de terceiros, de forma permanente com investimento relevante em seu capital. A controlada indireta SEMESA detém 100% do capital social da Makalaia. Atualmente a Makalaia não possui participação em outras sociedades.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras ora consolidadas e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e normas complementares adotadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Com o objetivo de aprimorar as informações prestadas ao mercado, estão sendo apresentadas, para melhor análise, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado da consolidada e consolidadas para os exercícios de 2004 e de 2005, respectivamente nos ANEXOS I e I

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram elaboradas de acordo com os critérios estabelecidos pela FAS 95 - Statement of Cash Flows, no que se refere ao formato de apresentação, em conexão ao conteúdo do registro das demonstrações financeiras da Sociedade na Securities and Exchange Commission ("SEC").

Conforme comentado nas notas 1.1 e 12.1, ativos detidos diretamente pela controlada CPFL Paulista em 31 de dezembro de 2005 foram transferidos para a controladora direta da Sociedade. Estes ativos foram avaliados e valores contábeis conforme Laudo de Avaliação elaborado por empresa especializada na data base de 31 de dezembro de 2005. Portanto as demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2005 deverão ser analisadas considerando-se a alienação desses investimentos a partir de 1º de janeiro de 2006.

2.1 Sumário das Principais Práticas Contábeis

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) **Disponibilidades** - Incluem os saldos de caixa, depósitos em bancos, certificados de depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo, que estão registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços.

b) **Consumidores, Concessionárias e Permissionárias** - O faturamento de energia elétrica faturado e a faturar a consumidores finais, a outras concessionárias e no suprimento de energia elétrica, constante nos montantes disponibilizados e ajustados relacionados a níveis regulatórios de diversas naturezas.

c) **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa** - Constituída com base em análise dos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das demais classes para os valores vencidos há mais de 360 dias, inclusive clientes da classe poder público. Considera também uma análise individual do saldo dos maiores clientes, incluindo parcelamentos de débitos, objetivando a formação de um julgamento dos créditos considerados de difícil recebimento, de acordo com a experiência da Administração em relação às perdas efetivas.

d) **Investimentos** - Incluem as participações em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial. As demais participações estão registradas ao custo de aquisição, deduzidas de provisões para redução ao valor de mercado, quando aplicável. Inclui também as ágios registrados na aquisições de subsidiárias, decorrentes da diferença entre o preço de aquisições pagos e o valor do patrimônio contábil das empresas adquiridas, amortizados pelo critério de cotas de forma líquida projetada para o período remanescente do contrato de concessão de cada investida, conforme determinações da ANEEL.

Incluem ainda os bens relacionados ao empreendimento de UHE Santo Antônio, os quais por estarem arrendados à FURNAS são apresentados na rubrica "Investimentos - Bens de Renda", e reduzidos da depreciação calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%.

e) **Imobilizado** - Registrado ao custo de aquisição, construção ou formação, incluindo quando aplicável, juros, demais encargos financeiros e gastos administrativos. Corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, reduzido da depreciação calculada pelo método linear a taxas anuais variáveis de 2% a 20%.

f) **Atualizações de Direitos e Obrigações** - Os direitos e obrigações sujeitos a reajustes pelos efeitos de inflação ou variação cambial por força contratual ou dispositivos legais estão atualizados até as datas dos balanços.

g) **Imposto de Renda e Contribuição Social** - Calculados e registrados conforme legislação vigente nas datas dos balanços. A Sociedade e determinadas de suas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente dedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social em período não superior a 10 anos. As controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Santa Cruz registraram também prejuízos fiscais referentes ao benefício de ágios incorporados pelas controladas, os quais estão sendo amortizados proporcionalmente aos lucros líquidos projetados para o período remanescente do contrato de concessão de cada investida. Para o exercício de 2009, foram utilizadas as taxas anuais de 5,15%, 5,45% e 2,38% para realização de tais créditos fiscais para a controlada CPFL Paulista, CPFL Piratininga e para CPFL Santa Cruz, respectivamente, sendo essas taxas determinadas em projeções aprovadas pela ANEEL e sujeitas a revisão periódica.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

n) **Planos de Aposentadoria e Pensão** - As controladas incluem os benefícios pós-emprego e as pensões reconhecidos pelo regime da competência e em conformidade com a Deliberação CVM nº 371/00.

o) **Provisão para Contingências** - As provisões para contingências ativas e passivas são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos cíveis, trabalhistas ou diversos cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável na opinião da administração e de seus assessores legais. Estão sendo apresentadas nesta rubrica as provisões para contingências fiscais cujas expectativas de êxito para ambas as partes são classificadas.

p) **Derivativos** - Refere-se à operação de derivativo com o objetivo de administrar os riscos associados às variações nas taxas cambiais e de juros de dívidas passivas. Referidas operações são contabilizadas pelo regime de competência e os ganhos e perdas auferidos ou incorridos são reconhecidos em receitas e despesas financeiras.

q) **Resultado** - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é provisionada considerando como base a carga própria de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, que é reconhecido no mês subsequente, não tem sido relevante. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e nas tarifas específicas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor. Não existe consumidor que represente 10% ou mais da receita de faturamento. Os encargos sobre custos, despesas operacionais e compensados na apuração do PIS e COFINS são apresentados líquidos nas respectivas contas de custos e despesas.

r) **Estimativas** - A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Sociedade e de suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre ativos das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

s) **Lucro Líquido por Ação** - É determinado com base na quantidade de ações nas datas dos balanços.

As controladas efetuaram certas reclassificações nas demonstrações financeiras divulgadas em 31 de dezembro de 2005, para data e em base comparativa, nas mesmas em função de novas classificações requeridas pela ANEEL - conforme Resolução Autorizativa nº 473/2006, que promoveu alterações no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Para	De	Para
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

Além das alterações acima, houve reclassificações em atendimento às Deliberações CVM nº 488 (apresentação e divulgação das demonstrações contábeis) e nº 489 (contingências ativas e passivas).

2.2 Critérios de consolidação

24.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Sociedade e de suas controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Geração, CPFL Brasil Com Sul, CPFL Serra e Nova 4. Os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente. Anteriormente à consolidação com as demonstrações financeiras da Sociedade as demonstrações financeiras da CPFL Paulista, CPFL Geração, CPFL Brasil e da Nova 4 são consolidadas com as de suas controladas, integral ou proporcionalmente, para as controladas em conjunto de acordo com as regras definidas pela Instrução CVM nº 247/96.

Respeitadas as condições descritas acima, a parcela relativa aos acionistas não controladores está classificada no passivo e no resultado do exercício ajustado anteriormente.

Todas as saldos e transações significativos com partes relacionadas foram eliminados.

As práticas contábeis das controladas estão consistentes com aquelas aplicadas pela Sociedade. A principal diferença entre as práticas de contabilização refere-se à reavaliação do imobilizado registrada pela controladora indireta RGE que é eliminada do patrimônio líquido base para cálculo de equivalência patrimonial e, conseqüentemente, na consolidação.

Em 31 de dezembro de 2005, a Sociedade apresentou a reconciliação entre o resultado da controladora e o resultado consolidado como segue:

	2005
Resultado da Controladora	998.807
Provisão para obrigações com os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética referente a exercícios anteriores alocados ao resultado da equivalência patrimonial na controladora e ao patrimônio líquido no consolidado, líquido do efeito do imposto de renda e contribuição social	24.071
Resultado Consolidado	1.021.278

Não há diferença de saldos de patrimônio líquido entre a controladora e a consolidada em 31 de dezembro de 2005, visto que o item de reconciliação mencionado acima se anula no patrimônio líquido.

Com a aquisição da CPFL Serra em junho de 2006 as controladas indiretas RGE e Sul Geradora deixaram de ser consolidadas proporcionalmente e passaram a ser consolidadas integralmente, sendo seus impactos nos saldos de ativos e passivos e no resultado a partir do mês de junho de 2006.

Para melhor análise das aquisições efetuadas no exercício de 2006 (nota 12.1 (a) e nota 33), apresentamos as principais linhas do balanço patrimonial e demonstração do resultado consolidados pro-forma, e sintético, considerando a aquisição como se a mesma tivesse ocorrido no exercício de 2005.

Para a controlada indireta em conjunto DAICSA, no exercício de 2006, foi reconhecido o direito da controlada CPFL Geração de aplicar um percentual de participação sobre os resultados (lê antes mesmo que a participação que a CPFL Geração detém do capital social). Direito reconhecido em função de acordo firmado entre os acionistas da DAICSA. O reconhecimento desse direito foi amparado pela previsão na Orientação CVM/SNC/SEP nº 31/2006.

No processo de consolidação das demonstrações financeiras da CPFL Energia de 31 de dezembro de 2006, foram utilizadas as demonstrações financeiras de 30 de novembro de 2006

da controlada indireta Santa Cruz (nota 12.1 e), pelo fato de as informações de 31 de dezembro de 2005 não estarem disponíveis.

As controladas da Sociedade, por atividade, são como segue:

Empresas	Forma de Consolidação	[illegible] Participação % Direta	[illegible] Participação % Indireta	[illegible] Participação % Direta	[illegible] Participação % Indireta
[illegible]					
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]				[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]					
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]				[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		
[illegible]					
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]					
[illegible]	[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	

[illegible]
[illegible]

(13) ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado			
	Curto Prazo		Longo Prazo	
	30/09	31/12	30/09	31/12
Ativo				
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias (nota 5)				
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Ativos e Passivos Setoriais (nota 6)				
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
	354.383	486.394	512.679	510.277
Compensação Anual entre Ativos e Passivos (nota 6)				
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
	178.082	142.724	15.590	34.304
Reserva				
Provisões (nota 16)				
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]		[illegible]		
	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]
Obrigações na Quotas Vinculadas				
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Outros Contas a Pagar (nota 20)				
[illegible]		[illegible]		
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Total	**572.838**	**532.072**	**48.630**	**703.534**

a) Reajustamento

No final de 2001 e em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, que vigorou entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, foi celebrado acordo entre os geradores e distribuidores de energia elétrica e o Governo Federal denominado "Acordo Geral do Setor Elétrico", que estabeleceu, dentre outras providências, a recomposição de parcelas não cobradas pelas empresas do setor elétrico, um reajuste tarifário extraordinário de 2,9% nas tarifas de fornecimento de energia elétrica a consumidores residenciais (exceto aqueles considerados como de baixa renda), rurais e iluminação pública e de 7,9% para todos os demais consumidores.

O referido reajuste está sendo utilizado para compensação dos seguintes ativos regulatórios registrados pelas controladas:

- Recomposição Tarifária Extraordinária ("RTE") - Corresponde à perda de receita incorrida

durante o período de racionamento. Este ativo foi determinado a partir da comparação da tarifa de Tarifa de Energia Extraordinária verificada no período do racionamento e a receita projetada para esse período, desconsiderando a ocorrência do Programa de Racionamento de Energia. Este ativo está sendo realizado através da receita oriunda do reajuste tarifário anualmente. Desde junho de 2002 até janeiro de 2007 para a controlada CPFL Piratininga e até dezembro de 2009 para a controlada CPFL Paulista deduzido da parcela de Energia Livre repassada aos geradores. As controladas também reconhecem contabilmente a atualização monetária da RTE conforme os critérios da ANEEL, os quais determinam que sobre o montante financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) - que corresponde a 80% dos valores homologados - seja aplicada a SELIC pela taxa anual capitalizada mensalmente acrescida de 1% a.a. e sobre os 10% não financiados incide apenas a remuneração pela taxa SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Em 31 de dezembro de 2005 as controladas possuem provisão para perdas na realização da RTE no montante de R$ 142.018, registrada como redução das saídas a recolher calculada com base nas projeções de receitas esperadas pelas controladas considerando o crescimento de seu mercado, as expectativas de inflação e aspectos regulatórios.

- Energia Livre – Consiste na energia produzida e disponibilizada para o sistema elétrico pelos produtores independentes e autoprodutores de energia durante o período de racionamento. As concessionárias de distribuição arrecadam os recursos junto aos consumidores através do reajuste tarifário extraordinário e os repassam aos geradores resultando na constituição de um ativo e um passivo. Estes valores estão atualizados com base em orientações da ANEEL, sendo o montante com financiamento pelo BNDES atualizado conforme a SELIC pela taxa anual capitalizada mensalmente e acrescida de 1% a.a. e o para o montante sem esse financiamento atualizado somente a taxa SELIC divulgada pelo BACEN.

  A ANEEL fixou para as controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga os percentuais de 20,97% e 22,60%, respectivamente, a serem aplicados sobre o montante arrecadado mensalmente a título de Recomposição Tarifária Extraordinária para repasse às empresas geradoras.

  Em função da proximidade (ou atraso) do término da cobrança da RTE, janeiro de 2007 para a controlada CPFL Piratininga e dezembro de 2009 para a controlada CPFL Paulista, foi constituída provisão para perdas de Energia Livre no montante de R$ 145.589, atualizado e registrado em contrapartida à conta Consumidores em contrapartida à conta Fornecedores.

  No caso da controlada indireta RGE, o ativo regulatório de Energia Livre decorre da cessão pela distribuidora de sua cota parte de Itaipu para o programa de racionamento. Assim como na RTE, a controlada indireta RGE e a controlada CPFL Geração possuem em 31 de dezembro de 2005 provisão para perdas na realização de Energia Livre no montante de R$ 18.880 registrado na conta Outras Despesas Operacionais (nota 25).

- Parcela "A" – Corresponde à variação dos custos não gerenciáveis representativos da Parcela A das controladas de concessão ocorrida entre 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001. Estes valores são atualizados com base na variação da taxa SELIC.

34.11 - OUTRAS EXPLICACOES

A parcela "A" começará a ser amortizada a partir de fevereiro de 2007 e janeiro de 2009 para as concessionárias CPFL Piratininga e CPFL Paulista respectivamente, mediante a utilização do mecanismo análogo ao da Recomposição Tarifária Extraordinária, se o prazo necessário para alinhar o montante registrado

O CMSE manifestou sobre o mecanismo de Recomposição Tarifária, correspondente às receitas a serem faturadas somente será devido por ocasião da emissão da respectiva fatura de energia e não das concessionárias. As controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga nesse sentido atuam como meras repassadoras do referido tributo entre os consumidores e a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e portanto não efetuaram o registro antecipado da referida obrigação

A movimentação dos saldos relacionados à CVA, Energia Livre e Parcela "A" desde suas respectivas homologações em 31 de dezembro de 2005 e a contabilização para os exercícios de 2006 e 2008 é como segue

	Consolidado			
	RTE	Energia Livre		Parcela "A"
Descrição		Ativo	Passivo	Líquido
Saldos em 31/12/2007	684.531	255.203	339.930	362.314
[illegible]				
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Saldos a serem ressarcidos/repassados em 2008	243.617	15.240	103.681	530.846

[illegible]
[illegible]
[illegible]

	Consolidado			
	RTE	Energia Livre		Parcela "A"
Descrição		Ativo	Passivo	Líquida
Saldos em 31 de dezembro de 2006	599.711	291.139	321.112	399.168
Remuneração	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Provisão para Perdas	[illegible]	[illegible]		
Amortização	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Saldos em 31 de dezembro de 2007	417.012	284.601	292.200	473.906
Ativo incorporado da Consolidação da Parcela de Aquisição de Participação Societária [illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
Remuneração	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Provisão para Perdas		[illegible]	[illegible]	
Amortização	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Saldos em 31 de dezembro de 2008	243.617	15.240	103.681	530.846

b) Revisão e Reajuste Tarifário

b.1) Revisão Tarifária de 2003

- CPFL Paulista

24.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em abril de 2008 a ANEEL homologou em caráter definitivo o resultado da primeira revisão tarifária periódica de abril de 2008 para a controlada CPFL Paulista a determinação que as tarifas de fornecimento de energia elétrica fossem reposicionadas em 20,29%, percentual em caráter provisório o percentual de 21,10%. Ao consumidor coube um ajuste "Fator X" que reflete os ganhos de produtividade em 1,362% a ser aplicado como índice anual nas cestas tarifárias "Parcela B" para os reajustes tarifários anuais subseqüentes até a próxima revisão periódica em abril de 2008.

Dessa forma para refletir o percentual definitivo a controlada CPFL Paulista reconheceu no primeiro trimestre de 2008 um passivo regulatório de R$ 43.888 em contrapartida à conta Ativo de Receita de Fornecimento de Energia Elétrica (nota 23) e amortizou a totalidade deste passivo nas mesmas contas contábeis até abril de 2008.

Adicionalmente a controlada CPFL Paulista também reconheceu desde o primeiro trimestre de 2008 um ativo regulatório em contrapartida à Receita de Fornecimento de Energia Elétrica (nota 23), decorrente da diferença verificada na homologação da tarifa relativa a revisão da taxa de depreciação regulatória de 4,04% ao ano utilizada pela ANEEL para cálculo da quota de reintegração e o percentual de 4,88% ao ano apurado pela controlada CPFL Paulista com base nas informações disponibilizadas ao poder concedente. Esse ativo foi atualizado em 31 de dezembro de 2008 à R$ 46.745 (R$ 33.100 em 31 de dezembro de 2007). Em 2008 a ANEEL reconheceu a existência da diferença em favor da controlada e determinou que este ativo regulatório seria considerado no próximo reajuste tarifário de 2009.

CPFL Piratininga

Em 22 de outubro de 2008 a ANEEL determinou, em caráter provisório, que a revisão tarifária periódica de outubro de 2008 para a controlada CPFL Piratininga seria de 18,08%. Para manter o princípio da modicidade tarifária e a condição de equilíbrio econômico financeiro previsto no contrato de concessão, o aumento autorizado na tarifa foi de 14,08%.

Em 18 de outubro de 2007 a ANEEL alterou, ainda em caráter provisório, a referida revisão tarifária para um percentual de 10,51%.

Em 18 de outubro de 2008 a ANEEL homologou em caráter definitivo o resultado da primeira revisão tarifária periódica da controlada CPFL Piratininga de outubro de 2008, determinando o percentual de 9,57%. Dessa forma, para refletir o percentual homologado no exercício de 2008 a controlada CPFL Piratininga complementou o passivo regulatório no valor de R$ 31.799 em contrapartida à Receita de Fornecimento de Energia Elétrica para refletir o novo percentual de revisão tarifária de 10,51% para 9,57%.

Em 14 de outubro de 2008 a ANEEL através da Resolução Homologatória nº 385 e em atendimento ao pedido de reconsideração da Revisão Tarifária interposto pela Bandeirante Energia S.A., Santa Cruz Holding e Caiuás da base de remuneração da controlada CPFL Piratininga que tinha sido homologada em outubro de 2008 e, conseqüentemente, o resultado da primeira revisão tarifária de outubro de 2008 que havia sido caráter definitivo voltou a ter caráter provisório. Com tal alteração a ANEEL determinou que as tarifas de fornecimento de energia elétrica da controlada CPFL Piratininga fossem reposicionadas em 10,14%. Adicionalmente foi determinada a variação do Fator "X" que reflete os ganhos de produtividade em 0,82% a ser aplicado como redutor nos índices denominados "Parcela B" para os reajustes tarifários anuais subseqüentes, cobrindo o percentual final a ser estabelecido quando da definição do percentual definitivo do reajuste tarifário.

10.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Dessa forma, para refletir o novo percentual provisório definido pela ANEEL, a controlada CPFL Piratininga constituiu ativo regulatório em contrapartida da Receita de Fornecimento de Energia Elétrica no montante de R$ 26.870 mil, incluídos os efeitos de PIS e COFINS.

A Resolução ANEEL nº 336, de 15 de agosto de 2001, que trata da Anuência de perda de classe da Companhia e a transferência parcial de respectiva área de concessão à controlada CPFL Piratininga, estabeleceu que na primeira revisão tarifária prevalecerá o menor índice apurado entre as duas concessionárias. Como a Bandeirante obteve um índice de 10,14% e a controlada CPFL Piratininga de 11,52%, prevaleceu o índice de 10,14%.

b.2) Reajustes Tarifários de 2006

- CPFL Paulista

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 313, de 06 de abril de 2006, estabeleceu o Reajuste Tarifário Anual da controlada em um percentual médio de 10,63%, sendo 7,12% relativo ao reajuste tarifário anual e 3,51% relativo a componentes financeiros. Os componentes financeiros são representados basicamente pela Conta de Compensação de Valores de Itens da Parcela A (CVA), sobras e faltas de energia, correção dos custos de aquisição de energia de Itaipu e descontos aplicados na cobrança da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD).

Dos componentes financeiros repassados à tarifa foram constituídos, em Agosto de 2006, ativos regulatórios referentes aos custos de aquisição de energia de Itaipu não contemplados no reajuste de 2006, no montante de R$ 15.162 (R$ 33.238 em 31 de dezembro de 2005), e ao custo de uso da rede básica no montante de R$ 1.853. Em relação a sobras e faltas de energia e TUSD vide item 4 e 5.

Adicionalmente, a ANEEL retificou e complementou, através do Ofício nº 332/ANEEL, de 28 de dezembro de 2006, o ano da CVA contemplado no reajuste tarifário de 2006. Desta forma a controlada CPFL Paulista reconheceu em 31 de dezembro de 2006 um ativo pró-rata-dia de R$ 19.277, registrado em "Despesas Pagas Antecipadamente" tendo como contrapartida a conta de "Receita Operacional".

A ANEEL também concedeu a antecipação do depósito do art. 10º da Lei nº 11.196/2005, que determinou a devolução por parte das geradoras do montante de R$ 37.869 recebidos em função dos efeitos da majoração da alíquota de PIS e COFINS repassados aos consumidores durante o período tarifário anterior. Essa devolução está ocorrendo em 12 parcelas mensais a partir de maio de 2006. Dessa forma a controlada CPFL Paulista registrou um ativo em contrapartida ao custo com energia elétrica (nota 24) no mesmo valor a ser restituído aos consumidores, registrado no passivo circulante (nota 21), que será apurado a menor entre a nota 21 e a nota 22. Adicionalmente em o de junho de 2006 a ANEEL retificou o valor de devolução das geradoras para R$ 15.507, mantendo-se porém o valor de R$ 37.869 a ser devolvido aos consumidores. A diferença será ressarcida pela ANEEL no próximo reajuste tarifário em 2007.

- CPFL Piratininga

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 386, de 19 de outubro de 2006, estabeleceu o Reajuste Tarifário Anual da controlada em um percentual médio de 11,45%, composto como segue: a 4,0% relativo ao reajuste tarifário anual e 6,38% relativo à componentes financeiros. Entre os componentes externos destacam-se a CVA, sobras e faltas de energia, majoração de PIS e COFINS, descontos aplicados na cobrança da TUSD e os efeitos da Revisão Tarifária comentados no item anterior.

34.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

A ANEEL também considerou a aplicação do disposto do art. 105 da Lei nº 11.196/2005 que determinou a exclusão dos valores de PIS e COFINS repassados aos consumidores durante o período tarifário anterior. Dessa forma a controlada CPFL Piratininga registrou uma ativo em contrapartida ao custo com energia elétrica (nota 24) no mesmo valor a restituir aos consumidores registrado no passivo em contrapartida à receita com energia elétrica (nota 23).

- RGF

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 370 de 18 de abril de 2006, estabeleceu o Reajuste Tarifário Anual de concessionárias incluindo as tarifas de energia elétrica em percentual médio de 10,19% composto por 5,04% relativo ao reajuste tarifário anual e 5,15% relativo aos componentes tarifários financeiros componentes do reajuste anual. Estes componentes destacam-se a CVA e o desconto aplicado na TUSD.

Adicionalmente a ANEEL informou, através do Ofício nº 177/ANEEL de 25 de julho de 2006 que o Índice de Reajuste Tarifário Anual de 2006 da controlada nominada RGE de 10,19% aprovado na Revisão da base de cálculo de reajuste. A controlada nominada RGF reconheceu até 31 de dezembro de 2006 um ativo provisório de R$ 9.405 registrado em Despesas Pagas Antecipadamente tendo como contrapartida a conta de Receita Operacional.

b.3) Majoração de PIS e COFINS

Refere-se a diferença entre os custos relacionados ao PIS e a COFINS apurados através da aplicação da legislação específica e os montantes repassados a tarifa.

Embora os reajustes tarifários de 2006 já contemplam grande parte desses custos, este assunto deverá ser motivo de regulamentação definitiva após a conclusão de audiência pública realizada pela ANEEL em 20 de julho de 2006 (convocação ANEEL nº 014/2006). Tendo em vista o caráter provisório destas normas estão sujeitas a eventuais alterações quanto de sua homologação definitiva pelo Órgão Regulador.

CPFL Piratininga

Conforme Resolução Homologatória nº 366, de 10 de outubro de 2006, a ANEEL homologou o repasse a tarifa no montante de R$ 34.282 e 0%, e de reposição tarifária com os custos de PIS e COFINS excluídos os valores já considerados na reajuste tarifário de 2005, sendo efetuado neste exercício o registro complementar de R$ 30.842 na conta de Despesas Pagas Antecipadamente.

Face ao caráter provisório destes valores e considerando as discussões que envolvem a natureza do referido crédito a controlada CPFL Piratininga conservadoramente optou por constituir um passivo no mesmo montante (nota 21).

b.4) Sobras e Faltas de Energia

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia e potência por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL. Tendo também a garantia do repasse as tarifas dos custos de "aquisições de energia elétrica" limitada em 3% da receita de carga.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As sobras líquidas de energia referentes ao exercício de 2005 foram colocadas à disposição da CCEE para venda de curto prazo, as quais, conseqüentemente, foram liquidadas ao preço de mercado de curto prazo, inferior ao preço médio definido no Índice de Gestão Tarifária.

As constituições e realizações das sobras e faltas líquidas de energia das distribuidoras estão sendo contabilizadas como "Despesas Pagas Antecipadamente" (nota 9) em contrapartida a um crédito em "Custo com Energia Elétrica" (nota 24).

b.5) Descontos na TUSD e na Irrigação

As controladas vem reconhecendo ativos regulatórios referente aos descontos especiais aplicados na TUSD referente ao fornecimento de energia elétrica de fontes alternativas conforme disposto na Resolução ANEEL nº 77, de 18 de agosto de 2004 e sobre atividades de irrigação e aqüicultura conforme disposto na Resolução ANEEL nº 207, de 9 de janeiro de 2006. Estes ativos foram registrados em "Consumidores" em contrapartida à conta de "Receita Operacional", que será compensado no próximo reajuste tarifário anual.

O quadro abaixo demonstra a movimentação dos itens descritos anteriormente, relacionados às Revisões e Reajustes Tarifários:

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

c) Diferimento de Custos e Ganhos Tarifários ("CVA")

Refere-se ao mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis incorridos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas através da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais.

Atualmente, são considerados custos não gerenciáveis principalmente as seguintes despesas: (i) tarifa de energia elétrica comprada; (ii) tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional; (iii) Encargos de Serviço do Sistema; (iv) tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica; (v) quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis - CCC; (vi) quota de recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e (vii) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As controladas procederam no exercício alterações nas classificações da CVA, representadas as transferências demonstradas no quadro abaixo, objetivando a melhoria dos controles e forma de apresentação. Tais transferências não trazem qualquer impacto no resultado, patrimônio líquido e capital circulante das controladas

	Controladas						
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]							
Ativo							
[illegible]							
[illegible]							
[illegible]							
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Passivo							
[illegible]							
[illegible]							
[illegible]							
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

d) Subvenção - Baixa Renda

A Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002 e o Decreto nº 4.336 de 15 de agosto de 2002 estabeleceram novas diretrizes e critérios para a universalização de unidades consumidoras na subclasse residencial Baixa renda. De acordo com a legislação, anteriormente, essa deve atender as unidades consumidoras atendidas por circuito monofásico e com consumo mensal médio nos últimos 12 meses inferior a 80kWh, e as unidades consumidoras com consumo mensal médio nos últimos 12 meses entre 80 e 220kWh desde que atendam a outros critérios específicos, tais como o registro em Programas Sociais do Governo Federal.

Considerando que os subsídios concedidos aos consumidores deveriam ser compensados no âmbito da própria concessionária através da tarifa cobrada aos demais consumidores do mercado atendido e que a universalização desse novo critério implicaria em maiores tarifas em vigor, além do princípio de modicidade tarifária ao restante do mercado, a ANEEL estabeleceu uma nova metodologia de apuração para o referido subsídio, que seria aplicada mensalmente desde maio de 2002.

Os valores apurados através desta nova metodologia após homologação da ANEEL seguirão os seguintes critérios para a liquidação:

- Para as competências que forem apuradas pelas concessionárias e homologadas pela ANEEL serão ressarcidos através de concessão de subvenção econômica pela Eletrobrás com recursos provenientes da CDE.

- Para as competências que ainda estão sendo apuradas pelas concessionárias e ainda não homologadas pela ANEEL serão ressarcidos ao consumidor através de redução das respectivas tarifas.

A movimentação dos saldos ao longo do exercício de 2005 é como segue:

21.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2004	43.995	(5.175)
Perda (Ganho) de Receita	20.729	(2.721)
Amortização Reajuste Tarifário		2.367
Reconhecimentos Homologados pela ANEEL	(17.541)	-
Atualização Monetária		(322)
Saldos em 31 de dezembro de 2005	47.183	(5.850)
Nova incorporação de Consolidado em Função de Aquisição de Participação Societária (nota 1)	1.305	(1.946)
Perda (Ganho) de Receita	21.958	(1.357)
Amortização Reajuste Tarifário		4.134
Reconhecimentos Homologados pela ANEEL	(23.217)	
Atualização Monetária	-	(253)
Saldos em 31 de dezembro de 2006	47.230	(4.696)

(4) DISPONIBILIDADES

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Caixa e Bancos	23.007	591	259.369	215.385
Aplicações Financeiras	7.725	248.861	370.891	506.752
Total	30.393	249.452	630.260	1.029.247

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais, remuneradas em sua maior parte conforme variação do CDI, concluídas em condições e taxas normais de mercado e estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da Sociedade e de suas controladas.

(5) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

No consolidado o saldo é oriundo principalmente das atividades de fornecimento de energia elétrica cuja composição em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 é a seguinte:

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Saldos Vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	a mais de	2005	2004
Circ Pesq					
Classes de Consumidores					
Residencial	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Industrial	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Comercial	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Rural	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Poder Público	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Iluminação Pública	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Serviço Público	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal	917.875	279.435	155.442	1.352.752	991.359
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total	1.013.804	330.183	181.381	2.124.368	1.300.539

Circ Pesq					
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total	155.135	-		155.135	330.422

a) **Parcelamento de Débitos de Consumidores** - Refere-se à negociação de saldos vencidos junto a consumidores principalmente órgãos públicos. Parte destes créditos depende de ação de pagamento pelas cavaleiros principalmente através de cobrança de arrecadação de ICMS com intervenientes bancários. Com base na melhor estimativa da Administração das controladas para as importâncias sem garantia ou sem especialidade de realização, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD).

b) **Operações Realizadas na CCEE** - Os valores referem-se à contabilização da CCEE relativos ao período de setembro de 2000 a dezembro de 2005. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2005 decorrente da venda de energia compreende principalmente (i) R$ 857 referente a ações judiciais ajuizadas por diversas concessionárias e/ou por agentes do setor; (ii) R$ 3.943 referente a ações judiciais que discutem a contabilização da CCEE para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002; (iii) R$ 35.795 referente a registros contábeis provisórios determinados pela CCEE; (iv) R$ 4.266 referente a valores negociados bilateralmente pendentes de liquidação e (v) R$ 12.254 referente a exposições das controladas para períodos ainda não disponibilizados pela CCEE. As controladas entendem não haver riscos significativos na realização desses ativos e, consequentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para esses itens.

c) **Concessionárias e Permissionárias** - Referem-se basicamente a saldos a receber decorrentes do suprimento de energia elétrica a outras Concessionárias e Permissionárias efetuados principalmente pelas controladas Semesa e CPFL Brasil, bem como por diversas transações relacionadas à cisão parcial da Bandeirante pela controlada CPFL Piratininga que estão sendo compensados através de encontro de contas com valores a pagar.

16) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Através de instrumento particular de Cessão de Direito em abril de 2005, a Sociedade adquiriu os direitos provenientes do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica entre a Companhia Energética de São Paulo - CESP (vendedora) e CPFL Brasil (compradora) correspondente ao fornecimento de energia por um período de 5 anos. O montante de recursos entregue pela Sociedade à CESP será ajustado com as variações anuais da atualização da energia produzida por cada empresa pela CPFL Brasil.

O saldo no curto prazo é de R$ 23.615 (R$ 22.920 em 2004) e no longo prazo é de R$ 103.501 (R$ 107.011 em 2004). Esta operação é remunerada com juros anuais de 17,5% a.a. mais variação anual do IGP-M e esta será amortizada através de parcelas mensais no valor correspondente a transação de compra de energia.

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Curto Prazo				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	28.655	26.309	173.653	168.772
Longo Prazo				
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total	2.787	2.787	103.043	77.334

As controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE registraram no exercício de 2005 créditos de PIS e COFINS não cumulativos de R$ 4.567, R$ 2.708 e R$ 4.458, respectivamente, como resultado financeiro (nota 23), em decorrência do trânsito em julgado favorável das ações que questionavam a legalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições para o PIS e COFINS.

Nas controladas indiretas CERAN, CPFL Centrais Elétricas, CLRAN e BALSA, com a edição da Lei nº 11.196/2005, foram consolidados o conjunto de contratos com preços pré-determinados, que até dezembro/2004 eram tributados pelo regime cumulativo, sujeito portanto à uma tributação de 3,65% para PIS e 16% para a COFINS, com efeitos retroativos desde 1º de novembro de 2005. Em função da nova regra tributária os tributos pagos recolhidos e as diferenças apuradas foram tratadas como recebíveis e serão compensados juntamente com a taxa SELIC e serão compensados a partir do mês de janeiro de 2006.

No longo prazo o saldo de Contribuição Social a Compensar refere-se ao ganho definitivo em ação judicial movida pela controlada CPFL Paulista e reconhecido no exercício de 2004. A

01.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

consolidada CHL Paulista está aguardando o trâmite dos procedimentos administrativos junto a Receita Federal para dar a compensação do crédito.

(8) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2004	(92.420)
Provisão constituída	(91.916)
Recuperação de Receita	26.005
Baixa de Contas a Receber Provisionadas	92.992
Saldo em 31 de dezembro de 2005	(64.581)
Aumento decorrente de Consolidação em Operação de	
Aquisição de Participação Societária Inicial	(12.797)
Provisão Constituída	(11.494)
Recuperação de Receita	28.170
Baixa de Contas a Receber Provisionadas	50.843
Saldo em 31 de dezembro de 2006	(96.859)

(9) DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Consolidado			
	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2006	2005	2006	2005
Aluguéis e Seguros a Apropriar	177.079	142.721	19.369	24.970
Outros	4.155	5.611	6.371	3.934
Total	181.234	148.332	25.740	28.187

(10) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1 - Composição dos créditos da Contribuição Social e Imposto de Renda.

10.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Créditos de Contribuição Social sobre:				
Bases Negativas	17.193	15.300	49.677	52.403
Benefício Fiscal não Apropriado			109.097	71.774
Diferenças Temporariamente Indedutíveis	47	-	20.548	51.048
Subtotal	17.240	15.300	179.322	175.225
Créditos de Imposto de Renda sobre:				
Prejuízos Fiscais	51.574	50.000	721.302	706.298
Benefício Fiscal não Apropriado			149.724	81.211
Diferenças Temporariamente Indedutíveis	9.021		212.998	169.304
Subtotal	60.595	50.000	918.027	875.509
Outros	-	-	2.192	-
Total	80.948	72.300	1.097.547	1.050.734
Curto Prazo	9.021	-	158.541	-
Longo Prazo	71.927	72.300	939.006	1.050.734
	80.948	72.300	1.097.547	1.050.734

Previsão de Recuperação

A previsão de realização dos créditos fiscais diferidos registrados no Longo Prazo, decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas, diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do Ágio incorporado, está baseada em projeções de resultados futuros aprovadas pelo Conselho Fiscal e aprovadas pelo Conselho de Administração, como segue:

	Controladora	Consolidado
2009	9.591	104.579
2009	10.591	89.921
2010	9.591	77.954
2011	9.591	79.707
2012	9.591	95.381
2013	7.993	93.400
De 2014 a 2018	18.912	149.158
De 2017 a 2020		256.197
Total	76.997	906.605

O montante a realizar de 2017 a 2020 refere-se exclusivamente ao benefício fiscal dos ágios incorporados registrados pelas controladas que estão sendo realizados pelo período das concessões.

10.2 – Saldos acumulados de diferenças temporariamente indedutíveis:

24.11 - OUTRAS EXPLICAÇÕES

	Consolidado			
	2006		2005	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Provisão para Contingências	[illegible]	[illegible]	[illegible]	53.515
Provisão de Previdência Privada	[illegible]	20.511	6.935	29.150
Provisão Créditos Duvidosos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	15.437
Provisão Participações Recompensadas Tarifa Extraordinária	[illegible]	36.311	[illegible]	52.287
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	[illegible]	25.451	[illegible]	36.224
Contas a Receber de Poderes Públicos	[illegible]	[illegible]	990	5.137
Participação nos Lucros e Resultados	[illegible]	6.521	637	[illegible]
Diferença de Taxas de Depreciação Societário/Fiscal (D-E)	[illegible]	[illegible]		-
Outros	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	24.981	242.884	51.049	186.294

10.3 - Reconciliação dos montantes do Contribuição Social e Imposto de Renda registrados nas resultados dos exercícios de 2006 e de 2005

	Consolidado			
	2006		2005	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro Antes do CSLL e IRPJ	3.171.397	3.171.397	1.336.990	1.336.990
Ajustes Para Refletir a Alíquota Efetiva:				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Base de Cálculo	3.196.699	3.256.383	1.372.699	1.311.883
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Débito Fiscal Apurado	(287.703)	(652.877)	(123.543)	(262.377)
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	(187.958)	(346.445)	(83.272)	(262.377)

a) **Amortização do Ágio** - Refere-se ao ágio amortizado originado na aquisição de investidas não dedutível.

b) **Realização GMC** - Refere-se a depreciação da parcela do custo incremental da correção monetária contábil realizada pela Lei 9.959/00. Não dedutível para fins de Apuração da Contribuição Social.

c) **Diferenças de Taxas de Depreciação** - Trata-se da diferença de taxa de depreciação aplicada pela controlada nesta base em função da reavaliação dos ativos (taxa do laudo de reavaliação) e aquela ajustada na adoção pela primeira vez pela controlada CPFL Paulista. A depreciação a menor da controlada no lucro RGC gera pagamento adicional de imposto de renda e contribuição social e a partir de 2008 inicia-se a prática de diferenças acesso impostos no controlado.

d) **Realização da Provisão para Perda de Investimento** - Em 2005 a provisão para perda com investimento tornou-se dedutível para a controlada RGC, em função de alteração de sua controladora GLT Geradora.

e) **Crédito Fiscal Construído** - Refere-se ao crédito constituído na controladora sobre o prejuízo fiscal e base negativa. Os créditos registrados estão limitados a 10 anos de projeção e o complemento de 2006 refere-se ao ano de conclusão e sua respectiva reversão.

(11) OUTROS CRÉDITOS

	Consolidado			
	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2006	2005	2006	2005
Créditos a Receber - CESP (a)	22.151	24.375	94.527	81.352
Empregados (b)		15.067	-	-
Adiantamentos - Fundação CESP (c)	5.145	5.210	-	-
Cauções, Fundos e Depósitos Vinculados (d)	5.305	19.881	37.715	37.858
Ordens em Curso (e)	8.105	5.741	7.258	-
Serviços Prestados a Terceiros (f)	23.122	17.347	10	1.113
Reembolso RGR	9.297	9.737	345	477
Contratos de Pré-Compra de Energia (g)	3.911	7.347	1.670	3.749
Outros	22.603	20.417	41.796	15.113
Total	99.354	134.577	183.321	139.662

a) **Créditos a Receber CESP** - Referem-se a créditos a receber da CESP pela controlada CPFL Paulista decorrentes de saldos da Conta de Resultados a Compensar vencendo aquela empresa em 1997. O saldo é atualizado anualmente pela variação do deflator mais um encargo acrescido de juros calculados sobre 50% da Taxa Libor Trimestral e de Spread anual de 0,40625%, com vencimento final em dezembro de 2008.

b) **Empregados** - O saldo em 2005 era relativo a financiamentos concedidos a empregados para a aquisição de ações da companhia CPFL Paulista e que foram quitados durante 2006.

c) **Adiantamentos - Fundação CESP** - Referem-se a adiantamentos efetuados para programas assistenciais a empregados e manutenção operacional da entidade.

d) **Cauções, Fundos e Depósitos Vinculados** - São garantias oferecidas quando da negociação ou renegociação de empréstimos e para garantia de operações na CCEE.

e) **Ordens em Curso** - Compreendem custos e receitas relacionados à construção ou alienação em andamento de bens do imobilizado e os custos dos serviços em curso relacionados à distribuição de energia elétrica.

f) **Serviços Prestados a Terceiros** - Compreendem basicamente contas a receber referente à serviços prestados a consumidores relacionados à distribuição de energia elétrica.

g) **Contratos de Pré-Compra de Energia** - Referem-se a pagamentos antecipados realizados pelas controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Geração, os quais serão liquidados com energia a ser fornecida no futuro.

(12) INVESTIMENTOS

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Participações Societárias Permanentes	3.156.339	2.990.758	-	-
Ágio Goodwill	467.410	1.021.911	2.241.414	2.359.548
Bens de Renda	-	-	244.220	276.442
Outros	222		2.854	24.222
Total	4.575.908	4.498.331	3.092.848	3.059.152

12.1 - Participações Societárias Permanentes:

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas são como segue:

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]									
[illegible]									
[illegible]									
[illegible]									
[illegible]									
[illegible]									
Total									

As movimentações ocorridas no saldo de participações societárias são como segue:

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]									
[illegible]									
[illegible]									
[illegible]									
[illegible]									
[illegible]									
[illegible]									
[illegible]									

a) CPFL Paulista

Reorganização Societária

Em reunião do Conselho de Administração em 31 de março de 2008 foi aprovada a implementação da primeira etapa do processo de Reorganização Societária que segrega as participações societárias mantidas pela controlada CPFL Paulista nas empresas CPFL Piratininga Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS (COMGÁS) e Energias do Brasil S.A. (Energias do Brasil), em atendimento ao disposto na Lei nº 10.848/04 e Resolução Autorizativa ANEEL nº 335/08, e em conformidade com o Despacho ANEEL nº 464/08, conforme comentado na nota 1.1.

Esta etapa da Reorganização Societária aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da CPFL Paulista realizada em 15 de abril de 2008, consiste na redução do capital social sem o cancelamento de ações e mediante a restituição à CPFL Energia, detentora de 100% do capital da CPFL Paulista, dos ativos representados pelos investimentos nas empresas acima mencionadas no valor contábil total de R$ 1.366 com o seguinte

24.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	Valores contábeis em 31/12/2006
Investimento CPFL Piratininga	230.504
Ágio CPFL Piratininga	154.827
Investimento Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS	27.157
Investimento Energias do Brasil S.A.	772
	413.260

Adicionalmente, a controlada CPFL Paulista, em atendimento à Lei 10.848/04 e à Resolução Autorizativa ANEEL nº 305/05, deverá segregar a participação societária que detém na RGE até 14 de março de 2007.

b) CPFL Piratininga

Conforme comentado no item (a) acima, a partir de 1º de janeiro de 2006 a CPFL Piratininga passou a ser registrada como controlada direta pela Companhia. A transferência de investimento na CPFL Piratininga envolveu ainda o ágio no valor de R$ 154.827.

c) CPFL Geração

Foz do Chapecó
Em 1º de dezembro de 2006, a controlada CPFL Geração concretizou a operação de 51% da participação detida pela CLLL na Foz do Chapecó pelo montante de R$ 9.215, sendo apurado um ágio de R$ 3.945. Com esta aquisição, a controlada CPFL Geração passou a deter 85% da participação no capital social da Foz do Chapecó, que equivale a 51% de participação no resultado Consórcio Energético Foz do Chapecó.

LNLRGAN

A operação comercial desta usina, que estava prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2006, teve seu cronograma de entrada em operação comprometido em razão de problemas ocorridos nas turbinas de geração. Estes problemas foram inicialmente divulgados em junho de 2006 e culminaram na necessidade do esvaziamento do reservatório para a solução dos problemas. Assim sendo, em novembro de 2006 foi iniciado o enchimento do reservatório e a usina atingiu o Nível Mínimo Operacional no final de janeiro de 2007. A usina entrou em Operação Comercial em 5 de fevereiro de 2007 (informações não examinadas pelos auditores independentes).

Incorporação das controladas indiretas CPFL Centrais Elétricas e SEMESA

Com base na aprovação da ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 365 de 19 de dezembro de 2006, a controlada CPFL Geração submeterá em Assembléia Geral de Acionistas proposta de incorporação pela controlada CPFL Geração de suas controladas CPFL Centrais Elétricas e SEMESA, sucedendo-as para todos os fins de direitos e obrigações. A incorporação tem como principais objetivos a otimização de custos operacionais, administrativos e legais, através da simplificação da estrutura societária.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Como consequência da proposta de incorporação, a controlada CPFL Geração passará a ser uma concessionária de serviço público de energia elétrica, submetendo-se às regras regulamentares estabelecidas pela ANEEL.

d) CPFL Serra, CPFL Cone Sul e CPFL Mesa

Conforme comentado na nota 1, a CPFL Energia adquiriu da PSEG, em 20 de junho de 2006, 100% das quotas de capital da CPFL Serra, das ações da Cone Sul S.A. e das quotas do capital da CPFL Mesa Ltda., anteriormente denominadas de Energia Ltda., PSEG Trader S.A. e PSEG Brasil Ltda., respectivamente.

Esta operação foi aprovada pela ANEEL em maio de 2006, sendo o valor de aquisição de R$ 415.000 e o ágio apurado de R$ 99.288.

Adicionalmente, foi consolidado o ágio no montante de R$ 8.915, referente à aquisição de parte das ações da RGE, que oportunamente foi registrado na CPFL Serra.

Em 20 de dezembro de 2006, visando a racionalização financeira e administrativa desses investimentos, ocorreu a seguinte reorganização societária: (a) a controlada CPFL Serra efetuou redução de capital no montante de R$ 20.629, mediante integralização à Sociedade; (b) a Sociedade integralizou capital na controlada CPFL Mesa, mediante conferência de ativos, apresentados pelo investimento e ágio na Serra, e a participação que a Sociedade detém na controlada CPFL Serra, no montante de R$ 410.127; (c) a controlada CPFL Serra realizou a incorporação da controlada CPFL Mesa, através de aumento de capital no montante de R$ 558.

Como resultado da reorganização, a CPFL Serra registrou ainda R$ 30.044, referente a créditos fiscais, oriundos do ágio de sua própria aquisição, conforme orientações das Instruções CVM nº 319 de 1999 e nº 349 de 2001.

Esta reorganização teve impacto no saldo do investimento da Sociedade na controlada CPFL Serra, sendo necessário a constituição de um ágio reflexo na CPFL Energia no montante de R$ 68.330.

e) Nova 4

Em 31 de maio de 2006, a Sociedade adquiriu da controlada CPFL Brasil 1.000 quotas representativas de 100% do capital social da Nova 4.

Santa Cruz

Adicionalmente, em 28 de dezembro de 2006, a controlada Nova 4 adquiriu da Companhia Brasileira de Alumínio - CBA (...) 344.040.211 ações ordinárias e 27.702.472 ações preferenciais, representando 99,99% do capital social da Santa Cruz. A operação foi aprovada pela ANEEL em dezembro de 2005 e o valor da aquisição foi de R$ 205.170, gerando um ágio no montante de R$ 111.194. O valor final da aquisição e respectivo ágio dependem ainda de valores a serem apurados com base nas demonstrações financeiras da Santa Cruz de 31 de dezembro de 2006, as quais ainda não estão disponíveis. Na opinião da administração da Sociedade, os ajustes decorrentes da conclusão destas demonstrações financeiras não serão materiais.

12.2 - Ágio e Deságio.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

		Consolidado			
		2009			2008
Investidora	Investida	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
CPFL Energia	CPFL Paulista	[illegible]		[illegible]	[illegible]
CPFL Energia	CPFL Piratininga	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
CPFL Energia	CPFL Paulista	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
CPFL Energia	CPFL Piratininga (nota 12.1)	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
CPFL Energia	CPFL Geração	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
CPFL Energia	CPFL Serra [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-
CPFL Energia	CPFL Geração (nota 12.1)	[illegible]		[illegible]	
CPFL Energia	CPFL Investimentos (nota 12.1)	[illegible]	-	[illegible]	-
CPFL Brasil	CLSA	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
CPFL Geração	SEMESA	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
CPFL Geração	Foz do Chapecó (nota 12.1)	[illegible]	-	[illegible]	[illegible]
CPFL Geração	ENERCAN	[illegible]	-	[illegible]	[illegible]
CPFL Geração	Baesa/Centrais	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
CPFL Paulista	IESI	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
CPFL Paulista	CPFL Piratininga (nota 12.1)				[illegible]
CPFL Serra	IESI	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Nova A	Serra Ouro Fino (nota 12.1)	[illegible]	-	[illegible]	-
Somados	Ajustes	[illegible]		[illegible]	
Total		2.058.087	(612.613)	2.345.474	2.255.648

Os ágios decorrentes de aquisição da participação societária na CPFL Paulista, RGE, CPFL Serra, CPFL Piratininga e Baesa Grande são amortizados proporcionalmente às curvas de lucro líquido, dentro do prazo remanescente da concessão e pelo prazo remanescente do contrato de arrendamento para a GLMALSA.

Os ágios decorrentes das aquisições de participações - Foz do Chapecó e ENERCAN - controladas em conjunto da CPFL Geração - estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura decorrente de seus contratos de concessão, e serão amortizados no prazo desses contratos, a partir do início das operações comerciais dessas empresas.

No exercício de 2009, a amortização do ágio está sendo efetuada com base em taxas anuais de 5,15% na CPFL Paulista, 5,15% na RGE, 2,06% na CPFL Serra, 5,45% na CPFL Piratininga, 6,22% na CPFL Geração, 6,00% na GLMALSA e 7,06% na Baesa Grande, sendo essas taxas ajustadas e revistas periodicamente.

- **Constituição de Provisão para Amortização do Ágio**

Com o objetivo de atender as determinações da ANEEL, de modo que a amortização do ágio gerando de incorporação de controladas pela CPFL Serra cause impacto negativo ao fluxo de dividendos aos acionistas, a CPFL Serra aplicou as condições das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001, sobre referido ágio. Desta forma, foi constituída uma provisão na controlada de forma que o efeito da operação reflita o benefício fiscal do ágio incorporado. Este procedimento teve impacto no saldo do investimento na Sociedade na controlada CPFL Serra, sendo necessário a constituição de um passivo correspondente de R$ 58.329 de modo a reconhecê-lo.

12.3 - Baesa Grande.

DIRETO C CPFL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Na consolidação os saldos referem-se principalmente a ativos integrantes da Usina de Serra da Mesa pertencentes à controlada SERRAESA arrendados à FURNAS por meio do Contrato de Arrendamento. Estes ativos são depreciados de acordo com a vida útil estimada, conforme taxas anuais definidas pela ANEEL e conforme condições gerais do contrato de concessão dadas por FURNAS.

A composição dos referidos bens é como segue:

	Consolidado				
	2006				2005
	Taxa Média Anual de Depreciação	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Imobilizado em Serviço					
Imobilizado em Curso					
Bens e Instalações Especiais					
Reavaliação					
Outros					
Total					

12.4 – Juros sobre o Capital Próprio e Dividendo.

	Controladora	
	2006	2005
Dividendo a Receber		
CPFL Paulista		
CPFL Piratininga		
CPFL Geração		
CPFL Brasil		
CPFL Sul		
CPFL Jaguari		
Subtotal	772.847	437.062
Juros sobre o Capital Próprio a Receber		
CPFL Paulista		
CPFL Piratininga		
Subtotal	51.425	28.412
Total	824.272	615.484

No exercício de 2006, a Controlada recebeu o montante de R$ 1.122.330 referente ao total do saldo de dividendos a receber de 2005 e dividendos referentes aos Juros sobre o Capital Próprio que foram declarados e provisionados em 2005.

Em 29 de dezembro de 2005, os acionistas da controlada indireta BAESA por meio de aporte de acionistas, deliberaram de forma unanime que cada acionista tem direito diferenciado no resultado da BAESA independentemente das participações diretas que cada acionista detém no patrimônio da BAESA. O valor de R$ 15.795, registrado no consolidado, referente ao resultado diferenciado de direito da CPFL Geração não eliminado no processo de consolidação.

12.5 – Outros

Em 04 de setembro de 2006, a Controlada alienou a totalidade das ações detidas da COMGÁS. O investimento estava registrado no Ativo Circulante no montante de R$ 27.157 e foi vendido por R$ 85.055, resultando em um ganho de capital registrado como resultado não operacional de R$ 57.747.

(13) IMOBILIZADO

DFP - 31 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado			
	2006		2005	
Em 30/09/2006	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
- Distribuição	8.734.756	(3.506.471)	5.228.285	4.858.977
Terrenos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Reservas	[illegible]		[illegible]	[illegible]
Edifícios, Obras Civis e Benfeitorias	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Máquinas e Equipamentos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Veículos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Móveis e Utensílios	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Geração	755.797	(116.851)	638.946	556.735
Terrenos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Reservas	[illegible]		[illegible]	[illegible]
Barragens, Adutoras e Canais	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Edifícios, Obras Civis e Benfeitorias	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Máquinas e Equipamentos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Veículos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Móveis e Utensílios	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
- Comercialização	174.050	(10.243)	163.807	83.839
Terrenos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Reservas	[illegible]		[illegible]	[illegible]
Edifícios, Obras Civis e Benfeitorias	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Máquinas e Equipamentos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Veículos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Móveis e Utensílios	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Administração	743.220	(429.366)	69.854	63.434
Terrenos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Reservas	[illegible]		[illegible]	[illegible]
Edifícios, Obras Civis e Benfeitorias	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Máquinas e Equipamentos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Veículos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Móveis e Utensílios	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	9.653.843	(3.832.733)	6.111.113	5.486.479
Em Curso				
Distribuição	250.629		344.525	151.052
Geração	[illegible]		[illegible]	[illegible]
Comercialização	[illegible]		[illegible]	[illegible]
Administração	[illegible]		[illegible]	[illegible]
	[illegible]		[illegible]	[illegible]
Imobilizado	9.975.498	(3.832.733)	6.452.781	5.623.391
Outros Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total do Imobilizado	10.439.760	(4.461.825)	5.852.333	4.841.755
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão			[illegible]	[illegible]
Imobilizado Líquido			5.768.941	4.809.794

Os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia sem a prévia e expressa autorização da ANEEL, a qual regulamenta a desvinculação de bens nas concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, mediante autorização prévia

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

para desvinculação de bens reversíveis à concessão quando destinados à alienação e deliberação que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A taxa de depreciação média das anuais é de 3,0% a.a. nas distribuidoras e 2,5% a.a. nas geradoras.

Imobilizado em Curso: Os saldos consolidados em 31 de dezembro de 2008 e montante de R$ 1.040,1 milhões referem-se a obras em andamento dos empreendimentos em fase de implantação conforme demonstrado a seguir:

	CERAN	ENERCAN	RAESA	FOZ DO CHAPECÓ	TOTAL
Participação no consórcio (%)	65,00%	65,00%	99,99%	51,00%	
Participação proporcional no ativo imobilizado em construção	65,00%	65,00%	99,99%	51,00%	

Os juros referentes aos empréstimos tomados por estes empreendimentos para o financiamento das obras estão sendo calculados e somam no consolidado o montante de R$ 52,030 (R$ 33,757 em 2008).

a) **Outros Ativos não Vinculados à Concessão** - Referem-se à ação de reconhecimento na contabilidade (criação RGF - empréstimo pelo período remanescente da concessão para a empresa proporcionalmente a curva de lucro líquido projetado para o período (taxa anual de 7,0% em 2008). Estas taxas estão sujeitas à revisão periódica.

b) **Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão** - Representam os valores recebidos dos consumidores e terceiros para custear parte ou a totalidade de investimentos para atendimento a pedidos de fornecimento de energia elétrica na atividade de distribuição. Conforme Resolução ANEEL nº 234, de 31 de outubro de 2006, que estabelece os conceitos para a realização do segundo ciclo de Revisão Tarifária Periódica para a controlada CPFL Piratininga em outubro de 2007 e para as controladas CPFL Paulista e RGE em abril de 2009, as obrigações especiais passarão a ser amortizadas a partir desta revisão, utilizando as mesmas taxas de depreciação do ativo imobilizado.

As controladas Auro Arquiteto CERAN, ENERCAN, RAESA e Foz do Chapecó assumiram perante a União (Poder Concedente) através de Contratos de Concessão, assumiram perante a União obrigações relativas à outorga da concessão, devida do 7º ao 30º ano de concessão (6º ano para a Foz do Chapecó) e Uso de Bem Público. As obrigações são atualizadas anualmente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, que na data base de 31 de dezembro de 2008 representavam as seguintes dívidas:

	Valor Anual		Valor Total		Pagamento		
Empresa	Total	Participação em CPFL Geração	Total	Participação em CPFL Geração	Nº de Parcelas	Início	Fim
CERAN	1.453	1.236	19.956	16.971	240	Mar/2007	Fev/2027
ENERCAN	1.464	1.236	21.932	20.321	240	Jul/2008	Out/2028
RAESA	12.845	12.845	281.941	281.918	240	Jan/2007	Mai/2026
FOZ DO CHAPECÓ	31.935	17.120	535.243	286.934	228	Out/2009	Nov/2028
TOTAL	47.697	32.437	859.072	606.144			

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

As contingências registradas em despesa quando da início dos pagamentos os valores da baixa conforme a realização

(14) FORNECEDORES

	Consolidado	
	2006	2005
Curto Prazo		
Fornecedores de Serviços de Distribuição	141.015	4.058
Suprimento de Energia Elétrica	516.103	478.232
Fornecedores de Energia Reserva Pública	25.101	54.139
Materiais e Serviços	132.004	19.239
Operacionais	4.024	4.861
Passivos Regulatórios - nota 31	102.501	31.074
Outros	9.235	5.340
Total	854.181	782.213
Longo Prazo		
Passivos Regulatórios - nota 31		201.982

(15) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

(Consolidado)

	Encargos de Dívidas Curto Prazo	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Moeda Nacional		Total
		Custo Prefixo	Custo Pós-Fixo			Custo Pós-Fixo	Custo Pós-Fixo	
Encargos Vencidos								
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]				[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]						[illegible]		[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Encargos Encargos								
[illegible]					[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible]

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Principais captações:

Moeda Nacional

BNDES Repotencialização: A controlada indireta CPFL Centrais Elétricas obteve liberação de parcelas do empréstimo no exercício de 2006 destinado à repotenciação da Usina de Gavião Peixoto no montante de R$ 12.639. A previsão é que em 2007 sejam liberados mais R$ 15.570.

BNDES – Investimento (FINEM II) A controlada CPFL Paulista obteve a liberação de R$ 246.700 referente ao financiamento junto ao BNDES a ser aplicado na expansão e modernização do Sistema Elétrico. A contratação obteve a liberação da totalidade desta linha de crédito.

A controlada indireta RGE obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2006 no montante de R$ 110.450 que faz parte de uma linha de crédito do FINEM a ser aplicada na expansão e modernização do Sistema Elétrico. Neste exercício a controlada RGE recebeu o montante de R$ 65.490 e o saldo remanescente de R$ 40.960 será liberado durante o período de 2007.

BNDES – Investimento – Foram liberadas em 2006 novas parcelas do empréstimo junto ao BNDES destinadas ao financiamento dos empreendimentos Castro Alves e 14 de Julho na controlada indireta CPFL Leste no montante de R$ 218.179 (R$ 197.868 proporcional à participação da CPFL Geração). A expectativa é que em 2007 sejam liberadas mais parcelas no montante de R$ 7.200 (R$ 4.721 proporcional à participação da CPFL Geração) referente ao contrato atual e R$ 164.851 (R$ 107.160 proporcional à participação da CPFL Geração) referente ao pedido de contrato suplementar junto ao BNDES. Aprovado através da Decisão da Diretoria do BNDES nº 45/2007 - BNDES de 19 de janeiro de 2007.

Instituição Financeira – A controlada RGE contratou as seguintes empréstimos com instituições financeiras:

- Banco Itaú BBA – Em março de 2006 foi realizada repactuação do contrato de 2004 alterando as condições para pagamento de juros semestrais e pagamento do principal em catorze parcelas semestrais a partir de março de 2008.
- Banco Santander II e Banco do Brasil – Captação de recursos para financiar necessidades de caixa projetadas para o ano de 2006.
- Banco ABN AMRO Real – Captação de recursos para financiar necessidades de caixa projetadas para o ano de 2006.

Moeda Estrangeira

Instituições Financeiras

A controlada CPFL Paulista contratou empréstimo em moeda estrangeira junto ao Banco do Brasil em 25 de setembro de 2006, no montante de R$ 100.000 com vencimento em setembro de 2009 para capital de giro.

A controlada indireta ENERCAN obteve a liberação da última parcela do empréstimo contratado em abril de 2005 junto ao BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento destinado ao

24.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Foi tomado pela controlada Nova 4 empréstimo junto ao Banco do Brasil em 02 de outubro de 2006 no montante de R$ 200.000 para aquisição de participação societária na controlada indireta Santa Clara com vencimento em setembro de 2009.

A controlada indireta SPMESA contratou linhas de créditos junto ao Banco do Brasil destinadas a honrar compromissos de curto prazo no montante de R$ 145.000.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos de longo prazo têm vencimentos assim programados:

Vencimento	Consolidado
2008	569.128
2009	611.310
2010	238.578
2011	111.440
Após 2011	903.122
Total	2.472.998

Os índices principais utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a participação do perfil de endividamento em moeda nacional estão abaixo demonstrados:

	Variação acumulada em %		%	
Indexador	2006	2005	2006	2005
IGP-M	3,53	1,2	3,15	7,47
UMBNDES	18,52	14,65	4,95	5,24
TJLP	7,57	9,75	55,15	43,04
CDI	15,01	19,08	11,45	16,10
SELIC	17,07	19,04	15,73	31,65
Outros	-		9,57	6,30
			100,00	100,00

OPERAÇÕES DE SWAP

Os ganhos e perdas relacionados às operações de swap contratadas pela Sociedade e suas controladas, relativos às contratações sobre operações a curto prazo, são contabilizados líquidos na rubrica Derivativos, sendo como contrapartida receitas ou despesas financeiras. O resultado destas operações que em 31 de dezembro de 2006 resultou em um passivo de R$ 74.058 (ativo de R$ 3.644 e passivo de R$ 55.963 em 31 de dezembro de 2005).

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

Determinados contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas e contêm em cláusulas entre outras, que requerem que a Sociedade e as controladas mantenham determinados índices financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos. Seguem os principais:

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CPFL Paulista

- BNDES - FINEM II - Restringe a controlada CPFL Paulista de realizar pagamento de dividendo e juros sobre o capital próprio cujo somatório exceda o dividendo mínimo obrigatório previsto em lei, somente após a aprovação do BNDES e do banco líder da operação (UNIBANCO) e do atendimento integral às obrigações restritivas estabelecidas no contrato e à manutenção de determinados índices financeiros em relação aos seguintes limites:

  a. Endividamento financeiro líquido medido pelo EBITDA – valor máximo 4,0 em 2005 e 2006 e máximo de 3,5 de 2007 a 2010

  b. Endividamento financeiro líquido medido pela soma do endividamento financeiro líquido e Patrimônio Líquido – valor máximo 0,60 em 2005 e 2006, valor máximo 0,50 de 2007 a 2010

CPFL Piratininga

- BNDES - FINEM – restringe a controlada CPFL Piratininga de realizar pagamento de dividendo e de juros sobre o capital próprio, cujo somatório exceda o dividendo mínimo obrigatório previsto em lei, somente após a aprovação do BNDES e do banco líder da operação (UNIBANCO) e do atendimento integral às obrigações restritivas estabelecidas no contrato e à manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré estabelecidos, como segue:

  a) Endividamento financeiro líquido medido pelo EBITDA - valor máximo 4,0 em 2005 e valor máximo 3,5 de 2006 a 2010

  b) Endividamento financeiro líquido medido pela soma do endividamento financeiro líquido e o Patrimônio Líquido – valor máximo 0,60 em 2005, 0,50 em 2006, 0,55 em 2007 e 2008 e 0,60 em 2009 e 2010

RGE

- BNDES - FINEM I - Determina a manutenção do nível de capitalização (Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total), igual ou superior a 40%. Adicionalmente, estes empréstimos possuem prioridade em relação à distribuição de dividendo superior ao mínimo obrigatório e de juros sobre o capital próprio, além de cumprimento de índices financeiros para que ocorra a distribuição destes excedentes. Estas cláusulas financeiras são:

  a) Endividamento financeiro líquido medido pelo EBITDA menor ou igual a 3,0
  b) Endividamento financeiro líquido medido pela soma do endividamento financeiro líquido adicionado ao Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,5

- BNDES - FINEM II - Determina a manutenção das seguintes indicadores financeiros:

  a) Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA – menor ou igual a 2,5

  b) Endividamento financeiro líquido dividido pelo endividamento financeiro líquido adicionado ao Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,5

24.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Banco Itaú BBA - Contém cláusulas restritivas quanto à alteração ou modificação do Capital Social, quanto a qualquer mudança, transferência ou cessão direta ou indireta de controle societário, ou ainda a reorganização, fusão ou cisão, sem a prévia e expressa anuência do credor. Adicionalmente os seguintes índices financeiros devem ser observados:

  a) o EBITDA é medido pelas Demonstrações Financeiras Auditadas, maior ou igual a 1,6
  b) o Endividamento líquido medido pelo EBITDA, menor ou igual a 2,7

- Banco ABN AMRO Real - Exige o cumprimento dos seguintes índices financeiros:

  a) Endividamento total medido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,0

  b) Índice de cobertura de juros, maior ou igual a 2,0

  c) Endividamento total máximo medido pela Capitalização, menor ou igual a 0,55

CPFL Geração

Os empréstimos captados no BNDES pelas controladas indiretas em conjunto ENERCAN, BAESA e CERAN, determinam restrições ao pagamento de dividendos à controladora CPFL Geração acima do mínimo obrigatório de 25% sem a prévia anuência do BNDES.

O empréstimo da ENERCAN junto ao BID contempla cláusulas que requerem de controlada a manutenção de determinados índices financeiros anteriormente pré-estabelecidos, e são resumidos como segue:

- Coeficiente de Cobertura do Serviço da Dívida Histórica e o Coeficiente de Cobertura do Serviço da Dívida Projetada, na data de pagamento, sejam no mínimo de 1,20. O coeficiente é calculado dividindo-se o fluxo de caixa líquido das operações pelo serviço da dívida.
- Coeficiente de endividamento deve ser na proporção de no máximo 75% da dívida para 25% do capital próprio.

Diversos empréstimos e financiamentos das controladas diretas e indiretas estão sujeitos à antecipação de seus vencimentos no caso de alterações na estrutura societária da Sociedade ou na estrutura societária das controladas que impliquem na perda, por parte dos atuais acionistas da Sociedade ou do controlador acionista ou da controle sobre a gestão da Sociedade, ou ainda na diminuição da participação direta ou indireta da VBC Energia S.A. sobre o capital do controlado CPFL Paulista para um percentual abaixo de 25%.

Adicionalmente o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a não-liquidação em relação a outras obrigações contratuais (cross default).

A Sociedade e suas controladas encontram-se adimplentes em relação ao atendimento de cláusulas restritivas relacionadas a covenants, bem como não há qualquer fato que possa ocasionar o vencimento antecipado de operações financeiras.

(16) DEBÊNTURES

O saldo de Debêntures de longo prazo tem seus vencimentos assim programados:

Vencimento	Consolidado
2008	153.705
2009	520.925
2010	203.827
2011	440.067
Após 2011	440.921
TOTAL	1.779.445

CPFL Piratininga

Em 22 de fevereiro de 2006 foram subscritas e integralizadas 40.000 debêntures não conversíveis em ações, da 1ª Emissão, nominativas e escriturais, em série única, da espécie subordinada. O valor nominal unitário na data da emissão é de R$ 10. A remuneração será paga semestralmente a partir da data da emissão.

CPFL Paulista

Em 1º de dezembro de 2006 foram subscritas e integralizadas 60.000 debêntures não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, em série única, da espécie subordinada. O valor nominal unitário na data da emissão é de R$ 10. A remuneração será paga semestralmente a partir da data de emissão. Esses recursos foram utilizados para o pagamento do resgate antecipado das debêntures da 1ª emissão com o objetivo de melhorar o perfil da dívida.

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As debentures estão sujeitas a certas condições restritivas comumente praticadas que requerem que a companhia mantenha determinados índices financeiros em patamares pré-estabelecidos. Os principais índices são os seguintes:

CPFL Paulista

- Segunda emissão:
  a) a relação entre EBITDA e despesas financeiras maior ou igual a 1,5 para todos os anos;
  b) em relação à capitalização total, o nível de capital próprio será de no mínimo 35% para o ano de 2005 e 40% a partir de 2006, enquanto o nível de capital de terceiros será de no máximo 65% para o ano de 2005 e 60% a partir de 2006.
- Terceira emissão:
  a) a relação entre dívida líquida e EBITDA menor ou igual a 2,5 vezes; e
  b) a relação entre EBITDA e resultado financeiro maior ou igual a 2,5 vezes.

RGE

A companhia RGE deve atender a cláusulas restritivas e cumprir determinados índices financeiros em função da emissão de debentures, como segue:

a) redução do Capital Social e/ou alteração do Estatuto Social que implique a transferência de direito de titularidade aos acionistas em montante que possa afetar direta ou indiretamente o cumprimento das obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão;

b) transferência ou a cessão direta ou indireta de controle societário ou cisão, a incorporação, fusão ou qualquer reorganização societária envolvendo a companhia direta ou indiretamente e a CPFL Energia e/ou qualquer uma de suas subsidiárias integrais da CPFL Energia;

c) a VBC Participações S.A. deixar de deter participação majoritária e direta no Capital Social ou a VBC Participações S.A. e a RZ Participações S.A. deixarem de deter, em conjunto, o controle direto ou indireto da companhia RGE.

Os índices financeiros são:

a) Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,0;
b) EBITDA dividido pelas Despesas Financeiras maior ou igual a 2,0;
c) Dívida Total dividida pela Capitalização Total menor ou igual a 0,55.

CPFL Piratininga

Os índices financeiros são:

a) Relação entre Dívida Líquida e EBITDA menor ou igual a 3 vezes; e
b) Relação entre EBITDA e Resultado Financeiro maior ou igual a 2,75 vezes.

BAESA

As debentures de emissão da controlada indireta BANDEIRANTE prevêem o vencimento antecipado quando o índice de endividamento for superior à razão de 75% das suas dívidas totais.

Na entendimento da Administração das controladas, tais cláusulas restritivas e cláusulas vem sendo integralmente cumpridas.

O não cumprimento das restrições mencionadas acima pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais.

(17) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

As controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Geração, através da Fundação CESP, e a controlada indireta RGE, através da Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE, mantêm Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados. As principais características desses planos são:

I - CPFL Paulista

Atualmente vigora para os funcionários da controlada CPFL Paulista um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

a) Plano de Benefício Definido (BD): - vigente até 30 de setembro de 1997 - plano de benefício saldado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS), na forma de renda vitalícia reversível em pensão aos participantes inscritos em data anterior a 30 de setembro de 1997 e valor definido em função da proporção do tempo de serviço prestado e computado até a referida data e pelo fato de cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada CPFL Paulista.

b) Adoção de um modelo misto a partir de 1º de outubro de 1997, que contempla as características de risco atuarial e mantém o conceito de benefício definido e as características programáveis no conceito de contribuição definida.

Com a modificação do Plano Previdenciário em setembro de 1997, foi reconhecida uma obrigação pela controlada referente ao déficit do plano apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP, a ser liquidada em 294 parcelas, e que vem sendo amortizada mensalmente através de uma taxa de 0,5% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). O saldo desta obrigação, cuja última avaliação atuarial anual contempla a evolução do déficit atuarial, calculado pela Secretaria de Previdência Complementar em 31 de dezembro de 2004, é de R$ 673.715 (R$ 716.231 em 31 de dezembro 2004).

II - CPFL Piratininga

Em 02 de abril de 1998, a Secretaria de Previdência Complementar - SPC, aprovou a reestruturação do plano previdenciário mantido anteriormente pela Bandeirante, dando origem a um Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldado (BSPS) e um Plano de Benefícios Misto, com as seguintes características:

a) Plano de Benefício Definido - (BD) - vigente até 31 de março de 1998 - plano de benefício saldado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS), na forma de renda vitalícia reversível em pensão aos participantes inscritos até 31 de março de 1998 e

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares da concessão. A responsabilidade total pela cobertura dos insuficiências atuariais desse Plano é da controlada CPFL Piratininga.

b) Plano de Benefício Definido - vigente após 31 de março de 1998 – plano criado pela ED que concede renda vitalícia reversível em pensão relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998 na base de 70% da média salarial mensal real referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado inclusive o acumulado até 31 de março de 1998 e portanto não incluem apenas a renda de serviço passado acumulada após 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura dos insuficiências atuariais desse Plano é partilhada com a controlada CPFL Piratininga e os participantes.

c) Plano de Contribuição Definida - implantado junto com o Plano BJ vigente após 31 de março de 1998. É um plano previdenciário de até a concessão da renda vitalícia reversível ou não em pensão, e de tipo contribuição definida não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada CPFL Piratininga. Somente após a concessão da renda vitalícia reversível ou não em pensão é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e portanto passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada CPFL Piratininga.

Em setembro de 1997 através de Instrumento Contratual de Ajuste de reservas a amortizar foi reconhecida uma obrigação a pagar pela Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. empresa antecessora da Bandeirante referente ao déficit do plano apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP a ser liquidada em 240 parcelas que vem sendo amortizada mensalmente acrescida de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). O saldo da obrigação a que é apresentado atualmente conforme evolução do déficit atuarial calculado pelo critério da Secretaria Previdência Complementar em 31 de dezembro de 2005 é de R$ 167.253 (R$ 159.575 em 31 de dezembro de 2004).

III – RGE

Plano de Aposentadoria definido para a totalidade dos empregados até 1998 com base nos últimos salários incluindo o pressuposto benefício da Previdência Social com um Ativo Líquido Segregado administrado pela ELETROCEEE. Este benefício é de direito somente para as empregadas que tiveram os contratos de trabalho suspensos de CEEE para RGE.

IV – CPFL Geração

Atualmente vigoram para os funcionários da controlada CPFL Geração um Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado e um Plano de Benefício Misto (ambos seguindo as características do Plano da CPFL Paulista).

Com esta modificação do Plano Previdenciário em setembro de 1997, na época mantido pela CPFL Paulista foi reconhecida uma obrigação a pagar pela controlada CPFL Geração referente ao déficit do plano apurado pelos atuários externos da Fundação CESP e que vem sendo amortizada em 287 parcelas que vem sendo amortizadas mensalmente acrescidas de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). O saldo da obrigação a que é apresentado anualmente conforme evolução do déficit atuarial calculado pelo critério da Secretaria Previdência Complementar em 31 de dezembro de R$ 11.575 (R$ 14.072 em 31 de dezembro de 2004).

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2005 de suas controladas conforme acima apresentado são ainda somente cobertos da Deliberação CVM

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

30/09/09 estão assim apresentados os saldos da RGE, estão proporcionais a participação da controladora CPFL Paulista em 2008):

	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Geração	Consolidado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Geração	Consolidado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Os ganhos atuariais não reconhecidos em 31 de dezembro de 2008 não excederam a 10% das obrigações do Plano, não havendo necessidade de reconhecimento futuro através de amortização durante o período médio de vida laborativa remanescente dos participantes do plano.

O aumento do passivo na adoção da ICVM nº 371 refere-se ao déficit do plano apurado em 31 de dezembro de 2007, o qual foi totalmente amortizado em 5 anos até 31 de dezembro de 2006. Essa amortização foi classificada na demonstração do resultado dos exercícios de 2006 e de 2005 como item extraordinário, pelo valor líquido dos efeitos fiscais correspondentes, no valor de R$ 32.695.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Geração	Consolidado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Geração	Consolidado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os saldos contábeis no consolidado em 31 de dezembro de 2004 relacionados à Previdência Privada incluem a rubrica R$ 43.669 (R$ 40.152 em 31 de dezembro de 2003) referentes a outras contribuições.

A Administração da Companhia optou pela [illegible] das perdas atuariais [illegible] em 31 de dezembro de 2004 e as mesmas reconhecidas em 2005, são como segue:

	30/09/2005				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Geração	Consolidado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total do ativo	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

	30/09/2004				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Geração	Consolidado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Na demonstração do resultado as despesas e receitas foram registradas nas seguintes rubricas:

	30/09/2005				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Geração	Consolidado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

	30/09/2004				
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Geração	Consolidado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	CPFL Geração (CPFL Brasil e CPFL Geração)		RGR	
	2005	2004	2005	2004
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

(18) TAXAS REGULAMENTARES

	Consolidado	
	2006	2005
Reserva Global de Reversão - RGR	3.795	5.672
[illegible] de Realização da AFUDC	1.252	1.494
Conta de Consumo de Combustível - CCC	70.836	21.060
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	29.052	21.759
	105.013	30.945

(19) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Consolidado			
	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2006	2005	2006	2005
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	267.510	261.525	-	-
Programas de Integração Social - PIS	11.777	11.457	905	904
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	49.295	47.241	3.852	4.127
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	122.515	50.185	15.735	15.157
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	54.554	22.474	9.772	9.194
Outros	17.487	47.971		
Total	522.738	474.853	30.741	31.170

(20) PROVISÕES PARA CONTINGENCIAS

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible]

	Provisões						
	CSLL	Juros Incorporados ao Custo Histórico (Nota Explicativa 14.01.01)	Acionistas	Fornecedores	Controladoras	Administração Pessoal	Outros
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Provisões para Contingências - Nota	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Passivos [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total Exigível	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

As provisões para contingências foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Sociedade e suas controladas são parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais e da Administração da Sociedade e de suas controladas.

Os principais processos avaliados pelos assessores jurídicos e objeto de provisão são como segue:

a) **Trabalhista** - As principais ações trabalhistas referem-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras verbas trabalhistas). Nos termos do processo de cisão da Sarcorrente, a controlada CPFL Piratininga é responsável pelas obrigações correspondentes aos riscos contingentes dos empregados atuados nas respectivas regiões para a assunção, enquanto que as ações correspondentes anteriores à data de efetivação da cisão (1º de outubro de 2001) são assumidas na proporção percentual dos controladores antes da referida cisão (85% para a Rantempo e 44% para a CPFL Piratininga).

b) **Danos Pessoais** - Referem-se principalmente a ações de indenizações (i) a processos movidos por questionamentos relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica das controladas, como a consumidores, acidentes com vítimas entre outras.

c) **Majoração Tarifária** - Correspondem a ações pelos consumidores industriais devido a majoração imposta pelas Portarias DNAEE nºs. 38 e 45, de 27 de fevereiro e 4 de março de 1986, respectivamente, quando estava em vigor o congelamento de preços do Plano Cruzado.

d) **Energia Comprada** - Em decorrência da perda de consumidores livres, as controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga solicitaram redução na demanda de potência nos contratos

[illegible] [illegible]

iniciais, sendo parcialmente atendida pela ANELL. As controladas ingressaram ação judicial questionando a não consideração, nos montantes a serem determinados pela ANEEL, de algumas divergências nos cálculos e efetivos depósitos judiciais mensais dos referidos em questão. Durante 2008, a controlada CPFL Piratininga obteve alvará para levantamento dos depósitos em favor das geradoras FURNAS, CESP e Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE), sendo a controlada CPFL Piratininga firmado acordo com as partes e extinguindo-se assim os processos. O montante liquidado foi de R$ 48.307.

Durante 2008, a controlada CPFL Paulista firmou acordo com CESP e Furnas e foi determinado levantamento dos depósitos a favor daqueles geradores, extinguindo-se assim os processos. O montante liquidado foi de R$ 22.777.

e) **FINSOCIAL** - Refere-se a questionamento judicial quanto à majoração de alíquota e cobrança do FINSOCIAL no período de junho de 1990 a outubro de 1991.

f) **PIS e COFINS - Ampliação da Base** - Conforme comentado na nota 9, as controladas CPFL Piratininga e CPFL Paulista obtiveram o benefício em julgado com decisão favorável de recurso que questionou a legalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições para o PIS e COFINS estabelecida pelo art. 3º da Lei nº 9.718/98. Em consequência dessa decisão favorável, as controladas CPFL Piratininga e CPFL Paulista reverteram as provisões que mantinham quanto a esse assunto no montante de R$ 18.194 (provisão na data base de 31/12/2008) e R$ 95.613 (provisão na data base de 31/12/2008), respectivamente, e que contabilizada na Receita Financeira (nota 29).

g) **PIS E COFINS - JCP** - A Sociedade obteve no 1º tri de 2009 liminar visando o não recolhimento de PIS e COFINS incidentes sobre a receita de juros sobre o capital próprio.

h) **Imposto de Renda** - Na controlada CPFL Piratininga, o registro refere-se à liminar obtida visando a dedutibilidade fiscal da CSLL na calculo do IRPJ. Na controlada indireta RGE refere-se basicamente a pedido de suspensão de decisão da Secretaria da Receita Federal, visando considerar a dedutibilidade de valores referentes à complementação de Aposentadoria da beneficiárias da Fundação F. FITROCEEE.

i) **Fiscais Outras** - Referem-se a outros processos existentes nas esferas judicial, administrativa e de natureza regulatória, decorrente de operações que negociadas pelas controladas relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, PGFN e SAT.

j) **Perdas possíveis** - A Sociedade e suas controladas são parte em outros processos e riscos nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de êxito dessas ações são possíveis, devendo a provisão ser feita para cobrir as perdas prováveis. Essas questões não apresentam ainda tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares considerados como prováveis ou remotas e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. As reclamações relacionadas a perdas possíveis em 31 de dezembro de 2008 estavam assim representadas: (i) R$ 154.847 trabalhistas (R$ 122.846 em 31 de dezembro de 2008); (ii) R$ 427.474 cíveis, representadas basicamente por danos pessoais, impactos ambientais e majoração tarifária (R$ 115.914 em 31 de dezembro de 2008); e (iii) R$ 307.475 fiscais, relacionadas nas camadas a Imposto de Renda, ICMS, FINSOCIAL e PIS e COFINS (R$ 150.913 em 31 de dezembro de 2008).

A Administração da Sociedade e de suas controladas, baseada na opinião de seus assessores legais, entende não haver outras contingências significativas que não estejam sujeitas ou

previsões diferentes nos balanços ou que possam resultar em impacto significativo sobre os resultados futuros.

(21) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2009	2008	2009	2008
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

a) **Consumidores e Concessionárias** - As obrigações com consumidores referem-se a contas pagas em duplicidade e a vias da fatura/NF a serem compensadas ou restituídas à Aneel de participações de consumidores no Programa de Universalização. Valores com concessionárias referem-se basicamente a transações relacionadas à cessão parcial da Bandeirante pela controladora CPFL Piratininga.

b) **Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética** - As controladas reconheceram passivos relacionados a valores já faturados em faturas (1% da Receita Operacional Líquida) mas ainda não aplicados nos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal com base na SELIC até o momento de sua efetiva realização.

c) **Adiantamentos** - Referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços.

d) **Juros sobre Empréstimo Compulsório** - Referem-se a repasse de recursos oriundos da Eletrobrás aos consumidores industriais.

e) **Encargos da Capacidade Emergencial ("ECE") e Encargo de Aquisição de Energia Emergencial ("EAEE")** - Referem-se aos encargos tarifários de custeio à contratação de capacidade e energia emergencial cobrados do consumidor até janeiro de 2009 e serem repassados para a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial ("CBEE"). Esses valores não trazem efeito no resultado das controladas já que são registrados como Receita Operacional (vide 23) e Deduções da Receita Operacional nos mesmos montantes.

(22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES

A participação dos acionistas no Patrimônio da Sociedade em 31 de dezembro de 2005 e de 2004 estão assim distribuídas:

	2006		2005	
Acionistas	Ações Ordinárias	Participação %	Ações Ordinárias	Participação %
VBC Energia S.A.	139.002.573	28,97	139.002.573	28,97
VBC Participações S.A.	139.002.573	28,97	139.002.573	28,97
Bonaire Participações S.A.	29.000.000	6,04	29.000.000	6,04
BNDES Participações S.A.	24.744.000	5,16	24.744.000	5,16
Membros do Conselho de Administração	11	0,00	11	0,00
Diretores da Sociedade	10.000	0,00	10.000	0,00
Ações em Tesouraria	1.176.000	0,25	1.176.000	0,25
Total	479.785.000	100,00	479.785.000	100,00

Durante 2005 a controladora VBC Energia S.A. (VBC Energia) efetuou uma reestruturação societária, que culminou com a fusão da empresa Dividepar S.A. de seu quadro acionário. Em consequência desse processo de reestruturação, em dezembro de 2006, a VBC Energia passou a ser titular de 139.002.573 ações ordinárias da CPFL Energia correspondentes a 28,97% do seu capital social.

Juros sobre Capital Próprio e Dividendo

	Consolidado	
	2006	2005
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar		
VBC Energia S.A.	-	33.791
VBC Participações S.A.	-	28.827
Bonaire Participações S.A.	-	11.587
BNDES Participações S.A.	-	8.850
Demais Acionistas	457	12.927
Subtotal	457	96.981
Dividendo a Pagar		
VBC Energia S.A.	209.107	184.316
VBC Participações S.A.	209.107	121.071
Bonaire Participações S.A.	37.359	49.250
BNDES Participações S.A.	37.359	34.075
Demais Acionistas	150.909	50.511
Subtotal	728.841	583.280
Total	729.298	680.261

A Sociedade efetuou pagamento no montante de R$ 1.089.663 referente aos dividendos declarados em 30 de junho de 2006 e de 31 de dezembro de 2005.

O Conselho de Administração da Sociedade aprovou, em junho de 2006, a declaração de dividendos intermediários no montante de R$ 611.381, ou equivalente a R$ 1,27440855 por ação, referente aos resultados do primeiro semestre de 2006.

22.1 - Destinação do Lucro Líquido do Exercício

24.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O Estatuto Social da Sociedade prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades Anônimas de suas ações.

Para este exercício a Administração da Sociedade está propondo a distribuição com base do lucro líquido através da destinação de R$ 721.910 na forma de dividendo correspondente a R$ 1,50174216191 por ação, conforme demonstrado a seguir:

Lucro Líquido do Exercício - Controladora	1.404.096
Constituição de Reserva Legal	(70.205)
Lucro Líquido Ajustado	1.333.891
Dividendo Intermediário	(311.981)
Dividendo Proposto	(721.910)
Lucro Acumulado	-

22.2 – Ações em Tesouraria

As ações em tesouraria são decorrentes do exercício de direito de retirada dos acionistas quando da incorporação das ações das acionistas não controladoras da CPFL Piratininga pela CPFL Paulista e da CPFL Geração e CPFL Paulista pela CPFL Energia em novembro de 2005. Em 6 de fevereiro de 2006 as ações foram alienadas com ganho de R$ 1 registrado como Reserva de Capital.

(23) RECEITA OPERACIONAL

[illegible]

[illegible] - NOTAS EXPLICATIVAS

(24) CUSTO COM ENERGIA ELETRICA

	Consolidado			
	GWh (*)		R$ Mil	
Energia Comprada para Revenda	2005	2004	2005	2004
Energia Comprada no Ambiente Regulado - ACR				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Energia Comprada no Ambiente de Contratação Livre - ACL	45.896	42.248	3.756.034	3.460.472
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Subtotal			3.916.167	3.706.164
Encargos de Uso dos Sistemas de Transmissão e Conclusão				
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
			853.168	844.187
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Subtotal			(774.077)	(737.166)
TOTAL			3.995.258	3.813.185

(*) [illegible]

DFP - 31 - NOTAS EXPLICATIVAS

(25) DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2005a	2004	2005	2004
Despesas com Vendas				
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total			271.215	212.278
Despesas Gerais e Administrativas				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	78.934	8.337	214.809	166.337
Outras Despesas Operacionais				
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total			76.006	75.818
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total das Despesas Operacionais	78.934	8.337	562.030	454.433

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(26) RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Receitas				
Renda de Aplicações Financeiras	44.633	51.559	170.297	170.751
Variações Ativas Monetárias			93.000	86.471
Atualização de Ativos Fiscais	1.776	1.776	11.116	9.164
Outras Receitas Financeiras e Descontos	41.321	107	79.761	31.444
Reversão de Provisão para Perdas			7.418	144.444
Reversão de Provisão de Créditos de PIS/PASEP			12.500	11.152
Reversão de Provisão de Créditos de COFINS			57.466	160.349
Juros sobre Contratos de Mútuo	2.041	2.264		
Descontos Recebidos de Fornecedores	4.640		4.667	4.333
Reversão de Provisão para Perdas			4.752	4.333
PIS e COFINS - Atualização de Base de Cálculo			103.140	
PIS e COFINS - Atualização de Base de Cálculo	117.176	17.904	11.000	17.511
Outras	2.559	2.201	22.111	37.714
Subtotal	56.169	4.216	57.655	26.000
Juros sobre o Capital Próprio	14.000	12.000		
Total	338.156	318.838	537.835	576.858
Despesas				
Encargos de Dívidas	660	27.166	521.012	1.450.000
Variações Monetárias	14.000	4.914	23.500	26.171
Atualizações Monetárias e Cambiais	1.216.171	12.219	1.441.251	1.101.540
Outras	11.500	206	48.086	37.284
Subtotal	1.251.331	72.507	2.111.094	1.000.527
Amortização de Ágio	150.000	150.154	1.150.000	1.111.521
Juros Sobre o Capital Próprio		187.218		1.190.171
Total	(1.101.331)	(245.806)	(3.261.094)	(3.096.419)
Resultado Financeiro Líquido	153.519	(45.666)	(2.723.259)	(2.519.111)

(27) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Receita Não Operacional				
Ganhos na Participação Societária		5	15	177
Ganhos na Alienação de Ativos Imobilizado			2.111	2.123
Ganhos na Alienação de Participação Societária	22.747		22.747	
Outros			2.267	200
Subtotal	22.747	5	73.677	12.508
Despesa Não Operacional				
Perdas de Participação Societária		(4.558)	(4)	(1.112)
Perdas na Desativação de Ativos Imobilizado		-	(15.937)	(2.154)
Perdas na Alienação de Ativos Imobilizado		-	(2.474)	(2.124)
Perdas nas Inadimplementos de Clientes e Fornecedores		-	(754)	(151)
Outras	(2.747)	-	(4.477)	(154)
Subtotal	(2.588)	(4.558)	(24.646)	(10.188)
Total	20.159	(4.553)	48.037	(2.680)

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Conforme comentado na nota 12, o resultado não operacional refere-se principalmente às alienações das ações da COMGÁS detidas pela Subsidiária.

(28) PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho, a Sociedade e suas controladas implantaram programa de participação dos empregados nos lucros e resultados baseado em metas individuais, coletivas e de longo prazo previamente estabelecidas. Em 31 de dezembro de 2005, o montante dessa participação para o exercício de 2005 foi de R$ 21.292 no consolidado (R$ 2.202 em 2004). Após a antecipação paga no exercício de 2005, o saldo remanescente provisionado no passivo circulante é de R$ 20.632 (nota 21).

(29) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

	Distribuição	Geração	Comercialização	Serviços	Eliminações	Total
2005						
2004						

(1) Os ativos não circulantes, exceto instrumentos financeiros, ativos de benefício pós-emprego e ativos fiscais diferidos
(2) Inclui receitas de fornecimento de energia elétrica, receitas de construção, receitas de transmissão e receitas de serviços

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(30) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições normais de mercado e apresentaram os seguintes principais saldos e movimentações acumuladas em 2006 e 2005:

[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]		[illegible]		[illegible]	
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]										
[illegible]					[illegible]					
[illegible]	[illegible]				[illegible]	[illegible]				
[illegible]							[illegible]			
[illegible]										
[illegible]	[illegible]									
[illegible]				[illegible]			[illegible]	[illegible]		
[illegible]										
[illegible]										[illegible]
[illegible]										
[illegible]									[illegible]	[illegible]
[illegible]										
[illegible]										[illegible]
[illegible]										
					[illegible]					
[illegible]										
[illegible]										
[illegible]										
[illegible]				[illegible]					[illegible]	[illegible]
[illegible]				[illegible]			[illegible]	[illegible]		
[illegible]										
[illegible]										
[illegible]					[illegible]					
[illegible]						[illegible]				
[illegible]										
[illegible]				[illegible]						[illegible]
[illegible]										
[illegible]					[illegible]					
[illegible]										
[illegible]										
[illegible]										
[illegible]					[illegible]	[illegible]				

a) **Aplicações Financeiras** - Fundo de investimento exclusivo com rentabilidade calculada pela variação do CDI e com liquidez diária.

b) **Caução e Dep. Vinculados** - CDB's vinculados (Garantia) para participação em leilões de energia elétrica, rentabilidade de 96,8% do CDI para vencimentos diversos.

c) **Prestação de Serviço** - Prestação de serviços de escrituração de debêntures e ações escriturais.

d) **Empréstimos e Financiamentos** - Empréstimos contratados em condições normais de mercado.

e) **Aquisição de Imobilizado** - Aquisição de equipamentos, cabos para aplicação nas atividades de distribuição e geração.

f) **Venda de Energia** - Receita pelo fornecimento de energia elétrica.

g) **Compra de Material** - Materiais para uso e consumo.

h) **TUSD** - Receita pelo Uso do Sistema de Distribuição.

(31) SEGUROS

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por avaliação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

DESCRIÇÃO	RAMO DA APÓLICE	Consolidado	
		2005	2004
Ativo Imobilizado	Incêndio, Raio, Explosão, Quebra de Máquinas e Lucros Cessantes	[illegible]	[illegible]
Transporte	Transporte Nacional	45.000	30.000
Material Estocado	Incêndio, Raio, Explosão e Roubo	12.000	15.000
Automóveis	Colisão, Roubo e Responsabilidade Civil	[illegible]	5.000
Responsabilidade Civil	Responsabilidade de Energia Elétrica	30.000	35.000
Pessoal	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	114.078	64.564
Outros	Outros	4.550	-
TOTAL		1.408.450	1.294.630

(32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

32.1 Considerações sobre Riscos

Os negócios da Sociedade e de suas controladas compreendem, principalmente, geração, comercialização e distribuição de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos as atividades desenvolvidas por essas companhias são regulados pela ANEEL.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

Risco de Taxa de Câmbio: Esse risco decorre da possibilidade de suas controladas virem a incorrer em perdas ou ganhos por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A Sociedade e suas controladas se protegem desse risco mediante contratação de operações de *hedge/swap* para que as dívidas estejam protegidas a variação de moedas estrangeiras. As referidas operações são registradas de acordo com regime de competência e conforme as condições do instrumento contratado:

- **Empréstimos em Moeda Estrangeira:** A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira que não substancialmente coberta através de operações financeiras de *swap* que a Companhia e suas controladas contratam. A Sociedade e suas controladas registram os riscos originados da operação pela a taxa contratual do CDI mais 1,5%.
- **Compra de Energia de Itaipu:** As suas controladas estão expostas em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as empresas de eventuais perdas, conforme comentado na nota 3.

Risco de Taxa de Juros: Esse risco é oriundo da possibilidade da Sociedade e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas

34.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

financeiras relativas a empréstimos financiamentos e debêntures. Para os empréstimos tomados em moeda estrangeira a Sociedade e suas controladas têm pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esse risco e parte dos empréstimos tomados em moeda nacional são corrigidos bem como correspondem a ativos regulatórios atualizados pela variação da taxa SELIC. Adicionalmente as controladas têm buscado aumentar a participação de ativos atrelados à variação do IGP-M índice menos volátil das operações do mercado financeiro.

Risco de Crédito: O risco surge da possibilidade das suas contrapartes virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pelas controladas como baixo tendo em vista a subordinação de clientes à ação de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Risco quanto à Escassez de Energia: A energia vendida pelas suas controladas basicamente é gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva aliado a um crescimento da demanda acima do planejado pela escassez na adição de volume de água dos reservatórios das usinas comprometendo a recuperação do volume dos mesmos podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento como o verificado em 2001. Devido ao nível atual dos reservatórios o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) não prevê para 2006 um novo programa de racionamento.

Risco de Aceleração de Dívidas: As controladas possuem contratos de empréstimos financiamentos e debêntures que estabelecem restrições (covenants) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação relacionadas ao endividamento índices econômico-financeiros geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

32.2 Valorização dos Instrumentos Financeiros

A Sociedade e suas controladas mantêm políticas e estratégias operacionais e financeiras visando aquelas segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma são mantidos procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros com o objetivo de manutenção destas políticas e estratégias em relação às praticadas no mercado.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade e de suas controladas em 31 de dezembro de 2005 são descritos a seguir bem como os critérios para sua valorização e avaliação nas demonstrações financeiras:

Disponibilidades - Compreendem caixa contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos aproxima-se dos valores demonstrados nos balanços patrimoniais, pela di

Ativos e Passivos Regulatórios - São compostos basicamente pela Recomposição Tarifária Extraordinária Energia Livre Parcela "A" Ativos e Passivos relacionados à Revisão e Reajuste Tarifários Subvenção Baixa Renda e outros. Esses créditos e débitos decorrem dos efeitos do plano de racionamento de 2001 e outros valores relacionados ao alinhamento de custos e receitas tarifárias e alteração de legislação tributária. Esses valores são avaliados pelo valor contábil conforme critérios definidos pela ANEEL de acordo com as características descritas na nota 9.

Empréstimos e Financiamentos - Estão avaliados conforme os critérios estipulados em contratos de acordo com as características delineadas na nota 15.

Debêntures - As debêntures emitidas por suas controladas podem ser negociadas no mercado e estão avaliadas conforme os critérios estipulados quando da sua emissão contendo características delineadas na nota 16.

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

Investimentos em controladas - A Sociedade possui investimentos avaliados pela equivalência patrimonial em empresas cujas ações são negociadas no mercado de capitais. A Administração da Sociedade entende que o valor de negociação dessas ações não é representativo do valor de mercado das respectivas empresas dado o pequeno volume de transações das mesmas no mercado.

Os valores contábeis dos principais instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas comparados aos valores de cotação de mercado contanto definido acima na data base em 31 de dezembro de 2005 e de 2005 são como seguem:

	Controladora			
	2006		2005	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	46.547	49.438	24.399	24.423

	Consolidado			
	2006		2005	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	5.245.199	5.239.895	5.048.899	4.994.427

A estimativa do valor de mercado desses instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas foi elaborada com base em modelos de desconto de fluxos futuros a valor presente por operação com transações semelhantes considerando prazos médios de vencimento dos exercícios de 2006 e 2005, bem como comparações com parâmetros médios de mercado. Para operações sem similar no mercado principalmente relacionadas com o programa emergencial de racionamento de energia e efeitos específicos regulatórios e creditórios a receber da CESP as controladas assumiram que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil.

(13) DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS "PRÓ-FORMA" (INFORMAÇÕES NÃO AUDITADAS)

Conforme apresentado na nota 12 a Sociedade em junho de 2006 aumentou sua participação na controlada RGE passando a consolidar integralmente as demonstrações financeiras da RGE. Desta forma considerando que a companhia aberta anterior as demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios de 2006 e de 2005 estão prejudicadas apresentamos a seguir as demonstrações financeiras consolidada da CPFL Energia em 31 de dezembro de 2006 pro-forma considerando as demonstrações financeiras pró-forma de 31 de dezembro de 2005 consolidado em 2005 100% do ativo e passivo e o resultado 100% a partir de junho de 2005.
Uma vez que não na demonstrações financeiras da Santa Cruz de 2005 provisão de distribuição os valores das mesmas não foram considerados no pró-forma.

34.11 - OUTRAS EXPLICAÇÕES

	2006	2005
Ativo Circulante	3.554.207	3.555.113
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.333.736	2.543.473
Ativo Permanente	1.332.999	1.741.331
Passivo Circulante	(2.794.995)	(4.227.715)
Passivo Não Circulante	(5.397.229)	(4.833.453)
Total dos Ativos Líquidos	868.277	798.049

	2006	2005
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Lucro Bruto	3.079.163	2.488.020
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Lucro Operacional	3.410.566	1.734.057
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Lucro Líquido do Período	1.484.566	1.347.383

(34) FATO RELEVANTE

34.1 Cisão Parcial BAESA

Conforme fato relevante publicado em 25 de setembro de 2006, as acionistas da controlada em conjunto BAESA serão objeto de reestruturação societária através da cisão parcial dos ativos e passivos daquela empresa, passando a BAESA a ter como únicos acionistas a CPFL Geração e a EMF Energia Ltda. A operação da UHE Barra Grande, na qual a BAESA investe, será feita mediante a formação de um consórcio, composto pela sucessora resultante da cisão da BAESA e pelos acionistas que decidirem participar do seu capital social, a Alcoa Alumínio S.A., Companhia Brasileira de Alumínio e Camargo Corrêa Cimentos S.A.

O Consórcio a ser formado deverá ao concessão compartilhada dos ativos e da operação da UHE Barra Grande nas mesmas proporções abaixo, a saber:

	Percentual
Alcoa Alumínio S.A.	42,18%
Companhia Brasileira de Alumínio	15,00%
Camargo Corrêa Cimentos S.A.	9,00%
BAESA (após cisão)	33,82%
Total	100,00%

Referido processo de reestruturação societária será objeto de análise pelo BNDES, credor da BAESA e obedecerá aos procedimentos legais e regulamentares, sendo submetido previamente à

10.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

autoridades governamentais, em especial a ANEEL.

34.2 Segundo Ciclo de Revisão Tarifária Periódica

Através da Resolução nº 234 de 31 de outubro de 2006, a ANEEL estabeleceu as diretrizes gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos a serem seguidos para a realização do Segundo Ciclo de Revisão Tarifária Periódica das concessionárias de distribuição de energia elétrica. Essa resolução visou consolidar e aprimorar conceitos já utilizados no Primeiro Ciclo de Revisões Tarifárias, tais como a determinação do Custo de Capital, da Base de Remuneração Regulatória e da Empresa de Referência.

Em relação à implementação da Base de Remuneração Regulatória, a Aneel manifestou a necessidade de manutenção de controle sub-contábil, em paralelo aos registros contábeis, contemplando todas as adições e baixas ocorridas no ativo imobilizado em serviço.

A alteração do critério adotado para as Obrigações Especiais, cujos anos anteriores não serão submetidos à reclassificação, passando a ser amortizadas e reconhecidas a crédito do resultado das concessionárias através da aplicação da taxa de depreciação média dos ativos a que se referem.

Quanto à metodologia de cálculo da Taxa de Remuneração do Investimento a ser considerada na revisão tarifária, foi mantido apenas com a exclusão das ações preferenciais, o do Primeiro Ciclo que considera a estrutura ótima de capital (empréstimos e financiamentos e custo médio de capital ponderado (WACC regulatório).

Na definição dos Custos Operacionais será preservada a comparação com a Empresa de Referência adotada pela ANEEL, na perspectiva de melhor definição da margem a ser auferida pela ANEEL. Por último, a ANEEL alterou a metodologia de cálculo do Fator X, excluindo o componente Xc, e manteve a base de dados da Firjan de Casa Descontente para apuração do componente Xd, que procura captar os ganhos de escala do negócio de distribuição.

As implicações desta nova regulamentação e o cronograma estão sendo avaliados pela Administração da Sociedade e de suas controladas.

34.11 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO I

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Em milhões de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
1 - Receita	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]				[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2 - Insumos adquiridos de terceiros	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]				[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
3 - Valor Adicionado Bruto (1 - 2)	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
4 - Depreciação	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3 - 4)	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]			[illegible]	[illegible]
7 - Valor Adicionado Total a Distribuir (5 + 6)	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
8 - Distribuição do Valor Adicionado				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CPFL Energia S/A, no desempenho de suas atribuições legais, tendo examinado o Relatório Anual da Administração, as demonstrações financeiras do Exercício Social de 2006, após os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia, pela representante da Arthur Andersen e Ernst & Young, com base no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, datado de 26 de janeiro de 2007, é de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem aprovados pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2007.

Paulo Madona

Fernando Dias Gomes

José Ricardo Pagonce Formi

Luiz Augusto Chaves Silva

Ivan Mendes de Carmo

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

DIRETORIA

Wilson P. Ferreira Junior
Diretor Presidente

Rem Antonio da Silva
Diretor Vice-presidente de Estratégia e Regulação

José Antonio de Almeida Filippo
Diretor Vice-presidente Financeiro e de Relação com Investidores

Paulo Cesar Coelho Tavares
Diretor Vice-presidente de Gestão de Energia

Helio Viana Ferreira
Diretor Vice-presidente de Distribuição

Miguel Normando Abdalla Saad
Diretor Vice-presidente de Geração

CONSELHO DE ADMINISTRACAO

Carlos Ermírio de Moraes
Presidente

Cecília Wendel Garcez Siqueira
Vice presidente

Conselheiros

Francisco Caprino Neto

Roberto Faldini

Milton Luciano dos Santos

Rosana Henrica Stephan Jafet

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

Antônio Carlos Bassalo
Diretor de Contabilidade
CRC 1SP087131/O-8

Sergio Luiz Felício
Gerente de Contabilidade
CRC 1SP192787/O-3

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

19460	CPFL ENERGIAS [illegible]	02.429.144/0001-93

ÍNDICE

Versão	Formulário	Descrição	Página
01	01	[illegible]	1
01	02	[illegible]	1
01	02	[illegible]	1
01	02	[illegible]	1
01	02	[illegible]	2
01	02	[illegible]	2
01	02	[illegible]	2
01	02	[illegible]	2
01	02	[illegible]	3
01	02	[illegible]	4
01	01	[illegible]	7
01	01	[illegible]	7
01	01	[illegible]	8
01	02	[illegible]	10
01	01	[illegible]	11
01	01	[illegible]	12
01	02	[illegible]	13
01	01	[illegible]	14
01	01	[illegible]	14
01	01	[illegible]	22
01	01	[illegible]	23
01	01	[illegible]	24

- Informações Financeiras da Garantidora Relativas ao Trimestre e Período de Três Meses Encerrado em 31 de Março de 2009 e Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão Especial

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO DE SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

018564-0	CPFL ENERGIA S.A	33.453.598/0001-23

Site

http://www.cpfl.com.br

01.02 - SEDE

04547-909	São Paulo			SP
DDD	Telefone 1	Telefone 2	Telefone 3	Telefone 4
011	3755-8933	-	-	
DDD	Fax 1	Fax 2	Fax 3	
011	3755-8777			

E-mail

ri@cpfl.com.br

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

Nome

José Antonio de Almeida Filippo

04548-040	Campinas			SP
DDD	Telefone 1	Telefone 2	Telefone 3	Telefone 4
011	3755-8754	-		
DDD	Fax 1	Fax 2	Fax 3	
011	3755-8777			

E-mail

ri@cpfl.com.br

01.04 - REFERÊNCIA E AUDITOR

Exercício Social		Auditor				
Início	Término	Código CVM	Nome	Início	Término	Tipo
01/01/2009	31/12/2009	1	ERNST & YOUNG	01/01/2009	01/03/2009	4

Responsável pela Auditoria

Alexandre Barbosa Fagundes

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01864-0	CELTE ENERGIA S.A.	33.423.184/0001-05

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações	Trimestre Atual 31/03/2009	Exercício Anterior 31/12/2008	Exercício Anterior 31/12/2008
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	470.010.935	470.010.935	470.010.935
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	470.010.935	470.010.935	470.010.935
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

Empresa Comercial, Industrial e Outras

Operacional

Nacional

Não

31/03 - Empresa com Part. Estrangeira Relevante

Controle de Participações Societárias Relevante

Total

Sem Preferência

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Item	Descrição

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DECLARADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

Item	Evento	Data	Tipo	Valor por Ação (Reais)
01	Juros Sobre Capital Próprio	30/04/2009	ON	1,05350000000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01.02 - IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

01.03 - IDENTIFICAÇÃO DO ESCRITURADOR

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01/04/2009	CELTE ENERGIA S.A.	33.[illegible]/0001-35

01.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

BLOCO - IDENTIFICAÇÃO

BLOCO - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais e Mil)

BLOCO 1 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]

BLOCO 2 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais e Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]				

SERVIÇO PUBLICO FEDERAL
Cvm - COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data/Hora - 21/05/2009
EMPRESA COMERCIAL INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Exercício Social

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Reais Mil)

01.3 - IDENTIFICAÇÃO

17956-2	[illegible]	[illegible]

01.3 - [illegible]

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

1008

[illegible]

[illegible]	[illegible]	[illegible]

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO [illegible] a 31/03/2009 (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

06.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 À 31/03/2009 (Reais Mil)

1010

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01/04/2009	[illegible]	[illegible]

01.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01 - IDENTIFICAÇÃO

002 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Bloco M)

[illegible]

[illegible]	[illegible]

[illegible] - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible] Data-Base : 31/03/2008

[illegible]

[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]

02.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]

06.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - MÉTODO INDIRETO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

10.3 - DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - MÉTODO INDIRETO (Nota VII)

[illegible]

[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

NOTAS EXPLICATIVAS AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2009 E 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energia S.A. (CPFL Energia ou Companhia) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades, localizadas primordialmente nas atividades de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica.

A Sociedade possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas, segregadas por atividade de negócio:

Controlada	Tipo de participação	31/12/2009 Participação - %		31/12/2008 Participação - %	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Distribuição de Energia					
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]			[illegible]
Geração de Energia					
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
Comercialização de Energia					
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
Participações em Empresas Controladas					
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]			[illegible]
Participações em Empresas Controladas					
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]			[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]			[illegible]

Vide nota 17 - a Reestruturação Societária envolvendo as controladas Paulista e CPFL Jaguariúna.

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais (ITR) da Sociedade e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tendo sido atendidas de forma integral todos os conceitos

Nota 2 - Base de Preparação das Informações Trimestrais

As informações trimestrais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, pelo segundo e Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, quando em conformidade com as normas emitidas pela ANEEL, e pelo pronunciamento técnico base as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e estão consistentes com aquelas adotadas na elaboração das Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2008, e devem ser analisadas em conjunto.

2.1 Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que alterou, revogou e ainda trouxe dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), relacionados à preparação e divulgação das demonstrações financeiras. Em 3 de dezembro de 2008, a Medida Provisória nº 449 alterou e complementou alguns aspectos da referida lei e instituiu o regime tributário de transição, quando cabível, para os anos subsequentes.

As ITR's de 31 de março de 2009 e DF's 31 de dezembro de 2008 refletem, em todos os aspectos materiais, as modificações propostas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08. Em conformidade com o CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, a Sociedade e suas controladas implementaram as alterações previstas referente ao período de 31 de março de 2008 de modo a contemplar as modificações previstas em lei.

Desta forma, os efeitos de alterações de práticas contábeis e reclassificações no resultado dos trimestres findos em 31 de março de 2009 e 2008 são demonstrados a seguir:

	Lucro Líquido		Patrimônio Líquido
	1º Trimestre 2009	1º Trimestre 2008	31/12/2009
Saldos de acordo com práticas anteriores à Lei nº 11.638/07	200.421	257.962	5.111.617
Ajustes			
Derivativos	21.951	(15.714)	(75.224)
Ativo e passivo financeiro mensurado pelo valor justo	2.317	5.981	92.332
Contribuição social diferida	431	174	460
Impacto de controladas em conjunto	(1.455)	2.744	2.767
Subtotal	23.244	(6.815)	20.335
Saldos após a adoção da Lei nº 11.638/07	223.665	251.147	5.131.952
Reclassificações efetuadas			
Reclassificação - Receita de subvenção governamental para investimento - Obrigações vinculadas à concessão	(17.555)	(28.477)	
Reclassificação - Receita de subvenção governamental para despesa de comercialização	(2.490)	(5.419)	

2.2 Critérios de consolidação

As ITR's consolidadas abrangem os saldos e transações da Sociedade e de suas controladas (ativas pró). Até 31 de dezembro de 2008 as demonstrações financeiras de Paulista foram consolidadas pela Sociedade. Após a processo de reestruturação societária (nota 1.2.1), no qual a Paulista foi incorporada pela CPFL Jaguariúna, a Sociedade passou a deter diretamente a participação nas subsidiárias CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguari, CPFL Sul Paulista, CPFL Mococa, CPFL Serviços, CPFL Piratininga, CPFL Jaguari Geração e CPFL Jaguariúna.

Anteriormente a consolidação com as demonstrações financeiras da Sociedade, as demonstrações financeiras da CPFL Geração, CPFL Jaguari Geração e CPFL Brasil são consolidadas com as de suas controladas integral ou proporcionalmente pelas controladas em conjunto.

01856-0 COPEL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

Nota - NOTAS EXPLICATIVAS

Receitas/despesas em condições desfavoráveis acima da parcela de ativos e passivos não contabilizados está destacada no passivo e no resultado do exercício em cada ano apresentado.

Todos os saldos e transações significativos com partes relacionadas foram eliminados.

As práticas contábeis aqui descritas estão consistentes com aquelas emitidas pela Entidade em 31 de dezembro de 2008, em conformidade com a adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida

(3) ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

Controladora

	31/12/2008			30/09/2009		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Ativos						
Contas a receber - Concessionárias de serviços públicos						
[illegible]						
[illegible]						
[illegible]						
[illegible]						
	30.994	14.942	45.936	41.199	7.966	49.165
Diferenças de custos de transação						
[illegible]						
[illegible]						
	791.994	116.847	908.841	328.229	457.932	786.161
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos						
[illegible]						
[illegible]						
[illegible]						
[illegible]						
	10.089	85.429	95.518	62.136	89.952	152.088
Reserva						
Reserva Global de Reversão - RGR [1]						
[illegible]						
Diferenças de Custos de Transação						
[illegible]						
[illegible]						
	(199.865)	(82.849)	(282.714)	(249.871)	(61.019)	(310.890)
Outras Contas a Pagar - nota 27						
[illegible]						
[illegible]						
[illegible]						
[illegible]						
[illegible]						
[illegible]						
	(381.979)	(8.779)	(390.758)	(308.471)	(7.311)	(315.782)
Total líquido	791.989	187.911	979.900	791.836	513.799	1.305.635

[1] [illegible]
[2] [illegible]

8) Racionamento (RTE, Energia Livre e Parcela "A").

a.1) Recomposição Tarifária Extraordinária ("RTE")

No início de 2001, em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, que vigorou entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, foi celebrado acordo entre as geradoras, distribuidoras de energia elétrica e o Governo Federal, acompanhado

01656-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

Acordo Geral do Setor Elétrico - Este acordo resultou como mecanismo de repercussão de perdas incorridas pelas empresas do setor elétrico um reajuste tarifário extraordinário de 2,9% nas tarifas de fornecimento de energia elétrica a consumidores residenciais (exceto aqueles considerados como de baixa renda - rurais e iluminação pública) e de 7,9% para todos os demais consumidores.

Em função do término do prazo estipulado para a recuperação da RTE, as controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga em 2007 reconheceram ganhos no montante de R$ 115.953 e R$ 26.227, respectivamente, registrando a baixa do ativo e passivo e a reversão da provisão de perdas da RTE. O prazo estipulado para a recuperação da RTE da CPFL Sul Paulista terminou em janeiro de 2008 sendo que o total da perda foi de R$ 7.668, sem impacto no resultado, pois a mesma já estava provisionada.

As controladas CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguari e CPFL Mococa realizaram a RTE em sua totalidade em junho de 2006, dezembro de 2004 e dezembro de 2003, respectivamente.

a.2) Energia Livre

Corresponde à energia produzida e disponibilizada ao mercado consumidor pelos produtores independentes e autoprodutores de energia durante o período de racionamento.

As concessionárias de distribuição arrecadaram os recursos pelos consumidores através de reajuste tarifário extraordinário e os repassaram aos geradores de acordo com determinados valores fixados para cada concessionária, motivo pelo qual foram constituídos um ativo e um passivo. Estes valores estão atualizados com base em orientações da ANEEL.

No caso da controlada RGE, o ativo regulatório de Energia Livre decorre da cessão pela distribuidora de sua quota parte de ITAIPU para o programa de racionamento.

Assim sendo para a RTE, as controladas RGE e CPFL Geração possuem em 31 de março de 2008 provisão para a perda na realização de Energia Livre no montante total de R$ 7.768. A controlada CPFL Geração possui ainda o registro de perda de R$ 5.501 referente ao repasse de consumidores que já encontram-se fora dos prazos de recebimento. Os valores registrados já estão líquidos dessas provisões.

a.3) Parcela "A"

Corresponde à variação dos custos não gerenciáveis representativos da Parcela A dos contratos de concessão ocorrida entre 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001. Estes valores são atualizados com base na variação da taxa SELIC.

Para a controlada CPFL Paulista a Parcela A começou a ser compensada a partir de janeiro de 2006 mediante a criação de mecanismo análogo ao da RTE. Para a controlada CPFL Sul Paulista a Parcela A começou a ser amortizada em fevereiro de 2005 após o prazo necessário para atingir o montante registrado. Para as controladas CPFL Piratininga, CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Mococa e CPFL Jaguari os saldos de Parcela A foram amortizados em março de 2004, novembro de 2007, setembro de 2005, março de 2007 e em agosto de 2005, respectivamente.

Para a controlada CPFL Piratininga dada a necessidade de se efetuar o faturamento após o mesmo completar ciclo de 12 meses, ocorreu sobrença superior ao saldo existente, sendo o referido valor submetido à ANEEL no processo de Reajuste Tarifário de 2008. Assim, após a sua

homologação, a partir de outubro de 2008 deu-se início ao processo de devolução ao consumidor mediante compensação da tarifa, restando ao final deste trimestre um passivo no montante de R$ 5.535.

b) Revisão e Reajuste Tarifário

b.1) 2º Ciclo de Revisão Tarifária

A ANEEL estabeleceu em caráter provisório a revisão tarifária de 2008 a 2007 das controladas, conforme demonstrado abaixo:

	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

(*) Representa o efeito médio percebido pelo consumidor, em decorrência da revisão da base tarifária e de componentes financeiros que haviam sido considerados no reajuste tarifário anterior.

Para todas as empresas, o caráter provisório da revisão tarifária ocorreu em função basicamente da "Empresa de Referência" e do "Fator Xe". Adicionalmente, as controladas RGE e CPFL Santa Cruz possuíam em caráter provisório as respectivas Bases de Remuneração, enquanto que a controlada CPFL Paulista possuía o componente financeiro relacionado à sobrecontratação.

Entretanto, a homologação final ocorreu nos reajustes tarifários subsequentes, exceto para a CPFL Piratininga que, apesar do reposicionamento, ainda é provisório, conforme demonstrado abaixo:

	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]				[illegible]			
[illegible]	[illegible]							[illegible]

[illegible]

Devido ao reposicionamento da revisão tarifária das controladas CPFL Paulista e RGE, nesse trimestre foram reconhecidos os valores de R$ 11.979 e R$ 22.428, relacionados às devoluções que serão efetuadas aos consumidores no próximo período tarifário, respectivamente.

b.2) Reajuste Tarifário

A ANEEL estabeleceu o Reajuste Tarifário Anual de 2009 e 2008 das controladas, conforme demonstrado abaixo:

	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Por conta do processo de homologação dos componentes financeiros nos reajustes tarifários das controladas CPFL Paulista e RGE, nesse trimestre foram registrados os seguintes ajustes negativos:

CPFL Paulista: passivo de CVA de R$ 24.113 referente ao repasse da diferença entre perda regulatória e real, estorno de sobrecontratação de energia de R$ 14.252 e outros passivos regulatórios de R$ 9.133 referente basicamente à exposição CCEAR, descontos de TUSD e irrigação.

RGE: passivos referentes a subsídio às cooperativas de R$ 5.155 e TUSD de R$ 5.465.

c) Componentes Financeiros

c.1) Revisão Tarifária

A diferença entre a revisão tarifária provisória e a definitiva gerou um passivo a ser devolvido ao consumidor, que foi tratado como componente financeiro no reajuste tarifário subsequente, conforme descrito no item 3b.1.

Anual - Valores em Mil de (R$ / US$)

c.2) Descontos TUSD a Irrigação

As controladas reconhecem ativos regulatórios referentes a descontos especiais aplicados sobre a TUSD que os clientes livres que consomem energia elétrica em horário de fontes alternativas de energia e sobre as tarifas de fornecimento aplicadas às atividades de irrigação e aquicultura.

A partir da Revisão Tarifária de 2009 a ANEEL estabeleceu adiantamentos tarifários referentes à previsão desses descontos para o próximo período tarifário. A diferença entre a previsão e o efetivamente concedido é compensado no reajuste tarifário subsequente.

c.3) CVA

Referem-se ao mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis incluídos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Essas variações são apuradas através da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados e considerados na constituição da tarifa dos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Os saldos líquidos entre ativos e passivos de CVA, segregados por natureza e respectiva competência estão assim demonstrados:

c.4) Majoração da PIS e COFINS

Referem-se à diferença entre os custos relacionados ao PIS e COFINS apurados através da aplicação da legislação atual e aqueles incorporados à tarifa.

Os valores foram segregados em 2008 e 2007 de acordo com a natureza do ativo e foram considerados até 2008.

Considerando as discussões que envolvem a natureza do referido crédito, conservadoramente optou-se por constituir passivos no mesmo montante dos ativos registrados na conta Outras Contas a Pagar (nota 22).

c.5) Sobrecontratação

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% de seu mercado de energia por meio de seus Ativos concedidos, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia de repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia apurados limitados em 2% da sua receita de carga.

A ANEEL no processo de Revisão Tarifária de 2008 revisou a metodologia e os valores de sobrecontratação de controlada CPFL Paulista, alvo de vários processos de seus consumidores e modificação de energia acordada. Para manter a consistência das informações com a controlada CPFL Paulista, com a controlada CPFL Piratininga deverão também seus procedimentos envolvendo montante de contratos firmados pela controlada CPFL Brasil Piratininga nos quais constatou-se divergências.

Como resultado as controladas CPFL Paulista e CPFL Piratininga reconheceram no primeiro trimestre de 2008 em Aumento de Receita - Suprimento de Energia Elétrica e Custos - Custo com Energia Elétrica totalizando R$ 22.594 e R$ 17.165 respectivamente.

Adicionalmente a controlada CPFL Brasil constituiu uma provisão de contas a pagar de R$ 7.870 tendo por contrapartida a reversão da receita de suprimento de energia de R$ 6.436 e uma despesa financeira de R$ 5.441.

c.6) Subvenção – Baixa Renda

A Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002 e o Decreto nº 4.336 de 15 de agosto de 2002 estabeleceram novas diretrizes e critérios para o enquadramento de consumidores na subclasse residencial baixa renda. Na área de concessão encontram-se nesse novo critério as unidades consumidoras atendidas por circuito monofásico e com consumo mensal médio nos últimos 12 meses inferior a 80kWh e as unidades consumidoras com consumo mensal médio nos últimos 12 meses entre 80 e 220kWh desde que atendidos alguns requisitos específicos tais como o registro em Programas Sociais do Governo Federal.

Considerando que os subsídios concedidos aos consumidores deveriam ser reconhecidos na Revisão Tarifária de 2008 das controladas de distribuição com exceção da CPFL Piratininga definiu-se que parte desse subsídio seria reembolsado via tarifa na ordem da própria concessionária (enquadramento por conta da Portaria DNAEE) e o restante reequadramento por conta da Lei nº 10.438/02) via recebimento de recursos da CDE. Entretanto face a impossibilidade de ressarcimento via recursos da CDE dada a inexistência de recursos para tal fim os valores a receber foram considerados no reajuste tarifário de 2009 da controlada CPFL Paulista como componente financeiro e para as demais será concedido no próximo reajuste tarifário. Relativo à controlada CPFL Piratininga definiu-se que todo o subsídio será reembolsado via tarifa no âmbito da própria concessionária.

A partir dos reajustes tarifários de 2009 e 2008 a ANEEL estabeleceu uma nova sistemática concedendo adiantamentos tarifários para cobertura integral dos subsídios

valor - Valor de Mercado
consolidação das demonstrações. A parcela da diferença entre o custo efetivamente realizado e o adiantamento recebido será apurada mensalmente para fins de inclusão no próximo reajuste tarifário.

e.7) Outras Componentes Financeiras

Referem-se principalmente à Sobretaxa ECE/EAR, garantias financeiras subsidiárias a cooperativas e permissionárias e consultorias (companhias de inteligência e avaliação de Base de Remuneração).

O quadro abaixo demonstra as movimentações dos ativos e passivos regulatórios ocorridas no 1º trimestre de 2009:

(4) DISPONIBILIDADES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2009	31/12/2008	31/03/2009	31/12/2008
Caixa e Bancos	3.871	137	264.140	231.456
Aplicações Financeiras	58.610	15.570	594.454	614.419
Total	62.481	15.707	858.594	727.847

As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como garantia títulos de liquidez diária, basicamente de crédito e remuneração equivalente na média a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Nota - Valores em R$ (Reais Mil)

(5) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Na consolidação o saldo é oriundo principalmente das atividades de fornecimento de energia e serviços, cuja composição em 31 de março de 2009 e 31 de dezembro de 2008, é como segue:

	Consolidado				
	Vencidos			Total	
	Vencidos até 90 dias	Vencidos		31/03/2009	31/12/2008
Consumidores					
Unidades de Consumidores					
[illegible]					
[illegible]					
[illegible]					
[illegible]					
[illegible]					
[illegible]					
[illegible]					
Subtotal					
[illegible]					
[illegible]					
[illegible]					
[illegible]					
[illegible]					
[illegible]					
Total					
Não circulante					
[illegible]					
[illegible]					
[illegible]					
[illegible]					
Total					

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Através de instrumento particular de Cessão de Direitos em 2005, a Sociedade adquiriu o direito de participação do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica e a Companhia Energética de São Paulo (CESP) (vendedora) e CPFL Brasil (compradora) correspondente ao fornecimento de energia por um período de 5 anos. O montante de recursos entregue pela Sociedade à CESP será ajustado com as variações provenientes da aquisição da energia pura e pela participação de CPFL Brasil.

No contrato acima em 31 de março de 2009 o saldo no ativo circulante é de R$ 29.504 (R$ 39.249 em 31 de dezembro de 2008) e no ativo não circulante é de R$ 60.932 (R$ 77.117 em 31 de dezembro 2008). Esta remuneração é reajustada pelas taxas anuais de 17,5% a.a. mais variação anual do IGP-M e esta sendo amortizada através de parcelas mensais no valor correspondente a liquidação da compra de energia.

CIBRA-O CIBRA ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2009	31/12/2008	31/03/2009	31/12/2008
Circulante				
[illegible]		44	[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	42	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			44	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	44	44	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Não Circulante				
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

(8) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2008	(67.482)
Provisão constituída	(3.437)
Recuperação de Receita	3.240
Baixa de Contas a Receber Perdas Ocorridas	6.072
Saldo em 31 de março de 2009	(71.281)

(9) DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2009	31/12/2008	31/03/2009	31/12/2008
Despesas Antecipadas	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Outros	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

(10) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1 - Composição dos créditos fiscais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Crédito de Contribuição Social sobre				
Bases Negativas	24.155	24.155	39.845	39.845
Diferenças Temporárias Não Imediatas	-	-	725.371	674.166
Diferenças Temporárias Imediatas	67	67	32.279	64.548
Subtotal	24.222	24.222	797.495	778.559
Crédito de Imposto de Renda sobre				
Prejuízo Fiscal	64.443	64.443	98.741	64.998
Base Negativa			497.542	572.194
Diferenças Temporárias Imediatas	13.171	13.171	246.115	250.200
Subtotal	101.832	101.594	1.030.385	1.016.419
Crédito de PIS/COFINS sobre				
Diferenças Temporárias Imediatas			12.741	13.466
Total	126.037	125.816	1.287.321	1.267.837
Circulante	14.311	14.311	218.218	220.144
Não Circulante	111.711	111.544	1.144.243	1.139.756
Total	126.022	125.855	1.358.351	1.252.880

A previsão de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas, diferenças temporárias, reduções e benefício fiscal do ágio incorporado está baseada nas projeções de resultados futuros aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal. Para o trimestre findo em 31 de março de 2010 a Administração não prevê mudanças significativas nas projeções descritas nas demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2009.

10.2 - Benefício Fiscal do Ágio Incorporado:

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização do ágio incorporado que o sustentou, conforme o lucro líquido projetado das controladas durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 14.

CIBSA-O CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

Nota - Tributos (PASSIVO NÃO CIRCULANTE)

	Consolidado			
	31/03/2009		31/12/2008	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
CPFL Paulista	111.112	328.946	110.627	326.476
CPFL Piratininga	24.765	74.678	25.275	76.208
RGE	40.679	122.725	42.447	128.040
CPFL Santa Cruz	6.510	21.410	7.126	22.469
CPFL Leste Paulista	3.339	10.383	1.712	4.761
CPFL Sul Paulista	5.330	16.508	1.674	4.963
CPFL Jaguari	3.404	9.540	1.670	4.452
CPFL Mococa	2.262	6.254	679	1.520
CPFL Geração		39.201		39.508
CPFL Serviços	613	1.379	-	-
Total	205.181	637.542	199.163	672.154

Na Reestruturação da CPFL Jaguariuna (nota12) foi gerado um benefício fiscal sobre o ágio incorporado da PrAcc e da CPFL Jaguariuna no valor de R$ 41.852 a qual foi transferida para as subsidiárias CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguari, CPFL Mococa e CPFL Serviços.

10.3 – Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis:

	Consolidado					
	31/03/2009			31/12/2008		
	CSLL	IRPJ	% CSLL/IRPJ	CSLL	IRPJ	% CSLL/IRPJ
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]	
[illegible]				[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	
TOTAL	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

10.4 - Reconciliação dos montantes de Contribuição Social e Imposto de Renda registrados nos resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2009 e 2008.

	Consolidado			
	31/03/2009		31/03/2008	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Saldo de Dividendo	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Nota - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado			
	31/03/2009		31/12/2008	
	Custo	Valor	Custo	Valor
Aplicações Financeiras	452.719	452.719	452.684	452.684
Ajuste para Refletir Aplicações pelo Valor				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Saldo do Período	452.831	452.831	452.684	452.684
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Ajuste para Valor Recuperável	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

(11) OUTROS CRÉDITOS

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2009	31/12/2008	31/03/2009	31/12/2008
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

(12) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2009	31/12/2008	31/03/2009	31/12/2008
[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

12.1 - Participações Societárias Permanentes por equivalência patrimonial:

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes direta da Sociedade são como segue

01856-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

Anexo - Notas Explicativas

As movimentações ocorridas no saldo de participações societárias são como segue:

Controladas	31/12/2008	Reestruturação Societária	Redução de Capital	Equivalência	31/12/2009
CPFL Paulista	49 [illegible]	-		25 [illegible]	542 564
CPFL Piratininga	224 615	-		62 [illegible]	286 946
RGE	1 [illegible]			18 [illegible]	[illegible]
CPFL Santa Cruz	80 [illegible]			5 [illegible]	85 [illegible]
CPFL Leste Paulista	-	38 509	[illegible]	1 [illegible]	41 560
CPFL Jaguari		30 [illegible]	[illegible]	1 [illegible]	31 [illegible]
CPFL Sul Paulista		5 [illegible]	[illegible]	1 [illegible]	42 [illegible]
CPFL Mococa	-	23 [illegible]	[illegible]	1 [illegible]	25 [illegible]
CPFL Geração	1 [illegible]			27 [illegible]	[illegible]
CPFL Brasil	2 [illegible]	-		45 [illegible]	51 [illegible]
CPFL Serviços	[illegible]	-		2 [illegible]	1 [illegible]
CPFL Paulista		[illegible]		1 [illegible]	2 [illegible]
CPFL Santana		10 [illegible]		[illegible]	9 [illegible]
CPFL Jaguariúna	-	3 [illegible]		2 [illegible]	5 [illegible]
CPFL Jaguariúna Geração		30 [illegible]		1 [illegible]	31 [illegible]
	3 [illegible]	246 462	[illegible]	311 [illegible]	3 [illegible]

Reestruturação Societária: Porácio, CPFL Jaguariúna e subsidiárias

Em 30 de dezembro de 2008 a ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº [illegible] aprovou uma Reestruturação Societária envolvendo a Porácio, CPFL Jaguariúna e suas subsidiárias. A operação foi concretizada neste trimestre e consistiu em:

- Aumento de Capital na Porácio:

  Visando a incorporação da Porácio pela CPFL Jaguariúna, em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 29 de janeiro de 2009, foi aprovado um aumento de capital pela Sociedade na Porácio no montante de R$ 413.512, através de capitalização de créditos de AFAC no valor de R$ 405.210 e outras contas a receber no valor de R$ 8.302.

- Incorporação da Porácio pela CPFL Jaguariúna:

  Em AGE realizada em 18 de fevereiro de 2009, foi aprovada a incorporação da Porácio pela CPFL Jaguariúna. A incorporação teve como consequência a extinção da primeira, passando a CPFL Jaguariúna a condição de sucessora dos seus bens, direitos e obrigações.

- Cisão Parcial da CPFL Jaguariúna:

Nota 1 - Visão Geral da Companhia

Em AGE realizada em 25 de março de 2009 foi aprovada a cisão parcial e redução de capital da CPFL Jaguariúna.

Na cisão o ágio e respectiva provisão e o benefício fiscal sobre o ágio incorporado (Período) registrados conforme Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01, no montante líquido de R$ 43.874, foram incorporados nas suas cisões CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguari, CPFL Mococa e CPFL Serviços. Adicionalmente foi realizada uma redução de capital na CPFL Jaguariúna no valor de R$ 200.048, que também foi transferida para a CPFL Energia, dos investimentos nas controladas CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Mococa, CPFL Jaguari, CPFL Planalto, CPFL Serviços e CPFL Jaguariúna Geração no montante de R$ 201.339 (de Dividendos a Receber no montante de R$ 66.776, de ativo de R$ 2.000 de passivos no valor de R$ 22.917 e de saldo líquido do ágio no valor de R$ 44.850 (R$ 41.814 de ágio recomposto e R$ 3.036 relativo ao ágio na aquisição de minoritários). O ágio na aquisição de minoritários, após a sua incorporação e aplicação da CVM nº 319/99 e nº 349/01, gerou um crédito fiscal de R$ 606 nas controladas e ágio reconhecido na Sociedade de R$ 1.520.

A adição do patrimônio na Sociedade incorporada na incorporação anterior de R$ 245.467 referente ao patrimônio remanescente da CPFL Jaguariúna de R$ 2.491, a redução de capital de R$ 201.339 e a transferência e constituição de benefício fiscal de R$ 43.824 e R$ 809 respectivamente.

Depois de finalizada a reorganização societária a Sociedade passou a deter diretamente o controle sobre essas subsidiárias.

Redução de Capital Social:

A cisão na AGE de 25 de março de 2009 incluiu a aprovação da redução de capital das controladas CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Mococa e CPFL Jaguari. Esta redução que gerou um reembolso financeiro para a Sociedade de R$ 38.220 visou adequar a estrutura de capital de maneira a patrimônio líquido das empresas distribuidoras do grupo. Esta operação não resultou em cancelamento de ações.

12.2 – Juros sobre o Capital Próprio ("JCP") a Dividendo a receber.

	Consolidado					
	Dividendos		JCP		Total	
Controladas	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

C1856-CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

No 1º trimestre de 2009 a Sociedade recebeu da controlada CPFL Geração o montante de R$ 9.000 e da controlada CPFL Santa Cruz o valor de R$ 2.000 referente dividendos declarados em exercícios anteriores.

12.3 – Participações Societárias pelo Custo

Refere-se às camerle e participação de 5,91% ale e controlada em nível Paulista Lajeado Energia S.A. detém no capital total da Investco S/A, sendo 28.620 ações ordinárias e 18.051 ações preferenciais. Este investimento está registrado pelo método de custo. Em função de participação detida por acionistas não controladores através de ações preferenciais representarem 40,07% do capital total da Paulista Lajeado e de certas perdas permanentes, que somadas totalizam 10% do valor líquido antes da distribuição das participações, estes ativos foram registrados no consolidado na conta de Participação de Acionistas não Controladores no passivo, totalizando R$ 33.895.

12.4 – Ágio

Saldo e movimentação dos ágios registrados na controladora vide nota 14

(13) IMOBILIZADO

	Consolidado			
	Custo histórico	Depreciação acumulada	31/12/2009 líquido	31/12/2008 líquido
Em Serviço				
Terrenos	1.[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Edifícios	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Equipamentos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Veículos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Outros Imobilizados	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	11.[illegible]	[illegible]	4.[illegible]	4.[illegible]
Em Curso				
Obras	[illegible]		[illegible]	[illegible]
Adiant.	[illegible]		[illegible]	[illegible]
Imob. em Curso	[illegible]		[illegible]	[illegible]
Outros	[illegible]		[illegible]	[illegible]
	1.[illegible]	-	1.[illegible]	1.[illegible]
Subtotal	12.[illegible]	[illegible]	5.[illegible]	5.[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total			4.[illegible]	4.[illegible]

A taxa de depreciação média das ativos é de 5,0% a.a. nas distribuidoras e 2,0% a.a. nas geradoras.

(14) INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2009	31/12/2008	31/03/2009	31/12/2008
Intangível da Concessão			2.[illegible]	2.[illegible]
Outros Intangíveis	2.[illegible]	380	[illegible]	[illegible]
Total	2.[illegible]	380	2.[illegible]	2.[illegible]

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O saldo de Outros Intangíveis é composto basicamente por softwares de vida útil definida e cuja amortização é de 20% a.a. e por direito de servidão de passagem, cuja vida útil é indefinida e tem sua recuperação avaliada de acordo com o CPC 01 Redução ao Valor Recuperável dos Ativos.

Composição do Intangível de Concessão

	Consolidado				
	[illegible]			[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Subtotal	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Subtotal	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	

[illegible]

Até 31 de dezembro de 2007 os valores relacionados aos ágios oriundos da aquisição ou aumento de participação societária eram registrados no grupo de Investimentos (Ágio) e Imobilizado (Outros ativos não vinculados à concessão). Com o advento da Lei nº 11.638/07 e a emissão do CPC 04 Ativos Intangíveis, em 2008 tais valores passaram a atender à definição e classificação de Ativos Intangíveis.

- **Intangível – Concessão**

  Representa a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido das empresas adquiridas nas respectivas datas de aquisição. Correspondem ao benefício futuro que a controladora possui com o direito de exploração da concessão e estão classificados como Intangível de vida útil

01656-0 CPFL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

Nota 2 - Políticas Contábeis

[illegible] amortizados com base na curva do lucro líquido projetado das concessionárias para o prazo remanescente de concessão. O intangível de concessão está assim representado:

Intangível adquirido não incorporado

Na controladora refere-se basicamente ao ágio de aquisição remanescente das ações detidas pelos acionistas não controladores da CPFL Geração em junho de 2005, CPFL Paulista e CPFL Piratininga em novembro de 2005 e RGE em dezembro de 2007. No consolidado de 2008 inclui o intangível de aquisição da CPFL Jaguariúna a ser incorporada no trimestre findo em 31/3/11.

- Intangível adquirido já incorporado - Dedutível

Refere-se ao ágio gerado na aquisição das controladas que foram incorporadas aos respectivos patrimônios líquidos sem a aplicação das Instruções CVM 319/99 e 349/01, ou seja, sem que ocorresse a segregação da parcela correspondente ao benefício fiscal.

- Intangível adquirido já incorporado - Recomposto

Com o objetivo de atender as deliberações da ANEEL, de evitar que a amortização do ágio gerado na incorporação de ações acabe causando impacto negativo ao fluxo de dividendos aos acionistas, as controladas aplicaram as disposições das Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01 sobre o ágio da aquisição. Desta forma, foi constituída uma provisão no montante equivalente à diferença entre o ágio incorporado e a reserva no patrimônio líquido das controladas, de forma que o efeito da operação no patrimônio reflita o benefício fiscal do ágio incorporado. Estas alterações afetaram o investimento da Companhia nas controladas, sendo necessária a constituição de um Ágio indedutível para fins fiscais (diferença temporária).

As movimentações ocorridas no saldo de participações societárias são como segue:

	Controladas	Controladas em Conjunto	Coligadas	Controle em Conjunto	Coligadas
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

(15) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]								
[illegible]			[illegible]				[illegible]	
[illegible]			[illegible]			[illegible]	[illegible]	
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]								
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]								
			[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01656-0 COPEL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

[illegible]

Conforme segregação nos quadros acima, a Sociedade e suas controladas, em conformidade com o CPC 14 (Instrumentos Financeiros), classificam suas dívidas como [illegible] passivos financeiros não

Nota 4 - Valor Justo (Fair Value)

Mensurados ao valor justo, mensurados ao custo e apresentação em categorias hierárquicas de valor justo sobre resultado

A classificação como passivos financeiros mensurados ao valor justo tem o objetivo de compensar os efeitos de reconhecimento de receitas e despesas atreladas da marcação a mercado dos derivativos de proteção atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Estão demonstradas a seguir informações adicionais sobre o valor justo das respectivas dívidas e a comparação com as respectivas saídas pelos

	Controladora				
	Valor justo				
Descrição	Cotações (não ajustadas) em mercados ativos	Preços cotados em mercados	Preços não cotados em mercados	Total	Valor contábil
Mensurados a custo amortizado					
CPFL Paulista					
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
CPFL					
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
CPFL Geração					
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total Mensurados a Custo Amortizado	6.174.624	4.966.824	4.287.906	15.429.354	15.301.750

As mudanças dos valores justo destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Sociedade e suas controladas. Os ganhos obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas (R$ 24.447) estão sendo compensados pelas perdas de R$ 34.341 obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção da variação cambial e juros pela 2ª geração uma perda líquida acumulada de R$ 9.894

Principais captações no período

Moeda Nacional

BNDES – Investimento FINEM IV (CPFL Paulista) - A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2008 no montante de R$ 345.550 que faz parte de uma linha de crédito do FINEM a ser aplicada na expansão e modernização do Sistema Elétrico. Neste primeiro recebeu o montante de R$ 34.200 e o saldo remanescente estimado de R$ 311.350 está previsto para ser liberado até o terceiro do 1º trimestre de 2010. Os juros serão pagos mensalmente a partir de 15 de janeiro de 2010 as amortizações serão efetuadas mensalmente

BNDES – Investimento FINEM IV (subcrédito "A" e "B") – (RGE) – A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2008 no montante de R$ 258.019 (R$ 215.731 subcrédito "A" e R$ 42.287 subcrédito "B") que faz parte de uma linha de crédito do FINEM a ser aplicada na expansão e modernização do Sistema Elétrico. Neste primeiro recebeu o montante de R$ 25.500 e o saldo remanescente estimado de R$ 132.919 está previsto para ser liberado até o terceiro trimestre de 2010. Os juros serão pagos mensalmente a partir de 15 de janeiro de 2010 as amortizações sendo efetuadas mensalmente

BNDES – Investimento FINEM III (CPFL Piratininga) – A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2008 no montante de R$ 155.170 que faz parte de uma linha de crédito do FINEM a ser aplicada na expansão e modernização do Sistema Elétrico. Neste primeiro recebeu o montante de R$ 10.462 e o saldo remanescente estimado de R$ 80.196 está

valor - Milhões de R$ (exceto se indicado)
previsto para ser liberado até o término do 1º trimestre de 2010. Os juros serão pagos trimestralmente até 21 de dezembro de 2009 e a partir de 15 de janeiro de 2010 serão amortizados mensalmente.

BNDES – Investimento (CFRAN) – No trimestre findo em 30/09/09 foi liberada a última parcela do empréstimo contratado em fevereiro de 2004 junto ao UNIBANCO, destinado ao financiamento do empreendimento da 14 de Julho de titularidade da RS Energética (RS). Após homologação da CFRA pela ANEEL. Os juros e principal estão sendo pagos mensalmente desde novembro de 2005.

Instruções Financeiras (IN6L) – A controlada contratou empréstimo junto ao ITAÚ Corretora de Títulos e Valores Mobiliários em março de 2008, com a emissão de 15 (dezesseis) notas promissórias, no valor nominal unitário de R$ 10.000 perfazendo o montante total de R$ 160.000. Os recursos captados com a colocação pública das notas promissórias serão utilizados para pagamento das debêntures da 2ª série da 2ª emissão em 17 de abril de 2008. Não há condições restritivas.

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas e comumente em cláusulas entre outras que requerem que suas controladas mantenham determinados índices financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos. Os contratos das referidas condições restritivas estão apresentadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2008. A Administração da Sociedade e de suas controladas monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas.

No entendimento da Administração da Sociedade e de suas controladas as condições restritivas e cláusulas vêm sendo adequadamente atendidas.

Classe-3 COPEL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

[illegible]

(16) DEBÊNTURES

[illegible]

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas comumente cláusulas que restringem da Sociedade e de suas controladas a [illegible] de determinados índices financeiros em parâmetros pré estabelecidos. Os seis mais relevantes [illegible] estão apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2009. No entendimento da Administração da Sociedade e suas controladas [illegible] condições restritivas e cláusulas vem sendo adequadamente atendidas.

Nota - Notas Explicativas

(17) FORNECEDORES

	Consolidado	
Circulante	30/09/2009	31/12/2008
Encargos de Serviços do Sistema	46.200	32.095
Suprimento de Energia Elétrica	708.696	691.554
Encargos de Uso da Rede Elétrica	140.035	150.366
Materiais e Serviços	81.855	104.814
Programa de Eficiência Energética - PEE	29.042	29.219
Outros	1.024	24.005
Total	988.206	982.344
Não Circulante		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	74.646	85.211

(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	30/09/2009	31/12/2008	30/09/2009	31/12/2008
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
Total	440.856	464.218	4.174	5.445

(19) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

As controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Geração através da Fundação CESP e controlada RGE através da Fundação Celg de Seguridade Social - ELETROCELG e controlada CPFL Santa Cruz através da RR Previdência – Entidade de Pensão Banco do Brasil e controlada CPFL Jaguariúna através da HSBREV Fundo de Pensão, mantem Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados. As principais características desses planos são:

1 - CPFL Paulista

Atualmente vigora para os funcionários da controlada CPFL Paulista um Plano de Benefício Suplementar Programado Saldado e um Plano de Benefício Misto. Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997 foi reconhecida uma obrigação pela qual o déficit técnico apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP a ser liquidado em 360 parcelas que vem sendo amortizada mensalmente, acrescida de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI / FGV. Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008, os prazos de pagamento sofreram alteração para 258 parcelas mensais e 15 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de outubro de 2029. Conforme acordo em contrato, a dotação é ajustada anualmente de acordo com o déficit/superávit apurado em estudo atuarial realizado de acordo com as regras da Secretaria de Previdência Complementar ("SPC"), que prevê dois critérios de registros

Valor - Milhões (R$ / Milhões)

patrocinada pela sua controlada em conformidade com a Deliberação CVM nº 371/00. O saldo da obrigação em 31 de março de 2009 é de R$ 690.739 (R$ 702.858 em 31 de dezembro de 2008).

II – CPFL Piratininga

A controlada CPFL Piratininga foi constituída em processo de cisão da Companhia Força e Luz do Oeste – empresa predecessora e controladora – assumiu a responsabilidade pelas obrigações atuariais correspondentes aos empregados associados à operação cabendo à empresa cindida a data da deliberação da cisão assim como as obrigações correspondentes aos empregados ativos que lhe foram transferidos.

Atualmente vigora para os funcionários da controlada CPFL Piratininga um Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldado – BSPS, e um Plano de Benefícios Misto.

Em setembro de 1997, através de Instrumento Contratual de ajuste de reservas a amortizar foi reconhecida uma obrigação a pagar pela Companhia Melhoramentos Navegação Colonização e Força e Luz do Oeste – empresa predecessora da Companhia referente ao déficit do plano apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP a ser liquidada em 200 parcelas que vem sendo amortizada mensalmente de acordo com juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2000, os prazos de pagamento somaram a moratória para 227 parcelas mensais e 18 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de maio de 2026. Conforme deliberação em contrato, a obrigação é ajustada atuarialmente de acordo com o déficit apurado anualmente através de avaliação atuarial realizada de acordo com as regras da SPC, quando dos encerramentos de exercícios sociais. A patrocinada em conformidade com a Deliberação CVM nº 371/00. O saldo da obrigação em 31 de março de 2009 é de R$ 180.193 (R$ 183.507 em 31 de dezembro de 2008).

III – RGE

Para o tipo benefício definido com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos salários incluindo a presumida benefício da Previdência Social com um Ativo Líquido Segregado administrado pela ELETROCEEE. Este benefício é de direito somente para os empregados que tiveram os contratos de trabalho suspensos da CLLL para RGE.

IV – CPFL Santa Cruz

O plano de aposentadoria da controlada CPFL Santa Cruz foi originalmente administrado pela FUNSEEIPM passou a partir de 01 de novembro de 2007 a ser administrado pelo BB Previdência – Fundo de Pensão do Banco do Brasil. O plano da controlada CPFL Santa Cruz está estruturado na modalidade de contribuição definida.

V – CPFL Geração

Atualmente vigora para os funcionários da controlada CPFL Geração um Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldado e um Plano de Benefícios Misto, exclusivamente nos moldes da controlada CPFL Paulista.

Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997, na época mantido pela controlada CPFL Paulista foi reconhecida uma obrigação a pagar pela controlada CPFL Geração referente ao déficit do plano apurado pelos atuários externos da Fundação CESP, a qual vem sendo amortizada em 200 parcelas mensais acrescidas de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de

nual - Mil de R$ (Mil de US$)

2008 os prazos de pagamento sofreram alteração para 238 parcelas mensais e 19 parcelas anuais tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007 com vencimento final em 31 de janeiro de 2027. Conforme definido em contrato a obrigação é ajustada anualmente de acordo com o déficit/superavit apurado em laudo atuarial realizado de acordo com as regras do SPC, auditoria dos critérios de registros contábeis anotado pela contratada em consonância com a Deliberação CVM nº 371/00. O saldo da obrigação em 31 de março de 2009 é de R$ 13.664 (R$ 14.257 em 31 de dezembro de 2008).

VI – CPFL Jaguariuna

Em dezembro de 2005 as companhias aderiram ao plano de previdência privada denominado CMSPREV administrado pela HSBC Vida e Previdência. O plano está estruturado na modalidade de contribuição definida.

VII – Movimentações dos planos de benefício definido

As despesas e receitas reconhecidas são como seguem:

Na demonstração do resultado as despesas e receitas foram registradas na rubrica "Custo de Operação" no valor líquido de despesa de R$ 9.15 (receita de R$ 21.003) no mesmo período de 2008.

CIBSA-O CIBPA ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

(20) TAXAS REGULAMENTARES

	Consolidado	
	31/03/2009	31/12/2008
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	1.967	1.329
Reserva Global de Reversão - RGR	7.641	7.431
Taxa de Fiscalização da ANEEL	2.134	2.020
Cota de Consumo de Combustível - CCC	27.016	46.174
Cota de Desenvolvimento Energético - CDE	38.210	37.094
Total	77.268	94.054

(21) PROVISÕES PARA CONTINGENCIAS

As movimentações das provisões para contingências apresentadas acima demonstradas assim:

	Consolidado					
	31/12/2008	Adições	Reversões	Pagamentos	Transferência Disponível	31/03/2009
Provisão para Contingências Totais	257.655	3.908	(2.310)	(14.918)	1.264	245.599

As provisões para contingências foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Sociedade e suas controladas são parte de cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais e da Administração da Sociedade e de suas controladas. Os detalhes da natureza das provisões para contingências e depósitos judiciais estão apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2008.

Perdas possíveis - A Sociedade e suas controladas são parte em outros processos e riscos nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, avaliou que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos. Estas questões não apresentam ainda tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares caracterizadas como prováveis ou remotas e por este motivo nenhuma

Nota - Notas Explicativas

provisão sobre os mesmos. O consolidado de Ações em ações ordinárias e preferenciais em 31 de março de 2009 estavam assim representadas: (i) R$ 220.250 trabalhistas (R$ 220.267 em 31 de dezembro de 2008); (ii) R$ 437.038 cíveis, representadas basicamente por ações pessoais, impactos ambientais e indenização tarifária (R$ 492.093 em 31 de dezembro de 2008); e (iii) R$ 557.581 fiscais, as quais as principais são referentes a Imposto de Renda - CNIS, PIS/COFINS e ISS (R$ 625.216 em 31 de dezembro de 2008).

A Administração da Companhia e de suas controladas, baseada na análise de seus assessores legais, entende não haver riscos contingentes significativos que não estejam cobertos por provisões ou mencionados nas notas que, quando avaliados em conjunto, possam resultar em impacto significativo sobre os resultados futuros.

(22) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2009	31/12/2008	31/03/2009	31/12/2008
Consumidores e Concessionárias	49.894	91.944	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	217.916	208.437	4.722	4.377
Programas de Eficiência Energética - PEE	48.093	76.670	66.124	71.671
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	99.539	87.152	67.334	49.949
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	2.197	27.429	-	991
Programas de Eficiência Energética - PEE	1.713	11.617		1.713
Fornecedores a Pagar			71.454	71.454
Arrendamentos	6.934	6.304	45.611	41.196
Contribuições Compulsórias	3.715	3.434	-	-
Provisão para Gastos Ambientais	5.230	4.179	524	524
Fundo de Pesquisa	3.047	2.421		
Participações Societárias	32.403	25.048	-	-
Outros	174.775	60.137	11.923	11.764
Total	644.419	628.338	311.581	257.169

(23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio da Sociedade em 31 de março de 2009 e 31 de dezembro de 2008 está assim distribuída:

	Quantidade de ações			
	31/03/2009		31/12/2008	
Acionistas	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	473.510.939	100,00	473.510.939	100,00

CIBRASA - CIA BRAS ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

[illegible] - Notas Explicativas

Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

	Controladora	
	31/03/2008	31/12/2008
Dividendos		
VBC Energia S.A.	[illegible]	[illegible]
521 Participações S.A.	[illegible]	[illegible]
Bonsue Participações S.A.	[illegible]	[illegible]
BNDES Participações S.A.	[illegible]	[illegible]
Dividendos Prescritos	[illegible]	[illegible]
Demais Acionistas	[illegible]	[illegible]
Subtotal	622.424	622.448
Juros sobre o Capital Próprio	421	421
Total	622.845	622.869

Na AGOE de 29 de abril de 2008 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2008 através da [illegible] declaração de dividendos no montante de R$ [illegible] sendo R$ 601.376 de dividendos intermediários declarados em julho de 2008 e R$ 606.105 de dividendo complementar e [illegible] constituída a reserva legal no valor de R$ 30.295.

(24) RECEITA BRUTA DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

[illegible]	[illegible]					
	[illegible]		[illegible]		[illegible]	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
[illegible]						
[illegible]						
[illegible]						
[illegible]						
[illegible]						
[illegible]						
[illegible]						
[illegible]						
[illegible]						
[illegible]						
[illegible]						
[illegible]						

(25) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado			
	[illegible]		[illegible]	
	[illegible] 2009	[illegible] 2008	[illegible] 2009	[illegible] 2008
Energia Comprada para Revenda				
Energia Comprada no Ambiente Regulado - ACR				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Energia Comprada no Ambiente de Contratação Livre - ACL	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	
Subtotal	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição				
[illegible]			[illegible]	
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Subtotal			[illegible]	[illegible]
Total			[illegible]	[illegible]

[illegible]

01856-0 COPEL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

[illegible]

(26) DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	1º Trimestre 2009	1º Trimestre 2008	1º Trimestre 2009	1º Trimestre 2008
Despesas com Vendas				
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total			47.849	39.267
Despesas Gerais e Administrativas				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	3.813	4.248	97.851	96.634
Outras Contas Operacionais				
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total		985	18.355	13.206
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	40.369	37.033	80.121	214.025

[illegible] Página [illegible]

(27) RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	1º Trimestre 2009	1º Trimestre 2008	1º Trimestre 2009	1º Trimestre 2008
Receitas				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	4.333	12.387	115.941	109.065
Despesas				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Resultado Financeiro Líquido	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

(28) INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como:

Ativos financeiros sendo como categorias: (i) empréstimos e recebíveis, (ii) mensurados ao valor justo contra resultado, (iii) mantidos até o vencimento e (iv) disponíveis para venda. A classificação é realizada com base nos seguintes critérios:

Empréstimos e recebíveis
São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. Tais ativos financeiros são mensurados inicialmente pelo método de custo amortizado.

A Sociedade e suas controladas tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias (nota 5); (ii) dividendos e juros sobre o capital próprio (nota 27); e (iii) outros créditos (nota 11).

- Mensurados ao valor justo contra resultado
São os ativos financeiros que sejam (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de controlar os efeitos de reconhecimento de ganhos e despesas à fim de se obter uma margem contábil mais palpável e consistente ou (iii) derivativos. Estes ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é reconhecida

Anexo - Notas Explicativas

Os principais ativos financeiros que a Sociedade e suas controladas têm classificados nesta categoria são: i) disponibilidades e aplicações financeiras (nota 4) e ii) derivativos

- Mantidos até o vencimento
Correspondem aos ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Sociedade tem a intenção de manter até o vencimento. Os ativos financeiros referentes a esta classificação são registrados ao custo histórico, que é o mesmo do custo amortizado.

A Sociedade e suas controladas classificaram nesta categoria os seguintes ativos financeiros: i) título registrado junto à CPSP (nota 6.e), pertencente à controlada CPFL Paulista junto à CESP (nota 11);

- Disponíveis para venda
Referem-se aos ativos financeiros que não se enquadram em quaisquer classificações acima ou que sejam designados como disponíveis para venda. O registro destes ativos financeiros é realizado aos respectivos valores justos e toda qualquer alteração no mesmo ação subsequente dos valores justos é contabilizada em patrimônio líquido.

A Sociedade e suas controladas não possuem ativos financeiros classificados nesta categoria.

Passivos financeiros: foram classificados e mensurados ao valor justo contra resultado e: ii) não mensurados ao valor justo contra resultado. A classificação é realizada conforme os seguintes critérios:

Mensurados ao valor justo contra resultado
São os passivos financeiros que sejam: i) mantidos para negociação no curto prazo; ii) designados no valor justo com o objetivo de conforme os efeitos de reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente; ou iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos e toda qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos é contabilizada contra o resultado.

A Sociedade e suas controladas classificaram nesta categoria os seguintes passivos financeiros: i) algumas dívidas em moedas estrangeiras (nota 19.a) e ii) derivativos.

- Não mensurados ao valor justo contra resultado
São os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. Os passivos financeiros referentes a esta classificação são reconhecidos e amortizados segundo essencialmente os métodos do custo amortizado.

Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são: i) fornecedores (nota 17); ii) empréstimos e financiamentos (nota 18); iii) encargos de dívidas (nota 18); iv) encargos de debêntures (nota 18); v) debêntures (nota 19); e vi) outras contas a pagar (nota 22).

Considerações sobre Riscos:

Anual - Nota 28 EXPLICATIVA

Os negócios da Sociedade e de suas controladas compreendem principalmente a geração comercialização e distribuição de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos as atividades essenciais dessas companhias são reguladas pela ANEEL.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como segue:

Risco de Taxa de Câmbio: Esse risco decorre da possibilidade de suas controladas virem a incorrer em perdas ou ganhos em função de flutuações nas taxas de câmbio que incidam sobre os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está substancialmente coberta por operações financeiras de swap que permitem à Sociedade e suas controladas trocar os riscos cambiais de operação para o custo relativo à variação do CDI. Adicionalmente as suas controladas estão expostas em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia através de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as empresas de eventuais perdas.

Risco de Taxa de Juros: Esse risco é oriundo da possibilidade de Sociedade e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos financiamentos e debêntures. Para parte dos empréstimos tomados em moeda nacional a Sociedade e suas controladas têm como contraparida ativos regulatórios atualizados pela variação da taxa SELIC. Para uma parcela das debêntures emitidas há operações de swap visando à proteção à alterações de taxas de juros. Adicionalmente as controladas tem buscado aumentar a participação de empréstimos atrelados à variação da TJLP visto menores volatilidades do mercado financeiro.

Risco de Crédito: O risco surge da possibilidade das suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado pelas controladas como baixo tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte do fornecimento para consumidores inadimplentes.

Risco quanto a Escassez de Energia: A energia vendida pelas controladas basicamente é gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuvas aliado a um crescimento de demanda acima do planejado pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas comprometendo a recuperação do volume das mesmas podendo resultar em perdas em função de racionamento de energia ou necessidade de recursos com aquisição de um novo programa de racionamento como o vivenciado em 2001.

Risco de Aceleração de Dívidas: A Sociedade e suas controladas possuem contratos de financiamentos financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (covenants) normalmente relacionadas a esses tipos de operação relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Gerenciamento de Riscos dos Instrumentos Financeiros

A Sociedade e suas controladas mantêm políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez segurança e rentabilidade de seus ativos. Dessa forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das operações e saldos dos instrumentos financeiros com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação as praticadas no mercado.

Critérios para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos gerados pelos instrumentos financeiros e dos riscos a monitorar os procedimentos estabelecidos pela administração a Sociedade e suas controladas dispõem de sistema de software (MATSI) tendo condições de calcular o VaR - *Value at Risk*, *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos e ativos nos quais a Sociedade e suas controladas estão expostas. Historicamente os instrumentos financeiros contratados pela Sociedade e controladas suportam os

Nota 4 - Política de Gestão de Risco

por estas ferramentas não apresentarão resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia e suas controladas vem a prática de contratação de instrumentos derivativos somente com as devidas aprovações de alçadas somente quando há uma exposição a qual a administração considera como risco. A Sociedade e suas controladas não realizam transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos. Além disso, a Companhia e suas controladas atendem aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley, tendo portanto políticas internas de controles que primam por um ambiente rígido de controle para a minimização da exposição dos riscos.

Valorização dos Instrumentos Financeiros

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi elaborada através de modelo de precificação adotados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento com base nas condições contratuais descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado tendo como base informações obtidas pela ANBIMA, Bloomberg e Andima.

Desta forma, o valor de mercado de um título ou negócio ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto referente à data de vencimento do título, pela curva de juros de mercado em reais.

Para operações específicas de valor e prazo semelhantes no mercado e com pouca liquidez, principalmente relacionadas com o programa emergencial de refinanciamento de dívida externa, títulos específicos registrados e créditos a receber da CDSF, os controladores assumiram que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil. Isto ocorre em função das incertezas existentes nas variáveis que deveriam ser consideradas na criação de um modelo de precificação.

Além dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado, a Sociedade e suas controladas possuem outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo em 31 de março de 2009 e 31 de dezembro de 2008, os valores de mercado de tais instrumentos financeiros foram obtidos através da metodologia acima descrita conforme segue:

	Consolidado			
	30/09/2009		31/12/2008	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	(5.752.429)	(5.727.230)	(5.955.431)	(5.499.161)

Instrumentos Derivativos

Conforme comentado anteriormente, a Sociedade e suas controladas possuem por política calcar derivativos com o propósito de proteção - hedge das taxas de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Sociedade e suas controladas possuem hedge cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, mitigando todos os ativos e passivos afetados à variação cambial.

Nota - Valor Justo de Ativos e Passivos

Os instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas são swaps de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de chamada de margem ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que a parte dos derivativos contratada da Sociedade e suas controladas possuem prazos perfeitamente atrelados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas as respectivas curvas foram designadas para o registro contábil a valor justo. As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos de valores contratados para proteção continuam sendo contabilizadas ao respectivo valor de custo. Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas não adotaram a contabilidade de hedge prática contemplada para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de março de 2009, a Sociedade e suas controladas detinham operações de swap

[redacted]

Apesar das perdas líquidas apuradas na marcação a mercado dos instrumentos derivativos demonstradas acima, tais efeitos foram mitigados pela opção exercida pela Sociedade e suas controladas por também marcar a mercado as dívidas que possuem instrumentos de hedge atrelados. Demonstramos a seguir os efeitos da marcação a mercado das dívidas, comparados às perdas apuradas somente para os respectivos derivativos atrelados:

Empresa	Derivativos	Dívidas	Líquido
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
RCE	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

A Sociedade e suas controladas têm reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos, ou entendo por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas

01856-0 CPFL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

Anual - Versão [illegible]

Demonstração de impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incidentes nos respectivos endividamentos protegidos. No 1º trimestre de 2009 e 2008, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado:

Descrição	Risco coberto - operação	Risco coberto - objeto	Contraparte	31/12/2009 Ganho (Perda)	31/12/2008 Ganho (Perda)
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Outras exposições cambiais

Cabe ressaltar que a controlada Companhia ENERGIPE não possui dívida para proteção cambial correspondentes a cerca de R$ 103.543 (cento e três milhões e quinhentos e quarenta e três mil reais) junto ao BID e BNDES pelo fato de um percentual de seus recebíveis tarifários contemplar a variação cambial do período tarifário. Entretanto existe a receita tarifária para a absorção total ou parcial da variação cambial dessas dívidas que em 31 de dezembro de 2009, um ganho de R$ 1.203 mil será somente será compensado a partir do próximo reajuste tarifário da controlada.

A controlada CPFL Paulista possui um endividamento total em moeda estrangeira de R$ 835.704. Para se proteger da exposição cambial, contratou instrumentos financeiros de proteção diretamente atrelados ao endividamento no montante de R$ 560.929. Para minimizar a exposição cambial, a controlada contratou uma operação de swap não vinculada no montante de R$ 27.625, além de possuir ativos indexados em dólares (crédito a receber de CFSD e fundo vinculado a empréstimos ME - nota 11) em montante suficiente para anular um eventual impacto cambial.

Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Sociedade e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros potenciais derivativos estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros, conforme demonstrado:

Variação cambial

Considerando que a mesma exposição cambial existente em 31 de março de 2009 fosse mantida, a simulação das efetivas consolidadas por tipo de instrumento financeiro para os próximos três meses

Anual - Notas Explicativas

	Consolidado				

Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de expectativa das instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de março de 2009 seja mantido e que os respectivos percentuais anuais acumulados para esta data base permaneçam estáveis (CDI 11,15% a.a. IGP-M 0,27% a.a. TJLP 5,75% a.a.), os efeitos que sejam registrados nas demonstrações financeiras consolidadas para os próximos 12 meses sem uma despesa financeira líquida de R$ 467.783. Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários acimas, o valor da despesa financeira líquida será modificado para

			Cenários		

(29) EVENTOS SUBSEQUENTES

Notas Promissórias

Com o objetivo de obter recursos para adequar o perfil econômico-financeiro, recomendado e liberado para obter liquidez adequada para aquisições, investimentos, foram aprovadas para as controladas CPFL Paulista, RGE e CPFL Geração, em Reunião do Conselho de Administração de 30 de abril de 2009, e através de AGE das controladas CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista e CPFL Jaguari em 30 de abril de 2009, a emissão de Notas Promissórias comerciais para distribuição. A operação nos valores abaixo em 29 de abril de 2009:

As Notas tem as seguintes características e condições

01656-0 COPEL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

Anexo - Notas Promissórias

	Copel Geração	Copel Geração	Copel Geração	Copel Geração	Copel Geração	Copel Geração

As Notas Promissórias terão como garantia o aval da COPEL Energia e fiador pela [illegible]

01656-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

0501 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Análise de Resultados – CPFL Energia (Controladora)

Neste trimestre o Lucro Líquido foi de R$ 242.700, sendo 6,5% (R$ 17.371) superior ao mesmo trimestre do exercício anterior, devido basicamente aos resultados das participações societárias, conforme abaixo:

	1º Trimestre 2009	1º Trimestre 2008
CPFL Paulista	86.279	198.838
CPFL Piratininga	88.010	32.598
RGE	48.339	39.779
CPFL Santa Cruz	5.746	6.410
CPFL Leste Paulista	1.929	-
CPFL Jaguari	1.421	-
CPFL Sul Paulista	2.746	-
CPFL Mococa	1.458	-
CPFL Geração	10.925	35.820
CPFL Brasil	43.502	25.357
CPFL Atende	(389)	-
CPFL Planalto	1.752	
CPFL Serviços	(793)	
CPFL Jaguariúna	(231)	(5.777)
CPFL Jaguari Geração	1.009	
Total	331.144	314.875

Neste trimestre as principais contas que afetaram os resultados das subsidiárias estão apresentadas a seguir:

- Revisão tarifária periódica da CPFL Paulista negativa em 17,21% aplicada nas tarifas a partir de abril de 2008;
- Reajuste positivo de tarifas para CPFL Geração e demais distribuidoras;
- Ajustes negativos nos resultados de 2008 em função da sobrecontratação de energia envolvendo CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Brasil (Nota 3 e 5);
- Entrada em operação de usinas da CPFL Geração;
- O processo de reestruturação societária que resultou na participação direta da CPFL Energia nas seguintes subsidiárias: CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguari, CPFL Sul Paulista, CPFL Mococa, CPFL Serviços, CPFL Planalto e CPFL Jaguar Geração e CPFL Jaguariúna.

01856-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

[illegible] - COMENTÁRIO DESEMPENHO CONSOLIDADO 3T09
Análise de Resultados – CPFL Energia Consolidado

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

Informações	Consolidado		
	3Tr 09	3T08	Variação
RECEITA BRUTA	3.547.756	3.601.803	-1,5%
Fornecimento de Energia Elétrica	3.041.304	3.020.540	0,7 -
Suprimento de Energia Elétrica	254.745	216.511	17,7
Outras Receitas Operacionais	251.387	264.752	-5,1%
(Deduções da Receita Operacional)	(1.116.922)	(1.197.914)	-6,1
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.430.834	2.404.364	1,1%
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	(1.440.316)	(1.552.855)	-6,7%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.211.346)	(1.356.530)	-10,7%
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão e Conexão	(228.970)	(196.325)	16,4
CUSTO DESPESA OPERACIONAL	(426.702)	(407.545)	4,6%
Pessoal	(124.730)	(119.412)	4,4%
Entidade de previdência privada	(819)	21.010	-103,9
Material	(16.353)	(14.631)	11,8
Serviços de Terceiros	(90.737)	(87.496)	3,7
Provisões (Reversões) Líquidas	(56.794)	(96.705)	-41,3
Amortização de ativo intangível	(46.724)	(41.070)	13,8
Outros	(91.454)	(88.518)	3,3
RESULTADO DO SERVIÇO	516.816	521.193	-1,4%
RESULTADO FINANCEIRO	(58.960)	(84.865)	-30,5%
Receita	110.941	95.360	16,3
Despesa	(170.901)	(180.225)	-5,2
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	457.856	436.328	4,9%
Contribuição Social	(45.114)	(42.714)	5,6
Imposto de Renda	(129.754)	(127.950)	1,4
LUCRO ANTES DAS PART. EM OPERAÇÕES	282.989	265.663	6,5%
Participação de Acionistas Não Controladores	(2.050)	(1.329)	54,2
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	280.939	264.333	6,3%
EBITDA	656.829	649.841	2,0%

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA (1)		
Lucro Líquido do Período	282.750	265.332
Efeitos de Práticas Contábeis	919	(21.705)
Depreciação e Amortização	110.613	84.755
Resultado Financeiro	62.496	84.960
Contribuição Social	45.114	42.714
Imposto de Renda	129.754	127.950
EBITDA	656.829	649.841

(1) Não contempla efeitos de reversão de 30 dias

[illegible] Pág: 04

10.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO DA EMISSORA

Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta no 1º trimestre de 2009 foi de R$ 3.507.755, representando uma redução de 2,8% (R$ 84.128) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior.

Os principais fatores desta variação foram:

a) Redução de 5,6% (R$ 148.507) no fornecimento de energia elétrica e de energia, justificado pela redução de 5,2% nas tarifas médias praticadas principalmente em função da revisão tarifária da CPFL Paulista de -17,21% a partir de abril de 2008 e na redução na quantidade de energia faturada (0,4% - 44 GWh);

b) Aumento de 32,0% (R$ 59.211) no suprimento de energia, devido principalmente ao aumento de 35,2% na quantidade vendida, basicamente em função do bom desempenho no segmento de comercialização.

- Quantidade de Energia Vendida

No 1º trimestre de 2009, houve uma redução de 0,4% na quantidade de energia faturada a consumidores finais. As classes residencial e comercial, que representam 49,8% da quantidade de energia vendida a consumidores finais no trimestre e possuem as maiores tarifas médias, registraram um crescimento de 8,7% e 6,5% respectivamente, quando comparado com o mesmo trimestre do exercício anterior, em função da migração de alguns consumidores rurais para a classe residencial, das temperaturas elevadas registradas no período e crescimento do volume de vendas no comércio varejista.

A quantidade vendida para a classe industrial, que representa 34,4% da quantidade de energia vendida, apresentou uma queda de 9,9%, que reflete principalmente o impacto da crise internacional sobre a indústria em nossa área de concessão.

A quantidade vendida total de energia, considerando o fornecimento a consumidores finais e suprimento a concessionárias e permissionárias (contratos bilaterais), cresceu 3,6% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Em relação à quantidade de energia vendida nas áreas de concessão da CPFL Energia, que impacta tanto o fornecimento faturado como a cobrança na TUSD, houve uma redução de -2,2% quando comparado com o mesmo período do exercício anterior.

- Tarifas

01656-0 CPFL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA ADMINISTRAÇÃO

No 1º trimestre de 2009, as tarifas de fornecimento de energia praticadas sofreram uma redução média de 5,2% devido, principalmente, aos impactos nos reajustes tarifários das controladas:

- CPFL Paulista: redução de 17,21% e RGE: aumento de 2,50%, ambos a partir de abril de 2008
- CPFL Santa Cruz: aumento de 24,09%; CPFL Jaguari: aumento de 11,06%; CPFL Mococa: aumento de 11,16%; CPFL Leste Paulista: aumento de 12,94% e CPFL Sul Paulista: aumento de 11,64%, todas a partir de 3 de fevereiro de 2009
- CPFL Piratininga: aumento de 16,54% em outubro de 2008

Deduções da Receita Operacional

As Deduções da Receita Operacional no 1º trimestre de 2009 foram de R$ 1.196.259, uma redução de 0,1% (R$ 1.468) em relação ao mesmo trimestre de 2008, o que se refere principalmente a:

a) redução de PIS, COFINS e ICMS no montante de R$ 41.205 (4,2%), principalmente em função da redução do fornecimento faturado

b) compensado pelo aumento da encargo setorial CCC no montante de R$ 39.477

Custo com Energia Elétrica

O Custo com Energia Elétrica neste trimestre totalizou R$ 1.448.216, representando uma redução de 6,7% (R$ 104.349), em relação ao mesmo período do ano anterior. Apesar dos efeitos do reajuste dos preços dos geradores, a variação é explicada por:

- redução de 2,1% na quantidade de energia comprada;
- redução da amortização da Parcela "A" no montante de R$ 31.949, quando comparada com o 1º trimestre do ano anterior;
- no primeiro trimestre de 2008, houve aumento de custo referente ao ajuste de sobrecontratação de energia no valor de R$ 137.167, sendo R$ 85.824 na CPFL Paulista e R$ 50.343 na CPFL Piratininga/nota 3a S1;
- impactos negativos de sobrecontratação de energia (R$ 14.288) e de CVA (R$ 24.118) na CPFL Paulista no primeiro trimestre de 2009, em função da homologação do reajuste tarifário de 2009;
- Redução de R$ 36.595 no custo de energia comprada da CPFL Brasil, neste trimestre, principalmente em função na queda de preços;

10.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Custos e Despesas Operacionais

Os Custos e Despesas Operacionais neste trimestre foram de R$ 425.732, um aumento de 4,6% (R$ 18.756) quando comparado com o mesmo período de exercício anterior. Esta variação deve-se principalmente a:

- Despesas Operacionais Gerenciáveis

  Representadas pelos custos com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros, estas despesas totalizaram R$ 282.755 neste trimestre, uma redução de 0,1% (R$ 196), que deve-se principalmente a:

  - redução de 17,8% (R$ 11.548) em Outras Despesas, devido principalmente à reversão de provisão relacionada à recuperação de Créditos de Liquidação Duvidosa na controlada RGE (R$ 16.774), compensada pela reversão da provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa em 2008 na CPFL Paulista (R$ 4.971);
  - aumento de 4,0% (R$ 4.727) em Pessoal, devido basicamente aos efeitos do Acordo Coletivo de 2009;
  - aumento de 6,1% (R$ 5.244) em Serviços de Terceiros.

- Entidade de Previdência Privada

  O plano de Previdência Privada apresentou neste trimestre uma despesa de R$ 9.711, contra uma receita de R$ 21.039. Esta variação deve-se basicamente ao rendimento esperado sobre os ativos do plano, conforme obtido no Laudo Atuarial preparado em dezembro de 2008.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro Líquido neste trimestre apresentou uma despesa de R$ 82.360, comparada com R$ 91.036 no mesmo período de 2008, representando uma redução de 30,9% (R$ 28.109).

A receita financeira aumentou em R$ 6.676, devido principalmente a:

a) Redução de R$ 7.505 em vendas de aplicação financeira devido à queda das disponibilidades;

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO DA EMISSORA

b) Aumento na atualização monetária em R$ 9.848 principalmente em função da remuneração de créditos vencidos há longa data na controlada RGE no valor de R$ 18.226.

c) Aumento da remuneração do CVA e parcela "A" em R$ 9.081 em função do aumento do saldo líquido de ativos e passivos regulatórios

A despesa financeira reduziu em R$ 21.223 decorrente das variações a:

a) Redução de R$ 27.302 nas despesas com atualizações monetárias e cambiais referente aos ganhos com os registros dos instrumentos financeiros e derivativos, ao valor de mercado (R$ 16.228) e a variação negativa do IGP-M no período

b) Aumento de R$ 11.223 em encargos de dívidas, principalmente em função do maior endividamento das controladas CPFL Paulista e RGE e devido ao aumento da variação do CDI no período.

Contribuição Social e Imposto de Renda

Os tributos sobre o resultado no 1º trimestre de 2009 foram de R$ 166.629, apresentando um aumento de 1,9% (R$ 3.205) em relação ao mesmo trimestre de 2008, o qual reflete basicamente o aumento do Lucro Antes dos Tributos

Lucro Líquido e EBITDA

Em função dos fatores expostos acima, o lucro líquido apurado neste trimestre foi de R$ 292.709, sendo 6,5% (R$ 17.371) maior que o mesmo período de 2008

O EBITDA ajustado (lucro líquido ao mesmo excluindo os efeitos de estimado de previdência privada, depreciação, amortização, resultado financeiro, equivalência patrimonial, contribuição social e imposto de renda) para o 1º trimestre de 2009 foi de R$ 656.529, sendo 0,9% (R$ 12.606) maior que o EBITDA apurado no mesmo período de 2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E COLIGADAS

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	CPFL ENERGIA S.A.	[illegible]

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

[illegible]	[illegible]
[illegible]	2
[illegible]	CVM/SRE/DEB/2007/0[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	ÚNICA
[illegible]	SIMPLES
[illegible]	PÚBLICA
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	SEM PREFERÊNCIA
[illegible]	CDI + [illegible]
[illegible]	
[illegible]	10.000,00
[illegible]	450.000
[illegible]	45.000
[illegible]	45.000
[illegible]	0
[illegible]	0
[illegible]	0
[illegible]	0
[illegible]	
[illegible]	[illegible]/2012

CIBSA-O CIBA ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

DMPL - PROPOSTA DE INVESTIMENTO

(Não revisado pelos auditores independentes)

Nossos investimentos previstos nas Demonstrações Financeiras destinados à manutenção e à ampliação de nossa capacidade de distribuição e nossos projetos de geração. A Companhia pretende financiar os investimentos da Companhia nos 3 meses de 2009 com recursos próprios e financiamentos, conforme tabela abaixo:

	Em Milhões de Reais			
	Previsão de Investimentos para os Exercícios de			
	3 meses	2008	2007	2006
Distribuição de Energia				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal	145	895	870	937
Geração de Energia	139	502	446	288
Comercialização de Energia	8	8	9	4
Outros	-	3	2	
Total	293	1.408	1.328	1.229

Planejamos investir aproximadamente R$ 1,2 bilhões em 2009 e R$ 1,2 bilhões em 2010. Esses investimentos foram previstos para esses períodos. R$ 1,0 bilhões destinam-se à distribuição e R$ 0,2 milhões à geração.

CIBSA-O CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

30.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Em 30/09/2009 o capital social da CPFL Energia S.A. era composto de 178.244.225 ações ordinárias, sendo 100% destas ações detidas por acionistas pessoas físicas residentes no Brasil.

Acionistas	Ações Ordinárias	Part. %
VBC Energia S.A.	113.044.225	63,42
BNDES Participações S.A.	19.833.127	11,13
Fundos de Investimento	16.172.211	9,07
Bonaire Participações S.A.	10.520.720	5,90
Previdência Privada	10.491.000	5,89
Membros do Conselho de Administração	2.110	0,00
Membros da Diretoria Executiva	2.750	0,00
Outros Acionistas	8.178.082	4,59
Total	178.244.225	100,00

Quantidade de ações (ordinárias, preferenciais e total) detidas por acionistas controladores, diretos e indiretos, administradores e membros do conselho de administração e fiscal em 31 de Março de 2009 e 2008

	31/03/2009		31/03/2008	
Acionistas	Ações Ordinárias	Part. %	Ações Ordinárias	Part. %
Controladores	113.044.225	63,42	113.044.225	63,42
Administradores				
Membros da Diretoria	2.750	0,00	2.750	0,00
Membros do Conselho de Administração	2.110	0,00	2.110	0,00
Demais Acionistas / Free Float	65.195.140	36,58	65.195.140	36,58
Total	178.244.225	100,00	178.244.225	100,00

CIBRA-O CIBRA ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

30.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

[illegible]

C1856-O COPEL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

31.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

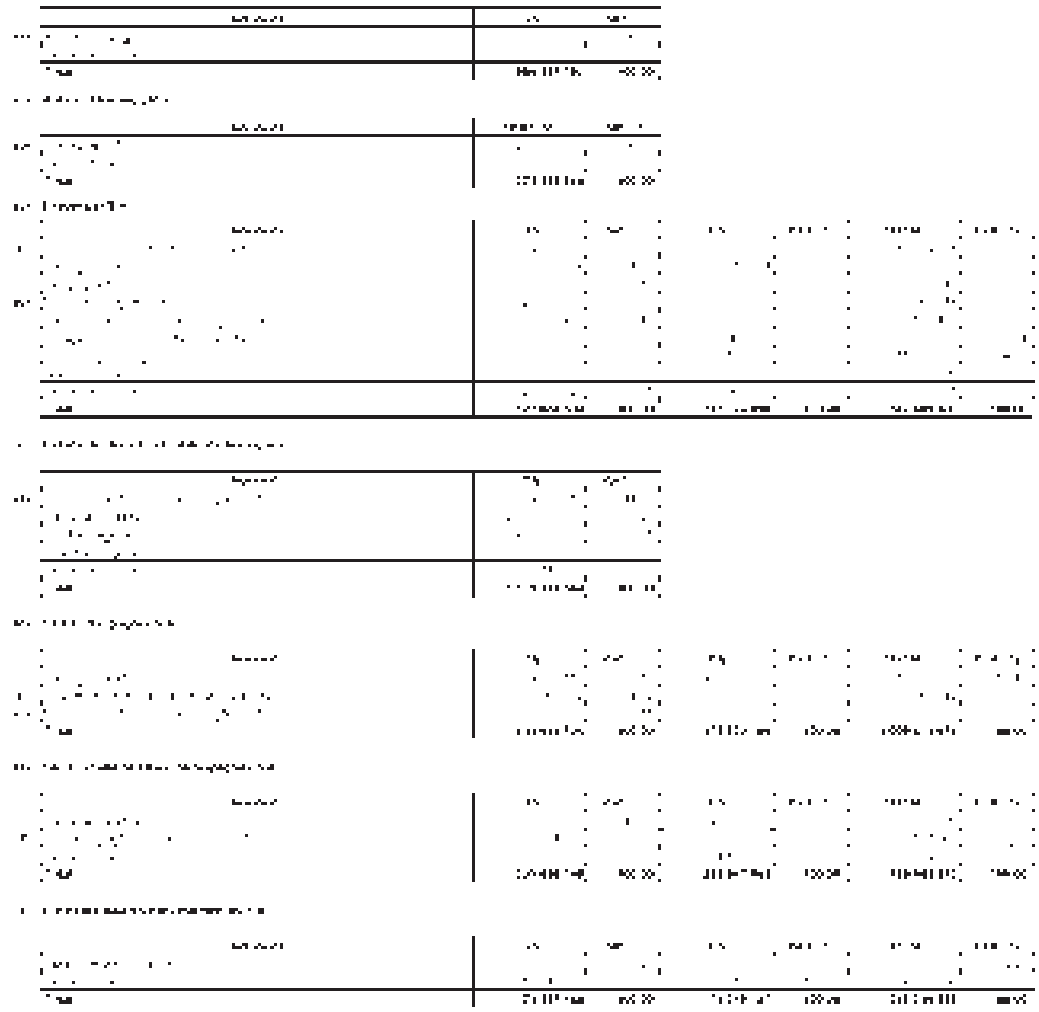
[illegible]

[illegible]

CIBRA-O CIBRA ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

30.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

[illegible]



01856-0 COPEL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

Compromisso de arbitragem

A companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante no artigo nº 44 do Estatuto Social da Companhia.

CIBRA-O CIBPA ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

[illegible] - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Balanço Social Trimestral / 2008 / 2008 *

Empresa: CIBRA - Energia SA

[illegible]	[illegible]			[illegible]		
[illegible]			2.797.000			2.440.000
[illegible]			419.000			419.000
[illegible]			112.000			112.000
[illegible]	**Valor (mil)**	**[illegible]**	**[illegible]**	**Valor (mil)**	**[illegible]**	**[illegible]**
[illegible]	2.021	0,44%	0,44%	1.449	1,00%	0,32%
[illegible]	56.116	12,11%	12,11%	36.903	25,13%	1,00%
[illegible]	6.451	1,39%	0,23%	3.093	2,11%	0,11%
[illegible]	6.118	1,32%	0,00%	3.502	2,39%	1,32%
[illegible]	138	0,03%	0,01%	138	0,09%	0,03%
[illegible]	221	0,05%	0,05%	112	0,08%	0,03%
[illegible]	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
[illegible]	581	0,13%	0,03%	1.048	0,71%	0,03%
[illegible]	221	0,05%	0,01%	221	0,15%	0,01%
[illegible]	2.118	0,46%	0,13%	2.001	1,36%	0,10%
[illegible]	208	0,04%	0,00%	1.116	0,76%	0,03%
[illegible]	61.981	13,37%	2,22%	41.538	28,17%	2,80%
[illegible]	**Valor (mil)**	**[illegible]**	**[illegible]**	**Valor (mil)**	**[illegible]**	**[illegible]**
[illegible]	221	0,05%	0,02%	6	0,00%	0,00%
[illegible]	1.118	0,24%	0,07%	1.513	1,03%	0,05%
[illegible]	92	0,02%	0,00%	8	0,00%	0,00%
[illegible]	16	0,00%	0,00%	6	0,00%	0,00%
[illegible]	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
[illegible]	221	0,05%	0,01%	1.008	0,00%	0,00%
[illegible]	2.584	0,56%	0,13%	2.011	0,00%	0,00%
[illegible]	800.091	0,00%	31,81%	800.002	0,00%	32,20%
[illegible]	818.221	0,00%	33,83%	802.003	0,00%	32,40%
[illegible]	**Valor (mil)**	**[illegible]**	**[illegible]**	**Valor (mil)**	**[illegible]**	**[illegible]**
[illegible]	22.561	0,00%	0,00%	22.243	0,00%	1,00%
[illegible]	12.000	0,00%	0,00%	2.118	0,00%	0,00%
[illegible]	34.561	0,00%	1,00%	24.361	0,00%	1,00%
[illegible]	[illegible]			[illegible]		
[illegible]	**[illegible]**			**[illegible]**		
[illegible]	2.000			2.000		
[illegible]	100			200		
[illegible]	5.000			6.000		
[illegible]	100			200		
[illegible]	1.000			1.000		
[illegible]	1.000			1.100		
[illegible]	0,00%			0,00%		
[illegible]	400			500		
[illegible]	1,00%			1,00%		
[illegible]	500			500		

01866-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

[illegible]	[illegible] de 2009			[illegible] de 2008		
[illegible]	[illegible]			[illegible]		
[illegible]	[illegible]			[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	

[illegible] Outras Informações

[illegible]

[illegible] informações [illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

01866-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

[illegible]

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Relatório dos auditores independentes sobre revisão especial

Aos Acionistas e Administradores da
CPFL Energia S.A.
São Paulo - SP

1 Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da CPFL Energia S.A. (Companhia) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2009, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, o relatório da desempenho e as notas explicativas, elaboradas sob a responsabilidade da Administração.

2 As informações contábeis da controlada indireta Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL Paulista), controlada indireta Rio Grande Energia S.A. (CPFL RGE) e controlada em conjunto Foz do Chapecó Energia S.A. (Foz do Chapecó), incluídas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, foram revisadas por outros auditores independentes, cujos relatórios de revisão especial sobre as ITR de 31 de março de 2009, datados de 24 de abril de 2009, sem ressalvas, foram emitidos para a CPFL Energia S.A. Os investimentos na CPFL Paulista, na CPFL RGE e na Foz do Chapecó foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base em informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, respectivamente, preparadas pela Administração das referidas investidas, em 31 de março de 2009, e os valores desses investimentos em 31 de março de 2009 totalizavam R$ 3.111.980 mil e R$ 2.095.811 mil, respectivamente, e os resultados de equivalência patrimonial totalizaram R$ 111.980 mil e R$ 111.811 mil, respectivamente. As informações contábeis das referidas investidas incluídas nas informações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram ajustadas para refletir as práticas contábeis adotadas pela Companhia e para adequar a data-base das demonstrações contábeis das investidas à data-base da Companhia. Nossa conclusão, no que se refere aos valores relativos a essas investidas, baseou-se exclusivamente nos relatórios de revisão especial emitidos pelos auditores independentes das referidas investidas.

3 As demonstrações contábeis da controlada indireta Campos Novos Energia S.A. (Campos Novos), incluídas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, foram revisadas por outros auditores independentes, cujo relatório de revisão especial sobre as ITR de 31 de março de 2009, datado de 23 de abril de 2009, sem ressalvas, foram emitidos para a CPFL Energia S.A. Os investimentos na Campos Novos Energia S.A. foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base em informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, respectivamente, preparadas pela Administração da referida investida, em 31 de março de 2009, e os valores desses investimentos em 31 de março de 2009 totalizavam R$ 289.257 mil, e os resultados de equivalência patrimonial desses investimentos totalizaram R$ 11.818 mil de ganho. As informações contábeis da referida investida incluídas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram ajustadas para refletir as práticas contábeis adotadas pela Companhia e para adequar a data-base das demonstrações contábeis da investida à data-base da Companhia. Nossa conclusão, no que se refere aos valores relativos a esse investimento, foi baseada exclusivamente no relatório de revisão especial emitido pelos auditores independentes da Campos Novos Energia S.A.

CIBRA-O CIBPA ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

1 Revisamos (sic) as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, identificadas acima, compreendendo o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, elaboradas sob a responsabilidade da sua Administração.

2 Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão especial de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 e ISRE 2410) e consistiu principalmente de indagações e discussões com os responsáveis pelos assuntos contábeis, financeiros e operacionais da Companhia e suas controladas sobre os critérios e premissas adotados na elaboração das informações contábeis intermediárias e de uma revisão analítica das informações contábeis intermediárias e de seus eventos subsequentes que tenham ou possam ter efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e suas controladas.

3 Com base em nossa revisão e nos relatórios de outros auditores independentes, nada chegou ao nosso conhecimento que nos fizesse acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não estejam sendo apresentadas de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das informações contábeis intermediárias.

4 Conforme descrito na Nota Explicativa 3, as informações correspondentes à DLPA em decorrência da venda de ativos de geração e das operações descontinuadas, referentes ao contrato de concessão da UHE Lajeado, em caráter provisório, e à participação societária da controlada Investco S.A. na Usina Hidrelétrica Peixe Angical, bem como os possíveis efeitos decorrentes da revisão e de ajustes definitivos que houver, serão registrados na posição patrimonial e financeira da Companhia em períodos subsequentes.

5 Conforme mencionado na Nota Explicativa 2, em decorrência da adoção das práticas contábeis adotadas no Brasil a partir de 2008, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas findo em 31 de março de 2009, apresentadas para fins de comparação (Controladora e Consolidado), estão sendo representadas como previsto na NBC TG 13 - Práticas Contábeis Aplicadas a Entidades Controladas em Conjunto pela Aprovação da Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários que trata sobre a Deliberação CVM nº 603/09 pela Superintendência de Normas Contábeis e Auditoria.

Campinas, 30 de abril de 2010

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6

Cibele Vieira de Barros Pagotto
Contador CRC 1SP129901/O-0

01856-0 COPEL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

3240 - COMENTARIO DESEMPENHO DA CONTROLADA OU COLIGADA

Controlada/Coligada: COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL

A controlada Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL é uma companhia aberta e seu comentário de desempenho individual consta de suas Informações Trimestrais - ITR de 31 de março de 2009 arquivadas na CVM - Comissão de Valores Mobiliários

Controlada/Coligada: CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S/A

A controlada CPFL Geração de Energia S/A é uma companhia aberta e seu comentário de desempenho individual e consolidado consta de suas Informações Trimestrais – ITR, de 31 de março de 2009, arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]

CONTROLADAS/COLIGADA

[illegible]

02.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADAS/COLIGADAS (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]			[illegible]	

01.2 - IDENTIFICAÇÃO

02.1 - BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

02.2 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADA/COLIGADA (Reais Mil)

01856-0 COPEL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

3240 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA CONTROLADA OU COLIGADA

Controlada/Coligada: COPEL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S/A

Receita Bruta

A Receita Bruta do 1T09 que inclui as operações das controladas GL ON, Sul Geradora e Cone Sul foi de R$ 41.161 demonstrando uma redução de R$ 24.918 (-37,7%) em relação ao mesmo trimestre de 2008, com se justifica pela diminuição no volume de venda a consumidores livres que teve uma retração de 17,3% no período.

Lucro Líquido da Parada e EBITDA

O lucro líquido auferido no 1T09 foi de R$ 46.502, demonstrando um aumento de R$ 21.475 (+85,7%) quando comparado com o mesmo trimestre de 2008. Este incremento é justificado pela queda nas despesas com pessoal, materiais, serviços e outras despesas operacionais.

O EBITDA (Lucro líquido antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social, depreciação, amortização) para o 1T09 foi de R$ 67.713, sendo 87,9% maior que o apurado para o mesmo trimestre de 2008 que foi R$ 36.751 (informações não revisadas pelos Auditores Independentes).

01856-0 COPEL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

3240 - COMENTÁRIO DESEMPENHO DA CONTROLADA DIRETA

Controlada/Coligada : COMPANHIA PARANAENSE DE FORÇA E LUZ

A controlada Companhia Paranaense de Força e Luz é uma companhia aberta e seu comentário de desempenho consta de suas Informações Trimestrais - ITR de 31 de março de 2010 arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários

01656-0 COPEL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

3240 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA CONTROLADA OU COLIGADA

Controlada/Coligada: RIO GRANDE ENERGIA SA

A controlada Rio Grande Energia S/A é uma companhia aberta, e seu comentário de desempenho individual consta de suas Informações Trimestrais - ITR, de 31 de março de 2009 arquivadas na CVM - Comissão de Valores Mobiliários

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01864-0	CELTE ENERGIA S.A.	33.[illegible]/0001-05

ÍNDICE

Número	Subconta	Descrição	Página
01	00	[illegible]	
01	02	[illegible]	3
01	03	[illegible]	4
01	04	[illegible]	5
01	05	[illegible]	6
01	06	[illegible]	7
01	07	[illegible]	8
01	08	[illegible]	9
01	09	[illegible]	10
02	01	[illegible]	11
02	02	[illegible]	12
03	01	[illegible]	13
04	01	[illegible]	14
05	01	[illegible]	15
06	01	[illegible]	16
07	01	[illegible]	17
08	01	[illegible]	18
08	02	[illegible]	19
08	03	[illegible]	20
09	01	[illegible]	21
10	01	[illegible]	22
11	01	[illegible]	23
12	01	[illegible]	24
13	01	[illegible]	25
14	01	[illegible]	26
14	02	[illegible]	27
15	01	[illegible]	28
16	01	[illegible]	29
		[illegible]	
17	02	[illegible]	32
		[illegible]	
17	03	[illegible]	33
		[illegible]	
17	04	[illegible]	34
17	05	[illegible]	35
		[illegible]	
17	06	[illegible]	36
		[illegible]	

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- Informações Financeiras da Garantidora Relativas ao Trimestre e Período de Três Meses Encerrado em 31 de Março de 2008 e Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão Especial

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO DE SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEL PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

018564-0	CPFL ENERGIA S.A	33.453.598/0001-23

352003383793

01.02 - SEDE

04547-909	São Paulo	SP		
DDD	Telefone			
011	3755-8213			
DDD	Fax			
011	3755-8227			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

José Antonio de Almeida Filippo

04547-909	Campo Belo	SP		
DDD	Telefone			
011	3755-8754			
DDD	Fax			
011	3755-8777			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

Início	Fim	Código	Início	Fim	Código	Início
01/01/2005	31/12/2005	1	27/04/2005	31/03/2006	4	01/01/2005

01	PricewaterhouseCoopers
02	33.930.021/0001-23

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01864-0	[illegible]	[illegible]

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Do Capital Integralizado			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	0	0	0
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Em Tesouraria			
[illegible]	0	0	0
[illegible]	0	0	0
[illegible]	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

[illegible]

Empresa Comercial, Industrial e Outras

[illegible]

Operacional

[illegible]

Privada Nacional

[illegible]

31/20 Empresa com Part. Estrang. Relev.

[illegible]

Controle de Participações Societárias Relevante

[illegible]

Total

[illegible]

Sem Preferência

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DECLARADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
01	[illegible]	[illegible] Ordinárias	31/03/2015	0,04

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 31/03/2008
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01.02 - SEDIA SOCIAL SUBSCRITO E AÇÕES/QUOTAS EM TESOURARIA

01.03 - IDENTIFICAÇÃO DO AUDITOR

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01866-0	CPFL ENERGIA S.A	02.429.144/0001-93

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01/01/2009	CPFL ENERGIA S.A.	2

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	-	-
2.01.05	Outras Obrigações	-	-
2.01.06	Provisões	-	-
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	-	-

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]				
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]				
	[illegible]				
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01864-0	CELTE ENERGIA S.A.	33.[illegible]

01.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
01866-0	CPFL ENERGIA S.A.	02.429.144/0001-93

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01/01/2009	CPFL ENERGIA S.A.	2

01.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

2.00.00	Passivo Circulante e Patrimônio Líquido	31/03/2009	31/12/2008
2.01.00	Passivo Circulante	4	4
2.01.01	Obrigações Sociais e Previdenciárias	-	-
2.01.02	Fornecedores	-	-
2.01.03	Obrigações Fiscais	-	-
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	-	-
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	-	-
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	-	-
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4	4
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	4	4
2.01.04.02	Debêntures	-	-
2.01.05	Outras Obrigações	-	-
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	-	-
2.01.05.02	Outros	-	-
2.01.06	Provisões	-	-
2.01.06.01	Provisões Fiscais	-	-
2.01.06.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	-	-
2.01.06.03	Outras Provisões	-	-
2.02.00	Passivo Não Circulante	0	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	0	0
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	0
2.02.02.02	Outros	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	0	0
2.02.04	Provisões	0	0
2.02.04.01	Provisões Fiscais	0	0
2.02.04.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	0	0
2.02.04.03	Outras Provisões	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]			[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]				
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 31 DE MARÇO DE 2008 E 31 DEZEMBRO DE 2007

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energia S.A. (CPFL Energia ou Companhia) é uma sociedade por ações de capital aberto constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades, dedicadas primariamente às atividades de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica.

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas, agregadas por atividade de negócio:

Controlada	Tipo de Participação	31/03/2008 Participação %		31/12/2007 Participação %	
		Votos	Total	Votos	Total
Distribuição de Energia					
[illegible]	Direta	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	Direta	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	Direta	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	Direta	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	Direta		[illegible]		[illegible]
[illegible]	Direta		[illegible]		[illegible]
[illegible]	Direta		[illegible]		[illegible]
[illegible]	Direta		[illegible]		[illegible]
Geração de Energia					
[illegible]	Direta	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	Direta		[illegible]		[illegible]
[illegible]	Direta		[illegible]		[illegible]
[illegible]	Direta		[illegible]		[illegible]
[illegible]	Direta		[illegible]		[illegible]
[illegible]	Direta		[illegible]		[illegible]
[illegible]	Direta		[illegible]		[illegible]
Comercialização de Energia					
[illegible]	Direta	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	Direta		[illegible]		[illegible]
[illegible]	Direta		[illegible]		[illegible]
[illegible]	Direta		[illegible]		[illegible]
[illegible]	Direta		[illegible]		[illegible]
Serviços					
[illegible]	Direta		[illegible]		[illegible]
Participações					
[illegible]	Direta	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	Direta	[illegible]		[illegible]	
[illegible]	Direta		[illegible]		[illegible]
[illegible]	Direta		[illegible]		[illegible]
[illegible]	Direta		[illegible]		[illegible]

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As Informações Trimestrais (ITR) foram preparadas e consolidadas, foram elaboradas segundo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras do último exercício social e devem ser analisadas em conjunto. Estas informações trimestrais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, segundo o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, normas definidas pela ANEEL, e normas complementares editadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nota 1 - Bases de Preparação

Com o objetivo de apresentar as informações prestadas ao mercado, estão sendo apresentadas como informações suplementares as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado para os trimestres findos em 31 de março de 2008 e de 2007, respectivamente, não auditadas.

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram elaboradas de acordo com os critérios estabelecidos pela FAS 95 – Statement of Cash Flows, no que se refere ao formato de apresentação, em conexão ao contexto do registro das demonstrações financeiras da Sociedade na Securities and Exchange Commission (SEC).

Critérios de consolidação

As ITRs consolidadas abrangem os saldos e transações da Sociedade e de suas controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Geração, CPFL Brasil, CPFL Santa Cruz, RGE e Foranc. Os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente. Anteriormente à consolidação com as demonstrações financeiras da Sociedade, as demonstrações financeiras da CPFL Geração, CPFL Brasil e Foranc são consolidadas com as de suas controladas, integral ou proporcionalmente, de acordo com as regras definidas pela Instrução CVM nº 247/96.

Nestas condições descritas acima, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no passivo e no resultado de cada período apresentado.

Todos os saldos e transações significativos com partes relacionadas foram eliminados.

As práticas contábeis das controladas são consistentes com aquelas adotadas pela Sociedade. A principal diferença entre as práticas de consolidação relaciona-se à realização do ativo líquido registrado pela controlada RGE que é eliminado do patrimônio líquido base para cálculo de equivalência patrimonial e, consequentemente, na consolidação.

(3) ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	30/09/2008	31/12/2007	30/09/2008	31/12/2007
Ativos				
Concessionárias, Concessionárias de Participações (nota 5)				
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	87.523	91.666	6.358	30.668
Diferimento de Custos Financeiros				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	619.411	652.445	115.807	278.994
Obrigações Vinculadas à Concessão (nota 5)				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
	49.466	183.579	1.015	38.647
Passivos				
Fornecedores (nota 17)				
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
Diferimento de Custos Financeiros				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	(510.602)	(250.036)	(52.188)	(166.389)
Outras Contas a Pagar (nota 22)				
[illegible]		[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
	(178.824)	(150.368)	(20.921)	(307)
Total Líquido	366.097	386.261	135.476	180.668

a) Racionamento

No final de 2001 [illegible] Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica que vigorou entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, foi celebrado acordo entre as geradoras e concessionárias de energia elétrica e o Governo Federal denominado Acordo Geral do Setor Elétrico. Este acordo instituiu como mecanismo de reposição de perdas incorridas pelas empresas do setor elétrico um reajuste tarifário extraordinário de 2,9% nas tarifas de fornecimento de energia elétrica e consumo dessas concessionárias (exceto aquelas concessionárias

Nota - Nota de Energia Livre

Como de base anual, tarifa de iluminação pública e de 7,9% para todos os demais consumidores.

As movimentações dos saldos relacionados a RTC, Energia Livre e Parcela "A" para o trimestre findo em 31 de março de 2008 são como segue:

	Consolidado			
	RTP	Energia Livre		Parcela "A"
		Ativo	Passivo	Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2007	2.904	2.454	(2.053)	406.211
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Saldos em 31 de março de 2008	2.040	1.407	(2.053)	400.861

- **Recomposição Tarifária Extraordinária ("RTE")** - Corresponde à perda de receita apurada a partir da segregação da receita de venda de energia eletricamente medida no período de racionamento e a receita projetada para esse período desconsiderando a ocorrência do Programa de Racionamento de Energia.

  Em função do término do prazo das demais concessionárias, o saldo de RTE registrado refere-se à controlada indireta CPFL Sul Paulista, a qual possui previsão para perdas no montante de R$ 2.106, calculado com base nas projeções de receitas esperadas, considerando o crescimento do seu mercado, as expectativas de inflação para o período regulatório. O prazo final definido pela ANEEL para a recuperação da RTE pela CPFL Sul Paulista é janeiro de 2009.

  As distribuidoras CPFL Paulista e CPFL Piratininga registraram em exercícios anteriores perdas de R$ 152.060 em função do término do prazo estipulado para a realização total da RTE.

- **Energia Livre** – Corresponde à energia proveniente da desverticalização do mercado consumidor pelos produtores independentes e autoprodutores de energia durante o período de racionamento.

  As concessionárias de distribuição ressarciram os recursos pelos consumidores através da chamada tarifa extraordinária e os repassaram aos geradores de acordo com percentuais estabelecidos para cada concessionária, motivo pelo qual foram constituídos um ativo e um passivo. Estes valores estão atualizados com base em orientações da ANEEL.

  A controlada CPFL Sul Paulista possui provisão para perdas de realização da energia livre no montante de R$ 1.915.

  No caso da controlada RGE, o direito regulatório de energia livre decorre da cessão pela distribuidora de sua quota parte de Itaipu para o programa de racionamento. Assim como para a RTE, a controlada RGE e a controlada CPFL Geração possuem em 31 de março de 2008 provisão para perdas na realização da Energia Livre totalizando o montante de R$ 5.358. A controlada CPFL Geração possui ainda o registro de perda de R$ 4.521 referente ao repasse de distribuidoras cujo encerramento dos seus prazos de recebimento

Nota 7 - Ativos e Passivos Regulatórios

- Parcela "A" - Correspondem à variação dos custos não gerenciáveis representativos da Parcela A das concessionárias de distribuição ocorrida entre 1º de janeiro e 26 de outubro de 2007. Esses valores são atualizados com base na variação da taxa SELIC.

  Para as controladas CPFL Piratininga e CPFL Paulista a Parcela A começou a ser compensada a partir de fevereiro de 2007 e janeiro de 2008, respectivamente, mediante a utilização de mecanismo análogo ao da RTF. Para a controlada CPFL Sul Paulista a Parcela A começará a ser amortizada a partir de fevereiro de 2009, pelo prazo necessário para extinguir o montante registrado. Para as controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Mococa e CPFL Jaguari os saldos da Parcela A foram amortizados em novembro de 2007, setembro de 2005, março de 2007 e em agosto de 2005, respectivamente.

  As controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Santa Cruz amortizaram saldos da Parcela A, neste trimestre, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado 31/12/2008
Energia Comprada	72.149
Encargos de Uso do Sistema	7.374
Conta de Consumo de Combustível - CCC	21.629
RGR	(1.045)
Taxa de Fiscalização	79
Total	99.586

b) Revisão e Reajuste Tarifário

b.1) 1º Ciclo da Revisão Tarifária (2003/2004)

a) CPFL Paulista – Diferença de Depreciação
Em 2007, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 440, alterou o resultado final da primeira Revisão Tarifária periódica da controlada CPFL Paulista, homologada em abril de 2005, reconhecendo as perdas de fornecimento de energia em 20,66%, em função da revisão do cálculo do percentual médio de compensação calculado na Revisão Tarifária de 2003. A diferença negativa entre o reposicionamento tarifário de 20,29% para 20,66%, e do componente Xe de Fator X de 1,1352% para 1,2500% corresponde a um ativo financeiro no valor de R$ 44.858 mil, a ser compensado financeiramente no Reajuste Tarifário de 2007. Esse ativo regulatório está registrado na conta "Consumidores, Concessionárias e Permissionárias - Revisão Tarifária - Depreciação", e considerando os efeitos de PIS e COFINS, a partir do reajuste tarifário passará a ser amortizado.

b) CPFL Piratininga – Base Remuneração
Em 2006, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 285, e em atendimento ao pedido de reconsideração da Revisão Tarifária realizada pela Empresa (Bandeirante), alterou os valores da base de remuneração da controlada CPFL Piratininga.

Com tal alteração, a ANEEL determinou que as tarifas de fornecimento de energia elétrica fossem reajustadas em 10,14%. Nesta tarifa, para refletir a nova parcela "Ativos" definido pela ANEEL, a controlada CPFL Piratininga constituiu em 2006 um ativo regulatório na conta "Consumidores, Concessionárias e Permissionárias" no montante de R$ 29.870 mil, líquidos os efeitos de PIS e COFINS, sendo amortizado a partir de outubro de 2007.

16.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Resolução ANEEL nº 338 de 2001, que trata da anuência do pedido de cisão da Bandeirante e da transferência parcial da respectiva área de concessão à controlada CPFL Piratininga, estabeleceu que, na primeira revisão tarifária periódica prevaleceria o menor índice apurado entre as duas concessionárias. Como a Bandeirante obteve um índice de 10,14% e a controlada CPFL Piratininga de 11,52%, prevaleceu o índice de 10,14%.

Através do Despacho nº 3708, de 22 de outubro de 2007, a ANEEL ratificou o resultado da primeira revisão tarifária da controlada CPFL Piratininga, tornando-o definitivo.

c) CPFL Santa Cruz, CPFL Mococa e CPFL Leste Paulista — Base Remuneração
Em 2005, a ANEEL homologou em caráter definitivo os resultados da primeira revisão tarifária periódica de fevereiro de 2004 para as controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguari e CPFL Mococa. A diferença existente entre os percentuais provisórios e os definitivos para as controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista e CPFL Mococa foram recuperados até janeiro de 2006.

b.2) 2º Ciclo de Revisão Tarifária (2007/2008)

A ANEEL estabeleceu em caráter provisório o reajuste tarifário e os componentes financeiros relativos à revisão tarifária de 23 de outubro de 2007 para a controlada CPFL Piratininga, em 03 de fevereiro de 2008 para as controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Jaguari, CPFL Mococa, CPFL Leste Paulista e CPFL Sul Paulista, em 08 de abril de 2008 para a controlada CPFL Paulista e em 19 de abril de 2008 para a RGE, conforme demonstrado abaixo:

	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Receita Requerida	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

(1) [illegible] componentes financeiros [illegible] energia [illegible] CUSD [illegible] componentes financeiros [illegible] cooperativas [illegible] área de concessão.

(2) Representa o efeito médio percebido pelo consumidor, em decorrência da retirada da base tarifária de componentes financeiros que foram adicionados no reajuste tarifário anterior.

No processo de revisão tarifária da controlada CPFL Paulista, a ANEEL procedeu em caráter provisório o recálculo do repasse tarifário relacionado à sobrecontratação, efetuado para a data base de 31 de dezembro de 2007. O órgão regulador incluiu na revisão tarifária devolução ao consumidor de R$ 27.534, enquanto que o ativo registrado era de R$ 76.750 na mesma data.

01856-0 CPFL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

Nota - Notas Explicativas

A administração da controlada CPFL Paulista em análise ao processo revisou seus entendimentos e solicitou, inclusive, a retificação junto à CCEE da parcela das transações envolvendo o contrato de fornecimento de energia entre a controlada CPFL Paulista e a controlada CPFL Brasil.

Nesse contexto e de forma conservadora, enquanto não se finaliza o processo corretivo da revisão tarifária, a controlada CPFL Paulista reconheceu em março de 2008, através de contas a receber referente à citada recontabilização da CCEE no montante de R$ 89.660 para o período de janeiro de 2005 a fevereiro de 2006, em contrapartida reconheceu contabilmente somente as receitas e adição de custo CCEE de R$ 17.749 e R$ 22.104, respectivamente. Como consequência da recontabilização foi efetuada também uma provisão para realização do ativo da sobrecontratação de R$ 25.755 e provisão de um passivo de R$ 14.054 a devolver aos consumidores no próximo reajuste tarifário, tendo como contrapartida custo com energia elétrica. Estes registros não produziram nenhum efeito no resultado da controlada CPFL Paulista.

Da mesma forma conservadora e visando adequar para aos valores homologados pela Agência Reguladora a controlada CPFL Paulista efetuou no primeiro trimestre de 2008 provisão para realização do ativo e provisão do passivo no montante de R$ 21.029 e R$ 27.504, respectivamente, em contrapartida ao custo com energia elétrica – sobrecontratação referente à sazonalização e custos de perdas, conforme definido previamente pela ANEEL. A provisão por conta da sazonalização por outro lado gerou um crédito de CVA no montante de R$ 5.487. Estas provisões serão mantidas até que a ANEEL finalize suas análises e homologue o resultado final desta revisão.

Uma vez que transações similares foram efetuadas entre a controlada CPFL Piratininga e a controlada CPFL Brasil, mesmo procedimento das provisões foram efetuadas na controlada CPFL Piratininga. Provisão na sobrecontratação e contas a receber de R$ 10.450 por conta de recontabilização da CCEE, naturalmente de receita e redução do custo de CCEE, de R$ 4.945 e R$ 5.507, respectivamente; e provisão na sobrecontratação de R$ 45.398 referente à operações na CCEE e perdas.

Ainda em função da recontabilização da CCEE foi efetuada na controlada CPFL Brasil uma provisão de contas a pagar CCEE no montante de R$ 71.679 (nota 16) sendo como contrapartida R$ 68.438 relativo da receita de venda CCEE e R$ 3.441 em despesas financeiras.

No consolidado os efeitos em resultado em função das provisões efetuadas baseados nos entendimentos da ANEEL relacionados ao processo de sobrecontratação na revisão tarifária provisão no de R$ 156.382 (R$ 111.858 líquida dos impostos).

b.3) Reajuste tarifário

A ANEEL ao estabelecer o Índice de Reajuste Tarifário Anual (IRT) da controlada CPFL Paulista em 8 de abril de 2007, através da Resolução Homologatória nº 445, e com o objetivo de repassar as valores de P$ e CONTA-ACR aos Consumidores, reduziu o custo de energia elétrica de contratos iniciais de IRT de 2005 da controlada CPFL Paulista. Como o custo de energia é a principal impactante no reajuste da tarifa a consumidores e no cálculo da CVA, a redução

Nota 4 - Valores a Receber e a Pagar

que produz uma redução no preço médio de energia gerada com passivo a ser devolvido aos consumidores e um ativo adicional de CVA. Adicionalmente os valores homologados pela ANEEL na IRT de 2007 diferentes a CVA foram as sobras das contas da energia vendida conforme item 6.1 da Nota Técnica nº 063/ANEEL de 22 de março de 2007. Desta forma esses ativos nas camadas avaliadas nos 1º trimestre de 2007 no R$ 88.816 registrado em Outras Contas a Pagar e de R$ 177.710 efetuado em Diferimento de Custos Tarifários - ambas em contrapartida em Custo com Energia Elétrica (nota 25).

Dos ativos e passivos registrados, além da CVA pode-se ainda destacar-se como componentes financeiros adicionais:

- Majoração do PIS e COFINS

  Referem-se à diferença entre as quotas relacionadas ao PIS e a COFINS apuradas através da aplicação da legislação atual, e aquelas incorporadas a tarifa até abril de 2005 para a controlada CPFL Paulista e outubro de 2005 para CPFL Piratininga.

  Os valores homologados em 2006 e 2007 foram registrados na conta de Despesas Pagas Antecipadamente e serão amortizados até abril de 2009.

  Considerando as discussões que envolvem a natureza do referido crédito, reavaliadoramente aplicável pela Concessão passivos na mesma montante são ainda registrados na conta Outras Contas a Pagar (nota 22) que são atualizados com base na variação do IGP-M.

- Sobrecontratação

  As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a gerar o 100% de seu mercado de energia e potência por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia de repassar as tarifas dos custos ou receitas decorrentes da sobrecontratação de energia elétrica, limitados em 5% do requisito de carga. O descasamento das movimentações ocorridas no período estão apresentados no item 1.3.

  As constituições e realizações da sobrecontratação vêm sendo realizadas em Despesas Pagas Antecipadamente (nota 9) em contrapartida a um crédito registrado em Custo com Energia Elétrica (nota 25).

- Descontos na TUSD e na Irrigação

  As controladas reconhecem ativos regulatórios referentes a (i) descontos especiais aplicados sobre a TUSD - discriminação do fornecimento de energia elétrica de fontes alternativas e (ii) atividades de irrigação e aquicultura.

  As constituições e realizações dos descontos na TUSD e irrigação, vêm sendo registradas em Consumidores Concessionárias e Permissionárias em contrapartida a conta de Receita de Fornecimento de Energia Elétrica (nota 24).

Nota 4 - Análise Econômica

O quadro abaixo demonstra a movimentação que teve ocorrido entre os períodos relacionados a Revisão e Reajuste Tarifários ocorrida durante o trimestre findo em 31 de março de 2008

c) Diferimento de Custos e Ganhos Tarifários ("CVA")

Refere-se ao mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis incorridos pelas Concessionárias de distribuição de energia elétrica. Estas variações são oriundas da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais.

Os valores considerados no CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

	Consolidado				
		Movimentação			
	31/12/2007	Diferimento	Amortização	Atualização	31/03/2008
Ativo					
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	337.954	188.236	(47.955)	5.804	484.039
Passivo					
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	(282.669)	(164.964)	28.206	(3.782)	(423.209)

d) Subvenção - Baixa Renda

A Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002 e o Decreto nº 4.393 de 15 de agosto de 2002 estabeleceram novas diretrizes e critérios para o enquadramento de unidades consumidoras na subclasse residencial Baixa renda. De acordo com a legislação enquadram-se nesse novo critério as unidades consumidoras atendidas por circuito monofásico e com consumo mensal médio nos últimos 12 meses inferior a 80kWh e as unidades consumidoras com consumo mensal médio nos últimos 12 meses entre 80 e 220kWh, desde que atendidos a quesitos específicos tais como o registro em Programas Sociais do Governo Federal.

Considerando que os subsídios concedidos aos consumidores deveriam ser compensados na própria concessionária através da tarifa cobrada aos demais consumidores do mercado atendido, e que a introdução desse novo critério impacta os atuais tarifários em vigor

Nota - Notas Explicativas

além do principal de modicidade tarifária ao resíduo do mercado da ANEEL, determinou uma nova metodologia de apuração para o referido subsídio que está sendo aplicada mensalmente desde março de 2007.

Os valores apurados através desta nova metodologia, após homologação da ANEEL, seguem os seguintes critérios de liquidação:

- Para os meses em que forem apuradas perdas para a concessionária, os valores deverão ser ressarcidos através da concessão de subvenção econômica pela Eletrobras, com recursos provenientes da CDE.
- Para os meses em que forem apuradas ganhos para a concessionária, os valores deverão ser ressarcidos ao consumidor através da redução das respectivas contas.

A movimentação dos saldos ao longo do trimestre findo em 31 de março de 2008 é como segue:

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2007	55.967	(8.674)
Conta Parcela de Receita	7.643	(533)
Amortização Reajuste Tarifário	(197)	454
Reclassificação Homologação pela ANEEL	(24.014)	-
Atualização Monetária	-	(195)
Saldos em 31 de março de 2008	39.489	(9.208)

(4) DISPONIBILIDADES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
Saldos Bancários	673	215	180.290	578.807
Aplicações Financeiras	4.767	17.587	967.958	527.501
Total	4.890	17.803	1.147.248	1.106.308

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais remuneradas em sua maior parte, conforme variação do CDI, com liquidez em operações de 1 (um) dia útil e estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da Sociedade e de suas controladas.

($) CONSUMIDORES, CONCESSIONARIAS E PERMISSIONARIAS

No consolidado o saldo é oriundo principalmente das atividades de fornecimento de energia elétrica, cuja composição em 31 de março de 2008 e 31 de dezembro de 2007, é como segue:

		Consolidado			
	Saldos a Vencer	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/03/2008	31/12/2007
Circulante					
Classes de Consumidores					
Residencial	297.152	126.842	27.152	451.146	425.274
Industrial	196.290	104.778	16.162	317.230	314.660
Comercial	193.274	48.444	20.256	261.974	244.587
Rural	44.154	7.215	7.825	59.194	40.594
Poder Público	29.219	4.422	2.566	36.206	38.152
Iluminação Pública	9.218	3.232	10.177	22.627	22.440
Serviço Público	24.416	7.271	1.417	33.104	41.267
Faturado	697.866	301.187	140.824	1.106.111	1.128.694
Não faturado	436.245	-	-	436.245	401.662
Parcelamento de Débitos de Consumidores	44.330	2.740	4.144	51.214	42.660
Ajuste Pagamento Antecipado	37.537			37.537	37.996
Ajuste Pagamento Antecipado CCEE (a)	22.470			22.470	46.836
Consumidores e Revendedores (b)	30.421	516	4	30.941	55.682
Outros	41.422	-	-	41.422	55.662
Total	1.419.809	310.373	140.972	1.869.353	1.817.728
Não circulante					
Parcelamento de Débitos de Consumidores	193.617			193.617	195.340
Ajuste Pagamento Antecipado CCEE (a)	41.456	-	-	41.456	41.197
Ajuste Pagamento Antecipado	6.256	-	-	6.256	20.477
Total	191.873	-	-	191.873	215.014

a) **Operações Realizadas na CCEE** - Os valores referem-se a comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica relativos ao período de setembro de 2000 a dezembro de 2008 em 31 de março de 2008. Na 18ª RO CAC de previsão referente a recontabilização totalizada pela CCEE conforma comentado na nota 3 a 7. Os valores em curso prazo compreendem principalmente 31 ajustes positivos determinados em função de processos movidos por agentes do setor, liminares que contestam a contabilização da CCEE para o período de referência de 2008 a novembro de 2002. Os negativos estão provisionados determinados pela CCEE nos valores negociados alternativamente pertencentes de liquidação. As controladas entendem não haver razão significativa na realização desses ativos e consequentemente nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

b) **Concessionárias e Permissionárias** - Refere-se basicamente a saldos a receber decorrentes do suprimento de energia elétrica a outras Concessionárias e Permissionárias efetuadas principalmente pelas controladas CPFL Geração e CPFL Brasil, bem como por diversas transações relacionadas à cisão parcial da Companhia pela controlada CPFL Piratininga que serão objeto de encontro de contas com valores a pagar.

(6) TITULOS E VALORES MOBILIARIOS

Através de instrumento particular de Cessão de Crédito em abril de 2005 a Companhia adquiriu o crédito proveniente do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica entre a Companhia Energética de São Paulo - CESP (vendedora) e CPFL Brasil (compradora), correspondente ao fornecimento de energia por um período de 5 anos. O montante de recursos entregue pela Companhia à CESP será ajustado com as variações inflacionárias na tarifação da energia precificada por esta empresa pela CPFL Brasil.

Em 31 de março de 2006 o saldo no curto prazo é de R$ 37.243 (R$ 34.555 em 31 de dezembro de 2007) e no longo prazo é de R$ 90.855 (R$ 97.521 em 31 de dezembro de 2007). Esta operação é remunerada com juros anuais de 17,53 % a.a. mais a variação anual do IGP-M e está sendo amortizada através de parcelas mensais no valor correspondente à transação de compra de energia.

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
Circulante				
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Não Circulante				
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

CIBRASA-O CIBRA ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

Nota - Notas Explicativas

(8) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2007	(46.636)
Provisão constituída	(4.300)
Recuperação de Receita	7.210
Baixa de Contas a Receber Prescritas	11.726
Saldo em 31 de março de 2008	(30.998)

(9) DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
Aluguéis Pagos Antecipadamente	19.620	75.075	1.015	27.767
Outros	79.761	76.746	12.954	14.164
Total	99.381	252.721	13.969	42.111

(10) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1 - Composição dos créditos fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
Crédito de Contribuição Social sobre:				
Bases Negativas	17.177	5.437	32.109	31.637
Diferenças Temporárias Ativas	-	-	139.495	224.774
Diferenças Temporárias Passivas	373	967	95.680	96.021
Subtotal	17.550	6.404	291.284	352.432
Crédito de Imposto de Renda sobre:				
Prejuízos Fiscais	62.057	62.051	81.158	82.944
Bases Negativas			398.320	714.031
Diferenças Temporárias Passivas	17.176	19.794	291.276	295.677
Subtotal	79.233	81.845	1.191.962	995.652
Crédito de PIS/PASEP/INSS sobre:				
Diferenças Temporárias Passivas	-	-	19.114	-
Subtotal			19.114	-
Total	97.783	88.249	1.502.311	1.332.461
Circulante	3.972	11.317	354.200	166.445
Não Circulante	93.810	76.932	1.148.111	1.166.016
	97.782	88.249	1.502.311	1.332.461

10.1 - Análise da Recuperação dos Créditos Fiscais

A previsão de recuperação dos créditos fiscais diferidos negativos no ativo (decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas, diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do ágio incorporado), está baseada nas projeções de resultados futuros aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal. Para o trimestre findo em 31 de março de 2008 a Administração não prevê mudanças significativas nas projeções divulgadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2007.

10.2 - Crédito Fiscal sobre Benefício Fiscal do Ágio Incorporado.

O benefício fiscal do ágio incorporado referente ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporada e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização dos ágios incorporados que o originaram, conforme o item líquido projetado das controladas durante o prazo remanescente da concessão, conforme citado na nota 10.2.

	Consolidado			
	31/03/2008		31/12/2007	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
CPFL Paulista	120.783	335.936	123.197	342.760
CPFL Piratininga	20.899	92.987	27.377	59.603
RGE	68.344	180.848	68.584	155.202
CPFL Santa Cruz	8.130	25.503	9.495	26.010
CPFL Leste Paulista	1.901	5.282	1.864	5.453
CPFL Sul Paulista	1.802	5.174	1.824	5.344
CPFL Jaguari	1.778	4.959	1.837	5.102
CPFL Mococa	753	2.089	775	2.157
CPFL Geração	-	37.930	-	38.116
Total	230.406	690.029	234.114	714.041

10.3 – Saldos acumulados de diferenças temporariamente indedutíveis:

	Consolidado				
	31/03/2008			31/12/2007	
	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS	CSLL	IRPJ
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Versão : [illegible] de 29/04/2008 às 19:11:49

10.4 - Reconciliação dos montantes da Contribuição Social e Imposto de Renda registrados nas resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2008 e 2007

	Consolidado			
	31/03/2008		31/03/2007	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro Antes da CSLL e IRPJ	274.449	274.449	473.582	473.582
Ajustes Para Refletir a Alíquota Efetiva				
- Equivalência Patrimonial	[90.273]	[67.703]	[169.740]	[169.740]
- Amortização de Ágio	35.501	11.834	19.257	25.190
- Outras Adições/Exclusões Permanentes Líquidas	571	-	2.254	1.271
Base de Cálculo	[21.652]	[15.522]	289	2.510
Alíquota Corrente	9%	25%	9%	25%
(Débito) Crédito Fiscal Apurado	1.948	3.881	[26]	[228]
- Crédito Fiscal Não Constituído	[4.434]	[3.481]	-	-
Crédito Fiscal Não Constituído	[1.948]	[3.881]		
Total	[4.434]	[3.481]	[26]	[228]

	Consolidado			
	31/03/2008		31/03/2007	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro Antes da CSLL e IRPJ	444.401	444.401	677.377	677.377
Ajustes Para Refletir a Alíquota Efetiva				
- Amortização de Ágio	31.954	10.651	15.257	21.269
Provisão CVM	3.631		6.459	
Outras Adições/Exclusões Permanentes Líquidas	[20.132]	[7.511]	[1.790]	[2.220]
Base de Cálculo	449.193	446.752	731.803	716.426
Alíquota Corrente	9%	25%	9%	25%
(Débito) Crédito Fiscal Apurado	[40.427]	[111.688]	[64.968]	[178.107]
Crédito Fiscal Reconhecido	[404]	[248]		
Crédito Fiscal Decorrente de Não Constituído	[2.577]	[7.101]		[10.224]
Total	[43.188]	[119.037]	[64.968]	[188.331]

O crédito fiscal constituído no 1º trimestre de 2008 no consolidado no montante de R$ 40.224 refere-se ao benefício fiscal do ágio incorporado na controlada Elejor. Como a amortização desse ágio não para fins de Imposto de Renda. O crédito fiscal não constituído no trimestre deve-se ao fato de a Sociedade ter apurado prejuízo fiscal no 1º trimestre e a constituição de crédito está embasada a projeção de resultado nos próximos 10 anos.

CIBRASA-O CIBRA ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

[illegible]

(11) OUTROS CRÉDITOS

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
Créditos a Receber - CESP	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Créditos a Receber - Ressarcimento do RAP/CCC			[illegible]	[illegible]
Adiantamentos - Investimento [illegible]	[illegible]	[illegible]	-	-
Cauções, Depósitos e Depósitos Vinculados	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Créditos com Cartão	[illegible]	[illegible]		
Despesas Pagas Antecipadamente	[illegible]	[illegible]	-	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Contas a Receber - [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Outros	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	406.099	119.352	244.877	234.620

(12) ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

	Controladora	
	31/03/2008	31/12/2007
Peralco	409.310	409.310
Total	409.310	409.310

(13) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
Participações Societárias Permanentes	[illegible]	[illegible]		
Ágio em Empresas	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Bens de Renda	-	-	[illegible]	[illegible]
Outros			[illegible]	[illegible]
Total	6.092.203	4.732.332	2.661.497	2.705.693

13.1 - Participações Societárias Permanentes:

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas são como segue:

[illegible]											
[illegible]											
[illegible]											
[illegible]											
[illegible]											

C1856-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

Nota - Notas Explicativas
A movimentação ocorrida no saldo de participações societárias do período referente ao resultado de equivalência patrimonial

Início das Operações Comerciais da UHE CASTRO ALVES
Em março de 2008 foi iniciada a operação comercial da última unidade geradora da Aproveitamento Hidrelétrico de Castro Alves, cuja potência total instalada é de 130 MW. A primeira unidade desse empreendimento está prevista para entrar em operação em maio de 2008. A parceria de energia de Castro Alves é responsável a controlada CPFL Geração, já possui contratos de compra e venda de energia aprovados pela ANEEL e associados com as distribuidoras CPFL Paulista e CPFL Piratininga e comercializadora CPFL Brasil

13.2 - Ágio e Deságio

	Consolidado				
	Custo histórico	31/03/2008 Amortização Acumulada	Custo líquido	31/12/2007 Custo líquido	Taxa de amortização 2008
Ágio de aquisição					
Controladas					
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Outros	[illegible]		[illegible]	[illegible]	
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Controladas					
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Subtotal	553.773	(28.204)	497.569	502.382	
Mais-valia de ágio					
Controladas					
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Sul	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Controladas					
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Subtotal	1.932.143	(298.010)	1.338.013	1.366.118	
Total Controladas	1.353.429	(323.813)	1.323.417	1.366.718	
Total Consolidado	2.221.915	(372.214)	1.329.841	1.868.118	

Nota - Notas Explicativas

Os ágios decorrentes de aquisição de participações societárias são amortizados proporcionalmente às curvas do lucro líquido projetado para o período remanescente da concessão, pelo fato destes terem sujeita à renovação periódica.

Ágio de Aquisição:

Controladora: Refere-se basicamente à aquisição de totalidade das ações detidas pelos acionistas não controladores (processo de incorporação de ações da CPFL Geração em junho de 2005, CPFL Paulista e CPFL Piratininga em novembro de 2005 e RGE em dezembro de 2007.

Recomposição do Ágio

Com o objetivo de atender as determinações da ANEEL e evitar que a amortização do ágio adviesse da incorporação na controladora cause impacto negativo ao fluxo de dividendos aos acionistas não controladores aplicam-se os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 sobre o ágio de aquisição. Desta forma foi constituída uma provisão redutora do ágio em contrapartida à reserva de patrimônio líquido nas controladas, de forma que a data da operação no patrimônio reflita o benefício fiscal do ágio incorporado. Estas alterações afetaram o investimento da Sociedade nas controladas sendo necessária a constituição de um ágio de modo a recompô-lo. Este ágio será amortizado pela Sociedade proporcionalmente às curvas do lucro líquido projetado para o período remanescente do contrato de concessão de suas investidas.

13.3 - Bens de Reversão

No consolidado os saldos referem-se principalmente a ativos integrantes da Usina de Serra da Mesa pertencentes à controlada CPFL Geração que estão arrendados à FURNAS por um período de 30 anos a findar-se em 2030. Estes ativos são depreciados de acordo com sua vida útil estimada, sendo as taxas anuais definidas pela ANEEL e contam-se condições gerais do contrato de concessão detido por FURNAS.

13.4 – Outros

Refere-se basicamente a participação de 0,84% que a controlada indireta Paulista Lajeado Energia S.A. detém no capital total da Investco S.A., sendo 25.620 ações ordinárias e 16.412 ações preferenciais. Este investimento está registrado pelo método de custo. Em função de participação detida por acionistas não controladores através de ações preferenciais representarem 40,07% do capital total da Paulista Lajeado e de 50% destes benefícios que concedem o direito à 10% do lucro líquido anual de distribuição das participações, estes custos foram registrados no patrimônio na linha de Participação de Acionistas não Controladores no passivo, totalizando R$ 70.277.

01656-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

13.5 – Juros sobre o Capital Próprio ("JCP") a Dividendo a receber.

	Controladora					
	Dividendo		JCP		Total	
Controladas	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
CPFL Paulista	408.108	408.108	10.447	10.447	418.555	418.555
CPFL Piratininga	151.397	151.397	6.124	6.124	157.521	157.521
RGE	44.322	44.322	40.330	40.330	84.652	84.652
CPFL Santa Cruz	27.541	27.541	4.670	4.670	32.211	32.211
CPFL Geração	72.833	145.833	29.965	29.965	102.798	175.798
CPFL Brasil	108.678	108.678	-	-	108.678	108.678
CPFL Jaguari	-	-	-	-	-	-
CPFL Serra Negra						
Paulista	17.488	17.488	-	-	17.488	17.488
Total	832.167	905.167	101.196	101.196	933.363	1.006.363

(14) IMOBILIZADO

	Consolidado			
	31/03/2008			31/12/2007
Em Serviço	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
- Distribuição	7.634.201	(3.961.947)	3.672.254	3.716.754
- Geração	1.732.207	(386.732)	1.345.475	1.345.475
- Comercialização	20.021	(11.193)	8.828	9.048
- Administração	370.696	(353.875)	16.821	16.616
	9.757.125	(4.313.221)	5.443.378	5.373.893
Em Curso				
Distribuição	427.444		427.444	454.844
Geração	473.809		473.809	473.809
- Comercialização	2.047	-	2.047	12.902
- Administração	49.794	-	49.794	36.478
	953.094		953.094	1.037.034
Subtotal	10.710.219	(4.313.221)	6.396.998	6.410.927
Obrigações Especiais e Contribuições a Consumidores	(1.332.180)	457.321	(874.859)	(871.814)
Total do Imobilizado	12.414.843	(5.174.018)	7.240.127	7.115.140
Obrigações Especiais e Contribuições Consumidores			(843.140)	(818.953)
Imobilizado Líquido			6.396.987	6.196.086

A taxa de depreciação média dos ativos é de 5,0% a.a. nas distribuidoras e 2,6% a.a. nas gerações.

(15) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01056-0 COPEL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

[illegible]

Anual - Nota 19 EXPLICATIVA
As principais captações no período foram:

Moeda Nacional

BNDES - Investimento (GERAN) - Nesse trimestre foram liberados para a controlada indireta Santa Clara de Empréstimo Ponte ao BNDES, destinados ao financiamento do empreendimento UH de Julho no montante R$ 9.342 (R$ 6.072 proporcional à participação da controlada CPFL Geração).

Moeda Estrangeira

Instituições Financeiras – (CPFL Piratininga) - No trimestre a controlada captou empréstimo em moeda estrangeira junto ao Banco BNP Paribas em março de 2008 no montante de R$ 42.420 com finalidade de reforço de capital de giro.

Instituições Financeiras – (CPFL Energia) - No trimestre a Sociedade contratou empréstimo em moeda estrangeira junto ao Banco Safra no montante de R$ 100.000 e junto ao Banco Votorantim no montante de R$ 75.000, com finalidade de captar recursos para capital de giro.

Instituições Financeiras - (CPFL Geração) - Para honrar compromissos já assumidas a controlada em 2008 firmou a 4ª alteração de 4 (quatro) Cédulas de Crédito à Exportação junto ao Banco do Brasil no montante de R$ 203.814 e contratou uma nova linha de crédito com a mesma relação no montante de R$ 406.760 com importante progressão nos prazos de vencimento.

Operações de SWAP
Os ganhos e perdas líquidos relacionados às operações de swap contratadas pela Sociedade e suas controladas incluindo os contratos sobre operações de curto prazo são contabilizados na rubrica Derivativos, sendo parte contabilizada receitas ou despesas financeiras. Os resultados consolidados dessas operações em 31 de março de 2008 resultaram em um ativo de R$ 67.392 e um passivo de R$ 49.151 (ativo de R$ 705 e um passivo de R$ 176.730 em 31 de dezembro de 2007).

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas e contemplam cláusulas entre outras que requerem que a Sociedade e suas controladas mantenham determinados índices financeiros pré-estabelecidos, parâmetros pré-estabelecidos. Os detalhes das referidas condições restritivas estão apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2007.

Os empréstimos que a controlada indireta ENERCAN possui junto às instituições financeiras BNDES e BID contemplam cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré estabelecidos. Em decorrência dos sinistros ocorridos em turbinas de descarga da UHE Campos Novos e perda de operação comercial foi sinalizado compromisso a geração de caixa no prazo originalmente previsto, com reflexo nas obrigações contratuais assumidas. A administração da ENERCAN solicitou às referidas instituições financeiras a revisão dos parâmetros contratuais, tendo havido a confirmação de que não ocorrerá nesta revisão a decretação de vencimento antecipado do contrato de financiamento.

Nota - Notas Explicativas
A Administração da Sociedade monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma a que as condições sejam alteradas. No entendimento da Administração da Sociedade tais condições restritivas e cláusulas exigidas pela companhia acima vêm sendo adequadamente atendidas.

(15) DEBÊNTURES

[illegible]

RGE
Em 15 de dezembro de 2007, a controlada RGE promoveu a terceira emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, nominativa e escritural, sem a emissão de cautela, não conversíveis em ações e sem opção de repactuação programada. A 1ª série foi subscrita e integralizada em dezembro de 2007, no montante de R$ 100.000. Neste trimestre foram subscritas e integralizadas a 2ª e a 3ª série, no montante de R$ 140.000 e R$ 40.000.

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas, dentre elas índices financeiros que as controladas mantenham determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Os detalhes das referidas condições restritivas estão apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2007. No entendimento da Administração das controladas tais condições restritivas e cláusulas vêm sendo adequadamente atendidas.

(17) FORNECEDORES

	Consolidado	
	31/03/2008	31/12/2007
Circulante		
Encargos de Serviços do Sistema	8.217	8.135
Suprimento da Energia Elétrica (a)	672.016	572.438
Encargos de Uso da Rede Elétrica	64.470	94.331
Materiais e Serviços	87.787	148.174
Cooperativas	828	5.553
Passivo Regulatório (nota 5)	26.667	35.609
Outros	12.455	5.057
Total	872.442	867.954
Não Circulante		
Passivo Regulatório (nota 5)	-	223

(a) Em 31 de março de 2008, foi registrada provisão de R$ 71.979 referente à recontabilização solicitada pela CCEE conforme comentado na nota 3 b.2

(18) IMPOSTOS , TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
Total	327.361	304.083	44.911	44.525

(19) ENTIDADE DE PREVIDENCIA PRIVADA

As controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Geração patrocinam através da Fundação CESP a tal Bandeirante PGBP através da Fundação CEEE - Previdência Social - FUNTRO/CEEE a controlada CPFL Santa Cruz através do BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil e a controlada CPFL Jaguari e a através da IHRREV Fundo de Pensão Interdin Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados. As principais características desses planos são:

I - CPFL Paulista

Nota - Valores em Milhões de Reais

Atualmente vigora para os empregados da controlada CPFL Paulista um Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldado e um Plano de Benefícios Misto.

Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997 foi reconhecida uma obrigação pela controlada referente ao déficit do plano apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP a ser liquidada em 360 parcelas que vem sendo amortizada mensalmente acrescida de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008, os prazos de pagamento sofreram alteração para 336 parcelas mensais e 15 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de outubro de 2027. O saldo da obrigação em 31 de março de 2009 é de R$ 569.149 (R$ 580.196 em 31 de dezembro 2008).

II – CPFL Piratininga

A controlada CPFL Piratininga, no contexto do processo de cisão da Companhia Energética de São Paulo – CESP, empresa predecessora daquela controlada, assumiu a responsabilidade pelas obrigações atuariais correspondentes aos empregados aposentados e pensionistas daquela empresa cisindida na data da efetivação da cisão, assim como pelas obrigações correspondentes aos empregados ativos que foram anteriormente alocados.

Atualmente vigora para os funcionários da controlada CPFL Piratininga um Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldado – BSPS e um Plano de Benefícios Misto.

Em setembro de 1997, através de Instrumento Contratual de Ajuste de Reservas a Amortizar, foi reconhecida uma obrigação a pagar pela Companhia Metropolitana de São Paulo – CMSP, empresa antecessora da Bandeirante, referente ao déficit do plano apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP, a ser liquidada em 360 parcelas, que vem sendo amortizada mensalmente, acrescida de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008, os prazos de pagamento sofreram alteração para 321 parcelas mensais e 15 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de março de 2035. O saldo da obrigação em 31 de março de 2009 é de R$ 147.710 (R$ 145.613 em 31 de dezembro de 2008).

III – RGF

Plano de benefício definido com valor de benefício igual a 100% na média corrigida dos últimos salários, incluindo o pecúlio por morte benefício Previdência Social (com o Abono Anual) e Seguro administrado pela ELETROCEEE. Este benefício é devido somente para os empregados que tiveram os contratos de trabalho sub-rogados da CERF para RGF.

IV – CPFL Santa Cruz

O plano de custeio da CPFL Santa Cruz está estruturado na modalidade de contribuição definida.

01656-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

V – CPFL Geração

Atualmente vigora para os funcionários da controlada CPFL Geração um Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado (o "Plano de Benefícios Misto") exclusivamente nos moldes da CPFL Paulista.

Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997, as reservas mantidas pela CPFL Paulista foi reconhecida uma obrigação a pagar pela controlada CPFL Geração referente ao déficit do plano apurado pela avaliação atuarial da Fundação CESP, que vem sendo amortizada em 200 parcelas mensais, acrescidas de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI da FGV. Através do Acordo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008, as práticas de pagamento sofreram alteração para 228 parcelas mensais e 12ª parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de outubro de 2027. O saldo da obrigação, o qual é ajustado anualmente conforme evolução do déficit, atual, é calculado pelo critério da Secretaria da Previdência Complementar em 31 de março de 2008 é de R$ 11.480 (R$ 11.316 em 31 de dezembro de 2007).

VI – CPFL Jaguariúna

O plano está estruturado na modalidade de contribuição definida

As maiores rubricas auferidas nesta demonstração de passivos atuariais contemplam a Deliberação CVM nº 371/2000 são as seguintes:

	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	31/12/2008 RGE	CPFL Geração	Consolidado

01856-0 COPEL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

Nota - NOTAS EXPLICATIVAS

As receitas reconhecidas são como segue:

	Consolidado				
	CRC - Receita	CRC - Recebimento	RGR	CRC - Cessão	Concessão
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

	Consolidado				
	CRC - Receita	CRC - Recebimento	RGR	CRC - Cessão	Concessão
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

Na demonstração do resultado as receitas foram registradas nas seguintes rubricas:

	Consolidado				
	CRC - Receita	CRC - Recebimento	RGR	CRC - Cessão	Concessão
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

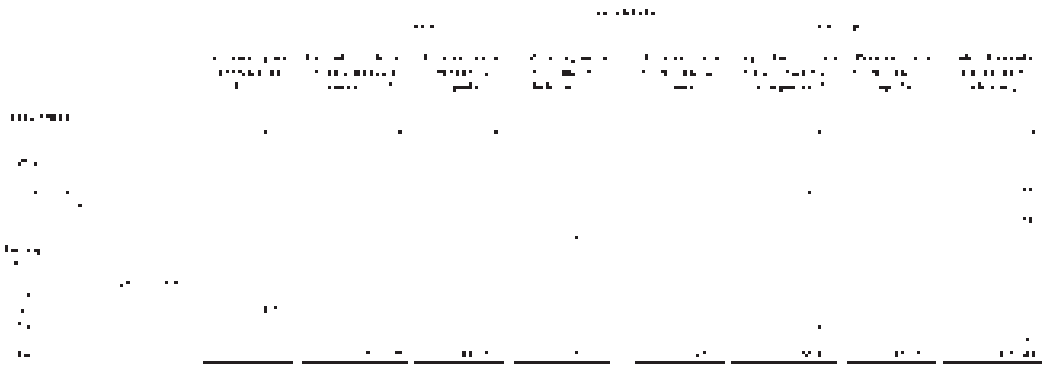
	Consolidado				
	CRC - Receita	CRC - Recebimento	RGR	CRC - Cessão	Concessão
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

(20) TAXAS REGULAMENTARES

	Consolidado	
	31/03/2008	31/12/2007
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	[illegible]	[illegible]
Reserva Global de Reversão - RGR	[illegible]	[illegible]
Taxa de Fiscalização da ANEEL	[illegible]	[illegible]
Conta de Consumo de Combustível - CCC	[illegible]	[illegible]
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	[illegible]	[illegible]
Total	[illegible]	[illegible]

CIBRA-O CIBRA ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

(21) PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS



A movimentação dos saldos no trimestre findo em 31 de março de 2008 é como segue:

	Consolidado					
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Provisões para Contingências - Bruto	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Depósitos Judiciais (1) + (3)	856.833	33.716	(11.447)	(4.516)	10.833	834.108

As provisões para contingências foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Sociedade e suas controladas são parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais e da Administração da Sociedade e de suas controladas. Os detalhes da natureza das provisões para contingências e depósitos judiciais estão apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2007.

Perdas possíveis - A Sociedade e suas controladas são parte em outros processos e riscos, os quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de perda não sejam suficientes para a constituição de provisão para os mesmos. Estas questões não apresentam ainda tendência nas decisões por parte dos tribunais e, inclusive, outras decisões de processos similares consideradas como provável ou remota e, por este motivo, nenhuma provisão sobre as mesmas foi constituída. As reclamações relacionadas a perdas possíveis em 31 de março de 2008 estavam assim representadas: (a) R$ 210.057 (equivalentes a R$ 211.422 em 31 de dezembro de 2007); (b) R$ 390.892 (valor representado basicamente por danos pessoais, ações trabalhistas e indenização de área (R$ 369.739 em 31 de dezembro de 2007); e (c) R$ 475.272 (estão relacionadas basicamente a Imposto de Renda - CNIS - NSOCIAL e PIS e COFINS (R$ 466.760 em 31 de dezembro de 2007).

Nota 21 - Provisão para Riscos Cíveis

A Administração da Sociedade e de suas controladas, baseada na opinião de seus assessores legais, entende não haver riscos contingentes significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes nas demonstrações que possam resultar em impacto significativo sobre os resultados futuros.

(22) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	438.556	427.752	248.171	219.476

(23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio da Sociedade em 31 de março de 2008 e de 31 de dezembro de 2007 está assim composta:

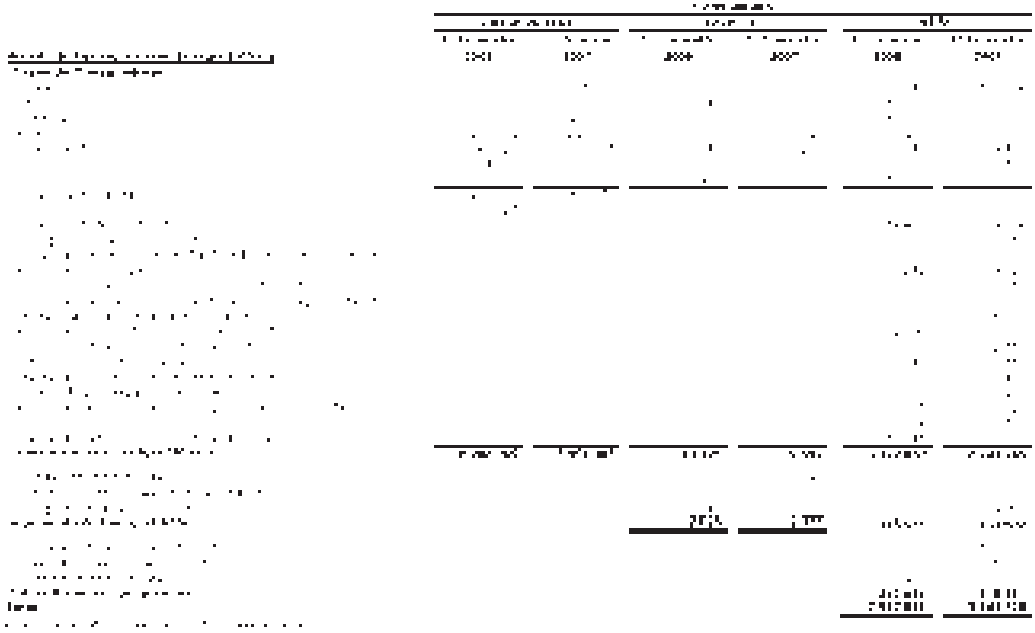
	Quantidade de ações			
	31/03/2008		31/12/2007	
Acionistas	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	879.512.958	100,000	879.512.958	100,000

01856-0 COPEL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

Juros sobre Capital Próprio e Dividendo

	Controladora	
	31/03/2008	31/12/2007
Juros sobre o Capital Próprio	444	445
Dividendo a Pagar		
VBC Energia S.A.	204.217	204.217
521 Participações S.A.	229.547	229.547
Dorsane Participações S.A.	90.947	90.947
BNDES Participações S.A.	41.145	41.145
Demais Acionistas	170.236	170.233
Subtotal	730.160	730.189
Total	730.604	730.634

(24) RECEITA BRUTA DE VENDAS E/OU SERVIÇOS



No trimestre foi constituída e registrada uma reconstituição na CCEE que efetuou no consolidado de receitas de vendas de curto prazo de R$ 45.745 (nota 5 e 2).

CIBRA-O CIBRA ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

[illegible]

(25) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado			
	Controladora			
	1º Trimestre 2008	1º Trimestre 2007	1º Trimestre 2008	1º Trimestre 2007
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

(28) DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	1º Trimestre 2008	4º Trimestre 2007	1º Trimestre 2008	1º Trimestre 2007
Despesas com Vendas				
Pessoal			[illegible]	[illegible]
Material			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Outros			[illegible]	[illegible]
Total			39.679	38.119
Despesas Gerais e Administrativas				
Pessoal	[illegible]	255	[illegible]	[illegible]
Material	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Outros	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	4.348	5.333	93.745	73.935
Outras Despesas Operacionais				
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Outros			612	1
Total		-	5.661	5.108
[illegible]			[illegible]	[illegible]
Total Despesas Operacionais	4.348	5.333	139.255	139.923

(27) RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Consolidado	
	1º Trimestre 2008	4º Trimestre 2007	1º Trimestre 2008	1º Trimestre 2007
Receitas				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	12.097	8.593	109.369	102.144
Despesas				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	
Outras	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Subtotal	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total	(34.570)	(26.978)	(226.972)	(205.194)
Resultado Financeiro Líquido	(22.473)	(18.385)	(117.603)	(103.050)

(28) INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

28.1 Considerações sobre Riscos

Os negócios da Sociedade e de suas controladas compreendem principalmente geração, comercialização e distribuição de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades e tarifas de suas principais controladas são reguladas pela ANEEL.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios estão ligados basicamente aos riscos de flutuação das taxas de câmbio e aos preços e escassez de energia e aceleração de dívidas. A Sociedade e suas controladas gerenciam estes riscos de modo a poder minimizá-los através do mecanismo de compensação (CVA), da contratação de operações de swap, de adoção de políticas de cobertura, aplicação de garantias e do caixa do fornecimento para consumidores, além do acompanhamento diário das obrigações contratuais.

28.2 Valorização dos Instrumentos Financeiros

A Sociedade e suas controladas mantêm políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma, possuem procedimentos de controle e acompanhamento de todas as transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de manter os riscos e taxas vigentes em relação as praticadas no mercado.

Em 31 de março de 2008, os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade e de suas controladas estão assim valorizados:

- Disponibilidades – Os valores demonstrados nos balanços patrimoniais estão próximos dos valores de mercado (nota 4).

CIBSA-O GERAL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

- Investimentos – Os investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial (nota 13);
- Ativos e Passivos Regulatórios – Os valores serão registrados conforme são definidos pelas regras ou orientações da ANEEL (nota 2);
- Empréstimos e Financiamentos – Registrados conforme os critérios estipulados em contratos de acordo com as características delineadas na nota 15
- Debêntures – Podem ser negociadas no mercado e estão registradas conforme os encargos estipulados quando de sua emissão, de acordo com as características definidas na nota 16

Os valores contábeis dos principais instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas em operação nas respectivas datas de apuração de mercado, conforme definido acima, nas datas base em 31 de março de 2008 e 31 de dezembro de 2007, são como seguem:

	Consolidado			
	31/03/2008		31/12/2007	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.494.992	1.494.992	1.511.794	1.511.794
Debêntures não circ	4.688.780	4.688.780	4.688.780	4.688.780
Debêntures em circ	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Total	6.183.772	6.183.772	6.200.574	6.200.574

	Consolidado			
	31/03/2008		31/12/2007	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.494.992	1.494.992	1.511.794	1.511.794
Debêntures não circ	4.688.780	4.688.780	4.688.780	4.688.780
Debêntures em circ	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Total	6.183.772	6.183.772	6.200.574	6.200.574

A estimativa do valor de mercado desses instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas foi elaborada com base em modelos de desconto de fluxos futuros a valor presente com projeção com premissas vencimentos contratuais, em datas próximas ao encerramento e do mesmo, bem como comparações com parâmetros medos de mercado. Para operações sem similar no mercado, principalmente relacionadas com o programa antecipação de valor relativo da energia elétrica, aspectos regulatórios e créditos a receber da CCEE, as controladas assumem que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil.

(29) MUDANÇA NA LEGISLAÇÃO - ALTERAÇÕES DA LEI 6.404/76 - LEI 11.638/07

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638 que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), relacionados à preparação e divulgação das demonstrações financeiras. Estas mudanças de práticas contábeis entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008.

A Sociedade exclusivamente para atendimento das disposições contidas na Instrução CVM nº 469 de 2 de maio de 2008, realizou análise dos impactos causados pela Lei nº 11.638/2007 em suas demonstrações financeiras relativas ao primeiro trimestre de 2008. Estas análises não podem ser utilizadas como indicativo definitivo sobre qual seriam os impactos nestas Demonstrações caso tivessem sido aplicadas em sua integralidade todos os pronunciamentos do IASB.

As principais modificações ocorridas na lei com vigência a partir de 2008 e os impactos para a Sociedade estão descritos a seguir:

- Determinados instrumentos financeiros e derivativos deverão ser contabilizados a valor de mercado.

  Em 31 de março de 2008 o impacto no consolidado da reapuração dos instrumentos financeiros derivativos líquido dos impostos no Patrimônio Líquido e Lucro Líquido do período seria uma redução de R$ 11.604 e R$ 2.146 respectivamente. A diferença existente entre o valor acumulado registrado no Patrimônio Líquido e o valor registrado no Lucro Líquido do período refere-se ao ajuste acumulado de períodos anteriores na data base 31 de dezembro de 2007. Os critérios de valorização a mercado dos instrumentos encontram-se divulgados na nota explicativa nº 28.

- Obrigatoriedade do registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Sociedade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e a posse de bens, como por exemplo o leasing financeiro.

  A adoção dos requerimentos da nova lei no que tange ao tratamento das operações de leasing e considerando-se as orientações contidas no pronunciamento IAS 17 - Leases do IASB resultaria em uma mudança na prática contábil atual alterando a forma de reconhecimento de determinados ativos e passivos. Todavia, neste momento os valores envolvidos não são passíveis de serem mensurados devido à necessidade de levantamento de informações relevantes e uma análise criteriosa na aplicação dessa regulamentação que acarretam na necessidade de um prazo maior para sua adequada conclusão. A administração está avaliando todos os elementos necessários para se obter uma estimativa razoável dos passivos e ativos relacionados à adoção desse requerimento.

  Ativos e passivos financeiros de longo prazo e os de curto prazo quando relevantes devem ser ajustados a valor presente quando os efeitos forem relevantes.

  A administração da Sociedade baseada nos pronunciamentos emitidos pela CVM acredita não haver ajustes significativos a serem efetuados nas Demonstrações Financeiras Intermediárias divulgadas.

CIBSA-CIA BRAS ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

Nota - Mudanças Práticas Contábeis

- Restrição de uso de ativo afetando as despesas pré-operacionais e aos gastos incrementais de reestruturação

  A administração da Sociedade acredita não haver ajustes significativos relacionados à adoção deste tópico

- Consolidação de ativos e passivos do respectivo veículo de mercado em operações de mistas-proporção, fusão ou cisão e de partes não relacionadas e vinculadas à alienação transferência de controle

  A Sociedade não realizou transações desta natureza neste trimestre

Adicionalmente a Sociedade não foi impactada pela mudança na regra de avaliação de investimentos em coligadas, não realizou transações que envolvessem a emissão de debêntures doações ou subvenções para investimento não adota como prática contábil a reavaliação de ativos e não possui remuneração baseada em ações

Conforme comunicado ao mercado a CVM pretende concluir ainda em 2009 o seu processo normativo para as companhias de forma a fazer alterações e/ou necessários de regulação e revisará todos os seus atos normativos que tratem de matéria contábil a fim de verificar e eliminar possíveis divergências em relação às alterações específicas produzidas pela nova lei

Os efeitos da aplicação da nova Lei sobre as informações trimestrais da Sociedade foram mensurados com base na legislação e normas regulamentares existentes nesta data e podem ainda ser alterados em função de regulação a ser emitida pelos órgãos competentes

Nota - Valores em Reais Mil

(30) EVENTOS SUBSEQUENTES

30.1 – Distribuição de Dividendos

Na AGOE de 09 de abril de 2008 foi aprovada a declaração de dividendos no montante de R$ 7.2 889 correspondente ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício de 2007

01866-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO I

[illegible]

CIBRA-O CIBRA ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

[illegible]

[illegible]

[illegible]

1 [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2 [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
3 [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
4 [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
5 [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
6 [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]
[illegible]			[illegible]	[illegible]
7 [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
8 [illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]
[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

01856-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

[Cód - CONTEÚDO ARQUIVO BASE SUPERIOR DA COMPANHIA No TRIMESTRE]

Análise de Resultados

No primeiro trimestre de 2008, o Lucro Líquido foi de R$ 273.867, sendo 42,3 % (R$ 199.861) inferior ao mesmo trimestre do exercício anterior, devido basicamente ao resultado de participações societárias, relacionado às performances das controladas, conforme abaixo:

	1º Trimestre/2008	1º Trimestre/2007
RGE	40.022	
CPFL Paulista	157.963	211.x.2
CPFL Piratininga	32.182	69.0.c
CPFL Geração	44.238	64.402
CPFL Brasil	21.457	24.764
CPFL Serra		31.024
CPFL Santa Cruz		1.447
Nova Palma Comercializadora		1.725
Demais Participações	7.577	
Outros Ajustes	4.4.2	
	323.278	451.044

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

Informações Consolidadas - Reais	Consolidado					
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
RECEITA [illegible]	-	-	-	5.832.845	3.941.720	47,99%
[illegible]				[illegible]	[illegible]	
[illegible]			-	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]				[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			-	[illegible]	[illegible]	
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS				2.988.489	2.182.794	36,91%
CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS	-	-	-	(1.952.889)	(1.061.178)	47,77%
[illegible]			-	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]			-	[illegible]	[illegible]	[illegible]
CUSTOS DESPESAS OPERACIONAIS	(4.348)	(5.832)	25,75%	(353.175)	(315.096)	12,13%
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]				[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]				[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
RESULTADO DO PERÍODO	(4.348)	(5.832)	25,75%	583.643	706.962	-17,47%
RESULTADO FINANCEIRO	(87.499)	(79.987)	9,39%	(71.883)	(101.008)	-28,83%
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
RESULTADO [illegible]	277.777	446.843	37,83%			
RESULTADO OPERACIONAL	275.435	477.819	[illegible]	450.835	679.016	[illegible]
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(886)	[illegible]	[illegible]	(5.435)	(2.829)	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	-	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	274.549	477.882	42,54%	445.437	677.071	-34,22%
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES						
PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES	272.987	472.829	42,25%	272.889	472.829	-42,29%
[illegible]				[illegible]	[illegible]	[illegible]
LUCRO/PREJUÍZO CONSOLIDADO DO PERÍODO	272.987	472.829	42,25%	272.889	472.829	-42,29%
EBITDA	(4.348)	(5.832)	25,75%	583.643	706.962	-17,47%
[illegible]						

Reconciliação do Lucro Líquido e EBITDA					
Lucro Líquido do Período	272.987	472.829	272.987	472.829	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]			
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
EBITDA	(4.348)	(5.832)	583.643	706.962	
[illegible]					

Para análise comparativa dos resultados dos períodos, deverão ser consideradas as seguintes forças que geraram resultados neste trimestre, sem correspondência com o trimestre anterior:

i Entrada em operação nesse trimestre da 1ª turbina da UHE de Castro Alves, pertencente ao complexo energético de CERAN em maio/07;

ii Em Fevereiro de 2007, início de operações da ENERCAN;

iii Em Junho de 2007, a CPFL Energia adquiriu 100% das ações da CPFL Jaguariúna, cujo resultado passou a ser integralmente consolidado a partir de Julho de 2007.

Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta no 1º trimestre de 2008 foi de R$ 3.002.015, representando um crescimento de 10,2% (+R$ 340.287) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

i Aumento de R$ 230.695 no fornecimento de energia elétrica, justificado basicamente por um aumento de 4,5% na quantidade de energia vendida a consumidores finais e 2,6% nos preços médios praticados;

ii Aumento de R$ 98.757 na suprimento de energia elétrica a outras Concessionárias e Permissionárias representado principalmente pelas atividades de comercialização de energia realizadas pela CPFL Brasil;

iii Registro de reversão de R$ 43.745 na venda de energia na CCEE relacionada aos efeitos da revisão tarifária da CPFL Paulista (ver nota 3 b.2);

- **Quantidade de Energia Vendida**

  No 1º trimestre de 2008, houve um aumento de 4,5% na quantidade de energia vendida a consumidores finais, tendo como destaque a parcela adicional de energia acrescentada pela aquisição da CPFL Jaguariúna e subsidiárias, que foram responsáveis pelo acréscimo de 3,3% no período.

O aumento na quantidade de energia vendida a consumidores finais é verificado principalmente na energia distribuída para as classes residencial, comercial e rural, com

12.01 - COMENTÁRIO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

crescimento de 7,4%, 8,3% e 15,3% respectivamente. A quantidade vendida para a classe industrial apresentou uma ligeira queda de 0,7%, que se deve a migração da venda da CPFL Brasil para clientes livres que foi compensada pela maior venda em contratos bilaterais. O crescimento nas áreas de concessão da CPFL Energia, que impacta tarifa e foi mencionado como a cobrança da TUSD foi de 4,1% no 1º trimestre de 2008 quando comparado com o mesmo período do exercício anterior. Expurgando o ganho com a compra da CPFL Jaguariúna esse crescimento seria de 4,8%.

Deduções da Receita Operacional

As Deduções da Receita Operacional no 1º trimestre de 2008 foi de R$ 1.197.631, um acréscimo de 0,8% em relação ao mesmo trimestre de 2007, o qual reflete principalmente (i) redução do encargo setorial CCC no montante de R$ 59.559 e (ii) aumento dos tributos sobre vendas consistente com o aumento da receita operacional.

Custo com Energia Elétrica

O Custo com Energia Elétrica neste trimestre totalizou R$1.552.685, representando um aumento de 47,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

No 1º trimestre de 2008 a Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R$ 1.350.559, apresentando um acréscimo de 55,0% (R$ 479.358) quando comparado com o mesmo trimestre do exercício anterior. As principais razões são:

i. Acréscimo de custo de R$ 107.169 relacionado ao ativo/passivo regulatório de sobrecontratação, basicamente explicado pelos ajustes efetuados em função da revisão tarifária (ver nota 3 e 3);

ii. Amortização da Parcela "A" na CPFL Paulista relacionada a energia comprada e encargos incorridos neste trimestre na ordem de R$ 68.331 (ver nota 3a);

iii. Os efeitos do recálculo do RT de 2005 e 2006 da CPFL Paulista efetuados no ano anterior quando na reajuste tarifário de 2007 foi gerado um ativo adicional de CVA de R$ 177.770 e um passivo regulatório – devolução ao consumidor de R$ 98.635 (redução de custo líquido de R$ 79.075 naquele ano – ver nota 3a);

iv. Aquisição da CPFL Jaguariúna gerando um acréscimo no custo com energia elétrica de R$ 34.040;

v. O incremento de R$ 26.081 no custo com energia elétrica nas geradoras quando comparado com o mesmo trimestre de 2007 decorre basicamente das emissões efetuadas pela usina de Castro Alves no montante de R$ 19.784, devido ao atraso na geração de energia e do comprometimento assumido de entrega de energia já contratada, bem como pelo custo de aquisição de energia da ordem de R$ 4.582 efetuada pela controlada Baesa e Enercan em função da escassez de chuvas no período.

12.1 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

vi Aumento de R$ 53.948 de energia comprada no Ambiente de Contratação Livre - ACL

vii Reajuste de preços referente a repasse de inflação no período

Embora haja aumento na quantidade de energia vendida na ordem de 4,5% a compra de energia manteve-se estável. Isso ocorre basicamente devido à energia sujeita pelas subsidiárias de geração para as distribuidoras, e firmadas no processo de consolidação.

Custos e Despesas Operacionais

Os Custos e Despesas Operacionais neste trimestre totalizaram de R$ 363.176, um aumento de 15,3% (R$ 48.120) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior. Este aumento deve-se principalmente a:

- Despesas Operacionais Gerenciáveis

  Representadas pelos custos com Pessoal, Materia - Serviços de Terceiros e Outras estas despesas totalizaram R$ 279.193 no 1 trimestre de 2008 um aumento de 20,6% (R$ 47.949) em relação ao mesmo trimestre de 2007. Além dos reajustes referentes à inflação do período este aumento deve-se também a (i) os efeitos da entrada em operação de Castro Alves (complexo CERAN) e aquisição da CPFL Jaguariuna (R$ 20.194); (ii) provisão para tributos da Fundação CESP custeadas pelas patrocinadoras (R$ 9.949) e (iii) aumento das despesas de serviços de terceiros decorrente das atividades desempenhadas pelas novas comercializadoras (R$5.462).

- Entidade de Previdência Privada

  O plano de Previdência Privada apresentou neste 1 trimestre uma receita de R$ 21.039 (R$ 8.456 inferior que o mesmo período de 2007). Esta variação deve se basicamente ao rendimento esperado sobre os ativos do plano conforme definido no Laudo Atuarial preparado em dezembro de 2007.

- Depreciações e Amortizações

  O aumento de 6,1% (R$ 7,9 milhões) refere-se basicamente aos efeitos da ENERCAN (R$ 2,6 milhões) e CPFL Jaguariuna (R$ 2,7 milhões).

10.1 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE
Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro líquido neste trimestre apresentou uma despesa de R$ 117.907, comparada com R$ 107.046 no mesmo período de 2007, devido principalmente:

i. Ao aumento de encargos monetários e cambiais referente ao maior endividamento devido a emissão de debêntures para a aquisição da CPFL Jaguariúna no montante de R$ 400.000 e a entrada em operação de Enercan e Ceran nos montantes de R$ 8.557 e R$ 2.429 respectivamente.

ii. A redução das despesas bancárias em R$14.065 devido principalmente a descontinuidade da cobrança da CPMF;

iii. Redução de R$ 23.735 na receita financeira referente à remuneração de ativos regulatórios, devido principalmente a realização do ativo de Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) e Parcela "A" e da queda dos indexadores que atualizam parte dos ativos regulatórios.

iv. Impacto favorável no resultado financeiro como consequência da queda de indexadores, entre eles CDI e IGP-M.

Contribuição Social e Imposto de Renda

Os tributos sobre o resultado no 1º trimestre de 2008 montam de R$ 16.170, apresentando uma redução de 15,8% (R$ 34.349) em relação ao mesmo trimestre de 2007, o qual reflete (i) a redução no Lucro Antes dos Tributos e (ii) o reconhecimento em março de 2007 do crédito fiscal de imposto de renda no montante de R$ 40.294, decorrente da incorporação das operações da SHMHSA pela CPFL Geração.

Lucro Líquido e EBITDA

Em função dos fatores expostos acima, com ênfase ao efeito de R$ 166.352 (R$ 111.895 líquido dos impostos) referente aos ajustes de sobrecontratação de energia o Lucro líquido apurado neste trimestre foi de R$ 27.1.087, sendo 42,3% (R$ 199.9) inferior ao mesmo período de 2007.

O EBITDA ajustado (Lucro líquido do trimestre excluindo os efeitos de entidade de previdência privada, depreciação, amortização, resultado financeiro, equivalência patrimonial, contribuição social, imposto de renda e item extraordinário) para o 1º trimestre de 2008 foi de R$ 645.020, sendo 26,7% (R$ 235.2) menor que o EBITDA apurado no mesmo período de 2007.

B101 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

B102 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

1150

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	CPFL ENERGIA S.A.	[illegible]

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

[illegible]	[illegible]
[illegible]	2
[illegible]	CVM/SRE/DEB/[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	CETIP
[illegible]	SIMPLES
[illegible]	PÚBLICA
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]
[illegible]	SEM PREFERÊNCIA
[illegible]	CDI + 0,45%
[illegible]	
[illegible]	10.000,00
[illegible]	450.000
[illegible]	45.000
[illegible]	45.000
[illegible]	0
[illegible]	0
[illegible]	0
[illegible]	0
[illegible]	
[illegible]	[illegible]

CIBSA-O CIBPA ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

DMPL - DEMONSTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS
(Informações Não Consolidadas de Acordo com Práticas Anteriores)

Nossos principais investimentos nos últimos anos têm sido destinados à manutenção e à ampliação da nossa capacidade de distribuição de energia elétrica. A tabela a seguir apresenta os investimentos realizados nos trimestres de 2008 bem como nos últimos três anos encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2006 e 2005:

	Trimestre	Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de:		
		2007	2006	2005
Distribuição de Energia				
Subtotal	126	676	329	268
Geração de Energia	51	445	206	255
Comercialização de Energia				
Outros				
Total	338	1.133	541	527

Durante o trimestre, aproximadamente R$ 1.200 milhões em 2008 e R$ 1.125 milhões em 2007. Dos investimentos totais citados para todo o período, R$ 1.455 milhões destinaram-se à ampliação, R$ 815 milhões à operação e R$ [illegible] milhões à [illegible].

CIBRA-O CIBRA ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

30.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Em 31/12/2008 o Capital Social da CIBRA Energia S.A. estava dividido em 475.915.538 ações ordinárias e estava assim distribuído:

Acionistas	Ações	Part. %
VBC Energia S.A.	135.922.505	28,41
GTI Participações S.A.	149.091.777	31,33
Bunker Participações S.A.	60.172.871	12,65
ENGIE Participações S.A.	47.495.572	9,97
Eletrobrás Participações S.A.	25.427.002	5,34
Membros do Conselho de Administração	2.112	
Membros da Diretoria Executiva	1.564	
Demais Acionistas	57.775.141	10,20
Total	475.915.538	100,00

Quantidade e características das ações detidas pelos acionistas titulares de mais de 5% do capital social, membros do Conselho de Administração e Diretoria, em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007:

	31/12/2008		31/12/2007	
Acionistas	Ações	Part. %	Ações	Part. %
Controladores	347.174.686	72,97	347.174.686	72,97
Administradores				
Membros da Diretoria	1.564	0,00%	22.564	0,01%
Membros do Conselho de Administração	2.112	0,00	2.112	0,00
Demais Acionistas - Free Float	128.737.174	27,05%	128.761.174	27,07
Total	475.915.538	100,00%	475.915.538	100,00%

CIBRA-O CIBRA ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

30.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

01056-0 COPEL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

30.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

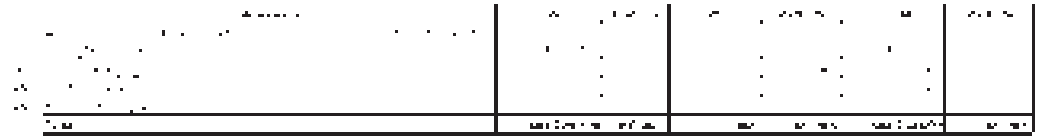
[illegible]

[illegible]

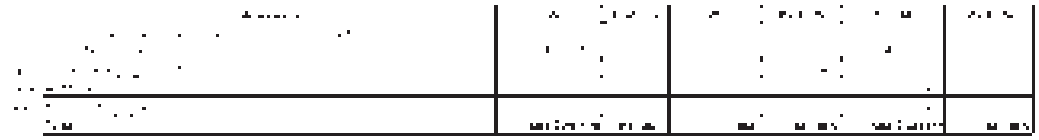
C1056-O COPEL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

DMPL - DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

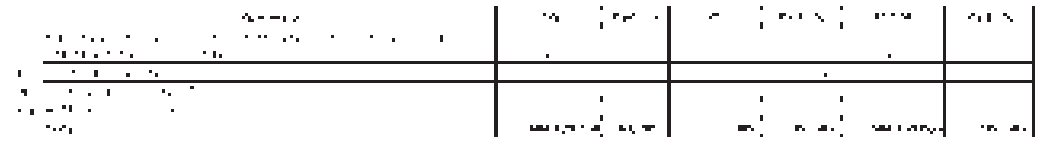
[illegible]



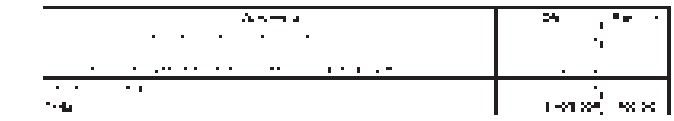
[illegible]



[illegible]



[illegible]



[illegible]

CIBRA-O CIBRA ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

31.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

01856-0 COPEL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

3040 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

[illegible]

[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]

Compromisso de arbitragem

A Companhia e seus administradores se obrigam a resolver, por meio de arbitragem perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, qualquer controvérsia que venha a surgir entre eles, relativa ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Arbitragem do Mercado.

CIBRA-O CIBRA ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

DMPL - DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

Balanço Social Trimestral / 2008 / 2007

Empresa: CIBRA - Energia S.A

1 - Base de Cálculo	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total - Indicadores Sociais Internos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre FPB	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre FPB
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total - Indicadores Sociais Externos	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre FPB	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre FPB
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

5 - Indicadores do Corpo Funcional	Nº 2008	Nº 2007
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]

01866-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

[illegible]	1º trimestre de 2008			1º trimestre de 2007		
[illegible]	[illegible]			[illegible]		
[illegible]	[illegible]			[illegible]		
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]		[illegible]	[illegible]	
F - Outras observações						

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

Relatório dos Auditores Independentes Sobre Revisão Especial

Aos Acionistas e Administradores
CPFL Energia S.A.
São Paulo - SP

1 Revisamos as informações contábeis contidas nas informações trimestrais da CPFL Energia S.A. e consolidadas da CPFL Energia S.A. referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2008, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e de valor adicionado, e do fluxo de caixa correspondentes ao período de três meses findo naquela data, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração.

2 Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu principalmente: (a) na indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e suas controladas sobre os principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais e sobre a forma de divulgação dessas informações e (b) na revisão das informações trimestrais, tendo em vista as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários, especificamente a Deliberação CVM nº 485/05, aplicáveles à elaboração das informações trimestrais.

3 Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - CFC, com o objetivo de emitir opinião sobre as informações contábeis tomadas em conjunto. Assim, não expressamos tal opinião.

4 Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - CFC, com o objetivo de emitir opinião sobre as informações contábeis tomadas em conjunto. Assim, não expressamos tal opinião.

5 Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - CFC, com o objetivo de emitir opinião sobre as informações contábeis tomadas em conjunto. Assim, não expressamos tal opinião.

01856-0 COPEL ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEMESTRAL A

1 Foram revisadas as demonstrações contábeis relativas ao período findo em 30/06/2008, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, de acordo com a Deliberação CVM nº 183/95, que aprovou a Norma Técnica NPA 12 - Revisão Especial de Demonstrações Financeiras Consolidadas de Companhias Abertas, emitida pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2 Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON e pelo CFC, e consistiu principalmente: (a) na indagação e discussão com os responsáveis pela área contábil da Companhia quanto aos critérios e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações contábeis; (b) na revisão das informações contábeis trimestrais quanto aos aspectos relevantes, individuais e consolidados, e sua conformidade com os critérios estabelecidos pela Lei nº 6.404/76 e pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, especialmente quanto à adequação das práticas contábeis adotadas e das alterações ocorridas no período; e (c) na revisão dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira individual e consolidada e sobre os seus reflexos nas operações futuras.

3 Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas, e também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

4 Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas, e também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

5 Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas, e também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

6 Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas, e também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

7 Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas, e também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

8 Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas, e também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

9 Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas, e também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

CIBRA-O CIBRA ENERGIA S.A. 02.429.144/0001-93

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEMESTRAL A

Os procedimentos descritos acima não constituem uma auditoria de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e, portanto, não nos permitem expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Caso tivéssemos executado procedimentos adicionais ou uma auditoria de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, outros assuntos poderiam ter sido identificados e reportados a vocês.

II - Ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto descrito no parágrafo II, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

III - Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa 3, em 21 de novembro de 2008 a Companhia e suas controladas celebraram contrato de compra e venda de ações com a Petrobras Energia Participaciones S.A. e Petrobras Energia S.A. para a venda da totalidade das ações de emissão da Petrobras Energia Peru S.A. detidas pela Companhia e suas controladas. A conclusão da transação está sujeita a determinadas condições precedentes usuais para esse tipo de transação, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia e suas controladas classificaram os ativos e passivos relacionados à Petrobras Energia Peru S.A. como mantidos para venda, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

Conforme descrito na nota explicativa 1, em 31 de dezembro de 2008 a Companhia e suas controladas apresentaram prejuízo líquido de R$ 1.[illegible] milhões e, nessa data, o passivo circulante excedia o ativo circulante em R$ 1.[illegible] milhões. Esses fatos indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas não incluem quaisquer ajustes que possam resultar da resolução dessa incerteza.

Campinas, 19 de março de 2009

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Paulo Pereira Barbosa Lagoa
Contador CRC 1SP128201/O-0

CIBRA 31/12/2008 17:28:46 PÁG: 73

01856-0 COPEL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

3240 - COMENTARIO DESEMPENHO DA CONTROLADA OU COLIGADA

Controlada/Coligada : COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL

A controlada Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL é uma companhia aberta e seu comentário de desempenho consta de suas Informações Trimestrais - ITR de 31 de março de 2008 arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários

01656-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

3.4.1 - COMENTÁRIO DESEMPENHO DA CONTROLADA OU COLIGADA

Controlada/Coligada: CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S/A

A controlada CPFL Geração de Energia S/A é uma companhia aberta e seu comentário de desempenho individual e consolidado consta de suas Informações Trimestrais - ITR de 31 de março de 2008, arquivadas na CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADORA/CONSOLIDADO (Reais Mil)

01 - IDENTIFICAÇÃO

[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]

CONTROLADORA/COLIGADA

[illegible]
[illegible]

22 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADORA/COLIGADA (Reais)

[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]				
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]				

01656-0 CPFL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

3.6.1 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA CONTROLADA OU COLIGADA

Controlada/Coligada : CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S/A

Receita Bruta

A Receita Bruta do 1º trimestre de 2008 que inclui as operações das comercializadoras CPFCN, Sul Geradora e Core Sul (a partir de maio/2007) foi de R$ 435.112 demonstrando uma redução de 3% em relação ao mesmo trimestre de 2007.

Lucro Líquido do Período e EBITDA

O lucro líquido apurado no 1º trimestre de 2008 foi de R$ 25.105, demonstrando uma redução de R$ 46.284 (65%) quando comparado com o mesmo trimestre de 2007. Esta redução é decorrente essencialmente da solicitação de recontabilização das vendas de energia para a CCEE relativo ao período de abril de 2005 a fevereiro de 2008, que gerou neste trimestre uma reversão receita atualizada pelo IGP-M de ordem de R$ 71.879, sendo que incluído dos efeitos tributários totaliza o montante de R$ 46.304. Esta recontabilização foi proposta pela CPFL Brasil junto a CCEE, estando associada ao processo de Revisão Tarifária das empresas CPFL Paulista e CPFL Piratininga, descrito pela CPFL Energia em nota explicativa 3.b.2. Os reflexos no resultado da CPFL Brasil estão demonstrados abaixo:

Estorno de Receitas na CCEE	:
PIS/COFINS	6.146
Efeitos na Receita Líquida	. .
Despesas Financeiras	. . .
CSSL/IRPJ	22.449
Efeitos no Lucro do Período	. . . .

O EBITDA (Lucro líquido antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social, depreciação, amortização) para o 1º trimestre de 2008 foi de R$ 36.821, sendo 67% menor que o apurado para o mesmo trimestre de 2007 que foi R$ 111.002 (informações não revisadas pelos Auditores Independentes).

01856-0 COPEL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

3240 - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE CONTROLADORIA

Controlada/Coligada: COPEL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S/A

01856-0 COPEL ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

3.4.1 - COMENTARIO DESEMPENHO DA CONTROLADA OU COLIGADA

Controlada/Coligada : COMPANHIA PARANAENSE DE FORÇA E LUZ

A controlada Companhia Paranaense de Força e Luz é uma companhia aberta e seu comentário de desempenho consta de suas Informações Trimestrais - ITR de 31 de março de 2008 arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários

01856-0 CEEE ENERGIA S.A 02.429.144/0001-93

3240 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA CONTROLADA OU COLIGADA

Controlada/Coligada : RIO GRANDE ENERGIA SA

A controlada Rio Grande Energia SA e uma companhia aberta, e seu comentario de desempenho consta de suas Informacoes Trimestrais - ITR - de 31 de março de 2008 arquivadas na CVM - Comissão de Valores Mobiliários

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01864-0	CELTE ENERGIA S.A.	33.[illegible]/0001-35

ÍNDICE

Número	Subconta	Descrição	Página
01	00	[illegible]	
01	02	[illegible]	1
01	03	[illegible]	1
01	04	[illegible]	1
01	03	[illegible]	2
01	05	[illegible]	3
01	02	[illegible]	4
01	03	[illegible]	5
01	03	[illegible]	6
01	10	[illegible]	7
02	01	[illegible]	8
02	02	[illegible]	9
03	01	[illegible]	10
03	01	[illegible]	11
03	02	[illegible]	12
04	01	[illegible]	13
05	01	[illegible]	14
06	01	[illegible]	15
07	01	[illegible]	16
08	01	[illegible]	17
08	01	[illegible]	18
08	02	[illegible]	19
09	01	[illegible]	20
09	02	[illegible]	21
09	03	[illegible]	22
09	04	[illegible]	23
09	05	[illegible]	24
09	06	[illegible]	25
09	07	[illegible]	26
09	08	[illegible]	27
09	09	[illegible]	28
09	10	[illegible]	29
09	11	[illegible]	30
09	12	[illegible]	31
09	13	[illegible]	32
09	14	[illegible]	33
09	15	[illegible]	34
09	16	[illegible]	35
09	17	[illegible]	36
09	18	[illegible]	37
09	19	[illegible]	38
09	20	[illegible]	39
09	21	[illegible]	40
09	22	[illegible]	41
09	23	[illegible]	42
09	24	[illegible]	43
09	25	[illegible]	44
09	26	[illegible]	45
09	27	[illegible]	46
09	28	[illegible]	47
09	29	[illegible]	48
09	30	[illegible]	49
09	31	[illegible]	50
09	32	[illegible]	51

11. ANEXOS

- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 29 de maio de 2009
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 14 de julho de 2009
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Garantidora realizada em 27 de maio de 2009
- Estatuto Social
- Escritura de Emissão das Debêntures
- 1º Aditamento à Escritura de Emissão das Debêntures
- Súmula de *Rating*
- Declaração da Companhia, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400
- Declaração do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 29 de maio de 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Uma empresa CPFL Energia

RIO GRANDE ENERGIA S.A
CNPJ/MF N.º 02.016.439/0001-38 – NIRE 43300036138

EXTRATO DA ATA DA 163ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2009

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de maio de 2009, às 17h00min (dezessete horas), na sede social da Rio Grande Energia S/A ("Companhia") situada na Rua Mário de Boni, n.º 1902, Cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

2. CONVOCAÇÃO: Convocada na forma do Parágrafo 2º do Artigo 18 do Estatuto Social da Companhia.

3. PRESENÇAS: A totalidade dos membros do Conselho de Administração.

4. COMPOSIÇÃO DA MESA: Sr. Wilson P. Ferreira Junior – Presidente, e o Sr. Gustavo Souto Polese – Secretário.

5. ORDEM DO DIA:

Exame, discussão e votação da proposta de emissão, para distribuição pública, de 185.000 (cento e oitenta e cinco mil) debêntures, todas nominativas e escriturais, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações da Companhia, totalizando, na data de emissão, o valor de R$ 185.000.000,00 (cento oitenta e cinco milhões de reais).

Após a leitura da Ordem do Dia, foi deliberado que a ata desta reunião seria lavrada na forma de sumário, facultado o direito de apresentação de manifestações que ficarão arquivadas na sede da Companhia, e aprovada a sua publicação, sob a forma de extrato, com a omissão das assinaturas dos Conselheiros.

6. DELIBERAÇÕES: Examinadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia, foi deliberada, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, nos termos do Artigo 18, alínea "g", do Estatuto Social da Companhia, a aprovação da 4ª emissão de debêntures, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações da Companhia ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), em conformidade com o disposto nos artigos 52 e seguintes da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, para distribuição pública, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), observado o procedimento simplificado para registro de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários previsto na Instrução CVM n.º 471, de 8 de agosto de 2008, e no convênio celebrado para esse fim em 20 de agosto de 2008 entre a CVM e Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID.

As Debêntures terão as seguintes características e condições: **(a) Valor Total da Emissão:** o valor total da Emissão será de R$ 185.000.000,00 (cento e oitenta e cinco milhões de reais); **(b) Número de Séries:** a Emissão será realizada em série única; **(c) Quantidade de Títulos:** serão emitidas 185.000 (cento e oitenta e cinco mil) Debêntures; **(d) Data de Emissão:** a data de emissão das Debêntures será 01 de julho de 2009 ("Data de Emissão"); **(e) Valor Nominal Unitário:** o valor nominal unitário das Debêntures ("Valor Nominal Unitário") na Data de Emissão será de R$ 1.000,00 (mil reais); **(f) Conversibilidade:** as Debêntures não serão conversíveis em ações da Companhia; **(g) Forma:** as Debêntures serão nominativas e escriturais; **(h) Espécie:** as Debêntures serão da espécie quirografária; **(i) Constituição de Garantia Fidejussória:** as Debêntures serão garantidas por fiança da CPFL Energia S.A., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Gomes de Carvalho, n.º 1.510, 14º andar, conjunto 1402, inscrita no CNPJ/MF n.º 02.429.144/0001-93 ("Garantidora"), que se obrigará como fiadora e principal pagadora do valor total da dívida da Companhia representada pelas Debêntures; **(j) Prazo e Vencimento:** as Debêntures terão prazo de vencimento de 2 (dois) anos a contar da data de sua emissão ("Data de Vencimento"); **(k) Amortização:** o Valor Nominal Unitário da Debênture será pago na Data de Vencimento; **(l) Resgate Antecipado:** as Debêntures não serão objeto de resgate antecipado; **(m) Remuneração:** as Debêntures farão jus a remuneração que será definida em procedimento de *bookbuilding*, a ser realizado pelas instituições intermediárias da Oferta, a qual consistirá em um percentual da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", base 252 dias úteis, expressa na forma percentual ao ano, calculadas e divulgadas pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), observada a taxa máxima de 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) ("Remuneração"); **(n) Pagamento da Remuneração**: os valores relativos à Remuneração das Debêntures serão pagos semestralmente, a partir da Data de Emissão; **(o) Prazo e Forma de Integralização:** as Debêntures serão integralizadas à vista no ato da subscrição em moeda corrente nacional; **(p) Preço de Subscrição:** as Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização; **(q) Colocação e Negociação:** as Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (i) por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos e do SND – Módulo Nacional de Debêntures, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) por meio do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos e do Sistema BOVESPAFIX (ambiente de negociação de ativos), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBovespa"), sendo processadas pela BM&FBovespa a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures; **(r) Vencimento Antecipado:** são consideradas hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, resultando na imediata exigibilidade do pagamento do Valor Nominal Unitário de cada Debênture pela Companhia, acrescido da Remuneração e encargos, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão, até a data do seu efetivo pagamento, quaisquer dos seguintes eventos: (i) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia e/ou a Garantidora, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a

Uma empresa CPFL Energia

R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), salvo se no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do referido protesto, (a) seja validamente comprovado pela Companhia que o(s) protesto(s) foi/foram efetuado(s) por erro ou má-fé de terceiros; (b) for/forem cancelado(s), ou ainda, (c) forem prestadas garantias em juízo; (ii) pedido por parte da Companhia e/ou da Garantidora de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Companhia e/ou a Garantidora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou, ainda, se a Companhia e/ou a Garantidora formular pedido de autofalência; (iii) liquidação, dissolução, extinção ou decretação de falência da Companhia e/ou da Garantidora; (iv) não pagamento, pela Companhia ou pela Garantidora, das obrigações pecuniárias devidas aos titulares de Debêntures, não sanado no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da Data de Vencimento respectiva; (v) deliberação de redução de capital social da Companhia e/ou da Garantidora, após a data do registro da Emissão perante a CVM e antes da Data de Vencimento, sem a prévia anuência dos titulares de Debêntures, nos termos previstos no artigo 174 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976; (vi) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Companhia caso a Companhia esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias referentes às Debêntures; (vii) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Garantidora, caso a Garantidora esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias referentes às Debêntures; (viii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Companhia e/ou da Garantidora e não devidamente elidido pela Companhia e/ou pela Garantidora no prazo de 30 (trinta) dias corridos; (ix) não pagamento na data de vencimento original ou vencimento antecipado, de quaisquer obrigações financeiras da Companhia e/ou da Garantidora, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ressalvada a hipótese de a Companhia e/ou Garantidora, por meio de qualquer medida judicial ou arbitral cabível, contestar e evitar a formalização do referido vencimento antecipado ou inadimplemento, sem que para tanto tenha que garantir o juízo com pecúnia ou outros bens em valor correspondente ao montante acima destacado; (x) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Companhia e/ou Garantidora, em valor agregado igual ou superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data estipulada para pagamento; (xi) perda ou cassação, por qualquer motivo, da concessão para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica, de que a Companhia é titular nos termos do Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica n.º 13/97, celebrado pela Emissora e pela União Federal em 06 de novembro de 1997, desde que tal perda ou cassação não seja revertida no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua verificação; (xii) alteração do atual controle da Companhia ou da Garantidora, sem prévia aprovação dos titulares das Debêntures, excetuada a hipótese de alteração do controle da Companhia ou da Garantidora desde que, após a conclusão da referida operação, ao menos um dos seguintes acionistas, Camargo Corrêa Energia S.A. ou Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ, permaneça, direta ou indiretamente, no bloco de controle da Garantidora e da Companhia; (xiii) transformação da Companhia em sociedade limitada; (xiv) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer

obrigação não pecuniária prevista no Contrato de Distribuição não sanada em 30 (trinta) dias corridos contados da data do recebimento pela Companhia de aviso escrito que lhe for enviado por qualquer dos titulares das Debêntures; ou (xv) não observância pela Companhia por 2 (dois) trimestres consecutivos dos seguintes índices e limites financeiros, calculados com base nas informações financeiras não-consolidadas (controladora) da Companhia dos 12 (doze) últimos meses, ao final de cada trimestre, em até 15 (quinze) dias após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Companhia, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures: (1) relação entre Dívida Líquida da Companhia e EBITDA da Companhia menor ou igual a 3 (três) vezes; e (2) relação entre EBITDA da Companhia e Resultado Financeiro da Companhia maior ou igual a 2 (duas) vezes; **(s) Delegação de Poderes à Diretoria da Companhia:** fica a Diretoria da Companhia autorizada a (i) contratar uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para a distribuição pública das Debêntures, (ii) contratar o agente fiduciário, o banco mandatário e escriturador, a(s) agência(s) de classificação de risco, entre outros e (iii) celebrar a escritura de emissão das Debêntures e o contrato de distribuição pública das Debêntures, bem como praticar todos os atos necessários à realização da Emissão.

7. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

8. ASSINATURAS: Wilson P. Ferreira Junior – Presidente do Conselho de Administração; Gustavo Souto Polese – Secretário; Miguel Normando Abdalla Saad e João Alberto Schmitt, Conselheiros de Administração.

9. AUTENTICAÇÃO: Confere com a original, lavrada em livro próprio.

Gustavo Souto Polese
OAB/RS 44.299
Secretário

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CERTIFICO O REGISTRO EM: 18/06/2009 SOB Nº: 3144152
Protocolo: 09/157209-6, DE 01/06/2009
Empresa: 43 3 0003613 8
RIO GRANDE ENERGIA S/A
Sérgio José Dutra Kruel
SECRETÁRIO-GERAL
JUCERGS

- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 14 de julho de 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

RIO GRANDE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF N.º 02.016.439/0001-38 – NIRE 43300036138

EXTRATO DA ATA DA 165ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2009

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Aos 14 dias do mês de julho de 2009, às 14h00, na sede social da Rio Grande Energia ("Companhia") situada na Rua Mário de Boni, 1902, Cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. **2. CONVOCAÇÃO:** Convocada na forma do Parágrafo 2º do Artigo 18 do Estatuto Social da Companhia. **3. PRESENÇAS:** A totalidade dos membros do Conselho de Administração. **4. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Sr. Wilson P. Ferreira Junior – Presidente, e o Sr. Gustavo Souto Polese – Secretário. **5. ORDEM DO DIA:** (i) exame, discussão e votação da ratificação da taxa de remuneração aplicável às debêntures não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, da 4ª emissão da Companhia ("Debêntures"); e (ii) exame, discussão e votação da proposta de resgate antecipado total ("Resgate Antecipado Total") das notas promissórias comerciais da 3ª emissão da Companhia, emitidas em 29 de abril de 2009 ("Notas Promissórias" e "Data de Emissão", respectivamente), nos termos do item "Resgate Antecipado" das Cártulas das Notas Promissórias. Após a leitura da Ordem do Dia, foi deliberado que a ata desta reunião seria lavrada na forma de sumário, facultado o direito de apresentação de manifestações que ficarão arquivadas na sede da Companhia, e aprovada a sua publicação, sob a forma de extrato, com a omissão das assinaturas dos Conselheiros. **6. DELIBERAÇÕES:** (i) ratificar a remuneração das Debêntures, que será equivalente a 110,30% (cento e dez inteiros e trinta centésimos por cento) da acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra grupo*", base 252 dias úteis, expressa na forma percentual ao ano, calculadas e divulgadas pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), conforme definida em procedimento coleta de intenção de investimento (procedimento de *bookbuilding*), conduzido pelas instituições intermediárias da distribuição pública das Debêntures, realizado em 14 de julho de 2009, ficando a Diretoria da Companhia autorizada a celebrar aditamento à Escritura de Emissão das Debêntures, bem como a assinar todos os documentos necessários à implementação da deliberação ora tomada; e (ii) aprovar, nos termos do título "Resgate Antecipado" da Cártula das Notas Promissórias, o Resgate Antecipado Total do saldo das Notas Promissórias em circulação, uma vez que: (a) em 18 de julho de 2009, já terão transcorridos 80 dias da Data de Emissão; e (b) a Companhia está captando recursos no mercado de capitais brasileiro, por meio da distribuição pública de sua 4ª Emissão de Debêntures, para refinanciamento da dívida representada pelas Notas Promissória. As Notas Promissórias serão resgatadas pelo seu Valor Nominal Unitário, qual seja R$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais), acrescido da variação acumulada de 118% da "*Taxa DI over extra-*

grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página da Internet (http://www.cetip.com.br), calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento. O Resgate Antecipado Total está condicionado a integral colocação das Debêntures. **7. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **8. ASSINATURAS**: Wilson P. Ferreira Junior – Presidente do Conselho de Administração; Gustavo Souto Polese – Secretário; Miguel Normando Abdalla Saad e João Alberto Schmitt, Conselheiros de Administração. **9. AUTENTICAÇÃO:** Confere com a original, lavrada em livro próprio.

Gustavo Souto Polese
OAB/RS 44.299
Secretário.

- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Garantidora realizada em 27 de maio de 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

JUCESP PROTOCOLO
0.432.564/09-3

CPFL ENERGIA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ N.º 02.429.144/0001-93 - NIRE 353.001.861-33

EXTRATO DA ATA DA 138ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2009

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de maio de 2009, às 14h00min (quatorze horas), na sede social da CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "Companhia"), situada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1510, 14º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

2. CONVOCAÇÃO: Convocada na forma do Parágrafo 2º do Art. 18 do Estatuto Social da CPFL Energia.

3. PRESENÇAS: A totalidade dos membros do Conselho de Administração ("Conselho") e a Diretoria Executiva. Registra-se a ausência justificada do Sr. José Ayres de Campos e a participação de seu suplente, Sr. Claudio Borin Guedes Palaia.

4. MESA: Presidente – Luiz Aníbal de Lima Fernandes, e Secretária - Gisélia Silva.

5. ASSUNTOS TRATADOS E DELIBERAÇÕES TOMADAS:

Dispensada a leitura da Ordem do Dia, por ser de conhecimento de todos os presentes, foi deliberado que a ata desta reunião será lavrada na forma de sumário, facultado o direito de apresentação de manifestações e dissidências, que ficarão arquivadas na sede da Companhia, e aprovada sua publicação, sob a forma de extrato, com a omissão das assinaturas dos conselheiros.

Feitos os esclarecimentos preliminares, o Presidente do Conselho informou aos presentes que os votos dos Conselheiros indicados pelos acionistas controladores serão computados com observância dos itens 5.1, 6.1 e 7.1 do Acordo de Acionistas depositado na Companhia, datado de 22.03.2002, conforme aditado em 27.08.2002, 05.11.2003 e 06.12.2007.

Examinadas as matérias constantes da Ordem do Dia, foram tratados os seguintes assuntos e tomadas as deliberações a seguir, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições:

(i) **Aprovaram** a divulgação, pela Companhia, de que a Sra. DANIELA CORCI CARDOSO, eleita para compor o Conselho Fiscal pela Assembléia Geral Ordinária realizada em 23 de abril, se qualifica como especialista financeira, em atendimento às disposições da Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e de acordo com as regras da *Securities and Exchange Commission* - SEC aplicáveis às empresas estrangeiras listadas em bolsa de valores americana;

(ii) **Conheceram** do relato do Diretor Presidente (*highlights*) sobre os principais fatos relativos aos negócios da Companhia e indicadores setoriais;

(iii) **Aprovaram** a ata da 137ª Reunião do Conselho realizada no último dia 29 de abril;

(iv) **(iv.i) Aprovaram,** na forma prevista na alínea "u" do Art. 18 do Estatuto Social da Companhia e nos termos propostos na Resolução da Diretoria nº 2009031, a outorga,

pela CPFL Energia, de fianças em garantia do pagamento de emissões de debêntures de suas subsidiárias Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista"), Rio Grande Energia S.A. ("RGE"), CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração"), Companhia Sul Paulista de Energia ("CPFL Sul Paulista"), Companhia Leste Paulista de Energia ("CPFL Leste Paulista"), Companhia Jaguari de Energia ("CPFL Jaguari") e CPFL Comercialização Brasil S. A. ("CPFL Brasil" e, em conjunto com a CPFL Paulista, RGE, CPFL Geração, CPFL Sul Paulista, CPFL Leste Paulista e CPFL Jaguari, "Subsidiárias") para distribuição pública, conforme descrito abaixo:

(a) Emissão de 175.000 (cento e setenta e cinco mil) debêntures, todas nominativas e escriturais, em série única, da espécie subordinada, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais) da 4ª Emissão da CPFL Paulista, totalizando, na data de emissão respectiva, R$ 175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais), com prazo de vigência de 2 (dois) anos contados da data de emissão, as quais farão jus a uma remuneração incidente sobre seu valor nominal unitário, a ser definida em procedimento de bookbuilding realizado pelas instituições intermediárias da Oferta, a qual consistirá em um percentual da acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", base 252 dias úteis, expressa na forma percentual ao ano, calculadas e divulgadas pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("Taxa DI"), observada a taxa máxima de 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI;

(b) Emissão de 185.000 (cento e oitenta e cinco mil) debêntures, todas nominativas e escriturais, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais) da 4ª Emissão da RGE, totalizando, na data de emissão respectiva, R$ 185.000.000,00 (cento oitenta e cinco milhões de reais), com prazo de vigência de 2 (dois) anos contados da data de emissão, as quais farão jus a uma remuneração incidente sobre seu valor nominal unitário, a ser definida em procedimento de bookbuilding realizado pelas instituições intermediárias da Oferta, a qual consistirá em um percentual da Taxa DI, observada a taxa máxima de 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI;

(c) Emissão de 315.000 (trezentas e quinze mil) debêntures, todas nominativas e escriturais, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais) da 2ª Emissão da CPFL Geração, totalizando, na data de emissão respectiva, R$ 315.000.000,00 (trezentos e quinze milhões de reais), com prazo de vigência de 2 (dois) anos contados da data de emissão, as quais farão jus a uma remuneração incidente sobre seu valor nominal unitário, a ser definida em procedimento de bookbuilding realizado pelas instituições intermediárias da Oferta, a qual consistirá em um percentual da Taxa DI, observada a taxa máxima de 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI. O valor total das debêntures da 2ª Emissão da CPFL Geração poderá ser aumentado em até 35% (trinta e cinco por cento), de acordo com o disposto no parágrafo 2º do artigo 14 e no artigo 24 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 400/03;

(d) Emissão de 1.600 (mil e seiscentas) debêntures, todas nominativas e escriturais, em série única, da espécie subordinada, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R$ 10.000,00 (dez mil reais) da 1ª Emissão da CPFL Sul Paulista, totalizando, na data de emissão respectiva, R$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de

reais), com prazo de vigência de 2 (dois) anos contados da data de emissão, as quais farão jus a uma remuneração incidente sobre seu valor nominal unitário, a ser definida em procedimento de bookbuilding realizado pelas instituições intermediárias da Oferta, a qual consistirá em um percentual da Taxa DI, observada a taxa máxima de 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI;

(e) Emissão de 2.400 (duas mil e quatrocentas) debêntures, todas nominativas e escriturais, em série única, da espécie subordinada, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R$ 10.000,00 (dez mil reais) da 1ª Emissão da CPFL Leste Paulista, totalizando, na data de emissão respectiva, R$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais), com prazo de vigência de 2 (dois) anos contados da data de emissão, as quais farão jus a uma remuneração incidente sobre seu valor nominal unitário, a ser definida em procedimento de bookbuilding realizado pelas instituições intermediárias da Oferta, a qual consistirá em um percentual da Taxa DI, observada a taxa máxima de 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI;

(f) Emissão de 1.000 (mil) debêntures, todas nominativas e escriturais, em série única, da espécie subordinada, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R$ 10.000,00 (dez mil reais) da 1ª Emissão da CPFL Jaguari, totalizando, na data de emissão respectiva, R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), com prazo de vigência de 2 (dois) anos contados da data de emissão, as quais farão jus a uma remuneração incidente sobre seu valor nominal unitário, a ser definida em procedimento de bookbuilding realizado pelas instituições intermediárias da Oferta, a qual consistirá em um percentual da Taxa DI, observada a taxa máxima de 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI; e

(g) Emissão de 16.500 (dezesseis mil e quinhentas) debêntures, todas nominativas e escriturais, em série única, da espécie subordinada, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R$ 10.000,00 (dez mil reais) da 1ª Emissão da CPFL Brasil, totalizando, na data de emissão respectiva, R$ 165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de reais), com prazo de vigência de 2 (dois) anos contados da data de emissão, as quais farão jus a uma remuneração incidente sobre seu valor nominal unitário, a ser definida em procedimento de bookbuilding realizado pelas instituições intermediárias da Oferta, a qual consistirá em um percentual da Taxa DI, observada a taxa máxima de 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI;

(iv.ii) Autorizaram a Diretoria Executiva a celebrar os instrumentos hábeis à formalização das fianças ora aprovadas, que abrangem o valor total de até R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), correspondente ao somatório do valor total das emissões de debêntures das Subsidiárias, conforme descrito nos itens "a" ao "g" acima, nas datas de emissão respectivas, acrescido das respectivas remunerações e dos encargos moratórios aplicáveis, e

(iv.iii) Recomendaram aos representantes da Companhia nos órgãos das Subsidiárias o voto favorável às emissões das debêntures descritas nos itens "a" ao "g" acima, sob coordenação da HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e do Banco UBS Pactual S.A. (Resoluções da Diretoria nºs. 2009091, 20091609, 2009036, 2009034, 2009034, 2009032 e 2009052);

(v) **Aprovaram**, na forma das alíneas "p" e "r" do Art. 18 e do inciso II do Art. 23 do Estatuto Social, na qualidade de acionista controladora da CPFL Brasil, a constituição de Sociedade de Propósito Específico ("SPE"), subsidiária integral da CPFL Brasil, com a finalidade de participar de projeto de geração de energia elétrica, e a obtenção do financiamento, nos termos da Resolução da Diretoria da CPFL Brasil nº 2009050;

(vi) **Aprovaram**, nos termos da alínea "r" do Art. 18 do Estatuto Social, na qualidade de acionista controladora da CPFL Brasil, a constituição de SPE com a finalidade de comercialização de energia elétrica; e

(vii) **Recomendaram** aos representantes da Companhia nos órgãos de administração das sociedades controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Santa Cruz e RGE, o voto favorável à aprovação da estratégia de contratação de energia e da participação no Leilão de Energia Nova (A-3).

6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, segue assinada pelos Conselheiros presentes e pela Secretária. Luiz Anibal de Lima Fernandes, Ricardo Carvalho Giambroni, Francisco Caprino Neto, Milton Luciano dos Santos, Susana Hanna Stiphan Jabra, Ana Dolores M. Carneiro de Novaes, Claudio Borin Guedes Palaia, e Gisélia Silva (Secretária).

Certifico que o presente é extrato da ata original lavrada em Livro Próprio.

Gisélia Silva
Secretária

SECRETARIA DA FAZENDA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO 195.548/09-7 EM 01/07/2009 SECRETÁRIA GERAL
JUCESP

- Estatuto Social

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Estatuto Social da

RIO GRANDE ENERGIA S.A.

Consolidado na
Assembléia Geral Extraordinária
Realizada em 30 de abril de 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Capítulo I
Da Denominação, Objeto, Sede e Duração

Artigo 1º - A **Rio Grande Energia S.A.**, sociedade de capital aberto, reger-se-á pelo presente Estatuto e pela legislação aplicável.

Artigo 2º - A Companhia tem por objeto social:

(a) realizar estudos, projetos, construções e operações de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica e serviços correlatos, inclusive sistemas de informática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, podendo participar de outras sociedades para a realização de seus objetivos sociais;

(b) desenvolver atividades associadas à prestação de serviços de energia elétrica, tais como: uso múltiplo de postes, mediante cessão onerosa a outros usuários; transmissão de dados através de suas instalações, observada a legislação pertinente; prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; serviços de otimização de processos energéticos e instalações elétricas de consumidores; cessão onerosa de faixas de servidão de linhas e áreas de terra exploráveis de usinas e reservatórios, visando a maior eficiência no uso da eletricidade; e

c) integrar grupos de estudo, consórcios, grupos de sociedade ou quaisquer outras formas associativas com vista a pesquisas de interesse do setor energético, à formação de pessoal técnico a ele necessário, bem como à prestação de serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro a outras empresas.

Artigo 3º - A Companhia, com sede e foro na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Mário de Boni, n.º 1902, poderá abrir e extinguir filiais, sucursais, agências, escritórios ou representações em quaisquer pontos do território nacional ou no exterior, por deliberação do Conselho de Administração.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

Capítulo II
Do Capital Social, das Ações e dos Acionistas

Artigo 5º - O capital subscrito e integralizado é de R$ 851.860.582,21 (oitocentos e cinqüenta e um milhões, oitocentos e sessenta mil, quinhentos e oitenta e dois reais e vinte e um centavos) dividido em 656.502.720 (seiscentas e cinqüenta e seis milhões, quinhentos e dois mil e setecentas e vinte) ações ordinárias, sem valor nominal, e 150.665.862 (cento e cinqüenta milhões, seiscentas e sessenta e cinco mil, oitocentas e sessenta e duas) ações preferenciais, cujas características estão estabelecidas no art. 6º deste Estatuto Social.

Parágrafo 1º - O capital social poderá ser aumentado, na forma do artigo 168 da Lei 6.404/76, independentemente de reforma estatutária, em até R$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais), mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais.

Parágrafo 2º - Até o limite do capital autorizado, poderão ser emitidas ações ou bônus de subscrição por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. Nas emissões de ações ou bônus de subscrição destinadas à subscrição pública ou particular, a Diretoria, mediante aviso publicado na imprensa, comunicará aos acionistas a deliberação do Conselho de Administração em aumentar o capital social, informando todas as características e condições da emissão e o prazo para o exercício do direito de preferência, o qual não poderá ser inferior, nos aumentos por subscrição particular, a 30 (trinta) dias, e nos aumentos por subscrição pública, a 10 (dez) dias.

Parágrafo 3º - Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço de emissão e o número de ações a serem emitidas, bem como o prazo e condições de subscrição e integralização, exceção feita à subscrição de ações para realização em bens, que dependerá da aprovação da Assembléia Geral, observados os procedimentos contidos no artigo 8º da Lei 6.404/76.

Parágrafo 4º - Observada a restrição do parágrafo anterior, as integralizações poderão ser efetivadas em prestações, hipótese em que o valor mínimo a ser realizado, no ato da subscrição, será de 10% (dez por cento) do valor subscrito, devendo o saldo ser integralizado no prazo fixado pelo Conselho de Administração, nunca superior a 12 (doze) meses, mediante chamada da Diretoria ou nos termos do boletim de subscrição.

Parágrafo 5º - O acionista que não integralizar as ações subscritas, na forma do boletim de subscrição ou da chamada, ficará constituído em mora, de pleno direito, devendo pagar à Companhia juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, contados do 1º dia do não cumprimento da obrigação, correção monetária na forma admitida em lei mais multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor em atraso e não integralizado.

Parágrafo 6º - Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá adquirir ações de sua própria emissão para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, determinar sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e demais disposições legais aplicáveis.

Parágrafo 7º - As ações são indivisíveis perante a Companhia e cada ação ordinária terá direito a 01 (um) voto nas Assembléias Gerais.

Parágrafo 8º - A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, contratará serviços de ações escriturais com instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a manter esse serviço.

Artigo 6º - A Companhia, através de deliberações do Conselho de Administração, poderá emitir ações preferenciais, em uma ou mais classes, resgatáveis ou não, até o limite de 2/3 (dois terços) da quantidade de ações em que se divide o Capital Social, fixando-lhes as respectivas preferências e vantagens. Respeitado o limite de 2/3 (dois terços), novas ações poderão ser emitidas, ainda que sem guardar a proporção com as demais espécies ou com as demais classes preferenciais.

Parágrafo Único - As ações preferenciais têm as seguintes características:

a) não têm direito de voto;

b) fazem jus ao recebimento de dividendo de 10% (dez por cento) maior que o atribuído às ações ordinárias, vinculados a existência de lucro, a ser distribuído nos termos da legislação em vigor; e

c) terão prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia.

Artigo 7º - A Companhia poderá emitir debêntures, conversíveis ou não em ações, que conferirão aos seus titulares direito de crédito contra ela, nas condições que, por proposta do Conselho de Administração, forem aprovadas pela Assembléia Geral. Nas emissões de debêntures conversíveis em ações, será aplicável a regra do § 2º do artigo 5º, in fine.

Parágrafo Único – Nos termos do disposto no § 1º do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real.

Artigo 8º - É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias.

Capitulo III
Dos Órgãos da Sociedade

Artigo 9º - São órgãos da Companhia:

I - Assembléia Geral;
II - Conselho de Administração;
III - Diretoria Executiva; e
IV - Conselho Fiscal.

Seção I
Da Assembléia Geral

Artigo 10 - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente até o dia 30 de abril de cada ano, na forma da lei, a fim de:

a) tomar as contas dos administradores, relativas ao último exercício social;

b) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, instruídas com parecer do Conselho Fiscal;

c) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos;

d) eleger os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes;

e) eleger os membros do Conselho de Administração, efetivos e suplentes; e

f) fixar os honorários globais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, e os honorários do Conselho Fiscal.

Artigo 11 - A Assembléia Geral reunir-se-á extraordinariamente sempre que convocada pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal, ou por acionistas, na forma da lei.

Artigo 12 - As Assembléias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e, na sua ausência, pelo Vice-Presidente e, na ausência deste, por outro membro do Conselho de Administração. Caberá ao Presidente da Assembléia Geral a escolha do Secretário.

Parágrafo Único - O Presidente da Assembléia deverá observar e fazer cumprir as disposições de acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, não permitindo que se computem os votos proferidos em contrariedade com o conteúdo de tais acordos.

Artigo 13 - Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembléias Gerais por procurador, constituído na forma do § 1º do art. 126 da Lei nº 6404/76, desde que o instrumento de procuração tenha sido depositado na sede social até 24 (vinte e quatro) horas antes da hora marcada para a realização da Assembléia Geral.

Seção II
Do Conselho de Administração

Artigo 14 - O Conselho de Administração será composto por um mínimo de 03 (três) e um máximo de 5 (cinco) membros, todos acionistas, eleitos pela Assembléia Geral.

Parágrafo 1º - De conformidade com o item 4.3 III, do Edital nº COD-05/97, os empregados da Companhia terão o direito de indicar um membro ao Conselho de Administração, caso as ações que detenham não sejam suficientes para assegurar a sua eleição.

Parágrafo 2º - O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos por seus membros na primeira reunião que ocorrer após a eleição dos conselheiros.

Parágrafo 3º - A Assembléia Geral poderá eleger suplentes para o Conselho de Administração que substituirão o conselheiro titular (ou conselheiros titulares) a que estiver(em) vinculado(s), em sua(s) ausência(s) ou impedimento(s) temporário(s), observado o disposto no artigo 17, parágrafo 1º deste Estatuto Social.

Artigo 15 - O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 1 (um) ano, admitida a reeleição.

Parágrafo Único - Terminado o prazo do mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão nos cargos até a posse dos sucessores.

Artigo 16 - Os membros do Conselho de Administração serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse, lavrado no livro de atas do Conselho de Administração.

Artigo 17 - No caso de vacância de membro do Conselho de Administração, seu substituto poderá ser nomeado pelos Conselheiros remanescentes, e servirá até a 1ª Assembléia Geral a ser realizada após a constatação de vacância, observadas as disposições de Acordo de Acionistas arquivado na sede social.

Parágrafo 1º - No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Presidente ou, na falta deste, por outro Conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho de Administração e, não havendo indicação, por escolha da maioria dos demais membros do Conselho.

Parágrafo 2º - No caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho, assumirá o Vice-Presidente, que permanecerá no cargo até que o Conselho escolha o seu novo titular, exercendo o substituto o mandato pelo prazo restante.

Artigo 18 - Compete ao Conselho de Administração:

a) eleger o Diretor Presidente e os demais Diretores, podendo destituí-los a qualquer tempo, fixando sua remuneração mensal individual, respeitado o montante global estabelecido pela Assembléia Geral;

b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando previamente suas políticas empresariais, projetos, orçamentos anuais e plano qüinqüenal de negócios, bem como suas revisões anuais;

c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, as atas, livros e papéis da Companhia; solicitando, através do Presidente, informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;

d) convocar a Assembléia Geral, quando julgar conveniente, ou nos casos em que a convocação é determinada pela lei ou por este Estatuto;

e) manifestar-se sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras, definir a política de dividendos e propor à Assembléia Geral a destinação do lucro líquido de cada exercício;

f) deliberar sobre aumento de capital e preço de emissão de ações da Companhia e bônus de subscrição, de conformidade com o disposto neste Estatuto Social;

g) deliberar sobre as condições e oportunidade de emissão de debêntures previstas nos incisos VI a VIII do Artigo 59 da Lei 6.404/76, conforme disposto no § 1º do mesmo artigo;

h) deliberar sobre as condições de emissão de notas promissórias destinadas à distribuição pública, nos termos da legislação em vigor;

i) deliberar sobre a seleção e/ou destituição dos auditores externos da Companhia;

j) deliberar sobre a contratação de empréstimo ou assunção de dívida que resulte no endividamento da Companhia além dos limites previstos no orçamento anual ou no plano qüinqüenal;

k) deliberar sobre a aquisição de qualquer ativo fixo de valor igual ou superior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e sobre a alienação ou oneração de qualquer ativo fixo de valor igual ou superior a R$2.000.000,00 (dois milhões de reais);

l) autorizar a aquisição de ações de emissão da própria Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria;

m) autorizar prévia e expressamente a celebração de contratos pela Companhia com acionistas ou com pessoas por eles controladas ou a eles coligadas ou relacionadas, direta ou indiretamente, de valor superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

n) aprovar prévia e expressamente a celebração de contratos de qualquer natureza de valor global superior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ainda que se refira a despesas previstas no orçamento anual ou no plano qüinqüenal de negócios;

o) pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresente para sua deliberação ou para serem submetidos à Assembléia Geral;

p) deliberar sobre a constituição e extinção de controladas e a aquisição ou alienação de participações em outras sociedades;

q) deliberar sobre qualquer alteração na política de recursos humanos da Companhia que possa impactar substancialmente nos custos;

r) avocar, a qualquer tempo, o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia, ainda que não compreendido na enumeração deste artigo, e sobre ele proferir decisão a ser obrigatoriamente executada pela Diretoria;

s) deliberar sobre a constituição de qualquer espécie de garantia que não envolva ativos fixos de valor igual ou superior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) em negócios que digam respeito aos interesses e atividades da Companhia; e a constituição de qualquer espécie de garantia que envolva ativos fixos de valor igual ou superior a R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) em negócios que digam respeito aos interesses e atividades da Companhia;

t) declarar dividendos à conta de lucro apurado em balanços semestrais ou em períodos menores, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, nos termos da legislação em vigor, bem como declarar juros sobre capital próprio;

u) deliberar sobre a criação de Comitês para assessorá-lo nas deliberações de assuntos específicos de sua competência;

v) aprovar o regimento interno do Conselho de Administração e de Comitês que sejam criados;

w) aprovar e submeter à Assembléia Geral proposta de plano para a outorga de opção de compra de ações aos administradores da Companhia ou a seus empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle;

x) aprovar previamente alteração em contrato de concessão firmado pela Companhia;

y) exercer os demais poderes que lhe sejam atribuídos por lei e pelo presente Estatuto;

z) resolver os casos omissos neste Estatuto e exercer outras atribuições que a lei, ou este Estatuto, não confira a outro órgão da Companhia.

Parágrafo 1º - As reuniões ordinárias do Conselho de Administração ocorrerão ao menos uma vez a cada três meses, podendo, entretanto, ser realizadas com maior freqüência, caso o Presidente do Conselho de Administração assim solicite, por iniciativa própria ou mediante provocação de qualquer membro, deliberando validamente pelo voto da maioria dos conselheiros presentes (dentre eles, obrigatoriamente, o Presidente ou o Vice-Presidente). Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração através de conferência telefônica ou vídeo-conferência.

Parágrafo 2º - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com 10 (dez) dias de antecedência por comunicação enviada pelo Presidente do Conselho de Administração, com a indicação das matérias a serem tratadas e acompanhadas dos documentos de apoio porventura necessários.

Parágrafo 3º - Em caso de manifesta urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas em prazo inferior ao mencionado no parágrafo 2º acima.

Parágrafo 4º - No caso de empate na votação, o Presidente do Conselho de Administração e, na sua ausência, o Vice-Presidente, terá, além do voto comum, o de qualidade.

Parágrafo 5º - A presença de todos os membros permitirá a realização de reuniões do Conselho de Administração independentemente de convocação.

Parágrafo 6º - Caso não haja quorum de instalação em primeira convocação, o Presidente deverá convocar nova reunião do Conselho de Administração, a qual poderá instalar-se, em segunda convocação -- a ser feita com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência --, com qualquer número. A matéria que não estiver na ordem do dia da reunião original do Conselho de Administração não poderá ser apreciada em segunda convocação, salvo se presentes todos os conselheiros e os mesmos concordarem expressamente com a nova ordem do dia.

Parágrafo 7º - Nas reuniões do Conselho de Administração são admitidos os votos por meio de delegação feita em favor de outro Conselheiro, o voto por escrito antecipado e o voto por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, computando-se como presentes os membros que assim votarem.

Seção III
Da Diretoria Executiva

Artigo 19 - A Diretoria compor-se-á de 6 (seis) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Assuntos Regulatórios, um Diretor Financeiro, que acumulará as funções de Diretor de Relações com Investidores, um Diretor de Gestão de Energia, um Diretor de Distribuição e um Diretor Administrativo.

Parágrafo Único - Compete:

a) Ao Diretor Presidente, dirigir todos os negócios e a administração geral da Companhia e exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas por este Estatuto, pelo Conselho de Administração e, ainda, privativamente:

(i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

(ii) conceder licença aos membros da Diretoria e indicar-lhes substitutos;

(iii) coordenar e orientar os trabalhos dos demais Diretores;

(iv) propor ao Conselho de Administração as áreas de atuação de cada Diretor;

(v) tomar decisões de caráter de urgência de competência da Diretoria, "ad referendum" desta;

(vi) representar a Companhia em assembléias gerais de acionistas ou indicar um Diretor ou um procurador para representá-lo;

(vii) receber citação inicial e representar a Companhia em Juizo ou fora dele, ou indicar um Diretor para fazê-lo.

(viii) dirigir e liderar o desenvolvimento da estratégia corporativa da Companhia, coordenando os processos de planejamento empresarial, bem como avaliar o potencial, planejar o desenvolvimento de novos negócios de distribuição de energia elétrica e atividades correlatas ou complementares;

b) Ao Diretor de Assuntos Regulatórios, dirigir e liderar a gestão regulatória, incluindo o acompanhamento das atualizações de regulamentação do setor elétrico;

c) Ao Diretor Financeiro, dirigir e liderar a administração e gestão das atividades financeiras da Companhia, incluindo a análise de investimentos e definição dos limites de exposição a risco, propositura e contratação de empréstimos e financiamentos, operações de tesouraria, planejamento e controle financeiro e tributário, e a gestão das atividades inerentes à Contabilidade da companhia; competindo-lhe, ainda, desempenhar as funções de representante da companhia em suas relações com investidores e o mercado de capitais.

d) Ao Diretor de Gestão de Energia, dirigir as operações de comercialização de energia da companhia, planejando e realizando as atividades de compra e venda de energia, com observância de adequada gestão de risco; planejar e executar o atendimento comercial, bem como o desenvolvimento e a oferta de serviços de valor agregado para grandes clientes;

e) Ao Diretor de Distribuição, dirigir o negócio de distribuição de energia elétrica, aprovar a elaboração e aplicação das politicas e procedimentos de atendimento técnico e comercial aos consumidores, responder pelo planejamento, operação e manutenção do sistema elétrico, engenharia e gestão de ativos da Companhia, observados os padrões adequados de rentabilidade empresarial e os padrões de qualidade definidos pelo Poder Concedente; competindo-lhe, ainda, propor e gerir os investimentos relacionados com o negócio de distribuição de energia;

f) Ao Diretor Administrativo, dirigir e liderar as atividades de tecnologia de informação, suprimentos, infra-estrutura e logística administrativa da companhia; gerir os processos e sistemas de gestão organizacional, propor e/ou disseminar as normas internas; competindo-lhe, ainda, propor, examinar, avaliar, planejar e implantar novos projetos e investimentos pertinentes às referidas atividades, em harmonia com o planejamento estratégico da companhia

Artigo 20 - O mandato dos membros da Diretoria será de 02 (dois) anos, admitida a reeleição.

Parágrafo Único – Terminado o prazo do mandato, os membros da Diretoria permanecerão nos cargos até a posse dos sucessores.

Artigo 21 - Os membros da Diretoria serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse, lavrado no livro de atas das reuniões de Diretoria.

Artigo 22 – Na hipótese de vagar um dos cargos de Diretor, caberá ao Diretor Presidente indicar, dentre os demais Diretores, a quem competirá acumular as funções correspondentes ao cargo vago, até a eleição do substituto pelo Conselho de Administração. Em caso de vaga no cargo de Diretor Presidente, competirá ao Presidente do Conselho de Administração – ou, no impedimento deste, ao Diretor Administrativo-Financeiro, exercer as funções até a eleição do substituto.

Parágrafo 1º - O Diretor Presidente, nos seus impedimentos temporários, será substituído por outro diretor a ser designado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 2º - Em caso de ausência ou impedimento temporário, os demais Diretores serão substituídos por outro Diretor da Companhia, indicado pelo Diretor Presidente.

Artigo 23 - Sem prejuízo das demais atribuições específicas estabelecidas no artigo 19, parágrafo único, compete à Diretoria:

I) Praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia;

II) Submeter à aprovação do Conselho de Administração as Políticas e Estratégias da Companhia;

III) Submeter à aprovação do Conselho de Administração proposta de aumento de capital e de reforma do Estatuto Social;

IV) Recomendar ao Conselho de Administração (i) a aquisição de qualquer ativo fixo de valor igual ou superior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e a alienação ou oneração de qualquer ativo fixo de valor igual ou superior a R$2.000.000,00 (dois milhões de reais); (ii) a constituição de qualquer espécie de garantia que não envolva ativos fixos de valor igual ou superior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) em negócios que digam respeito aos interesses e atividades da Companhia e a constituição de qualquer espécie de garantia que envolva ativos fixos de valor igual ou superior a R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais); e (iii) a celebração de contratos, pela Companhia, com acionistas ou com pessoas por eles controladas ou a ele coligadas ou relacionadas, direta ou indiretamente, de valor superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); e

V) Submeter à aprovação do Conselho de Administração o plano qüinqüenal, bem como suas revisões anuais e o orçamento anual.

Artigo 24 - A Diretoria reunir-se-á por convocação do Diretor Presidente, com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo Único – As decisões da Diretoria tomar-se-ão por maioria de votos dos membros presentes, cabendo ao Diretor Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

Artigo 25 – Todos os atos, contratos ou documentos que impliquem responsabilidade para a Companhia, ou desonerem Terceiros de responsabilidade ou obrigações para com a Companhia, deverão, sob pena de não produzirem efeitos contra a mesma, ser assinados (i) por 2 (dois) Diretores; (ii) por um único Diretor, desde que previamente autorizado pelo Conselho de Administração; (iii) por um Diretor em conjunto com um procurador ou (iv) por dois procuradores.

Parágrafo 1º - As procurações outorgadas pela Companhia deverão (i) ser assinadas por 2 (dois) Diretores, um dos quais obrigatoriamente o Diretor Presidente; (ii) especificar expressamente os poderes conferidos; e (iii) conter prazo de validade limitado a no máximo 1 (um) ano, sem poderes para substabelecimento, com exceção das procurações "ad judicia", que poderão ser substabelecidas e outorgadas por prazo indeterminado.

Parágrafo 2º - Ressalvado o disposto neste Estatuto, a Companhia poderá ser representada por um único Diretor ou procurador (i) na prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas em geral, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, Junta Comercial, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores, (ii) junto a concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, em atos que não importem em assunção de obrigações ou na desoneração de obrigações de terceiros, (iii) para preservação de seus direitos em processos administrativos ou de qualquer outra natureza, e no cumprimento de suas obrigações fiscais, trabalhistas ou previdenciárias, (iv) no endosso de títulos para efeitos de cobrança ou depósito em contas bancárias da Companhia e (v) para fins de recebimento de intimações, citações, notificações ou interpelações, ou ainda para representação da Companhia em Juízo.

Parágrafo 3º - É vedado aos Diretores e procuradores praticar atos estranhos ao objeto social, bem como prestar garantias e/ou assumir obrigações em benefício ou em favor de terceiros sem o prévio e expresso consentimento do Conselho de Administração, sendo ineficazes em relação à Companhia os atos praticados em violação ao estabelecido neste dispositivo.

Artigo 26 - Compete a qualquer membro da Diretoria, além de exercer os poderes e atribuições conferidos pelo presente Estatuto, cumprir outras funções que vierem a ser fixadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 27 – O Diretor Presidente poderá afastar qualquer membro da Diretoria, devendo informar a sua decisão e os motivos que a fundamentam e a formalização da demissão ocorrerá na próxima reunião do Conselho de Administração. As funções do Diretor afastado serão, até a nomeação do substituto, desempenhadas pelo Diretor designado pelo Diretor Presidente.

Seção IV
Do Conselho Fiscal

Artigo 28 - O Conselho Fiscal poderá ser instalado pela Assembléia Geral, obedecidas as disposições legais, e compor-se-á de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes.

Parágrafo 1º - Os honorários dos membros do Conselho Fiscal serão fixados pela Assembléia Geral Ordinária.

Parágrafo 2º - As atribuições do Conselho Fiscal são as fixadas em lei e seu funcionamento será permanente.

Capitulo IV
Do Exercício Social

Artigo 29 - O exercício social terminará a 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras do exercício, que serão, após manifestação dos Conselhos de Administração e Fiscal, submetidas à Assembléia Geral Ordinária, juntamente com a proposta de destinação do resultado do exercício.

Parágrafo 1º - O lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação:

a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito;

b) pagamento de dividendo obrigatório, observado o disposto nos artigos 30 e 32 deste Estatuto;

c) o lucro remanescente, ressalvada deliberação em contrário da Assembléia Geral, será destinado a formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social subscrito.

Artigo 30 – A Companhia distribuirá como dividendo, em cada exercício social, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76 e, observado o disposto do artigo 6º deste Estatuto Social.

Artigo 31 - Por deliberação do Conselho de Administração, o dividendo obrigatório poderá ser pago antecipadamente, no curso do exercício e até a Assembléia Geral Ordinária que determinar o respectivo montante; o valor do dividendo antecipado será compensado, com o do dividendo obrigatório do exercício. A Assembléia Geral Ordinária determinará o pagamento do saldo do dividendo obrigatório que houver, bem como a reversão àquela reserva do valor pago antecipadamente.

Artigo 32 – A Companhia levantará balanço semestral em 30 de junho de cada ano e poderá, por determinação do Conselho de Administração, levantar balanços em períodos menores.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros apurados no balanço semestral e, observadas as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, ou à conta de lucros acumulados ou reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo 2º – O Conselho de Administração poderá declarar juros sobre o capital próprio, nos termos do §7º do artigo 9º da Lei nº 9.242/95 e imputá-los ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

Artigo 33 - Os dividendos, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral, serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data da deliberação de sua distribuição e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

Artigo 34 - Nos exercícios em que for pago o dividendo mínimo obrigatório, a Assembléia Geral poderá atribuir ao Conselho de Administração e à Diretoria participação nos lucros, respeitados os limites do § 1º do artigo 152 da Lei nº 6.404/76, cabendo ao Conselho de Administração definir a respectiva distribuição.

Artigo 35 - Os dividendos declarados não renderão juros nem serão corrigidos monetariamente e, se não forem reclamados no prazo de 3 (três) anos, contado do início do seu pagamento, prescreverão em favor da Companhia.

Capítulo V
Da Dissolução

Artigo 36 - A Companhia se dissolverá nos casos previstos em lei, competindo ao Conselho de Administração determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante.

Capítulo VI
Disposições Finais

Artigo 37 – Os valores monetários referidos nos artigos 18 e 23 deste Estatuto são os constantes no Acordo de Acionistas e são corrigidos, no início de cada exercício social, com base na variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas ocorrida no exercício anterior; e, na falta deste, por outro índice publicado pela mesma Fundação que reflita a perda do poder de compra da moeda nacional ocorrida no período.

- Escritura de Emissão das Debêntures

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SÉRIE AAA 1 E8 0371 REGISTRAR É SEGURANÇA

JUCERJA

2ºRTD-RJ - 880371

2º RTD - RJ - RIO DE JANEIRO - 17/VII/09

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA RIO GRANDE ENERGIA S.A.

ENTRE

RIO GRANDE ENERGIA S.A.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

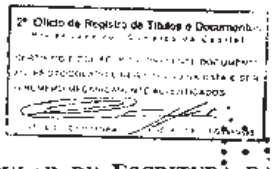
E

CPFL ENERGIA S.A.

18 DE JUNHO DE 2009

12 JUL 09 5088990 REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA RIO GRANDE ENERGIA S.A.

Pelo presente instrumento, de um lado

RIO GRANDE ENERGIA S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, à Rua Mario Boni, nº 54, CEP 95012-580, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.016.439/0001-38 e registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul - JUCERGS sob o NIRE 43300036138, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("RGE", "Emissora" ou "Companhia");

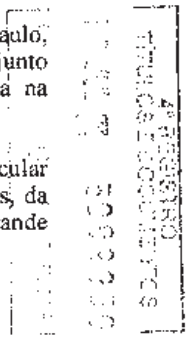
e, de outro lado,

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira constituída sob a forma de sociedade por ações, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown – Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91 ("Agente Fiduciário"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social;

e, como interveniente,

CPFL ENERGIA S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho n.º 1.510, 14º andar, conjunto 1.402, inscrita no CNPJ/MF n.º 02.429.144/0001-93, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("CPFL Energia" ou "Garantidora"),

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, da Rio Grande Energia S.A. ("Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:



CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é firmada com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 29 de maio de 2009 ("RCA"), na qual foram deliberadas as condições da Emissão, conforme disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos
2º RTD - RIO DE JANEIRO - RJ 17.VII.09
SERIE AAA 88 0371
REGISTRAR É SEGURANÇA

CLÁUSULA II
REQUISITOS

A 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública pela Emissora (respectivamente "Emissão" e "Debêntures") será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Emissão será registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na forma da Lei no 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. O registro da Oferta será requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução CVM nº 471, de 08 de agosto de 2008 ("Instrução CVM 471"), sendo a oferta previamente submetida à análise da Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID") e da CVM, por meio do convênio firmado entre a CVM e a ANBID.

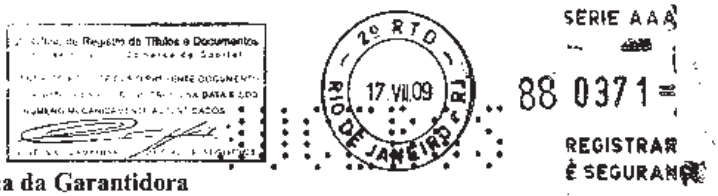
2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul e Publicação das Atas de Reuniões do Conselho de Administração

A ata da RCA de 29 de maio de 2009, que deliberou a Emissão, foi registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul ("JUCERGS") em 18 de junho de 2009, sob o nº 3144152 e foi publicada no (i) Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, em 30 de maio de 2009, e no (ii) Jornal Pioneiro de Caxias do Sul, em 1º de junho de 2009. A Remuneração a ser fixada em Procedimento de *Bookbuilding*, será ratificada em Reunião do Conselho de Administração, cuja ata será arquivada na JUCERGS e publicada no (i) Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, e (ii) Jornal Pioneiro de Caxias do Sul, posteriormente, antes da concessão do Registro da Oferta, perante a CVM, conforme o item 4.2.7 abaixo desta Escritura (em conjunto as "RCAs").

2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
RIO DE JANEIRO

2.3. Inscrição da Escritura na JUCERGS

Esta Escritura e eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão arquivados na JUCERGS, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.



2.4. Registro da Fiança da Garantidora

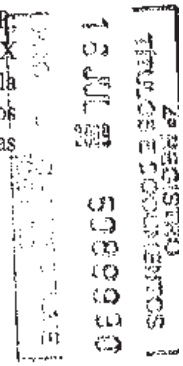
Em virtude da fiança a que se refere o item 3.9 da Cláusula III abaixo, a ser prestada pela Garantidora em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura será registrada no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro em até 10 dias úteis a contar da data de assinatura desta Escritura. Após tais registros a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada.

2.5. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento

A Emissão das Debêntures será submetida à análise prévia da ANBID, e a Oferta será registrada na CVM nos termos da Instrução CVM 471, do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para Atividades Conveniadas ("Código ANBID").

2.6. Registro para Colocação e Negociação

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário: (i) no SDT – Módulo de Distribuição de Títulos, e no SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) no DDA – Sistema de Distribuição de Ativos e no Sistema BOVESPAFIX ("BOVESPAFIX"), ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia das Debêntures, a liquidação financeira da Oferta e a negociação das Debêntures.



CLÁUSULA III
CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

De acordo com seu Estatuto Social, a Emissora tem como objeto social: (a) realizar estudos, projetos, construções e operações de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica e serviços correlatos, inclusive sistemas de informática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, podendo participar de outras sociedades para a realização de seus objetivos sociais; (b) desenvolver atividades associadas à prestação de serviços de energia elétrica, tais como: uso múltiplo de postes, mediante cessão onerosa a outros usuários; transmissão de dados através de suas instalações, observada a legislação

2º Ofício do Registro de Títulos e Documentos
2º R T D
RIO DE JANEIRO - RJ
17.VII.09
SÉRIE AAA
88 0371 =
REGISTRAR
GARANTIA

pertinente; prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; serviços de otimização de processos energéticos e instalações elétricas de consumidores; cessão onerosa de faixas de servidão de linhas e áreas de terra exploráveis de usinas e reservatórios, visando a maior eficiência no uso da eletricidade; e (c) integrar grupos de estudo, consórcios, grupos de sociedade ou quaisquer outras formas associativas com vista a pesquisas de interesse do setor energético, à formação de pessoal técnico a ele necessário, bem como à prestação de serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro a outras empresas.

3.2. Número da Emissão

3.2.1 A presente Escritura constitui a 4ª Emissão de Debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1 O valor total da Emissão é de R$185.000.000,00 (cento e oitenta e cinco milhões de reais) na Data de Emissão.

3.4. Número de Séries

3.4.1 A Emissão será realizada em uma única série.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

RIO DE JANEIRO - RJ
17 JUL 2009
0066805
TÍTULOS E DOCUMENTOS
PROTOCOLO

3.5.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("HSBC") e do Banco UBS Pactual S.A. ("UBS Pactual" e, em conjunto com o HSBC, "Coordenadores"). Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão plano de distribuição, tendo como público alvo fundos de investimento, fundos de pensão, administradores de recursos de terceiros, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e outros investidores considerados institucionais ou qualificados, incluindo, mas não se limitando a pessoas físicas, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004 conforme alterada, conforme definidas no contrato de distribuição celebrado pela Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição").

3.5.2 A distribuição pública das Debêntures somente terá início após o registro da Emissão pela CVM, a publicação do anúncio de início ("Anúncio de

SÉRIE AAA
88 0371
REGISTRAR É SEGURANÇA

Início") e a disponibilização para os investidores do Prospecto Definitivo ("Prospecto Definitivo"), nos termos da Instrução CVM 400.

3.5.3 Os Coordenadores realizarão a distribuição pública das Debêntures, sob o regime de garantia firme, válida até o dia 24 de agosto de 2009 ("Prazo de Distribuição").

3.5.4 Será adotado o Procedimento de *Bookbuilding*, organizado pelos Coordenadores, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos para a definição da quantidade de Debêntures e da respectiva taxa de Remuneração.

3.5.5 O investimento nas Debêntures não é adequado aos investidores que: (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; e (ii) necessitem de liquidez considerável com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de Debêntures no mercado secundário brasileiro é restrita.

3.6. Limite da Emissão

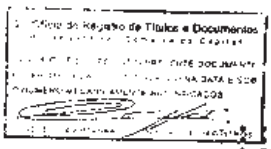
3.6.1 A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social da Emissora na Data de Emissão (conforme definida no 4.1.1 abaixo) era de R$851.860.582,21 (oitocentos e cinqüenta e um milhões, oitocentos e sessenta mil, quinhentos e oitenta e dois reais e vinte e um centavos), e o valor total da Emissão é de R$185.000.000,00 (cento e oitenta e cinco milhões de reais).

3.7. Banco Mandatário e Escriturador

3.7.1 O banco mandatário e escriturador da Emissão será o Banco Bradesco S.A. ("Banco Mandatário" e "Banco Escriturador").

3.8. Destinação dos Recursos

3.8.1 Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão de Debêntures são destinados obrigatoriamente para o resgate das notas promissórias comerciais da 3ª Emissão da Emissora, registradas perante a CVM em 20 de abril de 2009.



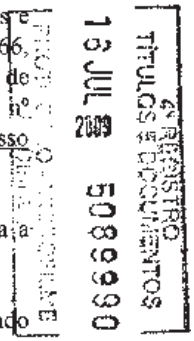
3.9. Garantia Fidejussória

3.9.1 Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, a Garantidora presta fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente como fiadora e principal pagadora pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos desta Escritura, nos termos descritos a seguir.

3.9.2 A Garantidora declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, inclusive, mas não limitado, àquelas devidas ao Agente Fiduciário ("Valor Garantido").

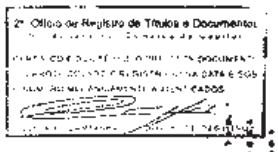
3.9.3 O Valor Garantido será pago pela Garantidora no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Garantidora informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos titulares das Debêntures a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pela Garantidora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura.

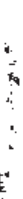
3.9.4 A Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil") e artigo 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").



3.9.5 A Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a fiança objeto deste item 3.9.

3.9.6 A presente fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.





3.9.7 A Garantidora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do Valor Garantido.

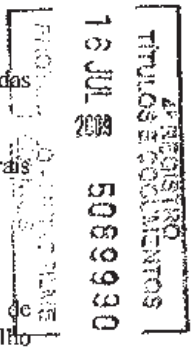
3.9.8 A fiança de que trata este item foi devidamente aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Garantidora, conforme prevê o artigo 18, alínea (u) do seu Estatuto Social, realizada em 27 de maio de 2009 cuja ata será arquivada na Junta Comercial do Estão de São Paulo e foi publicada nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico em 30 de maio de 2009 e 1º de junho de 2009, respectivamente.

3.9.9 A presente fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido.

3.9.10 A garantia fidejussória concedida à emissão de debêntures foi feita com base nas informações financeiras da Emissora e da Garantidora contempladas no Prospecto Preliminar ("Prospecto Preliminar") e no Prospecto Definitivo (em conjunto com o Prospecto Preliminar, "Prospectos") divulgados ao mercado.

CLÁUSULA IV
CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

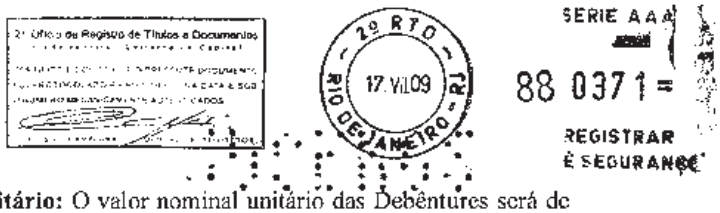


4.1.1 **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de Emissão das Debêntures será o dia 1º de julho de 2009 ("Data de Emissão").

4.1.2 **Conversibilidade e Forma:** simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas e certificados.

4.1.3 **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária.

4.1.4 **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vencimento de 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, com vencimento em 1º de julho de 2011 ("Data de Vencimento"). Na respectiva Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário (conforme definido em 4.1.5. desta Escritura), acrescido da remuneração de que trata a Cláusula 4.2. abaixo, calculada *pro rata temporis*, a partir da última data de pagamento da referida remuneração.



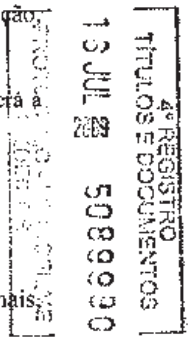
4.1.5 **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.5.1 *Atualização*: O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado ou corrigido por qualquer índice ou taxa.

4.1.6 **Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 185.000 (cento e oitenta e cinco mil) Debêntures, totalizando R$185.000.000,00 (cento e oitenta e cinco milhões de reais) na Data de Emissão.

4.2. Remuneração

4.2.1 A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração ("Remuneração") que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário. As Debêntures renderão juros correspondentes a um percentual da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra-grupo ("Taxa DI"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinqüenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, a ser definido em Procedimento de Bookbulding (conforme abaixo definido), observada a remuneração máxima correspondente a 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a última data de pagamento da remuneração, conforme o caso, até a Data de Vencimento, e pagos ao final de cada período de capitalização, conforme definido no item 4.2.2 abaixo.



4.2.2 **Fórmula de Cálculo da Remuneração.** O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J - Valor unitário dos juros remuneratórios, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final do Período de Capitalização.

VNe - Valor nominal de emissão, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Fator DI - produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até data de término do Período de

SÉRIE AAA
88 0371
REGISTRAR É SEGURANÇA
17.VII.09

Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n}\left(1+\text{TDI}_k \times \frac{p}{100}\right)$$

onde:

k – Número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até n.

n - Número total de Taxas DI, sendo "n" um número inteiro.

p –percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com duas casas decimais.

TDI_k - Taxa DI de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100}+1\right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k - Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

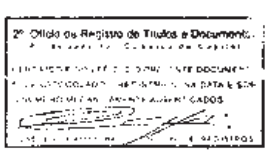
O fator resultante da expressão $\left(1+TDI_k \times \frac{p}{100}\right)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1+TDI_k \times \frac{p}{100}\right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

"Período de Capitalização": significa o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração, exclusive, correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

16 JUL 2009



SERIE AAA

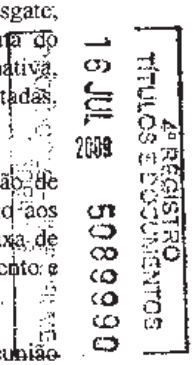
88 0371

REGISTRAR É SEGURANÇA

4.2.3 Se, a qualquer tempo durante a vigência da Debênture, não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI disponível, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os detentores das Debêntures quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

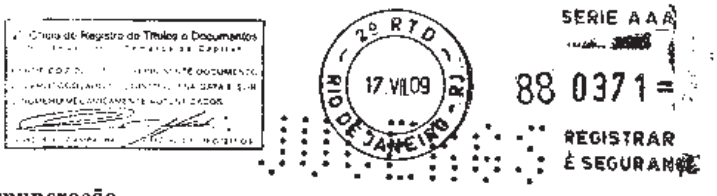
4.2.4 No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula 10.1 desta Escritura), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração a ser aplicado.

4.2.5 Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2. desta Escritura, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.



4.2.6 A Remuneração será definida em procedimento de coleta de intenção de investimento, conduzido pelos Coordenadores, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros, observada a remuneração máxima correspondente a 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI ("Procedimento de *Bookbuilding*").

4.2.7 O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será (i) ratificado em reunião do Conselho de Administração da Emissora cuja ata da reunião será devidamente arquivada na JUCERGS e publicada nos jornais (a) Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, (b) Jornal Pioneiro de Caxias do Sul e (c) Jornal Valor Econômico; (ii) objeto de aditamento da Escritura; e (iii) divulgado nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM 400.



4.3. Pagamento da Remuneração

O pagamento da Remuneração será feito semestralmente, contado da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 1º de janeiro de 2010 e os pagamentos subsequentes no dia 1º de janeiro e 1º de julho de cada ano e o último pagamento na Data de Vencimento.

4.4. Amortização

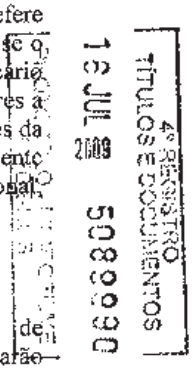
A amortização será realizada integralmente na Data de Vencimento das Debêntures.

4.5. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela Central Depositária da BM&FBOVESPA, para as Debêntures registradas no BOVESPAFIX; ou (ii) os procedimentos adotados pela CETIP, para as debêntures registradas no SND; ou (iii) para os titulares de Debêntures da Emissão que não estejam vinculados a esses sistemas, por meio do Banco Mandatário da presente Emissão.

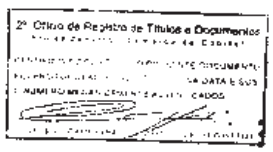
4.6. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subseqüente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP ou pela Central Depositária da BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.



4.7. Encargos Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a (i) juros de mora calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; e (ii) multa moratória convencional, irredutível e de natureza compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago.



4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.9. Forma de Subscrição e Integralização

A integralização será realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional;

4.10. Preço de Subscrição

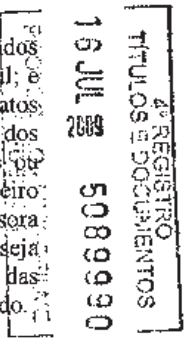
As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto na Cláusula 4.2 desta Escritura.

4.11. Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

4.12. Publicidade

Os atos societários da Emissora serão publicados nos jornais usualmente utilizados pela Emissora, quais sejam: o (i) Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul; e (ii) Jornal Pioneiro de Caxias do Sul. Não obstante, todas as publicações, exceto atos societários, que tiverem relação com a Emissão ou envolvam interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos ou anúncios, no (i) Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul; (ii) Jornal Pioneiro de Caxias do Sul; e (iii) jornal Valor Econômico, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores – *internet* (*www.cpfl.com.br/ri*). Caso seja publicado na forma de resumo, o inteiro teor do anúncio de início de distribuição das Debêntures constará da página da Emissora na *internet*, no endereço acima referido.



4.13. Comprovação de Titularidade das Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato, expedido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando

13

esses títulos estiverem depositados no SND. Para as Debêntures depositadas na Central Depositária da BM&FBOVESPA, será emitido, pela Central Depositária da BM&FBOVESPA, extrato de custódia em nome do Debenturista.

4.14. Liquidez e Estabilização

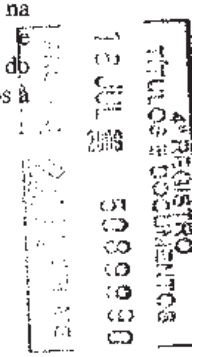
Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.15. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA V
ADITAMENTO À PRESENTE ESCRITURA

5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser firmados pela Emissora, pela Garantidora e pelo Agente Fiduciário e posteriormente arquivados na JUCERGS e registrados no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, e Cidade e Estado do Rio de Janeiro, e enviados à CVM.



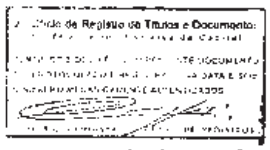
CLÁUSULA VI
RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1. Resgate Antecipado

Não haverá resgate antecipado facultativo.

6.2. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures



adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

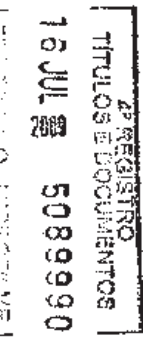
CLÁUSULA VII
VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Observado o disposto nos itens 7.1.1 a 7.1.5 abaixo, os titulares das Debêntures terão o direito de declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e de exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou da data do último pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial na ocorrência das seguintes hipóteses:

(a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora e/ou a Garantidora, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R$50.000.000,00 (cinqüenta milhões de reais), salvo se no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do referido protesto, (a) seja validamente comprovado pela Emissora que o(s) protesto(s) foi/foram efetuado(s) por erro ou má-fé de terceiros; (b) for/forem cancelado(s), ou ainda, (c) forem prestadas garantias em juízo;

(b) pedido por parte da Emissora e/ou da Garantidora de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora e/ou a Garantidora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou, ainda, se a Emissora e/ou a Garantidora formular pedido de autofalência;

(c) alteração do atual controle da Emissora ou da Garantidora, sem prévia aprovação dos titulares das Debêntures, excetuada a hipótese de alteração do controle da Emissora ou da Garantidora desde que, após a conclusão da referida operação, ao menos um dos seguintes acionistas: Camargo Corrêa Energia S.A. ou Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ, permaneça, direta ou indiretamente, no bloco de controle da CPFL Energia e da Emissora;



15

2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos
17 VII 09
SÉRIE AAA
88 0371
REGISTRAR É SEGURANÇA

(d) liquidação, dissolução, extinção ou decretação de falência da Emissora e/ou da Garantidora;

(e) não pagamento, pela Emissora ou pela Garantidora, das obrigações pecuniárias devidas aos titulares de Debêntures, não sanado no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de vencimento respectiva;

(f) deliberação de redução de capital social da Emissora e/ou da Garantidora por seus respectivos acionistas, após a data do registro da Emissão perante a CVM e antes da Data de Vencimento, sem a prévia anuência dos titulares de Debêntures, nos termos previstos no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;

(g) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Emissora caso a Emissora esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias referentes às Debêntures;

(h) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Garantidora, caso a Garantidora esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias referentes às Debêntures;

(i) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou da Garantidora e não devidamente elidido pela Emissora e/ou pela Garantidora no prazo de 30 (trinta) dias corridos;

(j) não pagamento na data de vencimento original ou vencimento antecipado, de quaisquer obrigações financeiras da Emissora e/ou da Garantidora, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R$50.000.000,00 (cinqüenta milhões de reais), ressalvada a hipótese de a Emissora e/ou Garantidora, por meio de qualquer medida judicial ou arbitral cabível, contestar e evitar a formalização do referido vencimento antecipado ou inadimplemento em até 3 (três) dias úteis, sem que para tanto tenha que garantir o juízo com pecúnia ou outros bens em valor correspondente ao montante acima destacado;

(k) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou Garantidora, em valor agregado igual ou superior a R$50.000.000,00 (cinqüenta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data estipulada para pagamento;

(l) transformação da Emissora em sociedade limitada;

17 JUL 2009
5088990
TÍTULOS E DOCUMENTOS

2º Ofício do Registro de Títulos e Documentos
2º RTD - RIO DE JANEIRO - RJ 17/VII/09
SÉRIE AAA
88 0371
REGISTRAR É SEGURANÇA

(m) perda ou cassação, por qualquer motivo, da concessão para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, de que a Emissora é titular nos termos do Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica nº 013/97, celebrado pela Companhia e pela União Federal em 06 de novembro de 1997, desde que tal perda ou cassação não seja revertida no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua verificação;

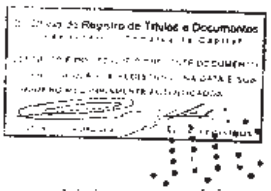
(n) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura não sanada em 30 (trinta) dias corridos contados da data do recebimento pela Emissora de aviso escrito que lhe for enviado por qualquer dos titulares das Debêntures ou pelo Agente Fiduciário; e

(o) não observância pela Emissora por 2 (dois) trimestres consecutivos dos seguintes índices e limites financeiros, calculados com base nas informações financeiras não-consolidadas (controladora) da Emissora dos 12 (doze) últimos meses, ao final de cada trimestre, em até 15 (quinze) dias após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Emissora, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures:

(i) relação entre Dívida Líquida da Emissora e EBITDA da Emissora menor ou igual a 3,0 (três inteiros) vezes. Para os fins deste item (i), considera-se como "Dívida Líquida" o endividamento oneroso total, menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras da Emissora. Estão incluídas neste cálculo as posições líquidas de derivativos. Está excluída deste cálculo confissão de dívida junto à entidade de previdência privada, e considera-se como "EBITDA" (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization) da Emissora, o lucro da Emissora antes de juros, tributos, amortização e depreciação no período de 12 (doze) meses anteriores ao fechamento de cada trimestre; e

(ii) relação entre EBITDA da Emissora e Resultado Financeiro da Emissora maior ou igual a 2,0 (dois inteiros) vezes. Para os fins deste item (ii), considera-se como "Resultado Financeiro" da Emissora, a diferença entre receitas financeiras e despesas financeiras no período de 12 (doze) meses anteriores ao fechamento de cada trimestre, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio. O Resultado Financeiro será apurado em módulo se for negativo e, ser for positivo, não será considerado para cálculo. Estão excluídos deste cálculo os juros efetivamente desembolsados e/ou provisionados por conta de confissão de dívida junto à entidade de previdência privada, bem como

13 JUL 2009 0666805 1º OFÍCIO DE NOTAS E DE PROTESTOS DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
17 CRTL



SERIE AAA

88 0371

REGISTRAR É SEGURANÇA

variações cambiais e monetárias sobre dívidas e caixa, e por fim as despesas oriundas de provisões que não tiveram impacto no fluxo de caixa da Emissora, mas apenas registro contábil.

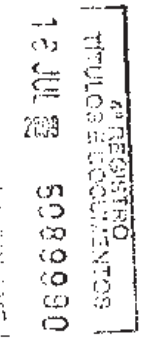
7.1.1 Os valores mencionados nas alíneas do item 7.1, (a), (j) e (k) acima não serão reajustados ou corrigidos.

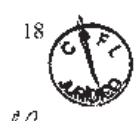
7.1.2 A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (b), (d), (e), (i), (l) e (m) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta ao respectivo detentor, ficando o vencimento condicionado à entrega de notificação nesse sentido, pelo Agente Fiduciário à Emissora. Na ocorrência dos eventos previstos nas alíneas (a), (c), (f), (g), (h), (j), (k), (n) e (o) do item 7.1. acima, deverá ser convocada, pelo Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento, Assembléia dos titulares das Debêntures, para deliberar sobre o eventual Vencimento Antecipado das Debêntures. A Assembléia dos titulares das Debêntures a que se refere este item deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

7.1.3 Na Assembléia mencionada no item 7.1.2 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previsto na Cláusula Décima desta Escritura, os titulares das Debêntures poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

7.1.4 Na hipótese (i) de não instalação da Assembléia dos titulares das Debêntures mencionada no item 7.1.2 acima em primeira convocação por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 7.1.3 acima por titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, o Agente fiduciário deverá declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures.

7.1.5 Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de





2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos
2º RTD RIO DE JANEIRO RJ 17.VII.09
SERIE AAA 88 0371
REGISTRAR É SEGURANÇA

carta protocolizada no endereço constante da Cláusula Décima Segunda desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.7. acima.

CLÁUSULA VIII
OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

(i) 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, caso não estejam disponíveis no site da CVM; e (ii) Demonstração Financeiras completas da Garantidora relativas ao exercício social então encerrado para fins de acompanhamento da garantia fidejussória, caso não estejam disponíveis no site da CVM;

(ii) após 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social, (a) cópia de suas informações financeiras relativas ao respectivo trimestre, caso não estejam disponíveis no site da CVM; e (b) outras informações financeiras que sejam necessárias para os cálculos a que se refere o item 7.1. (o) desta Escritura;

(iii) cópias das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM 202, de 06 de dezembro de 1993 ("Instrução CVM 202"), nos prazos ali previstos, caso não estejam disponíveis no site da CVM;

(iv) com a maior brevidade possível, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário;

(v) confirmar, por escrito, ao Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva solicitação, de que esta adimplente com suas obrigações, nos termos estabelecidos nesta Escritura; e

(vi) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados na Cláusula Sétima acima, na mesma data em que tomar ciência de sua ocorrência;

16 JUL 2009 508990 4º REGISTRO TÍTULOS E DOCUMENTOS

2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos
2º RTD RIO DE JANEIRO RJ 17.VI.09
SÉRIE AAA 88 0371
REGISTRAR É SEGURANÇA

(b) proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;

(c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(d) convocar, nos termos do Cláusula Décima desta Escritura, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;

(e) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia e/ou pela CETIP ou pela BM&FBOVESPA;

(f) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada junto à CVM;

(g) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM 202;

(h) manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;

(i) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures;

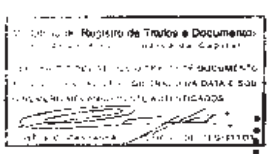
2º REGISTRO TÍTULOS E DOCUMENTOS
13 JUL 2009
5089990

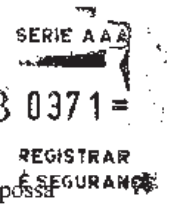
(j) manter seguros conforme as práticas usualmente adotadas no setor de atuação da Emissora;

(k) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social e esta Escritura;

(l) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos, conforme previsto na Cláusula 3.8 acima;

(m) manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora, exceto no que se refere a licenças,





concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;

(n) manter válidas e regulares as licenças ambientais relevantes pertinentes às suas atividades, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;

(o) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;

(p) enquanto as Debêntures estiverem em circulação, não efetuar qualquer alteração substancial na natureza de seus negócios, conforme conduzidos nesta data;

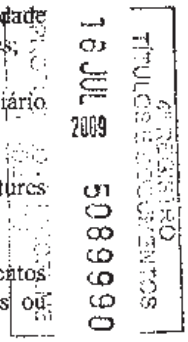
(q) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e BOVESPAFIX);

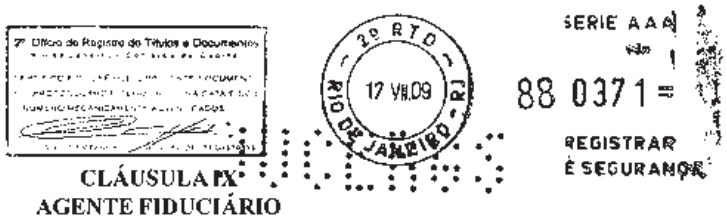
(r) contratar e manter contratadas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, agências de *rating* que divulguem relatórios, com periodicidade pelo menos anual, com a súmula da classificação de risco das Debêntures;

(s) encaminhar a súmula que trata a alínea "r" acima para o Agente Fiduciário na mesma data de sua divulgação;

(t) aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito na Cláusula 3.8 acima;

(u) cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;





CLÁUSULA IX
AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

9.2. Declaração

9.2.1 O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

(a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28"), para exercer a função que lhe é conferida;

(b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

(c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;

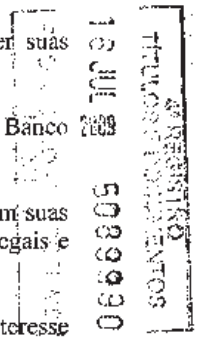
(d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;

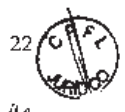
(e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;

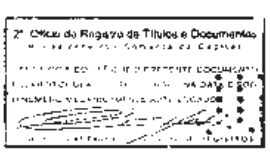
(f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;

(h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;







SERIE A A A
88 0371 =
REGISTRAR É SEGURANÇA

(i) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exeqüível de acordo com os seus termos e condições;

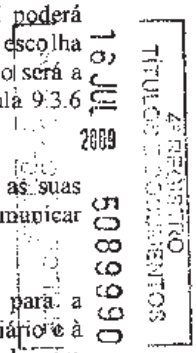
(j) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

(k) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e

(l) que verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto na Cláusula 3.6 da presente Escritura.

9.3. Substituição

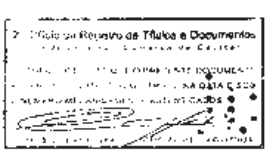
9.3.1 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, morte, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuá-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.6 abaixo.

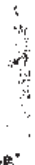


9.3.2 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.3 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28; e eventuais normas posteriores.

23





9.3.4 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCERGS.

9.3.5 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a data de vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

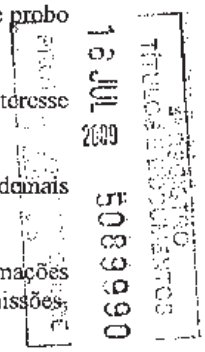
9.3.6 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia Geral de Debenturistas.

9.3.7 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

9.4. Deveres

Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

(a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;

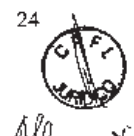


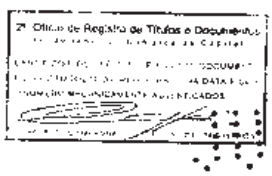
(b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

(c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

(d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

(e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;





SÉRIE AAA

88 0371

REGISTRAR É SEGURANÇA

(f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

(g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;

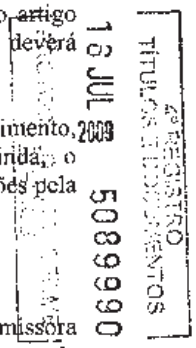
(h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;

(i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;

(j) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.12., respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;

(k) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:



l.1) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

l.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

l.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;

l.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

l.5) constituição e aplicações do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;

l.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

l.7) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

l.8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento, inclusive quanto à manutenção dos índices financeiros previstos na Cláusula 7.1;

l.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e

l.10) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora.

(m) disponibilizar o relatório de que trata o inciso "l" aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

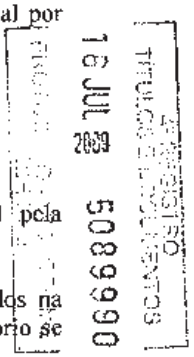
m.1) na sede da Emissora;

m.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

m.3) na CVM;

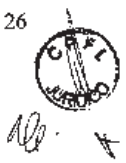
m.4) na BM&FBOVESPA e na CETIP; e

m.5) na sede da instituição intermediária líder responsável pela colocação das Debêntures.



(n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa referidos na Cláusula 4.12., anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso "m";

(o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Escriturador, à Central Depositária da BM&FBOVESPA e à CETIP;



SERIE AAA
88 0371
REGISTRAR
3º RTD
17.VII.09
RIO DE JANEIRO - RJ

(p) administrar os recursos oriundos da emissão de Debêntures na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 2°, artigo 60, da Lei das Sociedades por Ações;

(q) verificar a regularidade da constituição da garantia prestada pela Garantidora, nos termos da Cláusula 3.9 acima, observando a manutenção de sua suficiência e exeqüibilidade;

(r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; e

(s) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

s.1) à CVM; e

s.2) à BM&FBOVESPA, à Central Depositária da BM&FBOVESPA e à CETIP;

(t) calcular trimestralmente os índices financeiros previstos na Cláusula 7.1(o) acima e informar imediatamente os Debenturistas de qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros; e

(u) encaminhar à ANBID o relatório de avaliação (*rating*) de riscos das Debêntures objeto da atualização, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de seu recebimento.

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1 O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora:

(a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos
2º RTD
17 VII 09
RIO DE JANEIRO - RJ
SÉRIE AAA
88 0371
REGISTRAR
E SEGURANÇA

(b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;

(c) requerer a falência da Emissora; e

(d) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) da Cláusula 9.5.1. se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) da Cláusula 9.5.1.

9.6. Remuneração do Agente Fiduciário

9.6.1 Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

(a) parcelas anuais de R$14.000,00 (quatorze mil reais) cada uma, sendo que a primeira parcela será devida 5 (cinco) dias após a data de assinatura da presente Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas dos anos subseqüentes;

(b) em caso de inadimplemento financeiro pela Emissora ou de reestruturação prévia das condições das Debêntures, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R$400,00 (quatrocentos reais) por hora-homem efetivamente dedicada pelos profissionais designados pelo Agente Fiduciário (i) à assessoria aos Debenturistas em processo de renegociação das condições das Debêntures, (ii) ao comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou Debenturistas e em Assembléias Gerais de Debenturistas, (iii) bem como à implementação das conseqüentes decisões tomadas pelos Debenturistas, a qual deverá ser paga dentro de 5 (cinco) dias corridos contados da data de entrega, pelo Agente Fiduciário à Emissora, do respectivo "relatório de horas trabalhadas";

16 JUL 2009
5089990

(c) a remuneração prevista na alínea (a) e (b) acima será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures caso o Agente

2º RTD

SERIE AAA
2º RTD RIO DE JANEIRO 12 VII 09 88 0971
REGISTRAR É SEGURANÇA

Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;

(d) as parcelas referidas acima serão atualizadas pela variação acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM ou, na sua falta, pelo índice oficial que venha a substituí-lo, a partir da Data de Emissão, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro-rata die* se necessário;

9.6.2 As parcelas relativas à remuneração do Agente Fiduciário serão acrescidas dos impostos vigentes à época do pagamento, tais como Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS), Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento da referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).

9.7. Despesas

9.7.1 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

9.7.2 O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado, em 15 (quinze) dias úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.7.3 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

16 JUL 2009 508990 SOMENTE TRASLADO

9.7.4 As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

29

SERIE AAA
88 0371
REGISTRAR
É SEGURANÇA

(a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

(b) extração de certidões e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;

(c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e

(d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.7.5 O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nas Cláusulas 9.7.1 e 9.7.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA X
ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

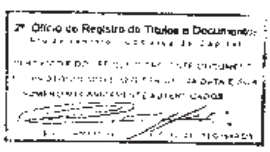
À Assembléia Geral de Debenturistas aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

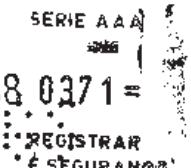
10.1. Convocação

10.1.1 A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2, ou pela CVM.

10.1.2 A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembléias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.3 As Assembléias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da





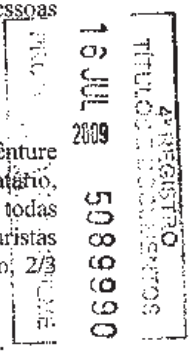
convocação. A Assembléia Geral de Debenturista em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembléia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

10.1.4 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2 abaixo, independentemente de terem comparecido à Assembléia ou do voto proferido na respectiva Assembléia Geral de Debenturistas.

10.2. Quorum de Instalação

10.2.1 A Assembléia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2 abaixo e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

10.2.2 Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, consideram-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

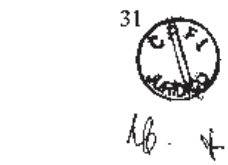


10.3. Quorum de Deliberação

10.3.1 Nas deliberações das assembléias gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.3.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembléia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

10.3.2 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 10.3.1 acima:

I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura; e



SÉRIE AAA
88 0371
17.VII.09
REGISTRAR E SEGURANÇA

II. as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação (a) da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 10.3.1 acima; (b) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; e (c) da espécie das Debêntures.

10.3.3 As alterações dos quoruns estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições estabelecidas nesta Cláusula 10.3 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembléia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subseqüente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA XI
DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

(a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações nesta previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

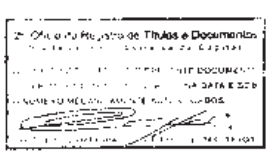
(b) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (b) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(c) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exeqüíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;

(d) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;

(e) está cumprindo leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

16 JUL 2009
508990



SÉRIE AAA
88 0371
REGISTRAR
E SEGURANÇA

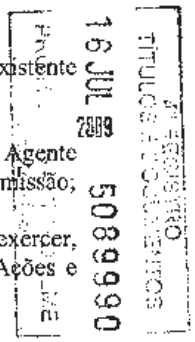
(f) as demonstrações financeiras da Emissora e da Garantidora representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(g) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora ou à Garantidora, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Emissora à CVM e ao mercado;

(h) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;

(i) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora e no que se refere à garantia prestada pela Garantidora, tendo sido disponibilizadas, informações sobre as transações relevantes da Emissora e da Garantidora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;

(j) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa das situações econômico-financeiras ou jurídicas sua e da Garantidora em prejuízo dos investidores das Debêntures;



(k) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras.

(l) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;

(m) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares; e

(n) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura.

11.2. A Garantidora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

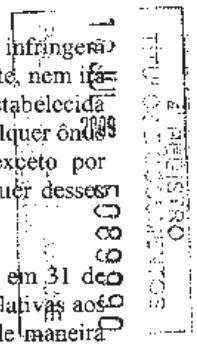
(a) é uma sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil;

(b) esta Escritura constitui, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura constituirá, obrigação legal, válida, vinculante e exigível da Garantidora, exeqüível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;

(c) a celebração da presente Escritura e a outorga da Fiança foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem (i) seu Estatuto Social; ou (ii) qualquer lei ou restrição contratual que a vincule ou afete;

(d) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Garantidora de suas obrigações nos termos da presente Escritura e da Fiança, ou para a realização da Emissão, exceto pelo registro da Escritura na JUCESP, nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes, da Emissão na CVM e o registro das Debêntures junto ao SDT, ao SND e ao BOVESPAFIX, as quais estarão em pleno vigor e efeito na data de liquidação;

(e) a celebração da presente Escritura e a outorga da Fiança, não infringem qualquer contrato ou instrumento dos quais a Garantidora seja parte, nem irão resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus ou gravames sobre qualquer ativo ou bem da Garantidora, exceto por aqueles já existentes na presente data, (iii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;



(f) as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006 e as demonstrações financeiras relativas aos trimestres findos em 31 de março de 2009 e 2008, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Garantidora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Garantidora referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de

SÉRIE AAA

88 0371

REGISTRAR
E SEGURANÇA

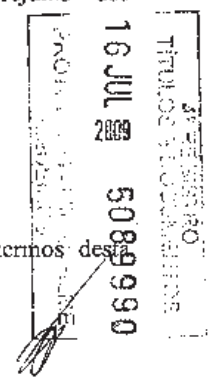
maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Garantidora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Garantidora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Garantidora.

(g) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo Garantidora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa impedir a outorga da Fiança;

(h) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

(i) as informações sobre a Garantidora constantes dos Prospectos são suficientes para o conhecimento sobre os negócios da Garantidora, sua situação financeira e dos riscos inerentes ao seu objeto social, entre outras informações relevantes à tomada de decisões dos investidores, na extensão exigida pela legislação aplicável; e

(j) não omitiram, ou omitirão, nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Garantidora em prejuízo dos Debenturistas.



CLÁUSULA XII
DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

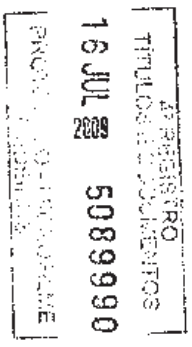
As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

SERIE AAA
88 0371
REGISTRAR É SEGURANÇA

Para a Emissora:
RIO GRANDE ENERGIA S.A.
Rodovia Campinas Mogi-Mirim, km 2,5, parte
Jardim Santana
CEP 13088-900
Campinas - São Paulo
At: José Antônio de Almeida Filippo
Tel.: (19) 3756-8704
Fax.: (19) 3756-8777
E-mail: jfilippo@cpfl.com.br
Website: www.cpfl.com.br/ri

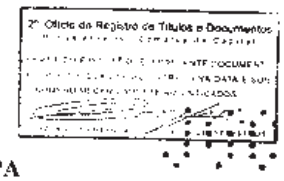
Para o Agente Fiduciário:
OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205
Barra da Tijuca
CEP 22.640-100
Rio de Janeiro, RJ
At: Gustavo Dezouzart
Tel.: (21) 3514-0000
Fax.: (21) 3514-0099
E-mail: gustavo@oliveiratrust.com.br/agente@oliveiratrust.com.br
Website: www.oliveiratrust.com.br

Para o Banco Mandatário:
Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus, s/n.º, Prédio Amarelo Velho, 2º andar
06029-900 – Osasco – SP
At.: Sr. José Donizetti de Oliveira
Tel.: (11) 3684-3749
Fax: (11) 3684-2714
E-mail: 4010.donizetti@bradesco.com.br



Para a CETIP
Rua Líbero Badaró, 425/24º andar
São Paulo, SP - CEP 01009-000
Tel.: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1564

36



SÉRIE AAA
88 0371

REGISTRAR É SEGURANÇA

Para a BM&FBOVESPA
Rua XV de Novembro, 275.
São Paulo - SP
CEP 01013-001
Tel.: (11) 3233-2222
Fax: (11) 3233-2061

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

12.2. Renúncia

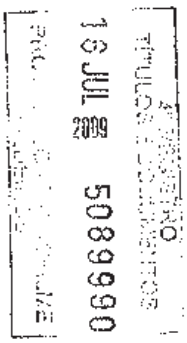
Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados à esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

12.4. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.



37

SERIE AAA 88 0371

REGISTRAR É SEGURANÇA

2º RTD - RIO DE JANEIRO - RJ 17.VIL09

12.5. Foro

Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 18 de Junho de 2009

REGISTRO DE TÍTULOS & DOCUMENTOS - 2º OFÍCIO - RIO DE JANEIRO - José S. C. Campana - Matrícula 1 - CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - RJ - SELO DE FISCALIZAÇÃO JUDICIÁRIA - PBA - RNL06137

RIO GRANDE ENERGIA S.A.

Nome: Paulo Cezar C. Tavares
Cargo: Diretor de Gestão de Energia

Nome: JOSÉ MARCOS CHAVES DE MELO
Cargo: Diretor Administrativo
RG 05.884.247-7
CPF: 730.497.867-87

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome: MARIA CAROLINA VIEIRA ABRANTES
Cargo: ADVOGADA

16 JUL 2009 5089990

CPFL ENERGIA S.A.

Nome: PAULO CEZAR C. TAVARES
Cargo: Diretor Vice-Presidente de Gestão de Energia
Matrícula: 915.149

Nome: JOSÉ MARCOS CHAVES DE MELO
Cargo: Diretor Vice Presidente Administrativo
RG 05.884.247-7
CPF: 730.497.867-87

Testemunhas:

Nome: Marlene C Kende
CPF: 230 025 258-98

Nome: Stefanie Pippan Sustmann
CPF: 819.267.230-15

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIFICO O REGISTRO EM: 14/07/2009 SOB Nº: ED000418000
Protocolo: 09/183946-7, DE 25/06/2009
Empresa: 43 3 0003613 8
RIO GRANDE ENERGIA S/A

Sérgio José Dutra Krucl
SECRETÁRIO GERAL

JUCERGS

38

EMOL	6.406,30
ESTADO	1.820,75
IPESP	1.348,69
R CIVIL	337,17
T J	337,17
TOTAL	10.250,08

Selos e taxas
Recolhidas p/ verba

4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica
CNPJ: 00.346.719/0001-89
Rua Dr. Miguel Couto, nº 44 - Centro
Tel.: 3241-0033 - CEP 01008-010 - São Paulo

Apresentado hoje, protocolado e registrado em microfilme sob nº **5089990**

São Paulo, 16 de julho de 2009

Escrevente Autorizado 11563767

- 1º Aditamento à Escritura de Emissão das Debêntures

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

1º Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, da Rio Grande Energia S.A.

ENTRE

Rio Grande Energia S.A.
CNPJ/MF n.º 02.016.439/0001-38
NIRE 43300036138

CPFL Energia S.A.

E

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

14 de julho de 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

1º ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA RIO GRANDE ENERGIA S.A.

Pelo presente instrumento particular,

RIO GRANDE ENERGIA S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, à Rua Mario Boni, nº 54, CEP 95012-580, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.016.439/0001-38 e registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul - JUCERGS sob o NIRE 43300036138, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("RGE", "Emissora" ou "Companhia")

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira constituída sob a forma de sociedade por ações, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown – Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão ("Debenturistas");

e, como interveniente,

CPFL ENERGIA S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho n.º 1.510, 14º andar, conjunto 1.402, inscrita no CNPJ/MF n.º 02.429.144/0001-93, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("CPFL Energia" ou "Garantidora").

CONSIDERANDO QUE, a Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 29 de maio de 2009 e registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul ("JUCERGS"), sob o n.º 3144152 em 18 de junho de 2009, deliberou sobre a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública Emissora ("RCA");

CONSIDERANDO QUE, em 18 de junho de 2009, a Emissora, o Agente Fiduciário e a Garantidora celebraram o "Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para

Distribuição Pública, da Rio Grande Energia S.A." ("Escritura"), e

CONSIDERANDO QUE, conforme previsto na Escritura e, após realização do procedimento de *bookbuilding*, o Conselho de Administração da Emissora, em reunião realizada em 14 de julho de 2009 ("RCA de 14 de julho de 2009"), ratificou a remuneração das Debêntures, cuja ata encontra-se em fase de arquivamento na JUCERGS e será subseqüentemente publicada no (i) Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul; e no (ii) Jornal Pioneiro de Caxias do Sul,

as Partes vêm, por este aditamento ("Aditamento") aditar a Escritura, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. Todos os termos iniciados em maiúscula, não expressamente definidos neste Aditamento, terão os significados atribuídos a esses termos na Escritura.

2. Alterar o item 2.2 da Escritura, de modo a contemplar a aprovação da taxa de Remuneração das Debêntures definida em Procedimento de *Bookbuilding*, ratificada pela RCA de 14 de julho de 2009, passando este a vigorar com a seguinte redação:

> *"**2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul e Publicação das Atas de Reuniões do Conselho de Administração***
>
> *A ata da RCA de 29 de maio de 2009, que deliberou a Emissão, foi registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul ("JUCERGS") em 18 de junho de 2009, sob o nº 3144152 e foi publicada no (i) Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, em 30 de maio de 2009, e no (ii) Jornal Pioneiro de Caxias do Sul, em 1º de junho de 2009. A Remuneração foi fixada em Procedimento de Bookbuilding e ratificada em Reunião do Conselho de Administração, cuja ata foi encaminhada para arquivamento na JUCERGS e será publicada no (i) Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul; e (ii) Jornal Pioneiro de Caxias do Sul, em 15 de julho de 2009 (em conjunto as "RCAs")."*

3. Alterar o item 2.5 de modo que passa a vigorar com a seguinte redação:

> *"**Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento***
>
> *A Emissão das Debêntures será submetida a análise prévia da ANBID, e a Oferta será registrada na CVM nos termos da Instrução CVM 471 e do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para Atividades Conveniadas ("Código ANBID")."*

4. Alterar o subitem 4.2.4 de modo que passa a vigorar com a seguinte redação:

4.2.4. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração a ser aplicado.

5. Alterar o subitem 10.3.2 de modo que seu inciso "II" passa a vigorar com a seguinte redação:

II- as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação (a) da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 4.2.5 acima; (b) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; e (c) da espécie das Debêntures.

6. Alterar o item 3.5 de modo que o subitem 3.5.4 da Escritura passa a vigorar com a seguinte redação:

"3.5.4. Foi adotado o Procedimento de Bookbuilding, organizado pelos Coordenadores, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1° e 2° do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos para a definição da quantidade de Debêntures e da respectiva taxa de Remuneração."

7. Alterar o item 4.2, passando os subitens 4.2.1, 4.2.2, 4.2.6 e 4.2.7. da Escritura a vigorar com as seguintes redações:

"4.2.1. A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração ("Remuneração") que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário. As Debêntures renderão juros correspondentes a 110,30% (cento e dez inteiros e trinta centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra-grupo ("Taxa DI"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinqüenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, definido em Procedimento de Bookbulding (conforme abaixo definido). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a última data de pagamento da remuneração, conforme o caso, até a Data de Vencimento, e pagos ao final de cada período de capitalização, conforme definido no item 4.2.2 abaixo."

*"4.2.2. **Fórmula de Cálculo da Remuneração.** O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:*

$$J = VNex\left(FatorDI \quad 1\right)$$

onde:

J - Valor unitário dos juros remuneratórios, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final do Período de Capitalização.

VNe - Valor nominal de emissão ou saldo do valor nominal da Debênture informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Fator DI - produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até data de término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} \quad = \prod_{k=1}^{n}\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100}\right)$$

onde:

k Número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até n.

n - Número total de Taxas DI, sendo "n" um número inteiro.

p - percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com duas casas decimais, equivalente a 110,30.

TDI_k - Taxa DI de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left\{\left(\frac{DI_k}{100} + 1\right)^{\frac{1}{252}}\right\} - 1$$

onde:

DI_k - Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

O fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100}\right)$ *é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento.*

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1+TDI_k \times \frac{p}{100}\right)$ *sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.*

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento."

"Período de Capitalização": significa o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração, exclusive, correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade."

"4.2.6. A Remuneração foi definida em procedimento de coleta de intenção de investimento, conduzido pelos Coordenadores, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros, observada a remuneração máxima correspondente a 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI ("Procedimento de Bookbuilding")"

"4.2.7. O resultado do Procedimento de Bookbuilding foi (i) ratificado em reunião do Conselho de Administração da Emissora cuja ata da reunião será devidamente arquivada na JUCERGS e publicada nos jornais (a) Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul; e (b) Jornal Pioneiro de Caxias do Sul (ii) objeto de aditamento da Escritura; e (iii) divulgado nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM 400."

8. Todos os demais termos e condições da Escritura, não alterados expressamente por este Aditamento, são neste ato ratificados e permanecem em pleno vigor e efeito.

9. O presente Aditamento será registrado na JUCERGS, onde foi registrada a Escritura, de acordo com o exigido pelo inciso II do artigo 62 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

10. Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

(Página de assinaturas do 1º Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, da Rio Grande Energia S.A., celebrado em 18 de junho de 2009, entre a Rio grande Energia S.A., Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e CPFL Energia S.A.)

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas a seguir assinadas, a tudo presentes.

São Paulo, 14 de julho de 2009.

RIO GRANDE ENERGIA S.A.

Nome: José Antonio de Almeida Filippo
Cargo: CPF 750.801.417-00
RG: 04639093-8

Nome: Márcio Lubônio
Cargo: CPF 773.091.708-49
RG 8806-74

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome: Patricia Russo
Cargo: CPF: 314.714.178-08
RG: 42.328.566-X

Nome:
Cargo:

CPFL ENERGIA S.A.

Nome: José Antonio de Almeida Filippo
Cargo: CPF 750.801.417-00
RG 04639093-8

Nome: Márcio Lubônio
Cargo: CPF 773.091.708-49
RG 8806-74

Testemunhas:

Nome: Mariana C. Kondo
Cargo: CPF 230.025.258-98
RG 32.889.858-5

Nome:
Cargo: Nilce Aparecida Mel
RG: 9.120.429 SSP - SP
CPF: 004.111.638-

7

CERTIFICO O REGISTRO EM: 16/07/2009 SOB Nº ED000418001

Protocolo: 09/209198-9, DE 15/07/2009

Empresa: 43 3 0003613 8
RIO GRANDE ENERGIA S/A

Sérgio Jose Dutra Kruel
SECRETÁRIO-GERAL

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- Súmula de *Rating*

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

STANDARD &POOR'S

BRASIL

Data de Publicação 4 de junho de 2009

Comunicado à Imprensa

Standard & Poor's atribui rating 'brAA+' à emissão de debêntures da RGE e 'brAA' às emissões de debêntures da CPFL Paulista e CPFL Geração

Analistas: Marcelo Costa, São Paulo (55) 11-3039-9731, marcelo_costa@standardandpoors.com; Juliana Gallo, São Paulo (55) 11-3039-9728, juliana_gallo@standardandpoors.com

São Paulo (Standard & Poor's), 4 de junho de 2009 – A Standard & Poor's Ratings Services atribuiu hoje na Escala Nacional Brasil o rating 'brAA+' à 4ª emissão de debêntures da espécie quirografária no valor de R$ 185 milhões da **Rio Grande Energia S.A.** (RGE: brAA+/Estável/--). Também atribuímos os ratings 'brAA' à 4ª emissão de debêntures da espécie subordinada no montante de R$ 175 milhões da **Companhia Paulista de Força e Luz** (CPFL Paulista: brAA+/Estável) e à 2ª emissão de debêntures da espécie quirografária no montante de R$ 315 milhões da **CPFL Geração de Energia S.A.** (CPFL Geração: sem rating da S&P). Todas as emissões acima referidas contarão com a garantia fidejussória da empresa *holding* **CPFL Energia S.A.** (CPFL Energia: brAA+/Estável/--) para pagamento de principal e juros durante todo seu período de vigência.

As debêntures da RGE, CPFL Paulista e CPFL Geração (subsidiárias) serão emitidas sob o regime de garantia firme de colocação, em série única e serão simples, não conversíveis em ações e da forma nominativa e escriturais com prazo de dois anos (vencimento final em 2011). Os recursos das emissões serão destinados principalmente ao pré-pagamento de notas promissórias recém emitidas pelas subsidiárias e outros pagamentos de dívidas de curto prazo.

Diferentemente dos ratings atribuídos às emissões da CPFL Paulista e RGE, que se baseiam primariamente na qualidade de crédito das próprias empresas, o rating 'brAA' atribuído à emissão da CPFL Geração fundamenta-se totalmente na garantia corporativa oferecida pela CPFL Energia. Portanto, os ratings estão na mesma categoria de risco de crédito de dívidas emitidas por essa *holding*. Se houver qualquer modificação nos ratings da CPFL Energia, o rating das debêntures da CPFL Geração poderá seguir a mesma movimentação.

A CPFL Energia é uma *holding* não operacional que controla várias empresas do setor elétrico brasileiro, entre elas: oito distribuidoras de energia: CPFL Paulista, Companhia Piratininga de Força e Luz (CPFL Piratininga: brAA+/Estável/--), RGE, Companhia Luz e Força Santa Cruz (CPFL Santa Cruz), CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguari, CPFL Sul Paulista e Companhia Luz e Força de Mococa (CPFL Mococa), estas cinco últimas sem ratings da S&P; e também uma empresa de comercialização de energia: CPFL Brasil; bem como detém participação em diversos projetos de geração, principalmente por meio da CPFL Geração. O grupo CPFL Energia está presente nos segmentos de geração, distribuição e comercialização de energia, sendo, portanto, integrado e com sinergias entre seus três segmentos. A área de distribuição de energia do grupo responde por aproximadamente 15% do volume total distribuído no País, atendendo cerca de 6,5 milhões de consumidores e forneceu 12.621 GWh no primeiro trimestre de 2009 (49.033 GWh no ano de 2008). As distribuidoras se localizam em regiões economicamente sólidas e, em geral, seus indicadores operacionais são acima da média nacional. A área de geração de energia possui atualmente uma potência instalada de quase 1.704MW e chegará a 2.202MW em 2010, quando serão concluídos três projetos de geração, ainda em fase de construção. A empresa de comercialização de energia aumenta a sinergia do grupo ao reter os clientes que se tornam consumidores livres, especialmente aqueles que deixam a base das distribuidoras do grupo.

A CPFL Geração é uma sociedade por ações de capital aberto, que atua no negócio de geração de energia como concessionária do serviço público. A empresa detém uma capacidade instalada própria de 154,6 MW, sendo 118,6 MW de 19 pequenas centrais hidrelétricas e 36 MW de uma usina termelétrica, todas localizadas no Estado de São Paulo. A concessão desses ativos se encerra em 2027 podendo ser prorrogada por um período adicional de 30 anos. A CPFL Geração possui ainda participação em outros seis ativos, levando a sua capacidade instalada total para 1.704MW.

Os fatores de sustentação dos ratings da CPFL Energia e de suas subsidiárias são a sinergia do grupo CPFL, resultante de sua atuação integrada no setor elétrico brasileiro nos segmentos de geração, distribuição e comercialização; a sólida e estável qualidade de crédito das empresas do grupo; o acesso favorável a linhas de crédito; e os indicadores de eficiência de suas distribuidoras que são superiores à média do mercado. Os fatores que contrapõem esses aspectos positivos são a estratégia de expansão da CPFL Energia; o seu alto nível de distribuição de dividendos; a exposição do grupo a dívidas financeiras denominadas em moeda estrangeira (cerca de 21% da dívida total no consolidado do grupo, porém cobertas por instrumentos de *swap*) e a exposição da CPFL e de suas subsidiárias ao ambiente regulatório do setor elétrico brasileiro, com um histórico de implementação e de condução das regulamentações relativamente recente (cinco anos), mas que vem apresentando estabilidade e evolução desde então.

Por ser uma *holding* não operacional, a qualidade creditícia da CPFL Energia se ampara na geração interna de caixa e nos dividendos advindos de suas subsidiárias operacionais, que totalizaram cerca de R$ 1,5 bilhão em 2008 e também em 2007 – principalmente as do segmento de distribuição, que respondem por quase 70% da geração operacional de caixa consolidada do grupo.

Os resultados financeiros do grupo continuam sólidos, impulsionados pela sua performance operacional e crescente demanda no consumo de energia elétrica nas áreas de concessão das distribuidoras nos primeiros três meses de 2009; pelo nível de arrecadação das empresas; e pelos seus indicadores operacionais adequados. Conforme nossas estimativas para o primeiro trimestre de 2009 houve uma redução no EBITDA consolidado do grupo em comparação ao mesmo período de 2008, decorrente do resultado negativo da revisão tarifária da CPFL Paulista. A combinação desse fator com o maior endividamento consolidado do grupo para financiar investimentos, levou a um enfraquecimento temporário no indicador de dívida bruta total sobre EBITDA para 2,9x (2,04x em março de 2008). A geração interna de caixa (*Funds From Operations* - FFO) manteve-se praticamente estável no primeiro trimestre de 2009 e as métricas financeiras medidas pelo FFO, combinadas ao maior endividamento consolidado do grupo, também tiveram um pequeno e temporário impacto em relação ao primeiro trimestre de 2008: FFO sobre juros em torno de 4,3x e FFO sobre endividamento de 26% (versus 4,5x e 29%, respectivamente em março de 2008). Para 2009, esperamos que o perfil financeiro das empresas e do grupo permaneça sólido e evolua de forma gradual, amparado também pelos reajustes tarifários médios de 21,22% e de 18,95% da CPFL Paulista e RGE, respectivamente, mesmo com a expectativa de um cenário econômico de menor crescimento no Brasil.

A estratégia de crescimento do grupo CPFL Energia visa tanto o desenvolvimento de novos projetos de geração, quanto a aquisição de empresas do setor elétrico. No entanto, ainda não sabemos o volume que será destinado às futuras aquisições. Portanto, um cenário de aquisições significativas que aumente bruscamente os índices de alavancagem e consequentemente leve à deterioração nos indicadores de proteção do fluxo de caixa do grupo não foi incorporado nos ratings.

A CPFL Energia é controlada pelos grupos VBC Energia S.A., que detém 27,85% de seu capital; pela 521 Participações S.A. (empresa que representa o fundo de pensão do Banco do Brasil, a Caixa de Previdência dos Funcionários - Previ) com 31,1% e a Bonaire Participações S.A. (12,65%), todas sem ratings da S&P.

Liquidez

Em bases consolidadas, o endividamento de curto prazo do grupo CPFL Energia somava R$ 1,6 bilhão em 31 de março de 2009. Desse montante, cerca de R$ 1,3 milhão foi contabilizado nos balanços das distribuidoras, dos quais R$ 410 milhões foram refinanciados com as notas promissórias de curto prazo emitidas em abril deste ano. Tais notas serão refinanciadas,

parcialmente, pelas novas emissões de debêntures aqui mencionadas, que totalizam R$ 360 milhões. Já o valor remanescente será amortizado com geração interna de caixa das distribuidoras. No final de março de 2009, a dívida de curto prazo do segmento de geração atingiu cerca de R$ 320 milhões, e parte desse montante também foi refinanciada com as notas promissórias emitidas em abril, no valor de R$ 85 milhões, valor este que será alongado com a emissão de debêntures da CPFL Geração de R$ 315 milhões e que também será utilizada para o refinanciamento de outras dívidas de curto prazo.

Importante ressaltar que além dos alongamentos de dívidas que o grupo CPFL vem promovendo, este possui outras flexibilidades para fazer frente às suas obrigações de curto prazo, tais como: as reservas de caixa de R$ 907 milhões em 31 de março de 2009 (cerca de R$ 150 milhões na área de geração e cerca de R$ 500 milhões na de distribuição), e uma geração de caixa livre de R$ 750 milhões esperada para 2009 (mesmo volume do ano fiscal de 2008).

Perspectiva

A perspectiva estável dos ratings de crédito corporativo da CPFL Energia e de suas subsidiárias reflete nossa expectativa de que o grupo continuará trabalhando no seu gerenciamento de passivos com o objetivo de prorrogar os prazos de vencimentos e reduzir custos. Além disso, esperamos também que o grupo continue apresentando indicadores financeiros sólidos. Para 2009, estimamos que a CPFL Energia possa registrar (em base consolidada) uma geração interna de caixa livre positiva, com índices de geração de fluxo de caixa operacional livre (FOCF) sobre dívida bruta acima de 10%, FFO sobre dívida bruta em torno de 30% e de cobertura de juros pelo FFO acima de 4x, e também um perfil de dívida com vencimentos mais suaves no horizonte de três a cinco anos.

A perspectiva poderá ser alterada para negativa caso haja um grande acúmulo de dívidas de curto prazo; ou alguma reversão de tendência na consolidação dos indicadores financeiros acima, provavelmente ocasionada por uma grande aquisição, estruturada de forma a adicionar mais risco e com elevado endividamento na sua execução; ou por riscos do setor elétrico que possam prejudicar a geração de caixa futura, principalmente a das distribuidoras de energia. Por outro lado, poderemos considerar uma perspectiva positiva caso o grupo de forma consolidada apresente um desempenho financeiro acima do esperado, tendo como premissa básica a continuidade da evolução regulatória.

Publicado pela Standard & Poor's, uma Subsidiária da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritórios Executivos. 1221 Avenue of the Americas, Nova York, NY 10020. Escritório Editorial. 55 Water Street, Nova York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7280. Copyright 2009 pela The McGraw-Hill Companies, Inc.
A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completitude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") resultam de atividades separadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings. A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal compensação é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participam da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's se reserve o direito de disseminar os ratings por ela atribuídos, está não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações. Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

The McGraw-Hill Companies

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- Declaração da Companhia, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Uma empresa CPFL Energia

DECLARAÇÃO

RIO GRANDE ENERGIA S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Mario de Boni n.º 54, e inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.016.439/0001-38 ("Companhia"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, no âmbito da emissão de até 185.000 (cento e oitenta e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da 4ª emissão da Companhia, com valor nominal unitário, na data de emissão respectiva, de R$ 1.000,00 (mil reais), perfazendo o total de até R$ 185.000.000,00 (cento e oitenta e cinco milhões de reais) ("Oferta"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declara que é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações da Oferta prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição.

Ainda, a Companhia, neste ato, declara que o Prospecto da Oferta contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores da Oferta, dos valores mobiliários ofertados, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto da Oferta foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 05 de junho de 2009.

RIO GRANDE ENERGIA S.A.

Nome: WILSON P. FERREIRA JR.
Cargo: Diretor – Presidente

Nome: JOSÉ ANTONIO DE A. FILIPPO
Cargo: Diretor Financeiro

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- Declaração do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

HSBC

DECLARAÇÃO

HSBC CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 2º andar, inscrito no CNPJ/MF sob nº 58.229.246/0001-10, representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de instituição responsável por coordenar e proceder à distribuição pública de 185.000 (cento e oitenta e cinco mil) debêntures simples da 4ª emissão da **RIO GRANDE ENERGIA S.A.** ("Companhia"), todas da forma nominativa, escritural, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com valor nominal unitário de R$1.000,00 (mil reais) ("Debêntures"), perfazendo o total de até R$185.000.000,00 (cento e oitenta e cinco milhões de reais) na data de emissão das debêntures, qual seja 01 de julho de 2009 ("Oferta"), vem, nos termos da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar (a) que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que (i) as informações fornecidas pela Companhia são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante a Oferta, assim como durante o prazo de distribuição pública das Debêntures, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) que o Prospecto da Oferta ("Prospecto") (i) contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, das Debêntures, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes; e (ii) foram elaborados de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 18 de junho de 2009.

HSBC CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome: **Vieri Ermanno Bracco**
Cargo: Diretor Executivo

Nome: **Sylvio Bittencourt Rocha Pinto Júnior**
Cargo: Diretor Executivo

VISTO JURÍDICO HSBC

MAT 018-6 - WB/03/2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Emissora

RIO GRANDE ENERGIA S.A.

Rua Mario de Boni, nº 1.902, Caxias do Sul - RS

Coordenadores

Coordenador Líder

HSBC CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 4º andar, São Paulo - SP

Coordenador
BANCO UBS PACTUAL S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º andar, São Paulo - SP

Consultores Legais

MATTOS FILHO, VEIGA FILHO, MARREY JR. E QUIROGA ADVOGADOS
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 447, São Paulo - SP

SOUZA, CESCON AVEDISSIAN, BARRIEU E FLESH ADVOGADOS
Rua Funchal, nº 418, 11º andar, São Paulo - SP

Auditores

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES
Avenida Barão de Itapura, nº 950, 6º andar, Campinas - SP

Este Prospecto está disponível no Website:
www.luzpublicidade.com.br

LUZ PUBLICIDADE

(11) 3121-5555